

O Estado da Índia e os Desafios Europeus

Actas do XII Seminário Internacional
de História Indo-Portuguesa



**O ESTADO DA ÍNDIA
E OS DESAFIOS EUROPEUS**

Colecção ESTUDOS & DOCUMENTOS

1. **AQUÉM E ALÉM DA TAPROBANA**
Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Deniz Lombard
Edição organizada por Luís F. R. THOMAZ
2. **A ALTA NOBREZA E A FUNDAÇÃO DA ESTADO DA ÍNDIA**
Actas do Colóquio Internacional
Edição organizada por JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES
3. **RELAÇÃO DO DESCOBRIMENTO DA ILHA DE S. TOMÉ**
por MANUEL DO ROSÁRIO PINTO
Fixação do texto, Introdução e Notas de ARLINDO MANUEL CALDEIRA
4. **NEGÓCIOS DE TANTA IMPORTÂNCIA**
O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra
no Atlântico e no Índico (1643-1661)
por EDVAL DE SOUZA BARROS
5. **A PRESENÇA INGLESA E AS RELAÇÕES ANGLO-PORTUGUESAS EM MACAU**
(1635-1793)
por ROGÉRIO MIGUEL PUGA
6. **CRONOLOGIA DA CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DE GOA**
pelo Padre SEBASTIÃO DO REGO
Direcção e Estudo Introdutório de MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES
Apresentação de ANÍBAL PINTO DE CASTRO
7. **O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS**
Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa
Edição de JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES

PATROCÍNIOS / SPONSORS

Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
Fundação Luso-Brasileira
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Indian Council for Cultural Relations

APOIOS / SUPPORT

Embaixada da Índia em Portugal
Câmara Municipal de Lisboa
Câmara Municipal de Oeiras
Fundação Casa de Bragança
Águas Serra da Estrela
Flores ROMEIRA

061.3
CHAM / 061.3 / COS / EST

O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS

Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa

Edição de

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA e VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES

Centro de História de Além-Mar
CHAM
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
Universidade dos Açores



CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

LISBOA
2 0 1 0

FICHA TÉCNICA

Título O ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS
Actas do XII Seminário de História Indo-Portuguesa

Autores Vários

Nota Introdutória JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA & VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

Edição CENTRO DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA/UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CEPCEP – CENTRO DE ESTUDOS DOS POVOS E CULTURAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

Capa Sanwlah, *Cena com figuras europeias*
Índia Mogol, ca. 1590-1595
© The Chester Beatty Library, Dublin

Santa Comunicação, Lda.
Rua Actriz Adelina Fernandes, 7B
2795-005 Linda-a-Velha

Depósito legal 306923/10

ISBN 978-989-95563-8-6

Data de saída Março de 2010

Tiragem 750 exemplares

Execução gráfica Barbosa & Xavier, Lda., Artes Gráficas
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31-A e C
Tel. 253 263 063 - 253 61 89 16 • Fax 253 61 53 50
email: barbosa.xavier@sapo.pt
4700-385 BRAGA

COMISSÃO CIENTÍFICA / SCIENTIFIC COMMITTEE

MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ, Presidente (Univ. do Minho/CHAM)

ARTUR TEODORO DE MATOS (Univ. Católica Portuguesa/CHAM)

DEJANIRAH COUTO (École Pratiques des Hautes Études)

INÁCIO GUERREIRO (Investigador aposentado do IICT)

JORGE FLORES (Univ. de Aveiro/CHAM)

JUAN GIL (Univ. de Sevilla)

LEONARD BLUSSÉ (Univ. de Leiden)

LUÍS FILIPE BARRETO (Univ. de Lisboa/CCCM)

LUÍS FILIPE THOMAZ (Univ. Católica Portuguesa/CHAM)

OM PRAKASH (Delhi School of Economics)

SANJAY SUBRAHMANYAM (Univ. California)

TEOTÓNIO R. DE SOUZA (Univ. Lusófona)

WALTER ROSSA (Univ. de Coimbra)

COMISSÃO ORGANIZADORA / ORGANIZING COMMITTEE

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA, Presidente (UNL/CHAM)

SILVANA PIRES, Secretária (CHAM)

ANDREIA MARTINS DE CARVALHO (CHAM)

ANDRÉ MURTEIRA (CHAM)

ANDRÉ TEIXEIRA (CHAM)

SUSANA MÜNCH MIRANDA (UNL/CHAM)

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES (IICT)

ZOLTÁN BIEDERMANN (CHAM/Univ. California)

SECRETARIADO / SECRETARIES

CÁTIA CARVALHO

MADALENA RIBEIRO

MARIA DO CÉU DIOGO

COMITÉ INTERNACIONAL / *INTERNATIONAL COMMITTEE*

ANTHONY DISNEY
CHARLES BORGES, S. J.
ERNESTINA CARREIRA
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
LOTIKA VARADARAJAN
MARIA AUGUSTA LIMA CRUZ

CONSELHEIROS / *ADVISORS*

ARTUR TEODORO DE MATOS
GENEVIÈVE BOUCHON
GEORGE WINIUS
INÁCIO GUERREIRO
JOHN CORREIA-AFONSO, S. J.
K. S. MATHEW
LUÍS FILIPE THOMAZ
MAX JUSTO GUEDES
TEOTÓNIO R. DE SOUZA

Os Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa

MEMÓRIA HISTÓRICA 1978-2003

Seminário de História Indo-Portuguesa I, 27-30 de Novembro de 1978, Pangim

TEMAS:

- a) Obras principais da história indo-portuguesa
- b) Fontes existentes e sua localização
- c) Campos de pesquisa promissoras

Seminário de História Indo-Portuguesa II, 20-24 de Outubro de 1980, Lisboa

TEMAS:

- a) Arquitectura e arte indo-portuguesas
- b) História marítima indo-portuguesa
- c) Fontes e arquivos para a história indo-portuguesa
- d) Outras áreas e novos campos de pesquisa

Seminário de História Indo-Portuguesa III, 28-31 de Janeiro de 1983, Pangim

TEMAS:

- a) Comércio e navegação indo-portugueses
- b) Presença colonial na Índia
- c) Influências e intercâmbios culturais indo-portugueses

Seminário de História Indo-Portuguesa IV, 11-16 de Novembro de 1985, Lisboa

TEMAS:

- a) Influência da igreja na sociedade e na economia indo-portuguesas
- b) As sociedades costeiras do Oriente, viajantes e viagens

Seminário de História Indo-Portuguesa V, 28-31 de Janeiro de 1989, Cochim

TEMAS:

- a) Cochim, a «Carreira», a Misericórdia, judeus, comércio
- b) Sociedade malabar e presença colonial
- c) Relações externas do Estado da Índia

Seminário de História Indo-Portuguesa VI, 22-26 de Outubro de 1991, Macau

TEMA: Relações entre a Índia portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente

Seminário de História Indo-Portuguesa VII, 20-24 de Janeiro de 1994, Pangim

TEMA: A Índia portuguesa e a sua Província do Norte

Seminário de História Indo-Portuguesa VIII, 7-11 de Junho de 1996, Angra do Heroísmo

TEMA: A «Carreira da Índia» e as rotas dos Estreitos

Seminário de História Indo-Portuguesa IX, 7-11 de Dezembro de 1998, Nova Delhi

TEMA: Ciência, tecnologia e cultura

Seminário de História Indo-Portuguesa X, 5-11 de Dezembro de 2000, S. Salvador da Baía

TEMA: A Baía e a «Carreira da Índia»

Seminário de História Indo-Portuguesa XI – Sessão comemorativa dos 25 anos do Seminário, 21-25 de Setembro de 2003, Dona Paula/Goa

TEMA: História indo-portuguesa: tendências globais

The International Seminar on Indo-Portuguese History

HISTORICAL RECORD 1978 - 2003

I International Seminar on Indo-Portuguese History, 27th-30th November 1978, Panjim

THEME:

- a) Principal works on Indo-Portuguese History;
- b) Existing source material and its location;
- c) Promising fields of research

II International Seminar on Indo-Portuguese History, 20th-24th October 1980, Lisbon

THEME:

- a) Indo Portuguese Architecture and Art
- b) Indo-Portuguese Maritime History
- c) Archives and Sources on Indo-Portuguese History
- d) Other areas and new fields of research

III International Seminar on Indo-Portuguese History, 28th-31st January 1983, Panjim

THEME:

- a) Indo-Portuguese Trade and Navigation
- b) Portuguese Colonial Presence in India
- c) Indo-Portuguese Cultural Influences and Exchanges

IV International Seminar on Indo-Portuguese History, 11th-16th November 1985, Lisbon

THEME:

- a) Influence of the Church on the Indo-Portuguese Society and Economy
- b) The Coastal Societies of the East, Travellers and Voyages

V International Seminar on Indo-Portuguese History, 28th-31st January 1989, Cochin

THEME:

- a) Cochin: the *Carreira*, the *Misericórdia*, Jews, Trade
- b) Malabar Society and the Colonial Presence
- c) External Relations of the *Estado da Índia*

VI International Seminar on Indo-Portuguese History, 22nd-26th October 1991, Macau

THEME: Relations between Portuguese India, South East Asia and the Far East

VII International Seminar on Indo-Portuguese History, 20th-24th January 1994, Panjim

THEME: Portuguese India and its Northern Province

VIII International Seminar on Indo-Portuguese History, 7th-11th June 1996, Angra do Heroísmo

THEME: *Carreira da Índia* Straits

IX International Seminar on Indo-Portuguese History, 7th-11th December 1998, New Delhi

THEME: Science, Technology and Culture

X International Seminar on Indo-Portuguese History, 5th-11th December 2000, S. Salvador da Bahia

THEME: Bahia and *Carreira da Índia*

XI International Seminar on Indo-Portuguese History – Silver Jubilee Session, 21st-25th September 2003, Dona Paula/Goa

THEME: Indo-Portuguese History: Global Trends

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	17
VICEROYS AND THEIR DIARIES IN THE SEVENTEENTH CENTURY: THE COUNTS OF LINHARES AND SARZEDAS THROUGH THEIR OFFICIAL JOURNALS	21
ANTHONY DISNEY	
A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS DE D. MANUEL I	39
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA	
FALSIFYING GOLD: TRADE AND TRADE STRATEGY IN PORTUGUESE SOUTHEAST AFRICA IN THE SEVENTEENTH CENTURY	51
KARTIKEYA KOHLI	
“COM VONTADE PROMPTA PARA O QUE FOR DO SEU AGRADO”. REDES SOCIAIS E NEGÓCIOS ENTRE GOA E MOÇAMBIQUE EM MEADOS DE SETECENTOS	79
EUGÉNIA RODRIGUES	
THE INVESTMENT OF JAPANESE SILVER IN XVII CENTURY MACAO- JAPAN TRADE	119
MIHOKO OKA	
DE LIMAHON (LIN FENG 林凤) A KOXINGA (ZHENG CHENGGONG 鄭成功): A REACÇÃO PIRÁTICA SINO-JAPONESA À CONCORRÊNCIA IBÉRICA NA ÁSIA ORIENTAL (SÉCULOS XVI-XVII)	139
MANEL OLLÉ	

VOC BLOCKADE OF THE SINGAPORE AND MALACCA STRAITS: DIPLOMACY, TRADE AND SURVIVAL, 1633-1641	163
PETER BORSCHBERG	
PODER E FINANÇAS NO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA: C.1687-1820 ELEMENTOS PARA A SUA COMPREENSÃO	187
ARTUR TEODORO DE MATOS	
GUERRA E PRESSÃO FISCAL NO ESTADO DA ÍNDIA: LIMITES CONSTITU- CIONAIS E NEGOCIAÇÃO POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XVII	215
SUSANA MÜNCH MIRANDA	
AGENTS OF EMPIRE AND FAMILY: THE MASCARENHAS FAMILY AND THE <i>ESTADO DA ÍNDIA</i> IN THE SIXTEENTH AND SEVENTEENTH CENTURIES	235
LORRAINE WHITE	
KNOWLEDGE AND CULTURE: LIMINALITY AND CONVERGENCE THE INDO-PORTUGUESE EXPERIENCE	245
LOTIKA VARADARAJAN	
THE USE OF GROWING ARCHITECTURE AS PROPAGANDA – THE BENGAL COLCHA AT THE ISABELLA STEWART GARDENER MUSEUM IN BOSTON	255
BARBARA KARL	
TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS RECENTES NO CONVENTO DOS AGOS- NHOS DE VELHA GOA E A QUESTÃO DA SEPULTURA DA RAINHA KETEVA OU GUATIVANDA	269
SIDH MENDIRATTA	
SOME REFLECTIONS ON THE PORTUGUESE IN THE INDIAN OCEAN TRADE	277
OM PRAKASH	
CALICUT, THE INTERNATIONAL EMPORIUM OF MARITIME TRADE AND THE PORTUGUESE DURING THE SIXTEENTH CENTURY	281
K. S. MATHEW	

SPATIALIZATION AND SOCIAL ENGINEERING: ROLE OF THE CITIES OF COCHIN AND GOA IN SHAPING THE <i>ESTADO DA ÍNDIA</i> , 1500-1663	301
PIUS MALEKANDATHIL	
AS VISÕES DO <i>OUTRO</i> CHINÊS, JAPONÊS E FILIPINO E OS MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO. NOTAS PARA UMA HISTÓRIA COMPARADA DOS JESUÍTAS DO PADROADO E DO <i>PATRONATO</i>	329
TERESA LACERDA	
O CONFLITO PADROADO/PROPAGANDA NA ÍNDIA. CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA (SÉCULOS XVII E XVIII)	347
MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES e LÍVIA FERRÃO	
ENTRE O PÚLPITO E A MURALHA: MISSIONÁRIOS E HOMENS DE ARMAS CONTRA A AMEAÇA PROTESTANTE NA ÍNDIA E NO BRASIL NO SÉCULO XVII	361
ANDRÉA DORÉ	
O 6.º CONCÍLIO PROVINCIAL DE GOA: INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍ- TICA DE S. FRANCISCO XAVIER	381
TEOTÓNIO R. DE SOUZA	
DUTCH STRATEGIES AND THE <i>ESTADO DA ÍNDIA</i>	401
ERNST VAN VEEN	
EMPIRES: STRATEGIES AND TRADE. THE ORIGIN OF THE IDEAS OF JAN PIETERSZON COEN (1587-1629)	419
JURRIEN VAN GOOR	
REAJUSTAMENTOS DA ESTRATÉGIA MILITAR NAVAL DO “ESTADO DA ÍNDIA” NA VIRAGEM DO SÉCULO XVI PARA O XVII	443
VÍTOR LUÍS GASPAS RODRIGUES	
A CARREIRA DA ÍNDIA E AS INCURSÕES NEERLANDESAS NO ÍNDICO OCIDENTAL E EM ÁGUAS IBÉRICAS DE 1604-1608	457
ANDRÉ MURTEIRA	
OS PORTUGUESES E O TRÁFICO DE CAVALOS NO MAR DA ÁRABIA	503
RUI MANUEL LOUREIRO	

A CONCESSÃO DE BOMBAIM AOS BRITÂNICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO DE BAÇAIM (1661-1668)	515
ANDRÉ TEIXEIRA, ISABEL ALMEIDA e PEDRO NOBRE	
AMBASSADORS, ADVENTURERS, TRAVELLERS AND THEIR WRITINGS: THE ROOTS OF ANGLO-PORTUGUESE RIVALRY IN PERSIA AND IN THE PERSIAN GULF (LATE 16 TH -EARLY 17 TH CENTURY)	557
VASCO RESENDE	
A PAISAGEM URBANA DE NOVA GOA, ENTRE A “VELHA CIDADE” E OS TEMPOS MODERNOS	575
ALICE SANTIAGO FARIA	
THE EDGES OF EMPIRE: INDIGENIZATION AND LOCALIZATION OF THE “BLACK PORTUGUESE” IN SEVENTEENTH AND EIGHTEENTH CENTURY EASTERN INDONESIA	593
LEONARD Y. ANDAYA	
GRUPOS POPULACIONAIS E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NAS ILHAS DE GOA (1720-1830)	615
PAULO TEODORO DE MATOS	
WHITE WOMEN IN PORTUGUESE INDIA AND IN THE BRITISH RAJ	633
FÁTIMA DA SILVA GRACIAS	
ENTRE SOLIDARITÉ CATHOLIQUE ET RÉSEAUX D’INFLUENCE. RELA- TIONS LUSO-FRANÇAISES EN INDE À L’ÉPOQUE DE DUPLÉIX	649
ERNESTINA CARREIRA	
A DINÂMICA DO COMÉRCIO INDO-BRASILEIRO: TÊXTEIS, METAIS PRE- CIOSOS E OUTRAS TROCAS COMERCIAIS (1808-1820)	667
LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES	

NOTA INTRODUTÓRIA

O 1.º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa decorreu em Pangim, no ano de 1978. A historiografia luso-indiana dava então os primeiros passos, depois do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Índia. A comunidade historiográfica era bem menos numerosa e muitos temas quedavam por estudar; além disso, as feridas abertas pela própria História ainda estavam a sarar, e diversas comunidades científicas trabalhavam, as mais das vezes, de um modo isolado. Os fundadores deste seminário procuraram criar um espaço de diálogo que ligasse académicos de origens diferentes e que permitisse a emergência de uma nova geração de investigadores com dimensão internacional, capaz de estudar os temas da história luso-indiana de modo mais desapassionado e mais científico, e com um maior conhecimento do que era produzido nas mais variadas partes do mundo.

Desde então, o Seminário de História Indo-Portuguesa reuniu mais 11 vezes, em 1980 (Lisboa), 1983 (Pangim), 1985 (Lisboa), 1989 (Cochim), Macau (1991), 1994 (Pangim), 1996 (Angra do Heroísmo), 1998 (Nova Delhi), 2000 (Salvador da Baía), 2003 (Dona Paula-Goa) e, finalmente, entre 23 e 27 de Outubro de 2006, de novo em Lisboa. Cremos que esta 12.ª reunião fez jus, uma vez mais, ao espírito com que o Seminário fora criado havia 28 anos. Como sucedeu sempre nestes encontros, participaram simultaneamente muitos historiadores consagrados, com um longo currículo em torno da história luso-indiana e com diversas participações no Seminário, junto com jovens que se estreavam no Seminário e que, em muitos casos, estavam ainda numa primeira fase da sua vida académica e profissional.

Em 2006, o Seminário voltou a Lisboa, passados 21 anos. Cumprira, entretanto, uma itinerância que possibilitara abordagens específicas a

regiões, como o Malabar, o Mar da China, a Província do Norte, ou o Brasil, ou a temas como a Carreira da Índia ou os intercâmbios científicos. Neste regresso ao continente europeu foi o tempo próprio para analisar um outro interlocutor do Estado da Índia, diferente dos potentados asiáticos – os rivais europeus.

A competição entre os Portugueses e os demais europeus pelo domínio das rotas da Ásia e pela afirmação de zonas de influência nesse continente longínquo, começou antes da viagem de Vasco da Gama, com as expedições castelhanas e inglesas em direcção ao Ocidente. Prosseguiu, depois, de forma discreta, ao longo da centúria quinhentista, quando só a Coroa castelhana foi capaz de desafiar pontualmente a hegemonia portuguesa, sobretudo após o estabelecimento nas Filipinas. O monopólio luso da rota do Cabo afastou as outras potências do Índico enquanto a Coroa portuguesa era capaz de manter uma política de neutralidade europeia e de fornecer aos seus parceiros comerciais os produtos orientais tão desejados.

Após a integração na monarquia filipina, Portugal sujeitou-se a uma nova política externa, marcada pelo conflito com os seus antigos aliados, a Inglaterra e os Países Baixos. Após a derrota da Invencível Armada, o Índico tornou-se acessível para os inimigos de Madrid e de Lisboa, e o Estado da Índia foi surpreendido pela chegada de rivais inesperados, que tinham os meios humanos e militares capazes de romper com as tradições asiáticas a que os Portugueses se tinham adaptado numa situação de supremacia.

Durante décadas o Estado da Índia procurou resistir à pressão dos inimigos, mas o império marítimo quinhentista estava condenado à derrota, e ruiu fragorosamente por meados do século XVII. Para isso, muito contribuíram também as potências asiáticas, inimigas dos Portugueses, que encontraram nos Holandeses e nos Ingleses aliados preciosos capazes de inverter os equilíbrios estratégicos existentes. No entanto, o Estado da Índia não foi aniquilado. Tal como o Império Português na sua globalidade, adaptou-se à nova realidade e evoluiu para uma lógica de territorialidade. Por isso mesmo, todas as posições que estavam associadas à posse de territórios sobreviveram naquela altura, e reformularam-se, quer na Ásia quer na África Oriental.

As rivalidades europeias não se confinaram à disputa comercial e à guerra contra ingleses e holandeses. Também a França procurou ganhar força no Oriente e também as tensões internas da Igreja se repercutiram

nos territórios asiáticos. Desde 1622, a Santa Sé criou condições para que o direito exclusivista de Padroado da Coroa portuguesa sobre a Ásia pudesse ser questionado e os conflitos jurisdicionais e missionológicos sucederam-se ao longo dos séculos. A Coroa francesa foi muitas vezes o principal apoiante dos padres da *Propaganda*, mas também os padres do *Patronato* espanhol provocaram embaraços aos interesses portugueses, criticando a acção dos missionários do Padroado, ou apoiando mesmo os interesses mercantis de Manila, concorrenciais com os de Macau.

*
* *

Foram estas tramas complexas que os participantes no 12.º Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa se dispuseram a analisar em muitos dos seus aspectos. Apresentamos, pois, neste volume a quase totalidade das comunicações apresentadas na reunião de Lisboa, estando certos que esta obra trás mais um contributo válido para o desenvolvimento da historiografia indo-portuguesa, e agradecemos a todos os que o tornaram possível.

Lisboa, 10 de Janeiro de 2010

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA
&
VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES

VICEROYS AND THEIR DIARIES
IN THE SEVENTEENTH CENTURY:
THE COUNTS OF LINHARES AND SARZEDAS
THROUGH THEIR OFFICIAL JOURNALS

ANTHONY DISNEY*

Sometime during the early seventeenth century the Portuguese crown issued a regulation requiring viceroys at Goa to record what they had done each day, in an official diary. Any viceroy who failed to do so, and to hand over the duly completed diary at the end of his term of office, was threatened with the forfeiture of his final year's salary.

As far as we know, the Count of Linhares, viceroy from 1628 to 1636, was the first upon whom this demand was imposed – and almost three years into his term, he received a stern reminder of the obligation. He replied that he was already complying fully, and would personally submit his diary on his return to Europe. Meanwhile, each year he was forwarding copies of what he had written, to the Count of Sarzedas, his son-in-law – and Sarzedas would make them available to any interested Counselor of State. He was well aware of his obligations, he added, and there was no need to threaten him with a loss of salary.¹

It seems almost certain that Linhares did in fact write up his diary regularly day by day. Nevertheless, what now survives covers only some 44 per cent of his viceregal term – that is, slightly less than three out of the six years he spent in India. The earliest segment, from 3 March 1630 to 6 February 1631, is preserved in two codices in the Biblioteca da Ajuda in Lisbon. These codices are almost,

* La Trobe University (Melbourne).

¹ Crown to Linhares, 31 January 1632, and Linhares to crown, 2 January 1633, IAN/TT, *Documentos Remetidos da Índia* (hereinafter *DRI*) liv. 30, ff. 1-1v.

but not entirely, identical.² We know that in the eighteenth century they belonged to the Oratorian convent of Our Lady of Necessidades; but how it acquired them remains uncertain. They are written in neat hands, in a style common in the seventeenth century, and appear to be copies – or copies of copies – sent by Linhares to Sarzedas.

A second diary segment, for 9 February to 20 December 1631, now forms part 2 of Codex 939 in the general manuscript collection of the Biblioteca Nacional, Lisbon, and is effectively a continuation of the Ajuda codices. However, its first few folios are missing, leaving a small gap of three days after the Ajuda manuscripts end. This second segment comprises 110 folios, written in an early seventeenth century script.³ Like the Ajuda codices, it remains unpublished.

A much larger time gap of about three years separates this second segment of Linhares's diary from a third, which extends from 6 February 1634 to 21 January 1635, and forms part 1 of the same Codex 939 in the Biblioteca Nacional. This manuscript was certainly one of those sent by Linhares to Sarzedas, because, on the verso of the backing folio, are written the words, "Diário 2.a Via p.a o senhor c'de de Sarzedas".⁴ It was published in 1937 by the Biblioteca Nacional; but with the briefest of introductions, no index and no editorial comment.⁵

For almost twenty years after Linhares returned to Europe, the tradition of maintaining an official viceregal diary was not continued – or, if it was, no text has survived. Linhares's immediate successor, Pero da Silva, pleaded he did not know about the requirement until he had been in Goa for seven months – and then asked to be excused on the grounds the task was too onerous, as well as pointless. Such a diary, he claimed, would never include anything unfavorable to the viceroy who penned it; at best, it would merely repeat what was already contained in dispatches.⁶

However, some nineteen years after Linhares left Goa, a second viceregal diary was written. Its author was Viceroy Dom Rodrigo Lobo da Silveira, first Count of Sarzedas. His diary began on 23 March 1655 and ended some 9½ months later, on 1 January 1656. During the first five of these months Sarzedas was sailing from Lisbon to Goa, so that hardly more than four months of the journal were actually set in India. He arrived in Goa on 21 August 1655 and died there on 13 January 1656, twelve days after making his final diary entry. His journal now survives as a manuscript of 70 folios in the Biblioteca da Academia das Ciências of Lisbon. It was published by the Comissão Nacional para as

² Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12 and Codex 51-VII-13.

³ See BNL Fundo Geral, Codex 939 pt. 2.

⁴ *Ibidem*, f. 118.

⁵ *Diário do Terceiro Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937. (In fact, the viceroy was the fourth, not the third, count to bear the Linhares title).

⁶ Pero da Silva to crown, 5 January 1637, IAN/TT, *DRI*, vol. 37, ff. 450-1v. Also *ibidem*, vol. 38, ff. 42-3.

Comemorações dos Descobrimentos Portugueses in 2001, in a volume edited by Professor Artur Teodoro de Matos, with introduction, notes and full index.⁷

Now, as already mentioned, Sarzedas was Linhares's son-in-law – married, in fact, to his second daughter, Dona Maria Antónia de Vasconcelos e Meneses. It was to Sarzedas that Linhares had sent copies of his own diaries, while himself still in India – in effect, using Sarzedas as his agent. Probably, therefore, Sarzedas was familiar with the contents of Linhares's diaries, which he may well have used as models for his own. The two journals are quite similar, even at times using the same repetitive expressions. However, Linhares's entries tend to be more detailed, and livelier, than those of Sarzedas: Linhares is often impassioned, Sarzedas seldom so. Probably Sarzedas possessed less imagination than his father-in-law and had more difficulty expressing himself.

Professor Matos remarks in his introduction to the Sarzedas journal that it constitutes an informative repository of enormous historic richness; and the same could be said for the Linhares diary.⁸ So, what do these journals tell us? Undoubtedly they are excellent sources, alongside official dispatches and the like, for reconstructing political and diplomatic history. However, they may also be used to throw light on a different kind of history, in a way dispatches and other records cannot easily do. These diaries speak to us about how seventeenth century viceroys lived, day by day. They tell us about values, perceptions and understandings of the world; about how, in a universal order headed by a patriarchal king, represented locally by a viceroy, relationships were expected to function – and how they actually functioned.

Almost from the moment they landed in Goa, Viceroys Linhares and Sarzedas found themselves caught up in a whirlwind of seemingly endless activity. At least, this is the impression both men convey in their journals – particularly Linhares. Between 14 March 1630 and 16 February 1631, Linhares frequently recorded the number of hours he worked, or claimed to have worked, each day. In fact, he made no fewer than 139 such diary entries during this eleven month period.⁹ The hours he logs are extraordinarily long – and, if accurate, indicate he was following a truly exhausting schedule, particularly in Goa's enervating climate.

⁷ Artur Teodoro de Matos (ed.), *Diário do Conde de Sarzedas, Vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)* CNCDP, Lisbon, 2001. The text is from the Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Série Azul, MS 58.

As far as I am aware, only one other seventeenth century viceregal diary from Goa has survived. It is that of the Viceroy Count of Assumar, for the years 1677-8, also in the Biblioteca da Academia das Ciências – Série Azul, MSS 496-500. (I am grateful to Mr Pedro Pinto for this information).

There are, of course, also several surviving eighteenth century diaries.

⁸ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, p. 10.

⁹ See Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, ff. 13v, 14, 15v, 16, 16v and passim; BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, ff. 1-2v.

On three of the said days he states he worked for twelve hours; but on all the other days his hours were longer – and sometimes much longer. On at least seven occasions he records having worked a twenty-hour day; but on two other occasions it was 21 hours. This was exceeded on 29 April 1630, and 14 February 1631, on each of which he labored 22 hours, and on 26 April 1630, when he put in over 23½ hours.¹⁰ Then, on 31 October 1630, he apparently achieved the ultimate working day. “On this day”, he solemnly wrote, “I spent all 24 hours in the service of His Majesty”.¹¹ His average working day over the entire period was approximately 17½ hours. Yet only once does he allude to feeling tired – after a 19-hour day.¹² Linhares stopped recording his daily working hours when he left on a coastal voyage to Kerala in February 1631, and never resumed the practice – at least, not in any surviving segment of his diary.

By contrast, Sarzedas apparently did not feel the need to keep a record of how long he worked; but he did sometimes indicate the time of day when his work began – especially, perhaps, when it was unusually early. He writes that on 27 August 1655 he rose at 5 a.m., on 4 September at 4 a.m. and on 19 September, “very early”.¹³ He also indicates that he often worked late, with such comments as, “at night I was with the *Vedor da Fazenda* and the Secretary of State, conferring...”.¹⁴

We might also ask what the diaries tell us about patterns of viceregal rest and recreation. We know some institutions in seventeenth century Goa, such as the law courts, went from time to time into recess – much to Linhares’s annoyance. But there was no equivalent convention of “time off” for a viceroy. Indeed, that would hardly have been compatible with his high status – though we might perhaps expect that he rested somewhat on Sundays? To test this proposition let us examine a few diary entries, for weekdays on the one hand, and for Sundays on the other. On Thursday 13 July 1634 Linhares held audiences, dealt with petitions and other paperwork, attended to the affairs of several individuals and then visited the docks.¹⁵ On Sunday 6 August he held audiences, dealt with petitions and wrote letters to various commanders of fortresses and to the Sultan of Bijapur.¹⁶ There does not seem to have been much difference between his routine on the weekday and on the Sunday. And Viceroy Sarzedas? On Friday 22 October 1655 he began the day with Mass; then he held audiences, dispatched petitions and spoke with various fidalgos. In the afternoon he conferred with

¹⁰ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, ff. 15v, 16v, 24v, 28, 29, 86v, 87v, 127v, 138; BNL, FG, Codex 939 Pt. 2 ff. 1, 2v.

¹¹ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, f. 103v.

¹² On 27 May 1630. See *ibidem*, f. 47v.

¹³ A.T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 86, 95, 100.

¹⁴ *Ibidem*, p. 98. See also pp. 102, 112.

¹⁵ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 144.

¹⁶ *Ibidem*, p. 153.

the *Vedor da Fazenda*, and that night consulted the Secretary of State and interviewed a visiting Englishman.¹⁷ Two days later, on Sunday 24 October, he attended Mass, then held audiences and met with the *Vedor da Fazenda*. In the afternoon he held interviews and at night received a message that an English ship had arrived, bringing news from Europe.¹⁸ Once again, his Sunday differed little from his weekday. For both viceroys, Sundays were working days, like any other. However, if Sundays provided no relief from a viceroy’s daily round, there was opportunity for respite – as we shall see shortly – on the many saints’ days that filled the church calendar. On such days the viceroy attended church, usually in the morning, but also took time off to participate in the celebrations.

Constant emphasis in the diaries on the long hours these viceroys worked raises the obvious question – what kept them so busy? An important part of the answer would seem to be, endless accumulations of paperwork. By the seventeenth century, recording and communicating in writing were, of course, routine activities practised by every European, and European colonial, government. Goa was no exception. In fact, Sarzedas’s diary suggests that, even before reaching Goa, viceroys were handling large flows of paper. When he set sail from Lisbon on 23 March 1655, he did so under instructions to wait offshore for last minute dispatches, to be delivered by a pinnacle from Cascais. While waiting, he took the opportunity to distribute duplicate sets of dispatches he already had aboard to other ships in his fleet. The weather was rough, and one set fell into the sea; so he had to have another laboriously copied out aboard the flagship. Next day, seas were too heavy for a delivery – and Sarzedas decided to sail on without it.¹⁹ A week later, he was already laboring over his first written report to the crown.²⁰ Meanwhile, written messages were regularly being exchanged by boat, between the flagship and other vessels.²¹

Once a viceroy reached India, the flow of paper passing through his hands soon became a flood. There is scarcely a day’s entry in either diary without some prominent reference to communicating by paper. Both viceroys were for ever receiving, reading or writing dispatches – and there is ample evidence to show this work occupied a huge proportion of their time. Linhares once complained of the “heaps of paper” he had to deal with.²² On another occasion he returned to his desk after a three day absence to find paperwork piled up, including over 400 petitions. On 14 January 1631 he wrote that he had “infinite petitions” to catch up on after an illness; next day he claimed to have just signed over 500 letters.²³

¹⁷ A.T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, p. 124.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Ibidem*, p. 39.

²⁰ *Ibidem*, p. 40.

²¹ For examples see *ibidem*, pp. 39, 43, 44, 45 and *passim*.

²² Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, f. 90v.

²³ *Ibidem*, ff. 107v, 133v, 134.

On 24 April 1631 he again bewailed how many petitions, and how much paperwork in general, awaited him. Later he remarked that writing dispatches seemed to occupy every hour of his day.²⁴ Sarzedas complained less about this problem; but he too felt the pressure, and was kept endlessly busy with paperwork.²⁵

While a viceroy's paperwork never ended, there were certain times of year when it was especially heavy – in particular, after the arrival of the annual *naus da carreira da Índia* from Lisbon, and then preceding their departure. Now, the *naus* tried to reach Goa towards the end of the wet monsoon, and to depart early enough to avoid winter storms off southern Africa.²⁶ This meant arriving in September or October and leaving in late December, January or at the latest February. Because the *naus* brought out and took back the annual *vias* – the sets of dispatches – the viceroy's bureaucratic year was more or less tied in with the rhythm of the seasons.

To illustrate what this meant for the viceroy, let us consider what happened in 1630-31. In 1630 the *naus* reached Goa on 30 September, and the *vias* were duly delivered the same day.²⁷ Linhares records that he immediately began opening and reading them – before, he stresses, looking at any of his private letters. By October 2 he had begun composing some replies, which he was determined to send back to Portugal as soon as possible, by overland courier.²⁸ He worked earnestly on these replies, over the next few days; but the arrival of royal dispatches had also triggered a flurry of communications with other parts of the viceroyalty, which likewise required his attention.²⁹ This kept him busy through October and November, after which he became increasingly immersed in writing his own annual letters to the crown. His paperwork at this stage was all the more taxing, because it occurred just when he was heavily involved in overseeing the preparation of various fleets – including the *naus* themselves – at the start of the sailing season. By the end of January 1631 Linhares was rising at 2 a.m. in an effort to finish his dispatches – and when the Indiamen finally sailed on 15 February, it must have been a great relief to him.³⁰

But it was not just dispatches to and from Europe that consumed Linhares's time year after year, but written communications with other centres in the viceroyalty, and with numerous foreign powers in maritime Asia. We shall cite just one example. Sailing conditions meant that communications with places east of Cape Comorin required urgent attention in April and May. Linhares spent all of

²⁴ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, ff. 22v, 53v.

²⁵ A.T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 87, 89.

²⁶ Cf. C.R. Boxer, *The Tragic History of the Sea*, Hakluyt Society, Cambridge, 1959, p. 1.

²⁷ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, ff. 93v, 94.

²⁸ *Ibidem*, ff. 94, 95-95v.

²⁹ For example see *ibidem*, f. 98v.

³⁰ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, f. 2v.

27 April 1634 writing dispatches for Melaka, Macau and Manila. He continued with this work the following day, when he remarked he had so much to write that, however hard he labored, he could not see the end of it.³¹ On 1 May he reported he had finally signed “a great quantity of letters” for Macau, Melaka and Manila; but he still had not finished them. The Secretary of State's limitations, he complained, meant that he had to do everything himself. It was not until 5 May, when the viceregal letters, *regimentos*, instructions, decrees and all other relevant papers were ready, that the ships assigned to convey them finally sailed for the Far East.³²

But if the diaries of Linhares and Sarzedas emphasize the role of paperwork in the lives of viceroys, they also reveal just how crucial for them were *non-written* forms of communication. Seventeenth century viceroys had to be seen, and heard, in both private and public, at all levels. They also had to observe watchfully and listen carefully. Ability to communicate, at a personal level, face-to-face, was an essential skill – and, without it, few viceroys could have survived for long. For this was an era when literacy was still limited to the few – and those who could read, mostly read aloud. Direct verbal communications were the norm for most people – and remained important, even for the literate.

Our diaries show that the form of face-to-face communications that Linhares and Sarzedas engaged in most often was viceregal audiences. These audiences – at which the viceroy received fidalgos, religious, ambassadors and sometimes visiting foreigners – were held almost daily, including Sundays. Usually, the audience was the first item of business after the dawn Mass, and sometimes it lasted for hours. In his diary for 29 August 1655, Sarzedas noted that, after attending Mass and reading petitions, he had received a succession of individuals, until past midday.³³ Sarzedas records his audiences with conscientious regularity; but his comments are brief and monotonously repetitive. He tends just to say that he had given hearings to “individuals” – or, “some individuals”, or, “different individuals”, or, “many individuals”, but seldom says who they were, what they wanted or how he reacted.³⁴

Linhares's references to audiences are less frequent, but usually more detailed. Sometimes he mentions his own feelings towards those appearing before him. On 21 November 1630 he bewailed how long he had spent that day in audience. He blamed the many religious present, alleging they were always long-winded and tedious.³⁵ On another occasion, after receiving a group of religious, he wrote that “many fathers of the Company of Jesus wore me out”,

³¹ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 85.

³² *Ibidem*, pp. 91-2.

³³ A.T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, p. 89.

³⁴ For examples see *ibidem*, pp. 91, 94-5, 96 and 97.

³⁵ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, f. 113.

because “they want, what they want”. He added that the Jesuit provincial himself had little understanding – and certainly no appreciation of time.³⁶ On 24 May 1630 Linhares again received in audience several Jesuits, and once more described them as “troublesome people”.³⁷

After formal audiences or other face-to-face encounters, Linhares quite often penned brief character sketches of the individuals he had met. The celebrated Rui Freyre de Andrade, who visited him in 1631, he described as a good person and a very good soldier. “He fights well”, Linhares conceded, but added, “everything he says has a double meaning...”.³⁸ Another commander, Dom Francisco de Moura, Linhares curtly dismissed as, “the most naïve man in the world”, while a third, António Teles de Meneses, Captain-General of the Galleons, did “nothing but ask for money”.³⁹ But his harshest words were usually reserved for the clergy. After listening at length to the grievances of the Bishop of Cochin, Linhares confided to his diary that the man was “a lunatic”, who, “thinks he knows more than anyone else – and that he is superior to the king!”⁴⁰

As a form of face-to-face communications, international diplomacy was one of a viceroy’s most important responsibilities, which required, and usually received, especially sensitive handling. A good illustration of this in the diaries is the signing of the Anglo-Portuguese truce, on 20 January 1635, by Linhares and William Methwold, president of the English East India Company’s establishment at Surat. Linhares prepared for his meeting with Methwold with great care. It began, his diary tells us, at 10 a.m., and lasted two hours. Methwold arrived with six members of his council, several of his “captains” and a number of dependents. The English impressed Linhares as serious-minded people – courteous, neatly-dressed after their manner, in clothes of various colours, well-spoken and worthy of respect. The president himself wore black and was quite good-looking, though rather bald. He spoke a little Spanish, which he said he had learned since arriving in India.⁴¹ Linhares’s description is precise, highly visual and quite personal. In such situations in the seventeenth century, appearances mattered; hence they were carefully maintained by the one side, and equally carefully observed and noted by the other.

Viceroy, as well as conducting face-to-face communications on an individual or small group basis, had to be highly visible to the public at large. As the

³⁶ The precise words Linhares used for the last part of this quotation, which I have loosely translated, were, “pouco entendimento e ruim termo”. *Ibidem*, f. 26v.

³⁷ *Ibidem*, f. 43.

³⁸ “... posto que he muito boa pessoa, muito bom soldado, e peleja muito bem, todas suas práticas são de dous sentidos...”. *Ibidem*, f. 132.

³⁹ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2 f. 102; *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 220.

⁴⁰ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 164.

⁴¹ *Ibidem*, pp. 266-7.

Goa *câmara* put it in 1633, viceroys should always move about in public with great display, accompanied by as many *criados* as possible.⁴² The earliest opportunity a viceroy normally had of putting himself on display in this manner was at his ceremonial *entrada*, or entry, into the city of Goa at the commencement of his term of office. Viceregal *entradas* were theatrical occasions, involving, among other things, a procession from the quayside to the palace, a formal welcome by the Goa *câmara* and a swearing in ceremony at the cathedral.⁴³ Sarzedas described his own *entrada*, which took place on St. Bartholomew’s Day, 24 August 1655. It was a relatively modest affair, as Sarzedas wanted to stress the need for frugality. Nevertheless it involved a large gathering, which included the city fathers, councilors of state, judges of the *Relação* and numerous *fidalgos*. Sarzedas rode through triumphal arches, attended by “the greater part of the city and the nobility”.⁴⁴

There were many other opportunities for a viceroy to be seen publicly at solemn, festive or ceremonial occasions. Most of these occasions were religious, and arose regularly in accordance with the church calendar. The more important religious occasions were Easter, and the feast days of St. John the Baptist (24 June), St. James (25 July), St. Catherine, who was Goa’s patron saint (25 November) and St. Francis Xavier (2 December). But commemorations were also held each year for St. Augustine, St. Francis of Assisi, and St. Dominic – whose respective Orders all maintained a significant presence in Goa – and for St. Anthony, St. Lazarus, St. Thomas, St. Lucia, Sts. Peter and Paul, St. Bonaventure, St. Teresa, St. Anne, St. Michael, various manifestations of the Virgin Mary – such as Our Lady of Grace and Our Lady of the Assumption – and for All Saints day, the day of the Holy Spirit, Ascension day and Christmas day, to mention just some of those featuring in the diaries. As already noted, such occasions could provide a welcome break from routine for the viceroy – while they also offered opportunities for effective self-promotion.

Linhares was well aware of all this and behaved accordingly. For instance, his diary shows that he knew in 1630 that a large crowd, including many foreigners, was expected for the feast of St. John. So he came on horseback, dressed in all his finery – and was delighted by the crowd’s enthusiastic reception. “I rode more to please them”, he wrote, adding that the large personal cost in

⁴² Goa *câmara* to crown, 30 December 1633, Biblioteca da Universidade de Coimbra, Codex 645, f. 35v.

⁴³ For the viceregal *entrada* as an institution see Catarina Madeira Santos, *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, CNCDP, Lisbon, 1999, pp. 248-56, and Anthony Disney, “The Ceremonial Induction of Incoming Viceroys at Goa in the Sixteenth and Seventeenth Centuries”, in Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto and Charles Borges, (eds.), *Indo-Portuguese History: Global Trends. Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History*, Goa, India, 2005, pp. 81-94.

⁴⁴ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, p. 85.

effort and money was justified, because so many people were present.⁴⁵ Similarly on St. Catherine's Day – a feast day that viceroys were bound to attend – there was another large gathering that even included a representative of the Moghuls. Linhares again staged a fine and costly display – and it was on this occasion that the Sultan of Bijapur's ambassador asked to be shown a certain window in the viceregal palace. Linhares not only obliged, but invited him to dinner – and to make it a spectacular occasion, provided no fewer than 150 dishes, at no small cost!⁴⁶

But sometimes these religious festivals, with their Masses, sermons and processions, followed by horse races, bull-fights, feasting and general merry-making, could be both time-consuming and utterly exhausting for the viceroy. On 17 March 1630, after attending the feast of St. Lazarus, Linhares expressed his frustration at how long it had all taken. At the time he was extraordinarily busy, trying to get various fleets ready for departure.⁴⁷ On another occasion – Easter Sunday, 1630 – he attended two processions, one at the Franciscan church, where he had been worshipping through Holy Week, and the other at the cathedral. The weather was very sultry and, at the end of it all, he felt totally drained.⁴⁸

Nevertheless, always the man of action, Linhares not only believed he was duty-bound to appear in public, frequently and ostentatiously; he also wanted to see as much of the *Estado da Índia* as he possibly could, and to assess its condition. He once wrote that he considered it vital that he inspect “all the places pertaining to this city, both outside and in”.⁴⁹ More ambitiously, he wanted to visit outlying possessions – and he devised plans and schemes, under various pretexts, to make voyages of inspection to Kanara and Kerala, to the coasts north of Goa, and to Sri Lanka. However, such ventures were expensive and difficult to organize, and only his Kanara/Kerala voyage ever eventuated.

Now, there is one thing I would like to make quite clear at this juncture. It is that viceroys did not cultivate face-to-face communications merely for ornamental purposes; they also did so to get work done. This was especially so in the case of Linhares. He seems to have demanded that all officials and workers be as committed to the royal service as he claimed *he* was – and to work at the same pace. Of course, this was unrealistic; so he was forever complaining that, without his personal presence, his instructions were not carried out. This particularly applied in institutions like the dockyard.⁵⁰ In one typical diary entry, Linhares raged against lazy, incompetent dockyard officials, who had wanted

⁴⁵ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, ff. 55v, 57.

⁴⁶ *Ibidem*, f. 75.

⁴⁷ *Ibidem*, f. 15.

⁴⁸ *Ibidem* f. 18v.

⁴⁹ *Ibidem*, f. 89.

⁵⁰ See, for example, *ibidem*, ff. 117, 127 and 129.

to careen a galleon without bothering to inspect its keel. When it was inspected, on his insistence, it proved to be riddled with ship worm.⁵¹ A month later, he expressed himself sick and tired of the slow progress made by the dockyard, saying that none of the orders he had given had been carried out. On 29 September 1631 he reported that he had finally got the galleons launched; but it took his personal presence, day and night, for eight consecutive days to achieve this. On 1 December he was so exasperated that he filled almost his entire diary entry with invective against non-performing officials, and with complaints about how hard it was for him, because he had to see to everything personally.⁵² There are many similar entries, scattered throughout his journal. Always it was the same story: nothing was ever done, unless he was there himself, to see that it was done.⁵³

Sarzedas was less vocal about under-performing officials than Linhares – and, indeed, tended to rely more on subordinates. However, he too had no illusions. On 27 August 1655 – less than a week after his arrival in Goa – he noted how little had been done to prepare the various fleets. Ships were still lying in the dockyard “covered in straw”, though the season was well-advanced. Later, when confronted with an all-too-familiar failure to carry out instructions, he remarked despairingly, “everything in India is like that”.⁵⁴ Paralyzing internal disputes and quarrelsome rivalries were likewise complicating factors. Linhares spent all morning of Sunday 18 June 1634 with the *moradores* of Rachol and their Jesuit priests, trying to reconcile them. Their differences were not resolved – so he had to devote all the next morning too, to the same tiresome task.⁵⁵

This incident brings out another role of the viceroy – that of local patriarch. Portuguese society in this era was still profoundly patriarchal, with the father figure of the king at its head. It was the duty of a patriarchal king – and so, by extension, of his viceroy – in exchange for loyalty and obedience, to protect, care for and dispense justice to his subjects. During Sarzedas's voyage from Lisbon to Goa in 1655, traditional patriarchal relationships functioned fairly smoothly within the enclosed community of the fleet. This is apparent, for example, in the way Sarzedas reacted to deaths and accidents at sea. Although the voyage was a relatively fast one, there were inevitably some fatalities: among them, Sarzedas mentions five soldiers, two young sailors, a Dominican friar and a 12-year old boy. Three of these nine victims fell into the sea and drowned, another fell down a hatchway, three died as a result of unspecified accidents, one died from an illness and one from unexplained causes. Sarzedas also notes six non-fatal accidents – three involving soldiers and three involving boys.

⁵¹ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, f. 30v.

⁵² *Ibidem*, f. 104.

⁵³ Entry for 8 November 1634, in *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 223.

⁵⁴ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 86-7, 100.

⁵⁵ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 135-6.

In almost every case Sarzedas names the victim, and often also his town of origin and his parentage. Sometimes he shows fatherly concern. About 4 p.m. on 1 May 1655 a certain Pedro Duarte, soldier from Trás-os-Montes, fell into the sea. A boat was quickly launched; but Duarte had already drowned when it reached him. Sarzedas was distressed, commenting that it was the first serious accident sustained aboard the flagship.⁵⁶ Similarly, a sense of patriarchal responsibility is implicit in his reaction to the sickness of one of the captains. On 1 July, concerned because the captain of the galleon *São Francisco* had suffered from a stomach complaint for over three weeks, Sarzedas sent his physician to him by boat, along with a *criado* bearing gifts of delicacies and remedies, including a bezoar stone. "I am very worried about this fidalgo's sickness", he wrote – and he set up a signaling system between the ships, so the captain's progress could be communicated to him.⁵⁷

Sarzedas likewise accepted responsibility for composing quarrels during the voyage, and defusing animosities – which were not uncommon in the confined world of a fleet. When informed that a corporal had wounded a young sailor in a fight, he banned the carrying of knives. He dispensed justice, appointing a *desembargador* as auditor or judge for the fleet, to hear complaints and investigate alleged offenses.⁵⁸ All this occurred within the well-tryed framework of patriarchy that prevailed aboard the fleet, more or less as it did in Portugal.

However, once a viceroy reached Goa, he found traditional controls and behaviour patterns more difficult to maintain among local Portuguese – at virtually all levels of society. At the lower levels, it proved frustratingly hard to deploy the soldiers and sailors needed to man ships and fortresses. The Portuguese in India, Linhares wrote, were an idle lot, who simply would not tear themselves away from their "comforts, pleasures, delights and amusements".⁵⁹ Even when he offered to feed unemployed and unpaid soldiers at his own cost during the wet monsoon – a traditional patriarchal solution to a perennial problem – such, he complained, was the "stupidity in India", that many men preferred to risk death by starvation rather than come to his house.⁶⁰

Linhares also found the judges of the *Relação* thoroughly unreliable; they would not, or could not, be persuaded to perform up to standard. "How the law operates in this land astonishes me", he wrote, explaining that it was simply not applied as in Portugal. In India, he explained, each judge interpreted the law according to his own whim, so there was no consistency in sentencing.⁶¹ Linhares also criticized what he believed were the *Relação*'s inflated pretensions,

⁵⁶ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 46-7.

⁵⁷ *Ibidem*, pp. 59, 61.

⁵⁸ *Ibidem*, pp. 37-9; also see pp. 42-3, 48, 62, 63, 67, 75 and *passim*.

⁵⁹ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, ff. 92v., 104.

⁶⁰ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 133-4.

⁶¹ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, f. 31v.

and he warned it not to trespass on his own jurisdiction.⁶² Such comments can easily be dismissed as mere personal pique – but they suggest more than that. As Professor António Hespanha has cogently argued, in seventeenth century Portugal the power of the crown was still preeminent rather than universal. There was a balance between crown interests and particularist interests, which tradition required should be maintained.⁶³ But the viceregal diaries suggest that, in maritime Asia, particularism and individualism were more difficult to hold back than in Portugal. Viceroys encountered in Goa much less conformist patterns of behavior than were normal in the metropolis. These they did not fully understand – but they certainly disapproved of them.

At the same time, as both Linhares and Sarzedas discovered, incoming viceroys were immediately thrust into dealings not only with local Portuguese, who behaved differently to what was normal in Portugal, but also with Asians and Africans who were more obviously "other". How were they to handle these relationships? "These Moors, as I understand it, are not reliable in anything", wrote Sarzedas, when negotiating with the ambassador of Bijapur.⁶⁴ "I find these Moors do not keep their word", he later repeated, adding that they were notorious for their "fickleness and lack of sincerity". The sultan's ambassador was, "a troublesome Moor, full of lies and falsehoods".⁶⁵ And so on.

However, while the diaries suggest that these viceroys' assumptions about proper political relationships were somewhat challenged by the realities of India, this was apparently not the case with their religious convictions. Of course, viceroys had frequent clashes with clerics. Linhares described the Goa cathedral chapter as tumultuous and undisciplined and often railed against Religious Orders that offended him. The Jesuits and Augustinians were among his greatest *bêtes noires*, and he even described the latter as a nest of robbers and malefactors. Once, he sweepingly affirmed that all clergy in the *Estado da Índia* were impudent, and all tried to usurp the royal authority.⁶⁶ Nevertheless, both he and Sarzedas remained unquestioningly Catholic – or so it would seem, judging by the pattern of their religious observance. For example, Sarzedas makes clear that his normal routine was to hear Mass every day, before work. Wednesday 1 September 1655: "In the morning I heard Mass and I gave audiences...". Thursday 2 September: "In the morning I heard Mass and granted audiences to many people". Friday 3 September: "In the morning I heard Mass and went to the *Relação*". Saturday 4 September: "In the morning I rose at 4 o'clock, heard Mass, and went to Tivim,

⁶² *Ibidem*, f. 35.

⁶³ A. M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*, 2nd edition, Livraria Almedina, Coimbra, 1994, pp. 526-7.

⁶⁴ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, p. 91. (Entry for 1 September 1655).

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 105, 132.

⁶⁶ *Ibidem*, pp. 42, 90v, 95v, 96v.

which is one of the passes...".⁶⁷ And so on, day after day. Occasionally, Sarzedas also confessed and communicated. Wednesday 8 September 1655: "In the morning I went early to Madre de Deus, where I heard Mass, confessed myself and received communion. I returned at 10 o'clock".⁶⁸ Linhares mentions attending morning Mass less often than Sarzedas – probably because the practice seemed to him so obvious, it needed no comment. There is nothing in Linhares's diary to suggest his Catholic faith was anything other than conventional. For instance, in 1634, when he was sick, he followed the common Portuguese practice of making a vow to perform novenas – that is, special thanksgiving devotions over a nine day period, at a succession of churches. These he began in late May, and concluded at the tomb of St. Francis Xavier, at the Jesuit church of Bom Jesus, on Ascension Day.⁶⁹ This was conventional, uncontroversial Portuguese piety.

It is fair to say that none of the values reflected in the two diaries, that we have so far considered, is particularly startling – even from a modern perspective. They are traditional and deeply conservative; but they represent positions we can readily comprehend and they do not differ much from what can still be found in some societies today. However, the diaries also reflect certain other values, and other assumptions, that are much more alien. Indeed, they are indicative of a mental gulf separating the seventeenth from the twenty-first century, which requires a considerable mental effort to bridge. Mostly, these alien values appear in quite casual, matter-of-fact ways. For instance, on 18 May 1634 Linhares wrote in his diary, "I continued with my novena. I gave audiences. I dispatched many papers, petitions and items of business for various individuals, and I gave orders for a number of matters in His Majesty's service. The day before yesterday they tortured a *negro*, cut off his hands and hanged him. He had killed his *senhor* three months ago. And today they hanged and quartered a robber, who had committed many robberies and killings...".⁷⁰ On another occasion Linhares expressed surprise that a certain Duarte Fernandes had been seized by the Inquisition, accused of Judaizing. "I am truly astounded that this man should have been imprisoned", he wrote. Fernandes had come to Goa as a small boy and had lived there for years, without any suggestion of trouble. But although Linhares could make no sense of the arrest, he nevertheless added, "It's clear that the Holy Inquisition would not have taken him, without good reason".⁷¹

The evidence of moral and religious values very different to those of today is even clearer in the Sarzedas diary. Generally Sarzedas wrote in a more subdued, less passionate style than Linhares. But a rare exception occurred on 1 October

⁶⁷ *Ibidem*, pp. 91-4.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 95.

⁶⁹ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 110-19.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 115.

⁷¹ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, f. 112.

1655. "A matter was brought to my attention today", wrote Sarzedas, "to cause us all to weep". Six years earlier, the devil had got into a man at a church in Cochin. He had opened the sanctuary where the Holy Sacraments were kept, emptied the consecrated elements onto the altar and fled with the communion vessel into Muslim territory. There, however, he was arrested. He was subsequently sentenced by the *ouvidor* to have his hands cut off, and to be hanged and quartered, after which his head was to be displayed before the door of the church where his unspeakable crime had been committed. But the case had then been appealed to the *Relação*, and remained unresolved. Sarzedas thought it scandalous that the sentence still had not been carried out.⁷² Of course, in the context of his times, his attitude was not unusual. In the seventeenth century sacrilege was one of the worst of crimes, attracting a correspondingly severe penalty. Most people simply took that penalty for granted.

Nevertheless, if matters of faith feature quite prominently in the diaries, then so do concerns about health and physical well-being. In this regard, each viceroy incorporated into his journal a kind of personal medical record, noting when they fell ill, what symptoms they displayed and how they were treated. Linhares makes entries about his state of health on at least 54 separate occasions. Overall, these references show that he was significantly sick, on average, for about 18 days each year. This seems a relatively healthy record for a European living in a tropical climate during the seventeenth century – though it is, of course, quite possible he was sick more often than he admits.

Linhares's diary indicates that some of his illnesses lasted for only a day or two; but he also experienced three longer and apparently more serious episodes. These occurred in December 1630/January 1631, February 1634 and January 1635, suggesting a seasonal pattern. Linhares himself commented on this pattern, writing on 14 January 1635, "since I have been in India, I have always become sick at this time of year; and the attacks have increased so much, it constantly worries me".⁷³ The fact that these bouts of sickness were occurring at the busiest time of year he found especially frustrating – and perhaps, we may surmise, excessive work was a contributing factor?

Surprisingly enough, Linhares seems to have remained quite healthy during the wet monsoon. He did experience a four-day sickness between 16 and 19 June 1630; but it seems to have been just an influenza-type infection, with a headache, temperature and cold.⁷⁴ However, the illnesses from which he suffered in December/February, in successive years, were more serious. In 1630-31 the symptoms were a recurrent high fever, followed by intense cold sweats. These attacks were often worst at night and left him much weakened. For instance, on 6 January he

⁷² A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 104, 112.

⁷³ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, p. 261.

⁷⁴ Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, ff. 52v-53.

felt reasonably well till about 11 a.m. Then he experienced a very intensive cold sweat, which lasted until 2 p.m. It was followed by an all-night fever, which left him very tired.⁷⁵ In February 1634 he again developed a fever, with repeated cold sweats, and it left him utterly exhausted.⁷⁶ The symptoms described by Linhares on these occasions would seem to leave little doubt he was suffering from malaria.⁷⁷

Sarzedas also recorded his illnesses; but because he only survived for four months in India, his medical record is quite short. He mentioned two early periods of sickness – in late August and early October – but gave no details, except that he felt very weak.⁷⁸ However, on the morning of 3 December 1655 he complained that his right arm and hand had become swollen. “I called the doctors”, he wrote, “and it seemed they could do nothing for them. I got up, heard Mass, gave audiences...”.⁷⁹ Three days later the swelling was still present, and he remained in bed. On 7 December he got up, although his arm remained swollen, while his diary entry for 10 December shows that on that day also his situation was unchanged. By 12 December he had developed a fever, which apparently persisted. On Christmas Day he heard Mass and received good wishes from various people. But it was a stormy day, very sultry, and he became “soaked in sweat”.⁸⁰ He was still very sick on New Year’s Eve. His last diary entry was made on 1 January 1656 – and by 12 January he was dead.⁸¹

Do the symptoms of Viceroy Sarzedas’s last illness, as described in his own diary, provide sufficient detail to permit a plausible diagnosis? Perhaps, as the fever and cold sweat suggest, he too had malaria. But if the swellings in his arm and hand were indeed indicative of what killed him, then it may be that he died of *lymphatic filariasis* – a vector-borne parasitic disease endemic in India, where it is spread by mosquitoes.⁸² If that were the case, then there was nothing seventeenth century medicine could have done for him.

This leads us on to considerations of medical diagnosis and therapeutic practice in Portuguese India at the time when Linhares and Sarzedas held office. We know that the Portuguese, by then, had absorbed some elements of Indian

⁷⁵ *Ibidem*, f. 132 v. For descriptions of other instances of his onsets of sickness, see also ff. 122, 124-4v, 125v, 131v-32.

⁷⁶ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 6-7.

⁷⁷ For malaria and its symptoms see Leonard G. Wilson, “Fever” in W.F. Bynum and Roy Porter (eds.), *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, 2 vols., Routledge, London and New York, 1993, vol. 1, pp. 382-411.

⁷⁸ A. T. Matos, *Diário do Conde de Sarzedas...*, pp. 89, 90, 105.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 136.

⁸⁰ See *ibidem*, pp. 138, 139, 140, 142.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 144-5.

⁸² I would like to thank Mr. Leigh Reeves, MB, BS, for this suggestion.

medical tradition from local Hindu *vaidyas* (physicians), especially regarding the treatment of tropical diseases.⁸³ Moreover, since establishing themselves in Goa they had significantly increased their knowledge of Indian pharmacology. The classic evidence for this is, of course, the celebrated *Colóquios* of the Portuguese New Christian physician, Garcia d’Orta, published at Goa in 1563. Charles Boxer considered this book a landmark in the history of *materia medica*, claiming it was still cited as an authority, even in the twentieth century.⁸⁴ However, although we know some governors and viceroys consulted *vaidyas* for medical advice, it seems that Linhares and Sarzedas were not among them. Both relied on Portuguese physicians – and seventeenth century Portuguese physicians invariably subscribed to “humoralism”, the theoretical basis of learned medical practice in the West since Classical times.⁸⁵ To reduce “fevers” – including the malarial attacks from which Linhares, and possibly Sarzedas, suffered – humoral practitioners tried to restore the natural “balance” between the four bodily fluids or “humors”. According to Galen, writing in the second century A.D., fevers resulted from an excess of blood – and patients with fever should therefore be bled.⁸⁶ So bleeding was the standard remedy applied, in the Western tradition, to treat malaria.

During his attack of malaria in early 1631 Linhares was bled no less than nine times, over a period of three or four days.⁸⁷ Seventeenth century patients like Linhares firmly believed that bleeding was beneficial – because that was what conventional wisdom had taught them to believe. In fact, bleeding did lower the pulse rate – and so reduced the patient’s sensation of fever. It also served to lower the iron level in the body, which may have helped combat infections.⁸⁸ Certainly Linhares, when suffering from fever, actively sought this treatment –

⁸³ João Manuel Pacheco Figueiredo, “The practice of Indian medicine in Goa during the Portuguese rule, 1510-1699”, *Luso-Brazilian Review*, vol. 4, no. 1, June 1967, pp. 52-3.

⁸⁴ See Garcia d’Orta, *Colóquios dos Simples e Drogas e Cousas Mediciniais da Índia*, facsimile edition, Academia das Ciências, Lisbon, 1963. The quotation from Boxer is in Charles Boxer, *Opera Minora*, Diogo Ramada Curto (ed.), 3 vols., Fundação Oriente, Lisbon, 2002, vol. 2, p. 184. Orta’s work is also discussed in Aloka Parasher-Sen, “Difference and Interaction. 15th-16th Century Portuguese Contact with Indian Medicine” in *Indo-Portuguese Encounters. Journeys in Science, Technology and Culture*, Lotika Varadarajan (ed.), INSA/CHAM/ARYAN, New Delhi and Lisbon, two vols., 2006, vol. 1, especially pp. 92-7.

⁸⁵ See Vivian Nutton, “Humoralism” in *Companion Encyclopedia of the History of Medicine*, vol. 1, pp. 281-91. Also Mary Lindemann, *Medicine and Society in Early Modern Europe*, Cambridge University Press, Cambridge, 1999, pp. 10-14.

⁸⁶ V. Nutton, “Humoralism”, p. 393; Roy Porter, *Blood and Guts. A Short History of Medicine*, Penguin Group, 2003, pp. 25-7, 115.

⁸⁷ See Biblioteca da Ajuda, Codex 51-VII-12, f. 132v.

⁸⁸ V. Nutton, “Humoralism”, p. 393; R. Isaac, *Landon Carter’s Uneasy Kingdom: Revolution and Rebellion on a Virginia Plantation*, Oxford University Press, New York, 2004, especially p. 115, has an illuminating discussion of this subject.

and he even had himself bled, on at least one occasion, against the advice of his chief physician.⁸⁹ So, when we begin to look at what the diaries say about health and sickness, we find ourselves, on the one hand, in a familiar world of colds, headaches and malarial visitations – but, on the other, confronted by extraordinarily ancient diagnostic and therapeutic principles that today are wholly alien.

Clearly, this was a hazardous world for patients; but it was also a very difficult and dangerous place for doctors. When Linhares returned to Goa from his coastal voyage in April 1631, he found that all the local “physicians” – meaning, presumably, the *vaidyas* – had been confined in a dungeon, for reasons he does not explain. At the time an epidemic was raging, and so he decided to have them released, to attend to the sick.⁹⁰ But the misadventures of these practitioners seem mild indeed compared to those of Chief Physician Fernão Lopes d’Orta, in the early 1620s. Sent to Bijapur to treat its sick sultan by the then governor, Fernão de Albuquerque (1619-22), this unfortunate man had his nose and ears slit off, when his illustrious patient died.⁹¹

I would like now to reiterate an important point. These two journals are not, in a strict sense, “personal diaries”. Nor are they “journaux intimes” – introspective journals, in which the authors express their innermost thoughts and feelings, without inhibition.⁹² These diaries are official documents – records that viceroys were required to keep by order of a distant crown, trying to get a clearer idea of what its representatives were actually doing. Nevertheless, the diaries are rich mines of information. They contain illuminating material on the political history of Goa and of the *Estado da Índia*. But they also tell us much about the viceroys themselves – their attitudes to work, the impact on them of a burdensome bureaucracy constantly generating paper, their roles as face-to-face communicators, their struggles with the functional problems of patriarchy under Indian conditions, their religious profiles and their attitudes to sickness and contemporary medicine. The Linhares and Sarzedas journals are indeed windows into how lives were actually lived in the seventeenth century. As historians, we should be grateful to these two hardworking viceroys – grateful for the hours they spent, laboring by candle-light, pen in hand, at the end of long, exhausting days, writing up their respective journals – to fulfill yet another tiresome bureaucratic duty.

⁸⁹ *Diário do Terceiro Conde de Linhares...*, pp. 168-9.

⁹⁰ BNL, FG, Codex 939 Pt. 2, f. 21.

⁹¹ P.S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, Tipografia Rangel, Goa, 1953-, vol. 1 1618-1633, pp. 334-5.

⁹² For these forms of diaries see Fothergill, *op. cit.*, and Alain Girard, *Le Journal Intime*, PUF, Paris, 1986. A useful discussion concerning a Portuguese personal diary, from a somewhat later period than those of Linhares and Sarzedas, may be found in D. António José de Noronha, *Diário dos Sucessos da Viagem que Fez do Reino de Portugal para a Cidade de Goa, D. António José de Noronha, Bispo de Halicarnasse, Principiada aos 21 de Abril de 1773*, Carmen M Radulet (ed.), Fundação Oriente, Lisbon, 1995.

A FUNDAÇÃO DO ESTADO DA ÍNDIA E OS DESAFIOS EUROPEUS DE D. MANUEL I*

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA**

O arranque da Expansão Portuguesa e, sobretudo, o início dos Descobrimientos foram processos que beneficiaram da situação geográfica privilegiada de Portugal e da crise política que afectou o Ocidente Europeu no século XV. Os Portugueses foram habilidosos na diplomacia e eficazes na guerra, o que lhes permitiu chegar ao início do reinado de D. Manuel I desfrutando de uma situação hegemónica sobre vastas áreas do Atlântico.

Não fora simples chegar a esse estado de coisas.

A herança quatrocentista¹

Em relação a Castela, fora preciso enfrentar o rei João II, explorar a fragilidade de Henrique IV e, finalmente, derrotar no mar as pretensões de Isabel. No início do seu reinado, D. João II fora capaz de neutralizar pela via diplomá-

* Esta comunicação baseia-se principalmente no meu livro *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento*, Lisboa, *Temas & Debates*, 2007 (1.ª edição, pelo *Círculo de Leitores*, 2005); aqui citada pela edição mais recente que foi retocada e actualizada.

** UNL/CHAM.

¹ Para a evolução da Expansão Portuguesa no século XV sigo, essencialmente, os meus estudos *Henrique, o Infante*, Lisboa, *Esfera dos Livros*, 2009; «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, 17 (1999), pp. 39-71. E os estudos de Luís Filipe Thomaz: «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos» e «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, *Difel*, 1994, pp. 43-168.

tica os primeiros sonhos de expansão marítima inglesa.² A França, por sua vez, viveu a segunda metade do século XV embrenhada num complexo e demorado processo de unificação política. Apesar disso, em 1460, o infante D. Fernando escreveu a seu irmão, o rei D. Afonso V, a propósito da vontade do monarca de passar a África: «se até aqui tiveram os franceses com vontade do monarca de outras partes do vosso senhorio, não lhes causará receio, sabendo que estais em Ceuta».³ Significa isto que a França já representava então um desafio à expansão marítima portuguesa.

A hegemonia obtida por Portugal nos mares no tempo de D. Afonso V não impediu Castela de ganhar uma posição importante no Ocidente.⁴ O novo tratado de partilha dos oceanos, assinado em 1494, assegurava para Portugal o exclusivo da circum-navegação de África, mas não garantia o monopólio do acesso à Índia. A incerteza quanto à configuração das terras no Atlântico Ocidental demorou a ser desfeita, pois só no princípio do século XVI se começou a falar num Novo Mundo, e só na década seguinte se percebeu definitivamente que havia um outro continente que impedia o acesso rápido dos Europeus à Ásia pela via ocidental. Por isso, durante muito tempo perdurou, na corte portuguesa, o receio de que os Castelhanos estivessem prestes a alcançar a Ásia Oriental, por uma rota tropical, o que suscitou um último episódio azedo entre as duas cortes peninsulares, em 1512.

Acrescente-se que durante algum tempo Castela não esteve sozinha nesta corrida, pois também Henrique VII de Inglaterra procurou ganhar acesso aos mercados asiáticos. Em finais do século XV, o Tudor era um rival ameaçador. Em Maio de 1498, quando o Gama ainda cruzava o Mar Arábico, Caboto, um navegador veneziano ao serviço do rei inglês, zarpava de Bristol com cinco navios, tendo por destino as terras a Ocidente onde aportara no ano anterior, e que se supunha pertencerem ao continente asiático.⁵ Não se sabe se estas viagens tiveram repercussões em Portugal, mas é de presumir que gerassem alguma inquietação na corte manuelina, pois nessa altura nenhuma monarquia da Cristandade tinha direitos formais sobre os territórios e os mares da Ásia, salvo as que estavam implícitas no Tratado de Tordesilhas. Henrique VII entrou, pois,

² Cf. Rui de Pina, *Chronica d'elrey D. João II*, cap. VII. Sobre este assunto veja-se Consuelo Varela, *Ingleses en España y Portugal. Aristócratas, mercaderes e impostores*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

³ *Monumenta Henricina*, vol. XII, pp. 310-323.

⁴ Da vasta bibliografia existente sobre os primórdios do Império Espanhol destaca o texto clássico de Guillermo Céspedes del Castillo, *América Hispânica (1492-1898)* (vol. VI de *Historia de España* dirigida por Manuel Tuñón de Lara), Barcelona, Editorial Labor, 1983; e a obra recente de Hugh Thomas, *El Império Español. De Colón a Magallanes*, Barcelona, Editorial Planeta, 2003.

⁵ Cf. o meu livro *D. Manuel I...* pp. 223-225. Veja-se também S. B. Chrimes, *Henry VII*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1999, pp. 225-232; G. J. Marcus, *The conquest of the North Atlantic*, Suffolk, The Boydell Press, 1980, pp. 164-173.

numa corrida que acabaria por ser ganha pelo rei português. Este, logo após o regresso do Gama, chamou a si o título de senhor da conquista, navegação e comércio dessas regiões longínquas e obteve a respectiva confirmação papal⁶. Recorde-se que, por esta altura, a reprodução pública de mapas era limitada, como o comprova a carta régia de 13 de Novembro de 1504, por que D. Manuel I autorizava que se publicitasse a navegação até Manicongo, quando até aí só se podia fazê-lo até à ilha de S. Tomé.⁷ Num caso e noutro encontramos medidas tendentes a dificultar o acesso dos rivais europeus à Índia.

Neste caso, a Geografia ajudou de sobremaneira os Portugueses a vencerem estes primeiros desafios europeus. E se no caso inglês a documentação aparentemente não deixou vestígios de tensão diplomática, e Henrique VIII não prosseguiu a política de seu pai, o mesmo não se pode dizer do caso castelhano. A frustração de Fernando e Isabel com a notícia do sucesso do Gama, que nos é testemunhada pelo cronista Jerónimo Zurita⁸, não impediu que a coroa castelhana continuasse a ambicionar atingir a Ásia.

Por essa razão, D. Manuel I manifestou por várias vezes pressa em que os seus oficiais atingissem Malaca, a fim de evitar que os Castelhanos se antecipssem.⁹ Nem a percepção portuguesa do mundo, consubstanciada no célebre mapa de Cantino, nem tampouco a concepção mais divulgada na Europa, baseada no mapa de Rosselli, de que uma matriz circulou nas *Tabulae novae* da Geografia de Ptolomeu, sossegavam o monarca português. O problema não estava em saber se as terras do Noroeste do Atlântico pertenciam ao continente asiático, como insinuava o mapa de Rosselli – o problema principal era o receio de que no Atlântico tropical não houvesse uma linha contínua de terra firme, e que fosse possível prosseguir navegação mais para Ocidente até à Ásia,¹⁰ o que

⁶ Sobre esta questão veja-se Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1990.

⁷ Cf. *Portugaliae Monumenta Africana*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses e Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. III, 2000, pp. 405-406.

⁸ Cf. Jerónimo Zurita, *Historia del rey Don Hernando el Católico: de las empresas y ligas de Italia* (ed. Angel Canellas Lopez), 6 vols., Saragoça, 1989, livro III, cap. xxxix.

⁹ Cf. o meu artigo «A Coroa portuguesa e a China (1508-1531). Do sonho manuelino ao realismo joanino», in *Estudos de História do relacionamento luso-chinês. Séculos XVI-XIX* (organização e coordenação de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves), Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 11-84.

¹⁰ O mapa de Cantino foi produzido em Portugal, nos últimos meses de 1502. Além de ser o planisfério mais antigo que se conhece, distingue-se por incluir territórios americanos (Brasil, Antilhas e Terra Nova), inclui uma representação de África muito próxima da sua configuração real e regista a península hindustânica. O seu conjunto, que contém já a ilha de Santa Helena, avistada pela primeira vez pela tripulação da armada da Índia de João da Nova (1501-1502), mostra-nos a percepção do mundo que estava acessível a D. Manuel I e seus conselheiros no final de 1502. Como é sabido, este mapa foi adquirido ilegalmente pelo espião Alberto Cantino por encomenda de Hércules d'Este, duque de Ferrara, mas a sua informação revolucionária não

era tema de discussão desde as viagens do Gama e de Cabral, como nos testemunha, por exemplo, Valentim Fernandes no seu prólogo ao *Livro de Marco Paulo*, tendo então o tipógrafo alemão tomado partido pela tese de que as terras do Noroeste do Atlântico já pertenciam ao continente asiático:

«Passou vossa senhoria não digo somente toda a linha equinocial, mas ainda aos últimos fins de Ocidente e começo de Oriente até as terras do Grande Cão, onde já começa a soar vosso poderoso nome, onde jazem as mui nobres províncias Tenduch, Mangy Tanguth, etc, o princípio das quais segundo meu pequeno saber achou o mui honrado fidalgo Gaspar Corte Real».¹¹

Embora Valentim Fernandes cumulasse o monarca português com elogios e dissesse amiúde que se viviam tempos maravilhosos, nesta referência a Gaspar Corte Real aludia a uma dúvida que, certamente, angustiaria o *Venturoso* e seus conselheiros.

A chegada dos Portugueses à Índia suscitou, ainda várias diligências da diplomacia veneziana. Veneza ajudou a combater os Portugueses no Índico e tentou desacreditar na Europa a nova rota mercantil das especiarias,¹² mas fracassou e no Outono de 1521 enviou um emissário a pedir que o rei de Portugal passasse a vender por atacado à Senhoria as especiarias que chegavam ao Tejo.¹³

A crise luso-castelhana de 1512

No ano de 1512, período de crise nas relações luso-castelhanas devido à neutralidade pró-francesa de D. Manuel I na guerra entre Fernando o *Católico*

passou para a rival Veneza. Aí, em 1508, Rosselli desenhou um planisfério, que beneficiava das informações vagas que chegavam à Senhoria acerca das viagens de Portugueses e Castelhanos, mas que registava uma África muito mais imperfeita e uma Ásia muito mais próxima da tradição ptolomaica. Tanto o mapa de 1502 como o de 1508 não assinalam o Oceano Pacífico e ambos mantêm aberta a passagem do Atlântico tropical para a Ásia. No caso de Rosselli, a América do Sul é apresentada como um «Novo Mundo», mas a América do Norte é apresentada como um prolongamento do Extremo Oriente asiático. Estes dois mapas são, assim, um testemunho claro das dúvidas que persistiram acerca da configuração da América e, conseqüentemente, da acessibilidade da Ásia pela via do Ocidente.

Os dois mapas têm sido estudados em inúmeras publicações. Ambos foram apresentados recentemente na exposição *Portugal e o Mundo nos Séculos XVI e XVII* (Lisboa, 15 de Julho a 11 de Outubro de 2009). Veja-se as notas de Alexandra Curvelo, no respectivo catálogo (pp. 60-63).

¹¹ *O Livro de Marco Paulo ... conforme a impressão de Valentim Fernandes feita em Lisboa em 1502* (ed. Francisco Maria Esteves Pereira), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, p. Aijj.

¹² Cf. Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III. *Études inédites sur le règne de D. Manuel 1495-1521* (ed. póstuma preparada por Luís Filipe Thomaz, Maria da Conceição Flores e Françoise Aubin), Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 443-464.

¹³ Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, livro IV, cap. lxxxi.

e Luís XII,¹⁴ as dúvidas e as rivalidades em relação à Ásia Oriental subiram de tom na correspondência entre os dois monarcas ibéricos.

A 30 de Agosto de 1512, o embaixador português escreveu a D. Manuel informando-o das suas conversações com o piloto Juan Diaz de Solis, que «com três navios iria a Malaca a demarcar o de Castela». João Mendes de Vasconcelos, o embaixador, tivera uma larga prática com ele e percebera que ele estava convencido que Malaca pertencia a Castela. O piloto falava do mar «como quem sabe o que fala», e tinha informações que Afonso de Albuquerque fizera uma armada para os chins que eram mais de 300 léguas dentro da demarcação de Castela.¹⁵ Tratava-se, pois, da reacção castelhana à notícia da partida de Albuquerque para Malaca.

Aliás, nos anos anteriores, vários conselheiros de Isabel e de Fernando haviam defendido que boa parte das águas asiáticas estavam na esfera de influência de Castela, o que até era plausível, sem se conhecer bem o comprimento do diâmetro terrestre e sem ter uma noção da existência e da grandeza do oceano Pacífico. Apesar de dispor de conhecimentos mais correctos das medidas do planeta, D. Manuel I manteve-se receoso durante os primeiros anos do século XVI. Por isso, em 1506, ordenou a D. Francisco de Almeida que procedesse ao rápido descobrimento de Malaca e que erigisse uma fortaleza na região, pois seria a forma de ter vantagem sobre os rivais peninsulares quando estes chegassem aos mares da Malásia. O texto da missiva régia é muito elucidativo quanto às preocupações que assaltavam o monarca:

«Por Cide Barbudo vos temos escrito, encomendando-vos que, se ainda não tínheis enviado navios a Malaca, segundo vo-lo encomendamos por regimento, os enviásseis, dando-vos para isso tempo [e] lugar, e podendo-se fazer sem pejo das cousas de nossos serviço dessas partes da Índia, porque se oferecia cá um pejo de uma certa armada de Castela, que nos foi notificado que se fazia prestes pêra neste Verão haver de ir em busca de Malaca, fazendo duvidoso ser dentro das nossas marcas; e que por ser tomada primeiro por nós

¹⁴ Embora se mantivesse formalmente neutral, D. Manuel autorizou o apoio logístico a esquadras francesas, o que motivou queixas de Fernando, o *Católico*. Diz ainda o cronista que Fernando terá manifestado desejo de vir pessoalmente a Portugal para ver seus netos, o que D. Manuel I teria recusado, por receio de ser pressionado a entrar na aliança contra a França. Cf. *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* (capítulo censurado na edição original, mas recuperado na edição de Coimbra de 1949-1955 – vol. III, pp. 293-297). A notícia é confirmada por carta de João Mendes de Vasconcelos para D. Manuel I, escrita em Logroño, a 26 de Outubro de 1512. Noutra, de 30 de Agosto, João Mendes referia que a esquadra francesa que fora beneficiada no porto de Lisboa, lançara de seguida ataques à costa da Galiza. Cf. *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos* (ed. António de la Torre e Luís Suarez Hernandez), 3 vols., Valladolid, CSIC, 1958-1963, vol. III, pp. 203-205, 218-219.

¹⁵ Cf. *Documentos referentes ...*, vol. III, pp. 203-205.

posse, que nestas cousas dá muito direito, além do que nós cremos que nisso temos, como por ser cousa tão principal dessas partes, e de tanta riqueza e proveito se espera, folgaríamos de assim se fazer».¹⁶

Significa isto, que nesse ano, a geo-estratégia do rei português se ajustava à configuração do mundo que estava percebida nos mapas de Cantino e de Rosselli, que atrás referi. Embora fosse a única potência europeia capaz de operar na Ásia, Portugal receava os possíveis desafios europeus nos mares orientais.

Voltando ao ano de 1512, por cartas de João Mendes de Vasconcelos, de 30 de Agosto e de 7 de Setembro, sabemos que, ao mesmo tempo, Fernando receava que D. Manuel estivesse a organizar uma armada para enviar às Antilhas.¹⁷ Na carta de 7 de Setembro, João Mendes dava mais pormenores sobre a armada castelhana. Fernando negava que a armada tivesse por missão ir descobrir Malaca, «senão a descobrir e saber o de cá» e assegurava que não se «tocaria» nas demarcações da Coroa de Portugal. Apesar dos desmentidos de Fernando, um outro português que também iria na armada confessara a João Mendes que haviam de ir direitos do cabo da Bca Esperança e daí a Ceilão e a Malaca.¹⁸ Significa isto que, nesta ocasião, se admitia em Castela a possibilidade de desafiar o monopólio português da Rota do Cabo para tentar chegar ao anti-meridiano de Tordesilhas, ou que, pelo menos, a diplomacia portuguesa receava que os Castelhanos se tentassem a dar esse passo.

A 20 de Setembro, D. Manuel escreveu uma carta ao sogro manifestando-se contra a possibilidade da armada que estava ser preparada em Sevilha se destinar a Malaca. Referia que Fernando dissera a seu embaixador que a armada «ia a descobrir», sem dar outra explicação. D. Manuel lembrava que os seus domínios haviam sido obtidos com «grandíssimas despesas [que] tenho feito e em que tanto sangue de meus criados, fidalgos e vassallos é derramado» e acrescentava que «com minha armada, fortalezas e gente nelas não se me deve tocar nem fazer cousa que não deva e em especial por vós e vossas cousas que as minhas espero que sempre guardeis e olheis como as vossas próprias, pois assim há-de sempre por mim e pelas minhas de ser resguardado e olhado o que vos tocar».¹⁹ A 26 de Outubro, João Mendes de Vasconcelos referia que em Castela continuava a correr voz que os Portugueses preparavam uma armada pela via da ilha da Madeira para ir esperar os navios que vinham das Antilhas.²⁰ Na mesma carta

¹⁶ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia* (ed. Artur Basílio de Sá), 6 vols., Lisboa, 1954-1988, vol. I, pp. 6-7.

¹⁷ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, pp. 204 e 206.

¹⁸ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, p. 206.

¹⁹ *As Gavetas da Torre Tombo*, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1977, vol. I, p. 908.

²⁰ Cf. *Documentos referentes...*, vol. III, p. 218.

João Mendes informava que os portugueses eram acusados de apoiar as armadas francesas que atacavam a costa da Galiza, o que, como vimos, era verdade. D. Manuel era, de facto, um vizinho incómodo para o *Rei Católico*. Apesar da grandeza dos seus domínios peninsulares e da riqueza do seu senhorio mediterrânico, o Aragonês, estava disperso por diversas frentes de combate, pelo que não podia acrescentar nova guerra no seu flanco ocidental e na sua corte o reino de Portugal era visto então como uma entidade potencialmente hostil.

*
* *

A chegada dos Castelhanos à Ásia ficou adiada por então e só se consumou depois, com a armada de Fernão de Magalhães. Este, como é sabido, demandou a Ásia pela via do Ocidente, sem desafiar o exclusivo português da Rota do Cabo. O longo contencioso que se seguiu, só terminaria com o Tratado de Saragoça, de 1529, mas a partir da América, os Castelhanos continuaram a olhar cobiçosos para os mercados asiáticos e aí voltariam a partir do México na década de 40, para depois se instalarem nas Filipinas, desde 1565. Entretanto, em 1538, Carlos V escreveu uma carta ao governador de Cuba para que este desse a João Orive as terras baldias dessa ilha para que fossem aí semeados pimenta, cravo, gengibre e outros géneros, de acordo com a capitulação que o imperador acordara com o dito João Orive.²¹

Este é mais um episódio de uma longa série de tentativas de transplantar as especiarias asiáticas para o mundo atlântico, que não teve sucesso, mas que demonstra como o monopólio português na Ásia e o exclusivo do comércio das especiarias foi sempre alvo da cobiça dos Europeus. Nesse sentido, os grandes trunfos dos Portugueses foram a própria Geografia e a capacidade de manterem a Rota do Cabo indisputada enquanto o Reino foi governado pela dinastia de Avis.²²

A Índia e o Império Manuelino

Uma outra questão que me parece pertinente é a de avaliar o papel da Índia no contexto da política manuelina – uma política que estava focalizada principal-

²¹ Cf. IAN/TT, *Corpo Cronológico*, 1-63-61.

²² O monopólio português foi reconhecido implicitamente pelos Ingleses durante todo o período da dinastia de Avis, como se prova pelo facto de os mercadores de Londres terem criado companhias comerciais para procurar a Ásia pelo Noroeste e pelo Nordeste do Atlântico. Este facto mostra-nos que, embora desejassem aceder aos mercados asiáticos, os Ingleses reconheciam direitos de exclusividade a Portugal na Rota do Cabo. Cf. Derek Massarella, *A world elsewhere. Europe's encounter with Japan in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1990, pp. 49-58.

mente no próprio Reino e no espaço euro-mediterrânico,²³ com uma incidência muito particular para Castela.²⁴

As vitórias da Índia e o trato das especiarias foram uma peça fundamental da afirmação de D. Manuel no teatro europeu. Rei que nunca combateu, nem enca-beçou um exército, o *Venturoso* era retratado como um guerreiro numa edição do folheto *Mundus Novus*, de 1508, em Nuremberga.²⁵ As vitórias dos seus oficiais ressoaram na Europa como feitos do monarca.²⁶ D. Manuel distribuiu muitas vezes especiarias e açúcar por conventos no estrangeiro, tal como fazia imprimir descrições das vitórias dos seus guerreiros, ou como fez passear um elefante pelas ruas de Roma, e tentou depois fazer o mesmo com o célebre rinoceronte.

D. Manuel aspirava ao título de imperador do Oriente²⁷ e trabalhou laboriosamente para o alcançar, mas ao mesmo tempo foi um rei activo e empreendedor no seu Reino e uma personagem influente e interveniente no complexo xadrez peninsular, sobretudo após a morte de Isabel a Católica, em Novembro de 1504. Além disso, D. Manuel I mobilizou dezenas de milhares de homens na esperança de obter a conquista de territórios no Norte de África, em que o reino de Fez seria o fruto mais apetecido. Note-se, aliás, que foi por causa de Marrocos que D. Manuel I enfrentou por duas vezes a Igreja, quando obteve do papa a terça da dízima e quando arrancou ao estado eclesiástico os bens com que se constituíram as comendas novas da Ordem de Cristo que foram destinadas a quem tivesse servido a Coroa em África.²⁸

Lembre-se ainda que foi este rei que concluiu o domínio dos arquipélagos atlânticos, com a ocupação definitiva das ilhas das Flores e do Corvo, nos Açores, com a criação das capitânias do Príncipe e de Ano Bom no Golfo da Guiné, e com a intensificação da criação de gado nas ilhas de Cabo Verde. Era, aliás, no Atlântico que estavam as suas fontes de riqueza fundamentais – o ouro,²⁹ os escravos e o açúcar.³⁰ Era um comércio que fluía em pequenas embarcações,

²³ Cf. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manéline...».

²⁴ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 262-284.

²⁵ Cf. *Ibidem*, gravura 27.

²⁶ Logo em 1499, a notícia da chegada da armada do Gama a Lisboa foi mencionada numa *Augsburger Stadtchronik*, mas a informação referia apenas que um capitão do rei de Portugal tinha completado viagem de ida e volta com paragem em Calicute e que tinha encontrado especiarias. O nome do Gama era ignorado e a proeza era vinculada à figura de D. Manuel I. Cf. Marília Santos Lopes, «Tradition und Imagination: "Kalikutische Leut" im Kontext alt-neuer Weltbeschreibungen des 16. Jharhunderts», in *Ásia Marítima. Images et Réalité. Bilder und Wirklichkeit. 1200-1800* (ed. Denys Lombars e Roderich Ptak) Wiesbaden, 1994, pp. 13-26, p. 13.

²⁷ Cf. Luís Filipe Thomaz, «L'idée impériale manéline...».

²⁸ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 198-202.

²⁹ Cf. João Cordeiro Pereira, «O resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Sivdia*, 50 (1991), pp. 5-48.

³⁰ António Marques de Almeida refere que em 1518-19, as receitas régias obtidas com o açúcar rondavam os 50.000 cruzados, enquanto as das especiarias atingiam os 300.000, mas as

em trânsito permanente pelo Oceano, que, no entanto, não atraiu a atenção dos cronistas.

Estes produtos não tinham o prestígio das exóticas especiarias, mas eram obtidos com investimentos muitíssimo mais baixos que os da Carreira da Índia, e no caso do ouro tratava-se de uma mercadoria que proporcionava receitas imediatas para os cofres da Coroa, ao contrário das especiarias que tinham que ser revendidas; e o ouro (que chegou então em quantidades muito apreciáveis) nunca corria o risco de apodrecer por mau acondicionamento.³¹

Ao contrário do seu antecessor, D. Manuel I foi um rei reformador. Pouco depois de subir ao trono desencadeou uma série de reformas estruturais, algumas das quais perduraram mesmo até ao século XIX, como foi o caso da reforma dos forais. O rei interveio na assistência, na reorganização das comarcas e apoiou a criação das misericórdias; promoveu a reforma da Ordem de Cristo; reorganizou fundos arquivísticos através da Leitura Nova; promoveu reformas urbanísticas profundas; e fez crescer o património arquitectónico e artístico por todo o país. Intervinha inclusive na definição tanto dos espaços dos novos monumentos como na configuração de pinturas por ele encomendadas.³²

Foi este rei particularmente activo, de interesses multi-facetados e de mil e uma preocupações, que fundou o Estado da Índia. No conjunto global da documentação manuelina, os papéis relacionados com o Oriente constituem uma pequena minoria.

Foi a Índia que fez D. Manuel I famoso, mas como sabemos era a Cruzada à Terra Santa que alimentava o sonho oriental do *Venturoso*. Episódio simbólico, a não recondução de Afonso de Albuquerque como governador da Índia é uma evidência do peso da Europa e do Mediterrâneo na política manuelina, pois o estabelecimento por Albuquerque de sólidas bases asiáticas para Portugal não bastou para satisfazer o rei, quando fracassou o assalto ao Mar Vermelho.³³

Refira-se a este propósito, que é possível que no final do seu reinado, D. Manuel I tivesse começado a pensar na Ásia pela Ásia, pois dessa forma fica mais lógica a sua decisão de 1521 de ordenar a construção de uma fortaleza na

primeiras não careciam de investimento significativo, tal como os 120.000 cruzados oriundos do ouro da Mina. Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 193-194.

³¹ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 219-221.

³² Sobre o reinado manuelino existe bibliografia abundante, que utilizei em grande medida na biografia do monarca que publiquei em 2007 e que tenho vindo a seguir. Dentre as outras sínteses saliento a de Fernando António Baptista Pereira, «D. Manuel, espelho de Salomão, inventor do mundo», in *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias* (dir. João Medina) 15 vols., Amadora, Ediclube, 1993, vol. IV, pp. 84-98.

³³ Para a acção de Afonso de Albuquerque, além da bibliografia já citada, refira-se a obra de Geneviève Bouchon, *Albuquerque, le lion des mers d'Asie*, Paris, Éditions Desjonqueres, 1992; veja-se ainda o meu livro e de Vitor Luís Gaspar Rodrigues, *Conquista de Goa (1510-1512). Campanhas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

China e de tentar estabelecer o monopólio de outra rota das especiarias, dessa feita entre Samatra e o Império do Meio.³⁴

Mas na esfera dos interesses régios, para lá dos enormes investimentos na guerra de África e na renovação urbana e artística do Reino, e de todo o trabalho governativo, um outro centro de interesse consumiu uma parte muito considerável da sua atenção – estou a referir-me a Castela, que, poderemos designar hoje como a face oculta do reinado manuelino.

Quase totalmente ignorada por Damião de Góis e pela historiografia, esta dimensão da política manuelina é riquíssima, como se compreende pelos laços de parentesco que o *Venturoso* tinha com a família real e com uma série de casas titulares e de prelados castelhanos.³⁵ Por mais de uma vez o seu nome foi falado para a regência de Castela no período que mediou entre a morte de Filipe o Belo e a chegada ao reino de Carlos de Áustria. Como sempre fez em toda a sua vida, D. Manuel não arriscou e o sogro viveu demasiados anos para que o governo de Castela lhe caísse nas mãos, mas D. Manuel foi tecendo a sua teia e, em 1521, tinha o reino vizinho na mão: o seu casamento com Leonor, irmã de Carlos, permitira-lhe reforçar o seu poder interno, mas fora particularmente benéfico para Carlos que salvaguardara dessa forma um aliado imprescindível. Foi, de facto, D. Manuel a chave para o sucesso de Carlos, aquando da rebelião dos *Comuneros*, pois o monarca assegurou o isolamento político dos revoltosos e concedeu um empréstimo vultoso aos grandes de Castela que lhes permitiu arremeter as tropas que ganharam a batalha de Villalar, a 23 de Abril de 1521.³⁶ Abafada a revolta, só faltava ao *Venturoso* cobrar o preço – casar Carlos com sua filha Isabel e tornar-se pai da regente de Castela, sempre que o imperador tivesse que acudir aos seus outros domínios europeus.

D. Manuel trocava uma correspondência intensa com os seus informadores e representantes em Castela com correios a serem despachados muitas vezes duas e três vezes por semana e com múltiplos destinatários entre os grandes do reino vizinho. A 4 de Março de 1505, por exemplo, nas vésperas da partida de D. Francisco de Almeida para a Índia, D. Manuel ordenava que o seu embaixador na corte castelhana exigisse a folha de caminho dos mensageiros a fim de tentar encurtar os seis dias que costumavam demorar. Foi também neste ano que, aproveitando a incerteza política em que mergulhava Castela, D. Manuel I desencadeou a sua ofensiva militar em Marrocos. Em Dezembro

³⁴ Cf. o meu artigo citado atrás (nota 9).

³⁵ A importância de Portugal no contexto da diplomacia dos Reis Católicos é bem explicitada, por exemplo, pelo cronista aragonês Jerónimo Zurita, citado atrás (vide nota 8). Dentre as obras mais recentes sobre este tema refira-se o estudo de Juan Gil, *El exilio portugués en Sevilla. De los Braganza a Magallanes*, Sevilla, Fundación Cajasol, 2009.

³⁶ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 359-365. Sobre este assunto, o estudo principal é o de Josef Peres, *La Revolución de las Comunidades de Castilla (1520-1521)*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1999 (original, Paris, 1970).

de 1506, quando alimentava a esperança de organizar a Grande Cruzada, e tinha Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque no assalto a Socotorá, D. Manuel avaliava simultaneamente as hipóteses que teria de lhe vir a ser confiada a regência de Castela. Zurita refere que em 1507, D. Manuel foi mesmo convidado a assumir a regência pelo marquês de Vilhena, pois tinha muitos apoiantes em Castela. D. Manuel, porém, preferia apostar no casamento de seus filhos com Carlos e Leonor de Áustria «e com isto» diz o cronista «ter a regência como tutor e governador de seus filhos».³⁷

Assim no ano de 1512, a questão da armada a Malaca, era um entre outros assuntos, pois D. Manuel recebia por a mesma altura informações sobre os pedidos de recompensa do velho marquês de Vilhena; obtinha informações sobre a acção das galés de França através do conde de Benavente «por ele ser servidor de Vossa Alteza» e depois, em Outubro, João Mendes de Vasconcelos dava conta ao rei que o duque de Najera lhe oferecia 3.000 infantes de picas e armados. Perduravam, ao mesmo tempo, desavenças entre os dois monarcas hispânicos acerca da conquista do reino de Fez, o que motivou a negociação de um novo acordo³⁸. Além disso, Fernando reclamava, aparentemente com razão, pelo apoio que Portugal dispensava às galés do rei de França.

*
* *

A terminar diria que o estabelecimento dos Portugueses no Oriente realizou-se sem a oposição frontal de outras potências europeias, mas que na época e durante alguns anos a Coroa portuguesa recebeu que o desafio europeu se manifestasse nos mares do Oriente. No entanto, beneficiando da Geografia do Atlântico Ocidental, foi capaz de manter os rivais bem longe do cabo da Boa Esperança.

A Índia não foi, todavia, nem o principal centro de atenção, nem a principal fonte de lucros do império manuelino, mas foi sem dúvida o principal meio de propaganda de D. Manuel I na cena europeia.

Na busca de feitos de guerra de um rei contemporâneo de uma plêiade de monarcas guerreiros, Damião de Góis concentrou metade da sua narrativa nos feitos do Oriente,³⁹ mas dessa forma deu-nos uma perspectiva distorcida do reinado de D. Manuel I que foi antes do mais um príncipe do Renascimento.

³⁷ Cf. Jerónimo Zurita, *Historia del rey Don Hernando el Católico...* livro VIII, cap. i.

³⁸ Cf. *As Gavetas da Torre do Tombo...*, vol. VI, pp. 641-646.

³⁹ Cf. *D. Manuel I, um príncipe do Renascimento...*, pp. 23-24.

FALSIFYING GOLD: TRADE AND TRADE STRATEGY IN PORTUGUESE SOUTHEAST AFRICA IN THE SEVENTEENTH CENTURY

KARTIKEYA KOHLI*

As early as 1629, reports had begun to flow in that the gold that was reaching India from Southeast Africa was falsified i.e. it was being debased by addition of impurities. The seventeenth century Portuguese observers were unanimous in their opinion that the African miners and traders were not responsible for this debasement and only after the gold had passed from their hands into the hands of the Portuguese in Southeast Africa that impurities were being added. The Portuguese and Indian landlord-traders of the Rivers of Cuama (i.e. the Zambezi valley), as well as, the settlers of Moçambique were accused of this malpractice. The Portuguese officials, too, were not above suspicion. Involvement of the captains and the factors stationed in Sena and Tete, as well as in Moçambique, was alleged many a time. Perhaps, the worst victims of this malpractice were the Goan treasury and the traders from Portuguese India, especially Goa, Diu and Chaul. The India based traders – Portuguese and Indians – lamented that they were cheated into selling their wares in return for this debased gold. Hence, it comes as no surprise that these traders were the first to raise their voice against it. The India based traders accused traders, officials and settlers in Southeast Africa of debasing the gold by as much as thirty percent of its value.¹ The Southeast African officials, especially the captain, quite interestingly, did not deny the charges but insisted that it would ruin them if the *ouro corrente* – the falsified gold – was not allowed to circulate, not just in trade with the private India based traders, but also for payments to the treasury.

* Ramlal Anand College, University of Delhi, Delhi, India; kartikeya2006@gmail.com

¹ 19-1-1645, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 62.

The idea of the present paper is to examine this little known aspect of the trade and monetary history of Southeast Africa. The event is, however, not studied in isolation but placed in the overall framework of India-Southeast Africa trade as well as the politico-economic state of East Africa around the mid-seventeenth century. We begin by looking at some characteristics of the production and trade of gold in East Africa in the early modern period (1500-1800).

Gold Production and Trade during the Early Modern Period

It is generally accepted that even before the Portuguese came to settle and establish their hegemony on the East African coast in the early 16th century, most of the East African gold was exported to India though some of it also found its way to the Middle East, especially the Turkish Empire. Vitorino Magalhães Godinho is of the opinion that by the 1570s, the Portuguese were able to put a lid on the exports to areas other than India and thereafter, the Southeast African gold flowed exclusively towards India.²

Southeast African Gold: Measurement Issues

According to Godinho,³ the gold exports from Southeast Africa were as follows:

Year	Amount	Source
1585	573.75 kg	Sassetti
1591	716 kg	João dos Santos
1610	850 kg	Diogo do Couto
1667	1487.5 kg	Manuel Barreto

It may not, however, be prudent to accept this data at its face value. For, besides the expected problems emanating from errors in observations, there are

² Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. 1, 2nd Edition, Lisbon, 1991. One may argue that Godinho may have been correct about the official flow of gold but what about the gold that was smuggled out? There is enough evidence to suggest that early in the 16th century, when the Portuguese captured the port of Kilwa – the regional centre for international trade – and tried to suppress the Muslim traders based there, these merchants left Kilwa and reestablished themselves in the nearby islands to carry out trade ‘illegally’ with the Middle East. However, towards the close of the 16th century, the Portuguese were to a large extent able to discourage the Angoche based and other coastal African traders to trade with the Middle East. This did not however eliminate smuggling, for, under the Portuguese hegemony, the new smugglers, who were generally the Portuguese and Indian settlers or even the Portuguese officials, found it much more convenient and lucrative to smuggle gold to India rather than any other area.

³ V. M. Godinho, *Os Descobrimientos ...*, p. 207.

serious measurement problems in the present data. Godinho has to rely upon the data given by the contemporary observers who, depending upon their own training and knowledge, provide data in varied units of measurement. Principally, the amount of gold exported is expressed by the contemporary observers by either converting from the African unit of weight – the *matical* (metical, mithiquial) – to a European measure of weight (for example *mark*) or by converting into equivalent Portuguese currency such as *cruzado*, *xerafim* etc. To arrive at the kilogram equivalents in the above table, in the first case, Godinho apparently converts the unit from a measure of weight say *mark* to kilogram and in the second case, by taking the weight equivalent of that currency. Both these conversions are essentially problematic for a variety of reasons. Firstly, the available data is not unanimous on the exact value that a *matical* represents in terms of weight. There are clear spatial as well as inter-temporal changes in its value. To add to the uncertainty, there is no evidence to suggest of any standardization in terms of the purity of the gold that is being measured in terms of the *matical*. Further, when the value of *matical* is expressed as equivalent value of prevalent Portuguese currencies, say *cruzado*, the ambiguity is compounded since just like the *matical*, the Portuguese currencies too changed in value, both with space and time. All these factors put together give rise to very different values for the *matical* at a given point of time and over time. For example, in 1570s, Monclaro declared that each *matical* of gold was equivalent to one *cruzado* and a *testoon* (*tostão*),⁴ i.e. around 1.67 *xerafins* or 500 *reis*.⁵ Another estimate, from the mid 16th century, however, puts it equal to 1.5 *xerafins*.⁶ William Rea, on the other hand, believes that each *matical* was worth much more and he attributes a value of 10.7 *xerafins* to a *matical*.⁷ As can be seen, these values are hardly comparable.

But perhaps, the biggest challenge comes from the observation made by the Dominican friar, João dos Santos at the close of the 16th century. According to Santos, even though the *matical* was worth 480 *reis* in theory, the gold was so plentiful in the rivers that its real value was really no more than 100 or 120 *reis* which would make a *xerafim* worth 3 *maticais*. Now, clearly, if there is any truth in Santos’ observation, even if qualified in terms of time and space, it makes

⁴ Francisco de Monclaro, “Account of the Journey Made by Fathers of the Company of Jesus with Francisco Barreto in the Conquest of Monomotapa in the year 1569”, in G. M. C. Theal (ed), *Records of South East Africa*, vol. 3, p. 234.

⁵ Most sources take the value of a *cruzado* to be 400 *reis*, a *xerafim* to be 300 *reis* and a *tostão* to be around 100 *reis*.

⁶ Francisco de Monclaro, “Account of the Journey Made by Fathers of the Company of Jesus with Francisco Barreto in the Conquest of Monomotapa in the year 1569”, in G. M. C. Theal (ed), *Records of South East Africa*, vol. 3, p. 234.

⁷ William Francis Rea, *The Economics of the Zambezi Mission 1580-1759*, Institutum Historicum S I, Rome 1976, glossary, p. 176.

the entire exercise of calculating the volume of gold production or exports by looking at the *xerafim* or *cruzado* equivalent of *matical* unreliable.

The case remains similar even when we look at the weight equivalence instead of the currency equivalence. There is clear evidence that in terms of weight too, the *matical* was not standardized. Different observers have given different values of the *matical* in terms of weight. According to Godinho's data, the value of the *matical* over time ranges from 4.223 grams to 4.830 grams. Estimates by others fall even outside this range.⁸ Unfortunately, contemporary observers do not always provide us with the rate of conversion that they have used and, hence, ambiguity creeps into the data.

Southeast African Gold: The Data

Keeping in mind the above limitations, let us take a brief look at the available data. According to the data compiled by S. I. G. Mudenge, in the year 1500, around 8000 kg of gold was exported out of Southeast Africa. This figure fell rapidly from around 6000 kg in 1510 to less than 1000 kg in 1600; thereafter it slowly rose to around 1500 kg in 1667 and then declined again.⁹ Manuel Lobato also found comparable data; according to him, about 830 kg of gold was sent to Goa in 1610.¹⁰ One may note that most of this data is based on the official and semi-official reports, therefore, in all probability, it does not include exports taking place as a result of smuggling (that we know for sure was carried out during this period). C. R. Boxer claimed that in 1511, three quarters of the gold exported from Sofala was smuggled out.¹¹ This is indeed very high. However, as the years progressed and the Portuguese control in the area became more effective, they were able to stem the 'smuggling' by the coastal Muslim traders. Hence, in all likelihood, the smuggling figures must have come down in the later years. Nevertheless, the Muslim traders were not the only ones who tried to evade the official monopoly. There is little doubt that the Portuguese resident traders of Southeast Africa as well as the officials posted there, more often than not, indulged in smuggling or evasion of customs duty and taxes. Although it is difficult to really put a number on it, Pearson suggests that even if we presume

⁸ W. F. Rea, *The Economics...*, p. 176.

⁹ S. I. G. Mudenge, *A Political History of Munhumutapa c. 1400-1902*, Zimbabwe Publishing House, Harare, 1988, p. 382.

¹⁰ Manuel Lobato, "Relações Comerciais entre a Índia e a costa Africana nos séculos XVI e XVII: O Papel do Guzarate no Comercio de Moçambique" in *Portuguese India and its Northern Province: Proceedings of the 7th International Seminar on Indo-Portuguese History*, Lisboa, 1995, p. 168.

¹¹ C. R. Boxer, "A Portuguese El Dorado: Monomotapa and Moçambique", *Geographical Magazine*, 33, N° 3, 1960, p. 284 as quoted by M. N. Pearson, *Port Cities and Intruders: The Swahili Coast India and Portugal in the Early Modern Era*, Baltimore and London, 1998, p. 50.

that the smuggling was not as high as the 75 percent that Boxer has claimed and bring down the figure to 50 per cent, it would mean an export figure of 2000 kg per annum.

Clearly, there were fluctuations in the volume of exports from year to year for a variety of reasons. Many a time, transportation problems disrupted the flow of gold towards the ports. At times, man-made disasters such as wars and natural disasters such as famines were responsible for this disruption. For example, around 1505, when the Portuguese occupied the port of Sofala, they reported that even though the war between the Sachiteve i.e. the ruler of the kingdom of Quiteve (located near the Sofala port) and the Monomotapa, the King of Mokaranga (one of the prominent gold production areas in the Zambezi region) seemed to have abated, the trade links between the interior and Sofala were yet to be re-established. In the first eleven months of trading, the Portuguese factor was able to collect a mere 592.5 *maticais* or 123 grams of gold (taking a *matical* to equal 4.83 grams).¹² By 1513, this collection had increased to 6000-7000 *maticais* i.e. 1.45 kg of gold during a period of 8 months and over a two-year period to 25,028 *maticais* i.e. 5.2 kg of gold. This, indeed, appears to be a very low figure. But before we blame the war between Sachiteve and the Monomotapa for it, we need to remember that this data only pertains to the exports out of Sofala and unfortunately, no figures are available for exports that took place from other alternative trade routes, especially the rival Zambezi route. Also, as we shall subsequently see, the issue of gold availability, especially for export, is rather a complicated one and it would be imprudent to try and explain it on the basis of random events such as wars and famines alone. The production and export of gold from the region during the early modern period was closely linked to the social, economic and political conditions of Southeast Africa.

Just like the data on exports, the estimates for the total production of gold vary widely. According to an estimate by Roger Summers, the per annum production of gold during the 16th century would have been around a million ounces i.e. around 28,000 kg.¹³ Phimister, however, feels that this figure should be brought down to just about half a million (14,000 kg.).¹⁴ According to Phimister, the variation between Summers' and his assessment is due to the difference in their estimates regarding the efficiency of gold extraction from the ore. According to him, the lack of technical knowledge restricted extraction of gold to the rainy seasons and a lot of gold was lost while separating the metal from the

¹² Oliveira Boléo, "Vicissitudes Históricas da Política de Exploração Mineira no Império de Monomotapa", *Stvdia* 32 (June 1971), p. 170. (1 *matical* has been taken to be equal to 4.83 grams of 24-carat gold by Boléo).

¹³ R. Summers, "Ancient Mining in Rhodesia", Salisbury: Museum Memoir N° 3, 1969 as quoted in I. R. Phimister, "Pre Colonial Gold Mining in Southern Zambezia: A Reassessment", *African Social Research*, 21 June, 1976, p. 16.

¹⁴ I. R. Phimister, "Pre Colonial Gold Mining...", pp. 16-17.

dress since the only method the miners used, besides roasting it, was washing it with water. The more advanced techniques, such as the mercury amalgamation technique, which was already being used in the Americas, had not reached the African shores. He states:

Although the Shona¹⁵ were extremely able prospectors, their mining operations were handicapped by ventilation and water problems. Failure to solve the latter problem severely restricted the depths to which the Shona could mine, as work invariably stopped at the water table. Moreover, the milling and recovery processes were laborious and inefficient. All these factors placed considerable restrictions on the amount of gold available for trade...¹⁶

As we have considered in some detail elsewhere,¹⁷ the issue at hand was not simply a question of using dated technique in mining; it was a larger issue of a subsistence level economy with low productivity of agriculture trying to incorporate mining as an allied activity. The backwardness of agriculture imposed an indirect constraint on the advancement of mining since the subsistence economy was unable to spare full time workers for mining. Lack of production surplus meant that there was no capital available for improvement of the mining techniques. The terms of trade also had a role to play, for remunerative mining ventures would have encouraged both investment in mining techniques and an increase in the labour time devoted to it.

There is also a political or strategic angle to this. Many a time, it is alleged that the African rulers tried to restrict mining activity in their lands and strictly prohibited opening of new mines for strategic reasons. The argument is essentially that the African rulers were afraid that their lands would be snatched away by the Portuguese if they came to know that rich mines existed on these lands. The 17th century Portuguese writers insisted that even in the mines that were already being worked, the miners were under strict instructions from their rulers not to extract any large pieces of gold. In case any large pieces were found, they were to be put back in and the mines were to be covered so that no one came to know about them. This was done, despite the fact that by doing so, the rulers were bound to lose money on trade as well as taxes. This view, however, needs to be taken with a grain of salt for more than one reason. First, hindsight knowledge makes it clear that there were no large-scale gold deposits in the area. Secondly,

¹⁵ Although Shona is relatively a modern term, it by and large refers to the dominant ethnic group living in the area under consideration in this study. For a detailed analysis of who may be considered the Shonas, see the introductory chapter of David Beach, *The Shona and their Neighbours*, Oxford, 1994.

¹⁶ I. R. Phimister, "Pre-Colonial Gold Mining...", p. 15.

¹⁷ See Kartikeya Kohli, Chapter 11: "An Ideal Trade Regime: Theory and Practice" in *Trade Administration and Trade Regimes: The Portuguese in Southeast Africa in the Seventeenth Century*, Unpublished Ph. D Dissertation, University of Delhi, 2006.

this imagery of all-powerful Portuguese, who could takeover the lands in Rivers of Cuama with the least of efforts, is just that – imagery. In reality, it would have required a very harsh and prolonged battle, lots of men and resources that the 17th century Portugal and *Estado da Índia* were in no position to supply. Thirdly, there is enough evidence to show that during the first half of the 17th century and in some instances, even before that, some African rulers were not all that averse to conceding the gold mines or small tracts of land that contained these mines to some of the Portuguese residents of the Rivers as long as the latter adhered to the local norms. While some of these lands were sold to the Portuguese, others were granted to them as a reward for military assistance that they had rendered to the local rulers and chiefs. In short, one needs to be cautious in subscribing to the view that the African rulers may have restricted the supply of gold only as a strategy to save their lands from the threat of Portuguese take-over.

A careful study reveals that these restrictions were of a special kind. They were principally aimed at curbing sudden and sharp swings in the supply of gold and not the gradual flow of gold. Most evidence points to rulers forbidding the opening of new mines and extraction of very large pieces of gold but no restrictions appear to have been placed on digging for gold per se. The situation did change during the second half of the century and it is possible that in areas where the Portuguese acquired a lot of land, some rulers might have tried to restrict gold mining to discourage the Portuguese from acquiring more land. Further, it must be noted that this impression is based on the descriptions of the Portuguese observers and none are available that give us the African point of view. Under these circumstances, it is difficult to confirm or deny with absolute certainty the exact motives behind a conscious policy to restrict the supply of gold. It, however, should not stop us from trying to look for probable factors that could explain these restrictions. This brings us to the issue of the terms-of-trade.

Gold Pricing and the Terms of Trade

Historians appear to agree that in the 17th century Southeast Africa, the prices of cloth were quite high relative to gold. While this appears to be a valid observation, one needs to be very careful with the numbers that accompany this observation. For example, in 1634, the Castellan of Moçambique, Vasconcelos de Brito noted that 14,000 *corjas* (700 bars or 280,000 pieces) of cloth bought in Goa for 264,000 *xerafins* fetched 1,270,000 *xerafins* in Southeast Africa, when sold at the market rate of 10 *matacais* per *corja*.¹⁸ The problem with this seemingly accurate and simple information once again is, – the value attributed to a *matacal* of gold. Calculations in the present case render the value of a *matacal* to

¹⁸ Christovão Brito de Vasconcellos to King, 7-9-1631 and 1-2-1632, summarised in 19-11-1632, AHU, *Moçambique*, as quoted in E. Axelson, *Portuguese in South East Africa...*, footnote 92, p. 76.

be 3.02 *xerafins*, a value, yet again, different from all others that we have seen earlier. So the important question at this stage is whether we have a way out? Roger Summers gives us some inkling of what the cost (in terms of labour time) of the gold required to get one piece of cloth was. He puts across the issue rather graphically:

A single piece of calico... would have cost the poor miner about 10 oz. of gold and three pieces [of cloth] would have absorbed the greater part of a season's production.¹⁹

In such circumstances, one cannot but agree with Phimister when he states:

Individuals and communities would have been unwilling to invest their labour time for so little return, and this broad feature may have encouraged rulers to deliberately restrict output [of gold] in the hope of increasing the price of gold.²⁰

Such adverse terms-of-trade would also provide little justification for investing capital in improving the mining techniques. Further, it goes a long way in elucidating the 'laziness' of the African miners and to explain why they were not willing to dig more gold than was sufficient to meet their minimum requirement of cloth. Further still, it also throws some light on the issue as to why the Portuguese traders (and the Muslim traders before them) tried to entice the people to dig gold by giving them cloth on credit. In short, while, initially, it may appear that the constraints on gold production and exports that were structural in nature could be explained in relation to seemingly autonomous factors such as the state of technology, deeper analysis indicates that even that was a function of the socio-economic aspects of the African society as well as of the Portuguese trade regimes in Southeast Africa. Constraints imposed by some of the African rulers on gold mining were largely an attempt to improve the adverse terms of trade offered by the Portuguese. Restricting the supply of gold was a tactical response to the Portuguese monopolisation of Southeast Africa's external trade. To some extent, both sides were victims of circumstances. Neither could afford to increase the supply of their respective trade goods (namely cloth and gold), unless the other did the same. Unilateral action of easing the supply of one's own product was bound to worsen the terms-of-trade for the one who took such a step. This stalemate was not just a short term phenomenon, it acted as a long term independent constraint and kept the gold supply limited even in the long run since it discouraged any augmentation, of either labour or capital, for developing the mining technology.

¹⁹ R. Summers, "Ancient Mining..." as quoted in I. R. Phimister, "Pre Colonial Gold Mining...", p. 22.

²⁰ I. R. Phimister, "Pre Colonial Gold Mining...", pp. 22-23.

Production and Export of Gold: The Rest of the World

Now, what is very clear is that the gold production in Southeast Africa during the early modern period was far below its potential. M. N. Pearson is of the opinion that the Spanish discovery of gold and then silver in the Americas in the sixteenth century made East African gold less competitive and for this reason, the demand for gold from East Africa diminished and ivory gained at its expense.²¹ But how did the production of gold in Southeast Africa compare with the other gold producing areas of the world? According to the estimates made by A. Kobata, the per annum world production of gold, during the period 1521 to 1640, was about 7.75 tonnes. Spanish America exported around 900 kg per annum in the 1510s; which increased to 2,500 kg in the 1540s and to a high of 4,300 kg in the 1550s. Japan – the main Asian country to produce gold – witnessed a production of 4,000 kg a year in 1660s, which rose to 11,500 in the 1670s and then declined steadily to 3,000 a year in the 1680s. During the peak years of the West African gold production (i.e. between the year 1500 and 1520), the Portuguese received about 700 kg of gold a year from that region. The production in Brazil was much higher in the same period although, the peak there came much later when alluvial gold in Minas Gerais was discovered in the 1690s. In 1699, 725 kg of gold was exported from Brazil to Lisbon. In the next two years, exports more than doubled to 1,785 kg and by 1705, they had grown ten fold to 7,258 kg per annum. From 1712 to 1755, well over 10,000 kg per year was exported from Brazil to Portugal.²²

To put things in perspective, it may be recalled that during the early modern period, the production of silver far exceeded that of gold at the global level. As Om Prakash has pointed out, the sixteenth century saw a phenomenal growth in international trade in precious metals but most of this was in the form of silver exports from the mines of Bolivia, Columbia, Mexico, Peru and some other places in the Americas. The American silver was mainly shipped to Europe but some of it also went to Asia via the Pacific route. Even in Asia, Japan's production of silver far exceeded that of gold. For example, as noted above, Japanese production of gold was around 4,000 kg a year in the 1660s, which increased to 11,500 kg per annum in the 1670s and then declined to 3,000 kg a year in the 1680s. In contrast, it has been estimated that anything between 33,750 kg to 48,750 kg of silver was shipped out of Japan per annum between the years 1560 to 1600.²³

²¹ M. N. Pearson, *Port Cities and Intruders*, pp. 50-51.

²² Hanson C. A., *Economy and Society in Baroque Portugal 1668-1703*, London and Minnesota, 1981, p. 245.

²³ It is noteworthy that Japan imposed and lifted these bans on export of gold and silver at different periods in the 17th century. For example, export of gold from Japan was banned in

It is noteworthy that unlike the American silver, the East African gold did not come to India via Europe. The Portuguese, once they established their hegemony over the gold exporting East African ports, followed, more or less, the trade patterns of their Asian predecessors and took this gold directly to India. Also, for the Portuguese, India was not just the principal destination of Southeast Africa gold – it was the only destination. They do not appear to have taken, at least officially, any gold to the Middle East in contrast to their Asian predecessors.

To understand why, under the Portuguese, India became the only destination for Southeast African gold, one needs to focus on the special position that Southeast Africa held in the Portuguese *Estado da Índia*. Although it is beyond the scope of this paper to look at this issue in its entirety, (and we have attempted this task elsewhere²⁴), in what follows, we very briefly try to place Southeast Africa in the *Estado* at the time when the Palace revolution took place in Portugal, ending Spain's 60 year rule on Portugal. This is done with an aim to understand the context in which falsification of gold came to pervade Southeast Africa and the reaction of Lisbon as well as Goan authorities to this phenomenon.

The Grand Picture: *Estado da Índia* and Southeast Africa c.1640

It is a well-known fact that when Portugal declared its independence from the Spanish rule in 1640, it entered one of the toughest periods of its history, which lasted until the late 1660s. The separation from the Spanish Crown drastically altered Portugal's power equations and political relevance vis-à-vis the other European powers. Spain naturally became an enemy and a long drawn war with it began almost immediately. Spain's European enemies (especially the powerful French and the English) were Portugal's potential allies and they did provide help against Spain but only after they had extracted a pound of flesh from the already bleeding Portugal. Holland, which supposedly had no quarrel with Portugal, but had assumed a hostile posture towards the Portuguese overseas territories prior to the 1640s because Portugal was part of the Spanish dominion, did not change its attitude towards them any time soon. Even after 1640, it continued to gun for Portugal's overseas territories in Asia and Americas, on one pretext or the other. An exception was, nevertheless, made in Europe. The Dutch did offer immediate respite to Portugal by agreeing to a truce in Europe for the

1641 but was lifted in 1664. In 1668, the export of silver was banned by Japan. For details, see Om Prakash, "Precious Metal Flows in Asia and World Economic Integration in the Seventeenth Century" in *Bullion for Goods*, Delhi, 2004, pp. 311-325. It may be noted here that, given the nature of the data available, all these figures are basically good estimates and at best, they provide us with a general idea of the magnitudes involved.

²⁴ K. Kohli, *Trade Administration...*

next ten years (1641-51). However, overseas, in Asia and America, where the actual stakes lay, the peace treaty was implemented much later. Batavia took cognisance of the treaty as late as December 1644 (having already occupied the key fortress of Malacca in 1641).

During the sailing season, the Dutch subjected Goa to blockade every year from 1638 to 1644. Despite this outlandish behaviour on the part of the Dutch, the Portuguese had little choice but to maintain peace on their side. Because of the ongoing wars, both in Europe and overseas, the meagre human and material resources of the tiny Iberian nation were stretched to the limit. Lisbon understood, quite correctly, that given its precarious condition in Europe, the Portuguese could ill afford to engage in any brazen adventure against the Dutch in the East. For instance, when the Portuguese King was informed that, despite the agreement to suspend all hostilities in the East, the Dutch were blockading Goa and had captured the annual ship from Moçambique to Goa, the King asked the Viceroy of India not to do anything that could cause a rupture with the Dutch, as the treasury could not afford to send any reinforcements to India. This advice came in spite of the feeling that this incident was not an aberration and more of such attacks could be expected in the near future. The King advised the Viceroy not to lower his guard despite the treaty but ironically, at the same time he entertained a faint glimmer of hope that eventually, by following the course of restraint, the Portuguese might be able to claim back their former forts, including that of Malacca, which the Dutch had snatched away from them.²⁵

If peace-time was short in the East, respite from war was still shorter in Brazil (1641-1645). But unlike the East - where once the peace treaty came to an end, the *Estado da Índia* suffered steady losses of its territories, forts and factories to the Dutch (and even to Asian rulers) - in Brazil, the Portuguese were able to recover what they had lost earlier. The Dutch had come to occupy northern parts of Brazil as early as 1635 but were driven out of them completely by 1654. It may be added that Angola too had been taken over by the Dutch in 1641, but was regained by the Portuguese in 1648. Brazil's dependence on Angola for the supply of slaves, naturally made it a 'must have' for the Portuguese. As historians have often pointed out, this outcome – losses in the East and gains in the West – was not a mere chance, but the logical result of a deliberate choice made by Portugal to put most of its eggs in the Western basket. The decision made perfect economic sense too. The sun was setting on the spice trade of the East and the sugar trade of Brazil was the rising star. The struggle in the East was made all the more difficult because, besides the Dutch, many of the Asian opponents were a force to reckon with by themselves and often teamed up with the Dutch to oust the Portuguese. This had been the case in Malacca where the

²⁵ King to Viceroy, 6-12-1642, *Records of South East Africa* (hereinafter RSEA), 4, pp. 295-296.

King of Johor had supported the Dutch against them. The situation was repeated in Sri Lanka a few years later. By 1659, the Portuguese had completely relinquished their control over the island to the King of Kandy and his Dutch allies. All the Portuguese forts in Malabar including Cochin had fallen to the Dutch by 1663. On the Kanara coast, the Shivappa Nayaka of Ikkeri reclaimed his ports of Basrur, Honawar and Mangalore. The rising Omani power was instrumental in adding Mascat to this long list of losses. Bombay, too, was 'lost' to the English when it formed a part of the dowry of Catherine of Bragança to the English monarch. The remaining possessions of the *Estado* that were not lost outright did not remain unscathed either. The annual blockade of Goa resurfaced and the city was tormented for seven years in a row from 1656-1663. Diu had its share of woes when, in 1668, the Omani fleet sacked the town with ease.

Survival and Growth in Southeast Africa c. 1640

Recently, it has been amply realised that amidst the general trend of decline in the Portuguese *Estado da Índia*, there were certain areas that not only escaped this fate but even prospered economically. Southeast Africa was perhaps the most important of such areas. It became the prized possession of the *Estado* as it generated more revenue than most other *Estado* possessions. Before we proceed further, two observations are in order.

First, though Southeast Africa may have gone against the trend as far as the political and economic fortunes of the *Estado da Índia* were concerned, it was, by no means, isolated or unaffected by the events in the other parts of the *Estado* or, for that matter, even that of Europe and America. As we have already seen, Southeast Africa had close trade ties with India and events such as the blockade of Goa by the Dutch affected its trade prospects as well as its logistics. Attempts were made to link Southeast Africa with the other areas of Portuguese dominion as well. In the early 1640s, for instance, in response to the loss of Angola, the Portuguese endeavoured to establish trade links between Moçambique and Brazil. The reason is not difficult to fathom. The Dutch capture of Luanda had stopped the supply of slave labour to Brazil from Angola, hence, desperate attempts were made to develop Moçambique as an alternative to Angola.²⁶

Second, it has often been suggested that Southeast Africa escaped the fate of Malacca or Ceylon because Portugal's European rivals did not find it attractive enough. In other words, had either the Dutch or the English found strong enough reasons to believe that Southeast Africa was indeed the treasure-trove that many Portuguese believed it to be, they would have snatched it away from the Portuguese. But this, obviously, is a matter of speculation and while nothing can be said with certainty, arguments can be put forward to oppose this stand as well.

²⁶ Recapture of Angola in 1648 made this branch of trade uneconomic and unnecessary.

It may be argued that given its strategic importance as the port of call for the *carreira da Índia*, Moçambique, if threatened, was bound to be defended tooth and nail by Lisbon as well as Goa. This was especially true after 1640, when faced with the rapid loss of their other possessions in the East, the Portuguese authorities, especially in Goa, came to regard Southeast Africa as the prized holding of the *Estado*. Southeast Africa owed this special status because it was amongst the few areas that continued to show a surplus on their revenue accounts even in these turbulent times. Further, both Lisbon and Goa, despite their poor financial situation, were willing to spare men and money for defending Moçambique whenever any reasonable threat loomed on the horizon. Also, the fact that the Portuguese were able to take both Brazil and Angola back from the Dutch suggests that it is a folly to presume that if only the English or the Dutch had wished, they could have occupied Moçambique. In other words, it is anybody's guess as to what would have really happened if any serious attempt had been made on Moçambique by the Dutch or the English or, for that matter, even by the Arabs. As it happened, but for small blips now and then, the sailing was smooth on the Southeast Africa coast, it did not have to face any serious military threats during the period being considered.

The External Influences and Southeast Africa

The changed political scenario in Europe after the Portuguese restoration and the relatively unchanged political equations in the East signified the same thing for Southeast Africa – namely that Lisbon and Goa had their hands full, and they did not have either the will or the resources to look beyond their immediate geographical vicinity. This meant Lisbon and Goa were likely to pay little or no attention to Southeast Africa unless and until some major crisis, which had the potential to threaten severely either the security or the trade of Southeast Africa, struck it. Under less drastic circumstances, the authorities in Goa became very stingy with their meagre purse and, if they could, they were more than willing to divert resources away from Southeast Africa towards Goa and its neighbourhood. In 1643, for example, the Governor of the *Estado* ordered that the 2000 *xerafins* obtained from the *renda do tabaco* (the revenue from the tobacco tax), that had earlier been earmarked for the fortification related expense in Moçambique, should be diverted towards fortifying Vasai (Baçaim) and Daman.²⁷ Also, Goa was not willing to let go of the income it derived from the trade with Southeast Africa. Hence, Goa's policy towards Southeast Africa, simply put, was to get the maximum trade benefits with minimal investment.

Lisbon appears to have followed this rule even more stringently. It followed a policy of minimal interference. While in the past authorities in Europe had

²⁷ Undated, c. 1643-44, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 91.

promoted both the hunt for silver mines and Portuguese settlements in Southeast Africa, now Lisbon authorities gave short shrift to special projects and schemes for developing trade, mining or settlements. The few plans or projects that were suggested appear to have been vetoed by the King. For example, in 1644, the newly formed *Conselho Ultramarino* of Portugal recommended sweeping changes in the Southeast African administration, including separation of the defense administration from the trade administration. It was of the opinion that the captain should retain only the role of the castellan of the fortress of Moçambique and should no longer have the monopoly rights over the Southeast African trade. The trade, it was felt, should be thrown open to all subjects of the *império* on paying eight percent customs. A new settlement scheme was also proposed. As it had been very difficult to get people from Europe to settle in Southeast Africa as recently as 1635, it was envisaged that this time, poor married couples should come from Asia rather than from Europe. These new settlers, it was proposed, should be given land and material help. It was also decided that the newcomers would not restrict themselves to just agriculture and mining and, for the first time ever, be involved in manufacturing. They would produce cotton cloth, which could then be used to trade for gold and ivory. Agriculture was not to be totally abandoned. Some of the newcomers, it was proposed, should also grow raw cotton and some settlers could also be engaged as prospectors – seeking a route to the Great Lakes and Angola.²⁸

Conselho Ultramarino's proposal, however, fell flat as the King was not swayed by these lofty plans. He focused his attention on preserving his existing wealth, especially his crown and his kingdom, rather than risk squandering what he had for capturing elusive new wealth. With the threat of Spanish Invasion looming large, he gave no thought to the 'conquest' of Southeast Africa and even refused to change the system of trade in Southeast Africa.²⁹ The decision to maintain a status quo in the trade regime of Southeast Africa was significant given that it came on the heels of the revolutionary decision to free the Lisbon-Goa trade in all goods (with the exception of cinnamon) for all Portuguese of the *império*.³⁰ The Crown, thus, permitted the citizens of Portugal and the Portuguese settlers in Brazil, Angola, Southeast Africa and Asia to participate in the Euro-Asian trade, but kept Southeast Africa out of their reach.

Hands off Approach – The Possibility

What impact did this 'hands off' approach of the authorities have on the trade and economy of Southeast Africa? Let us begin by looking at what

²⁸ E. Axelson, *Portuguese in South East Africa...*, pp. 115-116.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Alvará, 12-12-1643, *RSEA* 4, pp. 295-296.

possible outcome it could have had. Given that the captains of Moçambique were nearly always looking for more independence from the overseas authorities, they would have no doubt welcomed any move that reduced external intervention in the Southeast African administration. At the same time, the situation was likely to worsen for the majority of the Portuguese settlers in Southeast Africa. Unchecked by Goa and Lisbon and with all his powers intact, a monopolist captain was bad news for the Portuguese settlers of Southeast Africa. He was likely to turn more brazen in his quest for profits and show little regard for their rights especially when he *had* to collect his 'booty' within a short span of three years for which he held his office. Completely focussed on the short run, the captains were prone to neglect the task of building long term fruitful relationships with the African polity or, for that matter, even care about the long term security of the fortress.

In the long run, however, a reduced involvement of overseas authorities in the internal affairs of Southeast Africa was likely to result in declining overseas support for Southeast Africa, both in financial and manpower terms. Over the years, as the state support waned, the captain's ability to control and mould the political and economic situation in the African interior was also expected to decline. The African polity was bound to defend its own interests and the Portuguese settlers in the Rivers of Cuama were also not going to take attacks on their trading interests lying down. After all, these settlers had grown quite powerful over the years without much state support. During the 1640s itself, many of these settlers had come to acquire vast amount of lands in the African hinterland and had built huge armies of slaves. The lawlessness amongst these Portuguese landlord-traders was notorious and the captains found it difficult to control them. Attempts to discipline them were often met with violence on their part. As early as 1635, the residents murdered a judge, Pedro Nogueira, who had come from Goa to collect fines from some of the richest and the most powerful settlers of the Rivers.³¹ Still worse, the authorities did not have the nerve to even investigate this crime. No judge in Goa was willing to go to Moçambique to launch an investigation. This was so in spite of the fact that the murdered man had belonged to a family whose members were committed to the legal profession. His father, Miguel Nogueira, had been a judge and so was his brother, Ignacio Nogueira.³² At this point, one may ask, if the captain and his authority

³¹ E. Axelson, *Portuguese in South East Africa...*, p. 110; King to Viceroy, 27-3-1646, *RSEA* 4, p. 306.

³² King to Viceroy, 27-3-1646, *RSEA* 4, p. 306. Incidentally, about ten years after Pedro's death, his brother, Ignacio Nogueira, petitioned the King to grant him the *ouvidoria* of Mascas as a compensation for his brother's death. It may be noted in passing that notwithstanding such incidents, it is our contention that the authorities in Moçambique and to some extent even the authorities in Goa and Lisbon were more unwilling to intervene than unable to intervene in the affairs of Southeast Africa. After all, the rise of the landlord-trader was not a hidden phenomenon,

weakened, would it also not adversely affect the interests of the Crown in the long run? After all, it must be remembered that the captains of Moçambique, like that of the other forts and ports of the *Estado*, donned two hats at one time – one, of a private trader and two, of the administrative representative of the Crown.

Hands off Approach – The Ground Reality

By quirk of fate, in the initial years of the Bragança rule, none of the captains of Moçambique held on to their posts long enough to find out whether the change in the situation overseas did or did not bring in any benefits to them. Diogo de Vasconcelos, who reached Moçambique to take up his post sometime in 1639 or 1640, died almost immediately after arriving in Moçambique. His twenty-year-old brother-in-law, Francisco de Sottomayor became the temporary custodian of the post.³³ The remaining two years of Vasconcelos' term were auctioned once again. Francisco de Silveira Claveiro (or Craveira) of the Order of the Christ – a resident of Chaul – turned out to be the successful bidder and acquired the post for 30,000 *xerafins*. He took possession of his post on 3rd January, 1641 and died within a year.³⁴ In early 1642, a successor was appointed, whose name remains unknown. For reasons unknown, he, too, does not seem to have remained in his post long and three captains, namely, Domingos de Govea Coutinho, Antonio de Brito Pacheco and Luis do Rego de Negreiros, followed him in quick succession.³⁵ Finally, in February 1643, Julio Monis da Silva was lucky enough to break the jinx of captaincy. He served his full term of three years as the captain and thus put an end to the period of instability. Monis da Silva was succeeded in 1646 by Alvaro de Souza de Távora who, too, completed his full term.

nor had they become powerful overnight. If the authorities, in spite of showing concern on the lawlessness in the Rivers, did not intervene in a significant way, it was because they did not find this phenomenon serious enough to warrant any major intervention. For a detailed discussion see K. Kohli, *Trade Administration...*

³³ E. Axelson, *Portuguese in South East Africa...*, p. 116. According to Axelson, Vasconcelos had bought the said post from his predecessor D. Lourenço de Sottomayor who ruled for two successive terms as the captain of Moçambique. It is not very clear how D. Lourenço de Sottomayor had come to acquire two successive terms of the captaincy. As far as his own term in office was concerned, he himself had bought the post from the Condessa de Atalaya – the senior-most claimant of the royal mercê. (See *Diário do Terceiro Conde de Linhares, Vice Rei da Índia*, Tome 2, Biblioteca Nacional, Lisbon 1943, p. 328). In all likelihood, the second term had belonged to him by virtue of being the next man on the mercê list, whose rights he sold to Vasconcelos.

³⁴ 5-1-1650, HAG, *Conselho da Fazenda* 8, Códice 1166, fl. 31. Almost ten years later, the *Conselho da Fazenda* was still deliberating as to how his property, left behind in Moçambique, should be recovered so that royal dues could be claimed from it.

³⁵ King to Viceroy, 26-8-1652, *RSEA* 4, p. 320; E. Axelson, *Portuguese in South East Africa...*, p. 116.

The departure of the captains of Moçambique in quick succession in the first half of the 1640s created utter chaos in the local Portuguese administration. We find the King complaining to the Viceroy about disorder in his treasury at the Rivers of Cuama.³⁶ Apparently, the coffers were empty and there was no money to pay for the garrison stationed at the court of the Monomotapa. He commanded the captain of Moçambique to find, by any means possible, the resources required to maintain a garrison of thirty to forty soldiers at the court of the Monomotapa. He suggested that the residents of Moçambique and the Rivers might be induced to contribute one *corja* (20 pieces) of cloth per head in order to finance the said garrison.³⁷ The situation in the island of Moçambique, where the captain himself resided, was no better. General mismanagement prevailed, soldiers were underpaid and according to the reports reaching Lisbon, no attempt was being made to contain the rising costs of servicing the fortress. The King came to know that infirm and old soldiers in Moçambique, who should have been discharged from duty at such hard times or retained only on half pay, continued to draw full salaries. The hospital at the fort, which had been described as 'well equipped' in 1635, existed no more and in 1644, the King issued instructions to the Viceroy to establish a new one there.³⁸

On the trade front, the annual shipment to India had become irregular. When a ship was sent, its cargo space was often under-utilised. In 1642, the captain of Diu lamented that the income from the ships coming from Moçambique and Pate was quite low and as a result, he was unable to finance the annual *armada do norte* and was forced to pay the soldiers only a quarter of their salary.³⁹ In his opinion, this shortfall could be met only if Goa consented to give Diu a share of the customs revenue from the ships that came from Moçambique, but Goa, it appears was in no mood to share the profits it received from Southeast African trade with Diu, or for that matter, with any other port in Portuguese India.⁴⁰

³⁶ King to Viceroy, 21-3-1646, *RSEA* 4, pp. 304-305.

³⁷ King to Viceroy, 25-3-1646, *RSEA* 4, pp. 305-306.

³⁸ 19-8-1636, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 19; King to Viceroy, 4-4-1644, *RSEA* 4, pp. 299-300.

³⁹ Undated, c. 1642, HAG, *Conselho da Fazenda* 5, Códice 1163, fls. 190. Armada do Norte was supposed to accompany the trade ships from the ports in Gujarat to Goa or vice versa.

⁴⁰ Goa at this time was reeling under Dutch blockade and could not receive any ships at its docks, thus ships such as those coming from Moçambique were being diverted towards the northern towns especially Diu and Chaul but Goa still held on to its claim of customs revenue from these ships. This issue snowballed into a major controversy later. Goa based merchants and officials tried to deny Diu and the other northern towns of the *Estado da Índia* a share of the Moçambique trade, and the latter did all in their power to retain this trade. During the years of the Dutch blockade, Goa had had no choice but to tolerate a shift in the port of call for the overseas trade to the north. However, when the blockade was lifted in 1644, and the trade prospects improved, Goa went back to its original stand wherein Goa was the only admissible port of call for international ships.

Clearly, after 1640, as its trading options in the Indian Ocean shrank fast, Goa did not wish to lose the lucrative Moçambique trade, even to rival ports within the *Estado*. Around the mid seventeenth century, an unrelenting effort was made by Goa-based traders and officials to scuttle the redirection of the Moçambique trade from Goa to the northern towns. In the years ahead, despite their best efforts, this problem did not really get resolved. It is not hard to understand the desperation shown by all involved. Just like the Goan merchants, merchants based in the *provincia do norte*, particularly Diu, saw Southeast African trade to be amongst the few lucrative markets that were still open to them in the shrinking *Estado* and they were not willing to give it up even if the Goan administration commanded them to do so.

Thus, despite the mal-administration in Southeast Africa (which had got the Lisbon authorities worried too), India based merchants – Indians and Portuguese – were bullish on Southeast African trade. As long as gold was flowing out from Southeast Africa and coming to India, they could take the short term disturbances (like the one that took place in the early 1640s) in their stride. However, the news that Southeast African gold was being falsified hit at the very core of the Southeast African trade – a trade on which so many hopes were centred after 1640. To put the things in perspective, the falsification of gold i.e. addition of impurities to debase gold, had not sprung up overnight; the Goan merchants had complained as early as 1629 that Southeast African gold was being falsified before being exported to India. But it was in the next few decades that the falsification increased exponentially and the flow of bad gold acquired alarming proportions. It even made the authorities in Lisbon sit up and take notice.

Falsification of Gold

The *Conselho da Fazenda* met in Goa on the first day of February 1629 to discuss the petition by the city against the alleged falsification and to discuss the possible solution to the problem. In their petition, the citizens of Goa had asserted that the practice of falsification had begun in the previous few years and was increasingly becoming a menace for the trade between India and Southeast Africa. The purity of gold was being diluted by adding brass (*latão*) to it. The Council decided that to put an end to this malpractice, an assayer of gold should be sent to the Rivers of Cuama where he would be responsible for certifying the purity of the gold. All gold, it was stated, should meet the purity standards of the *São-Thomés* (coins minted by the *Estado da Índia*) at least and the seller should carry a certificate from the said assayer that his gold met this minimum standard. In case the assayer found that the gold was of a touch (purity level) lower than those of *São-Thomés*, the accompanying certificate should reflect this

fact.⁴¹ However, nothing much appears to have come out of this resolve of the *Conselho da Fazenda*. Either the assayer was never sent, or if he was sent, he was not able to establish an effective system. By the 1640s, the problem appears to have increased manifold and the practice of falsifying gold became so rampant during the second half of the 17th century that almost all the gold that circulated in Southeast Africa was of the falsified variety, wherein it went by the name of *ouro corrente*. The Indian merchants once again appealed to the authorities, this time even directly to Lisbon, to take some strict action against it. According to the records of the *Conselho Ultramarino* in Lisbon, the merchants had alleged that the gold was debased by as much as 30 percent.⁴²

At this point, one may ask, if the Goan merchants knew that the gold was being falsified and even knew the extent of the falsification, couldn't they just refuse to take such gold in payment or, alternatively, adjust their prices to compensate for the debasement? Was it not possible for them to check the quality of gold before they took its delivery? As few details are available pertaining to the merchants' payment networks or, for that matter, even the procedure by which these payments were made and received between India and Southeast Africa, one can only speculate on some of these issues. To begin with, it may be recalled that the Moçambican trade was, for most of the seventeenth century, the monopoly of the captain of Moçambique. He was, thus, the principal purchaser of the goods imported from India.⁴³ Generally, the captain took these goods on credit and was seldom prompt with his payments. The lag in payments, in all probability, was a year or more. Thus, the Indian exporters who had sold their ware on credit to the captain's agents (or alternatively, the financiers who had given advances to these agents to buy the goods) found only after a year or more of delivering the merchandise (finance) that the captain had made his payments with falsified gold.

It is unlikely that all the gold that was sent was 'bad' for, in such a case, the exporters (financiers) could retaliate the next time by increasing the price (interest rate) of their goods (loans) in nominal terms. However, if the sent gold was a mixture of the good and the bad, then it would have been difficult for the exporters to pre-empt the captain, as the amount of the bad gold would, in all likelihood, vary from year to year. The captain, who had the advantage of being the last to make the payments, could adjust the quality of gold according to the nominal prices that were demanded for the Indian goods.

⁴¹ 1-2-1629, HAG, *Conselho da Fazenda* 3, Códice 1161, fls. 45-45v.

⁴² AHU. 19-1-1645, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 62.

⁴³ No doubt, some of the goods fell into the hands of the settlers in Southeast Africa as a result of smuggling. A small portion was also purchased by the residents 'legally' as a result of the limited trade privileges that the Crown had awarded to the residents of Moçambique and the Rivers. Quite often, the captains grabbed even these goods from the settlers on the pretext of defence requirements or some other essential state exigency.

Pure or Impure: Standardization of Southeast African Gold

The other important issue is as to how to detect falsification. It is well known that gold extracted from mines always has some degree of impurity. Rare are the cases when the gold extracted from mines is completely pure. In such a scenario, how does one know if a particular sample has been deliberately falsified or is a natural sample with too many impurities? Does any criterion, a universally acceptable standard, a measure exist for 'too much' impurity? As mentioned earlier, the purity level of *São-Thomé* was taken as an acceptable standard in 1629. The same standard was reaffirmed in 1646 when the *Conselho da Fazenda* in Goa decided to send an assayer each to Moçambique and to Sena to assay all the gold circulating there.⁴⁴

The Council declared that to stop losses to the royal treasury, the two assayers would be asked to divide and accordingly brand all gold into two categories; the first with a purity higher than that of the *São-Thomé* and the second with a purity lower than it. The residents of Southeast Africa were expected to get all the gold in their possession assayed within a month of the publication of the said order. At the expiry of this period, the gold that had not been assayed in either the Rivers area or Moçambique was liable for confiscation by the administration. The order also stipulated that the 'currency' of Southeast Africa – the *ouro corrente*, which 'was commonly used in Moçambique and the Rivers and was, allegedly, accepted by all the inhabitants as well as the foreign merchants', would have to undergo the same examination by the assayers. The assayers were also expected to carry out a comparison of the *São-Thomé* and the *ouro corrente* to assess the difference in the purity levels between the two.⁴⁵

What was the purity level or the touch of *São-Thomé*? In 1629, *São-Thomé* was being minted with a touch of 43 points. However, Viceroy Filipe de Mascarenhas (r. 1641-1645) decided to introduce a new 41 point standard during his rule. It may be noted that the change effected by the Viceroy was a result of the rising price of gold. As the real value of the gold coins rose above their nominal value, people began to melt the currency. To stem this tendency, the Viceroy

⁴⁴ 29-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 146-147; 14-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 152v; King to Viceroy, 8-2-1649, RSEA 4, p. 307.

⁴⁵ The Council realised that besides the gold in circulation, the gold coming from Manica and Mocaranga too would have to be assayed for it was well known that 'different mines there produced gold of different purity and it could cause losses to the merchants of those parts'. At the same time, the Council asserted that the gold 'which comes out of the mines without any impurity and has its purity level equal to or more than that of the *São-Thomé novo*, should be marked by the assayers as such and should be transferred in the same state in which it was mined'. 29-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 146-147.

ordered the issue of new coins, the *São-Thomé novo* with a lower gold content.⁴⁶ In this context, it may be emphasized that this was not an irreversible change and as the price of gold fluctuated, the gold content in the coins was adjusted accordingly. In December 1646, a decision was taken to revert back to the standard of the old *São-Thomé* i.e. those with 43 point touch. However, 27 years later in November 1673, when Luis de Mendoça Furtado was the governor of the Estado, the 41 point standard set by Viceroy Mascarenhas was reintroduced. Thus, we would not be too far from the truth if we sum up this issue by saying that the traders and officials of Goa expected that the gold that was sent from or traded in Southeast Africa should bear the touch of at least 41 points, if not 43 points, failing which it would be considered to be 'falsified'.

Falsification of Gold: Private vs. Public Interest

The aforementioned clear and precise criterion for detecting falsification, however, does not seem to have deterred the falsifiers. Many cases of 'innovative' approaches to falsification and smuggling of gold come up in the seventeenth century documentation. The public vs. private interest conflict was all too common. In one such case, much to the chagrin of the *Conselho da Fazenda*, it was found that the factor at Moçambique, Antonio de Maris da Fonseca, had simultaneously shipped some low quality and some 'pure' gold to Goa. While the low quality gold was earmarked for payment to the royal treasury at Goa, the 'pure' gold was set aside for trade on the factor's private account. This division on the basis of quality – quite similar to one made by many present day Indian contractors who work for the government⁴⁷ – did not amuse the authorities and an enquiry was ordered. According to the *ensaio* (report) presented in the *casa de moeda* by a Dr. Francisco Cardoso de Figueiredo, the gold that had been sent for the treasury did not render more than 183 *xerafins* per mark, while the gold Fonseca had had sent on his own account rendered 228 *xerafins* per mark.⁴⁸

⁴⁶ A. C. Teixeira de Aragão, *Discrição geral e Historia de Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Tomo 3, Lisboa, 1880, Doc. 80, 83, 88, 98 & 99. Also see, J. Ferraro Vaz and M. Correia de Souza, *Dinheiro Luso-Indiano (Indo-Portuguese Money)*, [Bilingual], Braga 1980, pp. 153, 170, & 192.

⁴⁷ In present day India, it is quite common to see suppliers segregating the market into the government and the private sector. Such segregation is more common in sectors where it is not very easy to detect the difference in the quality e.g. in case of construction materials. The same supplier supplies lower quality goods to the government through the tender system (at times, goods of an inferior quality are manufactured separately for supplying to the government) but to the private consumer who is willing to pay higher prices, they supply better quality goods. The issue gets more complicated with the presence of graft in the system and other variables such as the political climate etc. Further, in the case of sales to the government, the fact that the buyer is not the final consumer has an important role to play.

⁴⁸ 1 mark = 8 ounces (approx.).

The *Conselho da Fazenda* decided that this was a clear case of breach of trust and it was only fair that the good quality gold that Fonseca had sent on his private account should be confiscated to compensate for the loss to the royal treasury.⁴⁹

However, not all cases proved so easy to resolve. The variation in the quality of gold that came in from Moçambique was not always so uniformly segregated between the 'good' and the 'bad'. It was more likely that some 'good' gold and some 'bad' gold would be mixed and sent in a consignment making detection and prosecution more difficult. It was reported in the *Conselho da Fazenda* on 17th October 1641 that gold which had come from Moçambique, destined for the mint, varied a lot in terms of its quality. Some of it was valued at 45 points and some others at 43, 39 and 37 points. Owing to the low quality of the majority of the gold, it was impossible to coin *São-Thomés* from it unless some good quality gold was imported from China or Venez^{os} (Venice?). However, by doing so, the treasury would have incurred losses and thus it was decided that the good quality gold, with more than 43 points of purity, should be used to coin *São-Thomés* and the low quality gold, i.e. which was lower than 39 points, should be sold in the open market.⁵⁰

Falsification of Gold: Remedy and Resistance

As the century progressed, such onetime solutions and punishments were found to be insufficient to stem falsification. As mentioned before, if one goes by the rising number of complaints that the Goan administration received as the years progressed, the flow of falsified gold into Goa, which had been only a trickle in the 1630s, seems to have developed into a flood. By 1646, the issue no longer remained confined to the *Estado da Índia*. The authorities in Lisbon began to feel concerned. They ordered the Viceroy to find a remedy as soon as possible. For Lisbon, perhaps, the most disturbing part of the whole affair was the circulation of *ouro corrente* as a *de facto* currency in Southeast Africa. Logically, once the majority in Southeast Africa accepted the debased gold as the currency, the fact that it was not a legal tender had little significance since it did not put its users at any disadvantage vis-à-vis those who decided to deal only in the legal tender. The economists tell us that in such a situation, Gresham's law would operate and the little 'good' money that had come in with the traders was bound to be driven out of Southeast Africa.

⁴⁹ 20-8-1638, HAG, *Conselho da Fazenda* 5, Códice 1163, fls. 40v-41.

⁵⁰ 17-10-1641, HAG, *Conselho da Fazenda* 5, Códice 1163, fls. 181v. It was also recommended that the buyers of this low quality gold should be permitted to carry it outside Goa. Given that gold was more expensive in the Indian hinterland, by allowing the buyers to carry it out of Goa, the treasury was likely to fetch a better price for it. The councillors left the implementation and the final details of the matter to the discretion of the *vedor da Fazenda*.

It was reported in 1646 that all the *patacas* had flown out of Moçambique to Madagascar and other places. Simultaneously, the *Conselho da Fazenda* at Goa declared that it had definite information that Southeast Africa had no currency of its own. This implicitly meant that only coinage from other parts of the world, especially Goa, was acceptable as currency in Southeast Africa. However, the situation on the ground was very different. Traders from India complained that they were forced to accept ten '*cruzados*' of *ouro corrente* for each piece of cloth and the said '*cruzado*' was little more than copper.⁵¹

Needless to say, the trade was being adversely affected by this situation. Traders from India were getting increasingly wary of sending cloth to Moçambique. This greatly perturbed the Goan authorities, as they were desperate to protect the customs revenues of their city. Goa-Moçambique trade had slowly and gradually emerged as the most important income-earning route for the Goan customs. To protect this stream of revenue, it was quite clear that falsification of gold had to be stopped. Many alternatives were suggested. To begin with, the Viceroy issued a decree in 1646 that new silver *xerafins* of the style and standard that had been minted during the viceroyalty of the Count of Linhares would be again minted and sent to Moçambique to be used as legal tender.⁵² Each *xerafim* was to equal 400 *reis* in value. Silver was deliberately chosen for coinage as, in light of the falsification of gold, it was a safer bet.⁵³

The remedy of sending assayers from Goa to certify the quality of gold, a measure that had been used earlier, also found favour with the Viceroy. In 1647, Viceroy Filipe de Mascarenhas dispatched two assayers to Southeast Africa. Instructions were issued that one of them should be stationed at Moçambique and the other in the Rivers of Cuama. The initial results of the assayers' efforts were quite positive and the Viceroy also found support for his actions from Lisbon.⁵⁴ Encouraged by this, the Viceroy declared that the *ouro corrente*, which

⁵¹ 14-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 153; 24-8-1658, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 102 (second letter); 24-8-1658, HAG, *Livro das Monções* 26A, fl. 119. It may be noted that practically throughout the 17th century, the pure *cruzado* was equal to 1.33 *xerafins*.

⁵² The *Conselho da Fazenda* decided to send a total of 5442 coins of silver, each of 400 *reis*, in the two *navios* of the newly appointed captain of Moçambique, Alvaro de Souza de Távora. He was expected to set sail for that port shortly. He was expected to set sail for that port shortly. See 29-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 155.

⁵³ Regimento by Viceroy D. Filipe de Mascarenhas, 24-1-1646, Goa, *Livro de Regimentos e Instruções* No. 4, fl. 100v, reproduced in A. B. Bragança Pereira, *Arquivo Português Oriental*, Tomo 4, vol. 2, Parte 2, pp. 119-120. The Viceroy also identified the sources from which this silver was to be obtained for making the new currency and expected the factor at Moçambique to pay for it in pure gold, 14-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 153.

⁵⁴ 29-1-1646, HAG, *Conselho da Fazenda* 6, Códice 1164, fl. 152v; King to Viceroy, 8-2-1649, *RSEA* 4, p. 307; King to Viceroy, 24-1-1652, *RSEA* 4, p. 316.

was being freely used as a means of exchange amongst traders and was even being sent to Goa to pay the dues to the royal treasury, would not be allowed to circulate henceforth in Southeast Africa.⁵⁵ This order, however, came under attack from the captain of Moçambique, Alvaro de Souza de Távora – the very man who would have been expected to implement the order. He asserted that this prohibition imposed by the Viceroy on the circulation of *ouro corrente* was tantamount to the breach of his (captain's) contract. *Ouro corrente*, he argued, had been in circulation for many years and was in circulation when he began his term as the captain. The captains before him had been making their annual payments to the royal treasury in the same 'currency' and he too, when he accepted the contract, had expected to pay the 33,000 *cruzados* of contract money in it. But now, he was required to pay the said 33,000 *cruzados* in gold bearing a purity of at least 30 points, which would be equivalent to 50,000 *cruzados* of the *ouro corrente*. He estimated that he would now suffer a loss of almost a third of the total value of his contract, for besides the direct losses that he would earn by paying for the contract money in 'pure' gold; he feared losses in the trade of the other goods that he had introduced in the Rivers and other areas. According to him, goods worth 40,000 *cruzados* were traded per annum in these areas. Here again, if he lost a third of the value, his total losses would be approximately around 35,000 *cruzados* of *ouro corrente*. He therefore requested that the order, which prohibited the circulation of *ouro corrente* in Southeast Africa, be withdrawn. At the same time, perhaps not being very hopeful that the order would be rescinded, he simultaneously wrote to the King alleging a breach of contract and demanded compensation for the losses he had incurred because of the said order.⁵⁶ Notably, he perceived that the entire exercise only served the interests of the India-based merchants to the detriment of all Portuguese living in Moçambique. The India vs. Moçambique angle was quite clear in his petition and it was supported by a testimonial from the *ouvidor* of Moçambique, Manoel Dias de Carvalho in addition to the many testimonials given by private settlers from Moçambique.⁵⁷

Indications began to appear soon that no efforts were being made by the Moçambican authorities to ban *ouro corrente* from circulating in Southeast

⁵⁵ 30-8-1648, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 81.

⁵⁶ King to Viceroy, 27-3-1651, *RSEA* 4, pp. 313-314; King to Viceroy, 24-1-1652, *RSEA* 4, p. 316.

⁵⁷ 30-8-1648, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 81. What is worth noting is the hiatus between the actual purity level of *ouro corrente* and the standard of purity that the Indian merchants expected and demanded. By Távora's own admittance, the purity level of *ouro corrente* was approximately 33 percent less than even the *cruzados* containing a purity of 30 points. It may be recalled that the purity demanded by the Indian importers of Moçambican gold was equivalent to that of *São-Thomés*, which had a touch of 41 to 43 points which was way above the purity level of the *cruzados*.

Africa. Filipe de Mascarenhas' term as the Viceroy ended in 1651 and the group of governors who took over the reigns of the *Estado* from him, *au contraire* were not impressed by the work of the assayers. They informed the King that the assayers were unable to do anything about the *ouro corrente* and it was very much in circulation as before.⁵⁸ Their successor, Viceroy Vasco Mascarenhas, the King's nephew and the count of Óbidos, also agreed that the assayers had proved to be largely ineffective in reducing the falsification of gold. In his letter dated 8th January 1653, he declared that he intended to call a council of persons experienced in the affairs of Moçambique to consider the measures that should be taken to avoid the heavy losses resulting from the falsification of gold. On receiving this information, the King urged him to dispatch to Moçambique a dependable judicial official – a *pessoa de letras* – with orders to prosecute those persons who had falsified gold. Further, the two guiltiest persons were to be sent to Goa to be punished with rigour and publicity to set an example for others. The King reminded the Viceroy that the offence of falsifying gold was similar to the falsification of money and the guilty should be severely punished.⁵⁹ In all likelihood, however, the Count of Óbidos did not find the time to implement his resolves. In a sensational coup in Goa in 1653 itself, he was dethroned and a junta headed by Bras de Castro took over the reigns of the *Estado*.

The situation in Moçambique with respect to the falsification of gold was not affected much by this coup in Goa and the coming of a new Viceroy two years later too does not appear to have altered the situation much. The new Viceroy threatened to punish the offenders by rigorous imprisonment but we do not have any evidence to suggest that it had any noteworthy impact. The King, in the meanwhile, kept urging that a remedy should be found to the problem and people knowledgeable in the affairs of Moçambique should be consulted to arrive at a solution.⁶⁰ Looking at the documents relating to this issue, it may safely be concluded that almost ten years after Filipe Mascarenhas had sent the assayers to Moçambique, the Goan establishment betrayed a strong sense of pessimism in the matter. The new Viceroy, Rodrigo Lobo da Silveira informed the King in 1658 that he had discussed the issue with some persons experienced in the affairs of Moçambique and it appeared that no one could think of a fool proof solution to the problem. His own assessment of the situation, along with the comments of the experienced personnel that he consulted, sums up the situation quite appropriately:

the gold that is traded – which is purest when it is still in the hands of the Africans – as soon as it arrives in the hands of the Portuguese it is melted/ and mixed [with baser metals]; most of this gold then passes through the hands of

⁵⁸ King to Viceroy, 24-1-1653, *RSEA* 4, pp. 322-323.

⁵⁹ King to Viceroy, 23-2-1654, *RSEA* 4, pp. 325-326.

⁶⁰ 5-2-1656, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 102.

the factor of Sena who is the representative of the captain of Moçambique, who receives it as payment for the goods that he sells and then remits it to the captain of Moçambique. The captains and other inhabitants of Moçambique too are involved in the falsification and the merchants of India are the victims of all this. They sell one piece of their cloth for ten *cruzados* of *ouro corrente*, which is little more than copper. The pure variety of gold they possess is sold only at a premium. The remedy that must be applied is that His Majesty should order that rigorous punishment would be given to those who do not make the payment in [pure] gold and the only currency that should be allowed to be circulated in Moçambique should be the legal one (*moeda de lei*). The payment to the treasury should be made only in this currency and also the payment to the merchants who take their goods to Moçambique from Goa since it is only in pure gold that the true value of their ware can be paid. It was also suggested that the inhabitants of Moçambique should also be compelled to buy only through the legal tender so that they do not come to losses. Also, as the trade to Moçambique is the only one that is still profitable in the *Estado da Índia*, it should not be thrown away.⁶¹

Herein lay the rub. While the Southeast African trade was too precious to be thrown away, the obvious remedy to the problem of falsification required better control by Goa (and thus, indirectly, by Lisbon) over the Southeast African authorities as well as the landlord traders. In other words, curbing the military and economic power of the landlord-traders and sometimes, even the captain of Moçambique, was an essential requirement for curbing their lawlessness in general and falsification of gold in particular. But, as discussed earlier, given the circumstances in Goa and Lisbon, the overseas authorities found it very difficult to impose strict controls over Southeast Africa. Further, to the extent that the 'hands off' approach meant a prosperous Portuguese landlord-trader in Southeast Africa, the authorities were not all that sure if curtailment of the power of the landlord-traders was in their best interests. After all, for most part, the increase in the power of the Portuguese settlers was likely to lead to an increase in the supply of trade goods from Southeast Africa to Goa while the brunt of their power was likely to fall on the African polity and population. Clearly, falsification of gold was a different matter. It was bound to adversely affect not only the India based merchants but also the customs revenue at Goa. However, as the above discussion has shown, ad hoc measures that tried to resolve the issue of falsification without addressing the larger issue of the growing power and independence of both the landlord-traders and the captain and the other officials did not meet with much success.⁶²

⁶¹ 24-8-1658, AHU, *Moçambique*, caixa 2, doc. 102 (second letter), copy in HAG, *Livro das Monções* 26A, fl. 119.

⁶² There is some evidence to suggest that the policymakers in Lisbon turned their attention towards Southeast Africa in the 1670s, once Dom Pedro took over the reigns of power in Portugal.

Conclusion

Quite clearly, the issue of the falsification of gold was a complicated one. The origin of this problem lay in the process of the Portuguese penetration of Southeast Africa. While the jury is still out on what the extent of Portuguese landlord-traders' power in the seventeenth century Southeast Africa was, there is little doubt that in comparison to the previous century, it had increased manifold. Also, not many would deny that the major brunt of this power was borne by the African *fumo* or village level chiefs whom the Portuguese and Indian landlords tried to replace. It is also realized that the Portuguese obsession with gold mining and trade, by and large, had a negative impact on the African agriculture. The highly adverse terms-of-trade that the Portuguese offered to the African gold miners which severely limited the possibility of growth in gold mining has also been discussed to some extent in the literature. In this gamut of affairs, it has been believed that the Portuguese landlord-traders of the Zambezi valley acted as agents of the captains of Moçambique. Recent research has also demonstrated that during the second half of the seventeenth century, the Portuguese landlord-traders made use of their newly acquired military and economic strength to offer increasingly adverse terms of trade to the African supplier of gold *vis-à-vis* the hegemony of the 'centre' on the 'periphery'. Implicit in this description of events is the assumption that while the landlord-traders, backed by the captain of Moçambique, could and did act as 'price makers' for African goods, they were 'price takers' as far as Indian cloth or other trade goods were concerned. This was so because the supplier of Indian goods was often a monopolist, be it the Crown, or an individual like the captain or a group of individuals, such as a Junta, who held the monopoly contract for supplying Indian trade goods to Southeast Africa and the landlord-trader had little choice but to accept the price of these imported goods as 'given'. This condition was somewhat modified through smuggling but there were limits to what could be achieved through this illegal trade.

The present paper has, however, shown, perhaps for the first time, that the Portuguese officials and resident-traders in Southeast Africa used their increased strength not just to get a better trade deal from the African rulers and traders but also used it to tilt the terms of trade against the monopolist Indian suppliers. The falsification of gold was but a manifestation of this increased strength. The blatant use of *ouro corrente* by the landlord-traders and officials in South-

Glenn J Ames, *Renascant Empire? The House of Braganza and the Quest for Stability in Portuguese monsoon Asia, c.1640-1683*, Amsterdam, 2000, p. 186. One does not seem to find much reference to the falsification of gold in post 1670 documents. Unfortunately it is difficult to ascertain if this was so because the problem diminished in the later years or that *ouro corrente* seized to be extra-ordinary and became so mundane that it did not merit a mention in the later years.

east Africa not only as a 'currency' in Southeast Africa but also as a medium for paying dues to the royal treasury and the export of this falsified gold as a trade good was a brazen attempt on their part to alter the terms of trade with the suppliers of the Indian trade goods. This puts a new light on the relationship between the monopolist captain (backed by the Portuguese and the Indian landlord-traders of the Rivers of Cuama) and the monopolist ship operators from India (backed by traders who sent their goods on these ships and the financiers who financed them). The situation was complicated further as the State authorities in Goa and Lisbon were drawn into this tussle. But given their own precarious situation in Asia and Europe, they were in no position to intervene closely in Southeast Africa. This 'hands off' approach of the authorities in Goa and Lisbon followed since 1640s produced, at best, a mixed result. While it weakened the official Portuguese position in Southeast Africa, it allowed unfettered growth of the private Portuguese landlord-trader – the predecessor of the celebrated eighteenth century *prazo* owner. Falsification of gold, thus, was as much an expression of the growing strength of the landlord-trader as it was a manifestation of growing lawlessness in Southeast Africa around the mid seventeenth century.

“COM VONTADE PROMPTA PARA O QUE FOR DO SEU AGRADO”.
REDES SOCIAIS E NEGÓCIOS ENTRE GOA E MOÇAMBIQUE
EM MEADOS DE SETECENTOS

EUGÉNIA RODRIGUES*

Durante grande parte do período moderno, as relações mercantis externas de Moçambique fizeram-se preferencialmente com diversos portos portugueses do Índico Oriental. À medida que o Estado da Índia se contraía, os negócios e as alfândegas desses portos tornaram-se gradualmente mais dependentes das trocas com a África Oriental. Não sendo em volume de transacções o mais importante, o comércio entre Moçambique e Goa sustentava a viagem de um barco anual.

Desde 1744, o monopólio do comércio de Moçambique, respeitante aos Rios de Sena, era gerido directamente pelo Conselho da Fazenda do Estado da Índia, através da Administração do Comércio que substituíra a insolúvel Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Sena. Mas à margem das corporações de negociantes que contratavam o fornecimento de mercadorias àquele organismo da Fazenda, funcionários e mercadores individuais procuravam oportunidades para participar nos negócios.

As redes sociais envolvendo indivíduos das duas margens do Índico, remontando em alguns casos ao reino, mas na sua maioria forjadas na capital do Estado da Índia, serviram de suporte a uma relevante circulação de serviços, créditos e produtos entre Moçambique e Goa. Esse trânsito configurou a troca de presentes destinados a reforçar laços pessoais entre indivíduos de ambos os territórios. Mas, essas redes de sociabilidade eram igualmente movimentadas para financiar ou negociar directamente mercadorias tão distintas como produtos de luxo para consumo das elites coloniais ou artigos para os mercados africano e asiático.

* Instituto de Investigação Científica e Tropical.

Este texto aborda o funcionamento de redes sociais envolvendo Goa e Moçambique, centrando-se na sua mobilização para a circulação de capitais e produtos entre aqueles territórios do Estado da Índia. Baseia-se na correspondência oficial e privada (1749-1752) de António de Brito Freire, vedor da Fazenda do Estado da Índia, para diversos funcionários e moradores da ilha de Moçambique e dos Rios de Sena.

1. ANTÓNIO DE BRITO FREIRE: FUNCIONÁRIO RÉGIO NO ESTADO DA ÍNDIA

Filho natural de Estêvão de Brito Freire, António de Brito Freire nasceu em Lisboa em 1700¹. Terá chegado ao Estado da Índia cerca de 1720², já fidalgo cavaleiro e aí ocupou os postos de capitão de infantaria, capitão-tenente e capitão-de-mar-e-guerra³. Por volta de 1735, propôs à Coroa o cumprimento de mais seis anos de serviços no Oriente para obter um lugar de capitão-de-mar-e-guerra na corte. O pedido foi deferido pelo Conselho de Guerra, que apontou quatro anos como bastantes para alcançar a mercê⁴. No entanto, Brito Freire demorou-se ainda por longos anos na região, recolhendo definitivamente a Lisboa em 1752. No decurso de um período extremamente conturbado para o Estado da Índia, capitaneou naus, participou em campanhas militares e ocupou o cargo de vedor da Fazenda.

Ao serviço das embarcações do Estado da Índia, Brito Freire fez inúmeras viagens no Oriente e, pelo menos, duas ao reino. A primeira ocorreu em 1732, tendo chegado a Goa a 12 de Setembro do ano seguinte como capitão do navio Nossa Senhora do Livramento⁵, e a segunda verificou-se por volta de 1744, ano em que regressou à Índia capitaneando a nau Nossa Senhora da Madre de Deus, que transportava o vice-rei marquês de Castelo Novo, depois de Alorna⁶. Na sua actividade enquanto capitão-de-mar-e-guerra, Brito Freire distinguiu-se no conhecimento dos assuntos de marinharia. Deixou pelo menos três pormenori-

¹ “Memoria das Pessoas distintas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), cód. 1648, fls. 480-492.

² Carta de António de Brito Freire para Estêvão de Brito Freire, 2 de Fevereiro de 1749, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, (doravante, BPADE), cód. CXV-1-32, fls. 14v-18.

³ “Memoria das Pessoas distintas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

⁴ Representação de António de Brito Freire ao rei, ant. 27 de Novembro de 1740, AHU, Índia, caixa 246; Representação de António de Brito Freire ao rei, ant. 25 de Agosto de 1736, AHU, Índia, caixa 246.

⁵ Consulta do Conselho Ultramarino, 2 de Dezembro de 1735, AHU, Índia, caixa 217.

⁶ Carta do vice-rei para o secretário de Estado António Guedes Pereira, 10 de Agosto de 1744, AHU, cód. 1648, fls. 1-12; Carta de António de Brito Freire para Ventura Gonçalves, 2 de Fevereiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 13v-14.

zados jornais de viagem. O primeiro abrange várias jornadas entre a Índia e a costa oriental africana, incluindo a da armada que, em 1727, partiu de Goa para restaurar o domínio português sobre a praça de Mombaça e o reino de Pate, e a sua primeira viagem para o reino em 1732. O segundo reporta-se à viagem de regresso de Goa a Lisboa, capitaneando a nau Monte Alegre, em 1752, a uma outra feita aos Açores em 1756 e a uma última realizada à Baía em 1757-1758. Por fim, o terceiro diário descreve uma nova jornada à Baía entre 1759 e 1762. Nestas obras, Brito Freire revela uma enorme curiosidade intelectual acerca de temas de marinharia, da própria viagem e dos lugares viajados. Afadigou-se a anotar as suas observações e não se coibiu de censurar dados constantes nos registos de navegação ou tidos como certos pelo vulgo⁷.

A curiosidade e o empenho no conhecimento das matérias de navegação valeram-lhe sucessivos elogios das autoridades de Goa e seriam tidos em conta na sua nomeação para vedor. Por exemplo, o vice-rei conde de Sandomil (1732-1741), quando Brito Freire se recolheu pela primeira vez de Lisboa a Goa, noticiava, evocando os testemunhos dos tripulantes e dos viajantes, o seu excelente desempenho e a sua curiosidade pela arte de navegar, como se a tivesse de profeção⁸. O apreço do vice-rei repetir-se-ia em informações posteriores, em que fazia notar como o jovem ainda inexperiente prometia revelar-se excelente no exercício de outros cargos, apontando, em particular, os seus conhecimentos de marinharia⁹. A sua ilustração em assuntos náuticos mereceria igualmente o reiterado apreço do vice-rei marquês de Castelo Novo (1744-1750)¹⁰.

Entre as expedições militares em que participou, para além da movida para recuperar Mombaça, destacaram-se as desencadeadas contra os Angriá e os Bounsuló, cujas investidas ameaçavam a navegação comercial portuguesa no Índico Oriental. De facto, Brito Freire comandou a nau Vitória, que venceu, em 1739, os Angriá, uma família marata que operava a partir das regiões de Culabo, junto a Bombaim, e Guiriam, a norte de Goa¹¹. Conforme o vice-rei marquês de Castelo Novo, naquela ocasião Brito Freire “mostrou a sua destreza, grande valor, e desembaraço, e pôde dizer, que salvou Goa pelo aperto em que se achava

⁷ Biblioteca Nacional (doravante BN), Res., PBA, cód.s 485, 486 e 487.

⁸ Consulta do Conselho Ultramarino, 2 de Dezembro de 1735, AHU, Índia, caixa 217.

⁹ Teodorico Pereira Pimenta “Notas sobre ‘Portugueses na Índia no século XVIII’ 1735” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 24 (1954), p. 230.

¹⁰ Ver, por exemplo, “Memoria das Pessoas distintas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

¹¹ Sobre os Angriá, ver Manuel Lobato, “A guerra dos Maratas” in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar*, s/l, Círculo de Leitores, 2004, vol. II, pp. 323 segs.; Ernestina Carreira, “Aspectos Políticos” in Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *O Oriental. 1660-1820*, vol. V da *Nova História da Expansão* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 2006, tom. 1, p. 64.

por falta de mantimentos”¹². Foi também ele, por impedimento do general da armada do Estreito, o comandante da esquadra que, em 1748, conquistou o forte marítimo de Neutim¹³, no contexto das campanhas do marquês de Castelo Novo contra os Bounsuló, que actuavam em redor de Goa a partir do forte de Reddi. Conquistada esta praça e a de Tiracol, em 1746, a tomada de Neutim resultaria na destruição do poder naval dos Bounsuló¹⁴.

Pese embora a relevância da sua actividade enquanto capitão-de-mar-e-guerra, a dilação de Brito Freire no Oriente relacionou-se com a sua nomeação para a vedoria da Fazenda¹⁵. De facto, no final de 1739, enquanto aguardava a autorização régia para regressar a Lisboa, Brito Freire aceitou pela primeira vez às funções de vedor e exercitou este emprego até Maio de 1742¹⁶. Naquela altura, o vice-rei conde de Sandomil destituiu António Carneiro de Alcáçova, o detentor do cargo por nomeação régia, alegando a sua incompetência. Mas, a Coroa mandou restituir-lhe o lugar, enquanto eram averiguadas as acusações. E determinou que, apenas verificando-se serem fundadas, a vedoria fosse entregue a António de Brito Freire¹⁷.

A ordem não teria consequências imediatas, mas provavelmente influenciou a escolha do vice-rei marquês de Castelo Novo, quando promoveu a reorganização da vedoria, no início de 1745. De facto, o vice-rei chegara a Goa com a incumbência de executar várias reformas, entre as quais a da Fazenda, cujos défices se agravavam com a perda das receitas dos territórios de Baçaim, ocupados pelos maratas, e com o aumento das despesas decorrentes das campa-

¹² “Memoria das Pessoas distintas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag. de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492. Ver também Carta do vice-rei para o rei, 8 de Fevereiro de 1740, AHU, Índia, caixa 246.

¹³ Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 27 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 1-4.

¹⁴ Sobre estas campanhas do vice-rei marquês de Castelo Novo, ver M. Lobato, “A guerra...”, pp. 323 segs.; João Manuel Teles da Cunha, “A rede económica do Estado da Índia (1660-1750)” in Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *O Império Oriental. 1660-1820*, vol. V da *Nova História da Expansão* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 2006, tom. 1, pp. 320 segs.

¹⁵ Sobre a estrutura da vedoria do Estado da Índia, ver Artur Teodoro de Matos, “Administração” in Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *O Império Oriental. 1660-1820*, vol. V da *Nova História da Expansão* (Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques dir.), Lisboa, Editorial Estampa, 2006, tom. 1, pp. 127 segs.

¹⁶ Carta de António de Brito Freire para o rei, 13 de Janeiro de 1740, AHU, Índia, caixa 246; Representação de António de Brito Freire ao rei, s/d [Janeiro de 1749], BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 13v-14.

¹⁷ António Carneiro de Alcáçova encontrava-se então ausente na Província do Norte e o cargo era desempenhado por Manuel Soares Velho. Carta do vice-rei para o secretário de Estado António Guedes Pereira, 9 de Fevereiro de 1745, AHU, cód. 1648, fls. 291-295.

nhas militares¹⁸. Igualmente crítico da gestão de António Carneiro de Alcáçova, a quem atribuía uma natureza demasiado “branda, e pouco activa”¹⁹ para poder controlar os subalternos, o vice-rei evocou as múltiplas tarefas da vedoria para a dividir. Alcáçova ficou limitado às matérias relativas à superintendência da Casa dos Contos, à alfândega de Goa, à presidência do Estanco do Tabaco e à Administração do Comércio de Moçambique, repartição do Conselho da Fazenda então criada em substituição da arruinada Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Sena. As restantes tarefas, designadamente a matrícula da gente de guerra e de mar, a feitoria e o importante despacho das armadas do reino, do Norte e do Estreito, foram entregues a Brito Freire, nomeado vedor com idêntica jurisdição e autoridade²⁰. À corte, o marquês de Castelo Novo justificou que o governo de Goa era marítimo e militar, sendo necessário na vedoria alguém que entendesse de ambas as matérias²¹. O vice-rei viajara de Lisboa na nau capitaneada por Brito Freire e, certamente, ficara a par da sua reputação como capitão-de-mar-e-guerra e antigo vedor. Assim, quando já recebera autorização régia para regressar ao reino e tinha embarcado a matalotagem, Brito Freire acabaria por ficar retido na Índia por mais uns anos. O vice-rei alegou que, para executar as ordens relativas à Fazenda, não podia contar senão com o novo vedor “de cuja vigilância, e actividade ha bem fundadas esperanças, que se a não poder augmentar, ao menos executará pontualmente as ordens, e não consentirá que as prevertão os seus subalternos”²².

Apesar da compreensão declarada quanto às razões evocadas pelo vice-rei, a Coroa ordenou que a vedoria fosse reunificada e ocupada por D. Luís Caetano de Almeida Pimentel, nomeado por Lisboa em 1745²³. No entanto, o vice-rei conseguiu dilatar a entrega do cargo a D. Luís Caetano de Almeida e persuadir a corte da inconveniência da sua nomeação. Os argumentos oficiais centraram-se nos já aduzidos e no facto de o nomeado, membro de uma importante família

¹⁸ Sobre as dificuldades financeiras neste período, ver J. M. T. Cunha, “A rede económica...”, pp. 252 segs.

¹⁹ Carta do vice-rei para o secretário de Estado António Guedes Pereira, 9 de Fevereiro de 1745, AHU, cód. 1648, fls. 291-295.

²⁰ Alvará do vice-rei, 27 de Janeiro de 1745, AHU, cód. 1648, fls. 297-300. O próprio Brito Freire declarou, em representação posterior, ter exercido o cargo desde 27 de Janeiro de 1744, o que provavelmente se trata de um lapso uma vez que nesta altura o vice-rei Marquês de Castelo Novo ainda não estava na Índia. Ver Representação de António de Brito Freire ao rei, s/d [Janeiro de 1749], BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 13v-14.

²¹ Carta do vice-rei para o secretário de Estado António Guedes Pereira, 9 de Fevereiro de 1745, AHU, cód. 1648, fls. 291-295.

²² Carta do vice-rei para o secretário de Estado cardeal da Mota, 10 de Fevereiro de Setembro de 1745, AHU, cód. 1648, fls. 275-281v.

²³ Carta régia para o vice-rei, 11 de Março de 1746, AHU, Índia, caixa 279.

de Goa²⁴, ter já desempenhado as funções de governador do Estado, associadas a uma dignidade superior às tarefas de vedor²⁵. De facto, D. Luís Caetano de Almeida integrara o conselho que, por morte do vice-rei marquês de Louriçal, assegurara o governo do Estado da Índia entre 1742 e 1744. Mas, na verdade, as razões do vice-rei tinham um carácter menos institucional. D. Luís Caetano de Almeida recompusera rapidamente o seu imenso património, perdido em Baçaim com a conquista marata, através de negócios individuais e em sociedade com ingleses e franceses. O vice-rei avaliava-o como inadequado para as tarefas da vedoria, quer por o julgar demasiado ambicioso, sugerindo mesmo que era corrupto, quer por considerar que ele não entendia da guerra e da marinha²⁶. Enquanto aguardava a resolução régia, o vice-rei, por alvará de 27 de Setembro de 1747, tornou a reunir o cargo e proveu nele António de Brito Freire²⁷. Finalmente, o alvará régio de 14 de Março de 1748 nomeou Brito Freire vedor da Fazenda e administrador do Estanco do Tabaco²⁸, cargos que exerceria até 1751, quando foi substituído por D. João José de Melo.

Ao cabo de 32 anos no Estado da Índia, Brito Freire alcançou licença da Coroa para regressar ao reino na monção de 1752, terminado o seu provimento como vedor. Ainda em Goa, logo após a nomeação régia, procurou alcançar o cargo de conselheiro ultramarino com os seus dez anos de serviço na vedoria²⁹. Não obstante, estando o tribunal completo, ele não foi então atendido³⁰ e continuou a sua carreira como capitão-de-mar-e-guerra da Coroa.

Ao longo de todo o seu percurso no Estado da Índia, Brito Freire exemplificou o tipo de funcionário cujo objectivo era regressar ao reino. Como outros, ele serviu a Coroa nos domínios ultramarinos, visando alcançar mercês e honra

²⁴ D. Luís de Almeida Pimentel era filho de D. Lopo José de Almeida e parente do vice-rei marquês de Castelo Novo, D. Pedro de Almeida Portugal. Sobre a sua família e a carreira, ver Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha, *Os luso-descendentes da Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2003, vol. I, pp. 76 segs.

²⁵ Carta do vice-rei para o rei, 16 de Janeiro de 1747, AHU, *Índia*, caixa 279.

²⁶ Carta do vice-rei para o rei “para se entregar em na propria mão de Sua Magestade”, 25 de Janeiro de 1746, AHU, cód. 448, fls. 154v-158; “Memoria das Pessoas distinctas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492. Uma opinião divergente exprimira o vice-rei conde de Sandomil que elogiara o seu valor militar. Ver Teodorico Pereira Pimenta “Notas sobre ‘Portugueses na Índia no século XVIII’ 1735” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 22 (1952), pp. 231 segs.

²⁷ Alvará do vice-rei, 27 de Setembro de 1747, AHU, *Índia*, caixa 279; Carta do vice-rei para o rei, 23 de Dezembro de 1747, AHU, *Índia*, caixa 279.

²⁸ Alvará régio, 14 de Março de 1748, AHU, *Índia*, caixa 78, doc. 93.

²⁹ Ele alegava o exemplo de João Teles da Silva que servira 5 anos como vedor tendo alcançado tal mercê. Representação de António de Brito Freire ao rei, s/d [Janeiro de 1749], BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 13v-14.

³⁰ Carta de António de Brito Freire para Estêvão de Brito Freire, 4 de Fevereiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 118-120.

na corte. Mas, não descuidou os negócios como forma de acumular capital e, para isso, mobilizou a rede social estruturada durante a sua permanência no Estado da Índia.

De facto, Brito Freire granjeou junto dos vice-reis uma reputação de severidade na defesa da Fazenda e de inflexibilidade perante as pressões dos que eventualmente a pretendiam lesar em interesse próprio. Esse crédito estava patente, por exemplo, na opinião expendida pelo vice-rei marquês de Castelo Novo:

“He zelozo do serviço, inteligente da Marinha, e da Construção das Nãos, economico do proprio, e do alheio, faz-se respeitar dos seos subditos, severo contra as desordens de subalternos, exacto e inflexivel na observancia das ordens sem attenção; nem respeito a petitorios, e a valias, e dá grande expediente ás partes por todas estas circunstancias lhe foi ultimamente encarregado o governo da Fazenda para a restaurar da ruina a que se hia precipitando”³¹.

Apesar da fama alcançada junto das autoridades do vice-reinado, a actuação do vedor suscitou igualmente denúncias de outras fontes que o acusavam de ter gastos de 12 e 14 mil xerafins, quando tinha um rendimento de 4 mil, justificando que ele obtinha aquela quantia lesando a Fazenda³². Tem sido defendido que a lógica fundamental da opção de servir a Coroa no governo das Conquistas não era a maximização dos ganhos materiais locais, mas a dos serviços à Coroa passíveis de serem convertidos, antes ou depois do regresso ao reino, em honras e rendas por ela doadas. Esta lógica, subjacente sobretudo aos titulares de cargos superiores, não excluiria o envolvimento de individuos com menor estatuto e rendas em práticas ilícitas de acumulação de capital económico³³. As perspectivas enunciadas por Brito Freire ancoram, de facto, uma visão do exercício dos cargos como meio de alcançar bens materiais. Ele, por exemplo, aconselhou o seu grande amigo Roberto Homem de Magalhães, quando este alcançou o lucrativo governo dos Rios de Sena:

“Regale-se Vossa Mercê no seu governo lembrando-se que o principal fim com que elle se busca hê para adquirir meynos que dem comodidade a passar

³¹ “Memoria das Pessoas distinctas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

³² Carta do arcebispo primaz D. Fr. Lourenço de Santa Maria para o rei, 1 de Janeiro de 1749, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (doravante, IAN/TT), Ministério das Finanças, cx. 3578, fls. 1-7. Agradeço ao Dr. Miguel da Silva Pereira Coutinho a informação sobre este documento.

³³ Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo F. Monteiro, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII” in Nuno G. F. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, (coord.), *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS, 2005, p. 242; Nuno Gonçalo Monteiro, “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII” in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini, *Modos de governar: Idéias e Práticas Políticas no Império Português Séculos XVI a XIX*, S. Paulo, Alameda, 2005, p. 113.

sem miserias, aproveitando-se de todos os meios justos, e decorosos, com os olhos em Deus e na reputação”³⁴.

Aparentemente, os aspectos mais lesivos da reputação eram as eventuais acusações de extorsões sobre os moradores da região. De facto, Brito Freire descansou o seu amigo quando o informou que o desembargador Raimundo Moraes Pereira ia fazer a sua devassa, esclarecendo que em Goa era constante ele não ter “roubado a ninguém”³⁵. Era segundo essa lógica que ele actuava e aconselhava os seus interlocutores em Moçambique e nos Rios de Sena. A expectativa de reunir bens materiais era sem dúvida um poderoso incentivo para os que abandonavam a Índia em direcção à costa oriental africana e a ocupação de postos uma estratégia para acumular capital. A obtenção de proveitos parece inclusivamente ter sido uma forte justificação para ir para um local tão depreciado e encarado como mortífero como a África Oriental, mas deveria ser contida dentro de certas regras socialmente aceites.

2. REDES SOCIAIS NO ÍNDICO PORTUGUÊS

Interlocutores, amigos e agentes na África Oriental

Durante o exercício do cargo de vedor por nomeação régia, António de Brito Freire registou a sua correspondência com vários interlocutores na ilha de Moçambique e nos Rios de Sena. Esse arquivo iniciou-se em Janeiro de 1749, logo após a nomeação, e estendeu-se até Janeiro de 1752, quando ele se preparava para regressar ao reino. O copiador de correspondência que manteve durante quatro monções contém ao todo 53 cartas de ofício e particulares e vários alvarás de procuração, declarações e lembranças de artigos enviados para a África Oriental³⁶. O conjunto destes registos fornece elementos sobre o funcionamento da rede social do Estado da Índia em que Brito Freire se inseria. De facto, embora as cartas copiadas se restrinjam às que foram dirigidas aos membros dessa rede colocados em Moçambique e nos Rios Sena, existem referências a outros indivíduos de Goa e até de Diu.

Os interlocutores de Brito Freire na África Oriental eram, no seu conjunto, 18 indivíduos. Alguns deles permaneceram na zona transitoriamente como fun-

³⁴ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45.

³⁵ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 26 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 52-53.

³⁶ Trata-se do “Copiador de Cartas, assim de Offício, como particulares que de Goa escreveu para Moçambique, o Vedor da Fazenda do Estado da Índia, Antonio de Brito Freire, nos annos de 1749 a 1752”, BPADE, cód. CXV-1-31.

cionários da Coroa, incluindo os governadores e feitores daqueles territórios. Outros, tendo chegado à região através de um percurso análogo, acabaram por se estabelecer aí. Continuando a ocupar cargos ao serviço da Coroa, estavam enraizados localmente através do casamento, da obtenção de terras e da inserção nos circuitos comerciais africanos. A maior parte dos destinatários destas cartas incluía-se na rede de sociabilidade construída por Brito Freire, conquanto seja possível distinguir diferentes tipos de relação.

Entre os seus interlocutores residentes na Ilha de Moçambique, estava o próprio governador, Caetano Correia de Sá (1746-1750), filho do 3.º visconde da Asseca. Nascido em Lisboa, em 1712, terá chegado a Goa por volta de 1733, juntando-se ao seu irmão José, então a governar os Rios de Sena. Ligou-se a uma família de Damão, pelo matrimónio com D. Francisca Caetana de Lacerda, filha de António Coelho da Costa e de D. Mariana Luísa Álvares Pereira de Lacerda³⁷. Na sequência da guerra da Província do Norte, perdera, entretanto, todos os bens da sua casa³⁸. Depois de ter ocupado os postos de capitão de infantaria e de capitão-tenente, chegara a capitão-de-mar-e-guerra e fiscal das armadas de alto bordo, tendo desempenhado a função de ajudante-general do vice-rei³⁹. Fora nomeado governador de Moçambique em 23 de Agosto de 1745 e governou desde 1746 até 1750⁴⁰. As cartas que lhe eram dirigidas por Brito Freire denotam intimidade, reforçada pela troca de presentes e certamente construída nas lides da profissão comum. O vedor recorreu a ele para amparar na capitania de Moçambique os negócios de indivíduos seus protegidos, tal como Correia de Sá apelou aos seus serviços no mesmo sentido⁴¹.

³⁷ J. Forjaz e J. F. Noronha, *Os luso-descendentes...*, vol. 1, pp. 481; 580.

³⁸ “Memoria das Pessoas distinctas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag.de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

³⁹ “Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da India”, 20 de Janeiro de 1749, AHU, *Índia*, caixa 249.

⁴⁰ Teodorico Pereira Pimenta “Notas sobre ‘Portugueses na India no século XVIII’ 1735” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 25 (1955), p. 353; Consulta do Conselho Ultramarino, 16 de Fevereiro de 1756, IAN/TT, Ministério do Reino, mç. 312-313, cx. 418.

⁴¹ Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 27 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 1-4; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 25 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 4v-5; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 27 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 5; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 5-6; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 27 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 6-6v; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 12-13; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 13v; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 18 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 13v-14.

O seu sucessor foi Francisco de Melo e Castro, filho natural do conde das Galveias, André de Melo e Castro. Nascido cerca de 1700⁴², Francisco alcançara Goa em 1718, tendo ocupado os postos de soldado, capitão de infantaria de viagem, capitão de infantaria do terço do Estado da Índia, comissário-geral de cavalaria da Província do Norte e mestre-de-campo com o exercício de ajudante-general do vice-rei⁴³. Na Índia, casara com D. Antónia Alves Pereira de Lacerda, tornando-se, assim, cunhado Correia de Sá⁴⁴. Entre 1740 e 1745, ocupara o cargo de tenente-general dos Rios de Sena. Voltara a África como governador de Moçambique, em 21 de Fevereiro de 1750, e seria confirmado neste posto, em 1752, quando a administração da capitania foi autonomizada do Estado da Índia. As relações de Brito Freire com o novo governador tinham um carácter mais distante do que as mantidas com o seu cunhado e antecessor. Mas, tal não excluía a troca de diversos serviços. Brito Freire emprestou-lhe dinheiro a juros, quando Melo e Castro foi governar Moçambique, e isentou de fretes e direitos as mercadorias enviadas por ele para Goa. Em contrapartida, não se fez rogado em pedir-lhe para beneficiar os negócios do mestre e do piloto do navio da monção de 1751⁴⁵.

O principal correspondente de negócios de Brito Freire na Ilha de Moçambique era António Correia Monteiro de Matos, originário da Província do Norte, provavelmente de Chaul. Depois de ter servido como soldado, distinguindo-se na defesa de Baçaim, fora nomeado, em 1746, escrivão da Superintendência do Comércio em Moçambique, cargo que ocuparia até cerca de 1755. Casara, entretanto, na ilha, onde se tornara agente de vários negociantes da Índia e do reino, mas as dívidas acumuladas acabariam por lhe diminuir o crédito⁴⁶. Com ele,

⁴² “Memoria das Pessoas distinctas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag. de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

⁴³ Carta do vice-rei para o rei, 28 Janeiro de 1734, Academia de Ciências de Lisboa (doravante, ACL), ms. 504, fls. 178-179v; “Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da India”, Janeiro de 1740, AHU, Índia, caixa 246; Teodorico Pereira Pimenta “Notas sobre ‘Portugueses na India no século XVIII’ 1735” in *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 22 (1952), p. 236.

⁴⁴ Desse casamento, tinham nascido três filhos António, André e Dionísio Xavier de Melo e Castro. Consulta do Conselho Ultramarino, 23 de Abril de 1762, IAN/TT, Ministério do Reino, mç. 316, cx. 423.

⁴⁵ Ver, em particular, Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 23 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 31-31v.

⁴⁶ A maior parte das informações refere-o como originário de Baçaim. Ver, por exemplo, Consulta do Conselho Ultramarino, 18 Fevereiro de 1763, IAN/TT, Ministério do Reino, mç. 317, cx. 425; Carta do feitor de Sena José Caetano da Mota para o tenente-general dos Rios Marco A. A. Coutinho Montauray, 6 de Julho de 1761, AHU, Moçambique, caixa 20, doc. 18; Carta do governador de Moçambique Baltazar Pereira do Lago para o secretário de Estado, 15 de Agosto de 1773, AHU, cód. 1332, fls. 80v-83. Todavia, um informante dá-o como natural de Chaul. Ver “Rellaçam dos moradores Portugueses que assistem em Mossambique, e seos destritos”, Julho de

Brito Freire mantinha uma correspondência assídua relativa aos negócios realizados por ele próprio e por indivíduos das suas relações na ilha e nos Rios de Sena, acrescida pela troca anual de presentes⁴⁷.

Mais superficial parece ter sido a relação com o cunhado de Monteiro de Matos, Manuel Domingues. Também casado na Ilha de Moçambique, Manuel Domingues servira na Índia, onde alcançara o posto de sargento. Passara à ilha como ajudante do governador e chegara a capitão de infantaria. Transformara-se, entretanto, num dos principais mercadores da região, aceitando comissões do reino e da Índia⁴⁸. Na ausência de Monteiro de Matos, era ele a agenciar os tratos do vedor ou os que ele intermediava⁴⁹.

Outro interlocutor chegado a Brito Freire era o padre Manuel Francisco Vieira, eventualmente o jesuíta que, em 1734, era vigário da Cabaceira e que, em 1753, quando morreu, era vigário de Sena⁵⁰. O padre era o agente comercial do castelão de Diu, Francisco Xavier Soutomaior, muito íntimo de Brito Freire, como se verá adiante. A comunicação entre ambos centrava-se no agenciamento dos interesses do amigo comum⁵¹.

Alguma proximidade existia também com António Rodrigues dos Santos, piloto das embarcações que faziam as viagens entre a Ilha de Moçambique e os vários portos dependentes. O vedor dirigia-lhe cartas de cortesia, oferecendo

1757 in Luiz Fernando de Carvalho Dias (ed.), *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique (Séc. XVIII)*, vol. IX de *Anais da Junta de Investigações do Ultramar*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1956, p. 156.

⁴⁷ Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 7-7v; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 7v-8; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 14v-15; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 15; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 12 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 33v-34; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 26 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 34-34v; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 47-48.

⁴⁸ “Rellaçam dos moradores Portugueses que assistem em Mossambique, e seos destritos”, Julho de 1757 in L. F. C. Dias, *Fontes...*, p. 153; António Alberto Banha de Andrade (ed.), *Relações de Moçambique Setecentista*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 347.

⁴⁹ Carta de António Brito Freire para Manuel Domingues, 10 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 35; Carta de António Brito Freire para Manuel Domingues, 20 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 35-35v.

⁵⁰ Carta do governador de Moçambique José Barbosa Leal para o rei, 16 de Novembro de 1734, AHU, Moçambique, caixa 5, doc. 26; Carta do governador de Moçambique Francisco Melo e Castro para o vice-rei, 28 de Julho de 1753, AHU, cód. 1310, fl. 10-10v.

⁵¹ Carta de António Brito Freire para o P.º Manuel Vieira, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 8v-9; Carta de António Brito Freire para o P.º Manuel Vieira, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 35v-36; Carta de António Brito Freire para o P.º Manuel Vieira, 29 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 36-36v.

os seus serviços, e chegou a pedir-lhe um roteiro da costa de Moçambique⁵². Relação similar existia com João Gomes da Costa. Este era provavelmente João da Costa, referido numa relação dos moradores como um reinol, que chegara a Moçambique como soldado. Aí se estabeleceu pelo casamento com uma natural da ilha, onde era dado como vivendo pobremente⁵³. Brito Freire lamentava o facto de ele ter sido obrigado a buscar meios de vida em Moçambique, manifestando o desejo do seu regresso a Goa e disponibilizando os seus préstimos⁵⁴.

Mais formal era a conexão com Martinho Mendes de Vasconcelos. Filho de Cristóvão de Azevedo Vasconcelos, fidalgo da casa real e capitão de cavalos do regimento de Elvas, Martinho casara em Goa, onde chegara em 1739, como capitão de infantaria. Em 1748, passara a sargento-mor da praça de Moçambique e, posteriormente, estabelecer-se-ia nos Rios de Sena⁵⁵. Conquanto afável, a correspondência entre os dois cingia-se a cumprimentos circunstanciais por altura da nomeação de Brito Freire⁵⁶.

De modo análogo, decorriam as relações com os dois feitores da Fazenda e do Comércio da ilha de Moçambique, juizes conservadores do tabaco e alcaides-mores da praça, Gaspar Rodrigo da Fonseca e Tomás Giralde. Sobre o primeiro, que ocupou o cargo até 1748, pouco se sabe, mas terá regressado a Goa na monção de 1749⁵⁷. Tinha alguma proximidade com Brito Freire, que lhe disponibilizou os seus serviços⁵⁸. Quanto a Tomás Giralde, natural de Lisboa, chegara em 1725 a Goa, onde servira como soldado, alferes e capitão de infantaria do terço, tendo igualmente ocupado a capitania do forte de S. Francisco Xavier, na ilha de Santo Estêvão⁵⁹. Embora cortesês, as cartas de Brito Freire

⁵² Carta de António de Brito Freire para António Rodrigues dos Santos, 25 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 8-8v; Carta de António Brito Freire para António Rodrigues dos Santos, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 37-37v.

⁵³ "Relação dos moradores Portuguezes que assistem em Mossambique, e seus destritos", Julho de 1757 in L. F. C. Dias, *Fontes...*, p. 167.

⁵⁴ Carta de António Brito Freire para João Gomes da Costa, 10 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 36v-37.

⁵⁵ Eugénia Rodrigues, "Em nome do rei". O levantamento dos Rios de Sena de 1763" in *Anais de História de Além-Mar*, vol. IV, 2003, p. 362.

⁵⁶ Carta de António de Brito Freire para Martinho Mendes de Vasconcelos, 27 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 9-9v.

⁵⁷ Relação dos efeitos que vieram do reino e da cidade de Goa nas monções de 1748 e 1750, AHU, *Índia*, caixa 80; Carta do vice-rei para Gaspar Rodrigo da Fonseca, 11 de Outubro de 1752, BN, Res., PBA 667, fl. 20v.

⁵⁸ Carta de António Brito Freire para Gaspar Rodrigues da Fonseca, 26 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 6v-7.

⁵⁹ "Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da Índia", 20 de Dezembro de 1747, AHU, *Índia*, caixa 279; "Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da Índia", 15 de Janeiro de 1747, AHU, *Índia*, caixa 279; Relação dos efeitos que vieram do reino e da cidade de Goa nas monções de 1748 e 1750, AHU, *Índia*,

para Giralde versavam sobretudo assuntos da feitoria⁶⁰. O último interlocutor de Brito Freire na ilha de Moçambique era o tenente-coronel Dionísio Manuel Viegas Barreto, que servira no reino e na Índia antes de se deslocar para Moçambique. Em 1723, já era sargento-mor do regimento e posteriormente, em 1742, passara a tenente-coronel⁶¹. Ocupara interinamente o cargo de governador da capitania, quando da destituição de Álvaro Caetano de Melo e Castro, em 1723, pelo desembargador Duarte Salter de Mendonça e, novamente, em 1732, por morte de D. António de Casco Melo⁶². No início dos anos de 1750, era capitão-mor e feitor de Sofala⁶³ e a sua correspondência com Brito Freire limitava-se a matérias da feitoria⁶⁴.

Nos Rios de Sena, os colocutores de Brito Freire eram igualmente múltiplos. Durante o período em causa, o mais notório era o seu "grande amigo"⁶⁵ Roberto de Magalhães. Roberto Tomé Homem de Magalhães e Castro, provavelmente natural de Santarém⁶⁶, embarcara, em 1735, para a Índia, onde atingira o posto de capitão-de-mar-e-guerra⁶⁷, antes de ser nomeado tenente-general dos Rios de Sena em 1750. A mudança de vice-rei não lhe permitiria terminar o provimento de três anos, tendo sido substituído em 1752⁶⁸. Roberto de Magalhães tinha negócios nos Rios de Sena mesmo antes de aí ter chegado como tenente-

caixa 80; Carta do desembargador Francisco Raimundo de Moraes Pereira para o rei, 10 de Agosto de 1753, AHU, *Moçambique*, caixa 8, doc. 15.

⁶⁰ Carta de António de Brito Freire para Tomás Giralde, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 14; Carta de António de Brito Freire para Tomás Giralde, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 16-16v.

⁶¹ Representação do sargento-mor da praça de Moçambique Dionísio Manuel Viegas de Barreto, ant. 23 de Novembro de 1726, AHU, *Moçambique*, caixa 4, doc. 34; Carta patente de tenente-coronel da praça de Moçambique passada a Dionísio Manuel Viegas de Barreto, 13 de Novembro de 1742, Historical Archives of Goa (doravante, HAG), cód. 441, fl. 152.

⁶² Via de sucessão do governador de Moçambique Álvaro Caetano de Melo e Castro, 17 de Janeiro 1721, AHU, *Moçambique*, caixa 4, doc. 34; Carta dos governadores da Índia para o sargento-mor Dionísio Manuel Viegas, 7 de Janeiro de 1724, AHU, *Moçambique*, caixa 4, doc. 23; Carta de Dionísio Manuel Viegas para o rei, 18 de Fevereiro de 1733, AHU, *Moçambique*, caixa 5, doc. 8.

⁶³ "Offício de 20 de novembro de 1753 do governador e capitão general de Moçambique Francisco de Mello e Castro" in *Memórias e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territorios de Machona e Nyassa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 163.

⁶⁴ Carta de António de Brito Freire para Dionísio Manuel Viegas, 12 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 37v-38.

⁶⁵ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 17v-19.

⁶⁶ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 40-45.

⁶⁷ "Lista das pessoas que na monção de 735 passão a seruir no Estado da Índia", ACL, SA, Ms. 506, fl. 134.

⁶⁸ Carta do desembargador Francisco Raimundo de Moraes Pereira para o vice-rei, 10 de Outubro 1753, AHU, caixa 8, doc. 15.

-general, certamente aproveitando as viagens que fazia como capitão de navios⁶⁹. As suas diversas ligações comerciais no Oriente incluíam parceiros franceses, como um tal Mr. Bouvard⁷⁰. A relação entre Roberto de Magalhães e o vedor revestia-se de conteúdos múltiplos: a amizade, certamente construída na camaradagem da profissão, era o suporte de vários outros laços. Tinham negócios conjuntos e Brito Freire era seu procurador em Goa, tratando aí de vários negócios seus, enquanto Magalhães era procurador do vedor nos Rios de Sena⁷¹.

Ligado ao vedor, e também a Roberto de Magalhães, estava igualmente Domingos da Costa Galé. Com cerca de 45 anos, era natural do Porto, solteiro, morador em Tete e comandante desta povoação⁷². Galé estava estabelecido nos Rios de Sena, provavelmente, desde 1736⁷³, e era aí procurador de Brito Freire, tratando de várias cobranças suas. As relações entre ambos eram alimentadas pela troca assídua de correspondência e presentes⁷⁴.

A mesma afinidade ligava Brito Freire a António Caetano Campos. Nascido cerca de 1713, em Viseu, era casado em Goa⁷⁵, onde desempenhava o cargo de escrivão da Matrícula, em 1736⁷⁶. No ano seguinte, passara a Moçambique com o governador Nicolau Tolentino de Almeida para ocupar o cargo de feitor da Junta de Comércio. Pouco se conhece sobre a sua actividade nos anos imediatos, aparentemente em Goa, mas entre 1749 e 1752 era o feitor da Administração do Comércio, em Sena⁷⁷. Em ambos os casos, foi dado como notoriamente culpado

⁶⁹ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 7 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 11v.

⁷⁰ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 26 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 52-53.

⁷¹ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 40-45; "Lembrança para o senhor Roberto Homem de Magalhães que vai por general de Sena neste ano de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 20v-21v".

⁷² "Autto de devassa que nesta Praça de Mossambique mandou fazer o Doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira professo da ordem de christo Dezembargador sindicante com Alçada nesta dita Praça e Rios de Senna", 23 de Março de 1752, AHU, *Moçambique*, caixa 8, doc. 14.

⁷³ Regimento do tenente-general dos Rios Agostinho Melo Lobo, 24 de Janeiro de 1737, HAG, cód. 1429, fls. 202v-206.

⁷⁴ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 7 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 11v; Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 17v-19; Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 38v-39; Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 49-49v.

⁷⁵ "Autto de devassa que nesta Praça de Mossambique mandou fazer o Doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira professo da ordem de christo Dezembargador sindicante com Alçada nesta dita Praça e Rios de Senna", 23 de Março de 1752, AHU, *Moçambique*, caixa 8, doc. 14.

⁷⁶ "Lista das pessoas servem as capitánias das Fortalezas, Passos, e Fortes deste Estado da Índia, Matrícula", 27 de Janeiro de 1736, AHU, *Índia*, caixa 227.

⁷⁷ Carta do ouvidor Francisco Raimundo de Moraes Pereira para vice-rei, 10 de Outubro 1753, AHU, *Moçambique*, caixa 8, doc. 15; Carta de António de Brito Freire para António Caetano de

de participar em actividades comerciais ilícitas. Na Ilha de Moçambique, foi acusado de cumplicidade com o governador Nicolau Tolentino de Almeida no tráfico de escravos com os franceses⁷⁸. Em Sena, traficava em mercadorias proibidas, tendo ficado alcançado em 128 mil xerafins no final do seu provimento como feitor⁷⁹. Era igualmente amigo de Roberto Magalhães. Campos e Brito Freire trocavam anualmente presentes e o vedor ofereceu-lhe os seus serviços⁸⁰.

Manuel Gomes de Oliveira seguiu de Goa, onde residia em 1734, para casar com D. Catarina de Faria Leitão, detentora da primeira casa de Quelimane e ocupar o lugar de capitão-mor e feitor da Administração do Comércio naquele porto⁸¹. Em 1745, obtivera a patente de mestre-de-campo das ordenanças e auxiliares dos Rios de Sena e, no ano seguinte, a de escrivão do judicial e tabelião do público de Sena⁸². A sua gestão da feitoria cobriu-o de dívidas à Administração do Comércio, eventualmente porque as guerras nos Rios de Sena nos anos de 1740 terão dificultado a cobrança das fazendas avançadas aos mercadores. Quando morreu, em 1749, legou à viúva uma dívida desmesurada⁸³. A relação com Brito Freire remontava a Goa e era reforçada pela amizade mútua com Roberto Magalhães e outros amigos comuns. O vedor ofereceu-lhe os seus préstimos, nomeadamente para interceder por ele perante o Conselho da Fazenda. Os mesmos serviços foram ofertados à viúva, a quem Brito Freire agradeceu o acolhimento dispensado a Roberto Magalhães. De resto, foi o vedor

Campos, 22 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 49v-50; Carta do governador-geral Francisco de Melo e Castro para o feitor de Sena Martinho Mendes de Vasconcelos, 22 de Outubro de 1755, AHU, cód. 1310, fls. 127v-128.

⁷⁸ Instrução dada ao desembargador António Lopes da Costa quando foi por sindicante a Moçambique, 31 de Janeiro de 1740, HAG, cód. 1430, fl. 37-37v; Interrogatórios para se acrescentarem aos das residências do governador Nicolau Tolentino de Almeida e do feitor António Caetano de Campos, 31 de Janeiro de 1740, HAG, cód. 1430, fls. 37v-38v; Carta do chanceler do Estado da Índia Veríssimo António da Silva para os governadores do Estado da Índia, 22 de Julho de 1743, AHU, *Índia*, caixa 249.

⁷⁹ Carta do desembargador Francisco Raimundo de Moraes Pereira para o rei, 10 de Agosto de 1753, AHU, *Moçambique*, caixa 8, doc. 15.

⁸⁰ Carta de António de Brito Freire para António Caetano Campos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 17v; Carta de António de Brito Freire para António Caetano Campos, 10 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 39-40; Carta de António de Brito Freire para António Caetano de Campos, 22 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 49v-50.

⁸¹ Carta do vice-rei para o governador dos Rios José Barbosa Leal, 25 de Janeiro de 1734, HAG, cód. 2323, fl. 70.

⁸² Assento da carta patente de mestre-de-campo das ordenanças e auxiliares dos Rios de Cuama passada a Manuel Gomes de Oliveira, 19 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 443, fl. 37v; Assento da carta-patente de escrivão do judicial e tabelião do público de Sena passada a Manuel Gomes de Oliveira, 2 de Fevereiro de 1746, HAG, cód. 443, fl. 223.

⁸³ Assento do Conselho da Fazenda do Estado da Índia, 21 de Janeiro de 1752, IAN/TT, Ministério do Reino, mç. 318, cx. 426.

a mediar o acerto de contas entre Manuel Gomes de Oliveira e D. Francisca Manoel de Vilhena⁸⁴.

Nos Rios de Sena, estava também João Crisóstomo, que depois de cerca de dois anos na Índia, se deslocara para aí com o tenente-general Roberto Homem de Magalhães e Castro, de quem era ajudante. Conseguiria estabelecer-se nos Rios, casando com D. Claudia de Meneses, foreira de diversos prazos⁸⁵. Certamente influente, desempenharia vários cargos nos Rios de Sena, incluindo o de feitor de Quelimane e de capitão-mor de Manica⁸⁶. O seu relacionamento com Brito Freire, embora cortês, centrava-se no empréstimo concedido pelo vedor⁸⁷.

Brito Freire mantinha, ainda, vínculos com outros moradores nos Rios de Sena. Bernardo Caetano de Sá Botelho, natural do Lourical, tinha cerca de 50 anos e era mestre-de-campo e comandante da gente militar de Sena. Antes de chegar a África, provavelmente quando foi nomeado capitão-mor de Sofala, em 1742, servira na Índia em vários postos. Em Sena, casara com Maria Pereira da Silva, filha de uma importante família oriunda das primeiras décadas de Seiscentos e detentora do extensíssimo prazo Gorongosa, pelo que se tornou o mais poderoso morador de Sena. A estas terras, acrescentava-se a posse de morgados no Lourical e na Beira⁸⁸. As relações com Brito Freire não terão sido muito próximas, mas o vedor pretendia patrocinar a sua posição no Conselho da Fazenda⁸⁹.

O último destinatário da correspondência de Brito Freire era Francisco Moreira de Sousa, presumivelmente o mesmo Francisco de Sousa que então era capitão-mor e juiz de Sena⁹⁰. Ainda que cerimoniosa, a correspondência entre ambos era sobretudo circunstancial⁹¹.

⁸⁴ Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 12 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 9v-10; Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 10-10v; Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 19-20; Carta de António de Brito Freire para D. Catarina Leitão, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 38-38v.

⁸⁵ Requerimento de Bernardo Rodrigues de Castro, ant. 6 de Fevereiro de 1768, AHU, Moçambique, caixa 28, doc. 36.

⁸⁶ A. A. B. Andrade, *Relações...*, p. 536 e segs.

⁸⁷ Carta de António de Brito Freire para João Crisóstomo, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 50-51.

⁸⁸ "Autto de devassa que nesta Praça de Mossambique mandou fazer o Doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira professo da ordem de christo Dezembargador sindicante com Alçada nesta dita Praça e Rios de Senna", 23 de Março de 1752, AHU, Moçambique, caixa 8, doc. 14; E. Rodrigues, "Em nome do rei"..., p. 354.

⁸⁹ Carta de António de Brito Freire para Bernardo Caetano, 18 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 16-16v.

⁹⁰ Assento da carta patente de capitão-mor de Sena passada a Francisco de Sousa, 12 de Janeiro de 1743, HAG, cód. 441, fl. 164; Assento da carta patente de capitão e juiz de Sena passada a Francisco de Sousa, 17 de Janeiro de 1749, HAG, cód. 444, fl. 71.

⁹¹ Carta de António Brito Freire para Francisco Moreira de Sousa, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 11.

QUADRO 1. Mimos enviados por Brito Freire para Moçambique e Rios de Sena (1749-1752)

	1749	1750	1751	1752
<i>Ilha de Moçambique</i>				
Caetano Correia de Sá	1 caixotinho com tabaco, cachimbos e chocolate	2 barris de vinho tinto 1 lata de chocolate		
António Correia Monteiro de Matos		1 barril de vinho tinto	1 barril de vinho tinto	1 frásqueira de aguardente
<i>Rios de Sena</i>				
Domingos da Costa Galé		1 lata de chocolate		1 frásqueira de aguardente 1 frásqueira de aguardente do Pico
António Correia de Campos		1 barril de vinho tinto 1 lata de chocolate 1 frásqueira de aguardente	1 barril	
Roberto Homem de Magalhães			1 frásqueira de aguardente 30 canudos de polvilho 6 frásquinhos de óleo 1 lata de chocolate 2 resmas de papel 1 caixa de sabão 1 maço de penas de escrever 1 dúzia de paus de lacre 1 barril de vinho branco Remetido do reino 1 barril de carnes 1 barril com 1 presunto, 3 dúzias de paos e 1 queijo inglês	1 barril de vinho branco 1 frásqueira de doces do reino 1 frásqueira de aguardente

QUADRO 2. Mimos recebidos por Brito Freire de Moçambique e Rios de Sena (1749-1752)

	1749	1750	1751	1752
<i>Ilha de Moçambique</i>				
Caetano Correia de Sá		escravos		
António Correia Monteiro de Matos		2 escravos		recebido
<i>Rios de Sena</i>				
Manuel Gomes de Oliveira	lembrança			
Domingos da Costa Galé	lembrança			recebido
António Correia de Campos	recebido			recebido
Roberto Homem de Magalhães			3 escravos	

Relações goesas

As cartas de Brito Freire para os seus interlocutores na África Oriental permitem ainda identificar algumas das suas relações de sociabilidade em Goa, incluindo pessoas que constituíam o seu círculo mais privado e outras que se relacionavam com ele principalmente através dos negócios.

Muito íntimos do vedor e seus compadres eram o falecido desembargador Vitorino José de Sequeira e a sua mulher, D. Francisca Manoel Vilhena⁹². O desembargador chegara a Goa nos anos de 1720. Alguns anos depois, passara a viver de portas adentro com D. Francisca, filha do fidalgo D. Cristóvão Severim Vilhena e já viúva de D. João de Noronha. Sequeira executara os bens do futuro sogro, conhecido por ter inúmeras dívidas, e expulsara-o de sua casa, onde passara a residir. O matrimónio era contra a legislação régia que interditava os casamentos locais dos magistrados, reactualizada em 7 de Março de 1734, e chegou a motivar uma consulta do Conselho Ultramarino⁹³. O casal era também amigo do tenente-general dos Rios de Sena Roberto Homem de Magalhães⁹⁴. A ligação de Brito Freire com D. Francisca resistiu à morte do marido, a 29 de Novembro de 1747⁹⁵, e ele próprio evocava a grande amizade com o casal, que o obrigava a tratar dos seus interesses⁹⁶.

Outra família muito chegada a Brito Freire era a de D. Maria Henriques e do capitão-de-mar-e-guerra Ricardo Pereira Pinto, falecido em 1748. Natural de Baçaim, o capitão era moço fidalgo da casa real. Participara na defesa do território, acabando por ser um dos que assinou as capitulações a 16 de Maio de 1739. Posteriormente, ficara gravemente ferido no ataque à praça de Alorna⁹⁷. Servira igualmente como capitão do recentemente conquistado forte de Bicholim, por carta-patente de 22 de Junho de 1746⁹⁸. Também neste caso, a amizade entre Brito Freire e a viúva sobreviveu ao falecimento do cônjuge e ele encarregou-se dos seus assuntos⁹⁹.

Próximo do vedor estava igualmente António Lopes de Verónica, provavelmente um funcionário ou um mercador, que se deslocara aos Rios de Sena e

⁹² Ver por exemplo, Carta de António de Brito Freire para Tomás Silva Ferrás, 20 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 73v-75.

⁹³ Teodorico Pereira Pimenta "Notas sobre 'Portugueses na Índia no século XVIII' 1735" in *Boletim do Arquivo Histórico Militar* 25 (1955), p. 360. Consulta do Conselho Ultramarino, 15 de Março de 1736, AHU, Índia, caixa 217.

⁹⁴ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 40-45.

⁹⁵ J. Forjaz e J. F. Noronha, *Os luso-descendentes...*, vol. II, p. 523.

⁹⁶ Ver, por exemplo, Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 12 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 9v-10; Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 10-10v.

⁹⁷ Conforme Forjaz e Noronha, Pereira Pinto casou com D. Maria Pereira Coutinho, eventualmente a mesma D. Maria Henriques, que integrava a rede de relações de Brito Freire. Ver J. Forjaz e J. F. Noronha, *Os luso-descendentes...*, vol. III, p. 316.

⁹⁸ "Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da Índia", 20 de Dezembro de 1747, AHU, Índia, caixa 279.

⁹⁹ Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 7-7v; Carta de António de Brito Freire para António Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 14v-15.

regressara doente a Goa, em 1749, acabando por falecer. Brito Freire financiara, a par de outros indivíduos, os seus negócios na África Oriental. O retorno dos investimentos de Verónica fora insuficiente para reembolsar os seus inúmeros credores em Goa. O vedor tomou em consignação os seus vários créditos nos Rios para satisfazer o capital que adiantara¹⁰⁰.

Se o círculo privado de Brito Freire em Goa parece ter sido recrutado fundamentalmente entre as famílias dos funcionários régios, as suas relações alargavam-se à comunidade mercantil. Incluíam-se aí vários comerciantes cristãos, fornecedores de carregações conduzidas para a costa oriental africana e dos quais o mais activo parece ter sido Caetano Xavier de Abreu. Entre eles, estavam também Agostinho José, António Pereira, Domingos da Rocha, Manuel Carvalho, José Daniel, Manuel Francisco e António da Graça¹⁰¹.

Mas, esta rede não se restringia ao grupo reinol e luso-descendente de Goa, envolvendo idênticamente hindus e muçulmanos. De facto, Brito Freire patrocinou junto dos seus interlocutores em Moçambique a cobrança das dívidas de moradores da ilha a Abdul Rayman Sanguy e a Seguna Porobo. Relativamente ao primeiro, não foi possível encontrar qualquer informação¹⁰². Sobre Porobo, o vedor informava tratar-se do botiqueiro que era dono do palmar em que ele próprio residia e que o considerava um amigo. Brito Freire envolveu o governador de Moçambique, Caetano Correia de Sá, e o seu correspondente na ilha, António Correia Monteiro de Matos, para conseguir o pagamento de vários créditos concedidos a Bento Pereira de Carvalho, um morador na Cabaceira Pequena¹⁰³, e a outros devedores¹⁰⁴.

As relações do vedor estendiam-se a uma das principais famílias hindus de Goa, os Kamat ou Camotim. Os membros desta família brâmane congregavam

¹⁰⁰ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 17v-19; Lembrança para o senhor Roberto Homem de Magalhães que vai por general de Sena neste ano de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 20v-21v.

¹⁰¹ "Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Senna nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750", BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22v-23.

¹⁰² Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 14v-15.

¹⁰³ Bento Pereira de Carvalho, natural de Guimarães, era então casado na ilha e teria perto de 40 anos. "Autto de devassa que nesta Praça de Mossambique mandou fazer o Doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira professo da ordem de christo Dezembargador sindicante com Alçada nesta dita Praça e Rios de Senna", 23 de Março de 1751, AHU, Moçambique caixa 8, doc. 14.

¹⁰⁴ Carta de António de Brito Freire para António Correia de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 7v-8; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 5-6; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 14v-15; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 15.

um conjunto diversificado de actividades, sendo desde administradores e coletores de impostos das comunidades de aldeia, rendeiros do tabaco, mercadores de mantimentos, ópio e escravos a contratadores e seguradores de navios. Tinham um papel destacado como fornecedores dos navios da carreira da Índia, das embarcações de cabotagem, da Ribeira das Naus e do palácio dos vice-reis¹⁰⁵. Durante o período em causa, Brito Freire intermediou os negócios de três dos membros desta família, Upia, Baby e Rama Camotim¹⁰⁶. Outro mercador relacionado com Brito Freire era Baby Naique¹⁰⁷. As conexões com os mercadores hindus eram essenciais para fazer correr os negócios já que eles dominavam os contactos com os mercados produtores das fazendas destinadas a África, dispondo igualmente de acesso privilegiado aos capitais¹⁰⁸.

Esta rede alargava-se até Diu, onde era castelão, provavelmente desde 1745, Francisco Xavier Soutomaior. Natural de Portimão, Soutomaior, nasceu cerca de 1705, alcançara em 1723 a Índia, onde fora assentado como soldado. Chegara, entretanto, a capitão-de-mar-e-guerra e fiscal da armada¹⁰⁹, sendo, portanto, um “camarada” de Brito Freire, como este o citava, e muito amigo dele. Ambos estavam entre os melhores oficiais das naus da Índia e tinham participado juntos em vários sucessos militares¹¹⁰. O vice-rei marquês de Castelo Novo considerava-o capaz de desempenhar cabalmente qualquer emprego, lamentando que os seus muitos embarques o tivessem obrigado a contrair muitas dívidas, deixando-o com poucos meios de sobrevivência¹¹¹. No entanto, a partir de Diu, Soutomaior

¹⁰⁵ Teotonio R. de Souza, “French Slave-Trade in Portuguese Goa (1773-1791)” in Teotonio R. de Souza, (ed.), *Essays in Goan History*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1989, pp. 119 segs.

¹⁰⁶ “Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Senna nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750”, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22-27v; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 26 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 34-34v; Declaração, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 49v.

¹⁰⁷ “Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Senna nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750”, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22-27v.

¹⁰⁸ Como foi sublinhado por J. M. T. Cunha, “A rede económica...”, pp. 188 segs.

¹⁰⁹ “Lista das pessoas que seruem as capitánias das fortalezas e passos deste Estado da Índia”, 20 de Janeiro de 1749, AHU, *Índia*, caixa 249.

¹¹⁰ Como no êxito da nau Vitória contra os maratas, quando fora ao Sul buscar provimentos de arroz. O vice-rei conde de Sandomil informou a corte que já se esperava o ataque marata pelo que a nau levava os melhores oficiais, sendo comandante António de Brito Freire e segundo capitão-de-mar-e-guerra Francisco Xavier Soutomaior. Carta do vice-rei para o rei, 8 de Fevereiro de 1740, AHU, *Índia*, caixa 246.

¹¹¹ “Memoria das Pessoas distinctas que se achão na Índia, das quaes pode V. Mag. de escolher para o Conselho do Estado ou para Emprego”, Janeiro de 1746, AHU, cód. 1648, fls. 480-492.

desenvolvia uma intensa actividade comercial com a praça de Moçambique, através de Brito Freire. De resto, ele ficaria como seu procurador na Índia quando Brito Freire regressou ao reino.

Os transportadores: pilotos e mestres dos navios

Os pilotos e mestres dos navios que ligavam Goa a Moçambique e Quelimane assumiam um papel central no desenvolvimento destas relações de sociabilidade e na sua utilização em benefício dos vários actores. De facto, eles integravam essas redes e serviam de intermediários entre os seus elementos. Mestres e pilotos asseguravam os vínculos de comunicação entre os distintos membros da rede, transportando correspondência e presentes, e ocupavam-se das cargas destinadas ao comércio, eventualmente também como comissários de outros indivíduos. Na verdade, eles não só dispunham de capacidade para ligar os diversos pontos geográficos em que se situavam estes indivíduos, como podiam mobilizar as suas liberdades e as de outros tripulantes para o transporte de presentes e mercadorias entre as duas margens do Índico. Estas redes dependiam em grande medida da sua disponibilidade para servirem de veículo dessas distintas trocas, bem como da sua fidelidade e honestidade, ou seja, da confiança depositada neles pelos outros como fazia notar o vedor¹¹². Brito Freire, enquanto capitão-de-mar-e-guerra e vedor da Fazenda, acumulara um conhecimento privilegiado das gentes de navegação. Não surpreende, por isso, que ele as utilizasse e patrocinasse os seus interesses junto das autoridades e outros indivíduos em Moçambique.

Entre esses oficiais, destacava-se Caetano Alberto, o mestre dos navios de viagem das monções de 1749 (S. José), 1750 (Bom Jesus de Vilanova) e 1752 (S. Francisco Xavier). Foi a ele que Brito Freire recorreu naqueles anos para transaccionar mercadorias, missivas e mimos com Moçambique e Rios de Sena. Em contrapartida, pediu ao governador Caetano Correia de Sá resguardo para os negócios do mestre em sociedade com dois naturais da Índia¹¹³. Protecção idêntica solicitou ao seu sucessor, Francisco de Melo e Castro¹¹⁴. Existem sinais de que Caetano Alberto desenvolvia regularmente negócios em Moçambique. Tanto em 1750 como em 1752, os seus navios arribaram na perigosa barra de Quelimane e ele saiu culpado na devassa conduzida pelo desembargador Francisco

¹¹² Carta de António de Brito Freire para Rios Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45.

¹¹³ Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 5-6; Carta de António de Brito Freire para António Caetano Campos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 17v; Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 26 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 53v.

¹¹⁴ Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 23 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 31-31v.

Raimundo Morais Pereira. Quanto ao segundo desastre, foi apurado que a embarcação perdera “as águas para sair de Quelimane” por duas vezes. O desembargador concluiu, em relação a Caetano Alberto e outros, existirem “indícios muito fortes de que por seus interesses particulares querião ficar naquele Porto athe ao mês de Janeiro”, certamente para recolher o produto dos seus negócios¹¹⁵.

Em 1751, ano em que Caetano Alberto não se deslocou a Moçambique, Brito Freire socorreu-se de Domingos de Faria Cruz e de António Pereira Benfica, respectivamente piloto e mestre do navio S. José¹¹⁶. Domingos de Faria era claramente próximo de Brito Freire¹¹⁷ e faria com ele a viagem de regresso a Lisboa. Também ele seria acusado de ter transportado fazendas proibidas para os Rios de Sena¹¹⁸.

Articulando a rede

A caracterização das relações que envolviam os elementos desta rede exige investigações mais aprofundadas, mas os dados disponíveis permitem avançar com alguns tópicos. A reconstituição dos elementos biográficos destes indivíduos sugere que as conexões entre eles, e nomeadamente entre eles e Brito Freire, se construíram em Goa, de onde todos saíram, quer os reinóis, quer os originários do Estado da Índia. Essa rede era caracterizada pela diversidade social e cultural, envolvendo funcionários da Coroa e mercadores, não só cristãos como também hindus. Alguns destes indivíduos estavam enraizados localmente através do casamento, o que permitia a sua inserção nos circuitos regionais de comércio. Outros estavam posicionados em lugares estratégicos para movimentar os negócios entre a Índia e Moçambique. A dispersão geográfica e a variedade de perfil dos indivíduos mobilizados facilitariam, aliás, o funcionamento dos negócios.

A correspondência de Brito Freire aponta para a possibilidade de definir, no interior dessa rede, círculos sociais, entendidos como conjuntos de indivíduos que se reconhecem como fazendo parte de um todo e cujas condutas são influenciadas por essa pertença¹¹⁹. Em relação aos indivíduos referenciados, a documentação disponível indicia a existência de um círculo com conexões mais

¹¹⁵ Carta do desembargador Francisco Raimundo de Morais Pereira para o rei, 10 de Agosto de 1753, AHU *Moçambique*, caixa 8, doc. 15.

¹¹⁶ Lembrança do mimo que foi para Moçambique e Sena entregue a Domingos de Faria Cruz e António Pereira, piloto e mestre do navio S. José, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 45.

¹¹⁷ Carta de António de Brito Freire para Tomás Silva Ferrás, 20 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-32, fls. 73v-75.

¹¹⁸ “Autto de devassa que nesta Praça de Mossambique mandou fazer o Doutor Francisco Raymundo de Moraes Pereira professo da ordem de christo Dezembargador sindicante com Alçada nesta dita Praça e Rios de Sena”, 23 de Março de 1752, AHU, *Moçambique* caixa 8, doc. 14.

¹¹⁹ Ver Alain Degenne e Michel Forsé, *Les réseaux sociaux*, Paris, Armand Colin, 2004, pp. 67 segs., 216 segs.

estreitas com Brito Freire, notoriamente caracterizado pela afinidade, identidade e pela coesão. Aí estavam os seus camaradas de profissão mais próximos, portanto, igualmente capitães-de-mar-e-guerra. Partilhavam com ele não apenas o ofício, mas também uma longa estada na Índia e, em alguns casos, tinham participado conjuntamente em certas missões. Eram as condições de Roberto Homem de Magalhães, tenente-general dos Rios de Sena, e do castelão de Diu, Francisco Xavier Soutomaior. Evidenciam-se aqui relações mais densas, que, para o que estava na África Oriental, eram suportadas pela troca de cartas em maior número, mais longas e mais íntimas, bem como de presentes, aspecto que assumia uma forma ritual na altura das monções. Estas relações implicavam conteúdos múltiplos, que incluíam a amizade, a troca de serviços e negócios conjuntos. Pelas informações fornecidas por Brito Freire aos indivíduos estantes na África Oriental é também possível perceber que existia uma grande afinidade com famílias de funcionários luso-descendentes ou reinóis moradores em Goa. Embora os maridos tivessem falecido por esta altura, Brito Freire mantinha laços estreitos com as suas viúvas, cujos interesses continuava a patrocinar, como D. Francisca Manoel Vilhena, viúva do desembargador Vitorino José Sequeira, e D. Maria Henriques, viúva do capitão-de-mar-e-guerra Ricardo Pereira Pinto. Próximos de Brito Freire eram também os seus correspondentes de negócios na ilha de Moçambique, António Correia Monteiro de Matos, e, em particular, nos Rios de Sena, o comandante de Tete, Domingos da Costa Galé, e o feitor de Sena, António Caetano de Campos. Nestes casos, as cartas revelam uma menor intimidade, mas, ainda assim, uma grande proximidade, alimentada também pela troca de presentes. Esta rede incluía igualmente outros indivíduos cujas ligações àqueles eram mais fracas, mas que eram mobilizados como um recurso. Por fim, outros sujeitos estavam ligados a esta rede por laços mais frouxos, sendo que alguns eram, aparentemente, simples conhecimentos.

As relações desenvolvidas por Brito Freire com o seu círculo mais próximo foram aparentemente simétricas. Noutros casos, o estatuto do vedor e de outros membros da rede deixa supor à partida a existência de relações clientelares, tão características das sociedades do período moderno. Assentes em valores como a amizade, a fidelidade, a honra e o serviço, essas relações envolviam os intervenientes numa “economia do dom”, em que o benfeitor dispensava favores e o beneficiado disponibilizava serviços¹²⁰. Esse tipo de relação parece ter estado subjacente aos laços existentes, por exemplo, entre Brito Freire e os seus agentes comerciais em Moçambique.

Assumindo a função de articular os vários membros dessa rede, António de Brito Freire colocava-se numa posição central na estruturação das relações sociais mantidas pelos indivíduos domiciliados, por um lado, em Moçambique

¹²⁰ Ângela Barreto Xavier e António Manuel Hespanha, “As redes clientelares” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, s/l, Círculo de Leitores, 1993, vol. IV, pp. 381 segs.

e nos Rios Sena e, por outro, em Goa e, até, em Diu. Ele empenhava-se em conservar o contacto com esses actores e a todos oferecia os seus serviços para vários fins. Servia de mediador entre os vários elementos desta rede, patrocinando o trânsito de mercadorias, créditos e favores, independentemente de ele próprio participar nas trocas comerciais entre as duas margens do Índico. Esse papel central decorria do relevante capital social acumulado por Brito Freire durante um demorado percurso na Índia, capital esse que era passível de ser mobilizado em ocasiões adequadas¹²¹. Brito Freire tinha noção da sua relevância na articulação desta rede, como indicia a sua argumentação para conseguir a satisfação das dívidas de moradores de Moçambique a Seguna Porobo, alegando que esse “sucesso acreditará o conceito que elle formou de que a minha intercessão lhe seria útil neste negocio”¹²².

Note-se que esse papel de articulador se relacionava também com a configuração política e económica do Estado da Índia. Devido à centralidade política de Goa, a cabeça da administração do Estado, era a partir daqui que os funcionários enviados para os vários territórios eram despachados, tanto os que eram originários desses espaços como os provenientes do reino. E, enquanto vedor da Fazenda, Brito Freire não só tinha poder como estava em posição de aceder aos que o detinham. Donde, o facto de ele oferecer serviços, geralmente relacionados com despachos ou actividades de procuração.

Goa possuía também relevância comercial, uma vez que era um dos portos por onde transitavam as mercadorias que circulavam entre Moçambique e outros mercados da Índia e simultaneamente fornecia o crédito necessário ao comércio entre os dois lados do Índico. Por isso, era possível organizar a partir da cidade esta rede de interesses e os negócios que ela desenvolvia. O próprio lugar de vedor ocupado por Brito Freire – enquanto responsável pelo despacho do barco de viagem de Goa para Moçambique – permitia maximizar a gestão desta rede. De facto, ele não só conhecia os oficiais dos navios como tinha poder sobre eles e podia, nomeadamente, escolher as tripulações capazes de fazer circular as mercadorias. Ele estava igualmente em posição de, por exemplo, isentar esses bens de fretes e direitos e de influenciar no sentido de obter igual tratamento em Moçambique.

¹²¹ Segue-se aqui a noção de capital social que entende as relações entre os indivíduos constituem um recurso que pode ser convocado para a concretização de um determinado objectivo que necessite de uma interacção entre várias pessoas. Assim, o capital social inscreve-se sempre numa rede de relações, constituindo um recurso de emblema social. Sobre o conceito de capital social, ver A. Degenne e M. Forsé, *Les réseaux...*, pp. 123 segs.; Pierre Mercklé, *Sociologie des réseaux sociaux*, Paris, La Découverte, 2004, pp. 53 segs.

¹²² Carta de António de Brito Freire para António Correia de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 7v-8.

3. SOCIABILIDADES E NEGÓCIOS

O fluxo comercial

A rede social estruturada em torno de António Brito Freire era movimentada por ele para fazer negócios próprios ou de outros indivíduos entre Goa e Moçambique. Ou seja, a rede comercial assentava em grande medida nessa rede social. Importa lembrar que em meados da centúria o comércio da capitania de Moçambique se processava de acordo com dois regimes, cuja elaboração remontava ao final do século XVI. As trocas com a região dos Rios de Sena e os portos meridionais de Sofala e Inhambane eram objecto do monopólio régio, circunscrito, porém, às chamadas mercadorias vedadas, que possibilitavam maiores lucros. Entre as importações estavam determinados tecidos indianos e velório, enquanto dos bens exportados nesta altura apenas o marfim era vedado. As trocas comerciais na Terra Firme da ilha de Moçambique e em todo o litoral a norte até Cabo Delgado constituíam o mercado livre dos moradores, que podiam também enviar artigos não vedados para os Rios de Sena. O monopólio régio do comércio, antes geralmente arrendado aos capitães de Moçambique, fora administrado, desde 1699, pela Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Sena. Porém, perante o progressivo endividamento deste organismo, a Coroa ordenou a sua extinção e a transferência das suas competências para o Conselho da Fazenda do Estado da Índia, que funcionava como Administração do Comércio de Moçambique. Embora essa ordem remontasse a 1739, apenas foi executada em 1744, no contexto das reformas de saneamento financeiro levadas a cabo pelo vice-rei marquês de Castelo Novo. A Administração do Comércio tinha uma representação em Moçambique, designada Superintendência do Comércio, com feitorias na ilha e nos portos vedados¹²³.

As relações comerciais entre Moçambique e os restantes territórios do Estado da Índia efectuavam-se, por esta época, com os portos de Damão, Diu e Goa. O navio de Damão era armado pelo castelão da praça, enquanto as ligações com Diu estavam contratadas pela Companhia dos Baneanes desta praça e, finalmente, a Administração do Comércio fornecia a ligação marítima a partir de Goa. As exportações destes portos, conduzidas em um ou dois navios anuais,

¹²³ A transferência da administração do monopólio do comércio foi promulgada por alvará do vice-rei conde de Castelo Novo, em 3 de Outubro de 1744. Ao longo de Seiscentos, tinham sido ensaiados vários regimes de comércio, incluindo breves períodos de comércio livre, aspecto que não cabe aqui desenvolver. Sobre as relações comerciais entre Moçambique e a Índia, ver Fritz Hoppe, *A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970, pp. 36 segs.; Alexandre Lobato, *Evolução administrativa e económica de Moçambique. 1752-1763*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1957, pp. 250 segs.; Maria Benedita de Araújo, *O Giro Moçambicano. Subsídios para a História de Moçambique (1498-1752)*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1992, pp. 142 segs.

rondavam os 150 000 xerafins no caso de Diu, 120 000 no que respeita a Goa e 80 000 para as mercadorias com origem em Damão¹²⁴. Goa ocupava, assim, o segundo lugar no conjunto dos três portos indianos, sendo de sublinhar que parte significativa do seu comércio era controlada por mercadores privados, os quais fretavam a embarcação da Administração do Comércio para transportar os seus produtos. De facto, o descapitalizado Conselho de Fazenda apenas ocasionalmente enviava bens destinados à circulação comercial na África Oriental, limitando-se a remeter carga militar, como armas e fardamentos.

A partir da ilha de Moçambique, o navio da Administração do Comércio, usualmente o enviado de Goa, seguia para os Rios de Sena com as mercadorias vedadas e as roupas para o pagamento dos funcionários, adquiridas às várias entidades que forneciam a capitania. No porto de Quelimane, os produtos eram desembarcados, seguindo parte deles para a feitoria, enquanto os restantes eram transferidos para canoas que subiam o rio Zambeze. Na feitoria de Sena, essas mercadorias eram vendidas aos negociantes desta povoação e de Tete, os quais os enviavam para as feiras. Era neste quadro que se movimentava a rede de negócios articulada por Brito Freire.

A análise do fluxo comercial dos anos a que se referem os registos de Brito Freire sugere, antes de mais, uma certa irregularidade. Essa oscilação parece ter estado associada a decisões tomadas em função da oportunidade, do risco e da demora dos negócios com a África Oriental. Note-se que, aparentemente, em 1749, Brito Freire não interveio em qualquer negócio, embora tivesse apadrinhado junto do governador de Moçambique as transacções do mestre do navio de viagem, Caetano Alberto, e dos seus sócios indianos. Faltam, porém, informações sobre as mercadorias então transaccionadas. Tudo indica que Brito Freire participou na grande carrega transportada para os Rios de Sena, em 1750, pelo seu amigo, o tenente-general Roberto de Magalhães, e pelo mercador Caetano Xavier de Abreu, tendo enviado igualmente mercadorias a título individual. Mas, na sequência da arribada do navio de viagem à saída da barra de Quelimane nesse ano, declarou não pretender arriscar o envio de mais artigos em 1751, considerando temerário fazer novos investimentos sem o retorno do capital já em giro¹²⁵. Ainda assim, ele acabaria por despachar velório e cera para os seus agentes na ilha de Moçambique.

Das transacções efectuadas durante estes anos, a listagem do carregamento levado por Roberto de Magalhães fornece os elementos mais completos sobre o trânsito de mercadorias de Goa para Moçambique.

¹²⁴ Os números reportam-se aos anos de 1752 e 1753. A. Lobato, *Evolução...*, pp. 256 segs.
¹²⁵ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45.

QUADRO 3. **Fazendas levadas pelo tenente-general dos Rios Roberto Homem de Magalhães (1750)**

Mercadoria	Quantidade	Valor (xerafins)
Velório	2 483 (2 435) ^{a)} maços	13 146:2:30
Panos	199 corjas + c. 15 corjas sem preço	9 253:4:15
Aguardente	296 frasqueiras	6 581:0:00
Presuntos	31 unidades	389:0:00
Paos	60 unidades	
Chouriços	216 unidades	
Cera	50:00 mãos	1 400:0:00
Total		32 770:1:45

a) Foram embarcados 2483 maços aos quais seriam abatidos 48 de quebra.

FONTE: "Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Sena nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750", BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22-27v.

Nessa carregação, Brito Freire enviou 500 maços de velório e 25 mãos de cera a beneficiar por sua conta e risco. A importância destes artigos fora já deduzida nas contas entre o vedor e o tenente-general Roberto Homem de Magalhães¹²⁶. Brito Freire tinha certamente algum tipo de participação, provavelmente uma sociedade, nas restantes mercadorias levadas por Magalhães, as quais foram minuciosamente registadas por si. De igual modo, parece ter tido uma comissão no negócio de exportação concretizado nesse ano pelo mercador Caetano Xavier de Abreu.

QUADRO 4. **Carregação a beneficiar por conta de Caetano Xavier de Abreu em Moçambique e Sena, levada pelo mestre Caetano Alberto (1750)**

Mercadoria	Quantidade
Chocolate	13 latas
Canivetes de cabo de latão	6 dúzias
Canivetes de dois ferros	1 dúzia
Bocetas de metal douradas	6 dúzias
Bocetas de ponta	3 dúzias
Espingardas	8 unidades
Machados	22 unidades
Açúcar do reino	2 barris

FONTE: "Lembrança do que Caetano Xavier de Abreu manda por sua conta e risco beneficiar nos portos de Mossambique e Sena", BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 28-28v.

¹²⁶ "Lembrança para o senhor Roberto Homem de Magalhães que vai por general de Sena neste ano de 1750", BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 20v-21v.

Como ficou dito antes, a carga do navio de Goa era avaliada, por esta altura, em 120 000 xerafins, o que significa que o vedor interferiu em pelo menos cerca de 27,3% do valor das exportações dessa cidade para Moçambique, correspondentes às mercadorias conduzidas pelo tenente-general, trinta e dois mil setecentos e setenta xerafins, uma tanga e quarenta e cinco réis (32 770:1:45), não incluindo aí uma parcela de panos dessa remessa, nem os bens despachados por Caetano Xavier de Abreu, cujos valores não foram fornecidos.

Em 1751, a intervenção de Brito Freire nos negócios entre as duas margens do Índico foi presumivelmente mais reduzida. Ele enviou para os seus agentes na ilha de Moçambique, António Correia Monteiro de Matos e Manuel Domingues, um carregamento de 26 barris de velório, alegando tê-los recebido como pagamento de uma dívida. O velório, no valor de c. 9 388:3:00 xerafins, fora fornecido por Ramá Camotim¹²⁷. No ano seguinte, Brito Freire, de partida para Lisboa, declarou que o valor dessa mercadoria deveria ser entregue ao próprio Ramá Camotim¹²⁸. Assim, ou ele transferiu a cobrança daquela importância para o negociante ou, mais provavelmente, serviu de intermediário nesta remessa, fazendo crer em Moçambique que era sua. Nesse navio, Brito Freire enviou, ainda, 3 caixotes de cera e mais um aberto com 34 velas de terço pelo piloto e pelo mestre do navio para os beneficiarem por sua conta e risco. O valor dessa cera seria satisfeito pelo piloto Domingos da Cruz, que o deveria receber em Moçambique, quando o vedor regressou a Lisboa¹²⁹. Ele interveio, ainda, no despacho de 4 caixotes com 1 candil, 15 mãos e 20 arratéis de cera lavrada do mercador Caetano Xavier Abreu, também entregues ao piloto e mestre do navio¹³⁰.

A relação dos artigos despachados de Goa para Moçambique em 1750 e 1751 revela uma certa diversidade, mas evidencia a importância do velório e dos tecidos. Ambas as mercadorias, usadas para obter ouro e marfim, desempenhavam um papel fundamental nas trocas com a África Oriental. Em várias sociedades leste-africanas, estes artigos preenchiam um papel social e político relevante. Eram indicativos da posição social e usados em cerimónias rituais e no estabelecimento de alianças familiares e políticas.

O velório era utilizado na confecção de adornos e na composição de tecidos. Desde o início da década de 1740, a maior parte do que era expedido para

¹²⁷ Carta de António de Brito Freire para Manuel Domingues, 20 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 35-35v; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 26 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 34-34v.

¹²⁸ Declaração, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 49v.

¹²⁹ Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 12 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 33v-34; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 47-48; Declaração, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 48.

¹³⁰ "O que foy para beneficiar em nome de Caetano Xavier de Abreu entregue aos ditos Domingos de Faria Cruz e António Pereira, piloto e mestre", BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 45-46.

a África Oriental era manufacturado por encomenda em Veneza. Com efeito, a missanga veneziana era preferida à fornecida tradicionalmente por Surrate por ser mais grossa e mais barata. Reexportada por Lisboa, parte dela seguia directamente para Moçambique, enquanto outra porção chegava aí através de Goa¹³¹. Mas, dos portos da Índia, continuavam a viajar o velório de Surrate e as contas de barro vidrado de Balagate. O velório incluído na carregação conduzida para Sena por Roberto de Magalhães, em 1750, consistia em duas remessas de 1 004 e 1 479 maços, adquiridas, respectivamente, a Upia Camotim e a Baby Naique, num total de 2 483 maços (remessas que seriam reduzidas a 989 e 1 446 maços, depois de abatidas as quebras, como era habitual)¹³². Faltam detalhes sobre a expedição feita em 1751 de mais 26 barris de velório, saídos da casa de Ramá Camotim. Mas, considerando a média de 67 maços por barril das anteriores carregações, esses 26 barris incluiriam cerca de 1 742 maços de velório. As estimativas do velório consumido anualmente na capitania apontavam para 20 000¹³³ ou 30 000¹³⁴ maços. Ou seja, cerca de 12,4% ou 8,3% do velório importado em 1750 foi fornecido a partir de Goa com a mediação do vedor, percentagem que desceria, no ano seguinte, para cerca de 8,7% ou 5,8%.

QUADRO 5. Velório exportado em 1750-1751

	1750				1751	
	Baby Naique		Upia Camotim		Ramá Camotim	
	Maços	%	Maços	%	Maços	%
Vermelho	854	57,7	620	61,7		
Branco	497	33,6	266	26,5		
Azul	128	8,7	118	11,8		
Total bruto	1 479		1 004		a) c. 1 742	
Total c/ quebra	1 446		989		b) c. 1 707	
Valor (xerafins)	8 097:3:00		5 043:4:30		c) c. 9 888:3:00	
Empacotamento	3:0:00		2:0:00			
Total	8 100:3:00		5 045:4:30			

a) Considerou-se uma média de 67 maços por barril; b) Considerou-se uma quebra de 2% (35); c) A 5:3:00 xerafins o maço, o preço das outras carregações.

FONTE: "Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Sena nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750", BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22-27v.

¹³¹ "Instrução de Sua Magestade dada ao Marquez de Castelo Novo (depois, de Alorna) quando veio por vice rei da Índia", 25 de Março de 1744 in *O Chronista de Tissuary*, n.º 20, 1867, p. 185. Sobre a preferência pelo velório veneziano, ver "Relação" de Fr. Francisco de Santa Catarina" (1744) in C. R. Boxer, "A dominican account of Zambezia in 1744" in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 1960, Ano XXIX, n.º 125, p. 10; A. A. B. Andrade, *Relações...*, pp. 115 segs.; A. Lobato, *Evolução...*, p. 260; F. Hoppe, *A África...*, p. 209.

¹³² Os abatimentos não eram uniformes, ficando nos 1,5% (15) no caso dos 1 004 maços e subindo a 2,2 % (33) no que respeita aos 1 479 maços.

¹³³ Carta do provedor-mor dos Contos do Estado da Índia José de Almeida da Silva para o vice-rei, 16 de Novembro de 1745, BN, Res., cód. 41791.

¹³⁴ Em 1756 e 1757, teriam sido vendidos mais de 30 000 maços de velório. F. Hoppe, *A África...*, p. 210.

Importa salientar que os exportadores revelavam um conhecimento apurado das variedades de contas procuradas nos mercados africanos. De facto, o velório destinado a esta zona devia ser grosso e a proporção das cores na composição de cada maço importado atendia a preferências regionais. Em 1745, o provedor-mor dos Contos especificava que cada carregação devia conter 60% de velório vermelho, 33% de branco e 7% de azul ferrete¹³⁵, valores aproximadamente correspondentes à composição da remessa dos negociantes goeses. Na segunda metade de Setecentos, esta proporção alterar-se-ia, com uma valorização das contas brancas, que deveriam compor metade dos fios de um maço, completado com um quarto de contas azuis e outro tanto de vermelhas¹³⁶. O estado das investigações não permite ainda concluir se tal mudança ocorreu devido a um aumento da importância dos mercados a norte do Zambeze ou a uma alteração do gosto nos padrões de consumo leste-africanos.

Outro artigo relevante na carregação de Roberto de Magalhães eram os panos, que preenchiam uma parte importante das exportações da Índia para a África Oriental. Estes tecidos eram reservados às elites africanas, uma vez que a maioria das pessoas se vestia de panos de algodão de fabrico local (as “machiras”), de peles de animais ou de tecidos de entrecasca de árvores. Parte dos têxteis indianos destinava-se a ser desfiada e composta com as fibras algodoeiras africanas, uma vez que o processo de tinturaria era desconhecido na região. De resto, a importância das “machiras” no comércio intra-africano obrigava mesmo à sua associação ao comércio dos têxteis indianos.

QUADRO 6. Tecidos levados pelo tenente-general Roberto de Magalhães (1750)

Tipo	Comprados a Baby Camotim			Levados da casa de Roberto de Magalhães		
	Quantidade (corjas)	Preço / corja (xerafins)	Preço total (xerafins)	Quantidade (corjas)	Preço / corja (xerafins)	Preço total (xerafins)
Pano branco sadem	50	62	3 100:0:00			
Parcalós	50	50	2 950:0:00			
Chitas de 4 folhas	23 ½	39	1 911:0:00			
Chitas inteiras	6 ½	39				
Cobertas	14	39				
Cobertas de 2 folhas	5	39				
Panos de cafres	50	50	1 100:0:00			
Chauder				10		
Tucorins do Norte				(1 fardo)		
Preço total			9 061:0:00			
Despesas de enfiamento			192:4:15			
Total	199 corjas (57 fardos)		9 253:4:15	10 corjas e 1 fardo		

FONTE: “Fazendas que se tem comprado e leva o Senhor Roberto Homem de Magalhães para Senna nos navios Bom Jesus de Villanova na presente monção de Janeiro de 1750”, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 22-27v.

¹³⁵ Carta do provedor-mor dos Contos do Estado da Índia José de Almeida da Silva para o vice-rei, 16 de Novembro de 1745, BN, Res., cód. 41791.

¹³⁶ F. Hoppe, *A África...*, p. 237.

Pouco se sabe sobre os tecidos exportados da Índia para Moçambique, cujos nomes hoje pouco significam e dos quais as descrições coevas são geralmente vagas. Com efeito, para alguns é possível determinar se eram crus, curados, pintados ou estampados e, em alguns casos, até a cor e a medida aproximada, mas o conhecimento actual sobre os padrões usados, os quais correspondiam geralmente a determinado nome, é muito insuficiente para caracterizar os mercados de têxteis deste período¹³⁷. Na carregação levada pelo tenente-general, encontravam-se panos brancos sadem¹³⁸, parcalós ou percales¹³⁹, chitas inteiras e de quatro folhas¹⁴⁰, cobertas simples e de duas folhas, também chamadas calangapuzes¹⁴¹, panos de cafres, referidos ainda como tucorins do Porto Novo¹⁴², chauderes¹⁴³ e tucorins do Norte¹⁴⁴. Destes tecidos, pelo menos, os percales, os panos de cafre, os chauderes e os tucorins integravam o monopólio da Administração do Comércio¹⁴⁵. Portanto, o tenente-general estava a transportar fazendas estancadas para os Rios de Sena.

Em meados do século, o Conselho da Fazenda enviava para Sena entre 350 a 400 bares¹⁴⁶ de roupa vedada, isto é, entre 7 000 e 8 000 corjas ou 140 000 a

¹³⁷ Dificuldades idênticas são avançadas por J. Guy relativamente aos têxteis indianos exportados para a Ásia. John Guy, “Têxteis, Sociedade e Comércio no Oceano Índico” in *Oceanos*, n.º 34, Abril/Junho de 1998, pp. 41 segs..

¹³⁸ Não foi possível encontrar qualquer referência sobre este tipo de panos.

¹³⁹ “Parcala. Tecido de algodão fino e lustroso; percal (moderno). Não encontrei o termo nos nossos escritores antigos; mas figura nas pautas inglesas de Madrasta e de Bengala sob a forma de percaulos. Do hindust.-persa *parkala*”. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário luso-asiático*, Coimbra, 1919-1921.

¹⁴⁰ “Chita (francês *chite*). Tecido de algodão, estampado a côres. Os nossos antigos escritores chamam-lhe *pano pintado* ou simplesmente *pintado* (q. v.). O étimo é neo-árabe *chhi-nt* (mar., beng., em hindustani *chint*, donde o inglês *chintz*), do sansc. *chitra*, ‘matizado’”. Eram fabricadas, sobretudo, em Golconda, Coromandel e Madrasta. S. R. Dalgado, *Glossário...*

¹⁴¹ Coberta. “É riscada em listas largas ao comprido, mas muito ordinária”. A. C. P. Gamito, *O Muata Cazembe e os Povos Maraves, Chevas, Muizas, Muembas, Lundas e outros da África Austral*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1937, vol. II, p. 140.

¹⁴² Segundo um guia comercial de 1777, os panos de cafre, de vários comprimentos, eram o mesmo que os tucorins do Porto Novo. “Guia para o negocio da Índia e África Oriental, e uso de todos os que o frequentão”, 1777, BN, Res., cód. 2320, fl. 107v.

¹⁴³ “Chader, chandel, chadel. Tecido branco de algodão, lençol; coberta de côres. Do persa *chadar*, admitido nas línguas indianas. Parece que, etimologicamente, *chautar*, mencionado por alguns dos nossos cronistas, é o mesmo que *chaudel*.” Conforme Bluteau, eram panos grandes, que serviam para cobrir camas. Eram pintados de cores muito vistosas. Os mais finos chamavam-se palangapuzes. Fabricavam-se em Bengala e Coromandel. S. R. Dalgado, *Glossário...*

¹⁴⁴ Tucorim – pano esbranquiçado ou branco de inferior qualidade. A. C. P. Gamito, *O Muata...*, vol. II, p. 140.

¹⁴⁵ A. Lobato, *Evolução...*, pp. 257 segs.

¹⁴⁶ Cada bar tinha 20 corjas e cada corja 20 panos. A medida de referência do pano era aproximadamente 3,52m por 0,66m. F. Hoppe, *A África...*, p. 219.

160 000 panos¹⁴⁷. A carregação de tecidos levada pelo tenente-general consistia em cerca de 214 corjas¹⁴⁸, perfazendo perto de 3% (3,1 ou 2,8%) do total de roupas importadas pela feitoria do comércio de Sena. Sublinhe-se, então, que a quantidade de roupas carregadas pelo tenente-general era relativamente menos importante do que a de velório em relação ao volume total do comércio da região.

A par do velório e dos tecidos destinados aos mercados africanos, era enviado de Goa um conjunto de outros bens, maioritariamente dirigidos à elite colonial de Moçambique e dos Rios de Sena. A maior parte destes artigos era negociada, mas alguns chegavam como mimos oferecidos por moradores e funcionários de Goa. Tratava-se de produtos de luxo oriundos do reino e da Índia, os quais para todos moradores da África Oriental significavam bens de prestígio, enquanto para alguns deles replicavam vivências originárias, amenizavam a vida em terras longínquas e temperavam saudades.

Nas carregações idas de Goa, incluíam-se comestíveis como presuntos, paios e chouriços, açúcar do reino e chocolate. Entre as bebidas, estavam os vinhos e as aguardentes, provavelmente do reino, já que as produzidas em Goa eram geralmente designadas urracas. Outras mercadorias eram a cera, principalmente velas de terço e bugias, o papel, os canivetes, os machados, as espingardas e as bocetas¹⁴⁹. Alguns destes artigos, como o açúcar e a cera, tinham sido incluídas no monopólio régio por uma ordem de 1710¹⁵⁰, mas não é certo que continuassem a ser vedados em meados da centúria. No entanto, as armas de fogo permaneciam veniaga defesa para o comércio privado¹⁵¹.

Ocasionalmente era também enviado vestuário já usado, aparentemente porque atingia em Moçambique um preço superior ao alcançado em Goa. Por exemplo, a viúva de Ricardo Pereira Pinto, D. Maria Henriques, mandou para Moçambique, através de Brito Freire, uma arca com as roupas do falecido¹⁵². O próprio vedor remeteu para Sena cinco véstias bordadas, temendo que na monção seguinte fosse publicada em Goa a pragmática de 1749, que proibira no reino o uso de galões e mais géneros de ouro e prata no vestuário¹⁵³. O volume e

¹⁴⁷ A. Lobato, *Evolução...*, p. 258. Alexandre Lobato calcula que, ao todo, seriam consumidos na região cerca de um milhão de panos.

¹⁴⁸ Consideraram-se as 209 corjas registadas mais cinco corjas relativas a um fardo, cujo número de panos não é referido.

¹⁴⁹ Este conjunto de bens coincide, no geral, com as mercadorias europeias exportadas para a região conforme outros testemunhos coevos. "Memorandum do desembargador Duarte Salter de Mendonça", 7 de Dezembro de 1751 in F. Hoppe, *A África...*, p. 337.

¹⁵⁰ Carta régia para o vice-rei, 14 de Setembro de 1710, ACL, SV, Ms. 555, fl. 17.

¹⁵¹ A. Lobato, *Evolução...*, p. 257.

¹⁵² Carta de António de Brito Freire para António Correia de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 7-7v.

¹⁵³ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45.

o valor totais do conjunto destas mercadorias eram muito inferiores aos das que eram dirigidas especificamente ao consumo africano, o que era congruente com a diminuta elite da colónia.

Sobre o retorno obtido em Moçambique e nos Rios de Sena das mercadorias e dos créditos fornecidos por Goa, as informações são lamentavelmente mais escassas. De qualquer modo, pelos assentos das cartas expedidas pelo vedor, fica claro que da costa oriental africana viajavam maioritariamente marfim e ouro, enquanto a prata, o cobre e os escravos, estes frequentemente como mimo, tinham uma expressão muito reduzida nos carregamentos expedidos de Sena e Moçambique. Em suma, as mercadorias africanas que interessavam ao comércio indiano eram pouco variadas.

Neste contexto, as orientações de Brito Freire sobre o regresso dos seus investimentos apontavam para a remessa de bom ouro, isto é, não misturado, ou de marfim¹⁵⁴. A carregação levada pelo tenente-general Roberto Homem de Magalhães, em 1750, foi liquidada em ouro, prata, cobre e escravos expedidos de Sena¹⁵⁵. Porém, não foram fornecidas informações sobre a quantidade e o valor destes bens. Já a dívida do seu ajudante, João Crisóstomo, contraída junto do vedor, foi totalmente satisfeita em ouro, em três mutras, vendidas em Goa a Vitogy Sinay Dumò por 4915:0:24 xerafins¹⁵⁶. O marfim, empregado no fabrico de jóias femininas, objectos de culto religioso, peças de mobiliário e outros artigos de decoração doméstica¹⁵⁷, constituía nesta altura a principal e mais lucrativa exportação da costa oriental africana, com ganhos de mais de 100%, enquanto o ouro cedia um lucro máximo de 15%¹⁵⁸. Aliás, a descida dos réditos alcançados no comércio do ouro parece explicar a sua saída da lista das mercadorias vedadas e devia-se, em grande medida, ao facto de este metal sair cada vez mais falsificado dos Rios de Sena. Porém, para tentar impedir a fuga ao pagamento de direitos alfandegários e a perda do metal nas frequentes arribadas das embarcações à saída de Quelimane, desde 1733, o ouro deveria obrigatoriamente viajar

¹⁵⁴ Carta de António de Brito Freire para Manuel Domingues, 20 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 35-35v; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 26 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 34-34v.

¹⁵⁵ Carta de António de Brito Freire para Roberto de Magalhães, 26 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 52-53.

¹⁵⁶ Contas de João Crisóstomo, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 50v-51.

¹⁵⁷ Luís Frederico Dias Antunes, *O bazar e a fortaleza em Moçambique. A comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-1810)*, Dissertação de doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2001, pp. 133 segs.

¹⁵⁸ Francisco de Melo e Castro, *Descrição dos Rios de Sena. Anno de 1750*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 8 segs.

num cofre com uma bóia¹⁵⁹. Bastante mais rara era a prata que afluía dos Rios de Sena a Goa. Com efeito, a espaços eram descobertas jazidas argentíferas que sustentavam um comércio irregular¹⁶⁰. Já o cobre, apesar de abundante na região, tinha escassa presença nas exportações para a Índia, devido ao elevado custo que atingia com o transporte. Em média, chegavam a Goa cerca de 100 candis¹⁶¹.

Os escravos da costa moçambicana eram há muito transportados para Goa, onde preenchiam várias tarefas domésticas e eram empregados em unidades industriais, como as existentes na Ribeira das Naus¹⁶². Esse comércio foi decrescendo ao longo do século XVIII, eventualmente devido à subida dos preços em Moçambique, com a concorrência dos mercados das ilhas francesas e do Brasil, e à disponibilidade de mão-de-obra barata na Índia. Estimativas das exportações anuais de Moçambique apontam para um número entre 50 e 100¹⁶³ ou 100 e 150 escravos, na sua maior parte enviados por mimo pelos moradores aos parentes e conhecidos¹⁶⁴. Esses cativos podiam ser reexportados para outras partes do império português ou para territórios exteriores a ele. Fosse como fosse, os escravos faziam parte não só da carregação despachada por Roberto Homem para Goa, como constituíam o principal presente remetido por vários indivíduos de Moçambique a Brito Freire.

António de Brito Freire mediou também os negócios entre Moçambique e Diu realizados pelo seu amigo Francisco Xavier Soutomaior. O castelão de Diu enviava tecidos, despachados através de Goa, e recebia, do mesmo modo, marfim de Moçambique. O correspondente de Soutomaior em África era o padre Manuel Francisco Vieira, que, em 1748 e 1750, endereçou marfim para Goa para

¹⁵⁹ Alvará do vice-rei, de 23 de Janeiro 1733, ACL, SV, Mss. 506, fl. 91-93v. A persistência do contrabando conduziu a novo alvará impondo o cumprimento do primeiro. Alvará do vice-rei, 27 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 1430, fls. 157v-158.

¹⁶⁰ Sobre a exploração da prata neste período, ver Eugénia Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII*, Dissertação de doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2002, pp. 207 segs.

¹⁶¹ A. Lobato, *Evolução...*, pp. 255; 264. Candil – “como pêso, corresponde a 20 mãos ou uns 500 arratéis. Do mar. khandi; khandi em concani, kandi em tamul e malaiala”. S. R. Dalgado, *Glossário...*

¹⁶² Teotónio R. de Souza, *Goa medieval. A cidade e o interior no Século XVII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 144 segs.

¹⁶³ Rudy Baus, “The Portuguese Slave Trade from Mozambique to Portuguese India and Macau and comments on Timor, 1750-1850: New evidence from the Archives” in *Camões Center Quarterly*, vol. 6/7, nº 1/2, 1997, pp. 21 segs.

¹⁶⁴ Jeronimo José Nogueira de Andrade, “Descrição do Estado em que ficavão os Negocios da Capitania de Mossambique nos fins de Novembro do Anno de 1789 com algumas Observações, e reflexões sobre a causa da decadência do Commercio dos Estabelecimentos Portugueses na Costa Oriental da Africa” in *Archivo das Colónias*, 1918, vol. II, p. 32.

o vedor o remeter para Diu¹⁶⁵. Essa mercadoria era a contrapartida das carregações enviadas pelo castelão de Diu, como aconteceu com os quatro fardos de roupa de Surrate, que seguiram a via inversa à do marfim¹⁶⁶.

Como explicar que Soutomaior optasse por despachar as mercadorias através de Goa em vez de as fazer conduzir pelo navio que ligava directamente Diu a Moçambique? Essa opção pode ter estado relacionada com alguma resistência da corporação de baneanes, que tinha o monopólio do comércio entre Moçambique e Diu, a transportar mercadorias em concorrência com as suas próprias, fazendo uso das prerrogativas que lhe tinham sido concedidas pelo alvará de 1686¹⁶⁷. Esse mesmo alvará, de resto, determinava que tanto os mercadores como os ministros pagassem fretes pelas roupas transportadas no navio da companhia¹⁶⁸, o que pode ter sugerido a Soutomaior o itinerário mais favorável através de Goa. Ou, eventualmente, o castelão preferia desembarcar o marfim na capital do Estado da Índia, onde os direitos alfandegários eram mais baixos do que em Diu¹⁶⁹. Fosse como fosse, é certo que essa rede social centrada em Goa funcionava também para fazer correr o comércio entre Diu e Moçambique.

As referências relativas às transacções registadas pelo vedor indiciam, portanto, que as exportações da Índia para Moçambique implicavam uma notável diversidade de produtos, mesmo que alguns fossem apenas destinados à elite da capitania, enquanto o retorno desse investimento se concentrava num limitado número de artigos. De qualquer modo, importa salientar a importância destas transacções envolvendo funcionários da Coroa, individualmente ou em associação com mercadores de Goa, na construção de um mercado intercolonial. Note-se, ainda, que esses funcionários tinham uma capacidade limitada de por si sós colocarem grandes carregamentos na África Oriental. Os trânsitos de mercadorias mais valiosos tinham como parceiros os mercadores hindus de Goa.

¹⁶⁵ Carta de António de Brito Freire para o pe. Manuel Francisco Vieira, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 8v-9; Carta de António de Brito Freire para o pe. Manuel Francisco Vieira, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 35v-36.

¹⁶⁶ Carta de António de Brito Freire para o pe. Manuel Francisco Vieira, 29 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 36-36v.

¹⁶⁷ De facto, a companhia detinha prerrogativas destinadas a controlar o comércio entre as duas praças e a impedir o contrabando. Entre os seus privilégios, incluíam-se a escolha das tripulações dos navios, a concessão de liberdades de fretes aos seus oficiais e a proibição do embarque de manteiga, azeite, trigo e velório quando as quantidades desses produtos excedessem as carregadas pelos próprios accionistas. L. F. D. Antunes, *O bazar...*, pp. 97 segs..

¹⁶⁸ O alvará de 1686 encontra-se transcrito em Jeronimo José Nogueira de Andrade, “Descrição do...” in *Archivo das Colónias*, 1917, vol. I, pp. 282 segs..

¹⁶⁹ Sobre as pautas alfandegárias, ver L. F. D. Antunes, *O bazar...*, pp. 118 segs.

Tratos ilícitos

A participação dos membros desta rede nos negócios entre Goa e Moçambique assumia formas lícitas e ilícitas, tanto do ponto de vista do enquadramento legal que regia a actividade dos diferentes actores, quanto do tipo de mercadorias negociado.

Durante grande parte do século XVII, o monopólio do comércio dos Rios de Sena estivera arrendado aos capitães de Moçambique, que eram os principais agentes do trato na região. Fora desse contrato, os funcionários régios podiam participar em vários negócios através das liberdades concedidas pela Coroa¹⁷⁰. No entanto, medidas tendentes a controlar os constantes défices da Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Sena e a reprimir o contrabando conduziram à introdução progressiva de limitações à actividade comercial dos agentes da Coroa. O envolvimento dos altos funcionários régios nos negócios fora vedado pela lei de 29 de Agosto de 1720, que interditava o comércio aos governadores e a todos os militares de capitão para cima, bem como aos oficiais da Fazenda. Tal medida fora reforçada pela lei de 27 de Março de 1721, que proibira todo e qualquer negócio àqueles funcionários¹⁷¹. Essas ordens estendiam-se aos tenentes-generais dos Rios de Sena, em cujos regimentos foi introduzida a advertência sobre a proibição de fazer negócios. A interdição não compreendia, porém, as roupas recebidas como soldos na feitoria, dado os tecidos constituírem a moeda corrente na terra. Isso significava que os tenentes-generais não podiam transportar roupas ou outras fazendas para negociar nos Rios, mas estavam autorizados a permutar por outros géneros os tecidos dos seus soldos¹⁷². No entanto, eram frequentes as denúncias sobre o envolvimento dos funcionários da capitania no comércio ilegal.

Para além dos funcionários colocados em cargos na África Oriental, inúmeros indivíduos oriundos de vários sectores participavam no trato ilícito. A evocação do nome de distintas autoridades de Goa, nomeadamente dos vice-reis, para furar o monopólio comercial e escapar ao pagamento de direitos não terá sido invulgar. Em 1721, o vice-rei Francisco José de Sampaio e Castro acrescentou aos capítulos do regimento do governador de Moçambique uma ordem para remeter presas para Goa as pessoas que, sob a capa do nome do vice-rei ou dos seus familiares, tentassem impetrar alguma liberdade¹⁷³.

¹⁷⁰ Essas liberdades tinham sido definidas pelo regimento da Junta de Comércio, de 1673, a partir de regimentos anteriores. Ver Oliveira Boléo (ed.) "O 'Regimento para o novo comércio de Moçambique' de 1673" in *Stvdia* 3 (1959), pp. 90 segs.

¹⁷¹ ACL, Ms. 555, fl. 31v.

¹⁷² Ver, por exemplo, Regimento do tenente-general dos Rios Francisco de Melo Castro, 31 de Janeiro de 1740, HAG, cód. 1430, fls. 31v-33v; Regimento do tenente-general dos Rios Rodrigo de Castro, 27 de Janeiro de 1745, HAG, cód. 1430, fls. 153v-156.

¹⁷³ Regimento do governador Álvaro Caetano de Melo e Castro, 21 de Janeiro de 1721, HAG, cód. 1428, fls. 78-79v; Regimento do governador António Cardim Fróis, 21 de Janeiro de 1726, HAG, cód. 1428, fls. 147-149.

Ora tanto Brito Freire como outros funcionários se envolviam na traficância, crescendo que alguns deles negociavam mercadorias vedadas, como o velório e determinados tecidos. Pelos registos do vedor, é possível concluir que tanto ele, oficial da Fazenda, como os seus amigos mais próximos, o tenente-general dos Rios de Sena Roberto Homem de Magalhães e o castelão de Diu, Francisco Xavier Soutomaior, intrometiam-se intensamente nas actividades comerciais. Com efeito, a participação nos negócios era um dos atractivos do desempenho de vários cargos. Os tenentes-generais dos Rios de Sena, por exemplo, eram acusados de levar carregações que escoavam antes das vendas efectuadas na feitoria da Administração do Comércio e de impor preços aos mercadores.

Por vezes, esses agentes ensaiavam também iludir as alfândegas no pagamento de direitos, o que parece ter sido frequente, sobretudo, com o ouro, mercadoria que pelo seu reduzido volume assumia menor visibilidade. Em 1750, o tenente-general Roberto Homem de Magalhães despachou ouro fora do cofre, através do mestre do navio. Quando o navio arribou à saída de Quelimane, grande parte da carga foi atirada ao mar. A carteira do mestre da embarcação, onde viajava o ouro de Roberto de Magalhães, seguiria o mesmo caminho, não fora alguém alertar tratar-se do ouro do governador dos Rios de Sena¹⁷⁴. Por outro lado, a ocupação de determinados cargos, como o de vedor da Fazenda, permitia isentar de fretes as mercadorias transportadas pelo navio de viagem. Isso mesmo comunicou Brito Freire ter executado com os bens enviados para Goa pelo governador de Moçambique Francisco de Melo e Castro¹⁷⁵. Deste modo, pese embora os limites impostos a actividade comercial dos funcionários, eles continuavam a assegurar, por diversos meios, o trânsito de mercadorias entre Goa e Moçambique.

Comércio e crédito

O comércio realizado na África Oriental dependia dos créditos avançados na Índia, em mercadorias ou capitais. No decurso da primeira metade de Setecentos, a actividade creditícia implicava quer os mercadores goeses, quer os funcionários régios detentores de algum capital, financiando uns e outros os agentes da Coroa que se deslocavam para África e a própria Administração do Comércio. Neste contexto, também Brito Freire emprestou dinheiro a funcionários que iam para Moçambique e para os Rios de Sena. Faltam informações sobre o capital abonado a António Lopes Verónica, que, tendo falecido em 1749, lhe havia trespassado os seus créditos nos Rios de Sena. No entanto, o vedor indicou uma lista de obrigações deixada em Sena por Verónica a Domingos da Costa Galé, o que

¹⁷⁴ Carta de António de Brito Freire para o tenente-general dos Rios Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45.

¹⁷⁵ Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 23 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 31-31v.

indicia a existência de múltiplos devedores ou, pelo menos, de várias dívidas. Brito Freire tentava, por esta altura, reaver o capital dispensado, tendo constituído seus procuradores na região o tenente-general Roberto Homem de Magalhães e o mesmo Galé¹⁷⁶. As diligências para alcançar a cobrança dessas obrigações continuaram nos anos seguintes, mas elas ainda não estavam satisfeitas quando o vedor regressou ao reino. A arrecadação do capital seria prosseguida por Galé, que o deveria enviar aos procuradores deixados por Brito Freire em Goa¹⁷⁷. O vedor dispensou, ainda, 3 300 xerafins a João Crisóstomo, o ajudante do governador dos Rios de Sena¹⁷⁸, e 5 000 xerafins ao governador de Moçambique, Francisco de Melo e Castro¹⁷⁹. Em ambas as situações, o capital foi ressarcido ao fim de um ano, com a remuneração de 35%, no caso dos Rios, e de 30% no que respeita à ilha de Moçambique, como era habitual.

A correspondência de Brito Freire permite concluir, ainda, que ele intermediou a arrecadação de créditos abonados por outros indivíduos de Goa para os negócios desenvolvidos na África Oriental. Estava aí incluído o botiqueiro Seguna Porobo. Já em 1748, Brito Freire conseguira que o governador de Moçambique, Caetano Correia de Sá, cobrasse parte de uma dívida de Bento Pereira de Carvalho a Porobo, reclamando nos dois anos seguintes a sua intervenção para alcançar os 852 cruzados e 200 réis restantes¹⁸⁰. Nos anos seguintes, o vedor enviou a António Monteiro de Matos, que também interferira na cobrança anterior, uma procuração do botiqueiro para arrecadar outras dívidas de que ele era credor em Moçambique¹⁸¹. António Monteiro de Matos foi igualmente

¹⁷⁶ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 17v-19; “Lembrança para o senhor Roberto Homem de Magalhães que vai por general de Sena neste ano de 1750”, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 20v-21v; Alvará de procuração passado por António de Brito Freire a Roberto Homem de Magalhães e Domingos da Costa Galé, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 21v-22.

¹⁷⁷ Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 38v-39; Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45; Carta de António de Brito Freire para Domingos da Costa Galé, 20 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 49-49v; Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 26 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 53v.

¹⁷⁸ “Lembrança para o senhor Roberto Homem de Magalhães que vai por general de Sena neste ano de 1750”, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 20v-21v.

¹⁷⁹ Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 10 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 29-29v; Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 46v-47.

¹⁸⁰ Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 5-6; Carta de António de Brito Freire para Caetano Correia de Sá, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 12-13.

¹⁸¹ Carta de António de Brito Freire para António Correia de Matos, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 7v-8. Ver também Carta de António de Brito Freire para Caetano

convocado para fazer uma cobrança de Abdul Rayman Sanguy junto de um morador da ilha¹⁸². Nos Rios de Sena, Brito Freire interveio no fecho das contas entre o feitor de Quelimane Manuel Gomes de Oliveira e D. Francisca Manoel de Vilhena¹⁸³. Desse modo, usando o seu capital social e as suas ligações nesta rede, Brito Freire manobrava para obter o retorno do capital de vários investidores.

Em suma, o comércio entre Moçambique e Goa baseava-se, em grande medida, na existência de múltiplos fornecedores de crédito, desde funcionários da Coroa a mercadores goeses. Se esse crédito era essencial ao desenrolar das transacções comerciais entre os dois territórios, constituía também uma importante oportunidade de investimento para os agentes sedeados em Goa, que obtinham juros superiores no capital em circulação na África Oriental aos conseguidos nos créditos concedidos na Índia.

Organização dos negócios

A correspondência de António de Brito Freire proporciona igualmente algumas informações sobre o modo como decorriam as transacções comerciais. Estes negócios processavam-se quer em termos individuais, quer em sociedade. No caso de Brito Freire, ele tanto enviou mercadorias a título individual como tudo indica que participou na carregação conduzida pelo tenente-general Roberto Magalhães e na levada pelo mercador Caetano Xavier de Abreu. Existem ainda referências na sua correspondência a outras sociedades comerciais, como a do mestre Caetano Alberto e dois naturais da Índia. Refira-se, ainda, que parte dos negócios entre Goa e Moçambique era enquadrada pelo sistema de agência, no qual os correspondentes dos mercadores e funcionários goeses na ilha e nos Rios de Sena recebiam certamente uma comissão pelo seu papel nas negociações. No entanto, a correspondência disponível, se autoriza a identificação dos agentes, não possibilita o aprofundamento do funcionamento destas comissões.

Outro aspecto relevante na organização dos negócios entre Goa e a costa oriental africana consistia no uso intenso da escrita. De facto, as transacções feitas pelo vedor ou intermediadas por ele eram registadas no copiador de cartas, através de lembranças e declarações, sendo exigidos recibos das remessas feitas. O trato entre os negociantes das duas margens do Índico realizava-se mediante

Correia de Sá, 28 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 5-6; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 14v-15; Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 15.

¹⁸² Carta de António de Brito Freire para António Correia Monteiro de Matos, 15 de Janeiro de 1750, fls. 14v-15.

¹⁸³ Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 24 de Janeiro de 1749, BPADE, cód. CXV-1-31, fl. 10-10v; Carta de António de Brito Freire para Manuel Gomes de Oliveira, 17 de Janeiro de 1750, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 19-20.

o fornecimento de crédito avançado pelos mercadores e funcionários de Goa. Assim, quer os capitais quer as mercadorias eram especificados em obrigações, tal como o seu pagamento era feito mediante recibos. Essa situação é ilustrada pelas diversas obrigações passadas pelo governador de Moçambique Francisco de Melo e Castro a Brito Freire e pelos recibos entregues por este ao seu procurador, D. Luís Caetano de Almeida, quando a dívida foi paga¹⁸⁴.

Ademais, se bem que apenas algumas contas apareçam discriminadas, note-se que Brito Freire mantinha aberto o registo das suas transacções com outros indivíduos, as “folhas de contas”, anotando os valores avançados por ele em bens ou moeda a par do quantitativo relativo ao produto das mercadorias recebidas¹⁸⁵. Ou seja, era seguido o princípio da compensação recíproca nos negócios, cujo saldo à data do seu regresso a Lisboa ele enviou aos seus agentes e associados em Moçambique e nos Rios de Sena. Esse tipo de contabilidade é sugerido pelas informações relativas às duas folhas de contas mantidas com Roberto de Magalhães. Uma era relativa à sociedade de negócios de ambos e a outra respeitava à actividade de Brito Freire enquanto procurador de Magalhães em Goa quando ele foi governar os Rios de Sena, incluindo aí as remessas de ouro, prata, cobre e escravos feitas a partir de Sena¹⁸⁶.

Do mesmo modo, as contas pendentes com o ajudante do tenente-general dos Rios de Sena, João Crisóstomo, foram minuciosamente registadas. O empréstimo concedido por Brito Freire foi saldado com ouro enviado dos Rios de Sena. E ao capital em dívida e aos juros de 35% foram acrescentados os fretes e os direitos pagos pelo ouro vendido em Goa, bem como o capital liquidado ao corretor Bexiga e a despesa com as missas mandadas celebrar pelo vedor a pedido de Crisóstomo. O saldo de 105 cruzados a favor de Crisóstomo foi pago pelo agente António Correia Monteiro de Matos, da quantia em seu poder resultante da venda da cera enviada pelo vedor para a ilha de Moçambique¹⁸⁷. Enfim, a utilização de várias formas de registo dos negócios estava divulgada para além dos meios estritamente mercantis.

¹⁸⁴ Carta de António de Brito Freire para Francisco de Melo e Castro, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 46v-47.

¹⁸⁵ Ver, por exemplo, Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45; Carta de António de Brito Freire para João Crisóstomo, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 50-51.

¹⁸⁶ Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 15 de Janeiro de 1751, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 40-45; Carta de António de Brito Freire para Roberto Homem de Magalhães, 26 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 52-53.

¹⁸⁷ Declaração, 22 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 48v-49; Carta de António de Brito Freire para João Crisóstomo, 24 de Janeiro de 1752, BPADE, cód. CXV-1-31, fls. 50-51.

THE INVESTMENT OF JAPANESE SILVER IN XVII CENTURY MACAO-JAPAN TRADE

MIHOKO OKA *

Introduction

The primary aim of this paper is to clarify the dynamic structure of investment of Japanese silver in Nagasaki trade at the beginning of the 17th century, called “*respondência*” or “*naguegane* (投銀)” or “*bottomry*”, and to analyse its specific character.

Secondly, I have examined the bonds in Portuguese that were analysed by C. R. Boxer¹ many years ago, and now I would like to show other cases of the contract by the Portuguese which are not included in bonds currently in existence.

Thirdly I will attempt to examine other kinds of documents related to this system, that have never previously been thoroughly examined, because there are so many kinds of documents which can give us further information about investment in Nagasaki trade in 1630.

1. The System of *Respondência*

The main character of *respondência*, is investment of Japanese tael silver by merchants in Hakata (Facata), Sakai and Nagasaki to Portuguese, Japanese, and Chinese merchants, who were bringing merchandise from China and South East Asia like raw silk, silk textile, and porcelains etc.. The subject of the investment was Chinese junks and Japanese red seal ships, not just Portuguese gallions.

* Historiographical Institute, University of Tokyo.

¹ C. R. Boxer, “Notes on the Portuguese Trade in Japan during the Kwanei Period (1624-1643)”, *Shigaku (Historical Science)*, Vol. 7-2 KeioGijuku University, Tokyo, 1933.

Interest in loaning, was dependent on the nationalities of people and ships. This variety seems to come from the strength of these vessels and the trustworthiness of the merchants. In Portuguese cases, the interest was always less than 40%. The Chinese had a wide range of interest between 40% and 80%, and interest levels in Japanese trade, ranged from 35 to 50%.

According to the documents in existence, I can point out that Hakata merchants were the group with the most concern in this investment, because the port of Hakata had ceased to function as it had once done in the 15th and 16th centuries. The Shimai family in particular (島井家) took a leading part in investment by Hakata merchants, and the descendants of the Shimai family still conserve some of these bonds written in Portuguese, Japanese, and Chinese, during the first half of 17th century.

At the outset the definitive character of *respondência*, is the exemption from responsibility of payment in case of ship wrecks. Secondly the interest could be increased by 10% in the case of a delay of more than 1 year in trade between Japan and China. Both elements are absolutely related with ship plying. We could say that investment in Nagasaki trade was one of the only ways for them to survive.

2. Historical Process Concerning *Respondência*

In the Portuguese Indian State, *Estado da Índia Portuguesa*, debit and credit with extremely high rates of interest, had been prohibited. The first ban, as far as we can confirm, was promulgated in 1610 by the viceroy in Goa.²

A similar system of *respondência* would be used by Italian merchants who resided in Lisbon and who already had trading enterprises in the 16th century. This style of high-risk, high-return investment with maritime insurance, was very common in Mediterranean trade in 15th century, particularly in cities like Marseille and Genova.³ It seems to be natural that this kind of investment was introduced into Portuguese Asian trade, especially in the East Asian area, with the big fortunes which could be brought in by the silk-silver trade.

It's also interesting to note, that this ban in Macao was imposed once again when the first official governor sent from *Estado da Índia*, Dom Francisco Mascarenhas, arrived in Macao in 1623.

He declared punishment on *respondência* debtors in 1624, in several political and economic reforms which he carried out.⁴ However, the investment went on and lead to a monstrous bankruptcy in Nagasaki trade.

² Rui Lourenço de Távora, April 27, 1610, Biblioteca da Ajuda, *Jesuitas na Ásia*, 49-V-3, fl. 28.

³ C. F. Trennery, *The Origin and Early History of Insurance including the Contract of Bottomry*, London, 1926.

⁴ C. R. Boxer, *The Great Ship from Amacon* (first published in 1959 Lisbon).

The *Opperhoofd* in the Dutch East Indian Company (VOC), Coockebacker, says in his diary kept in November 10, 1634 that: "Portuguese owe Japanese merchants more than 150,000 taels in over 12 years, but were ordered to pay $\frac{1}{3}$ (it values 73 boxes) of their debt this year, and left $\frac{2}{3}$ over 2 years. The interests of their debt are extremely high, so nobody knows when and how they can clear it".⁵ This description perfectly matches with what Nagasaki local governor Suetsugu Heizō says in his letter to the Macao government as I mention later.

In 1635, the Administrator of Royal Property in Macao, Manuel Ramos made a report stating that the "individual Portuguese debt to the Japanese is calculated at 52,000 taels and the debt of Macao city to the Japanese is calculated at 90,000 taels".⁶ Here, we can see that there were two types of debt, individual and intensive, with the Japanese in Macao in relation to this amount of 150,000 taels. He prohibited Macao citizens from receiving *respondência* silver to maintain this trade.⁷ But it is clear that this investment never ceased even with the official prohibition as we can see in an example below.

3. Descriptions in *Arquivos de Macau*

*Arquivos de Macau*⁸ is a series of compiled historical documents mainly consisting of parliamentary record made from the 17th to 19th centuries. The original documents and the hard copies of original documents which are the basis of this compiled and transcribed series, can be currently confirmed in the Historical Archive of Macao. But, as Boxer has stated, the compiled and typed documents in the books, are not clear at all and there seems to be many mistakes in the reproduction.⁹ Despite these typed documents being difficult to read, they have provided a lot of information about *respondência*.

I have counted 47 documents relating to 17th century Japan in the series, and there are descriptions about *respondência* in the majority of them. Some of these descriptions certainly match with the details of the bonds in existence in Japan. I will discuss some of these documents in *Arquivos de Macau* clearly relating to *respondência* by the Portuguese, specifically.

⁵ *Oranda Shōkanchō Nikki (Dagregister des Comptoirs nangasacky in Japan)*, Translation Version, Historiographical Institute, University of Tokyo, vol. 1-2nd, pp. 50-51.

⁶ IAN/TT, *Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia*, Livro 35, fls. 285-286v.

⁷ IAN/TT, *Livro das Monções...*, Livro 35, fls. 281-282.

⁸ Imprensa Oficial de Macau ed., *Arquivos de Macau*, I série (3 vols), II série (1 vol.), 1929-1941. Second edition was published in 1998 by Publicação Oficial.

⁹ C. R. Boxer, "Notes on the Portuguese Trade...", p. 11.

[Doc. 1] April 11, 1633, Archive of Macao Assembly, by Tristão Tavares

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N.529, ff.18-19v. *Arquivos de Macau*, Vol. 3, p. 123)

(...) em como este anno se pagarão e despenderão em Japão para a libertação do cabedal 28,300 taeis dos 66,600 taeis que o Feitor Agostinho Lobo tinha tomado a responder, a fora os 12,000 taeis que ficou devendo o Feitor pasado Francisco Lis Velho pello que pedião a suas merces que dessem ordens para a dita quantia dos ditos 28,300 taeis se pagassem, pois havião de hir empregados a Japão nesta viagem que se havia de fazer de maneira que por mais votos do povo junto foi acordado e asentando, que do dinheiro que tinha vindo do dito Japão no navio S.Jorge, se tirasse a dita quantia para o pagamento dos ditos 28,300 taeis e de como assi disserão (...).

This document itself doesn't reveal the details about what happened then and there. But it talks about some important facts. It was written in April 1633. We have to contend with the fact that they are talking about the commercial voyage to Japan in 1632, because annual voyage from Macao to Japan used to be held from late summer (departure from Macao) to late autumn (arrival at Macao). In the voyage in 1632, *Feitor*¹⁰ Agostinho Lobo had received an amount of *respondência* silver equating to 66,600 taels in total, from Japanese merchants. But 28,300 taels of this silver had to be used to relieve "*cabedal* (capital)" which had been taken as security in Japan. We shall return to the reason why *Feitor* Lobo had received such a big amount of silver later. However, the question related to the significance of the "*cabedal*" is dealt with now.

According to C. R. Boxer, in 1631 two Captain Majors from Macao, Dom Gonçalo de Silveira and António Oliveira Aranha, had been caught in Nagasaki with their ship São Jorge, for large sums of non-paid silver owed by Portuguese merchants in Macao. The authorities in Japan ordered the Portuguese to clear their debts, if they wanted to see both Captains return alive.¹¹ The Portuguese in Macao had to find a way of scraping up enough silver to repay the Japanese merchants. [Doc. 1] is apparently related to the accident of these two Captain Majors, caught in Nagasaki and their ship São Jorge. This document explains how they found the means to pay the silver and to keep the trade between Nagasaki and Macao¹² afloat. Initially, the Macao government borrowed silver in the sum of 12,000 taels from a former Captain Francisco Lis Velho. Later, they decided to use 28,300 taels from silver, which were borrowed on *respondência* for the sake of Macao city, at the hands of *Feitor* Agostinho Lobo in the same

¹⁰ This position means a person next to the Captain Major, and he treats negotiation directly with Japanese.

¹¹ C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp.124-125.

¹² C. R. Boxer, "Notes on the Portuguese Trade...", p.14.

year. This means that some part of the newly borrowed silver in 1632, was used for compensation to repay past debts on *respondência*. The relieved São Jorge on arrival at Macao, in April 1633¹³, therefore this document might have been made soon after the arrival of the ship.

[Doc. 2] December 19, 1635, Archive of Macao Assembly, by Gaspar Coelho

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, f. 28v. *Arquivos de Macau*, Vol. 2, pp. 17-18)

(...) por todos elles foi asentado e determinado que da prata que Baltazar de Abreu de Vasconellos tinha no godão de Gaspar Borges da Fonseca a onde se recolheo toda que veyo de Japão nos 3 navios desta viagem se lhe entregasse aquella quantia que se achar e claramente constar ser directamente (ilegível) e de suas partes na conformidade dos fretes e direitos que no dito Japão fez; e aque como he dito por outra qualquer via directamente mostrar pertencer lhe e no que houver divida como ha em muita della fique no mesmo godão ou em outro qualquer deposito que para ser conveniente para dali se entregar a pessoa ou pessoas que a empreguem para por via desta Cidade ou delles ditos eleitos se levar o dito emprego e delle se satisfazer aos Japõens cuja for e pertencer e a que restar depois delles satisfeitos se trará a esta Cidade para nella se despender nas obras de sua fortificação e sendo cazo que falte alguma prata para a satisfação dos ditos Japoens, e o que se achou não ser bastantes, ficará o dito Baltazar de Abreu de Vasconellos obrigado a satisfação de tudo o que faltar (...).

As far as I know, Boxer has not quoted this document in any of his studies on *respondência*. To understand the description here, we should go back to see chapter 2 in this paper. As I have said there, in 1635 borrowing silver from Japanese was prohibited by the financial administrator of Macao. But even in this year, many of Portuguese who went to Japan borrowed new silver there. However, the sum of past debts, had still not been cleared off.¹⁴ In [Doc.2] it is clear that a man named Baltazar de Abreu de Vasconellos had borrowed Japanese silver on *respondência* in spite of the prohibition. The Macao government then decided to confiscate this silver from him and let other merchants carry on business with this silver. Had there been any silver surplus to requirements, they had intended to use it for the fortification of the city. This is only an example of the fact that loaning was ongoing even under the official prohibition.

I have considered these two documents just to point out the importance of documents in *Arquivos de Macau*, to analyse the economic system in the trade between Japan and Macao and the situation related to the system of *respondência* in 1630's. Now we will analyse the bonds themselves.

¹³ C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p. 128.

¹⁴ IAN/TT, *Livro das Monções...*, Livro 35, fls. 285-286v.

4. The Bonds of *Respondência* and the Structures in 2 Types of Bankruptcy

In the following tables ahead, I would like to show some details of this system from existing bonds contracted between the Portuguese and Japanese. There are several documents which refer to other cases of contracts between the Japanese and Portuguese merchants [Table1]. But here I would like to simply focus on the information shown by existing bonds [Table2].

[TABLE 1] The Records of *Respondência* by Portuguese Merchants

[note] Date means the date of the document itself, not the date of the contract

	Date	Debtor	Creditor	Source	Completed
1	1624 Dec, 28	D. Carvalho	Japanese	BPADE ¹⁵	unknown
2	1626 Apr 3	F. Darrias	Oga Soku + 6 Japanese	BPADE, LM ¹⁶	×
3	1627 Nov, 5	R. Sanchez	Suetsugu Sotoku	Suetsugu ¹⁷	×
4	1631 Jul 20	M. Pereira	Shimai Gonbei	Shimai ¹⁸	×
5	1632 Nov 16	A. Lobo	Nakano Hikobei, Takagui Goroemon	Suetsugu AM ¹⁹	half
6	1633 Apr 11 (Contracts made in 1632)	Lourenço Lis. Velho	Japanese	AM	unknown
7a	1633 Oct 16	Fco. Carvalho	Shimai Gonbei	Shimai	×
7b	1636 Nov 13 (Contracts made in 1633)	Fco. Carvalho	Shimai and other Japanese	AM	
8	1635, Oct, 25 (Contracts made in 1632-34)	Sailors hired by L. Sarmento Carvalho	Japanese	LM	×
9	1635 Dec 19	B. Vasconsellos	Japanese	AM	unknown
10	1637 Nov 6	T. Tavares, A. Mancio	Nakano Hikobei, Ito Kozaemon	Suetsugu	×
11	1638 Jan 4	M. Moraes	Japanese	LM	unknown
12a	1638 Oct 6	Ferz. Carvalho	Suetsugu Sotoku	Suetsugu	×
12b	1638 Dec 22	Ferz. Carvalho	Japanese	AM	
13	1638 Oct 16	L. Ferreira, P. Crasto	Nakano Hikobei Oga Doku	Suetsugu	×
14	1638 Oct 18	J. Pereira	Nakano Hikobei and other 5 Japanese	Suetsugu	×

¹⁵ BPADE=Biblioteca Pública Arquivo Distrital de Évora, Cod. CXVI/2-5.

¹⁶ LM=IAN/TT, *Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia*, Livro 35, fls.259-260v and Livro 41, fls.167v.-169.

¹⁷ Suetsugu= Documents of Suetsugu Family (末次家文書), hand copy belonging to Historical Institute, University of Tokyo.

¹⁸ Shimai=Documents of Shimai Family (島井家文書), hand copy belonging to Historical Institute, University of Tokyo.

¹⁹ AM=Arquivos de Macau.

[TABLE 2] Bonds belonging to Japanese Merchants

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Date	1627 Nov 5	1631 Jul 20	1632 Nov 16	1633 Oct 16	1637 Nov 6	1638 Oct 6	1638 Oct 16	1638 Oct 18	1638 Oct 25
Debtor	Rodrigo Sanchez Paredes	Miguel Pereira	Antonio Lobo (Feitor)	Francisco Carvalho	Tristão. Tavares A.Mancio	Fernandez Carvalho (Feitor)	Leonardo Marinho Pedro Crasto	João Pereira (Capitão)	Luis Dias
Holder	Individual	Individual	City Macao	Individual	Individual	City Macao	Individual	City Macao	Individual
Amount	7500 taels	500 taels	3000 taels	5000 taels	4000 taels	4000 taels	3000 taels	15000 taels	500 taels
Interest	30%	unknown	33%	unknown	38%	25%	28%	25%	27%
Source	Suetsugu (Hakata)	Shimai (Hakata)	Suetsugu (Hakata)	Shimai (Hakata)	Suetsugu (Hakata)	Suetsugu (Hakata)	Suetsugu (Hakata)	Suetsugu (Hakata)	Kyo (Hakata)

The houses which had been keeping these bonds, were powerful merchants in Hakata. The Suetsugu family had been one of the new rich merchants in Hakata 16th century, although the most famous men in this family were four Suetsugu Heizō (末次平蔵), the *Nagasaki Daikan* (governors of Nagasaki). Suetsugu Heizō was the hereditary name and Japanese historians used to distinguish them by their own private names, the first Masanao (政直); the second Shigesada (茂貞), the third Shigefusa (茂房), the fourth Shigetomo (茂朝). The first Heizō Masanao had father Suetsugu Kōzen (末次興善) and elder brother Suetsugu Sōtoku (末次宗徳), who lived in Hakata running their business. But this family kept strong ties with Nagasaki city, the most flourishing port city in Japan then through Heizō. As we can confirm in Table 2, it is possible to guess that the Suetsugu family in Hakata, were the biggest creditor for Portuguese merchants.²⁰

Similarly to the Suetsugu family, the Shimai family (島井家), was also one of the biggest creditors for Portuguese merchants. This family had also been one of the most prosperous merchants in Hakata. A distinguishing character of the Shimai family in relation to the Suetsugu family, is that of being relatives of other powerful Hakata merchants like Kamiya (神屋) and Ōga (大賀). As a well known fact, Hakata had been a city of autonomy by merchants, not by feudal rulers since the middle of the 16th century. Since the connection of lineage between these merchants was very strong, Shimai could be a representative in the loan of silver to the Portuguese by other Hakata merchants.²¹

²⁰ About the relationship between Suetsugu and Portuguese, see my past article; Mihoko Oka "A Great Merchant in Nagasaki in 17th Century-Suetsugu Heizō and the system of *respondência*", *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, vol. 2, CHAM, UNL, 2001.

²¹ Yukinobu Koyama, "Shōki Nagasaki Sijō ni okeru Shōnin Shihōn", *Chuō Daigaku Daigakuin Kenkyū Nempō*, vol.21, 1991.

The rate of interest ranges between 25%-38%. The lowest one is borrowing by Captain Major and *Feitor* for the sake of Macao city in 1638. The credit which these people might have made would have been possible to loan at the lower interest. However, the investments by Japanese merchants had never been recovered because this was practically the last year of the trade by Portuguese ships between Nagasaki and Macao. In 1639, the final year of the trade, the Portuguese were confined in Deshima (artificial island constructed in Nagasaki bay for Portuguese residence). They were allowed no contact with the Japanese nor were they permitted to unload any of their merchandise, including goods bought by *respondência* silver.²² It is certain that the contracts made in 1638 had not been completed and remained bonds themselves in Japanese merchant's houses. According to Japanese historians such as Kentarō Shiba,²³ it was a traditional custom in Japan that bonds were used to be torn out when the debts were cleared off. This theory explains that these remaining bonds were evidence of non-cleared debts. When we think about the sum of the debt owed to Japanese merchants at the end of the trade, it is clear that they are merely a part of the total amount.

Individual debt

According to the combined information from *Arquivos de Macau* and these bonds, the two structures of debt can be confirmed more clearly.

Bond no.4 is not a bond on borrowing silver specifically, it has a character of testimony on delay of payment. It can be summarized in the following sentences; 1. Francisco Carvalho had borrowed 700 taels from Shimai Gonbei in the past/ 2. In 1633, he says it is impossible to pay it off, and he or his son-in-law would come back to Japan to pay it off in 3 years. Here his debt is only 700 taels. However, the next source shows his debt was incredibly larger in total.

[Doc. 3] November 13, 1636, Archive of Macao Assembly, by Gaspar Coelho

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, f. 35. *Arquivos de Macau*, Vol. 3, p. 143)

(...) foi proposto ao dito povo que Francisco Carvalho o Velho, devedor que era de 20,000 e tantos taels a este povo, que elle pagou em Japão, sobre que os officiaes desta cidade se consertarão para os satisfazer, ou por elle seos fiadores, que apresentou elle aceitarão depois de passados 3 annos, que se

²² C. R. Boxer, *The Great Ship...*, p.160.

²³ Kentarō Shiba, "Nichiouhun Naguegane Shoumon no Kousatsu", *Shakai Keizai Shigaku*, vol. 17-1, 2, 1937.

acabvão na viagem que se ha de fazer o anno que vem de 637 annos, e que o dito Francisco Carvalho offerencia e pedia lhe aceitassem agora de presente 14,300 e tantos que era o que de seu tinha (...).

This document shows that Francisco Carvalho had debts amounting to more than 20,000 taels at the time in 1636. It means that 700 taels in 1633, was only a small part of the whole debt. He must have owed to other Japanese merchants at the same time. He was helped to clear his debt by his "*fiadores*" and offered them 14,300 taels in return and thanked them.

[Doc. 4] November 13, 1639, Archive of Macao Assembly, by Simão Vaz Paiva

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, ff. 36-36v. *Arquivos de Macau*, Vol. 2, pp. 125-126)

(...) e bem e conservação desta cidade e seus moradores assentarão que se lançasse hum pregão para que o dito Tristão Tavares em vinte e quatro horas se apresentasse nesta Caza da Camara pera dar satisfação a dita termo de vinte e quatro horas, fosse executado em todos os seus que fossem achados e suas cazas fossem arazadas (...)

This decision [Doc. 4] by Macao parliament was made 12 days after another decision, which ordered that all citizens in Macao who owed to Japanese merchants, should ensure they had enough silver to pay back within 6 days.²⁴ In the decision, Tristão Tavares was sentenced to prepare and return all silver which he owed to the Japanese. He had been in charge of the *escrivão* of the parliament during 1631-1634 as we can confirm his name in a variety of parliamentary documents in *Arquivos de Macau*. It means that he was one of the most influential citizens of Macao. In the bond no.5, he borrowed 5,000 taels from Hakata merchants Itō Kozaemon and Nakano Hikobei at 38% of interest in 1637 when he took part in a commercial voyage to Japan. Then his younger brother Luis Tavares who had been in charge as interpreter of the governmental office of Nagasaki (長崎奉行) guaranteed the payment. It may be possible to point out that Tristão Tavares was ordered to pay first, to be a role model for other Macao citizens due to his high status.

In the same year, the Portuguese had already been told not to come to Japan anymore, but were still planning to go to Japan the following year and ask for trade to be re-opened bringing some payment of invested silver. Therefore they had to go on gathering silver to repay the Japanese. It is worth pointing out that two cases mentioned above are apparently individual debt. However, 3 [Table 2, no. 3, 6, 8] of existing bonds shows, that there was another type of borrowing method that is, on behalf of the whole of Macau city.

²⁴ *Arquivos de Macau*, vol. 2, pp. 123-124.

Intensive debts

In bond no.3, Agostinho Lobo had received 3,000 taels at 33% of interest from two Hakata merchants, Nakano Hiokobei and Takagui Goroemon. Furthermore, Nagasaki governor Suetsugu Heizō (at the same time he was the biggest of the Nagasaki merchants) says that he had trusted 10,000 taels to A.Lobo in around 1632.

[Doc. 5] November 1st, 1634, A Letter from Suetsugu Heizō to Macau Government

(Biblioteca de la Real Academia de la Historia, Madrid, Legajo 9-7239(2), ff. 433-434v.)

(...) Os dex mil taeis que mandei por Feitor Agostinho Lobo, dos quais recebi cinco mil taeis empregados em seda conforme o conhecimento e este anno queria mandar também os dez mil taeis do meu baque (...)

From a document in the *Arquivos de Macau*, it is clear that Lobo was designated as one of the people who were to receive *respondência* silver from the Japanese on behalf of Macau City in 1632. As we have already seen in [Doc. 1] above, this contract was an intensive one and Lobo had borrowed or been trusted Japanese silver amounting to 66,000 taels in total during that year.

[Doc. 6] June 25, 1632, Archive of Macau Assembly, by Tristão Tavares

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, ff. 17-18v. *Arquivos de Macau*, Vol. 3, pp. 115-116)

(...) visto estar esta cidade tão carregada de dividas, e impossibilitada de se poder alliviar dellas por não ter nenhuma ajuda mais, (...) assentarão se desse ordem e lembrança ao Feitor de Japão pera achando nos mercadores Japões prata a responder, por preço, que conforme o estado da feira, promettesse haver ganhos para pagar a respondência, e ficar com que as ditas dividas se possam aliviar, contasse até quantia de sincoenta mil taeis (...)

According to [Doc. 6], it is possible to guess that the contract in bond no. 3 and trusted silver by Suetsugu Heizō was a part of this total amount. A case of intensive borrowing is not only limited in 1632. It was contracted in 1638 as well. In this case, Captain Major Dom João Pereira (no. 8) and *Feitor* Fernandez Carvalho (no. 6). signed contracts

[Doc. 7] December 22, 1638, Archive of Macau Assembly, by Simão Vaz Paiva

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, ff. 52-52v. *Arquivos de Macau*, Vol. 2, p. 65)

(...) como de Japão mandarão trazer este ditto anno pello feitor do povo Pedro Fernandez de Carvalho, quantidade de prata a responder, para com ella

se comprar a seda para o baque da pancada, visto que os moradores desta dita cidade acodião mal com a quantia, que se lhe baqueava e assi hia tão pouca quantidade, que os Japões o tamavão tão mal, que poderia vir a ser de muito prejuizo a venda das mais fazendas.

In bond no. 6, Fernandez Carvalho received 4,000 taels at 25% of interest, but he was actually nominated as a representative of Macau City to borrow silver on *respondência* for the entire city. As a result, he could now get silver amounting to 97,000 taels for Macau city. Captain Major Dom João Pereira at the same time received 15,000 taels from a group of Hakata merchants also on behalf of Macau city. However, the bonds show there were at least 2 cases of individual borrowing on *respondência* in this year. One is signed by Leonard Marinho and Pedro Crasto, another is by Luis Dias. We can be fairly certain that there were many other contracts made between individual Portuguese and Japanese merchants though there is no existing proof except for a description regarding *respondência* by the Portuguese in this year, written by a man of VOC.²⁵ I have shown only a few examples which can be made clear by a combination of bonds and other different kinds of documents. There is no doubt about the existence of many further cases of *respondência* contracts between the Portuguese and Japanese. However, only few documents in existence, can show us some details now.

5. The Circulation of Japanese Silver in East Asia

As a further issue to ponder, how had the Portuguese acquired such a large amount of bankruptcy? Boxer describes "the debtors at Macau placed the blame on the Chinese traders of Canton, whom they accused of defaulting on their contracts for the required supplies of silk, thus leaving the Macau merchants with insufficient cargoes for Japan".²⁶ This description is based on a letter by Portuguese Gaspar Barboza Pereira to a Japanese merchant Shimai Gombei in 20 July 1631, explaining the reason why some Portuguese who were indebted to him, could not pay on time.²⁷

Although this is not the only case which places blame on the Chinese traders. I've included a few interesting facts here which suggest we should consider other cases. In 1624, Hakata merchants accused a Portuguese merchant, Fernão Darrias of his bankruptcy to the Macau governor.

²⁵ See chapter 2.

²⁶ C. R. Boxer, *The Great Ship...*, pp. 125-126.

²⁷ C. R. Boxer, "Notes on the Portuguese Trade...".

[Doc. 8] April 3, 1626, A Letter from Seven Merchants to Macao Government
(Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Cód.CXVI/2-5,
fls. 274-274v.)

É tão bem notório e pelo conseguinte a V.M. em como nós demos quantidade de dinheiro a responder e a for não Darrias por então não ser tam prohibido este trato de respondências como o he ire. E he também assim notório como elle por perdas que teve. E aqui todos os mercadores estamos sugeitos nos não mandou pagar, porque se vê impossibilitado para o poder fazer. Pedimos a V.M. o consinta vir a Japão para assim ter algum remédio e nos esperança de um algum tempo virmos pagos. E damos a V.M. nossa palavra de não balirmos com elle nem he pedirmos que nos pague senão quando elle boamente puder, antes o ajudaremos com o que pudermos para que assim elle será remediado. (...) Nangasaqui a 3 de Abril de 1626.

(Japanese Signatures) 伊藤小左衛門 (Itō Kozaemon/WS)
高木や三郎衛門 (Takaguiya Saburo-emon/WS)
ゐとや宗覚 (Itoya Sōkaku/ST) 平戸まるちいによ (Hirado Martinho/ST)
薬屋みける (Kusuriya Miguel/WS) 大賀宗九 (Ōga Sōku/WS)
有馬屋安 (Arimaya; deficit /WS)

* WS=written seal, ST=stamp

Looking at the part pertaining to signatures by 7 Japanese merchants, we can confirm the names of famous merchants, Itō Kozaemon and Ōga Sōku. There are probably another Hakata merchant Takaguiya who was related to these two big merchants, and one is apparently a Hirado merchant. Moreover, we can confirm the names of 3 Nagasaki merchants, including one red seal ship trader Itoya. Itō Kozaemon (伊藤小左衛門) was a well known Hakata merchant and was the son-in-law of Suetsugu Sōtoku. He was a creditor of the contract no.10 (Table1) = no.5 (Table2). It is clear that he had been one of the frequent creditors in Hakata for the Portuguese as well as Ōga Sōku (Dōku) (大賀宗九). It is said that Ōga is a family who had served to a christian *daimyō* (feudal lord) Ōtomo Sōrin (大友宗麟) in 16th century Bungo. However, Ōtomo had become one of the vassals of the Tokugawa family, after losing land and vassals passed down from their ancestors since the opening of the Tokugawa regime(1603). Ōga was a newly arrived merchant in Hakata, but they survived as purveyors of the Kuroda family (lord of Hakata ordered by the Tokugawa regime) up until the end of the regime. Ōga Sōku was a creditor in the contracts no.13 and 14 in Table1 = the bonds no.7 and 8 in Table 2. His activity was also supported by a group of lineage of Suetsugu family. It is not clear about the other creditors of Fernão Darrias, but it is quite possible that this investment was organized by a group of Hakata merchants united by a lineage.

Darrias seems to have placed the blame on the Macao government for the prohibition to receive silver on *respondência*. Therefore, Hakata merchants sent

this letter to the Macao government to permit trading, in order to be able to repay him.

After 10 years, his name suddenly appears in a report sent to the viceroy of Goa from Macao including the reason why he became bankrupt.

[Doc. 9] October 25, 1635, A Letter from Manuel Ramos to the Viceroy of India

Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, Livro 35, fls. 259-260).

(...) Aqui vive Fernão Darrias de Moraes, muito pobre mas não de honra e procedimento, foi a Japão há muitos annos, trouxe de lá alguma prata dos Japões entregou-a aqui a um china para lha empregar em Cantão, o qual quebrou com (ilegível) elle tão aprimorado que sendo Capitão Geral D. Francisco Mascarenhas lhe foi dar conta do sucedido, e se foi meter no tronco e vendeu tudo o que tinha para pagar e assim ficou (ilegível) como está de maneira que aceita ir por Capitão das feiras a Cantão, por hum salário ordenário dis q V. Exa. O conhece, e lhe deseja fazer mercês este he o tempo em que tem bem necessidade delas (...)

The report says "The Chinese that he had given silver credit to, had broken the contract." It suggests that Darrias borrowed silver from a Japanese merchant to loan to a Chinese merchant and was taking a tragic risk. However, D. Francisco Mascarenhas had ordered him to repay the Japanese merchants by selling all of his properties.

In addition to this fact, Manuel Ramos, Administrator of Royal Property in Macao states as follows: "The Japanese used to lend silver to the Portuguese with interest between 28% and 30%, at a maximum of 35%, however, this silver was traded here in Macao again with interest of between 45% and 50% and more..."²⁸

I may conclude that one of the reasons for the huge bankruptcy of the Portuguese in Macao is related to the unstable relationship with the Chinese and the market in Quandong. However here, I would like to explain one more case which had a dynamic dimensional relationship in Asia pertaining to silver.

[Doc. 10] June 7, 1631, Archive of Macao Assembly, by Tristão Tavares

(Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, ff. 10-10v.
Arquivos de Macau, Vol. 1, pp. 303-304)

(...) que o Juiz Sebastião de Almeida teve acerca destas respondências fosse a Manilla nem a Japão nem outra qualquer pessoa de que haja fama ou

²⁸ December 11, 1635, A Letter from Manuel Ramos to the Viceroy of India, IAN/TT, *Livro das Monções...*, Livro 35, fls. 285-286v.

prezunção, que possa trazer para si, ou por alguns dos comprehendidos na dita devassa a dita respondência (...)

According to this information, there were two origins where the silver on *respondência* was coming from, one was from Japan and another was from Manila. As a well known fact, the Spanish had settled in Manila since the 1570's and their trade between Manila and Acapulco had grown with the change of commodities from China and Southeast Asia, with the silver from America. The richly laden silver in Manila was introduced to Macao as well as from Japan. However, the trade between these two regions, officially had been prohibited by the king of Spain and Portugal to maintain the management of "two" independent territories. But these prohibitions were never kept in his far territory.

[Doc. 11] November 7, 1633, Archive of Macao Assembly, by Tristão Tavares (Arquivo Histórico de Macau, A0216 Leal Senado N. 529, ff. 20-20v. *Arquivos de Macau*, Vol. 2, pp. 229-230)

(...) como aque nesta dita cidade se achasse, ser dos ditos Castelhanos, e que também se pagasse com ella assi com que tomarão elles ditos Castelhanos, visto ter pago por elles aos Japões, 23,800 taelis de prata corrente, e isto sem embargo do protexto que se fez sobre a dita viagem de Manilla (...)

This document in 1633 shows us the fact that the Macao parliament decided to use the silver invested from Manila, amounting to 23,800 taelis to compensate the debt to the Japanese. In essence, this means that the structure of the movement of silver is not limited only to a straight line between Japan and Macao. We should place the point of Manila also as an extension of the line. The trade between Manila and Macao was so important, that Manuel Ramos asked the viceroy of India to legalize the trade between those two cities in 1635.²⁹

6. The Reaction of Japanese Authorities and Nagasaki *Daikan*

As we have already seen above, Suetsugu Heizō was Nagasaki *Daikan* (a kind of mayor), and the most rich and influential merchant in Nagasaki at that same time. He also invested silver into Portuguese ships, but this silver is considered as "trust fund", not as one of *respondência*. The specific character of *respondência* is high interest on loaning, however, he seems to have deposited silver to Portuguese merchants habitually, to buy raw silk, by taking advantage of his extremely strong political power. He talks about his trust fund in his two letters in Portuguese written in 1634 and 1635. It may be assumed safely, that

²⁹ IAN/TT, *Livro das Monções...*, Livro 38, fls. 196-199v.

these letters with Heizō's signatures were translated from Japanese to Portuguese by the official interpreter of Nagasaki *Bugyō* (governor), Luis Tavares, for the coincidence of handwriting. It is clear that he had trusted silver amounting to 10,000 taelis every year in 1632, in 1634 and in 1635 from his letters. Furthermore he describes about the Portuguese debt owed to other Japanese merchants, from the position of governor.

[Doc. 12] November 1, 1634, A Letter from Suetsugu Heizō to Macao Government

(Biblioteca Real Academia de la Historia, Madrid, Legajo 9-7239(2), ff. 433-437v.)

(...) a prata de respondência que os moradores de Macao devem aos mercadores japões, manda el Rey que paguem os moradores de Macao que he melhoria de 150,000 taelis este anno tudo por inteiro, mas visto ser hum navio que a Cidade de Macao não ter culpa, por isso se consertou de pagar em três annos, e eu fui mieiro nisto, como Dom Gonçalo de Silveira Capitão Mor, e Feitor e mais portugueses dirão a Vossa Majestade (...)

This part of the letter in 1634 shows that Tokugawa government had ordered Portuguese merchants to clear their debt amounting to 150,000 taelis, within three years. This description matches with Cookebacker's diary in the above chapter 2. And Heizō himself seems to be in the meeting where the government ordered it. However, he maintained his favour to the Portuguese in Macao, and gave some cautions on trade between the two cities.

[Doc. 13] October 25, 1635, A Letter from Suetsugu Heizō to Macao Government

(Biblioteca Real Academia de la Historia, Madrid, Legajo 9-7239(2), ff. 409-409v.)

(...) Considerando os Feitores que essa Cidade manda todos estes annos, me parece que alguns delles não tem as partes que requiere este cargo, pello que será bom que daqui por diante mande pessoa que as tenha, porque como he o principal cargo e tudo está em sua mão, se não he homem de muito boas partes, não vê bem para essa cidade, por este anno não têm para tal cargo, nem outro semelhante a elle. Digo isto, porque em tudo desejo o bem dessa cidade. Rodrigo Sanchez veio já a esta terra por Feitor, e me contentou por me parecer que têm as partes requeridas para tal officio, pelo que devião Vossa Majestade daqui por diante mandar homem semelhante a elle (...)

He shows his dissatisfaction with the *Feitor* in this year and the previous year, by stating that this position was very important to manage their trade effectively. He cites Rodrigo Sanchez de Paredes as an ideal *Feitor* in the past.

Rodrigo Sanchez de Paredes seems to have been a very close merchant to the Suetsugu family because he nominates Sanchez de Paredes as a man to work for him, using his trust silver. Curiously Sanchez de Paredes borrowed silver amounting to 7,500 taels on *respondência* to the Suetsugu family (Hakata) in 1627 (see bond no.3 in table 1). The relationship between them seems to be already long lasting.

There is no doubt about the fact that Japanese merchants, who had lent silver on *respondência*, were not satisfied with the huge amount of Portuguese debts in the 1630's, owing to rumor, that Japan would cease trading with the Portuguese.

In Dutch records, there are some descriptions on conflicts between these Portuguese debtors and Japanese creditors; "there was a Portuguese man who had a friend that owed 8 boxes of silver to Japanese merchants. They urged him to pay on behalf of this friend, and the Nagasaki governor (*Bugyō*) allowed them to kill when he refused it. Although these Japanese actually tried to kill him, he cried out furiously and then some other Portuguese paid on his behalf".³⁰ This description by a Dutch man shows that the Nagasaki city surroundings were not favorably disposed anymore by the Portuguese, among citizens or governors.

7. The Silver and Jesuits

As a very well known fact, the Society of Jesus in Japan and China, had been involved in trade between these two regions, to sustain the missionary. One of the most peculiar participations in the trade, was the role of intermediary of trading Japanese silver. At the same time it is very clear that the Jesuits were involved in *respondência*, as well. Now we will briefly examine how they were also concerned in the trade.

The Silver in Trust

[Doc. 14] May 11, 1617, A Testimony by O.F.M. Sebastian de San Pedro
(Biblioteca de la Real Academia de la Historia, Madrid, Cortes 566, ff. 354-377v.)

(...) Asi que dio se a lo dicho que como el emperador todos los annos embiaba certa cantidad de plata para que la republica de Macan la emplea se en trocas particulares y curiosas y se las embiasse. Los Padres de la Compania que como que a dicho tienen gran parte en la nave y emplea se en grande mano. Para esto se encargaron desto a esta cuenta son lebedo de hacienda del Emperador cargaban todo lo que queren y entregaban esta hacienda, aunque so les pedio se cuenta.

³⁰ *Oranda Shōkanchō Nikki (Dagregister des Comptoirs nangasacky in Japan)*, Translation Version vol. 3-1st, pp. 90-92, Historiographical Institute, University of Tokyo.

Por menado este anno por estar quebrados con Safioye tomaron le quenta y no se que se fue que el Emperador y todos no llamaron menos a los dictos Padres dela Compania que ladrones diciendo que (ilegivel) tomaren quantas las deron tan malas, que seria tantos errores como no se las averan tomado, y otras cosas que desdoran el nombre de Religiosos anexas a mercaderes y contrarias a Religiosos (fls. 370-370v.)

It is clear that "the emperor" of Japan used to deposit his money with the Jesuits, in order to buy commodities from Macao which he required. "The emperor" here, does not signify actual emperor (*tennō*) of Japan, who resides in Kyoto without any political power. That is Tokugawa Ieyasu, who had an actual political power to rule united Japan from 1600, who was considered as the emperor of Japan by European religious people.

According to this document, Tokugawa Ieyasu was not used to ask details of accounts from the Jesuits, but the following years (1610-1611) he asked to show it, because the Jesuits had conflicts with one of his vassals Hasegawa Sahyōe, who was in charge of Nagasaki *Bugyō*. Then, a corruption in their account book was revealed and Ieyasu was so infuriated, that he blamed them of being "robbers". This document by a Franciscan Sebastian de San Pedro, was written, in order to accuse the Society of Jesus at a point when they had incurred the distrust of Japanese rulers and caused harsh persecution of Christianity in Japan. One of the Jesuit executives in Japan and China, Valentin Carvalho S.J. wrote *apologia* against Sebastian de San Pedro and cites his description in this *apologia*. It shows further information about what happened there.

[Doc. 15] 1615/1616, Valentin Carvalho S.J., *Apologia e Resposta Feita pello Padre Valentim Carvalho*

(British Museum London. Add. MSS. 9856)

§77. Ficando Safioye por isso mais aceito ao Imperador tendo por homem justo e de verdade, e aos Padres pollo contrario, acrecentou sobre a mesma causa de mercadorias, que como os padres, segundo fica dito erão os que meneavão quasi toda a fazenda da galeão de Macao, e por sua ordem se embarcava quasi toda, assi o Imperador como os outros muitos *Tonos* e Senhores de Japão, lhes davão quantidade de prata pera que a empregarem por sua conta em Macao e em Japão lhes dessem a seda. Por onde como hum anno tomassem as contar aos Padres de muita prata de Emperador (*sic*), e da seda que a conta dessa tinham recebido, acharão grande erro, e quebra. E como o disessem ao Emperador, e isto caisse cá sobre o que elle tinha dito, que erão os Padres enganadores, e mentirosos, e por elle também ser cobisissimo, couza que sendo pode crer de homem, que tem muitos milhões de prata e ouro a usada que disse elle, e seus privados contra os Padres couzas indignas de se ouvirem, e que não erão religiosos senão mercadores mentirozos, e que se agora que lhes tomavão conta se achava aquella quebra, que seria os annos atras quando olha não tomavão e errado o que elles dizião e he de crer, que

o erro seria de quem tomava a conta polla tomar mal, e melhor fora, que os Padres ainda que contra razão sospirarão o erro, ou falta que não falar se, mas como cahia esta chuva sobre molhado correo tanto o agastamento, como vemos hoje.

This document shows that Ieyasu and other *daimyōs* (feudal lords) were used to deposit silver to Jesuit in order to buy commodities in Macao instead of them. It is important draw reference, that a system of silver in trust is different from *respondência* in a sense that it does not require high interest on loaning. Political rulers preferred to invest their capital to Portuguese traders, through religious people with trustworthiness. The *apologia* by Carvalho can be summarised in these points: 1. The silver trusted by *daimyōs* was not handled by the Jesuits directly but by the Portuguese consigned traders. When they proposed rulers to cease intervention in the trade, they were menaced to be chased away from the land. 2. The aim of being an intermediary in the trade, is simply for the sake of maintenance of the relationship with rulers, and they never looked after their own interests. 3. The error in accounts was caused by a scheme which was made by those who were enemies of the Jesuits.

However, other Jesuits reveal later that the defence by Carvalho, might have been made extemporaneously in order to avoid the blame.³¹

The system of silver in trust by feudal lords to the Jesuits, seems to have been already long lasting, since Japanese rulers were so interested in the benefit and the precious merchandise of the trade, that they started to accept evangelization of Christianity in their lands, during the 16th century. But it also is true, that the intervention by the Jesuits in trade, might be one of the reasons that caused a radical change of diplomacy in the Tokugawa regime.

Respondência by Jesuits

In addition to the investment of silver in trust by rulers in Japan, the Society was apparently concerned with the contracts of *respondência*. According to Kōichirō Takase, it seems to be that in 1612, that Jesuits in Japan, had begun borrowing silver on *respondência*.³² Takase reveals that Carlo Spinola who was in charge of *procurador*³³ of the Society of Jesus in Nagasaki (1612-1618) borrowed silver on *respondência* at least in 1613, 1615, 1617 and 1618. Spinola explains the reason why the Jesuits went on borrowing silver on *respondência*. – “The silver on *respondência* which I borrowed here in Nagasaki was wasted in Macao or sent to China to help the missionary there. As a result, they never sent

³¹ Mihoko Oka, “A Memorandum by Tçuzu Rodrigues: the office of procurador and trade by the Jesuits in Japan”, *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, vol. 13, CHAM, UNL, 2006.

³² Kōichirō Takase, *Kirishitan Jidai no Kenkyū*, Iwanami Shoten, Tokyo, 1977, pp. 263-331.

³³ This position was responsible for the financial management of the Society of Jesus in Japan.

back to me enough quantity of commodities to pay back for Japanese merchants. Moreover this silver was used for aids of orphans. That is the reason why I had to repeat borrowing silver on *respondência* and came to be a multiplex debtor”.³⁴ Takase says, that it is probable that the borrowing of silver on *respondência* by the Jesuits went on after the death of Spinola (1618) because they had no means to sustain their missionary work in Japan and China.³⁵

Francisco Vieira, who was in charge of the *visitador*, sent by the Society of Jesus to control the missionary work in Japan and China, left some descriptions in a regulation book for *procurador* in Japan and Macao in 1618. The first version of these regulations was set by *visitador* Alessandro Valignano S.J. around 1580, and later *visitador* Francesco Passio S.J. (1611-1612) and *visitador* Francisco Vieira S.J. renewed some items and added others. Valignano and Passio had not mentioned about the silver on *respondência*, but Vieira refers to it as “the silver on *respondência* sent from Japan would not be used for other purposes except purchasing raw silk”, “it is prohibited to borrow silver on *respondência* in Macao” and “in a case that a responsible Jesuits in the contract of *respondência* would be caught in Japan for the persecution of Christianity, it is necessary to ask the payment for a merchant by proxy”.³⁶

These descriptions mean that the debts on *respondência* were already an infuriating problem for them, even then, in 1618. Since the relationship between the Jesuits and silver on *respondência* is too involved a subject to be examined here in detail, there will be a more extensive study on it later, in another paper.

Conclusion

The purpose of this paper has been to analyse the system of *respondência* in the Macao-Nagasaki trade, at the beginning of the 17th century, by using historical documents existing in Japan, Macao, Portugal, Spain and the United Kingdom. The characters of these documents differ from one another, but all of information extracted from them, indicates to us, a financial system, which was a truly important topic for the Portuguese and Japanese. Here I would like to emphasize and sum up some of the points that I have elaborated on above.

Firstly I explained a brief historical process concerning *respondência* in Macao-Nagasaki trade. It was not a system of silver investment used only for Portuguese gallions, but also for Japanese red seal ship and Chinese junks.

³⁴ K. Takase, *Kirishitan Jidai*..., p. 306. Letter from Nagasaki by Carlo Spinola, dated October 8, 1618 (Jap-Sin 36, ff. 191v.-193v.).

³⁵ K. Takase, *Kirishitan Jidai*..., p. 308.

³⁶ Kōichirō Takase, *Iezusukai to Nihon*, vol. 1, Iwanami Shoten, Tokyo, 1981, pp. 617-624. Biblioteca da Ajuda, 49-IV-66, ff. 10-15v.

But in Portuguese cases, the interest on loaning was relatively less than other ships. Although the government of the *Estado da Índia* had prohibited silver borrowing on rates of high interest, the Portuguese in Macao, went on borrowing silver from Japanese merchants and it became a great debt which contributed to the conclusion.

Secondly, we have seen some *respondência* bonds in existence. These bonds are bilingual and remained in families of merchants in Hakata. It means that Hakata merchants had important and peculiar roles in *respondência*, mainly as creditors and intermediaries, in the contracts. By combination of those bonds and other documents like the ones in *Arquivos de Macau*, the details of these contracts became clearer. I have pointed out here, that there were two types of contracts for the Portuguese in Macao, one was individual and the other was the intensive contract. The intensive contract seems to have been introduced to compensate individual debts of Macao citizens, but it also became a part of huge bankruptcy. The reason for the bankruptcy seems to be related with a corrupt way of running Guangdong market and the instability in trade, with Chinese local merchants.

Thirdly, we have referred to the fact that the Society of Jesus also took part in this financial system with high rates of interest, at least since 1612. This fact shows how they were dependent on the trade between Macao and Japan to sustain their missionary activity.

In our short study, the subject concerning *respondência* can be mentioned only summarily, however, I plan to go on writing other articles focusing on Portuguese commercial activity and the relationship with local merchants in *Estado da Índia* in the near future, as well.

DE LIMA HON (LIN FENG 林风)
A KOXINGA (ZHENG CHENGGONG 鄭成功):
A REACÇÃO PIRÁTICA SINO-JAPONESA À CONCORRÊNCIA
IBÉRICA NA ÁSIA ORIENTAL (SÉCULOS XVI-XVII)

MANEL OLLÉ*

Confrontar a questão da pirataria nos mares da Ásia Oriental dos séculos XVI e XVII apresenta vários perigos. Surge de imediato uma problemática terminológica. A utilização do rótulo de pirata nas fontes históricas está cheia de confusão conceptual, subjectividade nacionalista e vontade estratégica de deslegitimação de competidores e inimigos.

Para os castelhanos das Filipinas eram piratas todos aqueles que enfrentavam e com que competiam: os mouros de Mindanao,¹ os holandeses, os chineses e japoneses que comerciavam e guerreavam à margem da lei, também os portugueses provenientes da especiaria das Ilhas Molucas que os assediaram em Cabú em 1568. Para o império chinês dos Ming eram piratas os portugueses que comerciavam na região de “Liampo”, “Chincheo” e outros enclaves costeiros do sul antes de estabelecer uma fórmula de colaboração em Macau em 1557, – e inclusive uma boa parte da historiografia chinesa contemporânea sobre o tema considera que também após o estabelecimento de Macau os portugueses merecem a alcunha de *haidao shangren* 海盜商人 ou *shangdao* 商盜, que significa “piratas comerciantes”, baseando-se em considerações “anti-imperialistas”²

* Universitat Pompeu Fabra/CSIC.

¹ Sintomaticamente, o historiador castelhano do século XIX Vicente Barrantes Moreno, intitulava um estudo sobre os confrontos armados entre os castelhanos das Filipinas e os povos muçulmanos das ilhas como *Guerras piráticas de Filipinas (1570-1806)*. Vicente Barrantes Moreno, *Guerras piráticas en Filipinas (1570-1806)*, Algazara, Málaga, 2004.

² Roderich Ptak, *China and the Asian seas trade, travel, and visions of the other (1400-1750)*, Aldershot Ashgate, 1998, VIII, pp. 272-273.

Evidentemente, também eram piratas para as autoridades chinesas da dinastia Ming 明代 os castelhanos que irrompiam no seu território sem as “chapas” correspondentes, assim como os “hongmaodao 红毛盗”, os holandeses, e eram evidentemente piratas os “wako 倭寇” e os “haidao 海盗” chineses ou sino-japoneses. Ainda que, para dizer a verdade, exista por vezes uma nebulosa fronteira na historiografia chinesa que não distingue claramente entre incursões corsárias e rebeliões legítimas contra a opressão imperial e o invasor manchú.

Por sua vez os portugueses consideravam piratas os seus inimigos muçulmanos dos estreitos de Malaca, e apresentavam como piratas perante as autoridades imperiais chinesas os holandeses que atacavam e assediavam Macau, os castelhanos que tentavam estabelecer embaixadas em 1582 e desfazer o seu monopólio no comércio da Baía das Pérolas em 1598 com um princípio de acordo para obter um estabelecimento permanente no Pinhal...³ Definitivamente: por aqui, é evidente que não vamos a lugar nenhum. Nas fontes históricas da época o pirata é sempre o competidor e o inimigo. Constata-se deste modo simplesmente a necessidade de estabelecer um padrão conceptual mais objectivo e ajustado à dinâmica histórica da altura.

Fala-se de pirataria nas fontes históricas na medida em que se descreve a acção de comunidades mercantis mais ou menos informais ou legitimadas por estruturas estatais ou por ideais de proselitismo religioso, que se encontram em competição entre si e que se servem – com mais ou menos constância e crueldade – da violência (saque, abordagem, assédio) para defender ou impor os seus interesses. E fala-se de pirataria ou de violência ilegítima quando estas comunidades mercantis actuam à margem de uma ordem institucional que não reconhecem e não acatam. Em todos os casos fala-se de um fenómeno que está directamente ligado ao comércio, que surge quando os sistemas institucionais para canalizar este comércio se restringem, quando os canais diplomáticos falham ou não são tomados em consideração, quando a beligerância entre comunidades e nações é arrastada para a competição mercantil. O mesmo tipo de violência associada a objectivos mercantis é descrita como pirataria, guerra, conquista ou rebelião em função de critérios legitimadores parciais, de interesse nacional ou partidário.

Isto não quer dizer que devamos deixar-nos confundir. Nem que a solução seja aplicar o qualificativo de pirata a todas as redes mercantis dos mares da Ásia Oriental. A violência que implica um projecto de expansão imperial como o que empreenderam em diferentes fases do século XVI e XVII na Ásia Oriental portu-

³ “Los portugueses, que residen en Macán, cerca de la misma ciudad de Cantón, hizieron muchas diligencias con el Virrey y con el Conchifú, y otros Mandarines para que no admitiesen en su tierra a los Castellanos de Manila, imputándoles que eran corsarios y gentes de mal hazer, y que se alçavan con los reinos y provincias donde llegavan.” Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Patricio Hidalgo (ed.), Polifemo, Madrid, 1997, p. 145.

gueses, castelhanos e holandeses – em cada caso com o seu modelo de organização, de implantação no território, de presença nas redes marítimas regionais, e em cada caso com o seu modelo de financiamento, de relação com os nativos e as demais comunidades comerciais e poderes imperiais – apresenta um nível e umas peculiaridades, ainda que por vezes ganhe formas tipicamente corsárias ou piráticas, que a inscrevem num contexto muito diferente de violência que gera a actividade de comércio ilegal, saque e corso a cargo de comunidades navais de piratas chineses e japoneses (ou de exilados, renegados e aventureiros europeus).⁴

Mesmo naquelas comunidades mercantis que mais classicamente se ajustam ao imaginário do que representa a pirataria – e que mais unanimemente recebem este qualificativo por não contarem com legitimação estatal ou religiosa –, ou seja, as comunidades mercantis navais ilegais chinesas e/ou japonesas, a violência corsária é uma actividade instável, transitória, que em condições mercantis favoráveis ou em condições sociais favoráveis tende a ser abandonada pela prática do comércio legitimado e institucionalmente dirigido ou simplesmente pelo comércio ilegal à margem de grandes organizações marítimas itinerantes, de perfil caudilhista ou familiar (clãs).⁵ As condições sociais internas, a pobreza e a desigualdade em províncias costeiras enriquecidas pelo comércio concentrados em sectores reduzidos, é também um factor que incentiva os jovens masculinos das zonas costeiras do sul da China a dedicarem-se ao comércio ilegal associado à violência pirática. A pirataria sino-japonesa é uma actividade que se submete em primeiro lugar aos vaivéns das monções, praticada muitas vezes por pescadores ou mercadores, que se mostram activos na violência pirática durante os meses da primavera e verão mas que se dedicam a outras actividades durante os meses de inverno.⁶

À margem desta contingência sazonal, sublinhou-se como se pode estabelecer uma estreita vinculação entre os grupos de comerciantes das costas do sul da China (especialmente da região de Fujian 福建 e Guangdong 广东) ou/e do Japão (especialmente da ilha de Kyushu) com as comunidades marítimas que em determinadas condições de crise económica, demográfica e social, restrição institucional ao comércio (proibição de navegação para o exterior e de chegada de naves estrangeiras, regulação de licença de navegação e ancoragem ou abertura de portos, taxaço...), se convertem em contrabandistas, praticam o comércio de forma ilegal, e podem incluir nas suas acções a pilhagem, a violência

⁴ Geoffrey Vaughn Scammell, “European Exiles, Renegades and Outlaws and the Maritime Economy of Asia c. 1500-1750”, *Modern Asian Studies*, 26, 4, 1992, pp. 641-61.

⁵ Robert Antony, *Like froth floating on the sea: the world of pirates and seafarers in late imperial south China*, Institute of East Asian Studies, Berkeley, 2005, pp. 19-20.

⁶ Brian McKnight, *Law and order in Sung China*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 106.

sistemática e o saque.⁷ A política de “proibição do mar”, de Haijin 海禁 que se impõe com força na China em meados do século XVI corresponde ao período de maior actividade do comércio ilegal e da pirataria dos wako.

Diferentes factores fizeram com que em 1567, durante o reinado do imperador Longing 隆庆 (1567-1572) se aprovasse para a província de Fujian uma política de parcial abertura comercial marítima (*kaifang haijin* 开放海禁). Permitiu-se a partir daquele ano a saída, sob estrito controlo e taxaço, de cerca de cinquenta navios por ano a partir do porto de Yuegang 月港 (Zhangzhou 漳州), em direcção aos diferentes portos dos «oceanos de este e de oeste» (*dongxiyang* 东西洋): Malaca, Bornéu, Manila, Johor, Champa... Em 1575 o número de licenças concedidas havia duplicado até alcançar a centena de navios. Mas eram muitas mais as navios que saíam e entravam nas baías e portos de Fujian, ocultas à vista e à taxaço oficial. A maior parte das autorizações legais que se emitiam era para se dirigirem à ilha de Luzón. Em 1589, dos 44 barcos que foram autorizados para os oceanos de Este, Manila açambarcava 16 navios, o resto das navios distribuíam-se de forma muito dispersa em outros 20 destinos aos quais não chegava em nenhum caso mais de duas navios.⁸ A nova política de abertura ao comércio em Fujian mantinha as restrições severas ao comércio com o Japão – que continuava a monopolizar desde Guangzhou 广州 pelos portugueses num proveitoso trabalho de mediação – e mantinha deste modo a absoluta restrição à entrada de estrangeiros em território chinês.

A expansão do comércio marítimo e a estabilidade monetária que provocaram a abertura parcial destas restrições em 1567, e a canalização do comércio através da presença espanhola em Manila e portuguesa em Macau significarão o quase total desaparecimento das frotas corsárias ilegais dos últimos wako: os piratas reconverteram-se em comerciantes na sua grande maioria, comerciantes que nem sempre viajavam com as suas respectivas autorizações e que desde logo activaram um processo migratório – também ilegal do ponto de vista imperial chinês – que dotou as relações entre a costa de Fujian e Manila (e mais tarde a Batavia e a Fort Zelândia holandesa) de uma nova dimensão muito relevante.⁹

Tal como descreveram George Winius e Marcus Vink em *The Merchant Warriors*,¹⁰ a era do comércio da Ásia Marítima da segunda metade do século XVI e a quase totalidade do século XVII caracteriza-se pelo afã monopolístico.

⁷ Roderich Ptak formulou uma equação ilustrativa e precisa a respeito, que dá conta da proporcionalidade entre o nível de restrição institucional ao comércio e o nível de comércio e pirataria associada. R. Ptak, *China and the Asian seas...*, VIII, pp. 264-265.

⁸ Chang Pin-Tsun, *Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*, UMI Dissertation Services, Princeton, 1983, pp. 266-267.

⁹ J. E. Wills, *Pepper, guns, and parleys the Dutch East*, Cambridge (Mass.) Harvard University Press, 1974, p. 7.

¹⁰ George Winius & Marcus Vink, *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC and its Changing Political Economy in India*, Delhi, Oxford University Press, 1998.

Isto é especialmente aplicável às comunidades mercantis europeias que disputavam entre si o negócio e o espaço costeiro e territorial asiático, mas também para as comunidades mercantis chinesa e japonesa – mais ou menos ilegais ou violentas. A Ásia Marítima deste período é um âmbito que não se rege por nenhuma norma de direito internacional.¹¹ Estabelece-se no seu seio uma feroz competição para monopolizar portos, rotas, mercados, zonas de produção e empreendem-se campanhas sistemáticas para parasitar ou sabotar os sistemas mercantis alheios que ameaçam o monopólio. Os portugueses deslocaram em princípios do século XVI as diásporas mercantis muçulmanas das suas posições de domínio, foram os primeiros europeus a chegar à região asiática e defendiam a todo o custo a sua posição inicial preeminente; os castelhanos aproveitaram a união dinástica luso-castelhana para tentar quebrar o monopólio português no comércio chinês e aproveitar a debilidade portuguesa nas Ilhas Molucas – na periferia desatendida do Estado da Índia – para se apropriarem de enclaves na especiaria.

Por sua vez os holandeses irromperam na Ásia Oriental com uma estratégia agressiva destinada a arrebatar aos ibéricos o monopólio da especiaria e do comércio com a China. A violência corsária exercida pelos holandeses durante as primeiras décadas da sua presença na região pode ser interpretada tanto numa escala regional de busca de proveito comercial e de tomada de posições de força na competição mercantil como em termos de exportação de um conflito bélico global. Após a queda da cidade flamenga de Amberes nas mãos de tropas espanholas em 1585, os holandeses expandiram o cenário do conflito da Flandres ao conjunto do sistema colonial ibérico nos seus diferentes circuitos: iniciaram uma guerra global contra os interesses coloniais ibéricos na costa leste africana, nas Caraíbas, na América e na Ásia Oriental. Entre 1597 e 1609 os holandeses da VOC, (*Verenigde Oostindische Compagnie*) capturaram cerca de 30 barcos ibéricos, numa média de dois ou três por ano. Em 1601 a irrupção da frota de Jacob Van Neck em águas asiáticas confirmava a virulenta realidade ibero-holandesa. Os holandeses atacaram Manila mas foram rechaçados pelos castelhanos, após o que bloquearam o porto de Macau. Reiteraram em 1603 e 1607 os ataques a Macau e em 1609 a Manila.¹² A partir de 1516 o objectivo imediato de obter benefícios com a tomada de navios rivais propiciou uma série de recor-

¹¹ Em diversos contextos começam a formular-se tratados sobre a “guerra justa”. No contexto espanhol, a reflexão iniciada por Francisco de Vitória acerca da conquista americana foi transferida para o contexto asiático pelos jesuítas Alonso Sanchez e José de Acosta, que compôs vários tratados a propósito. No contexto holandês disputa-se para Hugo de Groot o título honorífico de pai da “lei internacional”, com o seu *De Jure Bellis ac Pacis* ou *De Jure Praedae* Leonard Blussé, ‘Brief Encounter at Macao’, *Modern Asian Studies*, vol. 22, n.º 3, *Special Issue: Asian Studies in Honour of Professor Charles Boxer*, 1988, pp. 647-648.

¹² P. C. Emmer, ‘The First Global War: The Dutch versus Iberia in Asia, Africa and the New World, 1590-1609’, *E-Journal of Portugal History*, 1, 1, 2003, pp. 1-7.

rentes bloqueios anuais do porto de Manila, coincidindo com a chegada do Galeão de Manila carregado de prata mexicana (que não chegou a ser capturado pelos holandeses) bem como das três ou quatro dúzias de navas chinesas de entre 25 e 350 toneladas que se calcula que se accebiam anualmente Manila proveniente de Fujian na estação favorável para a navegação, entre Março e Junho.¹³

Leonard Blussé (1998) analisava os motivos encadeados de dois actos de violência exercidos pelos portugueses de Macau e os holandeses respectivamente. A execução sumaríssima de 17 holandeses em Macau em 1601 não deve ser interpretado como uma reacção de vingança a um prévio ataque holandês a duas navas portuguesas nas Molucas – como erroneamente se tinha considerado, uma vez que por razões de calendário a notícia da afronta das Molucas não podia ter chegado a Macau.¹⁴ A leitura das fontes documentais chinesas da altura revela como os holandeses tinham avançado muito nas suas conversações com as autoridades cantonesas para obter um enclave estável no Rio das Pérolas. A morte expedita dos 17 holandeses teria como objectivo impedir o surgimento de um perigoso concorrente no monopólio da intermediação sino-japonesa. Mais uma vez, a política regional das autoridades cantonesas contradizia o tradicional ideário isolacionista imperial, da mesma forma que poucos anos antes, em 1598, com o caso de El Pinhal do castelhanao Juan de Zamudio, estava prestes a quebrar o privilegiado monopólio português com a autorização de uma nova “Macau” rival na costa chinesa. A violência portuguesa neste caso responde à lógica de defender um monopólio mercantil. O anterior ataque holandês a duas navas em las Malucas e a posterior captura da grande carraca, a nave Santa Catarina, respondem à lógica de quebrar e sabotar o sistema mercantil português. Também não podemos esquecer que durante aqueles anos os castelhanos de Manila também multiplicavam as suas acções ofensivas contra objectivos em diferentes ilhas do Arquipélago Filipino, na especiaria, contra o Cambodja, onde se mobilizava de forma forçada os naturais das Ilhas Filipinas. Tão pouco podemos esquecer que em 1603 reprimiram de forma brutal, provocando dezenas de milhares de mortos, a rebelião dos chineses do parián, o bairro dos sangleyes de Manila.¹⁵

¹³ E. Van Veen, “VOC Strategies in the Far East (1605-1640)”, *Bulletin of Portuguese Japanese Studies*, December 2001, vol. 3, pp. 90-96.

¹⁴ L. Blussé, “Brief Encounter...”, pp. 647-664.

¹⁵ Os chineses das Filipinas foram desde logo designados nas fontes espanholas como “sangleys” ou “sangleyes”. A interpretação do termo parece dirigir-se à da expressão chinesa de shanglai 商来, “os que vêm comerciar” ou mesmo ao termo sengli, que significa comércio no dialecto fijienês minnanhua 闽南话. Também se apontou a possibilidade de que a etimologia do termo derive da expressão chinesa changlai 常来, ou seja “los que vêm com frequência”. O Governador das Filipinas Francisco de Sande proporciona numa carta datada de 7 de junho de 1576 uma interpretação plausível nesta linha, contemporânea dos feitos: “... por todas estas ysas los llaman sagleyes, que nombre como quen dice gente que va y viene, por la costumbre que tienen

Só é possível abordar a questão da violência monopolística legada ao comércio, a questão dos piratas, das comunidades mercantis em luta feroz e dos “mercadores guerreiros” de que falavam Wilnius y Vink de um ponto de vista historiográfico transnacional e em um marco geral. Somente a partir de uma perspectiva que contemple no seu conjunto o âmbito regional da Ásia Oriental como um sistema dinâmico de comunidades mercantis e de impérios territoriais e marítimos é possível compreender como, a partir do reconhecimento de um uso recorrente da violência – como instrumento alternativo e complementar à diplomacia e à aliança mercantil simbiótica e como instrumento eficaz e incontestável para o estabelecimento e consolidação de posições no comércio e no domínio territorial estratégico –, cada Império, cada Estado e cada comunidade mercantil que operava na região desenvolve as suas próprias fórmulas organizativas, diplomáticas e bélicas, como estabelece as suas próprias alianças e mecanismos de interacção com os povos e estados asiáticos, assim como com os seus rivais. E só a partir desta perspectiva transnacional e desta perspectiva regional ampla é possível identificar os discursos de legitimação (criação de sistemas institucionais estatais, teorizações da guerra justa, missão evangelizadora...).

Um bom instrumento conceptual para abordar a problemática da pirataria, o comércio ilegal, os processos migratórios e a irrupção dos sistemas imperiais europeus na Ásia marítima de finais do século XVI e ao longo do século XVII é o da «diáspora comercial» que oferece Philip D. Curtin,¹⁶ baseando-se no antropólogo Abner Cohen. Define com este conceito redes comerciais mais ou menos informais ou mais ou menos institucionalizadas e legitimadas por projectos estatais ou imperiais. Estas diásporas mercantis assentam em nexos étnicos, familiares ou de clã, ou culturais que estabelecem em diferentes portos relações de confiança mútua (*business confidence*) sendo altamente eficazes e competitivas em relação aos custos de transacção e de transporte.

Uma diáspora comercial define-se deste modo como uma *natio*, conceito latino que remete para o sentimento de pertença a um grupo ou comunidade. Curtin aplica este conceito a realidades muito diferentes de períodos muito diferentes, aplica-o aos arménios que circulavam pela Eurásia continental, às comunidades chinesas do sudeste asiático marítimo. Definia também os holandeses e britânicos que irromperam nos mares da Ásia Oriental ao longo do século XVII como “diásporas comerciais militarizadas” (*militarized trade diaspora*), enquanto definia o Estado da Índia Portuguesa como um Império de enclaves mercantis (*trading-post empire*). Trata-se, no caso de Curtin, de um sistema conceptual muito amplo e flexível, que permite contemplar e modelar o processo

de yr y venir cada año a estas ysas a contratar.” Archivo General de Indias (Sevilla), Filipinas 6 (Rodríguez 1865-88, XIV, 407).

¹⁶ Philip D. Curtin, *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge University Press, Cambridge, 1984, pp.1-14.

histórico de cada agente ou comunidade mercantil em conexão com uma rede mutável de conflitos e alianças, com uma rede de influências e confluências. Justamente por ser um sistema conceptual muito amplo, que explica fenómenos muito heterogéneos, justamente por isso pede uma concreção e particularização que defina as características organizativa, ideológica, mercantil e que caracterize cada uma das diásporas em concorrência.

Poderá parecer extravagante falar-se dos castelhanos das Filipinas – com todas as suas comendas, os seus tratados juridico-teológicos sobre a guerra justa e todos os seus frades agostinhos, franciscanos e dominicanos – como de uma diáspora mercantil, mas não o é do ponto de vista das primeiras décadas da sua chegada à Ásia: pela sua precariedade e isolamento da metrópole mexicana, pela necessária sobrevivência em rede, pela relação simbiótica que estabelecem as centenas de castelhanos da diáspora castelhana em Manila com os milhares de chineses da diáspora chinesa em Manila, pela pouca projecção territorial colonizadora e a necessária inserção num sistema complexo de colaborações mercantis (Macau, Fujian, Bornéu, Japão...) e, finalmente, pela sua mudança de mentalidade com base numa importação dos padrões clássicos do imperialismo castelhanos territorial de base agrária ou mineira até uma pragmática adaptação às fórmulas de competição monopolística e colaboração comercial características da região dos mares do sul.

A bibliografia sobre a questão da pirataria, reiterou com destreza a vinculação entre pirataria e comércio ilegal. Mais adiante, nesta intervenção, poremos o ênfase na relação que se estabelece também entre a diáspora chinesa que se estende nas metrópoles dominadas pelos europeus (Macau, Manila, Batavia, Zelândia) e o ressurgir de uma segunda grande vaga de companhias piratas chinesas a partir da segunda metade do século XVII. A segunda vaga de grupos mercantis de poder naval informal geram-se nos núcleos de migração chinesa das metrópoles comerciais e nos portos com comunidades chinesas: Macau, Manila, Hirado, Port Zelândia...

Neste contexto conceptual é possível contemplar as comunidades navais mercantis ilegais – o que, uma vez descodificada e desligada de conotações confusas, podemos designar já sem necessidade de recorrer a embaraçosos eufemismos politicamente correctos como pirataria sino-japonesa –, num contexto de redes comerciais marítimas entrecruzadas, num contexto de mercantilismo monopolista e num contexto determinado pelas políticas de abertura ou restrição ao comércio tanto do império chinês como do império japonês, num contexto onde o entendimento, a diplomacia e o benefício mútuo convivem com o uso da violência legitimada (guerra, conquista, rebelião) ou deslegitimada (pirataria) como meio para se imporem ou manterem em posições de monopólio.

Uma vez delimitado o enquadramento teórico debruçemo-nos sobre a matéria histórica empírica e revamos brevemente alguns episódios nos quais se

define e se matiza o papel desempenhado pelas comunidades mercantis ilegais chinesas e japonesas, os piratas sino-japoneses, em relação às diásporas europeias na Ásia, especialmente a portuguesa e a castelhana.

A estabilização da presença portuguesa e castelhana na Ásia Oriental coincide no tempo com a adopção por parte do império chinês de políticas mais coerentes com as necessidades mercantis das províncias costeiras do sul. Dá-se uma relaxação das restrições ao comércio, advoga-se por uma política de pacificação e de integração no sistema das últimas redes de *wako*. Tal como anteriormente se apontava, considerou-se a aparição da interlocução comercial ibérica a partir de Macau e Manila tanto um factor de geração de fluxo comercial suficiente como para tornar desnecessária a azarenta via da pirataria organizada em grandes frotas navais.

Nas origens da fundação de ambas as cidades asiáticas ibéricas as fontes históricas da época referem conflitos com algumas das comunidades corsárias chinesas residuais, que contudo não se haviam integrado no sistema ou não haviam tido que fugir para o sudeste asiático face à pressão das frotas de defesa marítima imperiais e face ao surgimento de novas redes mercantis chinesas legais que os afastavam do negócio mais substancial. Era já possível evitar os limites impostos de forma menos complicada e perigosa: o surgimento massivo de prata japonesa via Macau e de prata mexicana via Manila deixa abertas zonas de sombra nas quais o comércio ilegal poderá instalar-se de forma discreta.

Existe uma considerável controvérsia historiográfica em relação às motivações que explicam o singular gesto das autoridades cantonesas de permitir aos portugueses estabelecer um enclave estável em Macau em 1557.¹⁷ A polémica centra-se no grau de veracidade que se pode conceder à afirmação presente em algumas fontes históricas antigas que afirmam que a permissão de estabelecimento em Macau deu-se como recompensa por ter limpo de piratas a zona, con-

¹⁷ Luis Filipe Barreto analisa com lucidez o papel de Macau nos seus contornos: “o estatuto da soberania de Macau, ao longo dos séculos XVI e XVII, testemunha a complexidade contraditória de interesse e de poderes que se movem em torno da rede marítimo-mercantil regulada pela cidade-portuária internacional. Testemunha o equilíbrio de poderes e de saberes entre o centro e a periferia chinesas (Beijing 北京-Cantão 广州). Testemunha a capacidade de acomodação dos portugueses à fórmula chinesa, a capacidade de servir como intermediários (ocidente-orientes, sino-nipónico) e de, ao mesmo tempo saber lucrar e desenvolver-se graças a essa rede de serviços. Testemunha também a lógica chinesa de acomodar e integrar a mudança e a presença ocidentais através de uma fórmula de reforço, ou, pelo menos, manutenção de hegemonia chinesa, na geo-estratégia da Ásia Oriental. A condição de Macau, e o seu estatuto de soberania, só pode ser o denominador comum de toda esta multiplicidade contraditória: um estatuto fluido que permita sustentar e desenvolver a teia múltipla de interesses e poderes privados, locais, regionais e semi-oficiais” Luis Filipe Barreto, “O estatuto de Macau (séculos XVI e XVII)”, *Oceanos: Olhares Cruzados*, 32, Out./Dez. (1997) p. 143.

cretamente existem referências à expulsão do pirata Tchang Si-lao.¹⁸ Assim o afirmava Álvaro Semedo:

“...existe uma outra ilha chamada pelos chineses Gau Xan,¹⁹ e pelos portugueses Macau, pequena e tão cheia de rochas que se torna muito difícil defendê-la sendo própria para o reduto de ladrões como era, exactamente, até então, acolhendose ali muitos, os quais infestavam toda aquela Ilha. Trataram os chineses se providenciarem, ou fosse por não se atreverem ou para fazerem com menor risco e a expensas doutrem, conhecendo o valor dos portugueses, cometeram-lhes essa empresa e prometeram-lhes que, se expulsassem da ilha os ladrões, a concederiam para habitação”.²⁰

Entre os autores que insistem em dar crédito à história dos piratas, estão Montalto de Jesus,²¹ J. M. Braga e António da Silva Rego, Albert Kammerer e Chang Tien-tsê, Robert W. Usellis, Gonçalo Mesquitela, entre outros. Enquanto que C. R. Boxer não encontra nada de improvável na história, mas evita fixar uma versão. Sem pretender aqui posicionar-me em relação esta difícil controvérsia, queria no entanto ressaltar o facto de que deslocar ou expulsar as comunidades mercantis chinesas preexistentes na zona de Macau não entra em contradição com as análises que põem ênfase na dimensão de mútuo proveito comercial,²² ou nos mecanismos de uma diplomacia regional pragmática²³ ou numa “fórmula Macau”²⁴ ou uma análise mais global e estrutural da lógica que está subjacente à relação luso-chinesa desde 1557.

A prática do Império Chinês de utilizar umas comunidades mercantis contra outras, ou de estabelecer alianças táticas com determinada comunidade mercan-

¹⁸ Jin Guoping “Contributos para una Identificação Documentada de Tchang Si-lao em Torno da Genese das Versões de Combate e Piratas”, *Boletim de Estudos de Macau*, Fundação Macau, 9, 1994, pp. 70-109.

¹⁹ Aoshan 澳山.

²⁰ Álvaro Semedo, *Relação da Grande Monarquia da China*, Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e Fundação Macau, 1994, pp. 291-292.

²¹ Montalto de Jesus, “Macau in teh Early Days”, *The China Review, or notes & queries on the Far East*, 25, n.º 4, 1901 (Hong Kong Journals Online: <http://sunzil.lib.hku.hk/hkjo/article.jsp?book=26&issue=260029>).

²² A versão de Fernão Mendes Pinto segue nesta linha: “...os mandarins de Cantão, a requerimento dos mercaderes a terra, nos deram este porto de Macau...” (Mendes Pinto 1988, II; 342-343) Fok Kai Cheong: “The ‘Macau formula’ at Work.” in Antonio de Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (ed.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-chinês. Séculos XVI-XIX*, Instituto Português do Oriente, Lisboa, 1996, pp. 219-234.

²³ Jorge Manuel dos Santos Alves, “Naturaleza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII)” in Antonio Vasconcelos de Saldanha e Jorge Manuel dos Santos Alves (ed.), *Estudos de História do Relacionamento Luso-chinês. Séculos XVI-XIX*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 180-218.

²⁴ Fok Kai Cheong: “The ‘Macau formula’ at Work...”, pp. 219-234.

til ilegal, considerada mais proveitosa e com menor potencial de desordem e violência num regime de colaboração que de confronto armado, encontra-se reiterada ao longo do último terço do século XVI e a primeira metade do século XVII. É este também o caso do episódio diplomático entre as autoridades regionais de Fujian 福建 e os castelhanos de Manila em 1574-76 como consequência do surgimento em Manila do pirata Lin Feng 林风, conhecido entre os espanhóis de Luzón como Limahon, Limahong ou Limhon, e noutras fontes como Dim Mhon.²⁵ Este será também umas décadas mais tarde o caso da coalizão com o caudilho da principal frota de navios de comércio ilegal e pirataria da terceira década do século XVII, Zheng Zhilong 郑芝龙.

Não há total certeza sobre as origens de Lin Feng mas as hipóteses mais aceites sustêm que é originário da região de Zhangzhou 漳州 na província de Fujian cidade situada no interior da baía de Xiamen 厦门 (Amoy) e que em algumas fontes ibéricas do século XVI se identifica com o topónimo de Chincheo.²⁶ Segundo estas hipóteses Lin Feng seria um descendente do famoso pirata do Fujian Lin Gouoxian. Segundo outras interpretações as suas origens situar-se-iam na prefeitura de Chaozhou 潮州 na província de Guangdong 广东.²⁷ Apesar de a fama de Lin Feng emergir no período do imperador, coroado no ano de 1576, já durante o período do anterior imperador Longqing 隆庆, que reinou entre 1567 e 1572, se encontram referências documentais no Mingshilu 明事律²⁸ que situam em finais do terceiro ano ou princípios do quarto ano do reinado de Longqing 隆庆, entre 1571 e 1572 as negociações de reinserção de quatro grupos de piratas e comerciantes ilegais liderados respectivamente por Zeng Yiben, Xu Rui, Lin Rong e Lin Feng 林风. Nos informes das autoridades provinciais de Guangdong e Fujian aparece a recusa oficial em permitir o seu estabelecimento legal na região de Zhangzhou e a recusa de Lin Feng em aceitar o assentamento proposto pelas autoridades como o motivo que explicaria a ruptura das

²⁵ Estas diferentes denominações que en realidade responden a uma divergente transliteração aproximativa de uma mesma fonetização, aparecem consignadas pelo governador das Filipinas Francisco de Sande: “En el Reino de China dizen es muy usado aver corsarios, e uno llamado Limahon, o según ellos dizen, Dim Mhón...” AGI Filipinas, 6, 28 (Rodriguez 1965-1988, XIV, doc. 76, 389), también las consigna C. Chang Tseng-hsin, *Mingji dongnan Zhongguo de haishang huodong*, Silidong daxue, Taipei, 1988, p. 104.

²⁶ C. Tseng-hsin, *Mingji dongnan Zhongguo...*, p. 99.

²⁷ L. C. Goodrich & C. Fang (eds.), *Dictionary of Ming Biography*, 2 vols., Columbia University Press, New York, 1976, p. 917.

²⁸ *Registos verdadeiros da dinastia Ming* Compilação histórica iniciada no segundo ano do reinado (1370) do primeiro imperador da dinastia Ming Hongwu e mantida em curso durante toda a dinastia. Constitui uma fonte primária de primeira ordem que cobre todo o período certificando de forma exaustiva todos os acontecimentos de uma forma quase imediata. Wolfgang Franke, “Historical Writing during the Ming” in Frederck W. Mote y Denis Twitchett (ed.), *The Cambridge History of China, The Ming Dynasty, 1368-1644*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, vol. 7, part I, p. 746.

negociações de reinserção. Nos anais do imperador Wanli 万历 («明神宗实录» *Ming Shenzong Shilu*)²⁹ constata-se no sexto ano do mandato de Long Qing 隆庆 (1972) uma segunda recusa das autoridades em aceitar a rendição do, naquela altura, diminuído exército formado por apenas quinhentos ou seiscentos homens sob o comando de Lin Feng 林凤. Provavelmente esta petição de clemência pode ser relacionada com o contexto favorável que implica o contexto de liberalização das rígidas proibições de comércio e circulação marítima (*Haijin* 海禁) que até ao momento haviam regido e que começaram a esbater-se a partir do ano 1567, e por sua vez coincidia com a campanha de radical erradicação da pirataria costeira que levavam a cabo as autoridades de Guangdong 广东 e Fujian 福建 finalmente a petição de clemência e reinserção de Lin Feng 林凤 foi recusada.³⁰ O governador filipino Guido de Lavezares descreve nestes termos a figura e a trajetória de Limahon (Lin Feng 林凤), num interessante documento normalmente esquecido pela historiografia que se se debruçou sobre este tema:

“Dixerón que aquella armada era de vn cosario sangley que andaua alçado del Rey de china en cuya tierra y costa avia hecho daño con una armada que traya muy pujante el qual era natural de una ciudad de china que esta en la costa de la mar se llama teuechio el qual se alço con otros compañeros que el mas principal dellos se lamava [sic] gobun y el dia que se alçaron contra su Rey mataron en su propia çiudad cinquenta e dos mill animas ombres y mugeres y mochachos que fueron todo[s] aquellos que no los quisieron seguir y que la causa de averse alçado el limahon fue por azerse Rey y tiraniçar la tierra que assi hizieron los antepassados del Rey de china que agora que agora Reyna el qual se llama banies ³¹ el numero de la gente que se alçaron con estos tiranos fueron cinquenta mill animas y entrellos treinta mill ombres de guerra y con esta gente se embarco y anduuo aziendo grandes daños y Robos sin lo poder el rrey estoruar asta que el año de setenta y quatro tubo el el rrey notiçia que andauan con quatro cientos navios por la costa de su rreyno u hiço una armada de mill trecientos y cinquenta navios y enuio por general de esta armada para contra este tirano todos con vn igual poder a tres ombres principales de su rreyno chiuchiantian, gouernador de oquean³² y Zeuichiaochian governador de quitance³³ y abuiz an chian governador de Zelanche toparon con el armada del tirano y desbarataronla y oviero[n] en su poder la mayor parte de los nauios y en la batalla murio gobin de vna pieza de artilleria y prenderon [sic] otros tres capitanes y escaparon vyendo otros dos y de estos dos es el uno dellos Limahon que es el que vino sobre esta çiudad”.³⁴

²⁹ «明神宗实录» *Ming Shenzong Shilu*, IV, 22.

³⁰ C. Tseng-hsin, *Mingji dongnan Zhongguo...*, pp. 99-101.

³¹ Wanli 万历

³² Fujian 福建

³³ Guangdong 广东

³⁴ Trata-se de uma fonte pouco conhecida e nunca citada na historiografia sobre o caso, cuja autoria é do próprio governador de Manila Guido Lavezares, que inclui no seu relato dados e deta-

Em Julho de 1574, Lin Feng voltou a pedir de novo clemência depois de ter sido derrotado pelas forças de defesa costeira de Fujian. Após recusa, as suas forças navais continuaram a fustigar a costa de Fujian e Guangdong. Nesta altura as autoridades provinciais constatavam que Li Feng comandava uma força que atingia os dez mil homens, e que os seus ataques e incursões se estendiam pelo sul até à ilha de Hainan. Em outubro de 1574 Lin Feng mudou o seu quartel-general do arquipélago Penghu para a costa ocidental de Taiwan. Lin Feng chegou com mais de sessenta barcos que levavam um total aproximado de dois mil homens e mil mulheres aos arredores de Manila nos finais de 1574 após ter interceptado uma nave de comerciantes de Fujian que volta à China da cidade filipina.³⁵ A sua intenção era apropriar-se de um circuito comercial de Luzón que, anteriormente à presença espanhola, havia sido controlado por outra companhia de comércio ilegal chinesa, liderada pelo corsário Lin Daoqian.³⁶ Não se tratava somente de lançar uma fulminante e pontual acção corsária mas de abandonar a presença estável em Taiwan e mudar para Luzón os seus quartéis-generais, estabelecendo-se de um modo firme. Refere também estes episódios na sua *Relación* Martín de Rada:

“(…) y como ya no se atrevese á acudir a la costa de China, viendo cuan sobre aviso andaba y habiendo cautivado entre otros un navio de los mercaderes que venian de Manila, informándose de la tierra y sabiendo que era tierra abundante y rica y que los españoles le señoreaban y que eran poca gente y viván descuidados, y que no tenían fuerte ni muralla, determinó de venir sobre ellos...”³⁷

lhes que não estão presentes na abundante documentação que ha generado este episódio. Trata-se de um documento inacabado, que descreve o episódio da incursão de Lin Feng até ao momento em que o governador Lavezares pôde ser testemunha dos mesmos. O documento (Guido de Lavezares: *Relación del suceso de la venida del tirano chino sobre este campo y de las demás cosas sucedidas*) conserva-se na Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial, Manuscrito L-1-5. Existe uma edição filológica a cargo de Juan Francisco Maura em *Anexos de la Revista Lemir* (2004). ISSN 1579-735X <http://www.pamaseo.uv.es/lemir/textos/Maura/Edicion.pdf>

³⁵ Assim o comprovamos neste fragmento de uma carta anónima datada em Manila no ano de 1574: “Este año han venido a estas islas de las demás comarcas catorce navios con las mercaderías que acostumbran a traer a esta ciudad. Llegaron tres de ellos, y entre otras cosas que trajeron fué harina, trigo, cebada, azúcar, nueces, pasas, ygos (...) naranjas, pimienta, peras y otras frutillas de las que suelen traer. Traxeron otras muchas cosas, aunque no tan buenas como los años pasados; porque dicen tener en la tierra firme de la China guerras los unos contra los otros, y que por la costa andavan muchos corsarios, y les habían tomado un navio de los que el año pasado habían salido de este pueblo de Manila, y robaron y mataron todos los que iban dentro” (Pastells & Torres Lanzas 1925-1936, II, XX) Pablo Pastells, Torres y Lanzas y Navas del Valle, *Historia General de Filipinas. Catálogo de los documentos relativos a las islas Filipinas existentes en el Archivo de Indias de Sevilla*, 9 vols., Barcelona, 1925-1936, II, XX.

³⁶ R. Antony, *Like froth floating on the sea...*, p. 26.

³⁷ Bibliothèque Nationale (Paris), Sala de manuscritos do fundo espanhol, doc. 325.

Após diversas tentativas repelidas pelos castelhanos de Manila, Lin Feng decidiu abandonar o projecto de conquistar Manila e retirou-se para Pangasinan, onde ergueu uma fortificação. Ali foi assediado durante meses pelas tropas espanholas. No decorrer do assédio trocaram-se menagens nas quais se tentou conseguir a sua reivindicação através de Synsay, um mercador chinês de Manila, intérprete e intermediário dos castelhanos em Manila. Numa carta que reproduz a tradução das palavras de Lin Feng é especialmente destacável o sentimento de cumplicidade entre Lin Feng e o intérprete e emissário Synsay, assim como, muito especialmente, a imagem metafórica que identifica a sua situação com a de um tigre acossado, que não pode deixar-se capturar, e que não sabe se poderá escapar ao cerco, em que se mostra na perfeição a imagem lutadora, orgulhosa e independente de um ser que se sabe solitário e crepuscular, um dos últimos representantes da estirpe dos wako. Diz o pirata Lin Feng a partir do seu refúgio no qual resiste ao assédio:

*“más si quisiere que, recién quemados mis navíos y casas, me entregue a su voluntad, no lo pienso hacer. Y ¿párecete a ti, Sinsay, que sería justo venir yo en esto? Porque si el tiene mucha gente valiente de los de su nación, mucha más tengo yo de la mía, y tan experimentados de la guerra que con ellos he peleado y vencido yo cien mil hombres de la China; ya a los naturales, que dices, de esta tierra, no los estimo en nada. Yo soy ahora como el tigre que está enojado y todos le quieren coger; yo no saben si los matará, o ellos cogerrán al tigre. Cada una de las partes piense bien lo que conviene. Yo concluyo estas mi razones diciendo que si estas condiciones que pido fueran aceptas, me holgaré mucho de ello. Limahón hace acatamiento al señor Sinsay”.*³⁸

A poucas semanas de se iniciar o assédio às tropas de Lin Feng, avistou-se na costa de Pangasinan a chegada de dois juncos imperiais chineses, nos quais viajava o Comandante de Guarnição Costeira Wang Wanggao, conhecido como *Homonco* ou como *Oumoncon* nas fontes castelhanas,³⁹ enviado especial do governador geral dos dois Guang Liangguang (Guangdong e Guangxi)⁴⁰ com o mandato de capturar Lin Feng. Juan de Salcedo reportou-o a Manila juntamente com o comerciante sangley em jeito de intérprete chamando nas fontes espanholas “Sinsay” El governador Guido de Lavezaris, recebeu-o comprometendo-se a capturar Lin Feng para mais tarde entregá-lo às autoridades chinesas, vivo ou morto. Wang Wanggao aceitou transportar Fujian no seu junco imperial chinês a

³⁸ (San Agustín, 1975: 432-433).

³⁹ Estas transliterações aproximadas que encontramos na documentação espanhola do século XVI baseiam-se na pronúncia em dialecto fijiano minnnanhua.

⁴⁰ L. C. Goodrich & C. Fang (eds.), *Dictionary...*, I, p. 919. Segundo C. R. Boxer foram os Governadores de Fujian e Zhejiang que enviaram Lin Feng, Charles Ralph Boxer, *South China in the Sixteenth century*, The Hakluyt Society, 1953, xlv.

uma embaixada filipina perante as autoridades provinciais de Fujian. O objectivo para os espanhóis era conseguir um enclave comercial estável na costa de Fujian à imagem e semelhança daquele que desde fazia já duas décadas disfrutavam os portugueses em Macau. No dia 12 de Junho de 1575, Wang Wanggao partiu de Manila em direcção à China levando a bordo a expedição castelhana. Depois de terem sido acolhidos pelas diversas autoridades provinciais chinesas durante os mais de três meses que durou a viagem, os embaixadores castelhanos voltaram a Manila com uma frota de dez juncos chineses dispostos a capturar definitivamente o pirata Lin Feng. A resolução das petições castelhanas ficava suspensa até ao desenlace satisfatório da captura de Lin Feng. Na carta do governador de Fujian às autoridades de Manila, é anotada a promessa de comunicação e trato comercial que os testemunhos castelhanos recolhem de forma mais explícita:

*“Lo que os rogamos que aviendo tomado a Limahon lo embieis aca, y sino concertaos con nuestros capitanes Xiaugac, Oumoncon y con Sinzai para que con mas castillas y ellos juntamente se prenda, i si no pudieredes embiareis a Xiaugac con una par de navios pequeños para que sabiendo lo que pasa, embiemos muchos navios i mucha gente i le tomen. Lo qual si se effectuare por que tengamos garn contentamiento tendremos gran tristeza porque a vosotros y a nosotros a hecho daño, y si nos lo embiais yo propio yre a nuestro Virrey y dezirlee quan bien lo aveis hecho, y el Virrey escrivira al rey para que s haga mucho bien y alcançara recados para que los Castillas traten i comuniquen con nosotros”.*⁴¹

Abria-se assim a possibilidade comercial de conseguir um estabelecimento espanhol estável numa ilha situada na entrada da baía de Amoy, na região de Haicheng, à maneira de Macau portuguesa e tal como lhes havia sido prometido e inclusivamente mostrado. Habitualmente tem-se localizado a localização desta ilha oferecida aos espanhóis de Manila pelas autoridades de Fujian em troca da captura de Lin Feng como uma ilha situada na zona sul da entrada da baía de Amoy chamada Wushu, mas segundo esta referência de Miguel de Loarca tratar-se-ia da montanha coroada pelo pagode de Nantaiwu, situada em frente a esta ilha. Miguel de Loarca alude a este lugar na sua *Relación del Viaje que hicimos a la China desde la ciudad de Manila en las de Poniente año 1575, mandado y acuerdo de Guido de la Vazaris, governador y Capitan General que a la sazón era en las islas Philipinas*:

⁴¹ Miguel de Loarca, *Relación del viaje que hezimos a la China desde la ciudad de Manila an las del poniente año de 1575 años, con mandado y acuerdo de Guido de Lavazaris governador i Capitan General que a la sazón era en las Islas Philipinas*, Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, mss. 9/1100, fol. 112r-150v. Existe uma reprodução digitalizada por Dolores Folch no portal La China de España: <http://www.upf.edu/asia>.

“...la punta primera que hace hasta Fontuso⁴² se llama Chautube, y un cerro muy alto que está en la tierra firme al entrar de la ensenada que tiene una ermita en la cumbre donde ellos dicen que an de poblar los Españoles si se acen las Pazes, se llama Tribu⁴³ y la punta baxa deste zerro se llama Gonozu...”⁴⁴

É de destacar o paralelismo que se pode estabelecer entre os mecanismos que tornavam possível aos castelhanos de Manila a obtenção de um enclave comercial na costa de Fujian com o processo que precedeu a obtenção por parte dos portugueses de Malaca do enclave de Macau na costa de Guangdong. Em ambos os casos foi fruto de acordos tomados a nível provincial e que evidenciam a ampla margem de autonomia e discricção no exercício do poder e na interpretação das leis de que gozavam os mandatários provinciais. Em ambos os casos os europeus eram tidos como uma mais uma comunidade mercantil entre as presentes no contexto da Ásia Oriental, tratados como os povos da zona, em ambos os casos o acordo surgia da excepcionalidade de uma conjuntura política e económica que convertia em altamente proveitosa para as autoridades provinciais a interacção com os ibéricos, em ambos os casos – a serem verídicas as fontes que assim o atestam – o acordo vinha precedido por acções militares ibéricas contra wako e em ambos os casos o papel de intermediação económica dos ibéricos permitia a entrada de prata e a conexão com rotas comerciais de longo alcance.

Encontramos reproduzida a tradução de uma carta de agradecimento de Wang Wanggao a Guido Lavezaris na *Relación del suceso de la venida del tirano chino sobre este campo y de las demás cosas sucedidas acerca dello*.⁴⁵ Nesta passagem é interessante destacar a prova de como persiste um comércio chinês ilegal, à margem do sistema limitado de licenças concedidas pelas autoridades costeiras da China. Wang Wanggao relata o encontro com uma nave chinesa ilegal, sem licença de comércio, que levava salitre para Manila para o fabrico de pólvora e se dispunha a transportar outras mercadorias para o Japão:

“Oumocon haze mucho acatamiento al señor governador que esta en Luzon, a ti, Capitan Vaçar;⁴⁶ que estas i mandas a Luçon y a los cibayas y otras tierras, que hazes mucho bien a los naturales de China, y eres semejante a ellos i los amas como a hermanos menores. Yo vine por el rey de China

⁴² Amoy.

⁴³ Tratar-se-ia da montanha coroada pelo pagode de Nantaiwu.

⁴⁴ Real Academia de la Historia, Colección Salazar y Castro, mss. 9/1100, fol. 112r-150v (Boxer, 1953, xlii). C. R. Boxer, *South China...*, xlii.

⁴⁵ Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial, Manuscrito L-1-5. Existe uma edição filológica a cargo de Juan Francisco Maura em Anexos de la Revista *Lemir* (2004).

⁴⁶ Vaçar: Lavezares.

*manadado por Combun, virrey de Ucheo, a saber del traidor de Limahon, que es gran ladrony se nombra Sui tei, que quiere decir rey, el qual se huyo de la China. I llegado que fui a Pangasinam halle a tu gente que tiene cercado a Limahon de quien yo venia a saber. Alli pase y estuve con tu Capitan Mayor i los demas castillas, i vi que era buena gente. Yo traya dos navios, y el tercero que alli llevo era de mercaderes que venian sin licencia i traian salitre i recado para hazer polvora, lo qual echaron al aua luego que me vieron. Estos mercaderes que venian para llevar cuernos, conchas, algodón, cera y otras cosas para llevar a Japon. Enojeme i reñi con el capitan del navio que lo tenia todo perdido por venir como e dicho sin licencia; tu Capitan Mayor me hizo no le penase como merecia. Tu, capitan Baçar, tienes buen coraçon que no quisistes tomar oro ni otra cosa, ante as dado buen exemplo a los demas, i tu, como bueno, consideraste que darias contento al rey de China, i por tanto sin precio ni interese alguno le embias en presente la gente que los tuyos tomaron a Limahon, la qual gente se te humilla mucho i da las gracias, yo hago lo mismo por la libertad i bien que les as hecho. Digo otra vez capitan Baçar que tienes buen coraçon para conmigo i para con todos, lo qual experimente l tiempo que estuve en Manila, porque en todo lo que yo queria i desseava heziste”.*⁴⁷

Durante os meses que durou a estadia da embaixada filipina na província de Fujian desde 12 de Junho até 28 de Outubro de 1575, deram-se dois acontecimentos nas Filipinas que condicionariam decisivamente o desenlace da embaixada: por um lado a fuga do pirata Lin Feng do assédio espanhol, por outro lado a morte do governador Guido de Lavezares que havia conseguido estabelecer um contacto amistoso com as autoridades chinesas. O seu sucessor foi Francisco de Sande, quem por seu arbítrio e modo de focar o assunto se converteu num factor decisivo de entorpecimento de qualquer acordo e entendimento sino-castelhano. Provavelmente o principal factor para o fracasso das tentativas de desenvolvimento de uma diplomacia sino-castelhana fora a recusa de Francisco de Sande em tratar Wang Wanggao e suas tropas com a mesma hospitalidade e a devolver com reciprocidade equitativa os presentes e acolhimento que foram oferecidos aos castelhanos no seu périplo pela província de Fujian. O governador de Sande nagava-se a considerar os emissários imperiais chineses como sujeitos de interlocução negociadora, acreditava que a entrega de presentes significaria reconhecimento de dependência tributária. Como alternativa, formulou o primeiro plano articulado de conquista da China, que seria mais tarde desenvolvido e cimentado pelas Juntas Gerais de Manila e apresentado perante a corte do rei Felipe pelo jesuíta Alonso Sánchez. O desaire castelhano aos emissários chineses foi um problema constatado por fontes da época. É o que podemos ver por exemplo

⁴⁷ Guido de Lavezares, *Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial*, Manuscrito L-1-5.

nestas palavras de Salvador Díaz Caballos numa carta dirigida ao vice-rei de Nova Espanha e datada de 4 de Junho de 1676:

“(…) han estado aquí seis meses⁴⁸ alojados todos dentro de la ciudad, y en nuestras casa, y como la tierra es tan flaca de bastimentos y ellos eran muchos y el tiempo largo han padecido necesidad han partido muy descontentos y muy enemigos del Governador”.⁴⁹

Durante as últimas décadas do século XVI desaparecem dos mares da Ásia Oriental praticamente todas as grandes formações navais itinerantes dedicadas à pirataria à margem da legalidade, mas persistirão as práticas que subvertem as restrições impostas. O comércio ilegal ultrapassará os limites quanto número de barcos estipulados pelas autoridades chinesas e, no caso filipino, as taxas e condições desfavoráveis impostas pelas autoridades castelhanas (almoxarifado, sistema de pancada).

A chegada dos castelhanos às Filipinas foi uma factor de catalisação e estímulo ao duplo processo de comércio e de emigração: por um lado favoreceu a considerável emigração dos chineses da província de Fujian para as costas próximas da ilha de Luzón acelerada a partir das duas últimas décadas do século XVI, e por outro lado introduziu este intercâmbio de âmbito regional numa rota comercial a larga escala, que unia Acapulco a Manila e às costas de Fujian⁵⁰ e que implicou uma nova porta de entrada de prata em forma de pesos de prata mexicanos, moeda que – pelo seu carácter cunhado e portanto adoptável como ponto de referência estável – se converteu em habitual nos intercâmbios comerciais chineses até finais da dinastia Qing 清代 (1644-1911), substituindo o uso da prata sem cunho.⁵¹ Paralelamente ao levantamento parcial da proibição

⁴⁸ Concretamente estiveram entre meados de outubro de 1575 e princípios de maio de 1576. As datas exactas divergem segundo os testemunhos.

⁴⁹ AGI, *Filipinas* 6, P. Pastells, Torres y Lanzas y Navas del Valle, *Historia General de Filipinas...*, II, xlvii.

⁵⁰ Edward D. Rockstein, “Maritime Trade and Japanese Pirates: Chinese and Korean Responses in Ming Times”, *Asian Pacific Quarterly of Cultural and Social Affairs*, 5, 2, 1973.

⁵¹ A partir de 1582 a prata converteu-se também no sistema de pagamento mais habitual nos intercâmbios comerciais entre chineses e portugueses. Chang T'ien-tsê, *Sino-Portuguese Trade from 1514 to 1644. A synthesis of Portuguese and Chinese sources*, Leiden, 1934, p. 108. Encontramos testemunhado o uso da prata sem cunho, valorizada segundo o seu peso, na terceira relação que escreveu Alonso Sánchez sobre a China: “Sirve de moneda, más no acuñada sino por peso”, AGI, *Filipinas* 79, 2, 15 Sobre os mecanismos da circulação de prata mexicana até ao mercado chinês e as repercussões deste processo no sistema imperial espanhol vid. Dennis Flynn & Arturo Giráldez. “China and the Spanish Empire”, *Revista de Historia Económica* 14, 2 (1996), pp. 309-338.

de comerciar, introduziu-se uma taxa especial que onerava a introdução de prata. Esta era uma nova fonte de proveito para as autoridades costeiras chinesas.⁵²

Robert Antony distingue três fases no longo ciclo que vai desde 1520 a 1810 de presença activa nos mares do sul da China de comunidades mercantis navais chinesas ilegais, mais ou menos violentas ou simplesmente dedicadas ao contrabando e comércio à margem dos canais oficiais. A primeira fase do auge da pirataria seria a protagonizada pelos wako (1520-1570), identificados como japoneses em fontes chinesas, mas com muita frequência de origem chinesa. Esta fase chega ao seu fim no momento em que os ibéricos conseguem estabelecer uma interlocução comercial fluida e proveitosa com as duas províncias mais activas neste campo: Guangdong e Fujian.⁵³

O período compreendido entre 1570 e 1620 corresponde a um período de relativa calma e prosperidade nos mares do sul da China. As regulações comerciais chinesas afrouxaram com os sucessivos aumentos do número de navas autorizadas a sair dos portos de Fujian e, por outro lado, aumentou-se o marco mercantil legal ao legalizar-se o comércio com Taiwan, o que é o mesmo que o comércio chinês com o Japão através de Taiwan.⁵⁴

O ritmo das monções obrigava os barcos chineses que acudiam a vender os seus produtos Manila a permanecer algumas semanas ou meses em Luzón, este hecho – juntamente com a precariedade nos abastecimentos da cidade – favoreceu a instalação em massa de chineses em Manila. O processo migratório dos sangleyes logo superou as dimensões desejadas pelas autoridades filipinas. Fixou-se em 6.000 a cifra ajustada e desejável de chineses no Parián, todavia desde inícios da última década do século XVI esta foi uma cifra largamente superada. Se combinada a pressão migratória com o extraordinário negócio dos funcionários castelhanos de Manila que vendiam as licenças.⁵⁵ Este crescimento acelerado da emigração conduzirá às tentativas de limitação – expulsão dos sangleyes de Manila do ano 1596 documentada na carta a Felipe II de Antonio

⁵² Chang Cheung, “The Smuggling Trade Between China and South-east Asia during the Ming Dynasty”, in F. S. Drake, *Symposium on Historical, Archeological and Linguistic Studies on Southern China, South-East Asia and the Hong Kong Region*, Hong Kong University Press, 1967, p. 226.

⁵³ “Between 1520 and 1810, China witnessed an upsurge in piracy all along the southern coast from Zhejiang province to Hainan Island. This was China’s golden age of piracy. During that time there were three great pirate cycles: first, the merchant-pirates of the mid-Ming dynasty from 1520 to 1575; second, the rebel-pirates of the Ming-Qing transition between 1620 and 1684; and third, the commoner-pirates of the mid-Qing dynasty from 1780 to 1810.” R. Antony, *Like froth floating on the sea...*, p. 28.

⁵⁴ J. E. Wills, *From Ming to Ch'ing conquest, region, and continuity in seventeenth-century China*, Jonathan D. Spence and John E. Wills (ed.), Jr New Haven [Conn.] [etc.], Yale University Press, 1979, p. 213.

⁵⁵ Antonio de Morga, *Sucesos de las Islas Filipinas*, Patricio Hidalgo (ed.), Polifemo, Madrid, 1997, xix.

de Morga datada de 6 de julho de 1596, que se pode contemplar como um dos motivos que assentam na base da rebelião da colónia chinesa de Manila e posterior sangrenta repressão de 1603, na qual se calcula que morreram mais de 20.000 chineses.⁵⁶ Nem sequer a reiteração das sucessivas “limpezas étnicas” em que os espanhóis de Manila executaram no total uma largas dezenas de milhares de chineses ao longo do século XVII, como resposta a rebeliões, indícios de conspiração, conseguiram refrear o fluxo migratório, que ressurgia e se reproduzia de seguida, a poucos anos ou mesmo meses de cada extermínio.

A rebelião dos chineses de Manila em 1603 (e as que sucedem imediatamente) põem em evidência as tensões latentes e a instabilidade do modelo comercial de Manila. A cidade contava apenas com umas centenas de castelhanos e concentrava mais de 20.000 emigrantes chineses. Desde 1581 segregou-se a população chinesa num gueto, o chamado Parian dos sangleyes, no exterior da cidade espanhola, à maneira das judiarias ou mourarias de Espanha. O afã de cristianização e de hispanização dos chineses de Manila, assim como o seu recrutamento nas iniciativas bélicas empreendidas nas Filipinas, criaram um foco de tensão permanente. Documenta-se a proibição de celebrarem os seus rituais festivos de ano novo, etc., pretendia-se cortar o cabelo aos convertidos para evitar o regresso ao continente etc. A relação em Manila entre a comunidade espanhola fechada nas muralhas e a cidade chinesa, muito mais populosa, encarregada de todas as tarefas artesanais e de abastecimento, era proveitosa para ambos os lados mas cheia de desconfiança e suspicácia. As sucessivas expulsões, rebeliões e matanças em massa de chineses assim o evidenciam.

Após várias décadas sem pistas relevantes de ressurgimento de comunidades navais armadas chinesas dedicadas à pirataria, durante a segunda década do século XVII consolidam-se diversos grupos que operam a partir costa de Fujian e do porto japonês de Hirado. Estas novas comunidades navais armadas, dedicadas ao comércio ilegal e à intermediação, controlarão e protagonizarão durante as décadas seguintes o comércio da região através de alianças sucessivas com a diáspora holandesa ou as autoridades imperiais chinesas. Robert Antony caracterizará esta segunda vaga de pirataria sino-japonesa como “rebel-pirates of the Ming-Qing transition”. cremos, no entanto, que esta identificação entre pirataria e rebelião anti-manchú não é a mais definidora destes grupos: a sua principal característica será a de conseguir o monopólio e o controlo sobre uma boa parte dos barcos de navegação comercial de Fujian, introduzindo a disputa monopolística na rivalidade entre os dois principais focos do comércio marítimo exterior da região: Yuegang 月港 (Haicheng 海澄) e Amoy

A ascensão da coalizão pirata liderada pelo clã da família Zheng 郑, concretamente por Zheng Zhilong 郑芝龙 e mais tarde seu filho Zheng Zhenggong

⁵⁶ Emma Helen Blair & James Alexander Robertson, *The Philippine Islands, 1493-1898*, Rizal Cachos Hermanos, Mandaluyong, 1973, IX, p. 266.

鄭成功, significará a decadência de Yuegang (o porto da zona sul de Fujian que desde a década de 1570 monopolizava as permissões oficiais para sair e comerciar com o exterior) e a ascensão de Amoy como base de operações da frota que controlava os fluxos marítimos entre Japão, Taiwan, Luzon e Batavia. Calcula-se que em 1626 o grupo pirata que Li Dan 李旦 havia inicialmente liderado e que Zheng Zhilong herdou, controlava 120 navios, no ano seguinte a cifra multiplicava-se até 700, e em 1628 o governador de Fujian falava já de 1.000 navios sob controlo do clã dos Zheng.⁵⁷ A par desta posição de domínio absoluto no contexto costeiro de Fujian, outro rasgo determinante é também a posição chave na intermediação entre os diferentes sistemas comerciais-imperiais europeus da zona e a costa chinesa. Li Dan e o seu sucessor Zheng Zhilong interpor-se-ão como filtro imprescindível entre o Império Chinês e os holandeses da Zelândia, reproduzindo o esquema de Manila: não se autoriza aos europeus aproximarem-se da China, mas permite-se – ou apenas em parte – às frotas chinesas que partem da costa que se aproximem das metrópoles europeias da Ásia Oriental para vender produtos em troca de prata.

Estes grupos piratas do século XVII passarão do negócio do comércio entre a China e o Japão através de Taiwan a controlar o comércio com os europeus das metrópoles comerciais com comunidades chinesas –meio social de que surgem, no qual aprendem os idiomas e os conhecimentos comerciais e financeiros que lhes permitem superar os mais lutadores “warrior merchant”: a expulsão dos holandeses de Taiwan por parte das frotas de Zheng Chenggong é um feito singular: pouquíssimas vezes um grupo asiático conseguiu deslocar e vencer os “intrusos” europeus. Finalmente, a pirataria liderada pelo clã dos Zheng caracteriza-se não tanto pelo seu carácter “rebelde” em relação ao novo ciclo dinástico como pela sua capacidade de colaboração que acabará por significar a reconversão da grande diáspora naval da família Zheng no embrião de um projecto totalmente territorializado, assente em Taiwan, com pretensões de fazer de ponto de partida de uma ofensiva legitimadora dos Ming do sul face à invasão manchú do norte. A velha dialéctica de alguns interesses provinciais geradores de dinâmicas divergentes em relação ao discurso e à ordem imperial (concessão de Macau, abertura de comércio em Yuegang...) adquire uma dimensão menos obscura, mais visível e política com a disputa dinástica entre os Ming e os Qing.

O primeiro grande líder destas novas comunidades de mercadores-piratas chineses é Li Dan. Nascido provavelmente em Quanzhou 泉州, líder da comunidade China de Manila até ter sido condenado pelos castelhanos a remar nas galeras como castigo por causa de dívidas ou por um conflito sobre a posse de terras. No diário do agente da Companhia das Índias britânica em Herado, Richard Cooks, podemos ler numa entrada de 1516 que Li Dan:

⁵⁷ Chang Pin-Tsun, *Chinese Maritime Trade: The Case of Sixteenth-Century Fu-chien (Fukien)*, UMI Dissertation Services, Princeton, 1983, pp. 289-290.

*“was governor of Chinas at Manila in he Philippine in the end the Spaniards picked a quarrel on purpose to seize all he had, to the vale of above 40.000 taels and put him into the galleys, from whence he escaped some 9 years since and came to firando where he has lived ever since”.*⁵⁸

De acordo com a cronologia do diário de Richard Cooks, Li Dan haveria escapado do seu castigo nas galeras em 1607. Segundo esta cronologia é possível que o seu castigo estivesse relacionado com as consequências da sublevação dos chineses de Manila que terminou com o massacre de 1603, e é possível que o seu castigo nas galeras estivesse relacionado com a ofensiva espanhola nas Molucas de 1606, que culminou com a conquista de Ternate. Após fugir de Manila, Li Dan reaparece em Hirado como o líder da comunidade chinesa.

Em 1619 Bartolomé Martinez escreve o seu “Memorial acerca de la Utilidad de la conquista de la Isla Hermosa” no qual se refere a um corsário chamado Rei da China. Li Dan, nomeado nas fontes japonesas como Capitan Tojin (tangren), isto é, Capitão dos Tang, ou Capitão dos Chineses. Noutras fontes aparece mencionado como Andrea dittis Li Tuan ou Li Han.⁵⁹ nomeado em fontes espanholas como Lituan ou Li Han é nomeado em diversas fontes como “Capitão China”, e também como Andrea Dittis:

*“Outro dos motivos por que os chineses no hande acudir como até agora é devido ao grande receio que al holandés tienene, y por estar destruidos por las pérdidas pasadas, y por haver muitos corsários japoneses e Chinas. Este ano, um chinês, que se intitulava rei da China, iba robando con ochenta balcones. Entre os mesmos chineses há muitas guerras civis que se han levantado”.*⁶⁰

Em 26 de Abril de 1626 Salvador Díaz escrevia sobre Li Dan, apresentado como um cristianizado renegado:

*“Os Olandeses da Ilha de Pescadores tinhao huà fortaleza com quatro baluartes e artilharia; E por quanto esta Ilha pertence ainda as terras da China, O Chumpim Capitaio Geral da Provincia de Foquiem, onde esta o Chincheo, foi lá ter com os Holandeses, sendo terceiro entre elles hum china christao avenegado chamado Lituan que de Manila fugira com outros chinas por duevivas, e que se fora para o Japao onde se ajuntou co os holandeses em Firando, por vis deste disse o Chumpim aos Olandeses que aquella terra era del Rey da China ppr tanto se pasassem dali para a Ilga Ferosa”.*⁶¹

⁵⁸ J. E. Wills, *From Ming to Ch'ing...*, pp. 216-217.

⁵⁹ L. C. Goodrich & C. Fang (eds.), *Dictionary...*, I, pp. 871-872.

⁶⁰ José Eugenio Borao, Heyn's Pol, Carlos Gomez and Anna Maria Nisce Zanduetta, *Spaniards in Taiwan*, Taipei, SMC Publishing Inc., 2002, I, pp. 46-47.

⁶¹ Biblioteca Nacional (Madrid), mss. 3015.

A coalizão unificada de grupos de piratas que ele inicia no segundo quartel do século XVII controlava uma boa quantidade de navios e portos da região. Um irmão de Li Dan controlava a comunidade chinesa de Nagasaki, e um terceiro irmão vivia na costa China, assegurando-lhe o acesso ao continente.⁶² A incorporação da tecnologia militar europeia, juntamente com os conhecimentos de línguas e os sistemas institucionais, económicos e comerciais aprendidos em Macau e Manila, converte estes líderes de comunidades locais em seres fascinantes e com uma grande capacidade de tirar proveito do seu trabalho de mediação.

Quando os holandeses se instalaram no arquipélago de Penghu, em pouco tempo, o império dos Ming tentou expulsar os holandeses do arquipélago sobre o qual tinha soberania. As autoridades chinesas organizaram uma esquadra com 150 juncos de guerra e 4.000 homens com os quais bloquearam posições holandesas. Após oito meses de hostilidades, em 1624, chegou-se a um acordo pelo qual a China aceitava o estabelecimento dos holandeses em Taiwan e a abertura de um canal de comércio entre os holandeses e o continente chinês em troca da sua retirada das ilhas Penghu.

Foi decisiva neste acordo sino-holandês a intermediação dos grupos de mercadores ilegais chineses que operavam na zona a partir das suas bases em Hirado – liderados por Li Dan – que actuaram como porta-vozes das autoridades Ming perante os estrangeiros. A experiência no *Parián de Manila*, juntamente com o conhecimento prévio entre Li Dan e os holandeses de Hirado abriu as portas ao diálogo e situou Li Dan numa posição que não podia ser melhor. Os holandeses adquiriam em Taiwan um posto estratégico e central nas rotas marítimas da Ásia Oriental, mas ao mesmo tempo ficavam nas mãos das companhias “piratas” chinesas de Li Dan, que se encerregavam de subministrarles a seda e os abastecimentos necessários a partir do continente.⁶³

Em 1625, Zheng Zhilong (conhecido em fontes ocidentais como Nicolas Iquam, nome que adquiriu durante a sua infância em Macau) sucedeu a Li Dan no comando da principal frota de mercadores ilegais chineses que operava nos estreitos de Formosa. Reagrupou sob seu comando as diferentes facções em torno do enclave que tinha sido estabelecido ao sul de Taiwan, em Zhule, situado na actual cidade de Jia Yi.⁶⁴ Zheng Zhilong havia crescido em Macau e mantinha fortes ligações pessoais e comerciais com a comunidade chinesa e portuguesa de Macau.

Zheng Zhilong continuou com a política de entendimento com os holandeses, com os quais colaborava pessoalmente desde 1623 como intérprete junto dos portugueses. Li Dan tinha-lhe encomendado este posto junto dos holandeses.

⁶² J. E. Wills, *From Ming to Ch'ing...*, pp. 216-217.

⁶³ Patrizia Carioti, *Zheng Chenggong*, Istituto Universitario Orientale, Napoli, 1995, pp. 51-55.

⁶⁴ P. Carioti, *Zheng Chenggong...*, pp. 59-60.

deses devido aos seus conhecimentos de português que havia adquirido durante a sua infância em Macau.⁶⁵ Através da sua colaboração com os holandeses, Zheng Zhilong adquiriu conhecimentos sobre as suas técnicas de navegação, as suas estratégias comerciais, etc. Em 1627 ocorreu na província de Fujian uma grave escassez. Zheng Zhilong fretou as suas navas para trasladar importantes contingentes de população de Fujian para o seu quartel-general no sul de Taiwan, em Zhule, onde lhes providenciou terras e meios de subsistência. Atribui-se a Zheng Zhilong o estímulo definitivo ao crescimento exponencial que se dá a partir daquele momento no processo de emigração de chineses de Fujian para Taiwan. A maior parte desta emigração provinha da zona de Amoy, no estuário do rio Jiulong, onde estavam as cidades de Quanzhou e Zhangzhou, na zona que rodeia a actual cidade de Xiamen. O incentivo deste fluxo migratório incrementava a produtividade agrícola, o prestígio e a influência na costa de Fujian, a dinâmica comercial e o potencial bélico das frotas de Zheng Zhilong. Em 1628 Zheng Zhilong obteve um acordo de reconhecimento por parte das autoridades chinesas em troca de pacificar os estreitos, controlando as diferentes facções piratas e mantendo à raia os holandeses.⁶⁶

Vemos, assim, como os dois primeiros líderes da coalizão pirata do século XVII estão vitalmente vinculados às duas capitais ibéricas da Ásia Oriental, Manila e Macau. Este é um dado que poderia parecer irrelevante, mas que indica como a segunda vaga de piratas chineses, surge num meio onde a presença dos ibéricos e dos holandeses alterou todas as regras de jogo e os horizontes mercantis no mundo marítimo da Ásia Oriental: também as da pirataria.

⁶⁵ Leonard Blusse, "Minnan-jen or Cosmopolitan? The rise of Cheng Chih-lung alias Nicolas Iquan", in E. B. Vermeer, *Development and Decline of Fukien Province in the 17th and 18th Centuries*, E. J. Brill, Leiden, 1990, p. 253.

⁶⁶ P. Carioti, *Zheng Chenggong...*, p. 253.

VOC BLOCKADE OF THE SINGAPORE AND MALACCA STRAITS: DIPLOMACY, TRADE AND SURVIVAL, 1633-1641

PETER BORSCHBERG*

The history of the United Netherlands East India Company (better known to historians by its corporate initials VOC) has regained fresh interest among a range of early modern historians. In contrast to exposés of the early twentieth century, or even dating from before that period, current historical discourses have largely abandoned the rhetoric of colonial glory and national pride to encompass a broader and multi-faceted perspective that must include commerce and trade, diplomacy, rivalry, or even scientific developments. Presently taking place is a thorough reassessment of a vast pool of colonial sources not only by researchers of early modern Europe, but also by their counterparts of Asian history. This revisitation is by no means limited to VOC-related materials: much the same can be observed for other European presences and engagements within Asia, and indeed with the rest of the world. Portuguese language materials naturally assume a pivotal role in this process of revisiting sources.

The present paper addresses one of the most important chapters in Dutch attempts during the early seventeenth century to wrest control of the emporium of trade and spice from its Lusitanian overlord. This endeavor eventually came to fruition, following several unsuccessful attempts in 1606, 1623, 1627 and 1629.¹

* National University of Singapore.

¹ According to François Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën, Vervattende Een Naauwkeurige en Uitvoerige Verhandeling van Nederlands Mogentheyd in de Gewesten, etc.*, 5 parts in 8 volumes, Dordrecht and Amsterdam, Johannes van Braam and Gerard Onder de Linden, 1724, vol. 5, p. 339B, the VOC directors, the Heeren XVII, issued instructions to lay siege (*beleggen*) to Malacca, but no military campaign appears to have been launched in that year. See also

Suffering an (intermittent) eight-year blockade, severe famine and a plague epidemic, the Portuguese port city surrendered to the Dutch on 14 January 1641.²

The blockade of the Malacca and Singapore Straits, which spanned a period of eight years between 1633 and 1641, represents a narrow timeframe in what represented a concerted effort to disrupt and curtail Portuguese trading networks across Asia. Freebooting, it was opined by the regents in the Low Countries, would starve the *Estado da Índia* of financial revenue.³ The concurrent VOC blockade of other Portuguese-held ports, especially Goa, feature important parallels of operation. This should not surprise, for not only were directives issued by a common source in colonial Batavia, there is also a continuity of key personnel responsible for imposing the blockades. Of special interest is Jacob Cooper⁴ who acted as the commander-in-charge of the blockade operations in the Straits of Malacca and Singapore. He was later transferred to the blockade of Goa⁵ and reassigned to Malacca,⁶ where supervised operations for the final land-based assault on the town and fortress in the second half of 1640.⁷

The VOC blockade of the Straits between 1639 and January 1641 finds only passing mention in several exposés on the history of Malacca and the adjacent straits, including Barbara Andaya's *Melaka under the Dutch, 1641-1795*, as well as Dianne Lewis' *Jan Compagnie in the Straits of Malacca*.⁸ The blockade is also broadly mentioned by Afzal Ahmed, James Boyajian, and Ernst van Veen, usually in conjunction with similar operations around Asia, such as notably

E. Netscher, *De Nederlanders in Djohor en Siak*, Batavia, Bruining & Wijt, 1869, p. 32; Dianne Lewis, *Jan Compagnie in the Straits of Malacca, 1641-1795*, Athens, Ohio Center for International Studies, 1995, pp. 14-15.

² E. Netscher, *De Nederlanders...*, p. 33, concerning the blockade of June 1640 to 14 January 1641. Further particulars to the plague epidemic in Malacca are found below in note 6.

³ W. Ph. Coolhaas (ed.), *Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heeren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie* (1610-1638), The Hague: Martinus Nijhoff, 1960, vol. 1, p. 403.

⁴ Also spelt Coper or Koper, varying across documents.

⁵ A short biography of Cooper is found in the *Generale Missiven...*, 1610-1638, p. 394, note 2. According to Pieter Anton Tiele (ed.), *Bouwstoffen voor de Geschiedenis der Nederlanders in den Maleischen Archipel*, The Hague, Nijhoff, 1886, vol. II, p. 263, Cooper made prize of 63 vessels between 16 September, 1633 and November 1634.

⁶ J. A. van der Chijs, et al. (eds.), *Dagh-register gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlands-India anno 1624-1682*, edited by the Netherlands Ministry of Colonies, 31 vols., Batavia, Landsdrukkerij, 1887-1931. See vol. 1640-1641, p. 39, entry of 28 September, 1640.

⁷ P. van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie* I, II, The Hague 1929, vol. I.2, p. 318 note 2 and p. 331.

⁸ Barbara Watson Andaya, "Melaka under the Dutch, 1641-1795" in *Melaka. The Transformation of a Malay Capital, c. 1400-1980*, edited by Kernial Singh Sandhu and Paul Wheatley, Kuala Lumpur, Oxford University Press, 1983, vol. 1, pp. 195-241; D. Lewis, *Jan Compagnie...*

the VOC blockade of Goa.⁹ Two older contributions that address the military campaigns at large also mention the blockade, Leupe's *Siege and Capture of Malacca from the Portuguese in 1640-1641* (1936) and David Bassett's *Changes in the Pattern of Malay Politics, 1629-1655* (1969).¹⁰ One might also wish to immediately include here the excellent study of René Barendse, *Blockade: Goa and its Surroundings 1638-1654* which can serve to meaningfully extend the picture from the region around the Singapore and Malacca Straits to also encompass Subcontinental India.¹¹ Barendse's paper has offered a model for the present chapter, with the noteworthy difference that greater emphasis is placed in the present exposé on strategies devised by the two enemies, the Portuguese and the Dutch, as well as their respective treaty partners and supporters.

Before delving into the dynamics of the naval blockade, it is well worthwhile to sketch the bigger picture around the Straits, the Malay Peninsula, Sumatra, and Southeast Asia. For a better grasp of the issues at hand one can point to the aforementioned articles of Bassett and Leupe as well as to Denys Lombard's now classic *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda* for further reference.¹²

As is known from that pioneering work of Lombard, together with some more recent studies such as by Jorge Alves and Paulo Pinto,¹³ the Kingdom of Aceh embarked on a trail of imperial expansion in the first half of the seventeenth century and emerged as the dominant power in the region around the Malacca and Singapore Straits. Its cultural and military rival, Johor, was attacked together with other Malay states on the Peninsula, including significantly Perak and Selangor. The Portuguese were traditionally hostile to Aceh (and vice-versa), relations with

⁹ Ahmed Afzal, *Indo-Portuguese Trade in Seventeenth Century (1600-1663)*, New Delhi, Gian Publishing House, 1991, esp. pp. 48-49; James Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 1993, pp. 231-232; Ernst Van Veen, *Decay or Deafeat? An inquiry into the Portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Leiden, Research School of Asian, African and Amerindian Studies, 2000, pp. 199-202.

¹⁰ P. A. Leupe, "The Siege and Capture of Malacca from the Portuguese in 1640-1641", *Journal of the Malayan Branch of the Royal Asiatic Society*, 14, 1, 1936; D. K. Bassett, "Changes in the Pattern of Malay Politics, 1629-1655", *Journal of Southeast Asian History* 10, 3, 1969.

¹¹ René Barendse, "Blockade: Goa and its surroundings 1638-1654", in *Rivalry and Conflict. European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, edited by Ernst van Veen and Leonard Blussé, Leiden, CNWS Publications, 2005, pp. 232-266.

¹² Denys Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh au temps d'Iskandar Muda 1607-1636*, Paris, École française d'Extrême-Orient, 1967.

¹³ Jorge Manuel dos Santos Alves, *O domínio do norte de Samatra. A história dos sultanatos de Samudera-Pacém e de Achém, e das suas relações com os Portugueses (1500-1580)*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999; Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaios. Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém, 1575-1619*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Johor were mixed, but ties to Pahang were generally on sounder terms.¹⁴ The VOC was an ally of both Aceh and Johor, but after 1613, was caught in a serious tussle between the two parties, a delicate situation diplomatically as is evidenced by VOC-generated documentation. It transpires from these materials how Aceh maintained the balance of power around the region, but caution ruled after the death of Iskandar Muda in December 1636 and the ascent to the throne of his son, Iskandar Thani.¹⁵ Several promises by the Acehnese (as early as 1633)¹⁶ to assist in military operations against Malacca remained unfulfilled, and gradually the Dutch lost all hope of securing any military support from the Sumatran sultanate.¹⁷ To Aceh's north, Siam entered a period of political instability during a succession crisis that brought King Prasat Thong to the throne in September 1629.¹⁸ Evidence indicates that the Siamese sought the active assistance of Aceh in quelling the unrest in their lands, and evidence also points to Spanish schemes to destabilize and even perhaps even overrun the Siamese kingdom.¹⁹ On the

¹⁴ Peter Borschberg, "Remapping the Straits of Singapore? New Insights from Old Sources" in Peter Borschberg (ed.) *Iberians in the Singapore-Melaka Area*, Wiesbaden and Lisbon, Harrassowitz/Fundação Oriente, 2004, pp. 106-107; Peter Borschberg, "Luso-Johor-Dutch Relations in the Straits of Malacca and Singapore, ca. 1600-1623" in Ernest Van Veen and Leonard Blussé (eds.), *Rivalry and Conflict. European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, Leiden, CNWS, 2005, p. 190.

¹⁵ D. Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh...*, p. 187.

¹⁶ *Generale Missiven...*, 1610-1638, report of Governor-General Hendrik Brouwer *et al.*, dated 15 December, 1633, p. 395.

¹⁷ See for example *Dagh-Register Batavia*, 1631-34, entry of 6 February (1634), p. 237, where it is reported that the King of Aceh had promised assistance and intends to dispatch an armada with last eastern monsoon against Portuguese Malacca. But it is subsequently reported (*ibidem*, p. 238) that he did not deliver on this promise. Despite repeated requests of VOC for help, the King failed to muster assistance and excuses himself that he already had to deploy his *armada* against Perak, Aru and the west coast of Sumatra. The campaign in Perak alone required 1,100 men and 4 war elephants.

¹⁸ The Hague, National Archives, VOC 1132, fols. 483-489; VOC 1109, fols. 43-51, *Dagh-register Siam*, 10 April 1633-6 November 1633; Dhiravat na Pompejra, *Siamese Court Life in the Seventeenth Century as Depicted in European Sources*, Bangkok, Chulalongkorn University, 2001, pp. 195-196, 201-202, 226; Dirk van der Cruyssé, *Siam and the West, 1500-1700*, Chiang Mai, Silkworm Books, 2002, pp. 55, 61-64. Rodao in his book *Espanoles in Siam* mentions the disturbances surrounding the accession of Prasat Thong (*ibidem*, p. 57), but otherwise does not mention the "failed" military expedition to conquer Siam. See: Florentino Rodao, *Espanoles en Siam (1540-1939). Una aportación al estudio de la presencia hispana en Asia*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1997.

¹⁹ *Dagh-Register Batavia*, 1631-34, entry of 6 February (1634), p. 238. *Ibidem*, entry of April 10-14 (1632), p. 69, reports that the Spanish had dispatched several vessels 300 "white" soldiers and 1,500 Pampangas to the "river of Cambodia" (The Mekong) to destroy "the Empire of Siam" and take great plunder from there. They also planned to seize Dutch ships that are destined for Patani, Siam, Cambodia and Taiwan. Some Portuguese prisoners were cross-examined on these schemes. According to a later entry (*ibidem*, p. 70) it is clear that his Spanish operation had failed

Portuguese side, relations with Pegu and Macassar are generally sound, and news of an embassy of Mataram to Malacca in 1636 and again in 1639 evoked considerable suspicion with Dutch officials in Batavia. It is known that the Portuguese sought the assistance of Mataram which on several occasions was not only reported to have rushed food supplies to Malacca, but even seriously deliberated the dispatch of military assistance.²⁰ Further to the east, the Dutch established themselves on the great island of Taiwan in 1624. The Tokugawa Shogunate forbade in 1635 the Japanese from leaving the archipelago and in 1639 closed its doors entirely to the Portuguese.²¹ The latter decision dealt a serious blow to trading centers, such as Macao that relied heavily on the Japan trade.²² All of these developments are of course documented and require no further elaboration.

Against the backdrop of this constellation of forces one needs to place the conflict between the *Estado da Índia* and the VOC, the latter representing a technically private enterprise acting as a self-financing arm in the Dutch-Iberian war effort in Asia. The Dutch company pursued a two-pronged approach in dealing with the Lusitanian foe: first disrupting networks of trade and strangling the flow of goods between Portuguese-held ports. Second, by attacking both hard,²³ but especially soft Portuguese targets, the latter translating in practice into intercepting and plundering commercial trading vessels.²⁴ Both strategies aimed at starving the *Estado da Índia* of financial revenue so as to weaken its ability to carry out swift and decisive military responses. Imposing a blockade was one means of enforcing these objectives, especially when the blockade could be effectively imposed over a sustained period. They were organized and enforced

and that the ships had set sail for Manila.

²⁰ The Hague, National Archives, VOC 1117, fols. 561-568; D. Lewis, *Jan Compagnie...*, p. 15: "They (the VOC) believed the ruler of Mataram had aimed, by assisting Portuguese Malacca, to divert the VOC's attention from Java. Now Mataram was forced to look to Batavia instead of Malacca as the market for their most important export, rice." – *Generale Missiven*, 1639-1655, report of Antonio van Diemen 18 December, 1639, p. 68. See also D. Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh...*, p. 97.

²¹ In 1636 the Dutch petition the consent of the Tokugawa Shogunate for imposing a naval blockade on Malacca and other ports of the *Estado da Índia*. Such a move doubtlessly affected Japan's reliance on Portuguese imports, including especially textiles. The Dutch assured the Tokugawa Shogun that his country would suffer no disruption of supplies. *Generale Missiven*, 1610-1638, pp. 508, 514.

²² Gonçalo Misquitida, *Historia de Macau*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998, vol. III, 1, p. 23.

²³ Such targets being forts and ports such as for example Goa, Malacca and the Moluccas.

²⁴ Peter Borschberg, "The Seizure of the Santo António at Patani. VOC Freebooting, the *Estado da Índia* and Peninsular Politics, 1602-1609", *Journal of the Siam Society*, 90, 1-2, 2002, pp. 59-60; Peter Borschberg, "A Portuguese-Dutch Naval Battle in the Johor River Delta and the Liberation of Johor Lama, 1603", *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, 153, 1, 2003, pp. 157.

at points of strategic and commercial importance, especially in the Straits of Malacca and Singapore.

A gloss on some of the extant source materials is now warranted at this juncture. For the Dutch side I have relied chiefly on published and unpublished documentation deriving from the VOC, including reports and letters of Commander Jacob Cooper,²⁵ correspondence from the Sumatra offices to Batavia (especially from the factory in Jambi),²⁶ the *Generale Missiven*, as well as that magnificent treasure trove of gossip and information for the whole Indonesian archipelago and beyond, the *Daghregister Batavia*.²⁷

On the Portuguese side, I have consulted the *Assentos* edited and published by Pissurlencar,²⁸ and especially individual pieces of correspondence that were intercepted by the VOC during the period of the blockade.²⁹ The *Livros das Monções* proved useful for gleaning responses to the blockade and VOC aggression in the East Indies in general from an institutional or at least official perspective.³⁰ For the earlier period of the blockade, that is 1633 to the middle of 1635, there is of course also the published diary of the Portuguese vice-roy of India, the Conde de Linhares. It contains some interesting and useful information on issues pertaining to security and trade.³¹ While admittedly far from complete, the materials paint a rewarding account of the situation within the walls of Portuguese Malacca (together with some other port cities of the *Estado da Índia*), and also reveal strategies devised by Lusitanian traders to circumvent the Dutch blockade.

In reviewing sources, the following questions stood at the forefront of my attention: How did the parties on the ground act to enforce the blockade? What specific steps were taken to break, evade, and circumvent the VOC blockade?

²⁵ The Hague, National Archives, VOC 1115, fols. 754-760; 791-792; VOC 1121, letters of Jacob Cooper (1636), fols. 1-67; VOC 1131, fols. 1283-1288; VOC 1132, fols. 135-141.

²⁶ The Hague, National Archives, VOC 1118, fols. 483-488, letters of the Jambi factory to the Governor-General at Batavia, 1634; VOC 1119, fols. 1240-1247, letters from Jambi to the Governor-General at Batavia, 1 September, 1636; and 3 October, 1636.

²⁷ J. A. van der Chijs et al. (eds.), *Dagh-register gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlandts-India anno 1624-1682*, edited under the auspices of the Netherlands' Ministry of Colonies, 31 vols., Batavia, Landsdrukkerij, 1887-1931.

²⁸ P. P. S. Pissurlencar (ed.), *Assentos do Conselho do Estado da Índia*, 7 vols., Bastóra-Goa, 1855-1974.

²⁹ See for example: The Hague, Nationaal Archief, VOC 4818, fol. 561 recto et seq. The intercepted correspondence here covers the years 1633 to 1636. See also VOC 1136, fols. 963-965 where trade relations between Japan, China, Malacca and Goa are discussed together with the closure of the Japan market to the Portuguese.

³⁰ See for example: Lisbon, IAN/TT, *Livros das Monções*, Cod. 47, fols. 22r-22v; 48/89-89v, 41/74r-74v; Cod. 48, fols 88/70-72v; Cod. 49 fols. 47/62-64; 82/136-139.

³¹ *Diário do Terceiro Conde de Linhares, Vice-rey da Índia*, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1937.

What were the immediate factors on the ground that induced the fall of Portuguese Malacca in January 1641?

On the Dutch side it is possible to detect a reliance on maritime power and artillery while simultaneously signing new, or invoking existing treaties, with princes in the region. The Dutch also co-opted local merchants and political elites to support their cause.³² The co-optation of indigenous elites is of course paramount for two reasons: first, because looking at the bigger picture, it is evident to VOC servants at the time that they do not tip or even maintain the balance of power. It is clear that the key to holding the balance of power is firmly placed in the hands of Aceh. In mobilizing their (Malay) treaty partners, the Dutch naturally also had to cast an eye on the Acehnese, and preferably also persuade Aceh's monarch Iskandar Muda and his successor, Iskandar Thani, to lend active military support to the Dutch cause. On the ground, it proved almost impossible to seal off the Singapore and Malacca Straits with anything between five and nine cutters together with undisclosed number of sloops. The vessels and men at the company's disposal was simply insufficient to impose a tight naval blockade on Malacca, or to solicit information from local agents or passing vessels. But the control of specific nodal points in the waters of the Straits facilitated the interception and also seizure of craft destined for Malacca and other Portuguese-held ports. Freebooting was not a new strategy adopted by the VOC, and extant documentation evidences that freebooting activities were successfully pursued in the Singapore and Malacca Straits between 1636 and 1639.

Lusitanian counter-strategies were generally conceived as responses to specific Dutch acts of aggression against both hard and soft Portuguese targets. The co-optation of regional elites is very important for appreciating and also properly understanding the historic unfolding of events. It should be immediately adjoined here, however, that in times of distress, it was not uncommon to devise forward strategies that consciously aimed at upsetting the balance of power in the region around the Singapore and Malacca Straits. In the period under review, the Portuguese offered to improve relations with their long-time enemy and commercial rival, Aceh. For a short span, notably in the months preceding the death of Aceh's Sultan Iskandar Thani in February 1641, some progress was arguably made by the *Estado da Índia* as a result of radically changing tack on the diplomatic front. The matter is admittedly shrouded in obscurity and is difficult to fathom. Source materials reveal that Lusitanian officials had sought to grease the wheels of diplomacy in September 1638. On that occasion the embassy led by

³² See for example *Dagh-Register Batavia*, 1631-42, 17 April, 1632, pp. 122-123, where it transpires that the VOC has signed new, or renewed existing treaties with the "kings" of Patani, Johor, Cambodia, Jambi, Indragiri and other surrounding places against all attacks of the Spanish and the Portuguese. Siam was not among the treaty partners because its king Prasat Thong was considered "an usurper".

Francisco de Soza de Castro ended in an unmitigated fiasco, consuming Aceh's royal palace by fire and triggering the massacre of almost all those associated with the Portuguese mission.³³ De Soza de Castro survived, but was held prisoner by the court in Aceh, and only returned to Goa upon Iskandar Thani's death a few years after the ill-fated diplomatic offensive.³⁴ Despite this setback, Viceroy Pedro de Silva's arguably scored success. In October 1638, just one month after the ill-fated Lusitanian diplomatic mission to Iskandar Thani, the Acehnese dispatched their own embassy, comprising two hundred men, to Dutch Batavia. The Acehnese envoys recounted that the Portuguese sought to forge a deal with Iskandar Thani by offering him nominal sovereignty over Malacca in return for Aceh declaring war on the VOC. This enticing offer was accompanied by the sale of jewels to the Acehnese monarch at what is disclosed as a "friendship price".³⁵ Perhaps the Portuguese offer of nominal sovereignty over Malacca amounted to little more than rumor, and it is well within the realm of possibilities that the Acehnese envoys were toying with the worst fears of their Dutch hosts,³⁶ or they might have been soliciting rival offers from Batavia. Whatever the case may have been, it is reported with evident relief, that Iskandar Thani turned down the *Estado da Índia's* offer for nominal sovereignty over the Portuguese colony.³⁷ De Soza de Castro's survival and the growing number of rumors alleging Lusitanian successes at the Acehnese court should not be dismissed.

Were the responses or counter-strategies of the Portuguese new or innovative, and if they were, how so? Was there something unique or unusual about them? Or were they just knee-jerk, 'street smart' reactions to a growing crisis situation in and around the Straits? In order to facilitate the reconstruction of decisions and events, it is advisable to start with the Dutch side, not least because it is to their acts of aggression that the Portuguese of Malacca and further afield

³³ Emma H Blair and James Alexander Robertson, *The Philippine Islands*, vol. 29, Events, August 1639-August 1640, pp. 197-198: "... went from Malacca as an envoy to the king of Achen, regarding himself as quite safe; but that the king gave orders that his men should arrest the envoy as soon as he enter the palace. When they tried to carry out this command, this man and the other Portuguese placed themselves on the defensive; all the men on the ship hastened to their aid with fireballs, and with these they killed many Acehnese, and the palace was set on fire, being entirely consumed. They estimate the losses of the king at five million [Ryals of Eight]. All the Portuguese were killed." The source adduced and translated by Blair and Robertson name the head of the Lusitanian embassy as "Caldeira", but Lombard positively identifies him as Francisco de Soza de Castro. The latter underscores that he is not aware of any other Portuguese mission dispatched to Aceh to strike a peace deal with Iskandar Thani. D. Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh...*, pp. 97-98, 233-234.

³⁴ See D. Lombard, *Le Sultanat d'Atjéh...*, letter of de Soza de Castro dated March 1643.

³⁵ *Bouwstoffen*, vol. II, pp. 355-356.

³⁶ *Ibidem*, p. 357.

³⁷ *Ibidem*, p. 356.

ultimately respond. The present contribution sketches a broad reconstruction and is not strictly shackled to chronology.

The VOC identified key ports and choke points in the Portuguese networks of trade. The company launched a concerted series of blockades aiming at controlling these nodal points. A VOC document found in the National Archives of the Netherlands in The Hague provides a snapshot of how the Dutch company had carefully distributed its limited naval forces across the waters of the South China Sea and the Straits. The targets of Dutch maritime hegemony were not just the colonial port strongholds of the Portuguese and the Spanish in East and Southeast Asia, but also select emporia that remained under the control of local rulers, such as notably Macassar. The latter openly traded with both Iberian powers, and indeed other northern European competitors of the VOC, such as the Danes and the English.

Judging from specific documents such as ms. VOC 1108,³⁸ it is also evident that the Dutch dispatched only a handful of small to medium-sized vessels to impose a stranglehold on the Singapore and Malacca Straits. Given the state of technology of the day, it was difficult, if not impossible, to exercise a tight control over the commercially important waters of the Straits with so few ships and sparse manpower. For this reason, the Dutch positioned their ships and men at specific nodal points of maritime traffic, and at the same time sought to co-opt the local population in amassing information on the movements of the Portuguese around the Indonesian archipelago and the Malay Peninsula at large. In the Straits of Singapore, there are three such points of special interest: the most easterly is the entrance at the Singapore Straits around Pedra Branca;³⁹ at the mouth of the Johor River opposite the northern entrance to the Riau Strait known as the Hook of Berbukit (October through May);⁴⁰ and the north-north-eastern coast of the Carimons.⁴¹ The three locations are visible on Map Annex 1.⁴²

³⁸ The Hague, National Archives, VOC 1108, fols. 619-620, List of Dutch Naval Power in the East Indies, dated 15 August, 1633.

³⁹ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 238, report of 6 February, 1634. *Ibidem*, report of 18 February, 1634, p. 246; *Ibid*, report of 9-13 April, 1634, p. 291, entry of 11 April; *ibidem*, report of 10 December, 1634, p. 453; *Generale Missiven*, 1610-1638, report of Brouwer *et al.* dated 15 December, 1633, p. 395.

⁴⁰ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 452 (report of 10 December, 1634). *Generale Missiven*, 1610-1638, report of Brouwer *et al.* dated 15 December, 1633, p. 395, where in the instructions to Commander Cooper the location is described as: "... bijoosten de Straet van Sincapura, tusschen het vaste lant van Yhoor en de eylanden van Bintangh..., that is "... east of the Strait of Singapore between the mainland of Johor and the Island of Bintan"...

⁴¹ There are two islands, Great Carimon or present-day Karimun Besar, and Carimon Minor or Karimun Kecil.

⁴² *Dagh-Register Batavia*, 1631-34, p. 294, report of 27 April, 1634.

The islet Pedra Branca is situated at the eastern entrance of the Singapore Straits, and from the waters around this navigational landmark it is possible to monitor maritime traffic in and out of the Singapore Straits, as well as ships skirting the eastern coast of Bintan en route to Java, Macassar, the Moluccas, and Timor. The Hook of Berbukit is situated at the mouth of the Johor River. From here it is possible to monitor ships entering the river or passing through the Singapore and Johor Strait.⁴³

The Hook of Berbukit is also situated opposite the northern entrance of the Riau Strait. The latter connects the principal port on Bintan with other islands of the Riau Archipelago and eastern Sumatra. From the northern coast of the Carimons it is possible to monitor all traffic passing through the Malacca Straits into the so-called Straits of Sabam,⁴⁴ the Durian Straits, and ships heading for one of the four routes near or around Singapore. In fact, the Dutch already had already recognized the north-eastern shore of Great Carimon the single most important nodal point in the region by 1614/5.⁴⁵ During the entire period under review, the VOC used the island's sandy eastern shoreline as a camp, a depot for supplies from Batavia, and also as a place to beach, careen and repair their weather-beaten vessels.⁴⁶ Apart from food supplies, vessels were in constant need of pitch and new anchors, the latter not least because of the very strong currents in the Straits and especially around the Carimons. During the change of tides, the waters around the islands can resemble a flowing river.

To the north in the Strait of Malacca, the Dutch assumed positions in two key positions: outside the port and colony of Malacca on a small island commonly referred to in Portuguese and Dutch colonial documents as *Ilha das Naus* as well as in the waters off Cape Rachado. The *Isla das Naus* was reportedly out of the range of cannon-fire from the fortress 'A Famosa and had been used amongst others by Admiral Cornelis Matelieff de Jonge during his sea-borne attack on Malacca in 1606.⁴⁷ Based on the sources consulted, it remains insufficiently clear how long the Dutch were able to hold their artillery position on the *Ilha das Naus* during the period under review.

⁴³ The Johor Strait is also known as the Tebrau Strait.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 452, report of 10 December, 1634.

⁴⁵ The Hague, National Archives, *Report of Adriaen van der Dusschen*, dated 19 May, 1615, VOC 1061, fols. 76-83. See also P. Borschberg, *Luso-Johor-Dutch Relations...*, p. 204.

⁴⁶ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 385.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 386, entry of 28 July 1634; P. Borschberg, *Luso-Johor-Dutch Relations...*, pp. 197, 213; After the attack of Cornelis Matelieff on Malacca, a fortification was supposedly built on the island with the evident intention of thwarting a second shelling of the city by Dutch artillery. See Armando Cortesão, and Avelino Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Lisboa, 1960, vol. 5, plate 590/60 I (*Demonstração da Ilha das Naos*) and *ibidem*, 59B (*Demonstração da Fortaleza de Malaca*). Prior to the construction of these structures, warships patrolled the waters around the islets and outside Malacca harbour.

Cape Rachado represented the most northerly strategic point for the VOC blockades and offered a view across the Malacca Strait. This position enabled the Dutch blockaders to monitor, control, or intercept maritime traffic from north Sumatra and ports around the Bay of Bengal during the southwest monsoon between June/July and September each year.⁴⁸

As there were only a handful of cutters with a few hundred men to control this yawning pelagic space littered with shoals and islets, intelligence on expected supplies of goods, food and weapons earmarked for Malacca proved vital for the success of the blockade operations. It was always beneficial to keep one's ear to the ground to ascertain the mood inside the stronghold of Malacca. According to sources consulted, there were three underlying patterns for obtaining information about the Portuguese and their activities at large. One was to intercept ships carrying correspondence to and from the Lusitanian port and colony. Correspondence and instructions taken from the captured ships by the Dutch from other parts of the far-flung *Estado da Índia* and especially Portuguese India's capital Goa gave the blockaders a tremendous advantage. A second tactic involved the cross-examination of mariners whose vessels were stopped and boarded around the aforementioned strategic nodal points in the Singapore and Malacca Straits. Then there were the prisoners and defectors whose testimonies one should always read with caution.

The third, and probably also the most important source of intelligence, consisted of the testimonies solicited from Asians whose sovereigns were bound to, the VOC by alliance or formal treaty. In formation could be sourced across a wide spectrum of society and using a wide range of pretexts. For example, Commander Cooper visited Johor's upstream capital Batu Sawar under the pretext of purchasing provisions for the Dutch naval squadrons stationed in the Straits, but the visit also offered a tremendous opportunity to exchange information and gossip on the state of affairs in Malacca.⁴⁹ The VOC vessels in the Straits additionally garnered useful information on the general mood in Malacca by entertaining flying vendors in *sampans* who routinely pulled up to the side of the Dutch vessels offering fresh fruit, vegetables, eggs and live chickens for sale. These vendors knowingly or unknowingly played an important role in feeding the blockaders with information on the movements around the port of Malacca and the region around the Straits at large. Sometimes they even entertained VOC crews with tales of Portuguese merchants who successfully evaded the Dutch blockade. Needless to say, many of the stories recounted were almost certainly exaggerated or embellished with dubious details when they were passed on from mouth to mouth, so reason and caution is advised when reading the Dutch reports.

⁴⁸ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 384, entry of 9 September, 1634; incident of 13 July, 1634, *ibidem*, p. 387. See also note 43.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 387, entry of 20 June, 1634. *Ibidem*, entry of 9 September, 1634, p. 387.

Today, naval blockades are understood a matter for naval forces, but this is clearly not the case in the early modern period, and especially if imposed by an integrated trading company like the VOC. Sources reveal that the Dutch blockades of the 1630s were also taken as an opportunity to strike up deals and trade in the regions surrounding the Straits of Singapore and Malacca. An incident taken from the *Daghregister Batavia* of 1634 shall serve as a classic example to underscore this observation.⁵⁰ The *Texel* belonging to the fleet of Commander Cooper was dispatched to Arakan (present day Mrauk-U, Myanmar) carrying two ambassadors and an unspecified consignment of cargo. Instructions issued to the *Texel* were to strike up business deals in Arakan generally, procure rice, benzoin, red lacquer (*gummalacca*) for the Dutch company,⁵¹ as well as 300 slaves of both sexes aged between 10 and 25. The VOC first opened trade with the peoples of present-day Myanmar in May 1634, and by July the following year, the King of Arakan requested Dutch for “assistance in his struggle against the Burmese” of Ava.⁵²

Last but certainly not least, the Dutch engaged in what could be generously dubbed “public relations exercises”, especially with the enemy. Judging from the interviews conducted with Portuguese officers, traders and defectors, the Dutch became aware that rumors in Malacca and around the region had painted them as faithless scoundrels, rebels and ruthless slave traders. Merchants widely believed that the Dutch would not only seize ship and cargo, but enslave the crew and dispose of their human cargos on the local slave markets. This accusation, while technically false, was not entirely unbelievable, for Commander Cooper, frustrated with the common Portuguese practice of immolating ship and cargo, issued instructions to drown those who sabotaged their own vessels, and in turn shower generosity on those who surrendered.⁵³ In order to rehabilitate themselves and also boost their credentials in the eyes of their Lusitanian foe, and with an eye cast on mollifying the Portuguese into forfeiting their ship and cargo as prize war rather than setting them ablaze, the Dutch engaged in a sporadic number of cash-for-prisoners exchanges meant to counterbalance negative impressions and rumors.⁵⁴ The sums involved in these cash-for-prisoner exchanges were by no means paltry, and residents of Malacca were known to send out *sampans* laden with fresh fruit and other provisions as a token of genuine gratitude for releasing Portuguese prisoners.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 389.

⁵¹ P. van Dam, F.W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge...*, II.1, p. 821, also *gommelack, gomlak* or *schellak*. A red-coloured gum used as a varnish; red lacquer.

⁵² Wil Dijk, *Seventeenth-century Burma and the Dutch East India Company, 1634-1680*, Singapore, NUS Press, 2006, pp. 17, 88.

⁵³ *Generale Missiven*, 1610-1638, pp. 467-9.

⁵⁴ See for example *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 388.

At this juncture one has already entered into the subject of Lusitanian responses to the Dutch blockade. From the vantage point of the Portuguese it was not only imperative to mollify the Dutch aggressors as far as possible, but also to forestall the Malays from being drawn into the circle of, and ultimately from being co-opted by, the VOC. Secondary studies by English and Dutch authors frequently dwell on heavy-handed blunders of the *Estado da Índia's* leading officers and rarely delve into the deft maneuvers that are also evidenced from period materials. Diplomacy in the early modern Malay world was beset with scandal, bribery, sex and intrigues that most certainly add spice and infuse a good dose of entertainment value into a given narrative. As for co-opting the Malays for their own political, strategic or commercial ends, the Portuguese proved very capable. From time to time VOC servants begrudgingly conceded to their superiors in Batavia or Europe that, alas, they had been outsmarted, outwitted and outmaneuvered by their Lusitanian counterparts.

No amount of intelligence could place a handful of craft and a few hundred men in a position to establish and maintain a tight stranglehold on maritime activity in the Straits of Singapore and Malacca. The fact remains that the VOC blockades only scored uneven successes against the imagination and ingenuity of the Portuguese traders. On the Dutch side we learn of efforts to evade the VOC blockade mainly from recorded cross-examinations of persons who had failed and been captured by the Dutch. The picture, therefore, is not a complete one, and the evasive strategies revealed by period documentation are neither complete nor genuinely representative. When the numerous accounts are put together, however, four basic strategies are uncovered:

The first strategy was to divert cargo beyond the maritime stranglehold of the Dutch such as along overland and riverine trading networks. One move was to station an agent on the island of Tioman (*Tymão*)⁵⁵ which is located off the south-eastern coast of the Malay Peninsula (see Map Annex 1). For centuries before the arrival of the European traders and colonists, this island served as a provisioning and watering station for passing ships. The said agents were charged with duly informing captains of the presence or activities of Dutch naval squadrons in the Straits. Ships were subsequently diverted along other maritime routes (if that was even possible), or (as was usually the case) urged to call at friendly ports such as Pahang (*Pam, Pão*, present-day Pekan).⁵⁶ This port served inter-

⁵⁵ In Portuguese documents also spelt Timão, Timaon, Tymão.

⁵⁶ The port city is also variously spelt as Pam, Paan or Pahão in Portuguese sources. – See also *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 386, report of 28 July 1634. Three defectors report that four vessels inbound from Macao had been rerouted to Pahang, where they lay at anchor. They were expected to arrive in Malacca soon. – A classic account of the the “Tioman agent” (albeit from an earlier period) can be found in the *journal* of Hendrick Janszoon Craen, chief merchant (*opperkoopman*) aboard the Dutch merchantman *Gelderland*, entry of 17 March, 1609. According to

mittently as a *rendez-vous* where Portuguese-flagged ships from different parts of east Asia and the Indonesian archipelago could assemble in time and later sail in convoy to Malacca.⁵⁷ Sometimes the Portuguese-owned cargo was unloaded and transferred to smaller vessels. This move featured several advantages: spreading the cargo over different vessels substantially reduced the risk of loss to the enemy – or more rarely, to the forces of nature. The cargo was then brought along the Pahang River, its tributaries, the Bera and Seriting, across the *penarikan* and then downstream to Muar.⁵⁸ Sometimes other inland trading routes were taken that are mentioned only in passing. Another attested strategy of evading enemy squadrons was to sail and row smaller vessels very close to the shoreline during the darkness of night and, preferably, at high tide. Hugging the shoreline during the wee hours in the moonlight sometimes also worked for larger vessels, as at least one account can attest.⁵⁹ As a rule, small vessels are difficult to detect at night, and even when spotted, the shallow waters in close proximity to the shore were not accessible to sailing craft armed with cannons such as the ones used by the VOC during the blockade. Even if spotted, the smaller, low-lying Malay craft, such as *sampans*, were often beyond artillery and gunfire range or were at least difficult to hit by artillery fire because of distance or poor visibility. By the time the Dutch had launched a sloop to reconnoiter the situation, the *sampans* could hide in narrow estuaries, in coastal mangroves or simply get a good head start by rowing.

When Portuguese vessels entered the Singapore Straits, but could not proceed without danger of attack and seizure by the Dutch, they sometimes called at Bulan (*Bulão*) and as mentioned in the case of Pahang redistributed their cargo among a several smaller craft.⁶⁰

The second major strategy was to open up new sailing routes through and around the sprawling Riau-Lingga Archipelago. A report of Dutch Governor-General Hendrik Brouwer to his superiors in Europe, dated 15 August, 1633,

this testimony, an “envoy” (*ambassedor*) from Pahang showed to the Dutch a message written in Portuguese warning a “captain of a gallion coming from Macao” that, when he arrives in Tioman, he should not under any circumstances sail beyond the navigational landmark Pedra Branca near the eastern entrance of the Singapore Straits, but exhorts him to unload his cargo and ship it “overland” to Malacca. See A. de Booy (ed.), *De derde reis van de VOC naar Oost-Indië onder het beleid van Admiraal Paulus van Caerden uitgezield in 1606*, vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff, 1970, p. 78

⁵⁷ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 388, report of 28 July, 1634, where it is reported that the two cutters (jachten) Salm and Daman captured about 7 vessels around “Pulo Pican”. Pulau Pican or Picão is off the western coast of Peninsular Johor, between Pontian and Tanjung Bulus. (See map annex 2).

⁵⁸ P. Borschberg, *Luso-Johor-Dutch Relations...*, p. 191.

⁵⁹ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, pp. 411-412, entry of 16-20 October, 1634.

⁶⁰ *Dagh-Register Batavia*, 1636, pp. 165-166, Memorie van Pascoal Barretto voor Sr. Ant.o Gomes ende Carvalho in absentee an Sr. Bras Pinto de Matros.

disclosed the presence of two cutters, the *Dieman* and the *Daman*, patrolling the waters around the island of Lingga “since July”.⁶¹ One Portuguese vessel was spotted in the same area the following year.⁶² Its captain abandoned ship and sought to flee to Malacca in a dinghy. The Dutch intercepted him as he was about to enter the harbour and was taken prisoner.⁶³

The presence of patrols around Lingga since the middle of 1633 was most certainly no coincidence. Pedro Bartollo, a name that surfaces in several letters of the contemporaneous Portuguese Vice-roy, the Conde de Linhares, is seen to have “discovered” or at least opened up for more regular maritime traffic a new passage that ran to the south of Bintan, Galang and west to the Carimons.⁶⁴ This previously uncharted route ran straight through the heart of the Riau Archipelago and found its historically earliest and most important cartographic entry on two surviving maps penned by André Pereira dos Reis. One is presently found in the Casa da Bragança at Vila Viçosa,⁶⁵ the other forms part of the W. A. Engelbrecht Collection at the Maritiem Museum Prins Hendrik in Rotterdam.⁶⁶ The two hand-drawn charts are very similar, but crucially, not identical. Only the Rotterdam specimen credits the “discovery” of the new maritime route across the Riau Archipelago to Pedro Bartollo in 1633. That year marked the beginning of the maritime blockade of the Singapore and Malacca Straits by the VOC. The new maritime passage named the *Canal de Conceição de Nossa Senhora* (Channel of the Conception of Our Lady) was not used for long before local fishermen from Bintan tipped off the Dutch. Indeed, members of the same Malay or *orang laut* family lent assistance to different parties: the father acted as a pilot for the Portuguese, while the son alerted the Dutch squadrons. The following testimony dating from the beginning of the maritime blockade evidences the use of this new maritime route through the heart of the Riau Archipelago.⁶⁷

⁶¹ *Generale Missiven*, 1610-1638, p. 376.

⁶² The Hague, National Archives, VOC 1108, List of Dutch Naval power in the East Indies, 15 August, 1633, fol. 619 recto, where it is explained that the cutters (jacht) *Diemen*, *Daman* and two unnamed sloops were stationed “before Malacca”. The words “voor Malacca” were subsequently deleted and replaced in a different hand with the two words “omtrent Lingen”, meaning “around Lingga”.

⁶³ *Dagh-Register Batavia*, 1634, p. 388, report of 20 June 1634.

⁶⁴ The Hague, National Archives, VOC 4818, Intercepted Portuguese Correspondence (1634), fols. 565v-566r, under heading number 8. This section reports the existence of several passages to the south of Pedra Branca across the Archipelago that are little known except to the Malay and the *saletes* (or *celates*, *orang laut*) who frequent them with smaller craft. Pedro Bartollo is reported to be cognizant of such uncharted passages.

⁶⁵ A. Cortesão and A.T. Mota, *Portugaliae Monumenta...*, vol. 5, plate 578, chart 15C.

⁶⁶ *Ibidem*, plate 543, chart B.

⁶⁷ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, pp. 162-163.: “Item, dat d’onse vuyt zeecker Mallaijer van Bintang vernomen hadden, dat vier cloucke Portugeesche navetten comende van Maccauw vuit vreesse van onse cruijssende jachten te rescontreren, haere passagie door de eijlanden ende

“Item, our [people] have learnt from a Malay of [the island] of Bintan that four Portuguese navettes arriving from Macao took their passage through the islands and shoals of Bintan for fear of encountering our cruising cutters. Our people, being advised of this, pursued these craft with the entire fleet through the aforementioned islands and shoals. They used as their guide the aforementioned Malay, who not only possessed good knowledge of said islands and shoals, but also because he had an arrangement with his father (whom the Portuguese had hired as their guide) to keep the Portuguese navettes cruising among the islands and the shoals until our ships arrive. Then our [men] chased after the said Portuguese navettes and cut off the route (which they would have to ply). When the Portuguese discovered that [our ships] were closing in on them, and realizing that they were too weak to withstand our might, they laid fire to their navettes which were loaded with all sorts of flammable materials and fireworks, without being able to salvage anything in particular, except for the ready gold. The ships burned so furiously that neither our men nor the natives of the aforementioned islands ... were able to extinguish the flames.”

Another maritime passage situated to the south of the Singapore Straits ran between the present-day islands of Batam, Rempang and Bulan. This is also marked as viable passages on the two aforementioned Portuguese naval charts.

In addition to exploring the islands of the Riau Archipelago, the blockade of the Singapore and Malacca Straits prompted the Portuguese to reconnoiter the eastern coast of Sumatra. One report testifies to the bewilderment of a Dutch crew on learning that a Portuguese ship had managed to evade their attention. How was it possible for a sizeable Portuguese vessel to pass undetected? The Portuguese followed a group of Malay or Javanese traders who evaded the Dutch blockade by sailing between the islands off the eastern coast of Sumatra.⁶⁸ According to a report of Governor-General Brouwer to the Heeren XVII dated 27 December, 1634, this “nice channel” measuring “at least three fathoms deep”

drooghten van Bintam genomen hadden, ende dat d'onse daer over te raede geworden waren, deselve door de voorseijde eilanden ende drooghten, met de gantsche vloote te vervolgten, ende tot een guide te gebruijcken den voornoemden Malleijer die van ditto eijlanden ende drooghten niet alleenlijk goede kennisse hadde, maer ook met zijnen vader (wien de Portugeesen tot haeren leitsman gebruijcken) versproocken was, de Portugeesen tot aencompste onser scheepen inde voorseijde eilanden ende drooghten dralende te sullen houden. Welken volgende d'onse de voorseijde Portugeesche navetten... nagejaecht ende den weg (die deselve nootwendich mosten passeren) affgesneden hebben, naerder ende naerder aprocherende, t'welcke de Portugeesen vermerckende, ende haer tegen onse macht te swack vindende, hebben deselve navetten alvooren met alderhande brandende materie ende vierwerken behangen sijnde, in brandt gesteecken, zonder dat zij vuyt deselve iets zonderlings als het gerede goud hebben connen salveeren, also soo schierlijcken in den brandt geraeckten, dat die noch door ons noch door de inwoonders van de voorseijde eilanden... geblust condon werden.” Translation into English by P. B.

⁶⁸ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 412.

found its entry at the estuary of the Campar River and exited just “across from Malacca” (see Map Annexe). This passage, referred to as the Strait of Bengkalis and subsequently in Dutch sources as the Brouwer Strait was frequented by several Javanese and Malay vessels that, evidently for quite some time, plied the waters of the channel in the dark of the night and thus evaded the Dutch blockade undetected. The Governor-General informed his superiors that measures had been taken to plug this backdoor channel, and it became part of the regular ‘beat’ of the VOC patrols for years to come.⁶⁹

The third strategy was to use proxies for trade and transportation. As for European parties, the Portuguese made use of the Danes and at least on one occasion chartered an English vessel to transport supplies from Portuguese India to Macao. The Dutch were painfully aware of such European proxies, and even if they did not intercept and impound craft and cargo, they did monitor the movements of these proxies very closely. Officers in Batavia and on the ground feared – with some justification no doubt – that strong action taken in the East Indies against European-flagged vessels other than the Iberian enemy would almost inevitably have to serious diplomatic and economic repercussions back in Europe. Understandably, no one wanted to precipitate a diplomatic crisis back home, so they turned a blind but wary eye on Portugal’s European proxies.

Proxies may also have been used to conduct trade at ports that were either hostile to Portugal, or at least not tied to the stringent conditions of a Dutch commercial contract. Sometimes Dutch allies were courted as well. The VOC had to repeatedly remind treaty parties, such as significantly Johor, that they were to abide by their agreements and sever all commercial relations with the Portuguese. This was not unique to the blockade of the 1630s, and the VOC had given the Johoreans similar reminders earlier between 1610 and 1623. It was an open secret in the Malay world, how, despite on-again off-again Luso-Johor relations on the diplomatic and military front, commercial ties painted a completely different picture. In order to satisfy Dutch demands for tighter co-operation under the alliance agreement struck in 1606, the Laksamana of Johor had some Portuguese trading vessels impounded and surrendered them to the VOC as prizes of war. Even then, after rounding up the proverbial “usual suspects” firmly engaged in Luso-Johor trade, relations quickly ‘normalized’ and returned within a short period to the more familiar patterns of trade, exchange and interaction.

The fourth strategy – if this can be deemed a strategy proper – was to enter Malay ports that were not under contract with the Dutch, chiefly citing the pretext of making a distress call. It then just so happened that in order to pay for the supposed repairs, the captain had to sell of some of his cargo. Some instances may very well have been genuine, but when the Dutch learnt of one such inci-

⁶⁹ *Bouwstoffen*, vol. II, p. 263. Also *Generale Missiven*, 1639-1655, report of Antonio van Diemen, 18 December, 1639, p. 68.

dent, they concluded that this was just another cunning ploy of Malacca merchants to dispose of their cotton pieces and clothing under utterly false pretexts. But sometimes a pretext was not even necessary. The *Generale Missiven* for 1638 have the Portuguese selling cloth and textiles in Perak and highlight that the sales went down very well with the local population.⁷⁰

This was the wider state of affairs in and around the Straits of Malacca and Singapore. The actual Portuguese entrepôt and colony of Malacca, meanwhile, was subjected to oscillating fortunes. It is useful to establish here a distinction between the VOC stranglehold in the Straits, and the Dutch blockade of the colonial port settlement. Whilst it transpires from VOC source materials that the maritime aspect of the blockade remained in force between 1633 until the fall of Malacca in January 1641, the blockade of the port does not appear to have been in force uninterrupted. According to a report of Governor-General Antonio van Diemen to his superiors in Europe dated 28 December, 1636, a blockade had been continuously in force for just over three years. He observed for the benefit of his superiors in the Netherlands: "As a result of our constant cruising outside and around Malacca since the year 1633, this city had become very depressed and fallen into a dire famine."⁷¹ Maintaining the blockade of Malacca emerged as a costly undertaking. Ever a vigilant eye cast on the company's bottom line, Governor-General van Diemen lamented that, despite the presence of eight cruisers and 412 men to enforce the blockade, few prizes of war were taken. In other words, hopes that the maritime blockade of Malacca might become self-financing – or even turn in a profit – by seizing Portuguese flagged vessels as booty of war were completely dashed.

The cost of the blockade in terms of ships, manpower and funds had to be justified financially by the taking of prizes. This was not just a war by the force of arms, but a war of nerves, patience, survival and timely supplies. In December 1637, van Diemen dryly acknowledged the munificence of some vessels rushed from Goa to relieve Malacca and underscored the serious damage inflicted on Portuguese shipping in the Malacca Straits. The following year 1638 saw no naval assistance arrive from Portuguese India whatsoever.⁷² Rumors and gossip swirled in Batavia that the "constant cruising in the waters of Malacca" had critically reduced the level of trading activity and that serious tension had emerged

⁷⁰ *Generale Missiven* 1610-1638, p. 387.

⁷¹ *Bouwstoffen*, vol. II, pp. 298 et seq., but esp. p. 305. Similar observations are also made in *Oud en Nieuw Oost-Indiën*, vol. 5, p. 340A, where Valentijn identified the lack of food supplies as critical in the fall of Portuguese Malacca. But he later admitted on p. 314A that the Dutch never succeeded in completely severing supplies to the city. See also Manuel de Faria y Sousa, *The Portuguese Asia, or, The history of the discovery and conquest of India by the Portuguese, etc.*, London, Printed for C. Brome, 1694-1695, vol. 3, part IV, chapter 13, p. 411.

⁷² *Bouwstoffen*, vol. II, report of Antonio van Diemen to the Heeren XVII, 22 December, 1638, p. 358.

between the city officials and the *casados*. Nay, even the city officials had got in each others' hair, as the famed chronicler Faria y Sousa observed with evident alarm: "At Malacca the Feuds were so great between the Commander of the Town and the Admiral of the Coast, that the latter shot an Uncle of the other".⁷³ Such utter confusion, rivalry and tension, Governor-General van Diemen patiently lectured his superiors in Holland, offered the opportune moment to "attack our enemies and make us masters of the city."⁷⁴ The final push on the besieged Portuguese enclave followed in June 1640, with military operations stepped up after September that year when Commander Cooper was redeployed to the Malacca Strait.⁷⁵ According to the seventeenth century VOC historian Pieter van Dam, Cooper and other officers played a meaningful role during the Dutch ground assault on Malacca. He also reports that many Dutch troops and officers fell victim to the plague, which was hopping from bed to bed in the Dutch military camp as well as within the walls of the Portuguese stronghold.⁷⁶ Cooper himself eventually succumbed to the black death.⁷⁷ Malacca, one surmises, caved in not to the force of Dutch arms, but to the dreaded "black trinity" of war, famine and the plague.⁷⁸ With the benefit of hindsight, the final stand drew closer when Malacca's officials expelled all women and children from the city, a move that doubtlessly also accelerated the contamination of libidinous Dutch troops with the plague. Malacca surrendered on January 14, 1641, after what Valentijn reports was a tough stand by the last few hundred men.⁷⁹

Looking back to the years immediately preceding the fall of Malacca to the Dutch, the following questions merit further exploration: What did the *casados* and city officials do in order to circumvent the Dutch blockade and its objective to starve the colonial port city of financial revenue and food supplies? Period reports are beset with contradictions as to the actual state of Malacca during the blockade. It is important to bear the provenance of the information in mind and

⁷³ M. F. Sousa, *The Portuguese Asia*, vol. 3, part IV, chapter 13, p. 411.

⁷⁴ *Bouwstoffen*, vol. II, report of Antonio van Diemen to the Heeren XVII, 22 December, 1638, p. 359.

⁷⁵ *Dagh-Register Batavia*, 1640-1641, p. 39; E. Netscher, *De Nederlanders...*, p. 33; F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 340A; Cooper's important role is also briefly mentioned in F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 340A, where he is named "Koper".

⁷⁶ P. van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge...*, I.2., p. 318, note 2 and p. 331. F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 314A.

⁷⁷ F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 341B.

⁷⁸ Even some period documents do not readily acknowledge the plague epidemic, but see a serious famine behind the fall of Portuguese Malacca. See for example: E. H. Blair, and J. A. Robertson, *The Philippine Islands...*, vol. 35, News from the Philippines, 1640-1642, p. 115.

⁷⁹ F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 341B, said nothing about the expulsion of women and children from the city, but mentioned only those who defected to the Dutch because they were starving.

evaluate extant reports with a critical eye. Attention shall be first cast on the situation with regard to food supplies.

As is known, Malacca was highly dependent on food imports not just in the Portuguese colonial period of 1511-1641, but according to several testimonies, including significantly also the often-cited *Suma Oriental* of Tomé Pires, already well before European colonial rule. Staples such as rice were key imports into the city. In the late 1630s, prices of this staple food in Malacca rose persistently to 70, 80 and then 120 Ryals-of-Eight per *last*.⁸⁰ That rose to 10 Rijksdaalder for one *gantang* of dry rice toward the end of the siege in December 1640.⁸¹ To the ordinary ship boy serving in the VOC, for example, this sum was equivalent to at least six months' salary. Judging by the price and its wild fluctuation across the period of the maritime blockade, supplies were naturally very tight but not entirely severed. The *Daghregister Batavia* entry of 22 October, 1640, reports that nine vessels had successfully slunk out of Malacca harbour under the cover of night. The crew had been charged with the task of procuring sago and rice and transporting these overland into the city.⁸² With reference to maritime trade it is evident that supplies of rice and other foodstuffs continued to arrive, even if some of the ships were intercepted or captured by the Dutch.⁸³ The *Daghregister Batavia* reports for 10 December, 1634, that twelve *prahus* from Mataram (Java) bearing a cargo of rice and destined for Malacca were intercepted by the Dutch in the Strait of Sabam located to south of the Carimons.⁸⁴ Supplies of flour and wine arriving from Goa and Cochin were intercepted off Cape Rachado - both of these locations among the nodal points of control used by the Dutch and described above.⁸⁵ More supplies were rumored to arrive that year.⁸⁶ In 1634 sloops belonging to the cutter *Nassau* caught up with some smaller vessels carrying provisions of rice to Malacca that were sailing very close to the shore in order to avoid detection.⁸⁷

It further transpires from a report of Governor-General Antonio van Diemen dated 18 December, 1639, how the VOC had solicited the assistance of Aceh in

⁸⁰ *Bouwstoffen*, vol. II, report of Antonio van Diemen to the Heeren XVII, 22 December, 1638, p. 358.

⁸¹ F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 341B. One *gantang* in Malacca (800 *gantang* being equivalent to 1 *koyang* or 4800 Amsterdam pounds) was equivalent to about 6 pounds. See: Anon, *Verhandeling der Munten, Maaten en Gewigten van Neerlandsch India*, Batavia, c. 1785, p. 488.

⁸² *Dagh-Register Batavia*, 1640-41, p. 58.

⁸³ On the dispatch of rice to Malacca from the Philippines at the end of the blockade, see E. H. Blair and J. A. Robertson, *The Philippine Islands...*, vol. 29, events in the Philippines August 1639-August 1640, p. 197. It is not known whether this consignment arrived.

⁸⁴ *Dagh-Register Batavia*, p. 452.

⁸⁵ *Dagh-Register Batavia*, 1631-1634, p. 387.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 389.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 386.

interrupting Malacca's food supplies. At the request of the VOC, Aceh dispatched four rowed galleys and sixteen banteens for this very purpose. They incidentally never arrived at Malacca, for the Acehnese vessels were quickly redeployed to relieve Pahang from a joint attack by Johor and Patani. It is also reported that the Portuguese participated in, or at least lent their support to, this attack on Pahang.⁸⁸

As indicated, Malacca did not rely on sea-borne trade alone, and this was particularly true with reference to food supplies. Several documents dating from the year 1639 speak of consignments of food brought in overland from Johor, supplies, one is informed, upon which Portuguese of Malacca had become more dependent than ever.⁸⁹ Despite all the rhetoric to the contrary, especially in Dutch sources, Johor's relations with Portuguese Malacca in the late 1630s was probably far better than appears at first glance, and the on-again, off-again relations between the two parties was certainly nothing new.⁹⁰ In fact all powers around the Singapore and Malacca Straits were playing hard political games. While the VOC was actively soliciting the military assistance of Aceh in its war effort against the Portuguese,⁹¹ Johor was drawn closer into the orbit of Lusitanian interests. Shortly before the final assault on Malacca in 1640 this new constellation of forces taking shape on the Malay Peninsula appears to have entered a radical reversal when the VOC began to tighten their relations with Johor in 1639.⁹² On December 18, 1639, Governor-General van Diemen openly conceded to his superiors in Amsterdam that any sea-borne assault on, and conquest of, Malacca could no longer be cleanly separated from the entrenched rivalry between Aceh and Johor. In order to move forward, it was important to identify and stake out clear priorities: First "Malacca has to be won, and [then] the Acehnese brought into a balance of power with Johor."⁹³ With the benefit of hindsight, so it came to pass. Valentijn and Netscher both underscore that the Aceh monarch failed to dispatch any military assistance to the Dutch, but in his stead, the Johor dispatched in late July and early August 1640 "forty vessels".⁹⁴ Barbara Andaya deemed the effectiveness of the Johorean troops in the final assault on Malacca absolutely "vital", and in casting her verdict, took serious

⁸⁸ *Bouwstoffen*, vol. II, p. 390.

⁸⁹ See for example *Bouwstoffen*, vol. II, report of Antonio van Diemen and Council to the Heeren XVII, 12 January, 1639, p. 365.

⁹⁰ P. Borschberg, *Luso-Johor-Dutch Relations...*, pp. 189 et seq.

⁹¹ *Bouwstoffen*, II, p. 390.

⁹² In response thereto, Portuguese Malacca sought to negotiate a peace deal with Aceh. See above, notes 34 and 35.

⁹³ *Bouwstoffen*, II, p. 390.

⁹⁴ F. Valentijn, *Oud en Nieuw Oost-Indiën...*, vol. 5, p. 340; E. Netscher, *De Nederlanders...*, p. 33.

issue with Netscher's earlier position that the Johoreans proved utterly useless in the final onslaught on Malacca in late 1640.⁹⁵

During the period of the blockade, Portuguese Malacca's trading relations with the outside world broadly mirror the problems and dynamics of food supplies. Again, there are conflicting testimonies as to the state of trade and commerce in the Lusitanian entrepôt. Dutch reports, based on rumors together with the testimonies of defectors and prisoners, painted a picture of a Malacca that had ground to a complete standstill, a pathetic ghost of its glorious past. "It is certain that Malacca, Macao and other fortresses on Ceylon will not be able to withstand much longer" one testimony of 1639 would have it.⁹⁶ The absence of larger carracks plying the waters of the Singapore and Malacca Straits were further taken as a clear signal that the emporium was in serious distress. In a self-congratulatory tone, Governor-General van Diemen informed his superiors in December 1639 that, as a result of "constant cruising of our cutters in Malacca's navigable waters the city has been almost reduced to the outer extremities" and merchants generally avoid the port.⁹⁷ Portuguese (and probably also Spanish) merchants, inbound from Macao or Manila, the Governor-General further highlighted, often alter their familiar course and invest great pains in discovering, or opening up, alternative maritime routes to Sub-continental India and ports further beyond in the western Indian Ocean. Such alternative routes often made substantial diversion from the original path, including specifically the Straits of Sunda and Bali, and sometimes brought their ships as far south as Solor and Timor.⁹⁸ In another report, filed in August 1633, VOC servants informed of "Macassarese and Javanese junks in Malacca" and in December of the same year also of heightened maritime traffic of the Macassarese to the ports of Malacca, Macao and Manila. Such activity fanned fears in Batavia that commercial activity in enemy ports could only serve to fill Spanish and Portuguese coffers.⁹⁹ Still, ships continued to call at Malacca, as even Van Diemen was forced to concede in late 1639. Several smaller craft described as foists had arrived from Goa, Nagapatnam, and Java, and one vessel completely evaded the attention of the Dutch blockaders before setting sail for Macao.¹⁰⁰

Spreading the cargo over several smaller vessels reduced the risk of seizure and therefore of loss and forfeiture to the enemy. Whilst it is true that large carracks and galleons were not sighted or seized by the Dutch enemy, Portuguese

⁹⁵ B. W. Andaya, *Melaka under the Dutch...*, p. 197.

⁹⁶ *Generale Missiven*, 1639-1655, report of Antonio van Diemen, 18 December, 1639, p. 55.

⁹⁷ *Bouwstoffen*, II, p. 390, Antonio van Diemen to the Heeren XVII, 12 December 1639.

⁹⁸ See also *Generale Missiven*, 1639-1655, report of Antonio van Diemen, 18 December, 1639, p. 13, where it is reported that maritime traffic between Goa, Macao and Manila was re-routed through the Sunda Strait. See also E. Van Veen, *Decay or Defeat...*, pp. 200, esp. note 121.

⁹⁹ *Generale Missiven*, 1610-1638, p. 403.

¹⁰⁰ *Generale Missiven*, 1639-1655, p. 68, report of 18 December 1639.

Malacca's business continued, albeit at a reduced level. In fact, James Boyajian appraised the annual average value of trade in Malacca throughout the period of the blockades under review at 500,000 Cruzados, mainly from its trade with ports around the Bay of Bengal. That sum is far greater than the paltry 150,000-170,000 guilders reported by the VOC for the much of the 1640s and 1650s!¹⁰¹

Closing Thoughts

Secondary literature has placed considerable emphasis on the *military* aspects of the victory, and to a lesser extent, on the diplomatic, social and economic effects of the blockade. In her book *Jan Compagnie in the Straits of Malacca*, Dianne Lewis wrote: "On 14 January 1641, the forces of the United Netherlands East Indies Company victoriously entered the Portuguese fortress of Malacca."¹⁰² Like Barbara Andaya, Lewis showed surprisingly little interest as to why Malacca surrendered, but both hastened to underscore that hopes of inheriting the "enemy's commerce" proved illusory and efforts in justifying the high cost of the blockade and military campaign to the Heeren XVII proved problematic, if not utterly futile.¹⁰³

From the documentary sources reviewed it transpires that the Lusitanian stronghold – that erstwhile 'Queen of the East' – was defeated by the "black trinity" of war, famine and the plague. The long blockade, while very costly, reduced, but did not entirely quash, commercial activity. Food supplies, while always a problem throughout the period of the blockade, only began to run seriously short at the time of the final onslaught. The ensuing famine together with the plague epidemic of late 1640 and January 1641 pushed the city authorities to expel women and children outside the city gates. Decimated numbers, plague and starvation – but to a lesser extent the force of Dutch arms – pushed Malacca toward surrender.

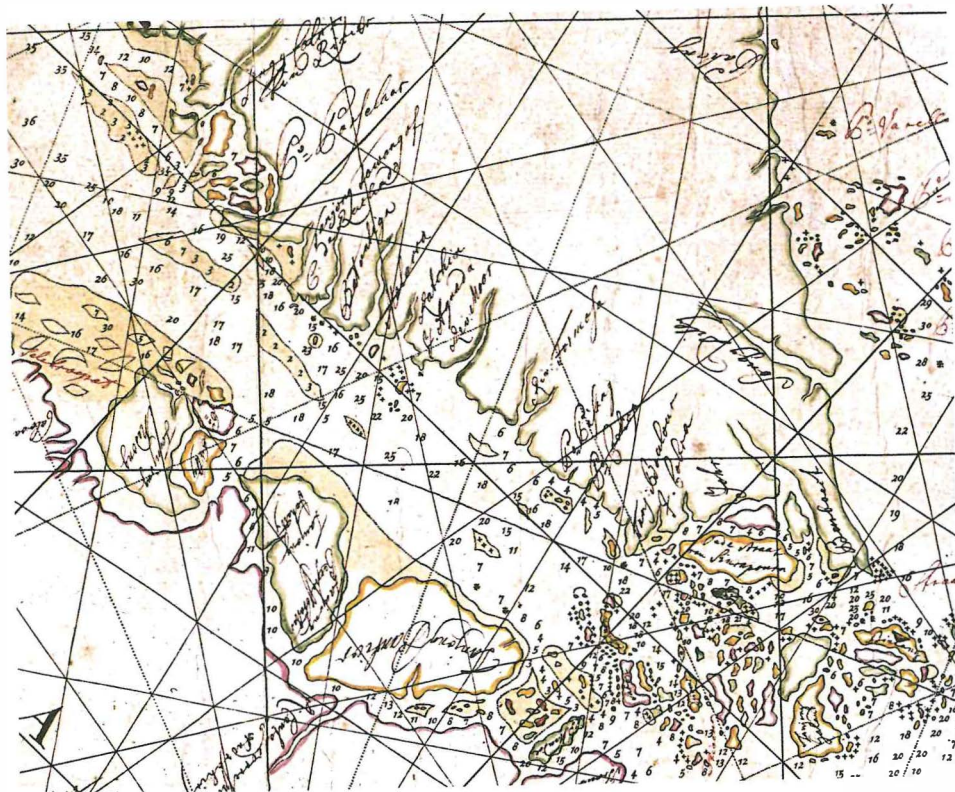
The costs associated with the Malacca blockades of 1633-1641 may have been high, and plunder taken from Portuguese traders disappointingly low. But one of the now long-forgotten legacies of the blockade is that the region around the Straits of Singapore and Malacca became one of the best-explored and best-mapped pelagic spaces in Southeast Asia!

¹⁰¹ J. Boyajian, *Portuguese Trade...*, p. 231; D. Lewis, *Jan Compagnie...*, pp. 135-136.

¹⁰² D. Lewis, *Jan Compagnie...*, p. 12.

¹⁰³ *Ibidem*, pp. 16, 17; B. W. Andaya, *Melaka under the Dutch...*, p. 197.

Map Annex 1



HESSEL GERRITZ, *Sumatra, the Malay Peninsula and the Straits* (extract), date uncertain, probably 1630s. Note the maritime channels and the depth of water measured around Sumatra's well-surveyed offshore islands. The Straat Brouwer runs behind the two offshore islands marked in yellow and green.

© National Archives of the Netherlands, The Hague.

PODER E FINANÇAS NO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA: C.1687-1820 ELEMENTOS PARA A SUA COMPREENSÃO

ARTUR TEODORO DE MATOS*

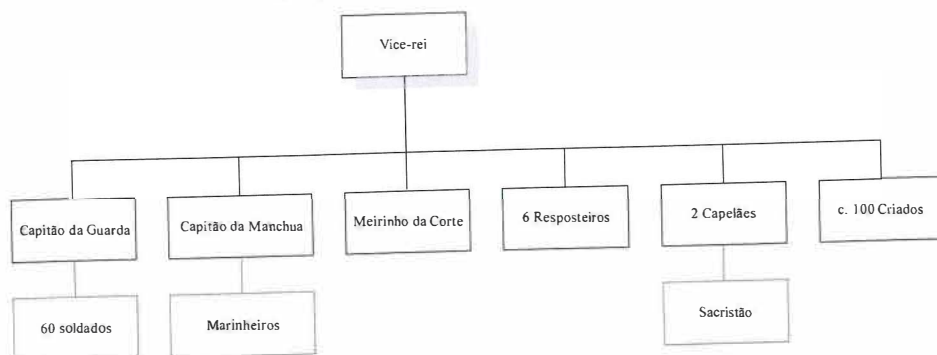
É conhecida, no essencial, a administração que os portugueses adoptaram quando resolveram instalar-se no Hindustão. Abundam os relatos que espelham o modelo administrativo que foi sendo adoptado e que, de certo modo, reproduzia o da metrópole. Todavia, à medida que os séculos avançam, nem sempre é possível descortinar com exactidão as instituições administrativas e financeiras que iam ajudando a garantir a sobrevivência do império português no Oriente, em período em que os seus opositores se iam implantando em territórios e praças outrora sob a bandeira portuguesa. Em estudo recente tentámos estabelecer as linhas gerais da administração central do Estado Português da Índia. Voltamos a ela, não para repetirmos ou corrigirmos, mas para tentarmos estabelecer os organigramas de tal administração, bem como um juízo financeiro de período tradicionalmente considerado – nem sempre com justificado fundamento – de caos financeiro.

Ao findar a década de 80 do século XVII Goa mantinha a divisão administrativa herdada: Goa e Ilhas adjacentes, Salsete e Bardez. Na Cidade de Goa residia o governador ou vice-rei, com a sua corte, estando também aí sedeados os organismos e o funcionalismo superior do Estado.¹

* Universidade Católica Portuguesa.

¹ Para a elaboração deste organigrama servimo-nos, sobretudo, do «Livro de contas que escreve a Sua Magestade D. Rodrigo da Costa, Capitão Governador General da Índia nos annos de 1686, 1687, 1688», existente no IAN/TT, *Convento da Graça de Lisboa*, T. III E, fls. 228-276 e do «Livro das Avaliações dos Officios do Ultramar», IAN/TT, *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, Livro 5, fl. 2. Agradecemos ao Doutor João Paulo Salvado a prestimosa ajuda na elaboração deste e dos demais organigramas.

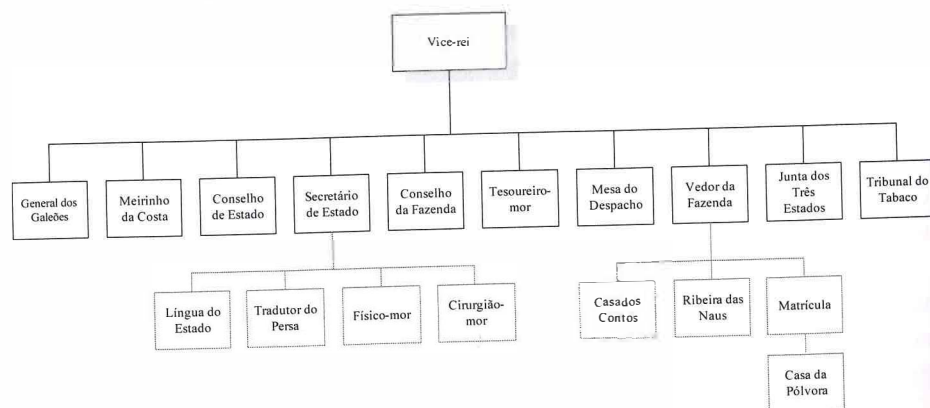
Organigrama n.º 1 – A Corte do Vice-rei (c. 1687)



O vice-rei residia no seu palácio-fortaleza “sumptuosamente fabricado” como o descreve Pyrard de Laval, “sendo a coisa mais vistosa de toda a cidade”, dispondo até de um grande terreiro denominado – tal como em Lisboa no paço da Ribeira – Terreiro do Paço.² Protegia-o uma guarda pessoal, com um capitão e mais de seis dezenas de soldados, a que se somavam outros militares pertencentes à fanfarrá, seis reposteiros e mais de uma centena de criados. Capelães, capitão da manchua com marinheiros, meirinho da corte, completavam, de modo geral, o pessoal afecto à sua casa.

Enquanto governador, dele directamente dependiam:

Organigrama n.º 2 – Administração Central do Estado da Índia (c. 1687)



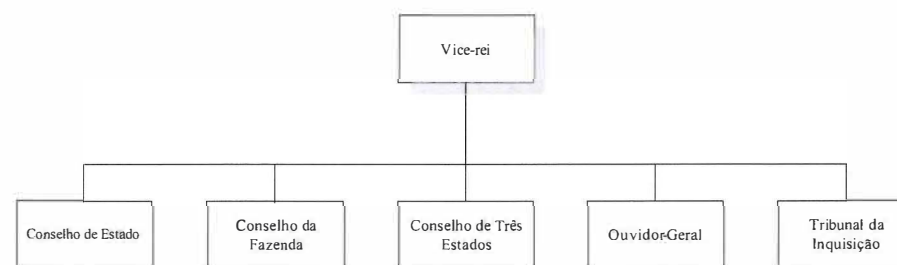
O general dos galeões ou da armada, meirinho da costa, secretário de Estado, tesoureiro-mor, tribunal da relação, inquisição, mesa do despacho, vedor

² Francisco Pyrard de Laval, *Viagem de...*, versão portuguesa correcta e anotada por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, vol. II, ed. revista e actualizada por A. de Magalhães Basto, Porto, Liv. Civilização, s.d. pp.40-41.

da fazenda com a casa dos contos, a ribeira das naus e a matrícula, muito ligada à casa da pólvora, tribunal do tabaco, completavam, *grosso modo*, arquitectura da administração central. Aluda-se também aos três órgãos de consulta que o governador dispunha para aconselhamento do exercício das suas funções: conselho de Estado, conselho da Fazenda e conselho dos três estados.³ Quanto ao primeiro, integravam-no, em regra, para além do arcebispo, o chanceler, o secretário de Estado, o vedor da fazenda, o capitão da cidade e, mais tarde, o general da armada primeiro inquisidor, conselheiros de provisão régia e alguns fidalgos. Do conselho da Fazenda, faziam parte o vedor geral da Fazenda, o chanceler e o escrivão geral da Fazenda que secretariava. Este conselho foi ganhando importância e poder, à medida que a casa dos contos se foi desacreditando em resultado do abuso dos seus oficiais.⁴ Mas, como refere Amâncio Gracias, também “os seus próprios abusos lhe precipitaram a queda”,⁵ dando depois lugar, em 1769, à Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, que substituirá a Casa dos Contos e, volvidos quatro anos, o próprio conselho da Fazenda e o cargo de vedor.⁶

Como conselho mais alargado, o vice-rei podia convocar o conselho dos três estados, que era constituído por deputados das três ordens: civil, militar e eclesiástica. Integrava os membros do conselho de Estado, desembargadores da Relação, inquisidores, provinciais das ordens e congregações religiosas, delegados das câmaras gerais, fidalgos e capitães convidados, bem como outras pessoas chamadas em caso de guerra, levantamento de impostos e em outras ocasiões, de grande dificuldade.⁷

Organigrama n.º 3 – Administração Central do Estado da Índia (1774-1778)



³ IAN/TT, *Convento da Graça de Lisboa*, Tomo III, E, “Livro das contas...”, fls. 228 e ss. e IAN/TT, *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, “Livro das Avaliações dos Offícios do Ultramar”, Livro 5, fl. 2.

⁴ Veja-se a lei de 12.02.1761, transcrita por J. B. Amâncio Gracias, *Subsídios para a História Económico-Financeira da Índia Portuguesa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909, p. 85.

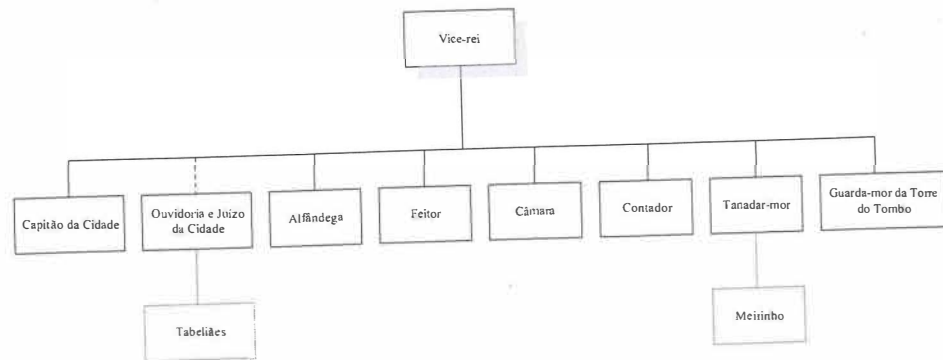
⁵ J. B. Amâncio Gracias, *Subsídios para a História...*, p. 86.

⁶ *Instruções...*, pp. 55-57

⁷ *Ibidem*, p. 80 e J. J. Lopes de Lima, *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas...*, Livro V, *Ensaio sobre a Estatística do Estado da Índia*, por Francisco Maria Bordalo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 100.

Goa, sendo a capital do Estado, para além de sede de uma administração central com semelhanças à da capital do reino, irá dispor de uma administração algo diferente das demais capitais das outras províncias, ou seja, Margão em Salsete e Mapuça em Bardez. Assim, a Cidade e ilha de Goa com as duas adjacentes, dispunham da seguinte administração⁸:

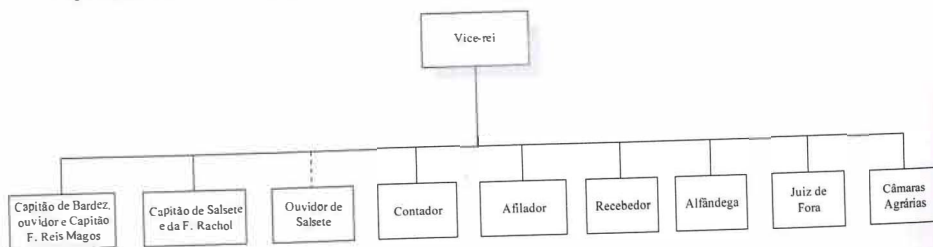
Organigrama n.º 4 – Administração da Cidade de Goa (Séculos XVII-XVIII)



Capitão da Cidade, ouvidoria e juízo da Cidade com tabeliães, alfândega, feitor, senado da câmara, contador, tanadar-mor com o respectivo meirinho e guarda-mor da Torre do Tombo, tais eram os principais cargos e instituições de governo da capital. Diga-se que o capitão da cidade – figura central desta arquitectura de poder urbana – dispunha de um pequeno pelotão de vinte homens e de uma casa com servidores pagos pelo Estado.

Vejam os territórios de Bardez e Salsete.

Organigrama n.º 5 – Administração dos Territórios de Bardez e Salsete (Séculos XVII-XVIII)



O capitão de Bardez e simultaneamente da fortaleza dos Reis Magos, era o ouvidor, dispondo de meirinho e tabeliães. Contador, afilador e recebedor, eram outros dos cargos de administração local – estes dois últimos particularmente importantes – já que permitiam garantir a titularidade das terras e a boa cobrança

⁸ Fontes atrás indicadas.

dos foros das aldeias, até porque eram mensalmente pagos. A alfândega e a partir de 1774-78 e, definitivamente, 1783 as câmaras municipais eram outras das instituições importantes de Bardez, como de Salsete, dispoendo, já em período anterior de juiz de fora. Refira-se a pujança das *câmaras gerais*, depois transformadas em *câmaras agrárias*, que agrupavam em cada província as *gaucarias* ou *câmaras* das diferentes aldeias.⁹ Acrescente-se que em matéria que à administração respeita, ficariam cometidos às comunidades de aldeia determinados encargos como a obrigação dos moradores acorrerem em caso de guerra com armas, «em corpo formado» para defenderem as suas casas e fazendas «sem excepção de privilegiado»; a dos cabos e oficiais fornecerem ao tanadar-mor listas «verdadeiras» dos vagabundos, vadios e ladrões que surgissem nas aldeias; como a obrigação de acudir a algum roubo nocturno, entregando os ladrões à prisão. Repare-se que, na qualidade de capitão das ordenanças das aldeias da sua jurisdição, era ainda obrigado, mediante alardo, a passar «mostra um domingo de cada mês» a todos os elementos do sexo masculino de 15 a 60 anos, obrigando-os a ter armas para prontamente responderem a qualquer ataque que pudesse pôr em perigo as suas casas.¹⁰

Se a militarização da hierarquia de poder tradicional terá sido em Timor o caso mais acabado e exemplar da história da administração ultramarina portuguesa de antigo regime, é de destacar a atribuição da patente de capitão ao tanadar-mor, de existência antiga na ilha de Goa e que a reforma pombalina irá integrar na hierarquia do tempo.¹¹ Com escrivão nativo e outro português, além de um língua, competia-lhe superintender no rendimento das várzeas, sobre o qual recaía o pagamento dos foros ao Estado e visitar os lugares carecidos de obras. Um meirinho faria executar as determinações recebidas.¹²

⁹ É relativamente abundante a bibliografia sobre este tema. Veja-se, por todos, Filipe Nery Xavier, *Bosquejo Histórico das Comunidades das Aldeias dos Concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, ed. comemorativa do centenário do seu nascimento, revista e acrescentada por José Maria de Sá, com o esboço biográfico do autor por J. B. Amâncio Gracias, Bastorá, 1903-1907. No vol. III existe uma exaustiva bibliografia sobre o assunto. Consulte-se também António Emílio d'Almeida Azevedo, *As Comunidades de Goa. Historia das Instituições Actuais*, Lisboa, Viúva Bertrand & C^ª Sucessores Carvalho & C^ª, 1890, p. 95 e o nosso estudo, «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI» in Ana Maria Carabias Torres (ed.), *Las Relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la Expansión Colonial*, Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1994, pp. 271-292.

¹⁰ Art.º 32 do «Regimento das Comunidades das três Províncias de Salsete, Ilhas de Goa e Bardez», 1732, publicado por Manuel José Gomes Loureiro em *Memorias dos Estabelecimentos Portugueses a L'Este do Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, na Tipografia de Filipe Nery, 1835, p. 57.

¹¹ Recorde-se o «Regimento de Tanadar e Corretor da cidade de Goa, que o Doutor Pedro Nunes, vedor da Fazenda da Índia deu a Crisnã», Goa, 20.10.1523 in J. H. da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez-Oriental*, fasc. 5.º, 1.ª parte, pp. 65-68.

¹² «Livro das Avaliações dos Offícios do Ultramar», Livro 5, *Chancelaria-mor da Corte e Reino*, fl. 152 e *Instruções...*, p. 39 (notas). O tanadar-mor, segundo Cláudio Lagrange Monteiro

Recorde-se que o capitão de Salsete residia também na fortaleza de Rachol da qual era o primeiro responsável. Todavia em data que não podemos estabelecer, aparece-nos o ouvidor dissociado do cargo de capitão, embora também com alguma dependência e o mesmo acontecerá depois em Bardez.¹³ Eram estes capitães, em finais de setecentos já gerais, a suprema autoridade em cada uma das províncias, dependentes do vice-rei. Mas, porque estribados na força militar que detinham, por vezes usurparam das suas funções, até porque eram comandantes de um regimento de linha. Acontecera isso em começos de oitocentos como denunciava o conde de Galveias.¹⁴

Deliberadamente não incluímos a administração militar nesta síntese, embora a destrinça nem sempre era fácil, até porque, como observava o marques de Pombal em 1774 «não bastaria que se estabelecesse a povoação civil [...], se à força dela se não unisse a outra força militar, que constituísse o governo no respeito e na autoridade».¹⁵ Daí a grande importância que assumia a organização militar no Estado da Índia. A capital estava defendida por um conjunto de fortalezas situadas em pontos estratégicos, protegendo e controlando quer as barras e os portos quer os “passos”. A tropa arregimentada estava organizada por *terços* conforme o sistema usado no Reino e guarnecia as fortalezas, passos, províncias e embarcações. Em número de vinte e três, sete eram constituídos por europeus e os restantes por nativos.¹⁶ Em Junho de 1771 era criado um terço de ordenanças e em Salsete existia também já neste último quartel seiscentista uma companhia de cavalos. Objecto de reorganização, seria aproveitada a estrutura tradicional das *gaucarias* e *tanadarias*, constituindo-se, em cada jurisdição, uma companhia, cujos capitães e alferes, seriam os *gaucars* (*ganvkar*) «mais distintos», escolhidos por acto eleitoral, presidido pelo *tanadar-mor*.¹⁷ Um dos objectivos principais destas ordenanças era proporcionar o recrutamento de mancebos já exercitados, para servirem nas denominadas tropas pagas.¹⁸ Diga-se também, que os *sipais*, «espécie de caçadores de monte», sem organização regular, eram

Barbuda, citando Bluteau, era um dos principais fidalgos, juiz de todas as aldeias e comunidades ou gancarias. Veja-se o que se escreveu no final deste capítulo sobre este cargo, quando abordamos a temática das comunidades das aldeias.

¹³ Nos orçamentos de 1687, 1709 e 1718, assim acontece, cf. IAN/TT, *Convento da Graça de Lisboa*, T. III, E “Livro de contas...”, fls. 240v, 242; HAG, MR, 74A, fls. 70v, 71v; HAG, MR, 84.^a, fl. 144v.

¹⁴ AHU, Índia, caixa 402, ofício do conde de Galveias de 3.01.1813.

¹⁵ *Instruções...*, p. 9.

¹⁶ Manuel Felicíssimo Louzada de Araújo, «Asia Portuguesa. Segunda memoria descriptiva e estatística das Possessões Portuguezas na Azia, e seu estado actual» in *Annaes Marítimos e Coloniaes*, 2.^a série, n.º 5, Lisboa, 1842, pp. 197-198.

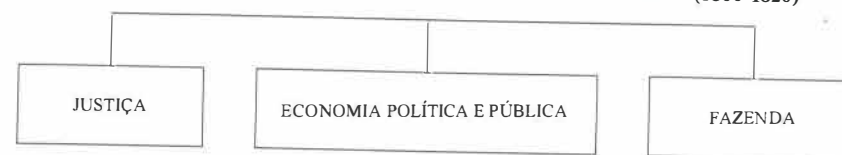
¹⁷ *Instruções...*, pp. 10-11.

¹⁸ Cf. carta do conde de Sarzedas de 10.10.1812 (HAG, *Liv. De serviço*, fl. 113v, publicado por J. H. da Cunha Rivara, *Archivo Portuguez Oriental*, fasc. VI, supl. II, pp. 547-548.

assalariados por baixo preço para os exércitos e até para o serviço particular e de corporações, para a sua guarda e das casas e até para a cobrança de foros e rendas.¹⁹

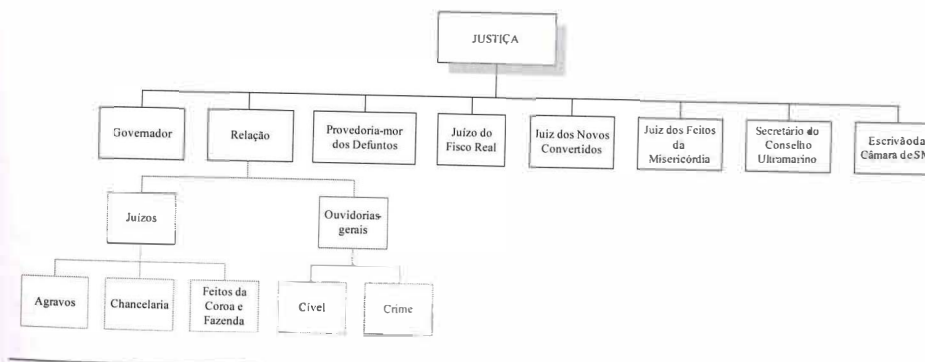
Ao findar o século XVIII e, em resultado da solicitação de Rodrigo de Sousa Coutinho, o governador Francisco António da Veiga Cabral remetia um mapa dos empregos e ofícios civis que existiam na Cidade de Goa, bem como o dos benefícios e ministérios eclesiásticos. Tal fonte permite-nos traçar o quadro da administração pública em Goa neste período e que perdurará até às reformas de Oitocentos. *Justiça, Economia Política e Pública e Fazenda* eram os três grandes sectores por que se repartia a administração do Estado na Cidade de Goa.

Organigrama n.º 6 – Administração Central do Estado da Índia (1800-1820)



Da *Justiça* fazia parte o *governador e capitão-general*, o *Senado da Relação*, e três *Juízos*: o dos *Agravos*, o da *Chancelaria* e o dos *Feitos da Coroa e Fazenda*. Duas *Ouvidorias-gerais* – a do *Cível* e a do *Crime* – integravam esta estrutura superior da administração da justiça em Goa, para além da *Provedoria-mor dos defuntos e ausentes, órfãos, capelas e resíduos*, o *Juízo do fisco real*, o *Juízo dos novos convertidos* e outro dos *feitos da Misericórdia*, o *Secretário do Conselho Ultramarino*, e o *Escrivão da Câmara de Sua Majestade*.²⁰

Organigrama n.º 7 – Administração Central do Estado da Índia (1800-1820)

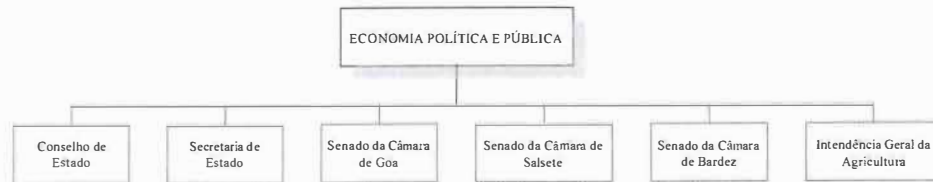


¹⁹ Sobre o assunto veja-se de M. F. Louzada de Araújo, a memória acima, p. 198.

²⁰ «Mapa dos empregos e ofícios civis, que se achão estabelecidos na Cidade de Goa Estado da Índia, pello que respeitão a administração da justiça com designação da natureza, provimento, condição, pensão e rendimento annual de cada hum delles», Goa, 22.04.1800. (AHU, Índia, cx. 172 (186), doc. 630.

O segundo sector da administração – *Economia Política e Pública* integrava o *Conselho de Estado*, a *Secretaria de Estado*, o *Senado da Câmara da Cidade e Ilhas de Goa*, os dois *Senados das Câmaras de Salsete e de Bardez* e a *Intendência Geral da Agricultura*.

Organigrama n.º 8 – Administração Central do Estado da Índia (1800-1820)



E por fim *Administração da Fazenda*, que comportava os seguintes serviços: *Contadoria geral da Junta da Fazenda Real*, *Administração do Tabaco de Pó*, *Tesouraria das Tropas*, *Executoria da Fazenda*, *Arsenal Real*, *Alfândegas de Goa, Bardez e Salsete*, *Casa da Fábrica da Pólvora*, *Casa da Moeda*, *Tesouraria de meias anatas e meias sizas*, *Intendência de Pondá*. O *Guarda-mor da Torre do Tombo*, o *Recebedor da Chancelaria* e o *Hospital Militar* também dependiam destes serviços.

Organigrama n.º 9 – Administração Central do Estado da Índia (1800-1820)



Outro aspecto que importa indagar é o do funcionamento desta administração, o provimento dos cargos, a existência de clientelas, de elites de poder, enfim, uma multiplicidade de questões, aqui agravadas pelas solidariedades de casta e pela diferenciação entre naturais e europeus, e que só estudos sectoriais e circunscritos no tempo poderão esclarecer com algum rigor. Em 1717, a propósito de uma polémica motivada pela resolução do bispo de Cochim, governador do arcebispado, em proibir, sob pena de excomunhão, que os *bois* cristãos acarretassem os gentios ou lhes levassem os sombreiros, informava o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, em 1716, que todos os ofícios que existiam

tiam na Índia, «se exercitavam por certas famílias, a que eles chamam castas, de sorte que nem os bois podem ser ourives nem estes ferreiros». E adiantava que «o mesmo se entende nos mais exercícios mecânicos e até da administração do Estado» asseverando que «destas castas se servem todos universalmente, ou sejam, gentios e cristãos». ²¹ Aliás o vice-rei, comentando com algum desdouro o procedimento do governador do bispado, lembrava que querendo este persuadir que seria «desprezo da fé» acarretarem estes *bois* aos gentios, esquecera que o mesmo acontecia com os remadores das embarcações, que eram afinal «as ordinárias carruagens de Goa» e que tanto cristãos como gentios nelas serviam com a mesma dependência, sem que o bispo se lembrasse de lançar a excomunhão sobre aqueles. É que, acertadamente comentava o vice-rei: «os cristãos que servem os gentios o que buscam é o estipêndio do seu trabalho». ²²

Nas informações remetidas em 1801 a D. Rodrigo de Sousa Coutinho pelo tenente-general Francisco António da Veiga Cabral, que viria a ser nomeado governador e capitão general do Estado da Índia cinco anos depois, anotava o bom desempenho dos oficiais superiores do Exército, bem como os da Marinha Real. ²³ Já na informação sobre os oficiais que desempenhavam cargos governativos, Veiga Cabral remeteu para ofício separado a de Joaquim Vicente Godinho de Mira, general de Bardez e quanto ao de Salsete, Manuel António Dinis de Ayala, limitava-se a referir que «desempenha as suas obrigações» sem qualquer alusão elogiosa à sua pessoa ou à maneira como exercia o cargo, procedimento que teve para com muitos outros oficiais. ²⁴

Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque, que exerceu as funções de Secretário do Governo e Desembargador e Procurador da Coroa e da Fazenda do Estado da Índia, foi muito crítico, sobretudo quanto ao funcionamento da justiça em Goa, Bardez e Salsete. Acusava os respectivos ouvidores de serem «leigos» e, sobretudo, «muito ignorantes e ainda mais tímidos». ²⁵ Como atrás se referiu, as três ouvidorias de Goa e Ilhas, Bardez e Salsete foram, até 1717, providas trienalmente por bacharéis, sujeitos a residência, e que julgavam em primeira instância, dando apelação e agravo para a Relação do Estado. Adiantava ainda o mesmo Secretário que, a partir dessa data, com a falta de ouvidores graduados passaram a servir homens «de capa e espada», se bem que previamente examinados na Mesa do Desembargo do Paço e com o parecer favorável dos desembargadores. Porém, observava o mesmo desembargador, em 1813, que há muito tal costume deixara de se observar, recaindo agora a escolha em naturais, por vezes letrados,

²¹ Ofício do vice-rei de 10.01.1716. (HAG, MR, Liv. 81, fls. 24-24v).

²² Idem, *ibidem*, fl. 24v.

²³ AHU, Índia, cx. 402, ofícios de 6.05.1801 e 7.05.1801.

²⁴ AHU, Índia, cx. 402, ofício de 6.05.1801.

²⁵ Requerimento de Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque [1815] AH do Itamarati, RJ, lata 88, doc. 2001.

mas de um modo geral ignorantes «frouxos e tímidos», a tal ponto que deixavam «arrancar das suas mãos a jurisdição» que o rei lhes confiara.²⁶ E eram os generais das províncias que abusivamente usurpavam tais funções, estribados na força militar que detinham, até porque eram comandantes de um regimento de linha. Aliás, defendia o mesmo Secretário que tendo em conta as dimensões do território de Goa, as três ouvidorias se reduzissem a duas: uma para Salsete e outra para Bardez e Ilhas de Goa. Nesta exerceria as funções o ouvidor geral do cível que estava na Relação e, para Salsete, deveria ser nomeado um bacharel que, quando necessário, substituiria qualquer juiz da Relação, evitando, assim, que fosse chamado um inquisidor, como agora acontecia.

A proposta de Tovar e Albuquerque seria bem acolhida. A partir de 1816 passaria a existir a ouvidoria de Goa e Bardez e a de Salsete, servidas por letrados habilitados pela Universidade. O de Salsete tinha também assento na Relação nos casos de seis juízes e o de Goa e Bardez era simultaneamente auditor geral da gente de guerra. Os dois serviam conjuntamente de juízes das comunidades e dos órfãos, com excepção de Goa onde, por mercê vitalícia, estava provido o tanadar-mor.²⁷

Note-se que os cargos de general das províncias haviam sido extintos em 1766, como se referiu, «por inúteis» e substituído pelo de Mestre de Campo. Mas, acusava o mesmo secretário de Estado, que logo em 1791 fora repostado pelo governador com o fundamento único de «dar mais aquele soldo a alguns coronéis». Para cúmulo, tais generais arrogavam a si toda a jurisdição cível «que se acha em mãos débeis» e decidiam causas cíveis e criminais, faziam partilhas, inventários e mandando-os executar.²⁸ Particularmente visado era o general de Bardez, marechal Manuel Godinho de Mira que Tovar e Albuquerque acusa de querer ser simultaneamente juiz de fora, corregedor, ouvidor e provedor. De facto, ordenando a prisão por dívidas particulares exorbitava dos seus poderes a ponto de mandar que se não executasse qualquer despacho – mesmo do governo do Estado – sem que lhe fosse previamente apresentado e nele constasse o seu «cumpra-se». Chegou mesmo a citar o procurador da Coroa e da Fazenda num despacho seu, em bens da Fazenda Real. E, no ensejo do enriquecimento fácil, não hesitava em extorquir aos habitantes da província os seus géneros a custo reduzido, «arbitrário» ou mesmo gratuito.²⁹ O seu antecessor havia permanecido no cargo até à morte, exercendo-o durante dezassete anos. Passaria depois para o irmão, Godinho de Mira que, à semelhança do mano, apenas pagara direitos

²⁶ AHU, Índia, caixa 402, ofício ao conde das Galveias, de 3.01.1813.

²⁷ Alvará de 25.01.1816 in M. J. G. Loureiro, *Memórias dos Estabelecimentos Portugueses...*, p. 227.

²⁸ «Observações sobre alguns importantes objectos relativos ao Estado da Índia Portuguesa», já cit.

²⁹ Ofício ao conde das Galveias, de 3.01.1813 (AHU, Índia, caixa 402).

no primeiro triénio, embora exercesse o cargo desde há dez anos. O marechal, comandante da província de Pondá, também exorbitava dos seus poderes, chegando a conceder perdões aos dessais inimigos do Estado, a tomar gado para o distribuir consoante os seus interesses, a retirar frutos destinados à Fazenda Real, usando-os para pagamento aos «seus afilhados», além de ordenar execuções de «alta justiça», à semelhança do general de Bardez.

A corrupção na administração e na justiça é abertamente denunciada. Criavam-se cargos para clientelas, «tudo pela maior parte desnecessário», quando tal «gente» era de grande utilidade na agricultura que se achava «deterioradíssima». Os ofícios trienais, nomeadamente os de juízes, tornavam-se perpétuos. Os provimentos para cargos civis ou militares eram feitos, em muitos casos, em função da entrega de avultadas somas de dinheiro, já que qualidades de «merecimento, honra, probidade e serviço» haviam sido «banidos».³⁰

A maior parte da pólvora, fabricada com significativos gastos, a pretextos vários, era utilizada em «caças, festas e distrações furtivas», o que também acontecia com munições e apetrechos do arsenal. Os recrutas eram dispensados do serviço militar dando dinheiro aos responsáveis pelo recrutamento. E, quando efectivamente desejavam ingressar, era-lhe exigido dinheiro a título de pagamento de cavalos e sipais. Mas, acrescentava a mesma fonte, que nem eram necessários novos recrutas, já que muitos dos soldados eram utilizados em serviços particulares.

Mas o excesso de cargos e instituições eram, também, objecto de crítica. Os senados de Bardez e Salsete eram tidos por dispensáveis, até porque só haviam sido criados em 1774 e sem necessidades objectivas. Escusados seriam também os lugares de general dos rios e intendente da agricultura com os respectivos ajudantes, bem como muitos oficiais do Estado Maior de cavalaria, comandantes de praças e oficiais de marinha.

Perante tal conjuntura, classificada de «horroroso e calamitoso espectáculo», adiantava o mesmo autor que tudo quanto viesse seria «pouco para comerem e lograrem os vadios e os ociosos». A situação era agravada ainda pelo «vexame, opressão e violência» a que sujeitavam o povo porque – explicava – «se argumenta o facto com o direito pelo despotismo e não o direito com o facto, como deve ser pela razão».³¹

A impreparação para o desempenho de muitos dos cargos da administração do Estado foi uma constante ao longo do período estudado. Escrevia Gonçalo Teixeira Pinto, que fora desembargador da Relação de Goa que «se para os lugares e ofícios se devem escolher os homens, muito mais o devia ser para o governo da Índia, que tinha estreitas relações com um grande número de povos,

³⁰ Requerimento de Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque. [1815]. AH do Itamarati, RJ, lata 88.

³¹ *Ibidem*.

diversos em leis e costumes e, muitos deles, formidáveis em poder e opulência». ³² Recomendava que o governante tivesse um comportamento irrepreensível, para que «o nome português fosse tido em respeito» e não em «desprezo e ódio» como chegara a acontecer.

Assevera mesmo que os governadores das colónias eram «a principal causa da prosperidade ou da miséria dos povos», já que podiam «obstruir e corromper» as medidas do rei, por muito bem concebidas e necessárias que fossem. Para o experiente jurista e observador atento, a causa desse eventual procedimento residia, sobretudo, na grande concentração de poderes de que eram detentores, já que era «tanto mais fácil o abuso, quanta a distância do trono». ³³ Era sua convicção que o governo de Goa fora sempre «absoluto e despótico».

Certamente por isso, defendia que os governadores não fossem militares; possuísem bens de fortuna e tivessem conhecimentos de economia, comércio e «inteligência» das línguas, sobretudo do inglês; que exercessem apenas funções políticas; e que, findo o mandato, pudessem ser julgados pelas dívidas que contráissem ou crimes que cometessem. ³⁴

Mas, só com a revolução liberal o Estado da Índia conhecerá algumas alterações, nem sempre consequentes, sobretudo na concentração de poderes. Teixeira Pinto, cujas memórias correram manuscritas durante largos anos em Goa, embora com exageros pontuais, não se afastou muito da realidade do seu tempo, como da posterior, ao afirmar que «os maus empregados públicos são o pior flagelo que podem sobreviver às sociedades civis e, mais que tudo, governadores em colónias distantes da metrópole». ³⁵ É que embora fossem transpostas para a Índia estruturas experimentadas o seu bom ou mau funcionamento dependeu sempre dos seus executores. E, estes, nem sempre foram os melhores. A importação de europeus, sem perfil adequado, para o exercício de funções na Índia, não se revelou uma opção ajustada. Para além de poder significar desrespeito, criou animosidades e provocou aviltamentos que deixaram marcas profundas na sociedade goesa contemporânea.

Importa agora analisar em largos traços a evolução da situação financeira do Estado Português da Índia no período indicado, tomando por base os relatórios dos feitores, que permitiram a elaboração dos *orçamentos*. ³⁶ Não sendo o

³² Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto, *Memórias sobre os Portugueses na Ásia, escritas no anno de 1823 por... e agora publicadas com notas e additamentos de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara*, Nova-Goa, Imprensa Nacional, 1839, p. 16.

³³ *Ibidem*, p. 100.

³⁴ *Ibidem*, pp. 100-101.

³⁵ *Ibidem*, p. 134.

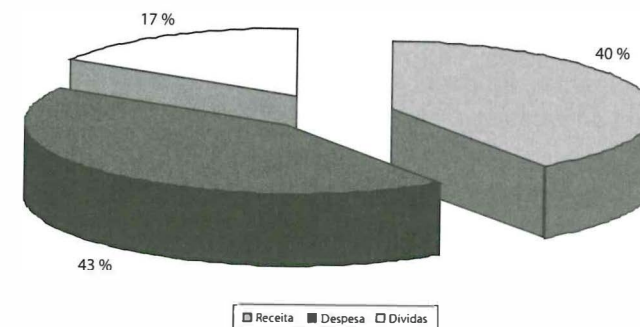
³⁶ Como já advertiu Vitorino Magalhães Godinho, orçamento tem aqui o significado de “orçar” de “aproximar ao máximo”. O navio orça quando se aproxima ao máximo da linha do vento. Assim *orçamento* significa indicar com a maior aproximação possível as receitas arrecada-

lugar nem o tempo de analisar aquilo a que António Manuel Hespanha chamou de “constrangimentos do cálculo financeiro” ³⁷ e eram de diversa natureza e, para mais, numa sociedade, onde o peso da civilização hindu estava bem presente.

Servimo-nos do livro de contas de D. Rodrigo da Costa 1686-1688, dos orçamentos de 1709 e de 1718, bem como dos balanços anuais sempre que chegaram ao nosso conhecimento e assim de outras fontes de índole financeira em devido tempo assinaladas.

Em Janeiro de 1688 escrevia D. Rodrigo da Costa ao rei remetendo uma relação das rendas e pagamentos anuais ordinários e de outras despesas que Portugal tinha na Índia. ³⁸

Gráfico 1 – Orçamento de 1687 não corrigido



Os tempos eram de “miséria e carestia” na opinião do governador. O perigo marata era real e os gastos com as armadas e exército eram enormes. As dívidas ascendiam a enormes quantias. Na relação enviada, o saldo negativo situava-se nos vinte contos de réis. ³⁹

Mas, pela verificação das contas e ressaltando a contingência, pouco provável, do historiador ter cometido algum lapso de cotejo, o défice aproximava-se quase das duas centenas de contos, ⁴⁰ a que se somariam as dívidas ao Estado,

dadas e as despesas efectuadas. Veja-se V. M. Godinho, *Le finances de l'Etat Portugais dès Indes Orientales (1517-1635). Matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1982, p. 23.

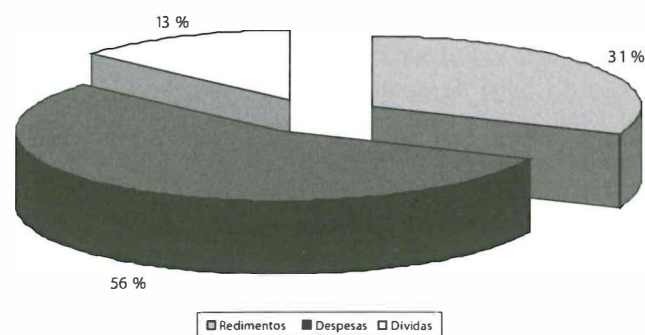
³⁷ Veja-se António Manuel Hespanha, “A Fazenda” in *História de Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. IV, *O Antigo Regime*, António Manuel Hespanha (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, s.d., pp. 205 e ss.

³⁸ IAN/TT, *Convento da Graça de Lisboa*, Tomo III E, carta de 24.01.1688, fl.228.

³⁹ Concretamente: 20794\$121; a receita era de 239822\$289 e a despesa de 260575\$410. Agradecemos ao dr. Luís Pinheiro a ajuda que nos deu na elaboração deste e dos demais gráficos.

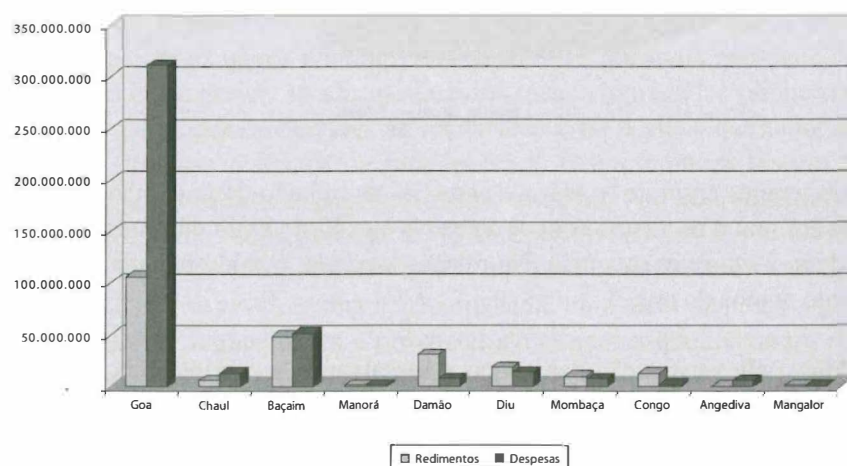
⁴⁰ Com valores corrigidos, a receita é de 236596\$067 e a despesa de 315335026 sendo portanto o défice de 178738\$959.

Gráfico 2 – Orçamento de 1687 corrigido



muito próximas dos cem contos de réis.⁴¹ A maior soma era à administração dos mantimentos, do pagamento aos soldados,⁴² logo seguida da do empréstimo feito às igrejas, para as despesas das guerras.⁴³ Há mais de três anos que não era paga a cômputo do arcebispo, além de uma dívida contraída ao seu antecessor.⁴⁴

Gráfico 3 – Receita e despesa do Estado da Índia em 1687



Se analisarmos as receitas de Goa, Bardez e Salsete, verificamos que os foros e dízimas, ultrapassam ligeiramente o rendimento das alfândegas, seguido,

⁴¹ Concretamente 99.526\$296.

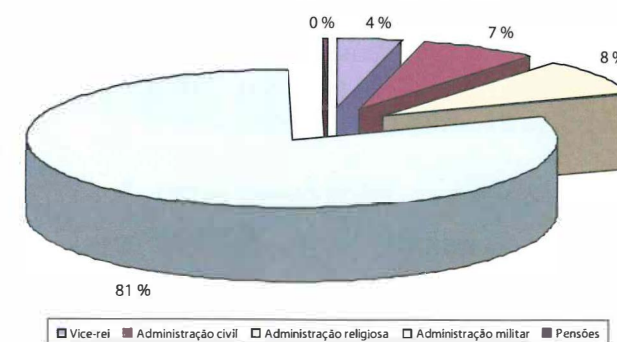
⁴² Ou seja: 29.971\$494.

⁴³ À administração dos mantimentos: 29.9971\$494; Às ig^{as} de Goa, Bardez e Salsete 24.000\$000.

⁴⁴ Desde Janeiro de 1684 a Setembro de 1687 não era paga a cômputo. Esta dívida ascendia a 13.160\$000. A D. Manuel de Sousa de Meneses devia-se 6.000\$000, do empréstimo que este fizera para as guerras.

a poucas décimas, do tabaco de fumo.⁴⁵ A urraca, o sal, as meias anatas e os mantimentos e bétle ainda chegam a atingir os 4%, mas os restantes só conseguem alcançar percentagens bastante inferiores.

Gráfico 4 – Despesas de Goa em 1687



Quanto às despesas e tentando dividi-las em administração civil, assistência e clero (regular e secular) e forças militares, além da casa do vice-rei, vemos que a maior parte do orçamento se destinava à defesa, situando-se em 80% da despesa do Estado, em Goa, enquanto o clero e as instituições de assistência absorviam 8%. A administração pública, apesar de complexa, não ia além dos 7%, a que devia juntar-se a casa do vice-rei que consumia c. de 4%. Apesar de existirem instituições de solidariedade social, como a misericórdia ou os recolhimentos de Nossa Senhora da Serra e o de Santa Maria Madalena, em termos do orçamento, o Estado consignava algumas tenças e pensões, poucas, a viúvas e mães desprotegidas em virtude da morte em combate dos seus familiares, contudo não chegam a atingir bem os 2%. De assinalar, também, que apesar de Goa arrecadar o maior rendimento do Estado e de suportar os custos da própria e da administração central, ainda lhe estavam consignados outros pagamentos, como sejam os do Estado aos jesuítas das missões de Mogor e de Madure ou dos pagamentos aos colégio de Tanor, no Sul e ao convento de S. Domingos de Chaul, que usufruía também outra contribuição de Baçaim.

A propósito diga-se que esta fortaleza, por disposição superior, dispndia somas consideráveis com os colégios da Companhia de Jesus no Japão, Macau e Cochim e com alguns conventos, como o de Chaul e de Santo Agostinho de Macau. Os reduzidos rendimentos da feitoria de Chaul e os elevados gastos militares fizeram com que a guarnição e seis das companhias aquarteladas na fortaleza do morro de Chaul fossem também pagas com uma dotação de Baçaim. Mas

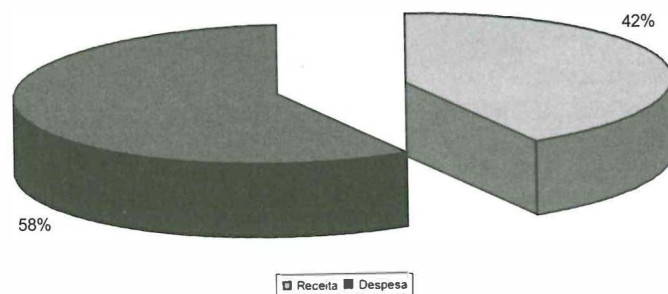
⁴⁵ Estamos a seguir o «Livro de contas que se escreve a Sua Magestade D. Rodrigo da Costa..., de 1686, 1687, 1688».

a também rentável feitoria de Damão contribuía para o sustento da guarnição da fortaleza do dito morro.⁴⁶

Aliás, os pesados encargos, tidos com as ordens religiosas e as guarnições militares de Chaul, e até com os seus “filhos da folha”, ajudavam a tornar deficitária esta rica feitoria que, já em 1709 e 1718 – data dos orçamentos aqui analisados – assim se apresentava.⁴⁷

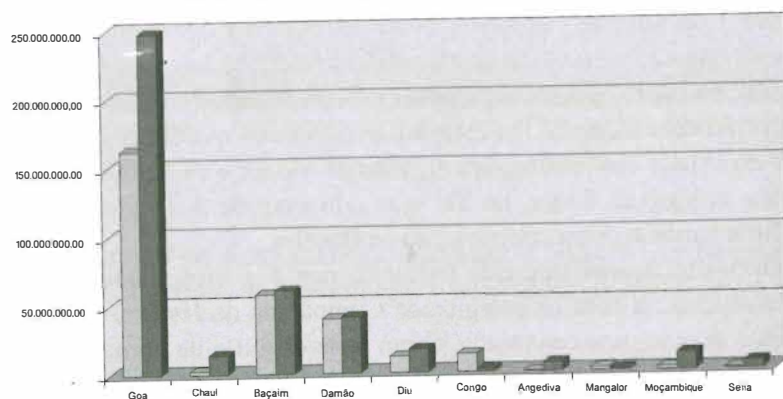
Em Novembro de 1709 o governador remetia a D. João V um orçamento denominado “resumo” mas tirado “do que constou dos livros dos feitores que há menos de seis anos haviam dado as suas contas”.⁴⁸

Gráfico 5 – Receita e despesa em 1709



A despesa era ainda superior à receita. É certo que esta havia aumentado, sobretudo em Goa, com as meias sisas e o estanco real do tabaco em pó. Mas as despesas continuavam a crescer.

Gráfico 6 – Receita e despesa do Estado da Índia em 1709

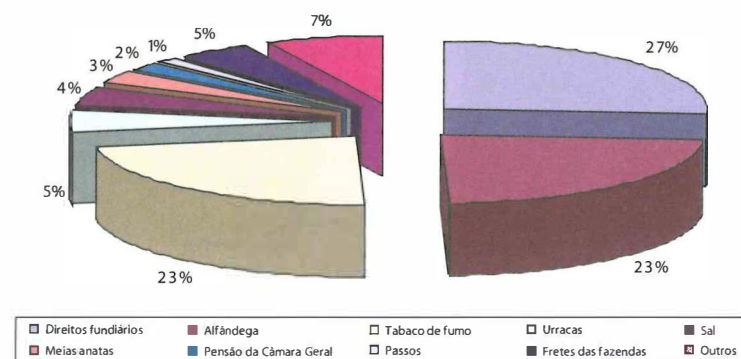


⁴⁶ Para todos estes cálculos servimo-nos dos valores indicados no «Livro de contas que se escreve a Sua Magestade D. Rodrigo da Costa..., de 1686, 1687, 1688».

⁴⁷ Para 1709, HAG, *Monções do Reino*, 74A, fls. 54-109v e para 1718.

⁴⁸ HAG, MR, Liv. 74A, fl. 54v.

Gráfico 7 – Receitas de Goa em 1709



Se contabilizarmos as receitas e as despesas de Goa, verificamos que os direitos da alfândega continuam a descer, mas os tributos fundiários e sobretudo o tabaco, registam uma apreciável subida. Adquirem também alguma importância os fretes das fazendas e ouro, vindos de Macau. Mas a despesa, sobretudo com a tropa e as armadas, não paravam de crescer.

Em Novembro de 1717 D. João V solicitava ao vice-rei conde da Ericeira uma lista “muito exacta” da guarnição do Estado, dos moradores, portugueses e naturais, bem como das rendas e de todos os cargos de cada fortaleza. Nos começos de 1719 seguia a lista “com a individuação possível”, afirmando que “a receita excede a despesa” devendo aquela ainda “aumentar, para maior segurança do Estado”. Terá sido um lapso do vice-rei. É que de facto a receita crescera muito, mas não o suficiente para cobrir a despesa. Há de facto um grande esforço de recuperação financeira e a diferença ficava-se pelos cerca de seis contos. Mas aqui, trata-se sobretudo de arrecadação de receitas cobradas, sobretudo, a feitores de diversas fortalezas que haviam terminado já as suas funções, e que davam contas na casa dos contos.⁴⁹ Estamos perante uma receita extraordinária, até porque, por estranho que pareça, os direitos fundiários e o tabaco, acusavam grandes baixas. É tema que carece futura investigação.⁵⁰

Ao confrontarmos as receitas e as despesas do Estado da Índia nestas três décadas, verificamos que estas, como aquelas, não pararam de crescer. O comércio está longe de conhecer a prosperidade de outros tempos. Cada vez mais a economia do Estado em Goa vai sobretudo basear-se em torno do sector primário, ocupando o comércio um lugar cada vez mais secundário. Os impostos seculares vão manter-se, mas o seu rendimento é mínimo.

De notar que em cada fortaleza feitoria existia um feitor, normalmente nomeado por três anos que, findo o seu mandato deveria prestar contas na casa

⁴⁹ Para 1718, HAG, MR Liv. 84A, fls. 81 e 200.

⁵⁰ Há que recorrer a outras fontes para tentar averiguar a veracidade dos números.

Gráfico 8 – Receita e despesa em 1718

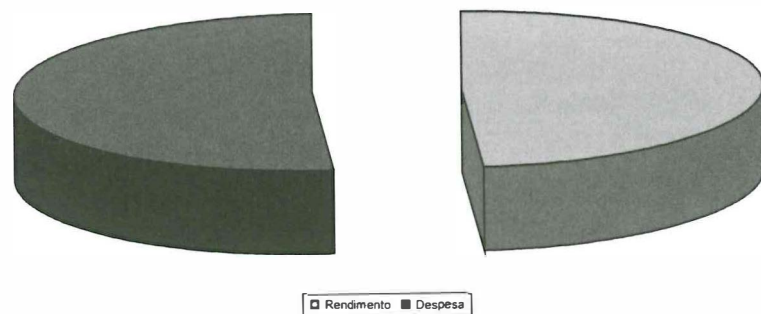
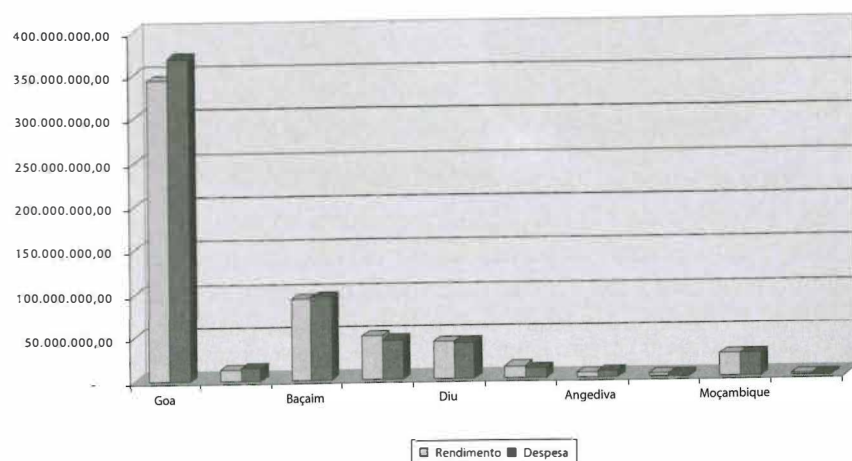


Gráfico 9 – Receita e despesa do Estado da Índia em 1718



dos contos, enquanto existiu e posteriormente na Junta da Real Fazenda. Mas acrescenta-se que muitas dos encargos das feitorias deficitárias eram suportados por outras, tidas por mais abastadas.

Registe-se também, que está longe de haver um regime centralizado de pagamentos. Assim, em Goa, para além da feitoria, havia o tesoureiro da meia-anata e das meias sizas e uma recebedoria em Bardez e outra em Salsete. É interessante verificar que em 1718, enquanto os encargos com o clero regular e secular eram satisfeitos pelo tesoureiro do Estado, a cômputo do arcebispo era paga pela recebedoria de Bardez.

Não dispomos de orçamentos para o período posterior e, por isso temos de valer-nos de outras fontes. Um arbitrista na derradeira década setecentista ao apurar receitas e despesas registadas por provedores-mores nos triénios de exercícios da década de 40 Setecentista acabaria por constatar que muitas das receitas extraordinárias não haviam sido contabilizadas, sob o pretexto de serem «duvidosas». Todavia comentaria com alguma razão que muita da despesa também o

era e, acrescentava, «bastantemente carregada, porque nem sempre é a mesma». E insistia: «Se me apresentam uma despesa incerta e sem dúvida maior do que na realidade é, porque razão também a receita incerta se não há-de apresentar?». ⁵¹ Por isso e por um sem número de casos de sobrevalorização de despesas que detectou, propunha que a solução estaria na escolha de funcionários «fíeis, zelosos, inteligentes e de boa consciência». Só assim se evitariam os «desvios» e as receitas seriam suficientes para cobrir as despesas.

Ao desejarmos analisar a situação financeira do Estado da Índia de meados do século XVIII a 1820, além das dificuldades apontadas pelo arbitrista referido, deparamo-nos com outras, sobretudo resultantes da falta de elementos para determinados anos, embora uma investigação mais sistemática, possa vir a suprir tal lacuna.

Se é certo que dispomos de registos anuais de 1752 a 1769, com curtas interrupções, escapam-nos os da década seguinte, como os que vão de 1793 a 1805, e alguns anos da segunda década Oitocentista. Sabemos que tais lacunas são de algum modo supridas pelos registos feitos pelos balanços das receitas e despesas que, de quando em vez, são elaborados, especificando todas as receitas como as despesas. Assim aconteceu, p. e., com os extractos feitos nos começos de 1813 e 1814 e que abrangem os anos de 1770 a 1812 e 1813. ⁵²

Observemos a contabilidade anual que decorre até 1769. As receitas, com poucas excepções, rondam o meio milhar de contos de réis, ultrapassando-o até um pouco com alguma frequência. O ano de 1753 foi aquele em que se registou uma menor receita (331.500\$366). Mas, dois anos depois, atingia o seu valor máximo (652.639\$495). ⁵³ De referir também que, exceptuando os anos de 1755-57, as despesas ultrapassaram as receitas, com défices muito variáveis, que se situam entre os 158.056\$559 e os 3.246\$537, mas cuja média quase se aproxima da centena de contos de réis. Assinale-se que, sobretudo na década de sessenta Setecentista, em rigor as despesas não ultrapassaram as receitas. É que o défice do ano anterior era adicionado à despesa, provocando assim a insolvência financeira, como aconteceu, p. e., nos anos de 1762, ⁵⁴ 1963 ⁵⁵ e 1765. ⁵⁶

Os défices eram, por regra, supridos através de adiantamentos solicitados aos rendeiros e empréstimos aos mercadores, sobretudo dos mantimentos. A suspen-

⁵¹ AHU, Índia, cx. 162, “Arbitrio para se tirar dinheiro para as despesas do Estado da Índia na consternação em que se acha”.

⁵² AHU, Índia, cx. 429, Extracto da receita e despesa da Tesouraria Geral do Estado do ano de 1812, de 22.2.1813 ou Extracto da receita e despesa da Tesouraria Geral do Estado do ano de 1813, de 27.2.1814, ambos assinados por José Filipe Pereira.

⁵³ Veja-se o quadro I em anexo com as receitas e as despesas.

⁵⁴ HAG, MR, Liv. 138 D, fl. 1112, Relação da receita e despesa do ano de 1762.

⁵⁵ HAG, MR, Liv. 138 D, fl. 1165, Relação da receita e despesa de 1763.

⁵⁶ AHU, Índia, cx. 183, Relação da receita e despesa da Fazenda Real em Goa em 1765.

são, no mês de Dezembro, do pagamento aos funcionários do Estado – os filhos da folha – era também um expediente para minorar a despesa anual, certamente à espera de um ano melhor que poderia, com alguma probabilidade, não vir a surgir.⁵⁷ Note-se, porém, que as autoridades da Índia estavam persuadidas de que o Estado tinha condições para gerar as receitas suficientes para a satisfação dos seus encargos normais. Escrevia o vice-rei em 1764 e, reportando-se ao ano anterior, que «na boa paz chega esta [receita] a 65208\$600 réis», mas a guerra consumia tudo. Acrescentava ainda que já não havia «cofres ou depósitos» a quem se pudesse pedir empréstimos, nem mercadores que o pudessem fazer, por duvidarem do seu pagamento.⁵⁸ As dívidas acumuladas pelo Estado terão empurrado alguns destes mercadores para a falência. Aliás em 1765 circulava no Conselho Ultramarino uma consulta onde a Misericórdia de Goa solicitava o pagamento de pelo menos 5% de juros dos empréstimos em dinheiro feitos ao Estado e ainda não satisfeitos.⁵⁹

Apesar de não dispormos de balanços anuais para a década de 70, a correspondência trocada entre o vice-rei e Martinho de Melo e Castro é elucidativa sobre a permanente situação deficitária vivida no Estado Português da Índia. É que as despesas com os navios haviam aumentado, como se tinham agravado os gastos com as tropas de infantaria, cavalaria e artilharia, bem como com a legião de voluntários. Por outro lado queixava-se D. José Pedro da Câmara da contingência das receitas, sujeitas a muitas «falências» e «quebras» dos rendeiros, por fugirem uns e por não se encontrarem bens de outros. A impossibilidade real de cobrar muitas das dívidas também contribuía para o esgotamento do dinheiro nos cofres, obrigando a lançar mão – embora a título de empréstimo – do subsídio literário, «que de todo se tem consumido nas despesas do Estado», mas também dos fundos existentes no cofre aos ausentes e no juízo dos feitos da Fazenda, pertencentes às partes. No ano de 1766 chega a enviar uma fragata a Macau para trazer o produto da venda do espólio e rendimento das fazendas confiscadas à extinta Companhia de Jesus.⁶⁰ Aliás, desse expediente já se havia servido o Conde da Ega em período anterior, gastando boa parte dos cerca de novecentos contos de réis que se haviam encontrado nos depósitos das suas procuraturas, lastimando-se o seu sucessor de que só havia encontrado escassa quantia.⁶¹ Mas se o vice-rei lançou mão, por vezes, de tais fundos, aliás especificados na receita,

⁵⁷ AHU, Índia, cód. 214, fl. 201v, carta do vedor da fazenda Caetano Correia de Sá ao rei, de 7.10.1762.

⁵⁸ Quantia indicada no original em xeráffins mas feita a equivalência em réis, AHU, Índia, cód. 214, fls. 214v-215, carta ao rei de 17.9.1764.

⁵⁹ IAN/TT, MR, 316, consulta do CU de 28.3.1765.

⁶⁰ AHU, Índia, maço 122 (114), carta de D. José Pedro da Câmara a M. Melo e Castro de 3.5.1776.

⁶¹ AHU, Índia, maço 126 (142), carta de D. José Pedro da Câmara a M. Melo e Castro de 28.4.1778.

também a Coroa deles se serviu para completar os 100.000 cruzados que anualmente enviava para a Índia para ajuda do financiamento da guerra.⁶²

Recorde-se também que a solvência financeira do Estado foi em alguns dos anos aqui analisados conseguida à custa dos donativos remetidos do Reino e da inclusão de dinheiro proveniente do confisco dos jesuítas e do existente no *fundo do giro* que será extinto em 1755.⁶³ Se nos detivermos na análise das receitas e despesas destes primeiros anos em apreço e, se tomarmos como referência os anos de 1752 e 1757 poderemos verificar que as receitas se repartem por uma multiplicidade de proveniências, sendo de assinalar, as provindas das alfândegas (10,6 e 9%), dos dízimos (16 e 16,3%), do tabaco em folha e em pó (13,4 e 14,8%), das recebedorias de Salsete e Bardez dos direitos aí arrecadados dos foros, meios foros, meias sizas e namoxins (10 e 7%) e do dinheiro remetido do Reino (18 e 17%).⁶⁴ Quanto às despesas e tomando como objecto de análise os mesmos anos, verificamos que se repartem sobretudo pelo pessoal atingindo no ano de 1752 os 68% e subindo em 1757 os 72,2%. As forças militares com as fortalezas e presídios representam cerca de metade das despesas (43% em 1752 e 69% em 1757), seguindo-se-lhe a grande distância a Ribeira (com 5,3 e 6,3% nos ditos anos) e o Palácio com todo o pessoal civil e militar que integra, 4,6% nos citados anos.⁶⁵

Embora não possamos dispor de elementos respeitantes às décadas Setecentistas de 70 e boa parte da de 90, os indicadores disponíveis, quer dos saldos havidos em oitenta e nos primeiros anos do decénio seguinte, apontam para uma tentativa de equilíbrio orçamental, nem sempre bem conseguido, motivado, certamente, pelo termo das guerras de alargamento territorial, quer também por algumas reformas estruturais então empreendidas e até pelo perdão das dívidas.

A dívida antiga a favor da Fazenda Pública de Goa até ao ano de 1773 seria perdoada e extinta por D. José, em 1776. Mas dessa data até 1814 a Fazenda era já credora de 267150\$600 réis. Todavia o avisado desembargador de Goa, Teixeira Pinto, comentava que era «soma inútil», porque os devedores ou estavam «insolúveis», ou haviam já morrido, sem bens nem herdeiros.⁶⁶ Acrescentava ainda Teixeira Pinto que a dívida da Junta da Real Fazenda de Goa de 1770

⁶² AHU, Índia, cód. 515, fls. 31-31v, carta do rei para o Conde da Ega de 24.4.1763.

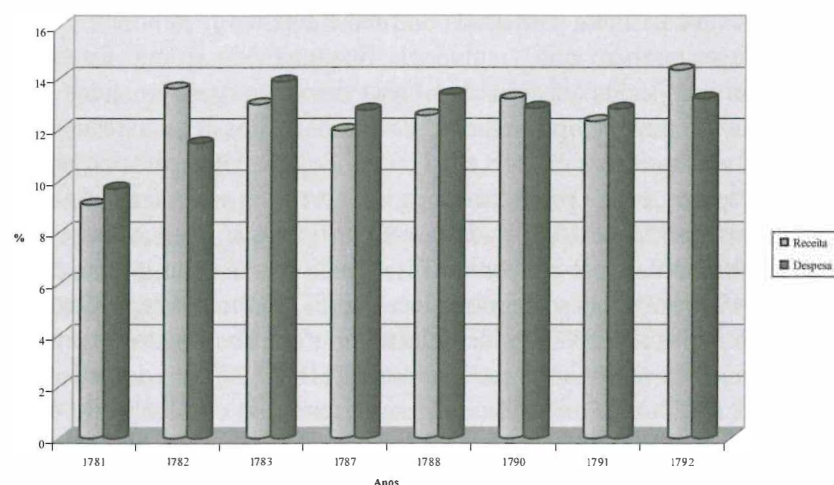
⁶³ AHU, Índia, maço 126 (142), carta de D. José Pedro da Câmara a M. M. e Castro, de 28.4.1778.

⁶⁴ AHU, Índia, cxs., 296 e 297, Mapa da receita e despesa que teve a Fazenda Real em Goa em 1752 e Id., em 1756, respect.

⁶⁵ AHU, Índia, cx. 296, Mapa da receita e despesa que teve a Fazenda Real de Goa no ano de 1752; AHU, Índia, cx. 297, Mapa da receita e despesa que teve a Fazenda Real de Goa no ano de 1757.

⁶⁶ Provisão do Erário Régio de 27.2.1776. Gonçalo Magalhães Teixeira Pinto, *Memórias sobre as Possessões Portuguezas na Ásia, escriptas no anno de 1832 por...*, publicadas com notas e aditamentos de J. H. da Cunha Rivara, Nova-Goa, IN, 1859, p.73.

Gráfico 10 – Orçamentos do Estado da Índia (1781-1792)



– ano do início do seu funcionamento – até cerca de 1823 atingia a enorme quantia de 2561589\$600 réis. Eram seus credores os cofres públicos e as Câmaras Gerais de Goa e Bardez Mapa da receita e despesa que teve a Fazenda Real de Goa no ano de 1752 e Salsete. Havia ainda que juntar as dívidas particulares decorrentes da compra de géneros e de «outras convenções» mas que, por «confusas e ilíquidas, por pobreza dos credores», não se haviam podido «averiguar e avaliar».

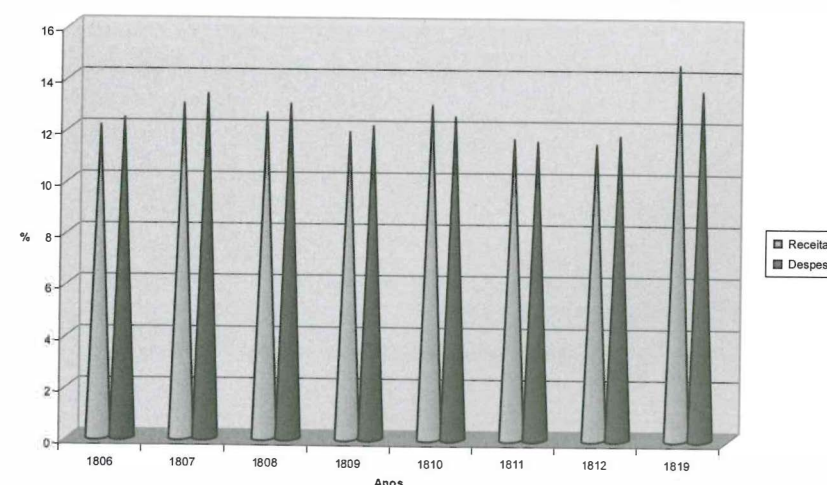
O aumento das receitas afigurava-se tarefa difícil, senão impossível. Daí que a Coroa, em finais dos anos 70, tivesse dado instruções para que se procedesse a uma reformulação do orçamento, de modo a diminuir significativamente as despesas. No início de 1780 o governo de Goa dava já conta das diligências efectuadas para cumprir as directrizes emanadas da Coroa, «de «reforma das despesas». E, indo de encontro ao solicitado e por achar «supérfluas, excessivos e desnecessários» alguns dos gastos, além de efectuados sem ordem régia, informava ter conseguido reduzir as despesas em 15202\$520 réis, dos quais 50% respeitaram à repartição da tesouraria geral das tropas, 32% à Intendência Geral da Marinha e 18% à Contadoria geral. Aliás, por esta contracção orçamental, muitos dos oficiais viam os seus postos extintos e outros o salário reduzido.⁶⁷

Dos saldos disponíveis e apurados para as décadas de 80 e 90, bem como para os inícios de Oitocentos, detectam-se saldos positivos, sem dúvida fruto de alguma contenção nas despesas, mas sobretudo de ganhos provindos do comércio que torna a registar alguma animação.⁶⁸ Aliás, da contabilidade efectuada para

⁶⁷ HAG, MR, Liv. 159C, fls. 621-635, carta de F. Guilherme de Sousa a M. M. e Castro de 1.1.1780.

⁶⁸ Veja-se o que sobre este assunto se escreveu atrás, neste mesmo estudo.

Gráfico 11 – Orçamentos do Estado da Índia (1806-1819)



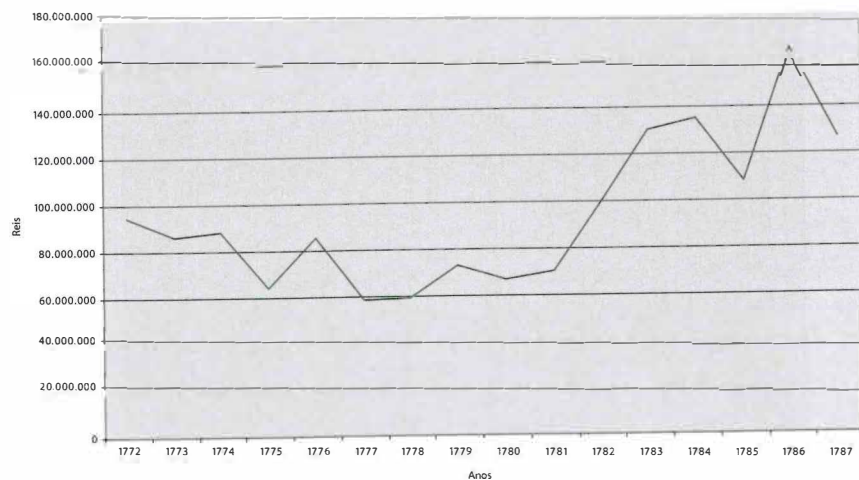
os anos de 1813 e seguinte e apuradas as receitas geradas nos anos de 1770 a 1812 verifica-se que cerca de dois terços do orçamento de Goa é suportado por três rendas essenciais: as geradas pelo comércio, as contribuições da terra e as provenientes do tabaco em folha. Assim, 25,6% provêm das taxas aduaneiras de Goa, Bardez e Salsete, cabendo naturalmente a Goa o maior quantitativo (20%). Os dízimos das três regiões ocupam a segunda posição com 15,5% e, se se adicionar os foros (7,2%) e as meias terças do rendimento das suas aldeias (4,5%), obteremos um valor que ultrapassa o arrecadado pelas alfândegas, ou seja 27,2%. A renda cobrada pelo tabaco em folha situa-se nos 10,5%.⁶⁹ O restante – ou seja, cerca de um terço – apresenta-se disseminado por cerca de uma centena de contribuições de reduzido valor monetário.

Para os anos de 1772 a 1787 conhecem-se os valores cobrados pela alfândega de Goa, bem como o tipo de taxas aí arrecadadas. Com um total de 1.512.421\$800 réis, verifica-se que o ano de 1786 foi aquele em que se verificou um maior volume de receitas, que atingiram 10,9% do total, enquanto o de 1777 é o de menor valor. Repare-se também que os chamados «direitos grandes» representam cerca dos dois terços das receitas cobradas (65,7%). As restantes taxas são, comparativamente, reduzidas, atingindo os 11,6% as «lágimas dos officias», o «Senado da Câmara os 8,2%, os «fretes» 5,5% e o «ouro e prata» os 4,3%.⁷⁰

⁶⁹ AHU, Índia, cx. 429, Extracto da receita e despesa da Tesouraria geral do Estado no ano de 1812.

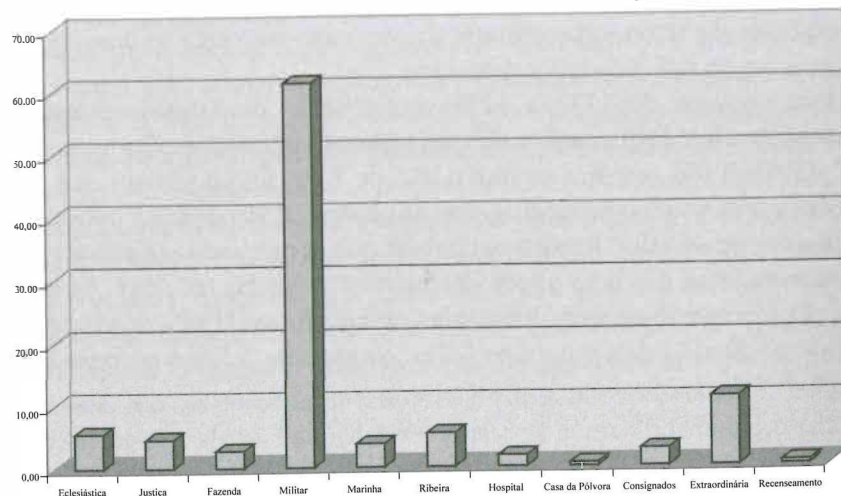
⁷⁰ AHU, Índia, cx. 333, Mapa do rendimento da alfandega de Goa nos anos de 1772-1787.

Gráfico 12 – Rendimento da alfândega de Goa (1772-1787)



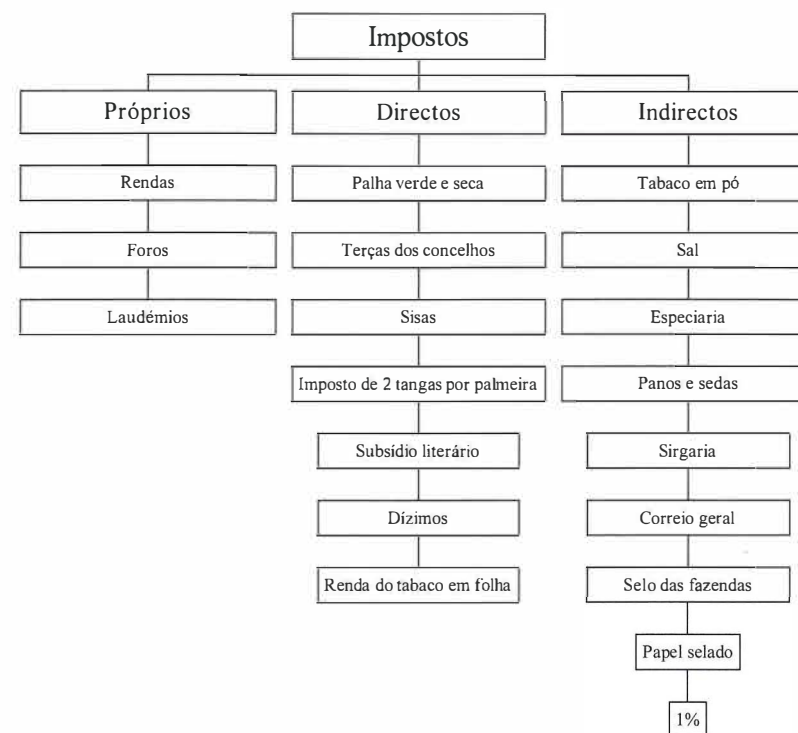
Vejam os de relance as principais despesas que absorvem o orçamento do Estado. A defesa ocupa lugar cimeiro com 56% dispendido com a tropa, a que se juntavam os presídios (5,2%), atingindo um total de 61%. Os eclesiásticos consumiam 5,5%, logo seguidos pela Ribeira com 5,4%. Com a justiça, que incluía a inquisição gastava-se 4,6%. A marinha ficava-se pelos 3,7, a Fazenda pelos 2,7% e o hospital pelo 1,7%. A despesa extraordinária atingia um valor relativamente elevado: 11%.⁷¹

Gráfico 13 – Despesas



⁷¹ Extracto da receita e despesa ... de 1812.

No começo de Oitocentos apesar da multiplicidade de impostos arrecadados, podemos, de certo modo, agrupá-los nas seguintes denominações: bens próprios, impostos directos, impostos indirectos e diversos rendimentos.⁷²



Importa ter presente o regime fiscal das Novas Conquistas. Constituídas por dez províncias,⁷³ após a sua integração, por bandos de 1763 foi garantido aos dessaes e povos que manteriam os seus usos e costumes, ficando isentos da jurisdição dos tribunais e demais oficiais, sujeitando-se apenas à jurisdição do vice-rei e à do ministro nomeado para o efeito com o título de intendente-geral.⁷⁴ Continuariam a pagar os mesmos direitos e tributos ficando a sua arrecadação a cargo de uma autoridade fiscal que existia em Pondá com o nome de *parpotecar*, sujeito à Casa dos Contos, mas que seria extinta em 1771.⁷⁵

⁷² Manuel Felicíssimo Louzada de Araújo de Azevedo, «Ásia Portuguesa. Segunda memoria...» in *Annaes Maritimos e Coloniaes*, II série, pp. 455 e ss e II série, pp. 5 e ss. Servimo-nos sobretudo desta fonte na explicação que fazemos dos diversos impostos cobrados em Goa.

⁷³ Sete outrora pertencentes ao rei de Sudém e três ao de Bousuló.

⁷⁴ AHU, Índia, cx. 78.^a, carta do Provedor-mor dos Contos do Estado da Índia ao rei, de 13.2.1768.

⁷⁵ Por provisão do Erário Régio de 25.4. 1775.

A arrecadação dos foros e mais rendas das Novas Conquistas seria sujeita em 1771 ao regime praticado em Salsete e Bardez. Mas face às dificuldades então surgidas esta alteração seria anulada, ficando a cobrança a cargo de agentes até 1816; no ano seguinte tal encargo, como a respectiva escrituração, passariam para a fiscalização do Juiz Intendente Territorial das Províncias das Novas Conquistas⁷⁶.

*

Como se referiu, o começo do século XIX foi marcado por alguma estabilidade financeira traduzida nos saldos positivos anuais, não obstante alguns gastos excessivos e desnecessários. Aliás, escrevia Tovar e Albuquerque que quando Silveira de Lorena tomara posse do governo em 1807 encontrara «de sobre-lente» nos diversos cofres da Fazenda Real a quantia de 528\$664 xerafins. Mas ao fim de um ano, em 12 de Julho, só havia 291\$388 e, cerca de quatro meses depois, 272\$483 xs. Em Maio de 1808 reduzia-se a 146\$180, aproximando-se dos 200\$000 xerafins com o quantitativo já arrecadado pela alfândega. Tal «abatimento» teria sido causado pelo aumento «das extraordinárias e incompetentes» despesas que a subida de vencimento dos oficiais do palácio e das tropas tinham causado.⁷⁷ O mesmo autor asseverava, oito anos depois, que a receita podia calcular-se de 1700\$00 a 1900\$00 xerafins, aproximando-se a despesa desse mesmo valor, como aliás pudemos apurar.⁷⁸ A variação das receitas ficava a dever-se ao diferente rendimento da alfândega de Goa que o retirava sobretudo dos direitos pagos pelos navios que de Portugal ou do Brasil iam à costa do Malabar buscar panos para o comércio de escravos. A renda do tabaco em folha era também de alguma importância, sobretudo a partir de 1777, quando começou a ser introduzido o tabaco do Brasil em Goa.

Ao aproximarmos-nos do final da segunda década oitocentista – termo do nosso estudo – verificamos que a tendência para a estabilidade financeira se mantém, com orçamentos positivos e saldos que quase atingem os 10%, como aconteceu em 1819.⁷⁹ A década seguinte será ainda de algum desfogo financeiro,

⁷⁶ Por bando de 6.5.1817 a arrecadação e escrituração são regularizadas com a criação dos agentes, que substituem o *parpotecar*. Por portaria de 15.12.1819 a Junta da Fazenda encarregou o escrivão do Juízo da fiscalização da cobrança dos agentes, sob as ordens do Juiz Intendente. Por despacho de 10.1.1821 são extintos os agentes e a arrecadação dos foros passa a ser executada pelos sacadores das aldeias sob a alçada do Juiz Intendente. Cf. Lousada, *ob. cit.*, III s, p. 8. do Juiz Intendente.

⁷⁷ HAI, RJ, lata 100, pasta 3, ofício de Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque de 12.4.1809.

⁷⁸ HAI, RJ, lata 187, maço 3, pasta 7 parte III-30, «Observações sobre alguns importantes objectos, relativos ao Estado da Índia Portuguesa», de 31.8.1815.

⁷⁹ HAG, MR, 197B, fl. 429, “Balanço dos cofres do Real Tesouro até 30.12.1919” de 8.1.1820.

sobretudo causado pelo comércio do ópio que, vindo de Damão, trará à fazenda real de Goa rendimentos consideráveis. É que o anfião ali entrava vindo da Índia inglesa, como forma de fugir aos pesados impostos cobrados em Bombaim. Os próprios navios de Macau ali iam carregá-lo. Mas deve também dizer-se que foi nos anos de 1830-35 que se fez boa parte das obras públicas em Pangim e que a Fazenda Real teve oportunidade de saldar antigas dívidas.⁸⁰

De um modo geral, o Estado Português da Índia e, particularmente Goa, geravam as receitas necessárias para a satisfação dos seus encargos correntes. E mesmo em anos de declarada insolvência verificava-se, por vezes, um sub-registo das receitas e um empolamento das despesas. Naturalmente que estas aumentaram extraordinariamente com as campanhas empreendidas em meados de Setecentos, que obrigaram a um enorme esforço financeiro para manter os vários teatros de guerra. Mas a má gestão de recursos, a deficiente preparação de alguns dos agentes da administração e a corrupção de outros, também pesaram nos défices então verificados.

Sujeita sobretudo a contingências económicas que lhe eram estranhas e muitas vezes adversas, com uma agricultura que não conhecera grande desenvolvimento, não obstante os esforços verificados na segunda metade Setecentista, com um sistema fiscal anquilosado e difícil de controlar, tornava-se por vezes tarefa penosa gerir as finanças públicas de Goa. Pese, contudo, a riqueza do território que não obstante as adversidades, mas também a lucidez, competência e isenção de alguns dos seus governantes, de um modo geral soube gerar a riqueza suficiente para suportar as suas necessidades, sobretudo a nível do aparelho de Estado. É que o bem-estar das populações e as preocupações de solidariedade social estavam ainda longe de constituírem prioridades, quer para este, como para outros territórios de administração portuguesa.

⁸⁰ Lousada, *ob. cit.*, II s, pp. 455-460.

Quadro 1 – Orçamento do Estado da Índia (1752-1819)

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1752	371.607.522	460.600.718	- 88.993.196
1753	331.500.366	489.556.925	-158.056.559
1754	487.009.983	606.319.086	-119.309.103
1755	652.639.495	591.620.913	61.018.582
1756	553.475.903	491.577.787	61.898.116
1757	521.479.520	477.012.597	44.466.923
1761	466.441.346	570.831.725	-104.390.379
1762	462.985.310	556.386.424	-93.401.114
1763	469.729.843	557.058.842	-87.328.999
1764	591.609.653	615.552.661	-23.943.008
1765	506.816.797	585.657.427	-78.840.630
1766	501.662.490	532.934.715	-31.272.225
1768	450.150.999	473.910.200	-23.759.201
1769	463.097.091	466.343.628	-3.246.537
1781	425.292.173	424.192.973	1.099.200
1782	637.435.392	501.144.825	136.290.567
1783	608.294.687	606.146.987	2.147.700
1787	560.287.400	557.529.152	2.758.248
1788	587.800.458	584.358.985	3.441.473
1790	618.703.487	560.949.153	57.754.334
1791	577.259.400	559.511.100	17.748.300
1792	670.803.953	577.224.086	93.579.867
1806	549.128.144	546.315.805	2.812.339
1807	587.010.908	587.713.468	-702.560
1808	572.501.230	572.420.004	81.226
1809	538.404.400	533.852.966	4.551.434
1810	586.714.133	551.220.916	35.493.217
1811	527.836.727	508.323.480	19.513.247
1812	518.673.720	518.040.628	633.092
1819	659.247.011	595.927.526	63.319.485

FONTE: as indicadas no texto.

Quadro 2 – Orçamentos do Estado da Índia (1752-1769)

	Receita		Despesa		Saldo
1806	549.128.144	12,10	546.315.805	12,38	2.812.339
1807	587.010.908	12,93	587.713.468	13,32	-702.560
1808	572.501.230	12,61	572.420.004	12,97	81.226
1809	538.404.400	11,86	533.852.966	12,10	4.551.434
1810	586.714.133	12,92	551.220.916	12,49	35.493.217
1811	527.836.727	11,63	508.323.480	11,52	19.513.247
1812	518.673.720	11,43	518.040.628	11,74	633.092
1819	659.247.011	14,52	595.927.526	13,50	63.319.485
	4.539.516.273	100	4.413.814.793	100	125.701.480

GUERRA E PRESSÃO FISCAL NO ESTADO DA ÍNDIA: LIMITES CONSTITUCIONAIS E NEGOCIAÇÃO POLÍTICA NO INÍCIO DO SÉCULO XVII

SUSANA MÜNCH MIRANDA*

1. Entre os efeitos imediatos da contestação da talassocracia portuguesa no Índico, protagonizada por navios holandeses e ingleses no início do século XVII, conta-se indubitavelmente uma agudização das tradicionais dificuldades de liquidez do Estado da Índia. Desde logo, por via do agravamento da despesa, operado por intermédio de um rápido incremento dos gastos vinculados à sustentação da máquina militar e naval portuguesa. Embora os dados disponíveis não permitam avançar para uma quantificação, seja em termos absolutos ou relativos, a crescente elasticidade das despesas extraordinárias parece inegável nesta conjuntura.¹ Aliás, o tópico é recorrentemente abordado em relatórios enviados a Lisboa nos primeiros anos de Seiscentos, que insistem no incremento dos dispêndios relacionados com o esforço de guerra conduzido para expulsar os rivais europeus.²

* CHAM; Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

¹ De acordo com testemunhos coevos, a estimação do valor global das despesas extraordinárias era uma tarefa impossível de realizar no Estado da Índia por esta altura. Por um lado, despesas como a aquisição de mantimentos, munições e materiais para o provimento das fortalezas e apresto das armadas, férias dos trabalhadores da Ribeira, soldos da gente embarcada nas armadas ou compra de embarcações sofriam agudas variações anuais, em função das conjunturas militares regionais e das oscilações de preços. Por outro lado, a sua contabilização só podia ser feita *a posteriori*, depois de tomadas as contas aos respectivos oficiais de recebimento, o que podia levar vários anos. (Cf. Susana Münch Miranda, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia (1517-1640)*, Dissertação de Doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimientos Portugueses (Séculos XV-XVIII) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, pp. 260-261).

² Cf. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Índia*, cx. 2, doc. 86, 13/1/1613; *Boletim Oficial do Governo do Estado da Índia (BOGET)*, n.º 202, Novembro 1882, p. 940; AHU, *Índia*, cx. 2, doc. 145, 25/XII/1614.

Mas os problemas de liquidez com que se defronta o centro político-administrativo sediado em Goa nas duas primeiras décadas do século XVII têm uma dupla natureza. O inflacionamento das despesas extraordinárias foi ainda acompanhado por agudas flutuações ocorridas no domínio das receitas fiscais vinculadas à fazenda real, fenómeno também ele indissociável de conjunturas de maior conflituosidade naval ou de alterações ocorridas na geografia dos mercados asiáticos. Um exemplo paradigmático da confluência destas variáveis encontra-se na forte contracção dos rendimentos da alfândega de Diu ocorrida durante os breves anos em que durou a Guerra do Norte e cujos efeitos ainda foram agudizados pelo desvio dos tradicionais fluxos mercantis para o porto de Surrate.³

Mediante este quadro de dificuldades, a monarquia ibérica viu-se na contingência de gizar respostas destinadas a gerar recursos suplementares de financiamento, que pudessem ser canalizados para o sustento das despesas de natureza militar. Entre 1614 e 1617, foram implementadas duas soluções no Estado da Índia a fim de atingir esse objectivo. A primeira concretizou-se na venda das viagens do Estado e na venda geral dos ofícios, por decisão tomada em Madrid, em 1614.⁴ Neste caso estamos perante uma medida avulsa, de carácter extraordinário, que se esgotou assim que foi concluída: em 6 meses, os ofícios foram vendidos e o procedido gasto no apresto de vários galeões.⁵ A segunda solução, embora também represente um meio de financiamento extraordinário, foi mais duradoura e teve um outro impacte. Concretizou-se na extensão ao Estado da Índia do *direito do consulado*, taxa de carácter extraordinário que começou por ser cobrada na alfândega de Goa em 1617, alargando-se depois a outras praças sob administração portuguesa nos anos imediatamente subsequentes.

O estudo que aqui se apresenta, tem como objectivo analisar os contornos de que se revestiu a imposição deste novo tributo. Aqui pretendemos dar conta, por um lado, da forma que assumiu a comunicação política entre a coroa e os poderes periféricos do Estado da Índia, representados pelas principais cidades, com vista à sua aceitação. Esta é uma questão central, porque à luz dos limites

³ Sobre a acentuada quebra do rendimento da alfândega de Diu durante este conflito, que se desenrolou entre 1613 e 1615, cf. *BOGEI*, n.º 192, Novembro, 1882, p. 899; *Idem*, n.º 227, Dezembro, 1882, p. 1042; AHU, Índia, cx. 2, doc. 145, 25/XII/1614; *Idem*, cx. 3, doc. 51, 7/II/1615; *Assentos do Conselho da Fazenda (1613-1621) (ACF)*, edição de V. T. Gune, Goa, Directorate of Historical Archives & Archaeology (Museum), 1979, doc. 73, pp. 94-95, 1/XII/1616. Sobre a ascensão de Surrate a principal entreposto articulador do comércio do Guzarate, cf. M. N. Pearson, «Markets and Merchant Communities in the Indian Ocean» in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (ed.), *The Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, p. 99.

⁴ Cf. *Archivo Portuguez Oriental (APO)*, Fasc. 6, edição de J. H. da Cunha Rivara, New Delhi, Asian Educational Services, fac-símile da edição de 1877, 1992, doc. 353, pp. 1059-1060, 2/V/1614. Veja-se também, António Bocarro, *Década XIII da História da Índia*, edição de R. J. de Lima Felner, Lisboa, Academia Real das Ciências, Parte I, cap. LXXXVIII, pp. 362-366.

⁵ Cf. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cód. 11410, fls. 67v-68.

impostos pela doutrina jurídica, a imposição de novos tributos, entre outros princípios, estava vinculada ao consentimento formal dos povos.⁶ Não se cumprindo este último requisito, seriam os tributos considerados ilegítimos, e os povos moralmente desvinculados de os satisfazer. E, na verdade, para assegurar a sua licitude, a aceitação do *consulado* foi antecedida de processos mais ou menos longos de negociação política com as câmaras das cidades que eram simultaneamente sede de alfândegas marítimas. E, por outro lado, num segundo plano de análise interessa-nos também avaliar as condições em que foi estabelecido este novo direito e as cedências feitas pela coroa para garantir o consentimento formal da parte dos seus súbditos.

Num quadro amplo, que tem como pano de fundo o contexto de forte pressão militar que se vive no Estado da Índia a partir das décadas de 1610 e 1620, importa-nos aqui privilegiar a dimensão política que se encerra neste aumento da carga fiscal e acompanhar também a sua evolução a médio prazo.

2. De origem espanhola, o *direito do consulado* recua a meados do século XVI e as suas raízes vinculam-se aos donativos ou empréstimos cedidos pelo Consulado de mercadores da cidade de Sevilha à coroa, em situações de aperto financeiro, mediante a concessão de contrapartidas.⁷ Na prática, estes serviços financeiros prestados à monarquia pela poderosa associação de mercadores ligados à Carreira das Índias, traduziam-se numa taxa adicional lançada sobre o valor das mercadorias que circulavam entre Sevilha e a América Espanhola.

Em 1591, sob a União Ibérica, Filipe II de Espanha obteve dos mercadores portugueses uma concessão voluntária semelhante.⁸ Nas alfândegas portuguesas, o *consulado* materializou-se numa taxa adicional de três por cento lançada sobre

⁶ Sobre este assunto, indissociável dos limites fiscais colocados às monarquias modernas, existe já uma bibliografia considerável. Vejam-se, a título de exemplo, James B. Collins, *Fiscal Limits of Absolutism. Direct taxation in early seventeenth-century France*, Berkeley, University of California Press, 1988, *maxime*, pp. 1-17; James D. Tracy, «Taxation and State Debt» in Thomas A. Brady, Jr, Heiko A. Oberman, James D. Tracy (eds.), *Handbook of European History (1400-1600). Late Middle Ages, Renaissance, and Reformation*, vol. 1, *Structures and Assertions*, Grand Rapids – Michigan, William B. Eerdmans Publishing Company, 1996, pp. 563-588. Também em Portugal, a doutrina defendeu até ao início do século XVIII o princípio do consentimento formal dos povos para assegurar a licitude dos novos tributos (cf. *Frei Pantaleão Rodrigues e o seu «Tratado da justa exacção do tributo»*, Moses Bensabat Amzalak (ed.), Lisboa, Ed. Império, 1957, pp. 17-19). Sobre este assunto, veja-se ainda António Manuel Hespanha, «A Fazenda» in *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso, vol. IV, *O Antigo Regime (1620-1807)*, coordenado por A. M. Hespanha, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 206-207.

⁷ O consulado de mercadores, que agrupava os negociantes ligados à Carreira das Índias, constituiu-se em 1543 na cidade de Sevilha (cf. Juan E. Gelabert, *La Bolsa del Rey. Rey, reino y fisco en Castilla (1598-1648)*, Barcelona, Grijalbo Mondadori, 1997, pp. 216-217).

⁸ Cf. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, vol. III, 1.ª Parte, p. 344.

a circulação de mercadorias, traduzindo-se conseqüentemente num agravamento da carga fiscal do comércio marítimo, que onerava os agentes nele envolvidos. O montante dos encaixes assim obtidos destinava-se à sustentação de uma armada de costa incumbida de proteger os navios mercantes de piratas e navios estrangeiros inimigos.⁹ Estamos, pois, perante um direito com uma afectação específica, subordinada aos interesses do universo dos seus contribuintes.

Por seu turno, o projecto de extensão do direito do *consulado* às alfândegas do Estado da Índia remonta provavelmente aos anos de 1611 e 1612, altura em que o assunto foi veiculado pela primeira vez em carta régia escrita de Madrid ao vice-rei.¹⁰ Tal como no reino, este plano de agravamento da carga fiscal surge ligado à necessidade de financiar uma esquadra permanente de galeões que assumisse a defesa dos interesses portugueses face às investidas navais dos rivais europeus. Tratava-se, também neste caso, de criar uma fonte de receita própria, afecta a um fim específico. Por outras palavras, a criação de uma nova despesa exigia uma punção fiscal extraordinária, que, por sua vez, dependia da aprovação formal dos contribuintes.

Antes de prosseguir com a análise dos contornos de que se revestiu a concretização deste projecto fiscal, importa lembrar que a introdução no Estado da Índia de um tributo com semelhantes características não representou uma novidade, nem sequer configurou a primeira alteração aos sistemas fiscais preexistentes por parte da administração portuguesa.¹¹ Antes pelo contrário, no domínio dos tributos extraordinários o *consulado* foi antecedido da imposição do direito do *um por cento das fortificações*, cuja cobrança se começou por realizar em 1569, na cidade de Goa, depois de obtida autorização expressa por parte do senado da câmara.¹² Esta contribuição voluntária consistia numa taxa adicional de um por cento percebida sobre o valor das mercadorias despachadas na alfândega e o seu rendimento, administrado pelo município, estava vinculado à construção de infra-estruturas defensivas locais e ao aprovisionamento de armadas. Após a sua introdução na capital administrativa do Estado da Índia, este direito foi sendo sucessivamente alargado a outras praças portuguesas nos anos

⁹ Cf. A. M. Hespanha, «A Fazenda» in *ob.cit.*, pp. 216-217.

¹⁰ Cf. *BOGEI*, n.º 88, 1883, p. 352, 25/I/1613.

¹¹ A incorporação de praças, estabelecimentos e parcelas de território em soberania plena foi, como é conhecido, acompanhada pela manutenção das características essenciais dos sistemas fiscais preexistentes por parte da administração portuguesa. Sobre esta capacidade do império português em integrar procedimentos, costumes e práticas preexistentes nas áreas submetidas, que decorre do pluralismo político, típico dos sistemas de poder das sociedades europeias de Antigo Regime, cf. A. M. Hespanha, *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1995, pp. 11-12. Veja-se ainda, S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*

¹² Cf. *APO*, Fasc. 1, Parte I, doc. 49, pp. 81-82, 7/III/1573 e *Idem*, doc. 52, p. 84, 31/I/1576. Sobre o contexto político e militar que justificou um reforço dos investimentos defensivos por parte das praças do Estado da Índia, cf. Luís Filipe Thomaz, «A Crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 481-520.

subseqüentes, à medida que as respectivas populações locais formalizavam o seu consentimento.¹³

Contudo, embora esta primeira contribuição voluntária tivesse sido bem sucedida, os processos de negociação foram inevitavelmente acompanhados por protestos e manifestações de resistência por parte dos moradores, sempre ciosos dos seus direitos fiscais.¹⁴ Neste quadro, dada a natureza delicada da matéria, não é surpreendente que Filipe III de Espanha tenha começado por auscultar a opinião do vice-rei então em exercício sobre a possibilidade de estender a percepção de uma segunda imposição ao Estado da Índia.¹⁵ Em 1613, D. Jerónimo de Azevedo manifestava-se favorável ao lançamento do *consulado*, salientando as evidentes vantagens que resultariam da formação de uma receita consignada exclusivamente ao sustento de uma armada permanente. Ao mesmo tempo, antevendo a resistência que as cidades levantariam a um agravamento da carga fiscal, lembrava que os maiores contribuintes do *consulado* seriam os homens de negócio do reino, envolvidos nos tratos da Carreira da Índia, bem como os mercadores muçulmanos e hindus de maiores cabedais. Eram estes que, de acordo com as suas palavras transaccionavam «fazendas de consideração».¹⁶ Não se justificaria assim, na sua óptica, que a coroa se mostrasse demasiado sensível à previsível tónica colocada no «prejuízo» que os moradores certamente trariam à colação para obstar à cobrança do *consulado*.

Depois de um curto compasso de espera em que o projecto esteve suspenso, no ano de 1615 Filipe III decidiu solicitar formalmente aos seus vassallos do Estado da Índia uma contribuição para o esforço de defesa, por intermédio da aceitação do direito do *consulado*.¹⁷

¹³ Em 1581, além de Goa, o direito do *um por cento* cobrava-se em Diu, Ormuz, Damão, Baçaim e Chaul e o seu valor global estimava-se em 80 260 pardaús (24 000 078 réis) (cf. «Livro do orçamento do rendimento de todas as fortalezas do Estado da Índia e das despesas ordinárias que fazem em cada hum anno (1581)» in Artur Teodoro de Matos, *O Estado da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e económica. Alguns elementos para o seu estudo*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983, p. 190). Em Cochim, a cobrança desta imposição remonta, pelo menos, a 1587 (cf. Pius Malekandathil, «Merchant Capitalists and the Estado da Índia: changing patterns of Portuguese trade with Índia (1570-1663)» in Fátima da Silva Gracias, Celsa Pinto and Charles Borges (eds.), *Indo-Portuguese History: Global Trends, Proceedings of XI International Seminar on Indo-Portuguese History (Dona Paula - Goa, 21st-25th)*, Goa, 2005, pp. 345-360.

¹⁴ Os protestos foram particularmente acesos em Goa (cf. «Carta de Jorge de Lemos, escrivão da fazenda, a Pedro Álvares Pereira sobre vários negócios da Índia Portuguesa», 8/XII/1593, *Instituto*, vol. X (1862) p. 135).

¹⁵ De acordo com as palavras de D. Jerónimo de Azevedo, o rei solicitou-lhe que «fosse dispoendo com suavidade nesta matéria» (cf. *BOGEI*, n.º 88, 1883, p. 352, 25/I/1613).

¹⁶ Cf. *BOGEI*, n.º 88, 1883, p. 352, 25/I/1613.

¹⁷ Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (DRILM)*, vol. III, edição de R. A. de Bulhão Pato, Academia Real das Ciências, 1885, doc. 472, pp. 146-147, 19/III/1614; *Idem*, vol. III, doc. 575, p. 291, 5/III/1615.

Nos dois anos subsequentes desenrolou-se um moroso processo de negociação, destinado a assegurar a aceitação dos povos, e durante o qual se recorreu a um modelo de comunicação política já em uso no reino, mas que julgamos ser utilizado pela primeira vez no Estado da Índia. Na qualidade de cabeça das colectividades locais, a câmara municipal de Goa assume desde o início o papel de interlocutora privilegiada do rei e também de mediadora na articulação com as demais cidades sob jurisdição da coroa no espaço asiático, em matéria tributária. Foi, efectivamente junto da sua vereação que os vice-reis, respectivamente D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617) e D. João Coutinho (1617-1619) desenvolveram as diligências necessárias para obter a aprovação formal dos povos.

Nestas circunstâncias parece indubitável que estamos perante a projecção para o espaço imperial de um sistema de representação política, cuja primeira manifestação no reino remonta a 1609, quando Filipe III solicitou uma contribuição financeira para subsidiar a sua deslocação a Portugal.¹⁸ De acordo com esse modelo, para efeitos tributários, o universo dos contribuintes que deveria ser ouvido para aprovação era, não uma mole amorfa de cidades e vilas, mas uma estrutura hierarquizada. Lisboa cumpriu esse papel de interlocutora privilegiada do rei e de intermediária das negociações que desencadeou junto das restantes câmaras do reino para solicitar a contribuição financeira. E Goa, enquanto capital do Estado da Índia e, por conseguinte, *alter ego* de Lisboa, assumiu o mesmo estatuto no processo de aceitação do *consulado*, em comunicação com os demais poderes locais.

Uma vez definido este processo de comunicação, tornou-se claro que sem o assentimento inicial expresso dos moradores de Goa não seria possível fazer impor o novo tributo às praças do Estado da Índia. A sua aceitação alargada dependia por inteiro da posição assumida pelos goeses, como D. Jerónimo de Azevedo admitia em 1616: «tudo está no consentimento desta cidade, porque nela se tem comprometido as mais, e como o der, todas hão de vir nisso».¹⁹ Assim sendo, do ponto de vista do poder central, era crucial que as negociações iniciais com a vereação goesa fossem conduzidas com a devida cautela e prudência para não comprometer a obtenção daquele meio de financiamento extraordinário.²⁰

Durante cerca de dois anos, os moradores de Goa mostraram-se sistematicamente reticentes à aprovação do *consulado*, pelo que o assunto se foi arrastando.²¹ O momento de viragem nas negociações ocorreu pouco tempo depois da tomada de posse do novo vice-rei, D. João Coutinho. A 27 de Novembro de

¹⁸ Cf. A. M. Hespanha, «O Governo dos Áustria e a Modernização da Constituição Política Portuguesa», *Penélope*, n.º 2, 1989, pp. 50-73.

¹⁹ *BOGEI*, n.º 210, Setembro 1883, p. 810, 1616-1617.

²⁰ «enquanto ao consulado, como desta cidade de Goa depende facilitar se o negocio com as mais, e assi convinha principia lo bem» (*BOGEI*, n.º 169, Agosto 1883, pp. 679-680, 13/1/1616).

²¹ Cf. *BOGEI*, n.º 169, Agosto, 1883, pp. 679-680, 13/1/1616.

1617, o conde do Redondo convocou o Senado da cidade e, entregando-lhes uma carta de Filipe III, fez uma representação das dificuldades por que passava a fazenda real, justificando assim o pedido de uma contribuição extraordinária destinada a financiar o esforço de guerra contra os adversários europeus.²² A fundamentação construída pela coroa e veiculada pelo vice-rei em torno da imposição do *consulado* repousa, pois, na prossecução do bem comum. Que, aliás, era um dos princípios que a doutrina exigia que fosse respeitado para que os tributos fossem considerados lícitos.²³ Neste domínio, insistia-se no facto de o esforço fiscal suplementar pedido aos súbditos da monarquia se destinar exclusivamente, tal como sucedia como o seu congénere no reino, a assegurar a guarda e defesa dos vassallos e dos respectivos bens.

A decisão final da cidade de Goa acabaria por ser tomada no dia 4 de Dezembro de 1617, em reunião plenária que contou com a presença do arcebispo, do capitão da cidade, da vereação e de um grupo alargado de fidalgos e *casados*. Lida em alta voz a carta de Filipe III e auscultadas todas as sensibilidade, o povo de Goa manifestou-se finalmente concorde com a imposição do direito do *consulado* e com a sua afectação. E, em concreto, a cidade comprometeu-se a fazer arrecadar na alfândega de Goa, bem como nas demais aduanas do Estado da Índia, uma taxa de dois por cento *ad valorem* percebida sobre as mercadorias importadas. Aliás, é essa a designação – *dois por cento* – que se acabaria por sobrepor à expressão consagrada no reino. Assim se concretizava um efectivo agravamento da carga fiscal dos direitos alfandegários, doravante compostos pelos tributos alfandegários habituais, pelo *um por cento das fortificações* e pelo novo direito dos *dois por cento*.²⁴

Contudo, a concessão do *consulado* não se fez sem compensações. Muito pelo contrário. Durante o processo negocial, os moradores de Goa fizeram depender o seu consentimento da obtenção de algumas contrapartidas que são particularmente reveladoras dos compromissos que a administração central foi forçada a estabelecer.

Assim, nos termos do instrumento de contrato assinado entre o vice-rei e a câmara, consagrou-se o carácter excepcional e voluntário do *direito dos dois por cento*. Na verdade, num acto entendido como serviço prestado à coroa, os moradores aceitam o esforço fiscal solicitado, mas restringem a sua vigência a

²² Cf. *Gavetas da Torre do Tombo (GTT)*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, pp. 689-690.

²³ Cf. A. M. Hespanha, «A Fazenda» in *ob.cit.*, p. 206.

²⁴ Cf. *GTT*, vol. X, pp. 690-699. Considerando que, desde meados da década de 1540, as mercadorias que circulavam por via marítima em Goa estavam sujeitas a uma taxa única de 6 por cento, após a cedência das contribuições do *um por cento das fortificações* e do *consulado*, os direitos alfandegários em Goa ascendiam aos 9 por cento (cf. «Regimento da alfândega de Goa», 21/IX/1567, publicado por Vitorino Magalhães Godinho, *Les Finances...*, pp. 136-137).

um período de dez anos. Mediante esta restrição, o articulado do contrato vedava expressamente à fazenda real a possibilidade de avocar a posse deste direito e de o transformar num qualquer tributo ordinário.²⁵ E, uma vez transcorrido o prazo de dez anos, o povo teria de ser chamado de novo a pronunciar-se sobre uma eventual prorrogação do serviço, caso ainda prevalecessem os motivos que lhe eram subjacentes. Do mesmo modo, cessante a causa da sua cobrança, ou seja, se a ameaça bélica representada pelos adversários europeus terminasse entretanto, cessaria também de imediato a sua arrecadação.

Mais relevante ainda foi, sem dúvida, a contrapartida segundo a qual a percepção deste direito foi confiada às respectivas câmaras municipais, ou na sua ausência, às entidades a quem estivesse cometida a arrecadação do direito do *um por cento das fortificações*.²⁶ Mediante esta condição contratual, a coroa abria desde logo mão da possibilidade de controlar esta fonte de financiamento, trespassando-a para os próprios contribuintes.²⁷ Não só o seu procedido não circulava pelos cofres da fazenda real, como aos seus oficiais e ministros estava vedado o envolvimento directo em assuntos relacionados com a sua cobrança.

Contudo, a gestão executiva desta receita também escapava por completo às colectividades locais que o cobravam, uma vez que essa responsabilidade estava inteiramente reservada ao Senado de Goa. Nos termos do contrato negociado em 1617, os múltiplos encaixes locais do *consulado* deveriam afluír a Goa, sem sofrer quebramentos. Na prática, esta medida de concentração financeira resultava na constituição de uma arca ou cofre, onde se deveria recolher o montante total do rendimento do *consulado* e cujo resguardo e protecção ficaria a cargo da Inquisição ou do mosteiro de São Francisco. O dispêndio desta receita, vinculado exclusivamente às despesas de sustentação de uma armada de guerra, correria pela mão do tesoureiro da cidade. Por seu turno, a legitimidade formal dos movimentos contabilísticos era assegurada por mandados de despesa emitidos pela vereação goesa, devidamente sustentados em decisões tomadas com o acordo do vice-rei.²⁸

Graças a esta solução, para além de emergir no topo da hierarquia dos poderes periféricos, a câmara de Goa reforçou indubitavelmente a sua capacidade de intervenção política junto da administração central. Cabia-lhe, afinal

²⁵ Cf. *GTT*, vol. X, p. 692.

²⁶ Cf. *GTT*, vol. X, p. 693.

²⁷ Note-se que a concessão das tarefas de cobrança a representantes dos contribuintes era uma solução comum no âmbito de contribuições negociadas pela coroa espanhola junto das comunidades locais. Sobre este assunto, cf. Anne Dubet, «Finances et Réformes Financiers dans la Monarchie Espagnole (mi-XVI^e-début XVIII^e siècle): pour un état de la question», *Le Bulletin de la Société d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n.ºs 3-4, 2000, pp. 56-83.

²⁸ Para esse efeito, o contrato de concessão do *consulado* previa a existência de um livro de assentos, depositado na câmara, onde se registariam as decisões tomadas sobre o seu dispêndio (cf. *GTT*, vol. X, pp. 693-694).

de contas, a administração de uma receita vultuosa, como ainda veremos, da qual dependia o apresto de armadas e o pagamento da respectiva gente de mar e guerra. Sob esse ponto vista, este processo colocou certamente o Senado de Goa no centro de decisões financeiras fundamentais para a defesa militar do Estado da Índia.

Simultaneamente, parece certo que os termos do contrato de concessão do *consulado* operaram também uma convergência de interesses que ligava os interesses da coroa aos interesses das elites locais. Na verdade, do ponto de vista do governo central do Estado da Índia, o recurso à intermediação da cidade de Goa trazia vantagens evidentes. Para além da angariação de uma nova receita fiscal, a congregação do seu procedido na capital permitia não só evitar a sua pulverização em múltiplos rendimentos locais como também garantir uma gestão centralizada do seu dispêndio. Esta medida era tanto mais relevante se tivermos em conta que era de Goa que partiam anualmente as armadas com destino quer para o Norte (Cambaia), quer para o Sul (Malabar, Cabo Comorim) com a dupla missão de patrulhar os mares e fornecer apoio à navegação e às praças portuguesas. Nesta perspectiva, nunca é demais sublinhar o papel fulcral desempenhado pela Ribeira de Goa que, enquanto centro coordenador da navegação portuguesa, absorvia vastos recursos financeiros e materiais, indispensáveis ao seu funcionamento.²⁹ A concentração de meios no coração político e administrativo do Estado da Índia impunha-se assim como estratégia essencial à sobrevivência do conjunto das possessões que o compunham. Neste sentido, parece tentador traçar um paralelo entre a tesouraria do Estado da Índia, também sediada em Goa, para onde afluíam os saldos remanescentes produzidos pelas restantes unidades administrativas de recebimento,³⁰ e a tesouraria da câmara de Goa, doravante elevada a caixa matriz dos encaixes do *consulado*. Salvaguardadas as devidas diferenças, ambas consubstanciavam uma gestão centralizada de recursos fiscais, tanto mais urgente num contexto de elasticidade das despesas extraordinárias. Por seu turno, para as elites locais representadas no senado, o controlo de uma nova receita fiscal abria indiscutíveis oportunidades de negócio.

²⁹ Cf. *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Índia*, vol. 5, edição de António da Silva Rego, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, pp. 293-294 [1558-1560]; *O Orçamento do Estado da Índia. 1571*, edição de Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Comissão Nacional para Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Centro de Estudos Damião de Góis, 1999, p. 82; *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa (BFUP)*, n.º 8, 1958, p. 85, 13/X/1632.

³⁰ A constituição da tesouraria do Estado da Índia remonta a 1576, data em que foi promulgado um regimento destinado a enquadrar a arrecadação e o meneio da fazenda real. Procedeu-se, por então, a uma reestruturação da orgânica administrativa da fazenda real, em que a primitiva tesouraria de Goa sofreu uma decisiva mudança de estatuto: de caixa de recebimento local passou a caixa matriz do Estado da Índia, com competências de âmbito central no domínio da gestão financeira. Sobre este assunto, cf. S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda*, pp. 82 e ss.

Na verdade, a possibilidade de obter benefícios materiais por intermédio do envolvimento directo nas tarefas de arrecadação e gestão do *consulado* representou certamente um estímulo não despidendo, cujo peso deverá ser levado em conta no âmbito do processo negocial conduzido com o governo do Estado da Índia. Pela sua relevância, este é uma questão à qual ainda voltaremos.

Depois de ter formalmente aceite a imposição do *consulado*, a vereação apressou-se a escrever às demais câmaras sob jurisdição da coroa portuguesa, solicitando a aceitação dos termos do contrato, e lembrando que o esforço financeiro exigido se destinava a financiar os galeões, a artilharia e os soldos necessários para assegurar a defesa do comércio dos vassallos e, logo, do bem comum.³¹

Nos anos imediatos, o direito dos *dois por cento* foi sendo sucessivamente aceite por outras cidades do Estado da Índia. Depois de Goa, Chaul foi a segunda praça a aceitar os termos da concessão do *consulado*, logo seguida de Damão e Baçaim, tal como se fazia saber a Filipe III em Fevereiro de 1620.³² Nestas duas últimas praças, à semelhança do *um por cento das fortificações*, a nova taxa suplementar cobrava-se sobre a importação de mantimentos despachados nos mandovins dos respectivos territórios.³³

Os moradores de Malaca também concederam idêntico serviço à coroa por volta de 1620, mas fizeram depender a sua aprovação de duas alterações aos termos do contrato. Assim, o *consulado* foi concedido mediante a extinção do *direito do peso*, taxa suplementar de 2 por cento cobrado sobre as drogas,³⁴ e ainda com a condição de que o seu procedido fosse aplicado na fortificação da cidade.³⁵ Neste caso, Malaca conseguiu contornar a obrigatoriedade de transferir esta receita fiscal para Goa, assegurando localmente o seu dispêndio.

Em Cochim, por seu turno, o processo de aceitação por parte dos moradores foi moroso e recheado de obstáculos. Os moradores começaram por recusar a introdução do novo tributo em 1618, tendo mantido fortes reservas à sua aceitação nos anos subsequentes, não obstante esforços de negociação realizados por parte dos governadores.³⁶ Às resistências dos moradores ainda se juntava a oposição manifestada pelo rajá, com quem a coroa portuguesa partilhava os direitos fiscais cobrados na alfândega, desde que, em 1584, se chegara à formu-

³¹ Cf. *GTT*, vol. X, pp. 698-699.

³² Cf. *DRI/LM*, vol. VI, doc. 157, pp. 196-198, 7/II/1620.

³³ Sobre esta questão, cf. S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 130 e 140.

³⁴ Cf. AHU, *Conselho Ultramarino* (CU), cód. 35, fls. 26-28v., 1/II/1623. Sobre este direito e genericamente sobre o sistema tributário vigente em Malaca, cf. V. M. Godinho, *Les Finances...*, pp. 112-16, e Luís Filipe Thomaz, «Malaca e as suas comunidades mercantis» in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 515-517.

³⁵ Cf. *DRI/LM*, vol. VI, doc. 157, pp. 196-198, 7/II/1620.

³⁶ Cf. *Assentos do Conselho de Estado (ACE)*, vol. I, edição de Panduronga S. S. Pissurlencar, Goa, Arquivo Histórico do Estado da Índia, 1953, pp. 1-8, 18/IX/1618; *DRI/LM*, vol. VII, pp. 98-99, 20/II/1621; *Idem*, vol. VII, doc. 294, p. 410, 15/II/1622.

lação de um novo contrato relativo à sua posse.³⁷ Nos termos da composição por então estabelecida, à fazenda real apenas cabiam os tributos arrecadados sobre as mercadorias despachadas por *solteiros* e vassallos do rei de Portugal, enquanto todo o restante movimento comercial protagonizado por *casados* ou por mercadores forasteiros, independentemente do credo, ficava vinculado ao pagamento de réditos fiscais ao senhor de Cochim.³⁸ Não surpreende assim, que para este último, qualquer inovação fiscal em matéria alfandegária fosse entendida como uma violação do contrato de 1584.

Ainda assim, em 1623, já sob o governo de D. Francisco da Gama, a câmara de Cochim acabaria por aceitar a introdução do *consulado*.³⁹ Contudo, a sua cobrança constituiu um fortíssimo ponto de fricção entre a administração central, a câmara e o rajá. Por um lado, na medida em que a alfândega de Cochim era «sufragânea» ou anexa à de Goa,⁴⁰ a percepção do *consulado* acabava por se efectuar nesta última. O controlo desta receita escapava, assim, aos *casados* de Cochim, situação que ainda se procurou reverter em 1623.⁴¹ Por outro lado, para o rajá, a fazer fê nas queixas sistemáticas que dirigiu aos vice-reis, o agravamento da carga fiscal na alfândega traduziu-se numa quebra dos seus rendimentos, consequência de uma reorganização das redes de comércio tradicionais que doravante evitavam demandar Cochim.⁴² Mais de dez anos volvidos, o *consulado* ainda continuava a ser o tema principal na correspondência trocada entre a vereação e a administração central metropolitana e a ser motivo de fricção com o senhor de Cochim.⁴³

Apesar de possuir uma alfândega marítima, a percepção do direito dos *dois por cento* não se estendeu a Ormuz, por decisão tomada pelo governo do Estado

³⁷ Este contrato foi publicado por K. S. Mathew e Afazal Ahmad, *Emergence of Cochin in the pré-industrial era: a study of Portuguese Cochin*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990.

³⁸ De acordo com o regime tributário definido em 1584, os *casados* pagariam ao rajá uma taxa *ad valorem* de 3,5 por cento de entrada, por oposição aos 6 por cento que a fazenda real cobraria dos *solteiros* e súbditos do rei de Portugal. Sobre esta questão, cf. S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 196 e ss.

³⁹ Cf. *DRI/LM*, vol. IX, pp. 128-129, 28/XII/1623.

⁴⁰ De acordo com o entendimento coevo, a tributação que recaía sobre as mercadorias despachadas pelos vassallos do rei de Portugal em Cochim pertencia à alfândega de Goa. De acordo com a jurisdição definida por intermédio dos regimentos que lhe foram atribuídos, Goa era o grande centro articulador do comércio e navegação realizados na costa ocidental indostânica, ao qual estavam vinculados todos os navios provenientes do Sul ou do Norte para efeitos de pagamento de direitos alfandegários. Sobre este assunto, cf. V. M. Godinho, *Les Finances...*, p. 138 e S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 198-199.

⁴¹ Cf. *DRI/LM*, vol. IX, pp. 128-129, 28/XII/1623.

⁴² Vejam-se como exemplo destas queixas, *DRI/LM*, vol. X, p. 23, Janeiro de 1624; AHU, *Índia*, cx. 15, doc. 168, 22/XII/1626.

⁴³ Cf. AHU, *Índia*, cx. 17, doc. 203, 31/XII/1634; *Idem*, cx. 19, doc. 203, 6/XII/1635; AHU, *CU*, cód. 210, fls. 148-149, 8/II/1640.

da Índia e aceite pela administração central. O quadro tributário preexistente, avocado pela administração portuguesa, era demasiado pesado, não havendo margem de manobra para um agravamento da carga fiscal, como se constava em 1620.⁴⁴ Para essa situação concorriam, não só os tradicionais direitos de importação, de taxa variável, cobrados sobre as mercadorias despachadas, como sobretudo os *curujos*,⁴⁵ cujo pagamento se estendeu a todas as mercadorias exportadas de Ormuz no início da segunda década do século XVII.⁴⁶ Aliás, à data em que se discutia o alargamento da imposição do *consulado*, os rendimentos alfândegários de Ormuz estavam em quebra acelerada, fenómeno que os testemunhos coevos associavam a uma perda de competitividade da praça motivada pela cobrança de *curujos*.⁴⁷

Por último, em Diu e em Mombaça, por motivos diversos, o processo de aceitação do *consulado* sofreu atrasos consideráveis, embora tivesse acabado por ser bem sucedido. No que respeita a Mombaça, por motivos que se prendem com o fraco rendimento da alfândega, em 1620 ainda não se tinham realizado quaisquer diligências para obter o consentimento formal dos moradores.⁴⁸ A sua aprovação deve ter ocorrido nos anos subsequentes, já que se percepcionava em 1634.⁴⁹ Quanto a Diu, razões de prudência política estão na base de fortes hesitações face à introdução do *consulado*. As sucessivas reservas levantadas pelos governadores do Estado da Índia vinculavam-se à situação instável do comércio marítimo na zona motivada pela concorrência europeia, mas também pela emissão excessiva de cartazes concedidos à navegação mogol.⁵⁰ A sobrevivência dos moradores e a manutenção da praça recomendavam, assim, que se

⁴⁴ Cf. *DRI/LM*, vol. VI, doc. 157, pp. 196-198, 7/II/1620.

⁴⁵ Originariamente os *curujos* correspondiam a um tributo extraordinário cobrado pelo Islão sobre os infiéis (cf. *First Encyclopaedia of Islam. 1913-1936*, Leiden, E. J. Brill, reimpressão da 1.ª edição, 1987, vol. IV). Nas últimas décadas do século XVI, esta imposição onerava as mercadorias expedidas por mercadores judeus, arménios e pelos vassallos do império otomano a uma taxa de 3,5 por cento (cf. Jean Aubin, «Le Royaume d'Ormuz» in *Le Latin et l'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol. II, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 372 e V. M. Godinho, *Les Finances...*, pp. 46 e 48-49).

⁴⁶ Só os mercadores persas estavam isentos de pagamento dos *curujos*, por provisão expressa da coroa (AHU, Índia, cx. 9, doc. 127, 5/VIII/1618).

⁴⁷ Cf. V. M. Godinho, *Les Finances...*, p. 50; S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 108-109.

⁴⁸ Cf. *DRI/LM*, vol. VI, doc. 157, pp. 196-198, 7/II/1620.

⁴⁹ Cf. BNP, cód. 1783, fl. 4v.

⁵⁰ Cf. *DRI/LM*, vol. VI, doc. 157, pp. 196-198, 7/II/1620. *Idem*, vol. VII, doc. 294, p. 410, 15/II/1622. Sobre as razões da quebra de rendimento da alfândega de Diu, veja-se o relatório elaborado por Pedro Álvares Pereira, procurador da coroa em 1619 (AHU, Índia, cx. 10, doc. 5, 17/II/1619).

evitasse um agravamento da carga fiscal. Contudo, mediante a insistência da coroa nesta matéria, estribada numa carga fiscal preexistente mais leve relativamente a outras praças portuguesas, o *consulado* acabaria mesmo por ser lançado em Diu, em data posterior a 1626.⁵¹ Em 1634, pelo menos, a taxa é arrolada entre os direitos aí percepcionados.⁵²

3. Os dados quantitativos que chegaram até nós sobre os encaixes globais do *consulado* nestes primeiros anos são, infelizmente, escassos e lacunares, não permitindo uma análise evolutiva desta receita fiscal. Ainda assim, é possível tomar o pulso ao seu peso relativo, em momentos muito concretos. E, a partir daí, aferir a sua importância no contexto dos rendimentos cobrados e geridos pelas câmaras municipais.

A informação mais recuada remonta ao triénio decorrido entre Janeiro de 1621 até Fevereiro de 1624. Durante estes três anos, Diogo Carvalho Salema, tesoureiro do *consulado*, recebeu pouco mais de 62 milhões de réis (208.263 pardaus).⁵³ Partindo do pressuposto que a condição do contrato que previa o afluxo dos encaixes locais a Goa foi cumprida, o rendimento global do *consulado* rondaria os 20 contos anuais. Em termos de ordem de grandeza, note-se que, na mesma altura, as receitas vinculadas à fazenda real em Goa se estimavam, em 112 contos anuais, ou que Baçaim rendia pouco mais de 38 contos.⁵⁴ Os nove meses seguintes, que transcorreriam de Fevereiro a Novembro de 1624, limitam-se a confirmar a tendência. Durante esse período, António Homem de Azevedo arrecadou perto de 16,5 milhões de réis (54.796 pardaus), não só relativos à imposição dos *dois por cento*, mas também de empréstimos tomados aos moradores para o apresto da armada do general Nuno Álvares Botelho.

Neste contexto, vale ainda a pena reter que, a partir de 1623, o Senado de Goa geria, não duas, mas já três imposições adicionais, entendidas como contribuições voluntárias e concedidas numa base contratual negociada previamente com o governo do Estado da Índia. Com efeito, ao *um por cento* das fortificações e ao *consulado*, juntara-se, entretanto a imposição da *colecta*. Correspondendo ao «real de água» cobrado em Lisboa, este tributo começou por ser aceite pela cidade de Goa em 1623, que o cedeu por um período restrito de seis anos, estendendo-se depois, com maior ou menor resistência a outras cidades do Estado da

⁵¹ Cf. *DRI/LM*, vol. X, pp. 302-30; IAN/TT, *Livros das Monções*, n.º 23, fl. 251, n.º 126, 27/III/1626.

⁵² Cf. BN, cód. 1783, 14v.

⁵³ Cf. AHU, Índia, cx. 14, doc. 14, 5/II/1626.

⁵⁴ Cf. Artur Teodoro de Matos, «A Situação Financeira do Estado da Índia no Período Filipino» (1581-1635)» in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural, 1994, p. 79.

Índia.⁵⁵ Cobrava-se sobre o vinho, carne e arroz e demais mantimentos importados pela cidade e a sua receita investia-se mais uma vez no esforço de guerra mantido contra os holandeses, sendo igualmente a sua percepção confiada ao universo dos contribuintes. Entre Janeiro de 1621 e Novembro de 1624, as três imposições, acrescidas dos mencionados empréstimos contraídos junto dos moradores, renderam globalmente quase 151 contos de réis (502.920 pardaus).⁵⁶ O *consulado* foi responsável pela fatia maioritária deste total gerido pelo Senado (52,31%), logo seguido da *colecta* (35,12%) e do *um por cento das fortificações* (12,58%).

Perante montantes tão elevados não é surpreendente que a gestão destas contribuições voluntárias tenha sido acompanhada pela erupção de práticas fraudulentas, que se concretizavam numa apropriação indevida dos seus encaixes. As denúncias regulares de incumprimento das condições negociadas com a coroa ou de utilização fraudulenta do seu rendimento em benefício privado assim o dão a entender.

Atendendo à cronologia de lançamento destas imposições, as primeiras denúncias dirigem-se ao procedido do *um por cento das fortificações* e recuam aos últimos anos da década de 1580. Francisco Pais, provedor-mor dos Contos de Goa, afirmava em 1588 que o dinheiro do *um por cento* se gastava «per muitas mãos com muita desordem e pouco efeito».⁵⁷ No ano anterior, o vice-rei D. Duarte de Meneses também não se coibira de afirmar que o produto do *um por cento* das fortificações era utilizado de forma fraudulenta.⁵⁸ Uma crítica incisiva deve-se ainda a um vice-rei, D. Francisco da Gama (1597-1600), que denunciou as «muitas desordens e infinitas murmurações» que rodeavam a administração dos seus encaixes. Na sua óptica esses atropelos deviam-se à ausência de um processo fiável de fiscalização dos respectivos tesoureiros, nomeados pela câmara. O ofício de tesoureiro do *consulado* era, em função dessa realidade, particularmente cobiçado entre os homens-bons.⁵⁹ E, já no século XVII, circulavam em Goa rumores que davam como certo o desvio de 3 milhões de réis (10 mil pardaus) da receita do *um por cento* que acabariam por ser utilizados na construção de umas casas em Pangim.⁶⁰

Denúncias de natureza semelhante surgem associadas ao rendimento do *consulado*. Consumia-se em despesas que nada tinham a ver com o destino para o

⁵⁵ Cf. *DRI/LM*, vol. IX, pp. 152-153, 8/IV/1623. A maior resistência à aceitação da *colecta* proveio de Cochim (cf. *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa (CCLP)*, vol. III, edição de José Justino Andrade e Silva, Lisboa, 1854-1855, p. 174, 10/III/1627).

⁵⁶ Cf. AHU, *Índia*, cx. 14, doc. 14, 5/III/1626.

⁵⁷ Cf. «Carta de Francisco Pais, provedor-mor dos Contos de Goa, ao rei», 10/XI/1588, publicada por A. T. Matos, *Na Rota da Índia...*, p. 88.

⁵⁸ Cf. Archivo General de Simancas, *Secretarias Provinciales*, cód. 1551, fls. 6-30v, 6/XII/1587.

⁵⁹ BNP, cód. 1976, fls. 109-114v, 25/XII/1599.

⁶⁰ Cf. *DRI/LM*, vol. III, doc. 677, pp. 424-425, 26/II/1616.

qual tinha sido concedido pelos povos, como se constatava em 1620.⁶¹ Seis anos mais tarde, um dos oficiais superiores da Casa dos Contos, infelizmente, sem entrar em muitos detalhes, dava conta de atropelos na arrecadação e gestão do direito dos *dois por cento*, a cargo da câmara de Goa. De forma sibilina, em carta que dirigiu ao rei, Baltazar Marinho sugeria que os fundos do *consulado* eram utilizados em benefício privado de alguns cidadãos, naturalmente daqueles moradores poderosos, ligados directa ou indirectamente às tarefas de arrecadação.⁶²

Um denominador comum é ainda visível nestas denúncias. De uma forma geral, quer vice-reis quer magistrados com responsabilidades no domínio da fazenda sublinham a ausência de mecanismos de inspecção fiáveis, destinados a comprovar a legitimidade formal dos movimentos contabilísticos realizados. Na verdade, ao contrário do que sucedia com os oficiais de recebimento da fazenda real, que se submetiam a um processo de toma de contas, conduzido na Casa dos Contos de Goa uma vez terminada a sua comissão de serviço, os tesoureiros da câmara limitavam-se a ver a sua gestão verificada pelo contador da cidade ou até por «pessoas particulares».⁶³ Sem uma responsabilização efectiva das infracções, os desvios de fundos eram inevitáveis, facto que estava também na base de descontentamento entre os moradores, em particular daqueles que se viam arredados das tarefas de cobrança e gestão destas imposições.

Neste sentido, parece claro que, para além de não administrar os encaixes destas contribuições voluntárias, à fazenda real escapava também a fiscalização da sua gestão *a posteriori*, por via da arrecadação de contas. E, esta realidade produz uma consequência significativa: não tendo a Casa dos Contos jurisdição sobre os tesoureiros nomeados pelo Senado da câmara, o governo de Goa não tinham forma de estimar as receitas geradas por estes meios de financiamento extraordinários, ou de tomar o pulso às despesas que lhe estavam afectas.

A primeira tentativa de impor aos municípios mecanismos de fiscalização destas contribuições remonta a 1606, ao governo de D. Fr. Aleixo de Meneses (1607-1609). À data, a tarefa de inspecção da cobrança e dispêndio do *um por cento das fortificações* foi cometida ao juiz dos feitos da fazenda. Contudo, esta disposição foi imediatamente contestada pela cidade de Goa, escorando-se nos termos em que a cedência da imposição fora negociada.⁶⁴ Sensível a estes argu-

⁶¹ Cf. *CCLP*, vol. III, pp. 42-42, 1/IV/1620.

⁶² Cf. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), cód. 2, 2, 19, fls. 241-247v, c. 1626.

⁶³ Cf. BN, cód. 1976, fls. 109-114v, 25/XII/1599; BNRJ, cód. 2, 2, 19, fls. 241-247v, c. 1626.

A isenção de fiscalização face à Casa dos Contos está expressamente consagrada no contrato estabelecido com o município de Chaul para a cobrança do *um por cento das fortificações* (cf. *O Tombo de Chaul, 1591-1592*, edição de Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Centro de Estudos Damião de Góis, 2000, pp. 61-69).

⁶⁴ Cf. *APO*, Fasc. 1, Parte II, doc. 15, pp. 178-181, 1606.

mentos, a coroa mandava suspender, em 1608, a fiscalização do procedido do *um por cento*, sendo mesmo pouco provável que tenha chegado a vigorar nesta altura.⁶⁵

O posicionamento da administração central face a esta problemática viria, poucos anos volvidos, a sofrer uma alteração decisiva. A agudização dos problemas de liquidez do Estado da Índia, entretanto ocorrida, bem como as insistentes denúncias de utilização fraudulenta destes rendimentos em benefício privado assim o exigiam. Em 1615, um alvará régio ordenava que os tesoureiros do *um por cento das fortificações* passassem a ser submetidos a um processo de inspecção da sua actividade, conduzido na Casa dos Contos de Goa.⁶⁶ Não podendo romper com as condições do contrato, a monarquia procurava desta forma refrear a fraude e disciplinar a execução deste rendimento. A mesma directiva seria reiterada ainda em 1617, altura em que se especificavam os termos do processo inspectivo: as arrecadações de contas deviam ser realizadas na conformidade do «regimento, ordem e estilo» da Casa dos Contos e conduzidas por um desembargador da Relação de Goa e um contador dos Contos, sendo no final remetidas ao vice-rei para aprovação.⁶⁷

As primeiras medidas necessárias à concretização desta directiva foram tomadas em Julho de 1619, pelo vice-rei D. João Coutinho.⁶⁸ Mas sem sucesso. O caso de Goa, pelo menos, é paradigmático da resistência levada a cabo pelas câmaras municipais a esta novidade, sentida como uma violação dos termos do contrato de cedência do direito do *um por cento*. De acordo com o testemunho de António Simões, desembargador da Relação indigitado para conduzir o processo inspectivo, os vereadores foram notificados do conteúdo da provisão, mas escusaram-se a registá-la nos seus livros e a dar-lhe imediato cumprimento, alegando ausência do escrivão da câmara. A apelação para o vice-rei foi o passo seguinte tomado pelo poder urbano, tendo o assunto sido enrolado de tal modo que o desembargador se viu impossibilitado de dar início à fiscalização. Ao dar conta destes obstáculos à monarquia, António Simões afirmava que a atitude da vereação visava esconder os múltiplos desvios cometidos no dispêndio do *um por cento*, de que as elevadas dívidas deixadas pelos respectivos tesoureiros eram apenas um dos reflexos. Um outro atropelo que também se procurava encobrir prendia-se com as amortizações relativas aos empréstimos que a câmara levantava junto do povo por conta da expectativa daquele rendimento: como era

⁶⁵ Cf. *DRI/LM*, vol. I, doc. 61, p. 178, 15/II/1608.

⁶⁶ Cf. *APO*, Fasc. 6, doc. 403, pp. 1105-1106, 22/XII/1615.

⁶⁷ Cf. *DRI/LM*, vol. IV, doc. 888, pp. 192-193, 26/III/1617.

⁶⁸ António Simões, desembargador da Relação de Goa, e o contador Gregório de Pina, foram incumbidos por D. João Coutinho de fiscalizarem o dispêndio da receita do *um por cento*. A inspecção deveria abranger os últimos dez anos de administração da receita (*APO*, Fasc. 6, doc. 493, pp. 1179-1180, 12/VII/1619).

voz corrente, os hindus e gente miúda não eram reembolsados dos créditos que concediam à câmara, ou então recebiam quantias inferiores às que tinham emprestado.⁶⁹

Não obstante a insistência da coroa para que as contas do *um por cento* fossem fiscalizadas, mesmo que à revelia dos respectivos oficiais de recebimento,⁷⁰ certo é que, nos anos imediatamente subsequentes a vereação goesa ainda se conseguiu furar a semelhante processo inspectivo. A mesma estratégia foi, sem dúvida, adoptada para impedir que os encaixes do *consulado* e da *colecta* fossem objecto de idêntico controlo por parte de oficiais da coroa, como se constatava em 1626.⁷¹

Seria preciso esperar por meados da década de 1630 para que as directivas da coroa começassem a ser cumpridas. À data, os tesoureiros das três contribuições voluntárias administradas pelo município de Goa, pelo menos, já se submetiam ao controlo da Casa dos Contos.⁷² Aliás, sensivelmente na mesma altura, a arrecadação destas contas constava do rol das novas tarefas administrativas entretanto cometidas a este tribunal.⁷³ Tanto quanto é possível entrever, estes procedimentos fiscalizadores estenderam-se também às demais imposições de natureza idêntica cobradas noutras praças e estabelecimentos do Estado da Índia e controladas pelos poderes urbanos. Em Diu e Baçaim, contudo, repetiu-se o mesmo cenário de resistência às tentativas de inspecção por parte dos órgãos da coroa. Desta feita, os protagonistas da oposição declarada ao governo do Estado da Índia foram os padres da Companhia de Jesus, por quem corria a gestão dos direitos voluntários vinculados ao esforço de guerra, na ausência de câmaras municipais.⁷⁴ Não obstante as iniciativas tomadas por Goa, em 1634 o reitor do Colégio de Jesus de Baçaim ainda continuava a entrar qualquer processo inspectivo.⁷⁵

4. Apesar do seu carácter extraordinário, as contribuições voluntárias cedidas pelos poderes municipais e afectas ao esforço de conservação do Estado da

⁶⁹ Cf. AHU, *CU*, cód. 32, fls. 167v-169, 10/XII/1620.

⁷⁰ Cf. *DRI/LM*, vol. VIII, pp. 14-15, 18/II/1622.

⁷¹ Cf. BNRJ, cód. 2, 2, 19, fls. 241-247v, c. 1626.

⁷² Cf. AHU, *Índia*, cx. 19, doc. 216, 29/XII/1635.

⁷³ Cf. Historical Archives of Goa, *Livro das Monções*, n.º 21B, fls. 439-447v, 1637-1638. Sobre este assunto, cf. S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 482 e ss.

⁷⁴ Cf. *BFUP*, n.º 8, Lisboa, 1958, pp. 165-166, Fevereiro de 1632; *Idem*, n.º 8, p. 50, 4/X/1632. Note-se que a câmara de Diu exerceu funções durante um curto espaço de tempo transcorrido entre 1603 e 1615, tendo sido dissolvida nesta última data por ordem da coroa (*Arquivo da Relação de Goa*, vol. I, edição de José Inácio de Abranches Garcia, Nova Goa, Imprensa Nacional, doc. 217, 26/II/1615, pp. 181-182). Na sequência desta dissolução, o direito do *consulado*, bem como a *colecta*, foram desde a sua introdução em Diu administrados pelos jesuítas.

⁷⁵ Cf. IAN/TT, *LM*, n.º 31, fl. 261, 4/II/1634; *BFUP*, n.º 10, 1958, p. 411, 5/XII/1634.

Índia, tenderam a perpetuar-se nas praças que permaneceram sob sua administração. Desde logo porque a causa subjacente à sua cobrança não se extinguiu, bem pelo contrário. Depois da década de 1620, as dificuldades financeiras foram-se agudizando à medida que se sucediam os revezes militares, as perdas territoriais e, com elas, o desaparecimento de receitas fiscais. Não surpreende, assim, o que sucedeu com o *consulado* percebido em Goa, cuja concessão foi sucessivamente prorrogada por idênticos períodos de dez anos, para os mesmos fins, mediante consentimento expresso dos povos.⁷⁶ Nestas circunstâncias, em termos de carga fiscal alfandegária, o Senado da câmara de Goa continuou a cobrar um total de três por cento *ad valorem* sobre as mercadorias importadas, relativos a *um por cento das fortificações* e a *dois por cento do consulado*, situação que se manteve até 1724.⁷⁷ Também a imposição da *colecta*, apesar de fortes queixas dos goeses, acabaria por conhecer mais duas prorrogações sucessivas.⁷⁸

Quanto aos termos da contratualização estabelecida entre as partes, pelo menos até meados do século XVII mantiveram-se nos seus traços gerais: a percepção do *consulado* e da *colecta* estava ainda vinculada à aprovação formal dos povos e a gestão do seu rendimento permanecia nas mãos dos contribuintes. Mesmo a alteração mais relevante operada em meados da década de 1630, que submeteu os respectivos tesoureiros à alçada inspectiva da Casa dos Contos de Goa, não veio, no essencial, alterar as condições contratuais, nem obstar à prorrogação das imposições. Na verdade, por intermédio desta inovação, do ponto de vista da coroa, cumpriam-se dois objectivos. Por um lado, procurava-se controlar os efeitos lesivos de práticas fraudulentas e desvios de fundos, dando resposta às murmurações de todos aqueles que não participavam das oportunidades de negócio geradas pela administração destes encaixes. Ainda que, devido aos entraves estruturais que dificultavam a realização da missão administrativa da Casa dos Contos não fosse possível erradicar a fraude,⁷⁹ a submissão a procedimentos fiscalizadores teria certamente efeitos dissuasores. Por outro lado, o governo do Estado da Índia ganhava um instrumento que lhe permitia tomar o pulso aos encaixes efectivamente percebidos. Dado que o vice-rei ou governador tinha uma palavra a dizer no domínio da tomada de decisões sobre o seu dispêndio, parece evidente que a posse de informações concretas sobre o seu valor era essencial. Do ponto de vista das elites urbanas, o controlo das contas por um tribunal régio não subvertia, no essencial, a sua relação de forças com a

⁷⁶ Cf. IAN/TT, LM, n.º 27, fl. 64, 27/III/1630. Em 1647, o *consulado* ainda se voltaria a lançar para os mesmos fins (cf. Filipe Nery Xavier, *Esboço de um dicionário histórico administrativo contendo os princípios gerais da administração civil, eclesiástica e militar*, de O Gabinete Literário das Fontainhas, Nova Goa, Imprensa Nacional, vol. IV, 1850, pp. 115-116).

⁷⁷ Cf. *O Gabinete Literário das Fontainhas*, vol. II, 1847, pp. 189-190.

⁷⁸ Cf. IAN/TT, LM, n.º 25, fl. 122, 18/IV/1628; BFUP, n.º 7, 1956, p. 559, 10/XII/1630; ACE, vol. I, pp. 431-437, 21/VI/1632; BFUP, n.º 13, 1959, pp. 751-752, 5/III/1640.

⁷⁹ Sobre estes limites, cf. S. M. Miranda, *A Administração da Fazenda...*, pp. 443 e ss.

mais alta magistratura do Estado da Índia, uma vez que a gestão executiva das imposições permanecia nas suas mãos.

Nestas circunstâncias, é possível avançar com uma conclusão preliminar, a necessitar de confirmação com base em investigações mais aprofundadas. Dentro das limitações que a doutrina impunha ao lançamento de novos tributos, as contribuições negociadas directamente com as cidades representavam, indubitavelmente, uma das vias de obtenção de meios extraordinários de financiamento. E, num empreendimento com as características do Estado da Índia, afectado por uma crónica falta de liquidez, os expedientes extraordinários de financiamento como o recurso a empréstimos contraídos junto de particulares e de instituições (misericórdias ou câmaras municipais) ou ao lançamento de novas imposições desempenhavam um papel fulcral na sua conservação. A dependência do Estado da Índia em relação a estas injeções de capital, particularmente em conjunturas de crise, tem sido, aliás, devidamente sublinhada pela historiografia e justificada por meio de uma natural convergência de interesses. No domínio específico das situações de agravamento da carga fiscal materializadas por meio das novas imposições negociadas com os poderes municipais, o que pretendemos sugerir é que essa convergência de interesses se opera ainda por meio de um mecanismo suplementar. Na medida em que as contrapartidas negociadas com a coroa previam o trespasse da cobrança e da administração aos próprios contribuintes, representados nas câmaras, o agravamento fiscal significava simultaneamente oportunidades de negócio e/ou aproveitamento ilícito por parte das elites locais. Se considerarmos ainda que as receitas fiscais eram habitualmente cobradas por meio de contratos de arrendamento, teremos de admitir que estas contribuições também representariam, muito provavelmente, a abertura de oportunidades para os mercadores hindus, que dominavam uma parte significativa das arrematações de rendas.⁸⁰ Este é um campo de análise que fica por explorar, por exigir uma investigação bastante mais ampla. Para todos os efeitos, por intermédio da cobrança e administração destas contribuições voluntárias, operava-se uma indubitável sincronização dos interesses do governo do Estado da Índia com os interesses dos moradores mais poderosos.

⁸⁰ Um estudo realizado por M. N. Pearson demonstrou que, entre 1600-1670, 80 por cento dos contratadores das rendas reais eram hindus (brâmanes e banéanes) e controlavam cerca de dois terços do valor total dos arrendamentos (cf. M. N. Pearson, «Banyas and Brahmins. Their Role in the Portuguese Indian Economy» in *Coastal Western India. Studies from the Portuguese Records*, Nova Deli, Concept Publishing Company, 1981, pp. 93-115). É de admitir que o panorama no âmbito da cobrança de receitas fiscais administradas pelas câmaras não seria muito diferente. Refira-se, como exemplo, que em 1632, a cobrança do *um por cento das fortificações* da cidade de Goa e do *consulado* estava arrendada a Vitoba Sinai (Historical Archives of Goa, cód. 1162, fls. 54v-55, 13/X/1632).

AGENTS OF EMPIRE AND FAMILY:
THE MASCARENHAS FAMILY
AND THE *ESTADO DA ÍNDIA* IN THE SIXTEENTH
AND SEVENTEENTH CENTURIES

LORRAINE WHITE*

A decade or so ago, Sanjay Subrahmanyam and Luís Filipe Tomaz pointed out that five families accounted for roughly a half of the governors and viceroys of the *Estado da Índia* between 1550 and 1671. Among these five families were the Mascarenhas.¹ During this period the Mascarenhas provided four governors and viceroys of India – two in the sixteenth century and two in the seventeenth.² There would have been two more if Pero Mascarenhas, the appointed successor to D(om) Henrique de Meneses, had not been excluded from office in 1526,³ and D. Francisco Mascarenhas had not been arrested (for a brutal killing) before embarking to take up his appointment as viceroy in 1628.⁴ Some of the minor posts in the *Estado* (the captaincies and captaincy-generals of the forts and towns) also circulated among the Mascarenhas,⁵ as the table of Mascarenhas

* Scotland; lgwhite2@mascarenhas.myzen.co.uk

¹ S. Subrahmanyam and L. F. Thomaz, "Evolution of empire: the Portuguese in the Indian Ocean during the 16th century", in J. D. Tracy (ed.), *The Political Economy of Merchant Empires. State Power and World Trade 1350-1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 298-331, at 325.

² In chronological order these were D. Pedro Mascarenhas, Viceroy (VR) 1555-1555 (died in office); D. Francisco Mascarenhas, VR 1581-1584; D. Filipe Mascarenhas, VR 1645-1651; and D. Vasco Mascarenhas, 1st Conde de Óbidos, VR 1652-1653 (deposed from office).

³ He was passed over in favour of Lopo Vaz de Sampaio. See S. Subrahmanyam, *The Career and Legend of Vasco da Gama*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 348.

⁴ See M. J. da Costa Felgueiras Gayo, *Nobilário de Famílias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto, 1989-90, 12 vols., vol. VI, p. 586, § 16.

⁵ S. Subrahmanyam and L. F. Thomaz, "Evolution of empire...", p. 325.

descendants shows. In Brazil the Mascarenhas also distinguished themselves as governors and viceroys: D. Fernando Mascarenhas, I Conde da Torre was the last governor of the Habsburg period (1638-1640), while his first cousin once removed, D. Jorge Mascarenhas, I Marquês de Montalvão, became the first ever viceroy of Brazil (1640-1641, appointed by Philip IV); D. Vasco Mascarenhas, I Conde de Óbidos, was viceroy between 1663 and 1667 (having previously served as viceroy of India), and his half-brother, D. Pedro Mascarenhas de Lancastre, was Governor of Rio de Janeiro (1666-1670). Finally, several members of the Mascarenhas family held office as ambassadors to the most important foreign courts such as Castile, the Holy Roman Empire and Rome. As the table of Mascarenhas descendants shows, before becoming Viceroy of India in 1554, D. Pedro Mascarenhas was ambassador to Rome and to Charles V, Holy Roman Emperor, while his nephew D. Fernando Martins Mascarenhas was Ambassador to Rome, to the Council of Trent, and to Castile.

From this distinguished record, it would seem that in the early modern period the Mascarenhas were committed agents of the Portuguese empire, and of the *Estado da Índia* in particular. However, we cannot just list their service, or that of any other family associated with the *Estado*, and take it at face value. Using the example of the Mascarenhas family (one cadet branch of which – that of the marquês de Montalvão – is of particular interest to the writer⁶), this paper aims to show that the service of these and other individuals depended on a very complex pattern of interests – family and kinship, family tradition and the prior service of family members, and family alliances, loyalties and connections (for example, marriage alliances, attachment to a royal household, or adherence to a court faction). In an effort to better understand the Mascarenhas as agents of empire, this paper will explore them as agents of family. It is not possible here to give a full account of (at this stage) the preliminary findings on this family; there is only space to provide a few examples to illustrate these findings, and most of these will focus on the early generations of the Mascarenhas family.

This line of thinking about family and kinship in relation to the court and service to the Portuguese monarchy and the empire was pioneered by Jean Aubin, in particular in his seminal article on the nobility during the reign of João III.⁷ It has also been pursued by Sanjay Subrahmanyam in his study of the career and legend of Vasco da Gama, and by the two collections edited by Oliveira

⁶ See L. White, "Dom Jorge Mascarenhas: family tradition and power politics in Habsburg Portugal", *Portuguese Studies* 14 (1998), pp. 65-83; "The Marquês de Montalvão (1579?-1652) and changing traditions of service in Portugal and the Portuguese empire", *Portuguese Studies Review* 12 (2) (2004-5), pp. 63-83; and "Serviços ao Estado Português da Índia pela família do Marquês de Montalvão, primeiro Presidente do Conselho Ultramarino", *Oriente* 12 (2005), pp. 42-54.

⁷ J. Aubin, "La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture?", *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXVI (1989), pp. 417-432.

e Costa (and Gaspar Rodrigues).⁸ Aubin, Subrahmanyam and Oliveira e Costa revealed how family interests both influenced, and were influenced by, domestic politics, national and international events, and the existence and operation of court factions.⁹

Access to posts and positions was crucial to promoting the family's wealth and an increase in its social standing. This was entirely dependent on positioning the family and inserting one or more of its members into a successful network that exercised influence – in other words, joining a faction led by a powerful individual, or group of individuals. Primarily, these factions were based at court, at the centre of power, but they also operated further down the hierarchy and were certainly present on the ground in the empire, as Subrahmanyam indicates, for example, in relation to government in the *Estado* in the mid-1520s.¹⁰ It is important to try and understand the structure and dynamics of these factions, and the part played by families such as the Mascarenhas. In terms of service to empire, it is clear that noble family interests were a driving force in the evolution of the empire. In most cases, a family tried to align the service of its members in the empire to promote the family's interests. For the most part, the interests of the empire and family could find common ground, but sometimes they did not, and when this happened it will come as no surprise that the interests of the family took priority. Once we take into consideration these complex, multilayered elements associated with family dynamics and court politics, we can get a more realistic idea of the processes by which the agents of empire served – and influenced developments in – the Portuguese empire, and the *Estado da Índia* in particular.

The Mascarenhas family provide an extremely rich source for the study of the development of family and empire. In terms of its origins, it was a *fidalgos* family that had settled in the Alentejo region at the time of the campaigns of King Sancho I.¹¹ The start of its rise to prominence in the fifteenth century can be attributed to three key elements: its participation in the military campaigns in North Africa in the fifteenth century, its attachment to a royal household, and its association with the military orders, notably that of Santiago. These same elements feature in the continued rise of the Mascarenhas family in the sixteenth and seventeenth centuries, though participation in military campaigns in North Africa was gradually superceded by engagement in Asia (and later in Brazil).

⁸ S. Subrahmanyam, *Career and Legend...*; J. Aubin, "La noblesse titrée..."; J. P. Oliveira e Costa (ed.), *A Nobreza e a Expansão. Estudos biográficos*, Cascais, Patrimónia Histórica, 2000; and J. P. Oliveira e Costa and V. L. Gaspar Rodrigues (eds.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

⁹ J. P. Oliveira e Costa provides a succinct analysis of the complex social elements in his opening chapter "A nobreza e a expansão. Particularidades de um fenómeno social complexo", in *A Nobreza e a Expansão...*, pp. 11-51.

¹⁰ S. Subrahmanyam, *Career and Legend...*, pp. 334-35, and elsewhere.

¹¹ See Felgueiras Gayo, *Nobiliário...*, VI, p. 575.

In addition, separate branches of the Mascarenhas family became associated with the order of Christ that emerged early in the sixteenth century as the most dominant military order.¹² Though not complete, the table of Mascarenhas descendants indicates some of the *comendas* that family members held in the two orders of Santiago and Christ.

The Mascarenhas family participated in the first overseas expedition to conquer Ceuta in 1415. Here, Alvaro Mascarenhas, son of Martim Vaz Mascarenhas and younger brother of Fernão Martins Mascarenhas (“homem honrado, e nobre natural de Évora”), is reputed to have been one of four *cavaleiros* who bravely defended one of the gates of Ceuta alongside the Infante D. Henrique.¹³ For much of the fifteenth century, the eldest sons of the Mascarenhas family were attached to the household of a number of royal princes. Significantly, these princes were the masters of the military Order of Santiago: first, the Infante D. João, fourth son of João I (and Master of Santiago from 1418 to 1442), then D. Fernando, II Duke of Viseu and I Duke of Beja (Master from 1444 to 1470).¹⁴ The Mascarenhas family was also closely associated with this same military order: Fernão Martins Mascarenhas, the *criado* of the Infante D. João, Master of Santiago, had held a *comenda* during the reign of João I, and in the reign of Afonso V he was made *Comendador-mor* of Santiago.¹⁵

With these lofty connections, members of the Mascarenhas were granted several of the thirteen most wealthy *comendas* of the Order of Santiago: Fernão Martins' son, Nuno Vaz Mascarenhas, was granted one of the richest of the Santiago *comendas*, that of Almodóvar, together with three others (Moguelas, Rorica and Montel).¹⁶ Nuno Vaz's heir, Fernão Martins Mascarenhas, held two of the thirteen most valuable *comendas* of Santiago, Mértola (granted in the 1470s) and Almodóvar.¹⁷ The first of these *comendas* was to pass down in succession to all of the heirs of the main Mascarenhas family until the middle of the eighteenth century. By 1443, during the regency of the Infante D. Pedro, Fernão Martins Mascarenhas was a member of Afonso V's council (and he continued as a member of João II's council). After the establishment of the household of Prince João (the future King João II), a realignment took place in the loyalties

¹² On this Order, see F. A. Dutra, “Membership in the Order of Christ in the seventeenth century: its rights, privileges, and obligations”, *The Americas* 27 (1970), pp. 3-25, and “Evolution of the Portuguese Order of Santiago, 1492-1600”, *Mediterranean Studies* 4 (1994), 63-72.

¹³ Felgueiras Gayo, *Nobiliário...*, vol. VI, p. 575.

¹⁴ See F. A. Dutra, “The Portuguese military orders in the time of Vasco da Gama”, in F. A. Dutra, *Military Orders in the Early Modern Portuguese World*, Aldershot, Variorum, 2006, chapter I, pp. 1-16, esp. p. 2.

¹⁵ Felgueiras Gayo, *Nobiliário...*, vol. VI, p. 575.

¹⁶ F. A. Dutra, “Portuguese military orders in the time of Vasco da Gama”, p. 4.

¹⁷ The list of the top thirteen *comendas* is in F. A. Dutra, “Evolution...”.

of Mascarenhas family after Fernão Martins Mascarenhas became the prince's *capitão dos ginetes*. From this point on, as one of the prince's companions on his nocturnal adventures, he emerges as an “homen de sua confiança”. He continued as João II's *capitão dos ginetes*, and was one of the twelve nobles appointed to assist the judges at the 1483 trial of the Duke of Bragança, accompanying the king right up to his death. At some as yet unknown date, Fernão Martins Mascarenhas was granted the *senhorio* of Lavre e Estepa, near to his family's ‘home city’ of Évora.¹⁸ The Mascarenhas family's close association with both João II and the order of Santiago also identifies it as firm supporters and followers of the king's illegitimate son, Dom Jorge, later Duke of Coimbra, who was Master of Santiago from 1491 to 1550.

Returning to the Mascarenhas family's service to empire, we have already noted that it was involved in the North African campaigns. Through its family alliances (see below), in the early sixteenth century it became particularly associated with the fortress of Arzila, though there were also Mascarenhas captains of Safim (1518) of Azamor (1530-34).

From the family's close association with North Africa, until firm evidence emerges we might hazard a guess that, coupled with its alliance with families known to belong to the ‘territorial’ or ‘war’ faction, the Mascarenhas were opposed to those who supported the mercantile form of empire. Nevertheless, having started out favouring the ‘war’ faction, the abandonment in the 1540s of five of the remaining eight fortresses in Morocco, including Arzila with which the family was most closely associated, the trickle of Mascarenhas who, it seems, had started from about 1505 to sail to the *Estado* to seek their fortunes, soon became more of a deluge. The most well-known of these early Mascarenhas agents in the *Estado* was Pero Mascarenhas (younger brother of Fernão Martins Mascarenhas, 1st *senhor de Lavre e Estepa*, and thwarted appointee as replacement governor in 1526), who seems to have first sailed to India in 1511. His nephew, D. Pedro Mascarenhas, son of Fernão Martins, who began his career fighting in North Africa, was to crown his distinguished career (and life) as Viceroy of India in 1554-1555.¹⁹

How, though, did the Mascarenhas family position itself to further its own interests in Portugal and the empire? The access of the Mascarenhas to posts and

¹⁸ Felgueiras Gayo, *Nobiliário...*, vol. VI, p. 575; F. A. Dutra, “Evolution...”, p. 70; J. J. Alves Dias, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, vol. 5, of J. Serrão and A. H. Oliveira Marques (eds.), *Nova História de Portugal*, Lisbon, Editorial Presença, 1998, p. 704; F. A. Dutra, “As ordens militares”, in D. Ramada Curto (ed.), *O tempo de Vasco da Gama*, Lisbon, Difel, 1998, pp. 229-241, at 232. It is not clear when Fernão Martins first became a member of the king's council.

¹⁹ For an outline of the family's service, see L. White, “Dom Jorge Mascarenhas: family tradition...”.

positions depended far less on the ability of the individuals than on the family's capacity to promote its interests and those of its family members. One of the principal mechanisms used to promote family interests were marriage alliances. An alliance with a family that already exercised influence at court was highly desirable, as was marriage to a wealthy heiress in order to increase the family's wealth and prestige. As can be seen from the genealogical table, the Mascarenhas successfully negotiated a series of strategically beneficial marriages for their eldest sons and daughters. The early generations of the Mascarenhas were able to do this for second or even third sons, though usually after they had returned from a successful career in the empire. Even second daughters in the earlier generations made strategically beneficial marriages. Among the Mascarenhas of later generations, however, with rising dowry payments, younger daughters, and often younger sons, tended to remain unmarried.

There was, however, a 'chicken and egg'-type situation, for the ability to negotiate favourable marriage alliances that would help to promote (or at least maintain a family's position) depended in turn on the family's membership of a noble network. The greater the status of a noble network – through the granting of the title of count, for example – the greater its influence and ability to secure access to the most prestigious posts and positions. There is clear evidence that the Mascarenhas belonged to particular 'noble networks' – that is, a network of families that intermarried repeatedly, either through the marriage of a brother and sister with the sister and brother of another family (in what could be termed a 'double sibling marriage'), or intermarriage with the same family over several generations. There were two double sibling marriages among the children of D. Fernão Martins Mascarenhas, 1st *senhor de Lavre e Estepa*. His heir, D. João Mascarenhas, married the eldest daughter of D. Vasco Coutinho, I Count of Redondo (and Captain of Arzila), while the eldest daughter, D. Isabel Henriques married D. João Coutinho (later II Count of Redondo, and also Captain of Arzila). The other double sibling marriage was between D. Fernão Martins's second son, D. Nuno Mascarenhas, 4th *senhor de Bobadela* (Captain of Safim) and D. Brites da Silva, eldest daughter of Nuno Furtado de Mendonça (who was the uncle of D. Jorge, illegitimate son of João II), and between D. Fernão Martin's youngest daughter, D. Leonor Henriques, and Simão Freire de Andrade, Nuno Furtado's heir (see the table of Mascarenhas descendants). These marriages strengthened the ties of the Mascarenhas family with north Africa, and with the household of the Master of Santiago (and also of Avis), D. Jorge de Lancastre, II Duke of Coimbra (the illegitimate son of King João II).

The other principal mechanism used to promote family interests was adherence to a court faction. Though the succession from one monarch to another was usually an important juncture that saw a switch in factional interests in the royal court, Thomaz reminded us some time ago that conflicts between groups

and changes of ruling influences within the same reign also took place.²⁰ In a key article on court factions in early modern England, Robert Shepard identified three broad groups that formed around the factional leader, a great figure at court. These were friends, followers and servants.²¹ Unfortunately, research into court factions in early modern Portugal is still at a relatively early stage. Further research is needed before it becomes possible to determine the wider membership of the Mascarenhas family in these court factions. Until then, we can say relatively little about its involvement in them. Though D. Fernão Martins Mascarenhas, 1st *Senhor de Lavre* was described as "a very great favourite of King João II (*muito valido do Rey*)" and held two of the thirteen richest *comendas* in the Order of Santiago,²² he is more likely to have been a 'friend' rather than a leader of a faction. In terms of adherence to particular factions, because of its association with the Order of Santiago, it seems likely that the family supported the cause of its master, D. Jorge de Lancastre. Also, in view of the family's association with the conquest and defence of North Africa, it seems likely that early generations of the Mascarenhas were aligned with the faction that opposed – ultimately unsuccessfully – all proposals to abandon any of the North African fortresses. Could this perhaps explain the marriage of the eldest daughter of D. João, 2nd *senhor* of Lavre e Estepa, to D. João Lopo da Silveira, heir of the III Barão de Alvito (and later IV Barão de Alvito – see the genealogical table)?

It appears that the adherence of the early Mascarenhas to a particular noble network was more durable than any attempts to 'go with the flow' and endeavour to negotiate a marriage alliance within the membership of a new court faction that might have a much shorter life-span. Either staying in the long-term noble network was more important, or perhaps it was just easier and in the family's long-term interests to maintain membership of a noble network than to risk a new alliance with a faction that might prove to be ephemeral. What still has to be determined is just how the Mascarenhas reacted to the impact of changes in court politics brought about by the change in kings, and competition between Africa and Asia. In view of the fact that the family continued its rise, in what way was the family able to align its own interests with those of the empire and service to the empire? Did the Mascarenhas maintain or change its affiliation to a particular court faction?

²⁰ L. F. Thomaz, "Factions, interests and messianism: the politics of Portuguese expansion in the east, 1500-1521", *The Indian Economic and Social History Review* 28-1 (1991), pp. 97-109, at p. 98.

²¹ R. Shepard, "Court factions in early modern England", *Journal of Modern History* 64 (1992), pp. 721-745.

²² Felgueiras Gayo, *Nobiliário...*, VI, p. 575; F. A. Dutra, "Portuguese military orders in the time of Vasco da Gama".

This last question will be perhaps the most difficult to answer, for as the table of Mascarenhas descendants shows, the Mascarenhas was a prolific family.²³ Partly thanks to its service in the empire, a number of important collateral branches emerged that acquired several aristocratic titles in the sixteenth century, and still more in the seventeenth century. Significantly, involvement in India opened up further opportunities for service and reward. In particular it facilitated the promotion of younger sons, both improving their status and increasing their wealth, which provided the opportunity for them to make favourable marriage alliances that could be expected to further promote their interests. This led to the development of successful collateral branches that in turn raised the status of their respective families and resulted in the acquisition of several more aristocratic titles, many of which were negotiated as a reward (in effect, a condition) for accepting an appointment as governor or viceroy in the empire.

Nevertheless, the success of these collateral branches did have its drawbacks, as it was inevitable that some of these families should join competing networks and factions. As they put their own interests and survival first, these now separate branches of the family often clashed with each other. There was tension, for example, between D. Fernando, I Conde da Torre and D. Jorge, I Marquês de Montalvão (particularly after D. Jorge arrested his second cousin and sent him home in disgrace from Brazil in 1640!).

Over time, it was only natural that some of the branches of the Mascarenhas family prospered and flourished, while others did not. Sometimes, quite simply, the male primogeniture line of a particular branch failed. When this seemed likely, everything possible was done to protect the inheritance so that it could remain within the family. This was done by consolidating any remaining direct female line with that of the closest male relative, usually through the marriage of a Mascarenhas heiress to her first cousin. In an example taken from the table of Mascarenhas descendants, the marriage of Pero Mascarenhas's daughter, D. Elena Mascarenhas, to her first cousin once removed (the third son of Pero's uncle, the 1st *Senhor de Lavre e Estepa*). On occasion even niece and uncle married, and though the marriage was positively incestuous, papal dispensations were relatively easy to obtain. The widowed Filipe Mascarenhas (Viceroy of India 1645-1651) was reputed to be returning to Portugal to marry his niece, a daughter of his brother D. Fernando Mascarenhas, I Conde da Torre.²⁴ In an example taken from the genealogical table, the widowed D. Vasco Mascarenhas, I Count of Óbidos (Viceroy of India and of Brazil) married his niece D. Joana Francisca Mascarenhas. This same strategy of uncle-niece marriage was practised by other members of the Iberian nobility. More rarely, a branch might fail if it

²³ See, for eg, Felgueiras Gayo, *Nobiliário*...., vol. VI, pp. 575-590.

²⁴ See C. Alão da Morais, *Pedatura Lusitana-hispânica em que contém várias famílias*, Braga, Carvalhos de Basto, 1997, 6 vols., Tomo III, vol. I, p. 119.

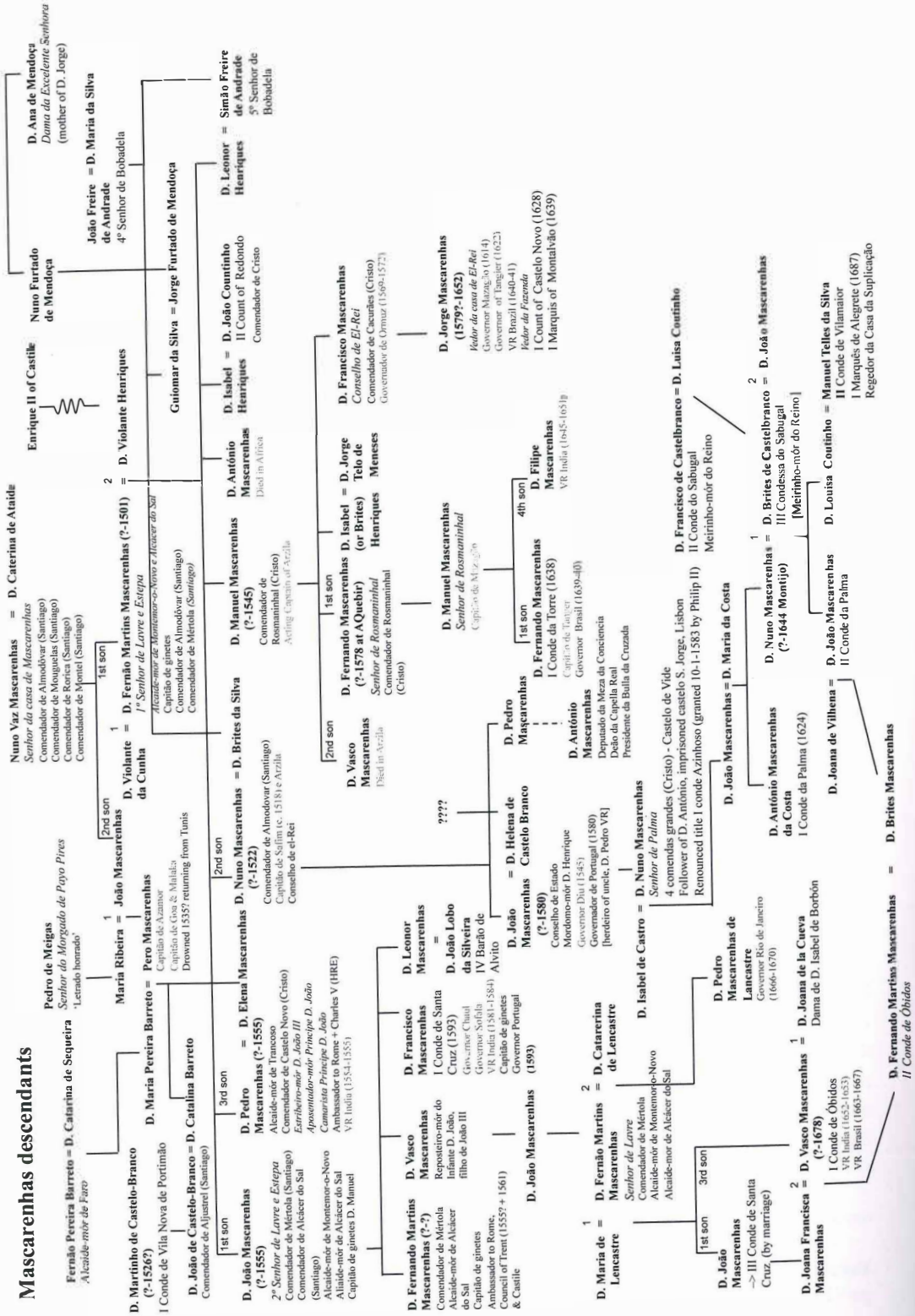
aligned itself with a losing faction. The main branch of the Mascarenhas family, that of the 'Santiago' Mascarenhas-Gouveia-Aveiro, for example, was implicated in the alleged plot to assassinate King José I in 1758. The head of the family, D. José Mascarenhas da Silva de Lancastre, VIII Duke of Aveiro, was executed in January 1759, and all the titles, estates and privileges that had been passed down to him over the generations were confiscated.²⁵

This paper has merely outlined how family interests shaped and influenced service to empire by members of a single family, the Mascarenhas. Some of the suggested relationships and dynamics are speculative, and further research is needed to confirm whether the evidence gleaned here through the mapping of genealogies and alliances can be supported by other sources. The way in which family alliances, membership of factions, etc., influenced the development of empire is an important area of research that is only now beginning to receive the attention it most certainly deserves. It is to be hoped that the studies contained in João Paulo Oliveira e Costa's edited collections on nobility and empire (see note 8) are the first of many more studies to come! In addition, the project organized by the *Centro de História de Além Mar* to build up a prosopography of the governors of the *Estado* is to be congratulated. A more developed picture of the evolution of empire will emerge as further studies such as those undertaken by Aubin, Subrahmanyam and Anthony Disney,²⁶ are completed. It is an important and rewarding field that cries out for further study, and one that more researchers should be encouraged to move into.

²⁵ See F. A. Dutra, "The wounding of King José I. Accident or assassination attempt?", *Mediterranean Studies* 7 (1998), pp. 221-229.

²⁶ See the studies of A. R. Disney on the Count of Linhares, e.g. "From Viceroy of India to Viceroy of Brazil? The Count of Linhares at court (1636-39)", *Portuguese Studies* 17 (2001), pp. 114-129.

Mascarenhas descendants



KNOWLEDGE AND CULTURE:
LIMINALITY AND CONVERGENCE
THE INDO-PORTUGUESE EXPERIENCE

LOTIKA VARADARAJAN

Introduction

The meeting of cultures initiated through Portuguese presence at Goa inaugurated wide ranging interactions and exchange. Given the scope and amplitude of such processes, it would be possible to provide an in-depth analysis only in a much expanded presentation which for obvious reasons cannot be done here. It is important to remember that among the motivations which brought the Portuguese to these shores, an important one was the desire to gain wealth through plant wealth. Since they were trying to forge an entry through an Atlantic sea route in an era dominated by Ptolemaic notions of geography, the aspect of astronomical charting of the route has also to be kept in mind. The two subjects which will be dealt with in this paper are those relating to the social dimensions of plant knowledge and perfection of the sea route up to the point of the Cape of Good Hope which then permitted a logical extension to the well frequented maritime routes of the Indian Ocean. Discussion of this aspect would necessarily draw attention to a coverage of piloting and methods of charting.

“Knowledge” has been defined as representations of facts, inclusive of generalizations and of concepts organized for future use including problem solving. Knowledge includes the skills of knowing how to make effective use of individual facts and generalizations. When appropriately organized it allows the

transfer of experience from the past to the future, to predict and control events and to invent new futures (*The Mind*, “knowledge” *q.v.*). While this offers insight at a more practical level, the *Concise Oxford Dictionary* conveys understanding at a perceptive level. In the latter the word “know” is described as, “be aware of through observation, inquiry or information”.

The Indian Context

In the Indian context, and this found an echo in Goa, the term, information, can be put into the primary category of “revealed”, constituting the defining moment. The secondary aspect would then comprise subsequent evolution from this base. The “revealed” category would thus constitute the points from which there would be progressive departure and return in response to societal developments and aspirations. Unlike the disjunctions characteristic of European society, there has been a remarkable continuity in the Indian sub-continent. This is because society has evolved on the basis of acceptance of heterogeneity rather than homogeneity. Thought processes have been non-linear and cultural transmission has taken place through non-verbal and oral means.¹ Codification leading to rigid enunciation of accepted norms, dogma and issuance of *ex cathedra* rulings were not a part of the Hindu way of life as moulded by the *Bhagavadgita* and *Upanishads*. Salvation could be attained not through divine grace and observance of creed but solely by individual effort. Another aspect of crucial importance was the amazing heritage of specialized knowledge and skill perfected and transmitted through the much maligned Indian caste system. The institutionalization of transmission in Europe dominated by the Graeco-Roman mould was very different.

A considerable part of Indian thought was devoted to the question of consciousness. Vedic theory dated to at least BC 2000 showed an awareness of the self. This approach allowed the separation of the tools of awareness – vision, hearing, and mind from the person who obtains this awareness.² Among the

¹ All information was rendered in forms which would facilitate memorization. Metre was inbuilt so that discrepancies could be easily detected in recitation. Three literary forms emerged: the *sūtra*, *bhāṣya* and sloka. The *sūtra* was couched in an extremely succinct aphoristic tone sometimes in the form of a dialogue between teacher and student. The *bhāṣya* was aimed at elucidating the *sūtra* while the sloka, used extensively in the *Dharmaśāstras*, medical, mathematical and astronomical works as also encyclopaedic treatises such as the *Brhatsamhitā* and others dealing with the arts. This facilitated memorisation and as well as the written form. S. N. Sen, “A Survey of Source Materials” in D. M. Bose *et al.*, *A Concise History of Science in India*, Indian National Academy of Science, New Delhi, 1971, pp. 23-24. For the dating of the texts see *Ibidem*, p. 25.

² Subhash Kak, “On the Science of Consciousness in Ancient India”, in T. R. N. Rao, Subhash Kak, *Computing Science in Ancient India*, Center for Advanced Computer Studies, University of Southwestern Louisiana, Lafayette, Louisiana 70504, 1971, p. 92.

words used for “mind” were *manas* from *man*, to think, *citta* from *cit* to perceive or attend *viññāna*, from *jñā*, to know or be conscious, *antaḥkāraṇa*, inner activity or inner organ, used to refer collectively to a variety of perceptual, intentional and cognitive functions or agencies. In a religious context the real self can be seen as an impersonal cosmic spirit or essence usually called *Brahman* as in Vedanta. It can be a separate eternally monadic soul or person as in Jainism and *Sāṃkhya* or be related devotionally to a god (*The Mind: Indian Ideas of the Mind*, *q.v.*). There was also the concept of *Ṛta*, responsible for the orderly functioning of universal laws such as fixity of the stars and movements of the celestial bodies. *Ṛta*, was also operative in the terrestrial and spiritual domains.³ A body of rationalist thinkers associated with the *Nyāya-Vaiśeṣika* school further developed a methodology for the acquisition of knowledge⁴. In course of time since such thought systems were translated into societal moorings among heterogeneous groups, a rich and colourful mythology, lending itself to hermeneutic transmission, began to accrue around the abstract kernel. We can find an example in the recognition given to *kāla*, time, as the first cause of all existence in the *Atharvaveda*.⁵

Important indicators of the knowledge base are to be found in the two texts, *Nāmalingānuśāsana* of Amarasimha, often referred to as *Amakośa*, dated to between the sixth and eighth centuries AD and the sixth century text, the *Brhatsamhitā* by Varāhamihira. In the first work the subjects treated include the sky, celestial space (including the atmosphere, planets and stars), regions, divisions of time, phases of the moon, eclipses, the oceans, fish, animals, human beings and their anatomical peculiarities, diseases, plants (together with several botanical terms and names of medicinal plants), forests as well as agriculture and commerce. The second provides much information, among others, on astronomy [planetary motions, asterisms, zodiacal divisions, *tithis*, *karāṇa* (both being calendrical computations of time)],⁶ geography, medicine, chemistry, perfumery, botany, zoology, agriculture, architecture and psychology and prosody.⁷ It would be important to keep in mind that such advances need to be related to concurrent urban developments in progress.⁸

³ S. N. Sen, “A Survey of Source Materials...”, p. 16.

⁴ For dating see S. N. Sen, “A Survey of Source Materials”..., pp. 30-31.

⁵ S. N. Sen, “A Survey of Source Materials”..., p. 20.

⁶ Sen draws attention to the Chinese *po-lo-mên* literature dealing with Brahmanical astronomy, mathematics and pharmacy found in the Uiger manuscripts in Central Asia. S. N. Sen, “A Survey of Source Materials”..., p. 38.

⁷ S. N. Sen, “A Survey of Source Materials”..., pp. 32-33, 37-38.

⁸ M. C. Joshi, “Urbanization as an Economic Movement – Making a Case for Reinterpreting Historical Urbanization in Ancient India”, paper presented at Seminar on, *A Search for Urban Culture in Ancient India*, Kansai University, Japan, 2004, pp. 121-129.

Portuguese Parameters

Portugal, no less than India, was bound by its own history. It could not escape from the thrall of its Graeco-Roman past nor the shaping of identity through the process of the *Reconquista*. In the ancient Indian context the individual sought to gain an understanding of the self so that equilibrium could be maintained between the self, the cosmos and the material world. The process of socialization was equally important in the Graeco-Roman as also its successor Christian cultures in Europe. However, the means adopted differed. For the purposes of this paper the stress that was laid in European cultures on formal educational endeavour is the aspect which is of direct relevance. The Greek word for the upbringing of a child was *pais* or *paidos* from which the term *paideia* was derived. The term *Paideia* came to signify the complete pedagogical course of study necessary to produce a well rounded and fully educated citizen. Inner perfection was to be realized through disciplined education. Later Christian teachers particularly those in Alexandria developed the concept to serve the ends of a Christian community.⁹

Evolution then followed through the Patristic Period, second to ninth centuries AD, to that of Scholasticism, ninth to fifteenth centuries AD. When the University of Paris came into existence scholastic learning came to be associated with it.¹⁰ The University of Bologna, in existence since AD 1088, had received a charter from Frederick of Barbarossa in 1158 and excelled in the field of law. The University of Salamanca, where Galen and Hippocrates were taught in the centre for Medicine, had been founded by King Alfonso IX of Leon in 1218. Montpellier, renowned for Medicine, was in existence since early times but received its first formal charter in 1220. The Arabs through their institutions of *madradas* had also established their own nucleus of the university system.¹¹

⁹ Davey Naugle, "Paideia", DBU Summer Institute in Christian Scholarship, Dallas Baptist University; also see E. B. Castle, *Ancient Education and Today*, Penguin, 196; Wikipedia, *Paideia* q.v. All these sources were downloaded from Internet.

¹⁰ For further details see the website: <http://radicalacademy.com/prcmnicourseindex.htm>. There is an association between the functioning of the University of Paris and the interest taken by the Emperor Charlemagne (AD 768-814) in the establishment of places of instruction within the ambits of the cathedral. In the beginning cathedral schools which attracted students from all over Europe became known as *stadium generale*. However, when such an institution was granted an official charter by a royal or ecclesiastical authority along with powers of self governance and a set of statutory provisions it could be called a University. The cathedral school of Paris was granted such a charter in the year 1200. The most common faculties in all universities could be those disciplines chosen from among the combination of arts, law, medicine and theology.

¹¹ Françoise Micheau, "Scientific institutions in the medieval Near East", in Roshdi Rashed, *Encyclopedia of the History of Arabic Science*, Vol. 3, Technology, Alchemy and Life Sciences, Routledge, London, New York, 1996, pp. 996-997; *Amir Temur in World History*, The Printing House of Polygraphic Concern "Sharq", Tashkent, 1996, pp. 97-98.

The *Reconquista* played a very important role in the shaping of Portuguese identity. There was contiguity between the Christian faith and Portuguese distinctiveness and it was this personality which the Portuguese projected in India. The Portuguese warriors led by their King had simultaneously to expel the Moors and nurture a well rooted Christian presence throughout the domain. The institutional fabric which now came into being¹² could serve as a model when the Discoveries opened new vistas in trade and settlement. In 1319, coinciding with the eclipse of the Knights Templars, the Pope created the *Ordem de Cristo* and conferred the power of *padroado* on the Portuguese King. This authorized Portuguese bishops to appoint to local priests. Unlike other feudal societies in Europe in Portugal the military and religious orders were provided with very specific and specialized roles. Agriculture was used as a tool whereby demonstrated prosperity could maintain a Christian community within its fold. The Augustinians of Alcobaça pursued activities in agriculture, mining and commerce. The Franciscans and Dominicans dedicated themselves to religion, charity and culture.¹³ In view of such precedents set it need elicit no surprise that the Jesuits should have participated so successfully in commercial activities in India.

In view of the orientation of this paper it is necessary to focus on the subject of medicine as aspects of liminality and convergence are easily discernible if Portuguese understanding and practice is juxtaposed against that of their Indian counterparts. In Portugal there was a clear distinction between universities¹⁴ where the teaching of medicine existed as a discipline,¹⁵ pharmacies where *materia medica* could be compounded and purchased¹⁶ along with the creation of hospitals and hospices emerging from the amalgamation of some of the pre-existing charitable endeavours.¹⁷ In India, on the other hand, the practice of medicine could be subsumed under the heading of practitioners of *Āyurveda*. This spanned several categories of knowledge: health, food¹⁸ and plant resources.

¹² See Joaquim V. Serrão, *História de Portugal*, vol. I, Editorial Verbo, Lisboa, 1979, pp. 151, 154, 156-157.

¹³ J. V. Serrão, *História de Portugal*, vol. I, pp. 164, 166, 174, 176.

¹⁴ For further details see de Joaquim de Carvalho "Instituições de cultura", in Damião Peres, Eleutério Cardeira, *História de Portugal*, vol. II, capítulo III, Quinta Parte, Portucalense Editora, Barcelos, 1929, pp. 599, 601-602, 606, 610, 612-614.

¹⁵ See de Aarão de Lacerda "Ciência" in Damião Peres, Eleutério Cardeira, *História de Portugal*, Vol. VI, Capítulo IV, Portucalense Editora, Barcelos, 1934, pp. 501-510.

¹⁶ See de A. Lacerda, "Ciência"..., pp. 497, 504.

¹⁷ See A. Lacerda, "Ciência"..., p. 494; Angelo Ribeiro, Hospiteis Reais-Misericórdias", in Damião Peres, Eleutério Cardeira, *História de Portugal*, Vol. IV, Capítulo III, Portucalense Editora, Barcelos, 1932, pp. 557-560, 563-564, 566-567, 569.

¹⁸ Lotika Varadarajan, "Health, Food and Fish – Indian Perception and Ayurvedic Design", in Aliette Geistdoerfer et al, *La Mer Dévorée, Le poisson bon à manger, Le poisson bon à penser*, Anthropologie maritime/CCSTI-Lorient, Collection Kétos, Paris, 2003, pp. 187-19.

The reason why a newcomer like Garcia da Orta could produce a magisterial work such as the *Colóquios de simples e drogas da Índia*, published in Goa in 1563, was because he could benefit from existing well labelled sources.¹⁹

Āyurveda

At the mythological level the god Varuna, as guardian of *Rta*, was associated with healing.²⁰ At the philosophical level the *Upaniṣads*, couched in dialogue form, refers to a group of inorganic bodies called *mahābhūtāni* in which the concept of the five elements comprising water, earth, fire, wind and ether are found embedded.²¹ In the medical text, *Caraka-Saṃhitā*, the main thrust is in the direction of therapeutic medicine, while that in the *Suśruta Saṃhitā*, is more towards the subject of surgery. These two texts constitute the bedrock of the system to which later accretions were added.

Circa seventh century AD Vāgbhaṭa compiled the *Aṣṭāṅgahṛdaya*, which is stated to be the most concise and scientific exposition of Āyurvedic knowledge to which Mādhavakara, in the eighth to ninth century added his clinical guide, the *Mādhava Nidāna*. The subjects covered in these texts include *Kaumārabhr̥tya* or pediatrics and *Rasāyana*, knowledge of tonics and methods for arresting physical and mental deterioration including that associated with aging. The concept of hygiene and self-discipline is inbuilt within the system.²²

Extension of Āyurveda to the Animal Kingdom

Taken that the Portuguese were being exposed to several species of oriental animals for the first time their success in transporting these exotic animals over large distances is quite surprising. It is important to remember that a considerable body of information had already been accumulated in India pertaining to the animal kingdom. The *Rājamārtaṇḍa*, an encyclopaedic work by Bhojarāja, contains extracts from other treatises, some extant others lost, on cows, water buffaloes, deer, dogs, falcons, pigeons and so on. The *Agnipurāṇa* contains passages from the *Saṃhitā* of Śālihotra a treatise devoted exclusively to horses.

¹⁹ The main source for da Orta is said to have been Unani practices to which he had been exposed at the Adilshahi court in Bijapur. For Unani in India and the contiguity between Unani and Āyurveda see M. Z. Siddiqui, "The *Unani Tibb* (Greek Medicine) in India" in D. M. Bose *et al.*, *A Concise History...*, pp.268-272; K. Raghunathan, "Garcia da Orta and his work in the field of Drugs and Medicinal Plants", A. Salema (ed.), *Ayurveda at the Crossroads of Care and Cure*, Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002, pp. 31-44.

²⁰ S. N. Sen, "A Survey of Source Materials"... , p. 16.

²¹ S. N. Sen, "A Survey of Source Materials"... , p. 22.

²² R. C. Majumdar, "Medicine", D. M. Bose *et al.*, 1971, pp. 223-238.

A translation of this made by the Caliphs of Baghdad is found in the work entitled, *Sālātor*. The work, *Aśvavaidyaka* by Jayadattasurī is a redaction of the Śālihotra treatise running into sixty-eight chapters. The major work on elephants, this category being called *Hastyāyurveda*, and attributed to the sage Pālakāpya, is the *Pālakāpya Saṃhitā*. The work deals with all aspects of pachyderm care and treatment of their ailments.²³ It would be surprising if the Portuguese had remained ignorant of this category of information.

Āyurvedic Materia Medica

The *material medica* found in the *Caraka Saṃhitā* comprises three hundred and forty-one plant substances, one hundred and seventy-seven drugs of animal origin and sixty-four mineral and metal substances. The corresponding numbers in the *Suśruta Saṃhitā* are three hundred and ninety-five, fifty-seven and sixty-four. Mineral and metal substances depended on local availability. There were accompanying instructions for the compounding and extraction of drugs from crude materials.²⁴

Plant Science

The beginning of plant science have been traced in dispersed references to the external and internal structure of plants, some of the physiological processes involved in manuring, as also to plant classification and evolution.²⁵ In early texts such as the *Arthaśāstra*, *Agnipurāṇa* and *Bṛhatsaṃhitā* three terms have been mentioned, *vr̥kṣāyurveda* (science of the life of trees), *gulmavr̥kṣāyurveda* (science of plant life), *bheṣajavidyā* (science of medicinal plants). The subjects treated include selection and procurement of viable seeds, choice of proper soil, irrigation, manuring, sowing and germination of seeds, planting, seasonal care, cultivation, rotation of crops, climatic conditions in relation to proper growth, classification and identification of plants, aesthetic and hygienic values of gardens, construction of herbariums and the treatment of plants both in their healthy as well as diseased conditions. This scattered material was collated in the thirteenth century work, *Upavanavinoda* by Śārṅgadhara which mentions the pruning (*skandhaja*), grafting and layering (*skandharopanīya*) operations. In view of the dating of this text it is possible that these had been absorbed from the Arabs. The classification was based on the external floral characteristics and the medicinal or dietetic values of the plants.²⁶

²³ R. C. Majumdar, "Medicine", pp. 254-255.

²⁴ R. C. Majumdar, "Medicine", pp. 251-252.

²⁵ S. N. Sen, "A Survey of Source Materials"... , p. 16.

²⁶ R. C. Majumdar, "Medicine", pp. 256-257.

Botany

The work, *Ṛkṣāyurveda* by Parāśara, dated to between the first century BC and first century AD, is an extremely important botanical source. It is divided into six parts. The contents of the first part, *vījotpattikāṇḍa*, further sub-divided into eight chapters, provides an indication of the richness of its contents. These comprise *vījotpattisūtrīyādhyāya* (an outline of plant morphology), *bhūmivargādhyāya* (nature and properties of soil), *vanavargādhyāya* (description and distribution of forests), *ṛkṣāṅgasūtrīyādhyāya* (more detailed treatment of the morphology of plant members), *puṣpāṅgasūtrīyādhyāya* (the flower, its parts, functions and classification), *phalāṅgasūtrīyādhyāya* (definition, function and classification of fruits), *aṣṭāṅgasūtrīyādhyāya* (discussion of eight plant limbs – root, stem, bark, heartwood, sap, excretions, oleaginous products, spines and prickles) and *dvigaṇīyādhyāya* (seeds and embryonic plants). The *Ṛkṣāyurveda* formed the basis of botanical teaching preparatory to pharmaceutical studies in ancient India. Parāśara's method of botanical nomenclature was largely followed by Caraka, Suśruta and other authors in preparing chapters on Āyurvedic pharmacopoeias.²⁷

Piloting and Methods of Charting

Prior to the rounding of the Gulf of Guinea and that of the Cape of Good Hope the Portuguese utilized the Mediterranean repertoire of piloting and charting. This centred around tidal movement, dead reckoning, the wind rose and use of the *portulan* chart. Such charts were not provided with parallel or meridian. After the 15th century the coastline was indicated in terms of thirty-two rhumb lines. Circa AD 1200 the sailors of Amalfi introduced the innovation of a magnetized needle into the existing thirty-two rhumb wind rose. The navigator would now plan the course with the help of compass and chart.²⁸ While navigating its course the ship could deviate from the set direction because of currents or exigencies of tacking against an adverse wind. The *Toleta de Marteloio* provided tables with the help of which such deviations could be taken into account while the ship continued on its course.²⁹ With the advent of Atlantic navigation in the first decades of the fourteenth century astronomical navigation developed

²⁷ K. A. Chowdhury, "Botany", in D. M. Bose *et al.*, *A Concise History...*, pp. 379-380. For further details relating to the botanical knowledge of the period see *Ibidem*, pp. 380-391.

²⁸ A. Teixeira da Mota, "Méthodes de Navigation et Cartographie Nautique dans l'Océan Indien avant le XVI^e Siècle", *Svadia* II (1966), p. 61.

²⁹ E. G. R. Taylor, *The Haven Finding Art*, London, 1971, pp. 117-121; Luís de Albuquerque, *Instruments of Navigation*, Lisboa, 1988, pp. 82-83; J. Cortesão, *Obras Completas, Os Descobrimientos Portugueses*, I, Lisboa, 1975, p. 294.

and was to be perfected during the navigation to the south after crossing the equator off the coast of Africa. Circa AD 1480-1485 nautical charts began to show parallels of latitude in addition to rhumb lines.

With regard to the Indian tradition cognizance has to be taken of the advances made in astronomy and mathematics since early times. As early a text as the Rgveda contains references to the threefold division of the heavens, the sun, moon, their motions through stellar constellations, solar eclipse, division of time in days, months, years, intercalation, all of which portray the beginnings of astronomy and the calendrical sciences. The *Sāmaveda* along with its associated *Brāhmaṇas* and *Sūras* are useful for calendrical insights because of their notice of various ceremonies to be performed during the daily progress of the sun.³⁰

The basic interest comprised plotting the stars which lay along or near the ecliptic. By a selection of suitable stars and constellations it was possible to constitute a stellar fame of reference to follow the paths of the sun and moon. Circa BC 1200-800 it was stated that the moon visited twenty-seven lunar mansions in the course of the lunar year. These lunar mansions were called *nakṣatra* and were also used in relation to the sun. Each *nakṣatra* had a lead star called *yoga tāra* which was connected with the first point on the ecliptic of the division or was located near to it either to the north or south. According to the *Sūryasiddhantā*, first codified circa AD 305, each of the lunar mansions, *nakṣatras*, was assigned a value of 800'.³¹ This astronomical information was integrated with tables of star elevation and memorized through mnemonic recitation. Much of the information which now follows was gathered as a living tradition in Lakshadweep and this is directly relevant in the aspect of integration of Indian Ocean navigational methods into Portuguese instrumentation which formed the backdrop to further refinement, development and evolution until they formed the basis European navigational instrumentation in the pre-Industrial Revolution era.

Ethnological evidence in Lakshadweep links methods of measuring star elevation through *viral*, finger units (referred to by the Portuguese as *polegada*), leading onto a set of instruments. In the Table recited in relation to the position of the Pole Star, such measurements are cited as reaching a maximum of fourteen fingers. The navigator Kunhikunhi Malmi of Kavaratti island demonstrated how the moment of exact noon, a method which could also be taken on board a ship, could be assessed through another set of body movements. Shadow measurements are integrated into methods of assessing the elevation of the sun during different periods of the year but these are related to the gnomon. Among instru-

³⁰ For astronomy see S. N. Sen, "Astronomy" in D. M. Bose *et al.*, *A Concise History...*, pp. 58-124.

³¹ S. N. Sen, "A Survey of Source Materials", pp. 58, 66, 68-69; *Report of the Calendar Reform Committee*, Council of Scientific and Industrial Research, New Delhi, 1955, pp. 100 n. 6, 212-214; S. N. Sen, K. S. Shukla, *History of Astronomy in India*, New Delhi, 1985, pp. 252 *et seq.*

ments in usage, and from the theoretical point of view the ancestry of the nautical instruments which can be traced back to classical Indian antiquity are the *Rūba al-mujayyab* (Quadrant), the *Rapalagai* (*Kamal*), the *Kolpalagai* (Davis Quadrant), and the *Kaukutty* the *Balisti* or Cross Staff). All, inclusive of *viral* measurements are mutually compatible, and in the case of the Quadrant (known in India since the seventh century AD), the *Rapalagai* and the *Kolpalagai* parallels with pre-Islamic South Asian tradition can be drawn. Moreover a degree of evolutionary linkage can be traced between the Quadrant and the *Kolpalagai*.³²

It thus becomes evident that although the cultural moorings and thought processes may have been rooted in different modes, the two sets of traditions were not mutually exclusive. This would explain why the Portuguese were able to absorb these categories of information and enrich their own capabilities in the rapidly changing frontiers of knowledge.

THE USE OF GROWING ARCHITECTURE AS PROPAGANDA – THE BENGAL COLCHA AT THE ISABELLA STEWART GARDENER MUSEUM IN BOSTON

BARBARA KARL *

In October 2006 I presented a paper on the iconographic programme of the Bengal colcha from the Isabella Stewart Gardener Museum at the XII Seminar on Indo-Portuguese History in Lisbon. Soon afterwards I handed in the first version of the present article. From February to May 2008 the colcha was the core piece of an exhibition at the Isabella Stewart Gardener Museum: “Luxury for Export: Artistic Exchange between India and Portugal around 1600”. In due course Pedro Moura Carvalho published an article on the same colcha on which he had worked at the same time as me.¹ Since the publication of my article was delayed, I asked the editors whether it was possible to respond to the findings of Pedro Moura Carvalho’s article within my article. I am grateful that the editors agreed to do so. This scientific dialogue stresses the importance not only of this specific textile but of Indian textile production for export of the sixteenth and seventeenth centuries in general.

Bengal textile production in the sixteenth and seventeenth centuries was extremely rich. The most important commissioners of textiles destined for export to Europe were Portuguese private merchants residing in Hugli near modern-day Calcutta. From there they controlled a large portion of sea trade of the East

³² All these aspects form the subject of the publication, L. Varadarajan (ed.), *The Rahmani of M. P. Kunhikunhi Malmi of Kavaratti, A Sailing Manual of Lakshadweep*, Manohar, New Delhi, 2004.

* Scuola Normale Superiore (Pisa).

¹ P. Moura Carvalho, “Patriotism and commemoration in a Bengali embroidery” in *Luxury for Export, Artistic Exchange between India and Portugal around 1600*, exhibition catalogue, ISGM, Boston 2008, pp. 8-22.

Indian province. Among Bengal's most successful export products were embroidered textiles of a large size, referred to as colchas in the early Portuguese inventories.² The Portuguese and Spanish word "colcha" (colja) has Latin roots: "culcita" – in English means mattress or pillow. One also finds "colxa" or "colches" in the historic Portuguese records. The *Vocabulario portuguez e latino* by Raphael Bluteau defines colchas as a thin bed covers with quilted layers of cotton.³ The modern Portuguese word "colcha" means quilt. The expression colcha is itself a compromise, for the English translation "quilt" or "bedcover" is insufficient and limiting for they were not just used as bed covers but for different decorative purposes in palatial and church contexts. Most colchas changed their function in their life span; the colcha of the museum in Boston one for example originally served as hanging, was sold as a leg cover and now serves as a didactic instrument in a museum. These sumptuously embroidered textiles commissioned by the Portuguese were not only exported to Europe, mainly to the Iberian Peninsula, but also sold in the Iberian colonies in Asia and America. Furthermore, they were traded in India and the Middle East and found their way into Japanese collections. The colchas are among the oldest Indian embroideries that survive today. They reveal evidence of migrating forms and ideas and feature some of the most successful motifs that were developed in the long history of art and transmitted by different cultures in diverse ways.

² For colchas see the following articles (selection): C. Bunt, "An Indo-Portuguese Embroidery in the Bargello" in *Burlington Magazine*, November 1942, p. 277; M. M. de Cagigal e Silva, *A Arte Indo-Portuguesa*, Lisboa, Edições Excelsior, 1966; M. Estabrook-Moeller, "An Indo-Portuguese Embroidery from Goa" in *Gazette des Beaux Arts*, August, 1948, pp. 117-132; M. J. de Mendonca, "Alguns tipos de Colchas Indo-Portuguesas na Collecção do Museu Nacional de Arte Antiga" in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, 1949; and by the same author "Bordados Indo-portugueses, novas aquisições do Museu de Lisboa" in *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, Lisboa, 1955; A. Geijer, *Oriental Textiles in Sweden*, Kopenhagen, Rosenkilde and Bagger, 1951; G. Garde, *Portugisere og Indere, Silkebroderede billedscener fra 17. Arhundrede*, Kopenhagen, Arbog for Dansk Kulturhistorik Museumsforening, 1970; J. Irwin, "Indo-Portuguese Embroideries of Bengal" in *Art and Letters, the Journal of the Royal India, Pakistan & Ceylon Society*, vol. XXVI. No. 2, 1952; by the same author: "Indian textile Trade in the seventeenth century, Part 3, Bengal", in: *Journal of Indian Textile History*, No. 3, Ahmedabad, Calico Museum of Textiles, 1957, pp. 59-74; and "Indian Textile Trade of the seventeenth century, Part 4, Foreign Influences" in *Journal of Indian Textile History*, No. 4, Ahmedabad, Calico Museum of Textiles, 1959; Exhibition Catalogue: *Embroidered Quilts from the Museu Nacional de Arte Antiga – India, Portugal, China sixteenth/eighteenth century*, London, Kensington Palace, 1978; F. Passos Leite, "Texteis Indo-Portugueses" in *Vasco da Gama e a Índia*, vol. III, 1998, p. 361; Crill, R. "Angels and Elephants" in *Apollo*, Nov. 2004, pp. 87-91; T. Pacheco Pereira, "À volta de alguns bordados indianos monocromos" in *Oriente*, No. 15, 2006, pp. 44-57; L. Varadarajan, "Indo-Portuguese Textiles – New Orientations" in *Indo-Portuguese History: Global Trends*, Goa and Lisboa: CHAM, 2005, pp. 251-260.

³ Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, vol. II, p. 367.

This article focuses on a Bengal colcha that is today housed in the Isabella Stewart Gardener Museum in Boston (Inv. Nr. T20e4).⁴ Because of its style and content this colcha can be attributed to the Bengal production for the Portuguese in the Satgaon/Hugli region. Due to its unique iconographic programme it is probable that the textile was a special commission by or for dignitaries living in the *Estado da India* or in Portugal. Unfortunately it is not known who commissioned it. Due to its design this textile is undoubtedly one of the most interesting and telling pieces of the Bengali group. In the following text I will explore the unusual iconography of the colcha, propose a date for the work and demonstrate its complex political meaning in the context of the first half of seventeenth-century Iberia.

The dimensions of the textile are 267 × 201 cm, comparable to a middle sized carpet. Its base is constructed with blue silk in plain weave and light yellow silk is used for the embroidery. The main stitch used is chain stitch. The colcha – originally used as a hanging as the vertical orientation of the design suggests – was acquired by Ms Gardener in 1897 in Paris from the Emile Peyre Collection for 1010 Francs.⁵ The collector sold the textile as a Spanish cover in blue and white.⁶ The base of this textile is of blue silk which was actually not uncommon even though in most cases the base consisted of white cotton. There still exist at least four Bengal colchas with the same blue base material. One is from the Museu Nacional de Arte Antiga in Lisbon and another is in the Castello Sforzesco in Milan, while two others were quoted by Pedro Moura Carvalho in his article.⁷ Besides, there are several other Bengal colchas with a coloured base. The textiles were dyed blue with indigo, probably in Sarkej in Gujarat. The dyed silk was then transported via land or sea to Bengal for further processing. In Bengal the blue silk fabrics were sewn together to the size of the colcha, lined with layers of cotton, and embellished with embroidery. The execution of the embroidery on this colcha is somewhat coarser than that of the finest examples of the Bengal group which is due to the use of a thicker thread for the embroidery.

The basic organisation of the colcha is subdivided by a structure of thin borders with delicate floral scrolls, as in many other Bengal colchas. These thin borders with floral scrolls distribute the colcha into three surrounding borders and a large middle-field. In the middle-field the strictly symmetrical distributing

⁴ Thanks to discussions with colleagues before and during the conference in Lisbon last year I came to the conclusions presented in the text. For their support in putting the bits and pieces together I would like to thank Angela Barreto Xavier, Celina Bastos, Helder Carita, Anísio Franco, Lia Markey, Roopanjali Roy, Paulo Varela Gomes, Maria João Vilhena.

⁵ A. Cavallo, *Textiles-Isabella Stewart Gardener Museum*, Boston, Isabella Stewart Gardener Museum, 1986, p. 200.

⁶ A "couvre-pieds espagnol, blanc et bleu..." as quoted in P. Moura Carvalho, "Patriotism and commemoration..." in *Luxury for Export...*, pp. 8-22.

⁷ *Ibidem*.

scheme seen on the other Bengal colchas was omitted and a different design was applied: a big architectural façade of a triumphal arch, which was taken from a European print model as were many other motifs on the colcha. The decoration of the borders, however, is very similar in style and content to other Bengal colchas. Hunting scenes are depicted in the outermost border. From the beginning of colcha production in Bengal, hunting scenes held an important position in their decoration and were the most frequently employed border decorations. The theme of the hunt developed out of an already existing European and local Bengalo-Islamic tradition that were fused and endowed with fantastic imagery. The hunting scenes represent a typical intercultural and courtly theme. Different kinds of hunts are depicted in the hunting borders on the Bengal colchas: hunts with hounds or hunters in small groups capturing bears, tigers, unicorns, lions (sometimes winged), griffons, gazelles, dragons and buffalos, men on elephants and horses or hunters engaged in a falcon hunt. The hunters wear European dress; they are armed with spears, shields and muskets. Usually a small pond with buffalos, ducks, fish and flowers is situated in the middle of each side of the border. The corners of this border are accentuated by self-sacrificing pelicans that refer to the pelicans in the middle-field.

The second border shows a seemingly random selection of scenes one also encounters in other Bengal colchas. Single scenes of mythological characters adorn the space of this second border. They enhance the otherworldly aspect of the colcha and were chosen for their general mythological and decorative value rather than for their concrete content. There are six Greek gods on their zodiacal chariots but no inscriptions identify them as the seven planets of the zodiac. Through their presence they allude to the zodiac, depicted elaborately on other colchas,⁸ but they do not represent it since they are randomly dispersed along the four sides of the border, the zodiac signs in the wheels of the planetary chariots are incorrectly attributed and one planet-god is missing. Additionally, different mythological figures ride diverse fantastic animals alongside the six gods, Hercules fights a dragon and two scenes fragmentarily depict the story of an archer, who by shooting the snake that is wrapped around an eagle's body, liberates the eagle. This scene can be interpreted as a fight between good and evil, and could also allude to the Christian theme of the Resurrection.⁹ To the right of the middle-field, still within the border, are two small episodes with men jumping

⁸ For example a colcha in the Fundação Medeiros e Almeida in Lisbon. See: B. Karl, "O encanto da monocromia – Uma colcha da Fundação Medeiros e Almeida em Lisboa", in *Oriente* 6 (2003), pp. 56-66.

⁹ This episode of the archer liberating the eagle from the snake is illustrated on a colcha from the Victoria & Albert Museum in London, (Inv. Nr. 616-1886). This colcha is part of the group of the Solomon colchas with the zodiac. It is interesting that two quite unique features of the Solomon-zodiac group, the zodiac and the story of the archer, were used in the colcha of the Isabella Stewart Gardner Museum. This illustrates the closeness of production.

on or standing on bulls. Bull fights have a long standing tradition in the Mediterranean, especially on the Iberian Peninsula and images of it may have inspired the craftsmen. This border is further accentuated by four medallions depicting kings placed into each corner. They are recognisable as Portuguese Kings by the cross of the Portuguese Order of Christ, the successor order of the Templars in Portugal, on their shoulders. This shows them as defenders of the true faith. In 1603 Friar Bernardo de Brito published the book *Elogio dos Reis de Portugal com os seus mais verdadeiros Retratos* (Eulogy to the Portuguese Kings with their authentic portraits).¹⁰ The portraits in the book are very similar to those on the colcha and very likely served as models for the embroiderers and provide the first indication for the colcha's date: 1603, the date the book was published. Into the middle of each side of the second border four fortresses manned by soldiers are located. The medallions including the simplified royal portraits as well as the fortresses overlap into the innermost border connecting both. Each of the abridged fortresses shows a ground plan with walls and four towers armed with canons, seen from above. Forts as tools of dominance and control were built along the Portuguese sea routes in Africa, South America and around the Indian Ocean in order to secure the trade routes of the *Estado da Índia* with Lisbon. They are depicted in connection with the portraits of Portuguese kings and can therefore be interpreted as representing the Portuguese dominance over its different dominions with a special emphasis on the sea represented in the third border.

The innermost border is decorated with maritime scenes, which are also linked to the idea of the dominance of the oceans. The border is full of fantastic and hybrid creatures of different cultural origins divided by a twisted undulating rope; under its arches are busts of women with mussels and small fish and hybrid figures with goat heads. Beyond the intersecting rope a miraculous world of maritime monsters and figures opens up: a winged female figure with two fish in her hand and one fisherman standing on a fish throws out his net and yet another uses a harpoon. The model for this scene may have been daily life along the shores of the river Ganges. Moreover, there is Fortuna holding her sail into the air, fantastic hybrid figures with heads of goats and a stag, a satyr and a centaur with bow and arrow (both do not actually have much to do with water), and winged mermaids. The hybrid figures represent a fusion of elements from the rich grotesque tradition of the European Renaissance and local features. The middle of each side is marked by a realistic caravel that has a small sailing boat attached. Nonchalantly, the presumably Portuguese sailors brave the dangers of the sea in this rich combination of creatures. Mermaids or sirens set in the four corners are each playing a musical instrument (stringed instruments,

¹⁰ Friar Bernardo de Brito, *Elogio dos Reis de Portugal com os seus mais verdadeiros Retratos*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1603. I am grateful to my colleague Anísio Franco for showing me this publication.

plucked instruments or wind instruments) in order to evoke the maritime dangers and refer to Ulysses' Odyssey. Some of the wind instruments are long and bent, clearly showing the Indian influence. The picture of Asia as a continent of riches, miracles and monsters was formed by fantastic travel accounts like that of Marco Polo or the romance of Alexander the Great. In the 16th and 17th centuries, images of the sea – especially on maps – were full of fantastic beings, as were medieval bestiaries, yet another source of inspiration. The open sea was seen as an unknown and uncanny place, fascinating and terrifying, promising profit and destruction at the same time. The ocean's incalculable powers – shown as monsters – were dominated here on the colcha by the Portuguese sailors represented in the caravels and sung about in Luís de Camões' *Lusiadas*.¹¹ This highly influential epic mirrors the same spirit. The exceptional presence of kings and fortresses in the borders besides the Bengal colchas "classical" features of hunts, maritime scenes and mythological scenes endow this part of the colcha with a special meaning: The borders represent an abbreviation of the Portuguese dominions on land and at sea under their ideal rule.

The design of the middle-field has nothing in common with the other colchas of the Bengal production as it is dominated by a single large triumphal arch. This arch is endowed with branches and medallions and is an example of growing architecture recalling ephemeral festive architecture. Ephemeral triumphal arches, similar to this one (but without the branches), were erected for special occasions, such as festive entries. The stone arch of the viceroys in Goa is just one non-ephemeral example of this in the Portuguese overseas context. The arch embroidered on the colcha is one of the rare instances in which the exact model for the embroidered colcha can be identified. The model of this particular arch is in a print from the book *Viaje de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe III. N.S. al reino de Portugal* (Journey of the Royal Catholic Majesty, King Philip III to the Kingdom of Portugal) published in 1622 by João Baptista Lavanha, the royal chronicler and cosmographer who had prints made and meticulously described the programme of the entry in the book. The *Arco dos Flamengos* (Arch of the Flemish) from this entry into Lisbon was almost exactly copied by the embroiderers in the middle-field of the colcha.¹² The publication date of the book, 1622, provides the *terminus post quem* for the dating of the textile. As will be explained later the *terminus ante quem* for the production in my opinion is 1640 – the date of Portugal's independence from Spanish rule.

In 1619 the city of Lisbon was sumptuously decorated for the *entrée solennelle* of King Philip III of Spain, who ruled Spain, Portugal and their overseas possessions. Topics like the ideal ruler, the eternal justice of the sovereign and

¹¹ Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 2006.

¹² My colleagues from the Museu Nacional de Arte Antiga, Celina Bastos, Anísio Franco and Maria João Vilhena pointed this source out to me.

the legitimacy of his dynasty were typical subjects for triumphal arches like this one. Central to the entire programme of King Philip III's entry to Lisbon was the idea of the universal dimension of his dominions, the king should be reminded of Lisbon's central position in his seaborne Empire and as Europe's gate to the oceans of the world. This is also one of the central messages of the colcha's programme. During the rule of the Habsburgs, Lisbon felt neglected by the Spanish kings who resided far away in Madrid. The city was "hoping for Your long awaited royal presence."¹³ Besides the arches of institutions, such as the inquisition or guilds, there were the arches of the foreign merchants featuring, in the Lisbon entry, such as the Flemish, who at that time were in an awkward situation due to the continuous wars of independence in the Netherlands. This conflict was the subject of the programme of their festive architecture depicted on the print and then transposed onto the colcha. The triumphal arch of the Flemish stood in the former Rua Nova, the main street, which ran parallel to the river Tagus. The three-storied architectural structure with lateral volutes on its top was typical for the early Baroque, influenced by Sebastiano Serlio's treatises, and was decorated with sculptures and paintings of emblems, allegories, sibyls and the personifications of the seventeen provinces of *Gallia Belgica* – the Netherlands. Only nine of the provinces remained loyal to the Spanish king, the others wanted secession. Through a mechanism, supported by ropes connecting the coat of arms in the centre with personifications of the provinces, one could cover and uncover an allegory of Discordia (representing the war of secession). By operating a mechanism Discordia would vanish when the king approached. A Latin inscription on the arch expressed the Flemish merchants' desire for the peaceful reunion of their home country under the aegis of the King of Spain.¹⁴ Clearly the Flemish merchants were concerned; after all, in order to flourish and successfully conduct their business between Lisbon and the Netherlands they needed a definite end to the wars. Apart from the personifications of the provinces, the personifications of virtues, allegories and emblems were distributed all over the arch. They are all explained in detail in Lavanha's description in the book. The uppermost figure on the printed arch represents the blindfolded Cupid riding on a lion, an image also seen on some other Solomon colchas; The Latin inscription SIC FORTIA VINCIS (in this way you win over the strong) underneath the Cupid is only visible on the print but was not transposed to the colcha and is to be understood as an appeal to the king to win the war in the Netherlands not by the force of arms but through the power of love – advice the Spaniards did not follow. In 1648 the United Provinces of the Netherlands were

¹³ N. Senos, "Na esperança de vossa real presença desejada: el arte y un poder presente en la Lisboa filipina" in *Reales Sitios*, vol. 40, 2003, p. 59.

¹⁴ Lavanha, *Viaje de la catholica real Magestad...*, Madrid, Tomas Junti, 1622, fols. 38. Including an elaborate description of the programme of the triumphal arch.

officially declared independent. The Spanish coat of arms tops the composition on the print, visually representing the subjection of the Flemish merchants under the rule of Philip III.

The embroidery on the colcha is not as detailed as the printed model. In the embroidery the general outline and structure of the printed arch was maintained but its decoration was much simplified. Inscriptions and details, especially the emblems, were not included in the colcha or were modified. The local embroiderers very probably neither understood the complex Latin inscriptions nor their political allusions and implications. However, the merchants themselves who were in charge of commissioning the colcha were surely aware of the significance of the entry of Philip III into Lisbon of which the arch was a vital part. Royal politics directly influenced the merchants' field of action. Their daily bread depended on being informed and being able to navigate in a politically favourable atmosphere. Where the details of the print were adapted – they were in fact mostly substituted by scrollwork – they were so simplified that their meaning cannot be identified anymore and thus lost their concrete significance. The person standing under the archway giving the proportion of the arch in the print was enlarged on the colcha but has no other meaning whatsoever for the iconography, neither in the print nor in the embroidery. On the colcha the arch was combined with a genealogical tree, represented by eight branches growing out of the architecture. This addition significantly affects the meaning of the iconographic programme. The branches growing out of the architecture were additions of the commissioner and transform the arch into a genealogical tree. Surely the most important and propagandistically successful concept of combining an arch with a genealogical tree is the printed triumphal construction of Albrecht Dürer's *Ehrenpforte* for the Emperor Maximilian I, a forefather of Philip III, from the beginning of the sixteenth century.¹⁵ By transforming the arch from the solemn entry into Lisbon into a genealogical tree it was integrated into this tradition that served to heighten the prestige of the dynasty depicted – the Habsburgs.

On the arch of the embroidered colcha the three-storied structure of the printed model was maintained. The first storey consists of three archways that are separated by pilasters. Figures are depicted above two of the openings like on the model print. On the colcha these allegorical figures lost their exact meaning through the omission of details and the inscriptions that were present on the print. The second storey is separated from the first by a cornice decorated with figures. Within the second storey there are unrecognisable emblems and statues that on the print alluded to the rule of the Habsburg dynasty. The medallion between the two is dominated by the personification of Discordia surrounded by small

¹⁵ Thomas Schauerte, *Die Ehrenpforte für Kaiser Maximilian I*, München, Deutscher Kunstverlag, 2001.

coats of arms that through omission of explanation and details are not attributable anymore. A balustrade with four statues marks the third storey. Two volutes are to the sides of a square in which the blindfolded Cupid is riding on a lion. The large, slightly modified, coat of arms of Portugal is placed under the gable. On the print the Spanish coat of arms was depicted but in the original entry a Portuguese coat of arms crowned the arch of the Flemings. The print emphasised the Spanishness of the king, whereas during the actual entry and on the colcha the importance of Philip III's Portuguese dominions was emphasised. The choice of the coat of arms (Spanish or Portuguese) on the different media (the ephemeral arch, the print and the embroidery) is in my view not a provocation and also not an annulment of the political message but represents a shift of importance in the context.¹⁶ On the arch in Lisbon the Portuguese side of the king's dominions was stressed as he was guided through the country's most important city. In Lavanha's book (not to forget he was the official court chronicler, the book was printed in Madrid), the Spanish coat of arms was chosen in order to illustrate the union of the king's dominions emphasising Spain and since the colcha was produced in a region close to the Portuguese *Estado da India* again a Portuguese coat of arms, stressing the Portugueseness of the empire, was chosen to crown it. The importance shifted each time but the over all dominance of the Spanish King was not questioned by the choices since he was legally the monarch of both kingdoms. Had the choice been an affront or a scandal, Lavanha and others would surely have reported it in a different manner.

On each side of the coat of arms of the colcha is an allegory and four more statues are crowned with large tear shaped forms. Out of the architectural structure grow eight branches that end in medallions with eight portraits of Portuguese kings similar to those on the border. All in all there are twelve kings in medallions on this colcha (four in the second border and eight around the arch) but in my view it is not clear which Portuguese kings exactly are depicted because there are no inscriptions added and their facial features are all very similar.¹⁷ The number twelve bears symbolic meaning, reminiscent of the twelve Kings of Judea or the twelve Apostles. Eight images of Kings are in a more prominent position, they are placed into the small medallions growing directly out of the arch. Not incidentally, the royal Portuguese dynasty of Aviz (1385-1580) consisted of eight kings¹⁸ and, as mentioned above, the portraits in the medallions were copied from Friar Bernardo Brito's royal Portuguese portraits. Thus it is quite clear that the embroidery was meant to depict the Aviz kings. In the spaces between the branches with the royal medallions are musicians and dancers,

¹⁶ P. Moura Carvalho, "Patriotism and commemoration..." in *Luxury for Export...*, pp. 8-22.

¹⁷ In his article Pedro Moura Carvalho proposes a more exact attribution of the kings.

¹⁸ Avis dynasty (1385-1580): D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião and D. Henrique.

flowers and birds. They endow the field with a paradisiacal atmosphere. In addition to that, symbols like the sun, moon and stars were added to the sides of the top of the triumphal arch. These symbols were clearly understood as Christian on the Bengal colchas and were usually shown there in connection with the Virgin Mary. Another familiar Christian feature is the prominently placed self-sacrificing pelican present in the two upper corners of the middle-field and in the four corners of the outermost border.

The pelican features already in the medieval Physiologus as a symbol for self-sacrifice and *caritas*, both virtues of Christ's sufferings on the cross as redeemer of the world, but it also stands for the resurrection and the Eucharist. The pelican is a symbol of Christ who sacrificed his blood for humanity.¹⁹ It is one of the most popular motifs seen on art objects commissioned by the Portuguese in Asia and it was closely linked to missionary activities. Animal symbols were frequently used in the Asian missions. Between India and Japan the missionaries encountered native religions in which animals had a special importance or were even sacred.²⁰ By adjusting to the local traditions the Catholic faith was more easily understood by the indigenous people, to whom it may initially have been difficult to imagine worshipping a crucified and tortured body on a cross. Besides, as a symbol used for the Asian missions the pelican embodied the virtues of the missionaries, who were sacrificing themselves by spreading the true religion. In the Portuguese context the pelican is closely linked to D. João II, King of Portugal (1455-1495), whose personal symbol was the pelican which was linked to his motto: "*pola lei e pola grei*", (For law and people, meaning: I, the King, sacrifice myself for law and people – like Christ). Alongside the coat of arms and the cross of the Order of Christ, the specifically Portuguese version of the Templars that was created after the latter's extermination, the pelican became one of the symbols of the Aviz dynasty.

Secular and sacred meet in the symbol of the self-sacrificing pelican. The two possibilities do not exclude each other but complement each other and provide a certain ambivalence to the symbol, standing for the conquest of territory and souls of the newly "discovered" dominions. In this context the pelican is interpreted as a mythological, national and Eucharistic symbol stressing the messianic myth of the Portuguese expansion. D. João II was not the only ruler to use the pelican but he strengthened the symbol by linking it to his personal motto. Interestingly and fittingly, Philip II was compared to the pelican in the context of the war of independence of the Netherlands. The royal Spanish chaplain Pedro Cornejo for instance likens his king to the mythical bird when he

¹⁹ E. Kirschbaum, u.a. (ed.), *Lexikon Christlicher Ikonographie*, Rom, Herder, 1968-1972, vol. 3, p. 390.

²⁰ Markus Neuwirth, "Pelikan und Sonne als Zeichen der Expansion" in *Die Ästhetik des Staunens*, Habil., Innsbruck, University of Innsbruck, 1999, unpublished.

accuses the rebellious inhabitants of the Netherlands of supporting a liar and a hypocrite, William of Orange, instead of a mighty ruler who would preserve them (those blind and ungrateful children, possibly identified with the blindfold Cupid) "with blood from his own bosom like the pious pelican".²¹ Especially in the context of the programme of the arch on the colcha this parallel is telling. The self-sacrificing pelican can be read in direct connection with the Aviz kings depicted on the colcha but also alludes to the war of independence of the Netherlands and the just rule of the Spanish kings there. The surrounding decoration alludes to an ideal state and the Golden Age concept depicted similarly on other colchas.

The relationship between the three arches is full of tension: On the one hand there is the real arch, on the other two hands there are the print in the context of the *entrée solennelle* and the embroidered textile. The same form has been employed on three different media: ephemeral architecture, print and embroidery. We have seen what of the iconographic content was retained from the print and transposed onto the colcha. This affected the programme of the colcha. The commissioner surely knew the meaning of the iconography of the printed arch. By adding and by omitting information the iconography was modified. Not completely however, the figure of Discordia and Cupid retained their prominent positions. The branches including the portrait medallions of the Portuguese kings newly charged the architecture with content. The Netherlands merchant's programme thematising the problem of secession was adapted to the Portuguese situation and placed against the background of the general programme of the entry, the glorification of the Habsburgs and drawing of attention to the city of Lisbon.

Like the Netherlands, Portugal was part of the Habsburg Empire and felt neglected by the central authority. The two countries' reaction to this "neglect", which had oppressive tendencies, was different but shared similar results: eventually both countries became independent. The Spanish authorities were aware of the consequences a split on the Iberian Peninsula could have. As close relatives of the Portuguese dynasty, the Spanish Habsburgs had inherited the throne of Portugal and saw themselves as rightful heirs in continuity with the Aviz dynasty depicted on the colcha.²² Philip II's mother was an Aviz princess, he united the Iberian Peninsula, a dream that had been cherished by the Aviz kings. However, the long absence of the king from Lisbon and the subsequent loss of importance of the formerly glorious city fomented tendencies of independence within the

²¹ Pedro Cornejo, *Antiapología o contra defensa en dos partes dividida...*, quoted from: Rodriguez Perez, Y., "The Pelican and its ungrateful Children: The Construction and evolution of the Image of Dutch Rebelliousness in Golden Age Spain" in *Journal of Early Modern History*, vol. 11, Nos. 4-5, 2007, pp. 285-302.

²² Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no tempo dos Filipes*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Portuguese nobility headed by the Braganza family, the future royal dynasty. The programmes of the entry as well as the colcha include these feelings of neglect and abandonment.²³

The period during which the print and the colcha were produced was troublesome for Portugal. The country sought to attract the attention of the king who resided far from Portugal in Madrid. The programme of the festive entry as such emphasised the eminent importance of Lisbon and its overseas dominions and was destined to make this clear to King Philip III of Spain who was celebrated as the rightful heir of the Portuguese throne. Portugal wished to regain the importance that it had during the time of the Aviz dynasty as an independent and noteworthy kingdom with its seaborne empire. The colcha's allusions to the Golden Age (the paradisiacal surroundings, the hunt, the Christological symbols) during the reign of the Aviz dynasty and especially to the reign of D. João II are apparent.²⁴ Not incidentally, around that time, the literary term *saudades* was replete with symbolism.²⁵ In this context it was the collective longing of the Portuguese people, facing neglect within the Spanish Empire, for the return of their past Golden Age under the Aviz. Ironically the time period in question, the seventeenth century is considered to be the Spanish *siglo de oro*.

On the colcha the iconography of the print was transformed from a plea for peace by Flemish merchants to a call for attention of the Portuguese including an indirect threat of secession given the choice of the printed model. By adding the portrait medallions of the kings, the programme took a dynastic dimension and was adapted to the Portuguese political situation. Wearing the insignia of the Order of Christ, the kings were depicted as fighters for the true faith in their dominions represented in the borders. Their possessions were considered a bastion of Catholicism in all parts of the world where they were present. This is not only stressed by the kings in medallions as fighters of the true faith but also by the repeated use of the pelican a symbol for Christ. Due to the apparent political content of the textile, the person it was destined for was probably the Spanish king himself, as were the entry and the print, since he was considered to be the rightful heir of the Aviz dynasty and Philip II was occasionally interpreted as yet another "pelican". It was a call to the king to lead Portugal into a new Golden Age. However, it is not known whether he ever saw the textile and given the political developments – Portugal became independent – even if he saw it he did not seem to take the advice given seriously.

²³ N. Senos, "Na esperança..." in *Reales Sitios*, pp. 48-61.

²⁴ A. de Oliveira, "Para a história do embargo à publicação da obra de D. Agostinho de Vasconcelos, vida y acciones del Rei Don Juan el Segundo" in *O Instituto*, No 139, 1979, pp. 17-33. By the same author: "A censura historiográfica no período filipino: uma nota para o seu estudo", in *Revista Portuguesa de História*, n.º 22, 1987, pp. 171-184.

²⁵ See also: L. Eduardo, *Die Mythologie der Saudade*, Frankfurt a. Main, Suhrkamp, 2001.

As for dating the piece, I think the latest possible date of production is the early 1630s.²⁶ After 1640 when Portugal became independent again the choice of a programme exalting the Spanish kings would not make sense any more. In addition to that, the conquest of Hugli, near where the colchas were produced, by the Mughal forces in 1632 interrupted colcha production for at least two years since a large part of the Portuguese population was forcefully "diverted" to the Mughal Emperor's capital. What happened during their absence is not quite clear. It is certain that they returned soon after but had to share their influence and trading rights with other European merchants. This political change would undoubtedly have affected colcha production even if old patterns and designs could easily be reapplied if the right craftsmen were present. Another matter is taste. I think that around that time the "classical" Bengal colchas were not so popular any more since their designs no longer corresponded to high Baroque taste. This is also a question of market saturation. Instead of Bengal colchas, the more colourful floral colchas from Gujarat were preferred from the late 1630s onwards.

The composition and political references to the contemporary political situation on the Iberian Peninsula render the iconographic programme of this colcha unique and raise the question as to whether there were more colchas with such an overtly political content and whether the colcha was part of an ensemble. One has to keep in mind that the models, in the form of the image in the printed book, and ideas that shaped the colcha had travelled halfway around the globe in order to be produced. In order to be understood properly by the viewers, the finished product had to travel all the way back to Portugal, unless it was used in the Portuguese colonial context.

²⁶ Pedro Moura Carvalho has suggested that the colcha dates from after 1640.



Fig. 1. Bengal colcha (Inv. Nr. T20e4).
Courtesy of Isabella Stewart Gardner Museum, Boston.

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS RECENTES NO CONVENTO DOS AGOSTINHOS DE VELHA GOA E A QUESTÃO DA SEPULTURA DA RAINHA KETEVAN OU GUATIVANDA

SIDH MENDIRATTA *

Entre Janeiro e Junho de 2004, uma série de sondagens levadas a cabo pelo *Archaeological Survey of India* nas ruínas do convento de Nossa Senhora da Graça de Velha Goa permitiu identificar o local da capela do capítulo dentro das estruturas conventuais. Este texto tem por objectivo essencial descrever o contexto e acontecimentos em torno desse achado, nos quais o autor se encontrou directamente envolvido.¹

A importância da capela do capítulo dentro da casa-mãe da Congregação Oriental da província portuguesa dos Agostinhos prende-se com a edificação de uma narrativa missionária daquela ordem; constituía um “panteão” dos mártires e missionários notáveis da epopeia evangélica da ordem no Oriente, contendo as suas respectivas urnas.² Entre aqueles considerados mártires, contava-se a

* Faculdade de Arquitectura, Universidade de Coimbra.

¹ O autor efectuou em Goa o trabalho de campo para a sua Prova Final de Licenciatura “Memórias de um levantamento – O convento dos Agostinhos de Velha Goa”. Durante esse período (Setembro 2003 a Junho de 2004), estabeleceu-se uma colaboração com o *Archaeological Survey of India*, que financiou o trabalho arqueológico; com a Fundação Oriente, que patrocinou as despesas relativas ao levantamento topográfico; e com o *Goa College of Architecture*, que providenciou apoio técnico na fase de protecção e musealização das estruturas postas a descoberto.

² O convento dos Agostinhos estava situado no Monte Santo em Velha Goa. Foi fundado em 1572, tendo sido completamente reconstruído a partir de 1597. As suas dimensões são comparáveis às de S. Vicente de Fora em Lisboa. O convento foi encerrado em 1835, tendo sido posteriormente ocupado pelo hospital da Misericórdia e pelo Arsenal da marinha, antes ficar abandonado.

rainha Ketevan do Gorgistão. Na capela do capítulo estava depositada parte das suas ossadas, num sarcófago repartido com dois frades Agostinhos.³ A história da rainha Ketevan, e o modo como o seu percurso fatídico se cruzou com o dos frades Agostinhos vindos de Goa foi descrito em pormenor por Roberto Gulbenkian.⁴ Para efeitos de contextualização histórica, resumimos de forma muito sintética esse encontro.

A primeira missão Agostiniana ao Oriente chegou a Goa em 1572 e tinha como objectivo oficial estabelecer-se em Ormuz. A ordem acabou por fundar várias missões no espaço do Índico, fortalecendo-se bastante no período em que Frei Aleixo de Menezes foi arcebispo e governador do Estado da Índia. A partir de Ormuz, os missionários participaram em várias embaixadas ao Xá da Pérsia. Essas embaixadas tinham, em termos genéricos, os seguintes objectivos: manter o status quo em relação às posições portuguesas no golfo Pérsico; encorajar as guerras entre a Pérsia e o império Otomano; e procurar alargar a esfera missionária na Pérsia, com o intuito de alcançar os povos ortodoxos do Cáucaso.

Em 1614, a rainha Ketevan, do reino da Kakétia na Geórgia, é trazida para a cidade de Xirás como refém devido às guerras que há muito devastavam a zona do Cáucaso, região que Xá Abbas I da Pérsia procurava subjugar.

Em 1606, os Agostinhos tinham conseguido fundar uma missão na capital persa, Isfahan, e em 1623 chegam à cidade de Xirás. Aqui, Fr. Ambrósio dos Anjos conhece a rainha Ketevan, tornando-se seu confessor. Em Setembro de 1624, a rainha é morta por ordem do Xá. Os Agostinhos desenterram o seu corpo volvidos 3 meses e levam-no para o seu convento em Isfahan. Daqui, a maior parte das ossadas da rainha é levada para Gori, cidade do Cáucaso onde reinava Teimouraz, filho da rainha Ketevan e em revolta aberta contra Xá Abbas I. Este feito propicia a fundação da missão Agostiniana do Gorgistão, que se mantém em funcionamento durante cerca de 20 anos. Uma pequena parte das ossadas é levada para o convento de Nossa Senhora da Graça de Velha Goa e colocada numa urna tripla, na capela do capítulo.

Ao desabamento da abóbada da nave da igreja em 1846, seguiu-se o desmantelamento da torre esquerda da fachada principal cerca de 1865 e a progressiva ruína de todas as dependências do Convento. Em 1931, praticamente toda a fachada principal desaba, sobrando apenas uma parte da torre direita. A partir desta data, o sítio, completamente invadido pela selva, parece ter ficado adormecido até 1989.

³ As fontes históricas que mencionam as inscrições nas urnas e sepulturas situadas no convento dos Agostinhos de Velha Goa foram publicadas por Silva Rego. Em relação à capela do capítulo, vide A. da Silva Rego (ed.), *Documentação Para a História do Padroado Português do Oriente- Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947-1958, vol. XII, p. 90.

⁴ Roberto Gulbenkian, *Verdadeira relação do martírio da Rainha Guativanda*, Sep. *Anais da Academia Portuguesa da História*, 30 (1985).

Esta e outras urnas estavam ainda todas *in situ* em 1835, conforme se pode constatar através do inventário do recheio do convento realizado após o seu encerramento.⁵

Curiosamente, o texto de Roberto Gulbenkian (publicado em 1985) termina de forma profética, referindo a possibilidade de, num futuro próximo, se efectuar uma intervenção arqueológica de grande escala nas ruínas do convento, localizando a urna com as relíquias da rainha.

Em 1989 desencadearam-se contactos a alto nível entre a república da Geórgia e a Índia no sentido de se iniciar um trabalho de colaboração para a remoção dos escombros do convento.⁶

Este trabalho prosseguiu durante meados dos anos noventa e foi conduzido de forma precipitada e controversa. O objectivo primordial da operação era de facto encontrar as relíquias da rainha Ketevan e todas as restantes considerações arqueológicas e de protecção patrimonial ficaram relegadas para segundo plano.⁷ Infelizmente, a equipa que desenvolveu este trabalho não soube interpretar as fontes dos cronistas Agostinhos que referiam a urna da rainha como estante na referida capela do capítulo do convento. Erroneamente, concentraram as suas buscas na capela-mor da igreja do convento.⁸

Assim, com o alvorecer do século XXI e já com a igreja e claustro superior livres de escombros, esvaneceu-se o ímpeto de encontrar a urna da rainha. Os arqueólogos indianos limitaram-se a partir de então a efectuar uma relaxada manutenção da área escavada e a autorizar filmagens de *Bollywood* entre as ruínas.

Em Setembro de 2003, o autor contactou o *Archaeological Survey of India*, propondo uma cooperação pontual no âmbito de um levantamento topográfico das ruínas da igreja e claustro superior do convento de Nossa Senhora da Graça de Velha Goa.⁹ No seguimento desse acordo, reiniciou-se o trabalho de remoção

⁵ "Cópia dos Autos de Inventário de Todos os Bens Pertencentes ao Extincto Convento de Sto. Agostinho de Goa. 1835", HAG, Ms. 2127

⁶ Entre as várias pessoas da Geórgia que se associaram ao esforço de encontrar as relíquias da rainha Ketevan na Índia, salienta-se o ministro da cultura Irakli Menagarishvili, do Patriarca da Geórgia Ilia II, do cineasta Rezo Tabukashvili e do arqueólogo Alexander Noneshvili.

⁷ Entre as perdas mais dramáticas durante esta campanha está a de um conjunto de frescos pintados na parede da capela de Santa Clara de Montefalco, situada do lado direito da portaria do convento.

⁸ A zona da capela-mor sofreu intensamente, tendo-se perdido todo o pavimento original e as estruturas do altar que estavam decoradas com frescos.

⁹ Os primeiros contactos com o *Archaeological Survey of India* foram difíceis mas após negociação, acordou-se que, em troca de uma cópia do levantamento em suporte digital, os arqueólogos disponibilizavam uma equipa para efectuar 3 sondagens em locais estratégicos determinados em função das necessidades do levantamento. Um dos factores que pesou na negociação foi o facto das sondagens não serem consideradas oficialmente como escavações mas antes remoção de escombros, sendo que este tipo de actividade não necessitava de autorização central de Nova Delhi.

de escombros em três locais estratégicos das ruínas. A primeira área de escavação incidu na zona atrás da capela-mor.¹⁰ A segunda intervenção incidu num compartimento na ala poente do claustro superior.¹¹ E a terceira intervenção, entre o claustro superior e o claustro do noviciado, levou à “descoberta” da capela do capítulo.

Iniciada em Fevereiro de 2004, a terceira sondagem visava compreender as relações espaciais entre o claustro superior e o claustro do noviciado e a zona que se situava entre ambos. Não existia qualquer indicação sobre a função desse compartimento, embora tudo indicasse que fosse uma capela conventual devido às estruturas que se via sobre o nível dos escombros e que sugeriam a existência de um altar, voltado a nascente. Logo nos primeiros dias da escavação, surgiu uma sepultura pertencente a Manoel Sequeira de Matos com o respectivo brasão. Consultadas as já referidas crónicas Agostinianas que descreviam as diversas sepulturas do convento, confirmou-se que esta sepultura estava situada dentro da capela do capítulo.

À medida que se removeram os escombros, foram se encontrando as urnas referidas, pertencentes aos mártires e notáveis da Congregação Oriental. Estas estavam originalmente dispostas sobre os peitoris das janelas da capela. Algumas ainda estavam nessa posição enquanto outras tinham tombado para o pavimento.

Infelizmente, quando a escavação atingiu a segunda janela do lado da epístola da capela, apercebemo-nos que a urna conjunta da rainha Ketevan, de frei Jerónimo da Cruz e de frei Guilherme de Santo Agostinho, tinha desaparecido sem deixar rasto – ao invés das restantes 5 urnas, que estavam dentro do compartimento.

O mistério da localização da urna da rainha Ketevan no convento dos Agostinhos em Velha Goa ficou deste modo solucionado mas em seu lugar surgiu um desafio bastante mais complexo.

Quando foi a sua urna retirada do sítio e para onde terá sido levada?

¹⁰ A primeira sondagem a ser iniciada teve lugar por detrás da capela-mor. Esta zona apresentava-se confusa, não apenas pela presença de duas aberturas sob a estrutura do retábulo mas também pelo facto de não se compreender o remate de toda a cabeceira da igreja. Encontrou-se de facto um compartimento por detrás do retábulo, com dois acessos verticais para um camarim profundo. No camarim estaria o tabernáculo com o santíssimo sacramento e no compartimento por de baixo estariam provavelmente relíquias ou paramentos de altar. Para além das paredes da cabeceira da igreja, encontrou-se algumas estruturas, nomeadamente, os muros da propriedade, uma entrada de serviço entaipada e um canal de escoamento. Toda esta área foi protegida com uma cobertura provisória.

¹¹ A segunda sondagem foi efectuada na ala nascente do claustro superior. Nesta operação, a questão essencial era confirmar a existência de um acesso vertical para os pisos superiores, onde estavam as celas dos frades. Após a escavação, os novos dados foram igualmente introduzidos no levantamento.

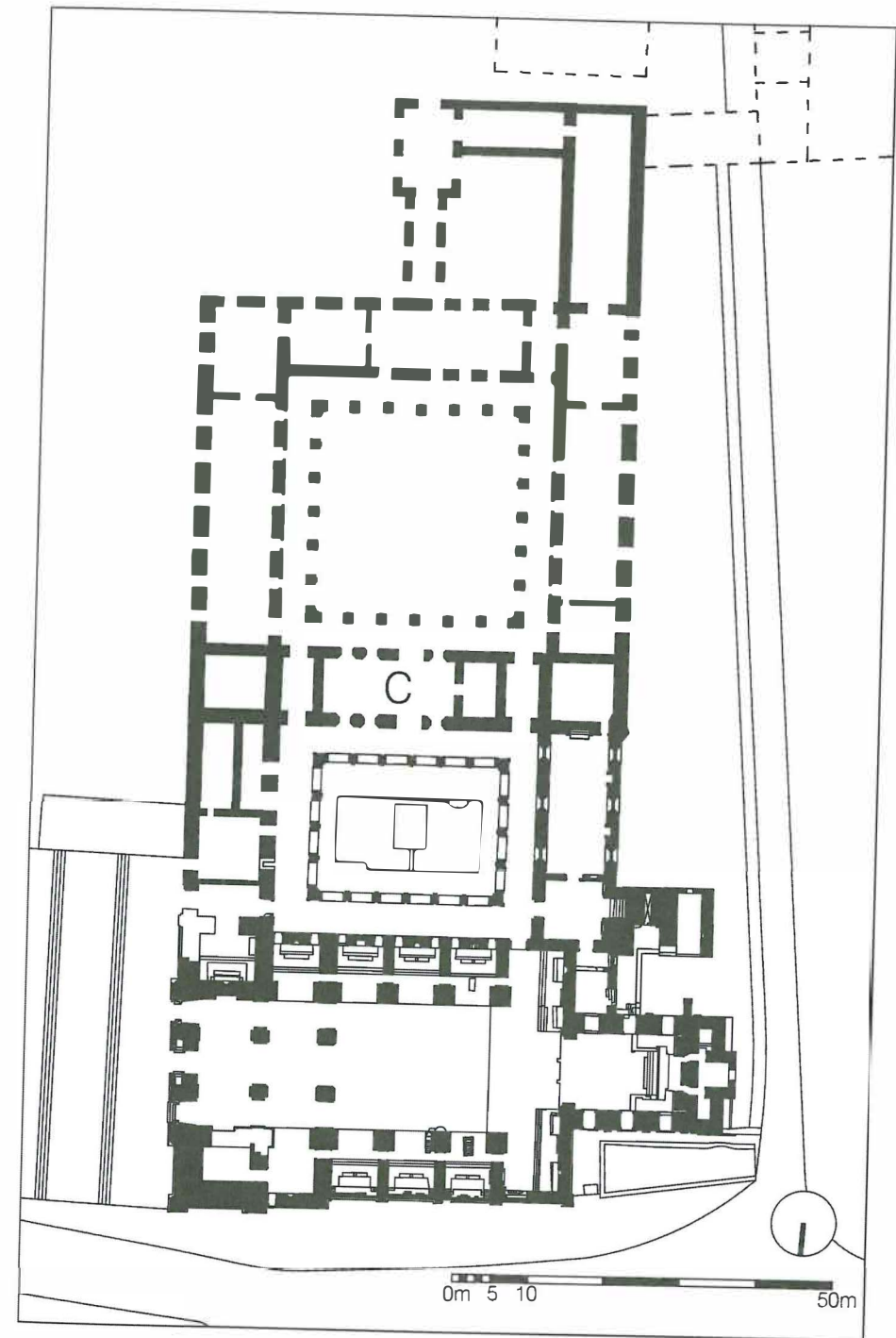


Fig. 1. Planta de Implantação do convento de Nossa Senhora da Graça de Velha Goa. A letra C assinala o local da capela do Capítulo.



Fig. 2. Aspecto da nave da igreja do convento de Nossa Senhora da Graça em Fevereiro de 2002.



Fig. 3. Vista da capela do Capítulo durante a escavação, em Março de 2004. Do lado esquerdo vê-se a sepultura de Manoel de Siqueira e Matos.



Fig. 4. Urna de Fr. João da Cruz na capela do Capítulo.

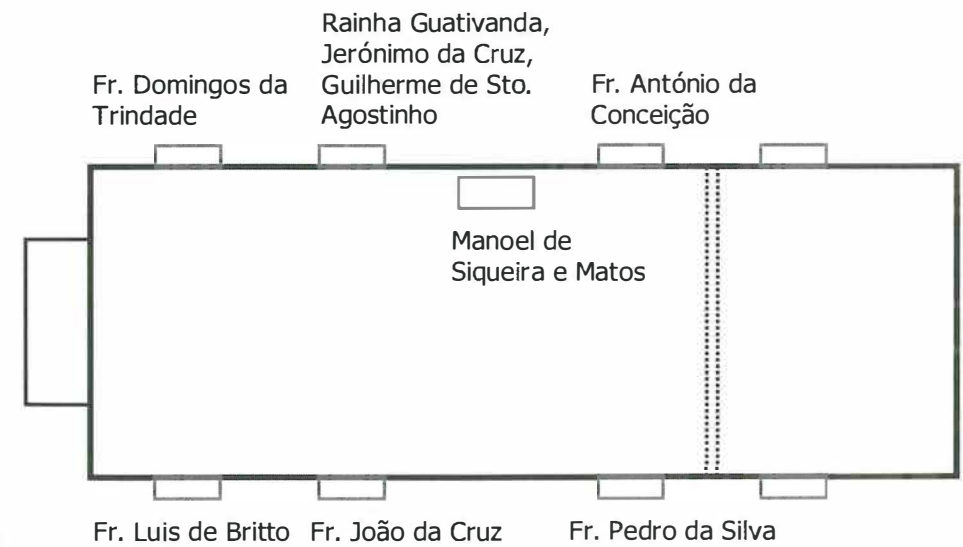


Fig. 5. Desenho esquemático com as urnas e sepultura da Capela do Capítulo.

SOME REFLECTIONS ON THE PORTUGUESE IN THE INDIAN OCEAN TRADE

OM PRAKASH*

I argue in this brief paper that the widely held perception in the literature that the Estado da Índia and the private Portuguese traders were essentially inconsequential participants in the Indian Ocean trade in the early modern period is a completely false perception. The volume and value of trade carried on by the Portuguese between Asia and Europe as well as that within Asia in the sixteenth and the first half of the seventeenth century was in all probability less, and possibly substantially less, than that carried on by the Dutch and the English East India companies in the seventeenth and the eighteenth centuries. But it nevertheless was fairly substantial in both value and volume and should not be dismissed lightly as being altogether inconsequential. It should also be recognized that at a qualitative level, the Portuguese were responsible for some important innovations and new initiatives in the organizational structure of the Indian Ocean-South China Sea trading complex. To mention only one such initiative, the Portuguese private traders operating under the concession system were instrumental in the restoration of the lost tradition of the long distance Asian maritime trade.

Perhaps even more important from a researcher's point of view is the consideration that analytically speaking, the reconstruction of the Portuguese trade flows both within Asia as well as between Asia and Europe, is a much more challenging, and, therefore, more interesting, as a project than the reconstruction of corresponding trade flows for either the Dutch or the English East India companies. This is essentially because the quantitative as well as the qualitative data base in respect of the Portuguese enterprise is extremely limited due largely to the 1755 earthquake which nearly destroyed the Casa da Índia's records. The

* Delhi School of Economics, University of Delhi.

researcher, therefore, is at a great disadvantage in comparison with the Dutch and the English enterprises, where a ship by ship reconstruction of the trade flows is possible in respect of all regions and all periods. From the perspective of someone like myself whose principal interest over the years has been the Dutch and, to a smaller extent, the English enterprises in the East, the Portuguese case is an exceedingly challenging one. One must, therefore, begin by paying tribute to the ingenuity of pioneers in this field whose work has enabled one to make substantive advances subsequently. The pioneers whose work one draws upon include people like Herman Kellenbenz, Frederic Lane, Magalhães Godinho, Charles Boxer, Geneviève Bouchon, Niels Steensgaard and Luís Felipe Thomaz, among others.

Traditionally, the Portuguese Euro-Asian trade is believed to have consisted overwhelmingly in the procurement of pepper in Asia, mainly India. From the very beginning, the Portuguese government had formed a syndicate for trade with Asia, in which both the Crown and certain private interests participated. But from 1506 onward, the trade in precious metals from Portugal to India, and that in pepper and other major spices in the reverse direction, was reserved as a royal monopoly. As is well-known, the mounting liquidity problems of the Crown forced a major reorganization of the trade with Asia in 1564 when the first of a series of contracts giving over trade on the Cape route to private parties was concluded. The remaining part of the century witnessed a variety of experiments carried out in an attempt to identify the optimal strategy that would ensure the Crown maximum monopoly revenue without obliging it to be directly involved in the conduct of the trade with Asia. One of these experiments was the introduction of the Asian contract system in 1575. Under this arrangement, Konrad Rott, a German from Augsburg and his associates received intact the royal monopoly of the Cape route including the procurement of spices in Asia, their shipment to Europe, the provisioning of the carracks in Lisbon and Goa, and the distribution of the pepper in Europe.

I referred earlier to the problem of the reconstruction of the Portuguese Euro-Asian trade flows. As far as the return cargoes from Asia are concerned, information regarding value is totally missing and one has to depend entirely on movements in shipping and tonnage and on some data on the volume of these cargoes. Following the earlier work of Magalhães Godinho and Niels Steensgaard, about twenty years ago T. Bentley Duncan presented a new series of shipping movements between Portugal and Asia. This series largely superseded earlier work not only because of its more comprehensive data base but also because it provided, in addition, the movement of shipping in the reverse direction i.e. Goa-Lisbon, as well as the extent of losses on the way. Even more importantly, by carefully putting together the available information on the type of ships, the manner of their employment, the number of people aboard and the quantity of cargo carried, Duncan produced a plausible tonnage series as a

counterpart to his shipping movement series. The important conclusion that his tonnage series brought out is that an increase in the average tonnage of the ships employed in the Portugal-India run overtime more than neutralized the decline in the number of ships employed. Duncan's work would thus cast serious doubt on the validity of the generally held notion of a decline in the Portuguese India-Europe trade in the latter half of the sixteenth century. As far as the composition of the return cargo is concerned, there is general agreement that in the early part of the sixteenth century, pepper overwhelmingly dominated the return cargo – say between 85 and 95 percent depending on whether one is looking at volume figures or value figures. But later in the sixteenth century, pepper would seem to have accounted for less than 70 percent with a growing role for commodities such as indigo and Sri Lankan cinnamon. Textiles were also seen to be becoming more important.

This largely traditional interpretation of the available data, however, received a severe jolt with the publication in 1993 of James Boyajian's *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*. In my view, this book, like Duncan's 1986 article, needs to be recognized much more than has happened so far in the profession, although scholars like Ernst van Veen have indeed made use of them. Basically, Boyajian argued that between 1580 and 1640, the volume and value of the Portuguese Euro-Asian trade was in fact much larger than has traditionally been believed. At the heart of Boyajian's analysis is his almost revolutionary revision of current orthodoxy in the matter of the relative role of the private Portuguese traders in the Euro-Asian *carreira* trade. According to Boyajian, private cargoes on the account mainly of the New Christian merchants, accounted for an almost unbelievable 90 percent of the total value imported over the period 1580-1640 from Asia. By far the most important constituent of this cargo was textiles, accounting for as much as 62 percent of the total imports value-wise, followed by items such as precious stones (14 percent), pepper (10 percent), indigo (6 percent) and spices other than pepper (5 percent). It is indeed true that the evidence base of Boyajian is somewhat weak, a subject that I have analysed in some detail elsewhere. But even if one argues that the extent of private trade was less than what Boyajian suggests it was, it nevertheless puts the primacy of pepper in the import cargoes into Lisbon in grave doubt. Incidentally, since that was precisely the ground on which Steensgaard had characterized the Portuguese enterprise in Asia as being essentially redistributive in character, Boyajian's work also puts a big question mark on that characterization.

What about the Portuguese participation in trade within Asia that they often described as "trade from India to India"? Boyajian's work is also of great importance in this regard. While a part of the Portuguese intra-Asian trade fed the Euro-Asian trade, a large part was simply aimed at making a great deal of profit. Initially, the Crown had participated in this trade but had withdrawn completely by about 1550. The principal participants thereafter were the Casado merchants

operating under the protection and the jurisdiction of the Estado da Índia on the basis mainly of the concession system.

The scale of this trade was quite large and it embraced practically all the major segments of the Indian Ocean – South China Sea trade. As an example, I would draw attention to the famous Goa-Malacca-Macao-Nagasaki concession voyage started in the 1550s. This voyage resumed the practice of long distance Asian maritime trade by which I mean a single voyage connecting all the three geographical segments of Asian trade, namely the Western Indian Ocean, the Bay of Bengal and the South China Sea. This was a tradition that had been lost ever since the cessation of the Cheng-Ho voyages in the 1430's.

CALICUT, THE INTERNATIONAL EMPORIUM OF MARITIME TRADE AND THE PORTUGUESE DURING THE SIXTEENTH CENTURY

K. S. MATHEW*

Calicut was a widely known international port town of the east west axis of the emporia trade connecting Malacca with Venice on the Adriatic. The visitors of the fifteenth century found it the most important port town of the whole of India. As reported by Affonso de Albuquerque in 1512, it was the chief emporium of Cairo. Linschoten noted that the town of Calicut was in the past the most famous town in all Malabar or India. Merchants from various parts of the world crowded together at Calicut to take part in the international maritime trade. Even when the Gujaratis who met Vasco da Gama on the East African coast and offered whatever spices they wanted and dissuaded the Portuguese from going over to Calicut, Vasco da Gama did not fall prey to their insinuations and insisted on proceeding to his destination. The Portuguese contacted the Zamorins from time to time to come to terms with them and establish a fortress and their settlement even after suffering a lot of harm from them. This shows the great stake of the Portuguese at Calicut. But the Dutch and the French visitors to Calicut towards the end of the sixteenth and the beginning of the seventeenth century understood that when the Portuguese began to prosper in their enterprise and to get possession of the country, and so masters of the sea, Calicut began to decay and to lose both name and traffique. They were of the opinion that by the close of the sixteenth century it was one of the towns of least account in all Malabar. In other words, the decline of trade at Calicut during the sixteenth century and its fall from the earlier position are closely connected with the Portuguese. It may be said that the scholars of Indo-Portuguese studies have done little attempt to

* IRISH, Kannur University.

study the vicissitudes of Calicut against the backdrop of Portuguese activities in the Indian Ocean and especially on the Malabar coast. We shall therefore address ourselves to the condition of the port town of Calicut before the arrival of the Portuguese and at the close of the sixteenth century based on contemporary sources.

Calicut before the arrival of the Portuguese

The port of Calicut from the second half of the thirteenth century till the second half of the fifteenth century occupied a significant position in the international maritime trade. It had a bustling trade and became a centre of competition chiefly between the Arab and Chinese merchants. It attracted the attention of a number of travellers like Marco Polo, the Venetian, Ibn Batuta, Mahuan, Chengo He, Abd Er Razzak, Athanasius Nikitin, the Russian, Nicolo Conti, and Hieronimo di Santo Stefano, and so on in the pre-Portuguese period. The kingdom of Calicut extended itself from Pudukattanam in the North to Parappanangadi in the south including the ports of Tricodi, Pantyalayani, Kappakkat, Calicut, Chaliyam, Ponnani and Chetwai.¹

Rise of the port as a center of trade with the ports of the Adriatic Sea via Cairo and Alexandria owes, to a great extent, to the turn of events in West Asia.² In February 1258 the city of Baghdad was stormed by the Mongols. The Caliph at Mustasin was killed. Hulagu declared the abolition of the Abbasid Caliphate. This political collapse caused a commercial decline. The area of the Persian Gulf lost its important role in the trade of the Arabian Sea. Egypt under its vigorous Mamluk Sultans assumed control and Arab traders began to sail from a revived Aden to the newly established Calicut. By 1344 Calicut had emerged as one of the chief harbours of Malabar where people from China, Sumatra, Ceylon, the

¹ The original seat of the Zamorin's family was in a village in the Ernadu Taluk. The head of the house was known as Nediyruppu Mutta Eradi, a title enjoyed by the ruling Zamorin. Under the Chera rulers of Tiruvanchikkulam the Mutta Eradi governed Ernadu with the title of Ernad Utaiyar. Later Ernad Utaiyar became *Swarupi* or independent king and his family came to be known as Nediyruppu Swarupam. The members of the Nediyruppu *Swarupam* belong to the Eradi subdivision of the *Samanta* section of the Nayar group. When the Zamorin conquered Polanadu, his family transferred its residence to Vikaramapuram, founded by him. The Ampati Kovilakam or the palace of the princesses or *Tampuratis* was built west of Tali. Tali was the centre of the new town. Ref. K. V. Krishna Ayyar, *The Zamorins of Calicut*, Calicut, 1999, pp.14-15.

² "Calicut came into prominence as a centre of trade during the second half of the thirteenth century. This was the outcome of a remarkable transformation in the course and character of Asian Trade. Before this time, the ports of the Persian Gulf had maintained predominance in the commerce of the Arabian Sea. Vessels had usually sailed from Bassora and Hormuz to Quilon and Colombo. Quilon had been the centre especially for the numerous junks from China." Ashin Das Gupta, "Malabar in 1740" in *Bengal Past and Present*, No. 80, 1960, p. 90.

Maldivian Islands, Yemen and Fars came. It is reported that merchants from all quarters of the globe came together at Calicut. It is further stated by Ibn Batuta that the harbour of Calicut was one of the largest in the world.³ The port of Calicut had a *Shahbundar* or the head of the merchants and his deputy.⁴

By the forties of the fifteenth century Calicut turned out to be a secure harbour, like Ormuz bringing together merchants from various countries including the maritime centres of trade on the East African coast. Precious commodities from Abyssinia, Zirbad, and Zanguebar and other places were brought to Calicut without any fear. Security was assured in the port to any body interested in having trade with Calicut. The merchants were accustomed to spend shorter or longer time in the port town as they liked. The officers of the customs house kept watch on the commodities brought by the merchants. The customs duties were collected only when the commodities were sold.⁵ By the first half of the fifteenth century Calicut became known as a maritime city, a noble emporium for all India abounding in pepper, lac, and ginger, a large kind of cinnamon, myrobalans,

³ Mahdi Husain (ed.), *The Rehla of Ibn Battuta*, Baroda, 1976, p. 188. A few works on Calicut for popular reading have appeared a) M. G. S. Narayanan, *Calicut: the City of Truth revisited*, Calicut, 2006; M. G. S. Narayanan, *Kozhikodinte Kadha* (Malayalam), Kozhikode, 2001; V. Kunhali (ed.), *Calicut in History*, Calicut, 2004.

⁴ "The Raja (sultan) is a heathen called Zamorin (*Samiri*). He is an old man and shaves his beard like of the Europeans, I saw him in Calicut... The head of the merchants in this town is Ibrahim, the *Shahbundar* from Bahrein, an accomplished man of great attributes; at his house the merchants meet and at his *simat* they dine. The judge of Calicut is Fakhr-ud-din Usman, a man of learning and high-minded generosity and the keeper of the hospice is Shaik Shihab-ud-din of Kazerun, to whom are brought the votive offerings which the inhabitants of India and China make to Shaik Abu Ishaq al-Kazeruni. ... In Calicut lives the ship-master, Misqual, whose name is widely known. He possesses great riches and many ships for trading purposes in India China, Yemen and Fars." Mahdi Husain, *The Rehla...*, p. 189.

⁵ R. H. Major, *India in the fifteenth century*, London, 1857, pp. 13-14: "Calicut is a perfectly secure harbour, which, like that of Ormuz, brings together merchants from every city and from every country; in it are to be found abundance of precious articles brought thither from maritime countries, and especially from Abyssinia, Zirbad, and Zanguebar, from time to time ships arrive there from the shores of the House of God and other parts of the Hedjaz, and abide at will, for a greater or longer space, in this harbour; the town is inhabited by Infidels, and situated on a hostile shore. It contains a considerable number of Mussulamauns, who are constant residents, and have built two mosques, in which they meet every Friday to offer up prayer"... Security and justice are so firmly established in this city, that the most wealthy merchants bring thither from maritime countries considerable cargoes, which they unload, and unhesitatingly send into the markets and the bazaars, without thinking in the meantime of any necessity of checking the account or keeping watch over the goods. The officers of the custom-house take upon themselves the charge of looking after the merchandise; over which they keep watch day and night. When a sale is effected, they levy a duty on the goods of one-fortieth part, if they are not sold, they make no charge on time whatsoever". He states further, "But at Calicut, every ship, whatever places it may come from, or where it may be bound, when it puts into this port is treated like other vessels and has no trouble of any kind to put up with." R. H. Major, *India...*, p. 14.

and zedoary. The women of Calicut [Hindus] practised polyandry. When one of the men visited the woman, he was expected to leave some mark at the door of the house which was an indication for the next man who came to visit her that he should leave the place without any remonstrance. The matrilineal inheritance was also practised in Calicut. The women did not stay with her husband.⁶ Towards the third quarter of the fifteenth century Calicut (Calicut) became a port for the whole Indian sea.⁷ The polyandrous relations of local women at Calicut (probably *sambadam*) have been reported by the foreign travellers even in the last quarter of the century. There is also some hint to the pre-puberty ceremony *talikettukalyanan* in vogue among the women of Calicut. Abundance of pepper and ginger in Calicut had been noted by the travellers.⁸

Sea-Borne trade of Calicut

Calicut right from the thirteenth century developed as a major centre of international maritime trade. Calicut and Khambatt were the two important centres of trade on the western coast of India during the pre-Portuguese period as far as international maritime trade starting at Malacca and going so far as to the ports of the Adriatic sea namely Venice and Genoa.⁹ The sea-borne trade that thrived in Calicut during this period had two different directions, one that stretched to the Red Sea regions and the other to China Sea.

With the abolition of Abassid Dynasty and the subsequent decline of the trade of the Persian Gulf regions the Red sea Regions developed active commercial relations with Calicut. It was reported that there was continuous sailing from Calicut to Mocha laden with pepper during the first half of the fifteenth century.¹⁰ The major group of traders that had a great stake in the port of Calicut constituted the Al-Karimi merchants. Calicut was the principal centre of trade for the Al-Karimi merchants from Cairo¹¹. A few of the merchants from Cairo settled down in Cambay and from there they came to the Malabar coast.¹² Qus near Cairo was in fact an important emporium of Indian commodities in which the Karimi merchants traded. They held some sort of a monopoly of trade between Yemen

⁶ Nicolo Conti, ref. R. H. Major, *India...*, pp. 19-20.

⁷ Athanasius Nikitin, ref. R. H. Major, *India...*, p. 19.

⁸ Hieronimo di Santo Stefano, ref. R. H. Major, *India...*, pp. 4-5.

⁹ K. N. Chaudhuri, *Trade and Civilisation in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*, Delhi, 1985, p. 99 ff.

¹⁰ Abd-Er. Razzak, ref. R. H. Major, *India...*, p. 19.

¹¹ S. D. Goiten, "New Light on the Beginnings of the Karim Merchants" in *Journal of the Economic and Social History Review of the Orient*, vol. 1, Leiden, 1958, p. 181.

¹² Tomé Pires, *The Suma Oriental of Tomé Pires and the Book of Francisco Rodrigues*, vol. 1, New Delhi, AES reprint, 1990, pp. 41-42.

and Cairo where they had their headquarters.¹³ Ali Ibn Muhammad Kalyubi who died in 1492 was one of the rich Karimi merchants who had trade with Calicut in the second part of the fifteenth century.¹⁴ The measures taken by Sultan Barsbay in the fifteenth century to establish a state monopoly over the spice trade in the Mamluk Egypt dealt a fatal blow on the Karimi merchants and consequently a number of them left for India and settled down on the Malabar coast.¹⁵ Calicut, as the centre of Arab trade, became the pivot in the exchange between Eastern and Western Asia.

This direction of trade from Calicut had a very important ramification. Every season about ten to fifteen ships loaded with pepper, ginger, cinnamon, cardamom, myrobalans, tamarinds, canafistula, precious stones of every kind, seed pearls, musk, ambergris, rhubarb, aloes-wood, great store of cotton cloths and porcelains sailed to Aden, and Mocha. Some of the goods were sold to the merchants from these places and from Jidda. The commodities were loaded there into small vessels which proceeded to Toro and from there to Cairo and Alexandria. Further they were sent to Venice from where these commodities were taken to various parts of Europe. On the return voyage from Jidda copper, quicksilver, vermilion, coral, saffron, coloured velvets, rosewater, knives, coloured camlets, gold, silver and so on were taken to Calicut. The ships used to set sail from Calicut in February and return in the middle of August to the middle of October. The king used to take great interest in this trade. He regularly assigned a Nair to be at the service of the merchants coming to Calicut. The Chetty clerk was appointed to look after the accounts. A broker was also arranged to take care of the supply and sale of goods.¹⁶

Calicut was known to the Chinese as Ku-Li-Fo. "Ku-Li-Fo is the most important of all the maritime centres of trade. It is close to His-lan (Ceylon) and is the principal port of the Western Ocean".¹⁷ The Chinese merchants were in great number found in Calicut. Till the twenties of the fifteenth century they had a factory at Calicut. The king of Calicut is reported to have ill-treated the Chinese merchants in the first half of the fifteenth century and therefore they ceased to come to Calicut. The Chinese trade with Calicut was considered to be

¹³ Walter J. Fischel, "The Spice Trade in Mamluk Egypt" in *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 1, Leiden, 1958, pp. 162-63.

¹⁴ Gaston Wiet, "Les Marchands D'Epices sous les Sultans Mamlouks" in *Cahiers D'Histoire Egyptienne*, serie VII, Fasc.I, Cairo, 1955.

¹⁵ Eliyashu Ashtor, "The Venetian Supremacy in Levantine Trade: Monopoly or Pre-colonialism?" in *The Journal of European Economic History*, vol. 3, no. 1, Rome, 1974, pp. 21, 27.

¹⁶ Duarte Barbosa, *The Book of Duarte Barbosa*, vol. II, Nendeln/Liechtenstein, 1967, p. 77.

¹⁷ W. W. Rockhill, "Notes on the Relations and Trade of China with Eastern Archipelago and the Coast of the Indian Ocean during the fourteenth century" in *T'oung Pao*, IV, Part II, Leiden, 1915, p. 454.

very active and prosperous.¹⁸ The Chinese eunuch Cheng He and his companions visited the Zamorin in A.D. 1407 and conveyed to the king letters patent conferring on him (the title of vassal king) and different gifts to his highest officers and to all of them hats, girdles and carved stones.¹⁹ It is reported in the Chinese source *Yu'ing yai sheng lan*: "All the merchandise brought here by Chinese junks is under the control of the two high officers who send brokers to come to an understanding as to the prices, which are not subsequently changed. And their mode of counting is to rely solely on the bending of the fingers and they do not make an error of a fraction. In trading, they use six-tenths fine gold coins called *pa-nam* (*fanam*) weighing two candareems and with writing on both sides..."²⁰ The native products included pepper which was raised in gardens.²¹ The Chinese trade with Calicut continued till the end of the first quarter of the fifteenth century. With the withdrawal of the Chinese and the end of long voyages the pattern of Asian trade as it stretched from the ports of China to the ports of Red Sea, was therefore rearranged.

Besides the Al-Karimi and Chinese merchants, a number of others from various parts of the world visited Calicut and conducted trade with the port. There were very many Moorish merchants, several traders from Mocha, Tenneserim, Pegu, Ceylon, Sumatra and Jawa, Ormuz, Persia, Arabia Felix, Syria, Turkey, Ethiopia and from various parts of India like Vijayanagar, Bengal, Bhatkal, Kayamkulam, Dabhul, Chaul, Coromandel coast and Cambay who came to Calicut for the sake of conducting trade.²² Thus Calicut was in deed an international emporium of trade prior to the arrival of the Portuguese and the subsequent encounters.

¹⁸ "Some 80 or 90 years ago, they had a factory in Calichut. Having been outraged by the king of that place, they rebelled and gathering a large army came to the city of Calichut and destroyed it. From that time up to the present day they have never come to trade in the said place... There were more business men there when the people of China used to go there for trade... They are very dynamic people who at one time were having much trade in Calichut. But once it happened that the king of Calechut badly received them. So they went off from there but shortly returned and killed many of the inhabitants of the town of Calechut and afterwards they have never returned" ref. Antony Vallavanthara, *India in 1500 A.D. - The Narratives of Joseph the Indian*, Mannanam, 1984, pp. 196-199.

¹⁹ W. W. Rockhill, "Notes on the Relations..." in *T'oung Pao*, p. 455.

²⁰ W. W. Rockhill, "Notes on the Relations..." in *T'oung Pao*, pp. 457-58.

²¹ W. W. Rockhill, "Notes on the Relations..." in *T'oung Pao*, p. 459.

²² Ludovico di Varthema, *The Itinerary of Ludovico di Varthema of Bologna from 1502-1508*, London, 1928, p. 61.

Brokers and the way of making sale

As noted above the Zamorin took great interest in conducting trade efficiently. He appointed even brokers to help the merchants collect. The way in which the brokers effected a deal between the buyers and the sellers of the products attracted the attention of foreign visitors. The commodities brought by the foreign merchants were kept under the care of two high officers of the king of Calicut. They used to send the brokers to the buyers and sellers and the price was agreed upon solely on the bending of the fingers without committing any error.²³ The details of the way in which the agreement of the sale reached, are brought to our knowledge through the observation of an Italian traveller.

The merchants have this custom when they wish to sell or to purchase their merchandises, that is, wholesale.

They always sell by the hands of the Cortor (Portuguese mercador) or of the Lella (Arabic, Dallah, dealer) that is, of the broker. And when the purchaser and the seller wish to make an agreement, they all stand in a circle, and the Cortor takes a cloth and holds it there openly with one hand, and with the other hand he takes the right hand of the seller, that is, the two fingers next to the thumb, and then he covers with the said cloth his hand and that of the seller and touching each other with these two fingers, without saying "I will have so much" or "so much". But in merely touching the joints of the fingers they understand the price and say: "Yes" or "No". And the Cortor answers "No" or "Yes". And when the Cortor has understood the will of the seller, he goes to the buyer with the said cloth, and takes his hand in the manner above mentioned, and by the said touching he tells him he wants so much. The buyer takes the finger of the Cortor, and by the said touches says to him: "I will give him so much". And in this manner they fix the price".²⁴

Shipbuilding and Navigation

Calicut (Beypore) was considered to be the best centre for shipbuilding during the period before the arrival of the Portuguese. Calicut has been reported

²³ The Chinese eunuch Cheng He and his companions visited the Zamorin in A.D. 1407 and conveyed to the king letters patent conferring on him (the title of vassal king) and different gifts to his highest officers and to all of them hats, girdles and carved stones ref. W. W. Rockhill "Notes on the Relations and Trade of China with Eastern Archipelago and the coast of the Indian Ocean during the fourteenth century. It is reported in the Chinese source *Yu'ing yai sheng lan* that all the merchandise brought here by Chinese junks is under the control of the two high officers a who send brokers to come to an understanding as to the prices, which are not subsequently changed. And their mode of counting is to rely on the bending of the fingers and they do not make an error of a fraction", *T'oung Pao*, IV, part II, p. 454.

²⁴ L. Varthema, *The Itinerary...*, pp. 67-68.

to have good timber in great abundance surpassing the supply of timber in Italy. The availability of good variety of timber suitable for the building of ships in the interior places like Nilampur and the possibility of transporting it from the interior to Calicut through riverine traffic are well known. Kallayi is famous for the treatment of timber in water. Kallai River was the major means of bringing timber from the interior places to the areas of shipbuilding.

The tonnage of the ships varied from three hundred to four hundred butts as observed by Ludovico di Varthema.²⁵ In the days of prosperity i.e., before the arrival of the Portuguese, the shipyard at Calicut built keeled ships of one thousand to one thousand two hundred *bhares*' tonnage.²⁶ It was observed by Ludovico di Varthema that the shipbuilders at Calicut did not put any oakum between one plank and the other but, they were experts in planking the ships perfectly watertight. They used a lot of iron nails according to Varthema though the general observation of visitors is that the use of iron nails for the building of ships was not common on the Malabar coast before the arrival of the Portuguese. Thus for example, Duarte Barbosa who was in India since 1503 while speaking about shipbuilding in Calicut before the arrival of the Portuguese firmly asserts that the ships were built without any iron nails. He adds: "...the whole of the sheathing was sewn with thread, and all upper works differed much from the fashion of ours, they had no decks".²⁷ The sails of the vessels made in Calicut were of cotton and there was always an extra sail besides the main. This was spread when the navigators wanted to catch more wind. This was something different from the practice in Europe where only one sail was used.²⁸

Marble pieces were used as anchors for the vessels built in Calicut. Anchors of this type eight palms long and two palms broad and thick were tied to the vessel through two large ropes.²⁹ Several types of vessels were found in Calicut during the period before the arrival of the Portuguese. The flat-bottomed vessels known as Sambuk were manufactured at Calicut. Vessels with bottom like those of Italy were also employed in Calicut for navigation. They were called *kapal*. Another variety was called *parao* (*prahu*) measuring ten paces made of a single piece of timber. Boats of this type were propelled by oars. The mast for such boats was made of cane. Similarly ferry-boats made of one piece of timber called *almadia* were also built in Calicut. Another sort of vessel made of a single log was propelled by oars and sails. This measured twelve to thirteen paces in length. All these vessels made of single piece of timber had a very sharp opening and

²⁵ L. Varthema, *The Itinerary*..., p. 62.

²⁶ D. Barbosa, *The Book*..., vol. 2, p. 76.

²⁷ D. Barbosa, *The Book*..., vol. 2, p. 76.

²⁸ L. Varthema, *The Itinerary*..., p. 62.

²⁹ L. Varthema, *The Itinerary*..., p.62.

were fast in movement. They were called *chaturi* and excelled Italian galleys, *fusta* (foist) or brigantines. The corsairs must have used vessels of this nature.³⁰

Navigation from Calicut was governed by monsoon. It was possible only for eight months in the year, namely from September to April. Navigation is not possible from May to August on account of the fury of South West monsoon. The vessels crossed Cape of Cumerin and entered another course of navigation during this period. Very heavy showers were common during the months of May, June, July and August in the period before the arrival of the Portuguese.³¹

The scenario that emerges from the discussion above underlines the view that Calicut before the arrival of the Portuguese, or during the period of its prosperity was a port bustling with international and long-distance maritime trade attracting merchants from far and wide. Merchants from China, various parts of West Asia, African coast and from all over coastal regions of India found their way to Calicut. The commodities from Calicut to the West were taken chiefly via Red Sea to the international emporia of Cairo, Alexandria and Venice.

CALICUT AFTER THE ARRIVAL OF THE PORTUGUESE

1. The First Portuguese Factory

Pedro Álvares Cabral who reached Calicut on 13 September 1500 with a mission to open a factory at Calicut succeeded in obtaining a place for the same from the Zamorin. Aires Correa was appointed as the factor. He was given a Gujarat merchant to instruct him in the customs and manners of the country.³² After several discussions a treaty was concluded and a factory near the sea was opened where the Portuguese flag was hoisted. The Zamorin signed two copies of the treaty, one on silver plate with gold seal and the other on copper plate with brass seal. The former was to be taken to the Portuguese king and the latter to be kept in the factory at Calicut.³³ In the ensuing fight between the Portuguese and the local merchants, the Portuguese factor with fifty men was killed and the factory was razed to the ground.³⁴ Being apprised of the sad event, Vasco da Gama came in 1502 for the second time to Calicut with a fleet of twenty five

³⁰ L. Varthema, *The Itinerary*..., pp. 62-63.

³¹ L. Varthema, *The Itinerary*..., p. 62.

³² Fracanzano Montalbodo, *Paesi Novamente Retrovati & Novo Mondo da Alberico Vesputio Intitulato, Venezia, 1597, Facsimile*, London, 1916, p. 90.

³³ *Cronica do Descobrimento e conquista da India pelos Portugueses*, Coimbra, 1974, p. 21.

³⁴ F. Montalbodo, *Paesi*..., p. 96; Constancio Roque da Costa, *Historia das Relações diplomáticas de Portugal no Oriente*, Lisboa, 1895, p. 22, Leonardo da Ca' Masser, "Relazione..." in *Archivio Storico Italiano*, Appendice, tom. II, Firenze, 1845, pp. 15-16.

vessels to take revenge upon Calicut. When diplomacy failed; he stormed the city and massacred a lot of people. He sent in a boat the heads, arms and legs separated from their trunks as a "present" to the Zamorin with a letter written in the local language saying that he came to Calicut to sell and purchase good commodities and these where the merchandise he could find there.³⁵

The port of Calicut was considered by Affonso de Albuquerque, the Portuguese governor the best in the whole of India and the king the most powerful of the princes of Malabar. It had an abundance of commodities and rich merchants.³⁶

2. First Portuguese Fortress in Calicut

Soon after the demise of the reigning Zamorin, his nephew/his younger³⁷ brother sent a message in 1512 to Afonso de Albuquerque in Goa expressing his willingness to come to terms with the Portuguese and permitting them to have a factory and a fortress in Calicut. Afonso de Albuquerque had already written to the King of Portugal explaining the importance of the port of Calicut and the power of the Zamorin of Calicut. He wrote very emphatically that the Zamorin was the most powerful of all the rulers of Malabar and that the port of Calicut was the biggest of all ports in India and the trade in this port was great. Very rich and powerful merchants were found in Calicut.³⁸ He had informed the Portuguese king that Calicut was the ancient emporium of Cairo and Venice.³⁹ Affonso sent his nephew Garcia de Noronha to arrange the treaty of peace with the king of Calicut. He sent Francisco Nogueira as captain of the proposed fortress, Gonçalo Mendes as the factor and Thomas Fernandez as the master of masons to build the factory.⁴⁰ He underlined the fact that Calicut would be the true emporium of pepper, ginger for Portugal and would provide cargo for the ships coming from

³⁵ Thomé Lopes, "Navegação as Indias Orientaes" in *Colecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações ultramarinas que vivem nos Dominios Portugueses ou lhes são visinhos*, tom ii, no. 1 & 2, Lisboa, 1812, p. 190. "Eu vim a este porto com boa mercadoria, para vender, comprar e pagar os vossos generos; estes são os generos desta terra, eu vo-los envio do presente, como e também as el Rei". Also João de Barros, *Da Ásia*, Decada I, part II, p. 53.

³⁶ R. A. Bulhão Pato e E. H. Lopes de Mendonça (dir.), *Cartas de Afonso Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam (CAA)*, Tomo I, Lisboa, Academia das Ciências, Lisboa, 1884, p. 250.

³⁷ CAA, I, p. 152, Affonso de Albuquerque writes that it was the brother of the deceased Zamorin called Nambiadiry who expressed his willingness to come to terms with the Portuguese. Castanheda too writes that Nambeadiri was his brother. Ref. Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*, Livro III, Coimbra, 1928, p. 291.

³⁸ CAA, I, p.250.

³⁹ CAA I, p. 137.

⁴⁰ Gaspar Correa, *Lendas da Índia*, tomo II, Coimbra, 1923, p. 330, CAA, I, p. 152.

Cochin.⁴¹ He further reasoned out that the only way to stop the flow of spices from Calecut to Cairo was to have a fortress in the place offered by the Zamorin and to have eighty men in the fortress. It would be rather impossible to stop the diversion of spices through waging maritime battles.⁴² Garcia de Noronha on behalf of Affonso de Albuquerque, the Portuguese governor made the agreement with the Zamorin of Calicut on 24 December 1513.⁴³ The Portuguese took the responsibility of bringing to Calicut coral, silk cloths, scarlet, quicksilver, vermilion, lead, copper, saffron, alum stone other commodities available in Portugal. The Zamorin undertook to supply all the necessary spices and drugs found in the region of Malabar and needed for the Portuguese. The Portuguese bound themselves to pay usual taxes for the commodities purchased by the Portuguese. The buyers of the commodities were asked to pay the customs duties to the king of Calicut. The merchants from Ormuz, Cambay, Malacca, Sumatra, Pegu, Tennasserim, Bengal, Coromandel, Ceylon, Jafnapattanam, and Chael were bound to pay the usual taxes to the king of Portugal. Similarly, the Portuguese who brought horses or elephants to Calicut were asked to pay the usual taxes to the Zamorin. Sambuks coming to Calicut except those from Cochin and Cannanore were expected to collect *cartazes* from the Portuguese captain at Calicut. On account of the damage caused to the Portuguese king in Calicut, the Zamorin agreed to deliver one thousand *bhares* of pepper in three installments as compensation according to the unit of weight used in Cranganore. The local people were to be punished by the Zamorin while the Portuguese by their captain for the crime committed by them. The Portuguese were bound to pay the usual taxes to the Zamorin for the commodities purchased by them. The Zamorin agreed to pay to the Portuguese half of the income from the customs houses at Calicut. As desired by the Zamorin, the treaty was ratified by the king of Portugal on 26 February 1515.⁴⁴ He further sent his relative to Portugal. The boy sent by Zamorin became Christian and received the habit of the Order of Christ. He was called Dom John of the Cross and stayed in Portugal for five years.⁴⁵ Fifty Nairs worked as guards in the fort of Calicut in 1514 and out of them 20 used to reside in the fort night and day. They were under a Panikkar. All of them were paid special amount and materials during the local festivals.⁴⁶

⁴¹ CAA, I, p.152.

⁴² CAA, I, p. 153.

⁴³ Julio Firmino Judice Biker, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazas que o Estado da India Portuguez fez com os Reis e Senhores com quem teve Relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde o Principio da conquista até ao fim do Seculo XVIII*, Lisboa, 1881, pp. 21-223.

⁴⁴ J. F. J. Biker, *Collecção de Tratados...*, pp. 28-33.

⁴⁵ Gaspar Correa, *Lendas...*, tomo II, p. 334.

⁴⁶ CAA, vol. VII, p. 131.

But for the fact that the new Zamorin (1513-1522) saw that his best interests lay in peace, not in war, this treaty would not have survived the death of Albuquerque in 1515. Lopo Soares, for example, demanded that the Zamorin should repair to the Portuguese fort and wait upon him. Hostilities were averted by the good sense of the Portuguese captains, who refused to draw their sword in such a silly and unjust cause.⁴⁷ The king Cochin did not like the treaty and so he looked for opportunities to create hostilities between the Portuguese and the Zamorin. The Portuguese too insisted on passes for the Muslim merchants once they completed the building of the fortress. The death of the Zamorin who concluded the treaty brought the matters to a head. The new Zamorin (1522-1531) was less friendly towards the Portuguese than his predecessor. In 1523 the Moors insulted the Portuguese governor Duarte Meneses,⁴⁸ and in 1524 an open fight took place in the bazaar between them and the Portuguese soldiers.⁴⁹ The captain of the fortress, Lima sent exaggerated reports about the event which precipitated the crisis.⁵⁰ At this juncture Vasco da Gama arrived at Goa as the Viceroy. In September he sent D'Souza with 300 men to assist Lima. Vasco da Gama on reaching Cochin adopted more vigorous measures against the Zamorin. He died on 24 December and Henry Meneses succeeded him. There followed fights between the Portuguese and the people of Calicut. Finally the Portuguese fort was abandoned in 1525. It was as strong as the fortress of Cochin and in the same shape. This fortress, on account of constant disturbances from the local merchants, was abandoned by the Portuguese in 1525.⁵¹

⁴⁷ Hermann Gundert (ed.), *Kerala Palama (1498-1531)* Kottayam, 1959, p. 145.

⁴⁸ H. Gundert, *Kerala Palama...*, p. 166.

⁴⁹ The *Tohufut-ul-Mujahideen*, p. 117; Gaspar Correa gives details about the fight put up by the Zamorin of Calicut against the Portuguese and the fortress at Calicut, ref. Gaspar Correa, *Lendas...*, tomo II, part II, pp. 810 ff.; *ibidem*, pp. 890-918; *ibidem*, pp. 941-964.

⁵⁰ R. S. Whiteway, *The Rise of the Portuguese Power in India 1498-1550*, London, 1899, p. 204.

⁵¹ J. Barros, *Da Ásia*, Decada IV, part II, Lisboa, 1973, reprint, pp. 451-52, Duarte Barbosa describes the fortress "Two leagues beyond this place (Capucate) is the city of Calicut where in more trade was carried on, and yet is, by foreigners than by the natives of the land, where also the king our Lord, with the full assent of the king thereof, holds a very strong fortress. To the south of this city there is a river on which lies another town called Chiliate, where dwell many moor, natives of the land who are merchants and have many ships in which they sail.", Duarte Barbosa, *The Book of Duarte Barbosa*, London, 1921, vol. II, pp. 86-87. The fort was built on the right bank of the Kallayi river at the southern end of the town close to the old jetty stormed by Albuquerque in 1510. In shape and size it was exactly like the Cochin fort. On the sea side there were two towers and the wall connecting them was pierced by a wicket gate so that the garrison might have easy and uninterrupted communication with the sea. The keep had three storeys. On the land side also there were towers and between them was the principal entrance of the fort defended by bastion. Ref. D. Barbosa, *Book...*, p. 87 foot note.

3. Fortress at Chaliyam in the territory of the Zamorin

A new Zamorin came to the throne in 1531. The Portuguese were very much interested in having a fortress at least in the neighbourhood of Calicut to stop the flow of a great deal of pepper and other spices to the Red Sea regions. It is believed that the governor gave some gifts to extract his consent of the ruler of Chaliyam⁵².

The Rajas of Bettet, Beypore and Chaliyam who were Kshatriyas and vassals of the Zamorin gave up their allegiance to the Zamorin. The Portuguese tried to build a fortress at Tanur. But for some reasons they did not succeed. Nuno da Cunha, the Portuguese governor took it up and discussed with the rulers of Tanor, Chaliyam and Beypore who were the vassals of the Zamorin. Then they turned to Chaliyam on the road to Ponnani and Cochin. Its Raja, Unni Rama listened to the plan being plotted with the raja of Vettet. But he did not want to irritate the Zamorin. The Portuguese sent a messenger to the Zamorin seeking his approval. The Zamorin approved of it and accepted the offer of half of the customs duties on the traffic that passed through the river. The Portuguese built a fortress at Chaliyam in 1531 (Chaliyam).⁵³ Church, house for the captain, the soldiers and place for keeping arms and ammunitions etc. were constructed at Chaliyam under the orders the governor Nuno da Cunha. The ruler of Chaliyam was approached to have *Jangada (Changathi)* for the security of the fortress.⁵⁴ The Chaliyam river was very suited for the anchorage of large number of vessels and also for the cargo of pepper. It was considered to be the best for navigation on the Malabar coast.⁵⁵

⁵² Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, 1924, Livro VIII, p. 270. An amount of 1000 golden pardaos was given to the ruler for the consent.

⁵³ J. Barros, *Da Ásia*, Decada IV, part I, pp. 470-75; Simão Botelho, "O Tombo de Estado da Índia", in Rodrigo José de Lima Felner (ed.), *Subsídios para História da Índia Portuguesa*, Lisboa, 1868, pp. 130-32. Diogo de Couto, *Da Ásia*, Decada IV, Lisboa, 1973, reprint, part II, p. 196 ff. Chaliyam is an island formed by the Beypore and Kadalundi rivers, held by the Portuguese after they left Calicut in 1525. "A mound where stood the Portuguese fort destroyed by the Zamorin in 1571 is still visible at the sea's edge. Ref. D. Barbosa, *Book...*, vol. II; p. 87, foot note. This fortress at Chale/Chaliyam was called Santa Maria do Castello, ref. Gaspar Correa, *Lendas...*, tomo III, part I, pp. 435-37.

⁵⁴ Diogo de Couto, *Da Ásia*, Decada VI, part II, pp. 210-11 gives the nature of the work of *Jangada* or *Changathi*.

⁵⁵ G. Correia, *Lendas...*, tomo III, part I, p. 435. The details of the structure are furnished by Correia, *Lendas...*, pp. 437-38. He says that there was no problem for this fortress till 1563 when he was writing the history. The plan of the fortress is given by Correia in Tomo II, part II, before page 439. The plan shows a church and houses outside the fortress.

The peace with the Zamorin lasted only for a few years.⁵⁶ Troubles continued. However, the Zamorin sent Chinakuttiali, a merchant of Calicut in 1539 to the Viceroy in Goa asking for peace and friendship. At that time, the Portuguese fortress at Chaliyam was under the Captain Manuel de Brito.⁵⁷ The ruler of Tanur represented to the king of Calicut while the details of the terms of the agreement were finalized. The Portuguese Viceroy Dom Garcia de Noronha made a treaty with the king of Calicut on the ship St. Matheus at Ponnani on 1 January 1540.⁵⁸ Accordingly the king of Calicut promised to supply necessary pepper and other commodities to the Portuguese, to stop sending the ships to Mocha and to receive any ships from there. Peace lasted for ten years. Fight between the Portuguese and the Zamorin broke out in 1550. D. Francisco Coutinho, Conde do Redondo who was appointed Viceroy in 1561 established peace with the Zamorin in 1662.⁵⁹ He started from Cochin and met the Zamorin near Ticodi). The Zamorin was accompanied by a militia consisting of 40,000 Nairs and a number of Brahmins, Kaimals, and Panikkars and so on. The viceroy too had a big contingent. After usual courtesies, the Zamorin made an oath assisted by his Brahmin priests and the Viceroy took the oath touching the Missal and the Crucifix.⁶⁰

The fortress at Chaliyam was destroyed by the Zamorin in 1570. D. Jorge de Castro was the captain of the fortress of Chale when it was besieged by the Zamorin.⁶¹ Ultimately the Portuguese left Chaliyam with their wives on 4 November 1571.⁶² The fortress was completely razed to the ground.

4. Fortress at Ponnani

However the Zamorin in 1584 permitted the Portuguese to establish a fortress at Ponnani. The Portuguese viceroy, D. Duarte de Menezes being aware of the importance of the river at Ponnani and the necessity of stopping the flow of spices to the Red Sea regions and also to divert the attention of the Turks by sending a fleet from here to the Red Sea took up the matter of setting up fortress at Ponnani.⁶³ Dom Jeronimo Mascarenhas was instrumental in signing the

⁵⁶ F. L. Castanheda, *História do Descobrimento...*, Livro VIII, pp. 429-36. Details of the structure of the fortress are furnished by Correia.

⁵⁷ F. L. Castanheda, *História do Descobrimento...*, Livro IX, p. 560 Castanheda gives the details of the agreement *ibidem*.

⁵⁸ J. F. J. Biker, *Collecção de Tratados...*, pp. 88-94; Simão Botelho, "O Tombo de Estado da Índia", pp. 249-254.

⁵⁹ D. Couto, *Da Ásia*, Decada VII, part II, p. 495.

⁶⁰ D. Couto, *Da Ásia*, Decada VII, part II, pp. 516-518.

⁶¹ D. Couto, *Da Ásia*, Decada VIII, p. 459.

⁶² D. Couto, *Da Ásia*, Decada IX, p. 9.

⁶³ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, p. 144.

contract with the Zamorin.⁶⁴ So he was appointed the captain of the fortress at Ponnani and Ruy Gonsalves de Camara was nominated as captain of north and of the armada in 1585.⁶⁵ Rui Gomes de Gram in the capacity of captain of the fortress strengthened the fortification of the fortress in course of time.⁶⁶ Later Rui Gomes, the captain of the fortress visited the Zamorin at his residence and paid homage.⁶⁷ He was given a rousing welcome in the presence of Managat Achan, the chief of the administrators of the Zamorin and others.

By 1586 the relations between the Zamorin and Kunhali were not good. The Gaspar Fagundes who was in the fortress at Ponnani was asked by the Governor to offer his services to the Zamorin against Kunhali.⁶⁸ A few Portuguese were captured by Kunhali and were insulted later in his fortress.⁶⁹

5. Portuguese Factor at Calicut

The new Zamorin who came to power in 1587 was friendly with the Portuguese.⁷⁰ The new viceroy Dom Manoel de Sousa Coutinho who succeeded Dom Duarte de Menezes sent an armada against Kunhali.⁷¹ The Zamorin was highly impressed with the naval might of the Portuguese. Padre Francisco da Costa, a Jesuit who was at that time a captive in the fortress of Kunhali succeeded in the liberation of himself and his companions from the captivity and joined the other Portuguese. This Jesuit with the consent of the Zamorin contacted Captain in chief Dom Alvaro Abranches and explained the plan of concluding peace with the Zamorin.⁷² The viceroy was informed of it and peace was concluded with the Zamorin in 1591 who gave freedom to the Jesuits to do their missionary activities and agreed to lay the foundation stone for a church in Calicut.⁷³ The Zamorin allowed the Portuguese to settle in Calicut. A Portuguese factor was allowed to look after trade endowed with the authority to issue passes to the ships. The factor who was looking after the affairs was under Belchior Ferreira.⁷⁴ The king himself laid the foundation of the Church in 1591 for which

⁶⁴ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, pp. 27-29.

⁶⁵ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, pp. 148-149.

⁶⁶ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, pp. 186-193.

⁶⁷ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, pp. 190-193.

⁶⁸ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, p. 315.

⁶⁹ D. Couto, *Da Ásia*, Decada X, part II, pp. 340-343.

⁷⁰ D. Couto, *Da Ásia*, Decada VII, part II, p. 528. He writes that this Zamorin continued to rule till 1610.

⁷¹ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, pp. 72 ff.

⁷² D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, pp. 72-73.

⁷³ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, pp. 73, 184.

⁷⁴ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XII, p. 70.

he generously granted not only the site but also the building materials. This was under the provisional treaty made with the Jesuit, Francisco da Costa.

During the time of Dom Antonio de Noronha, Kunhali obtained permission from the Zamorin to establish a fortress near Pudukattanam, with a view to attacking the ships loaded with pepper and passing through the Malabar coast. As per the terms of the treaty of 1591, the Zamorin was expected to keep all the pirates away from his land. Therefore he had the obligation of stopping the piratical activities of Kunhali too. Mahamet Kunhali Marakkar, the nephew of the previous Kunhali, succeeded him and started strengthening his settlement and fortress with more arms and ammunitions.⁷⁵ The Viceroy Mathias de Albuquerque sent Dom Alvaro de Abranches to the Zamorin cautioning him about the growth of Kunhali. Then an agreement with the Zamorin was concluded for joint action against Kunhali.⁷⁶

After some time, the Zamorin violated the peace established with the Portuguese. The Portuguese confronted three ships of Calicut and killed more than two thousand people on board.⁷⁷ This was during the time of Viceroy Dom Mathias de Albuquerque. Later the Viceroy was told about the intention of the Zamorin to start war with Kunhali and to destroy his fortress.⁷⁸ The negotiations between the Portuguese and the Zamorin were not promptly concluded.

Andre Furtado, the captain in chief made an understanding with the Zamorin in 1599 in the light of which the Zamorin promised to give a number chieftains, petit rulers like the prince of Tanor and Chaliyam and the administrator of Chaliyam and so on to attack the fortress of Cunhale.⁷⁹ It was further agreed that as soon as the fortress of Cunhale was conquered, it would be immediately razed to the ground. The Captain promised to build church in Calicut and to establish a factory in Calicut.⁸⁰

Again on 15 December 1605 the Portuguese made another agreement with the Zamorin and promised to have the church, the priests at Calicut for spiritual service of the people there and also factor and other officials.⁸¹

⁷⁵ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, pp. 185-186.

⁷⁶ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, p. 188.

⁷⁷ D. Couto, *Da Ásia* Decada XI, p. 177.

⁷⁸ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XII, p. 67.

⁷⁹ For the details of the fortress and the way in which Cunhali was caught and beheaded ref. Pyrard de Laval, *The Voyage of François Pyrard of Laval*, vol. 1, London, 1887, pp. 350-358; D. Couto, *Da Ásia*, Década XII. The plan of the fortress of Kunhali at Kottackal is reproduced in the work of Francisco Pyrard de Laval, *The Voyage*, vol. 2, part II, between pp. 510-511. This is reproduced from *Livro da Índia* of P. Barreto de Resende, Sloane Collection, No. 197.

⁸⁰ J. F. J. Biker, *Collecção de Tratados...*, pp. 186-88; D. Couto, *Da Ásia*, Decada XII, Liv. IV, Capt. II;

⁸¹ J. F. J. Biker, *Collecção de Tratados...*, p. 189.

6. Christian Community

Though an oratory under the Franciscans was begun in 1500 when the first Portuguese factory was established in Calicut it was deserted on account of the subsequent fight between the Muslim merchants and the Portuguese. In view of the treaty of 1513 a factory and a fortress came into existence in Calicut in the place offered by the Zamorin of Calicut. Place of Christian worship was as usual attached to the factory and the fortress. The governor made arrangements to send a couple of women from Cannanore to this settlement at Calicut In December 1513 eight women were sent to this settlement by the official of Cannanore for the service of Christians at Calicut.⁸² This fortress and the settlement continued to be there till 1525 when it was abandoned by Captain Dom João de Lima during the time of Henrique de Meneses. Again when another fortress was set up in Chaliyam, a parish priest was appointed to look after the local converts and the Portuguese residing in the fortress.⁸³ Zamorin in 1590 gave freedom to the Jesuits to do their missionary activities and agreed to lay the foundation stone for a church in Calicut⁸⁴. Andre Furtado, the captain in chief of the Portuguese during the agreement with the Zamorin in December 1599 promised to build a church in Calicut and to set up a factory there.⁸⁵

Pyrard de Laval who visited Calicut a few years later, found two Jesuit fathers greatly favoured by the Zamorin. He writes:

There reside also two Jesuit fathers, the one an Italian, [Padre Jacomo Fenicio] the other a Portuguese [Padre Hillarie] who were well received of the king, and get from him a pension of a hundred crowns a year, worth more than five hundred in Spain, besides what they have from the King of Portugal for their living and maintenance. They have builded (*sic*) a very handsome and large church with an enclosure and cemetery attached, near the sea-shore, on ground presented by the king; and they have the king's leave and license to convert the people to Christianity, so long as they use no constraint". Their labours had borne good fruit at the time of my departure, for there were already a good number of new Christians. They preached publicly in their church, and not elsewhere. They are very well housed, and have very fine

⁸² CAA, V, p. 466. "Senhores Francisco nogueira e gonçalo memdez eu mamdo llaa estas oyto molheres peçovos pro merçe que as tenhaes hy bem agasalhadas e estaram ao uso dos homens xpãos e nam mouros, mamdailhes dar seu mantimento darros e mamateiga e cadano averam seu parava. E sejam bem agasalhadas por vos e seu mantimento muito bem pago, e emcomendovolas muito porque de tres em quatro meses viram estas e yram outras de cananore a iij de dezembro de 1513".

⁸³ S. Botelho, *O Tombo de Estado da India*, p. 132.

⁸⁴ D. Couto, *Da Ásia*, Decada XI, p. 73.

⁸⁵ J. F. J. Biker, *Collecção de Tratados...*, pp. 186-188; D. Couto, *Da Ásia*, Decada XII, Liv. IV, Cap. II.

gardens, and before their church is a large cross. The Christians all have their houses in the same quarter near to one another, which they have themselves built. There are, however, some among them that are not Christians, and even in the same house will sometimes be found inmates of different religions. Among these new Christians none, I believe, will be found to eat the flesh of cows, bulls or buffaloes, ... These Jesuit father had the ear of the king, who liked them much, and they took great care to do nothing displeasing, to him. They used to go often to the palace of the king to treat of affairs, assisted by the Portuguese, Indian Christians and Mestifa".⁸⁶

7. Shipbuilding

Calicut for centuries had been known as a great centre of shipbuilding and navigation. The Portuguese who established a Fortress and settlement in Calicut in 1514 took steps to take advantage of facilities at Calicut especially the availability of the best variety of timber. Comparatively timber for shipbuilding at Chaliyam near Calicut was cheap. The King of Calicut himself suggested to Afonso de Albuquerque that on account of the abundant supply of all varieties timber at cheaper rate at Chaliyam, the Portuguese could start building ships there.⁸⁷ Therefore as soon as the fortress was established in Calicut in view of the agreement of peace and friendship signed on 24 December 1513, Afonso de Albuquerque issued orders to build a Galley in Calicut in 1514.⁸⁸ Afonso de Albuquerque in September 1515 ordered two ships to be built at the Portuguese shipyard at Calicut at the cost of Chettis, merchants of Calicut under the supervision of Duarte Barbosa who was appointed as factor to deal with the construction of these ships.⁸⁹ In the same year, Duarte Barbosa got constructed two galleys for the Muslim merchants of Mocha. This was done when Francisco Nogueira was the captain of the fortress and Ginçallo Mendez the factor at Calicut. Thus the Portuguese installations at Calicut since 1514 built ships both for the Portuguese and for others under the supervision of the Portuguese. We find that galleys were the ones constructed here. This must be on account of the availability better timber in abundance at lower rates.

Conclusion

The Port town of Calicut enjoyed international fame as an emporium of maritime trade till the end of the fifteenth century. Merchants from various parts

⁸⁶ P. Laval, *The Voyage...*, vol. 1, pp. 405-406.

⁸⁷ *CAA*, I, p. 253, letter written by Afonso de Albuquerque at Cannanore on 24 December 1513.

⁸⁸ *CAA*, I, p. 295.

⁸⁹ *CAA*, I, p. 375.

of the world came to Calicut for getting a share of the international maritime trade. Calicut had attracted the Arabs and the Chinese besides the people of other nationalities who had their bases in Calicut. It had very important activities of shipbuilding. Similarly the port town supplied large quantity of pepper and other spices for the merchants. It was because of this that Vasco da Gama and his men avoided the insinuations of the Gujarati merchants and reached Calicut towards the closing years of the last decade of the fifteenth century. But on account of the constant confrontations between the Portuguese and the local ruler assisted by the local merchants, Calicut entered on a declining phase of its commercial activities. The Portuguese prospered in Cochin and other areas of the maritime India while the port town of Calicut went on declining as a centre of maritime trade. This decline continued for a long time till the battle of Gulnabad fought in the outskirts of Isfahan on 8 march 1722 and the collapse of the Safavid Dynasty. The trade of the merchants of Calicut to Persia was never to revive again. Somewhat differently affected were a substantial group of Asian traders, mainly Indians. Accustomed for a long time to trade in the Gulf, they were now obliged to seek their fortune elsewhere. They selected Malabar. With this turning of the Northern trade Calicut sprang to a new life and the whole of Malabar experienced a phase of intense commercial activity. In the year 1729 just when the northern vessels were abandoning the Gulf and the first stir was noticed at Calicut, a young man of twenty three called Martanda Varma ascended the throne of Travancore. He started a department of commerce, developed Aleppey as a major centre of trade. Price of pepper at Calicut rose on account of the progress made in trade. But it could not come up to the standard of Cochin. The Portuguese relations with Calicut had to say a lot about the vicissitudes of this port town. We conclude it by quoting the observation of Linschoten:

This town of Calicut hath in times past beene the most famous Towne in all Malabar or India, and it was the chiefe towne of Malabar where Samorin which is the Emperor, holdeth his court, but because the Portingales at their first coming and discovering of India, were oftentimes deceyved by him, they resorted to the King of Cochin, who [as then] was subject to the Samoriin, being of small power. But when the Portingals began to prosper [in their enterprise], and to get possession in the countrey, and so become maisters of the sea, Calicut beganne to decay, and to lose both name and traffique, and nowe at this time it is one of the townes of least account in all Malabar and Cochin to the contrarie, their King being very rich, and richer then the Samoriin, so that now he careth not for him, by means of the favour [and help he findeth at the hands] of the Portingalles.⁹⁰

⁹⁰ John Huyghen van Linschoten, *The Voyage of John van Linschoten to the East Indies*, London, 1885, vol. 1, p. 68.

SPATIALIZATION AND SOCIAL ENGINEERING: ROLE OF THE CITIES OF COCHIN AND GOA IN SHAPING THE *ESTADO DA ÍNDIA*, 1500-1663

PIUS MALEKANDATHIL *

Cochin and Goa, which evolved as two parallel urban units on the West Coast of Índia, played a significant role in the structuring and functioning of the *Estado da Índia*, by ensuring not only the process of resource mobilization but also the process of consolidation. A great amount of European challenges of this period were being ably responded by the *Estado da Índia* using the instrumentality of these two cities, whose multiple functions within the *Estado* were shaped not only by their geo-physical location and their closeness/distance to power centre but also by their ability to mobilize resources. Though the early beginnings of the Portuguese city of Santa Cruz of Cochin were linked with its position as being the first headquarters of the *Estado da Índia*, its development as a major urban unit of Asia took place after 1530, with the shifting of the capital to Goa. The relative distance from the power center of Goa favoured the prevalence of a liberal atmosphere in Cochin both in its trading activities as well as in its process of urban development, which ultimately influenced its pattern of spatialization and its social dynamics, as well. However Goa, which developed as an urban unit experiencing the pressure from the core center of power exercise, exhibited another type of spatialization and urban development, pulled by the dynamics of the power exercising institutions.

Standardization was effected in all spheres related to city life and administration, with the introduction of municipalities in Cochin and Goa, which in fact acted as devices that legitimately exteriorized and implemented the aspirations and desires of their urban elites. Though the interests of the city-dwellers

* Jawaharlal Nehru University.

at times went on parallel lines to those of the *Estado*, the latter developed strategies and devices to get their resources pooled and their interests channelized for meeting the greater interests of the State in times of external challenges, whose end result was the evolution of the best supportive system conceivable at that time, out of these cities. In this process, the Municipal councils acted as mechanisms that were involved in the process of constructing continual urban space, in which were embedded both the aspirations of the urban elites and the multiple needs of the *Estado*.

Many historical geographers and historians argue that the spatial processes involved in the construction of the urban units can be analyzed and studied to decode the intentions of the human agents and the extent of their realizations.¹ This type of study emerges from the assumption that "space", particularly urban space, is intentionally charged with meaning and is consequently used for the purpose of influencing not only the organization and operation of the society but also the behaviour of its members. The central purpose of this paper is to see the different mechanisms and processes by which the *Estado da Índia* structured and organized the urban space of Cochin and Goa for the purpose of consolidating its far-flung possessions and for ably responding to the diverse challenges it faced in the sixteenth and seventeenth centuries. This is attempted, on the one hand, by analyzing the spatial manifestations of the city of Cochin as shaped by the dynamics of its trade and also of Goa, as conditioned by the dynamics of its power exercising institutions, besides trade. On the other hand it also tries to examine the extent to which the ability of these cities as resource mobilizing mechanisms was banked upon.

Historical Setting

The nuclei for the urban units of Cochin and Goa appeared tentatively around the same time, though at different places and due to different historical reasons. The initial phase of the urban life of Cochin is attributed to its trade that

¹ The most important among them are Alan Baker, *Geography and History: Bridging the Divide*, Cambridge, 2003; David Harvey, *Social Justice and the City*, Baltimore, 1973; David Harvey, *Spaces of Capital*, Oxford, 2001; Derek Gregory, "The Production of Space" in R. J. Johnson et al. (eds.), *The Dictionary of Human Geography*, Oxford, 2000, pp. 644-646; see also F. Broeze (ed.), *Brides of the Sea: Port Cities of Asia from the Sixteenth to the Twentieth Centuries*, Honolulu, 1995 and F. Broeze (ed.), *Gateways of Asia: Port Cities of Asia in the 13th-20th Centuries*, 1996; Ashin Das Gupta, "The Maritime City" in *Merchants of Maritime India, 1500-1800*, 1994. For Goa as a port city, cf. M. N. Pearson, "The Port City of Goa: Policy and Practice in the Sixteenth Century", in *Coastal Western India*, New Delhi, 1981, pp. 67-92; W. Rossa, *Cidades indo-portuguesas: contribuições para o estudo do urbanismo português no Hindustão Ocidental/ Indo-Portuguese Cities: A Contribution to the Study of Portuguese Urbanism in the Western Hindustan*, Lisboa, 1997; C. R. Boxer, *Fidalgos in the Far East, 1550-1770*, The Hague, 1948; George

began with its emergence as a port following the geo-physical changes caused by the great flood in Periyar 1341 A.D.² While the floodwaters that moved through the northern branch of the river silted up the harbour of Cranganore, the heavy flow of floodwaters through the southern branches of the river opened up a passage from the lagoon into the sea, bringing into existence the harbour of Cochin.³ In the evolving process, Cochin served as a door for the rich and extensive spice-hinterland of central Kerala to get connected with the wider circuit of Indian Ocean trade, the spatial limits of which were defined by such merchant communities of Cochin as the Muslims linked with the West Asian trade, the Kelings linked with South East Asian commerce, the Chetties associated with the coastal trade of Coromandel as well as Canara⁴ and the Jews conducting business mostly through the Semitic Diasporas scattered in Europe and Egypt.⁵ Though these long stretches of spice-hinterland were politically divided and fragmented by different petit kingdoms, they were economically so well integrated with the port of Cochin through frequent movement of commodities and established links of exchange that they together formed one economic unit feeding the commercial activities of Cochin.⁶

However, the emergence of Cochin as a port and its consequent carving out of the spice-hinterland in the vicinity for its feeding, disturbed the existing

Bryan Souza, "Iberian Cities and Colonial Cities in the Tropics: Imperial Defense and Finance and the *Senado da Câmara* of Cochin, 1587-1598", a paper presented at the International Institute of Asian Studies, Leiden, 2003.

² W. W. Hunter, *The Imperial Gazetteer of India*, vol. IV, London, 1885, p. 11; K. Rama Varma Raja, "The Cochin Harbour and the Puthu Vaippu Era" in *The Bulletin of the Rama Varma Research Institute* 2, (1933), pp. 49-51.

³ K. M. Panikkar, *A History of Kerala (1498-1801)*, Annamalaiagar, 1960, p. 8; K. P. Padmanabha Menon, *History of Kerala*, vol. I, Ernakulam, 1929, p. 161; W. W. Hunter, *The Imperial Gazetteer of India*, vol. IV, London, 1885, p. 11; C. Achyuta Menon, *The Cochin State Manual*, Ernakulam, 1911, p. 2.

⁴ In 1409 Ma Huan noticed the active presence of Muslim merchants, Chetties and Kelings (Klings or Kalingas linked with South East Asian commerce) in Cochin. Ma Huan, *Ying Yai Sheng lan* 12, "Kochih", as translated by W. W. Rockhill, "Notes on the Relations and Trade of China with Eastern Archipelago and the Coast of the Indian Ocean during the fourteenth century" in *T'oung Pao*, Leiden, 1915, vol. XVI, pp. 450-451.

⁵ Visscher says that the process of migration of white Jews from Cranganore to Cochin (exactly to Senhora Soude, almost two kilometers away from Cochin) began in 1471. However it was only by 1521-1523 that these white Jews finally shifted their residence completely to Cochin. See Letters of Visscher from Kerala, in K. P. Padmanabha Menon, *History of Kerala*, vol. II, New Delhi, 1982, pp. 51, 517; Pius Malekandathil, "The Jews of Cochin and the Portuguese: 1498-1663", p. 241.

⁶ Pius Malekandathil, "The Portuguese and the Ghat-Route Trade: 1500-1663", in *The Journal of Poudicherry*, University of Social Sciences and Humanities, vol. 1, nos 1 & 2, January & July, 2000, pp. 132-50.

resource mobilizing process of Calicut in the hinterland and raised serious challenges to the control that the Zamorin exercised over the vast range of spice-producing hinterland. However, the Zamorin had at his disposal the monetary and military help being extended by the Muslim mercantile community, with which he eventually managed to conquer Cochin and convert it into a feeding satellite center for Calicut.⁷ In the changed situation the *paradesi* Muslim merchants and particularly the Al-Karimi merchants linked with the Mamluks of Egypt, took up the overseas trade of Malabar and the transshipment of commodities from Calicut to the Red Sea ports. Meanwhile, a major segment of the coastal trade of Malabar passed on into the hands of the Marakkar Muslim merchants of Coromandel, out of whom many eventually preferred to establish themselves in Cochin as distributors of Coromandel rice and as traders in spices from Kerala.⁸

Meanwhile the port of Ela, out of which the Portuguese city of Goa later evolved, made its appearance on the banks of river Mandovi in the Southern Konkan probably as a satellite port feeding Gopakapattanam, the principal port of the Kadambas.⁹ Later when the Vijayanagara rulers conquered this region

⁷ Cochin was made a satellite feeding port of Calicut by the end of the fifteenth century when the Zamorin captured Cochin and ousted the traditional traders from the port including the *Nazarenos* (the St. Thomas Christians) and handed over its trade to the Muslim traders from Calicut, a process by which he won a decisive say over the affairs of Cochin. O. K. Nambiar, *The Kunjalis, Admirals of Calicut*, Delhi, 1963, p. 40; K. P. Padmanabha Menon, *History of Kerala*, vol. I, p. 167.

⁸ For details see O.K.Nambiar, *The Kunjalis...*, p. 76. For detailed discussion on the Muslims of Kerala see Genevieve Bouchon, "Les Musulmans du Kerala a L'Époque de La Decouverte Portugaise" in *Mare Luso-Indicum*, tom. II, Paris, 1973, pp. 1-54; Geneviève Bouchon, "Calicut at the Turn of the Sixteenth Century" in *The Asian Seas 1500-1800: Local Societies, European Expansion and the Portuguese*, *Revista de Cultura*, vol. I, ano V, 1991, p. 42; W. J. Fischel, "The Spice Trade in Mamluk Egypt" in *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. I (1958), pp. 162-163; S. D. Goitein, "New Light on the Beginnings of the Karim Merchants" in *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. I (1958) p. 181; Pius Malekandathil, "From Merchant Capitalists to Corsairs: The Response of the Muslim Merchants of Malabar to the Portuguese Commercial Expansion (1498-1600)" in *Portuguese Studies Review*, vol. 12, I (Nov. 2004). For details see Gaspar Correia, *Lendas da India*, tom. I, Lisboa, 1921, pp. 428-430; tom. II, p. 722; Jorge Manuel Flores, "The Straits of Ceylon and the Maritime Trade in Early Sixteenth Century India: Commodities, Merchants and Trading Networks", in *Moyen Orient and Ocean Indien, XVI^e-XIX^e siècles*, vol. VII, Paris, 1990, pp. 30-36.

⁹ This inference is taken on the basis of the land-route that once existed under the name "Kadamba road" connecting Ela on the banks of river Mandovi with Gopakapattanam, located on the banks of river Zuari. However the port of Gopakapattanam did not disappear from the commercial map of Goa, as even in 1471, when general Khwaja Muhammed Gawan conquered Gopakapattanam, it was referred as "the major port of the land and as the cause of envy for all islands and ports of India". See Sherwani, *Khwaja-i-Jahan Gawan's Campaigns in the Maharashtra*, p. 274; João Manuel Pacheco de Figueiredo, "Goa Pre-Portuguesa" in *Stvdia* 13 and 14 (Janeiro-Julho 1964), pp. 134-135.

in 1369, they started concentrating much more on Ela and Diwar than on the Islamized port of Gopakapattanam.¹⁰ Meanwhile there appeared a process, which eventually led to the shifting of the economic centre of gravity of the region from the ports located on the banks of river Zuari to the ports located on the banks of river Mandovi. In this development Ela, supported by the satellite port of Raibandar¹¹ in the vicinity, emerged as the principal exchange center of the Southern Konkan. A wide variety of reasons including the silting of the port of Gopakapattanam, the proximity of Ela to timber-yielding Ponda forests, which would ensure regular supply of timber for shipbuilding activities, the closeness of the new port to the core centre of the Vijayanagara empire (which reduced the distance for the transportation of the horses through land route) and the relative distance from the Islamized city of Gopakapattanam, seem to have prompted the Vijayanagara rulers to opt for Ela as their principal port.¹²

Eventually the port of Ela passed into the hands of the Bahmani rulers¹³, from whom Yusuf Adil Shah took it up in 1498. It is highly probable that it was

¹⁰ Vasant Madhav, the minister of the Vijayanagara ruler Bukka I, defeated the forces of Bahmani Sultan and occupied Goa in 1369. See for details, J. Barros, *Ásia*, ed. Livraria Sam Carlos (facsimile of the edition of 1777-8), Lisboa, 1973, *Década* II, Livro V, Capítulo V, p. 135; B. A. Saletore, *Social and Political Life in the Vijayanagara Empire*, vol. I, Madras, 1934, p. 258. It was the Vijayanagara minister Vasanta Madhav (1379) who played key role in the reconstruction of the temple of Saptakoteshwar in Diwar. Henry Heras, "Pre-Portuguese Remains in Portuguese India" in *Journal of Bombay Historical Society*, IV (September 1932) 2, pp. 7-11; 40; J. M. P. Figueiredo, "Goa..." in *Stvdia* 13 and 14 (Janeiro-Julho 1964), pp. 154-155. The process of islamization of Gopakapattanam started with its conquest by Malik Kafur (1310), Muhammad-bin-Tughlaq (1327) and finally Jamal-ud-din of Honavar (1342-44). Cf. Muhammad Kasim Firishta, *Tarikh-i Firishta* translated by J. Briggs under the title *History of the Rise of the Mahmoden Power in India*, vol. I, Calcutta, 1909, p. 413. Ibn Batuta also refers to a city already erected by the Muslims in Gopakapattanam (apart from the city of the infidels) when they first captured the island. See Ibn Batuta, *Travels in Asia and Africa, 1325-1354*, tran. by H. A. R. Gibb, New Delhi, 1990, pp. 239-240. For details on the attack of Gopakapattanam by the Muslim ruler of Honavar and acceptance of Islam by the ruler of Gopakapattanam see Ibn Batuta, *Travels...*, pp. 239-24; Burton Stein, *Vijayanagara*, Cambridge, 1994, p. 74.

¹¹ K. G. Vasanth Madhava, *Karnataka Third World*, Haleangadi, 2001, p. 21; V. T. Gune (ed.), *Gazetteer of the Union Territory of Goa, Daman and Diu*, Bombay, 1972, p. 131.

¹² The impact of Vijayanagara rule on Ela was so strong that even the value of commodities available in Ela on the eve of Portuguese conquest was recorded by them in the Vijayanagara currency called *Pardaos*, which was a corrupt form of Sanskrit *Pratap*. In fact *Pratap* or *Pagoda* was a gold coin and it was called *pagoda* because of the representation of *Varaha* or the Boar avatar of Vishnu on it. For details see Pius Malekandathil, "Merchants, Markets and Commodities: Some Aspects of Portuguese Commerce with Malabar" in Pius Malekandathil and Jamal Mohammed (eds.), *The Portuguese, Indian Ocean and European Bridgeheads: Festschrift in Honour of Prof. K. S. Mathew*, IRISH, Tellicherry/Fundação Oriente, Lisboa, 2001, p. 245.

¹³ During this period the number of Muslim settlers in this region increased considerably. A large number of Muslims, about 400 (*navayats*), from Onor (Honavar) and Baticala (Batal) were

during this long transitional phase by which Ela emerged as the leading port of the region that it came to be known as Juwa-Sindabur or Goa, which was an abbreviation for the old port of Govapuri alias Gopakapattanam. The appellation of Goa seems to have been affixed on it and subsequently used as to get commercial acceptability for this port among the merchants familiar with trading world of Gopakapattanam.¹⁴ Goa was the chief door through which the trading networks of Bijapur kingdom found wider maritime exposure. With the increase in the import of horses from Hormuz to Goa for distribution in the territories of Deccan rulers, it got considerable amount of wealth as custom duties, about 1,00,000 *pardaos* per year, which went into the exchequer of Yusuf Adil Shah.¹⁵

On the eve of the Portuguese arrival, the emerging cities of both Cochin and Goa, located at two different junctional points of the channels of commodity movements, were increasingly used by the local rulers as devices for furthering their political control and for bagging trade surplus. Consequently in the evolving urban lay-out, edifices symbolizing power exercise like the residence of Peumpadappu swarupam in Calvethy in Cochin¹⁶ and the residence of the representative of Bijapuri sultan in Goa¹⁷ occupied prime locations, around which a constellation of relations unfolded encompassing the networks of diverse merchant groups. In the pattern of spatial distribution each segment of the mercantile community demarcated, on the basis of either caste or religious or professional considerations, a particular portion of these cities for itself. In Mattancherry area of Cochin the settlement of the Muslim traders occupied a sizeable space, which extended up to Calvethy, while Amaravati was inhabited by Chetties and

came and settled in and around Ela in 1479 following their persecution by the Vijayanagara rulers for having supplied horses from Arabia and Persia to the Bahmani Sultan. João de Barros, *Ásia*, ed. Livraria Sam Carlos (facsimile of the edition of 1777-8), Lisboa, 1973, Década II, Livro V, Capítulo I, p. 434; G. Correia, *Lendas...*, tom. II, p. 55; J. M. P. Figueiredo, "Goa" in *Studia* 13 and 14 (Janeiro-Julho 1964), pp. 220-221.

¹⁴ This is inferred from the reference to Juwa-Sindabur of the Tuluva coast (which means southern part of Konkan) found in the famous navigational treatise of Ibn Majid of the fifteenth century. It must have been evidently a reference to Ela-Goa. See G. R. Tibbetts, *Arab Navigation in the Indian Ocean before the Coming of the Portuguese* (original title of the book of Ibn Majid is *Kitab al Fawa'id fi usul al-bahr wa'l-qawa'id*), London, 1971, pp. 450, 454. However, there are also some others who argue that the place name of "Goa" was a later Lusitanian construction as to have a similarity in the names of power centers by making the name of the capital of Portuguese India (Goa) sound like the metropolitan capital (Lisboa).

¹⁵ J. Barros, *Ásia*, Década II, Livro V, Capítulo II, p. 24. Tomé Pires says that the duties collected on the objects of maritime trade in Goa and the neighbouring districts came about 400,000 *pardaos*. Cf. Tomé Pires, *The Suma Oriental of Tomé Pires: An Account of the East Sea to Japan written in Malacca and India in 1512-1515*, edited and tran. by Armando Cortesão, vol. I, New Delhi, 1990, p. 58

¹⁶ During the time of the Portuguese arrival, the residence of the king of Cochin was in Calvethy, near the port. Cf. G. Correia, *Lendas...*, tom. I, Lisboa, 1858, p. 209.

¹⁷ The remnants of this structure are still visible in the vicinity of St. Cajetan's church of Goa.

Goldsmiths.¹⁸ The water-front was left relatively vacant and at times occupied by villages, probably of the fisher-folk,¹⁹ and the process of urban expansion of pre-Portuguese Cochin was from the port (Calvethy) to the hinterland.²⁰ In the pre-Portuguese city of Goa, as well, the same phenomena seem to have prevailed, as a result of which in the evolving spatial order, the outer layer of the urban settlement seems to have corresponded to the place now known as Ela.²¹

From Fluidity to Solidification of Power; Cities as the Venues for Transformation

The Portuguese got entry into the port city of Cochin through the channels of trade, opened with the initiatives of Pedro Alvares Cabral in 1500. He obtained from the king of Cochin the site for a Portuguese factory in the vacant space of Cochin on the water-front, which they developed as the base for their initial economic operations and as a feeble nucleus for their emerging power in India.²² During first five years, the Portuguese state of Índia, which was in the process of making as an appendage of Lisbon administration, was relatively a fluvial and imperceptible power-exercising mechanism that made itself visible in the form of artilleries, guns and huge ships. In fact initially the Zamorin and his Muslim allies were fighting against this fluid political power, whose strength and weakness were beyond their perception and calculation. During the first five years, even this fluid political power of the Portuguese was visible only at the time of the arrival of the annual Portuguese fleet that entered Indian waters principally for trade. However its visibility assumed a definite and concrete form with the helping hand extended in times of emergency by the king of Cochin, between whom and the Portuguese there emerged reciprocal ties of protection and mutual support.²³ From Cochin, the roots of the expanding Lusitanian state

¹⁸ W. W. Hunter, *The Imperial...*, vol. IV, p. 13; F. C. Danvers, *The Portuguese in India*, vol. I, New Delhi, 1988, p. 71.

¹⁹ Fei Hsing, Hsing Cha's Sheng lan 30, "Kochih" in W.W. Rockhill, "Notes on the Relations..." in *T'oung Pao*, vol. XVI, Leiden, 1915, p. 452.

²⁰ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin and the Maritime trade of India, 1500-1663* (A Volume in the south Asian study Series of Heidelberg University, Germany), New Delhi, 2001, pp. 337-8.

²¹ This is inferred on the basis of field study conducted in this region. It is interesting to note that the region still continues to be known as Ela.

²² F.C. Danvers, *The Portuguese in India: Being a History of the Rise and Decline of their Empire*, vol. I, New Delhi, 1988, p. 72; William Brooks Greenlee (ed.), *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India from Contemporary Documents and Narratives*, London, 1938, p. 143.

²³ The king of Cochin initially gave accommodation to the Portuguese in his own palace in times of crisis, besides granting site for their factory and settlement. He liberally gave them loan

were eventually penetrating into the soil of Quilon and Cannanore,²⁴ whose local rulers hoped that trade with the Portuguese would empower them for economic and political assertions.

The attempts to localize power and to give permanence to the power structure so far moving about in fluid form began with the establishment of a fortified headquarters at Cochin, under the control of a permanent residing viceroy in 1505 and supported by armed fortresses in Cannanore, Anjedive and Kilwa.²⁵ Later with the conquest of Goa in 1510 began the land-oriented expansion of the Portuguese power structure, whose limits were extended from Cochin to the doors of South East Asia with the conquest of Malacca (1511) and to the doors of Persian Gulf with the occupation of Hormuz (1515).²⁶ Frequent shipping and movement of forces of state between these territorial units and Cochin, reinforced by their subordinate and satellite power-exercising mechanisms, facilitated the otherwise scattered Portuguese pockets to get integrated with the power center, causing there to evolve a solidified and a perceptible territorial entity having significant marks of sovereignty with core area initially in Cochin and later in Goa. The nature of this state was almost similar to that of a political archipelago with connections hidden beneath the surface.²⁷ The channels of trade emanating

for the purchase of spices and used to stand as surety, when the Portuguese experienced shortage of capital. The Portuguese on their turn were always there to defend the king of Cochin in his battles against the Zamorin of Calicut. For details of these reciprocal ties and mutual support see K. S. Mathew and Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin in the Pre-Industrial Era: A Study of Portuguese Cochin*, Pondicherry, 1990, pp. iii-x; K. M. Panikkar, *A History of Kerala*, p. 213; Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 37-40; 150-151.

²⁴ The Portuguese established first commercial contacts with Cannanore in 1501 and with Quilon in 1503. However the evident instruments of Portuguese state reached Cannanore with the erection of St. Angelo fortress (1508) and Quilon with their fortress St. Thomas completed in 1519. For details see G. Correia, *Lendas...*, tom. I, Lisboa, 1921, pp. 583; 728; tom. II, pp. 577; Antonio da Silva Rego, *Documentação para a Historia das Missões do Padroado Portugues do Oriente*, vol. I, Lisboa, 1948, p. 403.

²⁵ Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700: A Political and Economic History*, London, 1993, p. 72; Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol. VI, Lisboa, 1978, pp. 141-142.

²⁶ Raymundo Antonio de Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, tom. I, Lisboa, 1884, pp. 21ff; João de Barros, *Asia. Dos feitos que os Portuguezes fizeram no descobrimento e conquista dos Mares do Oriente*, Lisboa, 1771, *Década*, II, part II, pp. 40ff; 181; *Década* III, part II, pp. 451-452; Joaquim Verissimo Serrão, *Commentarios de Afonso de Albuquerque*, tom. I, Lisboa, 1973, p. 140; Duarte Barbosa, *The Book of Duarte Barbosa: An Account of the Countries Bordering on the Indian Ocean and their Inhabitants*, tran. by Mansel Longworth Dames, vol. I, Nendeln, 1967, p. 59.

²⁷ Conquest of Goa, Malacca and Hormus were effected with the fighting force mobilized from the vicinity of Cochin and dispatched from Cochin. For details see Pius Malekandathil, "Maritime Malabar and a Mercantile State: Polity and State Formation in Malabar under the Portuguese: 1498-1663", in K. S. Mathew (ed.), *Maritime Malabar and the Europeans*, London, 2003, p. 203.

either from Cochin or Goa and touching the diverse Portuguese enclaves in the Indian Ocean coupled with the regular circulatory process of commodity movements among them held these widely dispersed territorial pockets together and provided a great amount of cohesiveness and unity to the slowly evolving state structure of the *Estado da Índia*.

In the process of localizing power and giving permanence to the Lusitanian power exercising devices in India, preference was given to the cities of Cochin and Goa and it was into their urban space that Portuguese power was first inscribed. Initially these two cities provided the spatial platform for the process of solidification of power from a fluvial to a localized permanent stature, converting the cities to be the fundamental political units of the *Estado*. Their urban lay out was initially done giving priority and visibility to the power exercising institutions. In Cochin the fortress occupied the core position in the early period, followed by the factory, the weighing place of pepper, the Franciscan monastery and the hospital in the subordinate ranks.²⁸ However in the city of Goa the old palace of the "Sabaio" converted into the Governor's palace became the central institution, particularly after the shifting of the seat of the *Estado* to Goa. The municipal building, the Franciscan monastery, the chapel erected in honour of St. Catherine and an adjacent hospital, were the other early urban structures in Portuguese Goa.²⁹ While the Portuguese city of Cochin known as Cochin *de baixo* evolved around the fort of Manuel (initially erected in 1503)³⁰ keeping itself distinct and separate from the already existing native Cochin or Cochin *de cima* (Mattancherry),³¹ the Portuguese city of Goa emerged by erasing the existing city and grafting Lusitanian urban structures onto it. This happened principally with the shifting of the political headquarters of the *Estado* from Cochin to Goa in 1530,³² following which attempts were made to restructure the city of Goa as to suit its position as being the power center. Correspondingly several new and magnificent urban structures evoking awe and impression

²⁸ G. Correia, *Lendas...*, tom. I, cap. IV, pp. 393-5; cap. XV, pp. 625-33; cap. XVI, pp. 633-7. Almeida strengthened the fortress with granite stones. IAN/TT, *Gavetas*, 14, Maço 3, doc. 14. The factory, the weighing place of pepper and the Franciscan monastery are seen in the early plans of the city of Cochin. For their locations see Luis da Silveira (ed.), *Ensaio de Iconografia das Cidades*, vol. III, Lisboa, pp. 413-6.

²⁹ For details on the Franciscan monastery of Goa whose building process started in 1518 see IAN/TT, *Corpo Cronologico* I, Maço 23, doc. 133 and doc. 142. The buildings of the Franciscan monasteries of Goa and Cochin got completed in 1520. IAN/TT, *Fragmentos* 1, letter of Frei Antonio to the king dated 27-10-1520; *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13, p. 721.

³⁰ Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento e conquista da India pelos Portugueses*, tom. I, liv. II, cap. XXVIII, Coimbra, 1924, pp. 273-4; G. Correia, *Lendas...*, tom. I, cap. IV, pp. 393-5; Lisboa, 1921, p. 2.

³¹ For details see Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 74-76.

³² Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, vol. III, Lisboa, 1982, p. 34.

were increasingly set up in Goa from 1540 onwards.³³ This phenomenon started with increasing generation of wealth from the agrarian territories of Bardez and Salcete added to Goa in 1543³⁴ and from the intensified intra-Asian trade carried out by the Portuguese *casados* of Goa.

By mid-1540s a considerable portion of trade surplus of the *casados* was transferred for beautifying their habitation and also for building magnificent churches or civic structures of Goa and Cochin, evidently with the logic of making the power and prestige of the Portuguese state visible and impressive. Consequently in the city of Goa and surroundings several strong church structures started appearing, which are numbered to be 14.³⁵ Meanwhile, the parish church of Cochin, which had palm thatching till 1541, was modified and restructured to match with the change.³⁶ The nucleus of Madre Deus College started eventually soaring to the heights of three storeys, though its final completion took place much later.³⁷ In all these structures we find the attempts of the city-dwellers to articulate visually the wealth of the state and consequently make its weight of power architecturally visible to the local rulers and their collaborators in an awe-evoking manner.

³³ The slow and gradual process of stamping of Lusitanian urban space onto Goa following the shifting of power center to this city is traceable from the sketch of the city provided by João Castro in 1540s and other sketches provided by Luis da Silveira. Cf. Mathias Mundadan, *History of Christianity in India*, vol. I, Bangalore, 1989; Luis da Silveira. (ed.), *Ensaio de Iconografia das Cidades do Ultramar*, vol. III, Lisboa, pp. 360-83. The beginning of strong and durable urban structures in these Portuguese cities could be traced back to 1518 when the foundations of the Franciscan monasteries were laid both in Cochin and Goa. See for details IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 23, doc. 133 and doc. 142.

³⁴ In 1543 the Governor Martim Afonso obtained from the Adil Shah the perpetual donation of Salcete and Bardez to the Crown. From 1541 onwards began the process of temple-destruction in the island of Goa redirecting its agrarian wealth towards the construction of *capelas* in the islands. See Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez Oriental*, fascículo 5, Lisboa, 1954, p. 75. Martim Afonso de Mello wrote to the Portuguese king in 1541 that the temples were destroyed in the island and many *capelas* were constructed in their stead, despite the opposition from Crishna (Krishnan, Luqu and Anu Sinai (Anu Shenoy)), IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 70, doc. 123.

³⁵ Georg Schurhammer, *Francis Xavier, His Life, His Times, vol. II: India, 1541-1545*, translated by M. Joseph Costelloe, Rome, 1977, pp. 187-91; 213; António de Silva Rego (ed.), *Documentação...*, vol. I, pp. 213-17; vol. II, p. 36; G. Correia, *Lendas...*, II, p. 199, IV, p. 140.

³⁶ In the letter of Fr. Sebastian Pirez Vicar General sent to the king of Portugal on 1st January 1522 it is mentioned that the main church of Cochin was thatched with palm leaves. See IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 27, doc. 93. Though there were 1000 Christians in Cochin by 1527 the main church continued to remain in an unfinished form. IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 38, doc. 51. Even in 1541 this church remained as a structure thatched with palm leaves. See IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 69, doc. 2.

³⁷ Josef Wicki (ed.), *Documenta Indica*, vol. I, doc. 81, Rome, 1948, p. 521. In fact the Madre de Deus church of Cochin was given to the Jesuits on 29th December 1550, where the Jesuits built

Peopling of the Cities and the Making of Citizens for the *Estado*

Though the nucleus of a Portuguese state structure had appeared in Cochin as early as 1505, in the initial phase the emerging state comprised mostly of officials of trade or soldiers engaged in the service of the crown. It in fact appeared to be a state devoid of actual citizens. Afonso de Albuquerque, who realized the intensity of the problem emerging from the deficiency in civil population supportive of the state, tried to solve it by giving permission to many soldiers, the vital apparatus of a state, to forego their profession and get married to Indian women. This was for the purpose of achieving a longer goal of realizing sufficient demographic strength and thus ensuring a generation supportive of Portuguese dominance.³⁸ Thus in 1512 there were 100 Portuguese *casados* in Cochin and 200 Portuguese *casados* in Goa.³⁹ These Portuguese married people became the nucleus of the civil population of the *Estado*, which transformation was realized over a long span of time within the frames of the urban spaces of Cochin and Goa. For the sustenance of the married Portuguese citizens Albuquerque allotted petty trade, and permitted them to set up shops and manufacturing units including shoe making, baking and tailoring.⁴⁰ In course of time, a collectivity of citizens or civil society, sustained by trade and keen on developing the private initiatives of urban-dwellers, got shaped and incorporated into the Portuguese habitats of Cochin and Goa.

However, with the emergence of a relatively considerable number of private entrepreneurs in Cochin there began a phase of inevitable clash between their private interests and those of the crown. In the final outcome the state was necessitated to reshape its structure giving space for the private traders of Cochin.⁴¹ Consequently, from 1515 onwards, several administrators and officials

the Madre de Deus College. IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 85, doc. 121. For further details on Madre de Deus College of the Jesuits in Cochin see the letter of P.^e Antonio Gomes SJ written to St. Ignatius Loyola in 1551, Archive der Gesellschaft Jesu, Goa, 10, docs. 107 and 185. Biblioteca Nacional de Lisboa, *Collecção de Pombal*, 745, doc. 19; the letter of Nicolo Lancilotto SJ dated 24-4-1552.

³⁸ Cf. K. M. Panikkar, *Malabar and the Portuguese, 1500-1663*, Bombay, 1929, p. 84.

³⁹ IAN/TT, *Corpo Cronológico I*, Maço 11, doc. 50. Letter of Afonso de Albuquerque dated 1-4-1512.

⁴⁰ Cf. K. M. Panikkar, *Malabar and the Portuguese...*, p. 84; António da Silva Rego, *Documentação...*, vol. I, doc. 44, p. 118.

⁴¹ In this clash, a lobbying group among the *casados* known as Cochin group clamoured for an atmosphere of free trade with less state interference. Cf. Pius Malekandathil, "The Portuguese *Casados* and the Intra-Asian Trade: 1500-1663" in *The Proceedings of the Indian History Congress*, Millennium (61st) Session, Kolkata, 2001, pp. 385-8; For details see also Vítor Luís Gaspar Rodrigues, "O Grupo de Cochim e a Oposição a Afonso de Albuquerque" in *Stydia* 51 (1992), pp. 119-144; Luís Filipe Thomaz, "Diogo Pereira, O Malabar", *Mare Liberum* 5 (1993),

(including governor Lopo Soares de Albergia), who were unenthusiastic about rigorous state intervention in trade and were supportive of the Portuguese private entrepreneurs, were made in charge of the decisive and strategic posts of the *Estado da Índia*, evidently for the purpose of reorganizing its structure and form incorporating the needs and aspirations of the commercially-oriented citizens of Cochin.⁴²

Against the background of favourable and liberal atmosphere of trade thus created in Cochin, many Portuguese *casado* traders preferred to have their habitat in this city and the number of the Portuguese houses that were eventually set up rose to 300 in 1517.⁴³ Several Portuguese *casado* traders among them like Diogo Pereira,⁴⁴ played decisive role in making the commodity streams from Chaul and Cambay on the one hand and from Bengal, Pegu as well as Malacca on the other hand, merge at Cochin. Meanwhile some of them who made commercial expansion into South East Asia, either on their individual initiative or making use of the commercial networks of the Muslim relatives of their wives, were later made to supply the sophisticated spices like cloves, nutmeg and mace in Cochin for the Lisbon-bound vessels, which process augmented particularly with the termination of royal monopoly over the spice trade in Malacca and Moluccas in 1533 and 1537 respectively.⁴⁵ Still some others joined hands with the callous Portuguese officials and the Marakkar merchants to send commodities to the ports of Red Sea controlled by the Ottomans.⁴⁶

pp. 49-64; Geneviève Bouchon and Luís Filipe Thomaz (ed.), *Voyage dans Les Deltas du Gange et de l'Irraouaddy 1521*, Paris, 1988, pp. 58-68.

⁴² The most important change thus effected was the eventual demarcation of the space east of Cape Comorin, which was relatively free of state interference, for the *casado* entrepreneurs for the purpose of conducting trade. Cf. Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700: A Political and Economic History*, London, 1993, p. 97.

⁴³ Miloslav Krasa, Joseph Polisensky and Peter Ratos (ed.), *European Expansion 1494-1519: The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript*, Lyc.515/8, Prague, 1986, p. 106.

⁴⁴ R. A. de Bulhão Pato, *Cartas de Affonso de Albuquerque...*, tom. I, p. 197; Luís Filipe Thomaz, "Diogo Pereira, O Malabar" in *Mare Liberum* 5 (1993), pp. 50-64.

⁴⁵ See the treatise on the drugs and spices of Malacca dated 23rd September 1533, IAN/TT, *Cartas dos Vice-Reis*, doc. 21; Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malacca (1511-1580)*, vol. II, *Mestrado* thesis submitted at the Faculdade de Letras de Lisboa, 1964, doc. 98, p. 278; Luís Filipe Thomaz, "The Portuguese in the Seas of the Archipelago during the 16th Century", *Archipel* 18 (1979), SPAFA Consultation Workshop on Research in Maritime Shipping and Trade Networks in South East Asia, Cisarua, West Java, Nov. 20-27, 1984, p. 76.

⁴⁶ In 1521, we find the very governor Diogo Lopes Sequeira and another Portuguese private trader joining hands with Kuti Ali, a Marakkar merchant, to send pepper to Red Sea. Cf. R. S. Whiteway, *The Rise of Portuguese Power in India: 1498-1550*, New Delhi, 1989, p. 196; Pius Malekandathil, "From Merchant Capitalists to Corsairs"..., pp. 75-96. It was in 1516 that the Mamluk Sultan Kansuh al-Gauri was completely defeated and killed by Selim near Aleppo. By the end of January 1517 Cairo was in Selim's hands and thereby he became the guardian and master

In fact the very desire to base Portuguese operations in Goa emerged from the fact that it remained outside the range of Zamorin's recurring attacks and that it is of equi-distance from Kerala and Gujarat, a position which enabled them to intervene in the trade of both the regions by controlling Goa and to block the flow of commodities to the ports of Red sea by regular patrolling.⁴⁷ However soon private trade of the *casados* of Goa began to draw strength and by 1520s the flourishing trade of Goa started passing hands from Krishna, Raluchatim and Loquchatim⁴⁸ into those of the Portuguese *casados*.⁴⁹ The Goan *casados* began to bag huge profits by actively involving in the Goa-Bengal-Malacca-Coromandel-Malacca-Goa and Goa-Malacca-South East Asian routes, particularly after the termination of crown trade in Malacca and Moluccas.⁵⁰ The crown seems to have encouraged these traders not only because commerce provided a livelihood to them; but also because they were slowly emerging as a substitute to the prominent and the traditional merchant groups like the Muslims and the *baniyas*, who had dominated the Indian Ocean trading scenario. So the creation of a mercantile class from the Portuguese citizens of Cochin and Goa was a need of the times. This was realized by increasingly resorting to the trade-devices of *quintaladas*, voyages, licences and other trade concessions, by which the state was required only less to pay while the individuals had to earn the rest by his personal initiatives.⁵¹ In this process, slowly Cochin and Goa turned out to be junctional points where diverse trade networks got intersected and spatial units where multiple types of social relations evolved following the acceleration of the process of distribution and re-distribution of wealth.

of the holy places of Medina and Mecca and also the controller of trade in the Red Sea. For details see M. S. Anderson, *The Origin of the Modern European State system, 1494-1618*, London, 1998, p. 234; Jean Louis Bacque-Grammont et Anne Kroell (ed.), *Mamlouks, Ottomans et Portugais en mer Rouge. L'affaire de Djedda en 1517*, Supplement aux *Annales Islamologiques*, Le Caire, 1988. See also Pius Malekandathil, "The Ottoman Expansion and the Portuguese Response in the Indian Ocean, 1500-1560" in M. N. Pearson and Charles Borges (ed.), *Metahistory, History Questioning History: Festschrift in Honour of Teotonio R de Souza*, Lisboa, 2007, pp. 497-508.

⁴⁷ José Ramos Coelho (ed.), *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1892, pp. 237-9; Fortunato de Almeida, *História de Portugal (1385-1580)*, tom. III, Coimbra, 1925, pp. 570-578.

⁴⁸ IAN/TT, *Fragmentos* 26, fol. 25-48; 27, fols. 47-65; IAN/TT, *Gavetas*, 20-2-24.

⁴⁹ IAN/TT, *Gavetas*, 20-10-26.

⁵⁰ See the treatise on the drugs and spices of Malacca dated 23rd September 1533, IAN/TT, *Cartas dos Vice-Reis*, doc. 21; Luís Filipe Thomaz, *Os Portugueses em Malacca...*, vol. II, doc. 98, p. 278; Luís Filipe Thomaz, "The Portuguese in the Seas of the Archipelago...", SPAFA Consultation Workshop on Research in Maritime Shipping and Trade Networks in South East Asia, Cisarua, West Java, Nov. 20-27, 1984, pp. 70-80; Adelino de Almeida Calado, *Livro que trata das cousas da Índia e do Japão*, pp. 52-53.

⁵¹ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 171-2.

The *Estado da Índia* tried to incorporate these trade networks and webs of social relations within the frames of its politico-economic structure through a process of strategic planning, which commenced with the conferring of urban status on Goa in 1518⁵² and on Cochin in 1527.⁵³ At the time of elevation of Cochin to the status of a city in 1527 there were 160 Portuguese married men in the city. However Goa had larger number of urban dwellers, whose number in 1527 was 500 *casados*.⁵⁴ Religion wise there were 1000 Christians in Cochin,⁵⁵ out of whom many seem to be non-Portuguese. Meanwhile, the size of urban population of Goa went on increasing. In 1529 the number of Portuguese *casados* in Goa rose to 800, having about 1000 Portuguese children in the city.⁵⁶ With the increase in the size of urban dwellers in these cities, the Municipal councils also started becoming significantly active. The Municipal councils of both Goa and Cochin and the numerous legislations produced by them were utilized as devices for standardizing and thus controlling the socio-economic behaviour of these urban dwellers and for consolidating their diverse social spaces into the political frame of the *Estado*. Providing access to a vast world of their human and material resources and facilitating the attempts of the Lusitanians to further their political control over the process of creation and expropriation of surplus, the urban units of Goa and Cochin turned out to be the most strategic and fundamental political units of the *Estado*.⁵⁷

The administration of the city affairs passed into the hands of the urban elite, through the mechanism of city council elected from the Portuguese married settlers.⁵⁸ In fact the control of the municipal offices of Cochin and Goa by merchant elites resulted in the implementation of the aspirations of trading groups at the grass root level of administration in these cities. The hold over Municipal offices, supported by the legislative powers of the city council, also enabled them to ensure legitimacy, continuity and stability to the private trading

⁵² IAN/TT, *Corpo Cronológico* II, Maço 234, doc. 7; J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo 2, pp. 1ff.

⁵³ K. S. Mathew and Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin...*, doc.1, pp. 1-3.

⁵⁴ IAN/TT, *Gavetas* 15, Maço 17, doc. 19, letter of Luís Martins de Portalegre to the crown dated 1-12-1527.

⁵⁵ IAN/TT, *Corpo Cronológico* I, Maço 38, doc. 51.

⁵⁶ IAN/TT, *Gavetas*, 20-2-23. Letter of Diogo Mariz to the king dated 13-11-1529.

⁵⁷ This empirical analysis is done on the basis of the argument of H. Kamen, who says that town communities were the fundamental political units of civilized Europe and that they had a special identity based on political and civic privileges. Cf. H. Kamen, *Early Modern European Society*, London, 2000, pp. 13-14.

⁵⁸ *Regimento dos Officiais das Cidades, Villas e lugares destes Reynos com Privilegio del Rey nosso Senhor*, Lisboa, 1504; C. R. Boxer, *The Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1580*, Madison, 1965, pp. 5-8; M. N. Pearson, *Coastal Western India: Studies from the Portuguese Records*, New Delhi, 1981, pp. 52-3.

networks that they had developed over decades. This is evidently seen in the eventual replacement of the patrolling fleet, which was earlier introduced on the Malabar coast with a view to preventing diversion of spices to the Red Sea-Mediterranean route, by a municipal navy of Cochin to suit the needs of the private traders of the city. Eventually the Municipality of Cochin bagged the right to appoint the captain-in-chief of the patrolling fleet,⁵⁹ evidently to protect the private interests of its city-dwellers. The city of Cochin is estimated to have spent about 25, 078 *pardaos* during the period between 1587 and 1598 for the purpose of patrolling the coast alone. However the very purpose of the patrolling of the coast, changed as these *armadas* were concerned more and more with the protection of the private vessels of the *casados* coming from the eastern space of Indian Ocean rather than those of the crown involved in Indo-European trade.⁶⁰ This transformation of the southern armada from a mechanism to safeguard the royal trade into one to protect the private trade of the *casados* is clearly indicative of the influence exerted by the urban elite through the Municipal council of Cochin even to the extent of using the stately infrastructure for the purpose of protecting their private interests.⁶¹

The state tried to prevent the private ventures of the *casados* from going to the extreme and to avoid the excesses, by frequent interventions through the mechanism of crown-granted charters. Though the royal charters to the municipalities externally appeared to be a set of commercial privileges conferred upon the citizens, in practice they turned out to be devices for applying constraints and brakes on them and to get their aspirations pruned for the benefit of the state.⁶² The evident case is that of the tax concession given to the merchants trading on the sides of *Rua Direita* in Goa, who were exempted from paying ¼ duty.⁶³ Tax concession was given also to the *casados* of Cochin. Though the reduction of customs duties of Cochin from 6% to 3.5% for the wares of the *casados* was done as a commercial concession to them (of course on the repeated requests and interventions of the king of Cochin and the *casados*),⁶⁴ it was so done not

⁵⁹ K. S. Mathew and Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin...*, doc. 51, p. 70.

⁶⁰ The city of Cochin raised an amount of 25,078 *pardaos* from the *casados* as one per cent tax during the period between 1587 and 1598 and this amount was utilized only for the purpose of patrolling the coast up to Cape Comorin. See BNL, *Fundo Geral*, Cod. 1980, "Livro das Despezas de hum por cento", fols. 3-11, 19-26. Because of the constant threat from the corsairs, the *casado* vessels were collected from Cape Comorin by this navy and were taken in caravan to Cochin.

⁶¹ Pius Malekandathil, "The Mercantile Networks and the International Trade of Cochin" in Ernst van Veen and Leonard Blussé (ed.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks*, Leiden University, Leiden, 2005, pp. 152-3.

⁶² For example see the nature of the privileges given to the city of Goa in IAN/TT, *Corpo Cronológico* II, Maço 234, doc. 7; J. H. da Cunha (ed.), *Arquivo...*, fascículo 2, pp. 1ff.

⁶³ J. H. da Cunha (ed.), *Arquivo...*, fascículo 2, p. 23.

⁶⁴ K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 53, pp. 73-84; Sanjay Subrahmanyam, "Cochin in Decline, 1600-1650: Myth and Manipulation in the *Estado da Índia*"

only to please the *casado* traders and the local ruler, who derived the immediate benefit out of it, but also as a device to keep the private traders attracted to and get linked with the Portuguese settlement of Cochin and thus consolidate the mobile Portuguese traders with the state structure. Had the tax being higher they would have gone to other trading centers located outside the Portuguese trading system, where they had to pay only less customs.⁶⁵ In fact trade concessions and commercial privileges were used as integrating and cohesive devices for keeping the mobile Portuguese private traders integrated with the state that used to periodically confer trade privileges upon them under different pretexts.

Meanwhile the municipalities of these two cities were also allowed to develop a strong legal tradition as a defense device against the interference of crown or its officials in their affairs.⁶⁶ The grant of legal autonomy in the cities, on the one hand, enabled the city council to accommodate local needs and private aspirations of the urban population in the process of legislation and administration,⁶⁷ while on the other hand, served to minimize the amount of hostility that prevailed among some segments of the *casado* traders towards the state as commercial competitor.⁶⁸ Above all, the urban legal traditions of Goa

in Roderich Ptak (ed.), *Portuguese Asia: Aspects in History and Economic History*, Stuttgart, 1987, pp. 67-8.

⁶⁵ The Portuguese traders were always on the move looking for profitable commercial avenues and ports having less customs duty. In this process some went to inland trade centers as well. Thus in 1528 there were about 350 to 400 Portuguese in the trade centers of Vijaynagara alone. IAN/TT, *Corpo Cronológico* I, Maço 38, doc. 1. Later when the Cochinites moved to other maritime trade centers like Nagapattanam, they demanded that they should be given the same tax-concession as they used to enjoy in Cochin. Cf. AHU, *Índia*, Caixa 16, doc. 34, dated 12-2-1644.

⁶⁶ For details on the nature of the legal traditions that existed in Cochin and Goa see K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 9, p. 22; doc. 30, pp. 44-5; doc. 53, pp. 71-2; J.H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo 2, pp. 1 ff.

⁶⁷ For details on legislations accommodating local needs see the laws made to avail food-materials in the city see K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 55, p. 86; doc. 59, pp. 90-1; doc. 61, p. 93; doc. 63, pp. 95-6. Examples of legislations made to accommodate aspirations of the urban population could be seen in the laws passed to dispose land in the city, as per the needs of the urban elite. *Ibidem*, doc. 18, p. 31.

⁶⁸ The hostility of some of the Portuguese *casados* of Cochin towards the interventionist state is visible in the case of the *casados* living almost five or six leagues away from Cochin in places like Culimute (?) and making armaments for Kunjali's men and trading with them on contraband commodities. They built ships for the Muslim corsairs and helped the latter to enlarge their fleet and with the help of the Muslim merchants they even attacked the fleet of the *Estado*, an act which had come out of common economic interests touching their private trade in Asia. IAN/TT, *Corpo Cronológico* II, Maço 211, doc. 65, fols. 5-6. The Letter of Diogo Fernandes to D. John III dated 1-6-1537; See also Jorge Manuel Costa da Silva Flores, *Os Portugueses e o Mar de Ceilão 1498-1543: Trato, Diplomacia e Guerra*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa presented to the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 200-205. Competition for wealth, resources and for sharing of

and Cochin were used to standardize and homogenize the urban behaviour,⁶⁹ which in turn was also increasingly banked upon as a mechanism to integrate the urban populace with the state.⁷⁰

The cities of Goa and Cochin absorbed the large flow of people from the mother country to India following the recurring famines and frequent outbreak of pestilences in Portugal. By providing European urban milieu and ample opportunities for a decent living by participation in trade, the urban spaces of Goa and Cochin acted as shock-absorbing devices for the Lusitanians who fled from the cities of Portugal during the famines of 1521, 1522 and outbreak of the great pestilences of 1524 as well as 1530-1.⁷¹ Subsequent to this and particularly from 1530 onwards, we find a radical change in the demographic structure and composition of the Portuguese cities of Goa and Cochin.⁷² The number of Lusitanians in Goa increased to 1000 in 1529, out of which 800 were *casados*.⁷³

power between the Crown and entrepreneurial segment of the urban (merchant) élites was evidently visible in most of the Portuguese cities, particularly Cochin and Goa.

⁶⁹ The behavioural standardization was done in Cochin by restricting the voting right in the city council to the virtuous Portuguese settlers of Cochin. K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 80, pp. 119-20. Another example for standardization was the city administrative arrangement to manage the problems of cleanliness and tidiness of the city. *Ibidem*, doc. 10, p. 23.

⁷⁰ Most important appointments made in the city council like those of the inspector for the cleanliness of the city, supervisor for shipbuilding, officer in charge of the mint etc., were to be approved by the crown or its officials suggesting that this procedural format inherently implied restriction and subjugation of the urban autonomy to the authority of state. The different regulations pertaining to them acted as devices of integration. For example see *Ibidem*, doc. 10, pp. 23-4; doc. 25, p. 39; doc. 33, p. 47; doc. 44, pp. 61-2; doc. 52, pp. 71-2.

⁷¹ During the times of famines and pestilences many Portuguese citizens turned to Indian colonies as better centres for safe living. The outbreak of the great pestilence of 1530-31 in Lisbon made many flee the capital and the royal city was completely deserted. For details on the famine and pestilence, see Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, 1978, p.31. The German eye-witness says that the Portuguese king and the royal family fled to Palmada, while the inhabitants left the city. See for details Albert Haemmerle (ed.), *Stetten-Jahrbuch*. MCML, vol. II, Deren von Steten Geschlechterbuch MDXXXVIII, pp. 52ff; Hermann Kellenbenz, "Os Mercadores Alemães de Lisboa por volta de 1530", *Separata da Revista Portuguesa de História*, vol. IX, Coimbra, 1961, pp. 12-13; Pius Malekandathil, "The Portuguese *Casados*...", pp. 388-9; For the migration of Portuguese citizens to India, see António Sérgio, *Obras Completas de António Sérgio. Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, Critical Edition guided by Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Gracio and Joel Serrão, Lisboa, 1976, p. 191.

⁷² In Cochin there began a great inflow of new Christians particularly from 1533 onwards. For details, see José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, "Outras gentes em outras Rotas: Judeus e Cristãos-novos de Cochim – entre Santa Cruz de Cochim e Mattancherry, entre o Império Português do Médio Oriente", A paper presented in *VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Angra de Heroísmo, 7-11 de Junho de 1996, pp. 4-9.

⁷³ IAN/TT, *Gavetas*, 20-2-23. See the letter of Diogo Mariz written to the crown dated 13-11-1529.

By 1542, there were altogether 15,000 Christians in Cochin (area) of whom more than 300 were *casados*, married and settled down in the city of Santa Cruz of Cochin⁷⁴. In 1546, the number of Portuguese men residing in Cochin was estimated to be 570 out of which 343 were married settlers.⁷⁵ By mid-1540s the demographic strength of Goa rose to 1600 Portuguese citizens and 3000 soldiers.⁷⁶ The number of the married Portuguese settlers of Cochin rose to 500 by 1551.⁷⁷ The new migrants from Portugal, who settled down in the cities of Cochin and Goa began to interact with the urban geography expanding the territorial limits and the spatial dimensions of these cities. With the increase in the city-population and particularly from 1540 onwards, the king of Portugal started showing great concern and interest in the construction of city wall in Goa encircling the Portuguese settlers⁷⁸ and three new parish churches were erected in the city in 1545.⁷⁹ Meanwhile, by allowing the new comers to settle down in the Portuguese urban space, the Portuguese state managed to overcome, to a certain extent, the problem of chronic paucity of manpower, and convert them into its citizens. The Portuguese authorities had to accommodate themselves to this situation and adopt a policy in which sufficient space was carved out for the commercial enterprise of the new comers. Chances for decent livelihood and opportunities for private initiatives were offered to them through the system of licences, voyages and other trade concessions, using which privileges they began to co-operate with the first generation of *casados*, who had already established a vast commercial network in the Indian Ocean.⁸⁰ As a result the volume of trade began to increase and the customs duty on spices in Goa rose to 1350 *pardaos* and that of the food grains amounted to 2500 *pardaos* in the 1540s.⁸¹

⁷⁴ Mathias Mundadan, *History of Christianity*, vol. I, Bangalore, 1984, p. 359.

⁷⁵ The letter of Henrique de Sousa written to the governor dated 15-5-1546, in Elaine Sanceau (ed.), *Colecção de São Lourenço*, vol. II, p. 321.

⁷⁶ Georg Schurhammer, *Francis Xavier, His Life, His Times*, vol. II: *India, 1541-1545*, translated by M. Joseph Costelloe, Rome, 1977, pp. 187-91; 213; António da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, Índia*, vol. I, Lisboa, 1948, pp.213-17; vol. II, p.36; Gaspar Correia, *Lendas...*, II, p. 199, IV, p. 140.

⁷⁷ The letter of the viceroy written to the king dated 16-1-1551, IAN/TT, *Corpo Cronológico* II, Maço 242, doc. 44.

⁷⁸ Letter of the king of Portugal to the city of Goa. *Livro das cartas que os reis de Portugal escreveram à cidade de Goa*, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo 1, p. 8.

⁷⁹ See the letter of Estêvão Madeira to Pedro d'Alcáçova dated 25-1- 1545, IAN/TT, *Corpo Cronológico* I, Maço 76, doc. 11. The other early important churches were those of Nossa Senhora de Serra, Nossa Senhora da Luz and Nossa Senhora do Rosário. See IAN/TT, *Gavetas*, 20-2-23 letter of Diogo Mariz to the king of Portugal dated 13-11-1529. IAN/TT, *Corpo Cronológico* I, Maço 25, doc. 55; Maço 65, doc. 72.

⁸⁰ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 170-8.

⁸¹ Francisco Xavier Ernesto Fernandes, *Regimen do Sal, Abkary e Alfandegas da Índia*, Lisboa, 1905, pp. 23-27.

Cities and the Imperial Defense Strategy

The Portuguese state considered the cities of Goa and Cochin as the source of the authority needed to retain its possessions and started increasingly banking upon them, both their human and material resources, for defending the empire against the background of expansion of the Ottoman State into the rim of Indian Ocean. With the occupation of Cairo (1516) and Suez (1517) by the Ottomans, commodity movements from Calicut to the ports of Ottoman Turks had already become relatively frequent, particularly during the period between 1526 and 1527.⁸² Later the establishment of a naval base in Basra by the Ottomans in 1534⁸³ was followed by their entry into Indian waters to capture Diu.⁸⁴ In 1538 another Ottoman fleet visited Vizhinjam,⁸⁵ a southern port of Kerala, which corresponds roughly to the time when Kunjali and his Marakkar allies were chased and defeated by the Portuguese at Vedalai and Negombo.⁸⁶ This is suggestive of the wider nexus that had evolved by this time between the Marakkars of Kerala and the Ottomans.⁸⁷ Against this background of the ubiquitous presence of the Ottomans in the visible vicinity of Portuguese possessions, the crown and its officials started increasingly using the cities of Cochin and Goa for mobilizing resources for the purpose of defending the *Estado* from Ottoman attacks.⁸⁸ Attempts were made to mobilize large amount of material and human resources from these cities, when the Ottomans laid siege on Diu in 1546 and D. João de Castro took about 1500 men from these urban centres to Diu on 20th September

⁸² G. Correia, *Lendas...*, Tomo III, parte I, pp. 274-5.

⁸³ Salih Özbaran, "The Ottoman Turks and the Portuguese in the Persian Gulf, 1534-1581", in *Journal of Asian History*, VI, 1 (1972), pp. 52-54. In 1538 the name of the Ottoman Sultan was stamped on the coinage and included in the *khutba* at Basra. In 1546 Basra was formally integrated into the empire.

⁸⁴ Dejanirah Couto, "Les Ottomans et l'Inde portugaise", *Vasco da Gama et l'Inde*, vol. 1, Calouste Gulbenkian Foundation, Paris, 1999, pp. 185-88; Salih Özbaran, *The Ottoman Response to European Expansion - Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*, Analecta Isisiana XIII, Istanbul, 1994, pp. 99-109.

⁸⁵ G. Correia, *Lendas...*, tom. III, p. 882.

⁸⁶ J. Barros, *Ásia. Dos feitos que os Portugueses fizeram no Descobrimento e Conquista dos Mares e Terras do Oriente*, Lisboa, 1973, Decada IV, liv.8, pp. 12-14; Diogo Couto, *Da Ásia dos feitos que os Portugueses fizeram na Conquista e Descobrimento das Terras e Mares do Oriente*, Decada V, liv. 2, Lisboa, 1973, pp. 4-6, 8.

⁸⁷ Pius Malekandathil, "Winds of Change and Links of Continuity: A Study on the Merchant Groups of Kerala and the Channels of their Trade, 1000-1800" in *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 50, 2 (2007), pp. 271-3.

⁸⁸ Pius Malekandathil, "The Ottoman Expansion...", pp. 502-4.

1546.⁸⁹ While a good many of them like Antonio Leme,⁹⁰ Manoel de Sousa de Sepulveda,⁹¹ Francisco da Silva,⁹² Sebastião Luis, *alcaide-mor* of Cochin,⁹³ Antonio Correa, the very factor of Cochin,⁹⁴ etc., were mobilized from Cochin, a considerably great number was gathered from Goa, as well, like Lucas Veiga,⁹⁵ Dom Leitão,⁹⁶ Simão da Rocha,⁹⁷ Sebastião Lopez Lobato,⁹⁸ Francisco Navaes Pereira,⁹⁹ Vasco Rebello,¹⁰⁰ Pedro de Liao,¹⁰¹ etc. The lifting of the siege on Diu was effected thanks to the help, both in the form of wealth and men, extended by the cities of Cochin and Goa. The crown, later wrote special letters to both the cities acknowledging the prompt help received from their urban dwellers.¹⁰² Meanwhile his representative in India, governor D. João de Castro, rewarded those city-dwellers of Goa and Cochin who had fought for the defence of Diu in 1546 by granting commercial voyages, in most cases, to Bengal or Malacca or Ormuz.¹⁰³

By this mechanism of rewarding with commercial voyages, the cities were more and more integrated into the defense-strategy of the *Estado* as its essen-

⁸⁹ António Baião, *História Quinhentista (inédita) do Segundo cerco de Dio*, Coimbra, 1927, p. 298.

⁹⁰ António Leme was given the permission to get a ship built in Malabar and to send commodities to any of the ports in Bengal as reward for fighting for the state at Diu. A. Baião, *História Quinhentista...*, p. 298.

⁹¹ On 21st February 1547, Manoel de Sousa de Sepúlveda was permitted to send a ship to Bengal, for having served in Diu and for having spent a lot of money feeding the fighting forces. *Ibidem*, p. 312

⁹² The *casado* trader of Cochin, Francisco da Silva was given a grant of voyage on 23rd November 1547 as reward for his role in the defence of Diu, by which he could send every year one ship each to Bengal, Arakan and Moluccas. Biblioteca do Palácio da Ajuda, *Livro das Mercês que fez D. João de Castro*, 51-8-46, fol. 193v.

⁹³ IAN/TT, *Chancelaria de D. João III, Doações* 69, fol. 98v.

⁹⁴ António Baião, *História Quinhentista...*, pp. 306, 309-310.

⁹⁵ Lucas Veiga was given the voyage-concession to Bengal for his participation in the defence of Diu. António Baião, *História Quinhentista...*, p. 327.

⁹⁶ Dom Leitão was permitted to send a ship to Maldives with along with Jerónimo Butaqua as reward for his role in the defence of Diu. *Ibidem*, p. 327.

⁹⁷ Simão da Rocha was granted permission to send a vessel to Malacca as reward for his role in the defence of Diu. *Ibidem*, p. 327.

⁹⁸ Sebastião Lopez Lobato was made the *alcaide mor* of Goa. *Ibidem*, p. 328.

⁹⁹ Francisco Navaes Pereira was rewarded with a commercial voyage to Bengal. *Ibidem*, p. 328.

¹⁰⁰ Vasco Rebello was granted commercial privilege to send vessels to Bengal and Hormuz. Bibliotheca do Palacio da Ajuda, *Livro das Mercês que fez D. João de Castro*, 51-8-46, fol. 241v.

¹⁰¹ Pedro de Liao was rewarded with a commercial voyaged to Bengal. Biblioteca do Palácio da Ajuda, *Livro das Mercês que fez D. João de Castro*, 51-8-46, fol. 164v.

¹⁰² J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fasc. I, p. 8.

¹⁰³ For details see Biblioteca do Palácio da Ajuda, *Livro das Mercês que fez D. João de Castro*, 51-8-46.

tial component. Thus later when Malacca was sieged, wealth and men from Cochin were increasingly mobilized and utilized to lift the siege. In 1587 on the requests from the *Estado* authorities, the Municipal council of Cochin contributed an amount of 13,560 *xerafins* for the relief of Malacca, which was spent primarily for outfitting and manning a ship as well as for the delivery of food supplies to Malacca.¹⁰⁴ This amount was raised by reallocating city's working fund and by taking loans from individuals and institutions of the city. Out of this amount about 1000 *xerafins* were borrowed from the funds earmarked for orphans and usually managed by the *Santa Casa da Misericórdia*. An amount of 5,228 *xerafins* was raised from 180 Portuguese *casados* of Cochin. From the local indigenous merchants (*gente da terra*) as well as from the Gujarati and Ceylonese merchants trading in Cochin an amount of 1267 *xerafins* was borrowed. Moreover, an amount of 2,189 *xerafins* was taken from the fund gathered for the social relief of the orphans of Cochin and for their burial, while the city reallocated 3876 *xerafins* collected as municipal tax at the customs house of Cochin.¹⁰⁵ This reveals the extent to which the cities were made to get involved and integrated with the defense strategy of the *Estado* possessions, particularly in times of emergency.

However, with the increasing dependence on the urban dwellers of Cochin and Goa for its defence and sustenance, the *Estado* had also to make several commercial concessions to keep the urban elites to the tune of the state. Several navigational channels kept by the crown rather monopolistically were liberalized and handed over to the private traders. The crown began to rent out voyages to South East Asia to the city-dwellers of Goa and Cochin on a considerable scale from 1570 onwards.¹⁰⁶ Consequently the amount of the wealth that got accumulated in these cities got considerably augmented and it is indicated mainly by the increase in the income of the cities of Goa and Cochin. The customs money obtained from the trade in horses in Goa rose to 60,000 *pardaos* of gold, while that from the spices increased to 4850 *pardaos* in 1571. In the same year the income from silk trade in Goa rose to 4200 *pardaos*, whereas the income from trade in cotton clothes and textiles was 2110 *pardaos*.¹⁰⁷ Meanwhile the *casados* from Goa began to take up voyages rather frequently to Bengal, South East Asia, China as well as Japan by 1580.¹⁰⁸ Following the intensification of *casado* trade, by 1590s the customs duty on spices was farmed out for 7755 *xerafins*, and that

¹⁰⁴ Cf. Biblioteca Nacional, Lisbon (BNL), *Fundo Geral*, Codices 1979 and 1980.

¹⁰⁵ Cf. BNL, *Fundo Geral*, 1979, folio 1-6v.

¹⁰⁶ Luís Filipe Thomaz, "The Portuguese in the Seas of the Archipelago", p. 77.

¹⁰⁷ Artur Teodoro de Matos (ed.), *O Orçamento do Estado da Índia 1571*, Lisboa, 1999, pp. 57-9.

¹⁰⁸ For details see *Livro das Cidades e Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, published by Francisco Mendes da Luz in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXI, Coimbra, 1953.

of food-grains was farmed out for 11,630 *xerafins* in Goa.¹⁰⁹ However, during the period between 1587 and 1598, the total value of private trade of the *casados* in Cochin was more than 8,819,500 *pardaos*, out of which the city of Cochin bagged an amount of 88,195 *pardaos*, 4 *tangas* and 32 *reais*, as one per cent duty collected from the various commodities imported by the *casados*.¹¹⁰ Confining their trade networks within Asia, these *casados* never allowed their wealth go out of Asia or get transferred to the mother country. However the state in times of exigencies banked heavily upon this private wealth to tide over financial difficulties and to defend its possessions. When the Dutch threat was increasingly felt on the Portuguese territories, it was the wealth from these cities that was greatly channelized for defence purposes. The *Estado* borrowed huge amount of money for defence and trade purposes from private traders of Goa like Fernand Cron and Cochin. The *casado* traders of Cochin gave the state an amount of 1,40,345 *xerafins* as loan in 1610,¹¹¹ whereas Fernand Cron of Goa gave a loan of 20,000 ducats during the time of intensified threats from the Dutch (c.1612-17),¹¹² which in most cases the state could not repay. Meanwhile, the state also banked upon the capital and commercial expertise of the city-dwellers of Cochin to make spices available in Portugal by entering into contract with the city of Cochin for dispatching regular *navetas* to Lisbon in the second quarter of the seventeenth century.¹¹³

Spatialization and the Integration of the Cities with the State

The magnificence of the city of Cochin depended greatly on the wealth that it bagged over a long period of time from its trading activities, conducted in a relatively free manner thanks to its distance from the power center of Goa.

¹⁰⁹ Francisco Xavier Ernesto Fernandes, *Regimen do Sal, Abkary e Alfandegas da India*, Lisboa, 1905, pp. 23-27.

¹¹⁰ BNL, *Fundo Geral*, Codice No.1980, "Livro das Despezas de hum por cento", *Taboada section*, fols.1-2.

¹¹¹ For details on the wealthy *casados* of Cochin, who used to lend money to the state, see AHU, *Índia*, caixa 2, doc. 89; fols. 1-4; 11, 15, dated 27-1-1613. In order to understand the financial crisis which the Portuguese experienced during this period, see Pius Malekandathil (ed.), *Jornada of Dom Alexis de Menezes: A Portuguese Account of the Sixteenth Century Malabar*, Kochi, 2003, pp. LXII-LXIV.

¹¹² Charles R. Boxer, "Uma raridade bibliográfica sobre Fernão Cron", in *Boletim internacional de bibliografia luso-brasileira*, XII, 3, Lisboa, 1971, p. 330; Hermann Kellenbenz, "Cron, Ferdinand 1559-1637", in Wolfgang Zorn (ed.), *Lebensbilder aus dem Bayerischen Schwaben*, Reihe 3, Bd. 9, 1974, p. 210; Pius Malekandathil, *The Germans, the Portuguese and India*, Münster, 1999, p. 105.

¹¹³ BNL, Cod. No. 11410, fols. 173-178. Contract to send *navetas* to Lisbon from Cochin. The *casados* of Cochin used to send *navetas* to Lisbon rather regularly from 1628 to 1638.

The distance factor allowed its trade to be carried out according to the aspirations of the *casados*, who managed the affairs by joining hands with local ruler, in whose territory the port was situated,¹¹⁴ and the indigenous merchant groups having extensive trade networks. The local ruler kept a low customs duty to attract more trade to his port and thus more wealth to his coffers,¹¹⁵ while the indigenous traders and *casados* resorted to the strategy of ware-and – vessel exchange. By the ware-exchange strategy, the *bania* traders made use of their commercial connections with the *casados* to get the cargo of the former out of the customs house of Cochin at the reduced rate stipulated as a privilege for the married Portuguese citizens,¹¹⁶ while by vessel exchange strategy, the *casados* of Cochin made use of the vessels of the Gujarati and other indigenous merchants to dispatch commodities to non-Portuguese ports and destinations.¹¹⁷ During this period the weight of Portuguese power was not sufficiently felt in Cochin as to dissociate this syndicate and make wealth flow to the *Estado* treasury. Eventually in the urban space of Cochin much more attention was given to the immediate concerns and economic interests of the city-dwellers than to the larger interests of the state.

In the evolving scenario, the spatialization process in Cochin and Goa began to take a course favouring more the interests of their private traders than those of the crown. Consequently an evident shift in the core area of urbanization was also seen during this period from politically and administratively important structures to commercially important streets or structures. Thus for example the core area of city life in Goa turned out to be the street-space named *Rua Direita* (Straight Street), which was occupied on both sides by lapidaries, goldsmiths, the rich, and the better merchants and craftsmen, while each class of artisans and traders stayed together in localities.¹¹⁸ In Cochin too the street called *Rua Direita*, where the principal buildings of Cochin including bishop's house, municipal chamber, *Misericórdia*, Dominican monastery etc., were located, developed into the hub

¹¹⁴ K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 53, pp. 73-6.

¹¹⁵ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 214-5.

¹¹⁶ AHU, *Índia*, cx. 2, doc. 4, dated 12-1-1612; cx. 2, doc. 73, dated 23-12-1612; K. S. Mathew and Afzal Ahmad (ed.), *Emergence of Cochin...*, doc. 53, pp. 77-83; Sanjay Subrahmanyam, "Cochin in Decline, 1600-1650: Myth and Manipulation in the *Estado da Índia*", pp. 67-8.

¹¹⁷ HAG, *Livro das Monções*, No.7(1600-3), fols. 35-44, letter of the king to Viceroy, Aires de Saldanha, dated 6-1-1601; J. H. da Cunha Rivara, *Arquivo...*, fascículo 3, pp.660-1.

¹¹⁸ Joseph Velinkar, "The Portuguese Conquest and Goa's Political and Administrative History up to 1788", A Paper presented in the National Seminar on The History of Goa: *Issues, Trends and Perspectives*, organized by the Department of History, Goa University, May 5-7, 2003, pp. 5-7; The details of the city plan of Goa during this period are given by D. João de Castro and Linschoten. For a sketch of the city of Goa by D. João de Castro in 1539, see Georg Schurhammer, *Francis Xavier...*, vol. II, p. 147. See also Jan Huyghen van Linschoten, *Histoire de la Navigation de Jan Hvgves de Linscot Hollandais et de son voyage es Indes Orientales*, Amsterdam, 1610.

of the city-life.¹¹⁹ A great portion of the wealth bagged by the *casados* by way of private trade went to the construction works of huge and magnificent civil and ecclesiastical edifices of Goa and Cochin. In this process wealth was made to be transferred into impressive and power-denoting permanent structures through the visual media of architecture and monumental buildings like the houses of the Dominicans, the Augustinians, Bom Jesus Basilica, Se Cathedral, São Paulo College of Goa,¹²⁰ and the three-storeyed magnificent Madre Deus college of Cochin, the Dominican and Augustinian monasteries of Cochin.¹²¹ Though these multiple edifices served a variety of civil and ecclesiastical purposes in both the cities, they in fact invited the admiration and bewilderment of the natives for whom these awesome structures virtually appeared to be symbols of domination.

As distanced away from power center, Cochin's urban lay-out and concerns were greatly decided by the private interests of the *casados*. We find a tendency among the private traders to keep the water-side of the city wall of Cochin open for enabling frequent movement of their vessels and commodities without any interruption. In spite of the repeated orders of the crown to repair the city-wall and to strengthen the fortification, the water-side of the city was deliberately kept unattended to for facilitating the trading endeavours of the *casados*, a development in which local concerns took precedence over more distant ones and the

¹¹⁹ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, pp. 75; 110-111.

¹²⁰ A wide variety of buildings including church buildings started appearing in Goa during this period, following the accumulation and channelization of commercial capital. The Franciscan started their house in Goa in 1517 with a Commissary to look after their affairs. Cf. A. A. Moreira, "As Antigas Províncias Franciscanas Portuguesas da Índia" in *Franciscanismo em Portugal*, vol. 3-4, Lisboa, 1996, p. 99. The Jesuits came in Goa in 1542 and erected São Paulo College, Bom Jesus Basilica, etc. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II, Porto, 1968, pp. 168-70. The Dominicans established themselves as a community in Goa in 1548 and eventually they built the Dominican monastery. Cf. Luís de Caçegas, *Terceira Parte da História de Domingos: Particular do Reino e Conquista de Portugal*, Lisboa, 1678. The Augustinians arrived in Goa in 1572 and eventually erected their monastery in this city. Arnulf Hartman, "The Augustinians in Golden Goa: A Manuscript by Felix of Jesus" in *Anacleto Augustiniana*, vol. XXX, Rome, 1967, p. 21. The construction work of these monasteries and other church buildings as well as civic buildings was done primarily during this period, when private trade thrived. For details on the religious policy of the Portuguese during this period, see Teotónio R. de Souza, "The Religious Policy of the Portuguese in Goa, 1510-1800", in *The Portuguese and the Socio-Cultural Changes in India, 1500-1800*, edited by K. S. Mathew, Teotónio R. de Souza and Pius Malekandathil, Fundação Oriente/IRISH Thalasserry, 2001, pp. 437-448. The preliminary works of the cathedral church of Goa were completed by 1534 and what remained incomplete in that year were the tower and the sacristy. IAN/TT, *Gavetas*, 20-1-53, the letter of Vicar General P.º Miguel Vaz addressed to the king of Portugal.

¹²¹ For detail see Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin and the Maritime Trade of India*, pp. 91-96; Gervasis Mulakara, *History of the Diocese of Cochin: European Missionaries in Cochin 1292-1558*, vol. I, Rome, 1986, pp. 35-70.

private interests gaining upper hand over state interests.¹²² The state could not fortify it and keep the city in the way it wanted, because of the relative distance from power center. However, though the city of Goa also depended on trade surplus for its florescence and magnificence, it evolved as an urban unit experiencing the weight of power center all through its stages of development. The weight of the power exercised by ecclesiastical and civil authorities and institutions of Goa transferred an inner dynamics into its urban space for keeping the commercially moving city-dwellers integrated with the state frame. A wide variety of tools were used by them for integrating the otherwise scattered spatial units of the city into the frames of the state. In this process of consolidation all the potentially divisive elements like difference in customs, traditions and practices were made to disappear in the name of religion, for implementing which legislations were made in the Goan Provincial councils and rigorous execution was realized by Inquisition.¹²³ Even when the urban elite went to farthest corners of Asian waters they had to bank upon power center of Goa either to get legitimacy and sanction for their ventures or to get the state involved in the affairs of their private trade as to ensure security.¹²⁴

However the cities of Cochin and Goa experienced a mass exodus of inhabitants, leading to a drastic reduction in their urban demographic strength from the second decade of the seventeenth century onwards. In Cochin it started with the increasing diversion of spices through the ghat route to the Coromandel ports like Nagapattanam, Mylapore, Masulipatanam and Pulicate, following the tensions between the Portuguese authorities and the spice-producing St. Thomas Christians of the hinterland since the synod of Diamper (1599).¹²⁵ Consequently supply of pepper in Cochin got increasingly diminished following which the vessels of *Carreira da Índia* also stopped coming to Cochin for taking spices for Portugal from 1611 onwards.¹²⁶ With the increasing flow of spices from the spice-producing hinterland of Kerala to Coromandel coast through the ghat-route,

¹²² HAG, *Livro das Monções*, No. 3A (1585-9), fols. 346-7; J. H. da Cunha Rivara, *Arquivo...*, fascículo 3, pp. 81; 185; BNL, Codice No. 1976, fols. 158-9.

¹²³ A. Silva Rego, *História das Missões...*, vol. I, Lisboa, 1949, pp. 153-161; 246-255, 279-286; J. H. da Cunha Rivara, *Arquivo...*, fascículo 4, pp. 120-140; Teotónio R. de Sousa, "The Religious Policy of the Portuguese in Goa, 1510-1800", in K. S. Mathew, Teotónio R. de Souza and Pius Malekandathil (ed.), *The Portuguese and the Socio-Cultural Changes in India, 1500-1800*, Fundação Oriente, Lisboa/IRISH, Tellicherry, 2001, pp. 437-448.

¹²⁴ Examples are available for the frequent reliance of *casados* from Goa operating in Bengal increasingly banking upon Goa for legitimacy and military help.

¹²⁵ Pius Malekandathil, "The Portuguese and the Ghat-Route Trade: 1500-1663", in *Pondicherry University Journal of Social Sciences and Humanities*, vol. I, no. 1&2, 2000, pp. 135-150; see also Pius Malekandathil (ed.), *Jornada of Dom Alexis de Menezes: A Portuguese Account of the Sixteenth Century Malabar*, Kochi, 2003, pp. LXI-LXIV.

¹²⁶ Pius Malekandathil, *Portuguese Cochin...*, p. 254.

there commenced a mass exodus of *casados* from 1612 onwards from Cochin to Nagapattinam, Mylapore and other parts of eastern coast to take advantage of the changed situation. Some of them even moved to Bengal, Pegu and Ceylon.¹²⁷ Following these developments and particularly with the increasing exodus of the *casados*, the demographic strength of Cochin got reduced almost to one-third (*a ponto de só uma terça parte estar habitada*) and consequently the city began to lose vibrancy of its trade.¹²⁸ These *casados*, with the new base in Coromandel, started making higher profit by distributing the pepper of Kerala coming through the ghat-route to Bengal, Pegu and China as well as to the Dutch in Masulipatanam and Pulicate.¹²⁹ However the impact of the exodus of city-dwellers from Cochin was so great on its economy and urban life that many still went on deserting the city. At the time of the Dutch conquest in 1663, it was estimated that although there were 900 old houses in the Portuguese city, only 173 were actually inhabited.¹³⁰ Most of them seem to have been vacated much earlier.

In Goa the exodus of city-dwellers began with the recurring outbreak of pestilences and epidemics, particularly the ones that broke out in the first two decades of the seventeenth century, which also took a heavy toll of life. With the increasing water pollution, because of the porous nature of the soil, the city of Goa became quite uninhabitable and the *casados* started moving out of the core area of the Portuguese power to safer places, where they could conduct their trade profitably.¹³¹ During the period between 1604 and 1634 about 25,000 Portuguese soldiers died in the Royal Hospital of Goa.¹³² Though in 1580 the number of Christians in the city of Goa was 60,000¹³³ and there were as many as 20,000 Hindus by the end of the sixteenth century,¹³⁴ the population decreased

¹²⁷ AHU, *Índia*, caixa 2, doc. 107. The letter of the city council of Cochin sent to Philip II (Philip III of Spain) giving account of the economic condition of Cochin, dated 21-12-1613.

¹²⁸ AHU, *Índia*, caixa 2, doc. 107. The letter of the city council of Cochin sent to Philip II (Philip III of Spain) giving an account of the economic condition of Cochin dated 21-12-1613; Pius Malekandathil, "The Portuguese and the Ghat-Route Trade: 1500-1663", pp. 145-6; HAG, *Livro das Monções*, No. 12 (1613-7), fols. 254-80, March 1617.

¹²⁹ BNL, *Fundo Geral*, Codice No. 1815, fols. 78-78v. The letter of Philip II sent to Conde da Vidigueira, dated 26-3-1625; AHU, *Índia*, caixa 8, doc. 38, dated 29-10-1624.

¹³⁰ Hugo s Jakob (ed.), *De Nederlanders in Kerala, 1663-1701, De Memories en instructies betreffende het commandement Malabar van de Vereinigde Oost Indische Compagnie*, The Hague, 1976, pp. lii-liiii.

¹³¹ Cosme Jose Costa, *The Heritage of Govapuri: A Study of the Artifacts in and around the Pilar Seminary Museum*, Pilar-Goa, 2002.

¹³² M. N. Pearson, *The Portuguese in India*, Delhi, 1990, p. 93.

¹³³ Diogo do Couto, *Da Asia dos feitos que os Portuguezes fizeram na Conquista e Descobrimiento das Terras e Mares do Oriente*, Decada X, Parte I, liv. 1, Lisboa, 1788, p. 48.

¹³⁴ Teotónio R de Souza, *Goa Medieval, A Cidade e o Interior no Século XVII*, Lisboa, 1993, p. 111. In 1623 it was pointed out by a Portuguese that about 150,000 Hindus continued to live

considerably by seventeenth century. This is indicated to a great extent by the fact that the city had only about 3000 houses in 1620, which according to Francisco Bethencourt represented a maximum number of only 45,000 people.¹³⁵ Even this estimation cannot be totally relied upon, as one does not have sources to cross-check how many of these houses remained vacant because of the exodus of the *casados* from the city and how many of them were actually occupied by the city-dwellers. The figures given by Antonio Bocarro suggest that the city was undergoing radical demographic crisis during this period. According to him there were only 800 white *casados* (white married citizens) and 2500 black *casados* (descendants of the Portuguese by way of mixed marriage) in Goa in 1635.¹³⁶ All these are indicative of the catastrophic fall in the urban population of Goa due to the recurring epidemics and pestilences. In 1639 a serious epidemic struck Goa, laying low Viceroy Pedro da Silva himself.¹³⁷ In their attempts to escape from the recurring epidemics, many people began to flee from the city of Goa en bloc to safer trading centers, many of which were located in the peripheral zones of the empire like Coromandel and Bengal on the east coast and Mangalore on the west coast. When the urban population started deserting the city, attempts were being made to shift the base of Portuguese power of India from the city of Goa to Mormugao, where a fort had already been built in 1624 to counter the attacks of the Dutch.¹³⁸ The problem of demographic decline in Goa does not seem to have been so acute as in Cochin. However with the flight of the wealthy segment from both of these cities, life and vigour went out of the core areas of the *Estado*, leading eventually to its decay and subsequent withering away.

Thus the cities of Cochin and Goa explain a wide varieties of logical processes and mechanisms by which the *Estado da Índia* got shaped and re-shaped as it advanced over years. Both the cities provided the first group of citizens to the state, who because of their elite status, played a crucial role in deciding what the nature of the evolving *Estado* should be. The state made use of the city-dwellers to make wealth accumulated in their habit, by means of private

under the Portuguese protection in Goa. M. N. Pearson, *The Portuguese in India...*, p. 118. Hindus formed an important segment of the urban life of Goa that even in the seventeenth century 80% of the holders of *rendas* were Hindus, while the Christians held only 20%. *Ibidem*, p. 113.

¹³⁵ Francisco Bethencourt, "Low Cost Empire: Interaction between the Portuguese and Local Societies in Asia" in Ernst van Veen and Leonard Blussé (ed.), *Rivalry and Conflict...*, pp. 115-6. M. N. Pearson says that the population in the city of Goa had declined to 20,000 by late in the century. M. N. Pearson, *The Portuguese in India...*, p. 134.

¹³⁶ Antonio Bocarro, *Livro das Plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, 1992.

¹³⁷ Joseph Velinkar, "The Portuguese Conquest and Goa's Political and Administrative History up to 1788", pp. 8-9.

¹³⁸ R. J. Barendse, *The Arabian Seas: The Indian Ocean World of the Seventeenth Century*, New Delhi, p. 209.

trade legitimized by the system of licenses, trade concessions and commercial voyages. However in return the *Estado* also managed to get the wealth of the *casados* channelized for its state building ventures as well as for defending its far-flung possessions. The city-dwellers were also encouraged to donate liberally to the building processes of monumental structures and elegant edifices in Cochin and Goa, as to construct a power-space with highly impressive and awe-evoking structures. By offering material and human resources liberally to the state during the times of emergencies, the *casados* of Goa and Cochin, in turn, made themselves acceptable before the crown and in that way they ensured further privileges and concessions for their intra-Asian trading activities.

Goa being the seat of civil and ecclesiastical authority experienced the weight of power in the process of consolidating its urban space and in integrating the commercially moving city-dwellers into the frame of the state. Difference in belief systems, customs and practices were made to disappear and homogenization was effected in the city of Goa through the multiple church legislations implemented with the help of the tools of Inquisition. However the settlers of Cochin, distanced away from power center had much more centrifugal tendencies, who went on expanding their commercial networks to the peripheries of the *Estado*, causing the fluid boundaries of the state expanding along with them. Nevertheless with the drastic fall in the demographic strength experienced in Cochin because of the exodus of Cochinites to Coromandel ports following the dwindling of pepper trade in Cochin since the Diamper synod and in Goa because of the flight of urban population following the recurring outbreak of epidemics, channels for the flow of wealth got drained in both the cities, consequently their splendour and magnificence started waning. By 1650 what remained in Cochin and Goa were almost dead buildings rather than living citizens, who could give vitality and vigour to such structures. Both the cities appeared almost like huge trees with little roots, out of which Cochin fell drastically and Goa survived, when the winds of attacks came from the Dutch. With the fall of Cochin a bulk of commercial space which was held together by multiple networks of navigational lines and out of which the state derived an enormous amount of strength, got completely cut off from the *Estado*.

AS VISÕES DO OUTRO CHINÊS, JAPONÊS E FILIPINO E OS MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO.

NOTAS PARA UMA HISTÓRIA COMPARADA DOS JESUÍTAS DO PADROADO E DO PATRONATO

TERESA LACERDA *

A palavra *outro* tem a grandeza de ser uma antinomia, retendo em si duas verdades contraditórias. Outro – significa não ser o mesmo, como tal, aquele que é diferente, distinto. No entanto, entre os seus sinónimos encontramos também o semelhante e até mesmo o igual. Se a problemática do tema começa na própria palavra as dúvidas vão para lá da filologia.

Como é que o europeu apreendeu o *outro* desconhecido é um tema clássico abordado pelos investigadores de Ciências Sociais.¹ Sendo um trabalho de natureza antropológica,² não deixa de ser um dos territórios privilegiados da História

* Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia; investigadora do Centro de História de Além-Mar; teresaplacerta@hotmail.com.

¹ A interdisciplinariedade do problema ficou bem representada no colóquio *Imagem e Diferença: entre a identificação do outro e o conhecimento de si mesmo*, organizado por Ângela Barreto Xavier e Nuno Senos, nos dias 9 e 10 de Novembro de 2007, no Instituto de Ciências Sociais, em Lisboa. Neste encontro participaram historiadores, historiadores de arte, antropólogos e sociólogos.

² Uma simples investigação sobre os cursos de mestrado e doutoramento apresentados pelos departamentos de Antropologia permite concluir que as temáticas em torno da Identidade, Migração e Etnicidade continuam a ter uma forte preponderância nesta disciplina. Todas estas abordagens têm como pano de fundo a questão do *outro*. Já nos anos 60 do século XX, a antropóloga Margaret T. Hodgen expôs a grande afinidade do tema com a Antropologia. Na sua obra, *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1971) a autora demonstrou como as necessidades e as práticas que motivaram o aparecimento da Antropologia remontam a outras épocas, nomeadamente, aos séculos XVI e XVII, quando os europeus tiveram necessidade de descrever e compreender os homens e culturas dos “Novos Mundos”.

da Expansão Europeia, pela capacidade que esta tem de chegar ao período dos primeiros contactos globais.³

O presente artigo procura uma abordagem que fuja às saturadas visões bipolarizadas, que tendem ora para a perspectiva do «encontro de culturas», ou para a do «choque civilizacional». O texto demonstrará como a questão do *outro* é complexa, diversa e que, por vezes, assume mesmo contornos pessoais.

Foram muitos os que perceberam o autóctone, mas poucos os que escreveram e legaram à memória essas percepções. Neste âmbito, os religiosos tornaram-se os agentes que melhor trouxeram ao presente essa parte tão significativa da História, não só porque eram aptos de escrita e de outras ferramentas de pensamento, como também eram os que se sentiam, à partida, mais motivados para conhecerem a natureza do *outro*. A evangelização era um princípio que requeria o entendimento com o desconhecido ainda que, por vezes, não do desconhecido em si.

As visões abstractas que estes homens tinham do Divino e da sua relação com o Homem, influenciaram a sua disponibilidade de conhecimento. Uns pareceram interessar-se verdadeiramente pelo *outro*, reconhecendo-lhe igualdade, ou pelo menos, semelhança. Pelo contrário, casos houve, em que a diferença era um adjectivo aplicado *a priori*, com sentido pejorativo. No entanto, resta notar que tanto uns como outros conheceram para transformar, para converter o *outro* a uma verdade que acreditavam ser redentora.

Escolheu-se os jesuítas como veículo de interrogação à imagem que o europeu dos séculos XVI e XVII teve dos povos desconhecidos, ou com quem passou a comunicar de modo cada vez mais sistemático, não só pela actividade missionária intensa que a Companhia de Jesus desenvolveu, com características muito próprias, que proporcionaram desconfianças externas,⁴ mas também internas, como pela natureza dual da sua criação, que abarcava a ortodoxia e a novidade entre as suas características. Usando as palavras de Jean Rogues: “O que foi uma autêntica reforma tomou depois o nome de «Contra-Reforma»”.⁵

A Companhia de Jesus nasceu com o forte propósito de orientar e de converter, ou seja, com uma propensão marcadamente educadora e evangelizadora. Para alcançar os seus fins, a Companhia libertou-se de vários organismos

³ Stuart Schwartz (ed.), *Implicit Understandings. Observing, Reporting and Reflecting on the Encounters Between Europeans and Other Peoples in the Early Modern Era*, Cambridge, Cambridge University Press, 1944.

⁴ “The Society’s organizational structure differed somewhat from that of many other religious Orders. But its unique features, rather than its organization, quickly became sources of suspicion, complaint, and controversy.” Dauril Alden, *The Making of an Enterprise – The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond 1540-1750*, Stanford University Press, Stanford California, 1996, p. 11.

⁵ Jean Rogues, “O Catolicismo” in *As Grandes Religiões do Mundo*, Jean Delumeau (dir.), Editorial Presença, Lisboa, 1999, p. 133.

e estigmas da religiosidade do passado.⁶ Nesta sua missão necessitava de estabelecer um entendimento sobre os outros povos e culturas, mesmo que depois aplicasse as lógicas europeias nos seus métodos de conversão.

Na época moderna, o entendimento conhecia novas discussões filosóficas, com o confronto entre racionalismo e empirismo. Para os jesuítas, nascidos da mudança, a experiência era um instrumento indispensável. Ao contrário, para os mendicantes os sentidos estavam completamente alheios das verdades superiores, ou seja, a acção era um valor secundário. Pelo menos em termos teóricos, havia entre as ordens um grau de disponibilidade diferente para o acto de conhecer o *outro*.⁷

No entanto, nem sempre os missionários se submeteram a estas lógicas. Na verdade, não são raros os casos de jesuítas que adoptaram atitudes esperadas no comportamento de um Mendicante e vice-versa.⁸ Os jesuítas apresentam-se, assim, como um veículo de informação multifacetado, que fornecem imagens personalizadas, mais abrangentes, já que possuíam uma ideologia em construção e, como tal, mais interrogadora. Por outro lado, quando se opta por uma análise que se cinge à Companhia de Jesus, foge-se à tradicional confrontação que a historiografia tende a fazer entre jesuítas e ordens mendicantes.⁹

⁶ Mário Fróis observou que “enquanto as outras ordens mantêm ainda formas monacais, como o coro, o capítulo local ou outras prescrições, Santo Inácio liberta a Companhia de Jesus de tudo o que pudesse impedir a mobilidade do Jesuíta no campo apostólico”. Mário Fróis, “A Igreja europeia na época da Fundação da Companhia de Jesus” in *A Companhia de Jesus e a Missão no Oriente*, Lisboa, Brotéria-Fundação Oriente, 2000, p. 33.

⁷ Sobre estas diferenças veja-se o artigo de Pedro Lage Reis Correia, “Alessandro Valignano attitude towards jesuit and franciscan concepts of evangelization in Japan (1587-1597)” in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, (vol. 2, June 2001), pp. 79-108.

⁸ Como lembrou Pascale Girard, também as ordens mendicantes sofreram reformas que, nas palavras da autora, as tornaram “capazes de rivalizar com os jesuítas”. Pascale Girard, *Os Religiosos Ocidentais na China na Época Moderna*, Macau, CTMCDP-Fundação Macau-Instituto Politécnico de Macau, 1999, p. 20. Só a título de exemplo, relembre-se a figura de Fr. Domingo Navarrete, conhecido opositor ao método de acomodação cultural levado a cabo por um grupo de jesuítas na China. No entanto, foi por sua indicação e pressão que o dominicano chinês, Lo, foi consagrado primeiro bispo da China. Quanto à questão aqui analisada das visões do *outro*, Navarrete proclamava frequentemente as virtudes dos chineses (caracterizando-os como muito leais) e a superioridade dos convertidos indianos em contraste com os católicos de origem europeia. Navarrete foi mais longe, tendo apresentado o modelo sínico como o que poderia salvar a Europa dos seus males políticos e morais. As suas críticas tornam-se ainda mais interessantes se pensarmos que o Dominicano escreveu no período do declínio do Império Espanhol. Navarrete não é, no entanto, entre os Dominicanos, o caso mais emblemático de tolerância e defesa do *outro* extra-europeu, o bispo Bartolomeu de las Casas e a sua obra *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, ocupam esse lugar. Cf. J. S. Cummings (ed.), *The Travels and Controversies of Friar Domingo Navarrete 1618-1686*, Cambridge, Hakluyt Society, 1962, pp. xxii, xxxiv, xxxv.

⁹ Sobre a rivalidade entre as ordens mendicantes e a Companhia de Jesus vejam-se as seguintes obras: George Elison, *Deus Destroyed: The Image of Christianity in Early Modern Japan*, Cam-

A epistolografia como hábito quotidiano dos jesuítas é uma das outras fortes razões porque, neste contexto, se torna interessante a análise desta congregação. A troca de correspondência entre os membros da Companhia era parte de uma dinâmica construída logo nos primeiros anos. Não se tratavam de relatos espontâneos, movidos por necessidades pessoais, mas antes uma política da Ordem, que desde cedo fora incentivada e regulamentada. Esta obrigação levou os jesuítas a aplicarem “métodos de observação e de descrição bastante apurados”.¹⁰ A Companhia desenvolveu um sentido empírico, que se tornou precioso quando contactou com zonas afastadas da realidade europeia. Apesar do cariz religioso das cartas, elas foram um dos meios pelo qual os restantes grupos sociais europeus contactaram com as novidades trazidas do Extremo Oriente.¹¹

Séculos antes do nascimento da Antropologia, os viajantes jesuítas serviram-se de muitos dos métodos desta ciência,¹² mas não deixaram, por isso, de serem simultaneamente sujeitos e objectos. Este trabalho pretende chegar à imagem dos chineses, japoneses e filipinos dos séculos XVI e XVII, mas também completar o quadro de ideias em que se moviam os jesuítas quanto à percepção do *outro*.

Segundo o historiador Rafael Valladares, as diferentes formas de percepção da Ásia por parte de portugueses e espanhóis não foram ainda suficientemente exploradas no âmbito de uma história comparada entre os dois Impérios.¹³

bridge, Harvard University Press, 1973; Ines Zupanov, *Disputed Mission. Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in Seventeenth-century India*, Nova Deli, Oxford University Press, 1999; Jacques Gernet, *Chine et christianisme. La première confrontation*, Paris, Éditions Gallimard, 1982; João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão e o episcopado de D. Luís Cerqueira*, Lisboa, 1998, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (texto policopiado); José Eduardo Franco, Cristina Lopes, *Grandes Polémicas Religiosas no Oriente. A Apologia do Japão do Padre Valentim de Carvalho*, Lisboa, 2002; Pedro Lage Reis Correia, *A Concepção de Missionaçã na Apologia de Valignano: estudo sobre a presença jesuítica e franciscana no Japão, 1587-1597*, Lisboa, Centro Científico Cultural de Macau, 2008.

¹⁰ João Pedro Ferro, “A epistografia no quotidiano dos missionários jesuítas nos séculos XVI e XVII” in *Lusitania Sacra*, 2.ª série, tomo V, Lisboa, 1993, p. 144.

¹¹ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *A Descoberta da Civilização Japonesa pelos Portugueses*, s/l, Instituto Cultural de Macau e Instituto de História de Além-Mar, 1995, p. 205.

¹² Encontramos no método de «acomodação cultural» dos jesuítas semelhanças com a «observação participante» dos antropólogos. No entanto, na Antropologia “a distinção entre eu e o outro, é proposta apenas com uma finalidade heurística (...), não para reforçar tipos ideais, muitas vezes opostos em pares: primitivo/civilizado”. Claude Rivière, *Introdução à Antropologia*, Lisboa, Edições 70, s/d, pp. 12, 26-28.

¹³ Cf. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Leuven, Leuven University Press, 2001, p. VI.

As relações entre os dois povos ibéricos na região primaram pela grande complexidade,¹⁴ fugindo frequentemente às lógicas “nacionais”¹⁵ ou ao sentimento de fidelidade ao monarca. A situação tornou-se ainda mais dúbia quando, a partir de 1580, os dois reinos ficaram sobre o domínio de uma única coroa.¹⁶ Neste período, a expansão no Pacífico era planeada quer a partir do Estado da Índia, quer através de Manila, obrigando os Áustrias a uma difícil gestão de interesses¹⁷.

No entanto, as relações luso-castelhanas na região estabeleceram-se muito antes. Devido à imprecisão do Tratado de Tordesilhas quanto ao seu anti-meridiano, surgiram disputas entre portugueses e espanhóis quanto ao direito de posse de determinadas zonas do Extremo Oriente. Esse conflito não foi apenas apanágio do mundo temporal, mas também dos poderes eclesiásticos que reclamavam legitimidade para a missionaçã. Os portugueses e os jesuítas viram, assim, o seu domínio religioso ser invadido pelos espanhóis que, nos primeiros momentos da Expansão, se serviram das ordens mendicantes para o trabalho evangélico. No entanto, esta contenda não deixou de ser vivida pelos jesuítas das duas nações ibéricas.¹⁸

Em 1565, com a ocupação das Filipinas por Miguel López Legazpi, os castelhanos passaram a dispor de um “quartel-general”, a partir do qual podiam praticar uma política que favorecesse os seus interesses na região.¹⁹ Esses inte-

¹⁴ Sobre a rivalidade luso-espanhola na região veja-se o artigo de Charles Ralph Boxer, “Portuguese and Spanish Rivalry in the Far East during the 17th century”, in *Journal of the Royal Society*, (part. 3, 1946), pp. 50-164; (part. 4, 1947), pp. 91-105.

¹⁵ O frade dominicano, Fernandez Navarrete, contou como tinha sido um jesuíta espanhol e não um português a responder-lhe às críticas que tecera contra a evangelizaçã da China levada a cabo pelos inacianos. Navarrete ficou conhecido por ser contra os «ritos chineses», tema que será explorado, mais à frente, no texto. Cf. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal...* cit., p. 100.

¹⁶ Os interesses particulares de quem explorava as oportunidades do Estado Português da Índia, ou o domínio castelhano do Pacífico, sediado nas ilhas Filipinas, nem sempre foram coerentes com as políticas metropolitanas. Depois de 1580, houve momentos que portugueses e espanhóis entenderam-se no Pacífico, nomeadamente, em 1606, quando uma força luso-castelhana reconquistou Ternate e Tidore, tomadas pelos holandeses no ano anterior. (Cf. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal...* cit., p. 20.

¹⁷ Cf. *Ibidem*, p. 36.

¹⁸ João Paulo Oliveira e Costa, “A Rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente e a querela missionológica do Japão” in *O século cristão do Japão. Actas do colóquio internacional comemorativo dos 450 anos de amizade Portugal-Japão (1543-1993)* (org. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, 1994, pp. 478. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal...* cit., pp. 29-33. O vice-provincial Pedro Gómez, assim como os jesuítas Alonso Gonzales e Francisco Calderon eram vistos pelos seus companheiros portugueses com alguma desconfiança e foram acusados de simpatizarem com os mendicantes seus conterrâneos. Cf. Michael Cooper, S.J., *Rodrigues, o Intérprete – Um jesuíta no Japão e na China*, Lisboa, Quetzal, 1994, p. 126.

¹⁹ Sobre as Filipinas e as relações luso-espanholas veja-se a obra de Pierre Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques: XVI^e-XVII^e-XVIII^e siècles*, 2 vols., Paris, SEVPEN, 1960.

resses passavam necessariamente pelo controlo do processo de evangelização da China e do Japão.

A Ásia Extrema tornou-se, deste modo, uma zona de missionação muito original²⁰ onde coexistiram os modelos evangélicos conhecidos por «acomodação cultural» e por sistema de «tábua rasa». O primeiro era adoptado pela maioria dos jesuítas, que na Europa tinham sido agentes da ortodoxia da Contra-Reforma Católica, mas que longe deste cenário desempenharam papéis evangelizadores arrojados, por vezes, criticados por membros da própria Companhia e muito contestados pelas ordens mendicantes. Estas, por sua vez, tenderam a aplicar métodos mais rígidos, mais europocentristas na sua essência, atendendo pouco às especificidades dos lugares. Prevê-se, assim, nesta zona do globo, a existência de uma visão plural dos autóctones, isto se acreditarmos que modelos missionários diferentes pressupuseram a construção de imagens díspares do *outro*. Esta região permite ainda o estudo comparado da acção dos jesuítas do Padroado²¹ e do *Patronato*, confirmando ou desmistificando as diferenças entre os modos de actuação das duas coroas ibéricas.

Ao escolhermos esta territorialidade para análise temos de ter em conta que quando o missionário europeu reteve o *outro* que encontrou no Extremo Oriente, esteve sempre sujeito a uma série de dúvidas suscitadas por uma civilização que desconhecia e, pela distância da realidade onde foram fundamentadas as suas certezas. No entanto, devemos atender que o Extremo Oriente não deixava de possuir uma matriz cultural semelhante à europeia, com sistemas de organização social idênticos, com a mesma divisão do espaço – mundo rural, mundo urbano – conhecedores e praticantes de um sistema de escrita. No caso da China, os missionários encontraram um país muito criativo em termos técnicos, demonstrando alguma curiosidade pelas novidades tecnológicas que os estrangeiros traziam. As sociedades extremo-orientais distinguiram-se, assim, das sociedades africanas e ameríndias, que se apresentavam menos atractivas, exigindo um grau de abertura mais elevado.

A maior empatia que o europeu sentiu por estas sociedades, em particular a chinesa e a nipónica, está bem patente no número de publicações que a Europa Moderna conheceu sobre estes lugares. Esta realidade foi analisada por Charles Boxer²² para o caso chinês e por João Paulo Oliveira e Costa,²³ de modo mais sistemático, para o japonês.

²⁰ Sobre a especificidade do Extremo Oriente, assim como das particularidades das missões nesta região do globo veja-se o segundo capítulo da tese de doutoramento de João Paulo Oliveira e Costa, *O Cristianismo no Japão...* cit.

²¹ Sobre o Padroado português veja-se o artigo de Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, J-P, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 364-368.

²² Ver Charles Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica*, Lisboa, Edições 70, s.d., pp. 71-74.

²³ Ver João Paulo Oliveira e Costa, “O Japão e os Japoneses nas obras impressas na Europa quinhentista” in *O Japão e o Cristianismo no século XVI – Ensaio de História Luso-Nipónica*. Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 189-290.

A rivalidade luso-espanhola no Extremo Oriente ganhou contornos reais a partir de 1565, data em que os espanhóis chegaram às Filipinas, tomando outro vulto, em 1580, com a União Ibérica. Esta aproximação do Império vizinho aos lucros do Estado da Índia, desagradou naturalmente as autoridades portuguesas que, logo em 1575, reagiram. D. Sebastião ordenou que nenhum jesuíta espanhol ao serviço do Padroado fosse enviado para as missões a leste de Malaca. Os receios portugueses tinham fundamento, uma vez que, em 1575, partira de Manila a primeira embaixada espanhola ao Império chinês, comandada por fr. Martín de Rada.²⁴

É já no contexto da União Ibérica que entrou em cena Alonso Sánchez,²⁵ jesuíta que colaborou no estabelecimento da primeira missão da Companhia nas Filipinas e que escreveu três relações sobre a China,²⁶ feitas a partir da experiência colhida nas suas embaixadas a Macau, em 1582 e 1584.²⁷

Quando o bispo de Manila o enviou a Macau para anunciar a união das coroas ibéricas, Sánchez teve a primeira oportunidade de contactar, ainda que de modo indirecto, com a realidade chinesa. Após esta viagem, o jesuíta empenhou-se num discurso a favor da conquista da China que descreveu em dezasseis longos capítulos enviados ao Conselho das Índias.²⁸ A percepção que Alonso Sánchez teve do Império do Meio foi muito marcada por um saber periférico, presente em muitos dos primeiros relatos europeus.

O discurso de Sánchez primou pela apologética da conquista, ou seja, este jesuíta descreveu uma China com suficientes lacunas militares, cujo povo era submisso, criando a ideia que seria facilmente dominada pelos espanhóis.²⁹ No entanto, enumerou uma série de atractivos, sobretudo no plano material, de modo a tornar a conquista apetecível às autoridades castelhanas. Em termos morais retratou os chineses como um povo cheio de pecado, um dos muitos impedimentos

²⁴ Sobre Martín de Rada e a sua embaixada veja-se a obra de Charles Ralph Boxer (ed.), *South China in the Sixteenth Century being the narratives of Galeote Pessoa, Fr. Gaspar da Cruz, Fr. Martín de Rada, 1550-1575*, London, Hakluyt Society, 1953, pp. lxvii-xci; 260-310.

²⁵ Sobre esta figura veja-se a seguinte obra: Manuel Villareal Pérez, *Alonso Sánchez, sus viajes y embajadas*, Seville, Facultad de Filosofía y Letras, 1907.

²⁶ A primeira relação foi redigida em 1583, a segunda em 1585 e a última em 1588.

²⁷ Por impossibilidade de consultar as relações de Sánchez no original, seguem-se os comentários sobre as mesmas feitas por Manuel Ollé na sua obra *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrasowitz Verlag, 2000, pp. 51-64.

²⁸ Alonso Sánchez não fez mais que dar continuidade a uma ideia defendida pelo agostinho Fr. Martín de Rada que, numa carta para o México, de 8 de Julho de 1569, fez a primeira descrição espanhola (ainda que indirecta) da China, defendendo a sua conquista. Cf. Charles Ralph Boxer (ed.), *South China...* cit, p. lxxi.

²⁹ Também aqui, Sánchez seguiu as opiniões de Rada que considerava os chineses “la gente mas vil para la guerra que asy en el mundo”. Carta de 1 de Julho de 1572 citada por Charles Ralph Boxer (ed.), *South China...* cit., p. lxxxvii.

para uma evangelização pacífica, mas evocava outros, como a dificuldade da língua. A observação de Sánchez prendeu-se, sobretudo, com aspectos logísticos, referindo as diferentes tipologias das embarcações, as características das armadas e das fortificações que defendiam as costas dos ataques marítimos.³⁰

Neste primeiro escrito, Sánchez referiu a permissão dada pelas autoridades chinesas aos padres Michele Ruggiere e Francisco Pasio para estabelecerem uma missão no interior do território. No entanto, desvalorizou este feito, dizendo que este não excluía a necessidade de uma evangelização rápida da China, só possível pela força das armas.³¹

A segunda relação, referente à estadia de Sánchez em Macau, entre Maio de 1584 e Junho de 1585, foi composta com dados maioritariamente transmitidos, quer por via verbal, quer epistolar, pelos jesuítas italianos Ricci e Ruggieri. Sobre essas informações, Manuel Ollé notou como estas decresceram quantitativamente em relação ao primeiro texto de Sánchez, mas como a qualidade, no sentido da exactidão dos dados, era muito maior.³²

Não obstante, na sua última relação sobre o Império do Meio, o jesuíta espanhol desvalorizava a autorização de entrada no interior da China conseguida pelos seus companheiros italianos, afirmando que só o tinham conseguido porque não assumiram a sua condição de missionários.³³ Desta forma, reforçava a sua convicção de que a China não poderia ser evangelizada pela via pacífica, muito menos através de um processo de acomodação cultural.

Manuel Ollé notou que a posição de Sánchez, em relação às incapacidades morais dos chineses, destoava da maior parte dos escritos contemporâneos, nomeadamente, dos de Matteo Ricci. Essa discrepância era acentuada pela boa opinião que Sánchez tinha dos filipinos em relação aos chineses, ideia minoritária entre os relatores europeus.³⁴

As informações redigidas por Alonso Sánchez, com o intuito de persuadir as autoridades espanholas para um plano de conquista do Império do Meio, foram a principal fonte utilizada pelo célebre jesuíta, José de Acosta,³⁵ sempre

³⁰ Cf. Manuel Ollé, *La invención de China...* cit., pp. 52-56.

³¹ Cf. *Ibidem*, p. 53.

³² Cf. *Ibidem*, p. 58.

³³ Cf. *Ibidem*, p. 63.

³⁴ Cf. *Ibidem*, pp. 55-56.

³⁵ José de Acosta ficou conhecido pelas inúmeras páginas que escreveu em defesa dos índios da América do Sul, de quem tinha uma boa imagem, caracterizando-os como sendo fáceis de tratar e brandos, que imitavam o bem que viam, sendo que não havia nem melhores, nem mais fáceis para o Evangelho. Eram engenhosos, doces, dóceis, obedientes, não apreciavam o fausto e as riquezas inconstantes. O jesuíta defendia que se deviam cristianizar algumas das festas e dos ritos dos índios, pois fazer o contrário era provocar o ódio contra o catolicismo. Neste sentido, Acosta defendia o método de «acomodação cultural». Não obstante, em certos aspectos o jesuíta espanhol era um purista, levantou-se contra muitos teólogos que defendiam que a salvação era possível sem

que se referiu à China, na sua não menos famosa obra – *Historia Natural e Moral de las Índias*. Acosta era, assumidamente, contra os planos de Sánchez e, como seu superior, tentou mesmo impedir a apresentação pública do seu projecto.³⁶ Os dados coligidos por Sánchez foram incluídos no texto de Acosta, que tinha como propósito construir uma “comparação etnográfica das diferentes civilizações não europeias”.³⁷ Em certos excertos, os especialistas falam mesmo num uso literal dos apontamentos, sobretudo quando se abordam questões linguísticas.³⁸ Apesar da imensa admiração demonstrada por Acosta pelos índios americanos, o jesuíta admitiu que “non tenían tanta curiosidad y delicadeza como los chinas y japones”.³⁹

O exemplo de Alonso Sánchez obriga a relativizar os dois pressupostos enunciados neste artigo, uma vez que mais do que uma lógica submetida a uma Ordem Religiosa ou a um Padroado, a sua percepção do *outro* encontrava-se condicionada por uma estratégia. Independentemente do modo como os dados foram sorvidos, eles não se esquivaram de uma releitura com propósitos opostos. As opiniões dos dois jesuítas espanhóis não se sustentaram apenas nas diferentes concepções da China, mas como explicou Rafael Valladares, em diferentes planos imperiais. Acosta não considerou oportuna a conquista da China não só porque não acreditava na viabilidade do projecto, ou com o intuito de proteger os seus companheiros, que partilhavam o mesmo método acomodaticio, mas porque considerava, como a generalidade dos espanhóis, que a Ásia desviava as atenções do verdadeiro pólo colonizador – a América.⁴⁰

Já aqui foi abordada a missão na China dos jesuítas ao serviço do Padroado, orientados por Alessandro Valignano.⁴¹ O visitador jesuíta encontrou-se com

o conhecimento de Cristo. Apesar da sua identificação com os métodos mais flexíveis de evangelização, nunca deixou de defender o direito justo e verdadeiro dos espanhóis sobre a América. Cf. León Lopetegui, S.I., *El Padre José de Acosta S.I. y las Misiones*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Gozalo Fernández de Oviedo, 1952, pp. 281, 319, 371.

³⁶ Em Março de 1587, Acosta escreveu ao Superior da Companhia, o padre Claudio Acquaviva, um *Parecer sobre la Guerra de la China y Repuesta a los Fundamentos que justifican la Guerra contra la China*. Cf. José Alcina Franch, “Introducción” in José de Acosta, *Historia natural y moral de las Indias*, Madrid, Historia 16, 1987, p. 15.

³⁷ Manuel Ollé, *La Invención de China...* cit., p. 22.

³⁸ Vejam-se os capítulos V e VI do livro VI da *Historia natural...* cit., pp. 395-398.

³⁹ *Ibidem*, p. 399.

⁴⁰ Cf. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal...* cit., p. 2.

⁴¹ Sobre Valignano veja-se a livro citado de Pedro Lage Reis Correia (nota n.º 9), assim como J. F. Moran, *The Japanese and the Jesuits: Alessandro Valignano in the Sixteenth Century Japan*, Londres-Nova Iorque, Routledge, 1993; Josef Franz Schütte, S.I., *Valignano's mission Principles for Japan*, St. Louis, The Institute of Jesuit Sources, 2 vols., 1980; M. Antoni J. Üçeler, “Alessandro Valignano: Man, Missionary and writer” in *Renaissance Studies*, v. 17, n.º 3 (Sep. 2003), pp. 337-366.

Sánchez, em Macau, e ficou desagradado quer com a sua presença, quer com as suas ideias de conquista. Se o rei Filipe II decidisse embarcar na aventura proposta por Sánchez, essa atitude belicista destruiria a laboriosa teia de contactos que os jesuítas se esforçaram por tecer junto das autoridades chinesas, assim como enfraqueceria a missão jesuítica do Padroado em termos de apoio económico. Por outro lado, se a posição portuguesa em Macau fosse posta em causa, a própria missão japonesa seria lesada. Esta e outras preocupações foram transmitidas por Valignano ao Geral da Companhia, numa carta data de 1585.⁴²

O confronto de Valignano com Sánchez assentava nas diferenças de percepção da alteridade, num entendimento diferente das qualidades dos povos extremo-orientais e, mais especificamente, dos chineses. A estas discrepâncias juntavam-se as críticas de Sánchez aos métodos levados a cabo pelos jesuítas sobre a égide de Valignano. Sánchez fazia reparo ao uso de certas vestimentas, ao estilo de vida, mas sobretudo condenava a sua participação no comércio da seda⁴³. Se o confronto entre Sánchez e Acosta corporizou dois modos distintos de planificação do poder imperial de Espanha, pode afirmar-se que a confrontação entre Sánchez e Valignano também materializava a rivalidade entre dois Impérios, unidos sob uma única Coroa. Embora a missão jesuítica na China tivesse uma participação italiana muito elevada, os interesses da Companhia estiveram sempre alinhados com os do Império português que, no contexto da União Ibérica, tentava defender o seu domínio no Extremo Oriente.

No entanto, mais uma vez, o exercício de análise proposto no presente artigo, demonstra que as posições em relação à percepção do *outro* e aos métodos de evangelização fugiram muitas vezes à regra. O padre Francisco Cabral, ex-soldado português e superior da missão jesuítica no Japão (1570-1581)⁴⁴ era frequentemente retratado, nomeadamente por Valignano, como pouco tolerante com os irmãos japoneses e os costumes nipónicos.⁴⁵ Certamente comprometido

⁴² J. F. Moran, *The Japanese and the Jesuits...* cit., pp. 47-48.

⁴³ Cf. Manuel Ollé, *La Invención de China...* cit., p. 130.

⁴⁴ Para uma descrição biográfica de Francisco Cabral veja-se o artigo de Pedro Lage Reis Correia, "Francisco Cabral and Lourenço Mexia in Macao (1582-1584)" in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, (n.º 15, Dezembro 2007), p. 50-51.

⁴⁵ Cf. Antonio Cabezas, *El Siglo Iberico de Japon. La presencia Hispano-Portuguesa en Japón (1543-1643)*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1994, pp. 158-163. Esta impressão sobre o padre Francisco Cabral perpassou para a própria historiografia. Léon Bourdon descreveu-nos seguintes termos: "Peut-être pouvait-on lui reprocher ce mépris qu'éprouvent trop souvent les Européens, et qu'éprouvaient en tout cas la plupart des Portugais d'alors à l'égard des «gens de couleur» et plus généralement des indigènes, mépris qui le poussait à les maintenir dans une subordination parfois humiliante pour eux et qui l'incitait à user à leurs endroit de procédés susceptibles de froisser leur amour-propre", Léon Bourdon, *La Compagnie de Jésus et le Japon 1547-1570*, Paris, Centre Culturel Portugais de la Fondation Calouste Gulbenkian. Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Paris, 1993, p. 559). George Elison afirmou

com a sua "nacionalidade" e igualmente preocupado com o avanço espanhol nas Filipinas, Cabral mostrou-se favorável ao projecto de Acosta.⁴⁶ Esta sua posição estava em consonância com uma série de outras opiniões muito inflexíveis.

Na sua correspondência é possível detectar uma certa ortodoxia. Em 1572, escreveu que "ainda que ao partir se metiam grandes medos, e ser necessário mudar o traje e vir desconhecido com vestidos de seda, eu todavia que mais ir confiado em Deus (...) fui com minha roupeta, e coroa e nomeando-me por todos os reinos e terras que passava por padre da Companhia de Jesus".⁴⁷ Apesar de não existir na carta nenhuma crítica explícita aos seus companheiros que optavam por se vestir à japonesa, o padre mostrou ter orgulho na sua afirmação como europeu e como jesuíta, solução que defendia como modo eficaz para a evangelização do Japão. Cabral considerava que era necessário a Companhia reforçar a sua vida espiritual e religiosa.⁴⁸

Apesar de se opor ao método de acomodação, temendo pela descaracterização da Companhia, Cabral não era totalmente "ortodoxo". Tal como Valignano, também ele defendia a possibilidade dos neófitos japoneses casarem com «gentios»⁴⁹ e se interessava pela cultura e costumes japoneses, mas não com o propósito de se adaptar aos mesmos. O superior do Japão procurou estudar o Budismo, mas ao contrário de Valignano e dos seus seguidores, não se interessou por ele com o intuito de conciliar a palavra de Cristo ao quadro intelectual japonês. Pelo contrário, procurou pontos em comum entre o Budismo e a cultura europeia, nomeadamente, com Aristóteles, para o poder combater. Como explicou Pedro Lage Correia "he analysed Japanese culture and Buddhism with the aim of approximating the outside world to the Society of Jesus".⁵⁰

Inicialmente, o padre Francisco Cabral não foi radical nas suas posições sobre o clero nativo, admitindo a importância desses irmãos no seio da Compa-

que o padre Francisco Cabral parecia mais um monge do que um jesuíta. Cf. George Elison, *Deus Destroyed...*, cit., Cambridge/Massachusetts/London, Harvard University Press, 1988, p. 20.

⁴⁶ Manel Ollé, *La Invención de China...* cit., pp. 128, 134. Também o padre Luís Fróis defendeu, ainda que em moldes mais realistas, a necessidade de construção de um forte na China para recolher missionários caso houvesse perseguições. Cf. José Eduardo Franco, *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*, vol. I, *Das Origens ao Marquês de Pombal*, Lisboa, Grávida, 2006, p. 211.

⁴⁷ *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus escreverão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da Índia & Europa des do anno de 1549 até o de 1580*, (edição fac-similada da edição de Évora, 1598), Maia, Castoliva Editora, Lda., 1997, fl. 338. Em Setembro de 1571, numa carta escrita em Nagasáqui, para o Geral da Companhia, o padre Francisco recomendava que os seus companheiros se lembrassem "quantos milhares de cristãos fizeram os apóstolos e outros santos sem sedas antes rotos e en estreitissima pobreza." Carta publicada por Pedro Lage Reis Correia, "Francisco Cabral...", in *Bulletin...* cit., p. 71.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 52.

⁴⁹ Cf. *Ibidem*, p. 58.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 59.

nhia, nomeadamente, no que tocava às suas funções como intérpretes. Sempre considerou que esses irmãos deveriam ser mantidos em posições subalternas em relação ao clero europeu⁵¹. Deve notar-se que durante os dez anos em que foi Superior da Companhia no Japão, apenas cinco japoneses foram aceites como irmãos.⁵² Numa carta que escreveu ao seu superior, admitiu que os japoneses não tinham disposição natural para o sacerdócio. “E depois é também devido ao clima do país e à influência das estrelas, pois até parece que uma inquietação incessante e um constante desejo de mudança dominam o coração desta gente”.⁵³

Nas cartas do padre Francisco detectam-se posições em relação à evangelização que demonstram um profundo eurocentrismo, uma incapacidade para perceber o contexto local, uma preocupação extrema com a imagem da Companhia, imagem totalmente construída na Europa, a vários meses de viagem do País do Sol Nascente.

Um outro padre jesuíta, conhecido pelas suas competências linguísticas (sabia japonês e chinês), que lhe valeram o cognome de *o Intérprete*, demonstrou ter uma visão discordante da maioria dos seus colegas inacianos. João Rodrigues,⁵⁴ numa carta de 1598, manifestava as suas reservas quanto à criação de um clero nativo, “porque no tienen aquellas partes que los de Europa assi naturales, como en la efficacia de adquirir la virtud, y naturalmente es gente flaca y inconstante”.⁵⁵

A questão da admissão de japoneses no seio da Companhia foi uma das discussões mais acesas e permanentes dentro da missão. Outros jesuítas portugueses recomendavam prudência no recrutamento de nativos, como os padres Mateus de Couros e Diogo de Mesquita. Note-se que também os italianos apresentaram algumas reservas. Em 1592 e, depois, novamente em 1594, o jesuíta italiano Celso Confalonieri escreveu que era indesejável que a Companhia ordenasse japoneses. O seu conterrâneo Francesco Pasio compartilhava desta ideia, recomendando cautela.⁵⁶

Quando o padre João Rodrigues foi expulso do Japão e passou a pertencer à missão jesuítica da China, mostrou um grande interesse pela cultura e a língua sínica, tendo corrigido a tradução de várias palavras usadas incorrectamente na evangelização dos chineses. O padre procurou compreender as verdadeiras dimensões das «três seitas» da China (Budismo, Confucionismo e Taoísmo). Transmitiu os conhecimentos adquiridos aos seus companheiros, desconstruindo

⁵¹ Cf. *Ibidem*, p. 62.

⁵² Cf. Michael Cooper, *Rodrigues... cit.*, p. 178.

⁵³ Carta citada por Charles Ralph Boxer, *A Igreja... cit.*, p. 37.

⁵⁴ Sobre a biografia deste jesuíta veja-se a obra já citada de Michael Cooper.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 175.

⁵⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 181-182.

a ideia que os chineses, num tempo remoto, tinham conhecido o verdadeiro Deus e a verdadeira doutrina.⁵⁷

O problema da tradução das ideias teológicas cristãs para a língua chinesa não era menor, uma vez que era muito difícil encontrar equivalentes precisos para ideias abstractas. A preocupação de João Rodrigues centrava-se no correcto ensinamento do cristianismo, um purismo que estava longe de qualquer sincretismo. Este jesuíta defendia que era mais seguro importar as palavras estrangeiras do que usar a terminologia chinesa, opinião a que se opunham Ricci e os seus seguidores.⁵⁸ João Rodrigues apresentava-se assim contra um processo de acomodação cultural que desembocou na denominada «querela dos ritos chineses».⁵⁹ Apesar do confronto se ter dado, sobretudo, entre jesuítas e mendicantes, as cisões fizeram-se sentir entre os próprios membros da Companhia.

Quando a missão na China se confrontou com a questão dos ritos chineses, as opiniões dos jesuítas tendiam a ser bastante cindidas. Por exemplo, o padre Jean Valat opôs-se às cerimónias em honra dos antepassados e era encarado pelos frades como um aliado. O padre Inácio Lobo escandalizava-se tanto com a prática que, aos assistir a um desses rituais, desmaiou, dando sinais do carácter genuíno da sua ortodoxia. Confúcio também não era uma figura consensual, sendo que alguns padres, nomeadamente Ricci e Intorcetta, tomavam-no por um profeta, um pregador da Lei Natural. Ao contrário, o padre Gravina não tinha dúvidas que tinha ido parar ao Inferno, enquanto os mais moderados colocavam-no no Limbo.⁶⁰

A oposição aos «ritos chineses» não pode ser entendida como uma forma de não aceitação do *outro*. As dúvidas levantadas por esta questão prendiam-se com a vivência religiosa e com a preocupação de cumprimento quer da liturgia, quer da teologia cristã. O caso do bispo D. Juan Palafox e Mendonza é exemplar. Apesar do prelado se ter mostrado contra os «ritos chineses», em 1648, escreveu uma história sobre a China⁶¹ onde comparava este Império ao espanhol, tendo reconhecido que, em alguns aspectos, os primeiros eram superiores aos europeus. As notícias que lhe chegavam desde Manila, via Acapulco, que davam conta da desagregação da dinastia Ming às mãos dos Manchus, mereceram-lhe uma comparação com a desagregação ibérica, iniciada em 1640.⁶²

⁵⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 289-290.

⁵⁸ Cf. *Ibidem*, p. 293.

⁵⁹ A «querela dos ritos chineses» centrou-se na dúvida se era ou não legítimo permitir que os neófitos chineses mantivessem o culto a Confúcio e aos antepassados. Alguns jesuítas não consideravam esta prática herética, uma vez que se tratava de um culto civil, sem cariz religioso. A bibliografia sobre este tema é vasta. Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes obras: Jacques Gernet, *Chine et Christianisme*, Paris, Éd. Gallimard, 1982; Jean Pierre Duteil, *Le Mandat du Ciel. Le rôle des jésuites en Chine*, Paris, Éd. Arguments, 1994.

⁶⁰ Cf. J. S. Cummings (ed.), *The Travels and Controversies... cit.*, p. xliii.

⁶¹ *Historia de la conquista de la China por el tártaro*.

⁶² Cf. Rafael Valladares, *Castilla y Portugal... cit.*, pp. 104-106.

O frade dominicano, Domingo Fernandez de Navarrete, que se mostrou favorável à criação de um clero nativo na China, era contra o culto dos antepassados e outras cerimónias ancestrais por parte dos neófitos chineses. Não obstante, no discurso de Navarrete era frequente encontrarem-se duras críticas aos espanhóis, proclamando a virtude dos chineses (caracterizando-os como muito leais) e a superioridade dos convertidos indianos, em contraste com os católicos de origem europeia.⁶³

Num relatório de 1577 conhecido por *Sumarium Indicum*,⁶⁴ o padre Alessandro Valignano, escreveu as suas impressões sobre a superioridade dos japoneses e chineses, fazendo-os a excepção de todos os defeitos dos povos do Índico. Essa gente era negra (à excepção dos habitantes da China e do Japão, que eram brancos como os europeus); era ignorante e de fraco engenho (com ressalva dos chineses e dos japoneses, curiosos e inventivos); era gente de pouco primor e de pouca capacidade (não se referindo Valignano, é claro, aos povos do Império do Meio e do Império Nipónico).

O texto, para lá de sublinhar a excelente opinião que Valignano tinha de chineses e japoneses, deixou transparecer a profunda desconsideração que o Visitador jesuíta tinha pelos povos do Índico. As suas declarações alertam para o facto de não se poderem generalizar as boas opiniões sobre o *outro*. Desta forma, é também necessário relativizar a abrangência do uso dos métodos de acomodação cultural. Estaria o padre Valignano e os seus seguidores dispostos a aplicar este método noutras regiões da Ásia? As condições específicas da China e do Japão, possuidores de uma matriz cultural idêntica à europeia, terão proporcionado uma aproximação dos jesuítas às culturas locais. Por outro lado, a impossibilidade de domínio dessas regiões, do ponto de vista colonial, também induziu a uma abordagem acomodatória.

Neste contexto, é particularmente pertinente a análise do texto produzido pelo jesuíta espanhol Pedro Chirino sobre as Filipinas,⁶⁵ uma vez que se trata de uma região extremo oriental culturalmente muito distinta, onde os espanhóis tinham o domínio do espaço.

Este reitor do Colégio de Manila foi acusado por alguns dos seus companheiros de não cativar a afectividade que devia decorrer dos seus dotes de pregador e do seu domínio das línguas indígenas.⁶⁶ No entanto, as suas impressões

⁶³ Cf. *Ibidem*, p. xxxiv.

⁶⁴ Malaca, 22 de Novembro e 8 de Dezembro de 1577. Pub. em *Documenta Índia*, vol. XIII, Roma, Monumenta Historica Societatis Jesu, 1975, pp. 1-13.

⁶⁵ Sobre a missão jesuítica nas Filipinas consulte-se a seguinte obra, Horacio de la Costa, *The Jesuits in the Philippines 1581-1768*, Cambridge, Ma.: Harvard University Press, 1967.

⁶⁶ Jaime Gorriz, S.J., "Pedro Chirino en la historiografía filipina: el manuscrito inédito de la «primera parte de la historia de la provincia de filipinas de la compañía de Jesús», in *Imperios y Naciones en el Pacífico – la formación de una colonia: Filipinas*, M^a Dolores Elizalde, Joseph

sobre o lugar e os seus habitantes ficaram registadas na sua *Relación de las Islas Filipinas*.⁶⁷

Nos primeiros capítulos da obra, Chirino abordou a questão da chegada dos espanhóis a esta região. Depois, o autor demorou-se na descrição da fauna, do clima e das gentes que habitavam as várias ilhas, tendo discernido as especificidades tribais que povoavam esta zona. Qualitativamente pode afirmar-se que as opiniões de Chirino eram bastante moderadas para a realidade cultural que descreveu, cuja matriz diferia claramente da europeia. Este jesuíta conseguiu, sobretudo, erigir um discurso etnográfico extremamente rico para a época, com descrição de fisionomias, costumes e crenças religiosas. Esta preocupação, para lá da pura curiosidade científica, prendia-se com a necessidade de transmissão de um conhecimento detalhado sobre as tribos indígenas aos seus colegas missionários, para que estes pudessem realizar com êxito os trabalhos apostólicos.

Nestas ilhas havia uma boa disposição tanto para o assentamento dos colonos, como para o dos eclesiásticos que desejavam propagar a fé, pois as ilhas eram muito povoadas de gente. A terra não era só favorável, de bom céu, mas fértil e rica. Nela encontravam-se muitas minas, nomeadamente de ouro. Os filipinos davam particular atenção à criação de bichos-da-seda, por este produto ser muito valioso. Possuíam também cabras e porcos domésticos.

No capítulo quarto da obra, o autor continuou a descrever os produtos que a terra oferecia e os animais que eram aí criados. A esta abundância juntava-se a vizinhança com a China, a Índia, Japão, Malaca e as Molucas. Da China não se tinha apenas começado a trazer sedas e louças, mas de lá também proveio o gado, assim como a tinta e o papel, os ocupantes de todos os ofícios, desde médicos a barbeiros. Da Índia, de Malaca e das Molucas vinham os escravos brancos e negros, as drogas e as especiarias, as pedras preciosas, o marfim, as pérolas e muitas outras riquezas. Do Japão chegava o trigo, a prata, outros metais, o salitre, as armas e muitas outras curiosidades.⁶⁸

Os filipinos não andavam nus, usavam umas túnicas muito largas, quase da garganta aos pés, de algodão listado com cores, ou algodão branco, quando estavam de luto. Andavam apenas nus em casa e nos lugares que dispensavam o vestido. Porém, fora da intimidade, eram muito cuidadosos em se tapar, facto que agradava a todas as outras nações e em particular aos chineses.⁶⁹

Pedro Chirino observou os hábitos de limpeza pessoal que os indígenas das ilhas Filipinas tinham como marca cultural. Eram especialmente cuidadosos com

M. Pradera, Luis Alonso (ed.), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2001, pp. 227-247.

⁶⁷ Pedro Chirino, *Relación de las Islas Filipinas i de lo que en ellas an trabajado los Padres de la Compañía de Jesús*, Esteban Paulino, Roma, 1604.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 7-12.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 18.

os dentes, mantinha-nos sempre brancos, que para eles era um sinal de pureza do indivíduo, assim como mantinham as mãos sempre limpas.⁷⁰

Dentro da paleta linguística da região destacava-se o idioma falado em Manila, o *Tagala*, que foi o primeiro que Chirino aprendeu. Na obra, o jesuíta desenhou as vogais, as consoantes e demonstrou como estas interagem em palavras compostas. Observou que os filipinos escreviam como os chineses e japoneses, ou seja, de cima para baixo, mas que, ao contrário destes, adoptaram o modo de escrita europeu, isto é, da esquerda para a direita.⁷¹

O interesse de Chirino pela aprendizagem da língua local ia ao encontro da tradição jesuítica. Mas, como se viu, nem sempre a associação entre o interesse ou a facilidade de aprendizagem das línguas locais foram sinónimo de apoio ao processo de acomodação. O referido João Francisco, o *Intérprete* é disso um bom exemplo.

O relato de Pedro Chirino demonstra como os interesses condicionaram irremediavelmente a percepção do *outro*. Os próprios temas escolhidos por Chirino estavam sujeitos a uma agenda colonizadora e não só missionária. Nesse sentido, a sua obra assumiu contornos diferentes dos textos apresentados pelos jesuítas a trabalhar na China e no Japão. Se por um lado, afirmava-se a excepcionalidade de chineses e japoneses devido aos paralelos culturais que, apesar das muitas diferenças, era possível estabelecer com a Europa; por outro, a visão sobre os filipinos foi inflacionada pelo facto de se querer integrar esse povo nas fileiras dos colonizados.

Não é por acaso que Alonso Sánchez, como se viu, demonstrou uma visão mais positiva sobre os filipinos do que em relação aos chineses. Também o frade Domingo Navarrete considerou ser mais fácil evangelizar os índios das Filipinas que os chineses. Não obstante, salientava que quanto menor fosse a capacidade dos índios maior a paciência do missionário.⁷² O primeiro governador das Filipinas, Miguel López Legazpi, não se conseguiu desfazer dos seus pré-conceitos europeus e demonstrou-se qualitativamente mais impressionado por chineses e japoneses. Legazpi protegeu estas duas comunidades em Manila, acção que justificou pelo elevado nível cultural destes povos,⁷³ ao qual se juntavam os interesses comerciais.

O presente trabalho, que não pretendeu ser sistemático, no sentido, em que não se quis enumerar exaustivamente todas as situações de apoio ou desacordo com o «método acomodatório», permite chegar a algumas conclusões.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 8.

⁷¹ *Ibidem*, p. 40.

⁷² Cf. J. S. Cummings (ed.), *The Travels and Controversies...* cit., p. xxxvi.

⁷³ Cf. Antonio Cabezas, *El Siglo...* cit., p. 182.

A primeira é que não existiu uma divisão notória entre jesuítas do Padroado e do *Patronato* no que diz respeito às questões dos métodos evangélicos, de aceitação ou condenação dos ritos locais e na problemática em torno da criação de um clero nativo. De um lado e de outro, os jesuítas mostraram diferentes entendimentos e atitudes.

Não obstante, pode afirmar-se que a percepção da Ásia por parte de alguns espanhóis foi muito marcada pela experiência colonial na América do Sul. Os planos de conquista da China por parte de Alonso Sánchez foram, apenas, o exemplo máximo de desajustamento à realidade sínica. É natural que os portugueses e os jesuítas de outras «nações», a trabalhar sob o Padroado português, tivessem uma visão mais aproximada da realidade, devido à duradoura presença lusa no Oriente.

A presente análise demonstrou que não se podem atribuir rótulos aos padres da Companhia de Jesus que agiram no Extremo Oriente. As classificações, na generalidade das vezes, não expressam a complexidade desses indivíduos. Não se pode, assim, fazer corresponder as seguintes realidades:

- a) ser a favor do método de «acomodação cultural» em termos genéricos não equivalia a ser a favor da criação de um clero local;
- b) ser contra a criação de clero nativo não era sintomático de uma visão negativa do *outro*, o problema era muitas vezes colocado sob a recente conversão dos indivíduos;
- c) a problemática em torno dos «ritos chineses» não significou, necessariamente, uma desqualificação dos chineses. Muitos jesuítas que se mostraram contra faziam-no em nome de um certo purismo, compreensível se pensarmos que o Cristianismo na Europa tinha, há não muitos anos, presenciado um Cisma;
- d) o interesse pelas línguas e culturas locais não se traduziu sempre no apoio aos métodos acomodatórios;
- e) ser a favor da formação de um clero nativo não pressupunha ser-se a favor dos «ritos chineses»;
- f) ser a favor do método de «acomodação cultural» na China e no Japão não significava que os padres defendessem o mesmo método para todos os territórios onde o Padroado e o *Patronato* agiam.
- g) se é legítimo afirmar que quem praticou o método de «acomodação cultural» tinha uma visão positiva do *outro*, não se pode dizer que quem era a favor do modelo denominado de «tábua rasa» tinha uma percepção negativa.

A conclusão deste artigo conduz ao seu princípio, onde se expressou o carácter dual e até mesmo antagónico da palavra *outro*. Os jesuítas ao assumirem este papel, uma vez que foram um dos objectos de análise, comportaram-se também de forma complexa.

O CONFLITO PADROADO/PROPAGANDA NA ÍNDIA. CONTRIBUTOS PARA A SUA HISTÓRIA (SÉCULOS XVII E XVIII)

MARIA DE JESUS DOS MÁRTIRES LOPES *
LÍVIA FERRÃO *

“As Missões nem são do Papa nem são dos bispos
nem são do Padroeiro. São de todos e tocam a cada um
por direitos e deveres na esfera de suas atribuições”.¹

É incontestável que nos planos da expansão portuguesa os objectivos religiosos sempre se entrelaçaram com os interesses políticos e económicos, como a História bem o demonstra. Tenha-se presente que no articulado dos tratados celebrados entre os vice-reis e os reis asiáticos, bem como com as nações europeias sediadas na Índia, havia sempre cláusulas a assegurar o culto católico às populações locais, o que testemunha o empenhamento em cumprir os deveres de Padroeiro.²

As bulas pontifícias concediam direitos indiscutíveis à Coroa Portuguesa. Todavia, nos princípios do século XVII, com a falta de unidade na metodologia pastoral praticada pelas várias ordens religiosas e o excessivo controlo de Portugal e Espanha sobre a administração das missões, a Santa Sé assumiu a direcção suprema do trabalho missionário. Assim, criou em 1622, um departa-

* Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ *Reflexões sobre o Padroado Portuguez no Oriente Applicadas à Proclamação Pastoral de Rev. Fr. Angelico, Pro. Vigario Apostolico em Bombaim, aos Soldados Catholicos Romanos da Mesma Presidencia: Por um Portuguez*, Nova Goa, IN, 1858, p. 14.

² Veja-se a enumeração de alguns tratados celebrados com os potentados asiáticos em que se inseriram artigos relativos ao aumento da Igreja Católica in *Annaes Maritimos e Coloniaes*, 3.^a série, n.º 8, Lisboa, IN, 1843, pp. 372-376 (por um sócio).

mento na Cúria Romana – a *Congregação de Propaganda Fide* – incumbida de estabelecer, para tais fins, uma firme e uniforme organização.

Embora em funcionamento a partir desta data, a Propaganda teve um período de gestação, assaz longa, pois em 1568 era criada uma comissão de três cardeais para se debruçarem sobre os assuntos relativos à “conversão dos infieis”.³ Quatro anos volvidos, surgiu outra comissão pontifícia *de Propaganda Fide*, seguida de outras medidas. Mas foi em 1622, no pontificado de Gregório XV (1621-1623), que surgiu uma conjuntura propícia para a transformação da comissão em congregação.⁴

Para além das razões acima referidas, muitas outras foram apresentadas para justificar a criação da Propaganda Fide: a insuficiência de prelados e a falta de recursos financeiros nas missões do Padroado; a deficiente assistência religiosa em certas regiões do extenso império; as questões de jurisdição entre regulares de ordens diferentes, sobretudo quando estrangeiras e o Ordinário da diocese; a ignorância das culturas e línguas locais, por parte dos missionários do Padroado; a não admissão de naturais nas ordens religiosas de origem europeia;⁵ o relaxamento e a indisciplina claustral de alguns regulares.⁶

Todos estes motivos teriam sido verdadeiros e legítimos? Não estariam também em jogo interesses políticos e económicos, a competição das monarquias europeias por novos territórios e mercados asiáticos? Ensaaiemos as respostas.

Um novo conceito de Padroado, confinado somente aos domínios políticos do Padroado, ganhou vulto progressivamente e franqueou a entrada de missionários apostólicos estrangeiros, homens e mulheres – italianos, alemães, mas sobretudo franceses.⁷ Estes últimos foram aliados naturais da Propaganda e a sua presença na Índia foi um factor de instabilidade, tendo contribuído, bastas vezes, para acicatar os diferendos entre os prelados portugueses e espanhóis. No cômputo dos religiosos enviados para a Índia, pela Propaganda, contaram sobretudo os carmelitas descalços, os franciscanos e os teatinos.⁸

³ Para maior desenvolvimento, veja-se de A. M. Martins do Vale, *Entre a Cruz e o Dragão. O Padroado Português na China no Século XVIII*, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, p. 40.

⁴ Cf. António da Silva Rego, *O Padroado Português no Oriente e a sua Historiografia (1838-1950)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, p. 19.

⁵ Veja-se Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista. Tradição e Modernidade*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 147-151. Veja-se também a carta que o Padre António Francisco Cardim escreveu de Roma ao rei, datada de 24 de Julho de 1644 (AHU, *Índia*, caixa 27, doc. 148).

⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 152-159 e Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V, Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), tomo 2, pp. 112-114.

⁷ Sobre a participação de congregações religiosas femininas francesas veja-se de Elisabeth Dufourcq, *Les Aventurières de Dieu. Trois siècles d'histoire missionnaire française*, Paris, Éditions Jean-Claude Lattés, 1993.

⁸ Veja-se a carta do rei para Nuno da Cunha, enumerando as condições segundo as quais os religiosos estrangeiros eram admitidos no Estado da Índia (AHU, *Índia*, caixa 37, doc. 110).

O conflito propriamente dito

A rápida aplicação territorial do direito de padroado, limitado somente aos domínios políticos do Padroado, prejudicou bastante a Coroa portuguesa e possibilitou o fluxo de missionários apostólicos para as terras não incluídas na soberania lusa.

Após a Restauração e durante a guerra que se seguiu, o conflito agravou-se em consequência do corte de relações diplomáticas com a Santa Sé. Com efeito, neste contexto, os padres enviados para o Oriente deixaram de ser confirmados pelo papado e por isso também o Cabido de Goa foi *sede vacante* durante vinte e três anos (1640-1663).

Na segunda metade do século XVII, muitos missionários e prelados apostólicos estrangeiros, com grande predominância francesa, vindos de Roma, foram para o Oriente pela rota do Levante e não da do Cabo, a fim de escaparem ao controlo das autoridades portuguesas.⁹ Assim, em 1661, alguns capitulares do Cabido de Goa noticiavam ao rei a chegada de carmelitas e teatinos, somando mais de trinta em menos de dois anos e a próxima vinda de outros. Constatavam que na Índia não havia necessidade de missionários, mas de bispos e que o rei devia mandar regressá-los à Itália.¹⁰

Em 1682, João da Cruz queixava-se ao vice-rei da perseguição que os bispos e clérigos franceses faziam à Missão na Cochinchina. Relatava que os cristãos cochinchinos celebravam publicamente todas as festas até que há 15 ou 16 anos começaram a vir os clérigos e bispos franceses, que quiseram “com falsas informações, roubar esta vinha e a casa del rei nosso senhor”. Ensinavam novas doutrinas, deixando a verdadeira da Santa Igreja, desprezavam a Virgem Maria e a Santíssima Cruz. Pedia ao vice-rei que mandasse para esse reino, missionários da Companhia de Jesus.¹¹

Os missionários da Propaganda vinham munidos de breves e patentes que lhes conferia ampla autoridade, tal como a de administrar o crisma, ordenar sacerdotes, etc. A Propaganda considerou mesmo a necessidade de nomear um Patriarca para o Oriente, o que, caso se concretizasse, representaria uma derro-

⁹ Foi o caso do Padre Frei José de Santa Maria, carmelita descalço, vindo de Roma por terra, com outros companheiros, em 1657, para missionários da Serra. Cf. carta dos cônegos de Goa para o rei, de 12 de Setembro de 1661 (AHU, *Índia*, caixa 25, doc. 23). Veja-se, também, a carta para o rei, de 15 de Julho de 1661, escrita em Roma, noticiando a partida, num comboio de barcos, de doze frades capuchos barbados para os territórios ultramarinos portugueses, enviados pela Congregação da Propaganda (AHU, *Índia*, caixa 25, doc. 57).

¹⁰ Carta acima citada, de 12 de Setembro de 1661.

¹¹ Cf. a cópia da carta de João da Cruz para o conde de Alvor, de 8 de Agosto de 1682 (AHU, *Índia*, caixa 32, doc. 3).

gação dos privilégios concedidos aos reis de Portugal, pelas despesas e serviços prestados.¹²

Entre 1670 e 1673, o Papa Clemente X, dinâmico e pronto a apoiar as queixas dos vigários apostólicos, fez publicar vários documentos da máxima importância para estes bispos.

Ao longo das décadas de 20 e 30 setecentistas, um vasto epistolário dos governadores de Goa inteirou o rei sobre os vexames e usurpações à cristandade da Ásia, praticados pelos propagandistas que até não se inibiram de procurar a protecção dos holandeses e ingleses, bem como dos reis asiáticos.

Assim, por exemplo, em 1715, um bispo da Propaganda, expulso pelo rei de Sunda em virtude dos excessos praticados, refugiou-se junto dos ingleses, antagonizando os portugueses. Quatro anos volvidos, outros missionários da Propaganda acolheram-se nas feitorias inglesas e holandesas.

Os vicariatos apostólicos na Índia

Em 1658, foram instituídos os Vigários Apostólicos, enviados directos do papa, cuja autoridade, sem anular a dos bispos dos Padroados, se acrescentava nas terras para onde eram nomeados. Existira já um precedente na Europa: a nomeação a título temporário de vigários apostólicos para suprir as “fugas” dos bispos em regiões tornadas heréticas, como acontecera na Holanda em 1606, ou na Inglaterra em 1622.

Na Índia, destacaram-se três vigários apostólicos, por sinal todos goeses. Como se sabe, o Padroado não permitia a ascensão dos padres naturais da Índia aos cargos superiores da hierarquia eclesiástica. Nunca houve um bispo goês sagrado pelo Padroado. Também o seu ingresso nas ordens religiosas foi muito dificultado, senão mesmo interdito, até as reformas pombalinas. Assim se explica que alguns eclesiásticos goeses tenham procurado o apoio da Propaganda, para se promoverem e para intervirem no destino das suas terras. Desta forma, Mateus de Castro foi nomeado bispo tutelar de Crisópolis e vigário apostólico do Idalcão (1637-1677); governou na região fronteiriça de Goa, sob a oposição das autoridades locais, mormente o arcebispo Francisco dos Mártires e debaixo da protecção do sultão de Bijapur.¹³ Seu sucessor foi Custódio Pinto (1668-1695) que tendo fixado residência em Bicholim, relacionou-se com Goa.

¹² Veja-se a consulta do Conselho Ultramarino para o rei, de 18 de Novembro de 1651 (AHU, Índia, caixa 37, doc. 110).

¹³ Sobre Mateus de Castro vejam-se os seguintes documentos: carta do rei para o vice-rei, conde de Aveiras, de 5 de Março de 1643 (IAN/TT, *Monções do Reino*, n.º 48, fl. 295v); carta do vice-rei, conde de Aveiras para o rei, de 6 de Dezembro de 1643 (AHU, Índia, caixa 25, doc. 65); carta do P.º António Francisco Cardim para o rei, de 24 de Julho de 1644 (AHU, Índia, caixa 27, doc. 148); consulta do Conselho Ultramarino para o rei, de 7 de Outubro de 1644 (AHU, Índia,

D. Tomás de Castro, sobrinho de D. Mateus de Castro, teatino, foi sagrado bispo de Tulsivelem em 1671 e entrou no reino do Canará, como vigário apostólico, em 1677. Defendeu acerrimamente que a jurisdição dos arcebispos de Goa havia terminado nesta região, com a perda das fortalezas de Mangalor, Barcelor e Honor, ou seja, com a cessação do poderio político luso nesse território; publicou pastorais e fulminou várias excomuniões contra os sacerdotes do Padroado. O antiste de Goa, D. Frei António Brandão, pugnou pelos direitos da arquidiocese e o seu representante, o vigário forâneo Padre José Vaz, geriu o conflito com muito bom senso e serenidade, mas apesar disso não o conseguiu solucionar; o contencioso ultrapassou a morte dos dois contentores e transferiu-se do Canará para Bombaim.¹⁴

Com a implantação dos vicariatos apostólicos no Oriente, a influência da Propaganda era já considerável nos finais da centúria seiscentista.

A posição dos reis de Portugal como padroeiros

A actuação dos arcebispos de Goa

De modo geral, pode afirmar-se que os soberanos lusos tomaram uma posição de firmeza em relação às iniciativas da Propaganda; assim, decretaram o regresso imediato de Goa para a Itália dos padres apostólicos, desprovidos de licença expressa do rei ou do vice-rei. Outras vezes foi ordenado o envio dos vigários apostólicos para o Reino, impedindo-os de exercer qualquer jurisdição na Índia. Como se sabe, não se podia dar execução às ordens vindas de Roma, sem passarem pela chancelaria régia.¹⁵

Em 1665, em plena guerra da Restauração, autorizava-se a admissão de religiosos apostólicos, desde que não fossem vassalos do rei de Castela e que embarcassem em Lisboa, tendo sido previamente aprovados pelo monarca e incorporados nas Províncias Eclesiásticas do Reino. Várias resoluções régias, entre elas uma ordem do príncipe regente D. Pedro, de 1672, interditava a estadia de bispos ou prelados estrangeiros, bem como o estabelecimento de ordens religiosas não portuguesas na Índia. Todavia as autoridades em Goa nem sempre conseguiram viabilizar as resoluções régias, porque os agentes religiosos utilizavam diversos subterfúgios para escamotear a sua presença.

caixa 28, doc. 14); consulta do Conselho Ultramarino para o rei, de 12 de Outubro de 1647 (AHU, Índia, caixa 33, doc. 96); carta do comissário geral dos franciscanos, frei Manuel do Espírito Santo para o rei, de 25 de Dezembro de 1649 (IAN/TT, *Monções do Reino*, n.º 60, fls. 200-202).

¹⁴ Veja-se Padre Sebastião do Rego, *Cronologia da Congregação do Oratório de Goa*, direcção e estudo introdutório de Maria de Jesus dos Mártires Lopes, Lisboa, CHAM, 2009, pp. 418-427. Consulte-se, também, E. R. Hambye, “Goa” in *Dictionnaire d’Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, sous la direction de R. Aubert, fasc. 121, Paris, Letouzey et Ané, s.d., pp. 292-293.

¹⁵ Cf. Carta do rei para o conde vice-rei, de 3 de Março de 1687 (AHU, Índia, cód. 431, fl. 175).

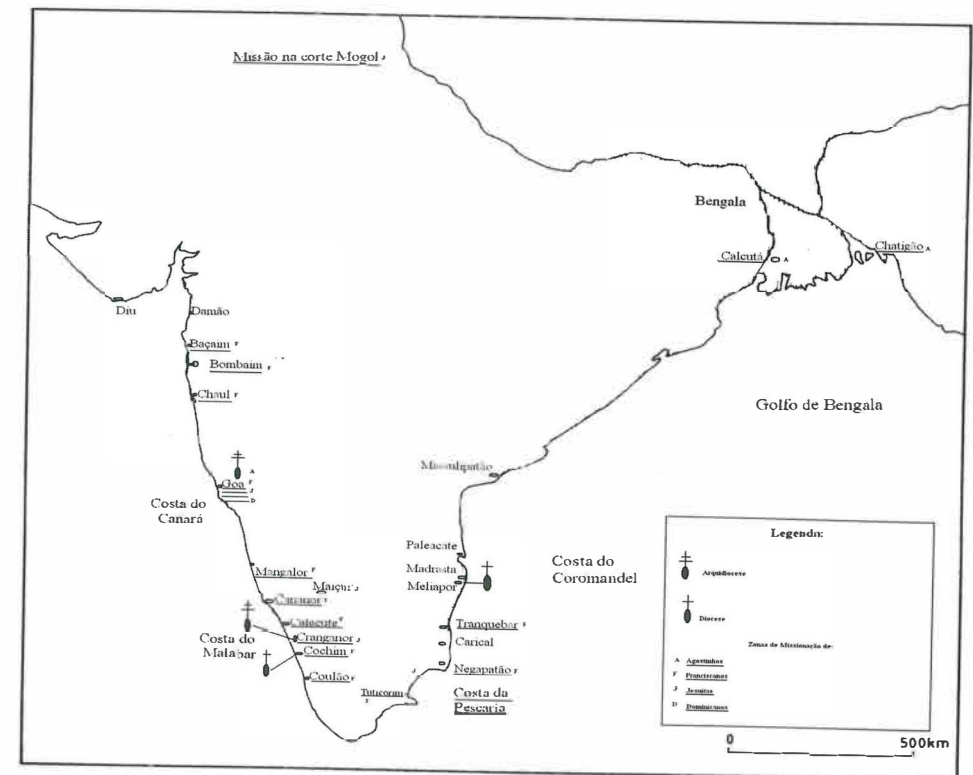
D. Pedro, na sua carta de 4 de Março de 1672, determinava que, aparecendo em Goa bispos estrangeiros ou outros prelados enviados pela Junta de Propaganda Fide, os fizesse embarcar para o Reino, com bom tratamento, decência e autoridade devida aos ministros da Igreja, como se fez ao arcebispo de Mira e ao Patriarca de Constantinopla, em 1652. Ordenava, ainda, que não se consentisse o estabelecimento de religiosos estrangeiros de qualquer ordem religiosa, pois convinha que somente os vassallos de Sua Alteza servissem de prelados. O vice-rei respondeu, por carta de 12 de Setembro de 1672, que os bispos estrangeiros mandados pela Propaganda não tomavam o porto de Goa, nem as poucas praças sob a soberania portuguesa, ou seja as do Norte, Diu, Moçambique e Mombaça, mas as terras dos mouros e ali assistiam com os breves que levavam e nelas era impossível executar as ordens reais. Explícitava ainda que o arcebispo de Mira estava na Cidade de Goa, no Convento de S. Francisco e que só se pôde executar a ordem régia quando, por sua vontade, quis embarcar. Quanto ao Patriarca de Babilónia, por ele ter tomado um porto da soberania lusa, pôde mandar-se ir à Cidade de Goa e encaminhá-lo para o Reino. No parecer de 9 de Março de 1674, o Conselho Ultramarino considerava que o rei devia ordenar ao residente em Roma que se ocupasse prioritariamente da expedição das bulas para os bispos para a Índia; também devia fazer presente à Sua Santidade e à Junta de Propaganda que podiam mandar quantos missionários quisessem, mas prover os bispados competia ao rei, por serem de *jure patronatus* e não pertencerem à Junta. Os missionários que entrassem nas dioceses dos bispados de S. Majestade deveriam fazê-lo com licença dos bispos. Este assunto deveria ser tratado com todo o fervor em Roma.¹⁶

Em contrapartida, os soberanos recomendavam frequentemente aos provinciais das Religiões o envio de religiosos portugueses com sólida formação doutrinária e de bons costumes. Como já se referiu, registavam-se casos de relaxamento e de indisciplina claustral de religiosos no Padroado. Não se tratava de uma atitude xenófoba, mas pretendia-se evitar atritos de jurisdição eclesiástica, já de si muito frequentes na Índia e que ainda mais se agudizavam com eclesiásticos estrangeiros.

Em 1712 determinava-se que não se executassem os breves de que ia munido o cardeal Tournon, Patriarca de Antioquia, enviado pontifício, por seu legado *a latere* e visitador geral de toda a Índia Oriental, nem se dessem crédito às censuras por ele fulminadas, porque se considerava a questão dos ritos sínicos muito prejudicial ao Padroado Régio.¹⁷

¹⁶ Cf. AHU, *Índia*, caixa 29, doc. 130 e *BFUP*, n.º 35-37; *Monções do Reino*, n.º 37, doc. 11, pp. 13-14.

¹⁷ Diogo Vieira de Tovar Albuquerque, "Observações sobre alguns importantes objectos relativos ao Estado da Índia Portuguesa", de 31.8.1815 (Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamarati, lata 181, maço 3, pasta 1, parte III-30, fl. 2).



Mapa 1 - Principais missões das congregações religiosas no Padroado Português do Oriente na Índia durante os séculos XVII e XVIII.

Como anteriormente, ao longo do século XVIII, adoptara-se a norma de impedir a saída de agentes propagandistas de Goa para o Norte ou o Sul da Índia, sem terem apresentado a licença do seu prelado ao arcebispo primaz. Nesse sentido, havia apertada inspecção nas barras e "passos". Todavia, o grande número de passagens fluviais e as artimanhas utilizadas pelos infractores dificultavam a fiscalização.

Convém observar que o Papado reconhecia a legitimidade do Padroado Português do Oriente e repudiava os actos de usurpação praticados pelos agentes apostólicos.

Exemplifiquemos: Em 1719, terminada a construção de uma capela em Chandernagor com a devida autorização pontifícia, os padres capuchinhos franceses solicitaram ao arcebispo de Goa a sua aprovação, de acordo com a determinação papal¹⁸. Apesar das repetidas súplicas dos capuchinhos e até mesmo da Companhia das Índias Orientais Francesa, o prelado levantou embaraços. Estes religiosos franceses recorreram então a sua Santidade que

¹⁸ Cópia da carta dos capuchinhos franceses de Chandernagor para o Papa, de 9 de Janeiro de 1719, in *Reflexões sobre o Padroado...*, pp. 15-17.

remeteu o assunto ao rei de Portugal, como Padroeiro de todas as igrejas do Oriente. A Santa Sé tinha presente de que se tratava de um privilégio oneroso.

O monarca ordenou ao vice-rei que recomendasse essa questão ao bispo de Meliapor – porque Chandernagor pertencia a este bispado –, para ser concedida a licença, no caso de não haver inconveniente. Apesar disso, registaram-se delongas na resolução final.¹⁹

Deste e de outros casos se deduz que a Propaganda umas vezes agia legalmente, outras vezes não. Por outro lado, é surpreendente a enorme burocracia das autoridades do Padroado. Não seria também uma forma de demonstrar a sua máquina organizativa e o seu poder?²⁰

Ordens religiosas estrangeiras estabelecidas em Goa

Para além das ordens religiosas portuguesas estabelecidas em Goa – franciscanos, dominicanos, jesuítas, agostinhos, mónicas, hospitaleiros – fixaram-se também duas estrangeiras: a dos carmelitas descalços e a dos teatinos. Em relação a estas duas, as questões de jurisdição entre os seus prelados e o Ordinário ainda foram mais graves, como a seguir veremos.

Carmelitas Descalços

Vindos da Pérsia, abordaram Goa em 1607 e, volvidos cinco anos, fundaram o convento de Santa Teresa, com noviciado e colégio, numa das colinas contíguas à do Monte, na Cidade de Goa; foi retomado pelos carmelitas italianos da congregação italiana, por serem mais missionários. Ocuparam-se da assistência espiritual dos doentes do hospital de Nossa Senhora da Compaixão.²¹ Da documentação compulsada, infere-se que provocaram alguma perturbação, buscando “meios orgulhosos para causarem alterações”. Em 1643 o rei dava instruções ao vice-rei no sentido de expulsar o Visitador, enviado pelo Cardeal Richelieu.²² Com efeito, em 1645, o convento em Goa acolheu sete carmelitas portugueses e foi suspensa a jurisdição espiritual da Itália. E no ano seguinte uma ordem régia para o vice-rei mandava expulsar os prelados que governavam a Província dos Carmelitas, sob o Geral de Itália. O vice-rei deveria embarcar todos os religiosos italianos e portugueses que fossem contra esta ordem e a

¹⁹ Carta régia para o vice-rei, de 3 de Abril de 1720, in *Reflexões sobre o Padroado...*, p. 15.

²⁰ Agradecemos ao Dr. João Manuel Teles da Cunha a elaboração do mapa sobre as congregações religiosas do Padroado Português na Índia.

²¹ E. R. Hamby, “Goa” in *Dictionnaire...*, p. 327.

²² Carta de D. João IV ao vice-rei D. João da Silva Telo e Meneses pedindo-lhe que proibisse a entrada de qualquer religioso castelhano ou estrangeiro e em particular o Visitador dos carmelitas descalços e um padre capucho (IAN/TT, *Monções*, n.º 52, fl. 48).

Província seria governada apenas por Prelados de Portugal.²³ E passados anos, ainda em 1653, o rei determinava que enquanto as relações com Roma não se estabilizassem, o vice-rei não deixasse entrar nem residir no Estado da Índia, carmelitas descalços italianos.²⁴

Apesar disso, em 1655, um frade carmelita descalço, José de Santa Maria, com alguns companheiros passou, através da via de Alepo, para a Índia, onde se ocupou da redução do arcebispado da Serra à jurisdição da Propaganda.²⁵ Deixou as coisas em pior estado do que as encontrou. Elevou o arcediogo de bispo a patriarca e voltou a Roma pela mesma via. Agiu contra os interesses da Coroa portuguesa e defendeu que o papa podia prover de prelado a cristandade de S. Tomé, porque não pertencia ao rei de Portugal. Um outro frade carmelita, frei Jacinto de S. Vicente, instalou-se na cristandade de S. Tomé, imediatamente sujeito ao seu Geral e também o que residia em Goa não estava dependente do Provincial Carmelitano de Portugal.²⁶

Em 1697 foram expulsos de Goa e recolheram-se no bispado da Serra. Confrontados com a alternativa de prestarem fidelidade à Coroa Portuguesa ou deixarem Goa, em 1702, preferiram partir. Como o convento do Carmo, que anteriormente lhes pertencera, tinha apenas um religioso e estava bastante degradado, D. João V concedeu-o aos oratorianos, em 1709, já que estes viviam num espaço muito exíguo, no seu convento de Nossa Senhora dos Milagres. Os primeiros donos impugnaram a decisão régia junto do papa, mas foi em vão.²⁷

Todavia, as dificuldades prolongaram-se ao longo das primeiras décadas da centúria seguinte, acabando estes religiosos por serem expulsos definitivamente de Goa, em 1739, desta vez em virtude das dissensões suscitadas entre eles e o arcebispo, pelos agentes apostólicos da Propaganda, acerca da jurisdição espiritual da ilha de Bombaim.

Posteriormente, em 1784, há notícias de distúrbios destes religiosos no Malabar com o seu vigário apostólico em Varapoli, pretendendo apoderarem-se de todo o bispado de Cochim. Curiosamente, em finais de Setecentos esta diocese estava muito bem provida de sacerdotes do Padroado, na sequência das ordens régias. Estes religiosos não fundaram nenhuma nova missão, mas sim introduziram-se nas já anteriormente criadas pelos missionários portugueses, com o

²³ Cf. IAN/TT, *Monções*, n.º 55, fl. 37.

²⁴ Contudo, já em cartas de 15 de Novembro de 1646 e 18 de Fevereiro de 1649, o rei ordenara que não fosse permitida a entrada no Estado da Índia a carmelistas descalços, italianos, enquanto as relações com Roma se não estabilizassem (HAG, *Monções*, n.º 31, fl. 2).

²⁵ Inicialmente o bispado da Serra, criado em 1600, tinha a sua sede em Angamale. Em 1608 o bispado foi elevado a arcebispado; em 1609, a sua sede foi transferida de Angamale para Cranganor, porto na costa do Malabar, a 10º e 11' de latitude Norte e 76º e 12' longitude Este. Confira Visconde de Paiva Manso, *Bullarium...*, Lisboa, 1870, vol. II, pp. 10-11 e 89.

²⁶ Cf. a carta escrita de Roma, em 21 de Outubro de 1661 (AHU, *Índia*, caixa 25, doc. 57).

²⁷ Padre Sebastião do Rego, *Cronologia* já cit., pp. 342-343, 345-353.

conluio dos ingleses numas partes e dos holandeses, noutras. Por isso, também, não deixaram uma obra de destaque.

Teatinos

A ordem dos teatinos fundada em Roma, em 1524, por S. Caetano e seus companheiros, chegou a Goa em 1640, enviada pelo papa Urbano VIII, para pregarem o Evangelho nas terras do Idalcão.

Estiveram estes religiosos quase a serem expulsos de Goa em 1643 por falta de autorização régia para a fundação da sua casa, em virtude da condição de estrangeiros. Porém, o seu superior Padre Pedro de Avitabili conseguiu remover as dificuldades e obteve a protecção régia que se tornaria oficial em 1665. Foi então que construíram a casa e noviciado dedicado a S. Caetano e a igreja da Divina Providência. Tiveram uma acção pastoral extraordinária em Goa²⁸ e noutras partes da Índia, sobretudo no reino de Golconda,²⁹ no de Sunda e na costa do Coromandel como, por exemplo, em Massulipatão.

Em 1750, reduzidos a um religioso apenas no convento de S. Caetano, passaram a admitir indianos. Os primeiros goeses ordenados foram Agostinho Barreto e Caetano Astião de Faria que restauraram a missão de Golconda. Como celebraram em Goa a aclamação e a coroação de D. João IV, passaram a festejar todos os anos as datas de 1 e 6 de Dezembro, em acção de graças. Os teatinos italianos foram, pois, um exemplo de bom entendimento entre religiosos da Propaganda e as autoridades do Padroado.

Pombal e os propagandistas (1757-1777)

Pombal, um dos expoentes do Despotismo esclarecido em Portugal, foi um acérrimo defensor do Padroado Régio. É sintomático, aliás, que uma das Instruções de D. José I ao arcebispo de Goa, em 1774 – a instrução sexta – seja dedicada exclusivamente ao conflito do Padroado – Propaganda, como mais adiante veremos.

²⁸ D. António Ardizzone, clérigo regular teatino italiano, na sua petição dirigida ao Conselho Ultramarino mencionou o facto de os religiosos que consigo tinham chegado à Índia serem “considerados como verdadeiros portugueses naquele Estado pelo bom serviço que têm prestado a Deus e pela muita pobreza que professam” (AHU, *Índia*, caixa 34, doc. 65). Também o Procurador da Coroa, em carta de 2 de Dezembro de 1648, havia pedido ao monarca protecção para os padres teatinos e a sua permanência em Goa, pois “foram causa de grande reformação de costumes no Estado da Índia”. Já em 1646, os habitantes da Cidade de Goa haviam enviado uma petição ao Conselho informando do grande desconsolo que sentiam por terem “despedido os padres teatinos que em tão grande conceito eram tidos por todo o povo de Goa”. Veja-se carta de 13 de Janeiro de 1646, (AHU, *Índia*, caixa 34, doc. 65).

²⁹ Veja-se carta de fr. Francisco dos Mártires, arcebispo primaz de Goa ao rei, datada de 7 de Dezembro de 1643 (AHU, *Índia*, caixa 25, doc. 68).

A teoria política do despotismo esclarecido conferia ao rei poder supremo, já que o recebera directamente de Deus. A concretização desse programa implicava o aniquilamento da influência eclesiástica e particularmente dos jesuítas, que gozavam de grande influência e poder na sociedade. A oposição dos jesuítas – lídimo esteio do Padroado – ao despotismo esclarecido pesou bastante para a sua expulsão em 1759.

É certo que os jesuítas foram rapidamente substituídos nas missões por regulares de outras ordens e por sacerdotes saídos dos seminários diocesanos de Goa o que mereceu, aliás, um louvor régio ao vice-rei Conde da Ega e ao arcebispo D. António Neiva Brum. Apesar disso, algumas missões mais longínquas ficaram abandonadas, chegando outras a perderem-se para sempre. Esta conjuntura permitiu à Propaganda disponibilizar missionários para a Ásia.

Mas, se Pombal vibrou um duro golpe no Padroado com a supressão dos jesuítas que possuíam uma poderosa organização centralizadora, a sua política de formação e promoção do clero local, possibilitou um recrutamento abundante e eficaz de agentes eclesiásticos. E ao formar um clero local, Pombal incutiu neles a fidelidade e o amor ao Padroado. Na verdade, muitos padres goeses foram vítimas da acção da Propaganda, pois face à dupla jurisdição eclesiástica, obedeceram à do Padroado.

Debrucemo-nos então sobre a instrução sexta, para dela exaurirmos a justificação legal do Padroado e as medidas tomadas por Pombal.³⁰

Esta considerava que havia, por parte da Propaganda Fide, “um notório defeito de título legítimo e de legítima jurisdição” por não se poder prover as igrejas em eclesiásticos estrangeiros sem o consentimento dos reis, como estava estabelecido no direito natural e divino universal. O provimento de benefícios feito em estrangeiros opunha-se às bulas e aos mandados apostólicos.³¹

Além desses direitos comuns que os propagandistas violentaram, ao soberano competia, como rei, o direito de Padroado universal de todas as dioceses, benefícios e igrejas como governador do mestrado da Ordem de Cristo. Tinha, pois, de *pleno jure*, toda a jurisdição espiritual para o exercitar pelos arcebispos e bispos, nomeados pelos reis, fundando-se estes direitos em amplas e sucessivas bulas.

O principal argumento invocado pelos propagandistas – a falta de agentes evangelizadores – era, segundo Pombal, notoriamente insubsistente e falso.

³⁰ *Instruções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia, o Governador, e Capitão General e o Arcebispo Primaz do Oriente, no anno de 1774*, publicadas e anotadas por Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda, Pangim, 1841, “Instrução Sexta” ao arcebispo, pp. 37-43.

³¹ *Ibidem*, p. 38.

Relembrava uma representação redigida por clérigos de Goa em que apontavam para um conjunto de 10.000, muitos deles letrados.³² Evidentemente, um número exagerado mas as reformas pombalinas haviam aberto as fileiras das ordens religiosas de origem europeia aos naturais e os seminários diocesanos de Chorão (1761), Rachol (1762) e Bom Jesus (1781) preparavam muitos sacerdotes nativos.³³

Os propagandistas, cientes da legalidade do Padroado português, utilizavam o subterfúgio de enviar os seus missionários, em segredo, para lugares onde já havia bispos e paróquias da Coroa portuguesa. Entravam disfarçados e forneciam catecismos por eles compostos. Ora, segundo Pombal, a congregação romana devia fazer-lhes entrar pelas portas desta Corte e dos tribunais mais competentes.

“Tudo isso eram violências e não bastava para as paleas aparecerem santificadas com o sagrado nome do Sumo Pontífice, porque a Igreja não pode definir que seja honesto o acto que é torpe”, afirmava o ministro de D. José I, que considerava estes atentados como a coisa mais contrária à razão e à justiça, na medida em que se tratava de domínios incorporados na Coroa, com muito dinheiro e sangue. Recordava, ainda, que os títulos dos vigários apostólicos eram ineficazes, porque não tinham a chancela do beneplácito régio, direito estabelecido no costume universal e constante de todas as monarquias da Cristandade.

Os soberanos foram constituídos por Deus para protectores dos oprimidos, não só seculares como eclesiásticos. O douto dominicano, Fr. João de Paris, escreveu: “É lícito ao Príncipe repelir o abuso da espada espiritual, do mesmo modo que pode defender-se com a material, principalmente quando o abuso da espada espiritual se converte em dano da República”.³⁴ Quando a jurisdição eclesiástica invade a jurisdição régia, há que proceder contra os invasores. Tenha-se presente que Pombal era um genuíno defensor do *regalismo* que fazia depender a Igreja do Estado.

Finalmente expunha o modo de expulsar os propagandistas: instruir os párocos, dando-lhes clara noção dos títulos do Padroado Régio e da jurisdição eclesiástica; esclarecê-los sobre os atentados e violências dos propagandistas com as invasões às igrejas; determinar que não dessem nenhum crédito às faculdades e indulgências dos propagandistas; ordenar que os infractores fossem denunciados e presos; o ouvidor devia proceder contra eles e enviaria os autos das suas violências à Corte, para Sua Majestade determinar o que achasse mais conveniente. Anote-se que estas providências de 1774 não chegaram a muitas igrejas por estarem em domínios estranhos.³⁵

³² *Ibidem*, p. 39.

³³ Veja-se de M. J. M. Lopes, *Goa Setecentista...*, pp. 165-168.

³⁴ “Instrução Sexta” ao arcebispo, p. 41.

³⁵ *Ibidem*, pp. 42-43.

Tentativas de solucionar o conflito (1777-1800)

A década de 80 setecentista parecia augurar um momento auspicioso para o Padroado. A Cúria Romana mostrou-se receptiva a entabular negociações com o governo português para solucionar o conflito. Nesse sentido, dispôs-se a mandar retirar os padres propagandistas, caso a rainha assim o entendesse. Sua Majestade, porém, precaveu-se de tomar tão importante decisão, sem primeiro saber da suficiência de recursos humanos e materiais para tão grande tarefa. Por isso, pediu informações detalhadas ao arcebispo o qual informou que, no seu entender, não havia necessidade de missionários da Propaganda, porque à frente de quase todas as paróquias se encontravam clérigos seculares e regulares de Goa; no entanto, o antiste não insistiu na sua saída, para evitar maiores perturbações.³⁶ Com a falta de firmeza do arcebispo e alguma indecisão da Rainha perdeu-se, quiçá, uma das últimas “cartadas” do Padroado!

A jeito de balanço, podemos afirmar que o Padroado do Oriente acusava progressivos sintomas de declínio. Todavia, parece-nos relevante constatar que, mesmo no entardecer de Setecentos, os papas continuassem a abster de tocar na integridade das dioceses ou de infringir os direitos da arquidiocese de Goa. Vejamos: em 1780, o vigário apostólico estabelecido no império mogol pretendeu obter faculdades para governar os povos cristãos de Baçaim e terras do Norte, bem como as do Sul, no reino de Canará³⁷. Volvidos dois anos, partiram dois missionários italianos para as missões do Mogol e um para Madrasta. Prometiam cumprir as ordens da Rainha e não empreender nada contra o Padroado.

A corte de Roma cedendo às instancias da Congregação e julgando sinceras as alegações do vigário apostólico, pediu à Rainha que o Prelado goês concedesse as faculdades requeridas.³⁸ Anote-se que o Santo Padre declarou expressamente à Rainha de Portugal que a providência requerida era extraordinária e que, cessando as circunstâncias actuais, tornaria a situação ao estado anterior.

Vê-se, pois, que o Santo Padre consentia e o vigário apostólico não duvidava requerer ao arcebispo de Goa as faculdades precisas para o governo daquelas igrejas e para actuar como dependente e delegado do arcebispo primaz, naquela parte da diocese. Apesar de tudo isto, a Rainha não julgou conveniente condescender com o pedido do Santo Padre. Mas nem por isso o nuncio nem o papa se melindraram, pois reconheceram o amplo direito da Coroa Portuguesa.

³⁶ Veja-se a carta de M. M. Castro para o arcebispo, de 26 de Fevereiro de 1786 (AHU, *Índia*, maço 150 (158) e cód. 519, fls. 38-40) e a resposta do arcebispo, de 20 de Janeiro de 1787 (AHU, *Índia*, maço 1-A (728)).

³⁷ Veja-se a carta de M. M. Castro para o governador Frederico Guilherme de Sousa, de 15 de Março de 1780 in *Reflexões sobre o Padroado...*, pp. 27-28.

³⁸ *Reflexões sobre o Padroado...*, pp. 33-34.

Embora o Padroado tivesse granjeado algumas vitórias ao longo dos tempos, esboçava-se um movimento irreversível no sentido de reduzir a sua área de influência. A intransigência das autoridades civis e eclesiásticas portuguesas em não querer reformular o estatuto de padroeiro, confinando-o apenas aos seus domínios políticos – estatuto aliás mais consentâneo com os seus exíguos recursos humanos e financeiros – impediu que se caminhasse para uma situação de compromisso. Da parte da Propaganda, não houve uma conduta coerente: se por vezes procedeu legalmente, de modo geral seguiu uma política de factos consumados, impondo a sua vontade, em vez de negociar e debater. O comportamento de alguns agentes apostólicos nem sempre foi irrepreensível. Na verdade, se as missões do Padroado acusavam sinais de declínio, também as da Propaganda não prosperaram tanto como Roma esperava. Há, pois, testemunhos deletérios sobre o seu comportamento.

Além disso, os missionários apostólicos não se estabeleceram em sítios carentes de assistência religiosa, mas sim em lugares onde havia igrejas e bispos do Padroado, daqui resultando sérios atritos de dupla jurisdição. Por todos esses motivos, as missões da responsabilidade da Propaganda não deixaram obra de renome.³⁹

O facto de o Padroado não ordenar bispos naturais, constituiu sempre uma profunda mágoa na alma dos goeses, já que entre eles havia eclesiásticos cultos e de boa conduta. Assim se explica que os padres goeses se tenham dirigido à Propaganda Fide e, na verdade, em 1637 foram ordenados os primeiros bispos, como foi o caso de Mateus de Castro, acima referido. Esta orientação eclesiástica, agravada pela nomeação de um catanar, Padre José Cariate, para arcebispo de Cranganor, terá sido, possivelmente, o rastilho que desencadeou a Conspiração dos Pintos, em 1787.

Pode-se afirmar, em certa medida, que os grandes contratemplos do Padroado provieram do próprio Padroado: assim, a expulsão dos jesuítas – o esteio do Padroado, o relaxamento do clero sobretudo de origem europeia, o escasso número de regulares goeses dada a tardia admissão nas ordens religiosas europeias, apenas a partir de 1750, foram motivos que enfraqueceram bastante o Padroado.

Ao longo do século XIX a situação tornou-se bem mais complexa, já que Roma pretendia uma jurisdição efectiva na Índia e Portugal defendia o seu Padroado. E, como o direito do Padroado só podia ser revogado com o consentimento de Portugal, o único caminho era o da negociação. Mas nem a primeira concordata de 1857 nem a segunda de 1886 resolveram o problema. Finalmente, em 1953, a jurisdição episcopal de Goa ficou reduzida aos territórios de Goa, Damão e Diu.⁴⁰

³⁹ Cf. A. S. Rego, *O Padroado...*, p. 22.

⁴⁰ Cf. E. R. Hambye, “Goa” in *Dictionnaire...*, pp. 301 e ss.

ENTRE O PÚLPITO E A MURALHA: MISSIONÁRIOS E HOMENS DE ARMAS CONTRA A AMEAÇA PROTESTANTE NA ÍNDIA E NO BRASIL NO SÉCULO XVII

ANDRÉA DORÉ*

“O que é a porta? Um vão. Mas um vão que separa dois domínios: o domínio dos deuses e o dos mortais – a porta do templo; o domínio da vida privada e o da vida pública – a porta da casa; a cidade e o campo – a porta da muralha”.¹ Assim Roger Bastide, em 1951, inicia um estudo sobre a porta barroca, no qual associa a função arquitetónica pura à função social que a porta desempenha. Neste trabalho, Bastide defende que o barroco no Brasil, assim como na Europa, representou para os jesuítas e outras ordens religiosas uma manifestação de poder; da mesma forma era, para os senhores de engenho do nordeste, uma manifestação de seu *status* social. “O que salta à vista”, escreve, “é a falta de distinção, como de resto já acontecia na Península Ibérica, entre arquitetura civil e arquitetura religiosa”.² Seria lícito acrescentar que essa distinção também não está presente se a comparação inclui a arquitetura militar. Tanto as fortalezas e os baluartes recebem nome de santos quanto os nichos com imagens protegem as portas principais. Assim se vê, por exemplo, à entrada da Fortaleza de Diu ou do Forte de São Jerônimo, em Damão.³

A imagem da porta barroca nos é interessante como analogia porque também nos discursos não há distinção entre a fala religiosa e a militar, quando a intenção é identificar os aliados e os inimigos. Ela interessa, no entanto, sobretudo como

* Universidade Federal do Paraná (Curitiba).

¹ Roger Bastide, “Variações sobre a porta barroca”, *Novos estudos – CEBRAP*, n.º 75, São Paulo, 2006, p. 130. Este artigo foi publicado pela primeira vez em 1951.

² *Ibidem*, p. 134.

³ Para imagens e informações nesse sentido, ver Rafael Moreira (dir.), *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

interpretação do que se passa no contexto ultramarino português quando dos conflitos com os holandeses a partir dos primeiros anos do século XVII. Em primeiro lugar, o dentro e o fora que a porta define podem ser compreendidos como as duas unidades que os conflitos político-religiosos estabelecem: uma primeira unidade interna, homogeneizada pela fé, protegida e ao mesmo tempo oprimida pelas muralhas. E a unidade exterior, o outro unificado à força e mantido além dos muros. Em segundo lugar, a porta que impede o acesso funciona também como uma passagem e, igualmente, entre católicos e protestantes o ingresso se faz possível e franqueado por meio da conversão.

A expressão do barroco nas portas do nordeste do Brasil, que Bastide analisou, permeia os espaços religiosos e civis da mesma forma que a expressão barroca nos discursos não distingue essencialmente os aspectos religiosos dos políticos e serve de instrumento tanto para homens de fé quanto para homens de armas. Neste artigo, o objetivo é analisar de que forma se reconhece o prolongamento, para o ultramar português, dos conflitos religiosos vividos na Europa entre católicos e protestantes no contexto da União Ibérica e como esses conflitos se inserem nas práticas portuguesas de construção do “outro”. A oposição que se estabeleceu entre holandeses e portugueses, entre protestantes e católicos na Índia, dinamizou com novos elementos um conjunto de práticas de oposição entre os bons cristãos e os outros, fossem eles estrangeiros, naturais da terra, hindus ou muçulmanos, ou os “cazados de mau viver”, que um alvará de 1556 mandava lançar “fora da dita cidade” de Cochim.⁴

O império asiático português, para muitos homens sem espaço na administração, se mostrava desde o início, como um império cercado, do qual era preciso fugir. Nos anos 1560, Cesare Fedrici, viajante italiano, ao passar por Negapatan, relatou que a terra já havia sido de muita abundância, o que “levou muitos portugueses a ir habitá-la e a fazer casas em país estranho para viver com pouco gasto”.⁵ Ele próprio circulou muito e suas transações dão conta do complexo mercado interasiático que desviava os homens da rigidez do Estado da Índia.⁶ Também Filippo Sassetti, humanista e viajante florentino, escreveu que, ao chegar o final do ano, cada um decidia o que fazer de sua vida, uma vez que faltavam bens estáveis de cujos frutos pudessem se sustentar. Era necessário, então, que encontrassem uma solução “saindo e andando nesta ou naquela parte a procurar remédio para sustentar a vida a si e a sua família”.⁷

⁴ Alvará do governador Francisco Barreto feito em Goa em 30 de outubro de 1556. In: K. S. Mathew & Afzal Ahmad, *Emergence of Cochin in the pre-industrial era. A study of Portuguese Cochin*, Pondicherry, Pondicherry University, 1990, p. 32.

⁵ “Il viaggio di Cesare de’ Federici nelle Indie Orientali” in G. B. Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, Vol. VI, Torino, Giulio Einaudi editore, 1980, p. 1044.

⁶ Ver *ibidem*, p. 1075.

⁷ Carta a Giovambattista Strozzi. Cochim, 01.01.1586, in Filippo Sassetti, *Lettere dall’India (1583-1588)*. A cura di Adele Dei, Roma, Salerno Editrice, 1995, p. 141. Sobre essa questão,

A correspondência entre a Coroa e o vice-rei ou governador do Estado da Índia foi insistente em coibir a circulação dos homens e das mercadorias, o que, para a metrópole, representava o abandono e o enfraquecimento da fazenda real. Qualquer intenção de controle ou estrutura punitiva, no entanto, esbarrava na longa distância entre Goa e Lisboa.⁸ Numa mesma carta, de 26 de fevereiro de 1605, o rei escreveu ao vice-rei Martim Affonso de Castro ordenando que se mantivesse “em boa guarda” a fortaleza de Moçambique, que se acabasse a obra das cisternas “e que se agasalhe dentro n’ella, como he de sua obrigação, sem ir aos Rios de Cuama, como fizeram seus antecessores, pelo perigo em que ella fica”. Afirmou ainda que seriam punidos os “capitães que desampararem a dita fortaleza, e contra os mais que ocuparem em seus negocios e tratos os soldados”.⁹ À fortaleza de Ormuz o rei recomendava que “não haja falta nem diminuição no numero dos soldados a ella ordenados, e que assistam dentro n’ella os mais que poder ser, e pera isso se concertem as casas que ha dentro na dita fortaleza”.¹⁰

Essas ordens foram recorrentes e, ao analisar uma série de cartas, podemos destacar as preocupações mais comuns no que concerne as relações entre grupos que guardavam profundas diferenças culturais. Entre tantas outras medidas visando ordenar o comportamento dos vassallos de além-mar, ou dos estrangeiros no interior do Estado da Índia, que incluíam a proibição do uso de palanquins entre gente de guerra, por ser “tão indigno” e “afeminado”,¹¹ havia ao menos duas políticas que envolviam a circulação dos homens.

segundo Subrahmanyam, na perspectiva oficial portuguesa fazia-se uma distinção: “a oeste do Cabo Comorim afirma-se o império ‘formal’, com a sua ordem hierárquica e predomínio da classe nobre; para leste, domina o *alter ego* desarticulado, informal, governado pelas classes inferiores”. Sanjay Subrahmanyam, *Comércio e Conflito. A presença portuguesa no Golfo de Bengala, 1500--1700*, Lisboa, Edições 70, 1994, p. 14. Seguindo essa mesma lógica, Macau, no estuário do rio das Pérolas, no mar da China, foi fundada por mercadores privados portugueses à margem da política oficial portuguesa. A respeito do caráter autônomo de Macau, ver António M. Martins do Vale, “Macau, uma “república” de mercadores” in *Os espaços de um império. Estudos*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 203-211.

⁸ A respeito da impossibilidade de uma ação política em relação ao ultramar, sobretudo, ver António Manuel Hespanha, “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviaamentos recentes” in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 167-169.

⁹ Raymundo Antonio de Bulhão Pato (ed.), *Documentos remetidos da Índia ou Livro das Monções*, vols. I-IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1880, vol. I, p. 1.

¹⁰ *Ibidem*, vol. I, p. 3.

¹¹ Carta régia a D. Jeronymo de Azevedo, 21.02.1615, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. III, p. 154. Sobre o uso do palanquim e outras práticas orientais na corte de Goa, ver, Catarina Madeira Santos, “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 233-236.

A primeira delas dizia respeito ao controle sobre os estrangeiros. Do momento em que eram convidados, ou convocados, como ocorreu nas primeiras viagens à Índia, os estrangeiros passaram a ser tolerados para, no início do século XVII, serem perseguidos.¹² Em carta de 1606, Filipe III informava ter notícias de que moravam nas partes do Oriente muitos estrangeiros, italianos, franceses, alemães, flamengos, que para lá passaram por terras da Pérsia e Turquia. Sua presença não era permitida mas, sabendo o rei que um reino cercado se perde facilmente por traição, recomendava muito cuidado na aplicação da lei, já que poderiam “seguir alguns inconvenientes, passando-se aos mouros e inimigos, dando-lhes avisos de minhas fortalezas a que estão vizinhos, ensinando-lhes ardis e meios com que possam prejudicar”.¹³ A mesma recomendação se fez em 1610, de que nenhum estrangeiro fosse permitido sem licença do rei.¹⁴ O cerco aos estrangeiros intensificava-se à medida em que se tornavam mais frequentes os ataques holandeses e as perdas do Estado da Índia.¹⁵

O esforço regulador da Coroa visava também os “naturais” da terra, sua circulação, de suas mercadorias e suas relações com a administração portuguesa.¹⁶ O debate a respeito da integração de naturais na administração portuguesa atravessou os séculos e teve o seu auge durante a administração do Marquês de Pombal quando, no sentido inverso, tentou-se legislar visando a integração dos naturais de Goa nos quadros da administração, assim como elevar os indígenas tutelados pelos jesuítas na América Portuguesa a súditos da Coroa.¹⁷ No séc. XVI,

¹² Sobre a presença de estrangeiros, principalmente italianos, em diferentes momentos da expansão portuguesa ver, Carmen Radulet, *Os descobrimentos portugueses e a Itália*, Lisboa, Vega, 1991 e o nosso artigo “Cristãos na Índia no século XVI: a presença portuguesa e os viajantes italianos” in *Revista Brasileira de História*, Vol. 22, n.º 44 (2002), pp. 311-340.

¹³ Ver Carta régia a D. Martim Affonso de Castro, 28.11.1606, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. I, p. 47s.

¹⁴ Ver Carta régia a Ruy Lourenço de Tavora, 21.02.1610 in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. I, p. 360; e também a Carta régia ao vice-rei Ruy Lourenço de Tavora, 08.02.1611, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. II, p. 16s. Carta régia a D. Jeronymo de Azevedo, 28.03.1613, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. II, p. 441. Carta régia a D. Jeronymo de Azevedo, 18.03.1615, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. III, p. 318s. Carta régia ao vice-rei Fernão de Albuquerque 22.03.1620, em que se trata de um mouro de Espanha e de um judeu denunciados pelo bispo de Cochim in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. VI p. 318.

¹⁵ A esse respeito ver Sanjay Subrahmanyam, *O Império asiático português, 1500-1700*, Lisboa, Difel, 1995, p. 340 e seguintes.

¹⁶ Ver Carlos Renato Gonçalves Pereira, *História da Administração da Justiça no Estado da Índia. Século XVI*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1964-1965, vol. I, p. 299; Alvará régio de 21.02.1611, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. II, p. 176 e Alvará régio 16.03.1616, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. III, p. 494.

¹⁷ Sobre a situação dos indígenas na Amazônia quando da expulsão dos jesuítas, ver Patrícia Sampaio, “Viver em aldeamentos: encontros e confrontos nas povoações da Amazônia Portuguesa, século XVIII” in Silvia Hunold Lara; Joseli M. N. Mendonça (org.), *Direitos e Justiça no Brasil: histórias plurais*, 1.ª ed., Campinas, Editora Unicamp, 2006, vol. 1, pp. 23-57; Idem, “Adminis-

no entanto, D. Sebastião chegou a proibir que oficiais do Estado da Índia, vedores da fazenda, feitores, tesoureiros, almoxarifes, contadores, juizes e alcaides se servissem de brâmanes ou qualquer outro infiel em coisas de seu ofício. Antes ainda, para evitar enganar, o rei pedia que mouros ou gentios portassem trajes de cristãos, a não ser que trouxessem algum sinal pelo qual fossem rapidamente identificados.¹⁸ Da mesma forma, os capitães de fortalezas estavam proibidos de ter, como feitores, homens da nação ou gentios.¹⁹ A respeito dessa identificação, Gasparo Balbi, que esteve em Goa em 1582, relatou que era costume dos portugueses não permitir que nenhum mouro ou gentio que residisse na ilha de Goa pudesse partir em direção à terra firme sem antes receber uma marca no braço com o selo de Portugal. O objetivo era permitir às autoridades reconhecê-los como habitantes quando retornassem à ilha.²⁰ Esta prática adotada na capital do Estado da Índia tinha uma longa tradição. Em 1537, D. João III repôs em vigor uma lei de 1391 estabelecendo que membros das minorias, judeus e muçulmanos, em especial nas praças de África ou que em Portugal fossem comerciar, usassem distintivos, uma estrela de pano vermelho para os judeus e uma lua de pano amarelo para os mouros.²¹

No caso do Estado da Índia, essa legislação nos mostra que, tendo a seu dispor um número reduzido de homens, a Coroa portuguesa deveria trabalhar para que se ocupassem exclusivamente de seus interesses. Já lhes concedia mercês pelos serviços prestados, mas não podia arriscar que seus vassallos, envolvendo-se com homens com os quais não partilhavam fidelidade ao rei, fizessem a cristandade perder almas e sua fazenda perder os lucros. O dia-a-dia nas áreas de domínio dos portugueses, as fortalezas, mostra, porém, que o isolamento

ção Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa” in Mary del Priore; Flávio dos Santos Gomes (org.), *Os Senhores dos Rios: Amazônia, História e Margens*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2003, vol. 1, pp. 123-139. Para o Estado da Índia, ver Ângela Barreto Xavier, “Dissolver a diferença. mestiçagem e conversão no império português” in *Itinerários* (2008), pp. 709-727.

¹⁸ Lei de 22.03.1559, in C. R. G. Pereira, *História da Administração...*, vol. I, pp. 232-234, ver também Alvará régio [1598], in C. R. G. Pereira, *História da Administração...*, vol. II, pp. 293-295. Ainda sobre a política visando os naturais da Índia, ver Lei de 08.07.1598, in C. R. G. Pereira, *História da Administração...*, vol. II, pp. 231-232; Lei de 17.01.1599, in C. R. G. Pereira, *História da Administração...*, vol. II, pp. 232-234 Alvará do governador Fernão de Albuquerque, Goa, 31.01.1620, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. VI, pp. 271-273.

¹⁹ Alvará régio de 25.02.1598, in *Documentos remetidos da Índia...*, vol. II, p. 280s. Ver também Cartas régias ao vice-rei D. Francisco da Gama de 25.01.1598 e de 19.12.1598, respectivamente Doc. 75 e 76, in J. H. da Cunha Rivara (org.), *Arquivo Portuguez Oriental*, New Delhi, Asian Education Services, 1992, Fasc. I, pp. 121 e 125.

²⁰ Ver Gasparo Balbi, *Viaggio dell'Indie Orientale*, Vinezia, Camillo Borgominieri, 1590, fl. 72v.

²¹ Duarte Nunes Leão, *Leis extravagantes e repertório das ordenações* (1569). Apud J. Serrão e A. A. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 740.

projetado pela Coroa não aconteceu. A integração dos portugueses por meio da política dos *casados* foi apenas uma das formas de se relacionar com as sociedades asiáticas. A heterogeneidade cultural dos espaços portugueses no Oriente foi muito maior e incluiu a todos os que a “exclusividade católica”²² queria ver afastados: mouros, judeus e gentios. O relato do soldado Francisco Rodrigues Silveira não dizia respeito a um caso isolado quando lamentava a insegurança a que estava sujeita a fortaleza de Ormuz, onde “nunca se pergunta a ninguém o que busca nem o que quer”.²³

A atenção que os anônimos da expansão portuguesa têm recebido da historiografia tornou mais complexa a questão que opunha os interesses da Coroa aos de particulares. Também não se trata mais, como afirma Jorge Manuel Flores utilizando-se das categorias descritas por Vitorino Magalhães Godinho, do “fidalgo-comerciante” a dividir o espaço com o “negociante enobrecido”.²⁴ A mobilidade dos homens superou esses enquadramentos e fez surgir um outro que divide os portugueses na Ásia em servidores do rei e rebeldes, estando neste segundo grupo vários casos que culminam no renegado. Nesta nova divisão, proposta por Maria Augusta Lima Cruz, Subrahmanyam incluiu os casos híbridos, em que um indivíduo oscilava entre o serviço público e a “marginalidade”. Os “lançados, alevantados e desorelhados”²⁵ citados pelos textos da época, os “*vagabondi*”²⁶ que Fedrici encontra em Martavão, no reino de Pegu, mudavam de lado na tentativa de se adaptar à realidade asiática.

Desta forma, a imagem da porta proposta por Bastide ultrapassa a metáfora para representar, efetivamente, os constrangimentos que marcaram a presença portuguesa na Índia. Neste caso, a porta da muralha, mais ainda, ou antes mesmo, do que a porta da igreja, estabelecia os limites do permitido, do legal, do ortodoxo, e, num primeiro nível, estabelecia os limites do seguro. Como escreveu Filippo Sassetti em 1585 a respeito dos portugueses em Cochim: “Com os vizinhos estão tanto mal quanto bem e com frequência chegam ao rompimento; e quando há guerra, no interior das muralhas *salvus est*”.²⁷

²² Adoto aqui a expressão de Stuart Schwartz conforme a conferência “Impérios intolerantes: unidade religiosa e a ameaça de tolerância nos impérios de Espanha e Portugal”, pronunciada no II Colóquio Internacional *Império de várias faces. Dinâmicas e representações do poder no mundo ibérico da época moderna*. Niterói, UFF, 21 a 23 de março, 2007.

²³ Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia oriental*. Introdução e edição de Luis Filipe Barreto, George Davison Winius e Benjamin N. Teensma, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, cap. XX, p. 87.

²⁴ Jorge Manuel Flores, “Um ‘homem que tem muito crédito naquelas partes’: Miguel Ferreira, os «alevantados» do Coromandel e o Estado da Índia” in *Mare Liberum 5* (1993), p. 27.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ “Il viaggio di Cesare de’ Federici...”, p. 1056.

²⁷ Carta de Filippo Sassetti a Michele Saladini [Cochin, dezembro] 1585, in F. Sassetti *Lettere dall’India...*, op. cit, p. 130.

Para o estudo dos conflitos entre holandeses e portugueses no ultramar a partir dos primeiros anos do século XVII, é preciso ter em conta essa trajetória de oposições e instabilidade e, igualmente, inserir alguns elementos a fim de compreender porque se tornam tão ameaçadores. Parece-nos importante incorporar as análises que Michel de Certeau realiza a propósito dos conflitos entre protestantes e católicos na França. Certeau identifica que a documentação produzida sobre a história da religião na França seiscentista pode apontar uma distinção entre trabalhos que tratam do funcionamento *interno* da sociedade religiosa e da experiência cristã (ele exemplifica a designação da heresia, a relação entre “elite” e “massa”, o papel da doutrina) e aqueles que abordam as formas como esta sociedade se define em relação a uma *exterioridade* (um passado, um presente hostil, a “assunção” religiosa de elementos não religiosos).²⁸ Esta divisão, que o próprio Certeau afirma ser simplificadora, é instigante num primeiro momento, para em seguida ser possível analisar como esses elementos ditos internos e externos se mesclam no contexto e nos discursos em estudo.

Ainda como introdução à discussão – e segundo Alphonse Dupront –, parece fundamental compreender que “um primeiro dado bruto, tão evidente quanto capital para o espírito moderno, é a promoção progressiva da heresia à confissão e de confissão à igreja... (...) o herético notório tornou-se, publicamente, oficialmente, ministro de igreja, de uma outra igreja”.²⁹ Nos textos aqui analisados, pronunciados nos púlpitos ou nas muralhas, nas frentes de batalha, se reforça essa dualidade, bipolaridade, segundo Michel de Certeau, por meio da qual se compreende sempre como uma unidade exterior o que *não é* a Igreja. Assim ocorre com o Infiel, o Ateu (o gentio, diríamos), assim ocorre com o Herético.³⁰

Esta igreja *herética* e os estados que a professavam passaram a encarnar a mais importante concorrência aos domínios portugueses, justamente no contexto delicado da União Ibérica. Há que se considerar que a fragilidade das possessões portuguesas no Oriente não resultava apenas da ameaça holandesa. Seria um equívoco colocar num segundo plano outras ameaças externas sofridas pelos domínios portugueses representadas por tantas outras forças asiáticas como os poderes locais do xá Safávida, os reis Nayaka, e os soberanos de Mataram e de Macassar.³¹ No entanto, não se trata aqui de investigar as causas da crise vivida pelo Estado da Índia, mas enfatizar de que forma o conflito religioso no seio da cristandade e sua transplantação para o ultramar fortaleceram uma das motiva-

²⁸ Ver Michel de Certeau, *L’écriture de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 132-134.

²⁹ Alphonse Dupront, “Réflexions sur l’hérésie moderne”, *Hérésie et Sociétés dans l’Europe pré-industrielle, XI-XVIII^e siècles*, Mouton & Co., 1968, p. 291. *Apud* M. Certeau, *L’écriture...*, pp. 132-133.

³⁰ Ver M. de Certeau, *L’écriture...*, p. 132-135.

³¹ Sobre as diferentes derrotas dos portugueses para as forças asiáticas, ver S. Subrahmanyam, *Império...*, pp. 206-224.

ções expansionistas lusas um tanto amortecidas, a saber, seu caráter cruzadístico e messiânico.

O prolongamento para o ultramar português – o Brasil, a Índia e a África – da oposição vivida na Europa entre católicos e protestantes, ou seja, entre a Igreja de Roma e a *heresia* que se fez Igreja nos leva a destacar em que medida esse conflito fortaleceu a componente messiânica da expansão portuguesa e de que forma ele foi percebido num contexto da União Ibérica. A ameaça holandesa sobre as possessões ultramarinas de Portugal se insere, seguramente, no contexto mais amplo dos conflitos entre a Espanha e os Países Baixos. Charles Boxer divide as relações conflituosas entre holandeses e portugueses em três períodos. No primeiro, de 1641-44, ocorreram disputas pelas terras do Ceilão e outros eventos sérios no Brasil e Angola. No segundo período, de 1645-54, os conflitos em Angola e Pernambuco ganharam o centro do palco, e a rivalidade na Ásia foi relativamente menos aguda. E, num terceiro momento, de 1655-1663, os holandeses perderam Pernambuco mas puderam compensar a perda com a tomada do Ceilão, Macassar e a as praças da região do Malabar, na costa da Índia.³² Já há muito se discute as interpretações que vinculam os ataques holandeses ao nordeste do Brasil, à região de Angola ou às praças do Oriente exclusivamente à situação de dependência de Portugal frente à Espanha, incluindo outras variáveis, como o questionamento da legitimidade da ação exclusiva dos povos ibéricos nas conquistas ultramarinas. Sem analisar, no entanto, as disputas neste campo que se vinculam às componentes econômicas dos conflitos, interessa-nos de que forma a componente religiosa se manifesta nos embates.³³

O caráter cruzadístico da expansão portuguesa durante o reinado de D. Manuel foi, de maneira definitiva, analisado por Luís Filipe Thomaz ao destacar o aspecto até então negligenciado pela historiografia de que as viagens para a Índia visavam, em última instância, um bloqueio aos muçulmanos e a reconquista dos Lugares Santos.³⁴ A exploração do mercado das especiarias seria,

³² Charles Boxer, “Portuguese and Dutch colonial rivalry” in *Studia* 2 (Julho 1958), p. 11.

³³ A respeito da expansão da fé e do comércio e dos debates gerados, ver Anthony Pagden, “Commerce and Conquest. Hugo Grotius and Serafim de Freitas on the freedom of the seas” in *Mare Liberum* 20 (2000), pp. 33-55. Sobre o Estado da Índia durante a União Ibérica, ver J. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640, 1640*, Baltimore-London, The Johns Hopkins University Press, 1993; Rafael Valladares, *Castilla y Portugal en Asia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Leuven, Leuven University Press, 2001.

³⁴ Ver o trabalho hoje clássico Luís Filipe F. R. Thomaz “L’Idée impériale manuéline” in *La Découverte, le Portugal et l’Europe – Actes du Colloque*, Jean Aubin (éd.), Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, 1990, pp. 35-104. Tradução para o português, revista pelo autor em Luís Filipe F. R. Thomaz, “A idéia imperial manuelina” in Andréa Doré; Luís Filipe Silvério Lima e Luiz Geraldo Silva (orgs.), *Facetas do Império na História: conceitos e métodos*, São Paulo, Hucitec, 2008, pp. 39-106.

assim, instrumental, como também o era para Cristóvão Colombo.³⁵ Quando D. João III assumiu o trono português, no entanto, em 1521, a Coroa portuguesa e os homens por ela nomeados para governar as praças do Oriente deixaram de lado projetos caros ao seu antecessor e a homens como o governador da Índia, Afonso de Albuquerque: o bloqueio do Mar Vermelho, a busca do Preste João, a reconquista dos Lugares Santos.

O espírito de guerra santa ganhou posteriormente algum fôlego diante das ameaças à fortaleza de Diu, em 1538, quando os turcos de Suleimão Pacha cercaram a fortaleza e foram rechaçados, e em 1546, quando a mesma fortaleza foi cercada por uma coligação dos reinos do Guzerate e defendida pelo vice-rei D. João de Castro. Nesses momentos de ameaça voltavam à tona, de maneira exacerbada, sentimentos cruzadísticos frente ao mouro.

Para analisar de que forma os agentes então envolvidos na defesa das possessões portuguesas compreendiam o enfrentamento entre portugueses e holandeses e destacar o reavivar do espírito de missão religiosa, servem de base documentos produzidos por grupos distintos no interior da sociedade portuguesa: homens de armas e missionários. A distinção, seguramente, deve ser matizada, uma vez que os avanços no ultramar, ao se expressar em termos de expansão da fé e do império, alimentaram os homens encarregados da conversão e da conquista com discursos semelhantes. Há que se considerar ainda a alternância dos papéis. Se “praticamente todos os homens portugueses que partiram de Lisboa para Goa durante três séculos foram para o Oriente ao serviço da Coroa – os missionários como soldados da cruz sob o patrocínio do padroado e a grande maioria dos leigos como soldados do rei”,³⁶ muitos foram aqueles que deixaram as armas para uma vida menos arriscada no seio de uma ordem religiosa. Considerando-se esses fatores, alia-se uma análise que pode ser feita a partir dos discursos produzidos por cada um desses grupos. Nos sermões religiosos, assim como nas falas dirigidas aos soldados, nas narrativas de conflitos militares, do ponto de vista da linguagem utilizada, estão presentes tópicos que visam ao convencimento, mesmo que no caso das exortações aos soldados, a ação seja o efeito imediato esperado. Poder-se-ia, no entanto, descrever as falas dos homens de armas da mesma forma que se descreve a função da pregação. Refiro-me aqui a um momento preciso dos enfrentamentos militares, o da preleção ou exortação que antecede a batalha, ou a “prática”, como se lê nas fontes. O capitão do campo, autor dessas práticas, estaria próximo do sacerdote, conforme o descreve João Francisco Marques, “responsável espiritual pela comunidade que lhe é confiada, sempre que há necessidade de se dirigir aos homens, ele tem de lhes falar na sua

³⁵ Cf. Todorov Tzvetan, *A conquista da América. A questão do outro*, São Paulo, Martins Fontes, 1996, pp. 9-10; e também Stephen Greenblatt, *Possessões maravilhosas*, São Paulo, Edusp, 1996.

³⁶ Charles Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 283.

linguagem; e, para ser eficaz, precisa de se expressar ao nível da mentalidade do auditório que se lhe depara”.³⁷

Muitas vezes, as duas oratórias se confundem no próprio campo de batalha, quando ao sacerdote cabe incitar e encorajar os soldados à luta, como no cerco de Chaul, em 1593, quando, segundo o padre Francisco Cabral, “em todos os assaltos de importância vai algum dos nossos na dianteira com hum crucifixo, pera dar animo aos soldados, e outras pera confessarem os feridos e os ajudarem a recolher”.³⁸

Ambos os discursos sofrem de um mesmo mal. Sua eficácia estava ligada à oratória, à eloquência do orador e sua escrita dependente de um registro, invariavelmente casual no caso dos soldados, e em boa parte dos casos, quando se trata dos sermões. No entanto, se a parenética dá conta dos sermões e a eles são associados outros instrumentos pelos quais se expressam anseios e insatisfações da sociedade, pouco se discute sobre a fala dos soldados. Marques soma a oratória sagrada à literatura e ao teatro, considerando-os formas de manifestar – em seu objeto de estudo – a presença do espírito nacionalista autônomo.³⁹ Não menciona a linguagem dos campos de batalha mas lembra que os sermões pronunciados perdem muito de seu sentido ao serem escritos: “(...) se é verdade que a eloquência é a arte de emocionar e de convencer um auditório pela força persuasiva da palavra, pode-se bem mediar tudo o que falta a essas páginas”.⁴⁰

No século XVII, em todas as possessões portuguesas, em vão se procura uma eloquência comparável à do Padre Antonio Vieira e esta é ainda mais singular quando se trata dos conflitos entre portugueses e holandeses.⁴¹ No sermão de Vieira há um conjunto de textos relativos às ameaças holandesas que datam do período entre 1633 e 1641. O *Sermão da Quarta Dominga da Quaresma*, pregado na Igreja da Conceição da Praia, na Bahia, em 1633, quando Vieira tinha 25 anos; o *Sermão ao enterro dos ossos dos enforcados*, na Igreja da Misericórdia da Bahia, em 1637; o *Sermão de Santo Antonio*, após a vitória da Bahia frente à armada de Maurício de Nassau, em 13 de junho de 1638; o *Sermão da Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel*, pregado na Misericórdia da Bahia em ação de graças pela vitória da mesma cidade, em 1638; o *Sermão da Santa Cruz*, pregado na festa dos soldados, em 1639, estando na Bahia a Armada Real do conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas; o *Sermão Décimo Segundo*, na Sé da

³⁷ João Francisco Marques, *A Parenética portuguesa e a dominação filipina*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1986, p. 7.

³⁸ Doc. 53. Goa, 15 Novembro, 1593 in: Joseph Wicki, *Documenta Indica*, Roma, MHSI, 1948, vol. XVI, p. 327.

³⁹ J. F. Marques, *A Parenética portuguesa...*, pp. 6-26.

⁴⁰ Raymond Cantel, *Les Sermons de Vieira. Étude du Style*, Paris, 1959, p. 13. Apud J. F. Marques, *A Parenética portuguesa...*, p. 8.

⁴¹ Ver Rui Bebian, “O lugar das armas na expansão portuguesa” in *Revista de História das Ideias* 14, Descobrimentos, Expansão e Identidade Nacional (1992), p. 218.

Bahia, depois da derrota da armada do Conde da Torre para a armada de Nassau; o *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, em Salvador, em maio ou junho de 1640⁴² e o *Sermão de Dia de Reis*, de janeiro de 1641, quando, ainda sem notícias da Restauração, Vieira faz um balanço de um ano de luta contra os holandeses.⁴³

No mais famoso deles, no *Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, António Vieira dirige-se a Deus diretamente e retoma o Salmo 43 de David, porque este expressaria, na visão do orador, a triste situação de Portugal e do Brasil. Para Vieira, aquele que ameaça a soberania portuguesa sobre o nordeste brasileiro é o “pérfido calvinista”, “insolente e blasfemo”, “o herege”, são as “mãos da crueldade herética”, a “desumanidade herética”.⁴⁴ Como o que não pertence à Igreja (verdadeira), os luteranos e calvinistas são “cegos e mancos”, “cegos sem fé e mancos sem obras, na reprovação das quais consiste o principal erro da sua heresia” (IV).

O discurso de Vieira camufla, no entanto, nuances no interior deste “nós”, católicos, o que estão da porta para dentro, e os “outros” (“infiéis, excomulgados, ímpios”, nas palavras de Vieira), mantidos do lado de fora. Um mesmo rei reúne, então, e desde 1580, duas coroas, ambas católicas, fiéis a Roma, o que garante unidade a seus súditos e que se possa, para o autor, afastar as diferenças para lutar contra os holandeses, esses inimigos duas vezes, na crença e na fidelidade ao rei.⁴⁵ Naquele momento, a política imperial espanhola estendia seus braços não só sobre Portugal, mas sobre Nápoles, França e Países Baixos. O ano em que é proferido o sermão, 1640, marca o início dos conflitos que darão fim à União Ibérica, mas a necessária unidade católica deixa momentaneamente em segundo plano a situação de dominação política que pesa sobre Portugal.

Para identificar os que a porta acolhe e protege, verifica-se menção aos portugueses em duas ocasiões, no início da parte III, ao afirmar que Deus deu a eles as terras do Brasil, que agora tira para dar aos holandeses, arriscando ver “às

⁴² Para a datação dos sermões de Vieira, ver Margarida Vieira Mendes, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989, p. 549.

⁴³ Segundo João Lúcio de Azevedo, no *Sermão de Dia de Reis*, Vieira se voltara contra os sebastianistas e afirmava que Felipe IV tinha herdado coroa e o sangue de D. Sebastião, portanto era legítimo. Ainda em janeiro, mas depois de ter pronunciado o sermão, Vieira recebeu na Bahia a notícia da Restauração e a gafe parece ter apressado sua intenção de voltar ao reino, o que não fazia desde 1614, quando chegou ao Brasil. Partiu para Lisboa entre 26 e 27 de fevereiro de 1641 e só em abril teve a primeira audiência com D. João IV. Cf. João Lúcio de Azevedo, *História de António Vieira*, 3.^a ed., Lisboa, Clássica Editora, 1992, vol. 1, pp. 46-47.

⁴⁴ “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, *Sermões. Obras completas do Padre António Vieira*, vol. XIV, Porto, Lello & Irmãos Editores, 1959.

⁴⁵ Baêta Neves afirma que neste caso, Vieira considerava o inimigo uma “nação”, “povo que em sua totalidade, mais que absoluta no discurso, é calvinista, e assim, como qualquer protestante, «pérfido»”. Luiz Filipe Baeta Neves, *Terrena Cidade Celeste: imaginação social jesuítica e Inquisição*, Rio de Janeiro, Atlântica Editora, 2003, p. 156.

sagradas quinas de Portugal e às armas das chagas de Cristo, [sucederem-se] as heréticas listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus” (III). Também aos portugueses são tiradas “as remotíssimas terras do Oriente”, lembrando, no entanto, que tanto o Brasil quanto a Índia foram “dadas” aos portugueses, porque foi escolhida entre todas as nações do Mundo para “conquistadores da vossa Fé”.

Portugueses e espanhóis surgem juntos no sermão em duas menções, num mesmo sentido, ou seja, como portadores dessa Fé. Ambos são povos fiéis que, repudiados, podem não mais atender às necessidades de Deus. “Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (...); ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, acabai-nos. Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais” (III).

Do outro lado da porta da Igreja ou da muralha está esta “unidade exterior”, de que fala Certeau, que desde a chegada dos portugueses ao Índico associa judeus, muçulmanos, hindus, homens inúteis e homens de “mao viver”.⁴⁶ No sermão, Vieira apresenta uma hierarquia no interior deste grupo que se caracteriza essencialmente por sua não-pertença à “igreja verdadeira”. Vieira não admite que o herege afirme que Deus abandonou os católicos: “que diga o herege, que Deus está holandês?!” (II) e ainda, que “pelos efeitos que vêem”, os gentios, “uns que o são, outros que o foram ontem” considerem a Fé dos holandeses como a verdadeira, porque estes têm sido vencedores. Há, no entanto, associação entre os dois grupos: “A seita do herege torpe e brutal concorda mais com a brutalidade do bárbaro; a largueza e soltura da vida, que foi a origem e é o fomento da heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do gentilismo”; mas não se reserva ao indígena outra opção senão a de se aliar, seja a católicos seja a protestantes, porque o gentilismo pressupõe o desprezo pela Revelação, mas também porque, diferente da heresia reformista, a religião dos gentios não se poderia nunca fazer Igreja.

No mês de fevereiro desde mesmo ano de 1640 em que foi pregado o *Sermão*, os holandeses rondavam a ilha de Ceilão fazendo promessas e alianças com o reino local de Candia e atacando praças portuguesas. Fernão de Queiroz, padre da Companhia de Jesus presente à derrocada sucessiva das fortalezas portuguesas ao redor da ilha, deixou um longo relato intitulado *Conquista Temporal e*

⁴⁶ Sobre o destino de “homens inúteis” que são lançados fora das fortificações em situações de conflito, ver *O Cêrculo de Colombo* por M. A. H. Fitzler. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 166 s e *Cercos de Moçambique, defendidos por Dom Estêvão de Ataíde*. Prefácio de Edgar Prestage e C. R. Boxer, Tipografia Silvas, 1937, pp. 53-54. E também nosso artigo: “Charles Boxer, novas perguntas e os butins de guerra nos espaços portugueses no século XVII” in Ronaldo Vainfas e Rodrigo Bentes Monteiro, *Império de Várias Faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, São Paulo, Alameda, 2009, pp. 195-216.

Espiritual do Ceylão, concluído em Goa em outubro de 1687 e dedicado a Francisco de Távora, 1.º conde de Alvor, e vice-rei da Índia (1681-1686). O Livro V desta obra que retoma 150 anos da presença portuguesa no Ceylão descreve a ameaça holandesa e as derrotas que se sucederam. A oratória nem é tão brilhante, nem tão inflamada quanto a de seu colega Vieira, mas a percepção da situação política e religiosa européia e de seus desdobramentos nos espaços ultramarinos é igualmente aguda.

A sólida porta barroca da Contra Reforma também separa duas unidades construídas no discurso. Após a dedicatória, num texto introdutório e riscado pelo autor (com a seguinte nota no manuscrito: “não se imprima isto que vay riscado”), há considerações de grande interesse sobre a situação política na Europa. Duas questões a destacar. A primeira se alia à lógica que aproxima os não-católicos num só grupo. Assim como faz Vieira ao unir protestantes e gentios, Queiroz une luteranos e calvinistas aos muçulmanos: “Não há neles [ingleses e holandeses] menos obstinada heresia, que nos mahometanos o mahometismo, e como dela fizeram meyo de sua conservação e de seus roubos, também dela fizeram fim de seu proveyto”.⁴⁷

Outro aspecto é o que associa o inimigo religioso, o protestante, aos Estados inimigos. Queiroz censurou este trecho em que, diante das alternativas de sujeitar ou extinguir as nações heréticas da Europa, defende a segunda opção, como “este foi já o parecer de Carlos V”. O inimigo é o Belga, o Holandês, o Batavo, algumas vezes o herege e à sua confissão religiosa corresponde uma forma característica de governar: aos políticos de Holanda e Inglaterra é “tão dificultoso mudarem de crença, como desistir de seus interesses, porque sendo todos injustos, só na Ideologia Calvinistica e Lutherana se podem firmar e estabelecer. (...) Com duas almas se governão, hua por fora pera conservar a sociedade, e adquirir mays forças pera conservarem: outra por dentro pera estabelecer a largueza (...); hua he heretica por religião; outra athea por política”.⁴⁸ A concepção teológica que orienta o poder temporal, como se expressa neste trecho, não permite desvincular a fidelidade a Deus da fidelidade ao rei.

A aproximação entre muçulmanos e protestantes como inimigos de Portugal e fontes de seus reveses está também presente no Reino. Em sermão pronunciado em 1636, na solenidade de São Tomé, na capela Real, em Lisboa, o Padre Francisco de Macedo põe o Apóstolo a ver, nas chagas de Cristo, as glórias do passado e as fraquezas do presente, lembra os feitos portugueses em diferentes cercos, Chaul, Diu, Malaca, e lamenta: “Pois, Senhor, naquella Chaga de pé direito, que grillhões vejo tam pezados, hum nas conquistas da terra, outro nas

⁴⁷ Fernão de Queiroz, *Conquista temporal e espiritual do Ceylão*, Goa, 1.10.1687, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, MS 454 (1-2).

⁴⁸ *Ibidem*.

navegações do mar, impedidas huas, & outras pollo Herege, & pollo Mouro, que senhoreão o mar co armadas, & occupão a terra com fortalezas!”⁴⁹

Do púlpito e das frentes de batalha os oradores partilhavam igualmente uma outra percepção do conflito. Este seria fruto dos pecados cometidos pelos portugueses, atribuição que Marques considera compreensiva para um “sacerdote católico, vendo os acontecimentos à luz de uma mundividência cristã e visando obter primariamente dos ouvintes atitudes comportamentais de natureza religiosa”.⁵⁰ A visão de mundo cristã, basilar para a compreensão da história no período, vai percorrer igualmente a compreensão dos homens de armas, como se verá em alguns trechos mais à frente. Podemos ainda estender essa leitura para além do mundo cristão. A atribuição de uma explicação exterior aos homens para os acontecimentos não é prerrogativa dos cristãos e está presente igualmente na percepção dos muçulmanos, como Zinadim, ao relatar a chegada dos portugueses ao Oriente ou dos ameríndios frente aos espanhóis.⁵¹ Essa atribuição, ao menos no caso do Ocidente cristão, será questionada primeiro por meio do estudo das chamadas “causas segundas”, aquelas que caberiam aos homens identificar, até que a própria Providência passe a ser substituída por outros elementos visando dar racionalidade à sucessão dos fatos.⁵² Esses questionamentos, no entanto, estão presentes no mesmo momento em que Vieira pode afirmar, em seu *Sermão da Santa Cruz*, que os socorros ao inimigo não partem só de Holanda, mas também de Lisboa e da Bahia: “Meta cada um a mão na consciência, e se acharmos que os pecados porque Deus nos castiga continuam, e não há emenda, entendamos que não só tem socorro o inimigo, mas é tão poderoso e invencível que o não poderemos contrastar”.⁵³

Se analisarmos os discursos proferidos das muralhas, há elementos semelhantes que sugerem uma mesma percepção do conflito. O primeiro enfrentamento entre portugueses e holandeses no Oceano Índico data de 1604, quando uma frota de 12 navios e 1200 homens, comandada por Etienne van der Hagen atacou uma caraça portuguesa à entrada do porto de Moçambique. A praça de Moçambique foi cercada em 1607 e em 1608. Desses dois cercos, o soldado por-

⁴⁹ P. Francisco de Macedo, *Sermão (...) na festa de S. Thomé (...)*, fls. 12-12v. *Apud* J. F. Marques, *A Parenética portuguesa...*, pp. 270-271.

⁵⁰ J. F. Marques, *A Parenética portuguesa...*, p. 273.

⁵¹ Ver Zinadim, *História dos portugueses no Malabar*, Lisboa, Antígona, 1998; Paul Lunde, “La llegada de los portugueses al Oceano Indico segun las fuentes arabes” in *Mare Liberum* 10 (1995), pp. 431-436 e Miguel Leon-Portilla, *A visão dos vencidos. A tragédia da conquista narrada pelos astecas*. Porto Alegre/São Paulo, L&PM, 1998.

⁵² João Francisco Marques trata da atribuição dos males pelos quais passa o Império aos desvios morais dos portugueses mas também destaca dos sermões a busca de outras causas, como problemas sociais e políticos, principalmente a dominação filipina. Ver J. F. Marques, *A Parenética portuguesa...*, pp. 150-166.

⁵³ António Vieira *Sermões*, vol. VII. Porto, Lello & Irmãos Editores, 1951, p. 14.

tuguês Antonio Durão deixou um relato quase diário, de tom inflamado como uma pregação, dedicado a D. Francisco da Gama, almirante do mar da Índia.

Este texto integra o gênero das narrativas de cercos militares, fontes especialmente prolixas na expressão da oposição entre cristãos e muçulmanos, inicialmente, e entre católicos e reformistas, num segundo momento. Ao relatar o conflito propriamente, há tópicos bastante definidas: os autores sempre salientam a luta de poucos contra muitos; o Deus cristão que apóia a guerra contra o infiel ou o herege; a morte com glória; a ação dos heróis fidalgos e homens do povo; a atitude corajosa das mulheres; os sofrimentos fruto dos pecados dos cristãos.

Num mesmo trecho podemos verificar a expressão da bipolaridade marcada por católicos, de um lado, e, da mesma forma, no lado oposto, o soldado Antonio Durão não faz nenhuma distinção entre poderes políticos e confissões religiosas. Assim descreve os opositores: os “Estados de Olanda y Gelanda”, “companheiros de Satanás, cujas partes seguem” e que perturbam o comércio “quasi ympedindo muito grande parte delle, engrave prejuizo e dano não só da coroa de hespanha, e de todas a ella sogeitas ou unidas que são a melhor e mais sam parte da Christandade, mas aynda da conversão das almas, a que em todos os lugares maritimos destas provincias se attendia olahda e Gelanda”.⁵⁴

Em determinado momento do assalto a Moçambique, os holandeses propõem uma “amigável comunicação” e depois de salientar que ninguém viria em socorro da praça, afirmam “que ja se nam espantavão de nossos roins successos porque depois que perderamos a liberdade e ficamos sogeitos a Castella degeneráramos dos antigos Portuguezes, de quem já não pareciamos descendentes”. Os portugueses respondem à provocação, de forma evasiva, falando, no entanto, mais como católicos do que como súditos de um rei que era, antes de tudo, rei de Espanha. Não seriam os holandeses a impedir o curso das armadas portuguesas, “porque seu costume [dos holandeses] era roubar mercadores, e fogir de soldados, mas que não era muito faltar com a verdade das palavras quem avia muito tpo que faltava com a devida obediencia ao Pontifice Romano, Ecom a sogeição a seu Rey natural, E seu Sor [Senhor]”.⁵⁵

Há um momento especial nas narrativas de cercos, como dito acima, em que o discurso destes homens de armas é conhecido. Trata-se de uma preleção, da exortação feita aos soldados antes do enfrentamento. A retórica utilizada é a que mais se aproxima à dos sermões e sua origem está ligada à origem da

⁵⁴ *Hystorya dos Cercos que os Olandezes puzerão a Fortallezza de Mosambique o Anno de 607 e 608. Sendo Capitão e governador della Dom Estevão de Atayde*. Copyllada por Antonio Durão Soldado dos mesmos Cercos. Goa 1609. Introdução e notas de A. Meyrelles Souto, *Stvdia* 12 (1963), fls. 15 e 15v. Deste relato há também uma edição em espanhol: António Durão, *Cercos de Moçambique, defendidos por Dom Estevão de Ataíde, capitão general, Governador daquela praça*. Edição com prefácio de Edgar Prestage e notas de C. R. Boxer. Conforme a 1.ª edição de 1633, Lisboa, Tipografia Silvas Limitada, 1937. (Separata do III volume do *Arquivo Histórico de Portugal*).

⁵⁵ *Hystorya dos Cercos que os Olandezes puzerão a Fortallezza de Mosambique...*, fls. 41 e 41 v.

própria guerra. Seu efeito dramático é atestado pelas fontes mais antigas e algumas tópicos permanecem, desde o grito ouvido ao início da batalha de Salamina, conforme escreveu Ésquilo em *Os Persas*:

“Avante, filhos dos Gregos,
libertai a vossa pátria, libertai os
vossos filhos e as vossas mulheres, os santuários dos
deuses dos vossos pais
e os túmulos dos vossos antepassados: a luta, hoje,
é por tudo isto!”.

Segundo as fontes portuguesas, esse pronunciamento era chamado de “prática” e era feito pelo capitão antes de um assalto, de um ataque, para dar ânimo e motivar os homens. O governador D. Estevão de Athayde chamou os homens principais da fortaleza e, segundo relata Durão, assegurou que “estava muy confiado na bondade de D’s, que lhe avia dar gloriosa victoria contra os inimigos de sua ygreja, rebeldes a seu Vigario, e a seu Rey” e “esperava aver de fazer de tudo o que pudesse pello zello de sua fé, pello serviço de seu Rey, e por sua propria honra, e crédito: pois por todas estas couzas se peleiava naquella Ocazião”.⁵⁶ Explicitamente, reconhecem-se nestes discursos as motivações da batalha e como a morte, risco inerente, é repleta de um sentido coletivo. Na exortação testemunhada por Durão, as idéias da República cristã, da Monarquia Católica e da nobreza representam elementos que intermediam as relações entre o indivíduo que vai lutar e a coletividade à qual pertence.

O Padre Queiroz também relata que o capitão mor do campo, Francisco de Mendonça Manoel, antes de uma saída da fortaleza de Gale, cercada pelos holandeses, faz uma breve prática. Alguns trechos permitem identificar tanto a bipolaridade, que marca as unidades interna e externa, quanto o conhecimento da situação política e militar de Portugal, frente à Espanha e frente aos holandeses.

“Presente nos é a todos que com a mesma ação e valor servimos a dois Senhores, posto que muito desiguais; a Deus, pelejando contra hereges, pela Fé, a el Rey, batalhando contra inimigos, pela fidelidade. Não lhes posso negar que são mais em número, que são Europeus, e aquartelados. (...) A Fé, o amor, o sangue, o brio, e a honra nos une a todos, por sermos da mesma crença, e da mesma nação; a eles só o medo, e o interesse, por serem de diversas”.⁵⁷

A mesma conformação que localiza o conflito no plano religioso se verifica no Recife anos depois quando do ataque holandês. Em 15 de janeiro de 1654,

⁵⁶ *Ibidem*, fl. 25v.

⁵⁷ Fernão de Queiroz, *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, Colombo, H. C. Cottle, Government Printer, 1916, p. 682.

pela manhã, o mestre de campo João Fernandes Vieira, faz a seguinte prática, abrindo a bateria, ou seja, iniciando a batalha:

“Companheiros, bem sabeis que o intento com que começamos esta guerra nam foi livrar de estranha sogeiçam a terra em que nacemos, nem a nós do cativo em que nos puseram nossos peccados, mas foi o nam nos deixarem viver nelle, com liberdade, & segurança em nossa Religião, extendendo estes tyranos a jurisdiçam, & vassallagem das pessoas ao senhorio das almas, procurando persuadir a nossos filhos sua falsa doutrina, tirando-nos o uso dos Ministros, & Sacramentos da Igreja, que nos encaminhão, & consolvão. (...); moveonos a injuria que a nossa vista padecião, & padecem os Altares sagrados, as Imagens Sanctas, & os Templos que nossos mayores dedicaram a assistência, & serviço de Deos, reduzidos à estancia de brutos, profanados com tantas afrontas”.⁵⁸

A injúria que a destruição das igrejas e das imagens sagradas representa aos portugueses merece ainda um estudo mais atento, prova da eficácia da estratégia imagética da Contra Reforma. São momentos que fazem estremecer pregadores e soldados. Vieira em seu Sermão alerta a Deus sobre os perigos da tomada da Bahia pelos holandeses nos seguintes termos:

“Entrarão os hereges nesta igreja e nas outras; arrebatarão essa custódia, em que agora estais adorado dos anjos; tomarão os cálices e vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes; derrubarão dos altares os vultos e estátuas dos santos, deformá-las-ão a cutiladas, e metê-las-ão no fogo; e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas nem às imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria” (IV).

E o soldado de Moçambique, Antonio Durão, também descreve:

“As Imagens de Chro N.Sor e sua bentiss.a may, e dos Santos que nas Igrejas auia com todas a cruces que dentro ou fora dellas acharão despois de muytos desacatos que destes hereges receberam, foram abrazados no inçendio comum onde tambem lançaram tudo o que seruia nas Igrejas E pertencia ao Culto diuino”.⁵⁹

São numerosas as descrições das afrontas. Também no ataque a Colombo, segundo o relato anônimo do cerco de 1652-56,

⁵⁸ “Breve Relaçam dos últimos Sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Mauricia, Fortalezas do Recife de Pernambuco, & mais praças que os olandeses occupavão naquelle Estado”, Lisboa, 1654 in José Antonio Gonsalves de Mello, *A rendição dos holandeses no Recife (1654)*, Recife, IPHAN/MEC, 1979, p. 123.

⁵⁹ *Hystorya dos Cercos que os Olandezes puzerão a Fortallezza de Mosambique...*, fls. 68v e 69.

“Os Hereges (...) tomarão huma Imagem do Apostolo S. Thome, e cortando-lhe os braços, orelhas, e nariz, pondo por alvo de suas ballas; e pregando lhe no corpo muito pregos o meterão em hum morteiro em lugar de Granada, fizerão tiro com elle”.⁶⁰

Depois da rendição da cidade, “os religiosos mais acautelados esconderão em lugares occultos, imagens, e cousas consagradas; despindo os altares, e Igrejas pelas não verem profanadas das mãos sacrílegas de Hereges”.⁶¹

Parece ser este o momento de expressão mais aguda da oposição religiosa, quando as imagens do sagrado – assim do sagrado visível e palpável que a porta barroca não pôde proteger – são profanadas e corrompidas. Nathalie Zemon Davis busca entender o ataque às imagens – do ponto de vista do agressor – como um “rito de purificação ou, paradoxalmente, de profanação, cujo objetivo era reduzir a impureza ao devolver as coisas profanas (...) ao mundo profano ao qual elas pertenciam”.⁶² No entanto, o conflito entre portugueses e espanhóis e holandeses traz uma particularidade fundamental que o diferencia das guerras entre fanáticos católicos e protestantes na França. Entre os franceses, como afirma Davis, há a preocupação com a restauração da unidade do corpo social e assim se explicaria os protestantes que são forçados a entrarem na Igreja para assistir à missa. Mas como entender a porta que se abre para receber o holandês convertido ao catolicismo – descrito por Durão – ou, no sentido inverso, a atitude dos holandeses após a vitória sobre a fortaleza de Gale, no Ceilão, ao levar as crianças para receberem uma educação protestante, como relata o Padre Queiroz? Será a unidade da República cristã o que se pretende restaurar? Parece-nos inicialmente mais plausível pensar que a conversão de uns poucos tem o efeito semelhante à destruição das imagens, de um lado ofensa e contaminação e, de outro, purificação. A corroborar essa hipótese está a percepção de Duarte Nunes do Leão ao tratar “Da grande religião e zelo do culto divino que tem os portugueses”, cuja constância na fé se provaria pelo fato de que “andando as heregias de Luther e de outros taes semeadas em tantas provincias (...) sempre Portugal (...) se conservou sem se inficionar de algum mau contágio, perserverando sempre na pureza da fé catholica”.⁶³

O que se é capaz de concluir até aqui, pela aproximação dos discursos, é que religiosos e homens de armas dispunham de um conhecimento bastante claro das dimensões das conquistas portuguesas, da ameaça dos holandeses e

⁶⁰ *O cerco de Columbo...*, p. 164.

⁶¹ *Ibidem*, p. 186.

⁶² Nathalie Z. Davis, “Ritos da violência” in *Culturas do povo. Sociedade e cultura no início da França moderna*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 135.

⁶³ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 274 (fl. 125v). A primeira edição deste texto é de 1610.

da precariedade das forças lusas para defender e preservar essas conquistas. As notícias corriam de porto em porto pela ação dos missionários, soldados e marinheiros, e fundamental era o empenho da Coroa – portuguesa e mais ainda a de Espanha – em documentar e se informar sobre o ultramar. É o que podemos chamar, com Angel Rama, de “cidade escriturária”, ou o “império de papel”, de Bouza-Alvarez, que produziu nos espaços ibéricos uma burocracia numerosa e imprescindível.⁶⁴ Ao lado esteve a ação da Companhia de Jesus, prolixa na coleta e registro de informações de caráter missionário e político. Basta lembrar a riqueza de dados sobre todo o Império de que dispunha o Padre António Vieira ao escrever o conhecido *Papel Forte*, de 1648, em que defendia a entrega de Pernambuco aos holandeses.⁶⁵

Ainda relacionado ao período da União Ibérica, mas num outro plano, está a constatação de que os ataques holandeses às possessões ultramarinas tiveram uma dupla significação para os portugueses. De um lado, leva-nos a pensar – e assim está presente em muitas obras historiográficas – que os ataques se deveram à união das duas Coroas, por meio da qual Portugal é lançado em conflitos que, na sua origem, dizem respeito à Espanha. Essa percepção, seguramente, não é gratuita. No entanto, por outro lado, nas fontes analisadas, quando claramente se desenha a oposição protestante, não se coloca em risco a fidelidade ao rei, antes de tudo porque para além das diferenças entre espanhóis e portugueses há uma diferença maior e fundamental que separa o pertencimento à igreja católica da aceitação da igreja herética. Esses discursos que passam da oralidade à escrita – sermões e práticas de soldados – estão, é certo, carregados de um sentido retórico que, no entanto, não deve ser considerado superior àquele que nutre os textos escritos e tanto num caso quanto noutro devem ser lidos como produtores de realidade.

⁶⁴ Ver Angel Rama, *A cidade das letras*, São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 54-75 e Fernando Bouza Alvarez, “La majestad de Felipe II. Construcción del mito real” in José Martínez (dir.), *La corte de Felipe II*, Madrid, Alianza Editorial, 1994, pp. 37-72.

⁶⁵ Sobre esse documento, ver L. F. Baeta Neves, “Deus, holandeses e o destino de Portugal na imaginação social do padre António Vieira; dois ensaios” in *Terrena Cidade Celeste...*, pp. 143-162. Esta obra traz em anexo o texto *Papel Forte*.

O 6.º CONCÍLIO PROVINCIAL DE GOA: INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DE S. FRANCISCO XAVIER

TEOTÓNIO R. DE SOUZA *

O Padroado português no Oriente e a política colonial

D. José da Costa Nunes, enquanto bispo de Macau e antes de se deslocar para Goa como seu Arcebispo-Patriarca e um representante mais notável do Padroado na sua fase final, escreveu o Prefácio para a obra de A. da Silva Rego, *Le Patronat Portugais de l'Orient – Aperçu historique*, que se destinava para marcar a dupla comemoração da fundação e da restauração de Portugal, em 1940. Caracteriza a acção missionária do Padroado português como “l'action religieuse e patriotique de nos missionaires”. Louva os esforços do autor em seguintes termos: “Le dire, le proclamer, le faire savoir à nos compatriotes e aux étrangers, c'est là un devoir que nous imposent notre amour de la verité historique, notre qualité de Portugais e notre passion pour les oeuvres d'évangélisation”.¹

As comemorações nacionais e as palavras de D. José da Costa Nunes deixam-nos sem qualquer dúvida acerca das implicações políticas da acção missionária portuguesa através do seu Padroado, desde os seus primórdios no início dos Descobrimentos até à sua fase final na fase das descolonizações. Como veremos na parte final desta comunicação, D. José da Costa Nunes sentir-se-ia frustrado na sua perspectiva e expectativas, e decidiu abandonar as suas responsabilidades episcopais na Índia em 1953, em protesto contra a decisão do Vaticano em aceder aos desejos do governo da Índia e de nomear um candidato

* Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

¹ António da Silva Rego, *Le Patronat Portugais de l'Orient – Aperçu historique*, [Édition commemorative du double centenaire de la fondation et de la restauration du Portugal], p. x.

nativo de Goa, arcebispo de Bombaim, para ser o primeiro cardinal da Índia independente. Para o governo português e para esse alto representante do Padroado português no Oriente a decisão do Vaticano era uma desconsideração pela acção histórica missionária de Portugal na Índia. Afirmava no discurso de despedida: *Terra onde estão portugueses, portuguesa será sempre*.²

Para os portugueses laicos e menos preocupados com questões religiosas, não deve ser difícil encontrar paralelismos nas atitudes da Igreja e dos políticos portugueses na época do liberalismo e da República no que diz respeito ao Padroado português do Oriente. Apesar de diferendos políticos, a generalidade dos portugueses estava de acordo sobre os direitos “sacrossantos” do Padroado português. Alexandre Herculano esmerou nessa causa “liberal” em Portugal, enquanto J. H. da Cunha Rivara, secretário do Governo do Estado da Índia, fazia o mesmo na Índia. Da mesma maneira, quando os republicanos pugnavam pela separação do Estado e da Igreja na metrópole, o Ministro das Colónias Joaquim Basílio Cerveira de Albuquerque e Castro, ouvindo o parecer do Governador da Índia, Dr. Francisco Maria Couceiro da Costa, recomendava o seguinte na Sessão legislativa de 1912-1913: “o Padroado deverá manter-se, não como instrumento de política internacional, mas como um laço que indiscutivelmente traz os portugueses, disseminados pela Índia, unidos à Pátria pelos princípios religiosos, que se arraigaram na tradição e que a política deve tomar em consideração, porque representará uma grande força de coesão social. Entendo por isso que o Congresso da República deve autorizar as precisas negociações com o Vaticano para se obter uma nova concordata em que sejam respeitados todos os direitos de Portugal”.³ O que parece interessante e contraditória é esta formulação “dos princípios religiosos, que se arraigaram na tradição e que a política deve tomar em consideração”. Se não fosse a falta deste mesmo reconhecimento político talvez não tivéssemos o milagre de Fátima, que simbolizou a resistência eclesiástica e popular às pretensões da burguesia republicana.

O que pretendo analisar neste ensaio é um outro milagre, nomeadamente do “corpo incorrupto” de S. Francisco Xavier em Goa, e a sua instrumentalização política a partir dos meados dos séculos XIX para compensar o declínio do Padroado português no contexto da crise provocada pelo Breve “*Multa praeclare*” do Papa Gregório XVI em 1838, e no contexto da guerra movida pelos vigários apostólicos ao clero do Padroado na Índia britânica. Enquanto os outros meios de defesa corriam o risco de serem suspeitos, a promoção do culto de S. Francisco Xavier foi uma estratégia que melhor serviu os interesses do Padroado em declínio, promovendo o culto do santo, organizando exposições com regularidade e grande solenidade, que permitiram ao Padroado ganhar novo fôlego. Enquanto

² *Portugal em Africa*, X, n.º 60, Nov.-Dez., 1953, pp. 372-375.

³ *O Oriente Português*, XV, 1918, n.º 8-9, pp. 211-243.

Goa perdera a sua importância colonial do passado, o túmulo do santo conseguia atrair centenas de milhares de peregrinos de toda a Índia e não só. Proclama o letreiro num dos quatro medalhões no túmulo do santo: “*Major in Occasu*”.⁴ Qualquer que fosse o pretendido sentido emblemático da parte de Cosimo III ou do seu escultor Foggini, este letreiro ganhou um novo sentido profético para os defensores do Padroado em ocaso. Era a salvação do Padroado que S. Francisco Xavier tanto contribuíra para expandir no Oriente no início do império português no Oriente, que ele agora era chamado para proteger contra as ameaças à presença colonial portuguesa na Índia! Esta utilização dos missionários, incluindo da Companhia de Jesus que S. Francisco Xavier trouxe à Índia, fazia parte da estratégia imperial portuguesa como vemos a seguir.

Missionários do Padroado ao serviço diplomático português na Índia

Apontamos aqui rapidamente alguns casos que não devem ser considerados como situações isoladas, mas como amostras representativas do funcionamento normal da amálgama Estado-Igreja no Estado português da Índia. O serviço de Deus e o serviço da pátria eram considerados não somente compatíveis, mas necessários. *Forte-Feitoria-Frade* constituíam os três pilares em que se assentava a estrutura da presença militar-comercial-social portuguesa no ultramar. Os frades e outros religiosos acompanhavam as armadas da Índia. Ainda após a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, o rei D. Manuel acreditava que a maioria dos indianos eram cristãos e seus potenciais aliados contra os mouros de Meca. É o que se pode concluir de uma carta de alvará de Janeiro de 1500 em favor de Vasco da Gama em que afirmava que a viagem não beneficiaria somente Portugal, mas toda a Cristandade”, pelo “muito serviço que a nosso senhor esperamos que se siga por toda as gentes da dita Índia parecer que ligeiramente se podem trazer a verdadeiro conhecimento de sua santa fé pelo muito que já dela tem e alguns deles serem e estarem nela inteiramente informados”.⁵ Os clérigos missionários não só prestavam serviços pastorais aos tripulantes, às comunidades portuguesas, aos naturais convertidos e aos hospitais que se instalavam nas praças portuguesas, mas serviam-se também de informadores e diplomatas nos territórios dos reis vizinhos em tempos normais e de crises. Afonso de Albuquerque escrevia ao seu rei em 25 de Outubro de 1512, elogiando os serviços do

⁴ *Magnus In Ortu; Maximus In Meridie; Major In Occasu Semperque Serenissimus Principium Sol Maximilianus Emanuel, Utr. Bav. & Palat. Sup. Dux.*, referido por Joseph Cajetan Khuen em 1726, na Theatineskirche, em Munique. http://www.biblioman.de/info/erlesenesAntiqua3198/artikel_6504.htm..

⁵ S. Subrahmanyam, *A carreira e a lenda de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 206-208.

Fr. João Alemão, a quem considerava seu pai espiritual, que o acompanhara de perto na conquista de Goa e de Malaca.⁶

Um dos primeiros casos conhecidos é de um frade franciscano Fr. Luís do Salvador, que acompanhou a armada de Pedro Alvares Cabral em 1500 e quando morreram três dos seus companheiros no desastre de Calecute, embrenhou-se no interior até chegar à corte do rei de Vijayanagar (Bisnaga), o último bastião hindu no sul da Índia após a ocupação do resto do subcontinente indiano pelos muçulmanos que estabeleceram sultanatos em Deli e no Decão. Foi bem acolhido pelo rajá, e quis servir-se dele para estabelecer amizade com os portugueses. Logo após a conquista definitiva de Goa, Afonso de Albuquerque prometeu ajuda a Krishna Deva Raya nas suas guerras contra os muçulmanos do Decão, principalmente através de fornecimento exclusivo de cavalos de guerra que vinham de Hormuz ao porto de Goa.⁷ O frade franciscano ia com a missão de propor ao rajá uma liga contra o Samorim de Calecute. Pretendia-se estabelecer uma casa-forte portuguesa na costa do Canará para assegurar o monopólio do comércio de cavalos que até então entravam pelo porto de Bhatkal e sob supervisão dos mouros. O missionário deveria também tentar converter o rei e sondar a possibilidade de uma aliança familiar entre príncipes da casa real hindu com a casa real portuguesa.⁸ Sabe-se que o frade enviou a Afonso de Albuquerque informações estratégicas, alertando-o acerca de algumas movimentações do exército do rajá, que poderia vir cercar Goa, e aconselhando também a desconfiar de Timoja, o corsário local que prometera ajudar Albuquerque na conquista de Goa. Segundo alguns relatos, incluindo a *Chronica dos reis de Bisnaga*, um relato quase contemporâneo redigido por Fernão Nunes e Domingos Paes, dois portugueses que faziam comércio de cavalos, registaram o assassinato do Fr. Luís do Salvador, provavelmente pelos agentes secretos de Bijapur, antes que ele pudesse regressar a Goa, tal como Afonso de Albuquerque lhe aconselhara para o extrair de uma situação perigosa de intrigas políticas que o próprio Albuquerque tinha provocado entre Vijayanagar e Bijapur.⁹

Foi também na Costa da Pescaria, onde os mercadores árabes e os *mapi-las* do Malabar faziam um negócio lucrativo que provocou uma forte rivalidade e conflito com os portugueses que queriam participar forçosamente no negócio

⁶ A. da Silva Rego (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, vol. I, Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 166-167.

⁷ F. L. Castanheda, *História dos descobrimentos dos portugueses*, Livro III, cap. xii, Porto, 1979, p. 520.

⁸ L. F. Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, p. 156.

⁹ *Chronica dos reis de Bisnaga*, ed. David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1987, lxxx; *Cartas de Afonso de Albuquerque*, II, pp. 341-344; Schurhammer, *Francisco Javier, II*, p. 247, *Documentação...*, vol. I, Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 88-89; Jorge Manuel dos Santos Alves, “A cruz, os diamantes e os cavalos; Frei Luís do Salvador, primeiro missionário e embaixador português em Vijayanagar (1500-1510)” in *Mare Liberum* 5 (1993), pp. 9-20.

e estrangular financeiramente os mouros estabelecidos em Calecute e noutras paragens no Oriente. Os portugueses aproveitaram do descontentamento dos *paravas*, uma comunidade local com baixo estatuto social e explorados pelos mouros que se serviam de intermediários, bem como pelos chefes hindus de Vijayanagar e Travancor que exigiam imposto sobre o seu trabalho, quer tivessem rendimento quer não.¹⁰ Um nativo de casta *chetti* de Calecute, de 15 anos de idade, tinha sido enviado pelo Samorim para a corte de D. Manuel, e foi lá baptizado com o nome de João da Cruz. O rei conferiu-lhe o título de nobreza com o hábito da Ordem de Cristo. Quando voltou à Índia, a sua conversão e informações que passava aos portugueses não agradaram ao Samorim e teve que refugiar-se em Cochim. Entrou no negócio de cavalos no Cabo de Comorim e chegou a conhecer a situação desesperada dos *paravas*. Interveio perante o capitão português de Cochim e com a aprovação do Governador Nuno da Cunha e Vigário Geral Miguel Vaz, fez chegar uma armada portuguesa para a costa da Pescaria nos anos 1636-1937 e mais de 30,000 (segundo alguns relatos variam entre 80 e 200,000) *paravas* foram baptizados.

Houve missionários que colaboraram na diplomacia portuguesa na corte do sultão de Bijapur, antigo soberano de Goa. Aparentemente, Ali Adilshah I pediu ao arcebispo de Goa, D. Gaspar de Leão Pereira, que lhe enviasse um padre douto que lhe ensinasse os fundamentos da doutrina cristã. O arcebispo enviou-lhe três sacerdotes em 1561: Gonçalo Rodrigues, um padre jesuíta, António Pegado, um padre dominicano, e Francisco Lopes, provavelmente um padre secular. A correspondência do jesuíta Pe. Gonçalo revela que a verdadeira intenção do sultão era conquistar a amizade dos portugueses para contrariar a rebelião do seu tio, que se considerava com direito ao trono, e como tal tinha procurado refúgio em Goa. Este príncipe rival muçulmano, Meale Khan, morreu em Goa em 1568, e logo a seguir o sultão fez uma tentativa de recuperar Goa por força.

Embora não fosse caso de diplomacia formal, a presença dos Jesuítas na corte do imperador mongol a partir de 1583 era considerada muito útil pelas autoridades políticas em Goa. O interesse do imperador Akbar em religiões comparadas era genuíno, mas a motivação imediata, após a integração de Gujerat em 1572-73 era resolver o problema da segurança dos peregrinos de *hajj* para Mecca.¹¹ Quando os Jesuítas perceberam que o imperador não tinha intenções de se converter e queriam abandonar a corte, foram convencidos a continuarem como informadores políticos de importância estratégica para a sobrevivência do Estado. Foi de grande ajuda a presença dos Jesuítas na corte mongol durante o

¹⁰ S. Jeyaseela Stephen, “Societal changes: Portuguese and the native christians in Tamil country, 1537-1759”, *The Portuguese and the socio-cultural changes in India*, pp. 479-513.

¹¹ S. Subrahmanyam, “A matter of alignment: Mughal Gujerat and the Iberian world in the transition of 1580-81”, *Mare Liberum* 9 (1995), p. 467; M. N. Pearson, *Pilgrimage to Mecca: The Indian experience, 1500-1800*, Princeton, Markus Wiener Publishers, 1996.

regime de Shah Jahan, quando alguns milhares de portugueses foram levados para lá em cativeiro após a conquista mongol de Ugolim (Hooghly) em 1622, para castigar as práticas escravagistas dos portugueses naquela região de Bengala. Por mediação do general armênio ao serviço do imperador, Mirza Muhamad Zulqarni, amigo e benfeitor do colégio Jesuíta de Agra, a grande maioria dos cativos foi liberta.¹²

O vice-rei Conde de Linhares escreveu no seu diário em 1634 acerca do bom trabalho que fazia o padre jesuíta Paulo Reimão, a quem descreve numa reunião do seu conselho de Estado como “seu inteligente em Surate”, nas negociações de paz com os ingleses na Índia, e enviando informações que colhia acerca das movimentações dos holandeses e os seus planos de ataques às armadas e às praças portuguesas.¹³

Pe. Gonçalo Martins era outro padre jesuíta que fez a sua formação inicial em Goa. Serviu durante alguns anos no colégio dos Jesuítas em Moçambique. Durante o resto da sua vida activa em Goa, durante três décadas, com funções de procurador das missões. Ele teve uma preocupação especial pela missão de Moçambique onde fora assassinado outro jesuíta com mesmo nome, P.^e Gonçalo Silveira, que fora provincial dos Jesuítas na Índia. Este jesuíta da nobreza real portuguesa presidira à missa solene de acção de graças após a conquista de Damão. Tinha sido responsável pela promoção de muita legislação dura contra os hindus e em favor dos convertidos na Índia. Quando optou para ir converter o rei de Monomotapa, é muito provável que os *banianes* de Damão tinham já avisado os seus correligionários e agentes na África dos perigos que poderiam enfrentar com a chegada do padre para aquela corte. Fica explicado desta forma o martírio do Jesuíta celebrado no canto X d’*Os Lusíadas*.¹⁴ Quando esteve alguns anos a servir em Chaul, Gonçalo Martins quis remediar as dificuldades financeiras daquela missão explorando as suas ligações com os homens de negócio em Moçambique. Gonçalo Martins mantinha relações cordiais com os ingleses de Surate e com os holandeses de Batavia.¹⁵ Era também procurador da rainha de Portugal na Índia e tratava da sua percentagem na renda de canela. O padre foi enviado pelas autoridades do Estado da Índia mais de uma vez para negociar pazes com os reis vizinhos. Em 1653 o rei Shivappa Nayak de Ikkeri (Canará), que já tinha expulsos os portugueses das suas feitorias-fortalezas de Basrur e Camboly (Ganguly), ameaçava afastá-los também de Onor (Honavar), se não

¹² John Correia-Afonso, *Jesuit letters from the Mughal court: The first jesuit mission to Akbar (1580-1583)*, Anand (India), 1980; John Humbert, “Answers of the Generals to Goa”, *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, Jul.-Dec. 1966, pp. 330-334.

¹³ *Diário do 3.º Conde de Linhares*, Lisboa, 1937, I, p. 34-35, 89, 11, 170.

¹⁴ *Lusíadas* X, 93.

¹⁵ Teotónio R. de Souza, “Gonçalo Martins, a Jesuit procurator, businessman and diplomat in the Estado da Índia” in *Mare Liberum* 5 (1993), pp. 119-128.

comprassem a sua pimenta pelo preço que exigia. Padre Gonçalo foi enviado para encontrar uma solução, mas o rei desmarcou o encontro por ter decidido avançar com a ocupação daquela praça.¹⁶ A seguir à tentativa de invasão de Goa pelo Adil Shah em 1654, Gonçalo Martins foi o enviado do Estado para tratar de acordo de paz. Foi novamente enviado para Raigarh, corte do régulo marata Shivaji, em 1667 após a invasão marata de Goa. O relatório oficial da embaixada para a metrópole conta como o padre demonstrou grande prudência e capacidade, conseguindo a libertação de todos os prisioneiros, incluindo alguns vassallos de Bijapur residentes em Goa, e como conseguira trazer de volta mais cabeças de gado do que aquelas que tinham sido levadas pelo inimigo.¹⁷

As boas relações que os portugueses mantinham com a corte de Vijayanagar desde a sua chegada à Índia ajudaram os Jesuítas nos seus trabalhos de missão naquela região. Eles tinham boa aceitação entre os agentes políticos da região subordinada ao *raya* enquanto os portugueses eram temidos pelo seu poderio naval. S. Francisco Xavier teve sucesso por saber combinar os papéis de religioso e de político. O Jesuíta Gonçalo Fernandes tinha estado na corte do *nayak* de Madurai sem conseguir qualquer sucesso nas conversões para além da comunidade dos *paravas* que eram considerados como *farangis* sem estatuto social entre os hindus. O padre servia na corte como representante dessa comunidade e do Estado da Índia. Conseguiu licença para construir uma igreja, e nada mais. Se os Jesuítas conseguiram penetrar no interior e entre as castas superiores, isto só foi possível com a adaptação cultural do Jesuíta italiano De Nobili, que se dissociou dos *farangis* portugueses. A partir do século XVII o prestígio militar português estava em manifesto declínio e os Jesuítas eram forçados a manter boas relações com os reis vizinhos com ofertas de prendas e pretensões de influência política. A morte ou o “martírio” do Jesuíta português João de Brito, em Oriyur (Ramnad) em 1693 foi provocado pela sua insistência em denunciar os casamentos “não-sacramentais” dos não-cristãos em conformidade com as exigências do Concílio de Trento.¹⁸

As ameaças ao Padroado Português na Índia britânica

Na altura em que o império britânico já não tinha rival na Ásia, e particularmente na Índia, as pretensões político-religiosas de Portugal começam a sentir-se beliscadas. Após ter derrotada a última resistência político-militar dos Maratas em Poona em 1818 com a batalha de Kirkee, os ingleses concentraram os seus

¹⁶ P. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, vol. III, pp. 231, 299-300, 330, 350-60.

¹⁷ 31 Jan. 1668, AHU, Índia, caixa 27, doc. 110.

¹⁸ G. Zupanov, “Lust, Marriage and Free Will; Jesuit Critique of Paganism in South India (17th century)”, *Studies in History*, 16, n.º 2, July-Dec. 2000, pp. 199-220. <http://tinyurl.com/397n83> (consultado em 9 de Dezembro 2007).

esforços pela intensificação da suas actividades comerciais em Bombaim, para onde já tinham transferido o grosso das suas actividades de Surate, o porto que tinha sido o maior centro financeiro e base do seu comércio com o Médio Oriente, e não só, desde os meados do século anterior. O declínio de Surat não resultou do muito proclamado assoreamento da enseada, mas da queda simultânea de três grandes impérios que tinham sido responsáveis pelo seu engrandecimento, nomeadamente o império mongol, o império safávida e o império otomano. Falta de segurança e cortes de fornecimentos do interior já não garantiam a continuidade da prosperidade do porto, que tinha sido um portal da prosperidade do império mongol.¹⁹

Com o crescente desenvolvimento de Bombaim que os Portugueses tinham cedido aos ingleses em 1661 como parte do dote da infanta D. Catarina de Bragança casada com Charles II de Inglaterra, Goa enfrentava uma séria ameaça. O funcionamento da Inquisição empurrava muitos recursos humanos e financeiros para fora de Goa. O governador António de Mello de Castro adiou a entrega por quase cinco anos, e enviou o padre jesuíta Manuel Godinho para tentar convencer o governo da metrópole da gravidade das consequências se avançassem com a cessão. De nada serviram os protestos perante a determinação inglesa de ver o tratado respeitado pelos Portugueses. O padre deixou um relato da sua viagem por terra, e conta nela o estado lastimoso em que se encontrava o Estado da Índia: “Está finalmente o Estado da Índia tão velho que só temos por estado. E se não acabou por expirar foi porque não achou sepultura capaz de sua grandeza. Se foi árvore é já tronco; se foi edifício, já é ruína; se foi homem, é já cepo; se foi gigante, é já pigmeu; se foi império, pereceu; se foi vice-reinado da Índia, já o não é mais que de Goa, Macau, Chaul, Baçaim, Damão, Diu, Moçambique e Mombaça, com outras fortalezas e terras de menos importância; relíquias, enfim, e essas poucas, de grande corpo daquele Estado, deixadas por nossos inimigos, ou para memória de muito que possuíamos na Índia, ou para mágoa, considerado o pouco que nela temos agora”.²⁰

A extinção da Companhia de Jesus em Portugal em 1759 e a extinção de todas as ordens religiosas pelo governo liberal em 1834 enfraqueceu muito o Padroado. Seguiu um longo período de difícil relacionamento entre Portugal e a Santa Sé, e várias dioceses ficaram vagas durante muito tempo. Apesar do ressentimento português o Papa Gregório XVI emitiu o breve *Multa Praeclara* em 24 Abril 1838, desligando da jurisdição do Padroado português as dioceses de Mylapore, Cranganore, Cochim e Malacca. Somente em 1851 chegou-se a um acordo diplomático²¹ e a Concordata de 1857 restabeleceu teoricamente a juris-

¹⁹ Ashin das Gupta, *Indian merchants and the decline of Surat, c. 1700-1750*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1979, pp. 142 ff.

²⁰ P.º Manuel Godinho, *Relação do novo caminho da Índia para Portugal*, Lisboa, 1974, p. 23.

²¹ Luís Dória, *Do Cisma ao Convénio: Estado e Igreja de 1831 a 1848*, Lisboa, ICS, 2001.

dição do Padroado, mas com várias restrições. Uma redistribuição geográfica mais coerente com a realidade política foi negociada na Concordata de Junho de 1886, ano em que foi criada a hierarquia independente da igreja na Índia. Foi conferido no arcebispo de Goa o título honorífico de Patriarca e Primaz do Oriente como uma compensação política.²² Todas estas alterações ao regime do Padroado tornavam-se necessárias perante a reduzida importância da presença colonial portuguesa na Índia. O tratado anglo-português de 1878 tinha retirado aos territórios portugueses o pouco que lhe restava da sua autonomia económica, algo semelhante ao que tinha acontecido à metrópole portuguesa com o tratado de Methuen em 1703.²³ A posição oficial inglesa perante a Concordata, que lhes tinha sido apresentada antes da aprovação, foi a de manter uma ambiguidade politicamente conveniente. O procurador geral inglês na Índia escrevia ao seu governo metropolitano: “it is unadvisable that the Government should give any sanction to the provisions of the Concordat, or should recognize it, or otherwise deal with it in such a way as to preclude Government from refusing to give effect to any of its provisions if should hereafter be found necessary to do so”. O secretário de Estado para a Índia, Sir Charles Wood deu seu despacho favorável à proposta da Concordata, mas avisando que a continuação da prática de nomear candidatos para as dioceses católicas na Índia britânica não devia ser interpretada como um direito, nem reconhecimento da coroa portuguesa como protectora dos súbditos católicos na Índia britânica.²⁴

Surgiram novos problemas com a proclamação da República em Portugal em 1910. Nova lei de separação do Estado e da Igreja aprovada em 20 de Abril de 1911 limitava os encargos financeiros do Estado, sem todavia renunciar aos privilégios do Padroado. Esta situação foi alterada durante o Estado Novo através do Acordo de 15 de Abril de 1928 no qual foi revista a Concordata de 1886, limitando a jurisdição do Padroado aos territórios na dependência directa do governo português, mas estendendo a Cochim e Mylapore. Manteve-se também a dupla jurisdição do Padroado e da Propaganda em Bombaim, Mangalore, Couão e Trichinopoly. Mas os conflitos continuados da dupla jurisdição tornaram necessária uma nova concordata de 7 de Maio de 1940.

²² Eduardo Brazão, *Colecção de concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1941; A. Leite, “Concordatas”, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, vol. I, ed. Carlos Moreira Azevedo, Rio do Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-429.

²³ Celsa Pinto, *Goa – Images and Perceptions*, Panjim, Rajhauns, 1996, pp. 109 segs.

²⁴ A documentação relativa à Concordata de 1886, incluindo o *Livro Branco* de 1887, encontra-se publicada por Julio F. J. Biker, *Colecção de Tratados e Concertos de Pazés*, XIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1887.

6.º Concílio Provincial e a instrumentalização do culto de S. Francisco Xavier

É no contexto que acabamos de descrever que podemos compreender bem o aproveitamento que o regime colonial português procurou fazer deste muito solene evento religioso e do culto do santo. Os ingleses não achavam graça nenhuma às reclamações das autoridades portuguesas acerca dos seus direitos de nomear capelães militares para os acampamentos militares ingleses! No contexto da gradual redução dos limites da jurisdição do Padroado no território da Índia britânica como atrás referimos, pensou-se em convocar em 1894 o 6.º Concílio Provincial. Já tinha decorrido quase um quarto de século desde a realização do Concílio Vaticano I, o que sugere que não foi convocado somente pelas preocupações espirituais da Igreja universal, mas antes pelas preocupações de dar visibilidade ao moribundo império português no Oriente. Durante o meio século que seguiu ao Concílio de Trento tinham-se realizado em Goa, entre 1567 e 1606, cinco Concílios Provinciais com regularidade, solenidade e eficácia que deixaram marcas profundas na evolução religiosa e social do império português na Ásia. Estava marcado o 6.º concílio para 1616, mas nada se fez até 1894!

Outra estratégia político-religiosa de mais longo prazo nessa difícil situação política foi a instrumentalização do “corpo incorrupto” de S. Francisco Xavier. Depois das grandes celebrações da canonização em 1622-23, não houve qualquer exposição para comemorar o 1.º centenário. Em 1683 aquando da invasão marata por Sambhaji o governador Conde de Alvor viu-se incapaz de qualquer resistência e colocou o seu bastão nas mãos do santo, confiando-lhe a defesa de Goa. A retirada súbita das tropas invasoras foi interpretada como um milagre do Santo. Repetia-se este acto de confiança no Santo com peregrinações organizadas pela Igreja e apoiadas pelo governo nos últimos anos do regime colonial, sempre que havia rumores de acção militar pela União Indiana para libertar Goa. Mas iniciaram-se exposições do corpo a partir de 1782 com certa regularidade, porque houve rumores naquele ano que os Jesuítas na altura da extinção tinham retirado o corpo e substituído com o cadáver embalsamado de um cônego. O fim do milénio foi celebrado com um congresso eucarístico que se reuniu na altura da festa do Santo e com a exposição do corpo. O 4.º centenário da conquista de Goa (1510) foi comemorado com uma exposição extraordinária. A mudança do regime em Portugal e a aversão dos republicanos pela Igreja não impediu que eles aprovassem a comemoração da conquista militar e a veneração das relíquias do Santo.

O referido 6.º Concílio foi inaugurado na Igreja de Bom Jesus em 3 de Dezembro de 1894, e como rezam as Actas ficou concluído em 11 de Janeiro de 1895: “auspice magno Xaverio, Deus indulgentissimus iugi auxilio adfuit, congregatio dismissa est”. Os festejos oficiais de encerramento e despedida oficial dos bispos ficaram para 13 de Janeiro com o acompanhamento da banda

militar e participação do Governador Geral do Estado e outros representantes da Administração.²⁵

O 3.º centenário da canonização foi celebrado em 1922. Os Jesuítas não comemoraram o 1.º centenário em 1722, e a Companhia não estava ainda totalmente recuperada em 1822 para comemorar o 2.º centenário. É curioso notar num livro comemorativo da exposição de 1922 por P.º Francisco Xavier Costa (Nova Goa, 1924) “a devoção do Santo não ter então atingido o auge”. A minha leitura sugere paralelo com a devoção de Fátima e coincide com a situação político-económica de Portugal. Se Fátima foi uma resposta da Igreja aos exageros do republicanismo, aqui a devoção do Santo foi bem aproveitada pelo Estado para a defesa do Padroado no Oriente. Na inauguração da festa e exposição de 1922, pregava o Mons. Ganganelli Rebelo, Reitor do Seminário de Rachol: “Oh! Quão belos e felizes esses tempos, aqueles em que a cruz e a espada se abraçavam num íntimo amplexo; e que já lá se foram! Oxalá eles voltem e mais depressa do que se espera” (p. 96).

A seguir à independência da Índia, Portugal e o Vaticano assinaram um novo acordo de 18 Julho de 1950, pelo qual Portugal renunciava a todos os direitos de Padroado na jurisdição da Índia. As comemorações do 4.º centenário da morte de S. Francisco Xavier em 1952 vieram a ajudar Portugal para montar uma manifestação política da sua presença na Índia. Foram combinadas outras comemorações: o centenário da chegada de S. Tomé à Índia, e a beatificação de S. João de Brito. Estiveram presentes o Cardial Cerejeira como Legado papal, mas também o Comandante Sarmento Rodrigues, Ministro do Ultramar. Logo após a independência da Índia, e exigências do governo indiano para os portugueses abandonarem a Índia, todo o fausto e aparato destas festividades eram importantes actos políticos.

A descolonização e o Padroado na Índia

D. José Costa Nunes desenvolveu actividade notável desde a sua chegada e ocupação do cargo de arcebispo-patriarca de Goa. É importante notar que ele era um dos muitos prelados açoreanos a quem a administração portuguesa decidiu confiar com regularidade a cura pastoral das suas colónias na Ásia durante os últimos dois séculos. Era uma escolha politicamente bem pensada. Como descendentes de colonos brancos, os açoreanos consideram-se parte de Portugal insular. Não têm diferenças culturais-linguísticas como acontece com as populações asiáticas. Em tempos de movimentos independentistas na Ásia, os clérigos nativos não mereciam muita confiança das autoridades coloniais. As colónias conside-

²⁵ *Acta et Decreta Concilii Provincialis Goani sexti exeunte anno 1894 e ineunte anno 1895*, Bastorae, Ex-rangelis typis, 1898.

ravam-se mais seguras nas mãos dos prelados açoreanos. Entre eles, D. José Costa Nunes provou-se ser muito fiável nesse sentido.

Logo após a tomada de posse do arcebispado, mudou o nome do boletim da Arquidiocese. Chamava-se *Voz de S. Francisco Xavier*, e passou a ser *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Goa*. Nele publicou com regularidade as suas “Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese”. Nestas 60 cartas publicadas entre 1942 e 1946. Foram posteriormente coligidas num volume comemorativo de 25 anos da sua sagração Episcopal. Na sua primeira carta lembra os padres que os súbditos dedicados e conscienciosos interpretam a vontade ou o desejo do superior como ordem. Propõe somente manifestar os seus desejos e as suas ideias através das suas Cartas. Para suavizar a primeira afirmação diz que não pretende impor nada como Chefe, mas somente conversar com amigos, como um pai conversa com os filhos. Todavia pretendia ser obedecido.

No que diz respeito ao nacionalismo, salienta a liberdade de consciência como garantia de democracia. Rejeita as acusações feitas acerca das conversões forçadas como propaganda política nacionalista dos hindus. Rejeita também que os portugueses forçaram os naturais a mudar os seus costumes, e manifesta a sua convicção que a educação do tipo europeu e costumes ocidentais acabará por se impor a todo o mundo. Admite que tenha havido casos excepcionais de violência, mas que nunca foi uma regra. Explica que os métodos utilizados serviam-se de protecção aos convertidos contra os controlos sociais do hinduísmo. Lamenta que nos últimos tempos os portugueses não tenham seguido a mesma política dos primeiros tempos. Imagina que assim a Índia poderia hoje contar com 30 a 40 milhões de cristãos em vez de 2 ou 3 milhões dos séculos passados. Índia poderia ser como Brasil, uma grande potência na Ásia, com uma unidade cultural e nacional. Compara a Índia britânica com a Índia portuguesa e acha que apesar de algumas cidades grandes e desenvolvidas, a Índia britânica é material e culturalmente muito mais atrasada que a Índia portuguesa. Afirmo que algum progresso que se fez na Índia britânica deve-se à assistência dos emigrantes goeses, cuja presença é sentida em vários portos e cidades da Índia. Atribui essa capacidade dos goeses à sua educação cristã, mesmo quando alguns a rejeitam conscientemente. Refere ao entusiasmo com que ele foi recebido pela população goesa em Bombaim, quando regressava após a sua visita pastoral a Damão, Nagar Aveli e Diu. Fizeram-lhe sentir que eles amavam Portugal e o Padroado. Calcula que haverá quase 50.000 goeses que ocupam vários cargos na administração e outras áreas. Pertencendo a terceira ou quarta geração de emigrantes, eles viviam com muitas saudades de Goa, de S. Francisco Xavier e do país que trouxe aos seus antepassados a luz do Evangelho. Afirmo que entre todas as possessões portuguesas no ultramar, Goa representa o melhor do espírito colonizador de Portugal, fazendo de Goa uma terra cristã e uma terra portuguesa, sem destruir as características locais. Manifestou o seu interesse em apoiar os padres goeses da Congre-

gação de Pilar, fundada pelo padre diocesano Agnelo de Sousa, que é hoje um candidato para beatificação.²⁶

É enigmático o silêncio do arcebispo-patriarca acerca dos movimentos dos goeses pela libertação de Goa. Tristão Bragança-Cunha foi o primeiro goês católico que foi deportado para Caxias em Portugal em 1946 com pena de 8 anos de degredo por ter denunciado a desnacionalização da cultura goesa pelo luso-tropicalismo que o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre fora convidado a proclamar após uma visita paga para passar férias em Goa e outras colónias, menos Timor que tinha problemas na altura.²⁷ T. B. Cunha refere no seu diário da prisão à essa visita acelerada e guiada do investigador brasileiro e também às declarações políticas de D. José Costa Nunes em Goa, questionando as recomendações da Santa Sé ao cardinal de Bombaim para não fazer declarações de apoio ao movimento de libertação de Goa. Cita algumas expressões de um discurso do patriarca de Goa: “Porque estão surpreendidos se nós recusamos sair? Um soldado que verte o seu sangue pelo seu território nacional vale mais do que um cofre cheio de ouro ou belos discursos que comovem as audiências. Não são os números que contam, mas a qualidade da unidade. No passado, com poucos fizemos muito...”.²⁸

Parece muito paternalista e ofensivamente convencida a recomendação-aviso do arcebispo aos sacerdotes goeses na Carta XIX: “E vós, meus Sacerdotes, sois padres portugueses, como eu e os antigos missionários. No vosso coração há, e deve haver, um grande amor a Portugal e uma grande admiração pelos que nos precederam na acção missionária. O sentimento nacionalista indiano, respeitável sob todos os pontos de vista, não briga com o sentimento patriótico português. De resto, vós bem sabeis que deveis tudo a Portugal, porque lhe deveis a religião, que fez da vossa terra – como já vos disse uma vez – a terra mais adiantada de toda a Índia. Sabeis ainda que o desaparecimento de Portugal da Índia representaria o maior desastre para todos os católicos goeses. Com o domínio português, eles são alguma coisa, são tudo na sua terra; sem ele, bem triste será a sua situação” (p. 115).

²⁶ José da Costa Nunes, *Cartas aos Sacerdotes da Arquidiocese de Goa*, Lisboa, 1947, pp. 7, 81-85, 87-89, 93-94, 105-109, 112-115, *passim*.

²⁷ É reconhecido por todos os combatentes de liberdade em Goa, tanto hindus como católicos, como seu representante, e guardam-se as suas cinzas num panteão que substituiu outro dedicado a Afonso de Albuquerque na Praça de Liberdade (Azad Maidan) na cidade capital de Goa; Gilberto Freyre in “India: Championing Transnational Luso-Tropicalism”, *Studies in History of the Deccan: Medieval and Modern: Professor A. R. Kulkarni Felicitation Volume*, M. A. Nayeem, Anirudha Ray and K. S. Mathew [Eds.], New Delhi, Pragati Publishers, 2002, pp. 253-262; Teotónio R. de Souza, *Gilberto Freyre na Índia e o 'luso-tropicalismo transnacional'*, Lisboa, SGL, 2001.

²⁸ T. B. Cunha, “Anti-Indian activities of Catholic Missionaries” in *Goa's Freedom Struggle: Selected Writings of T. B. Cunha*, Bombay, Dr. T. B. Cunha Memorial Committee, 1961, pp. 493-497.

Uma outra declaração abertamente política do arcebispo-patriarca encontra-se na Carta XLIX, p. 279: “Diga-se ainda, para afirmar princípios, que, sendo Goa território português, posso, e devo, inculcar nos seus habitantes o amor a Portugal e condenar veleidades de integração na Grande Índia. O Evangelho manda obedecer aos poderes legalmente constituídos e Roma proíbe que dentro do Império Colonial Português qualquer missionário faça propaganda contra os nossos interesses nacionais.”

Missionação colonial e conflitos culturais: A descolonização dos santos e o fim de um ciclo

As relações político-sociais de “dominação-subordinação” são da essência de qualquer dominação colonial, e é natural que vários sectores da população goesa exprimissem o seu descontentamento em várias ocasiões. Os elementos mais vocais e mais expressivos, e que também tinham maior contacto e influência na população goesa, eram os padres naturais, que sentiam mais a discriminação na promoção da sua carreira clerical, face ao clero branco, que pretendia dominar o cenário com as suas ligações étnicas e políticas com os colonizadores.

O patriotismo dos missionários brancos entrava muitas vezes em manifesto conflito com a doutrina e prática religiosas. Podemos aqui apontar para alguns conflitos entre o Padroado e os naturais da Índia, desde quase o início da ocupação portuguesa. O episódio dos chamados “Mártires de Cuncolim” em 1583 foi um ponto alto destes conflitos. Cinco Jesuítas perderam as suas vidas por se terem envolvido na destruição de um templo hindu dessa aldeia que já manifestara a sua rebeldia e resistência ao pagamento de impostos que a administração portuguesa lhes queria cobrar. Houve dois meninos locais convertidos que acompanhavam os padres e foram também mortos, mas nunca entraram no processo de beatificação. Três séculos mais tarde, em 1686, o Mons. Zaleski, enviado do Papa para confirmar a criação da hierarquia independente da Igreja da Índia, questionava esta discriminação.²⁹

Houve os célebres conflitos entre o Padroado e os Cristãos de S. Tomé no Malabar. Após um século de convivência relativamente pacífica, o arcebispo Fr. Aleixo de Menezes achou que devia impor aos cristãos de S. Tomé o rito latino tridentino e trazê-los dentro da jurisdição do Padroado português. Convocou os Sínodo de Diamper em 1599 e decidiu acabar de vez com o que achava ser desvios de nestorianismo entre esses cristãos. A imposição culminou com o cisma de 1653, altura em que uma larga secção dos cristãos de S. Tomé optou

²⁹ Teotónio R. de Souza, “Why Cuncolim Martyrs? An historical re-assessment” in *Jesuits in India: an Historical Perspective*, Macau, ICM, 1992, pp. 37-47.

juntar-se à Igreja ortodoxa de Antioquia.³⁰ Foi necessário esperar até aos anos 30 do século passado para uma parte desses dissidentes voltarem à comunhão com a Igreja Católica de Roma, e foram-lhes reconhecidos os seus ritos siro-malabar e siro-malankara com as suas dioceses próprias, e mais recentemente com a nomeação de um cardinal para a arquidiocese de Ernakulam.

Era notória a discriminação na nomeação dos clérigos nativos qualificados para os cargos responsáveis da hierarquia. Os religiosos brancos consideravam tais cargos como o seu monopólio. Jesuítas muito respeitáveis como S. Francisco Xavier e Alexandre Valignano manifestaram em diferentes ocasiões algumas tendências “racistas”.³¹ Por exemplo, Francisco Xavier sentira-se aliviado quando depois de ver somente os “negros” na Índia desde a sua chegada, descobriu gente “branca” no Japão.³² Francisco Xavier promoveu a educação dos meninos naturais para serem catequistas e assistentes dos missionários, mas não via muito futuro garantido. Escrevia: “Eles permanecerão cristãos enquanto nós estivermos cá ou outros vierem da Europa para nos substituir”.³³ Todavia, na mesma carta em que Santo Inácio enviava a patente de Provincial a Francisco Xavier, ele também observava que Francisco Xavier devia ter mais paciência, fazer melhor escolha de meninos de mais tenra idade, e com mais colégios tudo se poderia resolver com esperança de sucesso.³⁴

Embora o colonialismo português tenha sido frequentemente referido como menos racista do que os outros conhecidos regimes coloniais no Oriente, a discriminação racial não estava inteiramente ausente. Nos séculos iniciais da dominação o racismo notou-se pouco e nem era necessário. À medida que os naturais demonstravam igual ou maior competência do que muitos portugueses em vários campos de actividade pública, a referência à cor e a sua ligação ao patriotismo tornaram-se práticas mais adoptadas a partir do século XVIII. Isto manifestava-se por exemplo nas atitudes dos frades brancos e dos mestiços (“descendentes”) que se sentiam ameaçados nas suas carreiras profissionais, pro-

³⁰ Teotónio R. de Souza, “The Indian Christians of St. Thomas and the Portuguese Padroado: Rape after a century-long courtship (1498-1599)” in *Christen und Gewurze*, ed. Klaus Koschorke, Goettingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1997, pp. 31-42.

³¹ Teotónio R. de Souza, “The Portuguese in the Goan Folklore”, *Goa and Portugal: Their Cultural Links*, ed. Charles J. Borges & Helmut Feldmann, New Delhi: Concept Publ. Co., 1997, pp. 183-197; C. R. Boxer, “The colour question in the Portuguese empire”, *Opera Minora, III*, ed. Diogo Ramada Curto, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, pp. 301-322.

³² Teotónio R. de Souza, “The Portuguese Discovery and the Jesuit «Conquest» of Japan” in *The Portuguese and the Pacific*, Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos (ed.), California, Santa Barbara, 1995, pp. 250-260; G. Schurhammer, *Francis Xavier: His Life, His Times*, vol. II, trans. J. Costelloe, Rome, 1977, pp. 640-642.

³³ Schurhammer & Wicki, *Epistolae S. Francisci Xaverii*, II, pp. 5-31.

³⁴ Joseph Wicki, *Documenta Indica*, vol. I, pp. 510-15, Cf. Teotónio R. de Souza, “O ensino e a missionação jesuíta na Índia” in *A Companhia de Jesus e a Missionação no Oriente*, Lisboa, 2000, pp. 117-132.

vocando reacções independentistas entre os naturais. Os Franciscanos em Goa ressentiam e resistiam as pretensões dos clérigos naturais que queriam despojá-los das suas paróquias de Bardez com o apoio do Arcebispo Fr. Inácio de Santa Teresa em 1724-28. É para notar o curioso estilo da linguagem que os religiosos franciscanos utilizaram contra os clérigos rivais nos seus relatórios para a reino: “Todos estes clérigos negros (exceptuando alguns como por milagre) são ex sua natura mal inclinados e mal procedidos, lascivos, bêbados, etc., por isso incapacíssimos de que se lhes entregue a administração das Igrejas”. E continuavam assim o seu discurso abertamente nacionalista e racista: “Deve-se notar em 4.º lugar ser em estes naturais natural o ódio e antipatia à gente portuguesa e a tudo o que é pele branca, sendo este mais excessivo e entranhável a respeito dos párocos, porque como estes vivem e residem nas aldeias, e entre os naturais são atalaias vigilantes que põem todo o cuidado, assim em lhes investigar os seus desígnios, como em notar-lhes as suas obras (...) faz-se-lhes muito pesado o terem párocos brancos e religiosos”.³⁵

Não eram muito diferentes os motivos que levavam os mestiços a manifestar tendências racistas em Goa e na Província do Norte. Como parte das reformas administrativas de Pombal o vice-rei teve que emitir em Goa um bando do seguinte teor: “a soberba que domina nesta parte do mundo, é a causa originária do abatimento destes miseráveis naturais... chamo também Portugueses aos mestiços porque nestes ainda mais que nos mesmos Europeos reina mais aquella luciferino vício”.³⁶ O edital proibia aos brancos designar os naturais com expressões ofensivas como “negros” e “cachorros”. Os “descendentes” tinham o monopólio de exército em Goa, e isso dava-lhes uma posição privilegiada de poder e dominação, mas com reformas militares da época perderam este predomínio. Apesar das reformas pombalinas que reconheciam plena cidadania a todos os goeses, na prática a discriminação racial continuava. E resultou numa conjuração que antecipava a Inconfidência Mineira no Brasil. Era a “Conjuração dos Pintos” de 1787. Foi denunciada e barbaramente suprimida pelas autoridades em Goa. Acusados de “alta traição” mas sem qualquer processo regular de justiça, os acusados leigos foram esquartejados e alguns degradados para trabalhos forçados na casa de pólvora e para outras colónias, enquanto mais de uma dezena de clérigos envolvidos foram deportados para Portugal onde ficaram presos anos seguidos sem julgamento.³⁷

Nos finais do século XIX, um padre goês, António Francisco Xavier Alvares, sentindo-se discriminado pelas autoridades eclesiásticas em Goa fez-se consa-

grar bispo no rito de Antioquia com a designação de Mar Júlio I. Tinha feito estudos universitários em Bombaim e dedicara-se ao jornalismo. Denunciava com ferocidade no seu *Brado Indiano* e outros periódicos o que ele considerava ser abusos das autoridades portuguesas eclesiásticas e civis. Via a igreja de Goa como um mero instrumento político para legitimação e consolidação de interesses coloniais.³⁸

A discriminação colonial manteve-se até ao fim do regime. Somente os cargos subalternos eram confiados aos padres naturais, e somente na fase final do regime dois goeses foram nomeados bispos na África, um deles em Beira e outro em Cabo Verde. Enquanto havia quase 20 bispos de naturalidade goesa na Índia vizinha, e dois cardiais goeses, em Bombaim e em Carachi, nenhum goês mereceu ser aceitável para conduzir os destinos da sua igreja em Goa. Tudo isto mudou após o fim do regime colonial, mas foi necessário esperar até 1974 para um goês ser oficialmente designado bispo e patriarca de Goa.

Uma resposta construtiva dos naturais à discriminação colonial aqui referida foi concebida e executada por um grupo de padres diocesanos de Goa liderados por José Vás. Os calvinistas holandeses tinham tomado conta do sul da Índia a partir de 1658 e tinham instaurando uma perseguição às comunidades católicas. Estava proibida a entrada dos missionários do Padroado. Foi então que José Vás e companheiros organizaram-se em Oratório (de S. Felipe Néri) e em 1687 entraram disfarçados no Ceilão para cuidar das comunidades católicas. Quando José Vás morreu 24 anos mais tarde, ele tinha conseguido o milagre de evitar o aniquilamento da igreja católica de Ceilão. Papa João Paulo II declarou-o “beato” em 1995, apresentando-o como um modelo de missão para o terceiro mundo, um modelo caracterizado pela capacidade de inserção e diálogo com a cultura local, e sem dependência nas estruturas coloniais.³⁹ Foi uma declaração do fim de um ciclo missionário quando a arquidiocese de Goa decidiu mudar o seu padroeiro. Santa Catarina de Alexandria que representava a conquista de Goa pelos portugueses em 25 de Novembro de 1510, foi substituída pelo Beato José Vás em 16 de Janeiro de 2000. Nem tão pouco optaram pelo S. Francisco Xavier. Foi assim a descolonização do santo, que não deixou por isso de ser venerado como “Goyncho Saib” (Senhor de Goa). Bem previra este desfecho o último governador geral de Goa, general Vassalo e Silva, quando recusou transferir as relíquias do santo para Lisboa antes da queda do regime colonial português na Índia 1961. Conta-nos António Correia de Lima, que serviu como médico dos seus compatriotas prisioneiros da guerra em Goa,

³⁵ Biblioteca Nacional (Lisboa), Cod. 179: *Memórias e documentos para a história eclesiástica na Asia, 1728-1729*, fls. 11-13v.

³⁶ AHU, Cod. 446, fls. 75-75v.

³⁷ J. H. da Cunha Rivara, *Goa and the Revolt of 1787*, Charles J. Borges Ed., New Delhi, Concept Publishing Company, 1996.

³⁸ Casimiro Cristóvão de Nazareth, *Clero de Goa: Seus serviços à Religião e à Nação*, Nova Goa, Casa Luso-Francesa, 1927, pp. 10-14; Teotónio R. de Souza, “Christianization and cultural conflict in Goa, 16th-19th centuries” in *Congresso internacional de história: Missão portuguesa e encontro de culturas*, Actas, Vol. IV, Braga, 1993, pp. 383-393.

³⁹ Teotónio R. de Souza, “Os pioneiros do diálogo inter-religioso nos séculos XVI-XVII – Índia” in *Reflexão Cristã, 11-12/99*, Lisboa, 1999, pp. 68-77.

que em 3 de Dezembro celebrou-se aquela que seria a última festa de S. Francisco Xavier durante o regime português. Conta como foi uma das maiores dos últimos tempos. Todos oraram ao santo para proteger aquela terra. E continua com certa ironia: “Não houve sinal nenhum especial que confirmasse que o santo tenha ouvido”.⁴⁰ Descrevendo os últimos dias do regime, deixa o registo de uma conversa com o governador geral, que lhe contou que tinha recusado um pedido do Ministério do Ultramar na semana anterior para o envio das relíquias de S. Francisco Xavier para Lisboa. Foi a seguinte a sua justificação da recusa: “S. Francisco Xavier pertence a este povo, que o aceitou, o seguiu, o venerou. Foi por causa da sua actividade de pregador nesta região, que lhe deram o cognome de Apóstolo das Índias, de Apóstolo do Oriente. E foi porque este povo quis, que foi trasladado da China, onde morreu e tinha sido enterrado, para Goa, quase um ano depois. E foi por causa do culto que este povo lhe dedicou, que houve reconhecimento dos seus grandes feitos como santo, foi canonizado, e o seu culto espalhado pelo mundo. Francisco Xavier, de nascimento, nem era português. Era espanhol. Mas S. Francisco Xavier, este é goês, E cá deve ficar. Na sua terra. Na terra que o fez santo”.⁴¹

Balanço final e algumas reflexões

A independência política da Índia e as suas exigências de pôr termo à presença colonial europeia no subcontinente indiano foram consideradas pelas autoridades portuguesas como uma ameaça não somente política mas também religiosa. Logo a seguir à publicação de *Asia and Western Dominance* da autoria de K. M. Panikkar⁴² em 1953 (London, George Allen & Unwin Ltd., 1953) em que o autor analisava a subversão cultural e desnacionalização causada pela acção missionária dos Jesuítas na Índia, o governo do estado de Madhya Pradesh no centro-norte da Índia nomeou uma comissão de inquérito (*Nyogi Committee*), e o seu relatório influenciou a decisão do governo da Índia proibindo conversões para o cristianismo e a entrada de novos missionários estrangeiros na Índia.

Para concluir, segundo o censo de 1991 vivem na Índia 3,8% cristãos, incluindo 1,7% católicos, 1,9% protestantes e 0,2% ortodoxos. A grande parte dos católicos, exceptuando os cristãos de S. Tomé e a comunidade católica de Ranchi, são resultado das actividades do Padroado português na Índia, embora

⁴⁰ António Correia de Lima, *O Fim dos Séculos: Goa, Damão e Diu*, Lisboa, Bertrand Editora, 1997, p. 270.

⁴¹ *Ibidem*, p. 323.

⁴² Sobre os antecedentes e influência de Panikkar na política externa de Nehru, cf. Teotónio R. de Souza e Claude Alvares, “Preface to the 1993 Edition”, *Asia and Western Dominance*, Kualalumpur, The Other Press, 1993 (Reprint), pp. v-xiv.

no caso Ranchi os Jesuítas (não-portugueses) tenham tido um papel fundamental. Socorrendo-nos do censo de 2001, fica-se a saber que a percentagem de população cristã na antiga colónia portuguesa de Goa é de 27%, enquanto no estado indiano de Kerala atinge os 19%. Conjuntamente com os cristãos do estado vizinho de Tamil Nadu (quase 4 milhões), 40% dos cristãos indianos concentram-se nestes dois estados meridionais. Perante esses factos e face a participação activa dos católicos e da igreja da Índia no desenvolvimento dos povos e na luta pelos direitos humanos na era pós-colonial, em Goa e além das suas fronteiras estaduais, estamos a presenciar muita contribuição positiva que ficou dos cinco séculos da missão do Padroado português na Índia, não obstante algumas manchas, mais ou menos carregadas, que fazem parte de qualquer tecido histórico.

DUTCH STRATEGIES AND THE *ESTADO DA ÍNDIA*

ERNST VAN VEEN*

Introduction

For about three-hundred and fifty years the Dutch were actively involved in Asian politics, warfare and business. Their decision makers and people 'on the spot' were supposed to be guided by strategies that were devised either in The Netherlands or in their Asian centre of control. However, in an era when communication could go no quicker than a sailing ship, their actions were often the opposite of what the strategies suggested. Establishing the right alliances and managing the logistics of money, manpower and hardware to be available at the right time and at the right place was far more difficult than could be visualized in the far-away home country. During the first half of the 17th century the objectives of the Dutch United East Indies Company (VOC) were the profitability of its business and, at the same time, warfare against the Iberians. This article disentangles the various strategies that resulted from that situation and describes their degree of failure and success.

The Early Voyages

The Dutch began to show their first interest in Asia in the early 1590's, the time when the return fleets of the Portuguese *Carreira da Índia* suffered heavy losses and most of the spices that arrived in Lisbon were sold to Hamburg.¹

* Wassenaar (The Netherlands).

¹ Peter Thomas Rooney, "Habsburg fiscal policies in Portugal 1580-1640" in *Journal of European Economic History* 23, (1994) p. 548; H. Kellenbenz, "Autour de 1600: Le commerce du poivre des Fugger et le marché international du poivre" in *Annales, Economies-Sociétés-Civilisations* 11 (1956), pp. 1-28; James C. Boyajian, *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs*,

The first Dutch fleet via the Cape of Good Hope left The Netherlands in 1595 and the next seven years saw the formation of nine private companies and their gradual amalgamation into one, the VOC. In the period to 1602 some 66 ships departed for the Indies, of which 49 returned.² The entrepreneurs, mainly immigrants from Flanders and Brabant, had only one objective: to make a good profit on Asian spices and Chinese goods. Their general strategy was to avoid the places where the position of the *Estado da Índia* was strong, to divide the fleets over the different primary sources of supply, i.e. Banten, Aceh and Patani for pepper, Amboina or the other Moluccan islands for cloves and the Banda islands for nutmeg and mace, and, if necessary move from one place to another to ensure full cargo's. Several attempts were made to obtain access to China, but they failed due to the resistance of the Portuguese private merchants there by for many years the Dutch had to buy their silk and other Chinese goods from the junks calling at Patani, Ayutthaya and Banten.³

The voyages received the material and formal support of the States-General of the United Provinces and of Prince Maurits, the high commander of the army and the Admiralty, because they fitted into their general strategy to thwart the Iberians wherever they could. In their view, after Philip II of Castile had become king of Portugal, all his Portuguese subjects had become 'the enemy' and warfare and privateering against the Iberians anywhere in the world would be beneficial for the outcome of the revolt in the Netherlands. Before departure each individual captain was given a letter, a so-called commission, which specified his obligations and rights. Although it was not an objective in itself, these commissions became increasingly more supportive of privateering against the subjects of the King of Spain. When they had the chance and the time the captains used this prerogative and the most famous examples during this early period were the capture of the *Santiago* near St. Helena and the *Santa Catarina* incident near Johore.⁴

1580-1640, Baltimore/London, 1993, p. 248; Ernst van Veen, *Decay or Defeat?: An inquiry into the Portuguese decline in Asia 1580-1645*, Leiden, 2000, p. 125.

² J. R. Bruijn, F. S. Gaastra, I. Schöffner, *Dutch-Asiatic shipping in the 17th and 18th centuries*, vol. I, The Hague, 1987.

³ Ernst van Veen, "Dutch Trade and Navigation in the South China Sea during the 17th century" in *Revista de Cultura*, International Edition, 11, 2004, pp. 115-135.

⁴ Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios e outras Perdas da "Carreira de Índia": séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1998, pp. 232, 372-376. Peter Borschberg, "Luso-Johor-Dutch relations in the Straits of Malacca and Singapore, ca. 1600-1623" in Ernst van Veen, Leonard Blussé (eds.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, Leiden, 2005, pp. 188-218. Peter Borschberg, "The Seizure of the *Santa Catarina* Revisited: The Portuguese Empire in Asia, VOC Politics and the Origins of the Dutch-Johor Alliance (1602-c.1616)" in *Journal of Southeast Asian Studies*, 33, 2002, pp. 31-62.

The First Four VOC Voyages

The VOC obtained its first charter in 1602. It had a duration of 21 years and stipulated that it would be the only company in the Netherlands that would be allowed to sail to the Indies and that it would have the right to establish fortifications, appoint governors, maintain an army and conclude treaties. Effectively, the VOC became a state outside the State.

For the States-General the advantages were clear: it was easier to keep one single company in line with their own strategy, its fleet could be used to support the country's fleet against the Spanish, the revenues from convoys and licenses and the trade with neighbouring countries would increase, it would create continuous employment and they thought that the King of Spain would be obliged to redirect part of his war efforts from the United Provinces to Asia.⁵ With the ideology of Hugo Grotius in their minds, privateering presented not only an additional source of income, but also a legal means of warfare.⁶ Rather than avoiding the locations where the Portuguese were in a strong position, the directors of the VOC were told that they should '... sail with bigger vessels, well manned and armed, so that they could not only trade freely, but also do damage to the enemy in those quarters and protect the people with whom they were trading...'.⁷

The intentions of the States-General were fully reflected in the VOC directors' instructions to the commander of the first fleet that sailed on account of the VOC, Steven van der Haghen, who departed in 1603 with twelve ships, "... we are obliged to take the offensive, in whatever manner, against the Spaniards, Portuguese and their allies. This in order to protect our people, the inhabitants of the islands and our other friends, also to the advantage and security of the East India trade".⁸ He was ordered to position his fleet near Mozambique to attack the Portuguese ships coming from Lisbon, to show the flag near Goa and along the Malabar coast, to sink and burn Portuguese ships he met along

⁵ S. van Brakel, *De Hollandsche handelscompagnieën der zeventiende eeuw*, The Hague, 1908, pp. 20-21.

⁶ Hugo Grotius, G. L. Williams (transl.), *De jure praedae commentaries*, Oxford, 1950, 2 vols.; E. van Veen, *Decay or defeat? ...*, p. 157; Peter Borschberg, "«Hugo Grotius» Theory of Trans-Oceanic Trade Regulation; Revisiting *Mare Liberum* (1609)" in *Itinerario* 29, Leiden, 2005 n° 3, 31-53.

⁷ Pieter van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge van de Oostindische compagnie*, I-II, The Hague 1929, pp. 484-485; *Resolutiën der Staten Generaal van 1576 tot 1609*, The Hague, 1910-1970, vol. 12, pp. 625-627.

⁸ H. Hoogenberk, *De rechtsvoorschriften voor de vaart op Oost-Indië 1595-1620*, Utrecht, 1940, pp. 73-74; J. K. J. de Jonge (ed.), *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost-Indië*, The Hague, 1862-1909, vol. III, p. 29; Hans den Haan, *Moedernegotie en grote vaart. Een studie over de expansie van het Hollandse handelskapitaal in de 16^e en 17^e eeuw*, Amsterdam, 1977, pp. 103-104.

the Indian coasts, to set up Johore against Malacca and to clear the Moluccas of Spaniards and Portuguese. In the process, his fleet visited Cananor, signed a contract for future military support with the Samorim of Calicut, demonstrated its full firing power when passing the Colombo fort (which had only two pieces of artillery), one of its ships sailed from Aceh to Masulipatnam and finally in 1605 the fleet ended up at Amboina where the Portuguese surrendered their fort and the Christian village heads took the oath of loyalty towards the States-General. A visit to Banda resulted in the re-establishment of a few trading posts and a contract which gave the VOC the monopoly on the export of nutmeg and mace and a similar arrangement was made with the rulers of the independent clove producing island of Hitu. Tidore was also conquered but was left undefended and anti-Portuguese Ternate, the ally, was left with a small Dutch presence. In 1606 the Spaniards from Manila occupied both islands.

The next invasion by Cornelis Matelieff, admiral of the next VOC fleet of 1605 with twelve ships, was mainly concentrated on South East Asia. It produced a failed attack on Malacca, a contract with Johore for its defence against Malacca in exchange for the right to establish a factory, a new contract with Aceh stipulating the exclusive sales of pepper, a visit to China that failed, and another visit to Coromandel. His re-conquest of a part of Ternate resulted in a treaty of friendship and mutual military assistance with the sultan, the establishment of several forts on the island and the promise to deliver all cloves from his territory to the VOC.

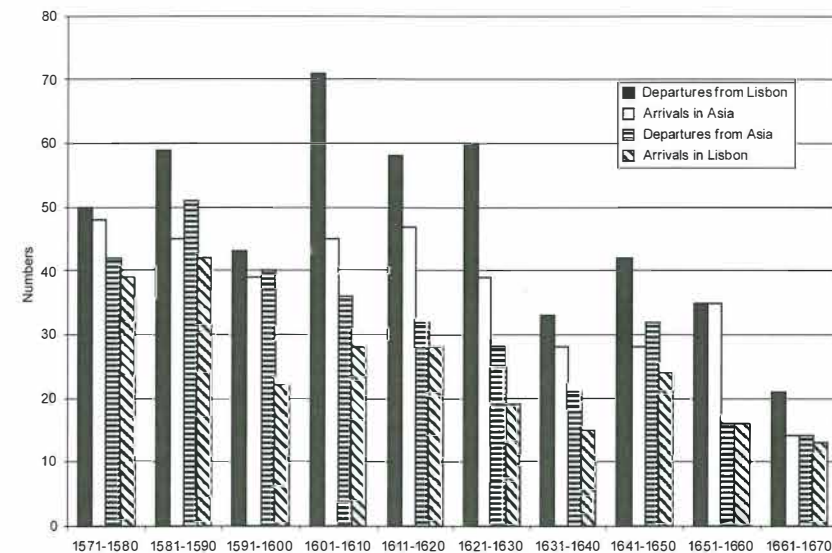
The next voyages of Van Caerden (1606, with eight ships) and Verhoeff (1607, with thirteen ships) were also aiming at Mozambique, the Indian Ocean and South East Asia. The Dutch were enjoying a good overdose of *hubris* and again they created a lot of noise and hot air in the Indian Ocean, in the Malacca Straits and even around Manila.

However, either as part of a war or a business strategy the first four voyages failed almost completely. In the first place, of the total of 45 ships that departed from the Netherlands, including the smaller yachts, six were lost due to warfare, seven due to other causes, six stayed in the Indies of which two were lost shortly thereafter and 26 arrived back in the Netherlands. Their attacks on Portuguese shipping caused the loss of only four ships of the *Carreira da Índia* and a few vessels along the west coast of the Indian continent.⁹ In the battle in the Malacca Straits between the fleets of Matelieff and Viceroy D. Martim Afonso de Castro both sides lost two ships. The Dutch apparently never asked themselves the question what they would do with Mozambique or Malacca, had they conquered these places or what would happen with Tidore after they had left it.

⁹ The effects on the *Carreira da Índia* were thoroughly analysed by André Alexandre Martins Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII), Universidade Nova de Lisboa, 2006, Unpublished.

Most historians see the occupancy of the fort at Amboina as a great success for the Dutch, but the Christian area of Amboina occupied by the Dutch did not grow any cloves. Moreover, the contracts with the rulers of Ternate, Hitu and Banda were supposed to assure the exclusive sale of cloves, nutmeg and mace to the VOC, but the indigenous rulers had hardly any control over their subjects and their trade with the European competition. As a result, the Portuguese merchants who had escaped to Macassar, and the presence of English and French traders and the Spanish made these contracts useless pieces of paper.¹⁰

Graph 1. *Carreira da Índia*, numbers of ships



Politics and Business

On the European side of the business the situation was not much better. Although in the 1590's the average tonnage per ship of the *Carreira da Índia* had been increased, the number of ships returning had declined considerably, but from 1600 until the mid 1620's it was in full swing again.¹¹ The arrival of

¹⁰ G. J. Knaap, *Kruidnagelen en Christenen; De Verenigde Oost-Indische Compagnie en de bevolking van Ambon 1656-1696*, Leiden, 2004, pp. 19-29; G. J. Knaap, "De Ambonse eilanden tussen twee mogendheden; De VOC en Ternate, 1605-1656" in E. Locher-Scholten and P. J. A. N. Rietbergen (eds.), *Hof en Handel; Aziatische vorsten en de VOC 1620-1720*, Leiden, 2004, pp. 35-58.

¹¹ The data for the graphs concerning the *Carreira da Índia* have been borrowed from Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, vol. 3, Lisboa, 1991, p. 49; António Lopes, Eduardo Frutuoso, Paulo Guinote, "O movimento da Carreira da Índia

six carracks in 1600 caused the price of pepper in Lisbon, which had been 2,42 guilders per kilogram in the 1580's,¹² to fall to 1,75 guilders per kilogram. In the course of 1607 three carracks arrived with a total pepper cargo of 500,000 kilograms, which caused the price to drop further to 1,65 guilders per kilogram.¹³

In the Netherlands, in the period 1603-1604, the fleet of Heemskerck delivered some 700,000 kilograms of pepper, and the asking price was still 2,31 guilders per kilogram.¹⁴ In 1607, in response to the lower price in Lisbon, the price in Amsterdam was lowered by almost twenty percent to 1,89 guilders per kilogram. In 1610 a large part of the pepper brought back by the fleet of Van Warwijck, which had returned in the years 1604-1607, was still stored in the warehouse. It was offered against a price that was another twenty percent lower, 1,44 guilders per kilogram, payable after 15 months.¹⁵

Clearly, the European markets had insufficient demand to absorb the quantities of pepper and Moluccan spices imported via Alexandria and through Lisbon, Amsterdam and London.¹⁶ In the Dutch Republic, the first ones to suffer were the VOC shareholders. Their first dividend in 1610 was paid in the form of mace and pepper, in 1611 there was no dividend at all and in 1612 it was paid in the form of nutmeg. By the end of that year three hundred participants had sold their shares.¹⁷ Obviously something had to be done about the supply and demand situation in Asia and Europe. One VOC strategy was to come to an agreement with the English Indian Company on cooperation in warfare and in product

nos sécs. XVI-XVIII. Revisão e propostas" in *Mare Liberum* 4 (1992), pp. 187-265 en T. Bentley Duncan, "Navigation between Portugal and Asia in the sixteenth and seventeenth centuries" in E. J. van Kley and C. K. Pullapilly (eds.), *Asia and the West. Encounters and exchanges from the age of exploration*, Notre Dame, Indiana, 1986, pp. 3-25. The VOC data have been borrowed from J. R. Bruijn, F. S. Gaastra, I. Schöffer, *Dutch-Asiatic shipping in the 17th and 18th centuries*, vol. 1, The Hague, 1987, pp. 163-164, 174, 177. For a good overview of the data of V. Magalhães Godinho and of J. R. Bruijn, F. S. Gaastra and I. Schöffer, see J. R. Bruijn, F. S. Gaastra, *Ships, sailors and spices. East India Companies and their shipping in the 16th, 17th and 18th century*, Amsterdam, 1993. Data on Portuguese tonnages have to be used with great care, but nevertheless they give a reasonable picture of the history of the Portuguese navigation to India in comparison with the VOC.

¹² In Portugal the prices of spices were mainly given in *cruzados per quintal*, in the Netherlands in Flemish *groten* per pound. To make easy comparison possible, these prices have been converted on the basis of the silver content of the coins at that time into Dutch guilders per kilogram.

¹³ Vitorino Magalhães Godinho, "Finanças públicas e estrutura do Estado" in Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, 1981, pp. 37-38; Gemeente Archief Amsterdam Not. Archief 107, fls. 226v-228.

¹⁴ P. van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge...*, I, 1, The Hague, 1927, p. 147.

¹⁵ P. van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge...*, I, II, pp. 148-149.

¹⁶ Ernst van Veen, "VOC Strategies in the Far East (1605-1640)" in *Bulletin of Portuguese/Japanese Studies*, 3 (2001), p. 90.

¹⁷ H. den Haan, *Moedernegotie...*, p. 122.

sharing. Another, to flood the Mediterranean markets with spices against such a low price or favourable payment conditions, that it would stop the European competition and the overland supply of these products via Alexandria.¹⁸

Another problem the Dutch encountered, in the Moluccan islands as well as in Banten, was that the value of the silver they brought from Europe, depended on the supply and demand situation for this metal, whereas the Asian and Portuguese competitors were able to barter with the highly regarded Indian textiles from Gujarat and Coromandel. As they became aware of this, the Dutch began to talk about Coromandel as being the 'left arm' of the Moluccas. Their attempts to set foot in Pulicat were initially thwarted by the Portuguese private merchants of São Thomé de Meliapur, the *Estado* and the local governor, but by diplomatic manoeuvring at the court of the *nayak*, around 1615 the Dutch were able to firmly establish themselves in a new fort in Pulicat and in two additional factories in Teganapatam and Petapuli. From here and Masulipatnam they could make their first steps into the intra-Asian trade,¹⁹ and, attracted by the slave trade, in the 1620s the first Dutch ships appeared in Arakan. As we shall see hereafter, in the 1630s the VOC was allowed to establish its first factory in Bengal.²⁰

War as a Business

For the VOC directors the monopoly or monopsony on Moluccan spices had become an obsession and monopolistic endeavour, if necessary by the use of force, the cornerstone in the VOC strategic thinking. The directors of the VOC were therefore not at all in favour of the Twelve years' Truce (1609-1621). Quite the contrary, in 1608 a special order was sent to Admiral Verhoeff: 'the islands of Banda and the Moluccas is the principle target we are aiming for, either by treaty or force, they have to be in our possession before 1 September 1609'.²¹ However, under the circumstances, without continued support from the States-General this was a difficult target. So, as soon as the war in Europe had come to a standstill, the VOC directors began to pay regular visits to the States-General to complain about the Portuguese who did not seem to adhere to the Truce, about

¹⁸ Jonathan I. Israel, "The Phases of the Dutch Straetvaart, 1590-1713. A Chapter in the Economic history of the Mediterranean" in Pieter Emmer, Femme Gaastra (eds.), *The organisation of interoceanic trade in European Expansion, 1450-1800*, Variorum, Aldershot, 1996, pp. 157-186.

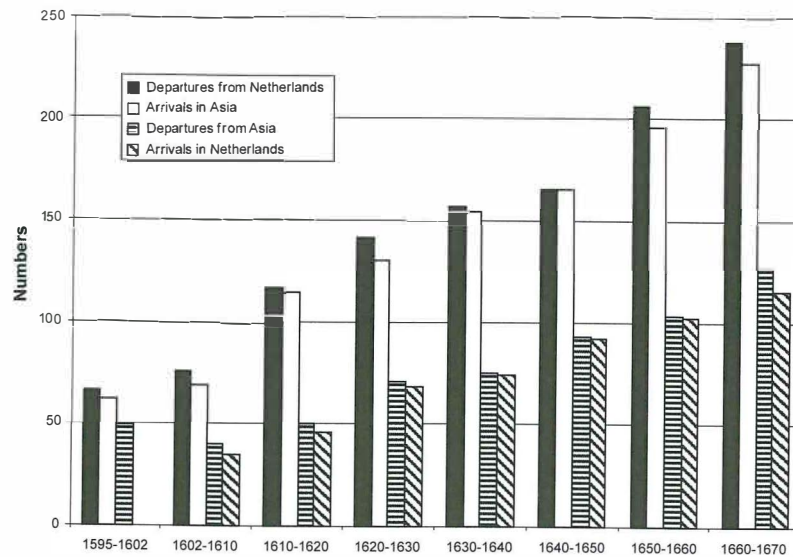
¹⁹ Sanjay Subrahmanyam, *The political economy of commerce. Southern India 1500-1650*, Cambridge 1990, pp. 166-173, 206-218, 314-322.

²⁰ Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected History; From the Tagus to the Ganges*, New Delhi, 2005, p. 208.

²¹ H. T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen; Bescheiden omtrent zijn bedrijf in Indië*, The Hague, 1919-1934, vol. VII, p. 37.

Spanish attacks on the Moluccas and other Spanish aggression.²² The VOC shipping data confirm that their continued insistence on more ships and more money met with success.

Graph 2. VOC, numbers of ships



In the years 1602-1610 the number of ships that left for the Indies amounted to 76, of which 35 returned in the Netherlands. In the period 1610-1620 these numbers amounted to 117 and 46 and during the next decade (1620-1630) they were 141 and 68 respectively. In 1610 the Company possessed seven fortresses, nine ships, six hundred soldiers and five hundred sailors in Asia. In 1623 these numbers had increased to twenty-one fortresses, more than one hundred ships and about two thousand civil and military personnel.²³ So, apart from the few losses and the replacement of old vessels, over the years a considerable built-up of maritime and military power was taking place.²⁴ This process was greatly enhanced by the discovery in 1611 of a new route to the Indies: from Cape of Good Hope in a southerly direction to 35-40 degrees latitude, then continuing in an easterly direction until pilots thought to have reached the meridian of the Sunda Straits and from there in a northerly direction. It went through a colder and therefore healthier climate and shortened the duration of the voyage.

²² *Resolutiën der Staten Generaal Nieuwe Reeks van 1610 tot 1624*, The Hague, 1971-1989, vol. 1, pp. 254, 350, 694, 701, 703. See also H. den Haan, *Moedernegotie...*, p. 119.

²³ P. van Dam, F. W. Stapel (ed.), *Beschrijvinge...*, pp. 1, 2, 525-526 and H. T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen...*, vol. IV, pp. 577-601.

²⁴ Kees Zandvliet, "Vestingbouw in de Oost" in Gerrit Knaap, Ger Teitler, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie*, pp. 151-180.

As we will see hereafter, the maritime strength was used mainly in confrontations with the Spaniards around the Philippines and the Moluccan islands, in privateering and blockades of Goa and to participate in the intra-Asian trade.

Included in the numbers mentioned above was a VOC war fleet, which arrived in the Indies in 1613. More or less simultaneously the Spanish, keeping themselves well informed, were sending two galleons and six caravels to the Philippines via the *Carreira da Índia* to support Don Juan de Silva who was preparing the largest armada ever in Manila of sixteen big galleons for an attack on Banten and the Dutch positions on Banda, Amboina and Ternate. However, because he met considerable administrative opposition to his plans, De Silva could only leave in February 1616. So when in October 1615 Steven van der Haghen brought his part of the war fleet from Banten to Malacca, De Silva had not arrived yet and when he arrived Van der Haghen had already left for the Moluccas. In the meantime Joris van Spilbergen had been sailing around the Strait of Magellan and along the West coast of South America with the intention to do as much damage as possible to the Spanish and to meet De Silva's fleet in Manila, but when he arrived there he was informed that De Silva had already left for the Moluccas. After De Silva finally arrived in Malacca he caught dysentery and died. His fleet returned to Manila. So, what was probably going to be 'the mother of all sea battles' in Asia became a total non-event. The situation just described was rather typical for the sea warfare and privateering activities in those days. Due to non-existence of direct communication, delays in arrivals, too early departures and wrong decisions, many opportunities were missed.²⁵

One of the strategies could have been the interruption of the flow of Asian products to Lisbon, but as already demonstrated above, as far as the *Carreira da Índia* was concerned, the effectiveness of war at sea was very limited. A blockade of Lisbon was only possible with a strong fleet; Goa had the disadvantage that, until 1636, there was no refreshment station nearby and when they passed St. Helena the Dutch captains were not keen on risking their cargoes. Mozambique channel offered the best chances, but waiting for the Portuguese carracks to appear took a lot of patience. As we have seen above, between 1602 and 1609 the first four VOC fleets were not able to capture or destroy more than four ships of the *Carreira da Índia*.

During the years 1621-1623 something like thirty Dutch ships were engaged in blockades and privateering activities, in co-operation with the English Indian Company. Besides the Philippines their target was Goa and the Indian Ocean, where they used Surat as a refreshment station. According to the Dutch reports, their blockade of Goa from December 1622 until April 1623 delayed the departure of seven ships of the *Carreira* return fleet,²⁶ but according to Portuguese

²⁵ E. van Veen, *Decay or Defeat?...*, pp. 188-190.

²⁶ Rijksarchief, The Hague (RA), VOC inv.1078 fo.1-3, 8, 396-400; inv. 1076, fl. 288.

sources six of those were in bad condition or without rigging, so that they could not sail anyway.²⁷ Their greatest success was the disaster inflicted upon the Portuguese fleet with the re-appointed viceroy Francisco da Gama and 200,000 *cruzados* on board near the coast of Mozambique in July 1622. Three of his ships and the greater part of the silver were lost.²⁸ In later years it was only occasionally that *Carreira* vessels were taken.²⁹

Privateering was most successful against the Portuguese trade via Macassar, the Chinese trade with the Philippines and against other Portuguese and indigenous shipments South and East of the Indian continent. During the first twenty years between one hundred and fifty and two hundred prizes were taken. The estimated total gross revenue at the auctions was 10-20 million guilders, but this did not take in account the costs and losses of the ships and their crews and the percentages to be paid to the State, His Excellency the Prince and the officers and their crews.³⁰

Towards the end of the charter and the Truce (1621) the total assets of the VOC were valued at almost 6,5 million guilders, but its debt amounted to 8 million guilders. Whereas Amsterdam merchants with a good reputation normally paid 3 to 4½ percent interest on their debts, the VOC had to pay 6¼ percent.³¹ The participants were generally of the opinion that the VOC charter should not be renewed; they wanted to distribute the cloves amongst themselves and have their money back. However, the directors did not want to give up, no doubt out of personal interest, and so, as they said 'in view of the obligations towards the Indians, the costs made so far and the fact that the enemy would use the forts left behind' they requested another round of subsidies.

Politics and Business Strategy

Except for the interest it took in defending the Portuguese positions on the Coromandel coast, so far the *Estado da Índia* has been hardly mentioned because, after the first four fleets, for a long time the Dutch aggression was not directed against the *Estado* itself. So, let us now turn to the Indian Ocean. In South East Asia, the Far East and the East Coast of India the Dutch were the main European competitor of the indigenous and private Portuguese trade. However, along the West coast of India and in Iran it was initially the English

²⁷ A. Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 122-123.

²⁸ E. van Veen, *Decay or Defeat?*..., p. 76 note 79; *ibidem*, pp. 80-81; A. Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 101-104, 110-117.

²⁹ P. Guinote *et al.*, *Naufregios...*, pp. 248-258.

³⁰ Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst van de Republiek. Handel en strijd in de Scheldedelta c.1550-1621*, Leiden, 1996, pp. 212-213.

³¹ Om Prakash, *Precious Metals and Commerce. The East India Company in the Indian Ocean Trade*, Aldershot/Hampshire, Variorum, 1994, vol. I, p. 191.

India Company that took the lead, developing diplomatic channels to the courts and seeking permission to set up trading posts. Notwithstanding Portuguese resistance, in 1612 Shah Jehangir allowed the English to set up a factory in Surat, the most important port of the Mughal empire and the largest coastal city along the western coast of India. Thanks to the diplomatic efforts of Sir Thomas Roe, by 1617 they received official permission to establish factories in several other places. A year later, the Dutch also received permission to trade with a *firman* from prince sultan Khurram, the future Shah Jahan, who was no great friend of the Portuguese.³² As mentioned earlier, the Basin of Suali near Surat became the basis for the individual and combined English and Dutch fleets privateering against Portuguese vessels near Hormuz and along the coast of India and for the first blockade of Goa. Surat itself became one of the nodal points in the intra-Asian trade of the VOC, exporting cloths and importing spices.³³

In Iran, in 1619 Shah Abbas had made the silk trade a state monopoly and there were rumours that the VOC was planning to establish factories in Isfahan and other Persian cities. Playing the European companies against each other, in late 1621 the Shah got the English India Company to agree to a military alliance against the Portuguese at Hormuz. The loss of Hormuz in 1622 was a considerable blow to the *Estado da Índia* – at that time its revenues represented more than 18 percent of the total, the expenditures a little more than 12 percent.³⁴ Afterwards, in 1627, Shah Abbas signed a contract with the VOC. For both companies the Persian silk trade became a disappointment, the Shah required either cash or firearms and canon in payment for his silk, and for Iran the overland route to the West organised by the Armenians, remained more attractive than the Gulf.³⁵

Bengal was another area where English diplomacy prevailed. The Moghul attack on Hughli in 1632 caused a serious setback for both the *Estado* and the Portuguese private intra-Asian trade. The Dutch were keen to take over, but their efforts were undermined by the English competitors. They had to wait four years to obtain the official *firman* from the Great Moghul for free passage and free trade in Bengal. However, because of the hostility of the local merchants and authorities, they moved their factory very soon to Pipli in Orissa.³⁶

³² RA 1.04.02 inv. 1072, fls. 215-216; inv. 1070, fls. 445-451; inv. 1068, fl. 438.

³³ O. Prakash, *Precious Metals...*, vol. II, pp. 107-126.

³⁴ Artur Teodoro de Matos, "A situação financeira do Estado da Índia na período Filipino (1581-1635)" in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, 1994, pp. 61-81; A. R. Disney, *Twilight of the pepper empire. Portuguese trade in Southwest India in the early seventeenth century*, Cambridge Mass./London, 1978, pp. 54-55.

³⁵ Andrew J. Newman, *Safavid Iran. Rebirth of a Persian Empire*, London/New York, 2006, pp. 61-63.

³⁶ Om Prakash, "The Dutch East India Company in Bengal: Trade Privileges and Problems, 1633-1712" in *Precious Metals...*, vol. III, pp. 258-267.

The Empire Builders

When Matelieff returned to the Netherlands he had already recommended the establishment of a central *rendezvous* and the appointment of one single commander of all VOC operations in Asia "to bring order and discipline amongst the seafaring officers and merchants". The appointment of a Governor-General and his Council since 1609 and the establishment of a central office in Batavia in 1619 had important side effects. It set in motion some 180 years of regular correspondence, between the various VOC settlements and his office and between his office and the directors in Amsterdam. However, as far as decision making was concerned, the correspondence had the great deficiency that urgent letters could take 7-9 months to reach their destination. Consequently, it was very difficult for the Amsterdam directors to keep the ambitious empire builders amongst their Governors-General under control. The governors, captains or merchants in the VOC hierarchy were people who were used to taking their own decisions and, on the highest level, Governors-General would develop their own strategies. As a result, the instructions coming from Amsterdam and the actions taken in Asia were very often in complete contradiction with each other and, after the event, the directors could not but accept the final outcome.

The most well-known example is Jan Pietersz. Coen. He had very positive ideas about the work ethics of the Chinese and it was his idea to use the crews of the junks captured in the South China sea to populate Batavia and to replace the indigenous population of the Banda islands. As a consequence, the strategy of the VOC directors to attract the Chinese merchants who were trading with Manila towards Batavia failed. He also repeatedly insisted that the VOC itself should take a more active role in the intra-Asian trades and the China-Japan trade was an obvious target. The VOC directors therefore suggested to establish an intermediate trading post on the island of Formosa, but what he had in mind was an attack on Macao. The protest of the directors came too late. When their letter arrived in Batavia the fleet was already well on its way. After a resounding defeat it withdrew to the sandy islands of the Pescadores, but as the Chinese governor did not accept this, it was compelled to move indeed to Taiwan, at that time a peninsula of Formosa. As far as mainland China was concerned, he thought that 'There could be no doubt that we will be allowed to take part in the Chinese trade, either by force, or through mildness, or by connivance or by public concession of the king of China'.³⁷

In fact it took until the early thirties, by making a deal with the Chinese pirate Cheng Chih Lung (Nicolas Iquan) who became the sole supplier to Taiwan, before regular supplies of silk were assured. Already from 1622 the Dutch had

³⁷ H. T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen...*, vol. IV, p. 620; "Points of order and redress of the state of affairs of the Company of the Indies" of November 1623.

managed to import some silk into Japan in exchange for silver, but due to serious disagreements with the *shogun* about Japanese trading rights on Formosa, this trade could only really be brought to life in 1632. Three years later, with the abolition of the *shuin* system, the Dutch could take over the silk trade between Japan and Siam, Quinam and Tonkin. Dutch imports of silk and exports of silver peaked in the years 1638-1640, after the Portuguese had been denied access to Japan.³⁸

During the 1630s the financial results of the VOC were improving. The emphasis of the directors in Amsterdam was now on friendly and decent behaviour towards the Asians, in particular the Chinese, and on ways to economize. Plans for attacks on Diu, Malacca or a blockade of Goa were turned down, because, as they wrote, 'for the company to get involved in more war was inadvisable, inexpedient and costly'. From now on any possible form of aggression had to be directed against the private trade of the Portuguese and Macassarese and against the Spanish in their Kelang settlement on Formosa.³⁹ The Council in Batavia reacted with continuous blockades of the Malacca Straits, directed against Portuguese shipping to and from Macao and Macassar. The Portuguese, after their peace with the English in 1635, counteracted by making use of English ships or by bypassing the Straits altogether, sailing from Macao to Goa via Solor or Timor and south of Java. In the minds of the Council in Batavia an attack on Malacca itself and even a new assault on Macao were again becoming serious options.

In 1636, Antonio van Diemen, the new Governor General, without asking his superiors in Amsterdam, took it upon himself to initiate a new warfare strategy with a siege of Malacca and Ceylon combined with a blockade of Goa. Whereas the Adil Shah of Bijapur, seeking support against the Portuguese *Estado*, allowed the English to set foot in Dabhol, Karwar and Rajapur, the Dutch were allowed a trading post in Vengurla, close to Goa. For many years Vengurla served as a refreshment station for the Dutch fleets and as basis for communication with the VOC spies in Goa.

In May 1638 a combined Dutch-Singhalese army captured Baticaloa and a year later the Dutch took Trincomalee, followed by Negombo and Galle, so that the cinnamon trade fell almost completely into Dutch hands. In May 1640 the largest part of the Dutch fleet in Asia, consisting of eighty-five men of war, was concentrated in the Straits of Malacca, while the troops of Johore lent their assistance on land. The Portuguese surrendered the town after heroic resistance in January 1641.

³⁸ E. van Veen, *VOC Strategies...*, pp. 85-105.

³⁹ P. Mijer, *Verzameling van instructiën, ordonnanciën en reglementen voor de regering van Nederlandsch Indië vastgesteld in de jaren 1609, 1617, 1632, 1650 etc.*, Batavia, 1848, pp. 47-67.

In the mean time, in their letter of 11 September 1640 the Directors in Amsterdam had expressed their disapproval of and discontent with Van Diemen's actions. His response was rather typical: "We cannot wait for orders if we wish to serve the company. Your Honours know why that is so: there is no time for it, the peoples of these countries and their actions are also so variable that, as a result, our decisions and advices seem to contradict each other, ... however we trust, that if Your Honours would see the matters as close as your servants here, and see and feel them, you would have a different opinion and would be satisfied".⁴⁰

The Dutch seasonal blockades of the roadstead of Goa would last until 1644.⁴¹ On 22 September 1641 a Dutch fleet appeared once again before Goa and captured a carrack. The viceroy protested because just eleven days previously Goa had acclaimed Dom João IV as the new king and in his opinion this signified the end of the war. However, the Dutch commander refused to accept a truce without instructions from Batavia. This story repeated itself a year later. Apparently, the Viceroy Da Silva Telles had now received the official message about the truce and had begun to send copies, amongst others to the Dutch governor of Coromandel. He was therefore greatly surprised to see the new blockade fleet appear again. A lengthy correspondence developed between the viceroy and the Dutch commander of the fleet, but the Dutchman did not budge: as far as he was concerned there was no truce as long as he had not received confirmation from Batavia.⁴²

In October 1642, as soon as the High Government in Batavia had received the confirmation from Amsterdam, they proclaimed the Ten Year's Truce between the new Portuguese king and the States-General, but their delaying tactics did not come to an end.⁴³ A year later they created an incident about the partition of the cinnamon gardens at some distance from Galle, declared the truce null and void and took up the blockades of Goa again.⁴⁴ Also the Portuguese ships that wanted to pass through the Malacca Straits were regularly captured, with the result that the Portuguese increasingly made use of English shipping volume. In November 1644 the truce in Asia was once more confirmed. The Portuguese private trade with the Far East was able to continue, but arrangements were made for a toll to be paid by Portuguese ships passing the Malacca Straits and for many years this would remain a sore point for discussion.

⁴⁰ J. de Jonge, *Opkomst...*, pp. 248-254.

⁴¹ René Barendse, "Blockade: Goa and its Surroundings 1638-1654" in E. van Veen, *Rivalry and Conflict...*, pp. 232-266.

⁴² RA, VOC inv. 1144, fls. 171-178, 339-348, VOC inv. 1141, fls. 398-426.

⁴³ Marcus P.M. Vink, "The *Entente Cordiale*. The Dutch East India Company and the Portuguese shipping through the Straits of Malacca 1641-1663" in *Revista de Cultura*, 13/14, Macau, 1991, p. 290.

⁴⁴ George Davison Winius, *The fatal history of Portuguese Ceylon; Transition to Dutch rule*, Cambridge Mass., 1971, pp. 69-83.

A year later history repeated itself, this time with the silk in Persia. Arguing that Isfahan did not honour its obligations and was harassing the Company's traders with heavy tolls, Governor-General Van Diemen and his Council decided to blockade the port of Bandar Abbas and to occupy the island of Khism at the entrance of the Persian Gulf. This time he did not receive the support of the Directors in Amsterdam, quite the contrary. In 1650 they issued a General Instruction indicating the position of the Company *vis-à-vis* the local powers: trade on conditions determined by negotiations rather than military power was to be the basis of the VOC presence on the coasts of the Indian Ocean and the Chinese Sea.⁴⁵

After 1652, the end of the Ten Years' Truce, the beginning of the first Dutch-English war and the rapprochement between João IV and Cromwell, which might result in giving the English Indian Company free access to most of the Portuguese possessions, formed the introduction to the final phase in the Luso-Dutch conflict.

In 1655 Rijckloff van Goens, who was called 'a child of the Company' because as an orphan he had already been working in the Batavia office, visited Holland and expressed his view to the VOC directors, that the Portuguese should be completely chased away from Ceylon. What he really had in mind was to set up Ceylon as an administrative centre for the whole of Persia and India, under his command. Once Jaffna was in Dutch hands, he argued, it would be possible to control the Indian east coast and from Ceylon it would also be possible to stop all traffic to Aceh and through the Malacca Straits. The textile trade could then be concentrated in Orissa in the North and in the most southern part of the Coromandel coast and all other factories along the Coromandel coast could then be closed. Besides, he argued, the conquest of Diu would get rid of Portuguese traffic and would allow a better control on the Muslim trade to Mocca, Persia and Basrah.

The directors in Amsterdam accepted this new strategy and sent him back to the East, where he became the upper commander of his own project. The capture of Diu did not take place because the blockade of Goa was taking too many ships, but the conquest of Ceylon was certainly successful.⁴⁶ Colombo had already been taken in 1656, but in 1658 he could finish the job, capturing Tuticorin, Manar, Jaffna and Nagappattinam. However, the possession of Ceylon now caused a new problem: how to protect it against a Portuguese attack from the coast of Malabar?

⁴⁵ Peter Rietbergen, "Upon a silk thread? Relations between the Safavid court of Persia and the Dutch East Indies Company, 1623-1722" in E. Locher-Scholten and P. J. A. N. Rietbergen (eds.), *Hof en Handel: Aziatische vorsten en de VOC 1620-1720*, Leiden, 2004, pp. 160-182.

⁴⁶ Hugo s'Jacob, "Rijcklof Volckertsz van Goens, 1619-1682, Kind van de Compagnie, diplomaat en krijgsman" in Gerrit Knaap, Ger Teitler, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie tussen oorlog en diplomatie*, Leiden, 2002, pp. 131-149.

In their instruction of 1657 to Rijkloff van Goens the Governor-General and Council in Batavia had already touched upon the possibility of an attack on Malabar, emphasizing that the Dutch should not accept to be pushed away by the English. However, the first VOC expeditions to the Malabar coast: Quilon in 1658, Cochin in 1660 and Cananor in 1661, with the intention to chase the Portuguese away, were a great disappointment because the local rulers were not in the least interested in a Dutch take-over of the Portuguese rights. An alternative would be to bring the local rulers under submission and to set up a new Dutch administration with the necessary military power. But because of the high costs, the Governor-General and Council in Batavia suggested that the Portuguese should be forced to leave the Malabar coast and that their rights and authority should then be delegated to the local rulers. Van Goens objected, he remained optimistic about the final outcome of a military attack and the possibility that both Ceylon and the Malabar coast would yield sufficient revenues to cover the costs of an occupation.

At that very moment Van Goens suddenly received the full support from the Directors in Amsterdam. The province of Holland, in support of its trade relations with Portugal, was pressing to finalize the peace negotiations with this country and the VOC directors had written to Batavia to take action against the Portuguese as long as this was still possible. Besides, they feared, with the marriage between King Charles II and princess Catarina of Portugal the English would get access to most of the Portuguese territories.

The first Dutch conquests were Quilon and Cranganur, but the first siege of Cochin failed. The directors in Amsterdam had suggested that the Portuguese inhabitants might accept a Dutch government if they were offered freedom of religion and were allowed to keep their possessions, but they refused. Van Goens's forecast that the Malabar pepper would come in large volumes and that the pepper monopoly would ensure high profits for the company yielded renewed support for a siege of Cochin, which took almost two months and ended on 7 January 1663 with the surrender of the military and the ruling clan of the Cochin fort. Cannanur followed soon thereafter.⁴⁷ For the *Estado da Índia* it meant the end of a long free fall.

Conclusions

The Dutch actions in Asia were guided by a mixture of business and warfare strategies.

⁴⁷ H. K.'s Jacob (ed.) *De Nederlanders in Kerala 1663-1701. De memories en instructies betreffende het commendement Malabar van de Verenigde Oost-Indische Compagnie*. Rijk's Geschiedkundige Publicaties Kleine Serie Nr. 43, The Hague, 1976; George D. Winus, Marcus P. M. Vink, *The Merchant-Warrior Pacified. The VOC (The Dutch East India Company) and its Changing Political Economy in India*, Delhi, 1991, pp. 28-40.

During the early voyages, financed by various entrepreneurs, profitability was the main objective and already at that time a general business strategy was developed. Rather than trying to control the freight traffic, as the Portuguese did with their royal and concession voyages and their *cartaz* system, the Dutch went directly to the primary sources of supply, i.e. the production areas, and tried by contracts which sometimes stipulated purchase monopolies, to obtain a reliable supply of spices.

With the foundation of the VOC, warfare and privateering against the Iberians became a second, but certainly not less an important, objective. In first instance the Dutch used their fleets to attack Portuguese positions like Mozambique, Malacca and Amboina. This was strongly supported by the States-General of the United Provinces as long as they were at war with the Habsburg monarchy, and even during the Twelve Years' Truce heavy subsidies enabled the VOC to build up a strong military and maritime force which they used against the Spaniards in the Philippines, Chinese shipping on Manila, private Portuguese shipping east of India and in cooperation with the English, for a first blockade of Goa.

Finding their attempts to establish the desired trading contacts and monopolies frustrated, they also waged war against indigenous populations. By 1621 the population of the Banda islands was almost extinguished and it was replaced by Dutch free burghers and Chinese labour. However, after the first conquest of the Amboina fort in 1605 it took until 1647, when the ruler of Macassar was defeated, to get control over the Moluccan spice trade. Access to the cinnamon trade in Galle, initially in cooperation with the King of Kandy, was achieved in 1640, and it took some fifty years of warfare and thereafter thirty years of diplomatic endeavour to acquire free access to the trade in China.⁴⁸ Finally, during the early 1660's the conquest of the Portuguese possessions in Malabar, often against the will of the local rulers, might have been a last possibility to establish a monopoly in the pepper trade but Asian and European competition made this an unrealistic objective.

Striking the balance of the direct Luso-Dutch confrontations in Asia, until 1636 the impact of Dutch aggression on the trade of the *Estado*, the *Carreira da Índia* and the private Portuguese merchants was very limited, whereas the costs of war in Asia and low prices in Europe weighed heavily on the financial results of the Company. However, as from the mid 1620s participation in the intra-Asian trade began to contribute to the total cost of the Dutch enterprise. Quite in contrast with the warfare in South East Asia and against the Chinese, the political shifts in Asia allowed the Dutch merchant-sailors to gain sympathy where the Portuguese had lost it. 'Diplomacy' at the courts of the Shah of Iran, the Moghuls, the Adil Shah of Bijapur, the King of Kandy, the King of Siam and the Japanese *Bakufu* paved the way to doing business. Promises of possible mili-

⁴⁸ E. van Veen, "Dutch Trade and Navigation...", pp. 130-133.

tary support and payment in silver or gold or in the form of spices, iron, copper, military hardware, munitions and luxury items for the local rulers gave access to the markets for cotton textiles, silk, deer hides, ray skins and rice and for a long time Japanese silver, gold and copper were important links in the Dutch intra-Asian trade.

Like every organisation, the VOC had its business minded strategists and its warlike empire builders. Of the people on the spot, Governors-General Jan Pietersz. Coen, António van Diemen and Rijckloff van Goens belonged to the latter category. Coen was the man who founded Batavia (Jakarta) as a Dutch controlled, independent *rendez-vous* and was the initiator of the Dutch trading network in Asia, realized 'either by force or through mildness'. Van Diemen took it upon himself to organize the conquest of Malacca and Van Goens was to a large extent the driving force behind the conquest of the Portuguese establishments along the Malabar coast. Their names will forever be connected with the Dutch expansion in Asia in the form of military presence or trade, although more by connivance than full agreement of their masters in The Netherlands.

From the beginning, the Portuguese, not only the *Estado da India* but in particular the private traders, strongly opposed the Dutch intrusion into 'their' empire. Therefore the answer to the question: 'could the VOC have been successful without its Empire Builders?' has to be: 'probably not'.

EMPIRES: STRATEGIES AND TRADE. THE ORIGIN OF THE IDEAS OF JAN PIETERSZOOM COEN (1587-1629)

JURRIEN VAN GOOR *

On New Year's Day 1614 Jan Pieterszn Coen, chief merchant and book-keeper general of the Dutch East India Company in Banten (Java), sent a long treatise to Gentlemen XVII, the Company's board in Amsterdam.¹ In a broad 'Discourse' he outlined his view of the future Dutch position in Asia and developed a grand strategy for the survival of what was still an uncertain enterprise. With its twenty-four printed pages, it was the longest and by far the most important treatise thus far written by a staff member of the VOC. With its imaginative wealth of ideas, the breadth of vision and suggestive and lively style, Coen's *Discourse* is still the most readable document from the early 17th century if one wishes to understand the evolution of the Dutch strategy in Asia. The importance of the document is not just its lucidity, however, it also derives its significance from the fact that it was Coen's prospectus for his twofold tenure of office (1619-1623 and 1627-1629). As a Governor-general he had the opportunity to work out his ideas and to lay the foundations of the Dutch overseas empire. Today, he is seen in the historical literature as the first to outline the concept of inter-Asian trade and to build up a Dutch trading network between Asian ports. The profits of this inter Asian trade were to pay for the building of the Dutch settlements in Asia, an idea which up to the very last days of the Company would remain the central principle behind its organisation.² But Coen was not the only

* Utrecht University.

¹ Coens "Discoers van 1 Januari 1614" is published in Dr. H. T. Colenbrander, *Jan Pietersz. Coen Levensbeschrijving*, 's-Gravenhage, 1934, pp. 451-474.

² Especially in the 17th century this idea proved to be a success.

company servant to record his plans for the organisation of the Asian establishment: it is therefore possible to identify specifically Coen's ideas and to compare them with those of his contemporaries.

With reference to the Eighty years war (1568-1648) and its fundamental impact on Dutch-Iberian relations, particular attention will be paid below to the 'Truce years' (1609-1621) during which, in contradistinction to the European scene, the war in Asia continued unabated. Attention will also be paid to the origins of Coen's ideas, to Iberian examples and to the outcome of his ideas.

When Coen accepted the high office of Governor General he did not have to start from scratch. The Dutch had been sailing to the East from 1595 onward and had founded the East India Company in 1602. Nevertheless, in 1619 the organisation of the VOC (Dutch East India Company) still lacked stability. Apart from several forts in the Eastern archipelago the Company still had no headquarters of its own. A centre of operations, or *rendezvous*, had long been desirable, but until then no one had succeeded in securing a place for a permanent settlement around the Sunda Straits.³ At the time of his nomination to high office, Coen was no outsider to the Asian trade, for apart from a short stay in the Netherlands he had spent most of his life from 1608 onward in the Indies, mainly in the Moluccas and Banten. He was a highly trained man; after his primary education in Hoorn (Holland) he learned Italian bookkeeping and the finer tricks of the trade in Rome, where he lived for more than six years. Between 1600 and 1607, he lived as an apprentice with the De Visscher/Pescatore family, who were prominent Catholic Flemish Italianised bankers and merchants. Returning to his native city, Coen took service with the VOC as a junior merchant on the ship Hoorn. This ship from his native town was one of the thirteen heavily armed merchantmen of the fleet of Admiral Pieter Verhoeff, which was sent out in 1607 to consolidate the Dutch position in the East. Verhoeff was ordered to harass the Portuguese fleet, attack Mozambique and Goa and to try to conquer Malaca; he was to strengthen the Dutch factories in the Moluccas and Spice Islands and to establish a central *rendez-vous*. Hostilities should be limited to the Iberians, while Asians were to be shown all possible friendship and defended against the 'common and cruel enemy'. Thus would the intentions of the Dutch nation be clearly demonstrated: to fight its enemies and protect its friends – all in the hope of procuring free trade.⁴

The voyage of Verhoeff's fleet coincided with an important moment in the life of the Dutch Republic: King Philip III of Spain and the Dutch provinces on revolt were negotiating a cessation of the hostilities. One of the most diffi-

³ Ernst van Veen, *Decay or Defeat An inquiry into the Portuguese Decline in Asia 1580-1645*, Leiden 2000, pp. 170, 171.

⁴ Margot van Opstall, *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië 1607-1612*, 's-Gravenhage 1972, Instruction, pp. 182-190.

cult points for the Spanish king to accept was the Dutch trade with Asia and the Americas. Although it proved impossible to agree on a full peace treaty, the warring parties nonetheless accepted a temporary truce on the basis of the *status quo* in both Europe and Asia.⁵ In order to gain maximum advantage from the terms of this truce, the board of the VOC, with the support of the government of the Republic, was anxious to consolidate its overseas position. Gentlemen XVII, the directors of the VOC, tried to expand Dutch possessions by making new contracts with local rulers in Asia and by a series of attacks on the Portuguese and Spanish strongholds. Time was short, since hostilities in Asia were supposed to cease a year after the signing of the Truce. Although the peace held remarkably well in Europe, the battle in Asian waters continued almost without interruption.

During a first trip to Asia that lasted from 1607 to 1610, Coen was a close witness to the Dutch-Iberian rivalry. He was present at the Dutch attacks on Mozambique in 1608, sailed along the Indian coasts past Goa and Cochin and took part in the chase of Portuguese ships. He then passed through the Malaca Straits where an attack was made upon Malaca, he visited Java and subsequently spent almost a year at Banda Neira in the eastern part of the Indonesian archipelago. Part of Verhoeff's fleet went to the Moluccas to fight the Spaniards. During Coen's stay on Banda, negotiations over the building of a Dutch fort there erupted into an open conflict during which angry Bandanese ambushed and killed admiral Verhoeff with forty of his men. The Dutch response was to conquer the island and build fort Nassau. On his return home, Coen reported in person to Gentlemen XVII, the board of the VOC who, evidently impressed by his knowledge and insights, forwarded the information to the famous lawyer Hugo Grotius.⁶ Grotius on turn used it for his defence of the VOC's position in the Spice Islands against the claims of the English.⁷ Although little is known about Coen's further activities in the Netherlands, one can safely assume that he sought support among the Amsterdam directors of the VOC. Being an ambitious young man, Coen sided with the influential group of shareholders who were in favour of prolonging the war with Spain and who were also strictly protestant.⁸

Coen's evident qualities and his lobbying bore fruit; in 1612, when he was twenty five, the Amsterdam directors made him chief merchant and commander of a squadron of two ships. Once more in the East, his ability marked him out and within a year Coen found himself selected by Governor-general Pieter Both as the man to organise the rather loose administration. In November 1613 Coen

⁵ J. den Tex, *Johan van Oldenbarnevelt*; Paul C. Allen, *Philip III and the Pax Hispanica, 1598-1621. The Failure of the Grand Strategy*, New Haven & London, 2000, pp. 203-237.

⁶ Nationaal Archief, The Hague, Grotius Archief, Supplement I, no. 40, fls. 236-238.

⁷ Martine Julia van Ittersum, *Profit and Principle Hugo Grotius, Natural Rights Theories and the Rise of Dutch Power in the East Indies (1595-1615)*, Leiden/Boston, 2006, pp. 359-480.

⁸ Jurrien van Goor, *Prelude to Colonialism The Dutch in Asia*, Hilversum, 2004, pp. 67-83.

was nominated Director-General over all the factories and ships in Asia and head of the Dutch factories in Banten and Jacatra in West Java. In this new function he made good use of his earlier administrative training; but he was not just a keen bookkeeper and good organiser, he was also a man of quick wits with sharp insight who knew how to impress his superiors in writing.

In Banten, only a few months after his appointment, Coen wrote his remarkable treatise in which he outlined a grand strategy for the VOC, in which he explained to Gentlemen XXVII how trade in Asia worked and what the Dutch should do in order to enhance their position and outwit their Spanish, Portuguese and English rivals. The significance of this treatise is not limited to its strategic recommendations; but also provides fascinating insights into the education and ideas of the founder of Batavia.

The development of the Dutch strategy before Coen

Those first Dutch overseas exploits did not set out aggressively: trade was the main objective for those Hollanders sailing to Asia in the late sixteenth century. Skippers were instructed only to defend themselves, but not to make war actively. On the basis of the information provided by Jan Huygen van Linschoten it was decided to circumvent the main centres of Portuguese power in India. The Dutch chose to sail directly to Java and the Spice Islands in the eastern part of the archipelago. Friendly as well as unfriendly encounters with Portuguese and Spaniards followed, but the essentially defensive policy was only abandoned after the foundation of the VOC in 1602. From then on war and trade were intimately connected.

In contemporary public opinion the Dutch East India Company (VOC) was an instant success. In fact, the English had a head start of two years. London merchants had founded a company of their own in 1600 – on the basis of a mere rumour of the Dutch profits from the Asian trade⁹ in order to forestall competition from the Dutch, who only established their own East India Company – the VOC – in 1602. Indeed, it required a great deal of negotiation before all the overseas traders of Holland and Zeeland could be persuaded to join forces and found a monopoly organisation allowed to trade east of the Cape of Good Hope. However, compared with the English institution the Dutch had distinct advantages that were to become evident in the long run, the most obvious differences being the continuity in the Dutch organisation, due to the introduction of permanent shares, and the political rights that the Estates General allowed them. In its trading area the Dutch company was permitted to enter into political agreements with local rulers, muster troops, build forts, wage war and make peace – all in the name of the Dutch State.

⁹ Philip Lawson, *The East India Company A History*, London and New York, 1994, pp. 16, 17.

Behind the establishment of the monopoly one discerns very different interests at work. On the one hand, the primary incentive for traders was the opportunity to reduce competition; whereas politicians Johan Van Oldenbarnevelt, the Grand Pensionary of Holland and leading statesman in the Dutch Republic, saw in this organisation the opportunity to extend the war overseas. To defray the extra costs of the war in Asia, the States General paid subsidies to the Company on a regular basis. Indeed, what made the VOC so formidable was the combination of permanent capital, political rights and maritime power. Whereas the English company paid out its profits after every voyage, the Dutch charter stipulated that the Directors had to pay the shareholders a dividend only after a ten year period. In this way, capital was accumulated, enabling the Company to build up a lasting organisation; the subsidies from the States General for the war with Spain and Portugal added to the VOC's solvability and military might.

The first fleet sent to Asia by the new VOC in 1603 was heavily armed with instructions to 'do all offence to Spaniards, Portuguese and their allies', the pretext being the 'violent means used by the Spanish king' to keep the Dutch from trading in the East Indies.¹⁰ These warlike plans did not meet with everybody's approval, however. Not all the sailors were willing to fight on land. Moreover, the ten-year term during which no dividends would be paid, gave unsatisfied shareholders reason to complain that their money was being wasted in military adventures. Some of them sold their shares and tried their luck elsewhere, even helping other nations to set up monopoly companies to trade with Asia. In France a dissatisfied Dutchman and former shareholder of the VOC talked the French king Henry IV into trying to organise a French Company in 1606. Another French endeavour, again with the involvement of many Dutchmen, followed ten years later, while the Danish king followed suit in 1616, also enlisting Dutch officials and adopting the formal structure of the Dutch company.¹¹ After the Twelfth Years Truce the Portuguese tried to establish a company within the area of the *Estado da India* as a response to Dutch competition.¹² But of all these ventures only the Dutch and the English ones proved successful; the others went bankrupt within a short time.

It was not so much the evident success of these companies that led the French, Danes and Portuguese to emulate the Dutch example, it was more the idea itself: the idea that a new model had to be introduced in order to reap the full

¹⁰ J. K. J. de Jonge (ed.), *De opkomst van het Nederlandsch gezag in Oost-Indië*. The Hague, 1862-1909, vol. III, p. 147, Instructie voor den admiraal Steven v. d. Hagen.

¹¹ George Masselman, *The Cradle of Colonialism*, New Haven & London, 1963, pp. 172-179; Philippe Haudrère – Gérard de Bouëdec, *Les Compagnies des Indes*, Rennes, 1999, pp. 6-8; Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600-1800*, Minneapolis, 1976, pp. 201, 202.

¹² Stephan Diller, *Die Dänen in Indien, Südostasien und China (1620-1845)*, Wiesbaden, 1999, p. 18; A. R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Massachusetts and London, England, 1978, pp. 69, 70.

benefits of the Asian trade. Undoubtedly, their readiness to adopt the company model must have been enhanced by the vision of the 'Dutch miracle' – the rapid economic, financial and political rise of the Dutch Republic as a new power in Europe. Indeed, notwithstanding the war with Spain, Holland and Zeeland succeeded in establishing a strong state capable of withstanding the attacks of its much larger and richer enemy.¹³ As a Dutch author wrote at the end of the Eighty Years War, by way of explanation and also with justified satisfaction: 'At all times it is found that wars and anxieties that afflict lands and cities through their manifold sins, sharpen the minds of the people'.¹⁴ In his view, the Republic's success was a sign of God's blessing.

It is a remarkable aspect of the Dutch revolt against their Spanish overlord Philip II and his successors that it coincided with an enormous growth of trade and shipping in the harbour towns of Holland and Zeeland. Dutch skippers and merchants opened up previously unknown markets and destinations; ten years after the first Dutchman sailed through the Straits of Gibraltar he had been followed by hundreds of ships of his fellow countrymen. Shipping and ship – building multiplied; the population growth of Amsterdam and other cities forced the city magistrates to extend the city walls several times. All these visible tokens of welfare that the war brought to the Republic and the growing presence of Dutch ships in European waters, made their competitors deeply aware of the Dutch potential. Kings Philip I and II of Portugal and Spain tried several times to curb the influence of these 'rebels' by barring the Iberian ports for Dutch ships. To no avail, however; indeed contemporary Dutch authors considered the Spanish ban a blessing in disguise as it forced the Dutch to look for a direct route to Asia.¹⁵ After an initial setback the Dutch succeeded in finding other ways to get the spices and tropical wares that they had hitherto bought in southern Europe.

From the outset the Dutch ventures in the South Atlantic and the Asian seas were followed with great interest in Lisbon and Madrid. When in 1595 reports from the Netherlands reached Lisbon that a fleet was prepared to reconnoitre the route to Asia, immediately, and without consulting Madrid, word was sent to the viceroy in Goa to make sure that the Dutch would never return home.¹⁶ The effort failed, however, and new measures were demanded. Soon after the first arrival of the four vessels of Houtman and De Keiser in Banten in Java in 1596, a royal letter was sent to the rajas and sultans in the Malaca Straits warning them not to

¹³ The classic work on the rise of the Dutch Republic is R. Fruin, *Tien jaren uit den Tachtigjarigen oorlog 1588-1598*, 7 ed., 's-Gravenhage, 1899. On the 'Dutch miracle' also see Maarten Prak, *Gouden Eeuw Het raadsel van de Republiek*, Nijmegen, 2002.

¹⁴ 'Inleydinghe', in *Begin ende Voortgangh van de Vereenighde Nederlantsche Geoctroyeerde Oost-Indische Compagnie*, 1646, vol. I, p. 1.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ A. R. Disney, *Twilight...*, p. 63.

do business with the newcomers.¹⁷ The advice was diplomatically couched in the announcement that the viceroy in Goa had been ordered to castigate the Dutch for their insolence to trade in Java *and* also to punish those who received them in their harbours. Two years later, in another letter to the viceroy, Philip III referred to the war against the rebels from Holland as more important than any other business.¹⁸ In the following years, regularly royal decrees ordering the viceroy to strengthen the forts and prepare soldiers for the defence show that the Dutch threat was taken very seriously.¹⁹ Regular reports from the Netherlands kept the king well informed on the number and types of ships being built and equipped by his rebellious subjects.²⁰ The warnings against the rebels are stated in general terms: no mention is made of the way they were organised. In 1602 it was still too early to be aware of the possibility of a new Dutch model of trade with Asia; what concerned the Spaniards were the great number of ships fitted out by these 'rebels'.

In the first charter of the VOC, not much is said of the organisation of its trade in Asia, the most important regulation being the monopoly to trade east of the Cape of Good Hope and through the Magellan Straits. The Company was allowed to make contracts with Princes and Potentates in the name of the States General, to build a few fortresses and safe places and to place governors, soldiers and officials there 'for the conservation of the said places, the maintenance of order, government and justice, all for the advancement of trade'. The use of violence was permitted in specific circumstances. Should the Company be maltreated or deceived, the staff were free to take whatever measures they thought necessary. In the absence of a judiciary the staff were free to take the law into their own hands. The only allusion to the war with Spain is found in the article on the division of booty in the case that Portuguese or Spanish ships were taken.²¹ The Company founders wanted to trade in Asia and, if necessary, were willing to use force in the event of encounters with enemies or should their men be maltreated. There was no talk of settlements or colonies in the charter, or of using force to establish them. Only the possibility of setting up factories and forts is mentioned. In Europe a factory was a group of merchants from one country who had specific privileges in the foreign town or country they had settled in. These rights mostly concerned import and export duties, jurisdiction, a special

¹⁷ Paulo Jorge de Sousa Pinto, *Portugueses e Malaios Malaca e os Sultanatos de Johor e Achém 1575-1619*, Lisboa, 1997. Documento 11, Lisboa 4-3-1600, p. 284.

¹⁸ *Ibidem*, p. 285.

¹⁹ Raymundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livros de Monções*, Lisboa, MCMLXXX-ff), vol. I, II, III, passim.

²⁰ The archives in Simancas, Archivo General de Simancas, contain several reports from spies in the Netherlands describing the preparations of the fleets for Asia; e.g. see *Estado* 626, 627, 628.

²¹ Cf. the text of the charter in Menno Witteveen, *Een onderneming van landsbelang De oprichting van de Verenigde Oost-Indische Compagnie in 1602*, Amsterdam, 2002, pp. 81-97.

house and shipyard facilities. The foreigners lived under the special protection of the lord of the land.²² In Asian ports the situation was more or less comparable.

It can thus be inferred from the regulations governing the establishment of forts that initially, at least, there was no primary aim for the VOC to develop from a trading concern into a political power with settlements and colonies in maritime Asia. The founding fathers seem to have had no idea of the long-term consequences of their enterprise. Nevertheless, given the local conditions in Asia and the war with Spain, colonisation was unavoidable.²³ Within twenty years of its foundation, the VOC possessed a string of forts and settlements in the Moluccas and had conquered Fort Victoria on Amboina and a place on Java to found its headquarters, Batavia. In order to understand the paradox of a trading company that became a political power in South – East Asian waters, one needs to follow the development of the idea of a central rendezvous. The following analysis is based on the writings, discourses and pamphlets of contemporaries who had served the VOC in Asia. Foremost among them is Coen, the forth governor general (r. 1619-1623; 1627-1629) who in 1619 subdued Jakarta and founded Batavia.

Dutch trade in Asia before Coen

In order to trade with Asia, the VOC necessarily had to take on the armed struggle against the Iberians. During the first decades of the Company's existence this dual purpose proved problematic and without state support by way of large subsidies in cash and military equipment the business would have found it difficult to survive. Heavily armed fleets of merchantmen were sent out accompanied by men of war, returning home after three or more years where their tropical wares were sold. It was often difficult to maintain cohesion between the fleets and within the fleets. Not only did sea and weather conditions make communication difficult; once a fleet had rounded the Cape of Good Hope it was often divided into smaller squadrons, all of which had a specific destination and objective. Once their obligation had been fulfilled the ships would then reassemble for the voyage home. During the voyage the merchants on board the

²² Cf. John Everaert, 'De Portugese factorijen in Vlaanderen' in *Feitorias Kunst in Portugal ten tijde van de grote ontdekkingen (einde 14^e eeuw tot 1548)*, Antwerpen, 1991, pp. 42-53; Bailey W. Diffie and George D. Winius, *Foundations of the Portuguese Empire 1415-1580*, Minneapolis, 1977, pp. 313-320.

²³ Jurrien van Goor, 'A Hybrid State: the Dutch Political and Economic Network in Asia' in Claude Guillot, Denys Lombard and Roderich Ptak, *From the Mediterranean to the China Sea: Miscellaneous Notes*, Wiesbaden, 1998, pp. 193-215; cf. Joaquim Romero Magalhães, 'Os limites da Expansão Asiática' in Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri (ed.), *História da Expansão Portuguesa. Do Índico ao Atlântico*, Lisboa, 1998, pp. 8-28, p. 16.

ships were responsible for trading activities, while the implementation of the general guidelines of XVII was left to the admirals and skippers, who were often alone with their council members to decide what was best. In as far as there was a *grand strategy* in the beginning, instructions were vague, while their execution depended upon the leaders of the fleet, who were only temporarily in Asia and had difficulties in communicating either with XVII or with the other Dutchmen in Asia. The lack of any central *rendezvous* meant that communication between the separate units remained slow at best, and sometimes non-existent. Between 1602 and 1610 only the beginning of a formal organisation was built up in Asia. In 1603 Gentlemen XVII only ordered the admiral Steven van der Hagen to post agents and some staff in Patani and Banten; if he saw fit he was free to do the same in the ports of Macassar and Bali.²⁴ The admiral was also asked to prepare an ambassadorial mission to China to request free access for the VOC.

One gets a clear idea of the level of knowledge in the Netherlands on Asian from a memoir that was attached to Van der Hagen's instruction.²⁵ The author of this paper, Stalpaert van der Wielen had been an agent on Banda Neira between 1599 and 1602. The memoir makes clear that the Dutch still had a great deal to learn about Asian manners and trade. The same conclusion can be drawn from the diary of the chief merchant Hendrik Jansz Craen, who sailed with Van der Hagen²⁶ and recorded everything he found noteworthy in the East Indies, mainly observations of local customs and religion. Macassar and Bali, which had been recommended in 1603, subsequently proved to be of little interest to the Company. (Only the recent conversion of Macassar's ruler to Islam was seen as an advantage: one admiral expected it to be easier to make the sultan Christian. An illusion.)

Van der Wielen evaluated the situation from the perspective of the trade in pepper and fine spices. From the west coast of India to the Moluccas the important ports are described in terms of the goods that were useful in buying spices. Indian textiles and opium could be bartered against nutmegs and cloves in the Moluccas. Equally important in the evaluation of port cities was their position in relation to the Portuguese. For example, although the Portuguese were said to have a stronghold in Bengal, it would be easy to circumvent them. One finds the same defensive tone in his assessment of Pegu: 'we might trade here without being in danger of the Portuguese'. Another factor taken into consideration was the attitude of the local ruler: in Aceh one should not send too many men ashore, because of the 'bad treatment of strangers by the king'; an allusion to the captivity of some Dutchmen there in 1599. The kings of Johor and Patani, however,

²⁴ J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 146-163, Instruction for Steven van der Hagen 1603.

²⁵ *Ibidem*, pp. 149-163.

²⁶ J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 164-204. The diary runs from 25 November 1603 to 26 April 1606.

were described as very friendly towards strangers. All was seen in relation to the opportunities in the Moluccas and the Banda islands. Only Timor is mentioned as a possible place where one might venture a surprise attack on the Portuguese; 'but for us to trade there (Timor) is not well situated'.

In the years between Van der Wielen's stay on Banda and the fitting out of Van der Hagen's fleet the Dutch attitude had changed and the outcome of van der Hagen's mission makes it very clear that the former defensive attitude had been abandoned. Although his fleet made unsuccessful assaults on Mozambique and Goa, they conquered the Portuguese Fort Victoria on southern Ambon and made a successful assault on Tidore.²⁷ During his presence in Asia Van der Hagen agreed contracts with the Samorin of Calicut, the principals of the cities of Banda islands and with the Muslim chiefs of Hitu in the northern part of Amboina.²⁸ Apart from minor differences due to local circumstances, these contracts all focus on the same points: mutual aid in the war against enemies, explicitly specified as the Portuguese in Hitu and Calicut, favourable trade regulations and a monopoly in nutmeg and cloves. When it came to a settlement both parties were granted jurisdiction over their own people and religious freedom. What both parties had in mind was clearly not a colony, but a factory. In general the accent was on defence; the chiefs of Banda promised to protect the Dutch agents; in Malabar and Hitu the Dutch were given fortresses for the protection of their people and goods. The instruction of the Dutch factor in Banten is has a comparable tone: he is ordered to do everything to induce the king and his government to allow the Dutch favourable trading conditions, to protect them and their goods and to foster prejudice against the Portuguese. Another result of Van der Hagen's visit to the Moluccas, in the long run of more far-reaching consequence, was the alliance with the sultan of Ternate. In exchange for Dutch support against the Spaniards in the Philippines, the sultan gave the VOC the site of Melayu to build a fort on his island, subsequently to become Fort Oranje.

The instruction to the head of the Dutch agency in Banten contains an interesting paragraph which says that the factor should also try to get the king's permission to settle a few families of artisans there. According to some historians this and comparable clauses in the contract with Aceh in the same year 1603, are the first indications that the Dutch intended to settle themselves somewhere around the Malaca Straits.²⁹ However, I do not think that these clauses should be read as the first Dutch attempt at colonisation in the East. No-one who has seen the picture of the Dutch loge in Aceh could believe that this small wooden

²⁷ Arend de Roever, *De jacht op sandelhout De VOC en de tweedeling van Timor in de tweede helft van de zeventiende eeuw*, Zutphen, 2002, pp. 107-108.

²⁸ Text in J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 204-212.

²⁹ J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 51, 224; M. van Ittersum, *Profit and Principle...*, pp. 42, 43.

building on high poles set in an empty compound was ever intended to become the nucleus of a future settlement. In view of the stipulations of the instruction and the regulations for Hitu and Calicut, this paragraph is better interpreted as an expression of the need to have Dutch artisans at hand in an important port and thus to strengthen the factory's staff. The same instruction was given in other places too. What the VOC authorities aimed at was still a classical factory; a model that was more or less in line with local ideas of how foreign traders should be accommodated.

Up to the conquest of Jacatra in 1619 the factors regularly stressed the need for the Dutch to have a safe place to house their trading goods, bullion and ship-building material. Neither in Johor, Banten or any other harbour did they feel safe enough to bring all their possessions ashore.³⁰

An analysis of the Dutch activities up to 1609 confirms that indeed the VOC was pursuing a dual aim. A series of attacks was launched on the Portuguese strongholds of Mozambique, Goa, Malaca and in the Moluccas; on the other hand efforts were made to establish Dutch factories in places that did not belong to either of the Iberian powers. To a certain extent this strategy of combined war and trade was successful; the southern part of the cloves island Amboina was conquered in 1605 and remained in Dutch hands thereafter. The attack on Malaca was unsuccessful, showing that Portuguese power was still sufficient to keep out the Dutch. Moreover, the costs of the war were consuming any possible profits, as many shareholders complained. Nor was it only the shareholders who had their doubts, several admirals too complained that trade and war did not go together.³¹ The pressure increased when peace negotiations were initiated between the Dutch and the Spanish king in 1605 since, quite apart from certain points of difficulty concerning peace conditions in Europe, the trade with Africa, Asia and America was a major stumbling block preventing both parties reaching a permanent settlement. The truce negotiations almost failed when Philip III refused to concede to the Dutch demand for free trade in Asia, even where this was in places beyond the immediate Spanish sphere of influence. In 1609, instead of a definitive peace, a temporary truce for twelve years was concluded. When it became clear that the truce negotiations would lead to a settlement under which both parties would retain their positions in Asia, the Dutch tried to make good use of the time left before the truce came into effect. In order to enforce the Dutch position and to undermine the Iberian claims, the board of the VOC and the States General gave orders to assert Dutch rights overseas by making further contracts in Asia, and to conquer as many Portuguese and Spanish strongholds as possible. An example of such a new contract is the

³⁰ Cf. Jacob l'Hermite de jonghe 'Corte Remonstrantie van den tegenwoordigen stant eeniger plaetsen in Indien... 20 augusty 1612' in J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 380-395.

³¹ J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 30, 233.

one signed in 1609 between the sultan of Banten and the VOC. In this contract, among other agreements, the king promised to give the Dutch sufficient space to accommodate their men and goods and to offer protection, while the Portuguese and Spaniards were excluded from trading there.³² The VOC promised to assist the king with all its military power against the Portuguese and Spaniards. Comparable agreements were made elsewhere.

Consequently, in Asia the Truce soon collapsed. The reasons usually given for the different course of events in the two war zones of Europe and Asia are of a general nature; most historians are of the opinion that neither party really wanted to stop fighting. In both Dutch and Iberian contemporary literature, each party blamed the other for being unwilling to end hostilities and accused the other of exploiting the disadvantage of the opponent.³³

The secret instructions of Gentlemen XVII in 1608 to attack the Portuguese first and postpone trade met with no opposition. Admiral Matelieff in Banten thought the advice highly sensitive and voiced his opinion that they could have been more successful if the advice had been received earlier. 'Because, if you want one person to be both soldier and merchant, your work will be in vain. The enemy should not be considered so insignificant. If you want to accomplish something by means of war, then forget trade, for otherwise you'll get neither one nor the other'.³⁴

Matelieff's ideas

In Matelieff's vision of war, maritime power was indeed the main instrument for establishing the Dutch trade in Asia. Thanks to the deployment of several fleets the 'enemy' was unable to keep the Dutch out of Asian waters, as he wrote in his *Discourse on the State in the East Indies*, which he presented to the Companies lawyer Hugo de Groot.³⁵ His ideas must have had some impact, for he not only wrote three similar proposals to Gentlemen XVII and the States General, but also had his *Discourse* printed and published as a pamphlet for the general public. In his view, the enemies of the Dutch were no longer limited

³² Mr. J. E. Heeres (ed.), *Corpus Diplomaticum Neerlandico-Indicum Verzameling van Politieke contracten en verdere Verdragen door de Nederlanders in het Oosten gesloten, van Privilegebrieven aan hen verleend, enz.*, 's-Gravenhage, 1907, vol. 1, pp. 1-7, 29, 56, 57.

³³ Among the Portuguese the Conde de Ericeira; on the Dutch side the historians Van Twisk and Velius.

³⁴ Advise of Matelieff to admiral Van Caerden, d.d. 4-1-1608, in J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, p. 233.

³⁵ Cornelis Matelief aan Hugo de Groot, Rotterdam 12 november 1608, in P. J. A. N. Rietbergen, *De Eerste Landvoogd Pieter Both (1568-1615) Gouverneur-generaal van Nederlands-Indië (1609-1614)*, 2 vols., Zutphen, 1987, vol. II, pp. 196-212.

to the Portuguese and Spaniards, but also included the English and the French, who, although maintaining friendly relations in Europe, were using the Dutch war efforts in Asia to buy spices in areas the VOC considered its own domain. 'As long as no remedy is set against this, we will bear the costs, and they will reap the fruits'. A series of remedies to improve the Dutch position were suggested. The first recommendation was the establishment of a central *rendezvous* where all Dutch ships might be restocked and repaired and where all materials might be brought ashore and all the trading goods gathered before sending them back to Europe. It would also mean that smaller ships could be employed to bring in the wares from Asia while the bigger ships would be deployed against the enemy.

Matelieff's ideas on the optimal location for a central meeting place and in what basis it should be established are interesting. Malaca was not feasible for obvious reasons. In the case of Banten he considered the ruling elite too divided to make contracts with. Nor was Aceh suitable for, like Palembang in Sumatra, the estuary was not accessible to sailing ships throughout the whole year. He therefore advised some kind of deal with the king of Jacatra. Negotiations should be conducted as secretly as possible, since Banten would never allow a Dutch settlement to be established at such close proximity in the land of a vassal. If the king were to hear of such an agreement he might well form an alliance with the Portuguese. Jacatra itself was not ideal: two breakwaters or jetties would have to be built to accommodate the large Dutch ships. The following proposals crucially give us an idea of Matelieff's thinking on what a Dutch settlement in Jacatra should be like. First of all he suggested that the ruler of Jacatra 'should profit as much as ourselves from the agreement'. After the Portuguese example in Cochin, the Raja should 'give us a smaller or larger site close to the river to build a fortress'. Since Matelieff does not mention his sources, we can only speculate that his information on Portuguese Cochin was based on his reading of Jan Huygen van Linschoten.³⁶ In brief, Van Linschoten describes a city divided between Portuguese and Malabar zones, each with its own jurisdiction. The Portuguese town was inhabited by a mixed group of Christians, Hindus and Muslims. In 1502 the first Portuguese fort had been established there and the alliance that was struck at the time remained essential to relations between the Portuguese and the Raja of Cochin. Indeed, it had eventually become the unwitting start of Portuguese involvement in the affairs of Malabar and the beginning of their empire.³⁷ But it is highly doubtful whether imperial ambitions played any role in Matelieff's thinking. His main concern was for a securely fortified place where the Dutch and their goods could be protected, a goal which could only be reached through

³⁶ *Itinerario*, vol. I, p. 54.

³⁷ Luís Filipe F. R. Thomaz, *De Ceuta a Timor* (2nd ed.), Algés, 1998, pp. 178, 179, 212, 213; B. W. Diffie et al., *Foundations...*, pp. 221-226.

contracting an alliance with the ruler of Jacatra. The fortress was intended as protection against Portuguese attacks, since the Dutch would be unable to flee inland with their goods as the natives did if assaulted from the sea. 'That is why we need a fixed abode, not to put our trust in flight, but rather in our defence', he wrote. The place should be large enough to accommodate all those Dutchmen who would in the future come to Asia. All newcomers, Dutch and others, who so wished, would have land around the town for agriculture and for grazing. Only those Dutchmen who so desired should remain under Dutch rule. Matelieff cautioned that his part of the agreement with the king would need very careful handling.

Matelieff wanted a substantial factory, but not a colony. This can be gauged from his suggestion on the division of the profits of the agreement with the prince of Jacatra. Each party would pay half the costs of the jetties, while the Dutch, in the name of the States General, would levy a tax on incoming and outgoing Dutch goods, while the king would tax the Chinese and the other traders who would use the other pier. Other Europeans would be banned from the city. Should the king not allow the Dutch to settle in Jacatra, but instead offer them some other place in the neighbourhood, Matelieff thought it would not be feasible to populate a completely new settlement with Europeans, but hoped rather that the king would send his own people to 'live with us'. This did not mean that Matelieff had no place for Dutchmen; indeed he advised bringing out as many as could be found willing at home. These people should be in the service of the States General, but without being paid a monthly salary. Instead they should be given the opportunity to earn their money in trade and shipping. What the admiral had in mind was an emulation of the idea of the Portuguese *casados*. There is no indication in the *Discourse* as to the number of people necessary for the population of the factory.

In charge of this central *rendezvous* should be a commander with considerable authority who should be assisted by a council. The presence of a permanent commander would strengthen and improve the position of the VOC, which up to that point was still too loosely organised. In the absence of a central authority in Asia everyone was following his own inclination, subject to no correction. 'Everyone' should of course be read here as referring to the leaders only.

There was good reason for Matelieff's willingness to deal with the ruler of Jacatra on an equal footing. It was not only the example of Cochin, it was also the lack of force on the part of the Dutch that accounts for his quest for local support. We find the same readiness to co-operate with local power-holders in his other suggestions for the structure of the VOC's Asian establishment. His advice on the conquest of Banda is – at least in the context of later developments – rather curious. The Dutch, he said, should secretly sound out the Sultan of Macassar on the possibility of a collaborative assault on that island. After the conquest, the Sultan would become the lord of the land and have all the tolls and income from

the island, while the Dutch would get the nutmegs. For defence, a fort would be built that would be manned by the Sultan who would have a company of Dutch soldiers at his disposal. The nobles and chiefs would live together under the supervision of the Sultan, while those who objected would be banned. No other Europeans would be allowed to trade there. Nothing came of this plan, but it gives a significant insight into Matelieff's ideas on co-operation. The same approach to native kings is found elsewhere in his *Discourse*. For example, in his proposals for trade in Ternate, Johor and Siam we find the same mixture of politics and trade. Thus, in order to oust the Iberians he suggests bringing the island of Ceram under the States General or the Sultan of Ternate; the sultan of Johor should have the assistance of a company of Dutch soldiers. For the attack on Malaca, an alliance should be forged with the king of Siam, and so on. Matelieff's *Discourse* ends with an admonition to study the temperaments, conditions and power of all the kings in Asia and to treat everyone according to his rank, 'because the one is useful to us with his harbours and lands, the other with his wares, and yet another with his power and authority, each of which we should appropriate as far as is sensible'.

The proposals for co-operation were no sign of trust in local potentates, but should rather be seen as *mariages de raison*. The Dutch had reasons of their own for not being completely convinced of the reliability of their Asian partners. The war with Spain and Portugal had upset the balance of power in maritime Asia and in the resultant confused and unstable political situation the VOC had to find friends among potential foes. Both parties, the locals as well as the Dutch were only too aware of the vicissitudes of war. Some, while they openly professed their preference for trading with the Dutch, instead did business with the Portuguese. The reason given was that the latter were permanently established there, unlike the Dutch who at the time had no fixed settlements and were therefore merely transient.

Another consequence of the rivalry for goods was that it led to higher prices. Matelieff grudgingly noted that the Bandanese especially had become completely untrustworthy, not keeping to the terms of their contracts but instead selling to the highest bidder. The market in nutmeg had become a seller's market, the more so through the arrival of other Europeans.

Matelieff's advice did not fall on deaf ears. Gentlemen XVII accepted the main thrust of his *Discourse* and decided to nominate a resident Governor-general who would supersede the admirals of the fleets that had previously been sent and, as the highest Dutch authority in Asia, would govern in the Indies for a term of five years. To make the new office work, Gentlemen XVII instructed the first Governor-general Pieter Both (1609-1614) to establish a central *rendezvous* somewhere around the Malaca Straits.³⁸ In the event, however, Both's

³⁸ See P. Rietbergen, *De Eerste Landvoogd...*, Introduction.

efforts to convince the rulers of Johor and Banten to allow the Dutch to build a stronghold in their cities met with little success; nor was the Governor-general able to conquer Malaca. He spent most of his time in the eastern part of the Indonesian archipelago fighting the Spaniards. But war and trade did not get together smoothly. Both's tenure of office shows once again that the basic structural problem of the VOC in Asia was the lack of communication between the various factories and the ships. Both himself was unable to organise the correspondence and bookkeeping – a fundamental failure that was due to logistics as much as the absence of qualified staff. The reason for this lack of co-operation between Dutchmen in Asia seems to me that ships were often away for too long at a stretch and could not be reached. Both was aware of the problems of his double mission and therefore, shortly before his departure to the Netherlands, he nominated Jan Pieterszoon Coen to be Director-general and chief of the factories in Banten and Jacatra. The Director-general was to do what Both had not managed to achieve: to supervise the activities of all factories and make it possible to oversee the totality of business in Asia. The nomination was a consequence of another report presented to Gentlemen XVII by the retired chief of the Banten factory, Jacques l'Hermite, junior.

The remonstrance of Jacques l'Hermite

Jacques l'Hermite, (1582-1624)³⁹ a Dutchman of Flemish origin, had ample experience of the Indian trade. He had arrived in Asia in 1605 and had become chief of Banten in 1607, a function he held up to his departure for the Netherlands in 1611. Thereafter he became special adviser to XVII.⁴⁰ His report was written in august 1612.

L'Hermite's views are clearly influenced by his experience in Banten. He had seen difficult times: the competition with the English and Portuguese had been stiff and at times not far from open warfare, while sometimes relations with the local authorities had been strained as a consequence of conflicts at court. Unlike Matelieff and all others before him, the former chief of Banten did not believe in establishing the central *rendezvous* near the Malaca Straits. His years in Banten had taught him that no ruler would allow the Dutch to build a real fortress in or near his city. A factory would be the most that was possible, but then Dutch goods and capital would never be safe from princely exactions, arson or theft. These hazards were not peculiar to the Dutch, the English factors

³⁹ The text of the *Corte Remonstrantie* / Brief Remonstrance is published in J. de Jonge, *Opkomst...*, vol. III, pp. 380-395.

⁴⁰ For his career, see Dr. J.W. IJzerman, ed., *Cornelis Buysero te Bantam 1616-1618 Zijn brieven en journaal*, 's-Gravenhage, 1923, pp. 201-207.

could tell the same story.⁴¹ L'Hermite's ideas were also influenced by the fact that the Truce had not been kept in Asia. In his view, the Spaniards had made no serious effort to end hostilities in the Philippines, even if for the sake of appearances they claimed to have done so. As long as the Spaniards thought they could gain the upper hand, they could not be relied on to keep the peace. L'Hermite was rather pessimistic of any improvement in the Spanish attitude and thought the situation might well last until the end of the Truce. For this reason the VOC's council in Banten had decided to switch from a purely defensive stance to open warfare. (The question of whether L'Hermite's evaluation of the Spanish policy was correct or not does not concern us here.)

On the basis of the foregoing considerations L'Hermite concluded that the Governor-general should reside permanently in the Eastern part of the Indonesian archipelago in order to lead the war against the Spanish most effectively. Neither Banten nor any other site near the Malaca Straits were fit for the purpose: how could one expect a Governor-general to command from such a place where his power was so limited? In this respect Amboyna or Banda, where the Dutch had forts, were a much better prospect; whereas somewhere around the Malaca Straits would be better situated for purposes of trade. With the war effort demanding the Governor-general's full attention, there was a real need for a second functionary to deal with daily administration, since it was simply too much for one man, who would be constantly on the move, to supervise trade, deal with the bookkeeping and take care of correspondence as well.

The Governor-general would have the supreme command of all forts and factories in the Moluccas, his primary tasks being the conduct of the war and the maintenance of order in general. Only in this way could '*the considerable rivalries, conflicts and fracas that reign among us (because all have the same standing and they sometimes involve the natives since everyone stands up for all those under their command)*' be prevented. The administrative responsibilities should be delegated to a second man, of comparable rank, standing, experience and learning, capable of replacing the Governor-general. The second man could be stationed near the Malaca Straits – preferably in Jacatra if the prince could be persuaded to allow the Company to build a royal fortress and town as a central *rendezvous*. Such a settlement, in L'Hermite's view, was the only way to guarantee a stable Dutch position in the long run.

Among his other recommendations, he suggested limiting the overproduction of cloves by concentrating all trees on one island – the first indication of the *extirpation policy* that was later introduced; and the conquest of Banda and expulsion of the native population in order to found a real colony, a Dutch Republic there. The new inhabitants of Banda were to be free men with a status

⁴¹ Sir William Foster, C. I. E. (ed.), *The voyage of Sir Henry Middleton to the Moluccas 1604-1605*, London, 1943, pp. XIX, 83-99.

comparable to the Portuguese *casados*. The reason given by L'Hermite for the conquest of Banda was the unstable trade conditions there; because of strong international competition its inhabitants were free to sell to whomsoever they wanted without the need to honour their contracts. Another proposal was to give the Governor-general better means to wage the war properly: as long as the allies in Ternate and elsewhere were not convinced of the superiority of Dutch power the situation would remain unstable. In addition, more attention should be paid to the recruitment of well trained staff.

Gentlemen XVII took over the recommendations in L'Hermite's Remonstrance and decided to install a Director-general, whose residence would be on western Java, while the Governor-general was to remain in the Moluccas. Whether L'Hermite had expected to become the new second-in-command and future Governor-general is not clear. He was certainly ambitious enough; but it may be that his recent marriage kept him in the Netherlands. In any case, the choice fell on a younger man, who was in Moluccas at that time, who had already caught the eyes of his superiors at home and had now also impressed the acting Governor-general, Pieter Both. In his glowing description of the young man's qualifications we can hear an echo of the recommendations of L'Hermite. The Governor-general explained the choice of Jan Pieterszoon Coen by summing up his main qualities: 'a man very modest in his life, good in council, very well versed in book-keeping and the affairs of trade, not addicted to drinking, who has lived six or seven years in Rome with Justus Pescatore from Oudenaarde, whom I know well.'⁴² For the heavy responsibilities he was about to take upon his shoulders Coen would receive one hundred and fifty guilders monthly.

A machiavellist in Asia

Anyone still in doubt that Coen was the ideal man for the new job must have been convinced by the treatise, also titled *Discourse* that the newly nominated Director-general sent home on New Year's Day 1614.⁴³ More than the businesslike reports by Matelieff and L'Hermite, Coen's document is a real treatise written by a man schooled in the Humanist style of his times. Instead of laboriously describing various situations he draws in his readers by frequent allusions to common knowledge that they are assumed to possess. The discourse is not an open discussion of all available options, but rather a closed treatise that leads the reader inevitably to the acceptance of the author's conclusions as the one and only truth. Coen's writings in general do not lack for rhetorical skills, and this tract is certainly no exception. His repetition of almost identical words, ideas

⁴² P. Rietbergen, *De Eerste Landvoogd...*, p. 298.

⁴³ Cf. note 1.

and impressions in different forms is part of his way of convincing his audience. Another gambit is to introduce a dialogue, posing questions and answering them himself.

Moreover, what makes Coen's style unique and so different from his predecessors is his handling of political themes. Apart from generalities to the effect that one should not place too much trust in Spain's willingness to share the Indian trade with the Dutch, previous authors do not refer to the actual situation in Europe. Coen shows that he is far more aware of the political realities at home. He knew of the growing religious tensions in the Republic and its political consequences. The hardliners among the Amsterdam governing elite who had only grudgingly accepted the Twelve Year Truth had also fallen out with the more moderate Calvinists.⁴⁴ The conflicts ran so high that the very existence of the Republic was in danger. In the end the anti-Spanish party won out and a purge of the city councils and other government bodies followed. The religious moderates were not only ousted from the Amsterdam city council but also from office in the VOC. When Coen wrote his *Discourse* these conflicts had barely begun, yet he showed a keen sense of the direction things were moving when he opted for the anti-Spanish war party in Amsterdam. To underline his point and to demonstrate the untrustworthiness of the Spaniards he made extensive use of a work titled *The Spanish Tyranny* a work that was very popular in the Republic at that time. It went through a large number of reprints in the first quarter of the 17th century, especially during the peace negotiations with Spain.⁴⁵ Until well into the 18th century it was used as a reading book in primary schools. *The Spanish Tyranny* was no less than a translation of Bartolomé de las Casas *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. These descriptions of Spanish tyranny and crimes in the Americas provided the rebels in the Netherlands with more than enough propaganda material to attack the Spanish king. In his *Discourse*, Coen repeatedly refers to this generally accepted idea of the king's tyranny and unreliability, in order to emphasise the need to prolong the war in Asia. He also echoes the old belief that damage in the East would cripple Spain in Europe. According to Coen, the Spanish king also shared this opinion, the proof being an intercepted Spanish letter that he had taken with him from the Netherlands.

Since many of the ideas and arguments formulated in the *Discourse* are to be found in a less organised form in a letter of the same date, there is good reason to believe that the treatise was meant to be an application for the position

⁴⁴ Johan E. Elias, *Geschiedenis van het Amsterdamsche Regentenpatriciaat*, 's-Gravenhage, 1927, pp. 40-77.

⁴⁵ Benjamin Schmidt, *Innocence abroad: The Dutch imagination and the representation of the New World, c. 1570-1670*, Ph. D. Thesis University of Ann Arbor, 1994, pp. 134-138; J. N. Hillgarth, *The Mirror of Spain 1500-1700 The Formation of a Myth*, Ann Arbor, 2000, pp. 309-327.

of Governor-general. Again, unlike his predecessors Coen often refers to God, stressing that nothing can be done without divine help.

It is not clear whether Coen was genuinely convinced of the wickedness of his opponents, but the actual open warfare in the Moluccas would have been enough to make the point. Moreover Coen wrote that he had letters proving Philip III's preparations against the Dutch in Asia. Perhaps he felt the need to convince part of his audience of the much grander scheme that he had in mind: the foundation of a Dutch 'state' in the Indies. In order to reach that aim the Spanish might had to be broken. 'Two conflicting affairs cannot be steered in one and the same way: to conduct a simple trade is for the united provinces quite different from establishing the most excellent commerce in the world in such a way that they can possess it alone'. There could be little expectation of reliable returns until the solid foundation for a state had been laid. Priority should be given to the war efforts above the short-term profits of trade. Like Matelieff and L'Hermite, Coen did not believe that free trade could be realised without the support of armed ships and soldiers, but he was much more aggressive than his predecessors in his proposals. In his opinion, war would be the final arbiter.

Coen not only aimed at ousting the Spaniards from the Moluccas, he also wanted to drive them from the Philippines in order to take over the lucrative trade with China. Perhaps his anti-Spanish rhetoric is better understood as a means to win support for his schemes among the strict Calvinists. Behind the highly righteous tones one detects a cool and calculating mind. A close reading of Coen's *Discourse*, its style, construction and phrasing reveal a strong influence of Machiavelli's *Il Principe*. Like the Florentine author, Coen distinguishes two enemies of the 'state': internal and external evils. Like Machiavelli, he is concerned with the 'state'.⁴⁶ Although the Dutch word *staat* – as in English – is used in more than one sense, meaning condition or situation as well as its political meaning, it is clear that Coen was referring to a state in the latter sense. His description of the situation in the Indies therefore consists of several sections which more or less follow the organisation of the Florentine's work. An overview of the political relations with native princes is followed by an evaluation of the force the Company could muster on land and sea, including the aid to be expected from local allies, especially those converted to Christianity. Forts and their qualities are discussed; the force of the enemies and what means would be necessary to undermine their power are also considered. Not surprisingly, the English are also listed among the external evils because they were underselling the Dutch, who had higher costs in maintaining their state. Even in areas like Ternate, where the Dutch had amicable relations with the natives, Coen did not feel completely safe: 'For while it is sure that we make one body with the Ternatans in the Moluccas, it is also sure that this being has two heads' and who

⁴⁶ Niccolò Machiavelli, *Il Principe*, Milano, 1994, cap. XIX.

will decide when conflicts arise? By definition Coen did not trust Muslims and described the allies of the Dutch in derogatory terms when it came to their trustworthiness. He was well aware of the way Ternate was exploiting the Dutch presence, but not having the upper hand he was willing to 'simulate friendship' as long as the Dutch got the cloves. The resort to simulation again can be read as a direct reference to the central idea of *Il Principe*: the *raison d'état*.⁴⁷

The willingness to found a 'state' is the guiding principle behind his colonisation scheme; his predecessors had already indicated the need of a factory populated by Dutchmen, but Coen goes much further. For him a colony was not just a safe place to secure the trade and the 'state that the united lands' possessed there, but much more a springboard from which to begin the conquest. 'I pray the Lord... that the rulers in our fatherland will eventually determine to send over many years a mighty fleet, supplied with a very great number of men, to plant a colony, as this is the only way to secure the Indies and to perform a magnificent deed, to cast down the enemy and achieve an important conquest. For this reason I resolved to set down my humble thoughts on paper'.

The inhabitants of the new colony, '*citoyens*', would be given civic freedom and self-government. What Coen had in mind was more or less a Dutch society in the tropics. The people in the settlements could do the work which, up till then, sailors had been forced to do because of the lack of a resident labour force. In this way the military could concentrate on their proper task of fighting the enemy, while the sailors were freed for the commercial trade.

The plan of action involving large fleets was not a simple scheme. Coen had in mind an attack on the *nervi de Spaigne*, the nerves of the Spanish state: the Spanish Moluccas, Manila, Macau, Malaca, São Tomé de Meliapur and other places on the Coromandel coast were to be assaulted *a lenproviso*. Indeed, it was to be a massive assault on the whole of the Portuguese and Spanish possessions in order to take over their trade completely. Once the conquest had succeeded, other European rivals would think twice before taking part in the Asian trade.

In his grand vision, these colonies would be useful in defraying the costs of protection. The Portuguese *casados* 'are for us a good example': the Dutch colonists would similarly earn their living by private trade, and in times of danger they, together with their slaves, would fight to the finish to defend their possessions.

After L'Hermite's report, Coen must have known of the preference of decision-makers for Amboina or Banda as the site of the central *rendezvous*, although he himself is not very clear about where it ought to be established. Wherever it was eventually to be situated, the first requisite for success was the recruitment of more and better staff. People of quality were needed who were not only

⁴⁷ Dr. J. F. Otten, *Niccolo Machiavelli De Vorst Machiavelli, Sleutel van Onze Tijd*, Amsterdam, 1983, p. 65.

there for money, but also for 'honour and advancement'. In Coen's vision fame, honour, reputation and prestige were the qualities of statesmen, attributes that were sorely needed in the Indies; time and again in his later letters he stressed these attributes, trying to convince his superiors to act more forcefully. They should not be looking at first primarily for profits, but rather to build up a strong position in Asia.

Final remarks

If Gentlemen XVII had not been persuaded of Coen's qualities at first, they were so after receiving his *Discourse* and the flow of letters that he wrote as head of the factory in Banten.⁴⁸ In 1617 the board of the VOC explicitly nominated Coen to be the future Governor-general in order to pre-empt any repetition of the unfortunate events of 1615, which had taken them by surprise. In that year, following the sudden death of Governor-general, Gerard Reyst, the Council of the Indies had elected as his successor Dr. Laurens Reaal, a nephew of a prominent member of the moderate party in Amsterdam. Gentlemen XVII, headed by the leaders of the anti-moderate war party in the Republic, promptly asked for Reaal's resignation which he gave in 1619.⁴⁹ Thereafter, it becomes easier to discern Coen's impact on the VOC's Asian policy.

Shortly after his nomination in 1619, Coen conquered Jacatra and founded the Dutch central *rendezvous* at Java. Batavia was to become the Queen of the East, but it never really became a Dutch settlement colony, for the majority of its inhabitants were and remained Asians. Gentlemen XVII were unable to agree to the plans that would have created a free burger community.⁵⁰ Instead the VOC became a business run by professionals on fixed pay and with a clear ranking of officials in which there was hardly any place or function for private citizens.

Once he was Governor-general, and notwithstanding the agreement made in Europe between the English and the Dutch to divide the spice supply equally, Coen did his best to oust his rivals from this profitable trade. The conquest of the Banda Islands in 1621 was part of the anti-British strategy; the original population being replaced by a kind of plantation society in which Dutch planters worked the nutmeg gardens with slaves. After this, apart from the small island Pulo Run the English no longer had access to the main sources of nutmeg⁵¹ and

⁴⁸ W.Ph. Coolhaas (ed.), *Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, 's-Gravenhage, 1960, ff., vol. I, pp. VI-XV.

⁴⁹ Cf. Jurrien van Goor, *Prelude to Colonialism The Dutch in Asia*, Hilversum, 2002, p. 79.

⁵⁰ Hendrik E. Niemeijer, *Batavia Een koloniale samenleving in de 17^e eeuw*, Amsterdam, 2005, pp. 23-40.

⁵¹ Cf. Giles Milton, *Nathaniel's Nutmeg How One Man's Courage Changed the Course of*

shortly afterwards they also found the profitable cloves area around Amboyna closed to them. Over the following years the once thriving English trade in the archipelago lost its profitability.⁵² In the long run it was Coen's aggressive strategy that made the English Company reconsider its priorities and opt for the Indian subcontinent. Coen's policy surely paid off: the quasi monopoly in fine spices gave the Dutch a head start in the inter-Asian trade.

With the end of the Twelve Years' Truce, Coen began his attack on the Spanish and Portuguese trade in the South China Sea, not however with great success.⁵³ Further conquests, particularly the assault on the Estado de India, had to await the offensive wave of the mid-seventeenth century.⁵⁴

As Director-general of trade and head of the central bookkeeping office Coen organised and streamlined the Company's administration. The subsequently famous idea of the inter-Asian trade seems to have been born in 1619.⁵⁵

A comparison of Coen's *Discourse* with the earlier reports of Matelieff and L'Hermite shows the development of the Dutch thinking on how to run the VOC in Asia. In the twelve years since the foundation of the VOC, waging war had increasingly assumed major importance. This was partly the consequence of the double mandate handed to the new establishment by its founders, and partly a consequence of the warrior mood among the Amsterdam elite. The Twelve Years' Truce brought no cessation to the hostilities in Asia. Whose fault this was is a moot point, but the Dutch certainly were not unwilling to seize the opportunity, even if they were only slowly and gradually able to take advantage of it.⁵⁶ In 1619 their 'state' in Asia was still a shaky affair, while the English company made profits with much less effort. Coen's *Discourse* is not so much an outline of a trade strategy as an attempt to convince the Amsterdam elite that an aggressive policy was the only means to success and at the same time an appeal for

History, London, 1999, pp. 309-342.

⁵² D. K. Basset, *The Factory Of The English East India Company At Bantam*, Ph. D. Thesis, London University, 1955, pp. 24-38; P. Lawson, *East India Company...*, pp. 30-37.

⁵³ W.P. Groeneveldt, *De Nederlanders in China De eerste bemoeiingen om den handel in China en de vestiging in de Pescadores (1601-1624)*, 's-Gravenhage, 1898, pp. 58ff.; Leonard Blussé, *Tribuut aan China Vier eeuwen Nederlands-Chinese betrekkingen*, 's-Gravenhage, 1989, pp. 41-47.

⁵⁴ Leonard Blussé and George Winius, 'The origin and Rhythm of Dutch Aggression against the Estado de India, 1601-1661' in Teotonio R, de Souza ed., *Indo-Portuguese History Old Issues, New Questions*, New Delhi, 1985, pp. 73-84; Luís Ramalhosa Guerreiro, 'O declínio português no Indico e a hegemonia holandesa (1595-1650) in *CLIO Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. X, 2004, pp. 111-134.

⁵⁵ Cf. Om Prakash, *The Dutch East India Company and the Economy of Bengal 1630-1720*, Princeton, New Jersey, 1985, p. 16.

⁵⁶ Cf. Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses e o Império Português do Oriente (1595/1641)*, 2 vol., Unpublished thesis Universidade de Lisboa, 1974, vol. I, Prefacio.

money and men. Most of the ideas found in the *Discourse* were not really new: they had been raised by his predecessors and must have been common currency among the VOC's leading men.

Coen's treatise differs from Matelieff's and L'Hermite's texts in one major respect: his strong emphasis on religious values, which emphasizes once again the political nature of his argument. The essence of his *Discourse* is an analysis of the situation and the straightforwardness of the choices he thinks should be made, which makes Coen's treatise a guide to the future development of the VOC.

REAJUSTAMENTOS DA ESTRATÉGIA MILITAR NAVAL DO "ESTADO DA ÍNDIA" NA VIRAGEM DO SÉCULO XVI PARA O XVII

VÍTOR LUÍS GASPAR RODRIGUES *

1. A constatação das deficiências estruturais do "Estado da Índia"

Com a chegada dos Holandeses ao Índico em 1595, e em virtude dos sucessivos ataques e apresamentos feitos não só aos navios da "Carreira da Índia", mas também à navegação portuguesa "de Índia em Índia", como lhe chamara outrora Afonso de Albuquerque, vão começar a afluir a Lisboa inúmeras missivas emanadas das mais diversas autoridades do "Estado da Índia", dando conta do sucedido e bem assim da incapacidade demonstrada localmente para se oporem com êxito à nova potência militar naval. Os seus autores alertam então sobretudo para a necessidade de se proceder ao reforço e transformação da anquilosada e impreparada estrutura militar portuguesa existente no Índico e Mares do Sul.

Os responsáveis do Estado e, sobretudo, os homens bons das Câmaras, em especial a de Goa, desde logo vão traçar um quadro muito negro das potencialidades militares da Coroa no Oriente, chamando à atenção para o depauperamento de homens e de meios técnicos, sobretudo de navios, pólvora e artilharia. Em 1603, na sequência de várias outras missivas, o Senado de Goa afirmava que "está este Estado totalmente de todo acabado, e tão acabado que infalivelmente se Vossa Magestade lhe não manda acudir logo com a presteza que para a restauração é necessária, receamos que quando vier já não aproveite".¹

* Investigador Auxiliar com Agregação do Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical.

¹ Carta do Senado de Goa para o rei, de 1603, in *Archivo Portuguez Oriental (doravante APO)*, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.), fasc. 1, parte 2, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857, p. 111.

Ao “Estado da Índia” faltavam então, em seu entender, não só as armadas “porque estas hoje quando se fazem he tão tarde, e tão mal providas, que forão escusadas”, mas tudo o mais, porquanto os armazéns “estão sem hum pelouro, nem hum quintal de pólvora, nem huma peça de artilharia (...) e a ribeira dos navios e galés varrida sem hum pau nem navio para as armadas, e para os que se fazendo tomam os navios aos mercadores”.²

Os anos de 1603 e 1604 vão ficar marcados não só pelos apresamentos de inúmeros navios portugueses, tanto nos Mares do Sul – o caso de maior relevo sucedeu com a nau do trato da China, capturada “no estreito pouco além de Malaca, onde também tomaram um junco com mantimentos para a armada de André Furtado de Mendonça” – como na costa ocidental indiana (próximo de Chaúl foi tomada a nau do capitão de Ormuz com 150 cavalos a bordo), mas também pela clara assunção por parte dos holandeses da supremacia dos seus navios. Na verdade, só assim se explica que em 1604 o capitão holandês Van der Hagen tivesse deixado no Índico ocidental uma pequena força naval, constituída por apenas dois pataxos, que aí navegaram livremente, procurando entabular negociações de cariz diplomático e comercial com os principais potentados da região e procedendo a apresamentos de navios portugueses sem que estes se lhes pudessem opor.³ Disso dava conta o Senado de Goa ao afirmar, em carta ao rei, que “o miserável estado a que temos chegado” é ilustrado pelo facto de “nesta costa, onde nunca ousou navegar um navio do inimigo, andão duas naus como se fora dos seus portos sem aver quem os ofenda e são bastantes para nos senho-rearem o mar e nos desapossarem da nossa navegação”.⁴

A agravar ainda mais uma situação já de si deveras preocupante, o bloqueio da barra de Goa, ocorrido em 1604, contribuiu para acentuar o desânimo das forças portuguesas no Oriente, pondo a nu as enormes fragilidades do “Estado da Índia”, incapaz agora de responder cabalmente ao ataque perpetrado ao centro nevrálgico do seu império, onde teoricamente se concentravam o grosso e o melhor do seu potencial humano e técnico.

A presença da armada holandesa na entrada do Mandovi durante aproximadamente um mês, em que apenas foi incomodada pela artilharia das fortalezas da barra e por uma reduzidíssima armada de remo, formada por “três gallés, meias chusmadas, com quatro ou cinco navios, que não ouve marinheiros para mais, e estes à custa de quem nelles assistiu”,⁵ ou seja, dos mercadores e particulares,

² Carta do Senado de Goa para o rei, de 1604, idem, *ibidem*, p. 134.

³ Sobre o assunto veja-se o excelente trabalho de André Alexandre Martins Murteira, *A Carreira da Índia e o Corso Neerlandês 1595-1625*, dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, edição policopiada, 2006, pp. 42 a 49.

⁴ Carta do Senado de Goa, de 1604, *APO*, fasc. 1, parte 11, p. 134.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 131.

atestam claramente a incapacidade das forças portuguesas para responderem aos desafios que os “inimigos do Norte” lhes colocavam.

O Senado de Goa e bem assim a generalidade dos responsáveis pela condução dos assuntos da Índia apontavam então como principal razão para a crescente afirmação dos holandeses na costa ocidental indiana e, sobretudo, nos mares do sul, a inexistência de armadas de alto bordo portuguesas em número e com um potencial de fogo capaz de assegurar o mar e dar guarda aos navios mercantes:

“ao presente não ha hum galeão, nem nao d’alto bordo (os poucos navios de alto bordo existentes haviam sido enviados para sul em 1601 na armada de André Furtado de Mendonça), a ribeira sem madeira, nem cousa de que se possam ordenar e o estado impossibilitado de dinheiro, (...) e assi ficamos como nao velha aos mares e sem leme e todos recolhidos entre as muralhas velhas desta cidade”.⁶

A situação de depauperamento a que haviam chegado as armadas de alto bordo na Índia decorria também, e em grande medida, de um longo processo de adaptação das forças navais portuguesas à realidade política, militar, económica e mesmo geográfica dos diferentes locais para onde foram estendendo o seu império, que esteve na base de um claro desinvestimento por parte dos responsáveis portugueses nesse tipo de navios. Com efeito, à medida que os portugueses foram alargando a área sob sua influência, através de um processo de disseminação de fortalezas um pouco por todo o Oriente, e se apossaram das principais redes comerciais do Índico, viram-se confrontados com a necessidade de proceder a uma transformação radical dos efectivos que compunham as suas armadas, passando gradualmente a incorporar um número cada vez maior de navios de remo. Sobretudo pequenos navios de remo, construídos localmente ou trazidos do Reino, que em simultâneo armavam uma vela, o que lhes conferia uma extraordinária versatilidade, podendo navegar sem dificuldades junto da costa ou nos estuários dos rios, bem como em zonas de ventos irregulares.

Esses navios, mais adaptados ao tipo de guerra local, praticada junto da costa ou nas bocas dos rios, eram não só muito menos dispendiosos em termos da sua construção e da sua manutenção, em virtude de as suas tripulações e equipagens serem mais reduzidas, como também possibilitavam, por via do seu maior número, uma maior distribuição de cargos de comando pela fidalguia, o que naturalmente agradava a todos aqueles que ali andavam em busca de afirmação. Para além disso, este tipo de navios, dada a impossibilidade de transportarem grandes peças de artilharia, eram do agrado da generalidade dos portugueses no Oriente, fossem eles fidalgos ou simples homens de armas, porquanto toda a sua acção assentava na prática da investida – abordagem, tão ao gosto destes, não só porque lhes permitia salientarem-se individualmente nos combates, mas também

⁶ Idem, *ibidem*, p. 131.

porque lhes permitia apoderarem-se dos navios inimigos praticamente intactos, o que, naturalmente, aumentava os seus réditos.

Paralelamente o número de navios de alto bordo a operar na Índia foi diminuindo com o correr dos anos à medida que os portugueses se foram assenhoreando da navegação e que as ameaças das potências navais mediterrânicas – os Mamelucos primeiro, e os Turcos mais tarde – se foram igualmente esbatendo até deixarem de representar um perigo real para as fortalezas e armadas orientais. Os navios de alto bordo, para além da sua utilização na Carreira da Índia, que aqui não importa analisar, vão passar a integrar sobretudo as armadas ordinárias organizadas anualmente para protecção das cáfilas, a saber: a armada do Norte, a do Malabar e a do Sul, destinada a apoiar Malaca e a navegação que se processava de e para o Estreito, para além de serem utilizados também nalgumas das rotas para o Extremo Oriente e para a navegação nos Mares do Sul. Integraram também ao longo da centúria, como é sabido, as armadas extraordinárias destinadas a acções de conquista ou punitivas, ou ainda quando era necessário proceder ao transporte de um número significativo de soldados, sobretudo para as fortalezas fronteiras como Ormuz ou Malaca, por exemplo.

Todo este lento processo de “orientalização” das suas armadas⁷, que consistiu numa clara adaptação do seu poder naval às realidades políticas, económicas e físicas das regiões em que se foram implantando, e se caracterizou por uma clara subalternização das armadas de alto bordo relativamente às de remo, constituídas sobretudo por fustas – o barco de eleição dos portugueses na segunda metade de Quinhentos no Oriente⁸ – arrastou consigo um significativo desinvestimento em domínios que lhe estavam directamente relacionados.

Por um lado, registou-se uma gradual redução do parque de artilharia nos arsenais do “Estado da Índia”, com as peças de maior calibre a serem gradualmente suplantadas pelas de médio e pequeno calibre, mais apropriadas aos pequenos navios de remos que compunham o grosso das armadas portuguesas. Por outro, desinvestiu-se também na formação dos elementos das equipagens de navios de alto bordo – pilotos, mestres, marinheiros, grumetes, etc. –, que, como sabemos, necessitavam de um longo período de aprendizagem dada a complexidade da sua manobra, o mesmo sucedendo relativamente aos bombardeiros, cuja estrutura se foi depreciando de forma acentuada, o que viria a ser fatal para

⁷ Sobre este assunto veja-se o nosso trabalho *A Evolução da Arte da Guerra dos Portugueses no Oriente (1498-1622)*, dissertação apresentada no IICT para prestação das Provas de Acesso à Categoria de Investigador Auxiliar da Carreira de Investigação Científica, Lisboa, ed. policopiada, 1999, vol. I, pp. 251 e seguintes.

⁸ As galés maiores, dado o grande número de homens que movimentavam e a sua reduzida autonomia, colocavam na Índia graves problemas de logística não sendo por isso adequadas aos mares do Oriente. Eram, por outro lado, muito dispendiosas, gastando-se mais com uma única galé do que com 5 ou 6 fustas. Cf. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1139-1521)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, vol. III, p. 209.

os desígnios da Coroa mais tarde. Este corpo, que foi decisivo ao longo de todo o processo de afirmação dos portugueses no Oriente, em virtude de contar com elementos oriundos de vários países europeus, onde as técnicas de fundição e de manuseamento da artilharia se encontravam mais desenvolvidas, foi perdendo importância no seio da estrutura militar naval portuguesa ao longo da centúria. Este facto é atestado não só pela redução dos seus efectivos, tanto no mar como em terra (são constantes as queixas dos capitães das fortalezas sobre a não existência de homens capazes de manusear a artilharia aí existente), mas também pela enorme desconsideração com que eram tratados a bordo pelos capitães e demais homens de armas, comprovada pela generalidade dos relatos de estrangeiros que conheceram mais de perto o quotidiano das armadas orientais portuguesas.⁹

Neste particular importa referir que muitos dos problemas agora avançados não eram novos, tendo-se feito sentir anteriormente, sobretudo em períodos de maior aperto, ou em resultado da acção de governos marcadamente reformadores. Já em 1545 D. João de Castro fora obrigado a abandonar a ideia de organizar no Oriente armadas de caravelas com velame latino, porquanto, no entender dos responsáveis pelas coisas do mar na Índia, poucos eram já os que sabiam navegar com elas, mesmo com pano redondo, o mesmo sucedendo relativamente aos artilheiros, também eles em número reduzido e de fraca qualidade¹⁰.

2. As armadas de alto bordo como “solução” para parar a investida holandesa

As soluções apontadas no início de Seiscentos para a ultrapassagem da crise, que se agravava sobretudo pela chegada das potências europeias ao Índico, vão centrar-se, num primeiro momento, na necessidade de proceder ao reforço das armadas de alto bordo, para o que solicitam o envio, a partir do Reino, de naus e galeões em número significativo, bem como de artilharia e homens, porquanto “não se achará hum só bombardeiro, nem homem do mar na Índia”.¹¹ Esta afirmação, pese embora o exagero que encerra, resultante da necessidade compreensível de procurar que o esforço de guerra mais significativo fosse feito pela Coroa a partir de Lisboa, deixa ainda assim perceber o quanto se desinvestira na formação e manutenção de tripulações para os grandes navios de alto bordo e bem assim na manutenção de um grupo profissional, os bombardeiros, absolutamente vital para a defesa das praças e das armadas, sobretudo a partir do

⁹ Sobre a deficiente preparação da soldadesca da Índia em geral, e dos bombardeiros em particular, veja-se a descrição de Pyrard de Laval, *Voyage de Pyrard de Laval aux Indes orientales (1601-1611)*, tomo II, cap. VIII e XIV, Paris, Éditions Chandeigne, 1998, pp. 634 a 647 e 691 a 711.

¹⁰ Cf. carta de Pero de Faria para o rei, de 8 de Outubro de 1545, in IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-76-102.

¹¹ Carta do Senado de Goa para o rei, de 1604, *APO*, fasc. 1, parte II p. 132.

momento em que, com a chegada dos holandeses, voltam a estar na ordem do dia os combates de artilharia no desenrolar das refregas navais.

A aposta na criação de armadas de alto bordo, que então se avança como o único meio para parar os rápidos e bem artilhados pataxos holandeses, resultou, como referimos atrás, da constatação, ao longo desses primeiros anos, da incapacidade das armadas de remo para se lhes oporem com êxito, mesmo quando, como sucedeu após o cerco de Goa, a desproporção do número de navios em presença era extraordinariamente significativa. Na verdade, os holandeses, após haverem permanecido na barra da capital por um longo período sem oposição significativa, despacharam para o Norte alguns navios “que se fizerão à vela não fazendo caso da armada de remo, como cousa que tão pouco nojo lhes podia fazer, sendo eles duas navetas, e os navios mais de 50”, o que levou os responsáveis da cidade de Goa a afirmar “que fica claro quão desnecessária he a despesa que com ellas se faz para semelhante efeito”.¹²

Por outro lado, cientes de que o destino do Império se decidia sobretudo nos mares do sul, onde se encontrava o grosso do poderio militar holandês, esses homens vão instar sucessivamente com o monarca para que procedesse ao envio de galeões “em direitura” para Malaca, por forma a que aí fosse criada uma armada capaz de ombrear com os holandeses e de os expulsar definitivamente daquelas paragens. A solução avançada para a realização deste desiderato preconizava ainda o envio de um Vice-rei “que venha mais a merecer do que a enriquecer” e de reconhecida competência militar, que trouxesse por regimento a sua passagem ao Sul onde, reunida a sua armada com a frota de galeões entretanto enviada, se bateriam com os holandeses numa batalha que se pretendia fosse decisiva.¹³

A Coroa portuguesa, pressionada assim pelas múltiplas queixas que não paravam de afluir a Lisboa, apressou-se a aumentar o número de navios enviados anualmente do Reino e destinados a permanecerem no Oriente, ao mesmo tempo que foi insistindo junto das autoridades do Estado no sentido de que estas incrementassem a sua construção nas ribeiras indianas¹⁴. Em resultado desse esforço assistiu-se então a um aumento extraordinário do número de partidas para a Índia, sobretudo a partir de 1605,¹⁵ invertendo-se claramente a tendência decrescente registada ao longo da segunda metade de Quinhentos. A acção desenvolvida a

¹² Carta da vereação de Goa ao rei, de princípios de 1605, idem, *ibidem*, p. 137.

¹³ Carta da vereação de Goa ao rei, de 1604, idem, *ibidem*, pp. 131 e 132.

¹⁴ Cf. instruções régias emitidas para o vice-rei em 6 de Março de 1605, in *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (doravante DRI)*, por Raimundo A. Bulhão Pato (dir.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1880, vol. I, p. 31.

¹⁵ De 1605 a 1609 partiram da barra de Lisboa um total de 54 navios de alto bordo, muitos dos quais se destinavam a permanecer na Índia, onde seriam integrados nas armadas de alto bordo entretanto organizadas. Cf. Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Evolução da Arte da...*, p. 369 e quadros n.ºs 1 e 2.

partir do Reino viria, no entanto, a ter um menor impacto na formação das armadas de alto bordo orientais porquanto um parte muito significativa desse esforço foi consumido ao longo da Carreira em virtude do grande número de desastres navais e militares ocorridos durante a viagem, responsáveis pela perda de mais de metade dos efectivos enviados.¹⁶

Como quer que fosse, a verdade é que, em resultado da acção conjugada da Coroa, que em 1605 fez chegar a Goa uma força de 3 galeões, que haviam partido com destino a Malaca, com as demais cidades do Estado, a cujas Câmaras e Misericórdias recorreu para financiar o reforço do seu poder militar-naval, foi possível, ainda assim, não só proceder ao reapetrechamento das frotas de guarda-costa, mas também à organização daquela que seria a maior armada de alto bordo a operar nos mares do sul, e que viria a representar o supremo esforço feito pelo Estado da Índia para expulsar os Holandeses no que com particularidade se poderia chamar “a mãe de todas as batalhas”.

A sua organização, no entanto, não deixou de levantar inúmeros problemas, colocados sobretudo por aqueles que, defendendo desde há muito a imperiosa necessidade da realização do projecto, colocavam agora entraves e resistências à sua realização em virtude de sobre eles recair o ónus das despesas resultantes da necessidade de proceder à construção dos navios e ao seu apetrechamento nas ribeiras da Índia, e bem assim aos montantes elevadíssimos decorrentes da necessidade de prover a armada com alguns milhares de homens de armas e tripulantes.

Cientes de que o Estado se encontrava numa situação de claro esgotamento, com as rendas empenhadas e os armazéns vazios – facto atestado não só pelo próprio monarca,¹⁷ mas também pelo Provedor-mor dos Contos, Jerónimo Pedroso de Brito, que afirmava temer não ser possível sequer organizar as armadas ordinárias nesse ano¹⁸ –, os particulares e os responsáveis dos municípios manifestavam-se agora contra a realização de uma empresa em que seria necessário dispendir oitocentos mil cruzados e para a qual do Reino haviam sido enviados apenas setenta mil. Alegavam ainda que, para se prover devidamente a armada do vice-rei, ficaria a Índia incapaz de se defender, a exemplo, aliás, do que já havia sucedido em 1601, por altura da organização da armada de André Furtado de Mendonça, que deixara a terra sem homens e mantimentos. Por último, questionavam-se sobre o que fazer para a socorrer se o sucesso da empresa não fosse o pretendido, uma vez que a imensidão desta contribuiria para esgotar a

¹⁶ Sobre o assunto veja-se também Sanjay Subrahmaniam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 226 e 227.

¹⁷ Cf. instruções régias emitidas para o vice-rei em 6 de Março de 1605, in *DRI*, vol. I, pp. 31 e 32.

¹⁸ Cf. *Relação do Estado em que estão as cousas da Índia no anno de 1605*, in Biblioteca da Ajuda, 51-VI-30, ff. 92 a 104v.

capacidade material e financeira dos particulares e da própria Coroa. A ser assim, “ficará esta armada sendo destruição total deste Estado, e de se acabar em hum ponto o que sem ella poderia durar mais alguma cousa”.¹⁹

As alegações apresentadas, que o próprio monarca sabia serem fundamentadas, estiveram então na base das sucessivas chamadas de atenção para que não fossem desguarnecidas em demasia as armadas da Índia, tendo a Coroa recomendado mesmo que as verbas do imposto do 1%, destinadas ao reforço das fortificações, fossem usadas para armar navios de guarda costa durante o período de ausência daquelas forças.²⁰

Como quer que fosse, os receios dos responsáveis do “Estado da Índia” não impediram que ao longo de 1605 e dos primeiros meses de 1606 as ribeiras indianas tivessem trabalhado a um ritmo frenético, sobretudo após a chegada do novo vice-rei D. Martim Afonso de Castro,²¹ contribuindo decisivamente para a organização de uma poderosa armada. Goa e Cochim foram as cidades que mais concorreram para a sua organização, tendo construído e armado cada uma dois galeões, a que se juntaram outros três entretanto enviados do Reino, e bem assim os demais navios de alto bordo aparelhados nas restantes ribeiras indianas, num total de 17 navios de alto bordo, entre naus, galeões e caravelas.²²

3. A destruição da armada de Martim Afonso de Castro nos mares de Malaca: suas consequências

A frota que em 3 de Maio de 1606 saiu de Goa sob o comando de Martim Afonso de Sousa era constituída por uma armada de remo, de número e composição difícil de definir, dada a disparidade dos efectivos apresentados pelas diferentes fontes, mas em que teriam participado sobretudo fustas e galiotas,²³ cuja capitania coube a D. Nuno Álvares Pereira. A armada era composta ainda

¹⁹ Cf. carta da Câmara de Goa de 1605, in *APO*, fasc. 1, parte II, p. 146.

²⁰ Cf. carta do Rei para a Câmara de Cochim, de 4 de Março de 1605, in Historical Archives of Goa (doravante HAG), *Livro das Monções*, n.º 6^A, f. 73.

²¹ Em carta de 1605 os oficiais da Câmara informam o monarca da chegada do vice-rei à barra de Goa em 19 de Maio desse ano, in *APO*, fasc. 1, parte II, p. 141.

²² Cf. carta do senado de Goa, de 11 de Dezembro de 1606, in HAG, *Acórdãos e Assentos do Senado de Goa*, n.º 7747, ff. 213 a 220; e a “Relação da Armada de Martim Afonso de Castro que foi ao Sul”, in IAN/TT, *Miscelâneas Manuscritas de Nossa Senhora da Graça*, tomo VI-D, f. 188.

²³ Manuel de Faria e Sousa refere 4 galés e setenta fustas. Cf. *Ásia Portuguesa*, Porto, Livraria Civilização, 1947, vol. V, p. 270. Fernão de Queirós avança um efectivo de 4 galés, 4 galiotas e 21 fustas. Cf. *História da Vida do Venerável Irmão Pedro de Basto... e da variedade de sucessos que Deus lhe manifestou*, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1689, p. 325. De acordo com a “Relação da Armada de Martim Afonso de Castro...”, f. 188, era formada por 4 galés e 22 fustas e galeotas.

pelos já referidas 17 embarcações de guerra de alto bordo, a saber, sete naus, nove galeões e uma caravela que viera do Reino, as quais, em conjunto com as de remo, formavam a mais poderosa força naval jamais enviada para os mares do sul.²⁴ A bordo seguiam, no dizer dos homens da vereação de Goa, “passante de tres mil homens de paga”, dos quais a maior parte eram locais.²⁵

Martim Afonso de Castro e os demais responsáveis pela armada, cientes da menor valia técnica dos seus navios relativamente aos pataxos holandeses e bem assim da deficiente qualidade das suas tripulações, facto que agravava ainda mais a já de si deficiente manobra dos navios de alto bordo, procuravam assim colmatar essas deficiências através de uma superioridade numérica esmagadora. De acordo com a *História Generale de los Viages*, os capitães portugueses teriam mesmo recebido directivas no sentido “de se queimarem dois para fazer perder um holandês”, o que de alguma forma parece fazer sentido se atentarmos não só na forma como se desenrolou o primeiro confronto naval ao largo de Malaca, mas também no processo de destituição de D. Henrique de Noronha da capitania do seu galeão, acusado de haver negociado com o seu homólogo holandês uma trégua temporária por forma a evitarem que ambos os navios fossem consumidos pelo fogo que lavrava nos convés.²⁶

Outro domínio onde a vantagem pendia largamente para os Holandeses e que viria igualmente a ter um papel de decisiva importância no desenrolar dos combates prendia-se directamente com a artilharia de que dispunha cada uma das armadas, claramente favorável aos holandeses. De acordo com os dados coligidos por Botelho de Sousa nas fontes holandesas os navios de Cornelius Matellief levavam a bordo um total de 377 bocas de fogo, o que dava uma média de 29 peças por navio, variando entre as 40, para os de maior tonelagem, e as 20 para os de menor porte. Em relação à armada portuguesa, apuramos que para a totalidade dos navios de alto bordo e de remo havia apenas um total de 268 peças de artilharia, o que é manifestamente pouco, sobretudo quando comparados com os da frota holandesa. Por outro lado, sabemos ainda que o navio português melhor artilhado, o São Nicolau, levava a bordo apenas 22 peças, enquanto que o Santo António transportava apenas 10, ou seja, praticamente metade dos números apurados para a generalidade dos pataxos holandeses.²⁷

²⁴ Cf. F. de Queirós, *História da Vida do Venerável...*, p. 335. Faria e Sousa refere apenas 12 navios porventura por ignorar os dois vasos de guerra perdidos ao longo da viagem para Malaca. Cf. *Ásia Portuguesa*, vol. V, p. 270.

²⁵ Carta da vereação de Goa ao Rei, de 1606, in *APO*, fasc. 1, parte II, p. 171.

²⁶ Apud Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia (1585-1605)*, vol. II, Lisboa, Imprensa da Armada, 1948, pp. 45 e 46. Pyrdard de Laval refere que o capitão português foi degolado em virtude dessa sua acção. Cf. *Voyage...*, p. 134.

²⁷ Cf. A. Botelho de Sousa, *Subsídios...*, vol. II, pp. 39 e 109; veja-se ainda o *Orçamento da despesa que se fez com a Armada do Sul com que foy o visorrey D. Martin Affonço de Castro em abril de 1606*, in Biblioteca da Ajuda, 51-VI-19, ff. 293 e segs.

Mas se do ponto de vista técnico a armada holandesa era superior à portuguesa, em resultado da maior velocidade e capacidade de manobra dos seus navios e de uma artilharia muito superior em quantidade e qualidade, foi sobretudo ao nível dos seus comandos que se registaram os maiores problemas, dada a sucessão de erros praticados, tanto ao nível tático como estratégico, contribuindo assim decisivamente para o insucesso da empresa. Como salienta Botelho de Sousa, Martim Afonso de Castro foi não só responsável por uma série de conflitos internos com os seus capitães ao longo da viagem de Goa até ao Achém – Fernão de Queirós responsabiliza directamente o seu secretário, o espanhol António Vilhegas, por alguns dos conflitos surgidos²⁸ –, como contribuiu para um claro distanciamento dos seus homens ao arvorar na gávea da nau capitânea a bandeira espanhola. Este facto, associado à sua inexperiência das coisas da Índia, que o levaram, por exemplo, a enredar-se em longas e inconclusivas negociações no Achém, ao invés de ter aproveitado o factor surpresa para se apossar da cidade, acabou por gerar no seio dos seus homens um sentimento de clara desconfiança relativamente às suas capacidades de comando.²⁹

Após um primeiro combate claramente inconclusivo, marcado pela perda de alguns navios de ambos os lados, o Vice-rei decidiu-se por recolher-se a Malaca, contrariando não só o parecer de alguns dos seus capitães, mas também o do próprio André Furtado de Mendonça que, sendo um profundo conhecedor das coisas da guerra naquela região, se ofereceu para perseguir e procurar destruir a armada de Matellief antes de este conseguir reagrupar e reabastecer os seus navios. Sustentado no regimento de guerra que levava, que determinava não só a conquista do Achém mas também a divisão da sua armada em duas esquadras após a chegada a Malaca, Martim Afonso de Castro acabou por optar por uma estratégia claramente suicida, uma vez que ficara provado durante a primeira batalha naval travada que só com recurso a um número significativamente maior de navios seria possível aos portugueses afrontar com algum êxito a armada holandesa.³⁰

Dividida a armada em duas esquadras, uma de sete galeões, cuja capitania foi entregue a Jacome Moraes de Sarmiento, e se dirigiu para Pulu Butum, para aí esperar as naus do trato vindas de Bengala e do Índico ocidental; e a outra de cinco, que permaneceu no Estreito sob a capitania de Manuel Mascarenhas Homem, com a incumbência de dar guarda às embarcações oriundas da China, o Vice-rei viria então a assistir à sua quase total aniquilação. Para isso contribuiu também, como refere Fernão de Queirós, a tática de combate naval delineada por Martim Afonso de Castro que, afastado Furtado de Mendonça da capitania

²⁸ Cf. F. de Queirós, *História da Vida do Venerável...*, pp. 337 e 338.

²⁹ Cf. A. Botelho de Sousa, *Subsidios...*, vol. II, pp. 44 e seg.s.

³⁰ Cf. *Instruções passadas ao Vice Rei D. Martim Afonso de Castro para a jornada do Sul*, de 5 de Março de 1605, in HAG, *Livro das Monções*, n.º 6B, f. 1v.

de Malaca, incumbiu os respectivos capitães-mores das duas esquadras de “combaterem com os navios surtos”,³¹ ou seja, fundeados. Este facto viria a revelar-se um verdadeiro suicídio em virtude do superior poder de fogo e capacidade de manobra dos navios holandeses, que, reabastecidos de pólvora, água e víveres, aniquilaram a 27 de Outubro de 1606 a esquadra de D. Nuno Álvares Pereira na batalha da ilha das naus.³²

Um mês e meio mais tarde um novo confronto naval viria a ocorrer entre a armada de D. Álvaro de Menezes e a de Matellief que, depois de reparar os estragos e ciente da necessidade de eliminar em definitivo o que restava da grande força naval portuguesa, se dirigiu para Norte, para Pulu-Butum, onde sabia que aquela se encontrava. Uma vez mais o capitão-mor, seguindo as instruções que o mandavam combater surto, optou por fundear os navios próximo de terra encadeando-os solidamente uns aos outros por forma a formar uma meia-lua, não sem que antes os tivesse “apadesado” fortemente, o que os transformou em verdadeiras fortalezas flutuantes.

Ficava assim atestada a total incapacidade dos portugueses, por esta altura, para a prática da guerra naval com armadas de alto bordo e com recurso a artilharia. Habitados ao longo dos anos a combater com as potências orientais que, tal como eles agora, haviam utilizado nas primeiras décadas do século XVI esta mesma tática para se defenderem dos ataques das naus e galeões portugueses, revelavam uma completa inadaptação para a prática de combate naval com recurso à manobra dos navios e ao uso da artilharia, optando antes por combater à abordagem, o que os levava a transformar o convés dos seus navios em verdadeiros palcos para o desenrolar das refregas. Como refere Saturnino Monteiro “nos momentos decisivos das lutas contra os Holandeses e os Ingleses os capitães das nossas armadas revelaram uma confrangedora incapacidade para combater no mar com navios de alto bordo. Todos eles fidalgos, habituados ao combate em terra, sentiam-se deslocados a bordo dos grandes navios de vela, cuja manobra desconheciam. Daí a sua propensão para combater fundeados e para, ao menor pretexto, transferirem as operações para terra”.³³ Sucedeu aqui, já havia ocorrido em 1601 com André Furtado de Mendonça em Bantam, acabará por se repetir mais tarde com Rui Freire de Andrade em Jasques e em Ormuz em 1621, sempre com resultados muito pouco abonatórios para as forças portuguesas.

Após um recontro marcado pela incapacidade dos holandeses em conseguirem romper a muralha edificada, e porque os portugueses se limitaram a uma acção meramente defensiva, o comandante holandês decidiu-se a retirar, ficando ainda assim os navios da esquadra portuguesa bastante danificados em resul-

³¹ Cf. F. de Queirós, *História da Vida do Venerável...*, p. 341.

³² Para uma visão detalhada do curso do combate veja-se o trabalho de A. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates...*, vol. V, pp. 29 e seguintes.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 281.

tado do fortíssimo bombardeamento a que foram sujeitos. Sabedor da particular apetência das forças contrárias para os combates à abordagem e temendo a revolta das suas tripulações perante o risco acrescido que tal manobra representaria, Matellief, demonstrando uma vez mais o excepcional sentido estratégico que o caracterizava, optou por regressar.

Em termos globais a expedição comandada por Martim Afonso de Castro acabou assim por redundar num verdadeiro fiasco, que só não atingiu maiores proporções porquanto impediu a conquista de Malaca. No entanto, não só não conquistou Achém, como também não conseguiu eliminar a armada holandesa. Pelo contrário estes puderam afirmar-se definitivamente como a principal força militar naval nos mares do sul, o que lhes permitiu a curto prazo passarem a dominar as principais rotas comerciais que cruzavam o estreito de Malaca, pelo que a conquista da praça portuguesa era agora uma questão de tempo e de oportunidade.

Pelo contrário, para os portugueses a expedição saldou-se por um profundo revés, como o atestam os oito navios de alto bordo destruídos e bem assim os demais que, após os sucessivos combates havidos, se encontravam extremamente danificados. Se a isto se adicionar o grande número de soldados e marinheiros que pereceram durante os combates, ou que morreram vítimas dos naufrágios dos seus navios, para além de uma imensidão de víveres e apetrechos navais e de guerra perdidos, ter-se-á a noção exacta de que tudo isto significou, na prática, o quase desaparecimento da armada de alto bordo da Índia.

4. A adopção de uma nova estratégia militar naval: as armadas de remos

Conhecido o desastre em Goa de imediato vão começar a afluir ao reino missivas onde é dado conhecimento do estado miserável em que se encontrava a Índia em virtude, sobretudo, do esforço a que uma vez mais foi sujeita por ter sido enviada nova armada de socorro. Composta, ainda assim, por três galeões e duas naus, o que, uma vez mais, parece atestar que o problema não residia tanto na capacidade do Estado para construir e pôr esses navios a navegar, mas antes na competência das suas chefias, bem como na qualidade das suas tripulações e homens de armas, e, sobretudo na quantidade e qualidade da sua artilharia, retirada também agora em grande número das fortalezas, a armada viria, uma vez mais, a revelar-se de uma inutilidade constrangedora.³⁴ Com efeito, não obstante o número de navios de alto bordo estacionados em Malaca ter passado a ser superior a uma dezena, nenhuma actividade bélica de vulto daí decorreu, facto que muito contribuiu para que a generalidade dos responsáveis na Índia comesçassem a questionar-se não só sobre a sua real importância na luta contra os

³⁴ Cf. carta da vereação de Goa de 1607 para o Rei, in *APO*, fasc. 1, parte II, pp. 197 a 199.

Holandeses, mas também sobre a eventualidade de definir novas estratégias para procurar minimizar os efeitos negativos decorrentes da presença das potências protestantes.

André Furtado de Mendonça, um profundo conhecedor da situação diria então ao monarca, em carta de Junho de 1607, que só com uma armada de 20 galeões, 2000 soldados e 1000 marinheiros seria possível sustentar as coisas do Sul, números que, todos o sabiam, eram absolutamente incomportáveis para o "Estado da Índia". Aliás, foi precisamente por ter a noção exacta da incapacidade da Coroa e dos particulares em organizar e manter uma tal estrutura no Oriente, que Furtado de Mendonça recusou em 1608 assumir o cargo de capitão-mor e General dos Mares do Sul, vindo mesmo a afirmar, mais tarde, a sua convicção na incapacidade dos portugueses para derrotarem os navios de alto bordo holandeses muito mais evoluídos tecnicamente e muito melhor artilhados: "com poder nenhum de armada é possível impedir aos holandeses navegarem por aquelles mares, nem extinguillos, asi pola ligeireza das suas naos, como pola distancia dos portos a que hião contratar".³⁵ Em seu entender só o comércio se lhes poderia impedir e para isso seria necessário optar por uma política de territorialização, que passaria pela necessidade de se construir uma fortaleza em Macau e outra no Achém, suportadas por uma fortíssima força naval.³⁶

Igualmente preocupados com o rumo que as coisas do sul haviam tomado, e porque em resultado do esforço feito a segurança do Índico ocidental se ressentira a tal ponto que não fora possível sequer organizar algumas das armadas anuais de guarda-costa – situação que se agravaria a partir de 1608, em virtude de não terem passado à Índia as naus da Carreira, não obstante ter largado de Lisboa uma grande armada –, os homens bons de Goa viriam a assentar em Conselho, relativamente às coisas de Malaca, o seguinte:

"parece mais conveniente (...) aver-se de prover a fortaleza com armada de remo, com a qual se assegura o socorro que a ela se deve mandar, por serem embarcações que quando nella aja aperto de cerco, ou outro qualquer, podem chegar com a gente e provimentos que levarem (...) e assi chegará a tempo, e se não perderá nem arriscará tanto o que nisso se gastar, o que pelo contrario fica avendo em armada de alto bordo (...) porque como a frota que daqui partiu em outubro dos imigos he tão grande, juntos aos de lá ficão pedindo huma armada muito grossa, que pera menor não bastou a que o Viso-rey levou".³⁷

Conhecedores, por outro lado, de que a situação ao longo da costa ocidental indiana se agravava em virtude não só da maior hostilidade das potências locais,

³⁵ Cf. carta de 26 de Novembro de 1609 para o monarca, in *Archivo General de Simancas, Secretarias Provinciales*, n.º 1479, ff. 534v e 535.

³⁶ *Idem*, *Ibidem*, f. 535v.

³⁷ Cf. carta da vereação de Goa de 1607 para o Rei, in *APO*, fasc. 1, parte II, p. 233.

animadas com os últimos insucessos portugueses, mas também do aumento da actividade da pirataria malabar, vão defender também para aqui o reforço das armadas de remo. Estas, em articulação com os navios de alto bordo existentes quer aqui quer nos mares de Malaca, deviam então procurar “resistir aos inimigos, quando os não possa ofender”. Cientes das fragilidades do “Estado da Índia” esses homens preconizavam a adopção de uma política de sobrevivência e alertavam o monarca para o enorme perigo que resultaria de uma eventual aliança com as forças locais. Temiam sobretudo que estes os passassem a apoiar com as suas armadas de remo, que estes não tinham, “o que seria muito perigoso para as nossas fortalezas”. Era pois absolutamente imperioso evitar essa “coalisão” porque “unidos com elles nenhum remédio isto terá”.³⁸

Do exposto se percebe que após um primeiro momento, de algum unanimismo relativamente às soluções preconizadas para ultrapassar a crise que se acentuara com a chegada dos holandeses, em que era defendida a aposta na organização de uma grande armada de alto bordo que permitisse derrotar os holandeses e os obrigasse a abandonar o Oriente, depressa se percebeu a inutilidade da medida. Constatada a enorme superioridade militar das armadas de alto bordo holandesas sobre as portuguesas em resultado do fiasco da empresa de Martim Afonso de Castro, os práticos da Índia logo perceberam que a hora era agora de resistir, muito mais do que afrontar, razão pela qual o papel das armadas de remo era decisivo, sobretudo para o apoio das fortalezas nos momentos de assédio, como ficou provado em diferentes circunstâncias, uma vez que estas, navegando cosidas com a costa, conseguiam em regra furar os bloqueios e passar com reforços.

Relativamente aos navios de alto bordo, sabendo-se da impossibilidade de ter no Oriente armadas com um total de efectivos muito superior ao dos holandeses por forma a suprir a superioridade dos seus pataxos, preconizava-se agora que se concentrassem o mais possível, tanto no Índico ocidental como nos mares do sul, por forma a não serem tão vulneráveis aos ataques daqueles, “porque não he tempo de dividir o pouco que este Estado ajuntar, pois vemos que de o Visorey assi o fazer à sua armada lhe sobreveio todo o dano que teve”.³⁹

³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 240 e 241.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 233.

A CARREIRA DA ÍNDIA E AS INCURSÕES NEERLANDESAS NO ÍNDICO OCIDENTAL E EM ÁGUAS IBÉRICAS DE 1604-1608

ANDRÉ MURTEIRA *

1. Introdução

Em 1595, Kornelis de Houtman partiu com quatro navios neerlandeses para a Ásia, donde voltou em 1597 com três velas, depois de uma estadia demorada e acidentada em Java e arredores. O êxito desta viagem pioneira gerou um grande entusiasmo nas Províncias Unidas, donde, logo no ano seguinte, 1598, partiram cinco frotas ou flotilhas para o Oriente, três pela Rota do Cabo – a rota seguida por Houtman em 1595-1597 –, duas pelo Estreito de Magalhães.¹ Cada uma foi equipada por uma companhia diferente, mostrando a forte vontade que havia na jovem república neerlandesa de investir no novo comércio das Índias Orientais. Pode dizer-se que só neste ano de 1598 – um século depois de Vasco da Gama chegar à Índia – é que os portugueses perderam irremediavelmente o exclusivo da Rota do Cabo, pois só então é que ela começou a ser navegada regularmente por outros. É verdade que antes se dera já a viagem do inglês James Lancaster (1591-1594) ao Oriente, também pela Rota do Cabo. Mas esta expedição não teve continuidade de maior, pois os ingleses só regressaram em definitivo à Ásia depois, motivados pelo exemplo dos neerlandeses.² De 1598 em diante, não

* CHAM.

¹ Cf. Jaap. R. Bruijn, Femme S. Gaastra, Ivo Schoffer (ed.), *Dutch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries*, vol. II, Haia, 1979, pp. 2-8.

² Cf. Sanjay Subrahmanyam, “A intervenção inglesa na Índia (1604-1623). O ataque às Molucas pelos Neerlandeses” in Luís Albuquerque (ed.), *Portugal no Mundo*, vol. V, Lisboa, 1989, p. 27.

houve ano em que não seguissem vários navios neerlandeses para a Ásia e os ingleses não tardaram em imitá-los.

A expedição de Houtman foi assim decisiva, pela “corrida às especiarias” que desencadeou e que expôs a Carreira da Índia a riscos novos. Ao contrário do que por vezes se pensa, os primeiros neerlandeses a irem à Ásia estavam a princípio proibidos de atacar sem mais os portugueses e espanhóis que encontrassem, sendo autorizados a utilizar a violência apenas em legítima defesa.³ A proibição não bastou, no entanto, para evitar conflitos, alguns deles com navios da Carreira da Índia, como a captura, em Santa Helena, do galeão *Santiago* por dois navios zelandeses, em 1602.⁴ No mesmo ano, todas as companhias neerlandesas que comerciavam com a Ásia por via marítima fundiram-se numa companhia única, à qual foi outorgado pelo estado o monopólio do comércio marítimo com o Oriente.⁵ Nasceu assim a conhecida V.O.C., ou *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (Companhia Unida das Índias Orientais).

A fusão fora já precedida por fusões regionais entre algumas companhias na Zelândia e em Amesterdão, mas só a intervenção do estado permitiu criar uma companhia única, depois de negociações bastante difíceis. A motivação inicial para o estado intervir foi económica: havia que acabar com a concorrência fratricida entre as diferentes companhias, que aumentava o preço de compra das especiarias na Ásia e fazia descer o de venda na Europa, pondo em causa a viabilidade do novo comércio que os neerlandeses começavam a explorar. Mas o poder político apercebeu-se rapidamente que os largos recursos militares ao alcance de uma companhia única podiam também fazer dela uma arma na guerra contra Filipe III:⁶ pô-la a atacar ibéricos no Oriente permitiria aumentar as despesas militares do rei de Espanha longe dos Países Baixos, cortando-lhe, ao mesmo tempo, receitas, tudo sem envolvimento directo do estado neerlandês, sem meios para atacar ele próprio o inimigo tão longe de casa. Depois de um curto período

³ Cf. J. van Goor, *De Nederlandse koloniën – geschiedenis van de Nederlandse expansie, 1600-1975*, Haia, 1993, p. 36; Victor Enthoven, *Zeeland en de opkomst van de Republiek – Handel en strijd in de Scheldedelta, c. 1550-1621*, Leiden, 1996, pp. 195-199; Ivo van Loo, “For freedom and fortune. The Rise of Dutch privateering in the first half of the Dutch Revolt, 1568-1609”, in Marco van der Hoeven (ed.), *Exercise of Arms – Warfare in the Netherlands (1568-1648)*, Leiden, 1997, pp. 182-185; Jan Parmentier, Karel Davids, John Everaert (ed.), *Peper; Plancius en Porselein – De reis van het schip Swarte Leeuw naar Atjeh en Bantam, 1601-1603*, Zutphen, 2003, pp. 56-58.

⁴ Cf. André Murteira, *A Carreira da Índia e o curso neerlandês, 1595-1625*, Lisboa, 2006 (policopiado), pp. 24-37.

⁵ Cf. J. van Goor, *De Nederlandse koloniën...*, pp. 32-37; Femme S. Gastra, *De Geschiedenis van de V.O.C.*, 4.ª edição, Zutphen, 2002, pp. 16-23; Henk den Heijer, “De Staten-Generaal en de Oprichting van de V.O.C.”, in Jaap R. Bruijn *et al.*, *Roemrucht Verleden – De Staten-Generaal en de V.O.C.*, Haia, 2002, pp. 8-23.

⁶ Cf. Femme S. Gastra, *De Geschiedenis...*, pp.19-20.

de indefinição, a recém-fundada companhia mostrou que se podia contar com ela para este propósito e a guerra entre os neerlandeses e a Monarquia Hispânica foi exportada definitivamente para paragens orientais.

Em 1602, pouco antes de seguir para a Ásia a primeira frota da V.O.C., os Estados-Gerais das Províncias Unidas recomendaram à companhia que enviasse menos navios ao Oriente do que até então se enviara, mas integrados em frotas maiores, bem armadas e providas de gente – de maneira a que pudessem não só comerciar livremente, como também infligir danos a inimigos ibéricos e proteger parceiros comerciais.⁷ Foi exactamente o que aconteceu nos anos seguintes: entre 1598 e 1601 tinham largado para a Ásia 62 navios, à média de 15,5 por ano; entre 1602 e 1609 – um período de oito anos – partiram 68, à média de 8,5 por ano, um decréscimo de quase metade em relação à fase anterior.⁸ Destes 68, a maior parte – 57 – seguiram em cinco grandes frotas partidas entre 1602 e 1607, cujos comandantes foram todos investidos do título de *Admiraal*, ou Almirante: a primeira, em 1602, com doze navios; a segunda, no fim de 1603, também com doze navios; a terceira, em 1605, novamente com doze navios; a quarta, em 1606, com oito navios; a quinta, no fim de 1607, com treze navios. E, tirando a primeira, todas elas largaram com o objectivo declarado de ir fazer a guerra ao Estado da Índia.

A primeira das frotas, partida em 1602, era comandada por Wijbrand van Warwijck. Não fora aprestada de início pela nova companhia e, como todas as frotas ou flotilhas neerlandesas anteriores, seguia, formalmente, para uma simples expedição comercial (o que não a impediu de praticar depois actos de corso, como já acontecera com algumas das suas predecessoras).⁹ Os estatutos da V.O.C., redigidos também em 1602, não faziam ainda adivinhar a viragem belicista que viria pouco depois.¹⁰ A mudança de política só se tornou clara com a primeira frota aprestada na íntegra pela companhia, que largou para a Ásia no fim de 1603, sob o comando de Steven van der Hagen, e que, aos propósitos comerciais das expedições precedentes, juntava já objectivos declaradamente militares, podendo, por isso, ser chamada de esquadra.

⁷ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 201.

⁸ Cf. Jaap R. Bruijn, Femme S. Gastra, Ivo Schoffier (ed.), *Dutch-Asiatic Shipping*, vol. II, pp. 2-26.

⁹ Em Janeiro de 1605, navios seus tomaram um navio português no estreito de Singapura e, mais tarde, o *St.º António* em Patane. Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 201.

¹⁰ Considera-se que contrastam significativamente com os estatutos bastante mais aguerridos da congénere mais tardia da V.O.C. no Atlântico, a Companhia das Índias Ocidentais ou W.I.C., fundada em 1621 com o propósito declarado de ajudar na guerra à Espanha. Cf. Ernst van Veen, *Decay or Defeat? An Inquiry into the Portuguese Decline in Asia, 1580-1645*, Leiden, 2000, p. 153.

2. 1604: a expedição de van der Hagen

As instruções escritas que van der Hagen levava eram precedidas de uma introdução em que se anunciava e fundamentava a decisão de tomar a ofensiva na Ásia contra espanhóis, portugueses e seus aliados.¹¹ Invocava-se, para tal, a oposição violenta dos portugueses ao comércio que os neerlandeses haviam começado a praticar em boa amizade com povos orientais, citando expressamente casos de ataques lusos a Bantem, Amboíno e a outras ilhas das Molucas, em represália pelos contactos estabelecidos pelos locais com os neerlandeses. Referia-se também a execução injusta em Macau de quinze ou dezasseis neerlandeses que procuravam somente reabastecer-se em terra, e homicídios semelhantes em Tidore e noutros sítios não nomeados. Mencionava-se, por fim, o incitamento e o suborno de autoridades locais por portugueses para actuarem contra neerlandeses, de que teria resultado a execução e o cativo de muitos deles, como em Bantem e no Achém. Por tudo isto, a V.O.C., para sua protecção, dos povos orientais seus amigos e do comércio mantido com eles, declarava a sua intenção de atacar espanhóis, portugueses e aliados, para o que fora já autorizada pelos Estados-Gerais.

Em conformidade com tal intenção, nas instruções propriamente ditas mandava-se van der Hagen ir, em primeiro lugar, ao Canal de Moçambique esperar e atacar as naus da Carreira na sua viagem para a Índia.¹² Deveria em seguida rumar à costa ocidental indiana, onde, além de destruir todos os navios portugueses que encontrasse, desfraldaria a bandeira das Províncias Unidas defronte de Goa e procuraria estabelecer alianças com príncipes locais. Só depois se dirigiria ao Arquipélago, onde, primeiro, tentaria encorajar e ajudar Johor contra Malaca, que a companhia ambicionava tomar, prosseguindo subsequentemente para as Molucas, donde tinha ordens para expulsar portugueses e espanhóis.

Estas instruções continham duas novidades importantes: as ordens para atacar ibéricos e aliados e o desvio que era prescrito à esquadra pelo Índico Ocidental durante a viagem até ao Arquipélago. Até então, os navios neerlandeses não se tinham nunca aventurado a oeste de Ceilão, de certeza porque se sabia que o grosso do poder português na Ásia estava na costa ocidental indiana. Agora que se decidira passar à ofensiva contra os ibéricos no Oriente, começava-se

¹¹ Cf. J. K. J. de Jonge, *De Opkomst van het Nederlandsch Gezag in Oost Indie*, vol. III, Haia, 1865, pp. 146-147. Sobre esta expedição em geral, cf. *ibidem*, vol. III, pp. 26-35, 146-147, 164-176 e 204-205; N. Macleod, *De Oost-Indische Compagnie als Zeemogendheid in Azië*, vol. I, Rijswijk, 1927, pp. 16-52; "Beschrijvinghe van de tweede Voyagie... Onder den Heer Admiraal Steven vander Hagen...", in Izaäk Commelin (ed.), *Begin ende voortgangh van de Nederlantsche geocroyeerde Oost-Indische Compagnie. Vervattende de voornaemste reysen bij de inwoonderen derselver provinciën derwaerts gedaan...*, vol. III, Amesterdão, 1646 (reedição fac-similada, 1970), relato I, pp. 1-4, 7-9, 34.

¹² Cf. J. K. J. de Jonge, *De Opkomst...*, vol. III, p. 29.

logo por mandar uma esquadra desafiar o Estado da Índia defronte de Goa, a sua capital. Para além deste acto simbólico, tencionava-se também, com o desvio pelo Índico Ocidental, atingir a Carreira da Índia e a navegação portuguesa em geral na região, onde se desejava ainda estabelecer alianças anti-portuguesas com os reinos locais.

No entanto, as motivações para a primeira ida de navios neerlandeses à costa ocidental indiana não foram exclusivamente militares. Os neerlandeses tinham ido à Ásia em busca das especiarias da Insulíndia (a pimenta de Java e de Samatra, o cravo das Molucas e a noz-moscada e a maçã de Banda), mas, uma vez lá chegados, perceberam rapidamente a importância dos têxteis indianos como moeda de troca no comércio da região. Mais tarde ou mais cedo, era inevitável que comessem a frequentar eles próprios os dois principais centros produtores daqueles têxteis: o Coromandel, na costa oriental indiana, e o Guzerate, na ocidental. Van der Hagen foi encarregue de estabelecer relações comerciais com a última zona, mas, antes dele, já haviam lá ido dois feitores neerlandeses a partir do Achém, num navio asiático.¹³

Era assim uma questão de tempo até os neerlandeses entrarem no Índico Ocidental, atraídos pelos têxteis do Guzerate. E é claro que isso, por si só, constituía já um risco acrescido para os navios da Carreira da Índia, pois aumentava os riscos de encontros hostis durante a viagem. Mas van der Hagen ia ao Índico Ocidental incumbido, entre outras coisas, de atacar expressamente as naus da Índia, o que era bastante pior. Ataques organizados longe das águas próximas da Europa eram uma ameaça nova para a Carreira. Quase desde o princípio da sua existência que tivera de lidar com os perigos da pirataria e do corso junto de Portugal e dos Açores, mas, nos portos portugueses, contara quase sempre com as forças navais da Coroa para saírem em sua defesa, melhor ou pior. Durante a viagem, pelo contrário, os navios estavam entregues a si próprios, um risco agravado pela sua aversão a viajarem em conjunto. E os próximos anos iriam mostrar que também não podiam contar em Goa com uma força naval de alto bordo capaz de os defender à chegada à Índia.

Van der Hagen partiu das Províncias Unidas em Dezembro de 1603 como comandante designado de doze navios, que transportavam cerca de 1200 homens. As tonelagens das embarcações variavam entre os 60 e os 900 tóneis. A tonelagem total era de 5520 tonéis.¹⁴ Depois de uma escala prolongada na ilha de Maio, em Cabo Verde, a esquadra dobrou o Cabo em Junho, após o que dois

¹³ Convidados depois pelo Samorim a visitar Calecute, foram capturados no caminho, entregues a portugueses e executados. Cf. H. Terpstra, *De Opkomst der Westerkwartieren van de Oost-Indische Compagnie (Suratte, Arabië, Perzië)*, Haia, 1918, pp. 16-18.

¹⁴ Cf. N. Macleod, *De Oost-Indische...*, vol. I, pp. 16-18. Para números ligeiramente diferentes, cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 2.

navios seguiram para as Maurícias.¹⁵ As dez velas restantes prosseguiram para Moçambique, onde chegaram a 27 de Julho.¹⁶

Não encontraram surto no porto mais que um navio de alto bordo, a chamada nau do trato, que assegurava a viagem anual da carreira Goa-Moçambique e que contava cerca de 700 tonéis. Apesar dos disparos da artilharia da fortaleza, foi facilmente tomada pelas lanchas dos navios neerlandeses, armadas com artilharia de pequeno calibre e apoiadas por um *jacht*, o *Duiffe*. Retirada do ancoradouro, foi esvaziada da sua carga de marfim e posteriormente incendiada. A população recolheu-se à fortaleza, para a defesa da qual haveria entre 30 a 60 homens disponíveis, conforme as versões, além de poucas munições.¹⁷ Os neerlandeses puderam assim desembarcar sem resistência uma força de 150 homens, embora esta também não tenha feito mais que queimar uma casa. Mais nociva foi a captura de sete navios pequenos durante a estadia na ilha, um dos quais foi convertido em *jacht* e integrado na esquadra.

Van der Hagen permaneceu em Moçambique até 15 de Agosto,¹⁸ de certeza que esperando pela armada aguardada de Portugal, que o seu regimento lhe mandara emboscar no Canal de Moçambique, como vimos. Quando partiu com o grosso da esquadra para Goa, deixou na ilha os três navios mais ligeiros que tinha, para esperarem mais alguns dias pelas naus de Portugal.¹⁹ Os três ficaram mais cinco dias, após o que retomaram também eles viagem. Vale a pena notar que não se temeu deixar os navios mais pequenos para atacar as naus que pudessem aparecer. Foram, com toda a probabilidade, escolhidos por serem navios ligeiros, aos quais custaria menos alcançar depois o resto da esquadra. De qualquer maneira, veremos à frente que, em 1608, foram também os navios mais ligeiros da esquadra de Pieter Willemsz. Verhoeff que atacaram e tomaram um galeão português, o *Bom Jesus*, ao largo de Moçambique.

Atravessado o Índico Ocidental, depois de uma escala no arquipélago das Comoros, a esquadra neerlandesa chegou a 26 de Setembro a Goa, onde se quedou quase um mês.²⁰ Uns dias antes de chegar, apresara um navio vindo da Arábia,

¹⁵ Cf. N. Macleod, *De Oost-Indische...*, vol. I, pp. 33-34.

¹⁶ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 40. A chegada a Moçambique deu-se a 17 de Junho, segundo Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 3; e a 25 de Julho, segundo A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos que os Olandezes puzerão à fortaleza de Mozambique o anno de 607 e 608...”, in *Stvdia* 12 (1963), p. 483.

¹⁷ Cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia*, Lisboa, 1952, p. 420; carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo Portuguez Oriental*, fascículo I, parte II, Nova Goa, 1876, p. 131.

¹⁸ Cf. N. Macleod, *De Oost-Indische...*, vol. I, p. 46; até 25 de Agosto, segundo Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 3, e A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya...”, p. 483.

¹⁹ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 3; N. Macleod, *De Oost-Indische...*, vol. I, p. 46.

²⁰ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, pp. 4 e 7; N. Macleod, *De Oost-Indische...*, vol. I, pp. 46-51; J. K. J. de Jonge, *De Opkomst...*, vol. III, pp. 164-165; carta da

que deixara seguir em paz depois de concluir que não trazia bens de portugueses a bordo. Em Goa, também não teve ocasião de fazer presas, apesar de ter podido até fundear imperturbada no surgidouro habitual das naus – onde não encontrou, no entanto, naus para atacar. A impotência das duas fortalezas vizinhas – a de Bardez, e a da chamada ponta de Gaspar Dias, na ilha de Goa – para impedir os neerlandeses de ancorarem ali foi explicada por uma alegada má qualidade da pólvora, que teria incapacitado a sua artilharia. Que o problema era mais fundo, prova-o, porém, a decisão célere que se seguiu de construir uma nova fortaleza expressamente para proteger o surgidouro, o futuro forte da Aguada.

Os portugueses lamentaram não terem no porto um galeão sequer para lançar contra os inimigos, mas, se os galeões, como as naus da Carreira, não podiam ancorar senão neste surgidouro – o que não é muito claro – teriam sido presa fácil para tantos navios neerlandeses. Assim, as únicas embarcações que estes encontraram na barra foram galés e uns “navios de guerra” (“Oorlochs Schepen”²¹) de tipo não especificado, talvez fustas. Ainda consideraram atacar os últimos, fundeados algures em Bardez, mas a multidão de gente que, na praia, os defendia dissuadiu-os (deduz-se que os navios teriam de estar fundeados muito próximos da costa). Quanto às galés, nada fizeram para os atacar a eles, contentando-se com vigiá-los e escapando, graças à sua mobilidade, às tentativas para capturá-las. Por outras palavras, os navios que os portugueses tinham disponíveis não bastavam claramente para combater os seus inimigos, mas bastavam, nas circunstâncias, para se porem a salvo deles, coisa que navios de alto bordo possivelmente não teriam conseguido fazer.

A esquadra largou para sul, para o Malabar, quando viu surgirem mais onze “navios de guerra” portugueses na barra.²² Provavelmente, estas embarcações fizeram parte da armada de “vinte navios de remo” mandada de Goa no encalço dos inimigos, para tentar impedi-los de contactarem com terra.²³ Não cumpriu o objectivo, pois os neerlandeses puderam desembarcar quer em Cananor, quer em Calecute, quer no porto de “Chitua” (para onde os mandaram, de Calecute, ir ter com o Samorim, ausente então da sua capital).²⁴ Houve, no entanto, a registar dois recontros da armada com as “lanchas e pataxos”²⁵ da esquadra da V.O.C. Os neerlandeses chamaram aos navios adversários *fregatten* e, no primeiro recontro, tomaram um, que encalhou e era tripulado por 80 homens, quinze

Câmara de Goa ao Rei, 1604, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 131; Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, p. 419.

²¹ Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 4.

²² Cf. *ibidem*, vol. III, relato I, p. 7.

²³ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 131.

²⁴ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 131.

²⁵ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 131.

portugueses e 65 “mouros” (*mooren*), a maioria dos quais morreu afogada, depois de fugir deitando-se à água.²⁶ Foi ainda no Malabar que os três navios deixados em Moçambique se reencontraram com a esquadra.²⁷

Vimos que van der Hagen levava instruções expressas para firmar tratados de aliança com soberanos da costa ocidental indiana. Contactou, para tal, o Ali Raja de Cananor e o Samorim de Calecute, que responderam de maneira diferente. O Ali Raja escreveu ao Almirante uma carta, comunicando-lhe a antiguidade dos laços que ligavam a sua família aos portugueses e que não pretendia agora quebrar. Embora tivesse o cuidado de não hostilizar os neerlandeses, pediu-lhes que se retirassem, o que foi satisfeito.²⁸ Já o Samorim recebeu van der Hagen em pessoa e os neerlandeses encontraram nele o aliado local que procuravam, como se viu pelo tratado escrito que resultou das conversações, onde ficou firmada – no papel – uma aliança indissolúvel contra os portugueses e os seus associados para os expulsar da terra do Samorim e de toda a Índia.²⁹ Acordou-se que a V.O.C. enviaria, na próxima oportunidade, navios e gente ao Malabar, assim como feitores para residirem em Calecute, onde deveria ser construída uma fortaleza que ficaria na posse e jurisdição da companhia. Estabeleceu-se também que ninguém poderia navegar entre Goa e o Cabo Comorim sem salvo-condutos do Samorim, sendo considerado boa presa quem fosse apanhado sem um. Nenhuma das duas partes poderia negociar a paz com os portugueses sem o consentimento da outra.

Convém notar que embora Calecute fosse, historicamente, o inimigo por excelência dos portugueses no Malabar, se encontrava então em paz com o Estado da Índia. Residia na cidade um feitor da Coroa portuguesa, que tentou impedir que os neerlandeses lá negociassem. E um padre jesuíta protestou junto do Samorim pelo bom acolhimento dado a van der Hagen, achando-o, na aparência, “dezejozo de conversar a paz” e recebendo garantias de que “que inteiramente cumpreria co nossa amizade, o que assy fes no publico”.³⁰ Veremos que o soberano de Calecute soube manter a mesma prudente duplicidade durante as duas passagens seguintes de esquadras da V.O.C. pelo Malabar, em 1607 e 1608.

²⁶ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 8; J. K. J. de Jonge, *De Opkomst...*, vol. III, pp. 168-170.

²⁷ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 8. As fontes portuguesas afirmam que em Goa surgiram primeiro sete velas neerlandesas – o número de navios da esquadra sem os *jachten* deixados em Moçambique – e, depois destas partirem para o Malabar, outras três; cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 131; carta régia ao Vice-Rei, 18/1/1607, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol. I, Lisboa, 1880, p. 101.

²⁸ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, pp. 7-8; J. K. J. de Jonge, *De Opkomst...*, vol. III, pp. 167-168.

²⁹ Cf. *ibidem*, vol. III, pp. 204-205.

³⁰ Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, pp. 420-421.

Depois de despedir-se do Samorim, van der Hagen dividiu a esquadra, enviando dois navios ao norte sondar os mercados do Guzerate – como constava, como vimos, das suas instruções – e seguindo com os restantes para Cochim, a sul. Aí, avistou alguns navios fundeados no porto, onde, porém, preferiu não entrar, por não dispor de pilotos para o guiarem.³¹ Prosseguiu assim viagem para Bantem, não realizando mais nada digno de nota no Índico Ocidental.

Já a jornada dos dois navios enviados ao norte foi proveitosamente destrutiva, causando mais danos aos portugueses do que tudo o que o grosso da esquadra neerlandesa fez entre Goa e Ceilão. Segundo fontes portuguesas, as duas embarcações seguiam acompanhadas de um “patacho”, que foi tomado por uma armada de remo lusa em Surate, já somente com um neerlandês a bordo. A mesma armada, porém, não pôde impedir que ficasse instalada na cidade uma feitoria da V.O.C.; e uma fonte afirma que, apesar de muito numerosa, também nada pôde fazer contra os dois navios grandes, que se “fizerão á vela não fazendo caso da armada de remo, como cousa que tão pouco nojo lhes podia fazer, sendo [eles] duas navetas, e os navios mais de cincoenta”.³² Segundo outra versão, o mau tempo teria impedido a armada de atacar os navios da V.O.C. depois de chegar e, quando amainou, os inimigos já teriam partido.³³

Os neerlandeses perderam um patacho nesta sua passagem pela costa norte da Índia Ocidental, mas, por sua vez, capturaram e incendiaram duas naus portuguesas na região: uma, propriedade do capitão de Ormuz, tomada perto de Chaul; outra, designada apenas como uma “náó de Dio”.³⁴ Mais importante, quando voltavam ao sul, queimaram também um navio em Cochim, fazendo assim o que van der Hagen não ousara quando lá estivera: atacar navios fundeados no porto.³⁵ Este, lembremo-lo, era, a par de Goa, o porto de chegada habitual das naus da Carreira, e o ataque veio revelar a sua preocupante vulnerabilidade. Os dois navios da V.O.C. rumaram em seguida a Ceilão, onde se quedaram na ponta de Gale durante meses, capturando vários navios portugueses vindos do Golfo de Bengala.³⁶ Já em 1605, tiveram um recontro inconclusivo, em Gale,

³¹ Cf. Izaäk Commelin (ed.), *Begin...*, vol. III, relato I, p. 34.

³² Carta da Câmara de Goa ao Rei, 1605, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 137.

³³ Cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, pp. 422-423.

³⁴ Carta da Câmara de Goa ao Rei, 1605, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 137.

³⁵ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1605, in *ibidem*, fascículo I, parte II, pp. 136-137; Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, p. 423; carta de Diogo do Couto a D. Francisco da Gama, 23/12/1605, transcrita in Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses e o Império Oriental Português*, 2 vols., Lisboa, 1975 (policopiado), vol. II (apêndice documental), p. 22.

³⁶ As fontes neerlandesas são omissas sobre o sucedido com estes navios. Uma fonte portuguesa afirma que, antes de chegarem a Ceilão, se lhes juntou outro navio da V.O.C., vindo da Europa. Cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, pp. 423-424.

com dois ou três galeões portugueses enviados no seu encalço, após o que largaram de Ceilão para destino incerto. Os galeões faziam parte de uma armada de cinco velas que se chegou a ajuntar em Chaul em Janeiro de 1605, para mandar atrás dos neerlandeses, mas da qual acabaram por partir para sul apenas dois galeões, aos quais se terá talvez juntado outro em Cochim.³⁷

Há que dizer, no entanto, que, no tocante aos navios da Carreira propriamente ditos, os neerlandeses não conseguiram nada na sua primeira expedição de curso ao Índico Ocidental. A razão – pouco lisonjeira para os portugueses – foi que a armada partida de Lisboa para a Índia em 1604 teve uma viagem desastrosa: os cinco navios que a compunham largaram a 30 de Abril, uma data muito tardia, e, por conseguinte, três arribaram, um perdeu-se no Canal de Moçambique e o quinto teve de invernar em Moçambique (onde chegou fora de época, quando os navios que van der Hagen lá deixara já haviam seguido para a Índia). Ou seja, num ano em que a V.O.C. tinha envidado um esforço considerável para perturbar o funcionamento da Carreira, não foi precisa, afinal, a sua intervenção para garantir que nenhum navio português chegasse em tempo útil à Ásia. Parecia que não era preciso a navegação da Carreira ser atacada para apresentar maus resultados. Veremos que não foi a última vez que tal aconteceu.

3. 1606-1607: as expedições de Haultain e van Heemskerck a águas ibéricas

A terceira grande frota da V.O.C., depois das de Warwijck e de van der Hagen, foi a de Cornelis Matelieff. Partiu em 1605 para o Oriente e, ao contrário da sua antecessora e das duas frotas seguintes, passou ao largo do Índico Ocidental na viagem, seguindo directamente para a Ásia do Sueste. Originalmente, planeava-se enviar dois dos seus onze navios ao Guzerate, mas, numa escala nas Maurícias, Matelieff encontrou van der Hagen, que retornava à Europa e o informou que os portugueses estavam a reunir forças em Malaca. Preocupado com a notícia, o Almirante optou por seguir com todas as suas velas para o Estreito de Malaca, poupando assim a costa ocidental indiana a uma nova visita de navios neerlandeses.³⁸

A V.O.C. só regressou em 1607 ao Índico Ocidental, com a esquadra de Paulus van Caerden. Antes, porém, foram as águas vizinhas da Península Ibérica a ser assoladas por expedições de curso neerlandesas. Em Setembro de 1605, tinham-se iniciado negociações para estudar o envio de uma esquadra à Península Ibérica entre representantes do estado e da Companhia. Esta acabou por contribuir com um subsídio de 125 000 florins, obrigando-se em troca a esquadra

³⁷ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1605, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo I, parte II, p. 138; Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, pp. 427-430.

³⁸ Cf. H. Terpstra, *De Opkomst der Westerkwartieren...*, pp. 20-21.

a ir postar-se diante de Lisboa para estorvar o tráfego da Carreira.³⁹ A utilidade militar da nova companhia na guerra contra a Espanha ficou mais uma vez demonstrada: depois de tomar a seu cargo uma ofensiva contra possessões ibéricas asiáticas que estava fora das possibilidades do estado, vinha agora subsidiar uma grande expedição naval a águas ibéricas, coisa que o estado, por si próprio, não desejaria fazer, depois das perdas financeiras da primeira expedição neerlandesa do género, comandada por Pieter van der Does em 1599.⁴⁰

A esquadra partiu em Janeiro de 1606, sob o comando de Willem de Soete, senhor de Haultain.⁴¹ Compunha-se de 23 navios, bastante menos que os 73 de van der Does, seis anos antes. Teve uma viagem difícil e só conseguiu chegar a Lisboa em Abril. Idealmente, os navios da Carreira já deviam ter partido então, pois não era considerado recomendável fazê-lo depois de Março. Na prática, tal acontecia com frequência, como foi o caso neste ano de 1606: atrasadas por dificuldades financeiras, uma armada de três naus e outra de cinco galeões ainda se estavam a preparar para a viagem. A chegada dos neerlandeses, que se postaram ao largo do porto, inviabilizou de vez a partida. Optou-se antes por concentrar esforços no aprestamento de uma armada luso-castelhana para ir dar batalha aos inimigos, que se entregavam entretanto ao curso com bastante sucesso, tomando vários navios à entrada de Lisboa.⁴²

A 15 de Maio, a armada fez-se finalmente ao mar, sob o comando do almirante castelhano D. Luís Fajardo, mas parece que não conseguiu já encontrar Haultain, que, com falta de provisões, regressou cedo às Províncias Unidas, onde desembarcou a 16 de Junho.⁴³ Sabe-se que Fajardo seguiu para o Algarve, provavelmente em busca dos neerlandeses que já não terá encontrado ao largo de Lisboa e que deviam estar então de regresso a casa. A 7 de Junho, aportou de novo a Cascais, donde voltou a largar pouco depois.⁴⁴

Nas Províncias Unidas, entretanto, Haultain preparava uma nova expedição, entusiasmado com os lucros que a primeira rendera.⁴⁵ Parecia, afinal, que, ao contrário do que acontecera em 1599, era possível levar a cabo um raide naval de grande escala a águas ibéricas sem perder dinheiro. Logo em Setembro, voltou a fazer-se ao mar, não se sabe com quantos navios, mas subsidiado de novo pela V.O.C. As coisas, contudo, não lhe correram tão bem como da primeira vez.

³⁹ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, pp. 188-189.

⁴⁰ Cf. André Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 37-39.

⁴¹ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, pp. 188-190.

⁴² Cf. Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), pp. 125-126.

⁴³ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 189.

⁴⁴ Parece ter tido um encontro com navios neerlandeses junto das Berlengas, mas não sabe quando, em que circunstâncias e com que neerlandeses, ao certo. Cf. Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), pp. 125-126.

⁴⁵ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 190.

Extraviou-se de seis dos seus navios, três dos quais foram forçados a voltar a casa por falta de água. Em 6 de Outubro, teve um confronto com uma armada espanhola perto do Cabo de S. Vicente, do qual não se sabe nada em concreto. Regressou a casa no princípio de Dezembro, com pouco para mostrar, pois os lucros do curso desta vez foram magros. Para completar o desapontamento, os maus resultados da expedição deram origem a um inquérito.

Quanto aos efeitos que estas duas expedições tiveram sobre a Carreira, vimos já que a primeira impediu a partida de navios para a Índia em 1606.⁴⁶ Falta ver o que sucedeu com as naus partidas da Índia que deviam ter chegado a Lisboa em 1606.⁴⁷ Eram cinco, mas só uma, a *Palma*, concluiu a viagem, aportando a Lisboa a 30 de Outubro. A *Salvação* e a *Mártires* haviam chegado antes, mas perderam-se as duas na barra, uma a 13 e outra a 15 de Setembro.⁴⁸ Por sua vez, a *Bettencourt* e a *S. Jacinto* vararam ambas em Madagáscar, em sítios diferentes, após o que a primeira foi invernada a Mombaça e a segunda a Moçambique; a *Bettencourt* voltou em seguida à Índia, onde foi julgada inapta para nova viagem; a *S. Jacinto* prosseguiu penosamente a jornada, escalando Luanda e finalmente, já em 1607, a Terceira, donde já não a deixaram sair, mandando a fazenda e a gente para Lisboa noutros navios.

Temos, portanto, que só três naus da Índia chegaram à vista de Portugal em 1606. A *Salvação* e a *Mártires* não poderiam ter sido incomodadas por Haultain, pois entraram na barra em meados de Setembro, isto é, depois da retirada da primeira esquadra neerlandesa e antes da chegada da segunda. Já a *Palma* aportou a 30 de Outubro, quando, pelo pouco que se sabe, se calcula que a segunda esquadra sulcasse águas portuguesas. É possível que fosse ela a “carraca”, que, segundo as fontes neerlandesas, foi atacada sem sucesso por três navios desgarrados de Haultain entre o Cabo de S. Vicente e Setúbal.⁴⁹

Seja como for, o facto é que a viagem Índia-Portugal em 1606 correu muito mal para a Carreira. É verdade que se conseguiu fazer chegar ao destino o grosso da gente e da fazenda da *Salvação*, da *S. Jacinto* e da *Bettencourt*, apesar de os navios terem ficado pelo caminho: a *Salvação* evacuou-se a tempo antes de se afundar, ao contrário da *Mártires*; a carga e o pessoal e passageiros da *S. Jacinto* foram, como vimos, desembarcados na Terceira e remetidos para Lisboa noutras embarcações; e os da *Bettencourt*, depois da sua arribada à Índia, transferiram-se para outro navio, a *Conceição*, que aportou a Portugal em 1607. Mesmo assim, os prejuízos foram consideráveis, pois, para além da perda dos três navios, as

⁴⁶ Ponderou-se ainda enviar três galeões à Índia em Setembro, fora da época normal da viagem, mas o projecto foi abandonado. Cf. carta régia a Vice-Rei, 27/1/1607, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, pp. 130-131.

⁴⁷ Para referências bibliográficas, cf. a nota 133 deste artigo.

⁴⁸ O naufrágio da *Mártires* é bem conhecido devido à recente recuperação arqueológica dos seus restos. Cf. *Nossa Senhora dos Mártires – a Última Viagem*, Lisboa, 1998.

⁴⁹ Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 190.

cargas da *S. Jacinto* e da *Bettencourt* chegaram a Lisboa com um ano de atraso e custos acrescidos. As duas esquadras de Haultain tinham sido subsidiadas pela V.O.C. com o fito de infligir danos à Carreira da Índia. A primeira conseguiu frustrar a partida das duas armadas que deviam largar de Portugal em 1606, mas nem ela, nem a segunda lograram interferir com a chegada das naus. Não foi por causa dos neerlandeses que quatro dos cinco navios que deviam ter chegado esse ano não chegaram, mas por demérito próprio dos portugueses.

O insucesso da segunda expedição de Haultain não demoveu os neerlandeses dos raides a águas ibéricas. Em 1607, confiou-se a Jakob van Heemskerck o comando de uma nova esquadra de 26 ou 27 navios, subsidiada outra vez pela V.O.C., com 125.000 florins.⁵⁰ Visava-se de novo impedir a partida de navios portugueses para a Índia, mas o tempo impediu que se largasse antes do fim do Março, dois meses depois do acordado com a Companhia. Ora, após a má experiência do ano anterior, os portugueses, desta vez, não permitiram atrasos: três naus foram despachadas para a Índia logo no princípio de Fevereiro e uma nau e três galeões em Março (os três galeões formavam uma armada à parte, destinada a permanecer no Índico e dotada de um capitão-mor próprio). Quando van Heemskerck chegou a Lisboa, constatou, assim, que já não havia muito que pudesse fazer por lá. Optou, então, por seguir para Gibraltar, onde estava fundeada uma armada espanhola que a esquadra neerlandesa desbaratou a 25 de Abril, num combate famoso que custou a vida ao seu comandante.

Com os espanhóis destroçados, a esquadra regressou às águas portuguesas e dividiu-se, seguindo uma parte para bloquear Lisboa e outra para os Açores. Tal constituía um perigo evidente para os três navios vindos do Oriente que estavam então para chegar: a *Conceição*, que, como vimos, substituíra a *Bettencourt*, arribada à Índia o ano anterior; a *S. Jacinto*, que, como também vimos, invernara em 1606 em Moçambique e escalara depois Luanda; e a *Oliveira*, que aportara danificada a Goa em 1605, invernara lá um ano para reparações e, no regresso, escalara igualmente Luanda, onde se juntara à *S. Jacinto*.

À frente vinha a *Conceição*, que, a 23 de Junho, ao passar ao largo dos Açores, recebeu duma caravela uma carta régia a avisar as naus da Índia da presença de navios neerlandeses defronte de Lisboa e a mandar-lhes por conseguinte aportar ou à Terceira, ou à Corunha.⁵¹ Acompanhava-a, contudo, uma carta posterior do Vice-Rei de Portugal, alertando para o avistamento de dez navios neerlandeses perto de S. Miguel, o que mostrava que eles andavam também pelos Açores, pelo que se deixava o que fazer ao critério dos capitães das naus.

⁵⁰ Cf. *ibidem*, pp. 190-192.

⁵¹ Para tudo o que aconteceu daqui em diante com a *Conceição*, cf. Maria de Fátima Ferros de Azevedo, *Uma Viagem da Índia para o Reino em 1605-1607 – as Relações Inéditas de Nicolau da Orta Rebelo e de Antão de Mesquita* (policopiado), Lisboa, 1964, vol. II (apêndice documental), pp. 206-213.

Informado pela caravela de que, até há dois dias atrás, não se tinha visto neerlandeses na Terceira, o capitão decidiu tentar a sorte lá. Encontrou, de facto, o porto desimpedido de inimigos, mas, alguns dias depois, a 5 de Julho, avisaram de S. Miguel que os neerlandeses se dirigiam à Terceira para tomarem a nau. A 6 de Julho, uma esquadra de, alegadamente, 22 navios atacou a *Conceição*, mas, com a nau bem defendida pelas duas fortalezas do porto, teve de retirar. Continuou, no entanto, a rondar o arquipélago, o que causou preocupação quando uma caravela do Brasil de escala na Terceira trouxe a notícia de que a *S. Jacinto* e a *Oliveira* haviam partido juntas de Luanda e deveriam passar pelos Açores dentro de quinze dias. Escreveu-se assim para o continente a pedir o envio duma armada às ilhas.

A esquadra inimiga deixou o arquipélago a 25 de Agosto, permitindo a *S. Jacinto* e à *Oliveira* aportarem sem problemas à Terceira a 8 de Setembro. A primeira vinha, porém, a meter água e foi julgada incapaz de prosseguir viagem, mandando-se descarregá-la. Pouco depois, chegou a armada de escolta pedida ao continente, uma imponente força luso-castelhana de nada menos que 40 galeões, comandada pelo mesmo D. Luís Fajardo que fora o ano passado enviado a dar caça a Haultain. A 14 de Setembro, partiu com a *Conceição* e a *Oliveira* para Lisboa. A sua utilidade ficou demonstrada quando, a 28 de Setembro, os navios se depararam com a esquadra neerlandesa, para a qual as duas naus sozinhas teriam sido de certeza uma presa fácil. Assim, face à superioridade numérica da armada, optou por retirar, sendo perseguida em vão pelos ibéricos. O mau tempo cancelou abruptamente a perseguição e dispersou a armada, obrigando a *Conceição*, entre outros, a ir abrigar-se a Vigo, donde só depois pôde seguir para Lisboa. A *Oliveira*, pelo que se sabe, conseguiu chegar directamente à capital portuguesa.

A façanha de Gibraltar garantiu um balanço triunfal da expedição de van Heemskerck nas Províncias Unidas, embora, financeiramente, ela tivesse dado prejuízo. Foi, contudo, a última do seu género, depois de três expedições seguidas em dois anos. A interrupção deveu-se ao progresso das conversações hispano-neerlandesas, que começaram em segredo em 1606 e donde resultou em 1607 um cessar-fogo na Flandres.⁵² Continuou-se depois a negociar, em busca duma paz definitiva entre as duas partes. A principal dificuldade era a presença neerlandesa na Ásia, que o lado espanhol não aceitava e de que o neerlandês não abdicava.⁵³ É significativo que, cessando as expedições contra ibéricos na Europa, elas tenham prosseguido na Ásia, como prova o envio da esquadra de Pieter Willemisz Verhoeff ao Oriente no fim de 1607. Antes de falar dela, contudo, é altura de tratar da expedição imediatamente anterior, a de Paulus van Caerden,

⁵² Cf. Victor Enthoven, *Zeeland...*, p. 191.

⁵³ Cf. Jonathan I. Israel, *La República Holandesa y el Mundo Hispánico, 1606-1661*, Madrid, 1997 (edição original em inglês: 1982), pp. 25-46.

que partiu quando decorria a primeira jornada de Haultain em águas ibéricas e repetiu o itinerário de van der Hagen no Índico Ocidental, passando por Moçambique, Goa e pelo Malabar.

4. 1607: a expedição de van Caerden

Foi no princípio de Junho de 1606 que van Caerden largou com uma esquadra de oito navios da ilha de Wight.⁵⁴ As tonelagens dos navios oscilavam entre os 340 e os 700 tonéis. A esquadra tinha uma tonelagem total de 4.300 tonéis e transportava 1.060 homens.⁵⁵ Ao largo da costa portuguesa, soube que a armada de D. Luís Fajardo andava no mar e encontrou dois navios transviados da esquadra de Haultain, que acompanhou durante alguns dias. Teve depois uma viagem longa e penosa, com escalas prolongadas na África Ocidental, pelo que chegou a Moçambique apenas a 29 de Março de 1607, cerca de dez meses depois de partir e quando, no Atlântico, decorria já a expedição de van Heemskerck.⁵⁶

A fase final da viagem, a subida da costa oriental africana, foi custosa, por ter sido efectuada contra a monção então dominante. Estava-se na altura em que costumavam chegar a Moçambique navios, não do sul, mas do norte, da Índia. Apenas nove dias antes, dois galeões vindos de lá tinham alertado para a possibilidade de um ataque neerlandês à praça, de que Goa fora avisada por via terrestre.⁵⁷ Apesar disso, a surpresa perante a aparição da esquadra foi total. Ninguém esperava que ela viesse fora da monção habitual, que foi aquela em que, em 1604, chegou van der Hagen e, em 1608, Pieter Willemisz. Verhoeff, ambos no fim de Julho.

Chegar fora de época não dava a van Caerden apenas o benefício da surpresa. Permitia-lhe também, em princípio, demorar-se mais do que teria podido fazer se tivesse surgido na ilha entre Junho e Agosto, a época em que era costume pararem lá os navios vindos da Europa. Isto porque uma nova mudança da monção obrigava quem queria prosseguir viagem até à Índia a partir antes do fim de

⁵⁴ Onde o contingente holandês da esquadra, partido mais cedo, esperara uns dias pelo zelandês. Sobre esta esquadra, em geral, cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis van de V.O.C. naar Oost-Indie onder het beleid van admiraal Paulus van Caerden, uitgezeild in 1606*, 2 vols., Haia, 1968-1970.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 97.

⁵⁶ Sobre a estadia da esquadra em Moçambique, em geral, cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, pp. 102-113 e 167-177; carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, pp. 127-131; A. Meyrelles do Souto (ed.), "Hystorya dos cercos...", pp. 484-533; João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Lisboa, 1999, pp. 301-305.

⁵⁷ Cf. A. Meyrelles do Souto (ed.), "Hystorya dos cercos...", pp. 488-489; carta do Governador D. Frei Aleixo de Meneses, 29-12-1607, transcrita in Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), p. 132.

Agosto. Van der Hagen não pudera assim ficar mais que algumas semanas e o mesmo aconteceria, em 1608, com Verhoeff. Já van Caerden, chegando em fim de Março, tinha garantido, em princípio, mais de quatro meses de estadia.

É possível que tenha sido a perspectiva de uma estadia mais longa a motivar a esquadra neerlandesa a franquear a barra do porto para ir fundear no chamado “surgidouro do rio”, entre a costa norte da ilha e a terra firme defronte. Precisou, para tal, de passar pelo fogo da fortaleza, que se situara na ponta nordeste da ilha exactamente para defender a entrada da barra. Van der Hagen, antes, e Verhoeff, depois, optaram antes por fundear junto da ilha de S. Jorge, fora do alcance da artilharia da fortaleza. Esta, no entanto, não se mostrou capaz de perturbar seriamente a passagem da esquadra.⁵⁸ Os neerlandeses só tiveram um momento de alguma aflição quando um dos seus maiores navios, o *Der Veer*, encalhou e as lanchas o tiveram de rebocar sob fogo para uma distância segura.

Tal como não se mostrou capaz de tolher ao inimigo a entrada da barra, a fortaleza mostrou-se também impotente para impedir a captura dos navios portugueses fundeados à sua sombra. Um “galeoto” e dois galeões chegados da Índia, sem gente a bordo, foram rebocados para longe pelas lanchas neerlandesas, apesar de os terem chegado “omais que puderão á fortaleza. p.^a que à sombra da artilheria ficassem mais seguros”.⁵⁹ Repetiu-se assim o ocorrido em 1604 com a nau do trato tomada por van der Hagen.⁶⁰ Como se repetiu o tranquilo desembarque neerlandês na ilha, com 700 homens, que os canhões portugueses foram igualmente incapazes de evitar, ou sequer incomodar. Só que, desta vez, os neerlandeses não se contentaram somente com uma surtida simbólica, mas montaram cerco à fortaleza.

Ao contrário do que os portugueses pensaram, a esquadra não trazia ordens nenhuma para conquistar a fortaleza. A decisão de tentar o cerco foi tomada no local. Na carta em que ela foi explicada aos directores da Companhia, van Caerden relata como um cativo português o inteirara de que Goa acabara de mandar aviso do envio de uma grande armada de Portugal, que se previa chegar à ilha dentro de um mês (uma informação que a capital do Estado da Índia recebera, obviamente, por terra). A utilidade potencial de ter a fortaleza ocupada em tal ocasião motivou o cerco, a que os neerlandeses se sentiram também encorajados pela falta de resistência encontrada, quer na captura dos navios, quer no desembarque. Encorajantes foram igualmente as declarações de alguns negros velhos, testemunhas da construção da fortaleza décadas atrás, que afirmaram que

⁵⁸ Os portugueses reivindicaram ter morto muita gente nos navios, mas as fontes neerlandesas não registam baixa alguma, não havendo também notícia de nenhum navio ter ficado incapacitado.

⁵⁹ A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, p. 493.

⁶⁰ Como sucedera com a nau do trato, os dois galeões foram posteriormente queimados. O galeoto, pelo contrário, foi integrado na esquadra neerlandesa.

as muralhas conteriam uma grossa camada de areia no interior. Por causa disso, pensou-se que seriam pouco sólidas e vulneráveis a acções de bombardeamento.⁶¹

Feitas com areia ou não, as muralhas sustiveram satisfatoriamente o bombardeamento. Van Caerden culpou a falta de munições para a artilharia mais pesada pelo insucesso.⁶² Outra fonte neerlandesa já não se coibiu de elogiar a solidez da fortaleza, que teria aguentado firme os disparos das peças mais pesadas, os *halve cartouwen*.⁶³ Fosse como fosse, falhado o recurso aos canhões, recorreu-se ao outro método ofensivo consagrado na guerra de cerco da época: a minagem das muralhas. Para levá-la a cabo, era preciso chegar perto da fortaleza, o que foi feito através de trincheiras, primeiro, e, depois, debaixo de estruturas móveis de madeira⁶⁴ – que os portugueses, na sequência de uma surtida nocturna, incendiaram quando se estava já perto do objectivo. Este revés, depois de cerca de um mês de operações, convenceu o comando neerlandês a levantar o cerco e retirar da ilha, no fim de Abril. Van Caerden justificou a decisão com as baixas sofridas (cerca de 25 mortos e 70 a 80 feridos; dos portugueses morreram 13), os muitos doentes e o descontentamento das tropas.⁶⁵ Outra fonte neerlandesa dá o número crescente de doentes como razão principal, afirmando que se estava a mandar 20 a 30 por dia para os navios para convalescerem.⁶⁶

O fracasso do cerco foi descrito com triunfalismo previsível nas fontes portuguesas. Realçou-se, em particular, a inferioridade numérica dos sitiados, que contariam apenas 60 homens capazes de pegar em armas, entre soldados e casados. Quase nenhum deles era membro da guarnição regular, pois a maior parte dela fora a terra firme, “aos rios”, acompanhada de uma quantidade também significativa dos casados locais. Muito provavelmente, tratava-se de uma das expedições mercantis em que os capitães tinham o hábito de empregar as tropas, apesar de a Coroa o proibir, para não desguarnecer a fortaleza.⁶⁷ A sua ausência foi compensada por uns quantos casados que tinham ficado na ilha e por um contingente de soldados proveniente de Melinde, que lá parara a caminhos dos rios (numa expedição mercantil...). Note-se que a guarnição prescrita fora até

⁶¹ Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in A. De Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. II, pp. 128-129.

⁶² Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, p. 129.

⁶³ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 105.

⁶⁴ Os neerlandeses chamaram-lhe *huyskens*, os portugueses, “mantas”. Segundo Bluteau, mantas são “maquinas bélicas [...] (que) se fazem para encubrir da vista do inimigo, & do pez, resina, alcatrão, & outras cousas, que lhe lanção do alto”; cf. Rafael Bluteau, *Vocabulario portu-guez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico...*, vol. V, Lisboa, 1716.

⁶⁵ Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, p. 129.

⁶⁶ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 109.

⁶⁷ Cf. carta régia ao Vice-Rei, 26/2/1605, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, pp. 1-2.

então de 100 soldados, número que o rei, nesse ano, achara bem aumentar para 150, por causa da ameaça neerlandesa.⁶⁸

Quanto à artilharia, diz-se somente que as peças disponíveis eram poucas, os seus reparos maus, e que a pólvora não abundava, apesar de ter acabado de chegar alguma da Índia. Armas pessoais – mosquetes e piques – em bom estado seriam nenhuma, mas a falta foi suprida pelos arsenais privados dos casados, onde as havia em abundância. Se juntarmos a isto o papel dos mesmos casados na composição da guarnição improvisada de 60 homens, temos mais um exemplo de um fenómeno conhecido: a compensação das carências do aparelho militar do Estado da Índia pelo recurso às comunidades portuguesas locais.

Nem todos os civis, porém, eram militarmente aproveitáveis. A princípio, os civis sem préstimo militar foram mesmo demais. Se a fortaleza tivesse sido eficazmente isolada do exterior, isso teria podido criar problemas. Continuou, contudo, em contacto com a terra firme, aonde se ia buscar mantimentos de noite, em canoas que as lanchas neerlandesas raramente conseguiam interceptar. A dado momento, graças a informações recebidas de escravos que tinham ficado fora das muralhas, os portugueses convenceram-se de que os sitiados pretendiam render à fome e à sede. Organizaram, em consequência, a evacuação para a terra firme de 500 pessoas, entre escravos e doentes. Despejada assim a fortaleza de gente inútil, ficou provida com mantimentos para sete meses. Vimos que o cerco acabou por durar apenas um mês. Se, porventura, os neerlandeses o tivessem querido prolongar, só o poderiam fazer até cerca de meados de Agosto, sob risco de perderem a monção para prosseguirem viagem. Disporiam assim de mais três meses e meio, muito menos do que os sete meses necessários para esgotar as provisões dos portugueses. Além de que estes teriam podido continuar a abastecer-se em terra firme, pois a gente de van Caerden não conseguiu nunca interromper a sua comunicação com a margem oposta.

O intercâmbio continuado com a terra firme foi possível apenas devido à cooperação das suas populações. Esta esteve longe de ser espontânea: resultou, sim, do envio de dois homens “práticos na lingua da terra; e experimentados na comunicação dos naturaes” para parlamentar com as autoridades locais.⁶⁹ O abastecimento da fortaleza foi acordado a troco do fornecimento de contas e roupas, os produtos de troca tradicionais na região. Os neerlandeses também mandaram uma embaixada conferenciar com os poderes locais, presidida pelo Vice-Almirante em pessoa, para pedir que cessasse a assistência aos portugueses. Como o pedido não foi acolhido, recorreram à força, atacando as canoas atracadas e os poços de água da terra firme, e, num episódio de grande violência, massacrando os 36 tripulantes de duas canoas interceptadas a caminho da fortaleza. Tal comportamento não podia divergir mais do que depois fizeram na costa

⁶⁸ Cf. carta régia ao Vice-Rei, 18/1/1607, in *ibidem*, vol. I, p. 91.

⁶⁹ A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, p. 505.

ocidental indiana, onde praticaram uma política deliberada de não hostilização dos povos naturais.

Com a retirada para os navios quase completa, van Caerden propôs ao capitão português poupar a povoação da destruição a troco de um resgate. Recusada a oferta, procedeu-se ao incêndio sistemático das habitações e ao abate em série das palmeiras que cobriam a ilha. Recolhidos em seguida às suas embarcações, os neerlandeses optaram por abandonar o surgidouro do rio. À saída da barra, houve que enfrentar o fogo da fortaleza, como já sucedera à entrada. Também tal como à entrada, um dos navios maiores, o *Zierikzee*, encalhou, só que, desta vez, sujeito a um tiroteio cerrado, ficou irrecuperavelmente danificado, tendo de ser abandonado, depois de incendiado. O tempo gasto no seu descarregamento, assim como no concerto dos estragos sofridos pelos outros navios, tomou mais cerca de duas semanas à esquadra. Se lhes juntarmos os cerca de quinze dias decorridos entre o começo da retirada da ilha e a saída do surgidouro, temos que se passou ainda um mês entre o fim do cerco e a partida dos neerlandeses, a 29 de Maio.

Levantar o cerco não implicava de maneira nenhuma que a esquadra tivesse de ir embora a seguir, como acabou por fazer. Dispunha ainda de muito tempo até ao fim de Agosto, quando a monção obrigava a partir. E Moçambique continuava a ser o melhor lugar para esperar pela armada da Carreira. Não é, por isso, totalmente claro por que razão escolheram os neerlandeses largar tão cedo. Os portugueses disseram que foi por não poderem abastecer-se na terra firme.⁷⁰ Sabe-se que, na sua última surtida lá, até conseguiram obter fruta, mas é verdade que só depois de usarem a força. É de crer, por isso, que a hostilidade dos naturais tenha criado, de facto, dificuldades de abastecimento, que poderão ter pressionado van Caerden a partir. Mas a mais que provável continuação das doenças entre a sua gente deve ter sido mais importante.⁷¹ Fosse como fosse, a esquadra deixou Moçambique, não para seguir para a Índia, mas em busca de uma escala mais acolhedora, que encontrou na ilha de Mayotte, do arquipélago das Comoros, mais a norte, onde chegaram depois de uma semana de viagem.

Os neerlandeses identificaram o sultão que governava Mayotte como um inimigo dos portugueses e explicaram com esse facto o bom acolhimento que ele lhes dispensou, e que os levou a permanecer 40 dias na ilha. A estadia foi de certeza retemperadora, mas, enquanto decorria, as primeiras naus vindas em 1607

⁷⁰ Cf. *ibidem*, p. 530. A esquadra estava bem provida de mantimentos, mas ao longo da viagem foi-se abastecendo regularmente de água, lenha e comidas frescas em terra.

⁷¹ Um balanço da estadia afirma que 30 homens morreram em Moçambique em combate, fora os que faleceram de morte natural, cuja número não é indicado. Cf. A. De Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, p. 173. As estimativas portuguesas, visivelmente exageradíssimas, não são de confiança.

de Portugal puderam aportar a Moçambique imperturbadas. Tratava-se dos três navios que vimos que partiram de Lisboa logo no princípio de Fevereiro, seguidos em Março por mais quatro. Antes de os quatro últimos se poderem juntar em Moçambique aos outros três, a esquadra de van Caerden reapareceu na ilha, a 4 de Agosto.

Refeitos pela escala em Mayotte, os neerlandeses tinham decidido voltar, calculando que, agora, já conseguiriam encontrar navios vindos de Portugal. Não se enganaram, mas, desta vez, acharam as naus fundeadas no porto demasiado bem defendidas para as atacarem. Além de bem cingidas à fortaleza, apresentavam-se guarnecidas de gente e contavam com a protecção suplementar de uma nova posição de artilharia em terra: “hua hermidia chamada nossa sôra do baluarte que esta pegada com a fortaleza da banda do mar, E que fica acaualeiro sobre a barra”, onde o Capitão-Mor da armada, D. Jerónimo Coutinho, mandou colocar cinco peças de artilharia pesada.⁷² Que tais precauções bastassem para dissuadir os neerlandeses de atacarem, mostra que, havendo prevenção, os navios portugueses podiam fundear em segurança em Moçambique.

Sem ousar atacar as naus de D. Jerónimo, van Caerden manteve-se, no entanto, fundeado ao largo do porto cerca de três semanas. A sua intenção era esperar pelos navios que sabia faltarem vir de Portugal, e dos quais fora informado por alguns portugueses capturados. Da fortaleza, despacharam, porém, uma embarcação pequena para as ilhas Angoxe, a sul, a fim de alertar qualquer navio português a caminho de Moçambique para o perigo que o esperava. Pelo menos um, a *Loreto*, recebeu o aviso e evitou escalar a ilha, seguindo directamente para a Índia.⁷³ É possível que o mesmo tenha sucedido com a capitânia da armada de socorro, o galeão *Santiago*, que chegou cedo a Goa, a 11 de Setembro, sem também parar em Moçambique.⁷⁴ Quanto aos dois navios restantes, a *Consolação* e o galeão *Santo André*, atrasaram-se e só chegaram à ilha em Setembro, quando a monção já não lhes permitia prosseguir viagem, obrigando-os a invernar.⁷⁵ Quer van Caerden, quer D. Jerónimo Coutinho já haviam entretanto partido, exactamente porque não se podiam arriscar a ficar na ilha até depois de Agosto.

O Almirante neerlandês largou primeiro, a 26 de Agosto. Suspeitava, com razão, que os navios que esperava lhe teriam escapado evitando a escala e propunha-se seguir para Goa no seu enalço. Pensava igualmente tentar a captura das três naus ancoradas em Moçambique, calculando que partiriam logo após si e que poderia assim emboscá-las mais a norte, nas Comoros, o que acabou

⁷² A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, p. 531.

⁷³ Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. II, p. 133.

⁷⁴ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 197.

⁷⁵ Cf. A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, p. 533.

por não fazer. Não podia saber que D. Jerónimo, ansioso por evitar a invernada, planeava tentar romper por entre a sua esquadra, caso ela tivesse ficado mais tempo a bloquear-lhe a saída.⁷⁶

Apesar da felicidade que representou para o Capitão-Mor a partida de última hora dos inimigos, nem tudo lhe correu bem na hora de retomar viagem, pois perdeu uma das naus, a *S. Francisco*, por encalhamento.⁷⁷ No caminho para a Índia, porém, voltou a ser bafejado pela sorte: apesar de ter largado depois de van Caerden, chegou a Goa antes dele, escapando assim outra vez ao que teria sido uma captura quase certa, depois de, ao aportar a Moçambique, já ter sido salvo do encontro com os neerlandeses pela sua retirada providencial para as Comoros. A esquadra da V.O.C. atrasou-se porque se desviou demasiado para norte na viagem, acabando por ir dar perto de Dabul, muito ao norte de Goa.⁷⁸ Deste modo, quando conseguiu chegar, por fim, à capital do Estado da Índia, a 17 de Outubro, encontrou já as duas naus de D. Jerónimo Coutinho fundeadas em segurança. Tinham aportado a 8 e 10 do mesmo mês, juntando-se ao galeão *Santiago*, chegado, como já se disse, em Setembro, sem ter parado em Moçambique.⁷⁹ Para que o infortúnio de van Caerden não fosse total, porém, o outro navio que evitara Moçambique, a *Loreto*, caiu-lhe nas mãos a norte de Goa, compensando-o parcialmente dos desencontros com as naus de D. Jerónimo.⁸⁰

⁷⁶ A fonte para o facto é o relato de António Durão, que descreve como foi pedido aos pilotos e oficiais restantes dos navios para fixar uma data limite para a partida, após a qual haveria que tentar furar o bloqueio neerlandês, se ele se mantivesse. A data escolhida teria sido 25 de Agosto, concordando-se que seria possível as naus permanecerem até esse dia em Moçambique “sem notauel risco de perderem monção”. Ainda segundo Durão, a esquadra neerlandesa teria partido a 20, permitindo assim às naus de D. Jerónimo largarem pacificamente a 25. Todas as fontes neerlandesas concordam, porém, que a esquadra partiu, sim, a 26, o que é corroborado ainda por uma outra fonte portuguesa. Portanto, ou houve confusão de datas, ou a determinação de furar o bloqueio depois de 25 não terá sido cumprida. Cf. *ibidem*, pp. 532-533; A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, p. 113 e 177; carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, Bantem, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, p. 131; carta do Governador D. Frei Aleixo de Meneses, Goa, 29-12-1607, transcrita in Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), p. 132.

⁷⁷ A gente e a carga salvaram-se e foram transferidas para os outros dois navios.

⁷⁸ Sobre a passagem desta esquadra pela costa ocidental da Índia, em geral, cf. “De Loffelycke...”, in A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, pp. 114-120; “Journael...”, in *ibidem*, vol. I, pp. 181-188; carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, Bantem, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, pp. 132-135; carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, pp. 192-218; cartas do Governador D. Frei Aleixo de Meneses, Goa, 29-12-1607 e 2/2/1608, transcritas in Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), pp. 129-134.

⁷⁹ Aparentemente, nem a ameaça de terem navios inimigos à sua espera na barra bastara para impedir a sua separação, no que seguiram um vício velho da Carreira, prejudicial à segurança e verberado insistente e impotentemente pelas autoridades de Lisboa. Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 207.

⁸⁰ Sobre esta captura, cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, pp. 115 e 182-183; carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, pp. 132-133; carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 197.

Foi antes de chegar a Goa, a 10 de Outubro, que a esquadra neerlandesa avistou a *Loreto*, perto dos Ilhéus Queimados, por volta do meio-dia. Depois de perseguida, a nau foi alcançada duas horas antes do pôr-do-sol pelo *Bantam*, um dos maiores navios neerlandeses, que tinha a mesma tonelagem que ela (700 tonéis)⁸¹ e começou de pronto a bombardeá-la. Durante a noite, deu em seco e acabou por se render.⁸² Isto é, resumidamente, tudo o que se sabe do combate.⁸³ Apesar de pouco, parece que a resistência oferecida não foi muita.⁸⁴ De certeza que para tal contribuiu a lamentável situação médica a bordo, que impressionou os captos. Sem se poder reabastecer em Moçambique, a nau seguiu para a Índia sem tentar escalar mais lugar nenhum. Como era frequente ocorrer em casos de permanência prolongada no mar, o escorbuto grassara com violência entre a gente embarcada, matando muitos homens e debilitando outros. Um relato neerlandês afirma que, das 300 pessoas originalmente a bordo, só 200 estavam ainda vivas.⁸⁵ Uma fonte portuguesa, por sua vez, declara que só havia 20 homens sãos no navio, que foram os únicos a defendê-lo.⁸⁶ Mesmo que tais números sejam exagerados, sabe-se que não era invulgar acontecer este tipo de coisas com naus chegadas tarde ao Índico que, para não perder a monção, optavam por evitar Moçambique, seguindo pelo leste de Madagáscar.

Van Caerden parece ter ficado desapontado com a presa, pois disse que esperara achar mais dinheiro a bordo do que os cerca de 20.000 *reales* encontrados, que foram a parte mais importante do saque.⁸⁷ Uma pequena porção deste dinheiro foi dada aos portugueses sobreviventes, deixados em terra com dois *reales* cada um. O capitão seguiu com a esquadra como prisioneiro e seria, posteriormente, enviado para as Províncias Unidas.⁸⁸ Quanto à nau, como estava encailhada e metia água, foi incendiada, prosseguindo-se depois para Goa.

⁸¹ Cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, pp. 97, 115.

⁸² Segundo relatos neerlandeses; o único relato português diz que “se não pode defender das lanchas, que lhe lançarão (depois de encalhar)”. Carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 197.

⁸³ A única menção a baixas mortais, assaz vaga, é da fonte portuguesa, que diz que os neerlandeses “cativarão, e matarão, ferirão outros, saquearão a náu do dinheiro e fazendas...”. Carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 197.

⁸⁴ O relato português – que não é um depoimento testemunhal – afirma que o capitão ainda tentou atear fogo à nau, mas nenhuma das fontes neerlandesas refere tal facto. Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 197.

⁸⁵ Cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, p. 115.

⁸⁶ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, p. 197.

⁸⁷ Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. II, pp. 132-133.

⁸⁸ Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, p. 137.

Com a presença das duas naus de D. Jerónimo Coutinho e do *Santiago* em Goa, van Caerden tinha no porto navios da Carreira para atacar, ao contrário do que acontecera com van der Hagen três anos atrás. Beneficiava, para mais, da situação de desamparo em que a cidade ficara depois do envio da grande armada do Vice-rei Martim Afonso de Castro à Ásia do Sueste em 1606. O fim dessa expedição fora lançar um ataque de grande escala às posições neerlandesas na região. Mas, ao deslocar uma força tamanha para longe do centro do Estado da Índia, os portugueses deixaram a sua capital perigosamente falta de homens, navios e artilharia, carências que o envio de uma armada de reforço ao Vice-Rei, já em 1607, veio acentuar ainda mais. O risco foi perfeitamente percebido na própria Goa, onde se lembravam bem de van der Hagen.⁸⁹ A aparição da esquadra neerlandesa na barra acabou por confirmar as piores apreensões.

Apesar de tudo isto, tal como em 1604, os neerlandeses foram inofensivos em Goa, onde ficaram apenas três dias. Preferiram não tentar atacar os navios da Carreira, achando-os demasiado bem defendidos pelas fortalezas da costa e pelas galés e fustas que os rodeavam. Como, porém, não reconheceram as naus de D. Jerónimo Coutinho, pensaram que os navios que tinham deixado em Moçambique não haviam ainda chegado e decidiram ir esperá-los ao pé dos Ilhéus Queimados, onde era habitual as naus passarem ao virem de Portugal. Os cerca de dez dias que lá permaneceram foram infrutíferos, pois vimos já que os dois navios que faltava chegarem esse ano invernaram em Moçambique. Não encontraram também outras embarcações que pudessem capturar, para o que deve ter contribuído o facto da navegação das outras fortalezas portuguesas ter sido suspensa.⁹⁰ A 2 de Novembro, estavam assim de volta a Goa, onde se repetiu o sucedido dias antes: os navios da Carreira foram julgados demasiado bem defendidos para serem atacados e, ao fim de três dias, voltou-se a partir, agora na direcção do sul, para o Malabar.

Os portugueses não tiveram dúvidas em atribuir ao forte da Aguada, a nova fortificação erguida em Bardês, o mérito principal da segurança dos navios fundeados. O surgidouro habitual das naus da Índia, onde a esquadra de van der Hagen pudera ancorar imperturbada três anos antes, encontrava-se agora coberto pela artilharia da nova fortaleza, que manteve à distância os navios de van Caerden.⁹¹ Confirmou-se assim o acerto da construção, decidida logo em 1604,

⁸⁹ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1606, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Archivo...*, fascículo I, parte II, pp. 171-173.

⁹⁰ O único navio interceptado pela esquadra provou ser de Calecute, pelo que foi logo deixado seguir.

⁹¹ “Vierão depois surgir nesta barra, na qual acharão feito o forte, de que já avisamos a V. Magestade no Morro de Bardez, e delle pera dentro as tres náos do Reino, que a respeito da artilharia que nelle está (...) não ouverão cometer as náos, antes se afastarão dellas e do forte, de maneira que a não acharem esta força, sem falta se metterão todos entre as náos, e as desbaratarão, porque posto que o Governador deu logo ordem pera os capitães estarem nellas, e as proveo

na sequência da estadia de van der Hagen na barra.⁹² Que foi encarada com a importância que merecia, prova-o o facto de que houve meios para a pagar, apesar do grande esforço financeiro exigido pela preparação da grande armada de 1606, que sorveu boa parte dos recursos do Estado da Índia durante essa altura.⁹³

No Malabar, van Caerden, ao contrário de van der Hagen, não parou em Cananor, seguindo directamente para Calecute. De lá, como em 1604, enviaram-no a um porto dos arredores, para se avistar com o Samorim no seu retiro de Verão. A entrevista acabou, contudo, por não se realizar. O Almirante não gostou de ser pressionado pelos enviados do Samorim a obsequiá-los e ao seu senhor com presentes, no que revelou pouca flexibilidade para se adaptar aos costumes diplomáticos locais. Causaram também má impressão as promessas não cumpridas de abastecer a esquadra de mantimentos. O que, porém, indispos mais os neerlandeses contra os seus anfitriões foi o que viram como a atitude cúmplice deles para com os portugueses. Enquanto a esquadra aguardava fundeada pela entrevista em preparação com o Samorim, apareceu uma armada de navios de remo mandada de Goa, que se interpôs entre a costa e os navios da V.O.C.⁹⁴. A bordo destes, estranhou-se que os enviados do Samorim passassem entre as fustas portuguesas sem serem molestados; e não se gostou de ver o seu desagrado quando as mesmas fustas foram alvejadas pelos canhões neerlandeses. O facto de o Samorim ter pedido a libertação do capitão cativo da *Loreto* avolumou as suspeitas. No fim, desconfiado, van Caerden escusou-se de ir a terra, limitando-se a confirmar por escrito o pacto celebrado previamente com Calecute por van der Hagen.

A esquadra prosseguiu assim a sua viagem para a Ásia do Sueste, passando ao largo de Cochim e não fazendo mais nada de importante no Índico Ocidental.⁹⁵ O balanço da sua incursão na região é ambíguo. Por um lado, os neerlandeses

de gente, (...) e estão mui bem negociadas e defensáveis, todavia como o sorgidouro he da barra pera fora bem mar largo, podião facilmente chegarse, e dar suas baterias, e tornaremse afastar. Deixarão de o fazer a respeito do forte” Carta da Câmara de Goa ao Rei, 1607, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo I, parte II, pp. 197-198.

⁹² Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1604, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 133.

⁹³ Cf. carta da Câmara de Goa ao Rei, 1606, in *ibidem*, fascículo I, parte II, p. 169.

⁹⁴ A armada fora despachada pelo governador para estorvar no que pudesse a comunicação dos neerlandeses com a terra. Cf. carta do Governador D. Frei Aleixo de Meneses, 29-12-1607, transcrita in Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), p. 132.

⁹⁵ Há que referir que esta passagem da esquadra pelo Malabar foi precedida pela visita do *Gelderland*, um navio da V.O.C. que partira da Europa em Abril de 1607, quase um ano depois de van Caerden, mas chegou primeiro que ele à região. Hendrick Jansz. Craen, o *opperkoopman* do navio, conseguiu, diplomaticamente, melhores resultados que o Almirante, pois manteve contactos amistosos com Cananor e com o Samorim, com o qual se avistou em pessoa. Militarmente, logrou ainda fazer encalhar duas naus portuguesas, uma perto de Coullão, outra de Tuticorim. Cf. A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. II, pp. 6-42.

arrasaram a ilha de Moçambique e tomaram e destruíram os dois galeões lá fundeados, além da *Loreto*, perto de Goa. Por outro, fracassaram no cerco à fortaleza, o produto dos saques da povoação e dos galeões foi irrisório e o da *Loreto* insatisfatório. Acresce que, tendo partido sete navios portugueses para a Índia nesse ano, conseguiram apenas capturar um. E, diplomaticamente, a desconfiança de van Caerden impediu a realização de autênticas conversações com Calecute.

Como em 1604, contudo, os resultados mais ou menos frustrantes da expedição não garantiram bons resultados para a Carreira. Van Caerden pode ter tomado apenas um dos sete navios partidos para a Índia em 1607, mas houve mais três que não concluíram a viagem nesse ano, nenhum dos quais devido a neerlandeses: a *S. Francisco*, que, como vimos atrás, encalhou ao largar de Moçambique, e a *Consolação* e o *Santo André*, que se atrasaram na viagem e tiveram por isso de ir invernar à mesma Moçambique. Veremos à frente que nenhum dos dois conseguiu chegar em segurança à Índia no ano seguinte.

5. 1608: a expedição de Verhoeff

A última grande esquadra da V.O.C. a largar para a Ásia antes da trégua hispano-neerlandesa de 1609-1621 foi a de Pieter Willemsz. Verhoeff, partida no fim de 1607.⁹⁶ Compunha-se de nove navios grandes, entre os 460 e os 1000 tonéis, e de quatro *jachten*, entre os 200 e os 220 tonéis. Tinha como tonelagem total 8000 tonéis e levava entre 1800 e 1900 homens.⁹⁷

As instruções escritas de Verhoeff mandavam-lhe fazer no Índico Ocidental o mesmo que van der Hagen e van Caerden: procurar e atacar a armada da Carreira no canal de Moçambique e em Goa e contactar o Samorim em Calecute. Não havia quaisquer indicações para tentar tomar Moçambique. Ordenava-se inclusive que se evitasse a ilha, enviando só um navio ligeiro ver se a armada já lá estaria, e fundeando entretanto nas Comoros.⁹⁸ Verhoeff e o seu conselho decidiram, porém, que seria inconveniente esperar pelas naus nas Comoros, optando antes por ir procurá-las a Moçambique; caso não houvessem ainda chegado, esperariam por elas, e, para não desperdiçar o tempo da espera, tentariam entretanto tomar a fortaleza.⁹⁹ A esquadra fundeou a 28 de Julho de 1608

⁹⁶ Sobre esta esquadra, em geral, cf. M.E. van Opstall (ed.) *De reis van de vloot van Pieter Willemsz Verhoeff naar Azië, 1607-1612*, 2 vols. Haia, 1972.

⁹⁷ Cf. *ibidem*, vol. I, pp. 198-200.

⁹⁸ Cf. *ibidem*, vol. I, pp. 182-190.

⁹⁹ Da viagem da esquadra antes de chegar a Moçambique, merece referência a escala em Santa Helena. Os portugueses disseram que os neerlandeses escalaram a ilha com o objectivo de capturar naus da Carreira de regresso da Índia. Mas as instruções de Verhoeff não mencionam nada a esse respeito, autorizando-o apenas a parar na ilha caso houvesse tempo. Ao aproximarem-se de Santa Helena, os neerlandeses prepararam-se para a eventualidade de virem a encontrar lá naus

junto da ilha, onde não encontrou nenhuma das naus partidas de Portugal esse ano.¹⁰⁰ Assim, em conformidade com o decidido, optou-se por tentar conquistar a fortaleza, apesar de, ao contrário de van Caerden o ano passado, não haver já muito tempo para o fazer, pois era preciso largar para a Índia até ao fim de Agosto, o mais tardar.

Muito do que sucedeu durante a estadia desta esquadra em Moçambique foi uma repetição de factos ocorridos em 1604 e 1607. Por exemplo, os neerlandeses voltaram a encontrar navios de alto bordo surtos no porto, que, apesar de estarem sob a protecção da fortaleza, voltaram a ser capturados e retirados da barra. A operação foi levada a cabo pelos quatro *jachten*, auxiliados por lanchas. É expressamente dito que tal só aconteceu porque não houve tempo para aproximar mais os navios portugueses da fortaleza, o que requereria o seu encalhamento.¹⁰¹ Presume-se que terá sido isso que D. Jerónimo Coutinho fez em 1607 com as suas naus, aquando da segunda visita de van Caerden, que não ousou então atacá-las. Agora, em 1608, já só se conseguiu colocar um ou dois navios mais pequenos a salvo desta maneira.¹⁰² Confirma-se assim a ideia de que a fortaleza *podia* proteger efectivamente os navios à sua guarda, mas que tal requeria precauções especiais.

Onde quer van der Hagen, quer van Caerden se tinham deparado apenas com os chamados navios do trato, vindos da Índia para comerciar, Verhoeff encontrou também uma nau da Carreira, invernada na ilha desde o ano anterior. Tratava-se da *Consolação*, que, em 1607, como vimos, chegara tarde demais para seguir viagem na monção própria. Fora acompanhada na invernada pelo galeão *Santo André*, que já largara entretanto para Goa. A nau aprestava-se para segui-lo quando foi tomada pelos neerlandeses com alguma gente a bordo, que, tentando salvar algo de seu, desobedecera às ordens para recolher ao forte e não parece ter oferecido resistência.¹⁰³ Já o outro ou outros navios capturados (segundo os

portuguesas, mas a principal intenção da escala parece ter sido, sim, evitar ter de parar no Cabo mais à frente. Acharam o lugar deserto e permaneceram lá cerca de duas semanas, sem que aparescesse nau alguma.

¹⁰⁰ Sobre a estadia desta esquadra em Moçambique, em geral, cf. *ibidem*, vol. I, pp. 215-222; A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, pp. 534-546.

¹⁰¹ “o surgidouro he tal que se nam podem as naos chegar a fortz.^a sem ficar encalhadas. O que esta pudera fazer se os inimigos nam forão entrando tam repentinamte”. *Ibidem*, p. 535.

¹⁰² Um “galeoto”, segundo os portugueses, dois navios pequenos, segundo os neerlandeses. Cf. *ibidem*, p. 537; M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 216.

¹⁰³ Os portugueses queixaram-se de que teria pouca artilharia para se defender, mas os neerlandeses dizem ter encontrado 34 peças a bordo, o que não parece pouco. Não se sabe nada de como decorreu a captura, a não ser que as amarras da nau foram cortadas pela gente das lanchas, que a terão depois rebocado para fora da barra. Já fora assim que se fizera com os dois galeões e o “galeoto” tomados em 1607. Provavelmente foi também assim que se fez com a nau capturada em 1604, numa operação levada igualmente a cabo por lanchas. Só o facto de haver pelo menos alguma gente a bordo do navio parece diferenciar a captura de 1608 das de 1607 e, talvez, da de

portugueses, seria um, segundo os neerlandeses, dois) estavam sem gente e sem carga. A *Consolação* tinha alguma carga de pouco valor a bordo, mas o principal, as remessas de capital, estava de certeza a salvo na fortaleza, pois os captos, ao descrever o saque, não as referem.¹⁰⁴ Ao retirarem da barra, os navios capturados encalharam e os portugueses aproveitaram-se disso para mandar uma embarcação deitar-lhes fogo à noite, privando os neerlandeses das presas, de que já só puderam aproveitar alguma carga e algumas peças.

Verhoeff desembarcou as suas hostes no mesmo dia em que chegou e mandou tomar os navios. Como das outras vezes, o fogo da fortaleza foi impotente para sustentar o desembarque e os portugueses preferiram recolher-se às muralhas a enfrentar os invasores. Pelo menos alguns dos últimos tiveram assim liberdade para se embriagarem energicamente com álcool saqueado na povoação. O capitão português não autorizou que se fizessem surtidas para tentar tomar partido de semelhante desregramento, o que foi muito lamentado por alguns dos seus subordinados.

Embora não se saiba ao certo nem o número dos sitiados neste ano, nem quantos eram os homens militarmente válidos entre eles, não existem dúvidas de que os últimos, pelo menos, eram bastante mais do que em 1607. Por outro lado, é provável que houvesse na fortaleza a noção de que o cerco não poderia durar muito, dado o adiantado da monção. Finalmente, a lembrança da bem sucedida resistência do ano passado – quando havia, do lado português, menos gente, e, do neerlandês, mais tempo para gastar – deve ter sido um encorajamento importante.

No entanto, o cerco começou mal para os portugueses, embora sem consequências fatais. Logo no dia em que os inimigos apareceram, um acidente no paiol causou uma explosão que matou dezanove soldados e feriu gravemente mais onze. Só a extinção pronta do incêndio evitou um desastre de maiores proporções, como o que custara, em 1605, a queda do forte de Tidore para uma força neerlandesa. Dias depois, quando se iniciou o bombardeamento da fortaleza, os sitiados conseguiram algo que van Caerden não lograra num mês inteiro de cerco: abrir uma brecha da muralha a tiros de canhão. Não foi, porém, tida como suficiente para permitir um assalto e, como o resto da muralha continuou a resistir bem à artilharia neerlandesa, Verhoeff tentou miná-la, como van Caerden também tentara. Como ele, não teve sucesso, escolhendo por isso levantar o cerco e retirar.¹⁰⁵ A principal diferença entre os dois cercos foi a maior brevidade do

1604 (onde não é claro se foi encontrada gente a bordo ou não, embora não o deva ter sido). Sobre a captura, em geral, cf. *ibidem*, vol. I, pp. 215-216; A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, pp. 535-536.

¹⁰⁴ Sabe-se que, em 1607, D. Jerónimo Coutinho, que ficou na ilha muito menos tempo, teve o cuidado de armazenar o capital na fortaleza durante a sua estadia. Cf. carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in A. de Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. II, p. 131.

¹⁰⁵ É de referir, igualmente, que, tal como em 1607, os portugueses fizeram questão de realizar uma surtida fora das muralhas, da qual terão resultado alguns neerlandeses mortos (de certeza que

segundo: depois de desembarcarem a 28 de Julho, os neerlandeses começaram a retirar logo em 11 de Agosto, onde, o ano anterior, van Caerden mantivera o assédio durante cerca de um mês. De certeza que a pressão do calendário contou para esta brevidade. Era preciso reservar tempo para a evacuação dos homens e dos materiais da ilha, que só foi completada a 18 de Agosto, já perto do fim do mês e da monção de sudoeste.

O cerco de 1608 também se assemelhou muito ao de 1607 nas más relações dos sitiados com os habitantes da terra firme, na política de terra queimada que adoptaram aquando da retirada e nas baixas mortais que sofreram. Tal como o seu predecessor, Verhoeff mandou um enviado parlamentar com as autoridades locais, diz-se que para tentar comerciar com elas, no que não teve êxito. É de crer que tivesse igualmente dito aos naturais para não abastecerem a fortaleza, como se dissera sem sucesso o ano anterior. Isto era uma coisa que os neerlandeses não tinham meio de impedir. Durante o decorrer de todo o cerco, a fortaleza foi regularmente abastecida por canoas da outra margem, não obstante a vigilância das lanchas da esquadra. Foram efectuadas duas surtidas à terra firme, presume-se que como retaliação e também como forma de obter mantimentos. Quanto à política de terra queimada, traduziu-se na destruição por incendiamento da povoação no que ficara por destruir do ano passado. Por fim, em relação às baixas mortais sofridas, os neerlandeses perderam 30 homens no cerco, um número próximo dos 25 indicados por van Caerden e igual aos 30 apontados por outra fonte para 1607.¹⁰⁶

Numa coisa, porém, a passagem de Verhoeff por Moçambique distinguiu-se de maneira importante das passagens anteriores pela ilha de van der Hagen e de van Caerden. Estes, tal como Verhoeff, tinham lá ido em busca das naus da Carreira, que escaparam a ambos. Já a esquadra da V.O.C. de 1608 encontrou, como vimos, a *Consolação*, internada. Mesmo que, depois de capturada, haja sido queimada pelos portugueses, foi um navio da Carreira perdido por efeito de um ataque neerlandês. E, quando a esquadra se preparava já para largar para a Índia, surgiu na ilha outro.

O galeão *Bom Jesus* foi avistado a 17 de Agosto a aproximar-se de Moçambique, mas pôs-se em fuga assim que se aperceberam a bordo dos navios neerlandeses.¹⁰⁷ Foram mandados em seu encalço três *jachten* – o *Arend*, o *Griffioen*

não os 30 reivindicados por Durão, pois esse foi o número das baixas neerlandesas totais durante todo o cerco).

¹⁰⁶ Note-se, porém, que estas duas contagens de 1607 se referiam apenas aos mortos em combate, excluindo os outros falecimentos que se sabe terem ocorrido. Sabe-se também que, como vimos, durante a primeira estadia de van Caerden na ilha, a sua gente foi bastante atingida por doenças, embora não haja certezas sobre as vítimas mortais que terão provocado. Não há referências a doenças entre os neerlandeses em 1608, quando a sua estadia foi bastante mais breve. Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 220; A. De Booy (ed.), *De derde reis...*, vol. I, p. 173; carta de Paulus van Caerden aos *Heren XVII*, 9/1/1608, in *ibidem*, vol. II, p. 129.

¹⁰⁷ Sobre a captura deste navio, em geral, cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, pp. 220-

e o *Pauw* ou o *Valk* – e um navio de maior porte, o *Rode Leeuw*. O último ficou para trás e acabou por isso por desistir da perseguição. Mas os três *jachten*, mais rápidos, foram alcançando o galeão um por um. Segundo o relato português dos factos, o primeiro começou a combatê-lo ao princípio da noite, o segundo de manhã e o terceiro “sobre a tarde”.¹⁰⁸ Teria sido a chegada do terceiro atacante a precipitar a rendição do navio, quando já fora desaparecido e metia água. Uma fonte do lado neerlandês afirma que o combate durou oito horas, menos do que o alegado pela fonte portuguesa.¹⁰⁹ Não há menções a mortes em nenhum dos lados.

Os *jachten* voltaram a 21 de Agosto a Moçambique com o galeão capturado. A 22, desembarcou-se a tripulação e os passageiros no ilhéu próximo de Santiago, com mantimentos para dois dias. O capitão, o piloto, o mestre, o contra-mestre, o escrivão, dois religiosos e um flamengo que seguia a bordo foram mantidos cativos, acompanhando a esquadra até à Índia, para onde se partiu a 23. Não se sabe qual era a carga do navio tomado, nem quanto rendeu aos seus captores.

Analisando a captura do galeão um pouco mais em detalhe, podemos ver que o *Arend*, de tonelagem desconhecida, tinha 24 peças e 70 homens e o *Griffioen* 200 tonéis, 19 peças e 60 homens. Se o terceiro *jacht* era o *Pauw* teria 220 tonéis e, como o *Arend*, 24 peças e 70 homens; se era o *Valk*, teria 200 tonéis, 21 peças e 56 homens. O *Bom Jesus*, por seu lado, tinha 450 tonéis, 14 peças e 180 homens. O seu capitão, Francisco de Sodrê Pereira, queixou-se de contar apenas com um artilheiro e um “caixão de pelouros de mosquete que se gastou na mesma noite” para se defender,¹¹⁰ mas os neerlandeses garantiram que trazia a bordo munições em número adequado.¹¹¹ Por fim, o *Rode Leeuw*, que ficou para trás, tinha 460 tonéis e levava 26 peças e 120 homens.¹¹²

Vemos assim que, se o galeão sucedeu em escapar de um navio de tamanho semelhante, já não se conseguiu livrar dos mais rápidos *jachten*. Estes, apesar de mais pequenos, estavam, os três, melhor artilhados que o seu oponente. Mais ligeiros, melhor armados e em superioridade numérica, parecem ter optado pelo combate de artilharia, prescindindo de abordagem.¹¹³ Era, aliás, o que as instru-

-221; carta régia ao Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, pp. 391-392; A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, p. 544.

¹⁰⁸ Carta régia ao Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, p. 391.

¹⁰⁹ Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 221, nota 4.

¹¹⁰ Carta régia ao Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, p. 391.

¹¹¹ Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 221.

¹¹² Para as tonelagens, armamento e tripulações dos navios neerlandeses e do galeão, cf. *ibidem*, vol. I, pp. 198-199 e 221.

¹¹³ Uma passagem de entendimento difícil do relato português pode pôr isso em dúvida: “...o seguiram [ao galeão] quatro [naus neerlandesas], e depois de haver pelejado com muito

ções escritas da esquadra recomendavam para os recontros navais: sempre que possível, devia-se tentar compelir os “galeões ou outros navios grandes” inimigos a render-se através do atrito dos bombardeamentos, não recorrendo à abordagem a não ser excepcionalmente – quando os riscos fossem poucos e os ganhos em potência muitos.¹¹⁴

Para além das incertezas quanto à duração do combate, há igualmente dúvidas sobre o grau da resistência oferecida pelos portugueses. Um relato neerlandês afirma que ela foi pouca e que bastou um homem ficar ferido no braço após a terceira salva para precipitar a rendição. Diz ainda que a gente a bordo do *Bom Jesus* era composta sobretudo por “galegos”, que eram maus soldados. A principal descrição portuguesa dos acontecimentos, um resumo do relato do capitão, é diferente, como seria de esperar. Segundo Francisco Sodré, o desânimo instalou-se a bordo, não com um ferimento num braço, mas quando o terceiro *jacht* se juntou ao ataque, depois de uma noite e de uma manhã inteiras de combate. A rendição subsequente foi o resultado de um motim. O escrivão, a quem se dera o comando da popa, exigiu aos gritos ao capitão que capitulasse, uma reivindicação apoiada por alguns religiosos. Ao mesmo tempo, os oficiais mandavam amainar as velas, travando o navio. Enquanto o capitão tentava parar isto e pedia que o ajudassem a morrer em nome do rei, a gente abandonou o convés. Os neerlandeses, vendo uma bandeira branca hasteada pelo escrivão, ficaram assim livres de “metter muita gente no galeão sem haver quem o defendesse”.¹¹⁵ A conduta de Francisco de Sodré no combate foi judicialmente investigada, concluindo-se que o capitão cumprira a sua obrigação.¹¹⁶

A esquadra chegou a 18 de Setembro a Goa.¹¹⁷ Não encontrou lá as naus da Carreira que procurava, pois não havia chegado nenhuma. Os neerlandeses optaram assim por seguir para norte, pois estavam informados de que era por lá

esforço toda hua noite *abordado* com hua d'ellas (...) o *abordou* outra pela manhã e com ambas juntas pelejou até sobre a tarde, que chegou outra, com que os soldados perderam o animo” (itálicos nossos). Carta régia ao Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, p. 391. No entanto, pelo contexto, “abordar” não parece estar aqui no seu sentido comum de invasão de navio por abalroamento, mas no de abeirar, pois é claro do relato que a rendição subsequente do navio se deu sem os neerlandeses terem entrado nele. A não ser que o texto se esteja obscuramente a referir a tentativas de abordagem repelidas.

¹¹⁴ Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 189.

¹¹⁵ Carta régia ao Vice-Rei, 19/3/1610, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, p. 392.

¹¹⁶ Cf. carta régia ao Vice-Rei, 25/2/1611, in *ibidem*, vol. II, p. 66.

¹¹⁷ Sobre a passagem desta esquadra pela costa da Índia Ocidental, cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, pp. 223-236; cartas da Câmara de Goa ao Rei, 25/12/1608 e 8/1/1609, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo I, parte II, pp. 218-243; Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II (apêndice documental), pp. 136-137.

que costumavam chegar os navios de Portugal. De facto, o único navio da armada desse ano a chegar em época normal à Índia, a nau *Oliveira*, encontrava-se então a norte refugiada, em mau estado, numa enseada dos Ilhéus Queimados. Com um mastro quebrado, esperava que o tempo permitisse aos navios já mandados de Goa em seu socorro rebocá-la dali para fora.

Verhoeff, informado da situação, enviou ao seu encontro três dos *jachten*. Não lograram repetir a captura do *Bom Jesus*, tomado por três *jachten*, mas provocaram a perda da nau, pois obrigaram os portugueses a incendiá-la para impedi-la de cair nas suas mãos.¹¹⁸ Boa parte da carga ainda se salvou, pois já fora passada para os navios mandados em seu socorro. E, depois do incêndio, e de partidos os neerlandeses, foi ainda possível recuperar a artilharia dos destroços. Que os navios enviados em seu socorro não se tenham, ao que parece, atrevido a enfrentar os *jachten*, mostra que seriam, com toda a probabilidade, embarcações ligeiras e não navios de alto bordo, um bem sempre escasso nas armadas do Estado da Índia.

Enquanto os três *jachten* tentavam tomar a *Oliveira*, decidiu-se dividir o resto da esquadra em dois contingentes, ficando um perto de Goa e enviando-se o outro ao Malabar. Parte deste último foi mandado a Calecute preparar a entrevista de Verhoeff com o Samorim, e a outra parte a Cochim, em busca da armada da Carreira. Com a permanência do primeiro contingente nas vizinhanças de Goa, sob o comando do Almirante, garantia-se, em princípio, que a armada, caso chegasse ainda esse ano na época habitual, não poderia escapar. Foi uma manobra vã, pois, para além da *Oliveira*, mais navio nenhum da armada chegou na época habitual. Depois do regresso dos *jachten*, Verhoeff ainda tentou ir a Dabul, a norte, informado de que lá estariam um grande número de navios portugueses. Chegado aos Ilhéus Queimados, porém, os ventos contrários convenceram-no a voltar atrás e a seguir antes para o Malabar, antes que se fizesse tarde.¹¹⁹ Chegou a Calecute a 8 de Outubro, depois de passar no dia 2 por Goa.

Em Calecute, Verhoeff, ao contrário de van Caerden no ano anterior, foi de facto a terra e avistou-se com o Samorim. Quatro anos depois da entrevista com van der Hagen, em 1604, o soberano de Calecute conseguia finalmente voltar a encontrar-se com uma figura de vulto da V.O.C. Pelo teor das conversações tidas, o Almirante não achou o belicismo anti-português do aliado da Companhia diminuído em nada. Mas ficaram também claros o ressentimento e as dúvidas geradas pelo que fora, até ao momento, a inconsequência da aliança firmada

¹¹⁸ Sobre a perda desta nau, cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 223, e carta da Câmara de Goa ao Rei, 25/12/1608, in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo I, parte II, pp. 219-220.

¹¹⁹ A decisão foi tomada a 30 de Setembro, data em que as suas instruções o aconselhavam a deixar o Malabar para seguir para a Ásia do Sueste. Estava assim já atrasado em relação ao calendário previsto. Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, p. 185.

em 1604. Os representantes do Samorim – que não esteve presente nas conversações – queixaram-se de a V.O.C. não lhes ter mandado ainda nem gente, nem navios para combater os portugueses, expressando o desejo de que aquela esquadra viria finalmente fazê-lo. Avançaram mesmo com propostas concretas de ataques conjuntos a Cochim e a Goa, mas Verhoeff desenganou-os: tal como em 1604 e em 1607, os navios e os homens que trazia eram necessários na Insulíndia. Era nas Molucas que, afirmou, a Companhia precisava de derrotar primeiro os portugueses. O Malabar teria, por isso, de esperar.

Em Calecute, Verhoeff tinha apenas instruções para preparar a fundação de uma feitoria e para garantir o envio de navios de Bantem para ir carregar lá pimenta.¹²⁰ Comprometeu-se perante os seus anfitriões a fazer as duas coisas assim que pudesse, não lhes prometendo mais nada de concreto. Significativamente, refreou-se de pedir os privilégios exigidos para a feitoria pelos directores da Companhia, ciente de que esta não dera o suficiente a Calecute para poder exigir tratamento especial. Os representantes do Samorim tiveram de resignar-se, mas frisaram que, sem uma força naval neerlandesa no Malabar, os mercadores muçulmanos do Mar Vermelho, Pérsia e Cambaia continuariam a ser compelidos pelos portugueses a levar os seus produtos a Goa e a Cochim. Assim, os neerlandeses não deveriam aspirar a realizar grandes lucros com a sua feitoria.

Apesar da indisponibilidade neerlandesa para atender aos pedidos dos seus anfitriões, não se pode dizer que as conversações tenham corrido propriamente mal. Assinou-se um novo tratado entre a Companhia e Calecut, que confirmava e ampliava o de 1604.¹²¹ E o Samorim, ao despedir-se do Almirante, disse-lhe que queria tanto como ele que as coisas lhe corresse bem nas Molucas e por isso se contentava desta vez com os navios e feitores que lhe prometiam mandar de Bantem.¹²² Ficaram ainda no porto malabar o punhado de cativos do *Bom Jesus* trazido de Moçambique, que se comprometeram em Calecute a tentar trocar por um neerlandês preso em Goa. A libertação dos cativos correspondeu a uma solicitação do próprio Samorim, que já em 1607 pedira sem sucesso a van Caerden para lhe entregar o capitão da *Loreto*, e que encontrou agora interlocutores mais compreensivos.

Verhoeff deixou Calecute a 16 de Outubro e, no dia seguinte, chegou a Cochim, onde já estavam três dos navios que lá enviara quando estava perto de Goa. Não se sabe ao certo há quanto tempo lá se encontravam, apenas que tinham largado dos arredores de Goa a 21 de Setembro. Também não foi ali que

¹²⁰ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 184.

¹²¹ Cf. J. E. Heeres (ed.), *Corpus Diplomaticum Neerlandico-Indicum*, Haia, 1907, vol. I, pp. 53-54.

¹²² Ainda aconselhou prescientemente Verhoeff a ser desconfiado e a ir a terra o menos possível enquanto estivesse na Ásia. Num episódio célebre, o Almirante foi morto traiçoeiramente em Banda algum tempo depois.

conseguiram deparar com a tão procurada armada da Carreira, que em 1608 logrou o feito raro de ficar toda pelo caminho. Não há registo de ter acontecido nada de notável durante a estadia destes navios neerlandeses em Cochim. Uma vez reagrupados com o contingente do Almirante, largaram juntos para Malaca, deixando o Índico Ocidental.

No tocante à Carreira, Verhoeff foi mais bem sucedido do que van der Hagen e van Caerden, pois conseguiu provocar a perda de três naus da Índia, onde van der Hagen não vira sequer nenhuma e van Caerden se ficara pela tomada da *Loreto*. No entanto, o grosso dos catorze navios enviados de Portugal à Ásia em 1608 escapou aos neerlandeses, que apenas encontraram dois (a *Conceição* não conta, pois partira no ano anterior, em 1607). Mesmo assim, todos eles tiveram péssimas viagens, pois alguns naufragaram e nenhum sucedeu em chegar à Índia nesse ano. Veremos a sua história à frente em maior detalhe, mas, mais uma vez, constatamos que, num ano em que os neerlandeses lançaram um ataque organizado à Carreira, os reveses que lhe infligiram foram minoritários em relação aos que ela sofreu independentemente deles.

Descritas que estão as três expedições da V.O.C. ao Índico Ocidental na primeira década de Seiscentos, vale a pena analisá-las brevemente em conjunto. As três visavam, no essencial, o mesmo: capturar navios da Carreira ou outras embarcações portuguesas no Canal de Moçambique e na costa ocidental indiana e estabelecer alianças anti-portuguesas com os inimigos do Estado da Índia na região, sobretudo com Calecute, no Malabar. Os cercos de Moçambique em 1607 e 1608 foram ambos decididos pelo comando das esquadras durante a viagem, não resultando de ordens trazidas das Províncias Unidas.

Mesmo que os neerlandeses tivessem conseguido tomar Moçambique, não é de crer que a mantivessem. Vimos que nas três vezes em que visitaram o Malabar – onde tinham instruções expressas para cultivar a aliança com Calecute – nunca deixaram lá um navio ou um homem que fosse. A passagem destas poderosas esquadras pelo Índico Ocidental constituiu, sem dúvida, uma exibição de força considerável, mas a V.O.C. não tinha ainda meios para se instalar permanentemente na região, ocupada como estava em estabelecer-se no Arquipélago. Só em 1604 van der Hagen deixou um punhado de homens em Surate, na feitoria que lá se fundou e que fechou quatro anos depois, devido ao falecimento de todos os seus poucos funcionários.¹²³

Neste quadro, não parece possível que van Caerden ou Verhoeff pudessem deixar em Moçambique uma guarnição e uma força naval para a missão ingrata de defender dos portugueses uma ilha dependente em tudo do exterior. Sobretudo uma ilha que era, em si, desinteressante para a V.O.C., a qual, ao contrário dos portugueses, não precisava de nenhum porto de escala no Canal de Moçambique

¹²³ Cf. H. Terpstra, *De Opkomst der Westerkwartieren...*, pp. 22-25.

para a sua navegação euro-asiática, que se fazia preferencialmente pelo leste de Madagáscar. Se a fortaleza tivesse caído, teria sido decerto saqueada e demolida, mas Moçambique permaneceria, com toda a probabilidade, na posse do Estado da Índia. Do ponto de vista neerlandês, tal teria até vantagens: enquanto escala regular dos navios da Carreira na ida para a Índia, a ilha era o ponto ideal para emboscá-los a meio da viagem; sobretudo quando, como vimos, a protecção que a sua fortaleza podia oferecer às embarcações ancoradas no porto estava longe de ser perfeita.

Em Goa, depois de 1604, com a construção do Forte da Aguada, os navios fundeados encontravam-se bem defendidos. E, em terra, as defesas dos portugueses bastaram em 1604, 1607 e 1608 para dissuadir qualquer tentativa de desembarque. Mas, das três vezes, as esquadras neerlandesas puderam também postar-se imperturbadas defronte da barra, sem que ninguém sáisse a dar-lhes batalha. Ou seja, na própria capital da talassocracia portuguesa na Ásia não havia, humilhantemente, uma armada de alto bordo para patrulhar as águas vizinhas. Vimos que, em 1607 e 1608, o facto teve, em parte, uma explicação conjuntural: o envio da grande armada de Martim Afonso de Castro a Malaca em 1606, que deixou a costa ocidental indiana desprotegida. É possível que, em 1604, algo de semelhante tenha acontecido, pois, em 1601, André Furtado de Mendonça partira já para o Arquipélago com uma armada de alto bordo que permaneceu por lá nos anos seguintes e à qual foram enviados de Goa dois galeões com provisões ainda em 1604, antes da chegada da esquadra de van der Hagen.¹²⁴

Mas, apesar destas razões conjunturais, a verdade é que havia também razões estruturais para a carência de embarcações de alto bordo. Os trabalhos recentes de Vítor Rodrigues mostram como, ao longo do século XVI, foi aumentando a tendência para a secundarização dos navios de alto bordo em favor dos navios de remo nas armadas do Estado da Índia.¹²⁵ O processo resultou da necessidade de adaptação aos contextos locais predominantes, pois era sobretudo em águas costeiras e fluviais que os portugueses tinham de enfrentar as forças navais dos seus inimigos asiáticos, compostas de embarcações de remo. O aumento do número de fortalezas – concorrentes de peso das naus e galeões na repartição do orçamento do Estado – favoreceu também a tendência. Ora, os neerlandeses e os ingleses só podiam ser enfrentados com navios de alto bordo. E, quando eles chegaram à Ásia, os portugueses não só tinham lá poucos, como os que tinham eram, muitas vezes, inúteis militarmente – empregues de preferência como vasos de carga, valiam pouco em combate e sofriam de falta de artilharia, pois a expansão da rede de fortalezas e das armadas de remo no século XVI viera diminuir não apenas a quantidade de naus e galeões, como o número de peças ao seu dispor.

¹²⁴ Cf. Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho...*, p. 418.

¹²⁵ Cf. Vítor Rodrigues, “A guerra na Índia”, in António Manuel Hespanha (ed.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Rio de Mouro, 2004, pp. 198-214.

A ausência de uma armada de alto bordo capaz de ir escoltar os navios da Carreira à chegada de Portugal fazia da fase final da sua viagem um momento muito arriscado, como o provaram as perdas da *Loreto* e da *Oliveira* em 1607 e 1608. A situação diferia do que sucedia na Europa, como vimos em 1607, quando se conseguiu mobilizar recursos navais de vulto para acudir às naus da Índia nos Açores. Não foi uma ocorrência excepcional, pois quase desde o princípio da história da Carreira que existiam armadas de escolta que largavam anualmente para ir proteger os navios vindos da Índia na parte final da viagem.¹²⁶ É verdade que os sucessos do curso isabelino durante a guerra anglo-espanhola de 1585-1604 evidenciaram a vulnerabilidade do sistema. Convém notar, porém, que se tratou de um período em que as águas açorianas e da costa portuguesa estiveram, quase sempre, excepcionalmente bem defendidas. Depois da derrota da Invencível Armada, em 1588, Filipe II investiu quantias enormes na reconstrução dos seus efectivos navais, que não apenas se refizeram rapidamente, como adquiriram dimensões que nunca haviam tido antes.¹²⁷ Foi só na década de 90 do século XVI que a Coroa castelhana se dotou de uma verdadeira marinha de guerra estatal e, com contingentes baseados muitas vezes em Lisboa, esta formidável força começou a operar contra os ingleses em conjunto com as armadas portuguesas, que nunca haviam contado com um aliado comparável. Mesmo assim, entre 1587 e 1602, sete navios da Carreira perderam-se em consequência de ataques ingleses, cinco nos Açores e dois junto à costa portuguesa.¹²⁸ Mas podemos dizer que, sem as fortes defesas navais luso-castelhanas, teriam sido de certeza mais.

Temos, portanto, em resumo, que as expedições de van der Hagen, van Caerden e Verhoeff expuseram a preocupante vulnerabilidade dos navios da Carreira ao curso no Índico Ocidental, fosse na escala em Moçambique, fosse à chegada à Índia. Uma vulnerabilidade potenciada pela tendência incorrigível para viajarem separadamente, como se pôde constatar em 1607, quando as duas naus de D. Jerónimo de Coutinho se apartaram na viagem de Moçambique a Goa, apesar do risco de encontrarem van Caerden à chegada.

No entanto, há que reconhecer que os resultados destes ataques neerlandeses não foram muito satisfatórios – três expedições em três anos conseguiram provocar apenas a perda de quatro navios da Carreira, quando, como veremos

¹²⁶ Cf. Artur Teodoro de Matos, “A Provedoria das Armadas da Ilha Terceira e a Carreira da Índia no Século XVI”, in Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, pp. 63-72; idem, *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (Novos Elementos para o seu Estudo)*, separata da Academia de Marinha, Lisboa, 1990.

¹²⁷ Cf. Jan Glete, *Warfare at Sea, 1500-1650 – Maritime Conflicts and the Transformation of Europe*, Londres, 2000, p. 161.

¹²⁸ Cf. Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso, António Lopes, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia». Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1998, pp. 223-231.

à frente, nesses mesmos três anos, partiram 26 navios portugueses para a Índia. Acresce que, pelo que se sabe, os saques conseguidos estiveram longe de ser espectaculares, ficando muito longe do milhão e meio de florins que rendera a tomada do galeão *Santiago* em 1602 por dois navios zelandeses em Santa Helena, resultante um encontro accidental.¹²⁹ Por outras palavras, uma captura fortuita de um navio da Carreira da Índia na sequência de um encontro casual no Atlântico Sul rendeu mais que as incursões no Índico Ocidental de três esquadras lá mandadas para atacar os navios da Carreira.

Vimos que, em 1607, as naus de D. Jerónimo Coutinho por duas vezes escaparam à justa a van Caerden, que teve alguma razão para se queixar da sorte. Mas, em 1604 e 1608, os desencontros de portugueses e neerlandeses não tiveram que ver com a sorte, mas com as arribadas, invernações e perdas da maior parte dos navios portugueses, que não conseguiram chegar ou chegaram tarde aos locais onde os seus inimigos os esperavam. A análise do movimento da Carreira nos anos entre 1604 e 1608 atesta-o, mas, antes de passarmos a ela, há primeiro que falar brevemente da efémera aliança da V.O.C. com o Calecute, que tão perigosa podia ter sido para o Estado da Índia.

Em 1604, van der Hagen acordara com o Samorim que a V.O.C. voltaria a Calecute a breve prazo para fundar uma feitoria e uma fortaleza. Na verdade, regressou apenas três anos depois e nem van Caerden, nem Verhoeff lá deixaram um navio ou um feitor que fosse. Verhoeff ainda solicitou aos responsáveis da Companhia em Bantem que enviassem navios ao Malabar, como prometera ao Samorim, mas o pedido foi recusado por ser julgado economicamente desinteressante: o que o Malabar tinha para oferecer, a pimenta, já os neerlandeses tinham disponível em abundância na própria Bantem.¹³⁰

As novas promessas falhadas dos seus aliados já não devem ter surpreendido excessivamente o soberano de Calecute, que desde 1604 que esperava em vão pelo cumprimento do acordado com van der Hagen. Por alguma razão tivera o cuidado de não hostilizar Goa enquanto negociava com a V.O.C. Fora isso que suscitara a desconfiança de van Caerden, quando vira os enviados de Calecute reprovarem os neerlandeses por dispararem sobre navios portugueses e pedirem-lhes – sem sucesso – a libertação do capitão cativo da *Loreto*. Em 1608, o Samorim pediu também a Verhoeff que lhe entregasse o capitão e outros cativos do *Bom Jesus*, o que foi feito. Encarregou-se depois de enviá-los aos portugueses.

Sabemos igualmente que as conversações com os neerlandeses decorreram na maior discrição, por causa da facção pró-portuguesa na corte.¹³¹ O sigilo deu

¹²⁹ Em Março de 1602, o galeão *Santiago*, que regressava da Índia a Portugal, foi capturado na Ilha de Santa Helena por dois navios zelandeses vindos de Samatra, que toparam com o navio português quando escalaram a ilha na sua viagem de regresso à Europa. Sobre o episódio, cf. André Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 24-37.

¹³⁰ Cf. M. E. van Opstall (ed.), *De reis...*, vol. I, pp. 70-71.

¹³¹ Cf. *ibidem*, vol. I, p. 229.

resultados, porque se conseguiu convencer Goa de que se tinha recebido os neerlandeses apenas devido ao receio do seu poder naval, mas que se lhe recusara a concessão de uma feitoria.¹³² Esta duplicidade era mais que justificada, pois, sem ter a certeza do futuro da aliança com a V.O.C., havia que não envolver Calecute numa guerra imprudente com o Estado da Índia, com o qual se estava então em paz.

6. Os efeitos dos ataques neerlandeses em contexto: as armadas de 1604-1608¹³³

Em 1604, como já vimos, largou para a Ásia uma armada de cinco navios. Em resultado de uma partida tardia, três arribaram e um, a *S. Jacinto*, foi invernar a Moçambique; o quinto, o *S. Filipe*, perdeu-se nas ilhas de Angoxe, perto da costa oriental africana. Duas caravelas foram enviadas à Índia em Novembro, para informar da arribada dos três navios meses antes e de uma grande armada que se estava a preparar para o ano seguinte: uma chegou em Maio de 1605 e a outra em Setembro, depois de uma escala demorada em Moçambique.

Em 1605, partiram nada menos que dez navios, integrados não numa, mas em duas armadas: uma armada regular, de navios destinados, como de costume, a voltar ao reino; uma armada extraordinária, de navios enviados para ficarem. A segunda distinguia-se ainda da primeira por ter um capitão-mor próprio e ser composta maioritariamente por navios listados como galeões. Mandou-se o seu Capitão-Mor evitar a costa ocidental indiana e seguir com três galeões directamente para Malaca, onde eram precisos navios para fazer frente a neerlandeses.

¹³² Cf. carta régia a Vice-Rei, 29/10/1609, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, pp. 253-257.

¹³³ Todas as informações sobre o movimento da Carreira da Índia neste período foram recolhidas das seguintes fontes: J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo...*, fascículo I, parte I, pp. 126-127, parte II, pp. 110-125, 140-218, 235-243; Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. I, pp. 16-23, 70-73, 100-111, 130-131, 137-138, 210-213, 365-366, 387-392, 398-401; vol. II, pp. 249-250; Maria Emília Madeira Santos, “O problema da segurança das rotas e a concorrência luso-holandesa antes de 1620”, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXII, 1985, Coimbra, pp. 147-152; Maria Manuela Sobral Blanco, *Os Holandeses...*, vol. II, Lisboa, 1975 (policopiado), pp. 101-113, 121-126, 129-137; A. Meyrelles do Souto (ed.), “Hystorya dos cercos...”, pp. 529-546; João dos Santos, *Etiópia Oriental e Vária História de Cousas Notáveis do Oriente*, Lisboa, 1999, pp. 301-305; Jean Mocquet, *Voyage à Mozambique et Goa: la relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, Paris, 1996, pp. 43-91; Maria Herminia Maldonado (ed.), *Relação das naos e armadas da Índia com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrucção dos curiozos, e amantes da historia da Índia*, Coimbra, 1985, pp. 108-119; Simão Ferreira Pais, *De Bartolomeu Dias a Vasco da Gama – as Famosas Armadas da Índia, 1496-1650*, Barcelos, 1997, pp. 289-303; “Governadores da Índia, pelo Padre Manuel Xavier”, in Luís de Albuquerque (ed.), *Relações da Carreira da Índia*, Lisboa, 1989, pp. 145-150.

A viagem directa de Lisboa a Malaca era pouco usual e não se conseguiu fazê-la, acabando por se ir aportar a Goa, contra as ordens levadas. Este foi, no entanto, o único percalço importante da viagem de ida de 1605, pois, de resto, os dez navios chegaram todos bem e na época devida. Para tal, contribuiu de certeza o facto de todos terem deixado Lisboa ainda em Março.

Para além dos três galeões, ficaram na Ásia duas das naus, a *Conceição* e a *Salvador*. Outra, a *Oliveira*, permaneceu um ano em reparações, voltando ao reino um ano depois. Assim, no imediato, regressaram a Portugal quatro das naus da armada de 1605, acompanhadas pela *S. Jacinto*, a nau da armada de 1604 que vimos que invernara em Moçambique e que chegou à Índia em 1605. Já resumimos atrás a torna-viagem destes cinco navios: um, a *Bettencourt*, arribou e foi julgado inapto para fazer-se de novo ao mar; outro, a *S. Jacinto* invernou em Moçambique, escalou Luanda e terminou a jornada na Terceira, onde foi dado como acabado e descarregado; dois, a *Mártires* e a *Salvação*, perderam-se na barra de Lisboa; e, por fim, um, a *Palma*, logrou concluir a viagem com sucesso, aportando a Lisboa em Outubro de 1606. Antes dela, tinha chegado, em Maio, uma caravela expedida em Novembro de 1605 pelo Vice-Rei, com correspondência para Filipe III.

Em 1606, estava planeado despachar novamente uma armada regular de naus, para voltar, e outra extraordinária de galeões, para ficar. Previa-se que a primeira fosse de três naus e a segunda de cinco galeões. Como sabemos, o bloqueio de Lisboa pela esquadra de Haultain impediu a partida. Ainda se considerou enviar a Malaca três galeões fora da época habitual, em Setembro, mas desistiu-se da ideia.

Não seguiu assim nenhum navio para a Índia em 1606, mas, mesmo assim, seguiram dois da Índia para Portugal: a *Oliveira*, da armada de 1605, que vimos que ficara retida um ano no Oriente para reparações; e a *Conceição*, um navio feito na Índia que substituíra a arribada *Bettencourt*, também da armada de 1605. Os dois concluíram com sucesso a jornada até Lisboa, onde chegaram em 1607. Não há a certeza de que uma caravela expedida de Malaca para o reino tenha conseguido fazer o mesmo.

A informação de que os neerlandeses se preparavam para repetir o bloqueio de 1606 fez apressar os preparativos das duas armadas planeadas para 1607: uma armada regular, de quatro velas, para voltar, e uma extraordinária, de três, para ficar. Três navios da primeira partiram logo no princípio de Fevereiro. Tratava-se das naus de D. Jerónimo Coutinho, cuja história já conhecemos: só duas aportaram a Goa, pois a terceira, a *S. Francisco*, encalhou e perdeu-se em Moçambique. Os quatro navios restantes partiram em Março e apenas o galeão *Santiago* chegou bem (e na altura devida) à Índia. Os outros três ficaram todos pelo caminho: a *Loreto*, como vimos, foi tomada por van Caerden perto da costa ocidental indiana; a *Consolação* e o *Santo André* invernaram ambos em Moçambique, onde, em 1608, a primeira foi capturada por Verhoeff; o segundo já partira

para a Índia quando os neerlandeses apareceram na ilha, mas naufragou depois ao entrar na barra de Goa.

As duas naus sobreviventes de D. Jerónimo Coutinho regressaram a Portugal no tempo devido, em 1608, numa viagem sem incidentes. O *Santiago* – que era o navio capitânia da armada extraordinária – foi mantido na Índia.

1608 viu largar de Lisboa o maior contingente naval português partido para a Ásia no século XVII – nada menos de catorze navios, que, como nos três anos anteriores, se dividiam em duas armadas, uma regular, incumbida de voltar, e outra extraordinária, destinada a permanecer na Índia. A primeira contava seis velas, listadas como naus; a segunda, seis galeões e duas urcas. Sendo formalmente armadas distintas, estavam ambas sujeitas ao novo Vice-Rei da Índia, o Conde da Feira, que partia para ir tomar posse do cargo.

Deve ter havido poucos anos em que se tenha investido tanto na Carreira e no auxílio ao Estado da Índia. Porém, a jornada destes catorze navios dificilmente poderia ter corrido pior. Levavam instruções estritas para viajarem todos juntos, mas, quando o Vice-Rei nomeado morreu, antes do Equador, destacou-se uma das urcas, a *David*, para levar o seu corpo de volta a Portugal. Houve depois duas naus que também não transpuseram a linha: a *Ajuda*, que deu à costa na zona da Mina, e a *Conceição*, que arribou. E o galeão *S. João Evangelista* teve de escalar Luanda, donde arribou depois a Lisboa.

Dos dez navios que conseguiram passar o Cabo, já conhecemos a sorte de dois: do galeão *Bom Jesus*, tomado por Verhoeff em Moçambique, e da nau *Oliveira*, incendiada perto de Goa para não cair nas mãos do mesmo Verhoeff. A *Oliveira*, se não fosse pelos neerlandeses, teria logrado ser o único navio a terminar a viagem no tempo devido. De resto, uma nau e três galeões invernaram em Moçambique, chegando assim à Índia apenas em 1609, a par de uma urca, invernada em Mombaça. Esta fora acompanhada na invernada em Mombaça pela nau *Salvação*, que se perdeu depois ao retomar viagem. Por fim, uma nau, a *Palma*, e um galeão, o *Espírito Santo*, naufragaram na costa oriental africana, antes de Moçambique – a nau em 1608, o galeão no ano seguinte, pois vinha numa invernada na Baía, donde só voltara a fazer-se ao mar em 1609.

Como não chegaram navios à Índia em 1608, não houve navios para mandar de volta a Portugal. Parece, contudo, que, mesmo assim, se conseguiu enviar um galeão ao reino. Não sabemos ao certo o seu nome, mas talvez se tratasse do *Santiago*, o único galeão da armada de auxílio de 1607 que concluía a viagem. Quanto à nau, aos três galeões e à urca que aportaram a Goa em 1609, a nau regressou, enquanto os outros quatro ficaram na Ásia.¹³⁴

¹³⁴ Há que mencionar ainda uma armada extraordinária expedida de Portugal fora de época, em Outubro de 1608, com o propósito de fazer chegar à Índia um novo vice-rei, depois do falecimento extemporâneo do Conde da Feira. Era composta por um galeão, duas urcas, um patacho e uma caravela, todos navios mais ligeiros que naus e, como tal, mais aptos em princípio para a difícil

O breve resumo destes anos mostra que os efeitos do curso neerlandês sobre a Carreira no período não devem ser sobrevalorizados. É verdade que foi responsável pela perda de quatro navios e pela retenção de oito em Lisboa em 1606. Mas, entre 1604 e 1609, perderam-se ou ficaram inutilizados mais onze navios da Carreira, por razões a que os neerlandeses foram estranhos, como o foram às onze invernações e às seis arribadas a Lisboa também ocorridas então. Os navios que se perderam em resultado de ataques corsários foram menos do que os que se perderam por outras causas. E, sobretudo, os neerlandeses não contribuíram em nada para as altas percentagens de invernações e arribadas sofridas pela Carreira nestes anos.

7. Epílogo e conclusão

Entre 1608 e 1622, não se repetiram as grandes operações de curso neerlandesas montadas contra a Carreira entre 1604 e 1608. Os choques das naus da Índia com neerlandeses no período ficaram-se por três encontros acidentais que degeneraram em violência, nenhum dos quais com consequências fatais para os portugueses.¹³⁵ A chamada Trégua dos Doze Anos – que vigorou entre a Espanha e as Províncias Unidas entre 1609 e 1621 – não basta para explicar esta acalmia. Não há dúvida de que teria sido impossível repetir então acções como o envio das esquadras de Haultain e van Heemskerck a águas peninsulares em 1606 e 1607. Nos mares vizinhos de Espanha e Portugal, assim como dos seus arquipélagos mais próximos (Açores, Madeira e Canárias), a trégua veio de facto repor alguma paz. Longe da Europa, porém, as coisas não se passaram assim.

Já durante as negociações de paz, falhara-se a assinatura de uma paz definitiva – em vez de uma mera trégua – devido sobretudo à “questão ultramarina”, isto é, à recusa dos neerlandeses em cederem às pressões espanholas e retirarem-se das regiões não europeias que começaram a frequentar em força desde o fim do século XVI, sobretudo das então chamadas Índias Orientais.¹³⁶ Isto sugeria que a aplicação efectiva da trégua a Oriente não ia ser fácil, como de facto não foi.

viagem fora do calendário habitual. Mesmo assim, teve de invernar junto de Mombaça e apenas conseguiu chegar à Índia em Setembro de 1609, pouco antes da armada mandada nesse ano na época normal. Só a caravela voltou a Portugal, onde chegou em 1610.

¹³⁵ Em 1613, em Santa Helena, três navios da V.O.C. atacaram duas naus portuguesas, que afundaram um deles, o *Witte Leeuw*, fazendo os outros retirar. No ano seguinte, em 1614, teve lugar o primeiro encontro acidental violento de que há notícia certa longe de Santa Helena: de regresso a Portugal, a *Nossa Senhora do Cabo* bateu-se com dois navios neerlandeses, num episódio de que não se sabe quase nada, a não ser que se passou na zona do Cabo. Na mesma zona, em 1619, o galeão *S. Pedro* trocou também tiros com um navio neerlandês, que se clamou sem fundamento que teria afundado. Cf. André Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 116-123.

¹³⁶ Cf. Jonathan I. Israel, *La República Holandesa...*, pp. 25-46.

Semanas depois da proclamação da trégua na Ásia, em 1610, navios neerlandeses foram atacados perto das Filipinas por espanhóis e as hostilidades entre os dois lados foram rapidamente retomadas nas Molucas, onde coexistiam a pouca distância.¹³⁷ O sítio onde os portugueses e a V.O.C., por seu turno, coexistiam mais de perto era o Coromandel, onde os primeiros assaltaram a feitoria da segunda, em Paleacate, em 1612.¹³⁸ Em contrapartida, viram a sua última posição fortificada na Insulíndia, em Solor, tomada pelos neerlandeses em 1613.¹³⁹ Esta série de incidentes inaugurou uma década continuada de conflitos entre neerlandeses e ibéricos, não apenas na Ásia, mas também na costa da África Ocidental e na América, que provou a impossibilidade de fazer cumprir a trégua longe da Europa. Provisoriamente em paz com a Espanha no continente europeu, a república neerlandesa manteve-se em guerra com ela fora dele.

A inconsequência da trégua longe da Europa explica, por um lado, a prontidão com que os encontros casuais de navios que observámos terminaram todos em violência. Mas leva também a que se pergunte por que não sofreu então a Carreira mais ataques neerlandeses no período. Se, como dissemos, a repetição das expedições de 1606 e 1607 à costa ibérica não seria admissível com a dita trégua em vigor, o mesmo não se pode já dizer das expedições de 1604, 1607 e 1608 ao Índico Ocidental – no contexto da continuação da guerra na Ásia, nada impedia a V.O.C. de voltar a enviar esquadras a Moçambique, Goa ou ao Malabar para tentar interceptar as naus da Índia. De 1614 em diante, aliás, montou quase todos os anos bloqueios a Manila, em parte com o objectivo – nunca conseguido – de tomar os galeões vindos do México e as suas cargas de prata.¹⁴⁰

Que os portugueses temeram durante quase toda a trégua a repetição dos ataques de 1604-1608, mostra-o a série de alertas enviados da Europa a Goa durante o período. De 1611 em diante, os vice-reis foram repetidamente prevenidos para a possibilidade de incursões neerlandesas a Goa, Cochim e sobretudo Moçambique. Os avisos seguiam ora em correspondência expedida por terra, ora no correio da armada anual ordinária, ora em navios mandados ao Índico fora de época de propósito para o efeito. Aconteceu estes últimos levarem também reforços de pessoal e armamento para Moçambique, sempre vista como vulnerável, ou enviarem-se com as armadas ordinárias navios mais pequenos apenas para fornecerem gente e armas à praça.¹⁴¹ Foi ainda durante a trégua que Cochim

¹³⁷ Cf. Ernst van Veen, *Decay or Defeat?...*, pp. 187-188.

¹³⁸ Cf. Sanjay Subrahmanyam, “A Empresa de Paleacate: o Conflito Luso-Holandês no Sueste da Índia, 1610-1640”, in *Comércio e Conflito – a Presença Portuguesa no Golfo de Bengala, 1500-1700*, Lisboa, 1994 (edição original em inglês: 1990), p. 209.

¹³⁹ Cf. Arend de Roever, *De jacht op Sandelhout – De V.O.C. en de tweedeling van Timor in de zeventiende eeuw*, Zutphen, 2002, pp. 121-126.

¹⁴⁰ Cf. Ernst van Veen, *Decay or Defeat?...*, pp. 189-194.

¹⁴¹ Cf. cartas régias ao Vice-Rei, 10/10/1611, 27/2/1612, 22/12/1612, 4/1/1613, 22/9/1613, 15/3/1614, in Raimundo António de Bulhão Pato (ed.), *Documentos Remetidos...*, vol. II, pp. 112-114,

foi abandonada de vez enquanto porto de chegada das naus da Carreira, função que passou a ser desempenhada exclusivamente por Goa, salvo em situações de emergência. A decisão vinha satisfazer uma reivindicação de Goa que datava pelo menos do fim do século XVI, mas foi justificada pela insegurança do ancoradouro do porto do Malabar, onde as naus ficariam sem defesa face a qualquer ataque inimigo.¹⁴²

O facto, porém, é que todos estes receios se revelaram sem fundamento, pois a V.O.C. deixou em paz os navios da Carreira e os seus portos durante todo o período. Em parte decerto porque, depois de 1608, não se mandaram mais grandes armadas de Portugal para a Índia que os neerlandeses pudessem sentir que os ameaçavam (vimos que pelo menos as esquadras de van Caerden e Verhoeff haviam sido encaminhadas para o Índico Ocidental para, entre outras coisas, tentar travar o caminho às armadas de socorro para lá enviadas em 1606-1608). Mas tão ou mais importante terá sido a reorganização e redefinição de políticas experimentada então pela Companhia.

Durante a primeira década de Seiscentos, a V.O.C. vivera o que se pode chamar uma época de reconhecimento e experimentação. Em 1610, porém, dotou-se pela primeira vez de um Governador-Geral, Pieter Both, e a sua política passou a reger-se por objectivos mais bem definidos, muito por influência das ideias de Cornelis Matelieff, almirante da terceira frota armada pela Companhia e mentor principal da política por ela adoptada depois de 1609. Nesta, as regiões produtoras de especiarias da Insulíndia eram prioritárias, assim como a aquisição de um porto na mesma Insulíndia que funcionasse como ponto único de chegada e partida para Europa e também centro de uma rede de comércio inter-asiático (um fito alcançado em 1619 com a tomada de Jacarta, logo rebaptizada Batávia). Basicamente, a V.O.C. perseguida por dificuldades financeiras, precisava de concentrar recursos limitados na zona que fora desde o início o centro das suas actividades no Oriente e se apresentava claramente como a mais importante para a sua sobrevivência.¹⁴³

Enviar esquadras para esperarem as naus da Carreira em Moçambique ou na costa da Índia significava para a Companhia despender recursos consideráveis e preciosos numa região onde não tinha ainda verdadeiramente interesses que o justificassem. Aliás, já as passagens de van der Hagen, van Caerden e

176, 274-277, 281-3, 447-51, vol. III, pp. 43-46; *ibidem*, vol. IV, pp. 157-158; carta régia ao Vice-Rei, 15/3/1618 e resposta do Vice-Rei à mesma, 10/2/1619, in *ibidem*, vol. V, pp. 77-79; carta régia ao Vice-Rei, 28/1/1620, in *ibidem*, vol. VII, pp. 79-83.

¹⁴² Cf. A. R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire – Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Cambridge, Massachussets, 1978, p. 13 e Rui Godinho, *A Carreira da Índia – Aspectos e Problemas da Torna-Viagem (1550-1649)* (policopiado), Lisboa, 2000, pp. 210-215.

¹⁴³ Cf. P. J. A. N. Rietbergen (ed.), *De eerste landvoogd Pieter Both (1568-1615)*, vol. I, Zutphen, 1987, pp. 39-45; Femme S. Gaastra, *De Geschiedenis...*, pp. 39-40 e 56.

Verhoeff pelo Índico Ocidental tinham sido apenas isso mesmo, passagens, de caminho para a Insulíndia. De certeza que impressionaram enquanto exibição de poder naval, mas pecaram as três por não deixarem nenhum desse poder naval na zona, o que mostrava até que ponto ela já então não era prioritária para a V.O.C. no imediato. É verdade que firmou uma ambiciosa aliança anti-portuguesa com Calecute, mas sem um comprometimento efectivo de forças. E quando concluiu pelo desinteresse económico da pimenta do Malabar, deixou-a definitivamente cair. A esquadra de Verhoeff foi, por conseguinte, a última a desviar-se temporariamente da rota para o Arquipélago para ir praticar o curso no Índico Ocidental.

Acresce que, como já vimos, as grandes esquadras de 1604-1608 foram um produto da peculiar organização da navegação euro-asiática neerlandesa nos primeiros anos depois de 1602, com a concentração de quase todos os navios então partidos para Oriente nas esquadras dos almirantes. A seguir a 1610, a tendência para a concentração dos navios durante a viagem de ida diminuiu, consagrando-se a prática de fazê-los seguir em contingentes separados, partidos em alturas diferentes do ano (uma diferença essencial da Carreira, com a sua época anual única de partida, em Março ou Abril). Como resultado disto, até 1619, só seguiram para a Ásia frotas de dimensão comparável às de 1604-1608 em 1610 e em 1612, o que deve ter desincentivado a repetição das expedições da década anterior.¹⁴⁴

Importa notar, no entanto, que a V.O.C., desistindo embora das grandes operações de curso no Índico Ocidental, não desistiu do Índico Ocidental em si. Pelo contrário, foi durante esta década que se estabeleceu definitivamente na região, depois do fim da malograda feitoria de Surate cerca de 1608. De 1614 a 1620, quatro expedições navais, todas comandadas por Pieter van den Broecke, lançaram os alicerces da presença neerlandesa na zona, que se considera consolidada em 1620, quando van den Broecke se instala em Surate, assumindo o cargo de Director do que se viria a chamar os *Westerkwartieren* da Companhia, isto é a sua rede de feitorias no Guzerate, Golfo Pérsico e na entrada do Mar Vermelho.¹⁴⁵

O contraste entre estas expedições “fundadoras” e os raids na região das grandes esquadras dos almirantes na década anterior é esclarecedor. Na primeira, em 1614, em que visitou apenas a Arábia, van den Broecke dispôs somente de

¹⁴⁴ Cf. Jaap. R. Bruijn, Femme S. Gaastra, Ivo Schoffer (ed.), *Dutch-Asiatic Shipping*, vol. II, pp. 26-44.

¹⁴⁵ A feitoria de Surate fora reaberta em 1616; a partir de 1620 fundaram-se feitorias em Mokha, na Arábia, Gamron, na Pérsia, em Broach, Cambaia e Ahmadabad, no Guzerate e em Agra, no interior do império mogol. Sobre as expedições de van den Broecke e o processo de estabelecimento na região em geral, cf. W.Ph. Coolhaas (ed.), *Pieter van den Broecke in Azië*, 2 vols., Haia, 1962-1963; H. Terpstra, *De Opkomst der Westerkwartieren...*; M. Antoinette Meilink-Roelofs, *De Vestiging der Nederlanders ter Kuste Malabar*, Haia, 1943, pp. 48-50; H. W. van Santen, *De Verenigde Oost-Indische Compagnie in Gujarat en Hindustan, 1620-1660*, Leiden, 1982, pp. 8-9.

um *jacht*, destacado de uma frota que seguia da Europa para o Arquipélago e que fizera escala nas Comoros. Na segunda, em 1615-1616, feita já a partir de Bantem, voltou a contar com um único *jacht*, com o qual passou por Ceilão, pela Arábia, por Surate e por Calecute. Na terceira, em 1617, para além do *jacht* do costume, levou também um navio grande, tendo os dois dado à costa perto de Damão (forçando-o a seguir com as suas tripulações até ao Coromandel a pé). Na quarta, em 1620, partiu só com um navio grande para a Arábia e para Surate, onde ficou. Ou seja, todos somados, os navios enviados pela V.O.C. ao Índico Ocidental nestes seis anos são menos do que aqueles que compunham a mais pequena das esquadras de 1604-1608 que lá foi (a de van Caerden, de oito navios).

No entanto, onde as grandes esquadras, a médio prazo, tinham sido totalmente inconsequentes, as expedições de van den Broecke estabeleceram firmemente a Companhia no Índico Ocidental. Em relação ao Guzerate, pelo menos, foi já estabelecido que as duas principais motivações por trás do regresso dos neerlandeses à região foram: o fim, por essa época, da feitoria da V.O.C. no Achem, com o que ela perdeu o acesso aos têxteis guzerates, que se viu assim compelida a ir procurar à fonte; o exemplo da instalação dos ingleses em Surate em 1612-1613, que mostrara como se podia criar uma posição lá contra a vontade de portugueses.¹⁴⁶ Não havia, como antes, a ideia de se instalar na Índia Ocidental para levar a cabo uma guerra ofensiva contra o Estado da Índia na região, como a que se acordara com Calecute fazer na década anterior. Prova-o que não se construíram lá fortalezas, como na Insulíndia e mesmo no Coromandel (em Paleacate), nem mantiveram forças navais permanentes. Nos próximos anos, os contingentes fixos da Companhia na zona iriam limitar-se a umas poucas dezenas de homens dispersos por meia dúzia de feitorias, esperando a chegada sazonal dos navios de Batávia ou da Europa.¹⁴⁷

É significativo que as visitas de van den Broecke, na segunda expedição, a Ceilão e a Calecute, para se avistar com o rei de Kandy e o Samorim, não tenham tido seguimento. Ambos estes soberanos estavam interessados nos neerlandeses sobretudo como aliados para a guerra com os portugueses. Só que tinha ainda de passar uns anos para os neerlandeses estarem em condições de lançarem uma guerra ofensiva contra os portugueses no Índico Ocidental. Em 1621-1623, deu-se a expedição anglo-neerlandesa ao Índico Ocidental comandada por Jacob Dedel, que representou um regresso momentâneo às operações de corso da V.O.C. contra a Carreira da Índia na Ásia.¹⁴⁸ Deve ser vista menos como uma consequência do fim da trégua hispano-neerlandesa de 1609-1621 do que do incremento súbito das forças da Companhia em resultado da aliança que

¹⁴⁶ Cf. *ibidem*, p. 8.

¹⁴⁷ Cf. *ibidem*, p. 9.

¹⁴⁸ Cf. André Murteira, *A Carreira da Índia...*, pp. 106-129.

firmou em 1619 com a *East India Company*.¹⁴⁹ Só que a aliança teve vida curta e a V.O.C., privada do apoio inglês, não voltou, significativamente, a repetir as expedições de corso ao Índico Ocidental até à década de 30. Até lá, continuou com o grosso dos seus recursos concentrado nas áreas para ela prioritárias da Insulíndia e, a partir de 1622, também da China.

Os neerlandeses continuaram a frequentar a costa ocidental indiana, sim, mas por causa do comércio com Surate, regularizado desde 1620. No resto da década, entre quatro a nove navios foram lá todos os anos – o que mostra que, no Índico Ocidental, os rendimentos do comércio eram bastante mais seguros para a Companhia do que os do corso organizado.¹⁵⁰ É evidente que estes navios tinham toda a liberdade para atacar as embarcações portuguesas que encontrassem nas suas expedições mercantis. Mas não representavam claramente uma ameaça importante para as naus da Carreira, pois não há notícia de nenhum as ter atacado. Mesmo que um ou outro o haja feito sem nós sabermos, não provocou perda alguma. Seria preciso esperar pela década de 30 para ver a Carreira sujeita de novo à ameaça do corso da V.O.C. E essa ameaça só se tornará efectiva e preocupante depois de 1636.¹⁵¹

¹⁴⁹ Cf. Vincent C. Loth, “Armed Incidents and Unpaid Bills: Anglo-Dutch Rivalry in the Banda Islands in the Seventeenth Century”, in *Modern Asian Studies*, vol. 29, n.º 4, 1995, pp. 721-722.

¹⁵⁰ Cf. H. W. van Santen, *Vereinigde Oost-Indische Compagnie...*, pp. 28 e 214.

¹⁵¹ Cf. Ernst van Veen, *Decay or Defeat?...*, pp. 199-207; René Barendse, “Blockade: Goa and its Surroundings, 1638-1654”, in Ernst van Veen, Leonard Blussé (eds.), *Rivalry and Conflict – European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, Leiden, 2005, pp. 232-266.

OS PORTUGUESES E O TRÁFICO DE CAVALOS NO MAR DA ÁRABIA

RUI MANUEL LOUREIRO*

Introdução

O comércio de cavalos tem merecido escassa atenção no âmbito da moderna historiografia indo-portuguesa.¹ Contudo, trata-se de um tema da maior importância: os cavalos eram uma das mais valiosas e mais estratégicas mercadorias que circulavam nos mares orientais, e os portugueses envolveram-se no seu tráfico desde os primeiros anos do século XVI. Mas as fontes quinhentistas e seiscentistas não são especialmente ricas em informações sobre o assunto, por uma razão óbvia: os portugueses pertenciam a um mundo cultural onde os cavalos estavam constantemente presentes na vida quotidiana. Muitos dos homens que embarcavam para Oriente, qualquer que fosse o seu estatuto social, tinham tido contactos prévios com cavalos, por motivos de transporte, de trabalho, de entretenimento ou de guerra. A arte de bem cavalgar era comum entre a nobreza e entre homens com experiência militar. E os temas equestres faziam mesmo

* Câmara Municipal de Lagos; CHAM.

¹ Em anos recentes, para além de referências genéricas em Jean Aubin, “Le Royaume d’Ormuz au début du XVI^e siècle” in Jean Aubin, *Le Latin et l’Astrolabe*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/CNCDP, 1996-2006, vol. 2, pp. 117-118 e 168-170, e em M. N. Pearson, *Coastal Western Índia – Studies from the Portuguese Records*, Nova Delhi, Concept Publishing Company, 1981, pp. 78-80 e 90-91, apenas um artigo de R. R. S. Chauhan, “The Horse Trade in Portuguese India” in *Purabhilekh-Puratatva*, Pangim, Goa, vol. 2, n.º 1, 1984, pp. 14-24, foi dedicado ao tema. João Manuel Teles e Cunha, entretanto, dedicou aos cavalos algumas páginas da sua dissertação, ainda inédita, *Economia de um Império: economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árábico e Golfo Pérsico (elementos conjunturais, 1595-1635)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 1995 (dissertação policopiada), pp. 405-416.

parte de uma tradição literária bem estabelecida, que tivera num dos primeiros monarcas da dinastia de Aviz um destacado cultor. Nos séculos XV e XVI, através de largas porções da Eurásia, a “arte de cavalgar era uma língua franca”.²

Os portugueses viajaram para a Índia nos anos finais de Quatrocentos em busca de “cristãos e especiarias”. Ao menos foi essa uma das explicações fornecidas por um dos tripulantes da armada de Vasco da Gama à chegada a Calicute,³ e não há razões para duvidar que esta fórmula resumia devidamente as intenções dos recém-chegados. Mas o extraordinário sucesso náutico e mercantil da expedição de 1498 convenceu a Coroa portuguesa de que seria perfeitamente viável estabelecer um entreposto permanente no litoral ocidental do Indostão, para, a partir daí, desviar em direcção à rota do Cabo uma parte significativa do tráfico de produtos asiáticos que na Europa eram considerados de luxo, como as especiarias, as sedas e as porcelanas. A empresa oriental portuguesa, contudo, rapidamente se expandiu, não apenas envolvendo um volume crescente de recursos humanos e materiais, mas também alargando-se em todas as direcções geográficas.

Os portugueses desde logo entenderam que qualquer intervenção pontual ou local nas redes mercantis orientais dificilmente poderia ser lucrativa. Por um lado, a mecânica das monções e a distribuição geográfica dos principais centros produtores e distribuidores de mercadorias forçou-os a desenvolver projectos globais, à escala de todo o oceano Índico. Por outro lado, descobriram as imensas potencialidades dos tráficos regionais, que, com investimentos limitados, poderiam produzir resultados muito mais significativos e muito mais rápidos do que aqueles que eram obtidos através da longa e perigosa carreira da Índia, na qual uma viagem de ida e volta nunca demorava menos de 18 meses. Quinze anos depois de Vasco da Gama ter chegado à Índia, os portugueses já tinham contactado com as mais importantes cidades portuárias do Oriente, desde Sofala, na costa Suaili, até Cantão, no sul da China; fortalezas portuguesas tinham sido estabelecidas em locais de importância estratégica, como Ormuz, Goa e Malaca; uma força naval permanente operava no Índico Ocidental, tentando controlar as mais significativas rotas marítimas; e uma estrutura administrativa começava a ser organizada para gerir uma crescente rede de estabelecimentos permanentes e de interesses políticos e económicos. O Estado da Índia lançava as suas bases no mundo oriental.⁴

² Thomas F. Arnold, “Diverging Military Cultures of East and West – The Very Long Sixteenth Century” in *Mare Liberum* 20 (2000), p. 62: “Horsemanship was a língua franca”.

³ Álvaro Velho, *Relação da viagem de Vasco da Gama*. Luís de Albuquerque (ed.), Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 51.

⁴ Vd. Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700 – A Political and Economic History*. Londres, Longman, 1993, pp. 55-79.

O tráfico de cavalos no Mar da Arábia

A estratégia imperial portuguesa envolvia a recolha de informações sobre as mais importantes artérias marítimas e sobre as mais lucrativas mercadorias que por elas circulavam. Os primeiros observadores portugueses das realidades orientais, como Tomé Pires e Duarte Barbosa, que redigiram tratados geográficos globais sobre a Ásia marítima por volta de 1515-1516, desde logo se aperceberam da extraordinária importância do movimento de cavalos que regularmente cruzavam o Mar da Arábia, em termos dos enormes rendimentos e das significativas vantagens políticas que podiam gerar.

O subcontinente indiano tinha permanente necessidade de cavalos, que eram utilizados em quantidades impressionantes, nas constantes guerras que opunham diversas unidades políticas indianas, nomeadamente os sultanatos islamizados do Decão e o reino (ou império) hindu de Vijayanagar. Para avaliar a extraordinária importância dos mercados indianos, bastará referir que não era invulgar as forças de cavalaria dos potentados indianos ascenderem às dezenas de milhares. Tomé Pires refere que o “Regno de Daquem he cavaleiroso tera de cavallo trinta mjll”.⁵ E um mercador português de cavalos que visitou Bisnaga na década de 1520 referiu que o soberano local podia mobilizar mais de “trinta e cimco mill de cavallo”.⁶ Para além dos conflitos militares permanentes, que consumiam quantidades impressionantes de equídeos, as condições ecológicas de grande parte da Índia eram pouco adequadas à criação e à manutenção de cavalos, contribuindo ainda mais para a elevada mortalidade destes animais. Por isso mesmo escrevia Tomé Pires na sua *Suma Oriental* que os “tem os cavallos no Reino de Guoa & de Daquem & Narsingua grade vallia pollo quaall cadano Hormuz acode a estes Reinos com elles”.⁷

Embora existisse produção de cavalos em algumas regiões do Gujate, a respectiva qualidade era bastante inferior à dos animais originários da Pérsia e da Arábia. Nas palavras de Tomé Pires: “os melhores sam arabios segumdos perseanos terceiros de Cambaia estes valem pouço”.⁸ Alguns autores portugueses mais tardios confirmam de forma veemente esta avaliação. O experiente soldado Francisco Rodrigues da Silveira, referindo-se precisamente ao Gujate na década de 1590, escreveu sobre “os cavallos que aquellas terras produzem que nen pera fugir são bons”, sublinhando de seguida que “Somente os cavallos

⁵ Tomé Pires, *The Suma Oriental of Tomé Pires*, Armando Cortesão (ed.), Nova Delhi, Asian Educational Services, 1990, vol. 2, p. 372.

⁶ David Lopes (ed.), *Chronica dos Reis de Bisnaga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 14.

⁷ T. Pires, *Suma Oriental...*, vol. 2, p. 338.

⁸ T. Pires, *Suma Oriental...*, vol. 2, p. 338.

arábios e persianos são de efeito”.⁹ E o cronista António Bocarro, nas primeiras décadas do século XVII, concluía: “Os cavallos desta província de Arábia se tem pellos milhores e mais fortes que há em todo o Oriente”.¹⁰

Um tráfico regular tinha-se desenvolvido no Mar da Arábia, originando de diversos portos vizinhos ao estreito de Ormuz, como a cidade de Mascate e a própria ilha de Ormuz, onde, respectivamente, cavalos árabes e persas eram concentrados, para serem exportados para a Índia por via marítima. Inúmeros relatórios portugueses das primeiras décadas do século XVI confirmam a extraordinária importância de Ormuz no contexto do comércio de cavalos. Tomé Pires escreve que naquela ilha, mais que todas as outras mercadorias, valem “cavallos árabios e parses”.¹¹ Duarte Barbosa, por seu lado, afirma que da Arábia ali vem ter grande quantidade de cavalos, que são exportados para a Índia.¹² E acrescenta que os mercadores de Ormuz demandam muitos portos da Arábia para adquirirem cavalos, nomeadamente na costa omanita, onde excelentes espécimes abundam, para depois os despacharem para a costa ocidental da Índia.¹³ Os portos indianos de Chaul, Dabul, Goa e Baticala tinham prosperado com este tráfico antes da chegada dos portugueses ao Oriente. Por volta de 1512, Afonso de Albuquerque, num dos seus regulares relatórios para el-Rei Dom Manuel I, escrevia que: “O trato dos cavalos é um ganho desordenado, porque se ganha trezentos por cento e quatrocentos por cento e quinhentos por cento d’Ormuz e da costa d’Arábia a Goa, afora os direitos que pagam os cavalos na Índia”.¹⁴

A importância do trato de cavalos estava decerto na mente de Afonso de Albuquerque quando decidiu conquistar o território de Goa em 1510, para aí estabelecer uma base de operações para a empresa portuguesa oriental. Várias das cartas que depois escreveu ao monarca lusitano confirmam esta suposição, nomeadamente uma longa missiva redigida em Dezembro de 1513, na qual explica os vários passos tomados para assegurar para a Coroa portuguesa o monopólio das importações de cavalos para a costa ocidental do Indostão. Em primeiro lugar, diversos navios portugueses tinham sido despachados para o Mar da Arábia, para obrigarem “todas as naus de Ormuz com os cavalos” a apor-

⁹ Francisco Rodrigues da Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*. Benjamim N. Teensma, Luís Filipe Barreto & George Davison Winus (eds.), Lisboa, Fundação Oriente, 1996, pp. 207-208.

¹⁰ António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações*, Isabel Cid (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. 2, p. 51.

¹¹ T. Pires, *Suma Oriental...*, vol. 2, p. 338.

¹² Duarte Barbosa, *The Book of Duarte Barbosa*, Mansel Longworth Dames (ed.), Londres, Hakluyt Society, 1918-1921, vol. 1, p. 94.

¹³ D. Barbosa, *The Book...*, vol. 1, p. 70.

¹⁴ *Cartas de Afonso de Albuquerque e Documentos que as Elucidam*, Henrique Lopes de Mendonça & Raimundo António Bulhão Pato (eds.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1884-1935, vol. 1, p. 410.

tarem a Goa; em consequência desta acção, nesse mesmo ano para ali haviam sido trazidos mais de “quatrocentos cavalos mui formosos e de mui grã preço”. Depois, Albuquerque ordenou a construção de grandes cavaleriças nas cercanias do porto, contratando 300 homens para tratarem dos animais. Em terceiro lugar, todos os mercadores que trouxessem cavalos para Goa eram tratados com enorme deferência, sendo-lhes dada prioridade na aquisição de bens de primeira necessidade e de mercadorias de exportação.¹⁵

Medidas mais duras foram também tomadas pelos portugueses. Uma política de emissão de cartazes aos navios orientais foi implementada, num esforço para controlar de forma eficaz as rotas marítimas que ligavam a Índia ao Golfo Pérsico. Navios mercantes que não possuíam a necessária autorização, ou que demandavam portos indianos diferentes de Goa, podiam ser interceptados pelas forças portuguesas, sendo os cavalos transportados a bordo confiscados.¹⁶ Quaisquer navios oriundos de Ormuz que trouxessem cavalos a Goa recebiam um cartaz gratuito para a jornada de regresso. Além disso, os mercadores ormuzianos eram isentos de taxas alfandegárias em todos os têxteis que em Goa fossem trocados pelos cavalos trazidos. E se um navio vindo de Ormuz trouxesse 10 ou mais cavalos para Goa, as outras mercadorias transportadas a bordo estavam isentas de direitos. Esta isenção era concedida mesmo se alguns dos animais morressem durante a viagem marítima.¹⁷

Sob autoridade portuguesa, Goa cedo se tornou no principal porto de entrada na Índia do Sul para cavalos originários da Arábia e da Pérsia, em detrimento de outros portos. Referindo-se a Dabul e a Chaul por volta de 1515, Tomé Pires escrevia: “soprados amdam os seguidores De Mafamede vaise gastamdo o Redicall a estes q tanto prosperarom”.¹⁸ Referia-se, obviamente, ao tráfico de cavalos. O estabelecimento de um protectorado português sobre o reino de Ormuz em 1515 facilitou as coisas, pois agora as autoridades portuguesas podiam controlar e monitorizar o movimento de cavalos nas duas extremidades de uma das mais importantes rotas marítimas, auferindo daí proveitos muito consideráveis. A partir de então, e ao longo de todo o século XVI, os portugueses envolveram-se activamente no comércio de cavalos que circulavam pelo Mar da Arábia. Em Ormuz e em Goa, um corretor-mor dos cavalos subordinado à Coroa lusitana controlava e taxava todas as compras e vendas de cavalos; feitores da Coroa portuguesa estavam estabelecidos em Chaul, Dabul e Baticala, para venderem

¹⁵ Afonso de Albuquerque, *Cartas para el-Rei D. Manuel I*, António Baião (ed.), Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1957, pp.152-154.

¹⁶ Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.), *Archivo Portuguez Oriental*, Nova Delhi, Asian Educational Services, 1992, vol. 5, pt. 1, pp. 18, 29-30, 53.

¹⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 127.

¹⁸ T. Pires, *Suma Oriental...*, vol. 2, p. 373.

cartazes aos mercadores locais; e as alfândegas de Ormuz e de Goa recebiam um regular rendimento dos direitos cobrados sobre o trato de cavalos. Um anónimo funcionário português que em 1527 escrevia a el-Rei Dom João III dizia que “a maior cousa que Vosa Alteza tem na India he o rendymento dos cavalos que vem d’Ormuz a Guoa”.¹⁹

A logística do tráfico de cavalos

O transporte de cavalos por via marítima levanta problemas interessantes, mas que são de difícil resolução, pois as fontes portuguesas raramente contemplam estas questões de natureza prática. Que navios seriam utilizados para transportar cavalos de Ormuz para os portos indianos? Afonso de Albuquerque, numa carta escrita a el-Rei Dom Manuel I em 1514, esboçou um dos seus mais arrojados projectos: saquear as cidades santas de Meca e de Medina com uma força de cavalaria portuguesa, para “roubar todos os thesouros que havia nella[s], que eram muitos” e também “o corpo do seu mão Profeta”, que depois seria usado para “com elle se resgatar a Casa Sancta” de Jerusalém. Para executar este mirífico plano, o Governador “determinava de levar quatrocentos cavallos em taforeas” para um dos portos árabes do Mar Vermelho.²⁰

A taforeia era uma espécie particular de nau, provida de uma porta num dos lados da ré, à qual podia ser ligada uma ponte móvel, para permitir o embarque de cavalos.²¹ A palavra já estaria em uso em finais do século XV, no contexto da presença portuguesa em Marrocos, pois surge mencionada em fontes portuguesas dessa época.²² Documentação quinhentista variada menciona as taforeias, a propósito de navegações efectuadas no Mar da Arábia, mas nenhuns detalhes são acrescentados, excepto a respeito de uma “taforea de quinhentos toneis”

¹⁹ António Dias Farinha, “Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538)” in *Mare Liberum* 3 (1991), p. 25.

²⁰ Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*. Joaquim Veríssimo Serrão (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, pt. 4, cap. 7, pp. 39-40.

²¹ Humberto Leitão & J. Vicente Lopes, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974, p. 495.

²² Cf. Garcia de Resende, “Vida e feitos d’el-Rey Dom João segundo”, in Evelina Verdelho (ed.), *Livro das Obras de Garcia de Resende*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, cap. 76, p. 267: “mandou el-rey entam o dito Fernam Martinz Mazcarenhas, com trinta caravellas e taforeas e com elle cento e cincoenta de cavalo homees fidalgos e cavaleyros de sua guarda”. João Pedro Machado, *Influência árabe no vocabulário português*. Lisboa, Edição da Revista de Portugal, 1958-1961, vol. 2, p. 246, menciona o árabe ‘taifuriâ’, mas também a provável origem catalã da palavra portuguesa. Cf. Henry & Renée Kahane, «El término mediterráneo tafurea ‘buque para caballos’» in *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*, vol. 1, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950, pp. 75-89.

usada pelo governador Lopo Vaz de Sampaio na década de 1520.²³ Por vezes, determinados navios em serviço nos mares orientais são designados como “Taforeia grande” ou “Taforeia Pequena”, mas sempre em referência a embarcações portuguesas, o que leva a supor que se trataria de uma embarcação de origem europeia, utilizada pelos portugueses sempre que pretendiam transportar cavalos com objectivos militares.²⁴

Outra fonte portuguesa, de 1546, menciona “uma cotia com cavalos” que vinha de Ormuz para a Índia.²⁵ A terminologia náutica portuguesa da época é assaz confusa, pois as características técnicas dos diferentes tipos de navios raramente ou nunca são apresentadas. A cotia é definida em algumas fontes como uma embarcação à vela ligeira, com dois mastros,²⁶ mas mais detalhes são fornecidos num desenho incluído no *Itinerário* do viajante holandês Jan Huygen van Linschoten. Com efeito, no grande mapa de Goa impresso com a primeira edição da obra (Amsterdão, 1595), diversas “champanas & cotias de gentios” são representadas no rio Mandovi.²⁷ Outra fonte, um regimento da alfândega de Goa de 1522, menciona vários tipos de embarcações utilizadas no transporte de cavalos entre Ormuz e a Índia, nomeadamente: “naaos”, um tipo indiscriminado de navio; “terradas” e “zambucos”, embarcações ligeiras à vela, usadas no transporte de homens e de mercadorias ao longo da costa indiana; as já referidas “cotias”; e ainda dois outros navios não identificados, “uqueres” e “tavos”.²⁸

Nada se sabe sobre o processo de embarque e desembarque dos cavalos nestes navios desprovidos de uma porta ou ponte móvel. Textos de origem portuguesa relativos à costa do Omã nos primeiros anos do século XVI afirmam que os cavalos eram carregados a bordo de navios com destino à Índia em Calaiate e em Mascate, onde as condições de ancoragem proporcionavam condições suficientemente calmas.²⁹ Talvez as embarcações tivessem de ancorar junto a um cais, a partir do qual seria possível colocar qualquer espécie de pranchas. Talvez outros métodos fossem usados. Uma tapeçaria flamenga, encomendada por clientes portugueses nos anos iniciais do século XVI apresenta um possível método de

²³ Francisco de Andrade, *Crónica de D. João III*, Manuel Lopes de Almeida (ed.), Porto, Lello & Irmão, 1976, pt. 2, cap. 46.

²⁴ João de Barros, *Ásia – Segunda Década*, António Baião & Luís Filipe Lindley Cintra (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, dec. 2, liv. 3, cap. 5.

²⁵ *Colecção de São Lourenço*, Elaine Sanceau, Maria de Lourdes Lalande & Filomena Gonçalves Gomes (eds.), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1973-1983, vol. 3, p. 189.

²⁶ Sebastião Dalgado, *Glossário Luso-Oriental*, Nova Delhi, Asian Educational Services, 1988, vol. 1, pp. 316-317.

²⁷ Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Arie Pos & Rui Manuel Loureiro (eds.), Lisboa, CNCDP, 1997, gravura 6.

²⁸ V. Magalhães Godinho, *Les Finances...*, p. 127.

²⁹ A. Brás de Albuquerque, *Comentários...*, pt. 1, cap. 21, p.69.

embarcação de cavalos, através de um guindaste.³⁰ Mas o processo seria demasiado lento para utilização em Ormuz, onde todos os anos eram embarcados centenas e centenas de cavalos.

As condições a bordo das embarcações que transportam cavalos são também pouco claras nas fontes portuguesas. Existe, contudo, um curioso testemunho de frei Agostinho de Azevedo, baseado em experiência prática de tais navios. O missionário agostinho refere que os cavalos eram sangrados antes do embarque, assim ficando “muy manso[s], e sem nenhuma ruim manha”. No interior dos navios que partiam de Ormuz ou de Mascate, segundo o mesmo informador, os cavalos seguiam tão “juntos e atados, que não pode hum bolir, que o não fação muitos”. Enquanto estavam “no mar sempre vem em pee e nunca se deitão em toda a viagem, e assi dormem”, pois os “sostentão com fundas”.³¹ Esta curiosa descrição relembra de imediato um desenho efectuado pelo viajante alemão Christoph Weiditz na Península Ibérica, na década de 1520, que representa um cavalo a bordo de uma embarcação, mantido de pé por uma armação com faixas em volta da barriga.³²

Outros detalhes sobre o transporte de cavalos no Mar da Arábia podem ser recolhidos nas obras de alguns naturalistas portugueses com experiência oriental. O celebrado Garcia de Orta, nos seus *Colóquios dos simples e drogas da Índia* (Goa, 1563), menciona o esquinanto, uma planta que “Nasce em Mascate e Calaiate (terras da Arábia) onde há tanto como erva comum”. Os portugueses chamam-lhe “palha de Mequa” ou “erva de Mascate”. Grandes quantidades desta planta “trazem nas náos os mercadores de cavalos”, para deitarem aos pés dos animais, “pera que nam cheire mal a orina e esterco delles”. Durante as viagens marítimas, trazem-se muitos “fardos” a bordo das embarcações, “porque como se molha e dana a erva, deitamna ao mar, e tornam a deitar outra aos pés dos cavallos”.³³ Esta informação é confirmada quinze anos mais tarde por Cristóvão da Costa, no seu *Tractado de las drogas e medicinas de las Indias orientales* (Burgos, 1578), que acrescenta que esta planta, à qual os árabes chamam “Cacabar e haxis Caçule”, também é utilizada para alimentar os cavalos.³⁴

³⁰ Vd. Maria Antónia Gentil Quina, *À Maneira de Portugal e da Índia – Uma Série de Tapeçaria Quinhentista*, Lisboa, Meribérica/Liber, Editores, 1998, p.29.

³¹ Agostinho de Azevedo, “Estado da Índia e onde tem seu principio” in António da Silva Rego (ed.), *Documentação Ultramarina Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1967, vol. 2, p. 114.

³² Vd. Christoph Weiditz, *Authentic Everyday Dress of the Renaissance*, Theodor Hampe (ed.), Nova Iorque, Dover Publications, 1994, gravura lxii.

³³ Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*. Conde de Ficalho (ed.), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, vol. 2, pp. 311-312 (o esquinanto é o *Andropogon laniger*, Desf.).

³⁴ Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas e medicinas das Índias Orientais*, Jaime Walter (ed.), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964, p. 115.

O lado escuro do tráfico de cavalos

Apesar de ser tão importante, ou talvez por isso mesmo, o tráfico de cavalos foi repetidamente discutido pelos portugueses, na Índia e em outros lados. Bulas papais emitidas anualmente em Roma listavam casos específicos de acções que eram contrárias à fé cristã, normalmente num contexto mediterrânico, e entre elas contava-se o tráfico em mercadorias proibidas com não-cristãos. Alguns artigos mercantis eram objecto de amplo debate, nomeadamente os cavalos, uma vez que poderiam ser utilizados como armas contra os potentados cristãos. Em 1550, o jesuíta Nicolao Lancillotto alertava os seus correligionários europeus para a circunstância de “todos hos purtugueses, que andam nestas partes, tratam em armas e cavalos, e todolos mais generos de mercadorias com mouros e judeos, e todo o genero de infieis, asi em tempo de paz como em tempo de Guerra”. Perante a extraordinária importância de um tal comércio para a economia dos portugueses, sugeria que as autoridades jesuítas deveriam tentar obter do Papa uma dispensa especial autorizando esses homens a “tartar em toda a cousa que quisessem sem cair em peccado de iscumunham”.³⁵ A dispensa papal parece ter sido conseguida sem grandes problemas.³⁶

Contudo, anos mais tarde, em 1568, já num expresso contexto contra-reformista, o jovem rei D. Sebastião, impelido por um zelo cruzadístico, promulgou uma lei proibindo os seus súbditos, de “qualquer qualidade e condição”, de venderem a “mouros e gentios” mercadorias como “armas, cobre, e enxofre, e outros materiaes, e cousas defesas”, incluindo cavalos, “sob pena de morte”.³⁷ Os cidadãos de Goa viveram então uma enorme comoção, de forma que as várias autoridades civis e eclesiásticas prepararam documentos discutindo as alegadamente pecaminosas potencialidades do negócio de vender cavalos a não-cristãos. O cronista Diogo do Couto, que na época vivia na Índia, incluiu um sumário destes debates numa das suas *Décadas da Ásia*, num capítulo intitulado “Das duvidas que se moveram em Goa sobre se não passarem cavalos aos reynos do Balagate”, onde explicava que os portugueses, e especialmente “os moradores de Goa, e Chaul”, há muitos anos que “corrião com os tratos dos cavalos de Pérsia e Arábia” para muitos reinos indianos.

Os argumentos invocados tanto pelo poder civil como pelo poder religioso para justificar o tráfico de cavalos com potentados indianos eram variados, de certa forma sumariando a mecânica do trato. Primeiro, os portugueses vendiam cavalos há mais de meio século, entre 1500 e 2000 por ano, e esses cavalos, regra geral, não eram utilizados contra Goa. Pelo contrário, eram usados pelos

³⁵ *Documenta Indica*, Josef Wicki & John Gomes (eds.), Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988, vol. 2, p. 130.

³⁶ *Documenta Indica...*, vol. 2, pp. 186-188.

³⁷ *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, António da Silva Rego (eds.), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1949-1958, vol. 10, p. 469.

soberanos indianos para se atacarem, e enfraquecerem, mutuamente, com evidente vantagem para os cristãos. Depois, os cavalos vendidos em Goa tinham um ciclo de vida relativamente curto, durando muito pouco, quer por condicionamentos climáticos, quer pelas “guerras em que sempre andão huns com outros”. Como poderia essa circunstância constituir uma ameaça para o Estado da Índia? E depois havia a questão dos rendimentos obtidos com o tráfico de cavalos, que era da maior importância para o orçamento régio, servindo nomeadamente para financiar soldados, fortalezas e navios. Como concluía dialecticamente os teólogos, aliás em perfeito acordo com os vereadores da Câmara de Goa, “convem à necessária e natural defensão do Estado não se impedir a passagem e venda dos cavalos aos ditos infieis”.³⁸

Em 1575 houve uma nova contribuição para esta polémica, quando o segundo Concílio Provincial de Goa se reuniu sob a direcção do intransigente Dom Gaspar de Leão para definir os princípios religiosos e morais que deveriam governar a vida quotidiana no Estado da Índia. Um dos decretos desta reunião estabeleceu que os cristãos de Goa não poderiam levar cavalos para os “infieis” do sertão indiano, uma vez que uma tal prática, até aí tão frequente, causava “muitos danos espirituais e físicos”. Os goeses que desobedecessem aos ditames do Concílio eram considerados indignos do nome cristão, vendo todos os seus cavalos serem confiscados. O comércio de cavalos com não-cristãos nem mesmo poderia ser realizado em parcerias com mercadores muçulmanos.³⁹

A Igreja portuguesa e as suas ramificações no Estado da Índia seguiam a reboque da Europa católica, adoptando posições mais conservadoras em todos os assuntos que envolvessem o relacionamento com o mundo não-cristão. Mas por esses anos, na Índia, o tráfico de cavalos com escala em Goa tinha diminuído consideravelmente, pois um dos maiores clientes desse comércio, o império de Vijayanagar, tinha abandonado a cena nos anos finais da década de 1560, depois da batalha de Talikota. Talvez por isso mesmo houvesse tanta discussão em Goa. Por volta de 1580 os rendimentos do tráfico de cavalos em Goa não ultrapassavam os 4% dos rendimentos totais da Coroa portuguesa,⁴⁰ quando nas primeiras décadas do século XVI tinham ascendido a cerca de metade das receitas.⁴¹ Como escrevia um anónimo observador em 1582, “o comércio de cavalos tem vindo a diminuir”.⁴²

³⁸ Maria Augusta Lima Cruz, *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda & CNCDP, 1993, vol. 1, pp. 398-422.

³⁹ *Documentação...*, vol. 12, pp. 306-307.

⁴⁰ Artur Teodoro de Matos, *Na Rota da Índia – Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, p.68.

⁴¹ M. N. Pearson, *Coastal Western India...*, p. 70.

⁴² Francisco Paulo Mendes da Luz (ed.), *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, fl. 13v.

De qualquer forma, os cavalos continuaram a afluir de Ormuz, pois os portugueses também eram consumidores exigentes e continuavam a comprar cavalos, quer para uso pessoal, quer para o serviço militar do Estado da Índia. Testemunhos contemporâneos confirmam que havia em Goa muitos “Cavalli di Arabia e Persia pretiosissimi ma cari”, como escrevia o jesuíta Francisco Pasio em 1578.⁴³ E o anónimo autor do *Livro das cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia*, escrito em 1582, reafirmava que Ormuz, apesar do acentuado declínio, continuava a ser “escala muy grande de todos os cauallos que passão da Arábia e Pérsia para todas as partes da Índia, de que se prouem os Portugueses, e por sua mão todos os Reis Mouros della”.⁴⁴ Um frade agostinho que viveu em Ormuz nos últimos anos de Quinhentos escrevia por volta de 1600 que “ali vem todos os annos muitos ginetes da Pérsia e Arábia, dos quais se prove toda a Índia assi christãos como gentios e mouros”.⁴⁵ Enfim, uma fonte mais tardia, o relato do viajante francês François Pyrard de Laval, confirma que nos primeiros anos do século XVII, em Goa, os “homens de qualidade portugueses não andam senão a cavalo; e têm grande número de cavalos, que vêm da Pérsia e da Arábia, os quais são bonitos e bons”.⁴⁶ O relacionamento dos portugueses com os cavalos e com os mecanismos do seu tráfico constituem, sem dúvida, um tema de relevante importância, a merecer mais detalhado estudo. Aqui fica uma modesta contribuição.

⁴³ *Documenta Indica...*, vol. 11, p. 364.

⁴⁴ Francisco Paulo Mendes da Luz (ed.), *Livro das cidades e fortalezas...*, fl. 32v.

⁴⁵ A. de Azevedo, “Estado da Índia...”, p. 92.

⁴⁶ Francisco Pyrard de Laval, *Viagem*, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara & A. de Magalhães Basto (eds.), Porto, Livraria Civilização, vol. 2, p. 58.

A CONCESSÃO DE BOMBAIM AOS BRITÂNICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NO TERRITÓRIO DE BAÇAIM (1661-1668)*

ANDRÉ TEIXEIRA **

ISABEL ALMEIDA **

PEDRO NOBRE **

1. O tratado de paz anglo-português de 1661

Após a Restauração, Portugal procurou estabelecer alianças diplomáticas com os reinos vizinhos, a fim de legitimar a sua recente independência, ganhar aliados para o previsível conflito com Espanha e conter o assédio ao seu império; a estratégia portuguesa passava por tirar partido do jogo de equilíbrios europeus.¹ Inicialmente o apoio internacional restringiu-se à Coroa francesa, interessada na divisão do esforço de guerra espanhol em mais uma frente. Também junto das Províncias Unidas foi possível uma aproximação, embora a convergência de interesses no Velho Continente contrastasse vivamente com a rivalidade ultrama-

* Este texto resulta do trabalho realizado no âmbito do projecto “Bombaim antes dos Ingleses. A marca portuguesa no território da antiga península de Bombaim”, do Centro de Estudos de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra e do Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido pelo Prof. Arquitecto Walter Rossa e que, desde 2004, tem financiamento e apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da Fundação Oriente.

** Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores.

¹ Para todo este contexto veja-se Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal*, 2.^a edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 140-41; Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s/d., pp. 158-59 e ss..

rina. A paz de Vestefália de 1648 fez surgir o Reino Unido como uma alternativa para a política externa portuguesa, não obstante as dificuldades de aproximação dos tempos filipinos, com a participação lusa na Armada Invencível, os ataques britânicos às costas de Portugal e a expansão destes na Ásia, bem como a paz anglo-espanhola de 1630 e a guerra civil entre realistas e parlamentares.² A aproximação entre os dois Estados esboçou-se com Carlos I e efectivou-se com Cromwell, sendo assinada a paz e confederação em 1654, na qual se concediam, fundamentalmente, amplas liberdades para os comerciantes britânicos no reino e no império português.³ Este acordo consagrou, aliás, o início de “uma acentuada supremacia política da Inglaterra em relação a Portugal”.⁴

Em relação aos neerlandeses, depois de 1648 e da aproximação destes aos espanhóis, acentuou-se a debilidade diplomática portuguesa, reforçada com a crescente rivalidade no Atlântico e no Índico. A França manteve nos anos seguintes uma posição dupla, ora celebrando com Portugal um tratado de aliança e amizade em 1655, ora negociando com Espanha o futuro tratado dos Pirinéus, assinado em 1659. Este teve como consequência que Portugal perdesse o seu principal apoio do pós-Restauração, já que a França deixou de reconhecer a dinastia de Bragança, permitindo ainda à Espanha concentrar-se na guerra com os portugueses. O Reino Unido, que já era alternativa à França desde 1654, tornou-se assim a principal aposta da política externa portuguesa. A 18 de Abril de 1660 foi celebrado um acordo de paz e cooperação, que possibilitava à coroa portuguesa a compra de armas, recrutamento de militares e fretamento de navios britânicos,⁵ tendo sido assinado a 23 de Junho do ano seguinte um tratado de paz e aliança, ratificado em Portugal a 28 de Agosto, que consagrou a união matrimonial entre a infanta D. Catarina e o monarca britânico Carlos II.

Em Janeiro de 1661, a regente de Portugal, D. Luísa de Gusmão, enviara o seu embaixador extraordinário, D. Francisco de Melo, à restaurada monarquia britânica, a fim de concluir as pazes que este ali deixara esboçadas.⁶ A rainha terá feito de antemão amplas concessões destinadas a concluir a negociação com

² Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa...*, p. 183.

³ *Collecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo II, 1882, pp. 202-30 (adiante designado por CTCP).

⁴ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 153.

⁵ José Ferreira Borges de Castro, *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao Presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 226-33.

⁶ National Archives (NA), Public Record Office (PRO), State Papers (SP) 89/5, fl.1. As procurações da infanta D. Catarina e da rainha regente D. Luísa datam de 11/01/1661 (CTCP, II, 240-42 e 272-74).

êxito,⁷ parecendo que existia em Portugal disposição, tanto entre os grandes da Corte como na gente comum, para aceitar todas as exigências que fossem necessárias ao acordo, selado com o casamento régio. Deste sentimento dava conta o cônsul britânico em Lisboa, revelando como se esperava que esta paz pusesse termo à guerra com Espanha, sendo que a principal oposição provinha da Inquisição, que parecia defender a união ibérica. Segundo este, a possibilidade de D. Catarina se tornar rainha de Inglaterra era o assunto dominante em Portugal, sendo considerados traidores todos os opositores e aceitando o povo de bom grado os novos e pesados tributos com vista a este enlace.⁸ O passar dos meses aumentou a ansiedade da Corte portuguesa na conclusão do acordo, afirmando o mesmo cônsul que o povo preferia perder todas as possessões do Estado da Índia ao fracasso da aliança com o Reino Unido.⁹

De facto, existiam fortes pressões espanholas junto da Coroa britânica para que esta não assinasse pazes com Portugal, contrapondo a esta aliança o casamento de Carlos II com outras princesas europeias e fazendo concessões territoriais.¹⁰ Estas movimentações diplomáticas foram claramente perceptíveis ao embaixador português em Londres, D. Francisco de Melo, que informou Lisboa das ameaças de guerra efectuadas pelos espanhóis ao Reino Unido e das suspeitas que estes lançavam sobre as ofertas portuguesas. No entanto, tais movimentações espanholas foram goradas perante o Conselho de Estado britânico.¹¹

As cartas régias dirigidas ao Senado de Lisboa e às Câmaras das cidades e vilas do Reino, propondo a duplicação das sisas por dois anos como forma de suprir as despesas resultantes do casamento entre o rei britânico e a infanta portuguesa, em que se exigia um avultado dote, mostram bem os objectivos portugueses na celebração deste acordo de paz: equilibrar o posicionamento externo português face à recente aliança entre a França e a Espanha, a que já se fez referência; ganhar um aliado de peso e reforçar o prestígio de Portugal no contexto europeu; adiantar as negociações de paz com as Províncias Unidas, onde o rei britânico serviria de mediador, podendo também ser um passo para a paz com Espanha, motivação urgente face ao desgaste da guerra fronteiriça que se travava.¹²

De facto, por um lado, alcançou-se em 1661 a paz entre Portugal e as Províncias Unidas, sendo assinado um acordo pelo qual se salvaguardavam as con-

⁷ Glenn J. Ames, *Renasant Empire? The House of Braganza and the quest for stability in portuguese monsoon Asia, c. 1640-1683*, Amesterdão, University Press, 2000, p. 29.

⁸ Cartas do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 01/02/1661 e 02/03/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls. 2 e 5-6).

⁹ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 30/05/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls.15-17).

¹⁰ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 154.

¹¹ Carta do embaixador D. Francisco de Melo, Londres, 09.05.1661 (CTCP, II, 242-45).

¹² CTCP, II, pp. 247-49.

quistas dos primeiros no Brasil e África e dos segundos no Oriente, garantindo estes últimos vantagens comerciais e uma soma considerável. A paz só foi ratificada em Portugal em Maio de 1662 e nas Províncias Unidas em Dezembro do mesmo ano.¹³ Por outro lado, o Reino Unido, não obstante a paz instável com Espanha, serviu efectivamente nos anos seguintes como mediadora entre os contendores ibéricos, desencadeando negociações logo a partir de 1663. Aos britânicos interessava esta aproximação, quer do ponto de vista económico, pela segurança das rotas atlânticas, quer por questões político-estratégicas, tendentes ao isolamento da França. Esta, por sua parte, procurou fazer gorar o entendimento entre os reinos ibéricos, reaproximando-se e jogando a sua influência na Corte portuguesa, que se concretizou com o casamento entre D. Afonso VI e a princesa D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, em 1666. A instabilidade da posição francesa determinou, porém, que antes desta data fosse favorecido em Lisboa o alinhamento preferencial com a Coroa britânica.¹⁴

Em Junho de 1661 chegou finalmente a Lisboa a notícia, “mais bem vinda que alguma vez veio a este povo”, segundo o cônsul britânico em Lisboa, da intenção de Carlos II casar com a infanta D. Catarina e, portanto, de assinar o tratado.¹⁵ As condições aqui previstas eram latas, regulando todas as relações políticas, diplomáticas, económicas e até religiosas entre os dois reinos,¹⁶ no sentido já expresso aquando da paz e confederação de 1654, um dos tratados pós-Restauração automaticamente ratificado. Os portugueses cediam aos britânicos a estratégica praça marroquina de Tânger, podendo contudo permanecer aí todos os habitantes e soldados que desejassem, usufruindo de liberdade religiosa e igualdade civil. Era também pago um dote no valor de dois milhões de cruzados portugueses, sendo que a infanta poderia manter o seu culto católico em terras protestantes, gozar de uma renda e residência vitalícias. Além destas concessões, os portugueses davam também a ilha e porto de Bombaim “com todos os seus direitos, proveitos, territórios e quaisquer pertenças”,¹⁷ alegadamente com vista a aumentar a presença britânica na Ásia, incrementando o seu comércio e prevendo o auxílio aos portugueses, face à “força e invasão” das Províncias Unidas. Estabelecia-se que esta entrega se deveria fazer com toda a brevidade, ficando a armada que tomara posse obrigada a dar “toda a segurança de amizade, socorro e auxílio aos súbditos do Senhor Rei de Portugal nas Índias Orientais e protegê-los no comércio e navegações que ali fizerem”.¹⁸ Os habitantes da ilha de Bombaim poderiam ali permanecer, como súbditos do monarca

¹³ Pedro Soares Martinez, *História diplomática de Portugal...*, p. 147; Glenn J. Ames, *Renaissance Empire?*..., p. 169.

¹⁴ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa...*, pp. 194-96.

¹⁵ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 29/06/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls. 24-25).

¹⁶ CTCP, II, pp. 250-79.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 263.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 265.

britânico, no pleno gozo da religião católica que professavam. Ainda no Estado da Índia fazia-se um acordo de partilha de possessões que eventualmente pudessem vir a ser reconquistadas, sendo igualmente outorgados aos comerciantes britânicos privilégios variados nos domínios lusos orientais e americanos.

Em contrapartida, Portugal recebia fundamentalmente o auxílio britânico para manter a sua integridade territorial, consubstanciado na preparação e envio de um contingente militar terrestre (cujo soldo seria, porém, pago pela Coroa lusa), e de uma esquadra de naus. Carlos II comprometia-se a nunca estabelecer relações com Espanha em prejuízo de Portugal e a intermediar as pazes entre estes e as Províncias Unidas, apoiando-os militarmente caso os neerlandeses recusassem as condições propostas para o entendimento. A força que fosse enviada pelo rei britânico para tomar posse de Bombaim deveria, assim, seguir suficientemente apetrechada e mandatada para defender as possessões portuguesas, comprometendo-se o dito monarca a pugnar pela restituição de conquistas que tivessem sido feitas pelos britânicos ao longo das negociações.

Muito embora os termos do tratado fossem já claramente favoráveis aos britânicos, parece que estes almejavam alargá-los em seu benefício. As instruções de Carlos II ao seu embaixador em Lisboa resumiam os objectivos do soberano.¹⁹ A principal vantagem que esperava alcançar era aproveitar o facto de Portugal ter um comércio muito desenvolvido em vastas partes do mundo para melhorar o trato britânico e alargar os seus domínios e territórios; o embaixador deveria, pois, informar-se sobre a veracidade das ofertas portuguesas e promover a comunidade mercantil britânica instalada na capital portuguesa. De referir que, meses antes, o cônsul britânico fizera notar a importância deste grupo para as relações entre os dois reinos, anotando como estes tinham levantado algumas questões relativas ao tratado. Desejosos de participar no comércio oceânico português, propunham que os navios britânicos que navegassem entre portos lusos não pudessem ser estorvados pelos neerlandeses, de forma a ficarem com todo o comércio português na África, América e Ásia²⁰. Também a *East India Company* (EIC) demonstrara interesse em possuir um porto na costa ocidental indiana, a fim de fazer face à instabilidade do seu estabelecimento em Surate, tendo Bombaim já sido indicado como uma boa hipótese para cumprir este objectivo.²¹

¹⁹ Carta de Carlos II para o embaixador Richard Fanshaw, Whitehall, 02/09/1661, publicada no *Report on the Manuscripts of J. M. Heathcote, Esq., of Conington Castle*, Norwich, Majesty Stationery Office, 1899, pp. 18-20.

²⁰ Carta do cônsul Thomas Maynard, Lisboa, 09/04/1661 (NA, PRO, SP89/5, fls.28-29).

²¹ Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations Relating to Bombay (1660-1667)*, Londres, Humphrey Milford, 1940, pp. 421-31; William Foster, *The English Factories in India 1624-1629*, Oxford, Clarendon Press, 1909, pp. 142-44, 159, 195, 216, 219, 243 e 250, citado por Adriano José Ernesto Couto, *A Cessão de Bombaim à Inglaterra*, tese de licenciatura em ciências históricas e filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1952, p. 26 e ss.; Isaú Santos, “A Cedência de Bombaim aos Ingleses”, in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 275-76.

Nas directrizes entregues ao seu embaixador em Lisboa, Carlos II recomendava, em relação ao Oriente, a rápida posse de Bombaim, ordenando-lhe que tudo estivesse pronto para que a armada de Novembro de 1661 fosse já incumbida desta tarefa. Sugeriu-se ainda que este procurasse que a concessão fosse alargada a Baçaim (Vasai), algo que o embaixador português em Londres achara possível, embora não tivesse poder para o conceder. Mais ousadamente, aconselhava ainda a que se obtivesse boas informações sobre a situação dos portugueses no Oriente e a ameaça neerlandesa, de forma a saber como estas poderiam favorecer o estabelecimento de novas feitorias britânicas na região ou até permitir tomar posse de Goa.²² As aspirações do soberano britânico, relativas ao território de Baçaim, parecem indicar que a concessão de Bombaim foi entendida em Londres como incluindo as ilhas anexas. William Foster sugere que o mapa mostrado a Carlos II durante as negociações compreendia a ilha de Salsete.²³

Efectivamente, os portugueses ocupavam desde 1534 um extenso território em torno da cidade de Baçaim, alargado em 1559 com a tomada das terras de Damão, constituindo no seu conjunto a Província do Norte do Estado da Índia.²⁴ O distrito de Baçaim, situado na parte meridional, era um espaço descontínuo em termos geográficos. A Norte compunha-se de uma faixa costeira plana e alagadiça, entre os rios Vaitarna e Ulhas, situando-se aí os caçabés de Baçaim e Agaçaim (Agashi), ou seja, as duas povoações e seu alfoz. Para o interior existiam quatro praganas, Solgão, Erá, Camão e Anzor, circunscrições plenamente rurais que agrupavam várias aldeias, sendo o relevo dominante mais acidentado. As praganas de Manorá e da Serra de Asserim, assaz relevantes na defesa do território face ao interior, foram apenas incorporadas em 1556. No centro do distrito estava a grande e próspera ilha de Salsete, a Leste da qual ficava Taná (Thane), a segunda povoação mais importante da jurisdição. Na terra firme frontal a esta ilha circunscreviam-se mais duas praganas, Cairana e Panchena, nas denominadas terras de Sabaio (Belapur). Finalmente, o extremo sul era composto por pequenas ilhas, claramente demarcadas de Salsete pelo rio de Bandorá (Bandra), como Maim (Mahim), Parel (Parel), Sião (Sion), Varoli, Bombaim,²⁵ Mazagão (Mazagaon), Colaba e outras menores, além da península de Caranjá (Uran).

²² Carta de Carlos II para o embaixador Richard Fanshaw, Whitehall, 02/09/1661, publicada no *Report on the Manuscripts of J. M. Heathcote...*, pp. 18-20.

²³ William Foster, *The English Factories in India 1661-64*, Oxford, Clarendon Press, 1923, p. 126.

²⁴ Dejanirah Couto, "Em Torno da Concessão e da Fortaleza de Baçaim (1529-1546)", in *Mare Liberum* 9 (1995), p. 118.

²⁵ Vejam-se as primeiras referências a esta ilha nas fontes portuguesas, no artigo de P. P. Shirodkar, "Bombay and the Portuguese Impact and Influences with special reference to etymology", in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 291-95.

Algumas destas ilhas conheciam já um processo avançado de assoreamento em meados do século XVII, passando-se de umas a outras.²⁶

Aquando da anexação deste território, os portugueses mantiveram as circunscrições territoriais, administrativas e militares e o próprio modelo de exploração económica e a ordem social preexistente. As diversas aldeias das praganas, as terras dos caçabés e as rendas destes espaços peri-urbanos ou das alfândegas foram entregues, poucos anos após a conquista, a indivíduos da pequena nobreza portuguesa, membros da elite goesa ou a aliados locais; o regime de transmissão foi adaptado do direito europeu. Como nos tempos de domínio muçulmano, estes terratenentes deveriam prestar auxílio militar ao soberano, participando na defesa daquela jurisdição com cavalo e vivendo obrigatoriamente em Baçaim, cidade a partir da qual deveriam prover o cultivo das terras.²⁷ Forjava-se, assim, a primeira nobreza fundiária do Estado da Índia, com significativo poder económico, responsável pela edificação de uma cidade de grande esplendor arquitectónico e pelo controlo sobre aquele grande território. Neste processo também tomaram parte as ordens religiosas, com a Companhia de Jesus a ganhar ali um protagonismo que ia muito além do estrito labor apostólico, como ficará patente neste artigo.²⁸

Bombaim manteve-se como um espaço marginal e periférico deste território, tal como acontecera nos tempos anteriores à presença portuguesa. A sua reduzida dimensão não lhe permitia rendimentos agrícolas avultados, como acontecia com a vizinha ilha de Salsete, e a actividade comercial e artesanal estava centrada nos núcleos urbanos de Baçaim e Taná, ou mesmo nas pequenas povoações de Agaçaim, Caranjá ou Maim. Foi, pois, uma das pequenas circunscrições entregues a nobres portugueses para exploração, a troco do pagamento de um foro, como um certo mestre Diogo ou o célebre naturalista Garcia da Orta, que recebeu

²⁶ Paulo Varela Gomes e Walter Rossa, "O primeiro território: Bombaim e os Portugueses", in *Oceanos* 41 (2000), pp. 210-224; A. B. de Bragança Pereira, "Os Portugueses em Baçaim", in *O Oriente Portuguez*, n.º 7-9 (1935), pp. 49-50.

²⁷ Alexandre Lobato, "Sobre os prazos da Índia", in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Actas*, ed. Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 459-66; Luís Filipe F. R. Thomaz, "Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no Século XVI", in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL, 1994, pp. 235-37; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, "A Organização Militar da «Província do Norte» durante o Século XVI e princípios do Século XVII", in *Mare Liberum* 9 (1995), pp. 247-265.

²⁸ Gerson da Cunha, *Notes on the history of Chaul and Bassein*, 2.ª edição, Nova Deli, Asian Educational Services, 1993; André Teixeira, "Os Primórdios da Presença Portuguesa em Baçaim – 1534-1554: notas sobre a situação financeira e político-militar do primeiro «território» do Estado da Índia", in *D. João III e o Império, Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Nascimento de D. João III*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 337-365.

esta ilha de mercê em enfileuse por meados de quinhentos, segundo as suas palavras na obra *Colóquio dos Simples e Drogas da Índia*. Aqui construiu uma casa senhorial, que mais de um século depois foi herdada por D. Inês de Miranda, local onde se processou a entrega da ilha aos britânicos, como adiante se verá.²⁹ Escassas décadas antes da concessão, Bombaim era considerada “coisa pequena”, vivendo na povoação onze casados portugueses, que com alguns negros perfaziam uma tropa de setenta mosqueteiros, mantendo-se o sítio sem fortificação condigna.³⁰

2. A expedição de entrega de Bombaim e recusa de António de Melo de Castro

Ainda o tratado não estava assinado e já a rainha regente escrevia para Goa, anunciando que em virtude dele se concedia aos britânicos uma praça no Estado da Índia, sendo Bombaim a escolhida. D. Luísa fazia notar a utilidade daquela aliança para a presença portuguesa na Ásia, recomendando desde logo uma rápida e pacífica entrega daquela ilha, informando-se aos seus moradores que iriam manter o culto católico e os direitos adquiridos.³¹ Meses depois foi comunicado o sucesso das negociações, pedindo-se novamente bom entendimento com os britânicos, de forma a fortalecer a aliança firmada.³² Parece, efectivamente, que em Lisboa se temia que as reacções locais às concessões territoriais acordadas pusessem em perigo a ratificação do tratado, sobretudo no que se referia a Tânger. Neste sentido, aponta o decreto assinado secretamente pela rainha para que o secretário Gaspar de Faria Severim não lesse ou emendasse no Conselho de Estado alguns artigos do tratado, de forma a que “por nenhuma maneira pudesse vir à notícia dos moradores da fortaleza e cidade de Tânger que ela se dava em dote à infanta [...], pois como perigo daqueles moradores se puderem inquietar”.³³

²⁹ J. Gerson da Cunha, *The Origin of Bombay*, 2.ª edição, Nova Deli, Asian Educational Services, 1993; Júlio Gonçalves, *Garcia de Orta e a sua ilha de Bombaim*, sep. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa (Julho-Dezembro)*, Lisboa, Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1963, pp. 203-12.

³⁰ António Bocarro, *O Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, vol. II, pp. 116-17.

³¹ Carta régia para os governadores do Estado da Índia, Lisboa, 21/05/1661 (HAG, *Monções do Reino* (MR), 28A, fl. 227).

³² Carta régia para os governadores do Estado da Índia, Lisboa, 27/10/1661 (HAG, MR, 28B, fl. 524).

³³ L. de Figueiredo da Guerra, “Um diploma secreto”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908, pp. 225-226.

A expedição para a entrega de Bombaim só foi organizada em 1662. Temendo-se uma recusa de Goa na cessão do porto, terá sido combinado pelas duas coroas o envio de um novo vice-rei ou governador para o Estado da Índia, o qual seria transportado pela frota britânica. Ter-se-á, mesmo, previsto a possibilidade de uso de força para assegurar o desembarque do novo oficial em Goa.³⁴ António de Melo de Castro foi o designado para o cargo, tendo recebido instruções quanto à entrega “do rio e terra de Bombaim”, facto considerado de grande importância em virtude do contrato de casamento da infanta. Era-lhe ordenado que logo que chegasse à Índia pedisse a procuração do rei britânico, onde se indicava a pessoa a quem se deveria dar posse da ilha. De seguida faria a entrega, seguindo escrupulosamente o que fora capitulado, fazendo uma relação do sucedido. Relembra-se que o monarca britânico tinha obrigação de socorrer Portugal em caso de necessidade, pelo que Melo de Castro deveria pedir ajuda aos britânicos quando e se precisasse.³⁵

Por seu lado, o monarca britânico designou Sir Abraham Shipman para tomar posse do seu novo domínio, provendo-o no cargo de governador e comandante-chefe da ilha de Bombaim e conquistas que viessem a ser obtidas nas Índias Orientais. Estes eram, aliás, os propósitos que Carlos, expressava nas instruções ao seu oficial, aos quais juntava os objectivos de incrementar o comércio britânico naquelas partes, fomentando a fixação dos seus súbitos e de estrangeiros em Bombaim. Recomendava também boa correspondência com o governador de Goa, oficiais e demais súbditos portugueses, dando-lhes ajuda e protecção, encorajando igualmente os habitantes locais a manter-se pacificamente sob a obediência do rei britânico, permitindo-lhes o exercício livre da sua religião.³⁶

A expedição era composta por cinco embarcações da armada real britânica, sendo seu almirante o 3.º conde de Marlborough. Tinha-se acordado com a EIC a partilha de responsabilidades pelos custos da esquadra, dado o estado problemático do tesouro régio britânico. A viagem começou a 6 de Abril de 1662, chegando parte das embarcações a Anjouan, nas ilhas Comores, a 11 de Agosto. Aqui, António de Melo de Castro aproveitou a presença dos navios e armamento britânicos para exigir a rendição de quarenta e dois nativos, reivindicados como súbditos portugueses por contendas antigas. O rei de Anjouan pediu-lhe um recibo de quitação, no que foi corroborado por Marlborough, mas recusado por Melo de Castro. O diferendo entre estes últimos persistiu, sendo que o almirante

³⁴ William Foster, *The English Factories...*, p. 129, citando a biografia de Lord Clarendon.

³⁵ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 09/04/1662 (HAG, MR, 28A, fl. 175; 28B, fl. 508).

³⁶ Instruções régias para Sir Abraham Shipman, Londres, 24/03/1662 (India Office Records (IOR)/H/48, fl. 3-5), traduzidas para português pelo padre João Gregório, S.J. (HAG, MR, 28B, fl. 480).

britânico recusou-se a transportar os referidos nativos, enviando-os de volta para terra. O oficial português ficou ofendido com esta atitude, aumentando-se assim o mal-estar, que já advinha da pouca consideração que lhe havia sido dispensada pelo capitão do navio em que seguiu na viagem; preferiu, ainda assim, manter relações cordiais com os britânicos até ao fim da viagem.³⁷

A chegada a Bombaim ocorreu a 28 de Setembro. Perante o atraso da nau onde vinha Sir Abraham Shipman, e dada a pressa que Marlborough tinha em seguir viagem para Surate, este pediu a Melo de Castro que entregasse Bombaim a John Hungerford, que vinha nomeado para substituir Shipman, em caso de impedimento. O oficial português recusou, justificando que este não tinha documentação que validasse esta via de sucessão, acrescentando que ele próprio tinha previamente de tomar posse do cargo em Goa, visitar as praças do Norte e esperar pela monção. Se estas razões foram apontadas pelo governador como desculpas cautelosas, “por que não chegemos a romper e granjear novos inimigos”, para os oficiais britânicos eram escassas e “frívolas”. Estes assinalaram igualmente a má vontade de Melo de Castro em permitir o desembarque dos soldados britânicos na ilha, tão necessitados de mantimentos, apenas autorizando caso o fizessem desarmados. Por seu turno, o governador apontou que eram aqueles que previamente lho haviam impedido, obrigando-o a forjar estratégias.³⁸

O que mais exasperou os ânimos dos britânicos foi, porém, a constatação da reduzida dimensão da ilha de Bombaim, facto verificado após missões de reconhecimento, notando-se então como Taná e a ilha de Salsete correspondiam a entidades geográficas distintas, separadas daquela por um pequeno canal. Assinalou-se como aquela concessão apenas representava um quinto daquilo que fora prometido, sugerindo que os portugueses haviam enganado Carlos II com representações erróneas. Já Melo de Castro não concordava com estas pretensões territoriais, preparando-se para uma eventual intervenção militar britânica com reforços de Surate.³⁹

Perante a intransigência de Melo de Castro, Marlborough ponderou dirigir-se a Goa, a fim de desbloquear a situação junto dos governadores do Estado da

³⁷ William Foster, *The English Factories...*, pp. 128-30. O próprio oficial britânico Henry Gary reconheceu, em carta para Londres de 31/12/1662, os maus tratos dispensados a Melo de Castro no decorrer da viagem, baseando as suas informações em relatos de tripulantes (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-43). A versão portuguesa está largamente expressa no «Diário de notícias da viagem e do mais que sucedeu com os ingleses ao governador da Índia António de Melo de Castro», de Goa (CTCP, III, pp. 3-17).

³⁸ Carta de António de Melo de Castro aos governadores, Bombaim, 01/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 511-511v); cartas do capitão Brown, de Gerald Aungier e de Marlborough para Surate, de 30/09/1662 a primeira e de 06/10/1662 a segunda e terceira (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 133, 134 e 132).

³⁹ Vejam-se as cartas acima citadas, além da de António de Melo de Castro aos governadores, Bombaim, 02/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 521).

Índia em exercício.⁴⁰ Contudo, já dias antes, o indigitado vice-rei procurara a cumplicidade dos governadores e Conselho de Goa para “reter” a ilha, algo que parecia não estar a lograr junto dos fidalgos que por ali passavam. Justificava não ter entregue Bombaim pelo facto dos britânicos não terem dado socorro ao Estado no caso de Anjouan e não terem intenção de o fazer no futuro, pois a sua armada era afinal escassa (de três navios), tendo seguido a maior parte das embarcações para Surate. Tais atitudes desrespeitavam o estipulado no tratado, cuja cópia era enviada em anexo para apreciação. Melo de Castro dramatizou, ainda, a possibilidade de um ataque britânico, certo da sua pretensão em incluir na ilha de Bombaim as de Baragão e de Salsete, até à barra de Baçaim, pedindo reforços a Goa.⁴¹

Os ressentimentos e desconfianças entre os portugueses e os britânicos daquela expedição avolumavam-se. António de Melo de Castro estaria melindrado devido às contendas da viagem, pensando que já não teria o acordado apoio da esquadra britânica para resolver as questões do Estado da Índia; pretendia, então, uma clara prova desse auxílio antes de concretizar a cessão. Quanto aos britânicos, depois da primeira recusa em entregar Bombaim, possivelmente ainda considerada como minimamente justificável face à ausência de Shipman ou de documentos que validassem o seu sucessor, descontentavam-se agora com o seu interlocutor perante a recusa de desembarque dos soldados, face à comprovada pequenez da ilha e possível artimanha nas negociações pelo lado português.

Entre 6 e 7 de Outubro Sir Abraham Shipman chegou a Bombaim, apresentando prontamente ao vice-rei uma carta do seu monarca e exibindo a sua procuração. Desaparecia assim a motivação oficial de António de Melo de Castro para adiar a entrega da ilha. Os propósitos do vice-rei não sofreram porém alterações, sendo então já claro que pretendia conservar a posse de Bombaim, mesmo que para isso tivesse que encontrar subterfúgios formais. Desta forma, apresentava novas justificações oficiais: os documentos trazidos por Shipman tinham falhas processuais, ao contrário do que acontecera em Tânger, podendo colocar-se a dúvida sobre a sua autenticidade e, até, a hipótese de agirem sem ordem régia. Indicava a falta da procuração nomeando a pessoa a quem se deveria entregar a ilha, a qual era requerida nas instruções que lhe dera o rei de Portugal e que fora anteriormente exibida; a ausência de assinatura régia na patente exibida por Shipman; a possibilidade da carta de Carlos II a Melo de Castro ter sido forjada, pois não estava assinada pelo secretário, “sem a qual assinatura nenhum negócio se despacha em Portugal”, e datava de 25 de Março de 1662, ao passo que a nomeação do oficial português era apenas de 11 de Abril de 1662, estando o respectivo selo ainda fresco.

⁴⁰ Carta de Marlborough para Surate, de 06/10/1662 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, p. 132).

⁴¹ Cartas de António de Melo de Castro para os governadores do Estado da Índia, Bombaim, 01/10/1662 e 02/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 511 e 521).

Às justificações oficiais que lhes foram dadas, de forma sobranceira, por Melo de Castro, os britânicos responderam, primeiro que eram frívolas, segundo que o socorro dado fora desprezado. Pediam mesmo a reparação das despesas da armada, avisando que iriam informar o seu rei acerca do sucedido e que este lhes iria certamente enviar poderes para reparar as referidas injúrias.⁴² Ao protesto britânico o oficial português respondeu, repetindo as razões formais já referidas, prometendo guardar Bombaim até que os documentos correctos lhe fossem entregues, com o intuito de delongar a entrega. De substancial, Melo de Castro acrescentava a recusa do pagamento das despesas da armada britânica, atribuindo aos britânicos a culpa pelo atraso da entrega, uma vez que não tinham trazido a documentação necessária. Além disso, acedia ao intento dos seus interlocutores de ir a Goa, remetendo uma decisão final sobre o assunto para o Conselho da capital do Estado da Índia.⁴³ Tal proposta levou os enviados de Shipman a dirigirem-se a Goa para aí tentar obter apoios para as suas pretensões, não obstante a crença da total sintonia entre portugueses, manifestada pelos directores da EIC em Surate.⁴⁴

Ao mesmo tempo que astutamente abria esta possibilidade, Melo de Castro procurou incessantemente convencer os poderes na capital do Estado da Índia das suas razões, enviando sucessivas missivas através de almadias, a fim de se antecipar à chegada do capitão britânico. O carácter de urgência, colocado no tom da correspondência, ilustrava bem o receio que o oficial português tinha de uma cedência total aos interesses britânicos por parte dos governadores em exercício. Propunha, pois, uma união entre antigos e novos titulares do poder no Estado, nem sempre alcançada no passado, para fazer “o que nos convém”, garantindo-lhes a continuidade do poder em Goa e no sul da Índia enquanto a situação no Norte se mantivesse incerta. Além de repetir constantemente os argumentos já expostos, afirmava ter-se apetrechado militarmente para resistir a uma possível tomada de força dos britânicos, embora lhe parecesse que estes não traziam quaisquer ordens da Europa para fazer a guerra e, portanto, ser seguro adiar a entrega. Devia dar-se conta ao rei português de tudo o que sucedera naquela expedição e das desconfianças crescentes face aos britânicos, considerando-se “ignorância sem desculpa” entregar Bombaim, quando os britânicos não traziam claramente ordem para socorrer, ou para romper com os portugueses. Melo de Castro expunha diversas sugestões sobre evasivas que os governadores

⁴² Carta de Marlborough aos governadores do Estado da Índia, de 07/10/1662, traduzida pelo jesuíta Manuel Barreto (HAG, MR, 28B, fl. 476); carta de Sir Abraham Shipman a António de Melo de Castro de 17/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 504).

⁴³ Carta de António de Melo de Castro para Sir Abraham Shipman, de 17/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 506-507v).

⁴⁴ Carta do presidente e Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 10/12/1662 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 137-38).

poderiam dar para empatar os britânicos: que nada poderiam decidir sem a presença do vice-rei em Goa, pois era ele que deveria presidir ao Conselho e trazia as ordens régias; a falta de alguns dos membros daquele; que nenhuma resolução se podia tomar com a primeira e segunda consulta; que nada poderiam fazer enquanto não chegasse o traslado das ordens que o governador tinha (algo que este prometera aos britânicos enviar rapidamente), sugerindo que a demora da embarcação que transportaria este documento derivava da ameaça do Sivagi ou do Idalcão.⁴⁵

Paralelamente a estas justificações, reforçava para os seus interlocutores em Goa, que os britânicos traziam nas suas cartas “todas estas ilhas desde a ponta de Baçaim por todo o Salsete até à ilha do Elefante feitas uma só ilha e abertamente dizem que isto fôï o que se lhes prometeu e isto se lhes há de dar”, havendo notícias de que procuravam persuadir os gentios para o seu partido, através de uma série de dádivas. Levava esta ameaça ainda mais longe, afirmando possuir informações de que os britânicos indagavam acerca das fortificações de Baçaim e a possibilidade de tomar aquela praça, razão porque não permitira o seu desembarque em terra.⁴⁶

O assunto foi ponderado em Goa, traduzindo-se a documentação trazida pelos oficiais britânicos.⁴⁷ Dos nove pareceres dados no Conselho de Estado sobre o assunto, oito concordaram que os papéis apresentados eram suficientes, pelo que se devia fazer a entrega de Bombaim.⁴⁸ Quanto aos governadores, escreveram de imediato a António de Melo de Castro enviando-lhe a argumentação dos conselheiros e sublinhando que, da sua parte, não lhes competia votar este assunto, pois era ele que trazia as ordens régias e as devia cumprir,⁴⁹ tom que evidencia uma posição também favorável à entrega. Considerando os argumentos evocados por Melo de Castro como secundários face ao interesse geral do Estado, que residia no apoio britânico contra a ameaça neerlandesa, e não havendo efectivamente defeitos substanciais nos documentos apresentados, as elites em Goa demarcavam-se, assim, da estratégia do vice-rei.

⁴⁵ Cartas de António de Melo de Castro aos governadores do Estado da Índia, de 16/10/1662, de 17/10/1662, de 18/10/1662 e, novamente, de 18/10/1662 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128; HAG, MR, 28B, fls. 502 e 517).

⁴⁶ Carta de António de Melo de Castro aos governadores, de meados de Outubro de 1662, remetendo a carta régia de 09/04/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 508-09).

⁴⁷ Tradução da patente de Sir Abraham Shipman pelo jesuíta João Gregório, de 24/10/1662, e da carta do rei britânico a António de Melo de Castro pelo jesuíta Manuel Barreto, de 04/04/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 480 e 472).

⁴⁸ Pareceres dos conselheiros de Estado, dados entre 24/10/1662 e 27/10/1662 (HAG, MR, 28B, fls. 483-97), ao qual se acrescentou dias depois o de Luís de Mendonça (HAG, MR, 31/32, fl. 194).

⁴⁹ Carta dos governadores do Estado da Índia a António de Melo de Castro, Goa, 27/10/1662 (HAG, MR, 28B, fl. 482).

Com este resultado, Shipman dirigiu-se imediatamente para Bombaim, persuadido de que com esta resposta Melo de Castro cumpriria com o que lhe havia dito, ao pôr no Conselho de Goa a responsabilidade na resolução do caso. Perante nova recusa do oficial português, Shipman decidiu, então, refugiar-se na ilha de Angediva, crente de que só novas ordens da Europa desbloqueariam a situação.⁵⁰ Melo de Castro dirigiu-se a Goa para tomar posse do governo, procurando influenciar pessoalmente as figuras cimeiras do Estado da Índia sobre a orientação deste assunto.

Havia urgência em fazer chegar a Lisboa o relato do sucedido e os fundamentos que justificavam manter a posse de Bombaim. António de Melo de Castro decidiu-se, pois, a escrever por terra e mar ao monarca português, enviando no primeiro caso o padre Manuel Godinho,⁵¹ e fazendo-o no segundo por duas vias.⁵² Quanto às motivações circunstanciais que o tinham conduzido a não proceder à entrega, escudava-se com as ordens régias, sintetizando os defeitos formais dos documentos apresentados por Shipman e a falta de apoio britânico na viagem. Adiantava que a cessão da ilha também só deveria ser feita após a mediação da relação com os neerlandeses, no sentido da paz ou da guerra, sendo que neste último caso notava que a força britânica era insuficiente para dar o apoio prescrito no tratado. Melo de Castro justificou-se também para Londres, queixando-se do tratamento que havia recebido por parte de Lord Marlborough e outros tripulantes e repetindo algumas razões que evocou ao monarca português.⁵³

Para além dos argumentos já referidos, o vice-rei apontava agora para Lisboa quatro razões de fundo para conservar a ilha. Por um lado, elogiava o porto de Bombaim, o “mais formoso e mais capaz que tem a Índia”, a que não se superiorizava o da capital, ressaltando o inconveniente da sua perda, por ser fundamental para a navegação na costa ocidental indiana e uma boa alternativa em caso de impedimento em Goa, como acontecera nas décadas anteriores por pressão neerlandesa. Por outro, sublinhava a grande perda comercial que significava para o Estado, antevendo que os britânicos tomariam todo o trato da província, obrigando a que ali se pagassem taxas. Além disso, tendo aquela ilha muitos católicos, receava que estes fossem desprotegidos pelos britânicos, abrindo-se

⁵⁰ Cartas do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 18/12/1662 e de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 139 e 216).

⁵¹ O religioso produziu um precioso roteiro daquela viagem (*Relação do novo caminho que fez por terra e mar; vindo da Índia para Portugal no anno de 1663 o Padre Manuel Godinho*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944). Veja-se John Correia Afonso, *Intrepid Itinerant. Manuel Godinho and his Journey from India to Portugal in 1663*, Bombaim, Oxford University Press, 1990.

⁵² Cartas de António de Melo de Castro ao rei, Goa, 28/12/1662 e 04/01/1663 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142; HAG, MR, 28A, fl. 176).

⁵³ Carta de António de Melo de Castro aos reis britânicos, citada por William Foster, *The English Factories...*, p. 137.

brechas na cristandade local. Finalmente, apontava considerações de ordem geoestratégica, afirmando que a ilha se tornaria certamente “coito de delinquentes”, a um tiro de espingarda de Salsete, piorando a já problemática vizinhança com os mouros. Questionava o que sucederia se os britânicos estivessem em guerra com Portugal, ficando aquelas ilhas, “que são o graneiro da Índia, entaladas entre os britânicos e os mogores”, sob ameaça simultânea por mar e por terra.

Por tudo isto e porque a vizinhança com os britânicos ali seria sempre um foco de conflitos para as relações bilaterais, Melo de Castro propunha ao rei que se comprasse Bombaim, oferecendo até mais do que já tinha apontado em outras cartas (200 a 300 mil cruzados em três anos), apresentando um valor de 500 a 600 mil ou mesmo um milhão de cruzados. Acrescentava que conseguiria arrecadar donativos no próprio Estado da Índia, caso os britânicos mantivessem o apoio face aos neerlandeses. Naturalmente que este negócio deveria fazer-se dando a entender que as suas causas eram apenas a boa vizinhança e a necessidade de contentar os vassallos portugueses naquela ilha, pois de outra forma não se satisfariam com preço justo.⁵⁴

O vice-rei sabia, pois, que as suas justificações formais para adiar a entrega eram escassas, avançando para Lisboa razões mais profundas que tornavam obrigatório tentar reverter a decisão tomada aquando do tratado. Toda esta argumentação pode revelar que, para além da compreensão da grande importância de Bombaim para o Estado e para a Província do Norte, poderia pesar já na posição de Melo de Castro a pressão dos poderes locais, talvez mesmo um suborno, tanto dos jesuítas de Bandorá, como dos fidalgos de Baçaim, tementes que os britânicos acabassem por apossar-se da rica ilha de Salsete. Neste sentido aponta a documentação britânica, que atribui aos religiosos, catalogados como “os homens que governam aqui e são donos de Salsete”, a responsabilidade pelo fracasso das negociações com o vice-rei português. Saliente-se que esta documentação dá a imagem de que os jesuítas exerciam o mando sobre os locais de forma tirânica, tomando crianças órfãs de pais gentios, registando que alguns destes haviam expressado apoio aos britânicos contra os portugueses.⁵⁵

Depois de enviar justificações e propostas para a Europa sobre este caso, Melo de Castro procurou reverter a opinião do Conselho de Estado a seu favor

⁵⁴ Carta de António de Melo de Castro ao rei, Goa, 28/12/1662 (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128 e 142). Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, p. 171 e Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995, p. 254.

⁵⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 18/12/1662 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 139). Cartas de Henry Gary para Londres, 10/01/1663 e 22/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-44). Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, principal secretário do rei britânico, Surate, 16/03/1665, publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 144). Carta de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 216).

na contenda formal com os britânicos, mas também que se pronunciassem em geral sobre a importância de Bombaim para o Estado da Índia; responsabilizava-os agora pelas suas posições, notando que enviaria toda os votos ao rei.⁵⁶ Desta feita, os conselheiros concordaram unanimemente com a posição do vice-rei, subscrevendo na globalidade todos os seus argumentos, acentuando particularmente a falta de socorro britânico aos recentes ataques neerlandeses no Malabar e acrescentando ainda mais alguns motivos para reter Bombaim. Por um lado, não ficara claro pelo tratado qual o território a dar aos britânicos, pois obviamente que Bombaim era apenas a ponta mais a sul da ilha de Salsete, separada desta por “um rio estreito entre Maim e Bandorá”. Por outro, a concessão acarretaria danos financeiros para as demais praças do Norte, com redução das receitas da alfândega de Diu e rendas de Baçaim e Chaul, assinalando o contributo das terras do Norte para as finanças e abastecimentos de Goa. Por fim, salientavam que, para além da excelência do porto de Bombaim, haveria que considerar também o fundeadouro porto vizinho de Versavá, igualmente utilizado aquando dos cercos a Goa das décadas anteriores.

Retenha-se do eloquente parecer de D. Francisco de Castelo Branco, o único que meses antes votara ao lado de Melo de Castro, a afirmação sobre a ameaça que a posse de Bombaim para os britânicos representava para as praças portuguesas de Damão, Baçaim e Chaul, tão desguarnecidas no flanco terrestre. Afirmava ele que esta região “de que se sustenta são os seus contornos, que dominados doutro senhorio, e cercados por mar, não lhes resta outro nenhum modo de se poderem conservar que entregarem-se à mercê de quem intentar as suas invasões”.⁵⁷ É patente a consciência da importância geo-estratégica da pequena posição de Bombaim para um território predominantemente insular, como era o distrito de Baçaim, no qual a comunicação se fazia fundamentalmente por via fluvial e marítima, sendo que esta ilha se encontrava precisamente na foz do principal rio da região. Sem a ligação naval, todo o território ficava à mercê dos ataques que forças muçulmanas fizessem a partir do interior indiano.

Note-se que a mudança de opinião registada no Conselho foi justificada pelos seus membros pela presença de novos documentos, que alegadamente os governadores não tinham fornecido aquando da reunião anterior. Para o observador britânico Henry Gary, com experiência de anos de serviço à EIC, a principal razão para a mudança de atitude dos fidalgos em Goa fora a falta de apoio

⁵⁶ A 25/01/1663, António de Melo de Castro remeteu de Goa ao Conselho de Estado os papéis que enviara aos governadores e dos quais, pensava, os conselheiros não tinham tido notícia (AHU, Índia, cx. 44, doc. 128).

⁵⁷ Pareceres dos conselheiros de Estado, emitidos entre 28/01/1663 e 04/02/1663 (HAG, MR, 28B, 526-39), publicados no *Arquivo das Colónias*, como refere Adriano José Ernesto Coto, *A cessão de Bombaim à Inglaterra...*, que aliás analisa e transcreve alguns dos documentos acima citados.

naval britânico no cerco neerlandês a Cochim, o qual acabara por ser repellido com sucesso pelas forças do seu amigo Inácio Sarmento de Carvalho.⁵⁸ Não há razões para duvidar do relato desinteressado do oficial britânico, pelo que deve admitir-se que, se antes Goa estava disposta a sacrificar a pequena ilha com o fito de resolver questões prementes do Estado, verificava agora que não teria apoio britânico para tal, juntando-se assim ao vice-rei na sua recusa de entrega.

Face a esta irredutibilidade portuguesa, os oficiais britânicos escreveram para Londres, queixando-se da atitude dos seus interlocutores e sugerindo formas de ultrapassar este impasse. Shipman, numa estratégia mais agressiva, recomendava ao monarca britânico que, se quisesse ainda levar o assunto por diante, deveria enviar mais mil homens para que, juntos com os efectivos existentes na Índia, tomassem não só Bombaim, mas também Salsete e outras ilhas vizinhas, o que compensaria a despesa com esta empresa; era garantido o apoio de alguns locais, descontentes com o soberano português por este não lhes dar qualquer protecção. Para o indigitado governador britânico as ilhas entre Bombaim e Baçaim eram as mais proveitosas da Índia, fornecendo açúcar, arroz, cocos, sal e outras manufacturas, acrescentando que o porto da primeira era “o mais nobre que eu já vi” e que em dois ou três anos anularia Surate, concentrando-se ali todo o comércio, livre da tirania dos mogores.⁵⁹

Não havia, porém, unanimidade no campo britânico face à rentabilidade daquela possessão e às iniciativas que deveriam ser tomadas para assegurar a sua posse. O citado oficial Henry Gary sustentava que Bombaim traria poucos proveitos, dada a sua reduzida extensão, mal avaliada nos mapas. Ainda assim, considerava o porto bastante bem localizado, havendo a possibilidade de dar consideráveis rendimentos alfandegários ao rei, pois poder-se-ia deslocar para ali o trato de Cambaia e Surate. A proximidade de Taná, cidade onde se fabricavam variados tecidos e móveis e onde acorriam todas as mercadorias do Hindustão, de forma mais facilitada e barata que Surate ou Cambaia, podia fazer de Bombaim um local proveitoso em termos comerciais. Referia ainda a produção de arroz, açúcar, sal e milho em espaços como Baçaim, Caranjá e Salsete. Advertia que, para garantir a posse da ilha, era necessário impedir que a argumentação de António de Melo de Castro colhesse apoios em Lisboa.⁶⁰

⁵⁸ Carta de Henry Gary para Londres, Goa, 10/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-43).

⁵⁹ Carta de Sir Abraham Shipman para o secretário de Estado Sir William Morice, 20/01/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 216).

⁶⁰ Cartas de Henry Gary para Londres, 10/01/1663 e 22/01/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 141-44).

3. Reacções à não entrega

A primeira informação de que Bombaim não tinha sido entregue a Marlborough terá chegado ao reino britânico a 11 de Maio de 1663.⁶¹ Tal facto levou Londres a adoptar uma posição verbal extremamente dura nas negociações subsequentes com Lisboa, fazendo-se numerosas exigências e considerações junto da Corte portuguesa, em tom de manifesta indignação. Impôs-se imediatamente a remoção do vice-rei do seu posto, acusado de ter instruções para fazer a entrega e de não as cumprir, com desculpas “tão infantis” e num acto “louco”; pedia-se o pagamento das despesas da armada, sugerindo-se que nem isso repararia o ultraje praticado pelos portugueses; afirmava-se que Bombaim era coisa bem menor do que tinha sido feito crer; ameaçava-se que o não cumprimento da entrega levaria ao fim da aliança estabelecida e a um possível entendimento anglo-neerlandês contra os portugueses no Índico. Além disso, o facto era colocado como representando uma afronta pessoal para o soberano britânico que, por isso, dava mostras de grande agastamento.⁶²

A pressão sobre os embaixadores portugueses, entretanto enviados à Corte britânica, foi-se adensando. Francisco Ferreira Rebelo conheceu a insistência dos seus principais ministros sobre este assunto, exigindo-se o castigo do vice-rei, a reparação pelas perdas averbadas no envio da armada, calculadas em 100 mil libras, e a entrega de Bombaim “em toda a sua extensão declarada ao monarca nos mapas, contendo não apenas Bombaim, mas Salsete e Taná”.⁶³ Esta última queixa revelava que, ao descontentamento pela recusa da entrega de Bombaim, se somava a constatação da pequenez do território doado, verificada pelos oficiais britânicos no local, e portanto o possível engano aquando das negociações.

Meses depois, D. Francisco de Melo observou como o assunto continuava a melindrar a Corte londrina, sendo ele próprio ali tratado asperamente. Dizia o embaixador que se esperava que Portugal fizesse uma grande demonstração da sua vontade em entregar Bombaim, enviando à Índia, por mar e terra, ordens expressas nesse sentido. A ele parecia-lhe, de facto, que só procedendo desta forma, Londres acreditaria nas boas intenções portuguesas. Na verdade, mostrava como facções contrárias ao chanceler britânico Clarendon ou pró-castelhanas no Parlamento e no Conselho procuravam explorar a afronta feita pelos portugueses, sublinhando a desonra que o monarca britânico estava a sofrer por toda a Europa e prejuízos na sua fazenda. Dizia que, no limite, este assunto

⁶¹ William Foster, *The English Factories...*, p. 226.

⁶² Cartas de Sir Henry Bennet e Clarendon para o embaixador em Lisboa Richard Fanshaw, Whitehall, 03/06/1663 e 05/06/1663 (Heathcote..., pp. 87-88 e 89-90).

⁶³ Carta de Sir Henry Bennet para Francisco Ferreira Rebelo, Whitehall, 04/08/1663 (IOR, H48, fl. 96-98).

poderia resultar numa guerra anglo-portuguesa, comparando a problemática de Bombaim à acção nociva da intriga castelhana entre as duas coroas.⁶⁴

Entretanto chegavam a Londres mais informações sobre as razões da retenção da ilha por parte do vice-rei português, procedentes da documentação trazida da Índia pelo padre Manuel Godinho que, recorde-se, empreendera a viagem terrestre entre a Ásia e a Europa. O côsul britânico em Lisboa relatou-as ao seu soberano, embora tivesse suspeitas sobre a sua real origem, pondo até a hipótese de ter sido forjada na própria capital portuguesa. Além de enunciar todos os fundamentos já antes expostos, referindo também uma hipotética movimentação de resistência à entrega por parte da população de Baçaim e Chaul, conduzida por Melo de Castro, Thomas Maynard realçava, sobretudo, a contradição do vice-rei que, apesar de ter evocado formalidades várias para impedir a cessão da ilha, mostrou-se disponível para as ultrapassar caso lhe fosse dado auxílio na luta contra os neerlandeses em Cochim.⁶⁵ Diga-se que as queixas perante o rei britânico face ao desrespeito do tratado, embora relativo a outros pontos, continuaram nos meses seguintes, por parte dos mercadores britânicos residentes em Lisboa.⁶⁶

Note-se porém que, apesar deste discurso agressivo transmitido nas ordens da Corte britânica para o seu embaixador em Lisboa e na própria pressão feita sobre os diplomatas portugueses ali estabelecidos, a verdade é que Londres nada fez de concreto para reparar a afronta.

Por um lado, as próprias instruções hostis dadas pelos ministros londrinos ao seu legado na capital portuguesa, indicavam que Carlos II agiria por ora sem precipitação, esperando que o rei português fizesse algo para reparar aquele dano sem que fosse necessária qualquer acção britânica.

Por outro, em Lisboa, Fanshaw procurou não melindrar o Conselho de Estado português ante a ira do seu monarca, procurando que Castelo Melhor avaliasse se a transcrição das cartas acerca da não entrega de Bombaim não continham palavras ofensivas.⁶⁷ A cumplicidade entre Castelo Melhor e Fanshaw era aliás patente, com o primeiro a pedir uma avaliação ao segundo sobre qual a melhor

⁶⁴ Capítulo de uma carta para Lisboa de D. Francisco de Melo sobre Bombaim, Londres, 16/10/1663, em resposta a uma carta régia de 17/08/1663 (British Library (BL), Add.20.844, fls. 87v-89). Segundo Shafaat Ahmad Khan, *Anglo Portuguese Negotiations...*, p. 454, a aliança luso-britânica era então bastante impopular entre os ingleses, havendo uma opinião geral de que o seu monarca havia sido enganado.

⁶⁵ Carta de Thomas Maynard para Londres, Lisboa, 15/11/1663 (NA, PRO, SP89/6, fls. 185-86), elaborada a partir da documentação trazida pelo padre Manuel Godinho da Índia, a qual lhe fora dada a ler pelo secretário de Estado.

⁶⁶ Carta de Thomas Maynard, Londres, 18/06/1664 (NA, PRO, SP 89/6, fls. 242-245).

⁶⁷ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 18/06/1663 (Heathcote..., p. 111).

forma de contornar, junto da sua Corte, o lamentável sucedido.⁶⁸ A resposta do embaixador revelava as ordens recebidas do seu soberano, apontando-se como solução para o problema castigar-se o vice-rei, efectuar-se a entrega de Baçaim (além da ilha de Bombaim), proceder-se ao pagamento das tropas britânicas em Portugal e efectivar-se a regulação do comércio naval.⁶⁹ Castelo Melhor respondeu que quanto a Bombaim se estava a procurar remediar o caso, empatando no entanto todas as outras reivindicações do embaixador.⁷⁰ Fanshaw partiu então para o Reino britânico a fim de receber novas instruções, salientando porém que as reivindicações apresentadas deviam ser satisfeitas.⁷¹

Além disso, não obstante a sua ira para com o procedimento do vice-rei, o monarca britânico acabou por satisfazer as suas exigências, outorgando os documentos por ele pedidos a Sir Abraham Shipman para que este recebesse a ilha de Bombaim, como comissário, deputado e procurador de Carlos II.⁷²

Por fim, saliente-se a questão do apoio militar britânico à guerra da Restauração, prescrito no tratado de 1661. Agora em Paris, D. Francisco de Melo começou por reportar para Lisboa que, sobre a vinda dos soldados britânicos para a frente ibérica, “os impede o negócio de Bombaim”.⁷³ Ainda assim, pouco tempo depois, o assunto foi desbloqueado, quando o rei britânico cedeu mil homens armados, desfecho que o embaixador considerou um verdadeiro milagre.⁷⁴ Note-se que esta concessão de Carlos II teve apenas como contrapartida por parte de Portugal, o envio para Londres da cópia das cartas de D. Afonso VI para António de Melo de Castro.

A razão para esta suavidade nos actos, contrastando com a sonoridade das palavras por parte dos britânicos, deverá ser entendida como, por um lado, a consciência de que Portugal não tinha outro caminho senão cumprir escrupulosamente o que fora acordado no tratado, pois dele dependia a sua própria indepen-

⁶⁸ Carta do conde de Castelo Melhor para Sir Richard Fanshaw, 20/06/1663 (Heathcote..., p. 113).

⁶⁹ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 26/06/1663 (Heathcote..., p. 116).

⁷⁰ Carta do conde de Castelo Melhor para Sir Richard Fanshaw, 30/06/1663 (Heathcote..., p. 121).

⁷¹ Carta de Sir Richard Fanshaw para o conde de Castelo Melhor, 02/07/1663 (Heathcote..., p. 122).

⁷² William Foster, *The English Factories...*, p. 227, citando o documento original de 23/11/1663, publicado em português no *Suplemento à Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre Portugal e as mais Potências desde 1640*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Imprensa Nacional, tomo IX, 1872, pp. 253-255 e em latim na CTCP, III, pp. 26-27, do original no HAG, *Livro Verde 1*, fl. 270v.

⁷³ Cartas de D. Francisco de Melo para o conde de Castelo Melhor, Paris, 10/12/1663 e 25/01/1664 (BL, Add.38.038).

⁷⁴ Carta de D. Francisco de Melo para o conde de Castelo Melhor, Paris, 17/02/1664 (BL, Add.38.038).

dência, sendo que dessa forma a ilha da costa ocidental indiana lhes viria parar às mãos. Por outro, não interessaria também ao Reino Unido o rompimento desta aliança, útil no quadro da instável situação política europeia.

Efectivamente, logo após a chegada a Lisboa das notícias de que António de Melo de Castro se recusara a ceder Bombaim, oriundas em primeira mão do Reino Unido, e mal a ocasião o permitiu, D. Afonso VI escreveu ao vice-rei. O monarca estranhava muito aquele procedimento, ordenando de imediato que, para o bem do Reino, do Estado da Índia e das relações com o rei britânico, se fizesse a entrega “sem contradição alguma, pois a matéria o não admite”, ameaçando que mandaria proceder contra quem o impedisse “com a demonstração que o caso pede”.⁷⁵ Ainda assim, talvez por encontrar fundamentos na argumentação que lhe foi chegando da Índia nos meses seguintes, o soberano mandou avaliar a conduta do seu oficial.

Conhecemos, designadamente, o parecer elucidativo do visconde de Vila Nova de Cerveira, para quem não havia outra interpretação possível do artigo 11.º do tratado de paz que não fosse a cedência de Bombaim aos britânicos. Das razões apontadas pelo vice-rei não via nenhuma que justificasse a recusa da entrega, exceptuando talvez a questão religiosa, sendo que parecia injustificada a desculpa de que os britânicos não tinham dado socorro na costa oriental africana, uma vez que a promessa de auxílio derivava da entrega de Bombaim, pelo que na falta desta aqueles não estavam obrigados a dar socorro. Apontava ainda que a fórmula de concessão “com suas pertenças” estava a suscitar dos britânicos algumas dúvidas relativas ao território que fora efectivamente concedido, pelo que este assunto deveria ser também esclarecido. Finalmente, se ao rei português e a seus ministros parecera proveitosa a paz e a aliança com o Reino Unido com todas as condições do tratado de paz, haveria pois que o cumprir integralmente. Exclamava eloquentemente: “bem vejo que fora melhor ficar com Bombaim, mas arriscar por Bombaim a Portugal, que sem Portugal não seria, nem será boa mercancia”, pois a guerra com os britânicos seria certa, com óbvia derrota portuguesa. Isto é, embora fosse reconhecido o valor estratégico da ilha, esta não justificava que se quebrassem a palavra dada e, sobretudo que se pusesse em perigo a integridade do Reino. Não tendo o governador da Índia feito aquela entrega, melhor seria pois enviar outro oficial para a fazer, pois seria altamente escandaloso se a ordem régia não fosse cumprida de novo, ficando então os britânicos com opinião “que as ordens que de cá se mandam são simuladas”.⁷⁶

Reunidos estes elementos, o rei escreveu então novamente a António de Melo de Castro, dando resposta à sua carta vinda por terra através do jesuíta Manuel Godinho. Voltava a condenar a não entrega de Bombaim, tal como estava

⁷⁵ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 16/08/1663 (HAG, MR, 31/32, fl. 196; *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, tomo IX, 1872, p. 245).

⁷⁶ Parecer do visconde D. Diogo de Lima sobre Bombaim, Lisboa, 14/12/1663 (BL, Add.20.844, fls. 90-91v).

previsto nas capitulações, afirmando que estas e o desejo de “dar contentamento a el-rei meu irmão” do Reino Unido “não permite[m] dúvida nesta matéria”. Ordenava, pois, que com brevidade se cumprisse a entrega, esclarecendo que os moradores daquela ilha se tinham equivocado a interpretar o artigo da capitulação, pois neste se estabelecia que estes conservariam as suas fazendas, vivendo apenas sob outro rei, mantendo também o culto Católico Romano; o seu sacrifício seria benéfico para todo o Estado da Índia, pois as forças britânicas iriam prestar-lhe o auxílio necessário. Advertia de forma lapidária que “este negócio não admite réplicas nem dilação”.⁷⁷

Lisboa empenhou-se também em justificar-se perante Carlos II, informando-o da grande urgência com que mandara que este assunto se resolvesse na Índia, remetendo-lhe cópia das cartas que mandara para Goa, como já foi referido, e escusando-se pela moléstia que a demora na entrega causara, nomeadamente através do seu representante em Londres, Francisco Ferreira Rebelo.⁷⁸ Como ficou dito, estas diligências terão sido suficientes para acalmar os ânimos britânicos.

Entretanto na Índia, perante a perda de Cochim para os neerlandeses, no início de 1663, o Conselho de Goa e o próprio António de Melo de Castro concordaram que se deveria fazer a entrega de Bombaim aos britânicos, numa autêntica reviravolta face à orientação definida poucos meses antes. Com uma evidente preocupação face aos instáveis equilíbrios político-militares entre as diversas potências europeias na Ásia, receava-se agora em Goa a existência de um possível acordo secreto anglo-neerlandês no Índico, o qual poderia conduzir a que fossem estes últimos a entregar a ilha aos primeiros, após a sua conquista. Neste caso, o prejuízo para os portugueses era evidente, pois perderiam a terra e ficariam em guerra com os britânicos.⁷⁹ Estes justificavam a reviravolta da posição do vice-rei com o adensar das pressões em Goa no sentido da entrega, derivadas da perda de Cochim, havendo até ameaças de alguns fidalgos se rebelarem contra Melo de Castro. Acreditava-se que a recente notícia da perda de Cananor e a expulsão dos portugueses do Malabar iria adensar esta situação.⁸⁰

⁷⁷ Carta régia para António de Melo de Castro, Lisboa, 08/02/1664 (HAG, MR, 30,15, publicada na CTCP, III, pp. 29-30).

⁷⁸ Cartas de D. Afonso VI para Carlos II, Salvaterra e Lisboa, 10/02/1664 e 12/07/1664 (NA, PRO, SP 89/6, fls. 211 e 257).

⁷⁹ Conselho de Estado reunido em Goa, a 03/03/1663, analisando uma proposta do vice-rei António de Melo de Castro de 11/02/1663 (P. Pissurlencar, *Assentos Conselho de Estado* (ACE), vol. IV, doc. 34).

⁸⁰ Carta de Robert Master e outros oficiais britânicos para Surate, 09/03/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 221). De facto, há indícios de que nem todos os oficiais superiores do Estado da Índia estariam ao lado do vice-rei, como ilustra a carta do vedor da Fazenda Geral, Martim Velho Barreto ao rei, de 12/05/1663, acusando António de Melo de Castro

O oficial britânico Henry Gary, que há meses procurava exortar o vice-rei a ceder Bombaim a Shipman, chegou a persuadir-se que este e o Conselho daquela cidade tinham decidido efectivamente entregar a ilha.⁸¹

Porém, a notícia de que na Europa se haviam assinado as já referidas pazes de 1662, entre Portugal e as Províncias Unidas, fez regozijar Goa, acabando os seus governantes por endurecer novamente a sua atitude e conservar a posse de Bombaim. Desta mesma realidade deu conta Sir Abraham Shipman para Londres, referindo igualmente que o vice-rei não temia represálias pela retenção da ilha.⁸² A expedição britânica comandada por este oficial e estacionada na ilha de Angediva penava com numerosas baixas, ante o impasse evidente das negociações com os portugueses e o cruzar de notícias contraditórias sobre a sua real intenção. É clara a inexistência de um poder militar da Coroa britânica na Índia que pudesse pressionar de forma eficaz o Estado da Índia nos seus propósitos, razão pela qual os portugueses puderam manter a sua intransigência, ultrapassada que parecia estar a ameaça neerlandesa.

No entanto, parece evidente que existiriam, de facto, divergências em Goa sobre a questão de Bombaim, sendo certo que António de Melo de Castro continuava a ser a principal voz a defender a conservação da ilha. Destas contendas davam conta os oficiais britânicos, que assim acabavam por se deixar confundir sobre a posição que os portugueses iriam adoptar. Durante o ano de 1663, o citado Henry Gary tanto opinou que Bombaim nunca seria britânica sem que fosse tomada à força, pois a mencionada paz entre Portugal e as Províncias Unidas tornava dispensável o auxílio britânico na região,⁸³ como meses depois se mostrava crente na entrega pacífica da ilha, dado o apoio que esta tinha em Goa.⁸⁴ Quanto à EIC mantinha a sua posição de que a entrega de Bombaim seria improvável.⁸⁵

A impopularidade geral do vice-rei foi reportada para os oficiais da Companhia em Surate já em 1664, grassando entre fidalgos ricos, cidadãos e gentios, a quem Melo de Castro procurava extorquir dinheiro; estes desmandos tinham motivado, aliás, a fuga de alguns destes, três dos quais para Angediva, em busca de segurança junto dos britânicos. Existiam várias intrigas e conspirações contra

de não ter preparado convenientemente a defesa de Cochim, permanecendo no Norte, sabendo do aperto em que estava aquela praça (AHU, Índia, cx. 45, doc. 205).

⁸¹ Carta de Henry Gary para o conde Marlborough, Goa, 17/03/1663 (William Foster, *The English Factories...*, p. 219).

⁸² Carta de Sir Abraham Shipman para Sir George Carteret, vice-chamberlain of the household, que podemos traduzir por camareiro-mor, sem data (William Foster, *The English Factories...*, p. 224).

⁸³ Carta de Henry Gary para um parente em Londres, Surate, 22/08/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 220).

⁸⁴ Carta de Henry Gary para Marlborough, Surate, 03/12/1663 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 226).

⁸⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, Surate, 24/11/1663 (IOR/H/48, fls. 102-114).

o vice-rei que nunca tinham alcançado os seus objectivos, nomeadamente uma tentativa de assassinato aquando de uma cerimónia pública.⁸⁶

Em Outubro de 1664 chegaram a Goa as primeiras reacções europeias à recusa de António de Melo de Castro em ceder Bombaim à esquadra britânica, ocorrida cerca de dois anos antes. Entre as missivas endereçadas por via terrestre contava-se uma do rei de Portugal para que o vice-rei entregasse a ilha, aparentemente sob pena de alguns castigos. O oficial britânico que deu conta destes acontecimentos vaticinava que a morte de Shipman, ocorrida na ilha de Angediva meses antes,⁸⁷ ou qualquer outra desculpa iria ser utilizada para novo adiamento, de acordo com o que ouvira a alguns nobres do Conselho de Goa.⁸⁸ De facto, escassos dias depois, Melo de Castro escreveu à Relação dando conta que recebera esta carta régia, afirmando astutamente não saber a quem entregar a ilha, pois a procuração do rei britânico encarregava Shipman de a receber, não tendo o dito soberano indicado outro indivíduo para o efeito.⁸⁹ Aquele tribunal, depois de traduzir o testamento do falecido governador, não teve dúvidas em indicar Humphrey Cook como sucessor e, desta forma, com poder para receber Bombaim.⁹⁰

Melo de Castro não se deu, porém, por satisfeito com a resposta e resolveu ouvir os principais fidalgos em Goa. Todos opinaram que, tendo em conta as mais recentes ordens régias, nas quais o soberano se mostrava assaz desagradado por não ter sido feita a entrega de Bombaim na primeira ordem, esta devia ser feita imediatamente, na pessoa designada no testamento de Shipman. António de Sousa Coutinho, embora concordando com esta premissa, antevia inconvenientes futuros, resultado da indefinição geográfica da concessão: “E então se ficará conhecendo que o Sereníssimo rei do Reino Unido soube bem pedir e nós não soubemos especificar o que se haveria de dar e desta falta se podem temer novidades bem prejudiciais”.⁹¹

⁸⁶ Cartas de oficiais britânicos para Surate, Kār wār, 05/02/1664 e 28/04/1664 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 334).

⁸⁷ A 05/04/1664, Shipman assinou uma comissão pela qual apontava como sucessor o seu secretário Humphrey Cook, falecendo no dia seguinte (carta publicada em *Suplemento à Collecção dos Tratados...*, tomo IX, 1872, pp. 255-257). Cook tomou imediatamente posse, escrevendo para a secretaria de Estado anunciando este facto e esperando ordens régias para se transferir para Bombaim, 06/09/1664 (carta publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 333).

⁸⁸ Carta de Randolph Taylor para Surate, Angediva, 03/11/1664 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 335-36).

⁸⁹ Carta de António de Melo de Castro à Relação de Goa, Goa, 03/11/1664 (CTCP, III, 30).

⁹⁰ Carta da Relação para António de Melo de Castro, Goa, 04/11/1664, na qual se afirmava que, mediante as cartas régias de 09/04/1662 e 16/08/1663, entretanto chegadas à Índia, bem como a comissão do rei britânico de 23/11/1663, haveria que traduzir o testamento de Shipman (HAG, MR, 31/32, fl. 204). A 13/11/1664, os desembargadores da Relação designaram Humphrey Cooke (HAG, MR, 31/32, fls. 180 e 203).

⁹¹ Pareceres de António de Sousa Coutinho, Francisco de Melo de Castro, Inácio Sarmiento de Carvalho, D. Francisco de Lima, D. Álvaro de Ataíde, Manuel de Saldanha e do vedor Luís

Perante esta unanimidade, o vice-rei acabou por decidir-se a entregar a ilha, nomeando o vedor da Fazenda Geral Luís Mendes de Vasconcelos e o chanceler do Estado Dr. Sebastião Álvares Migos para, juntamente com Humphrey Cook, procederem à cessão de Bombaim em seu nome.⁹² Ainda assim escreveu ao rei em tom dramático, dando conta que dera ordem para se encetarem as diligências para a entrega da ilha, não deixando de voltar a frisar veementemente a sua discordância: “Confesso aos pés de Vossa Magestade que só a obediência que devo como vassalo pudera forçar me a esta acção, porque antevejo os grandes trabalhos que desta vizinhança hão de nascer aos portugueses e que se acabou a Índia no mesmo dia em que a nação inglesa fizer assento em Bombaim”. Não deixava de salientar como toda a sua conduta desde que partira de Lisboa se pautara sempre pelo serviço régio, pelo que esperava do monarca reconhecimento da sua acção.⁹³

Decidida a entrega, realce-se contudo que da parte britânica não houve de imediato convergência sobre a oportunidade de tomar posse da ilha, havendo um claro desfasamento de posições entre os comandantes da esquadra real britânica estacionados em Angediva e os oficiais da EIC em Surate. Esta diferença remontava, aliás, aos tempos em que Shipman comandava ainda as forças encarregues de tomar posse de Bombaim. O próprio Carlos II, ciente desta dualidade de interesses dos seus vassallos na Ásia, procurara salvaguardar que Shipman fosse auxiliado pela EIC,⁹⁴ o que parece não ter acontecido durante aquela estadia naquela ilha indiana. Se o primeiro, juntamente com os seus soldados, se mostrava desagradado pelas enormes faltas que padecia, além das numerosas baixas (dos 450 homens iniciais apenas quedavam então 150), os segundos consideravam que tal era inverosímil e que não havia razões para insatisfações, não prestando por isso a ajuda requerida.⁹⁵

Assim, quando Humphrey Cook escreveu para a EIC em Surate pedindo a assistência necessária para se dirigir de Angediva a Bombaim, recebeu como resposta que, face à eminente ou mesmo efectiva guerra entre o Reino Unido e as Províncias Unidas, seria perigoso tomar posse daquela ilha, pois com toda

Mendes de Vasconcelos, Goa, 13/11/1664 a 30/11/1664, sobre as questões levantadas pelo vice-rei acerca de Bombaim (HAG, MR, 31/32, fls. 182-95). Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, pp. 171-72.

⁹² Alvará de António de Melo de Castro, Goa, 10/01/1665 (CTCP, III, 35). Por carta de 26/12/1664, o vice-rei informara Cook que, no dia seguinte, seria nomeada a pessoa encarregue de entregar a ilha (CTCP, III, 55).

⁹³ Carta de António de Melo de Castro para o rei, Goa, 05/01/1665 (CTCP, III, 32-33).

⁹⁴ Carta dos directores da EIC para o presidente e Conselho de Surate, Londres, 27/11/1663 (referida por William Foster, *The English Factories...*, pp. 227-28).

⁹⁵ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 16/04/1663, e carta de Shipman para Sir George Carteret em Londres, Angediva, 28/11/1663 (publicadas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 222 e 225).

a probabilidade os neerlandeses iriam atacá-la mal esta passasse para a Coroa britânica. Ainda assim, o presidente da EIC em Surate, Sir George Oxenden nomeou Henry Gary para ir a Goa procurar meios para aquele transporte.⁹⁶ A falta de vontade da Companhia em auxiliar Cook ficou também bem patente quando alguns dos seus oficiais, em viagem de Kārwār para Surate, se escusaram a transportá-lo para Bombaim, alegadamente por terem outras ordens e missões, não obstante a notícia de que os portugueses tinham decidido entregar a ilha.⁹⁷ Efectivamente, o governador britânico acabou por obter os meios necessários ao cumprimento dos seus intentos em Goa, não sem algum atrito entre o seu enviado e Gary, emissário de Oxenden e, obviamente, alguma resistência de António de Melo de Castro.⁹⁸ Gary, que necessariamente salientava para Londres o seu protagonismo na resolução deste problema logístico, anunciava que iria tomar as providências necessárias para que a futura Bombaim britânica cumprisse o que entendia ser a sua função, atraindo ali todos os mercadores possíveis de Surate, Cambaia, Diu, Tata, Ahmedabad, Baroche e outros locais.⁹⁹

Quanto à EIC, apesar da iminência da entrega, continuava a opinar que os britânicos deveriam retardar momentaneamente a posse de Bombaim, aguardando alguma paz entre eles e os neerlandeses, pois o porto era “uma estrada ou baía aberta, que de forma nenhuma poderia atacar qualquer inimigo ou defender-se”, sendo as forças reais extremamente escassas. Adiantava-se que os neerlandeses tinham os olhos naquela ilha e que, como os britânicos eram novos na região, fracos, com falta de meios de defesa e com a má vizinhança dos jesuítas, a sua presença na ilha seria efémera pela acção dos nativos, caso não houvesse fornecimento externo de navios, homens e dinheiro. Esperavam, no entanto, que tal cenário não se colocasse, pois seria proveitoso “para nós” ter um estabelecimento na Índia sob o “nosso próprio governo”, não sujeito ao domínio dos muçulmanos.¹⁰⁰ O que é facto é que, a 18 de Fevereiro de 1665, Humphrey Cook tomou posse da ilha de Bombaim em nome da Coroa do Reino Unido, dois anos e meio depois da primeira demanda nesse sentido junto de António de Melo de Castro.

⁹⁶ Carta de Humphrey Cook para Oxenden e o Conselho em Surate, Angediva, 09/11/1664, e resposta deste, Surate, 03/12/1664 (referidas por William Foster, *The English Factories...*, pp. 336-37).

⁹⁷ Carta de Robert Bowen, James Barker e Charles Hijinson para Cook, 08/12/1664 (IOR/H/48, fls. 122-123).

⁹⁸ William Foster, *The English Factories...*, pp. 337-38, citando cartas de Taylor e Petit, Goa, 15/12/1664 e 24/12/1664.

⁹⁹ Carta de Henry Gary para Londres, Goa, 09/01/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, p. 340). Efectivamente, os britânicos afirmaram-se como competidores económicos e geo-políticos do Estado da Índia nos anos seguintes, procurando atrair a Bombaim os mercadores indígenas e capitais da Província do Norte (Glenn J. Ames, *Renascent Empire?...*, p. 174).

¹⁰⁰ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, 12/01/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories...*, pp. 340-41).

Lembre-se que em finais de 1662, o vice-rei propusera a D. Afonso VI a compra de Bombaim, como forma de contornar as exigências do tratado de paz com o Reino Unido. Tal parece ter sido seriamente considerado em Lisboa a partir de 1664, como referiu o embaixador em Londres D. Francisco de Melo.¹⁰¹ Naquele ano, o soberano português enviou Francisco Ferreira Rebelo à capital britânica, que reiterou os desejos do seu senhor em satisfazer os inconvenientes resultantes da delonga na entrega de Bombaim, salientando ainda assim que os habitantes daquela ilha persistiam em não admitir a perda dos privilégios e imunidades a que estavam habituados. Por esta razão, propunha-se uma solução que satisfizesse estes moradores e os direitos do rei britânico decorrentes do tratado. Carlos II respondeu afirmativamente a esta possibilidade, desde que o justo valor da ilha e as despesas da armada que fora tomar a sua posse fossem inteiramente satisfeitas,¹⁰² apresentando porém um valor impossível de satisfazer por Portugal, ainda para mais num contexto tão problemático. Note-se que, segundo uma carta régia para António de Melo de Castro, esperava-se que, dadas as dificuldades criadas na entrega de Bombaim, coubesse ao Estado da Índia garantir grande parte da quantia necessária à compra da ilha.¹⁰³

Entretanto em Lisboa, operava-se uma verdadeira reviravolta na posição portuguesa, pelo menos por parte do Conselho Ultramarino. O vice-rei, o Conselho, a Relação e as elites de Goa eram, em finais de 1665, criticados por terem entregue Bombaim aos britânicos, sem que estes tivessem exibido uma procuração de Carlos II nomeando o sucessor de Shipman. Não se compreendia como não tinha sido usada aquela falha processual para impedir uma resolução tão gravosa para o Estado, como ficara irrefutavelmente e claramente comprovado nas cartas de Melo de Castro. O Conselho sugeria que o monarca procurasse reverter esta situação em Londres, enviando para ali alguém que tivesse conhecimento suficiente da matéria e dos meandros diplomáticos daquela Corte.¹⁰⁴

Efectivamente, nos meses seguintes, o embaixador extraordinário D. Francisco de Melo procurou uma reavaliação do valor requerido, no sentido de que

¹⁰¹ Carta de D. Francisco de Melo para o rei britânico, Londres, 24/02/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fls. 149-150). Veja-se William Foster, *The English Factories in India 1665-67*, Oxford, Clarendon Press, 1925, pp. 56-57.

¹⁰² Note-se que, nos inícios de 1665, a Coroa britânica não tinha qualquer certeza de que Bombaim seria entregue aos seus oficiais, julgando-os ainda estacionados em Angediva. Por essa razão e ante a quebra de relações com as Províncias Unidas, estabeleceu com a EIC um acordo prevendo o transporte de parte daquelas forças para a Grã-Bretanha, sendo as demais conduzidas ao forte de St. George para integrar a respectiva guarnição. Estas informações foram reveladas a Humphrey Cook por carta do presidente e Conselho de Surate, de 19/09/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories 1665-67...*, p. 58).

¹⁰³ Carta régia a António de Melo de Castro, Lisboa, 15/04/1665 (publicada na CTCP, III, p. 76).

¹⁰⁴ Parecer do Conselho Ultramarino, de 07/11/1665 (AHU, *Consultas do Conselho Ultramarino*, cód. 211, fls. 364v-365).

este pudesse ser mais do agrado das duas partes.¹⁰⁵ Declarou que o assunto deveria ser agora considerado de forma diferente, pois Bombaim fora entregue a Humphrey Cook, pelo que D. Afonso VI cumprira assim com as suas obrigações perante o seu homólogo britânico. Além disso, permaneciam os pedidos dos súbditos portugueses residentes naquela ilha para que esta regressasse à obediência do seu rei, a fim de manterem de forma mais segura as suas propriedades e a liberdade do culto católico, considerando D. Afonso VI que era obrigação sua proteger estes seus vassallos. O embaixador pretendeu ainda utilizar informações, sobre a situação que se vivia na Ásia por aqueles tempos, para convencer Londres a aceitar uma compensação mais moderada, nomeadamente as dificuldades de abastecimento de Bombaim, ilha tão longínqua da Europa e tão afastada de qualquer outra possessão britânica. Além de expor esta fraqueza – recorde-se que o principal assento da EIC era em Surate, porto sob o domínio do Grão-Mogol – assinalava o risco do “inimigo” neerlandês e os prejuízos para ambas as Coroas se estes tomassem aquele lugar.

A negociação parece ter sido acompanhada de perto por Lisboa, para quem só interessava avançar logo com dinheiro se a compra de Bombaim se fizesse incondicionalmente, pois que se Londres o quisesse fazer apenas no caso da ilha ainda não ter sido entregue se deveria protelar qualquer quantia, embora aceitando o negócio. O valor que se propunha avançar de imediato eram 200 mil cruzados, esclarecendo-se que estes deveriam ser contados em libras tonezas de França, para evitar os mal entendidos aquando do dote da princesa D. Catarina.¹⁰⁶ Outra hipótese que se colocava em Lisboa era a de Portugal ceder ao Reino Unido outra qualquer possessão em troca de Bombaim, necessariamente com um valor semelhante, proposta que se negociava em Londres nos primeiros meses de 1666.¹⁰⁷ Por esta altura, não obstante ter-se recebido em Londres a notícia de que a entrega já tinha sido efectuada, permaneciam as negociações sobre a aquisição da dita ilha, desta feita novamente através de Francisco Ferreira Rebelo.¹⁰⁸ Portugal tinha, porém, exigências financeiras já muito consideráveis no dote de D. Catarina e no donativo de pazes às Províncias Unidas, o que conjugado com a guerra com Espanha impediu a compra de Bombaim.¹⁰⁹

¹⁰⁵ Carta de D. Francisco de Melo para o rei britânico, Londres, 24/02/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fls. 149-150).

¹⁰⁶ Cartas régias para D. Francisco de Melo, Lisboa, 06/10/1665 e 08/?/1665 (BL, Add.38.038, fls. 20 e 26).

¹⁰⁷ Carta do embaixador português para Lord Arlington, pedindo-lhe uma audiência, Londres, ?/03/1666 (NA, PRO, SP 89/7, fl. 155).

¹⁰⁸ Carta régia para D. Francisco de Melo, Lisboa, 04/04/1666 (BL, Add.38.038, fl. 112). Por esta carta sabemos que o monarca terá sugerido, junto do enviado britânico Sir Robert Southwell, a possibilidade de enviar um novo vice-rei para cumprir as ordens de entrega, muito embora nesta data já houvesse notícia de que tinham partido de Goa dois ministros para a fazer.

¹⁰⁹ Veja-se Glenn J. Ames, *Renascent Empire? ...*, p. 174.

4. Resultados imediatos da posse britânica de Bombaim (1665-68)

Tendo decidido entregar Bombaim no final de 1664, António de Melo de Castro terá cogitado de imediato uma forma de limitar o mais possível a concessão, procurando condicionar o futuro da presença britânica naquela zona. Resolveu obrigar Humphrey Cook a assinar um auto de entrega, elaborado dias antes da tomada de posse, no qual se estipulavam fundamentalmente quatro premissas que os britânicos deveriam observar no governo da ilha. Em primeiro lugar, consagrava-se a liberdade de navegação, comércio e pesca da Coroa portuguesa na baía de Bombaim, direito decorrente da existência de possessões lusas naquelas margens, ficando os britânicos impedidos de impor aí quaisquer tributos alfandegários, permanecendo “a passagem, e trato livre assim para as nossas terras, como para as demais partes como até agora se fazia”. Também o porto de Bandorá e os demais da ilha de Salsete deveriam ter acesso franqueado aos portugueses. Por outro lado, reafirmava-se a garantia de liberdade religiosa dos habitantes de Bombaim e conseqüente respeito pelas actividades, sacerdotes e templos católicos da ilha. Em terceiro lugar proibia-se o acolhimento de homiziados das possessões portuguesas em Bombaim, assim como a respectiva obrigação de captura, impedindo-se igualmente que mudassem de crença para evitarem ser restituídos. Por último, estipulava-se “que as pessoas que tem rendas em Bombaim [...] as possuirão com o mesmo direito sem poderem ser privados delas, senão nos casos que as Leis de Portugal dispõem, e sucederão nelas seus filhos, e descendentes com o mesmo direito”, devendo manter-se o valor dos respectivos foros¹¹⁰. Em suma, procurava-se garantir a manutenção da estrutura social e fundiária da ilha, afinal a base da presença portuguesa na Província do Norte, tentando contornar-se também a evidente primazia geo-estratégica de Bombaim para a circulação naquela zona.

Como bem assinalou William Foster, a aceitação destas condições por Cook ficou a dever-se ao facto dos portugueses serem então “os senhores da situação”, dado que Anjediva havia sido abandonada e a expedição britânica estava em Goa, em embarcações precárias, dependentes do vice-rei.¹¹¹ Note-se porém que, antes mesmo da assinatura do auto, alguns oficiais britânicos queixaram-se para Surate desta situação, classificando o documento como “demasiado ridículo para ser mantido (se o era de alguma forma válido)”, até porque o vice-rei já havia violado um dos artigos ao acolher em Goa britânicos desertores.¹¹² O próprio Cook esclareceu para Londres que tinha aceite as condições impostas pelo vice-

¹¹⁰ Vejam-se os capítulos inseridos no auto da entrega da ilha de Bombaim, Pangim, 14/01/1665 (CTCP, III, 41-49).

¹¹¹ William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 37.

¹¹² Carta Taylor e Petit para Surate, Goa, 17/01/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 39).

-rei para não haver mais atrasos e querelas e porque os seus barcos estavam em tão mau estado que quase se afundavam, ressalvando que agora iria “observar estes artigos da forma mais conveniente”.¹¹³ De facto, todos os altos dirigentes britânicos no Índico procuraram nos anos seguintes contrariar estas condições, motivando intensa troca de correspondência entre Goa, Bombaim, Surate, Lisboa e Londres, impedindo a melhoria das relações bilaterais no Índico.¹¹⁴

Embora sem o consagrar no auto de entrega, Goa impôs ainda mais uma condição para esta se realizar. Tendo Cook requerido que se lhe desse posse das aldeias de Mazagão, Parela, Varoli, Maim, Sião, Daravi e Vadalá, com seus anexos, “dissemos [que] não éramos mandados a dar posse nem fazer entrega de aldeias se não do porto e ilha de Bombaim que era coisa sabida, que o mar a cerca”.¹¹⁵ Mais uma vez aproveitando a morfologia do terreno deste espaço insular, os portugueses restringiram a área a ceder, um pouco à semelhança do que anos antes haviam negociado em Londres, quando fizeram crer aos britânicos que Bombaim incluía a ilha de Salsete. Desta feita, o jogo era mais subtil: os portugueses traziam para meados do século XVII a situação geográfica do território à sua chegada, quando todas aquelas aldeias representavam ilhas autónomas. O facto é que, nesta época, estas já se encontravam praticamente todas unidas, havendo notícia apenas de um pequeno curso de água onde “não se tomava nenhum barco para passar de uma a outra e sempre se podia passar a pé”.¹¹⁶ Este separava as aldeias de Mazagão, Parela, Varoli e Bombaim das de Maim, Sião e Vadalá, razão por que os portugueses apenas cederam aos britânicos o primeiro conjunto de aldeias, o que estes momentaneamente aceitaram.

Nos primeiros meses de governo de Bombaim, Humphrey Cook procurou fazer uma avaliação rigorosa da situação em que os portugueses tinham deixado a ilha, indagando sobre as suas reais valias e tomando as medidas possíveis para evitar alguns constrangimentos.¹¹⁷ Em primeiro lugar, era claro que os britânicos ocuparam as aldeias que lhes tinham sido subtraídas aquando da entrega, nomeadamente o importante porto de Maim. Cook descrevia o território na sua posse com as suas “cinco igrejas, nove vilas e aldeias, mais de 20 mil almas”, afirmando que a maioria das pessoas eram muito pobres. Notava que os jesuítas estavam assaz incomodados com a sua presença, pois tal representava o fim da

¹¹³ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, 13/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 37-38).

¹¹⁴ Veja-se Glenn J. Ames, *Renascence Empire?*..., pp. 172-73.

¹¹⁵ Carta do chanceler da Relação de Goa Sebastião Álvares Migos para o rei, Bombaim, de 28/02/1665 (CTCP, III, 73-75).

¹¹⁶ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 02/01/1666, dando conta de que os portugueses tinham Maim e Bombaim como duas ilhas distintas, mas não o conseguiam justificar (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p.65).

¹¹⁷ Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 44-47).

sua autoridade quase absoluta naquele espaço, fazendo todos os possíveis para tornar os britânicos odiosos perante os habitantes locais. O governador preca-vera-se de eventuais levantamentos, exigindo o juramento de fidelidade a todos os habitantes, pensando porém que a liberdade de culto os tornaria mais predispostos a manter-se ali pacificamente. Embora ainda não tivesse autorizado a construção de templos, como requeriam os gentios, pois tal iria ser considerado escandaloso pelos portugueses, permitira o culto privado.

Cook opinava que a ilha estava bem situada para o comércio de toda a Ásia, dando conta de que tal já se fazia sentir, pois variados mercadores tinham começado a afluir a Bombaim, augurando-se para ali o sucesso conseguido em Batávia. Sobre este assunto, Henry Gary, que já há meses se preocupava por atrair mercadores para a ilha, proferia que tal seria facilitado se o rei britânico desse liberdade para a construção de pagodes e mesquitas,¹¹⁸ até pelos tributos voluntários dos peregrinos nos templos.¹¹⁹ Os dois oficiais coincidiam em declarar a absoluta necessidade de não serem cobrados tributos na povoação portuguesa de Taná, sobre as mercadorias vindas do interior da Índia por aquele rio, para que se pudesse proporcionar o desenvolvimento mercantil de Bombaim. Gary lançava a hipótese de que, se tal não fosse alcançado, poderia impedir-se todos os navios lusos de navegar naquela baía, já que muitos dos pontos do auto de doação de Bombaim não estavam de acordo com o tratado de 1661.

O governador britânico advertia, porém, que exceptuando estas possibilidades comerciais, Carlos II apenas detinha ali os foros e rendas anteriormente cobrados pelo monarca português, os quais montavam 700 libras anuais. A ilha não produzia “mais que uma grande quantidade de cocos e arroz e outros provisões necessárias”, o que era manifestamente pouco para as despesas necessárias à defesa do local. Eram réditos muito escassos, resultantes de concessões antigas por parte dos anteriores senhores; tal era o caso da renda da alfândega de Maim, concessionada aos jesuítas por um valor bem mais baixo do que ela poderia render, havendo pois que decidir se se manteriam esta como outras patentes antigas.¹²⁰ Cook assinalava as dificuldades com que se deparavam para descobrir o verdadeiro estado destas rendas, dada a falta de disponibilidade dos religiosos para dar informações. De facto, alguns portugueses escreviam então para influen-

¹¹⁸ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, 26/02/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p.51).

¹¹⁹ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, 01/04/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 52-54).

¹²⁰ Numa adenda a esta sua exposição a Lord Arlington, feita a 25/03/1665, Cook dava conta de um pedido do jesuíta António Barbosa, vigário de Parela, para manter os direitos sobre as rendas que a Companhia possuía em Maim há décadas. Parecia-lhe impensável que este direito se mantivesse, tendo ele uma vasta despesa na manutenção da guarnição local e sendo lógico que cessassem todas as mercês dadas pelo rei de Portugal (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 49-50).

tes amigos em Londres, pedindo-lhes que interviessem junto do monarca britânico, para que este confirmasse as suas antigas patentes.¹²¹ Procuravam, assim, resistir à desestruturação de um sistema de exploração fundiária enraizado desde o início da presença portuguesa e que, como já foi dito, remontava a épocas anteriores. Este tinha sido responsável pela emergência desta elite local, constituída tanto por foreiros religiosos como fidalgos, que sempre tinham pago rendas baixas ante a fraqueza endémica da administração estatal, e que agora se via ameaçada nos seus privilégios.

Cook notava, ainda, que os portugueses lhes tinham deixado apenas duas construções, onde aliás se assinara o auto de entrega, justamente reclamadas por D. Inês de Miranda. Notava também a ausência de defesa, considerando-a absolutamente necessária e noticiando que tencionava construir apenas uma plataforma para segurança dos que ali estavam, além de dois ou três pequenos fortes e uma muralha na cidade. Não existia igualmente administração judicial, antes exercida a partir de Baçaim e Taná, tendo ele nomeado oficiais e construído uma prisão. Como a “língua principal é o português”, era necessário que os estatutos e leis fossem traduzidos. Finalmente, salientava-se que pedira a António de Melo de Castro as rendas daquela ilha desde Setembro de 1662, época da chegada da frota de Marlborough, sabendo porém que estas seriam negadas, pelo que o assunto deveria ser resolvido na Europa.¹²²

Algumas destas primeiras acções dos britânicos em Bombaim causaram algum desagrado no campo português, podendo salientar-se cinco questões fundamentais.¹²³ Por um lado, a rejeição do pagamento das receitas entre a data da chegada de Marlborough e a posse efectiva da ilha, considerando que estas só eram britânicas depois da sua posse; a este argumento Melo de Castro juntava, não sem ironia, que naquele período a despesa ultrapassara a receita, em face da

¹²¹ Nova adenda à carta para Lord Arlington referida, feita a 29/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, p. 50). Conhecemos cartas neste sentido de Bernardim de Távora e Francisco Coutinho a Carlos II, Mazagão e Bombaim, 24/03/1665 e 28/03/1665 (NA, PRO, SP 89/7, fl. 35). Estes reclamaram também para Lisboa que, muito embora deferindo suas pretensões, pouco podia fazer para que estes fossem restituídos nos seus privilégios. Veja-se o parecer do Conselho Ultramarino de 13/05/1665, sobre D. Inês de Miranda (AHU, Índia, cx. 47, doc. 170) e o traslado de um outro, elaborado a 16/10/1665, sobre D. Bernardim de Távora (AHU, Índia, cx. 47, doc. 208).

¹²² Carta de Humphrey Cook para Lord Arlington, Bombaim, 13/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1665-67...*, pp. 44-47). A 22/08/1665 deu-se o protesto e reclamação do governador de Bombaim, em nome do rei da Grã-Bretanha, contra o vice-rei da Índia, sobre “os foros reais, direitos, rendas e mais costumes atrasados” (CTCP, III, pp. 88-89).

¹²³ Carta do capitão-geral das fortalezas do Norte, Inácio de Sarmiento Carvalho a Humphrey Cook, Baçaim, 17/05/1665, e respectivo protesto formal, Baçaim, 26/05/1665 (CTCP, III, 78-81 e 81-84). Cartas do vice-rei António de Melo de Castro, em resposta ao protesto do governador de Bombaim, Goa, ?/10/1665 e 06/11/1665 (CTCP, III, pp. 89-92 e 92-93). Carta do vice-rei ao rei, Goa, 05/01/1666 (CTCP, III, pp. 94-95).

defesa da região com a construção e manutenção de fortificações e presídios, pelo que a Coroa portuguesa é que seria credora da britânica. Noutra missiva, o vice-rei alterava os seus argumentos, lembrando que escrevera a Shipman e Oxeden propondo-lhes que cobrassem aquelas renda e satisfizessem as despesas, não tendo nenhum deles aceite.

Por outro lado, a recusa da posse britânica sobre Maim, que não lhes pertenceria alegadamente por ter jurisdição separada, um argumento pouco válido face à falta de justificação legal; exigia-se, ainda assim, a sua devolução juntamente com as rendas entretanto ali colectadas. O vice-rei alertava que era pernicioso a justificação de que se conseguia passar a pé de Bombaim para Maim aquando de maré vazia, dada pelos britânicos para ocupar esta última, pois “se isto se lhe conceder não tem Vossa Magestade rezão com que defenda as outras ilhas do Norte, porque tão bem de Bombaim se passa de maré vazia a Salsete e de Salsete a Baragão”. Melo de Castro comparava, contudo, situações bastante distintas, pois claramente os cursos de água evocados tinham leitos assaz diferenciados, razão pela qual os protestos sobre este assunto acabaram por cessar.

Em terceiro lugar, o repúdio pelo intento britânico de tomar fazendas e propriedades aos moradores da ilha e de quererem alterar os foros estipulados, problemática que se prolongou nos anos seguintes. Em quarto lugar, o protesto por alguns abusos em matéria religiosa, como a coação aos católicos para que praticassem actos contrários à sua fé e a pressão directa ou indirecta para que estes mudassem as suas crenças, levando-os “exercitar o que em Inglaterra se pratica”, como a sonegação de fazendas ou a obrigação da conversão das mulheres casadas com protestantes; a proibição da jurisdição dos eclesiásticos sobre os gentios, confinando-a à população católica; o apresamento de um franciscano “sem respeitar o hábito e a dignidade”; a permissão de que os gentios praticassem livremente a sua religião. Finalmente, a reclamação perante a prática dos britânicos de dar abrigo a portugueses criminosos fugidos do Estado da Índia, com o pretexto da conversão, e alguma irritação face à conduta de Henry Gary, que deveria ter mais “tento no modo como [...] fala da nação portuguesa”, por este ter aliciado tecelões em Chaul para que fossem para Bombaim.

Estes protestos portugueses não mereceram mais que lacónicas respostas de Humphrey Cook, rotulando de “incendiários” os que tinham feito chegar aquelas informações aos ouvidos das autoridades portuguesas. Neste sentido, negou as acusações que lhe eram feitas sobre assuntos religiosos e alegou que se limitara a recolher os tributos dos tempos da presença portuguesa, embora afirmasse a sua jurisdição para a criação de tributos novos; reafirmava também a legitimidade da anexação de Maim.¹²⁴ O governador britânico debatia-se, então, com outros problemas, nomeadamente a escassez de fundos, que não lhe permitia empreen-

¹²⁴ Contra-protesto de Humphrey Cook a Inácio Sarmiento de Carvalho, Bombaim, 27/05/1665 (CTCP, III, pp. 84-87).

der uma acção mais abrangente. Reemergiam as contendas entre oficiais reais e a EIC de Surate, com Oxenden a recusar o reforço de verbas para a administração da ilha e a remeter o assunto para Londres.¹²⁵ Ele próprio pediu à Corte britânica um reforço militar para Bombaim, além do envio de homens mais experientes, sugerindo a própria substituição de Cook. Muito embora desprezando os assuntos referentes a esta ilha, Oxenden achava-a um local saudável e bem localizado para o comércio, com possibilidades de se vir a tornar-se “a escala da Índia”.¹²⁶ Mesmo perante este cenário, recusou a possibilidade de se transferir a feitoria chefe da EIC de Surate para Bombaim, opinando que tal não seria prudente.¹²⁷

Nem a hipotética ameaça de ataque neerlandês a Bombaim, no último quarto de 1665, fez com que Surate satisfizesse o pedido de auxílio do governador com dinheiro, soldados e medicamentos, não colocando este a hipótese de abandonar a ilha.¹²⁸ As divergências entre estes avolumavam-se no que se referia ao posicionamento a tomar nas relações com os potentados indianos, nomeadamente sobre a conveniência em fortificar-se Bombaim, e em relação ao comércio naquelas paragens. Nos primeiros meses de 1666, permaneceram questões de competências entre o oficial régio britânico e os representantes da EIC, pedindo estes novo governador para aquela ilha, caso ela permanecesse em mãos régias.¹²⁹

Viviam-se então momentos de alguma dificuldade em Bombaim.¹³⁰ Além da falta de apoio financeiro por parte de Surate, as rendas continuavam a ser escassas, notando-se claramente que só um corte com os anteriores privilégios, esboçado na tomada da renda da pesca de Mazagão a Bernardim de Távora e na ocupação da casa de D. Inês de Miranda, poderia incrementar os proveitos da ilha. Gary notava que muitos portugueses, sobretudo os jesuítas, tinham feito usurpações em Bombaim, possuindo terras sem qualquer direito, pois antes tinham pertencido a templos e mesquitas, devendo por isso passar para o rei britânico. A dinâmica comercial também parecia falhar, sendo que Cook registou que “nenhum mercador de qualidade ou qualquer outro se tinha estabelecido aqui”,

¹²⁵ Carta de Sir George Oxenden para Humphrey Cook, Surate, 12/02/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 41-42).

¹²⁶ Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, Surate, 16/03/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 42-43).

¹²⁷ Carta do Conselho de Surate para os directores da EIC em Londres, a 11/01/1666 (IOR/H/48, fl. 213-225).

¹²⁸ Carta do presidente e Conselho de Surate para Humphrey Cook, de 19/11/1665, resposta deste de 30/09/1665, nova carta de Oxenden para Cook de 12/10/1665, nova resposta deste de 05/11/1665 e, finalmente, novamente de Surate para Bombaim, de 18/11/1665 (William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 58-61).

¹²⁹ Cartas do presidente Conselho de Surate para Londres citadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 181-86 e 187-89.

¹³⁰ Como relatam as cartas de Henry Gary e Humphrey Cook para Lord Arlington, 26/12/1665 e 02/01/1666 (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 65-69 e 69-73 respectivamente).

opinando que não o fariam até que todos os navios da EIC e a feitoria de Surate se dirigissem para ali. A monção de 1665 fora igualmente nociva e pestilenta, reduzindo o já baixo número de homens da guarnição. Muito embora se tivesse já edificado uma fortificação junto ao mar, persistia a necessidade de construir um bom forte com boa guarnição permanente, para controlar eficazmente a ilha e o porto. O governador ressalvava, neste domínio, a importância de dominar a ilha das Patecas, controlada pelos portugueses. Finalmente, o possível ataque neerlandês preocupava os britânicos em Bombaim, que face a estas lacunas defensivas e recusa de apoio de Surate, requereu mesmo auxílio a António de Melo de Castro, no que não terá obtido resposta.¹³¹ Por tudo isto, Cook pedia para resignar ao lugar, possivelmente com o intuito de obter apoio régio face às inúmeras críticas a que estava sujeito, tanto de Oxenden como do próprio Henry Gary, que então escrevia com outros companheiros para Londres, acusando-o sob juramento de inúmeros desmandos.¹³²

A verdade é que na capital britânica, tendo-se sabido, em Julho de 1665, da morte de Sir Abraham Shipman, logo se começou a preparar a nomeação de um novo governador com estatuto social adequado. O processo arrastou-se durante meses, pois só no final do ano partiria um navio para o Oriente. A escolha recaiu sobre Sir Gervase Lucas, que levava instruções para arregimentar o maior número de britânicos estantes nos portos e feitorias asiáticas, mesmo ao serviço das Províncias Unidas, regulamentar a relação com a EIC; agradecer publicamente a Humphrey Cook os serviços prestados, salientando-os face a outros oficiais ali estacionados; manter boas relações com o Estado da Índia e pedir-lhe apoio em caso de necessidade, nomeadamente em caso de ataque neerlandês, levando para isso toda as missivas diplomáticas produzidas entretanto em Londres; conservar bom trato junto das elites portuguesas da ilha e das regiões envolventes, enquanto se inteirava das suas particularidades e interesses, devendo conforme o seu juízo aplicar pacificamente as ordens reais; fortificar o porto e a ilha e manter a máxima vigilância face aos potenciais inimigos; incrementar o comércio¹³³.

Embora o governador provido tivesse feito largas exigências de reforços, nomeadamente em termos de soldados,¹³⁴ Londres acabou por moderar o seu

¹³¹ Carta de António de Melo de Castro para o rei, Goa, 05/01/1666 (CTCP, III, pp. 94-95). O vice-rei relatava que quando falara a Humphrey Cook sobre o eminente ataque neerlandês, este “respondeu com grandes roncadas e depois me pede socorro com grande humildade”.

¹³² Carta de Henry Gary, Stevens e Ball para Lord Arlington, 26/12/1665 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 73-75).

¹³³ William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p. 189. Veja-se a cópia destas instruções em IOR/H/48, fl.197-200.

¹³⁴ Observações de Sir Gervase Lucas a partir dos papéis referentes a Bombaim que lhe haviam sido entregues por Lord Arlington (IOR/H/48, fl. 201-203) e carta deste de 10/04/1666 (referida por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, p. 190).

investimento, explicitamente por não ter a certeza da manutenção da ilha na sua posse, delegando na EIC eventuais necessidades de transporte e dinheiro.¹³⁵ Se inicialmente o rei se preparava para enviar uma expedição autónoma à Índia, levando o novo governador de Bombaim, rapidamente mudou de ideias dada a impossibilidade de a organizar em tempo útil, atribuindo à EIC àquela responsabilidade, bem como a de ir financiando os gastos de Lucas na gestão do território.¹³⁶ A Coroa britânica não investia, assim, de forma contundente no que seria o seu segundo fôlego para fazer prosperar aquela possessão régia na Índia, relegando-o para a EIC, prenúncio do que sucedeu anos mais tarde.

Sir Gervase Lucas iniciava assim o seu governo de forma algo fragilizada. As desinteligências com a EIC persistiram, nomeadamente no que respeitava às questões financeiras e aos transportes, tendo este completado o seu percurso para Bombaim em navio alugado, à mercê de ataques piratas.¹³⁷ Os rumores entretanto chegados ao Oriente da possibilidade da compra da ilha pelos portugueses, que então se discutia em Londres, como já se referiu, minavam a credibilidade britânica naquelas paragens, bem como a autoridade de Lucas, comentando-se ali que todos os que tinham pago impostos aos britânicos teriam castigo.¹³⁸ Antigo e novo governador de Bombaim pareciam também não se entender, sendo Cook acusado de extorsões aos habitantes da ilha e de não ter mando na soldadesca.¹³⁹ Finalmente, nos inícios de 1667 começaram a pairar notícias de que o rei britânico estaria a ponderar o abandono da ilha.¹⁴⁰

Sobressai, porém, a opinião extremamente positiva de Sir Gervase Lucas sobre Bombaim, não obstante estes constrangimentos; para ele, Carlos II tinha ali “o mais nobre porto e uma ilha muito fértil”.¹⁴¹ Nos meses seguintes o novo governador procurou tirar partido destas características, diligenciando no sentido de incrementar as receitas régias da ilha.¹⁴² Mais do que havia feito Cook, Lucas

¹³⁵ Parecer dos ministros do rei britânico Albemarle, Arlington e William Coventry, Londres, 05/04/1666 (IOR/H/48, fl. 204-205).

¹³⁶ Cartas dos directores da EIC para o presidente e Conselho de Surate, Londres, 17/03/1666 e 03/04/1666 (IOR/H/48, fls. 206-209 e 210-11 respectivamente).

¹³⁷ Vejam-se as inúmeras cartas referidas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 193-97.

¹³⁸ Proclamação de Sir Gervase Lucas, 22/11/1666 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 197-98).

¹³⁹ Cartas de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 02/12/1666 e 25/12/1666 (IOR/H/48, fl. 270-271 e 272-74 respectivamente).

¹⁴⁰ Carta de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 01/04/1667 (IOR/H/48, fl. 299-302).

¹⁴¹ Carta de Sir Gervase Lucas ao rei, Bombaim, 01/12/1666 (IOR/H/48, fl. 270-271).

¹⁴² Vejam-se as cartas de Sir Gervase Lucas a Lord Arlington e Lord Clarendon, Bombaim, 25/12/1666 e sem data (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 289-91 e 291-92). Cartas de Henry Gary para Lord Arlington, 13/03/1667 e ?/03/1667 (publicadas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 293 e 301-07).

empreendeu um corte com a estrutura social e fundiária existente em Bombaim desde os tempos do domínio português, confiscando terras que não tinham provas escritas de posse. Achava-se que, ante a inexistência de administração portuguesa na ilha, os jesuítas de Salsete, donos de Maim, Bernardim de Távora, senhor de Mazagão, e D. Inês de Miranda, possuidora de Bombaim, eram os verdadeiros senhores do território, exercendo todo poder discricionariamente sobre os moradores.¹⁴³ Os governadores do Estado da Índia tinham, ao longo dos anos, permitido a delapidação do património régio naquele território, beneficiando estes poderosos, pelo que Lucas se aplicava agora na sua recuperação.

Lucas terá, então, nestes primeiros meses, confiscado 140 hortas aos jesuítas, 52 aos habitantes da vizinha Bandorá, 6 a D. Bernardim de Távora, além de outras 63¹⁴⁴. O governador antevia que a resistência destes foreiros se fizesse sentir na Corte britânica, esperando que estes protestos não tivessem seguimento, a fim de poder levar por diante o seu objectivo de aumentar as receitas na ilha. Estas apreensões eram justificadas pela observância estrita do artigo 11.º do tratado de 1661, o qual estipulava que tudo seria dado ao rei britânico, devendo apenas manter-se a liberdade do culto católico; Lucas isentava-se assim totalmente do auto de entrega imposto por António de Melo de Castro ao seu antecessor, admitindo apenas o estabelecimento de uma comissão para discernir querelas relativas a questões de fé, as quais já se faziam sentir.

Em termos comerciais, pesavam os altos tributos cobrados pelos portugueses em Taná, relativos ao fornecimento de todos os bens vindos do interior, para o menor desempenho do novo estabelecimento britânico. Se Bombaim era a porta de saída deste complexo fluvial no sul da Província do Norte do Estado da Índia, Taná era a chave para as ligações ao território indiano. Henry Gary, sempre preocupado com os aspectos mercantis da possessão, instava Londres a interceder junto de Lisboa para que fosse garantida a liberdade de navegação no rio de Taná.

¹⁴³ Veja-se a petição de 225 habitantes de Bombaim, 123 cristãos, 84 hindus e 18 muçulmanos, acusando os “antigos foreiros maiores ou proprietários de terras, homens poderosos, arrogantes e violadores, eclesiásticos como civis”, que exerciam o seu poder de forma arbitrária, roubando, matando e não permitindo o exercício da religião que não a católica, entre outros desmandos (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 309-10).

¹⁴⁴ A «Lista das fazendas que os ingleses repetidas vezes confiscaram aos vassallos de Portugal em Bombaim e Maim e cômputo dos rendimentos anuais das mesmas fazendas por preços diminutos», inserta no «Discurso Apologético e Compêndio histórico das insolências da Companhia Anglicana em Bombaim...» (BNP, *Manuscritos*, cód.10703), elaborado na segunda metade da década de 1720, permite reconstituir a posse da terra na área ocupada pelos britânicos: as diversas missões jesuíticas, por um lado, e D. Inês de Miranda, por outro, possuíam cada uma quase um terço dos rendimentos da ilha, totalizando em conjunto 65%; Francisco Murzelo era também um dos foreiros laicos mais rico, recolhendo 7% das receitas; vários moradores da vizinha povoação de Bandorá detinham 20% das receitas, quedando-se os restantes moradores da jurisdição de Baçaim com 8%. Estes dados permitem, assim, corroborar a apreciação dos britânicos sobre a estrutura económico-social da ilha antes da sua tomada de posse.

A relação com os portugueses na Ásia não foi, efectivamente, fácil nos tempos seguintes: estas pretensões foram negadas em Goa, “porque do contrário ficaria ao inglês o útil todo daquelas fortalezas do Norte”, desculpando-se o vice-rei que na Índia não havia poder para conceder isenções de direitos reais e planeando, antes, a fortificação de lugares naquela baía como Turumbá (Trombay) e a ilha de Elefante; os britânicos não esperavam qualquer apoio do Estado da Índia, nomeadamente face a possíveis confrontos com os neerlandeses, sendo que este pretendia efectivamente manter-se neutral; os portugueses reclamaram a restituição das terras confiscadas, tendo Goa determinado que o almirante D. Jerónimo Manuel fosse requerer o cumprimento das capitulações de paz e de entrega da ilha, admitindo-se o uso da força em última opção e “nos lugares expressamente conforme os capítulos de entrega ficam fora da jurisdição do inglês”. As fricções entre britânicos e portugueses tinham, aliás, um novo factor de perturbação: o antigo governador Humphrey Cook era agora acusado de passar-se para o lado dos jesuítas, planeando a invasão da ilha.¹⁴⁵

A morte repentina de Sir Gervase Lucas, em meados de 1667, levou Henry Gary ao poder em Bombaim. Tanto este como Oxenden foram unânimes em elogiar o governo de Lucas, traduzido principalmente no aumento exponencial dos dividendos reais na ilha, que de 1.100 libras anuais tinham passado para 6.500 libras.¹⁴⁶ O novo governador tinha agora, porém, que fazer face à oposição declarada de Humphrey Cook. Refugiado em território português, primeiro numa aldeia jesuíta de Goa, depois na própria sede do poder da Companhia de Jesus no sul da ilha de Salsete, em Bandorá, Cook reclamou a sucessão de Lucas junto de Gary. Este declarou-o traidor, por pretender aliar-se ao governador-geral de Goa e ao capitão-geral do Norte para expulsar os britânicos do território, tendo sido mal sucedido quando reclamou a sua extradição junto de António de Melo de Castro.¹⁴⁷

Independentemente destas contentas, em Londres, a Coroa britânica decidia em definitivo desistir da exploração directa de Bombaim, entregando-a à EIC. A ilha tinha para Carlos II diminuta utilidade, pelo que pensou abandoná-la pouco tempo depois da sua aquisição, pressentindo que os benefícios longínquos não justificavam as despesas de manutenção. O encargo foi aceite pela Companhia, alegadamente para contrariar diferenças entre a feitoria de Surate e o governo régio da ilha, quando na verdade há muito desejavam aquela possessão

¹⁴⁵ Carta de Henry Gary para Lord Arlington, ?/03/1667 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 301-07) e assentos do Conselho de Estado de 27/04/1667 (ACE, IV, doc. 72), de 27/01/1668 (ACE, IV, doc. 74) e de 08/03/1668 (ACE, IV, doc. 75).

¹⁴⁶ Carta de Sir George Oxenden para Lord Arlington, Surate, 04/07/1667 (publicada por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 295-96) e carta de Henry Gary para Lord Clarendon, Bombaim, 22/12/1667 (IOR/H/48, fl. 350-353).

¹⁴⁷ polémica que se pode acompanhar em diversas cartas transcritas por William Foster, *The English Factories in India 1965-67...*, pp. 296-99.

para defesa e incremento do seu comércio na zona.¹⁴⁸ Naturalmente que Londres procurou que o Estado da Índia mantivesse o mesmo relacionamento, amizade e boa correspondência com os britânicos, como se Bombaim estivesse sob custódia régia, pois as duas coroas beneficiariam do bom desempenho da EIC.¹⁴⁹ Diligenciou também no sentido de que os navios britânicos que operassem nas Índias Orientais gozassem de liberdade de navegação, recordando-se o 12.º artigo do tratado de 1661.¹⁵⁰

5. Conclusão

Este retardamento da entrega de Bombaim ao Reino Unido por cerca de dois anos e meio, gerador de tantas paixões e interpretações por parte da historiografia, deve enquadrar-se como mais um episódio resultante de uma conjuntura europeia complexa, uma época dramática para a sobrevivência de Portugal e um cenário de forte concorrência entre os diversos agentes no cenário asiático. O sucedido desencadeou-se por atritos pessoais, num contexto melindroso em que um vice-rei da Índia portuguesa era transportado por uma esquadra real britânica, para cumprir uma missão claramente desfavorável a Portugal, mas unanimemente considerada necessária à preservação da sua independência recém-conquistada. Lisboa cedera às pretensões britânicas sobre Bombaim, bem como a um vasto leque de outras doações, ante a ânsia de firmar o tratado, considerando que a perda era ainda assim limitada, pois aquela ilha constituía uma das circunscrições fiscais menos valiosas das suas possessões orientais, sendo crível que os negociadores portugueses tenham usado o seu maior conhecimento da geografia para iludir os seus interlocutores sobre a real dimensão da concessão.

Para além disto, devem sobretudo considerar-se os interesses das elites do Estado da Índia e dos foreiros de Baçaim. As primeiras, muito abandonadas à sua sorte há décadas, devido à conflituosidade global da monarquia hispânica com outras nações europeias, tinham margem de manobra cada vez mais lata na condução dos seus assuntos. Nesta ocasião, independentemente do que se forjava na Europa, hesitaram entre os benefícios da aliança com os britânicos, que permitia estancar a sangria de praças que se verificava para os neerlandeses, ou a perda de uma pequena posição da sua Província do Norte, marginal do ponto

¹⁴⁸ Carta dos directores da EIC ao presidente e Conselho de Surate, Londres, 06/04/1668 (IOR/H/48, fls. 303-316). George Clark, *The Later Stuarts, 1660-1714*, in George Clark (ed.), *The Oxford History of England - The Later Stuarts, 1660-1714*, vol. 10, 2.ª edição, Oxford, Clarendon Press, 1956, pp. 60 e 349.

¹⁴⁹ Instruções de Sir Robert Southwell, enviado extraordinário à Corte de Portugal, pelo rei da Grã-Bretanha, Whitehall, 10/?/ 1668 (NA, PRO, SP89/9, fl68-71).

¹⁵⁰ Memória de Sir Robert Southwell ao príncipe de Portugal, Lisboa, ?/12/1668 (NA, PRO, SP89/9, fls. 186-187; BL, Add.34.331 fls. 96-97v).

de vista do orçamento do Estado, embora reconhecidamente de valor estratégico. Os segundos eram os principais usufrutuários das terras daquele distrito há várias gerações, com um mando que ultrapassava aliás a mera condição de detentores de bens régios, assumindo-se em vários campos da administração do distrito. Tudo fizeram para impedir a nefasta decisão de Lisboa, não aceitando ser eles os sacrificados ante os supremos interesses da Coroa portuguesa.

O vice-rei jogou como pode neste cenário, sendo certo que se apercebeu, mais do que saberia em Lisboa, do prejuízo para o reino da perda daquela posição. Por um lado, era a alienação de um importante porto para a navegação portuguesa na costa ocidental indiana, por outro a permissão de que outro potentado europeu se introduzisse e concorresse com aquela numa área onde até então tinha detido uma certa hegemonia, nomeadamente comercial. Melo de Castro alcançou, ainda, os danos ao nível geo-estratégico para a Província do Norte, sobretudo para o distrito de Baçaim, que doravante passaria a estar encurralado entre os potentados muçulmanos do interior e os britânicos estabelecidos na barra do principal curso fluvial da região. Um entendimento político entre estas duas forças acarretaria sérios riscos para a presença portuguesa, como aliás veio a acontecer três quartos de séculos depois. Perante este cenário a resposta régia foi clara: para se alcançar os objectivos vitais pelos quais fora realizado o tratado, este tinha de ser cumprido integralmente, mesmo achando-se que a perda era mais nociva do que fora pensado.

António de Melo de Castro, depois de atrasar a entrega pelo espaço de tempo de uma viagem de ida e volta da Ásia à Europa, viu findar o seu espaço de manobra para conservar a ilha, não tendo outra alternativa senão acatar as ordens do seu rei. Note-se que os seus argumentos foram ponderados em Lisboa, nomeadamente a reacquirição de Bombaim por compra, hipótese que acabou por gorar-se pela clara exaustão das finanças da Coroa portuguesa, a braços com uma situação político-militar extremamente delicada. Como praticamente todos os demais governadores do Estado da Índia, este fidalgo continua a aguardar uma biografia, pelo que pouco se sabe do seu percurso depois deste episódio. A 14 de Maio de 1665 terá recebido uma instrução para regressar de imediato ao Reino, devendo prestar contas da sua actuação. Regressou, de facto, a Portugal a 17 de Outubro de 1666, sendo reportada para Londres a sua chegada e imediata prisão, vivendo os seus últimos dias em Colares, onde foi sepultado.¹⁵¹

Do lado britânico devem considerar-se essencialmente as duas entidades envolvidas neste processo, a Coroa e a EIC. De acordo com a posição dominante em Londres, Carlos II firmou uma aliança com Portugal, no seguimento aliás de

¹⁵¹ Pedro de Azevedo, "A entrega de Bombaim e o castigo do vice-rei da Índia", in *Revista de História*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1912, ano I, 1.º vol., pp.16-18; *Tratado de todos os Vice-reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1962, p.157. Cartas do embaixador Robert Southwell, Lisboa, 16/10/1668 e 13/11/1668 (NA, PRO, SP89/9, fls. 117-118 e 126-127).

outros entendimentos pós-Restauração e, mesmo, de uma tradição histórica de proximidade entre as suas potências marítimas. Perante o sucedido, esta corrente exigiu a Lisboa que as condições acordadas fossem cabalmente cumpridas, pois de outra forma a sua própria credibilidade seria posta em causa, não passando contudo de protestos verbais e ameaças veladas e continuando a fornecer algum do auxílio militar prescrito no tratado para a guerra na Península Ibérica. Esta posição britânica reflectia, por um lado, a sua confiança de que Portugal não tinha alternativa senão cumprir com o estipulado, por outro, que também não lhes interessaria o rompimento da aliança, útil no quadro da conjuntura europeia.

No que respeita aos oficiais régios britânicos na Ásia, o que parece mais evidente é a sua falta de meios para responder aos acontecimentos, o que denota o limitado investimento da Coroa nesta empresa. Efectivamente, a dinâmica britânica no Oriente era assegurada em larga escala pela EIC, a quem escassos anos após a tomada de posse foi entregue Bombaim, corroborando esta tendência. O episódio foi gerido com grande cautela pela Companhia, sempre céptica quanto à conveniência e oportunidade de se apossar da ilha, pouco colaborante com as autoridades régias do seu país, mesmo depois da entrega, e prudente na relação com o Estado da Índia, não fossem os seus interesses de ordem fundamentalmente comercial. O que ressalta da sua condução do processo, dirigida a partir de Surate mas acompanhada pelos directores da Companhia em Londres, é a extrema preocupação em não perder a posição já adquirida na Ásia e o seu desejo em não embarcar em despesas inúteis.

Em síntese, por meados de seiscentos, este episódio, para além de um certo mal estar que causou entre as duas Cortes, e sobretudo entre os oficiais portugueses e britânicos na Índia, acabou por não ter consequências de maior, a não ser o cumprimento efectivo do que estava estipulado no tratado, numa interpretação razoável e objectiva. Nada de substancial se alterou com este facto, tanto na Europa, onde às duas Coroas interessava supremamente esta aliança, como na Ásia, onde uma concorrência e rivalidade herdada do período anterior se manteve nas décadas seguintes. Para a Província do Norte não terá sido o início do fim, mas representou certamente um duro golpe na ordem política, económica e social que ali se ia cristalizando há mais de um século. Os desentendimentos ao nível local entre os dois campos europeus, separados por um estreito curso fluvial, avolumaram-se nas décadas seguintes, até em virtude dos termos impostos no auto de entrega pelo vice-rei, numa derradeira iniciativa para fazer gorar a viabilidade do estabelecimento britânico.

AMBASSADORS, ADVENTURERS,
TRAVELLERS AND THEIR WRITINGS:
THE ROOTS OF ANGLO-PORTUGUESE RIVALRY
IN PERSIA AND IN THE PERSIAN GULF
(LATE 16TH-EARLY 17TH CENTURY)

VASCO RESENDE*

Other than telling the history of the Portuguese and English diplomatic contacts with the Safavid empire, this paper aims to shed light on the evolution of Anglo-Portuguese relations concerning Persia. It would take too much time to go through the chronological roll of embassies and missions to the Šāh, especially after the beginning of the seventeenth century when in western Europe rekindled the ancient flame of a probable military alliance with the Persian realm against the Ottomans. We merely propose to observe the conditions that conducted the English to penetrate Safavid lands and their growing conflicts with the Portuguese settlers in the area. We thus decided to focus our attention mainly on the travel literature – accounts and letters – that introduced this chain of events to the wider British public in the end of the sixteenth and beginning of the seventeenth century, namely through the publication of Hakluyt's and Purchas's path-breaking compilations.¹

* École Pratique des Hautes Études. We would like to thank Dr. Zoltán Biedermann for rendering this paper more intelligible

¹ Richard Hakluyt, *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*, 16 vols., Edinburgh, E. & G. Goldsmid, 1885-1890 [original ed. 1598-1600]; Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes, contayning a History of the World in Sea Voyages and Lande Travells, by Englishmen and others*, Glasgow, James MacLehose and Sons, 1905-1907 [original ed. 1625-1626]. The best survey of the English travel enterprise in Asia is Sir William Foster, *England's Quest of Eastern Trade*, London, Adam & Charles Black, rep. 1966.

Travel literature constitutes the most important group of sources concerning the early British establishment in Asia. The accounts seem diverse and heterogeneous, and though most of them were originally written as official reports addressed to the Companies' directors, they represent nevertheless different viewpoints and literary frameworks. As Kenneth Andrews has already remarked, the Muscovy Company's writings provide only brief and superficial comments on Persia.² Overall these texts are quite different from the literary tradition that inspired the Portuguese travel accounts of the same period, which beyond the expected chronological and geographical narrative added a certain number of episodes, anecdotes and descriptions. The merchants' reports abound with economic related information: products, prices, availability, markets, distances, routes – that is to say, mostly unsuited material for a wider audience.³ Only Anthony Sherley's book seems to rise from this bulk to become something closer to the traditional conception of travel literature. Obviously, this can be easily explained when we realize British official writings, unlike Portuguese travel accounts of that period, were not intended to be read as a source of entertainment; they amount to a good deal of economic information and, as the outcome of professional activities in foreign lands, they were not expected to be published. Normally this would mean the data therein exposed is more likely to be relied upon than pure literary texts, since the latter were produced in order to fulfill the expectations of a wide public and were thus more subject to editorial intervention. However, as we shall see, even the Companies' reports and letters have to be carefully interpreted for they reveal data gathered by authors with a very personal scope.

The Portuguese were the only European nation to obtain concrete diplomatic results with the Safavid realm in the 16th century.⁴ During the years of Afonso de Albuquerque's government (1509-1515), the first missions to Šāh Ismā'īl revealed the Portuguese intentions of raising an allied front against the Ottoman empire in the near-eastern area.⁵ But in reality the Portuguese policy mainly served one purpose: the guarantee of a stable political situation in the south Persian coast for commercial and logistical reasons. After the death of the

² Jenkinson is "essentially a personal narrative", Anthony Edwards offers "a great deal of commercial intelligence" but not much more, and only Anthony Duckett "attempted a set description, dwelling upon some of the more obvious features of the country" (Kenneth R. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement. Maritime Enterprise and the Genesis of the British Empire, 1480-1630*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, p. 85).

³ For a more detailed discussion of the nature of these texts and Richard Hakluyt's editing work, see George B. Parks, "Tudor travel literature: a brief history", in D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, London, Hakluyt Society, 1974, vol. I, pp. 97-132, especially pp. 106 ff.

⁴ Roger Savory, *Iran Under the Safavids*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 111.

⁵ See mainly Robert Bishop Smith, *The First Age of the Portuguese Embassies, Navigations and Peregrinations in Persia (1507-1524)*, Bethesda, Maryland, Decatur Press, 1970.

first Safavid emperor the contacts between the Portuguese from Ormuz and the Persian court became much less regular and only recovered some dynamics in the end of the century with the accession of Šāh 'Abbās to the throne. Later on, their situation inside the Safavid court gradually evolved into a somewhat volatile expression that ultimately provoked the fall of Ormuz and the gradual decay of Portuguese influence in the Gulf waters.

Unlike Portugal, whose contacts with the Safavid rulers were essentially political, the first British expeditions appear as the consequence of commercial projects. Besides the conquest of new markets and the exploitation of alternative routes, the English hoped to establish their rule in the East as a counterweight against the commercial growth of other European states. Initially the main obstacle was the Venetian-Ottoman trade network across the Middle East, but later – after the British establishment in India – it was the Portuguese presence that became their principal opposition.

This new situation in the East was completely different from the circumstances back in Europe where Portugal's place in British external commerce was determinant. When war broke out between Spain and England in 1585 the port of Lisbon became the main trading post for the textile business in the Iberian Peninsula, the chief market of all British exports. Therefore, when Philip II's troops occupied Portuguese territory, England's economy suffered a heavy blow, though not immediately. During the first years British merchants were allowed to continue their business in Portuguese lands. But in 1589 they were expelled from Lisbon and their consul arrested on conspiracy charges. However, that didn't mean that Anglo-Portuguese trade had completely disappeared; in fact, smuggling activities never ceased.⁶

The arrival of the first Englishmen in Persia was the result of the merchants' strife for establishing trade connections with Russia. Failing to cope with the Iberian powers' access to the spice lands and the Far East, some British merchants organized themselves in a company that looked for this distant and unknown country with some hopes of establishing a fruitful trade. The Muscovy or Russia Company was thus born to secure the road to Eastern commodities, and its members, persistent attraction to Persian trade shows how the Safavid empire was destined to perform an important role in the commercial flow of the Middle East and Central Asia networks. Between 1562 and 1581 the Company sent six merchant missions to Safavid lands but, despite the fact that most of the agents involved were prepared to swear for the country's many commercial

⁶ V. M. Shillington & A. B. Wallis Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal*, London, 1907, pp. 157-159. Cf. Pauline Croft, *The Spanish Company*, London, London Record Society, 1973; Idem, "Englishmen and the Spanish Inquisition 1558-1625" in *English Historical Review* 87, (1972), pp. 249-268; Idem, "Trading with the Enemy, 1585-1604" in *The Historical Journal* 32-2 (1989), pp. 281-302.

advantages, travel restrictions and lack of safety conditions eventually forced the enterprise's abandonment by the end of the century.⁷

As is well known, Anthony Jenkinson's 1562 journey inaugurated the Anglo-Safavid relations period.⁸ His mission was basically a commercial one. Despite carrying official letters from Elizabeth I to Šāh Ṭahmāsp, no other item in the available documentation denounce anything beyond the trading request, except a very ambiguous mention of a "friendship" offer in Jenkinson's narrative.⁹ It must be said that the latter's arrival in the Persian court didn't occur in the best moment. An Ottoman ambassador was also staying in Qazwīn at the time and a new peace treaty had just been signed between the two states, an unexpected change of direction that didn't quite arrange British plans. In fact, the success of Elizabethan commercial enterprise in the East depended greatly on the continuation of Turkish hostilities around the Persian border, so that the Russian-Safavid commercial corridor might become an economically viable option. Jenkinson seemed to be aware of the difficulties of his task. According to his own written testimony, the Turkish merchants living in Persia were very well informed about his provenance and what his presence in the country was likely to provoke.¹⁰ They even asked the Sultan's ambassador to warn Ṭahmāsp against

⁷ Armand J. Gerson & Earnest V. Vaughn & Neva Ruth Deardorff, *Studies in the History of English Commerce in the Tudor Period*, Philadelphia, University of Pennsylvania, 1912; Inna Lubimenko, *Les relations commerciales et politiques de l'Angleterre avec la Russie avant Pierre le Grand*, Paris, Honoré Champion, 1933; George Tolstoy (ed.), *The First Forty Years of Intercourse Between England and Russia, 1553-1593*, St. Petersburg, A. Tranchel, 1875; T. S. Willan, *The Early History of the Russia Company 1553-1603*, Manchester, Manchester University Press, 1956; Idem, *The Muscovy Merchants of 1555*, Manchester, Manchester University Press, 1953.

⁸ About Anthony Jenkinson's life (c. 1530-1611), see Margaret B. Graham Morton, *The Jenkinson Story*. Glasgow, William MacLellan, 1962; Foster Rhea Dulles, *Eastward Ho! The First English Adventurers to the Orient*, London, John Lane, the Bodley Head, 1931. For his writings, see E. Delmar Morgan and C. H. Coote (ed.), *Early voyages and travels to Russia and Persia, by Anthony Jenkinson and other Englishmen. With some account of the first intercourse of the English with Russia and Central Asia by way of the Caspian Sea*. London, Hakluyt Society, 1886. The first time Jenkinson's account was published was in *A History of Travayle in the West and East Indies* which was basically a new edition of Richard Eden's *Decades of the New World* – first published in 1555 – augmented of other travel accounts in Asia, and under the organization of Richard Willes since Eden had died before finishing his work. A definite version was afterwards included in the first (1589) and second (1598-1600) editions of Hakluyt's *Principal Navigations* (John Parker, *Books to Build an Empire. A Bibliographical History of English Overseas Interests to 1620*, Amsterdam, N. Israel, 1965, pp. 77-80; D. B. Quinn (ed.), *The Hakluyt Handbook*, vol. II, pp. 355, 381).

⁹ According to Jenkinson's text, this was the answer he gave to king 'Abd Allāh Ḥān of Širwān during his stay in Šamaḥī after being asked what his intentions were in the country (R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. III, p. 270; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. I, p. 134) But Queen Elisabeth's letter to the Safavid ruler makes no explicit reference to establishing any kind of political agreement.

¹⁰ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. III, p. 277; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. I, p. 144.

the English group. If that be true, and we have no reasons to think otherwise, the šāh's reaction to the Englishman resembles an act of pure ill will. In fact, before crossing the royal palace's threshold, Anthony Jenkinson is offered a pair of "basmackes" (*bašmāq*, "shoe", "slipper"), for being an infidel he wouldn't otherwise be allowed to step into this sacred ground. Being drawn to the šāh's presence, the British adventurer answers a series of questions concerning the European political situation – "he questioned with me of the state of our Countreys, and of the power of the Emperour of Almaine, king Philip, and the great Turke". Although addressing Jenkinson as a "Franke" and interrogating him about western affairs, Ṭahmāsp ignores which religion Jenkinson professes. It's only after speaking to a Georgian prince that lives in his court that the Safavid sovereign acknowledges the Englishman as a "gower" (*gawr* – "pagan", "infidel") and dismisses him with an ambiguous sentence: "we haue no neede to haue friendship with vnbeleueers".¹¹

After such a rebuke the English traveller withdraws and leaves the royal palace, declaring himself content with the interview. Now, this assertion sounds somewhat curious since Jenkinson hadn't completed his objective of being granted trading privileges, and it reveals how unlikely the whole situation must have been. Naturally, the way Jenkinson tells the events – and assuming he is completely honest about that first interview – leads us to conclude that the Persian king didn't really care about establishing any kind of trade with Westerners. He further states that the šāh thought about giving him away to the Ottoman ambassador as a gift for the Sultan; but Ṭahmāsp eventually changed his mind thanks to the influence of the prince of Širwān in the court. The Englishman's narrative clearly outlines the special treatment he received for being an "infidel", and this detail is evidently destined to accentuate the civilizational opposition. But Sir John Malcolm in his *History of Persia* has rationalized the imposition of the clothen slippers as a very ancient habit in Iran, not exclusively pertaining to foreigners but as a general custom for anyone crossing a threshold and leaving the shoes outside.¹² He doesn't comment however the sprinkling of sand on his path while Jenkinson walked away.

During his residence in Persia, the Englishman is reported to have had dealings with "diuers gentlemen" from the šāh's court, who asked him if he expected to return to England by land, or by sea via Ormuz. Having been previously warned of a probable Safavid expedition against the Portuguese, he then

¹¹ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. III, p. 277; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. I, pp. 146-147.

¹² John Malcolm, *The History of Persia. From the most early period to the present time, containing an account of the religion, government, usages, and character of the inhabitants of that kingdom*, New ed. London, John Murray, 1829, vol. I, p. 334. See similar description by Geoffrey Duckett in R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, pp. 56-57; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 433.

stated that the British and the “Portingals” were not in good terms so he wouldn’t chance appearing at their fortress in Ormuz.¹³ This short paragraph is one of the most interesting parts of Jenkinson’s text. In fact, he evokes in the court of Šāh Ṭahmāsp a certain hostility towards the Portuguese and their settlements in the Gulf, which is a *leitmotiv* of the Luso-Safavid relations during the sixteenth century and beyond. This hostility is directly connected to the Lusitanian control of some areas in Iran’s southern coast which became a subject of limited armed conflicts with the authorities of the kingdom of Lār. We have evidence of military movements in the 1540’s and of some Safavid conquests in the region – the forts of Mīnāb, Šāmīl and Tizirg – in 1569.¹⁴ The afore-mentioned reference might, therefore, be connected to that kind of event.

But this passage of Jenkinson’s account also deserves our attention for another reason. In fact the British traveller mentions bad political relations between Portugal and England. By acknowledging a conflict between the two countries he unconsciously foresees the problems concerning the Anglo-British rivalry in Persia. At this moment nothing could be farther away from truth. Surely, English trading fleets sailed through Portuguese-controlled areas in the Atlantic Ocean, sometimes attacking ports and plundering vessels. But even if the risk of piracy was a frequent source of preoccupation, the Portuguese never engaged in an open war against England. West Africa was one of the most common destinations of European trading fleets in the Atlantic Ocean, and Portuguese diplomatic efforts tended to restrict foreign navigation there. The British frequently visited the Guinea coast since the 1530’s, and as a consequence Portuguese complaints in London were likewise numerous. In the beginning of Elizabeth I’s reign the English crown tried to bypass this problem, claiming British ships would only venture in areas where the Portuguese were not settled – a strategy that was later applied to the Indian Ocean. Conflicts inevitably exploded and by 1568 the two countries were close to war.¹⁵ But this happened well after Jenkinson’s mission to Persia.

Other documents of agents operating for the Russia Company and some-way or another linked to the Portuguese presence in Persia deserve our attention.

¹³ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. III, p. 277; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. I, pp. 147-148.

¹⁴ See Willem Floor, *The Persian Gulf. A Political and Economic History of Five Port Cities 1500-1730*, Washington DC, Mage Publishers, 2006, pp. 137-138, 137-138. Cf. Hasan Rumlu, *Aḥsanu’l Tawārīkh*, Ed. C. N. Seddon, Baroda, Oriental Institute, 1931-1934, vol. II, p. 192.

¹⁵ A definite treaty was signed in 1576. Cf. V. Shillington & A. Chapman, *The Commercial Relations of England and Portugal...*, pp. 137-145. For a brief development of British presence in West Africa, see P. E. H. Hair & Robin Law, “The English in Western Africa to 1700” in Nicholas Canny (ed.), *The Origins of Empire. British Overseas Enterprise to the Close of the Seventeenth Century*, Oxford, Oxford University Press, 2001 (“The Oxford History of the British Empire”, I), pp. 241-263.

In a letter written by Arthur Edwards on April 1566, among other useful information, he strongly advises the Company on the employment of at least one servant knowing the “Portingall tongue” on future missions to Persia¹⁶, although he doesn’t really explain why this language in particular. But it was surely connected to a possible journey to Ormuz that he later regretted not having been able to perform. In the Company’s fourth expedition to Persia in 1568, Laurence Chapman complains about the quality of the spices bought in Tabrīz reporting the “hot newes, that Ormuz way was shut up by occasion that the Indians do warre against them, which is true in deed”.¹⁷ He would like to visit Ormuz as soon as the blockade is risen in order to compare the prices of spices. In the next mission, Geoffrey Duckett outlines the important role of the island of Ormuz in the Portuguese maritime network, placing it as the main outlet for the export of spices in Persia. He also mentions that pepper comes in very small quantities and therefore the prices tend to be high.¹⁸

The Muscovy Company believed that trade through Russia would become more important than the Cape route because the former could be achieved every year while the latter needed one or two years time. Furthermore, the northern inland route was considered safer than the overseas trip.¹⁹ Of course, History proved otherwise. In fact, the success of British establishment in Persia depended of the šāh’s authorisation and of the political circumstances of the time, such as the Safavid-Ottoman war, which regularly blockaded the Levant caravans. But it also relied heavily on the Tsar’s good will on letting these Westerners use his territory as a corridor for their commercial activities in Persia. And it seems that by the end of the sixteenth century all these conditions played against the English.²⁰ But by that time other options were being developed by the Elizabethan merchants.

The Levant Company was very similar to its northern forerunner, not only regarding structure and organization but also concerning objectives and ulti-

¹⁶ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. III, p. 294; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 389.

¹⁷ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, p. 40; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 409.

¹⁸ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, p. 58; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 435. In the seventeenth century, due to the affluence of other merchants to the area (Dutch, English, Indian), pepper prices were very unstable and the quantities arriving in Persia were sometimes so costly that the market couldn’t absorb them completely (Willem Floor, *The Economy of Safavid Persia*, Wiesbaden, Reichert Verlag, 2000, pp. 136-139).

¹⁹ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, p. 47; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 419.

²⁰ The climate of constant war in the northwestern Persian border has often been suggested to be the main reason for this state of affairs. But according to Inna Lubimenko, the English never completely deserted the Caspian Sea route. It was the Russian ruler Boris Godunov (r. 1598-1605) that rapidly understood the importance of direct relations with Persia and no longer authorized

mate intentions. They were both heading to acquire alternative trade routes for importing spices and other oriental goods, and simultaneously looking for new markets for the English traditional export staple, woollen clothes.²¹ This meant that it was essential for the Company's purposes to get the easiest and most direct access to "spicery", which implied the presence of agents not only in the biggest towns of the Syrian coast but also in the Eastern regions of the Ottoman empire, and eventually beyond.

The records concerning John Newbery's and Ralph Fitch's experience are most rewarding.²² These two Englishmen were part of a wider group working for the Levant Company and engaged in an overland mission to establish commer-

British merchants to travel to Safavid lands through his territories. In the beginning of the seventeenth century the English traders in Russia were still asking permission to pass into Persia but their requests were repeatedly denied (I. Lubimenko, *Les relations commerciales et politiques de l'Angleterre avec la Russie...*, p. 126).

²¹ In fact other reasons played a decisive role in the Levant Company's creation. There was the absence of Venetian trading vessels in Channel waters, and the subsequent British market's need for spices. So it is not surprising to find English ships heading to the Aegean islands during the first half of the sixteenth century and even establishing trade posts there. Despite several obstacles (namely Mediterranean piracy), this mercantile endeavour was still considered highly profitable, much more than simply relying upon the Venetian commercial agents whose fleet was known as "Flanders galleys". Furthermore, during the 1560's the Dutch revolt blocked considerably British access to Antwerp and its emporium, and so they had to turn themselves to the eastern Mediterranean in order to procure the oriental products they needed. Naturally, the presence of English merchants in the Levant depended on the establishment of diplomatic relations with the Ottoman Porte, since all the principal eastern ports were under its domination. So what originally had been a mere commercial issue became an international politics' affair. In 1578, William Harborne was sent to Istanbul to convince Murād III to agree on opening the Turkish dominions to the Elizabethan mercantile enterprise on the same bases than the other European nations established in Ottoman land. To cut a long story short, this patent of privileges was the fruit of hardsome negotiations due to the French and Venetian representatives' influence over the ruler, and it was only in 1583 that Harborne – in the meanwhile appointed English ambassador in Istanbul – managed to guarantee a definite treaty authorizing a British trading presence in the Levant (M. Epstein, *The Early History of the Levant Company*, London, Routledge, 1908; Alfred C. Wood, *A History of the Levant Company*, Oxford, Oxford University Press, 1935; T. S. Willan, "Some Aspects of English Trade with the Levant in the Sixteenth Century" in *English Historical Review* LXX (1955), pp. 399-410; K. R. Andrews, *Trade, Plunder and Settlement...*, p. 93. For more information concerning anglo-turkish relations, vide S. A. Skilliter, *William Harborne and the Trade with Turkey 1578-1582. A documentary study of the first Anglo-Ottoman relations*, Oxford, Oxford University Press, 1977).

²² See Ram Chandra Prasad, *Early English Travellers in India. A Study in the Travel Literature of the Elizabethan and Jacobean Periods with Particular Reference to India*. Second ed, Delhi, Motilal Banarsidass, 1980; Sir William Foster (ed.), *Early Travels in India, 1583-1619*, London, Humphrey Milford, 1921; J. Courtenay Locke (ed.), *The First Englishmen in India. Letters and narratives of sundry Elizabethans written by themselves [...]*, London, Routledge, 1930; J. Horton Ryley, *Ralph Fitch. England's Pioneer to India and Burma. His Companions and Contemporaries. With His Remarkable Narrative Told in His Own Words*, London, T. Fisher Unwin, 1899; Michael Edwardes, *Ralph Fitch, Elizabethan in the Indies*, London, Faber & Faber, 1972.

cial contacts all the way through Iraq, Persia and India. They left from Aleppo in the end of May 1583 and by August they had reached Basra. Their initial plan was to move directly to Būshīhr in the Persian coast and then crossing the Iranian mainland *en route* to India. But here we learn from Newbery himself that he had to change his course due to the fact that he needed the services of an interpreter. In his own words:

"[...] my going to Ormus is more of necessitie, then for any good will I have to the place: for I want a man to goe with me that hath the Indian tongue, the which is the onely cause of my going thither for to take one there: I was minded to have gone from Balsara by Sea, to a place called Abowsher, and from thence by Land into the Indies; but the Want of one to speake for mee forceth me to leave that way".²³

Newbery knew fairly well Ormuz for having spent several weeks there some time before; but unfortunately we ignore almost everything about that first experience, besides the fact that he crossed Persia on his way back to Europe. Nonetheless, his words show he felt no pleasure in returning there. In fact, a few days after arriving in the Portuguese-controlled island the English group – which included William Leedes, jeweller, and James (or John) Storie, painter – was put to jail. According to Newbery's and Fitch's words, the captain of the fortress charged them with being spies working for D. António do Crato's cause, Philip II's Portuguese contender.²⁴ Newbery also refers to Francis Drake's navigation to the Moluccas in 1579 and his attempt to engage combat with a Portuguese ship, with the effect these news had in Portugal.²⁵ But he blames mostly Michiel Stropeni,

²³ S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, vol. IX, p. 493; J. Locke (ed.), *The First Englishmen in India...*, p. 50. Cf. his letter written in Bagdad on the 20th of July 1583 (R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. X, p. 14; J. Locke, *The First Englishmen in India...*, p. 53).

²⁴ For more information concerning Philip's accession to the Portuguese throne and struggle against D. António, see Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa, Cosmos, 2000; Geoffrey Parker, "David or Goliath? Philip II and His World in the 1580s" in *Empire War and Faith in Early Modern Europe*, London, Penguin, 2003, pp. 16-38.

²⁵ Cf. Julian S. Corbett, *Drake and the Tudor Navy. With a History of the Rise of England as a Maritime Power*; London, Longmans, Green and Co., 1899, vol. I, p. 297. Without being altogether sure about the ship's identity we can definitely say it was an Iberian vessel. For more details see John Cummins, *Francis Drake. The Lives of a Hero*, New York, St Martin's Press, 1997, p. 120, and Harry Kelsey, *Sir Francis Drake. The Queen's Pirate*, New Haven, Yale University Press, 2000, p. 196. In fact the two appointed explanations are correlated: Francis Drake supported D. António's claim to the Portuguese throne, and jointly with the Elizabethan "war party" – mainly Leicester and Walsingham – urged the Queen to venture on an armed expedition against the Azores islands in 1581. Elizabeth clearly hesitated to enforce hostilities with Spain, but in 1589 she decided to allow the project and preparations to attack Lisbon were made. Eventually things didn't work out according to plan and the Portugal expedition was an utter failure. See Gordon K. McBride,

one important character of the Venetian merchant colony of Ormuz, a man whose influence with the Portuguese must have been significant.²⁶ Stropeni is said to have delivered the English travellers to the local authorities for fear of British influence in the overland trade between Syria and the Persian Gulf.

Newbery and Fitch were probably right. As we have already said, at that time the main adversary to the English penetration in the Middle East was the Venetian trade network, a system that Laurence Chapman, a Russia Company's agent in the fourth expedition to Persia, had already qualified as almost impossible to break.²⁷ In their letters we don't really perceive any strong objection against the Portuguese. Furthermore, during their confinement Newbery and Fitch seem to have been well taken care of. The Englishmen were eventually handed over to the Viceroy's justice in Goa, and before Christmas they were released from prison thanks to the intervention of two foreign Catholic priests, one of them being Thomas Stephens, an English Jesuit who had settled there in 1579.²⁸ Later on, still feeling under threat, the two travellers and their companion Leedes²⁹ broke the interdiction of leaving Goa, escaped to the Indian mainland and eventually joined the Mughal Emperor's court.

Besides Newbery's letters and Fitch's account, published in Hakluyt's *Principal Navigations* and in Purchas's *Hakluytus Posthumus*, we have another source concerning this affair. Linschoten's *Itinerario* reports the misadventures of the English party with some noteworthy differences, such as saying the captain of Ormuz was a friend of Newbery's. But according to the Dutch author, the Englishmen not only were arrested as spies but also for being heretics and enemies of the Catholic church, an accusation nowhere to be found in Newbery's

"Elizabethan Foreign Policy in Microcosm: The Portuguese Pretender, 1580-89" in *Albion* 5-3 (1973), pp. 193-210; R. B. Wernham, "Queen Elizabeth and the Portugal Expedition of 1589" in *English Historical Review* 66 (1951), pp. 1-26 and 194-218; Paul E. J. Hammer, *Elizabeth's Wars. War, Government and Society in Tudor England, 1544-1604*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2003, pp. 111, 155-161.

²⁶ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. X, p. 15-17; J. Locke (ed.), *The First Englishmen in India...*, pp. 84. Cf. Ugo Tucci, "Mercanti veneziani in India alla fine del secolo XVI" in *Studi in Onore di Armando Sapori*, Milan, Istituto Editoriale Cisalpino, imp. 1957, vol. II, pp. 1091-1111.

²⁷ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, p. 41; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, pp. 410-411.

²⁸ He died in Goa in 1619. He was the first European to write a grammar of the Konkani language, published posthumously in 1640 under the title *Arte da lingoa canarim*. Cf. Georg Schurhammer, "Thomas Stephens (1549-1619)", *Orientalia*, Rome & Lisbon, Istitutum Historicum Societatis Iesu & Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963 ("Gesammelte Studien", II), pp. 367-376; R. C. Prasad, *Early English Travellers in India*, pp. 1-22; John Correia-Afonso, *The Jesuits in India 1542-1773*, Anand, Gujarat Sahitya Prakash, 1997, pp. 149-151.

²⁹ Storie chose to join the Jesuits in Goa.

statements. He also outlines the role of the Jesuits' cupidity and psychological pressure during their stay in Goa.³⁰

We also possess four letters from Philip II to the Viceroy in Goa, from 1585 to 1591, concerning the Newbery's and Fitch's imprisonment that help to understand the extent of the affair.³¹ There are at least two observations to be made about this correspondence. First, the Iberian monarch repeatedly asked for informations about the reason why the Englishmen travelled to Ormuz. The suspicion of them carrying correspondence from D. António turned out to be false – as no letters proving this were found –, and it was clear that they showed up as merchants; but the king still demanded to be fully informed of their intentions. On the other hand, through Philip II's correspondence we learn the death of the three Englishmen that had escaped, and the destiny of the fourth one that decided to stay in Goa and worked there as a painter. In fact, the Portuguese were misinformed: Newbery had died somewhere in the Punjab on his overland trip back to Europe, and we don't know anything about Leedes after his arrival at the Mughal court. But Ralph Fitch did return to England in 1591 after a very long journey that took him to the distant lands of Southeast Asia.

We can also find other examples of British travellers caught by the Portuguese authorities of the *Estado da Índia*. One of them concerns a certain Joseph Salbancke, an adventurer who travelled in the beginning of the seventeenth century from Agra to Işfahān and henceforth to Baġdād and Başra, where he took place on a boat heading to the Omani coast. His story presents many similarities with Newbery's affair. At Şuḥār, some Portuguese people warned the governor against him, saying he was a spy and causing him to be sent in chains to Masqaṭ. There, in the small Portuguese community lived Father Drurie, another English Jesuit, which helped the unfortunate traveller, and saved him from everlasting incarceration in the fortress. He was then conveyed to Ormuz and ultimately to Goa, where his narrative suddenly stops right after the town's description.³²

³⁰ *The Voyage of John Huyghen Van Linschoten to the East Indies*, Arthur Coke Burnell & P. A. Tiele (eds.), London, Hakluyt Society, 1935, vol. II, pp. 159-164.

³¹ The first was written on the 25th of February 1585 (British Library, London, *Add. MS.* 20 861, n.º 5, § 64, fl. 66, translated to English in *The Travels of Pedro Teixeira; with his "Kings of Harmuz", and extracts from his "Kings of Persia"*. Trans. & notes William F. Sinclair; Introd. & notes Donald Ferguson, London, Hakluyt Society, 1902, p. xxviii), the second on the 13th of February 1587, the third on the 2nd of February 1589, and the fourth on the 2nd of January 1591. These three last documents were all published in J. H. da Cunha Rivara (ed.), *Arquivo Portuguez-Oriental*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877, Fasc. 3, pp. 95, 175, and 277 respectively, and translated in *The Travels of Pedro Teixeira*, pp. xxviii-xxx.

³² S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, III, pp. 82-89. This account's resemblance to Newbery's and Fitch's experience rouses some suspicion. We know very little of the Portuguese settlement on the coast of Oman, so we can hardly assert the veracity of this story with proper documentation. But the presence of an English Jesuit in the narrative is very intriguing. We don't have any evidence of British catholic priests in the Persian Gulf area and we cannot possibly iden-

Another interesting case is the one of Humphrey Greensell, an English renegado who is reported by a Russia Company's agent to having been on Šāh Ṭahmāsp's services, and "afterwards being at Ormus in the East Indies, was there cruelly burnt in the Inquisition by the Portingals".³³ Needless to say, we have considerable doubts about the authenticity of these two episodes.

The most evident case of anti-Portuguese wilful news intoxication is Anthony Sherley's travel account.³⁴ His biased narrative could most probably be derived from his own life experience. But since his book was published more than a decade after the events it describes (1613),³⁵ we may naturally ask ourselves if the final printed version is not the result of some abusive editing activity.

Anthony Sherley was an English adventurer who after some military experience in Europe and in the West Indies under the patronage of Robert Devereux, the Earl of Essex, decided to embark upon a trip to Persia and to present himself to Šāh 'Abbās as the head of a diplomatic mission. Travelling with his brother Robert and a group of several of his countrymen, he mentions a certain Hugo de Potso, a Portuguese factor on his way to Ormuz, whose instigation in Zante (Zachyntos) prevented him from continuing the sea crossing on the ship that was taking his party from Venice to Syria. In Cyprus the same Portuguese is said to have tried a second time to bar the way to the English by accusing Sherley of being a pirate to the local governor. Anthony Sherley further speaks of the eminent danger he would be in if the Portuguese merchant would have managed to arrive in Aleppo, but the plotter perished before accomplishing his project.³⁶ The truth is that no other source reports this devilish Portuguese man with such a doubtful name. The other contemporary accounts³⁷ don't get into so many

tify Father Drurie. But we might nevertheless ask ourselves if this character is not pure invention. There was indeed a Jesuit father called Robert Drury contemporary of the described events, but he never went to the East and lived mainly in England until his sudden death in 1623 when the ceiling of the French consul's house in London fell during a Mass (Henry Foley, *Records of the English Province of the Society of Jesus*, London, Burns & Oates, 1877, vol. I, pp. 76-98).

³³ R. Hakluyt, *The Principal Navigations...*, vol. IV, p. 52; *Early voyages and travels to Russia and Persia...*, vol. II, p. 428.

³⁴ Samuel C. Chew, *The Crescent and the Rose. Islam and England during the Renaissance*, New York, Oxford University Press, 1937, pp. 239-297; D. W. Davies, *Elizabethans Errant. The Strange Fortunes of Sir Thomas Sherley and His Three Sons*, Ythaca, N.Y., Cornell University Press, 1967; Boies Penrose, *The Sherleian Odyssey. Being a Record of the Travels and Adventures of Three Famous Brothers During the Reigns of Elizabeth, James I, and Charles I*, Taunton, Barnicotts Limited, the Wessex Press, 1938; E. Denison Ross, *Sir Anthony Sherley and His Persian Adventure*, London, Routledge, 1933; Evelyn Philip Shirley, *The Sherley Brothers. An Historical Memoir of the Lives of Sir Thomas Shirley, Sir Anthony Sherley, and Sir Robert Sherley Knights*, London, Roxburghe Club, 1848.

³⁵ *Sir Anthony Sherley, His Relation of His Travels into Persia [...]*, London, Nathaniell Butter and Ioseph Bagset, 1613.

³⁶ *Sir Anthony Sherley, His Relation of His Travels into Persia...*, pp. 5-8, 18.

³⁷ Cf. E. Ross, *Sir Anthony Sherley and His Persian Adventure...*

particulars. One only – William Parry's – points out the difficulties which an Italian party on board the ship created for Sherley, without many more details, and certainly not identifying any person in particular.³⁸ Without having entire certainty on this, we firmly believe that originally the obstacle to Sherley's trip might have been that Italian group heading to the Syrian coast. Later, the character of a Portuguese factor was eventually introduced into the text so that the public of the 1613 edition could clearly identify the enemy of the British in the Indian Ocean with the evil character in Sherley's adventure.³⁹ Besides, we know that when the Sherley brothers and their party arrived in Persia they presented themselves as friends of the Spanish king, something that apparently had a certain positive impact on the šāh.⁴⁰ Now this is something that Sherley's account doesn't mention. Thus we are led to believe that this so-called Hugo de Potso didn't really exist, no more than a Florentine merchant called Victorio Speciero, who is supposed to have saved Sherley from being arrested by the Turkish authorities near Bağdād,⁴¹ and whose existence is not acknowledged by any other Sherleian author.

In fact things had considerably changed in the beginning of the seventeenth century, and a great deal of this change was due to the foundation of the British East India Company in 1600. Kirti Chaudhuri pointed out four main reasons for the creation of this new overseas enterprise: the everlasting quest for the oriental spice market; the development of British maritime capacities; the threat of Dutch commercial activities in the East; and the need to export English woollen

³⁸ E. Ross, *Sir Anthony Sherley and His Persian Adventure*, pp. 102 ff.

³⁹ There is only one surviving manuscript version of Sherley's account in the Bodleian Library, Oxford, *Ashmole MS.*, n.º 829. Unfortunately we were not able to consult it in time for the writing of this article, but we know from Denison Ross that it presents some differences with the 1613 printed edition (cf. E. Ross, *Sir Anthony Sherley and His Persian Adventure...*, p. xix). We cannot therefore be absolutely sure about any possible interference connected to this affair in particular after its final redaction by Sherley. But we think it very unlikely to be a feature introduced by Anthony Sherley himself; after all, he knew fairly well the Portuguese to come out with such an unlikely name, "de Potso".

⁴⁰ For more details, see Vasco Resende, "«Un homme d'inventions et inconstant»: les fidélités politiques d'Anthony Sherley, entre l'ambassade safavide et la diplomatie européenne", in Dejanirah Couto & Rui Manuel Loureiro (eds.), *Revisiting Hormuz. Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiesbaden, Harrassowitz/Calouste Gulbenkian Foundation, 2008, pp. 235-260. This is what Viceroy D. Francisco da Gama writes in a letter to the Iberian King on the 24th of December 1599 (publ. *ibidem*, pp. 259-260). For Philip III's answer, see British Library, *Add. MS.*, n.º 59, § 11, fl. 141v-142v. This way of dealing with oriental rulers that were somehow acquainted with the Iberian powers resembles another British case. When in 1579 Francis Drake arrived in the island of Ternate in the Mollucas, he says to the local sultan that the English king – he probably didn't think wise to point out the fact that his country was ruled by a woman – was brother to the Spanish sovereign, a fact that seems to have impressed his interlocutor in a positive way (H. Kelsey, *Sir Francis Drake...*, p. 198).

⁴¹ *Sir Anthony Sherley, His Relation of His Travels into Persia...*, pp. 22-25.

cloth.⁴² Now, we already saw how the Venetian influence throughout the Middle East was considered the real danger for English interests, not the Portuguese settlements. John Mildenhall (or Midnall), another English traveller who crossed Persia, twice issued complaints about two Italian merchants in Agra, whom he suspected would do him some harm in Baġdād or somewhere else along the way, “they alwayes being enemies to our Nation”.⁴³ Besides, the British agents were no longer interested in establishing trade with the Portuguese *emporium* of the Persian Gulf and even avoided them. After the first attempts at securing a solid base of operations in the Indonesian islands, the arrival of the East India Company in Gujarat was the outcome of a carefully observed inter-regional Asian practice. The English rapidly understood that the best way to guarantee a sure acquisition of spices was to offer the product that the Indonesian market most looked for – the Gujarati tissues and clothing. That being so, they only had to venture a settlement in the bay of Cambay, at the time already under the Great Mughal’s control. But ever since the arrival of the Company’s ships in Surat (1613), the Portuguese agents in Gujarat and in the Mughal court rapidly understood the delicate situation they were being drawn into. So they resorted to slandering the newcomers, who were thus accused of being pirates and unreliable allies. This dispute only strengthened the armed conflict that was already taking place in the waters of the Indian Ocean.⁴⁴

⁴² K. N. Chaudhuri, *The English East India Company. The Study of an Early Joint-Stock Company, 1600-1640*, London, Frank Cass, 1965, p. 10. For more details, see Brian Gardner, *The East India Company. A History*, New York, Dorset Press, 1971; John Keay, *The Honourable Company. A History of the English East India Company*, London, Harper Collins, 1993; Philip Lawson, *The East India Company. A History, 1600-1857*, London, Longman, 1993; Niels Steensgaard, *Carracks, Caravans and Companies: The structural crisis in the European-Asian trade in the early 17th century*, Copenhagen, Studentlitteratur, 1973 («Scandinavian Institute of Asian Studies Monograph Series», 17).

⁴³ S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, vol. II, p. 304. John Mildenhall left Aleppo on the 7th of July 1600 in the company of John Cartwright, and after crossing the Persian border through the Armenian territories, they continued together until Kāšān. Here they parted their ways and Cartwright, after travelling to Işfahān, decided to return to Aleppo. He then left the Safavid capital “accompanied with one Signior Belchior Dios d’Croce, an Armenian Portugall, or Portugall Armenian, and one Christophero a Greeke, who were sent with Letters from the Governour of Goa, to the king of Spaine, but lost afterwords their lives and Letters by shipwracke in the Venetian Gulfe” (John Cartwright, *The Preachers Trauels. Wherein is set downe a true iournall to the confines of the East Indies, through the great countreyes of Syria, Mesopotamia, Armenia, Media, Hircania and Parthia [...]*. London, T. Thorppe, 1611; S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, vol. VIII, pp. 516-7).

⁴⁴ For more details, see G. V. Scammell, “England, Portugal and the *Estado da Índia*, c. 1500-1635” in *Modern Asian Studies* 16 (1982), pp. 177-192 (rep. Idem, *Seafaring, Sailors and Trade, 1450-1750. Studies in British and European Maritime and Imperial History*. Aldershot, Ashgate – Variorum, 2003. This article was also published in Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro (eds.), *II Seminário de História Indo-Portuguesa: Actas*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, pp. 443-458).

The following stage was Persian trade, and particularly silk.⁴⁵ The English merchants being confronted with a circumstantial surplus of woollen cloth decided to test the Safavid market, where travellers on their way to the Mughal court had reported exceptional commercial advantages. Richard Steele had recently crossed Safavid country in pursuit of Mildenhall – who had run away with some goods and money belonging to Levant Company’s merchants⁴⁶ – and arriving in Surat told the East India Company agents that the Persian people needed winter clothing badly, for the inland winter was very severe. And he also stated that raw silk was there 50% cheaper than in Aleppo.⁴⁷ That information perfectly suited the English agents in Surat who already knew of a port that could serve as an outlet in the Persian coast, far enough from Ormuz and from eventual Portuguese intervention – Ğāsk. “So that hereafter, if we find ourselves to be overlaid with cloth, then have we no remedy but to go thither, the king of Persia being one that much favoureth our nation, by the report of all that come therehence, and is of late fallen out with the Portingals, insomuch we shall never have a better occasion than now”.⁴⁸

We must now direct our attentions to Robert Sherley, Anthony’s brother who had stayed on the service of Šāh ‘Abbās, and had been sent in 1608 in an embassy to Spain to renew the military projects against the Turk and attempt to settle a direct market for his raw silk production. After an unsuccessful European tour – that eventually took him to England, which much angered the Iberian authorities –, Robert Sherley returned to the East in 1613, and on his way to the Safavid court he landed in Şind, more precisely in the port known as Diul-Sinde or Lahribandar. It was there that the Englishman survived a murder attempt on his life orchestrated by both the local governor and a group of Portuguese that had been sent from Ormuz to stop Sherley from continuing his journey.⁴⁹ After

⁴⁵ For more details about Persian silk and its commerce, see mainly Rudolph Matthee, *The Politics of Trade in Safavid Iran. Silk for Silver, 1600-1730*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999. For the Luso-Spanish side, see Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia. Contributo ao estudo da história da administração e do comércio do Ultramar Português nos inícios do século XVII*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952.

⁴⁶ Mildenhall died in Ğmīr in June 1614. Cf. W. Foster (ed.), *Early Travels in India...*, p. 51.

⁴⁷ William Foster (ed.), *Letters received by the East India Company, from its servants in the East, transcribed from the “original correspondence” series of the India Office records*, London, Sampson Low, Marston & Company, 1896-1902, vol. II, pp. 98, 153, 170.

⁴⁸ W. Foster (ed.), *Letters received by the East India Company...*, vol. II, p. 99.

⁴⁹ W. Foster (ed.), *Letters received by the East India Company...*, vol. II, pp. 106-107; S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, vol. IV, pp. 296-297; D. W. Davies, *Elizabethans Errant...*, pp. 246-247. The Portuguese sources present a different version and don’t mention any attack on Sherley; but the orders to stop him from reaching Persia are clearly stated. In fact, Sherley was suspected of having achieved a trade agreement between Šāh ‘Abbās and the English Crown, which would inevitably mean the arrival of competitors in the Persian Gulf. See António Bocarro,

the surprise attack he ended up leaving the country and going to Āġmīr, where the Mughal court was at the time. There, he menaces the East India Company agents that if they don't accept the silk trade that 'Abbās proposed, he would divert the same proposal to the Dutch merchants who eagerly wanted it.⁵⁰

The time had come for the British merchants to profit from the situation, and the first Company expedition to Persia, led by Steele himself with another factor named Crowther, left for Persia in March 1615. When reaching Işfahān they encountered Robert Sherley, just before he departed for his second Safavid embassy to Spain, who helped them to procure the šāh's farmāns allowing British merchants to trade in Persia.⁵¹ Notwithstanding some opposition to the development of the Persian silk business by Sir Thomas Roe, ambassador to the Mughal court, the East India Company encouraged the continuation of commercial missions to Safavid lands. And in November 1616, Edward Connock was entrusted with a large amount of English broadcloth highly unsuited for the Indian market but that had chances of being sold in Persia. He was likewise supposed to meet the Safavid ruler and request a grant for regular trade. In his instructions we perceive once again the fear of open conflict with the Portuguese, and he is advised to unload and take their goods to the "next good town of defence where they may remain secure from robbers and Portingalls, who in their frigates coasting along those parts may haply attempt the surprising of a small maritime village".⁵² Later on, when he finally reaches Šāh 'Abbās's camp near the Ottoman border, Connock discovers that a Portuguese Augustine friar, Belchior dos Santos,⁵³ attempted to defame the Company's mission stating it had not been sent by the British king but by merchants, and that Connock himself had forged the royal letter addressed to 'Abbās. Eventually these accusations didn't attain their purpose, and the Safavid ruler granted the English agent freedom of commerce and the use of the port of Ġāsk, much to the displeasure of the Augustine

Década 13 da História da Índia, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1876, vol. I, pp. 201-202; Charles R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635" in Edgar Prestage (ed.), *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Voss & Michael, 1938, pp. 46-129 especially p. 54 (rep. in C. R. Boxer, *Conquest and Commerce in South Asia, 1500-1750*, Aldershot, Variorum, 1990); F. M. Luz, *O Conselho da Índia...*, p. 334.

⁵⁰ W. Foster (ed.), *Letters received by the East India Company...*, vol. II, p. 99. See Willem Floor, "The Dutch and the Persian Silk Trade", in Charles Melville (ed.), *Safavid Persia. The History and Politics of an Islamic Society*. London: Tauris, 1996, pp. 323-368.

⁵¹ S. Purchas, *Hakluytus Posthumus...*, vol. IV, p. 277.

⁵² W. Foster (ed.), *Letters received by the East India Company...*, vol. IV, p. 221.

⁵³ For more informations about this character, see Roberto Gulbenkian, *L'ambassade en Perse de Luís Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l'Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho 1604-1605*, Lisbonne, Fondation Calouste Gulbenkian, Comité National Portugais pour la Célébration du 2500^e Anniversaire de la Fondation de la Monarchie en Iran, 1972.

friar who predicted the downfall of Ormuz if this policy was to be adopted. But his protests were in vain.⁵⁴

At this particular moment the Luso-Safavid relations had come to a standstill. After an initial diplomatic overflow, the Persian ruler started to express doubts about the advantages of keeping a close allegiance with the Iberian empire. He repeatedly received diplomatic missions coming from the Iberian Peninsula, the *Estado da Índia* and Rome without any sort of political coordination. The century-old anti-Ottoman military proposal was not getting anywhere and lately the ambassadors and diplomatic envoys were all infatuated with the perspective of the šāh's possible conversion to Christianity. Moreover the Safavid emperor was eagerly waiting for an opportunity to develop trading activities around his chosen national staple production – raw and wrought silk – and the Portuguese didn't seem too receptive. As we have seen, he twice decided to employ Robert Sherley in diplomatic missions to Spain and Portugal in order to propose an arrangement, but the outcome was highly compromised. It must be said that Šāh 'Abbās aspired to recover the Ormuzi crown and had already started to conquer some of its territories while still remaining open to Iberian diplomatic initiatives. The timely arrival of the English trading parties served the Safavid ruler's interests. He would at last be able to make some profit out of silk and at the same time create some new political ties with a European competitor of the Portuguese in the Indian Ocean. And the English East India Company's naval victories against the *Estado da Índia's* fleets arose the šāh's most secret desire: to conquer back Ormuz and defeat the Portuguese forces. Since the Safavid navy was practically inexistent⁵⁵ – as all the European travellers of that period point out – the use of a very effective naval force would allow the Persian army to lay siege to the small island. Ormuz was finally conquered in 1622.

According to the British records, this was a political project that didn't quite receive their immediate support. After all, in spite of the maritime battling in the Indian Ocean, the official English policy, whom the East India Company answered to, was to strike back against the Portuguese forces solely after being directly threatened – a legitimate defence strategy that wouldn't justify the efforts of a full-scale siege. But 'Abbās menaced the English with withdrawing the trading privileges and they finally gave way. After all, they wouldn't be able to continue their trading activities in the land and all their investment would be lost. On the other hand, Iskandar Beg Munšī, a Safavid chronicler, says the

⁵⁴ W. Foster (ed.), *Letters received by the East India Company...*, vol. VI, pp. 32-34; Noel Sainsbury (ed.), *Calendar of State Papers, Colonial Series, East Indies, China and Japan, 1617-1621*, London, Longman and Co., 1870, pp. 45-46.

⁵⁵ Willem Floor, *Safavid Government Institutions*, Costa Mesa, California, Mazda Publishers, 2001, p. 199.

British offered themselves for the job and that the armed expedition was in fact their own idea.⁵⁶

Did the Portuguese see this threat coming? That question is difficult to answer. As we have already seen, the Newbery and Fitch affair is essentially circumstantial; the *Estado da Índia*'s authorities feared political uproar after Philip II's accession to the throne, and some contradictory rumours circulated through the Persian Gulf at that time. But instead of diminishing, this climate of suspicion developed into a more open hostility, and by the time of the Sherley brothers' arrival in Persia the Portuguese viceroy was already frankly opposed to any English presence in the East. And what happened to Robert Sherley in Şind shows that the captain of Ormuz was prepared to erase any threat to the Portuguese monopoly in the Indian Ocean and in the area of the Persian Gulf in particular. Even if the naval defeats that they endured from the East India Company's fleets meant times were changing fast, the most determinant factor against the survival of the Portuguese settlements in the Strait of Ormuz was the breakdown of diplomatic negotiations with Şāh 'Abbās. In fact, after the utter failure of García de Silva y Figueroa's embassy in 1619,⁵⁷ the Safavid emperor definitely changed his strategy concerning the Iberian crown and the *Estado da Índia*. This led to the military intervention of the British in the affair and accelerated the conquering plans that the Safavid emperor had already devised.

This paper was a short presentation of a crucial literary ensemble that deserves to be studied from a new and more ample perspective, a perspective that aims to discover the real issues behind the formal evidence of the writing process. We only mentioned some aspects chosen as examples for their obvious relevance, but there is much more to be said about these accounts. And after the classical works of Sir William Foster some of these texts – especially the ones regarding the Russia and Levant Companies – have been more or less vowed by modern historiography to oblivion, though their interpretation is crucial for a reevaluation of the history of European expansion in the western Indian Ocean in early modern times.

⁵⁶ Eskandar Beg Monshi, *History of Shah 'Abbas the Great (Tārīk-e 'Ālamārā-ye 'Abbāsī)*. Trans. Roger Savory, Boulder, Colorado, Westview Press, 1978, vol. II, p. 1202.

⁵⁷ See *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España Don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, Madrid, Sociedad de bibliófilos españoles, 1903; Carlos Alonso, *Don García de Silva y Figueroa. Embajador en Persia (1612-1624)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz, 1993; Luís Gil (ed.), *García de Silva y Figueroa. Epistolário diplomático*, Cáceres, Instituto "el Brocense", 1989.

A PAISAGEM URBANA DE NOVA GOA, ENTRE A “VELHA CIDADE” E OS TEMPOS MODERNOS

ALICE SANTIAGO FARIA *

A Construção da Nova Capital [1843-1882]

Em 1843 quando Nova Goa foi criada e elevada a capital, compreendia “(...) todo o litoral da margem esquerda do rio Mandovi desde a foz do mesmo Rio até à ponta de Dangim (...)”.¹ A cidade era constituída por três bairros: Pangim, Ribandar e Goa. A nova e a velha cidade tornavam-se numa só, demonstrando desde logo, a influência que a última iria exercer na nova capital (Desenho 1). No entanto, o desenvolvimento urbano do primeiro bairro, onde se centraram as grandes obras de infra-estruturação feitas na sua maioria até 1882,² fez com que este se confundisse muitas vezes com a própria capital. Era chamado indiscriminadamente de Nova Goa ou Pangim, demonstrando que a cidade mais alargada, só existia no papel e num sonho que teimava em persistir.

Na realidade desde há muito que diversas partes da administração pública se tinham mudado para Pangim, instalando-se a maioria em edifícios particulares preexistentes.³ Ao longo do século XIX, esses edifícios, foram sendo reconver-

* Université Paris I.

¹ *Boletim do Governo do Estado da Índia*, n.º 41, 22 de Março 1843.

² Embora desde 1738 se pensasse fazer em Pangim uma cidade, o único plano que se conhece até 1843 é o de 1776. As obras tiveram dois principais impulsionadores D. Manuel de Portugal e Castro (1826-1835) e Caetano de Almeida e Albuquerque (1878-82).

Sobre esta questão: Alice Santiago Faria, “Pangim entre o passado e a modernidade: a construção da cidade de Nova Goa, 1776-1921” in *Murphy 2*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007, pp. 66-97.

³ Cotinneau de Kloguen, *An Historical Sketch of Goa* (facsimile da edição de Madras de 1831), New Delhi, Asian Educational Services, 2005, p. 96.

tidos ou substituídos por outros com melhores condições. Neste processo, materiais vindos de Velha Goa foram aproveitados, à semelhança do que se tinha feito anteriormente aquando da tentativa de mudança da capital para Mormugão.⁴

Apesar da sua exacta utilização ter sido pouco documentada, são conhecidos alguns exemplos. No Quartel de Artilharia (1832) foram utilizadas pedras do Colégio Novo de S. Paulo também designado de S. Roque, e do Colégio de S. Paulo;⁵ por entre o material usado deveriam estar as pedras, que ainda hoje se podem observar, nas entradas do lado nascente e norte. No Monumento a Afonso de Albuquerque (1843) a utilização de colunas de granito e traves de ferro do convento de S. Domingos,⁶ e na Câmara Municipal (1858) existem testemunhos da utilização de pedras do antigo Senado e do Convento da Madre de Deus de Daugim.⁷

Sabe-se porém que a destruição passou a ser sistemática, com a pedra dos edifícios públicos a ser vendida aos particulares pelo Estado. Segundo Lopes Mendes do total de 43 edifícios existentes em 1863, só 10 ainda existiam 20 anos depois.⁸

Para além destas construções foram diversos os edifícios públicos construídos ou totalmente reconvertidos neste período: a alfândega (1826, 1841);⁹

⁴ Em 1684, o Vice-Rei, decidiu abandonar a cidade de Goa e fazer a primeira tentativa de mudar a capital para Mormugão, cujas boas condições de salubridade eram por todos reconhecidas. Essas tentativas foram-se sucedendo entre 1685 e 1760. Sobre a ascensão e o declínio da Cidade de Goa e as tentativas de mudança da capital para Mormugão existe inúmera bibliografia entre as quais: C. Kloguen, *An Historical Sketch of Goa*; A. Germano Correia, *La Vieille Goa. Bastorá, Imprimeria Rangel*, 1931; José Nicolau da Fonseca, *An historical and archaeological sketch of the City of Goa* (facsimile da edição de Bombaim de 1878), New Delhi, Asian Educational Services, 2001; Padre Gabriel de Saldanha, *História de Goa: Política e Arqueológica*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1925; J. Cunha Rivara, “Tentativa de mudança da cidade de Goa para Mormugão” in *O Cronista do Tissuary*, Maio 1866, pp. 122-130; Junho 1866, pp. 145-155; Julho 1866, pp. 225-237; Outubro 1866, pp. 253-259; Dez. 1866, pp. 311-315; Jan. 1867, pp. 3-7; Ferreira Martins, “Mudança da Cidade de Goa para Mormugão” in *O Oriente Português*, vol. VII, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1910; Pedro Dias, *De Goa a Pangim. Memórias tangíveis da Capital do Estado Português da Índia*, Lisboa, Santander Totta, 2005.

⁵ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa, breve descrição das possessões portuguesas na Ásia* (facsimile da edição de Lisboa 1886), Lisboa, Fundação Oriente, 1992, vol. I, pp. 81, 166.

⁶ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, p.101.

⁷ Viriato de Albuquerque, *O Senado de Goa*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909, p. 68.

⁸ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, vol. I, p. 150.

⁹ Sabe-se que a alfândega mudou para Pangim em 1811 (J. N. Fonseca, *An historical...*, p. 99) e que o edifício D. Manuel de Portugal e Castro (1827-1835) mandou construir um edifício pois até à data a alfândega encontrava-se instalada em barracões (Manoel F. Louzada d’Araujo d’Azevedo, “Segunda memória Descritiva e estatística das possessões portuguesas na Ásia e seu estado actual” in *Annaes Marítimos e Coloniais*, 2.ª série, 3 (1842), p. 172).

É certamente o edifício que hoje vemos, apesar dos acrescentos e alterações, o mesmo que Lopes Mendes desenhou entre 1862 e 1871 e que se encontra representado na *Planta Topogra-*

o Tribunal da Relação (1878);¹⁰ os Correios (1893);¹¹ e ainda a Contadoria ou Fazenda (1885),¹² onde se pode adivinhar a provável utilização de elementos vindos de Velha Goa, nas ombreiras da porta principal, assim como na construção que lhe é contígua.

Posteriormente foram construídos outros dois edifícios que ainda se podem incluir neste grupo de construções: Tribunal de 1.ª Instância construído no local da antiga cadeia (1888-1901);¹³ e a Administração das Comunidades das Ilhas (1903),¹⁴ que considero um edifício de transição, sobretudo pela sua implantação

phica de Nova Goa, Capital da Índia Portuguesa. Levantada e desenhada sob a direcção do Major Eng. Manuel Ferreira Martins, pelo Aspirante e Oficial Rodolfo Rosmiro Corrêa Mendes em 1870. Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Em “Mappa de Goa por José Maria Gonçalves” in *O Oriente Português*, vol. II, 1905, p. 365 são referidos acrescentos no edifício da Alfândega entre 1841-42 e outros na “parte occidental, feito em tempos modernos”. Comparando a planta de 1870 com a planta de 1888 (*Planta da Cidade de Nova Goa*. José Francisco da Silva, 1888. Biblioteca Nacional Digital. BND), pode-se concluir que o acrescento, perfeitamente reconhecível até aos dias de hoje, da zona de arcadas no alçado poente do edifício foi feito entre 1871 e 1888.

¹⁰ *Edifícios Públicos do Estado da Índia, Mappa 7*, in José Frederico D’Assa Castel-Branco, *Relatório sobre os serviços de obras públicas do Governo Geral do Estado da Índia, 1896-97*, Nova Goa, Imprensa Nacional. 1899. (Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Obras Públicas. Processos e relatórios. 1891/1905. N.Ordem 248, Cód. 2G.) e *Ofício sobre a conclusão das Obras da casa destinada para a Relação do Estado. 26 de Agosto de 1878* (AHU. SEMU. Índia. Correspondência do Governador. 1878-1880. N.Ordem 1925, Cód. 1L).

¹¹ *Contas Correntes com Obras no ano de 1893. Assinado José Frederico d’Assa Castel Branco*. (AHU. SEMU. Obras Públicas Contas Correntes. 1893. N.Ordem 2655. Cod. 2G).

¹² Os serviços foram transferidos para Pangim em 1819 e instalaram-se num edifício particular preexistente. O edifício foi ampliado no governo de Ferreira Pestana (1.ª vez: 1844-51; 2.ª vez: 1864-70). Bragança Pereira, “As Capitais da Índia Portuguesa”, separata de *O Oriente Português*, Nova Goa, Imp. Gonçalves, 1932, p. 45 e António de Menezes, *Goa – Notas Históricas*. Vol. I, *Pangim através dos séculos*, Nova Goa: s.n., 1978, p. 18. 1851-1855 são as datas apontadas por P. Dias, *De Goa a Pangim...*, p. 316. Porém Percival de Noronha, data o edifício hoje existente de 1885 (Entrevista com Percival de Noronha, Goa, Dezembro de 1997) e em *Mappa de todos os edifícios públicos do Governo (...). Julho de 1886*. (AHU. SEMU. Índia. Obras Públicas. 1870/1888. N.Ordem 2656, Cód. 2G). O Edifício da Contadoria-Geral constava da lista e era referido que se encontrava em bom estado de conservação. O que é consistente com uma data de construção/remodelação próxima.

¹³ *Relatório das Obras Públicas da Índia. De 1 Julho de 1888 a 30 de Junho de 1889*. (AHU. SEMU. Obras Públicas – Contas e Relatórios. N.Ordem 2652. 1878-1891. Cód. 2G), p. 14 – “O Tribunal de primeira instância da comarca das Ilhas não tem edifício próprio (...) Fez-se por esta razão, (...) o projecto de um edifício destinado ao mesmo tribunal, aproveitando as paredes e o pavimento das duas grandes casernas da Polícia Civil, que passou como devia, para as casernas desocupadas do grande quartel de Pangim”. Só terá sido construído no entanto depois de 1901. Pereira, *As Capitais...*, p. 169 – “Cadeia Pública, que foi demolida em 1891, levando-se em seu lugar as casas onde actualmente funciona o Tribunal de 1.ª instância.” e 1901. *Plano geral das obras públicas que mais carece aquele Estado (...)* (AHU. N.Ordem 248, Cód. 2G.) – “... indica-se a construção de edifícios (...) Tribunal de 1.ª Instância...”.

¹⁴ *Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia*, n.º 71, 18 de Setembro, 1903.

numa situação de esquina e pelo modo como a resolve. Embora não conheça informações mais precisas sobre estes edifícios, eles apresentam algumas características comuns: a maioria tem volumes rectangulares simples, dois pisos, não têm varandas ou arcarias sobre a rua, nos pisos superiores quase todos têm janelas de sacada. A entrada e os acessos são centrais, assim como os corredores de distribuição. Muitas das fachadas são divididas em tramos por pilastras ou por elementos rusticados e alguns têm pátios. Têm também a localização em comum: todos se situam a norte das Fontainhas junto ao Palácio do Governo.

E embora também não conheça exactamente as suas autorias, sabe-se que eram desenhados na repartição das Obras Públicas de Goa e que aqui a maioria dos directores e funcionários nesta época, eram nascidos em Goa, luso-descendentes – tendo estudado na Academia Militar em Goa.¹⁵ Assim é pouco provável, que a linguagem de influência portuguesa fosse utilizada por um conhecimento directo e consciente da arquitectura que se fazia em Portugal, apesar de ser semelhante à arquitectura que os portugueses fizeram um pouco por todo o seu espaço colonial. Sendo, por isso mais plausível que a ascendência da antiga capital sobre a comunidade Goesa e sobre a comunidade luso-descendente em particular, fosse a responsável pela utilização de elementos característicos da arquitectura feita pelos portugueses.

A ascendência da velha cidade, na sociedade goesa do século XIX, foi desde logo testemunhada por Cottineau de Kloguen que referia a ligação extraordinária dos goeses à sua capital, apesar desta se encontrar em ruínas.¹⁶ Em 1888, 10 anos depois do testemunho de Kloguen, Frederico Ayalla, descrevendo os edifícios de Pangim dizia que estes tinham: “...janelas de feitiço das dos nossos conventos antigos (...)”¹⁷ mostrando que em Goa essa influência existia de um modo consciente.

Dos edifícios particulares e da imagem da cidade em geral, no século XIX, diversas descrições e registos chegaram até aos dias de hoje. Mostram uma imagem uniforme conhecida por todos: nas ruas as construções eram contínuas, os edifícios residenciais tinham na sua maioria planta rectangular, mais com-

¹⁵ É o caso do José da Costa Campos, Cândido Garcez Palha e de Francisco Ferreira Martins, Inspectores das Obras Públicas de Goa entre 1843 e 1879 e ainda de José Frederico D’Assa Castel-Branco, Sub-Director e Director das Obras Públicas entre 1879 e 1903, entre outros, todos formados na Academia Militar de Goa. “Mappa demonstrativo dos allunos da extinta Academia militar que obtiveram suas cartas de habilitação (...) até à sua extinção em 18 de Agosto de 1841.” Mapa anexo a: João Mello de Sampaio, “Breve notícia da origem e divulgação dos Estudos Superiores em Goa, por methodos Europeus e em lingua portugueza” in *O Oriente Português*, vol. II, n.º 3, 1905.

¹⁶ “...en general les Portugais de cette partir de l’Inde ont un attachement extraordinaire pour leur pays et leur capital quoique elle tombe en ruines”. Citado de Maria Aurora Couto, *Goa, A Daughter’s Story*, New Delhi, Penguin Books India, 2004, p. 366.

¹⁷ Frederico D. Ayalla, *Goa antiga e moderna*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1888, p. 6.

pridas do que profundas, um ou dois pisos, com as janelas do segundo piso de sacada; eram caiadas de branco e tinham as caixilharias verdes.

Uma imagem não muito diferente das representações e descrições conhecidas de Velha Goa ou dos edifícios públicos de Pangim.

A consolidação e expansão [1882-1947] – A influência do British Raj

Apesar da influência britânica ter-se tornado mais notória a partir do início da construção do caminho-de-ferro,¹⁸ não podemos esquecer que Goa esteve ocupada pelos ingleses durante as Guerras napoleónicas e por isso a sua presença já se fazia sentir anteriormente.

Pode ser exemplo dessa influência a torre com relógio construída no edifício da Câmara entre 1864 e 1870.¹⁹ Em Inglaterra, desde os finais do século XVIII, a utilização de torres de relógio era recorrente. Também na Índia britânica a partir de meados do século XIX surgem um pouco por todo o lado, torres com relógios, isoladas ou em edifícios dos mais diversos tipos.²⁰ Eram, obviamente, símbolos de poder e de progresso que interessava replicar. É de notar que a torre erguida na Câmara de Nova Goa foi erguida por subscrição pública. O que nos indica que foi a população que quis que esta fosse construída, demonstrando o seu interesse relativamente à imagem da Câmara e a importância deste edifício para a opinião pública.

No entanto, a primeira casa da Câmara de Goa, erguida no reinado de D. Manuel, era uma casa-torre,²¹ e as torres eram elementos utilizados na tradição portuguesa,²² o que torna múltipla a possibilidade de influências neste caso.

¹⁸ Construção do caminho-de-ferro entre 1881-1888. João A. Gracias, *O Caminho-de-Ferro e Porto de Mormugão*, Basttorá, Tipografia Rangel, 1940.

¹⁹ A. Lopes Mendes, *Índia Portuguesa...*, p. 100.

²⁰ Na realidade as torres são elementos recorrentes como símbolos de poder e nomeadamente do poder local em diversos países da Europa desde pelo menos século XIII. Nikolaus Pevsner, *History of Building types*, Princeton, Princeton University Press, 1997, pp. 28-29. Em Inglaterra a seguir à Câmara de Lancaster de 1787, foi a câmara de Leeds que marcou o mote (1858, torre com relógio desenhado por Cuthbert Brodrick). E a seguir surgem torres nos edifícios em Bolton, Portsmouth, Morley and Birkenhead, in C. J. K. Cunningham, *Victorian and Edwardian Town Halls*, London, Routledge and Kegan Paul, 1981. Sobre a Índia ver: Thomas Metcalf, *An Imperial Vision*, New Delhi, Oxford University Press, 2002, pp. 55-140.

²¹ António da Silva Rego, *Gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, p. 167 citado em: Hélder Carita, “Arquitectura Civil Indo-Portuguesa e a Paisagem Urbana de Goa” in *Os Espaços do Império*, Lisboa, CNCDP, 1999, pp. 80-81.

²² Em Portugal podem-se encontrar Câmaras Municipais com torre desde o século XV, tendo sido esta tradição levada posteriormente para o Brasil onde existem diversos exemplos. Tendo sido construída posteriormente em alguns edifícios, in Caroline Cabral, *Casas de Câmara (do séc. XV ao séc. XVIII). Uma Análise da evolução*. Prova final de Licenciatura em Arquitectura da FCTUC orientada pelo Prof. Doutor Walter Rossa, Julho 2003. A construção de edifícios de câmaras com

Também as janelas de influência gótica do Tribunal da Relação, que denotam uma procura de modernidade, reflectem na escolha da sua linguagem uma influência que também deve ter chegado através da Índia Inglesa e mais concretamente da região de Bombaim.²³ Mas se estes exemplos podem ser de algum modo dúbios, o Monumento a Afonso de Albuquerque²⁴ mostra uma declarada influência britânica, ao seguir o modelo do monumento a Cornwallis que se erguia em frente à Câmara Municipal em Bombaim.

Estes exemplos são porém pontuais; só alguns anos mais tarde, com a primeira expansão da cidade para o Altinho, as mudanças de influência no território goês se fazem notar. Ferreira do Amaral, governador em 1886, dizia referindo-se ao novo bairro: “(...) será o Malabar Hill, de Bombaim, onde os abastados negociantes têm os mais bonitos e elegantes challetes, ou bungalows”.²⁵ Foi este modelo urbano e social, importado de Bombaim, que persistiu na urbanização do Altinho a partir do início do século XX e que marcou a sua imagem.

Na concepção deste novo bairro era ainda defendida a construção de um edifício-modelo: o *bungalow do governo*. Foi, no entanto, o Palácio do Arcebispo que acabou por marcar a sua urbanização e a transição para uma nova fase na construção da cidade. A Igreja mostrava assim, que ainda tinha muito poder em Goa. Planeado inicialmente para a zona norte das Fontainhas (Desenho 2) as obras iniciaram-se no Altinho em 1889. O Paço foi desenhado por José D’Assa Castel-Branco,²⁶ então Director das Obras Públicas, goês, luso-descendente e

torres prolongar-se-á até ao século XIX-XX. No entanto penso que no século XIX este elemento não era muito comum em Portugal, sendo a maioria dos exemplos que conheço do século XX – Sintra (1906), Carrazeda de Ansiães (s.d.), Mortágua (1960), e ainda em 1920, no Porto, onde a construção do edifício da Câmara Municipal foi marcada por uma torre com relógio, possivelmente de influência inglesa.

²³ No final do século XIX início do século XX, inúmeras igrejas da região de Bombaim são remodeladas e construídas que optaram por um estilo “gótico”, que muitas vezes passava somente pelos vãos em arco apontado. Um estilo mais moderno e mais inglês adoptado por comunidades católicas, entre elas, as de descendência goesa. Sobre este assunto ver: Paulo Varela Gomes, “«Bombay Portuguese». Ser ou não ser português em Bombaim no Século XIX” in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 2007, Vol. 28, pp. 567-604. Paulo Varela Gomes, “Two (and few other) Bombay churches: Issues of Architecture and Identity” in *Mumbai Reader 2* (2007), pp. 244-253.

²⁴ Desenhado por uma comissão presidida pelo Eng. José do Campo Costa, inaugurado em 1847. Frederico, “Monumento a Afonso d’Albuquerque em Nova Goa” in *O Oriente Português*, vol. I, n.º 10-11; n.º 12, 1904 e J. M. do Carmo Nazareth, “Monumentos a Vasco da Gama, existentes em Goa” in *O Oriente Português*, vol. VII, n.º 1-2, 1910.

²⁵ Relatório sobre a distribuição dos fundos para as Obras públicas no ano de 1885-86, *Mudança da Capital para Mormugão e outros vários assumptos. Julho de 1886*. (AHU. N.Ordem 2656, Cód. 2G).

²⁶ Jorge Forjaz e José Francisco de Noronha, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2003, vol. I, p. 179 e J. A. Ismael Gracias. “General José Frederico D’Assa Castel-Branco” in *O Oriente Português*, vol. 9, 1912, pp. 102-108.

formado na Academia Militar de Goa. Apesar do edifício ter alguns elementos comuns com os construídos até então, um corredor central, janelas de sacada e de aparentemente voltarem a ser utilizadas pedras de Velha Goa (nas portas da fachada principal), as mudanças surgem na escolha do local de implantação, na sua planta em L, e na varanda do primeiro andar.

No início do século XX a influência britânica passou a ser mais evidente com alterações na imagem da cidade mais significativas. Dos domínios Ingleses vinham técnicos, trabalhadores e empresas de construção, mas também materiais tão básicos como madeira, cimento ou ferro. As viagens para visitar obras que decorriam no território vizinho tornam-se constantes. O conhecimento do que se passava na Índia britânica era grande e as comparações inevitáveis.

Começou assim a transformação da imagem urbana da capital: em 1893 as posturas municipais passaram a determinar que todos os prédios novos fossem construídos, no mínimo, a 1m de distância dos prédios vizinhos. Em 1897 as mesmas posturas proibem que se pintem as casas de branco.²⁷

Em 1902, as posturas municipais passam a permitir que “se projectem sobre os passeios, apoiadas em colunas de ferro fundido ou de granito, varandas ou eirados que resguardem do sol ou da chuva”²⁸ (Fotografia 1). Nas novas zonas de expansão como o Campal ou nas novas casas da zona central, as construções predominantes passavam a ser casas isoladas, sendo a construção de ruas contínuas reduzida.

Foi a 1.ª República que trouxe a Goa tempos de esperança no futuro, apesar de algumas dificuldades trazida pela primeira Grande Guerra. E mesmo com a instabilidade política que afectava Portugal, Goa teve os governos mais longos do território desde 1864, 46 anos antes. Com a nova constituição de 1911, esboçou-se nos Hindus um movimento de entusiasmo, pensando que a tolerância religiosa e cultural seria finalmente efectivada. Apostava-se na descentralização administrativa, e em Goa, a autonomia era um assunto que estava sempre na ordem do dia.

Em 1921, a divisão da cidade de Nova Goa em bairros foi revista, e embora se mantivessem três, estes passaram a ser Pangim, Ribandar e St. Inês²⁹ (Desenho 1). Esta alteração era significativa, mostrava mais uma vez que Goa se tentava libertar da tradição portuguesa.

²⁷ Código das Posturas do Concelho das Ilhas, aprovado pelo por accordão do Conselho de Província de 6 de Setembro de 1893 (n.º 348), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1893. Código das Posturas do Concelho das Ilhas de Goa, aprovado por accordão do conselho de província n.º 131 de 8 de Junho de 1897, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1897.

²⁸ Código das Posturas do Concelho das Ilhas de Goa, aprovado por accordão do conselho de província n.º 406 de 2 de Dezembro de 1901, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1902.

²⁹ Boletim Oficial do Governo Geral do Estado da Índia (doravante BOGGEI), n.º 3, 11 de Janeiro 1921.

Foi neste espírito de esperança, na autonomia e na convivência mais igualitária das duas comunidades mais importantes de Goa que, Luís Maravilhas, então Director das Obras Públicas, desenha o alçado para o Recolhimento da Serra, instituição tutelada pela Misericórdia. Mais uma vez para a zona do Altinho e mais uma vez um edifício ligado à Igreja, mas agora desenhado por um técnico português que estudou em Inglaterra. O edifício seria o "...mais grandioso que até hoje se tem projectado levantar em Goa",³⁰ como o seu autor refere (Desenho 3). A escolha do *estilo mongólico*, como lhe chamava, não passaria por certo despercebida no território goês. Tentavam-se resolver questões de poder, ao mesmo tempo que se representava a reconciliação entre comunidades diferentes, como o indo-saraceno fazia na Índia Britânica. A solução foi, no entanto, rapidamente abandonada. O alçado "mongólico" deu lugar a um alçado neogótico, certamente considerado mais "adequado" e igualmente "moderno" e o edifício foi comprado pelo estado para instalar o Liceu Afonso de Albuquerque.³¹

Mais uma vez, um edifício de algum modo ligado à Igreja, mostrava mudanças na arquitectura de Nova Goa e espelhava as alterações da sociedade goesa. A planta do edifício mostra uma tipologia pouco usual até então em Goa (Desenho 4).

Poucos anos depois, em 1922, projectou-se o Pavilhão da Escola Médico-Cirúrgica. Em ambos os edifícios – o liceu e o pavilhão da escola médica – o clima foi a preocupação central e ambos foram implantados em zonas de expansão. Os edifícios são simétricos relativamente à entrada, zona onde se resolvem os acessos ao piso superior. A restante distribuição é feita pelas galerias exteriores, que protegem o edifício do sol e da chuva, e permitem que as salas, situadas no centro, tenham ventilação transversal permanente.

O pavilhão da escola médica situa-se na zona de transição entre a área central da cidade e o Campal e permitiu a afirmação da Avenida Marginal como um dos arruamentos mais importantes da cidade. Como o edifício do liceu ocupou uma zona fundamental no desenho da cidade e ajudou a consolidar uma área que se encontrava em desenvolvimento deste o início do século. O seu autor foi Ramachondra Mangesh Adwalpalkar, goês, natural de Assonorá no concelho de

³⁰ Luiz A. Maravilhas-filho. *Relatório de Obras Públicas 1916-17* (AHU. Índia. DGFTO. Obras Públicas. 1916-1919. N.Ordem 258. Cód. 2G), p. 26.

³¹ Alice Santiago Faria, *Matters of Style. Luis Maravilhas and the "Recolhimento da Serra" in Nova Goa (Pangim)*. Comunicação apresentada no encontro internacional, *Sharing Architectural cultures across the (Mediterranean) Space(s)*, que decorreu em Évora em Outubro de 2006, organização Universidade de Évora, C.I.E em Arquitectura (entregue para publicação nas Actas). Uma versão reduzida foi publicada com o título: "Matters of Style" in *Indian Architect & Builder*, Bombay, Jasubhai Media, Fevereiro de 2007.

Bardez, que havia estudado em Bombaim.³² Foi o primeiro arquitecto e o primeiro hindu nos quadros técnicos das Obras Públicas de Goa.³³

A chegada de técnicos goeses formados na Índia fez com que as diferenças arquitectónicas se comesçassem a acentuar. Exemplos semelhantes a este podem ser encontrados por toda a Índia Inglesa, mas também em Moçambique ou em Macau.³⁴ No entanto, em todos estes locais os ingleses "andavam por perto".

Em 1924, dois anos depois de ter sido criado, o lugar de arquitecto foi extinto por se considerar que não era necessário.³⁵ Só voltou a ser criado vinte anos mais tarde. Também só vinte anos mais tarde, dois goeses de origem hindu ocuparam os quadros técnicos das obras públicas: o Arquitecto Naguexa Pissurlencar, formado em Bombaim,³⁶ e o Engenheiro Balcrisna Naique formado no Instituto Superior Técnico em Lisboa.³⁷

Da independência da Índia inglesa a 1961 – Os projectos do Estado Novo

Durante os anos que separam o fim da 1.ª República da Independência da Índia, as obras de Nova Goa centraram-se na infra-estruturação da cidade.

Em Maio de 1947,³⁸ foram estabelecidos novos limites administrativos (Desenho 1). Nova Goa passa a ser Cidade de Goa. A velha cidade voltava a ser incluída no limite urbano. Ficava espelhada nesta mudança a política dos anos que se seguiram – o regresso à história e aos desígnios grandiosos do Império Colonial Português.

³² BOGGEI n.º 37, 9 de Maio 1922. O cargo de Arquitecto na Direcção de Obras Públicas da Índia Portuguesa foi criado pela primeira vez em Julho de 1922. BOGGEI, n.º 54 de 7 de Julho 1922.

³³ Alice Santiago Faria, *Ramchandra Mangesh Adwalpalkar. O primeiro arquitecto da Direcção das Obras Públicas da Índia Portuguesa* (no prelo).

³⁴ Em Macau, na Praia Grande, José Manuel Fernandes refere uma transformação semelhante (de edifícios com fachadas compactas e com varandas, tipo solares, para fachadas com varandas e arcadas) durante a segunda metade do século XIX e início do século XX. José Manuel Fernandes, "A Cultura das Formas: Urbanismo, Arquitectura, Artes" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, vol. 4, p. 482.

³⁵ BOGGEI n.º 69, 26 de Agosto; n.º 85, 21 de Outubro; n.º 98, 5 de Dezembro 1924.

³⁶ Naguexa Xambá Sinai Pissurlencar, trabalhou nas Obras Públicas de Goa, pelo menos entre 1945-61. Foi nomeado arquitecto do quadro das obras públicas de Goa por Portaria Ministerial de 8-3-1950. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006 e *Relatório de 1955. Tabela de pessoal técnico da Repartição de Obras Públicas*. (AHU. DGOPC. ULT. 1941-1956. Conselho Técnico do Fomento-Parecer. N.Ordem 36, Cód. 1G).

³⁷ Balcrisna Ramachondra Naique, trabalhou nas Obras Públicas de Goa, pelo menos entre 1945-61. Foi Engenheiro Adjunto da Direcção das Obras Públicas (1949) e Chefe da Secção de Edifícios em 1953. Trabalhou também na Secção de Águas. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006 e *Relatório de 1955 (...)* (AHU. N.Ordem 36, Cód. 1G).

³⁸ BOGGEI, PP n.º 4403, 22 de Maio 1947 alterada pela PP n.º 4456, 14 de Agosto 1947.

Três meses depois, em Agosto, a União Indiana tornava-se independente.

Durante os governos de Bénard Guedes (1952-1958) e de Vassalo e Silva (1958-61), os últimos governadores portugueses, técnicos portugueses trabalharam em conjunto com técnicos goeses. Quer em Goa, quer em Lisboa.³⁹ O lema era construir.

Na arquitectura pública de Pangim dois nomes surgem frequentemente: Lucínio Cruz e Naguxa Pissurlencar. Ao nível privado alguns técnicos vindos da Índia Britânica continuaram a trabalhar em Goa, em moradias e edifícios privados. Em Pangim o Hotel Mandovi, inaugurado em 1952 e desenhado pela firma de arquitectos Master, Sathe and Botha de Bombaim,⁴⁰ é o melhor exemplo.

Na capital foram diversos os edifícios construídos e muitos os projectados, variando entre uma linguagem de influência modernista e a linguagem nacionalista do regime.

Entre os edifícios construídos encontram-se o Ninho Dr. António Oliveira Salazar (1956)⁴¹ e a Escola Comercial e Industrial (1955/1958) de Pissurlencar,⁴² ambos com uma linguagem modernista. Sendo a solução da Escola Comercial e Industrial uma solução perfeitamente adaptada ao clima, que funciona em torno de um pátio com um volume em U. Dos muitos edifícios projectados mas não construídos destaca-se o Estádio (1950/52) de Lucínio Cruz⁴³ e Pissurlencar, a Escola Normal de Luís de Camões (1954) de Pissurlencar, a Câmara Municipal de A. Sousa Mendes⁴⁴ (1959/60), e a ampliação do Liceu Afonso de Albuquerque (1955/60) com duas soluções distintas uma da autoria de Lucínio Cruz e outra de Nagueza Pissulencar.⁴⁵

Lucínio Cruz desenhou o estádio da cidade de Nova Goa, para a zona das Fontainhas, numa área junto à rua de Ourém para sul da antiga Rua da Armada Portuguesa. Era composto por duas bancadas, onde por baixo de uma delas, a

³⁹ Vitorino Pinto esteve em Lisboa no Gabinete de Urbanização do Ultramar entre 1953-57, Pissurlencar esteve em 1953 a 54/55 – aproximadamente um ano e meio. Entrevista com Eng. Vitorino Pinto, Genebra, Maio de 2006.

⁴⁰ Inauguração a Novembro de 1952. Artigo sobre os 25 anos do hotel no Diário da Noite, 3 Dez. 1977.

⁴¹ Hoje Institute of Public Assistance. *Notícias do Estado da Índia*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1956, 15 de Julho de 1956.

⁴² Conversa com Vitorino Pinto, engenheiro responsável pelo projecto de estruturas. Hoje Goa College of Pharmacy.

⁴³ Lucínio Cruz, arquitecto, português. Durante a década de 50 trabalhou no Gabinete de Urbanização do Ultramar, no Plano da Cidade de Goa e em diversos projectos. Em 1959 era Chefe do Serviço de Arquitectura e Monumentos.

⁴⁴ Arquitecto, técnico do Gabinete de Urbanização do Ultramar que trabalhou sobretudo em Angola.

⁴⁵ Os processos deste projectos encontram-se todos no Centro de Documentação e Informação do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (CDI-IPAD) são os processos relativos à Índia n.º 304 (estádio), 468 (escola normal), 553 (câmara municipal), Liceu_ 564 e Liceu_ Fc5.

mesma onde se localizava a tribuna de honra e pela qual se fazia o acesso, se resolvia o programa necessário. A sua fachada aproveitava os elementos programáticos e estruturais para a sua resolução, utilizando com uma linguagem nacionalista (Desenho 5). Porque o local escolhido não tinha as dimensões nem o desafogo necessário decidiu-se a mudança para a zona do Campal entre a Alameda Gaspar Dias e o Rio Mandovi. O estádio foi construído, mas não com a imagem que Lucínio Cruz previra. A linguagem nacionalista deu lugar a uma solução funcionalista sem mais pretensões. A solução final foi provavelmente desenhada por Pissurlencar que em 1953 estudava uma solução diferente.⁴⁶

O anteprojecto da Escola Normal de Luís de Camões (1954), de Pissurlencar, com uma imagem modernista. Ocupava o lugar fronteiro à Escola Comercial e Industrial (primeiro projecto com uma escala e dimensões muito diferentes do que foi construído) também desenhado por ele. Parte da construção assentava em pilotis, o edifício tinha uma rampa de acesso, que lhe conferia uma certa plasticidade, e varandas e "bris-soleis" do lado sul. O clima teve mais uma vez uma grande importância com a procura de resolver a ventilação transversal a condicionar toda a solução (Desenho 6).

O novo edifício da Câmara Municipal era implantado no local do antigo que entretanto havia sido demolido. Tinha portanto uma implantação urbana de destaque e com uma grande importância histórica e simbólica para a cidade. No anteprojecto do edifício da Câmara, Sousa Mendes, refere-a como a principal condicionante para além do programa a questão do clima e da ventilação. A entrada principal do edifício era do lado da praça mas sendo contudo possível entrar pelo lado oposto. Para além da administração do concelho o edifício iria conter o registo civil e predial, os serviços veterinários, biblioteca e turismo. Era composto por dois corpos, um sobre o local de implantação do antigo edifício, outro composto pelo salão nobre poisava sobre o jardim. Por um terceiro corpo, de ligação, se faziam o acesso. O edifício tinha uma orientação norte-sul sendo o alçado sul protegido por um conjunto de "bris-soleis". O edifício tinha uma linguagem claramente modernista.

A ampliação do projecto do Liceu Afonso de Albuquerque foi um processo complicado como se pode verificar pelo intervalo de tempo que se arrastou. Houve pelo menos duas soluções, uma desenhada em Goa, outra em Lisboa ambas de 1958. Lucínio Cruz assinou uma solução que previa a ampliação pontual dos edifícios, o acrescento de corpos para casas de banho, o aumento de um piso ou de um tramo, mantendo os processos construtivos primitivos na generalidade (as construções tem todas alvenaria de laterite). Esta solução foi abandonada pelos edifícios existentes não terem condições de estabilidade suficientes para aguentarem a sobrecarga. Na outra solução, assinada por Pissurlencar, o Liceu

⁴⁶ *Estádio de Nova Goa. Proc. 63191. 1953.* (AHU. Índia. DGOPC. 1936/58. Reconstrução dos Monumentos Nacionais, Liceu Nacional de Goa, Escola Médica, etc., N.Ordem 1200, Cód. 1H).

passava de Liceu Nacional para Liceu Masculino, os pavilhões já existentes eram também aproveitados mas integrados numa solução de conjunto, que passava pela construção de novos corpos que continuavam os antigos e por uma galeria que unia todos os volumes que lhe unificava a sua imagem. A solução juntava no mesmo edifícios fachadas com imagem nacionalista e fachadas e/ou elementos de imagem modernista. A solução foi também abandonada pois a desigualdade de linguagem e de cotas de implantação tornavam a solução de difícil execução. Por fim foi proposto que o Liceu Feminino ficasse nas instalações existentes e que se desenhasse novas instalações para o Liceu Masculino.⁴⁷ Em Setembro de 1961 estavam a ser projectadas as estruturas do edifício para o novo Liceu.

Em 1940 na visita de estado que o Ministro do Ultramar realizou a Goa mostrou-se “*desagradavelmente impressionado*” com as obras que decorriam no 5.º e último pavilhão do Liceu Afonso de Albuquerque, sugerindo que de futuro as grandes obras deveriam ser desenhadas em Lisboa como tinha acontecido com os liceus de Luanda e de Lourenço Marques.⁴⁸

Destes poucos exemplos podemos concluir que os processos entre Lisboa e Goa eram demorados, complicados e demasiado burocráticos. Salvo algumas excepções a maioria dos projectos continuou a ser projectada em Goa, ou por técnicos dos serviços de Goa. Por fim, os edifícios mais pequenos e por isso com um orçamento mais baixo, que Goa tinha autonomia para construir, como o Ninho ou a Escola Comercial e Industrial foram efectivamente construídos, todos os outros acabaram por ficar no papel. Vassalo e Silva em tom de desabafo, num ofício ao Ministro do Ultramar, agradecia o interesse demonstrado nas obras do Liceu Masculino de Goa: “...por ver então concretizado o desejo enorme que tenho de começar, enfim, como uma primeira obra já de certo vulto – o que considero da maior importância – muito grato ficarei se, dentro em breve, puder ter o prazer de abrir concurso para a empreitada de execução...”.⁴⁹ O edifício não foi construído.

Fica então a dúvida se estes processos não avançaram efectivamente por um excessivo peso burocrático e por não ter havido tempo para os concluir ou se Lisboa tinha verdadeiramente vontade política de os construir.

Em resumo...

A arquitectura em Pangim, na época em questão, pode dividir-se em grandes períodos que espelham as influências na sociedade e na cidade.

⁴⁷ Parecer da Direcção Geral de Comunicações e Obras Públicas do Ministério do Ultramar, de 15 de Dezembro de 1959. Processo n.º Liceu_Fc5. CDI-IPAD.

⁴⁸ Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, Proc. 63122. Ofício de Julho de 1940. (AHU. N.Ordem 1200. Cód. 1H).

⁴⁹ Ofício de 9 de Novembro de 1960. Processo n.º Liceu_Fc5. CDI-IPAD.

O primeiro vai desde a sua fundação até ao final das grandes obras de infra-estruturação da cidade e à chegada do caminho-de-ferro em 1882. A influência inglesa já se fazia sentir mas era pontual. O ‘culto’ da velha Goa Dourada dominava a sociedade goesa, ou melhor, a sociedade luso-descendente que por sua vez dominava os quadros da administração e neste caso específico os quadros das Obras Públicas.

Pangim tinha raízes portuguesas que chegavam em 2.ª mão. A arquitectura pública da cidade em meados do século XIX era simples e funcionalista. Não necessitava de se impor, nem de mostrar um poder há muito estabelecido.

Com o início da construção do caminho-de-ferro, inicia-se o 2.º período. Os equilíbrios mudam e a presença inglesa volta a ser efectiva no território goês. Com os resultados da Conferência de Berlim e o Ultimato, as questões de soberania, passam a ser recorrentes. A presença de técnicos portugueses no território passa a ser mais frequente, por vezes como o início de uma promissora carreira em outros territórios do ultramar.

No entanto, era quase impossível para Portugal – um país empobrecido e longínquo – lutar contra a influência da jóia da coroa do império britânico, mesmo ali ao lado. Salvo raras excepções os técnicos portugueses, na maioria das vezes, os Directores das Obras Públicas, tinham comissões de serviço curtas e por isso quem acabava realmente por desenhar e decidir eram os técnicos em Goa, que Lisboa tinha muita dificuldade em controlar.

Escreveu Frederico Ayalla: “*Finda aqui a historia portugueza de Goa. O terreno estava agora aplanado para o periodo inglez (...)*”.⁵⁰ E apesar de haver uma certa relutância em aceitar a crescente ascendência britânica, era inegável que a sua influência era crescente. Em Portugal, a presença e a intervenção activa dos ingleses, nomeadamente na Índia e em Moçambique, era um facto.

A linguagem dos edifícios e a imagem da cidade transformam-se, libertando-se da tradição construtiva portuguesa para passar a ser mais atenta às necessidades do clima e as soluções procuram modelos usados no império britânico. Aposta-se nos edifícios públicos como impulsionadores do desenvolvimento urbano e sua a linguagem passa a reflectir de um modo mais claro as funções de representatividade.

Com a 1.ª República chegam mais promessas de mudança. Constroem-se edifícios pontuais, infra-estruturas importantes para a cidade, fazem-se novas experiências tipológicas e linguísticas mas com poucas consequências a longo prazo ou na imagem da cidade.

O terceiro e último período chega com o Estado Novo e os técnicos goeses adaptam-se como se adaptaram os portugueses. A influência modernista, que chegava globalmente quer de Bombaim quer dos territórios portugueses em África, fazia-se sentir mas a maioria das vezes timidamente. A maioria dos grandes edifi-

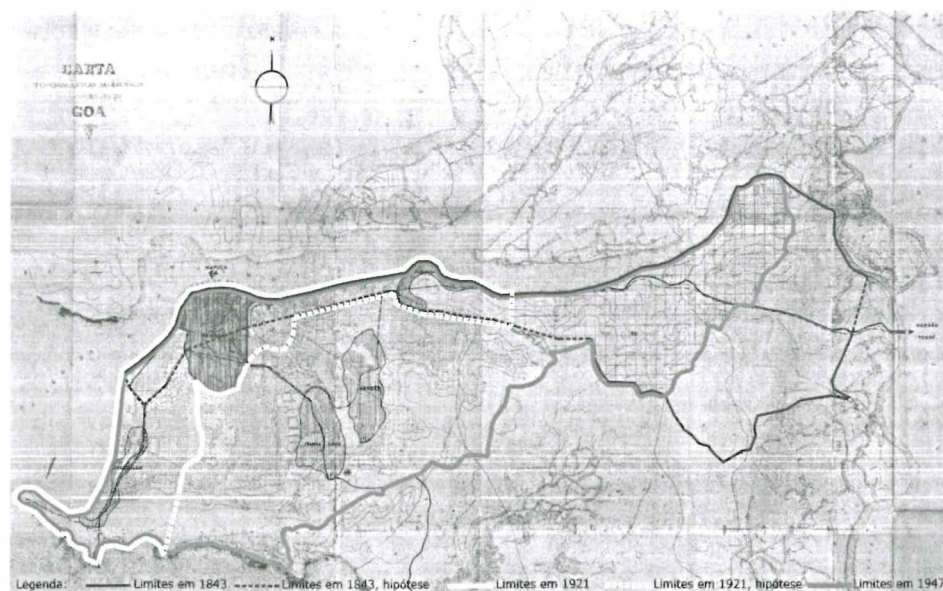
⁵⁰ F. Ayalla, *Goa antiga...*, p. 256.

cios públicos, projectados numa linguagem clássica, nacionalista ou modernista, acabou por não ser construído.

A arquitectura pública construída em Goa, manteve-se simples e funcionalista. Quem sabe, porque à muito quem administrava Goa, na realidade, não era os portugueses mas sim os goeses. Goa sobrevivia por si só.

Como Pearson refere em *Os Portugueses na Índia*,⁵¹ Portugal expandiu-se mas nunca verdadeiramente dominou. Não sei se terá sido sempre assim nos 450 anos de governação portuguesa, mas no século XIX e XX, nas obras públicas, certamente foi.

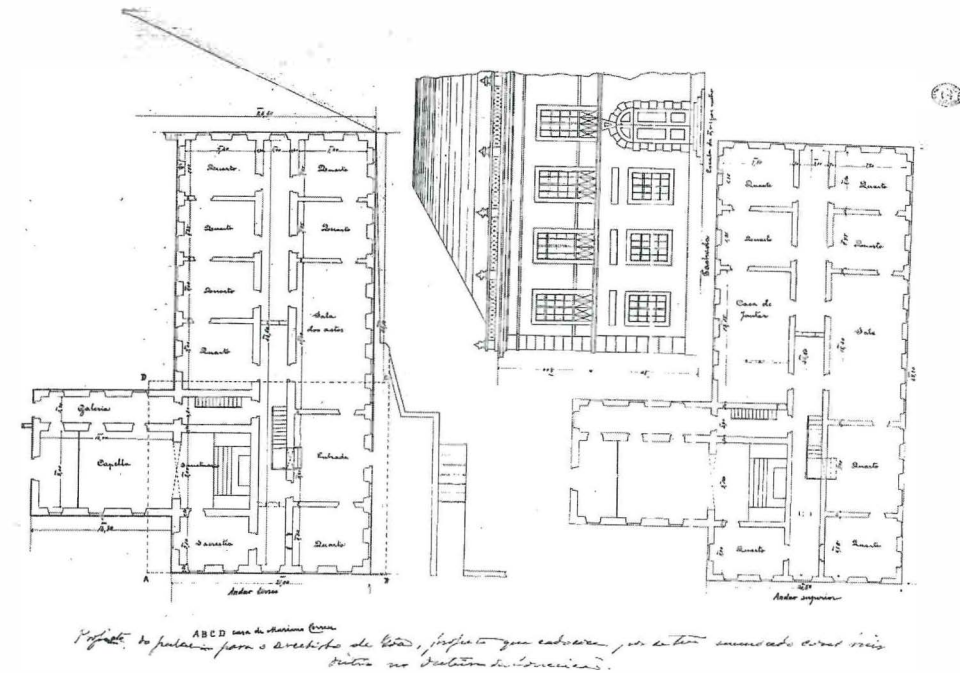
Elementos gráficos. Legenda e créditos



Desenho 1 – Limites da cidade de Nova Goa como definidos em 1843, 1921 e 1947.

Esquema desenhado sobre Planta da Cidade de Goa, Estado Actual. Esc. 1:20.000. Plano Director, 1.ª Fase. 1960. (CDI-IPAD. Índia. Direcção Geral de Obras Publicas e Comunicações. Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação. Plano Director de Goa 1.ª fase. 2.º Volume. Proc. n.º 431-A.)

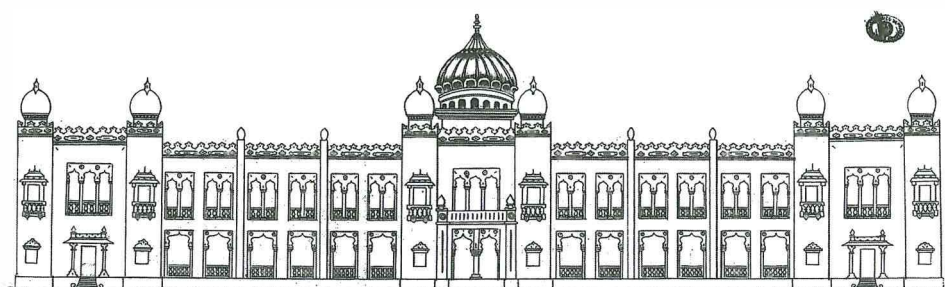
⁵¹ Michael N. Pearson, *Os Portugueses na Índia*, Lisboa, Teorema, s.d., p. 74.



Desenho 2 – Projecto do Palácio para o Arcebispo de Goa (...), in *Obras Públicas da Índia*, 1888, Proc. n.º 25 (AHU, IND, Obras Públicas, 1870/1888, N.Ordem 2656, Cód. 2G).



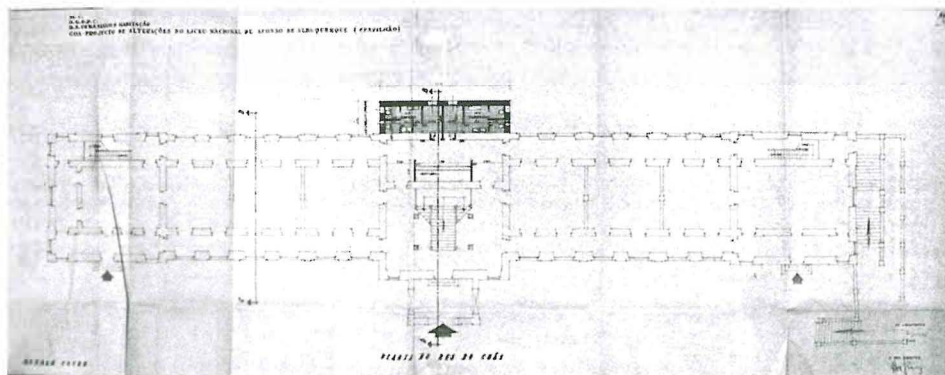
Fotografia 1 – “Entrada da cidade vista da Ponte de Linhares”. Cerca de 1950. (CDI-IPAD. Índia. Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Fotografias diversas. s.d.).



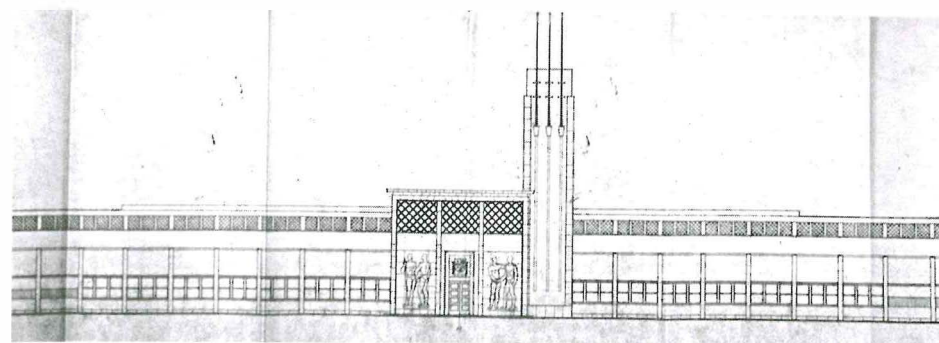
Novo Recolhimento da Stª Casa Misericórdia em Nova. Gós., Projecto de L. Maravilhas

Maravilhas

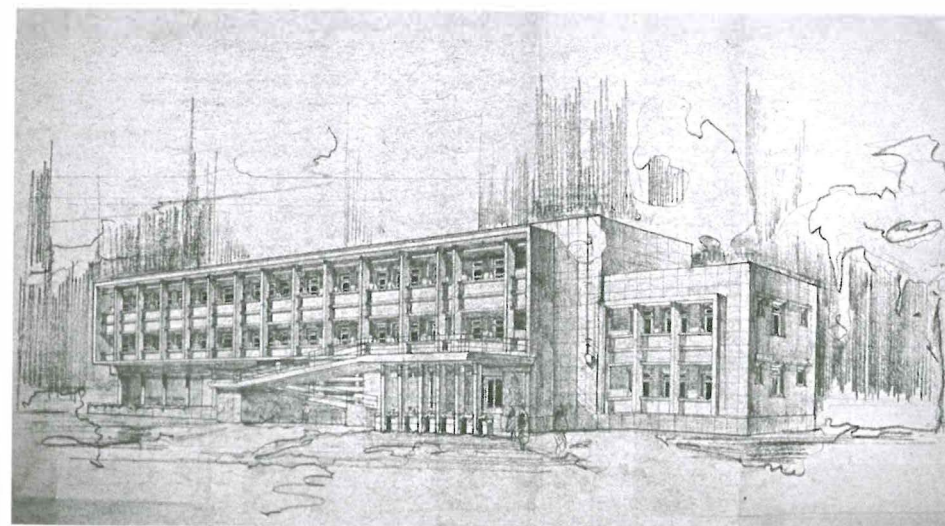
Desenho 3 – “Novo Recolhimento da Santa Casa Misericórdia em Nova-Goa. Projecto de L-Maravilhas”, in *Relatório de Obras Públicas 1916-17* (AHU. Índia. DGFTO. Obras Públicas. 1916-1919. N.Ordem 258. Cod. 2G).



Desenho 4 – Planta do rés-do-chão do Liceu Afonso de Albuquerque. Para além do desenho original da planta pode-se observar a alteração proposta na data do desenho (1958) que foi a introdução de zonas sanitárias, o encerramento dos vãos das galerias com caixilharia feito em data que se desconhece e a escadaria lateral que se pensa ter sido uma alteração introduzida ainda na década de 1920. (CDI-IPAD. Direcção Geral de Obras Públicas e Comunicações. Direcção dos Serviços de Urbanismo e Habitação. Projecto de Alterações do Liceu Nacional Afonso de Albuquerque. Trabalho n.º 564). Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Fotografias diversas. s.d.).



Desenho 5 – Estádio de Nova Goa. Fachada principal – pormenor da entrada. (CDI-IPAD. Índia. Ministério das Colónias. Gabinete de Urbanização Colonial. Pasta com documentação diversa. Trabalho 304).



Desenho 6 – Projecto para Escola Normal de Luís de Camões. Perspectiva. (CDI-IPAD. Índia. Ministério do Ultramar. Gabinete de Urbanização do Ultramar. Anteprojecto da Escola Normal Luis de Camões. 1954. Trabalho n.º 468).

THE EDGES OF EMPIRE:
INDIGENIZATION AND LOCALIZATION OF THE
“BLACK PORTUGUESE” IN SEVENTEENTH AND
EIGHTEENTH CENTURY EASTERN INDONESIA

LEONARD Y. ANDAYA *

Introduction

In history textbooks and in academic discourses, the sixteenth century in Asia has tended to be regarded as the highpoint of Portuguese achievement within the *Estado da India* centered in Goa. The subsequent centuries are therefore regarded as a decline in Portuguese influence in face of the strong military and economic challenges posed by the northern Europeans. More recently, however, there have been scholars who have begun to examine this premise of “decline”. Subrahmanyam, for example, shows that in the latter third of seventeenth century a substantial Portuguese trade was being conducted between Macau and Southeast Asia, mainly centered at Makassar, Melaka, and Tonkin.¹ In an exciting departure from traditional ways of viewing “Portuguese” trade, Boyajian emphasizes the significance of the private Portuguese trade as the basis for Macau’s displacement of Goa as a Portuguese economic center in Asia. He writes:

“The expansion of private trade during the second half of the sixteenth century in fact gradually transformed the Portuguese overseas venture from a

* University of Hawai’i (Manoa).

¹ Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700 – A Political and Economic History*, Londres, Longman, 1993, pp. 207-8.

regime of plunder, tributes, and privileged trade of the king and a few aristocrats into a truly commercial empire, whose wealth derived from the private trade of merchants in Lisbon and across Asia, Africa, and the Americas."²

He further argues that private Portuguese trade prior to 1600 involved far larger capital infusion than available to the Dutch or English East India Companies in their Asian trade. While Portuguese private trade slowed with the intervention of the Dutch, it was still a factor in the middle of the seventeenth century.³

Following in the footsteps of these scholars, I believe that much more can be learned about the Portuguese in Asia by shifting our gaze away from Goa and its earlier concerns to the "edges of empire." In areas such as eastern Indonesia, the Portuguese successfully maintained a political and economic presence as a result of a process of readjustment to local realities. It involved a reassessment of what it meant to be "Portuguese" and a conscious decision to preserve the old but reinterpreted "Portuguese" identity, while assuming a new indigenous one. This was possible because they were "children" of Albuquerque, the *mestiços*, whose intermediary position allowed them the freedom to exploit identity to strengthen and hence preserve the unity of their communities in Asia. This, then, is the story of the process that led to the preservation of East Timor as one of the few "Portuguese" enclaves that survived into the twentieth century.

One of the fateful decisions taken by Afonso de Albuquerque shortly after the Portuguese had established a permanent foothold in Asia was to encourage the marriage of the Portuguese to local women of the better classes. The aim was to produce offspring who would be faithful to the Portuguese and therefore help to staff what he envisioned as a Portuguese Asian empire. Although the perfect union was never achieved, and the Portuguese were forced to seek partners of lower classes, nevertheless the emergence of the Portuguese *mestiço* became a social phenomenon which long survived the formal *Estado da Índia* and the informal remnants of the Portuguese empire in the eastern Indonesian islands.

The Portuguese *mestiço* became an important ingredient in the establishment and maintenance of Portuguese posts in Asia, and they formed a useful link between the Portuguese and the local communities from which their mothers originated. Their special position midway between the European and the indigenous communities had economic and often political benefits to both, but socially the *mestiço* suffered the fate of a person not fully accepted by either side. For this reason the *mestiços* formed strong links among themselves and developed a culture that was distinctively their own. So strong was the *mestiço* identity that it was viewed as a single phenomenon, particularly after the decline of the

² James C. Boyajian *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1993, pp. 242-3.

³ J. C. Boyajian, *Portuguese Trade...*, p. 244.

Estado da Índia, when various groups with some attachment to the Portuguese – whether through religion, language, or culture – tended to form a separate entity and be called by outsiders, the "black Portuguese."

In the Malay-Indonesian archipelago (and very likely the whole of Southeast Asia) the distinctive backgrounds and cultures of the *mestiço*, the *Mardijkers* (freed slaves of mainly Indian origins who became Christian), the *Pampangans* (Philippine mercenaries under the Spaniards), and native Christians became subsumed under this new exonym (name given to the group by outsiders).⁴ While the exonym was a convenient short-hand applied by outsiders, it became a source of confusion because outsiders expected that the "black Portuguese" would be indistinguishable except for color from the "white" or European Portuguese. The term "black Portuguese" was applied to all those who shared adherence to Catholicism and varying degrees of facility in the Portuguese language but who were distinct from the European Portuguese because of their attachment to a native Asian culture.

One such "black Portuguese" groups was the *Topas*, who emerged as a unique community in the Lesser Sunda Islands (Nusatenggara Timur) of Indonesia. In the early sources these islands were referred to as the "Solor archipelago" and included the islands of Flores, Solor, Adonara, Lembata, Timor, and some of the smaller offshore islands. The name "Topas" is traceable to the Hindustani word "*topi*" meaning "hat." This appears to be the most acceptable explanation since the Portuguese called this group "*gente dos chapeos*," or the "hat people."⁵ The name may have originated from the practice of *mestiços* wearing Portuguese hats. Such images can be found in the historical literature, and in addition to the *Topas*, some local groups have incorporated a version of the Portuguese hat into their ritual. One of the rulers in Timor was called "*Sobe Kase*" ("strange hat") because he wore a hat given to him by the Portuguese. Even in the twentieth century a ruler of Sikka in eastern Flores is depicted in a photograph proudly wearing a version of the Portuguese hat.⁶

⁴ In a previous article I termed this composite group in the Malay-Indonesian archipelago, the "Portuguese tribe (*suku*)" because it functioned very much as other *suku* in the archipelago. Leonard Y. Andaya, "The Portuguese Tribe in the Malay-Indonesian Archipelago in the Seventeenth and Eighteenth Centuries" in Francis A. Dutra and João Camilo dos Santos (eds.), *Proceedings of the International Colloquium on The Portuguese and the Pacific*, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies, UC Santa Barbara, 1995, pp. 129-48.

⁵ Another less convincing origin of the term is from the Tamil term *tuppasi* or "interpreter." C. R. Boxer, "The Topas of Timor", *Koninklijke Vereeniging Indisch Instituut*, Mededeling no. 73, Afdeling Volkenkunde no. 24, 1947, p. 1.

⁶ H. G. Schulte Nordholt saw the ruler of Sikka with this hat in 1939. H. G. Schulte Nordholt, *The Political System of the Atoni of Timor*, The Hague, Martinus Nijhoff, 1971, p. 165, fn. 25.

Despite the colorful, remarkable history of the Topas, there has been very little systematic attempt to explain their success.⁷ In this essay I explore this question and attribute the success to three interlocking factors: (1) the simultaneous process of indigenization and localization of the Topas communities; (2) the ability of the black Portuguese to maintain a prestigious and spiritually potent association with "the Portuguese," while becoming incorporated as part of the indigenous communities; (3) and the eventual dominance of the black over the white Portuguese in the Solor archipelago. The combination of these elements enabled the Portuguese to maintain a foothold in eastern Timor in the Indonesian archipelago while all other areas eventually succumbed to the Dutch.

Being "Portuguese" in Eastern Indonesia

The first Europeans that the local people encountered in the Solor archipelago were the Portuguese, and the most prominent were the Catholic friars who brought Christianity to the area. Another type of white European that was present here was the small class of officials appointed to govern the far reaches of the *Estado da Índia*. They made much less of an impression on the local communities because of their relatively brief periods of service, and their basically confined lives in the Portuguese forts. In support of these officials was always a contingent of white European soldiers and private individuals who had far greater contact with the indigenous populations and informal liaisons with local women.⁸ The officials were dependent upon the religious personnel to arouse support for official policy among the native Christian converts. This close cooperation between the religious and civilian personnel was a consequence of the *Padroado Real* and reinforced the local perception of Christianity being synonymous with Portuguese.⁹ When official posts were abandoned, oftentimes the only Portuguese presence that remained was that of the friars, who exercised considerable influence among the Christian populations and among the Portuguese civil authorities.

⁷ C. R. Boxer was among the first to attempt to describe the Topas in an interesting article entitled "The Topasses of Timor", which was published in 1947. See C. R. Boxer, "Topasses of Timor...".

⁸ Suthachai Yimprasert, "Portuguese Lançados in Asia in the Sixteenth and Seventeenth Centuries", PhD dissertation, University of Bristol, 1998, p. 117.

⁹ The *Padroado Real* or "Royal Patronage" consisted of rights, privileges and duties granted in the fifteenth and sixteenth centuries by the Papacy to both the Spanish and Portuguese Crowns in their overseas empires. The intent was to delegate the responsibility of converting the heathens to the secular authorities, who would then exercise some control over the religious in the field. This amalgamating of religious and secular officials led the indigenous groups to regard both the secular and religious European presence as one and the same.

White Portuguese traders formed a third but smaller European presence in the area because of the important sandalwood trade. They brought the sandalwood collected in Timor to Solor and Makassar, which was then transshipped to Gresik in east Java and Melaka as the regional entrepôts, before continuing on to Macao and the Coromandel Coast as the two major destinations serving the China and the India markets, respectively. While there were some extraordinary traders, such as the highly successful Francisco Vieira de Figueiredo, whose remarkable activities have been well-documented by C. R. Boxer,¹⁰ there were countless others of less influence and bravado, who participated in the trade in sandalwood, wax, and honey from Timor. According to a letter written by the Dominican Baltasar Dias in 1559, the Portuguese traders were highly successful in making conversions on the island of Solor, thus rivaling the practice among Muslim traders of carrying Muslim teachers and missionaries to convert the local people.¹¹

As the center of Portuguese trade and missionary activity moved further east after the fall of Portuguese Melaka to the Dutch in 1641, there was a corresponding expansion of Portuguese settlements. Within the forts were often erected the churches reserved for the Europeans and the monasteries, while within the shadows or close proximity to the fortifications were settlements of Christian *mestiços* and native Christians. For the local people, therefore, "Portuguese" came to mean not only the European but also others of mixed blood. Those *mestiços* who were from other areas were regarded as foreign as the Europeans, but in time many *mestiços* were offspring of European Portuguese and local women. The local connection was important because the children were mainly raised by their indigenous mothers, whose continuing contact with their families inevitably led to their offspring speaking the local language and becoming immersed in local ways. They may have been classified by the European Portuguese as *mestiço*, but they would have been regarded as far more indigenous than *mestiços* from elsewhere.

In the Solor archipelago the exonym "black Portuguese" consisted almost wholly of the *mestiços*, who were also dubbed "Topas" or the "Hat People." There were also small numbers of *Mardijkers*, or freed Christian slaves mainly of Indian background, who were used by the Dutch as mercenaries in their campaigns. Natives who converted to Christianity, however, were not regarded as Topas. Portuguese rulers in the sixteenth century emphasized that Christianity, not color, should be the guiding principle determining Portuguese citizenship, and that Asian converts should be regarded as the equal to white Portuguese

¹⁰ C. R. Boxer, "Topasses of Timor...".

¹¹ G. P. Rouffaer, "Chronologie der Dominikaner Missie op Solor en Flores, vooral Poeloe Ende, ca. 1556-1638 en Bibliografie over het Ende-Fort", *Nederlandsch-Indië Oud en Nieuw* 8 (1923-4), p. 205.

Christians, particularly if they were more or less assimilated to Portuguese culture and had been baptized.¹² But laws to the effect passed between 1562 and 1582 were never fully implemented.¹³ In the Solor archipelago, the very few white Portuguese maintained their superior status by emphasizing difference in culture rather than commonality of religion. As a result, the indigenous groups who converted to Christianity continued to maintain their ritual specialists and their old traditions, seeing themselves as separate and distinct from their white Portuguese co-religionists.¹⁴

Because the native Christians were relatively numerous in the Solor archipelago, they viewed themselves as distinct from the black Portuguese, unlike the case in other areas where native Christians were only a small minority. The distinction is clearly seen in the allocation of churches and congregations after the establishment of a Portuguese fort in Solor in 1562, which was converted to a stone fortress in 1566 after a Javanese attack.¹⁵ One village established on the west side of the fort consisted of about 2000 local Christian inhabitants with their own leader and church. The village on the east side contained 1000 inhabitants, both Portuguese and native Christians, but the Portuguese worshipped within the fort. On the little island of Ende off the south central coast of Flores, the Portuguese also erected a fort with three local Christian settlements around it. The Portuguese worshipped in the fort itself, while two and possibly all three settlements worshipped in their own churches located outside the walls of the fort.¹⁶ The black Portuguese remain unmentioned as a separate group and may have just been regarded as "Portuguese" as distinct from the local Christians.

Although the Portuguese white and *mestiço* communities were initially viewed by the local people as being simply "Portuguese/Christian," the former groups saw themselves as different. One of the primary reasons was the color-bar, which though eschewed by the Royal Ordinances, was nevertheless a major

¹² A. da Silva Rego *Portuguese Colonization in the Sixteenth Century: A Study of the Royal Ordinances (Regimentos)*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1959, p. 66.

¹³ Artur Basílio de Sá (ed.), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente-Insulindia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956, vol. 4.

¹⁴ Abdurrachman cites the case in Sika (Flores), where keepers of the regalia continued their important function. Apparently other native Christian communities also maintained their old traditions, which would have included certain religious ideas. Paramita R. Abdurachman, "Portuguese Settlements and Christian Communities in Solor and Flores (1556-1630)", paper presented to the symposium, "Western Performance in Southeast Asia and the Indigenous Response", Manila, January 1982, p. 15.

¹⁵ Artur Teodoro de Matos, *Portugal na Rota das Especiarias de Malaca à Austrália*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 102.

¹⁶ G. P. Rouffaer, "Chronologie...", pp. 206-7. "Sengaji Adipati" is a Javanese title and suggests a strong Javanese presence in the island prior to the arrival of the Portuguese. Solor was one of the areas listed as being under the protection of the fourteenth century east Javanese kingdom of Majapahit. Robson, *Deawarnana*, 34.

barrier to native Christians becoming full-fledged members of the higher status white Portuguese. With the steady weakening of the *Estado da Índia*, white Portuguese officialdom gradually lost authority while retaining their racial superiority. Private Portuguese trade filled the vacuum left by the declining concessionary trade,¹⁷ while *mestiços* became more prominent in the political relationships in Nusatenggara Timor. The story of these *mestiços*, particularly the stunning achievements of two of the families, the Hornays and the da Costas, reveals the complexity of white and black Portuguese identity in eastern Indonesia. Equally important in the success of the black Portuguese, or Topas, was their "indigenization," or the process by which the Topas became part of the cultural framework of the local people, first in the Lamaholot area and later in Timor.

The "Indigenization" and "Localization" of the Topas in the Lamaholot

It was in the Lamaholot cultural area that the Topas and the local communities first became engaged in the process of "indigenization" and "localization". In the former, the outsider (the Topas) themselves actively seek to become part of the indigenous world; whereas, the latter process it is the local populations that domesticate and naturalize the foreign to make it an integral part of their world. Because of the desire of both parties to find an accommodation, the indigenization and localization processes proved successful both in the Lamaholot and later in Timor.

In 1562 the Portuguese built a fort in Solor, which became the major center of Portuguese activities before the establishment of posts in Timor. It was probably at this time that the first *mestiço* population arrived on the island.¹⁸ Within the fort were a church, a cloister, a seminary, and a well.¹⁹ When the Dutch Commander Apolonius Scotte seized the fort from the Portuguese in 1613, he commented on the large *mestiço* population in the area. He counted himself lucky that the campaign had occurred at the time when many of the inhabitants were in Timor to collect or purchase sandalwood. Among the prisoners taken at the fort were 250 able-bodied natives and *mestiços* and some 30 white Portuguese, but the remainder of the garrison that had gone to Timor brought the numbers to 450 *mestiços* and 80 whites. The *mestiços* grew prosperous from the trade in sandalwood, which was brought from Timor to Solor on galliots crewed by native Solorese and *mestiços*, then transhipped to Makassar and onward to its

¹⁷ S. Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History*, London, Longman, 1993; J. C. Boyajian, *Portuguese Trade...*

¹⁸ H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 166.

¹⁹ G. P. Rouffaer, "Chronologie...", p. 206.

final destination of Macau.²⁰ The *mestiços* were concentrated on the island of Solor and at Larantuka at the eastern end of the island of Flores. So large was the population of *mestiços* in Larantuka that the white Portuguese called the *mestiços* "Larantuqueiros", or "Larantuka folk".²¹

The native population of Solor and Larantuka belonged to the Lamaholot cultural area, which included the eastern part of the island of Flores, the neighboring islands of Adonara, Solor, Lembata (except in Kedang in the east), and the scattered enclaves on the coasts of Pantar and Alor.²² One of the striking features of the Lamaholot is the presence of a dualism between the Damon and the Paji. Although evidence of the existence of this dualism was first noted in the sixteenth century, the earliest detailed discussion of it was by a nineteenth century Dominican, P. P. Arndt.²³ The local characterization of this dualism is expressed succinctly as "*Damon lewo pulo, Paji watang léma*", meaning that the Damon have ten districts and the Paji have five coastal areas. The expression captures the distinction between these two groups. The Damon are associated with the interior, with agriculture; the Paji with the coast and trade. By the seventeenth century, as a result of contact with the Portuguese, the Damon became identified with Christianity (or Pagan beliefs), while the Paji became associated with Islam (or Pagan beliefs). But this formal and precise distinction obscures the complexity of the division. There are enclaves of one group situated in the midst of another group. Moreover, despite the enmity between the two represented by skirmishes and headhunting, they also may reach friendly accommodations with the other particularly in the marketplace. According to reports between the sixteenth and late nineteenth centuries, the principal leader of the Damon was the Raja Larantuka, while the Paji were led by the Raja Adonara and in later years also by the Raja Solor. At one stage the Raja Larantuka succeeded in conquering western and central Adonara, thereby introducing the Damon into a formerly totally Paji region. The Paji were apparently once dominant in the area but the Damon eventually became a larger and more powerful group.²⁴

²⁰ R. H. Barnes, "Avarice and Iniquity at the Solor Fort", *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde* 143, ii & iii (1987), p. 223; H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 166.

²¹ C. R. Boxer, "Topasses of Timor...", p. 3.

²² R. H. Barnes, *Kedang: A Study of the Collective Thought of an Eastern Indonesian People*, Oxford, Clarendon Press, 1974, p. 4.

²³ The following account of the Damon and Paji is based on Arndt, "Damon und Padzi."

²⁴ The dualism of the Damon and the Paji described by Arndt is very similar to that found in northern Maluku at about the same time. Ternate and Tidore represented this dualism, and their relationship continually puzzled European observers. During warfare between these two kingdoms, the Dutch reported that the people were still intermarrying and engaging with the other in the marketplace as if there were no hostilities. The low casualty rate and the fact that neither side wanted to pursue a war which resulted in the annihilation of the other made the Europeans suspect that warfare was merely feigned. As the Dutch began to intervene in order to prevent disruption to the

Because of the strength of the Damon-Paji dualism in the Lamaholot area, the Topas became associated with the Damon. The Topas knew that they could rely on their native Damon allies because of the intense dualism between the Damon and the Paji communities. The Topas were therefore able to maintain their strongholds at Larantuka because they were shielded by the local Damon communities. The latter, on the other hand, could rely on the Topas for help against their enemies, which did occur in the history of the region. Within this protective environment, the Topas were able to develop into a formidable unity in the Solor archipelago. The emergence of a rivalry between the families of the Hornays and the da Costas for leadership of the Topas would have been regarded by the indigenous inhabitants as "natural". The Lamaholot and many other eastern Indonesian societies share the belief that the world consists of dualisms in which the opposing halves are both antagonistic yet complementary.

The progenitor of the Hornay clan was Jan de Hornay, a Dutch commander of the Solor fort who fled to Larantuka with his Solorese wife in 1629. He had incurred the wrath of the Dutch East India Company's Governor-General Jan Pieterszoon Coen because of having acted without authority in agreeing to an armed truce with the Portuguese commander in Larantuka.²⁵ Having a wife from Solor and resettling in Larantuka, Jan Hornay would have quickly become incorporated into the Damon group. The large community of Larantuqueros (*mestiços*) assured the dominance of the Damon over the Paji. To counter this development, four envoys representing the heads (*sang dipati*) of Solor and Ende arrived in Batavia in September 1636 to request help against the Portuguese. They were Muslims and acknowledged the overlordship of the kingdom of Ternate. By the description in a Dutch report, it is obvious that the delegation represented the Paji, and their wish was not simply to remove the Portuguese but also to damage the Damon.²⁶ The Dutch were eager to gain allies in the east to wrest control of the sandalwood trade from the Portuguese, and they saw an ideal opportunity to establish an alliance with the enemies of the Portuguese. In December 1636 the Dutch sent a fleet of four ships not to reoccupy the Solor fort but simply to serve to assist the Paji group to remove their enemies.²⁷ The Dutch were only willing to play a supporting role, which was insufficient for the

spice trade, the dualism took an unexpected turn with the dualistic struggle occurring in the ongoing competition to demonstrate superiority in the process of negotiating and obtaining concessions from the Dutch East India Company officials. Leonard Y. Andaya, *The World of Maluku: Eastern Indonesia in the Early Modern Period*, Honolulu, University of Hawaii Press, 1993, *passim*.

²⁵ P. A. Tiele, *Bouwstoffen voor de Geschiedenis der Nederlanders in den Maleischen Archipel*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1890, vol. 2, pp. L-LI; G. P. Rouffaer, "Chronologie...", p. 215.

²⁶ *Dagh Register gehouden int Casteel Batavia vant passerende daer ter plaetse als over geheel Nederlandts-India*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1898, vol. 1636, p. 222.

²⁷ *Dagh-Register...*, vol. 1636, p. 223.

Paji to make much headway against the Damon and Larantuqueros under the leadership of Jan de Hornay.

Jan de Hornay was eventually issued a pardon by the VOC. It recognized the importance of de Hornay in the sandalwood trade, which was brought by the Topas from Timor to Larantuka, making the latter one of the major stapling ports for the export of this highly prized wood. The Portuguese private traders found the port to be one in which they could carry on their activities without disturbance and with the protection of the authorities, and one of the principal local merchants was Jan de Hornay, who had strong links to the Portuguese private traders based in Makassar. In order to assure the steady supply of sandalwood, and to encourage the Portuguese private traders to bring their products directly to Batavia, Governor-General Antonio van Diemen finally issued a pardon to de Hornay in 1643. It was a move most likely motivated by economic reasons because the de Hornay family had become one of the most important traders in cassia linga in Flores and in sandalwood in north Timor in the vicinity of Mena. Jan's son Gonsalvo de Hornay had even established his own kingdom and was regarded as one of the most powerful in Timor. Gonsalvo's sons Antonio and Francisco also became important rajas in Timor.²⁸ Antonio served the Portuguese captain in Larantuka, Simão Luis, who was a protégé of the great Portuguese entrepreneur, Francisco Vieira de Figueredo. At Luis' death in 1664, Antonio was proposed as the new Captain Major (*Capitão Mor*), which was strongly opposed by another Topas leader, Mateus da Costa, who had distinguished himself in battles against the Dutch on Timor. This was the beginning of the struggle between the Hornay and the da Costa families for dominance in the Solor archipelago, but particularly in Timor.²⁹

The "Indigenization" and "Localization" of the Topas in Timor

Having experienced the benefits of becoming "indigenized" in the Lamaholot area, the Topas also sought to become part of the indigenous communities in Timor. There would have been a smooth transition from the Lamaholot areas to Timor. The exchange of products and food between the Lamaholot and the Timorese over the centuries contributed to the existence of tales that reflect their relationship. The ancestors of the rajas of Sikka in eastern Flores, for example, are said to have run aground and settled on the island. Associated with this voyage were also the settlements of Kongas to the south of Larantuka

²⁸ Arend de Roever, *De jacht op sandelhout: de VOC en de tweedeling van Timor in de seveniende eeuw*, Zutphen, Walberg Pers, 2002, pp. 239-40, 256.

²⁹ Boxer, *Francisco Vieira*, 46-7; G. P. Rouffaer, "Chronologie...", p. 216.

and of Oekussi in northern Timor.³⁰ The Topas' links with these Damon settlements would have thus facilitated their acceptance in Oecussi in Timor. But an equally noteworthy aspect of the tale is its inclusion of the two powerful families of the Topas: the Hornays and the Costas. In this same ancestral story, there are two quarreling sons of the ruler of the well-known Malay kingdom of Melaka. One decides to leave with his nephew, and they eventually land in Flores and establish the settlement of Sikka across from the island of Endeh. The son is called Costa and his nephew, Hornay. Costa goes to Timor, marries the daughter of the Raja Ambeno, and then succeeds his father-in-law. He then names Hornay to succeed him.³¹ Once again, the relations between Flores and Timor are close, and the tale as recorded by Roever is obviously of recent vintage but demonstrates the practice of history constantly being reinterpreted within a traditional dynamic oral framework.

In Timor as in the Lamaholot, there was a dual process at work: the Topas became indigenized because of the local communities' willingness to "localize" them within their cultural world. The leaders of the Topas continued the practice begun in the Lamaholot of intermarriage with the royal houses of the many kingdoms on the island. One auspicious marriage was that between Antonio Hornay with the daughter of the ruler of the kingdom of Ambeno. The offspring of this marriage contributed to the influence of the Topas within the Ambeno kingdom.³² But through economic dominance and sheer force, the Topas were able to establish their own kingdoms, as occurred with Gonsalvo, Antonio, and Francisco de Hornay. By becoming rajas and intermarrying with other royal households, the two powerful Topas families of de Hornays and da Costas became an integral part of the political, economic, and cultural landscape of Timor. While in the Lamaholot area the Topas became part of the Damon-Paji dualism, in Timor they became viewed by many local kingdoms as worthy successors of the prestigious overlords associated with the Sonba'i and Wehale kingdoms.

In 1522 Pigafetta, the Italian doctor on board Magellan's fleet, noted that in the southern part of Timor were four brothers who were kings of the island. Of these four, two were particularly important in the history of Timor. One ruled in "Oibich", possibly Waiwiku, a major center of the South Belu kingdom of Wehale. The second was ruler at "Lichsana", perhaps Insana, with its principal port at Mena. Insana may have represented the whole of the Atoni-speaking area and hence would have been equivalent to the Sonba'i realm.³³ Almost a century later in 1613 the ruler of Mena was regarded by the Dutch as the most important of the many kings of Timor. Intriguing is the statement that Mena maintained

³⁰ A. Roever, *De jacht...*, p. 65

³¹ A. Roever, *De jacht...*, pp. 65-6.

³² R. H. Barnes, "Avarice and Iniquity...", p. 230.

³³ H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 160.

relations with the Muslims in Adonara.³⁴ These Muslims in Adonara belonged to the Paji within the Lamaholot cultural area. In this period, therefore, Sonba'i via the ruler at the port of Mena would have been linked to the Muslim Paji under the rulers of Adonara and Solor and hence the natural enemies of the Damon and their Portuguese allies. In the diary of Portuguese Count of Sarzedas on the years 1655-6 are comments that reflect the division of the island of Timor between the Belu and the Atoni (called "Vaiquenos" by the Portuguese). Under the "emperor" of the Belu were 46 independent rajas, while the subject rajas under the "emperor" of the Atoni numbered 16. All these independent rajas recognized either the ruler of South Belu or the ruler of Atoni as their overlord. The kingdom of the South Belu was Wehale, while the realm of the "emperor" of the Atoni was Sonba'i. The Portuguese sources talk of a kingdom called "Serviã", which is most likely Sorbiam, a port in the kingdom of Sonba'i.³⁵

By the mid-seventeenth century the decline of the kingdoms of Wehale and Sonba'i as the spiritual centers of the Belu and Atoni, respectively, coincided with or was directly related to the increasing involvement of the Portuguese and the Dutch in the affairs of Timor.³⁶ From this period onward, the contemporary sources describe a situation in which the many independent kingdoms in Timor maintained their traditional enmities and alliances but now aligned themselves either under the new sources of power, the Portuguese at Lifau or the Dutch at Kupang. The principal kingdoms that sought "protection" and hence acknowledged the dominance of the Dutch were the so-called "Timorese", among whom were the kings in the vicinity of Kupang, Sonba'i, Ambenu Taibenu, Amfoam, and Miamofo (called Amakon in the Dutch sources). The Topas received the allegiance of the kingdoms of Mena,³⁷ Asson, and others in the north coast; and Amarassi, Amanuban and Kamanas on the south coast. Lifau (Oecussi) served as the center of Portuguese (Topas) activity. Amarassi proved to be one of the major thorns in the side of the Dutch and their allies because of its proximity to Kupang. What is apparent, however, is that the Europeans were regarded as powerful patrons who would provide protection and assistance against their enemies. The enmity between the Portuguese and the Dutch continued but was often dictated by their indigenous allies and their quarrels. Both European powers quickly realized that to retain and even extend their network of alliances required a demonstration of their military, and hence spiritual, superiority. It was a con-

³⁴ Adriaen van der Velde "Brief van Adriaen van de Velde aan Pt. Both, 1 May 1614" in P. A. Tiele (ed.), *Bouwstoffen voor de Geschiedenis der Nederlanders in den Maleischen Archipel*, 's-Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1886, vol. 1, pp. 19-20.

³⁵ H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 161.

³⁶ H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 162-3.

³⁷ Mena by this time had come under the new raja, Gonsalvo de Hornay, hence a Topas indigenous kingdom. A. Roever, *De jacht...*, p. 257.

cept that was well-understood in Timor and was known in the Atoni language as *le'u musu*, or the sacred powers that are summoned to defeat an enemy.³⁸

The first major showdown between these two new European overlords occurred in 1656. The Dutch East India Company leaders in Batavia dispatched a large force under Arnoldus de Vlamingh van Oudtshoorn, who had distinguished himself in a number of previous military campaigns in the region. In Timor, however, he met more than his match against the Topas, who were led by Antonio Hornay and Mateus da Costa. In two expeditions against the Portuguese, both white and black, the Dutch were roundly defeated at Amarassi. In the debacle the Dutch laid the blame on the native troops from Solor who they claimed proved cowardly on the battlefield. The Queen of Solor, however, disputed this version of events and proudly defended her people, saying:

... who followed the gentleman Vlamingh, who carried the gunpowder and the shots? Who carried the wicks? Not those from Roti or from Sawu, or from Amabi or Sonba'i, nor [Dutch] soldiers or sailors or whoever. Who carried those who were wounded in the mountains back to the ships? They were my people, all of whom are children of sengajis [local lords] and of the better class, all of whom had remained on Timor with [the former Dutch commander in Solor] Jacob van der Heijden for the affairs of the [Dutch] Company, not those of Solor.³⁹

Then in September 1658 the Portuguese *Capitão Mor*, Simão Luis, led his troops against the Dutch allies Sonba'i and Amabi in the effort to bring central and west Timor under Portuguese control. His force divided into eight "banners" encircled the defenders who had taken a stand on Mt. Mollo. The Dutch sent a contingent from Kupang to assist their beleaguered allies, but they proved too small to make a difference. While the Dutch managed to make their escape, the Raja Amabi and some 4-5000 men were slaughtered by the Portuguese and their allies. The kingdoms of Sonba'i and Amabi were therefore absorbed by the Portuguese.⁴⁰ Both the Dutch and the Portuguese forces had access to European guns and knowledge of European warfare, and both groups had the assistance of local allies. In the eyes of the Timorese, therefore, the victory of the Portuguese could only be explained by a superior spiritual force, the *le'u musu*. The stunning success of the Portuguese in Timor, which enabled them to maintain an enclave in a sea of islands under Dutch control made a strong impression in eastern Indonesia to the present day. In Aru, the anthropologist Patricia Spyer was told the tale of the "Portugis" who brought civilization to the island. Of greatest interest

³⁸ H. G. Schulte Nordholt, *The Political System...*, p. 502.

³⁹ *Dagh-Register...*, vol. 1657, p. 227.

⁴⁰ A. Roever, *De jacht...*, pp. 266-7.

to the people was the story of the rescue of a Portuguese staff of office from a sinking ship, thus bringing authority to the land. For those in Aru, the Portuguese are regarded as having precedence over all other colonial powers.⁴¹ In Minahassa in northern Sulawesi, the Portuguese had very little to do with the community and yet their reputation has even penetrated here.⁴² In short, the Portuguese were associated with superior spiritual powers and were incorporated into the traditions of many communities in eastern Indonesia.

The Struggle between "White" and "Black" Portuguese

In the Portuguese victory over the Dutch in 1656 and 1658, a major role was played by the Topas. It was apparent to many that the maintenance of Portuguese control in the region was heavily dependent upon the far more numerous "black" than "white" Portuguese. Although the Topas continued to retain their "Portuguese" identity (defined strictly as being Christian and able to converse to some degree in Portuguese), they were also children of native mothers and a part of their mothers' communities. Increasingly the "Portuguese" meant the Topas, and the latter was so successful in adapting to indigenous Timorese society that the Dutch found it difficult to make a distinction.⁴³ The indigenization and localization of the Topas contributed to growing friction between them and the white Portuguese. From the mid-seventeenth century onward, the substantial numbers and strength of the Topas in the Lamaholot areas and in Timor allowed them first to ignore and later to challenge the authority of the white Portuguese officials sent from Portugal, Goa, or Macau.

The leader of the Topas in the victories against the Dutch was Antonio de Hornay. With Topas control over most of the important sandalwood-producing areas of Timor, Antonio was able to act as an independent lord even while formally acknowledging the authority of the white Portuguese. He continued guerrilla-type campaigns against the few remaining areas around the Dutch fort at Kupang that remained outside his control but never undertook any further larger campaigns against them due to their proximity to the Dutch garrison. The only other area that resisted him was the kingdoms of Ade, Hon, and Manetutu at the eastern end of Timor. They had just regained their freedom from the Makassarrese, and were unwilling to submit to the Topas. To safeguard their independence, they sought to ally with the Dutch, but the latter refused to become involved in a perilous venture so far from their stronghold in Kupang. These eastern kingdoms

⁴¹ Patricia Spyer, *The Memory of Trade: Modernity's Entanglements on an Eastern Indonesian Island*, Durham & London, Duke University Press, 2000, p. 87.

⁴² Schouten, *Leadership and Social Mobility*, 40.

⁴³ A. Roever, *De jacht...*, pp. 255-6.

were thus conquered by the Topas and suffered a loss of about 2000 lives with another 700 men, women, and children made slaves.⁴⁴

By the latter part of the seventeenth century many of the Topas were born in the Solor archipelago, including Timor, and were truly "*mestiço*" in blood, attitudes, and loyalties. Topas communities were found in different areas in the eastern part of Timor, and some came to play important roles as bodyguards to local rulers. By 1729 the Dutch estimated that there were approximately 40,000 Topas scattered through the whole Solor archipelago. This was a considerable force when compared to the gradually diminishing numbers of both white Portuguese and Dutch in these islands. Moreover, they were ably led by the Hornays and da Costas, who eventually agreed to alternate leadership between the two families. Acting as indigenous rulers, they had contracted marriages with the many royal families on Timor and hence become part of the local cultural and political landscape. When the people of South Belu finally agreed to a peace with the white Portuguese in 1728 after a long period of hostilities, their one demand was that they be placed under "their lawful lord", Francisco Hornay.⁴⁵ With well-respected rulers, a formidable fighting force, and strong cultural links to the area, the Topas gained acceptance as one of the many independent, indigenous kingdoms that dotted the landscape in Timor and the other islands of the Solor archipelago.

Despite the obvious numerical and military superiority of the Topas, their leaders continued to be placed in subordinate positions to the white governors and officials appointed either from Portugal or from the Viceroyalty in Goa. Albuquerque's vision of the Portuguese *mestiço* offspring manning the far-flung Portuguese Asian empire had been achieved, but the higher positions continued to be held by the white Portuguese. Albuquerque had not foreseen the conflict that would arise in such a situation, particularly when the *mestiço* population resented their subordinate positions and far outnumbered the white Portuguese. The records of the Dutch East India Company, which maintained a post in Ft. Concordia in Kupang since 1653, provide a brief but revealing account of the conflicts between the white Portuguese and the Topas. At the time the Topas were led by Mateus da Costa and Antonio Hornay, both of whom had proved their bravery in killing Dutch commanders in combat. Though they were serious rivals, they had set their differences aside and had led the Topas and their native allies to victory over the large, well-armed Dutch forces under Arnoldus de Vlamingh van Outshoorn in 1656.⁴⁶

⁴⁴ A. Roever, *De jacht...*, p. 281.

⁴⁵ *Generale Missiven van Gouverneurs-generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, s'Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1960-1997, vol. VIII, 8 Dec. 1728, p. 199.

⁴⁶ C. R. Boxer, "Topasses of Timor...", p. 6.

As true *mestios* the Topas never totally abandoned their Portuguese identity and manipulated it equally well for their advantage. Although initially they had accepted the direction of the white Portuguese governor based at Lifau and appointed by the Viceroy of Goa, in time they saw little value in supporting an entire state apparatus that was more of a burden than advantage to their community. Sources tend to emphasize the success of the Portuguese, both white and black, in preventing the Dutch from seizing the whole of the island of Timor. Historical events, however, reveal a story more of mutual antagonism and conflict than cooperation among these two groups of Portuguese. C. R. Boxer's account of this period tends to view the black Portuguese as rebellious subjects who are manfully kept in check by the timely arrival and bravery of white Portuguese governors. Yet this reading of the situation is contradicted by the reports that were being compiled by the officials of the Dutch East India Company at the time. The Dutch accounts from the mid-seventeenth to the mid-eighteenth centuries depict a white Portuguese garrison occasionally besieged by the Topas and their native allies, and dependent for its survival on the goodwill of the Topas leaders. For much of this period, the Topas controlled the Timorese trade in sandalwood, wax, and slaves and openly traded with the Dutch at Kupang. In the economic sphere the Topas leadership viewed the outside world, including the Dutch, as useful trade partners from whom they could obtain all necessary goods, including arms and gunpowder.

First indications of problems between the white and black Portuguese arose in 1668, when Macau sent a white Portuguese Fernão Martins da Ponte to become the Captain-Major (*Capitão Mor*) at Lifau. At the time the black Portuguese acknowledged Antonio Hornay at Larantuka as their Captain-Major and refused to recognize Martins. The division of the Portuguese based along color lines was not apparent because Mateus da Costa, leader of the rival faction of black Portuguese, was preeminent in Lifau and had actually fought a battle with Hornay the year previously.⁴⁷ Fernão Martins da Ponte never received the full support of the Topas community, and in 1672 he finally had to abandon his post and return to Goa. The Dutch sources do not reveal when Mateus da Costa assumed the position of Captain-Major, but when he died in 1673, Antonio Hornay came from Larantuka to Lifau with a fleet of well-armed boats and black Portuguese, or Topas, to claim for himself the title of Captain-Major, which was a position that the Dutch understood to be "the general head of the Portuguese nation" in the area.⁴⁸ Although he was formally presented with the position by the Viceroy of Goa, he was already the de facto Captain-Major and the acknowledged leader of the black Portuguese.⁴⁹ In his now officially designated post, Antonio Hornay

⁴⁷ *Generale Missiven...*, vol. III, 5 Oct. 1667 582-3; 17 Nov 1669, 681.

⁴⁸ *Generale Missiven...*, vol. III, 31 Jan. 1674, 902.

⁴⁹ *Generale Missiven...*, vol. III, 17 Nov. 1674, 941.

led a Portuguese expedition from Lifau in 1676 to punish some rebels at Ade and Manatuto, sandalwood-exporting ports at the eastern end of the island of Timor.⁵⁰

There was a major difference between Mateus da Costa and Antonio Hornay in their capacities as Captain-Major. Under the former, the white Portuguese (and especially the Dominicans) were willing to participate alongside da Costa and the Topas in campaigns, but this was not the case with regard to the latter. When Hornay led a large expedition of about 2000 men against Ade, his force consisted of men from Larantuka, Konga, Sikka and Ugi in the eastern part of the island of Flores (whom he brought every March to Timor), as well as those from the island of Roti, pagan groups, Timorese Christians, slaves, and others who joined the march. But unlike the period of da Costa's tenure as Captain-Major, the white Portuguese remained in Lifau and did not participate in any of Hornay's campaigns since he took office.⁵¹ This was the beginning of considerable strains in the relationship between the white and black Portuguese in the Solor archipelago, which at times erupted into open warfare. When João Antunes arrived at Larantuka with a commission from the king of Portugal and the Viceroy of Goa as the new Captain-Major, Hornay refused to allow him to disembark and even declined to provide provisions to the fleet. Antunes was therefore forced to return to Goa without having exercised his official post.⁵²

Hornay's ability to defy orders from the Portuguese authorities was partially due to the inability of the white Portuguese to undertake any major expedition against the powerful Hornay, whose Topas followers were fiercely loyal to him and as proficient with the use of firearms as the white Portuguese. Moreover, they were far more numerous than any major force that the Portuguese authorities could send against him. The other major reason for Hornay's confidence was his success in operating very much as just one of the native kingdoms in the region. He had made alliances with many of the native rulers, and he had courted the Dutch East India Company through his willingness to deliver sandalwood to the Dutch. He was also in a very strong position and had his forces spread out throughout the island and particularly along the coasts.⁵³ As a native ruler Hornay engaged in international relations by agreeing to accede to the "command" of the ruler of Butun to take charge of the Solor islands, and by requesting armed ships from the ruler of Bone in South Sulawesi as his overlord to protect the coasts of Flores from raids by the ruler of Bima,⁵⁴ Hornay could claim to be the leader

⁵⁰ *Generale Missiven...*, vol. IV, 28 Nov. 1676, 140.

⁵¹ *Generale Missiven...*, vol. IV, 13 Feb. 1679, 273.

⁵² *Generale Missiven...*, vol. IV, 31 Dec. 1683, 612; Humberto J. Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, Lisboa, Tip. LCGG, 1948, p. 243.

⁵³ *Generale Missiven...*, vol. IV, 13 Feb. 1679, 273.

⁵⁴ *Generale Missiven...*, vol. IV, 31 Dec. 1683, 612; vol. V, 13 Dec. 1686, 36, 38.

of his Topas and the natives who acknowledged his authority over central and eastern Flores, parts of the islands of Adonara, Solor, and Lembata, and in much of east and west Timor. He was far more powerful and influential in the region than the shell of white Portuguese control in Lifau in Timor. According to the Dutch there were only some 30 white Portuguese, mainly traders, in the whole of Larantuka and Lifau. The remainder of the population consisted of *mestiço* Christians from Melaka, Macao, Goa, and elsewhere, who were strongly devoted to Hornay.⁵⁵ But Hornay was not beyond using coercion when necessary. When two of the kingdoms rebelled against his rule, he sent a force of Topas and native allies which left only ten survivors of a thousand who resisted him.⁵⁶

Sometime in March 1697 Antonio Hornay passed away. He had exercised power as Captain-Major from 1673 until his death, which was even longer than his predecessor, Mateus da Costa, who held that office from 1653 to 1673. The length of their rule meant that they were able to amass a considerable following among both the Topas and the Portuguese native allies, unlike the white Portuguese governors who generally spent a very short time in Timor. The white Portuguese saw the death of Antonio Hornay as an ideal opportunity to replace him with one of their own, but the appointment was flatly rejected by the Topas. Instead, they raised Domingo da Costa, the son of Mateus da Costa, as their new Captain-Major.⁵⁷ The elevation of Domingo da Costa to the position of Captain-Major was not without challenge from other Topas leaders. In 1699 Gaspar Clase sought to be recognized as Captain-Major at Konga, southwest of Larantuka, but he and his followers were easily defeated by forces sent by da Costa. Another threat arose that year from Antonio Akimar, who also attempted to claim the title of Captain-Major at Lifau. On this occasion da Costa went with several armed boats from Larantuka to Lifau and ousted the pretender, who later took his life by poison.⁵⁸

In 1702 a more serious threat came from a white Portuguese called Antonio Coelho Guerreiro, who was appointed as Captain-Major at Lifau. He sought to enforce his authority by forcing Domingo da Costa relinquish his position. But the force that he sent against da Costa at the latter's stronghold in Larantuka was badly defeated and forced to retreat back to Lifau. Guerreiro immediately expelled all Topas living in Lifau, who sought safety in Larantuka. He then built a wooden stockade with six cannon fronting the sea to repel the expected Topas attack. At Larantuka da Costa assembled a large armed fleet which he divided into two to besiege Lifau and prevent any ships moving in or out of the port. The shortage of food and Guerreiro's harsh rule led to a steady exodus of people

⁵⁵ *Generale Missiven...*, vol. V, 30 Dec. 1689, 311.

⁵⁶ *Generale Missiven...*, vol. V, 31 Jan. 1692, 459.

⁵⁷ *Generale Missiven...*, vol. V, 30 Nov. 1697, 841.

⁵⁸ *Generale Missiven...*, vol. VI, 23 Nov. 1699, 73; 1 Dec. 1700, 123.

from the city. Guerreiro accused the Dutch of supplying arms and food to da Costa and the Topas, while refusing to sell anything to the defenders at Lifau despite their ability to pay good prices. In retaliation he had forced the subjects of the Dutch East India Company trading in these waters to trade their goods at Lifau, which had little to offer. Some of the ships and their cargoes were also arbitrarily seized. Guerreiro was also critical of the Dutch for refusing to return their runaway slaves, and he threatened to report this to the king of Portugal. But these threats made little impression on the Dutch, who realized that Guerreiro had very little chance of survival in his struggles with the Topas. Sometime in 1704 Guerreiro was discharged from his office and fled to Goa via Batavia disguised under the name of Alexander Pinto. He was replaced by a new white Portuguese governor, Lourenço Lopes.⁵⁹

The arrival of Lopes did little to settle matters between the white Portuguese in Lifau and the Topas in the surrounding areas. In 1707 two Portuguese warships from Macau brought a militia, which was then sent to attack Domingo da Costa and his followers at his base. Once again the Topas army proved superior to the white Portuguese militia, and the latter were forced to flee back to Lifau. This major setback led to a change of tactics. Instead of further hostilities, the white Portuguese sought instead to incorporate da Costa into the governing administration. Thus sometime in May, 1708, Domingo da Costa was made Lieutenant-General or Vice-Governor at Lifau.⁶⁰ Although tensions occasionally arose between the two Portuguese groups, in general this arrangement whereby the top post was held by a white Portuguese and the second-in-command by a Topas, proved workable until about 1722. In that year a new Portuguese governor, Antonio de Albuquerque Coelho, replaced the acting governor, friar Manuel. The year previously the unpopular governor in Lifau was deposed by friar Manuel and Francisco Hornay, who had replaced Domingo da Costa as the head of the Topas with the titles of lieutenant-general and vice-governor. Although Captain-Major Francisco Hornay was officially second-in-command, he was in practice the dominant figure in the relationship. Leadership of the Topas in the Solor archipelago continued to alternate between the da Costa and the Hornay families and was later formalized into a permanent arrangement.

Indications that the new white Portuguese governor planned to assert his authority over all Portuguese subjects became apparent very quickly after his arrival in 1722. When a Butunese boat was forced by strong winds and currents to land at Sitrana, one of the Topas strongholds, Governor Coelho had his men fire on the boat because he believed that they were carrying supplies to the Topas. The situation between the white Portuguese and the Topas remained hostile, and

⁵⁹ *Generale Missiven...*, vol. VI, 30 Nov. 1702, 196-7; 1 Dec. 1703, 240-1; 30 Nov. 1704, 291, 299, 354.

⁶⁰ *Generale Missiven...*, vol. VI, 30 Nov. 1707, 486, 539.

in 1724 the governor used a Portuguese ship from Macau and some 10 Belunese boats to patrol the waters off the major Topas settlements of Sitrana, Tulang Ikan, and Aminata to prevent any supplies reaching them. The Chinese and other traders were warned against trading with the Topas, and one of the Dutch burgers from Kupang was arrested on suspicion of having supplied lead, gunpowder, and other goods to the Topas.⁶¹ The arrival in 1725 of a new governor Antonio Moniz de Macedo brought a short period of peace between the white and black Portuguese.⁶² By 1729, however, hostilities had again broken out between the white Governor Don Pedro de Mello and the Lieutenant Governor and head of the Topas, Francisco Hornay. The latter was accused of inciting the Belunese to take up arms against the white Portuguese at the end of the previous year. With some estimated 40,000 black Portuguese communities in the archipelago, the white Portuguese were hard-pressed to maintain themselves. There was severe shortage of everything at Lifao, and smallpox raged among the population killing some 200 Portuguese. An uneasy peace between the warring groups was made first in 1731 and again in 1732.⁶³

So dominant were the Topas by this time that only the Dutch and their Timorese allies remained as obstacles to their total supremacy on the island. In an all-out effort to oust the Dutch, the entire Topas community was united under the combined leadership of the Hornays, the da Costas, and other major Topas families, in the battle of Penefui in 1749. The decisive battle which ended in a Dutch victory was triumphantly recorded by a Dutch official and provides clear evidence of the considerable strength that the Topas commanded in the region. The first notice that the Dutch received of an impending attack came on 18 October from the ruler of Amabi, who reported that his people had seen a great many armed men and heard the sound of numerous drums who could only have been the Topas. Upon receiving this news, the Dutch sent some *Mardijkers* to scout the situation and ask the Raja Kupang to send a spy to Amarasi, where the head of the Topas had gone in person to gain his support for a joint attack. The scouts and spies reported that there were some 2800 riflemen, excluding those of Amarasi. The large Topas force was under Lieutenant-General Gaspar da Costa and other leaders, many of whom bore the surname da Costa. They were joined by the rulers of Amakona (*Miamafu*) and Ambenu, the head of the Topas from Larantuka, the Belunese, and others from the Timorese lands. The Topas and their allies appeared before Kupang under their various banners and with drums beating. Though far outnumbered, the Dutch troops consisting of Dutchmen, *Mardijkers*, and local allies defeated the Topas-led force and killed their commander, Gaspar da Costa, on 9 November 1749. According to the

⁶¹ *Generale Missiven...*, vol. VII, 30 Nov. 1722, 613; 3 Dec. 1723, 663; 30 Nov. 1724, 718.

⁶² *Generale Missiven...*, vol. VIII, 30 Nov. 1725, 14.

⁶³ *Generale Missiven...*, vol. IX, 30 Nov. 1729, 31, 152; 12 Oct. 1731, 235; 8 Dec. 1732, 372.

Dutch account, when the white Portuguese governor at Lifao, Manuel Correia de Lacerda, was informed of the outcome of the battle, he seemed unconcerned and conducted himself in a manner which indicated that he thought that the fate of the Topas leader, Gaspar da Costa, was deserved.⁶⁴ Such a reaction is understandable because relations between the white Portuguese and the Topas had always been strained in the Solor archipelago. The victory at Penefui assured the continuing presence of the Dutch in Timor.

The dominance of the Topas over the white Portuguese was necessary for the maintenance of "Portuguese" control in Timor. In the crucial battles against the Dutch based at Kupang, the Topas did not succeed in ousting the Dutch from the island, but neither did they lose their position on the island. Dutch reports attribute the strength of the Topas to their large numbers, ability to use European weapons as effectively as the Dutch, and to their many faithful allies among the native kingdoms. But a major factor in the ability of the Topas to retain the allegiance of their native allies was their success over the white Portuguese. The Hornays and the da Costas, as leaders of the Topas, were regarded as rulers of a Portuguese tribe and part of their political landscape; whereas, the small white Portuguese garrison at Lifau was seen as foreign and intrusive. The Topas were thus able to manipulate their dual Portuguese and native identities to preserve the Portuguese presence on Timor.

Conclusion

The Topas were children of a flawed imperial policy and a failed empire. Yet their status and identity as "*mestiço*" enabled them to adapt and prosper by emphasizing both their assertion of being Portuguese and their cultural links to the local communities. But this avenue of advancement would have been blocked had it not been for the readiness of the indigenous communities to localize or domesticate the Topas within their world view. Crucial to the acceptance of the Topas as an indigenous tribe was its continuing status as "Portuguese" with all its associated spiritual connotations. The victory of the Topas over the white Portuguese therefore acquired a new significance. Through the Topas' dominance over the white Portuguese, they were able to assert that they were indeed the more powerful and hence more legitimate Portuguese. In this struggle among the Portuguese, the local communities in Timor understood that victory was a sign of a superior *musu' le'u*, an Atoni term but with equivalents in other Timor communities.

The story of the Topas in eastern Indonesia is just one of many others which can perhaps be found throughout Asia. By rescuing the history of the Portuguese

⁶⁴ C. R. Boxer, "Topasses of Timor...", pp. 14-5; Haga, "Slag bij Penefoeij".

in Asia from the *Estado da Índia*, it is possible to reorient one's thinking from the formal empire to the informal activities of the Portuguese. Boyajian demonstrates that shifting one's focus away from Portuguese state trade to Portuguese private trade reveals an even greater volume and value of trade in the latter half of the sixteenth century, a period often associated with Portuguese decline in Asia. In a similar fashion, more studies should be directed to the "private" Portuguese communities located throughout Asia that functioned as part of the Portuguese "empire" but whose very survival depended upon their ability to indigenize and become localized to indigenous societies. Such a study should also problematize Portuguese identity, particularly between the white Portuguese and "Albuquerque's Children". The historical evolution of the Topas in eastern Indonesia is instructive as a case study of the complexity of what it meant to be Portuguese at the edges of empire. Finally, a study worthy of another C. R. Boxer is one which not only examines the manner in which remnants of Portuguese communities became indigenized and localized by their host societies after 1600, but also one that attempts to show how these scattered communities maintained contact in the shadows of the *Estado da Índia*.

GRUPOS POPULACIONAIS E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NAS ILHAS DE GOA (1720-1830)

PAULO TEODORO DE MATOS *

O presente estudo insere-se numa linha de investigação que temos a vindo a desenvolver acerca da evolução demográfica do território goês e sua dinâmica entre 1720 e 1830. Os objectivos centrais respeitam às oscilações no volume dos efectivos das Ilhas de Goa comparativamente com a realidade verificada em todo o território das *Velhas Conquistas*: Bardez e Salcete.¹ Esta análise não perderá de vista os diversos grupos sociais intervenientes, procurando destacar-se a evolução quantitativa dos brancos, cristãos naturais, hindus, mouros e, ainda, os escravos. Numa segunda fase pretendemos evidenciar alguns dos vectores essenciais da dinâmica demográfica das Ilhas de Goa: a natalidade, mortalidade e nupcialidade em estreita articulação com os grupos intervenientes.

O âmbito desta investigação restringe-se à província das ilhas de Goa por duas razões essenciais. A primeira decorre da extraordinária mortalidade e mobilidade ocorrida neste espaço durante o século XVIII e o conseqüente decréscimo da população. A segunda, pela abundância e qualidade da documentação paroquial existente – a mais completa do território – e que permite lançar luz sobre alguns aspectos da demografia e família. No entanto, dada a escassez de informação bem preservada, as freguesias aqui estudadas segundo o método da *reconstituição de paróquias* não correspondem à amostra ideal, mas àquela que as fontes tornaram possível.

Para os propósitos aqui delineados utilizam-se os censos de 1720 e 1753, extensíveis a todo o território de Goa, e os mapas estatísticos decretados

* Investigador Auxiliar do CHAM (UNL-UA). Programa Ciência 2008.

¹ Exclui-se da análise o território das *Novas Conquistas* incorporado no de Goa a partir da segunda metade do século XVIII.

pela administração ultramarina de 1776 a 1830.² A dinâmica demográfica das Ilhas de Goa, sempre difícil de analisar ante o significativo conjunto de documentação paroquial, foi aferida pela reconstituição das paróquias de Pangim e Morumbim-o-Grande. Para além deste manancial informativo servimo-nos de diversas amostragens realizadas para algumas freguesias das Ilhas com o intuito de melhor se procurar compreender a evolução de certos comportamentos demográficos.

Em 1720 foi levado a cabo um exaustivo levantamento da população do antigo Estado Português da Índia por determinação régia. D. João V, eventualmente com propósito de contabilizar todos os seus súbitos ultramarinos e ciente da inexactidão dos dados anteriormente colhidos em 1718, ordenara uma nova relação «exacta e individual» dos habitantes. Estas listas, extensíveis à costa Oriental africana, possuíam informes acerca da população branca, luso-descendentes, naturais da terra (cristãos, «gentios» e mouros) e, ainda, acerca dos escravos.³ Os dados, de boa qualidade e sem lacunas, foram recolhidos ao nível de cada paróquia de Goa, fornecendo um importante retrato sócio-económico do território naquela data, sobretudo se tivermos em atenção que este nível de informação não está acessível para o Reino em tal cronologia.

Infelizmente no período que nos propomos estudar (1720-1830), o grau de detalhe do censo de 1720 não viria a suceder-se nos levantamentos subsequentes: o de 1753 e os de 1776-1830. Para além deste obstáculo a ausência de informação para os períodos de 1720-1752 e 1754-1775 vem condicionar a análise sobre a evolução dos efectivos e, conseqüentemente, dos diversos grupos sociais e religiosos. De qualquer forma estes mapas estatísticos continuam a fornecer dados sobre o quantitativo de brancos, descendentes, cristãos naturais, «gentios» e escravos, permitindo-nos um acompanhamento global das principais oscilações.

QUADRO 1. Taxas de crescimento anual médio no território de Goa (1720-1828)

	1720-53	1753-92	1792-1828	1720-1828
Ilhas	-0,61	-1,90	0,48	-0,71
Bardez	0,26	0,57	0,57	0,06
Salcete	0,18	0,07	0,16	0,13
Total	-0,04	-0,61	0,37	-0,11

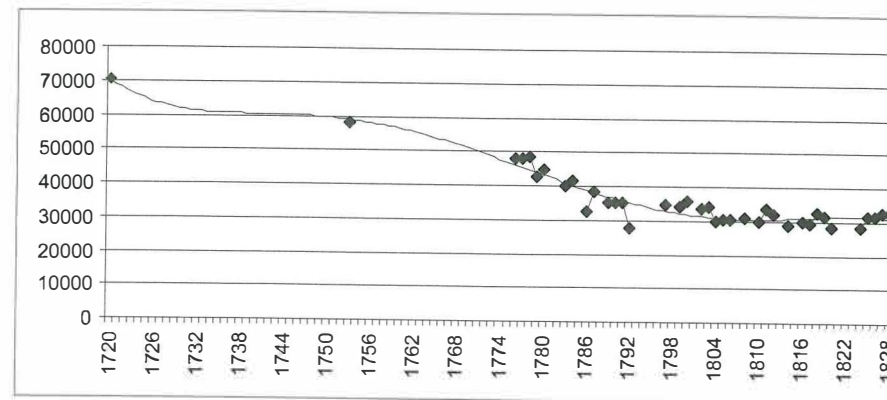
Entre 1720 e 1828 o território de Goa sofreu uma perda na ordem dos 23 mil efectivos ao que corresponde uma taxa de crescimento anual negativa de

² Sobre este assunto veja-se Maria de Jesus dos M. Lopes e Paulo Lopes Matos, «A base demográfica do território goês», in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. V – *O Império Oriental (1660-1820)*, tomo 2, Lisboa, Presença, 2006, pp. 18-19. Os dados usados neste texto encontram-se nesta obra.

³ «Lista de toda a gente...», fl. 5 (HAG, *Monções do Reino*, book 86, fls. 6-57v). Este documento foi por nós recentemente publicado com um estudo crítico. Cf. «O Numeramento de Goa de 1720», *Anais de História de Além-Mar*, vol. VIII, 2007, pp. 241-324.

0,11%. Essa evolução mostrou-se, no entanto, profundamente desigual quer ao nível da periodização, como das áreas geográficas. Assim, apenas em 1791-1828 se evidenciou uma franca recuperação demográfica de toda a região em claro contraste com as fases anteriores. Neste contexto, e considerando-se o período aqui estudado (1720-1828), é de sublinhar a forte diminuição da província das Ilhas (-0,71%) em oposição ao ligeiro acréscimo de Bardez (0,06%) e moderado de Salcete (0,13%).

GRÁFICO 1. Evolução dos efectivos na província das Ilhas de Goa (1720-1828)



Face ao acelerado e contínuo despovoamento das Ilhas, estas detinham uma importância relativa cada vez menor no quadro do território: 35% em 1720 e, apenas, 18% em 1828. A província deixara, pois, de contribuir para o equilíbrio demográfico de Goa assistido em 1720 e 1753, para se tornar doravante numa zona de exíguo volume populacional. Em certa medida tal decréscimo inscreveu-se no processo de ruralização dos efectivos das Ilhas, para o que terá contribuído a forte mortalidade vigente durante todo o período analisado, bem como a decadência e posterior abandono da capital, a Cidade de Goa.

QUADRO 2. Importância relativa das províncias das Velhas Conquistas (1720-1828)

Anos	1720	1753	1792	1828
Ilhas	34,7	29,1	17,5	18,2
Bardez	32,0	35,2	35,8	38,5
Salcete	33,3	35,7	46,7	43,3

Apesar da elevada densidade populacional o povoamento das *Velhas Conquistas* e das Ilhas em particular era de feição marcadamente rural, disperso por várias aldeias, algumas de alguma dimensão, mas onde escasseavam os centros urbanos propriamente ditos comparativamente a outras cidades indianas, nomeadamente Agra, Deli e Surrate. São várias as metodologias para a definição dos

centros urbanos, e se actualmente não existe consenso em torno do patamar mínimo a partir do qual se considera cidade, avulta a dificuldade de classificação para a cronologia em apreço. Enquanto diversos investigadores estipulam que o centro urbano deve exceder os 5 mil habitantes, outros salientam que, muitas vezes, os núcleos com 4 mil efectivos reúnem já algumas características de «urbanidade» atendendo à proeminência detida ao nível das redes económicas, da administração municipal, judicial e até militar.

No caso vertente este critério contunde-se com a irregularidade das fontes ao nível da nomenclatura das unidades geográficas: paróquia, aldeia, bairro e ilha. Em primeiro lugar, ao nível do território, não subjaz um critério idêntico, mas tendencialmente apenas no seio de cada província. Por outro lado a comparabilidade entre os dados é extremamente difícil de se efectuar, pois as aldeias sofrem diversos reagrupamentos consoante os mapas. Apesar da unidade básica da lista de 1720 ser a paróquia, apenas na província de Salsete os redactores tiveram o cuidado de mencionar as diversas aldeias desta circunscrição religiosa. Em 1753 e nas séries seguintes parece prevalecer a lógica da aldeia – mais acertado para a análise dos centros urbanos – mas frequentemente estas sofrem agregações segundo a ilha ou paróquia. A título exemplificativo, nas paróquias de Pangim (Nova Goa) e Santa Inês, os seus quantitativos populacionais não são especificados após 1776 pois, segundo os redactores, constituíam aldeias pertencentes a Taleigão. O mesmo sucede, entre outros, com as duas paróquias da Ilha de Chorão – S. Bartolomeu e Nossa Senhora da Graça que, a partir de 1753, se agregam na «ilha de Chorão».

Este óbice inviabiliza uma análise minimamente rigorosa dos centros populacionais, quer em termos transversais, quer no prisma longitudinal, visto a paróquia conter frequentemente diversas aldeias afastadas entre si e não inseridas num *continuum* urbano. Considerando os centros mais importantes das Ilhas, quer ao nível das paróquias, quer das «aldeias», podemos vislumbrar um panorama, ainda que impressionista, da sua evolução quantitativa.

QUADRO 3. Principais centros populacionais das Ilhas de Goa (1720, 1753, 1787, 1819)

Principais centros	1720	1753	1787	1819
Cidade de Goa	8.804	3.752	1.081	472
São Lourenço	4.234	1.978	1.138	1.014
Taleigão	6.040	7.645	9.615	10.295
Ilha de Chorão	9.311	7.411	3.060	1.816
Goa Velha	3.466	3.734	2.397	1.039
Total	31.855	24.500	17.291	14.636

No quadro 3 reúnem-se os principais centros das Ilhas existentes em 1720, acompanhando-se a sua evolução até 1819; contudo pelas razões atrás expostas

os valores expressos no quadro não se podem equiparar à percentagem de população urbana. Bastará para isso referir que só a paróquia de São Bartolomeu da ilha de Chorão congregava, em 1720, 21 bairros, ou que em São Lourenço se integravam as aldeias de Agassaim, Mercurim e Malvará. Em termos comparativos ressalta a impressionante regressão do volume de habitantes nos diversos centros, praticamente metade do efectivo entre 1720 e 1819. Se a sangria de gentes afectou todos centros, a única excepção era, aparentemente, a aldeia de Taleigão. O seu efectivo ascendera de cerca de 6 mil efectivos em 1720 para mais de 10 mil em 1819; no entanto também aqui se incluíam as aldeias de Santa Inês e a própria vila de Pangim, esta última com crescente protagonismo desde a transferência dos serviços administrativos em 1759.⁴

A característica mais saliente da regressão dos centros das Ilhas reside no despovoamento da Cidade de Goa, a qual, se já em 1720 era um pólo urbano relativamente ténue, será votada ao quase abandono após a década de 1750. Em meados do século XVII apontavam-se-lhe, certamente com algum exagero, cerca de 100 mil habitantes, ascendendo apenas a 20 mil habitantes em 1695;⁵ daí em diante o seu despovoamento na primeira metade Setecentista seria assaz intenso.

Neste contexto a reconstrução da cidade gizada pelo Marquês e implementada entre 1774 e 1780 não viria a frutificar em razão dos fracos recursos financeiros e, acima de tudo, pela contestação popular. A razão não era para menos. Desde há muito que a população local associava a cidade a fortes epidemias, sabendo-se que o simples trânsito por ela poderia acarretar severos riscos para a saúde. A permanência de alguns religiosos no seu interior, designadamente os padres de S. Francisco, do Oratório e as Mónicas, constituía a prova inequívoca de tal anátema: não só a mortalidade era muito elevada, como o seu aspecto físico atemorizava os habitantes.

Na sequência das *Instruções* de D. José I ao Governador, datadas de 1774, previa-se a reconstrução da cidade com base na cobrança de avultadas receitas às câmaras municipais de Goa e num amplo processo de realojamento de serviços e gentes⁶. Se tal financiamento fora obtido, verdade é que a propagação de doenças entre os trabalhadores e militares fora de tal dimensão que o provocara desânimo e pavor das populações e entidades governativas⁷. De facto, em 1776, o governa-

⁴ Sobre este assunto veja-se o nosso estudo, «A Evolução Demográfica de Pangim (Nova Goa). Elementos para o seu Estudo (1720-1830)», in *Neps. Boletim Informativo*, II série, n.º 0, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Guimarães, 2006, pp. 3-10. http://www.neps.ics.uminho.pt/boletins/Boletim_II_N%C2%BA0.pdf

⁵ E. Hambye, «Goa», in R. Aubert (dir.), *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, fasc. 121, Paris, Letouzey et Ané, s.d., p. 137.

⁶ *Instruções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia o Governador, e Capitão General e o Arcebispo Primaz do Oriente no anno de 1774*, pub. e anotadas por Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, Pangim, Tip. Nacional, 1841, pp. 1-4.

⁷ Cf. AHU, *Monções do Reino*, liv. 156 (1775-1776), (28.3.1776), fls. 33-40.

dor D. Pedro da Câmara não querendo contrariar as instruções da Corte, assinava a forte mortalidade das comunidades religiosas e do funcionalismo público, estimando-se em cerca de um terço o efectivo doente.⁸ Nos anos seguintes, concretamente de 1777 a 1780, continuavam em curso avultadas empreitadas para a reconstrução da cidade, nomeadamente a revisão do abastecimento de água, desentupimento de canos de esgoto e limpeza das lagoas em redor.⁹ Mas a mortalidade não cessava, de tal modo que em 1778 se tornara obrigatória a contabilização dos óbitos dos trabalhadores: 208 em Salcete e 196 em Bardez, sendo o número assaz reduzido nas Ilhas (2) em razão de «se recolherem a suas casas todas as noites».¹⁰ Além disto as epidemias – cólera, malária e varíola – haviam-se alastrado às aldeias vizinhas nomeadamente as de Moulá, Neurá, Carambolim, Corlim, Ellá, Arossim e Mandur que ficariam manifestamente arruinadas.¹¹

Se a sociedade goesa se dividia fundamentalmente em dois grandes grupos religiosos – cristãos e «gentios» – as autoridades civis e religiosas prescreviam ainda uma divisão com base no critério étnico e jurídico. Os cristãos subdividiam-se em «brancos» ou do «Reino», ou seja, os indivíduos nascidos na metrópole, que também tomavam a designação de «reinóis». O seu número era consideravelmente reduzido e respeitava essencialmente aos portugueses destacados em comissões de serviço no exército, na administração central e aparelho fiscal, cuja presença no território era, naturalmente, efémera.¹² Um outro grupo, denominado de *castiços*, correspondia aos portugueses estabelecidos na Índia que se consorciavam com outros europeus, pelo que as fontes várias vezes os apelidavam de «brancos filhos da Índia». Assumiam-se como uma camada muito particular e relativamente endogâmica, mas estavam naturalmente aculturados aos hábitos goeses. Apesar da sua proeminência nos cargos administrativos e militares, a sua representatividade era, também, bastante reduzida, sobretudo após a queda de Baçaim em 1739. Os *mestiços* ou os luso-descendentes propriamente ditos resultavam do cruzamento entre europeus e naturais e surgem na sequência directa da política dos *casados* implementada por Albuquerque. No entanto,

⁸ *Ibidem*, fl. 35v.

⁹ *Ibidem*, fls. 33-40. Este processo foi marcado pela extrema conflituosidade entre o responsável nomeado pelo governador para as obras de reconstrução, o Brigadeiro Henrique Carlos Henriques, e o Senado de Goa. Cf. AHU, Índia, cx. 344 (24.06.1777) e Índia, cx. 344 (28.04.1778).

¹⁰ AHU, Índia, cx. 346 (21.4.1778).

¹¹ Sobre este assunto, e para as diversas crises epidémicas no território de Goa, veja-se o nosso artigo «Mortality Trends in Goa (c. 1750-1830). A preliminary approach», comunicação apresentada à *Conference on Demographic Secular Changes*, org. pela International Commission for Historical Demography/Indian Council for Historical Research, New Delhi, 24-28 de Setembro de 2005 (policopiado) e Fátima da Silva Gracias, *Health & Hygiene in Colonial Goa 1510-1961*, Xavier Center for Historical Research, n.º 4, 1994, pp. 69-72.

¹² Cf. Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista: Tradição e Modernidade (1750-1800)*, Lisboa, CEPCEP, 1996, pp. 117-121.

longe de se assumirem como um importante grupo e capaz de funcionar como «mola» da sociedade – tal como preconizara Albuquerque – o seu número nunca fora significativo. Em boa medida tal facto deveu-se à frequente aversão das populações locais em relação ao cruzamento com os europeus, apesar dos vários privilégios instituídos pela Coroa para fomentar os casamentos mistos.¹³

A esmagadora maioria da população, tanto das Ilhas como do território goês, era composta pelos cristãos naturais, ou «da terra», também conhecidos por «canarins». Estes dividiam-se em diversas castas – originariamente hindus – que, perdendo a sua antiga fundamentação religiosa, continuariam a desempenhar um papel fundamental ao nível da diferenciação social, quer entre os próprios naturais, quer ao nível da própria aceitação pelas autoridades portuguesas.¹⁴ Apesar do intenso proselitismo religioso verificado em Goa os hindus assumiam-se como um grupo importante, com uma percentagem global de cerca de 10% no período estudado. Dedicando-se fundamentalmente ao comércio, à colecta de rendas e impostos e ao artesanato, acabariam também por beneficiar da política pombalina que, embora bastante mais favorável aos naturais cristãos, pugnava por um maior clima de tolerância religiosa. Com uma representatividade quase residual encontravam-se os muçulmanos, também ligados essencialmente ao comércio.

Ainda que não prevalecesse em Goa uma sociedade escravagista enquanto base da mão-de-obra agrícola (tal como sucedera no Brasil), sob o ponto de vista jurídico impunha-se, naturalmente, a divisão entre a população livre e a escrava. Esta pautava-se por uma ampla heterogeneidade étnica, geográfica e até religiosa, sendo a maior parte, porém, de origem africana. Mas as etnias chinas, bengalas, timores e malabares também estavam representadas, ainda que em pequena escala. Anote-se que alguns chinas oriundos de Macau eram conduzidos a Goa como forma de evitar o seu infanticídio ou perdição moral, sendo teoricamente libertados após um determinado período de tempo. Apesar da existência de escravos em Timor o seu número era reduzido em Goa e estava interdito a sua revenda a estrangeiros.¹⁵ Registe-se, também, a presença de alguns indivíduos libertos ou forros, apesar de ser muito difícil a sua contabilização.¹⁶ Em finais

¹³ Sobre este assunto consulte-se Luís Filipe Thomaz, «Goa: Uma sociedade luso-indiana» in *De Ceuta a Timor*, 2.ª ed., Difel, 1994, pp. 245-289, *maxime* 257-258; C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, Lisboa, Ed. 70, 1977, pp. 337-339; Maria de Jesus dos Mártires Lopes, *Goa Setecentista...*, pp. 115-117.

¹⁴ Sobre as castas cristãs, mas também as dos hindus, consulte-se, *Goa Setecentista...*, pp. 98-113.

¹⁵ Idem, «Goa a Simbiose Luso-Oriental» in *Nova História...*, pp. 67-68. Sobre a questão da escravatura de chinas e timores veja-se, ainda AHU, Índia, cx. 388, doc. de 5.4.1791, onde se discursa acerca da sua situação legal e enquadramento jurídico. É importante notar a existência de alguns chinas gozando de liberdade, existindo, em 1720, 96 indivíduos nestas condições.

¹⁶ Apenas no levantamento de 1720 se discriminam, por vezes, os forros. No entanto, torna-se

do século XVIII as fontes passam a indicar o número de pardos, resultantes do cruzamento entre um africano e um indivíduo de outra raça; mas a sua condição legal era variável já que competia ao senhor ajuizar sobre o seu estatuto, daí as dificuldades na sua contabilização.¹⁷

Vejam, seguidamente, qual terá sido o quadro dos principais grupos sociais retratados em 1720 e posterior evolução quantitativa. Ressalve-se, porém, que as fontes não promovem a comparabilidade entre as categorias. As principais falhas respeitam à deficiente ou inexistente classificação acerca dos *mestiços*, dos escravos e dos libertos; num outro nível surgem algumas dúvidas quanto à definição rigorosa em termos religiosos, já que nem todos os cativos são cristãos.¹⁸

QUADRO 4 – Principais grupos étnico-religiosos nas Ilhas e no território de Goa (1720)

	Ilhas	% relativa	Goa	% relativa	Ilhas/Goa %
Branco	735	1,0	1.177	0,6	62,4
Portugueses da Índia	233	0,3	233	0,1	100,0
Chins	90	0,1	90	0,0	100,0
Escravos	4.198	6,0	5468	2,6	76,8
Hindus	8.450	12,0	18.321	8,8	46,1
Mestiços	15	0,0	74	0,0	20,3
Mouros	38	0,1	637	0,3	6,0
Naturais	56.554	80,4	182.262	87,5	31,0
Total	70.313	100,0	208.262	100,0	33,8

No contexto do território de Goa as Ilhas apresentavam, em 1720, uma maior complexidade social devido à elevada presença de hindus, reinóis, castiços e escravos. Apesar da inquestionável predominância dos cristãos naturais (80%), avultava a presença de hindus (12%), mas também dos escravos (6%).

impossível aquilatar o seu número pois são mencionados conjuntamente com os escravos. Por exemplo na freguesia da Sé anotavam-se «trezentos corenta e dois cafres malabares e timores escravos em que entrão alguns libertos». HAG, *Monções do Reino*, book 86, fl. 10v.

¹⁷ Sobre este assunto consulte-se o estudo de Timothy Walker «Abolishing the Slave Trade in Portuguese India: Documentary Evidence of Popular and Official Resistance to Crown Policy, 1842-1860» in *Slavery and Abolition*, vol. 3, London, Frank Cass Publications, 2004. Um estudo de Rudy Bauss apresenta valores para este sector da população. Cf. «A Demographic Study of Portuguese Índia and Macau as well as comments on Mozambique and Timor, 1750-1850», *The Indian Economic and Social History Review*, 34, 2 (1997), pp. 204-207.

¹⁸ Em 1720 anotavam-se 74 escravos pertencentes a «gentios» (=hindus) e 6 na posse de mouros.

Se a população branca (reinóis e castiços) era muito reduzida em Goa – cerca de milhar e meio de indivíduos – verdade é que se concentrava maioritariamente nas Ilhas (67%), exactamente por aí se concentrarem os principais órgãos da administração central, eclesiástica e militar. Cerca de 60% da população branca do território residia na Cidade de Goa, não sendo despiciente o número de habitantes brancos nas imediações (Ribandar e Chimbel) e, até, na ilha de Chorão e Agassaim. O despovoamento da Velha Cidade durante a segunda metade do século XVIII conduziu a uma redistribuição dos cristãos brancos que se posicionaram nas aldeias circunvizinhas de Ribandar, Chimbel, Panelim, e Pangim, muitos deles deslocando-se à cidade diariamente para cumprimento das suas funções. Em 1753 o número de brancos elevava-se para 2% e 0,9% nas Ilhas e Goa, respectivamente, o que estará relacionado com o maior afluxo de militares para as campanhas das Novas Conquistas. No último ano observado, 1828, a população branca registava uma elevada percentagem, concretamente de 7 e 2%, nas Ilhas e em Goa, respectivamente. Tal aumento parece ser em certa medida fictício dado ficar a dever-se à inclusão dos luso-descendentes, mas não sendo de excluir um eventual erro das fontes.

QUADRO 5. Grupos étnico-religiosos no território das Ilhas e Goa (1720-1828)

	1753		1797		1828	
	Ilhas	Goa	Ilhas	Goa	Ilhas	Goa
Branco	2,0	0,9	1,4	0,6	7,2	1,9
Cristãos Naturais	77,8	88,1	76,8	90,2	65,7	85,4
Hindus	14,3	8,2	17,6	7,6	19,1	10,7
Mouros	0,1	0,2				
Escravos	4,8	2,3	3,6	1,4	4,5	1,1
Outros	1,0	0,3	0,7	0,3	3,4	0,8

As Ilhas de Goa congregavam a larga maioria dos escravos cujo peso oscilou entre os 6% em 1720 e 4,5% em 1828. Os cativos eram quase exclusivamente propriedade da população europeia que os ocupava no serviço doméstico e neles encontrava, também, uma forma de manifestação de *status*. Em 1720, dos 4198 escravos existentes nas Ilhas, apenas 74 pertenciam a hindus, enquanto na cidade de Goa se concentrava 41% do total. Nas freguesias circunvizinhas, nomeadamente em Ribandar, Daugim e Pangim a população não-livre rondava os 15%, não fossem também estes os locais de maior concentração de portugueses e descendentes. Uma sondagem às freguesias de Pangim e Morumbim-o-Grande entre 1750 e 1819 revelou um baptismo de escravos de 6% e 8%, respectivamente, valores que, apesar de reduzidos, demonstram alguma representatividade deste grupo.

No decurso do período analisado o quantitativo de não-cristãos em Goa – constituído na quase totalidade por hindus – quedou-se nos 9%, tendendo a

um aumento notório entre 1797 e 1828. No entanto mais uma vez se descortinam profundas diferenças no seio de Goa. Aí residia maior número de gentios (c. 13% em 1720 e 19% em 1828), sendo de assinalar o sistemático e progressivo aumento neste período. É de supor que este incremento se ficou a dever, entre vários factores, à maior tolerância religiosa no decurso do consulado pombalino, maior atracção das Ilhas para oportunidades de negócio e, eventualmente, a um menor zelo missionário nesta província. O elevado quantitativo de portugueses, negros e de hindus nas Ilhas proporcionalmente ao restante território das *Velhas Conquistas* fazia desta a província mais complexa em termos composição sócio-religiosa, explicando o forte cosmopolitismo de algumas localidades nomeadamente Pangim, Ribandar e até a ilha de Chorão, já para não falar da Cidade de Goa até meados do século XVIII.

Centremo-nos, agora, em torno de alguns dos comportamentos demográficos das Ilhas de Goa, com particular enfoque na nupcialidade. O sistema demográfico prevalecente poderá considerar-se como de «alta pressão», dada a quase coincidência entre a taxa bruta de natalidade (TBN) e mortalidade (TBM). O território estava por esta razão sujeito a diversas crises de mortalidade que possuíam um efeito regulador no crescimento demográfico. Tal foi particularmente visível nos quinquênios 1776-1779 e 1780-1784, devido à eclosão de diversas epidemias, algumas delas na sequência da reedificação da Cidade de Goa.¹⁹

QUADRO 6. Evolução das taxas brutas nas Ilhas e no território das Velhas Conquistas

Períodos	Ilhas		Goa	
	T.B.N.	T.B.N.	T.B.N.	T.B.N.
1776-1779	33,1	47,0	29,7	33,3
1780-1784	29,3	44,3	27,5	32,7
1785-1789	29,6	32,5	30,1	28,6
1790-1799	28,4	36,9	31,0	28,9
1800-1804	22,5	22,3	28,3	26,5
1805-1809	20,9	18,5	26,9	27,2
1810-1814	32,4	44,0	28,1	27,0
1815-1819	28,9	48,9	27,1	29,9
1820-1824	25,2	45,1	28,7	27,4
1825-1828	28,8	28,9	27,1	25,4
1776-1829	27,9	36,8	28,4	27,9

Os valores médios das taxas de natalidade (28,4‰) e mortalidade (27,9‰) de Goa podem-se considerar relativamente baixos face ao panorama europeu em

¹⁹ Cf. o nosso estudo «Mortality Trends in Goa (c. 1750-1830)...» para uma visão mais detalhada das diversas crises de mortalidade no território.

semelhante cronologia. De facto, em 1801 a natalidade portuguesa era de 34‰, ascendendo a mortalidade a 30,4‰.²⁰ No entanto avultam as diferenças entre as *Velhas Conquistas* e as Ilhas. Aqui a mortalidade foi muito elevada em praticamente todos os períodos, suplantando largamente a natalidade, o que explicará em boa medida o rápido decréscimo dos efectivos. No actual estágio da investigação não nos é possível, contudo, apontar causas para a excepcional permanência destas crises no seio das Ilhas, nem justificar as intrigantes oscilações da mortalidade nas províncias num território assaz pequeno, como é o caso de Goa.

QUADRO 7. Taxas brutas de nupcialidade nas Ilhas e Velhas Conquistas (1797-1827)

Período	Ilhas	Goa
1797-1799	12,1	14,4
1803-1808	9,7	13,0
1814-1820	14,4	12,3

A taxa bruta de nupcialidade (T.B.Nup.) das Ilhas, embora mais reduzida face ao território, registou valores médios na ordem dos 12,6‰. Tal quantitativo afigura-se bastante elevado comparativamente à realidade portuguesa e europeia onde, em período análogo, se aponta uma taxa entre os 6 e os 9‰.²¹ Para tal contribuía, decerto, a elevada mortalidade e, sobretudo a baixa idade média feminina ao casamento, visto a população cristã persistir em alguns hábitos culturais próprios do hinduísmo. Lopes Mendes, que visitara Goa na década de 1860, relatara ser prática institucionalizada dos hindus casarem as suas filhas entre os 7 a 9 anos, e os rapazes dos 12 aos 14.²² A precocidade no consórcio das raparigas destinava-se a garantir a sua castidade, pois «aquela em quem se declara a puberdade antes do casamento fica inapta e é excluída da casta, o que é reputado pelos gentios como a maior desgraça».²³

Na sociedade cristã o peso da ancestralidade hindu marcou os seus hábitos e a consecutiva prática do casamento em tenras idades, assim como a manutenção de diversos ritos próprios do hinduísmo. Neste sentido a Arquidiocese de

²⁰ Cf. Mário Leston Bandeira, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 156-158.

²¹ Em 1815-1819 a T.B.Nup. oscilava, em Portugal, entre os 5,5 (Guimarães) e os 11,9 (Avis), saldando-se a média em 7,43. Cf. Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*, Chez Rey et Gravier, 1822, pp. 208-210.

²² Cf. A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, Fundação Oriente, 1992 (ed. original de 1886), vol. I, p. 244. Sobre este assunto é também útil a consulta de Abbé J. A. Dubois, *Hindu Manners, Customs and Ceremonies*, Book Faith India, Delhi, 1897, pp. 208-237 (reimp.) e *Gazetter of India. Union Territory. Goa, Daman and Diu*, part 1 – Goa, 1979, pp. 243-252.

²³ A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, p. 244.

Goa limitou-se a aplicar o código de direito canónico, pelo qual era interdito o casamento antes dos 12 anos para as mulheres e 14 para os homens, ainda que tal restrição pudesse ser remida em circunstâncias especiais.²⁴

QUADRO 8. Idades médias ao casamento nas freguesias de S. Bárbara e Pangim (1750-1834)

Freguesias	Homens	Mulheres	% Mulheres < 14 anos	n.º de obs.
Santa Bárbara	25,8	16,2	43,5	247
Pangim	24,7	17,1	39,0	1.068

Através do método de reconstituição de famílias à paróquia de Santa Bárbara, uma pequena freguesia rural das Ilhas de Goa, apurou-se uma idade média ao casamento de 26 anos para o sexo masculino e de 16 para as mulheres. Se consideramos que 44% das raparigas contraíram matrimónio com menos de 14 anos verifica-se estar bastante enraizado o consórcio das filhas imediatamente após a sua entrada na puberdade, tal como no seio da comunidade hindu. Da mesma forma em Pangim a idade média masculina saldou-se em 27,4 anos para os homens e 17,1 para as mulheres, 39% destas consorciadas com menos de 14 anos.

Para os padrões dos países meridionais europeus, onde a idade média ao primeiro casamento rondava os 26 para os homens e 24 para as mulheres – mas não raras vezes ascendendo aos 28 anos para ambos os sexos – causa estranheza a reduzida idade do casamento feminino em Goa, sobretudo a elevada percentagem de noivas com menos de 14 anos. Daqui se verifica uma forte diferença etária entre os nubentes aprovada pelas normas sociais. Presumia-se, naturalmente, que o marido falecesse antes de sua mulher, a qual deveria possuir o vigor e zelo para o velar na doença se tal fosse necessário. Não admira, por isso, a existência de um amplo conjunto de viúvas em Goa, muitas delas em idades bastante precoces.

Nas comunidades hindus o recasamento feminino era extremamente raro, chegando mesmo a ser vedado em várias comunidades. Mesmo na maioria das castas as raparigas precocemente enviuvadas estavam interdidas ao casamento.²⁵ Lembremo-nos, igualmente, da ancestral prática do *sati* – acerrimamente combatida pelos portugueses e ingleses – pelo qual a viúva era queimada na pira com o defunto marido.²⁶ Convém recordar que entre a população cristã a condição da viúva é, ainda nos nossos dias, assaz difícil, sendo-lhe imposto trajes próprios e uma vida muito recatada.²⁷

²⁴ *Constituições do Arcebispado de Goa*, compostas, e adicionadas pelo Ex.mo e Rev. Senhor D. António Taveira de Neiva Brum, Lisboa, Imprensa Regia, 1810, Liv. I, Tit. IX, Cons. III, p. 106.

²⁵ A. Lopes Mendes, *A Índia Portuguesa*, pp. 129-130.

²⁶ Cf. M. J. Mártires Lopes, *Goa Setecentista...*, p. 316.

²⁷ De facto no 5.º concílio provincial em Goa (1606) determinava-se «que nenhuma mulher viúvas cristã da terra, que não passasse de 50 anos, rapasse a cabeça, assim por ser rito gentí-

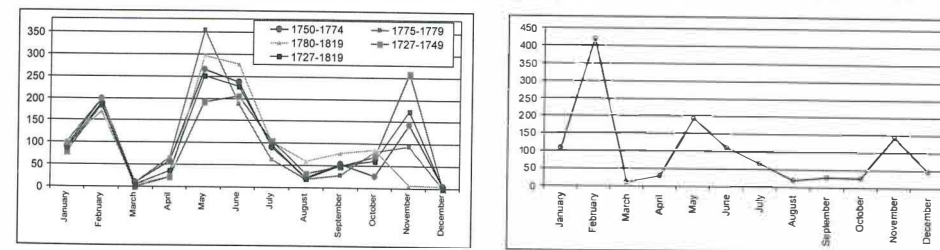
QUADRO 9. Estado civil dos nubentes em Santa Bárbara e Pangim (1750-1834)

Estado civil	Santa Bárbara	Pangim
Viúvos	21,5	10,3
Viúvas	11,3	9,3
Solteiros com viúvas	5,6	3,5
Observações	247	1.060

Apesar da escassez de dados relativos ao recasamento, a informação obtida para Pangim e Santa Bárbara revela, ao contrário do que seria de esperar, uma forte tolerância face ao casamento de viúvas. Embora tal não se possa explicar no actual estágio da investigação assume importância o elevado quantitativo de mulheres com mais de um casamento, com valores perto dos 10%. Também a procura de viúvas por parte de homens solteiros assumiu algum peso nesta sociedade tradicionalista, como revela a percentagem de Santa Bárbara (5,6%).

As investigações respeitantes à sazonalidade dos casamentos cristãos no século XVIII e inícios do século XIX são, ainda, extremamente incipientes para se poder obter uma visão de conjunto relativamente às épocas do ano mais propícias ao matrimónio. Apesar desta limitação, a recolha em curso dos casamentos da freguesia de Pangim – uma das mais populosas do território – e, ainda da paróquia de Santa Bárbara, permite lançar alguma luz sobre o assunto.

GRÁFICO 9. Sazonalidade dos casamentos em Pangim (1727-1819) e Santa Bárbara (1750-1834)



Do universo de 1359 registos, dos quais 1062 respeitantes a Pangim e 297 a Santa Bárbara, constata-se uma forte similitude nas principais tendências, o que vem lançar alguma credibilidade acerca dos dados. De facto, os valores médios dos meses preferenciais para o enlace são, inequivocamente, os de Fevereiro, Maio, Junho e Novembro, todos com índices excepcionalmente elevados. A época das monções – de Junho a Agosto – determina o calendário agrícola e, invariavelmente, o quotidiano das populações após um período de intensas

lico, como porque fazendo-o não querem mais casar, ficando em grave perigo de incontinência». Cf. «Etnografia da Índia Portuguesa» in *A Índia Portuguesa*, vol. I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1923, pp. 253-524, *maxime* p. 502.

chuvas que limitam severamente a mobilidade. A excepcional frequência nupcial ocorrida em Maio relaciona-se com a conveniência de constituição do novo lar antes do período das chuvas. Ainda assim, denota-se uma forte concentração de consórcios em Junho (sobretudo em Pangim), o que poderá ocorrer ainda antes do romper da monção, normalmente na primeira quinzena do mês.

No calendário agrícola de Goa – essencialmente marcado pelo cultivo de arroz – os meses de Setembro e Outubro assumem importância quando se realiza a colheita do seródio (a de maior produtividade) e o de Março com a colheita do de vangana. A intensa força de trabalho requerida para essas lides poderá explicar a reduzida nupcialidade, enquanto o mês de Novembro – mais fresco e seco – é tido por auspicioso pela realização *Divaly* que, embora sendo uma festividade religiosa hindu, influenciou a comunidade cristã.

Por outro lado é de destacar o *tempus feriarum* – a Quaresma e o Advento – onde a Igreja desaconselhava os casamentos e até interditava os banhos e a realização de bodas. Assim em Março, Abril e Dezembro o reduzido número de casamentos inscreve-se nas proibições eclesásticas numa sociedade em que, dado o fenómeno da conversão, a autoridade eclesástica vigiava de perto o cumprimento do direito canónico. Refira-se, também, que a impressionante matrimonialidade ocorrida em Maio – igualmente própria dos hindus – se relaciona com a época de abundância agrícola, da maior importância para se fazer face aos excessivos gastos por ocasião dos festejos.

Em Goa, até tempos recentes, era tradição entre os católicos a celebração do matrimónio na freguesia do noivo visto a mulher se casar também com a família do seu novo marido. Este costume era, depois, extensível ao baptismo dos filhos, sendo que após o parto a mulher deveria abandonar o lar dos pais e regressar ao do seu marido. A este propósito os dados de Pangim e Santa Bárbara acerca da proveniência dos noivos dão-nos a informação contrária, isto é, a percentagem de noivos naturais de outras paróquias é bastante elevada.

Em Pangim cerca de 65% dos noivos eram provenientes das Ilhas de Goa, enquanto os residentes nesta vila ascendiam somente a 42%. Da província de Bardez vieram quase 30% dos nubentes sobretudo de Sirulá, Pilerne e Nerul, o que será compreensível face à proximidade de Nova Goa. Pelo contrário, a quase totalidade das noivas era natural de Pangim (97%) sendo estatisticamente insignificante as provenientes de outras províncias (vide apêndice 1).

Em Santa Bárbara a realidade era bastante semelhante. Apesar do seu reduzido universo e, conseqüentemente menor cosmopolitismo, apenas 41% dos homens era natural da freguesia (Morumbim-o-Grande). No universo feminino, tal como em Pangim, 97% das mulheres que contraíram matrimónio em Santa Bárbara eram naturais da mesma freguesia.

Estes dados permitem por um lado evidenciar a elevada mobilidade masculina no território de Goa; por outro mostram-nos que a tendência para o casamento na terra do noivo poderá não ter sido tão forte em tempos mais recua-

dos. De qualquer forma admitimos que boa parte destes noivos forasteiros fosse efectivamente residente em Pangim e Morumbim-o-Grande, mas apenas com o recurso a outra documentação estaremos na posse de elementos que nos permitam aclarar esta questão.

No entanto, importa salientar a pouca representatividade dos elementos de Pangim e Santa Bárbara para a caracterização da nupcialidade nas Ilhas de Goa. Tendo presente a paróquia de Taleigão – uma das maiores das Ilhas – na década de 1830, deparamo-nos com uma situação assaz diferente. Com efeito nesta freguesia não só a esmagadora maioria dos nubentes foi baptizada no mesmo local (c. 85%), como a percentagem é mais significativa no universo masculino (97,8%). Por outro lado o recasamento – especialmente o das viúvas – revelou-se muito reduzido com apenas 4 ocorrências em 188 observações (2,1%).²⁸ Neste contexto é forçoso sublinhar as importantes variações num pequeno espaço, como é o caso do das Ilhas. Investigações mais pormenorizadas permitir-nos-ão num futuro próximo traçar um panorama mais seguro em torno dos comportamentos da nupcialidade no território goês.

QUADRO 10. Percentagem de ilegítimos em algumas freguesias das Ilhas de Goa (1730-1830)

Décadas	Pangim	Carambolim	São Brás	Santo Estêvão	Santa Bárbara
1730	12,9	—	3,3	1,0	—
1740	6,6	—	5,2	0,5	—
1750	9,9	0,6	6,0	0,3	4,4
1760	5,9	3,9	4,3	0,3	12,8
1770	7,3	4,6	5,6	0,4	10,3
1780	6,7	5,2	4,9	2,3	8,4
1790	5,7	4,8	3,7	2,3	19,4
1800	12,7	—	—	11,5	7,0
1810	7,9	—	—	0,4	5,7
1820	8,8	—	—	0,4	—
180	—	—	—	—	—
Média	7,8	2,8	4,5	2,1	11,6

Das cinco paróquias das Ilhas de Goa já sondadas recolheram-se dados relativos à percentagem de ilegitimidade por décadas. Os valores desta tabela indicam uma significativa diferença no volume de filhos nascidos fora do casamento entre as freguesias assinaladas, em especial as elevadas percentagens atingidas em Pangim (8%) e Santa Bárbara (12%). Pelo contrário em Carambolim e, especialmente em Santo Estêvão (ilha de Jua) denotam-se níveis extremamente baixos no contexto da região. Se em Pangim se poderá compreender a moderada

²⁸ Cf. Harish C. Srivastava, «Marriages among the Christians of Goa – a study based on parish registers», *The Indian Economic and Social History Review*, vol. XIV, n.º 2.

ilegitimidade por se tratar de um espaço urbano onde residia parte da elite portuguesa, alguns militares e escravos, causam estranheza os elevados valores atingidos em Santa Bárbara, uma freguesia de características rurais e local do antigo convento dos Dominicanos.

De qualquer modo a média destes espaços sugere uma percentagem de ilegítimos inferior à vigente no Sul da Europa, onde os níveis oscilavam entre os 9 a 15% em idêntico período. Contudo, a própria definição de nascimento fora do matrimónio nas Ilhas de Goa deverá ser equacionada ante a participação de vários grupos no fenómeno em particular dos escravos, das mulheres gentias e até acerca da proveniência dos expostos.

Conclusões

No período de 1720 a 1830 enquanto o território das Velhas Conquistas se pautava por um ligeiro decréscimo dos efectivos, nas Ilhas essa redução fora muito acentuada em resultado da elevada mortalidade e do próprio processo de abandono da Velha Cidade. Uma das consequências mais directas seria, inevitavelmente, a persistente tendência de ruralização na província a despeito da sua proeminência em termos administrativos.

A configuração sócio-religiosa das Ilhas era, entretanto, assaz complexa, sendo bastante elevado o quantitativo proporcional de brancos, escravos e da presença hindu no panorama das Velhas Conquistas. No entanto apesar da existência de vários grupos populacionais de natureza flutuante: reinóis, mestiços e escravos, a sua importância era bastante reduzida perante o significativo peso da população cristã natural.

Ao nível de alguns comportamentos demográficos dos cristãos, como a nupcialidade, as amostras paroquiais evidenciaram um padrão particular segundo o calendário nupcial, determinado pelas monções e pelas interdições religiosas, enquanto a idade ao casamento era bastante baixa para o sexo feminino, rondando os 16 anos. Apesar disto o recasamento de viúvas era relativamente alto e compatível com os das sociedades europeias neste período. No entanto, apesar desta aparente tendência ficou bem patente a existência de outros espaços em que tal situação era divergente quanto ao recasamento feminino e à proveniência geográfica dos nubentes.

Também a análise da ilegitimidade revelou que esta tinha alguma expressão, pesando sobremaneira a proveniente dos cativos e dos expostos, mas só um alargamento das amostras poderá aclarar esta questão. Por esta razão, algumas das hipóteses levantadas neste estudo carecem de investigações mais sistemáticas ao nível da documentação paroquial, dos assentos das comunidades das Ilhas e, até de outras fontes, nomeadamente as judiciais. O mesmo se dirá para a população hindu de Goa cujos comportamentos demográficos são, na sua maioria, desconhecidos para este período.

APÊNDICE 1 – Origem geográfica dos nubentes em Pangim (1730-1830)

Locais/freguesias	% Noivos	% Noivas	Locais/freguesias	% Noivos	% Noivas
Bengala	—	0,2	Aguada	—	0,1
Brasil	0,1	—	Aldoná	0,4	—
Dinamarca	0,1	—	Anjuna	0,6	0,2
Diu	0,1	0,1	Betim	0,1	—
Filipinas	0,1	—	Britona	0,3	—
Macau	0,1	—	Calangute	0,4	—
REINO	3,6	—	Candolim	2,1	0,2
Rios de Sena	0,1	—	Colvale	0,3	—
Sofala	0,1	—	Guirim	0,3	—
Timor	0,1	—	Mapuçá	0,4	—
Travancore	0,1	—	Nagoá	0,3	—
Fora de Goa	4,9	0,3	Nerul	2,6	—
Agaçaim	0,1	0,2	Oxel	0,1	—
Azossim	0,4	—	Parrá	0,8	0,1
Bambolim	0,1	0,1	Pilerne	2,8	0,1
Batim	0,7	—	Pomburpá	1,8	0,5
Calapor	4,3	—	Saligão	0,1	—
Chorão	4,3	—	Sangoldá	1,0	—
Cidade de Goa	1,9	0,3	Sirulá	14,6	0,1
Corlim	0,6	—	Ucassaim	0,3	—
Curca	0,1	—	Verém	0,3	—
Curcá	1,2	—	BARDEZ	29,5	1,3
Gandaulim	0,3	—	Cortalim	—	0,1
Goa Velha	2,2	—	Margão	0,1	0,1
Ilha de Chorão	0,4	0,2	Rachol	0,4	—
Ilha de Divar	0,4	—	Sancoale	0,1	0,1
Jua	0,8	—	Seraulim	0,1	—
Mandur	0,4	—	Verná	0,3	0,1
Morumbim o Grande	0,4	—	SALCETE	1,1	0,4
Morumbim o Pequeno	1,4	—	Pondá	—	0,1
Murdá	0,1	—	Total	100,0	100,0
Naroá	0,6	—			
Navelim	0,1	—			
Neurá o Grande	0,3	—			
Pangim	42,2	97,1			
Ribandar	9,3	0,1			
Siridão	1,5	—			
Talaulim	1,1	—			
Taleigão	13,2	0,6			
ILHAS DE GOA	64,5	97,9			

APÊNDICE 2 – Origem geográfica dos nubentes em Santa Bárbara (1754-1834)

Locais/freguesias	NOIVO		NOIVA	
	N.º	%	N.º	%
Agaçaim	1	0,5	—	—
Bambolim	1	0,5	—	—
Batim	1	0,5	—	—
Calapor	3	1,6	2	1,1
Carambolim	3	1,6	—	—
Chimbel	1	0,5	1	0,5
Cidade de Goa	14	7,5	5	2,7
Corlim	15	8,0	—	—
Curca	15	8,0	—	—
Goa Velha	4	2,1	—	—
Ilha de Chorão	2	1,1	—	—
Jua	1	0,5	—	—
Morumbim o Grande	77	41,2	166	88,8
Morumbim o Pequeno	7	3,7	1	0,5
Naroá	2	1,1	—	—
Pangim	4	2,1	1	0,5
Ribandar	4	2,1	3	1,6
Siridão	7	3,7	—	—
Santo Estêvão (Jua)	1	0,5	—	—
Talaulim	2	1,1	—	—
Taleigão	15	8,0	3	1,6
ILHAS DE GOA	180	96,3	182	97,3
Assolná	—	—	1	0,5
Calangute	—	—	1	0,5
Penha de França	1	0,5	—	—
Pilerne	1	0,5	—	—
Pomburpá	2	1,1	—	—
Sirulá	1	0,5	—	—
BARDEZ	5	2,7	2	1,1
Curtorim	—	—	1	0,5
Colvá	1	0,5	—	—
Mormugão	1	0,5	1	0,5
Sancoale	—	—	1	0,5
SALSETE	2	1,1	3	1,6
Total	187	100,0	187	100,0

WHITE WOMEN IN PORTUGUESE INDIA AND IN THE BRITISH RAJ

FÁTIMA DA SILVA GRACIAS*

European women began to arrive in India from the early sixteenth century. The first European women to come to India were the Portuguese,¹ they were followed almost two centuries later by British women.

The number of Portuguese women who came to India was small throughout the Portuguese rule (1510-1961). A collocation of factors accounted for the paucity of Portuguese women in Portuguese India. Traditionally, Portuguese men migrated without their wives. They were reluctant to bring them to India on account of long journey, diseases, hot climate, wars, fear of the unknown and the fact that many came on punitive grounds and could not bring their wives along. Perhaps, the most important factor was lack of monetary support from Portuguese Crown which discouraged their men to bring wives to India.² Long journey, hot climate, diseases and different culture also prevented British women from coming to British India in the early period of British rule.

Portuguese women who came to India settled at Cochin, Goa, Bassein, Chaul, Daman, and a few other places.³ They can be classified into three main groups. The first group comprised of wives, daughters and companions of Portu-

* Research Institute for Women.

¹ Iria Pereira, the companion of Captain Antonio Real who arrived in Cochin around 1505 is probably the first woman to have come to India. She was followed some years later by the wife of Captain Gaspar Andrade de Rego and by Catarina a- Piro, a companion of Garcia de Sá.

² C. R. Boxer, *Mary and Mysogyny – Women in the Iberian Expansion Overseas-some facts, Fancies and Personalities*, London, 1975.

³ Their progeny also remained in India but during the last decades of the Portuguese rule majority of white women who came to India returned back to Portugal. A few Portuguese women also lived outside the Portuguese territories in India such as D. Juliana Dias Costa who lived in the Mughal court.

guese men living in India including an occasional wife of a viceroy/governor. From 1540-1750, no wives of Portuguese Viceroys accompanied their husbands to India. In 1750, Marchioness of Tavora created a sensation in Lisbon when she insisted in accompanying her husband who was appointed the Viceroy of India. However, during the last century of the Portuguese rule wives of the Governors generally accompanied their husbands to India. In the second group were *degradadas* – women exiled to India either by the State or the Holy Inquisition for their misdeeds. This group also included stowaways and *aventureiras*. The third group comprised of *órfãs del Rei* and *arrendidas*.

The exact number of Portuguese women who came to India is not known. To begin with it was just a trickle. The number increased from middle of sixteenth century to the early decades of the eighteenth century when *órfãs del Rei* began to arrive from Portugal but even then the number does not appear to be very large. Germano Correia in *História de Colonização Portuguesa da Índia* says that hundreds of girls arrived in India during some years, while Coralie Younger⁴ says that ships from Portugal came laden with women. In the last few decades, C. R. Boxer and Sanjay Subrahmanayam have contested claims of Germano Correia. Boxer was of the opinion that no more than 5-15 girls came to India annually while Subrahmanayam states the number was no more than 10 girls.

Órfãs del Rei (kings orphans) from *Recolhimento do Castelo* – Lisbon and some other orphanages in Portugal (sometimes from noble families) were annually sent to India. They were sent at the expense of the Crown. They were sent to India as prospective brides for Portuguese living in India. The purpose was to settle them, to maintain a white identity and hope that they would control the conduct of the men they married. They were patronized by the king who provided dowries in cash, land and government posts to the husbands.⁵ Their husbands were given charge of *Feitorias* (trading stations), *Fortalezas* (Forts) and *Prazos* (land grants). Villages (*aldeias*) in the Provincias de Norte were in great demand as a part of dowry for orphan girls. Besides they enjoyed several other privileges.⁶

The first batch came to India around 1545. In Goa, initially they lived with respectable Portuguese families until they married but from the end of the

⁴ Coralie Younger, *Wicked Women of the Raj*, Harper Collins Publishers India, 2005 (4th edition), pp. 15-37.

⁵ Despite these incentives orphan girls did not always find husbands in India. Portuguese men were reluctant to marry and preferred to have relationships with native women including *bailadeiras*. Portuguese men found some of the orphans girls old and not good looking. In their turn orphan girls were not ready to marry Portuguese in India majority of whom came from low background, they preferred to join Convento da Santa Monica in the City of Goa.

⁶ Fátima da Silva Gracias, *Kaleidoscope of Women in Goa*, New Delhi, Concept Publishers, 1996, p. 39.

sixteenth century they were sheltered at a *Recolhimento de Nossa Senhora de Serra*.⁷ *Órfãs del Rei* who could not find a husband continued living at *Recolhimento* or subsequently joined *Mosteiro de Santa Mónica* in the city of Goa. The number of Portuguese women who came to India began to decline from the eighteenth century when *Órfãs del Rei* were no longer sent to India and the Portuguese lost many of their territories in that part of the world.⁸

There were only 26 Portuguese women (born in Portugal) in Goa around 1869, the remaining were *castiças* or *descendentes* – those born in India of Portuguese parents. Some of these in course of time married *mestiços* or native men. Towards the end of the Portuguese rule, the number of Portuguese women born in Portugal and living in Portuguese India were not more than few dozens and they were mainly wives of Portuguese officials and missionary/religious women who were involved in the field of nursing and education.

English women started coming to India in significant numbers only from second half of the nineteenth even though English traders had started arriving from the seventeenth century. In the eighteenth century they rarely brought their wives. By this time the number of Portuguese women in India had gone down.

British women who came to India can be divided in to four categories.⁹ The first category comprised of *Memsahibs* (*madam + sahibs*) – wives of British administrators and unmarried sisters of British officials who came initially to maintain a home for their unmarried brothers as in the case of Emily and Fanny Eden, sisters of Governor General Auckland (1836-42).¹⁰ In this group were also daughters who joined their British parents after completing their studies back home in England. The second category consisted of young girls of marriageable age who came to British India looking for a husband among the British men. In the third category were young usually single career women. Finally, the fourth category comprised of girls who came with the spirit of adventure and prostitutes.

The number of British women who came to India steadily increased during the Victorian age and mainly after the mutiny of 1857, when the Crown took over India from the English East India Company. Improvement in transport facilities

⁷ HAG, Ms.8793-*Relação de Goa-LV3/129-129v*; F. S. Gracias, *Kaleidoscope...*, p. 38; Fátima da Silva Gracias, *Beyond the Self – Santa Casa Misericórdia de Goa*, Goa, Surya Publications, 2000, p. 85.

⁸ By this time the Portuguese had lost many of their territories in India, there was decline in trade and fortune and the army was also disbanded. By now many of the Portuguese women who lived in India were the descendents of those who had come in the earlier centuries.

⁹ There were class divisions within the British society in India. On the top were the *mehsahibs* who looked at the missionary women with disdain since they mixed with native women. Missionary women in their turn also had disregard for ranking. There was practically no connection between *mehsahibs* and barrack women although both belonged to the same race.

¹⁰ Some of these sisters came to India with ulterior motive of finding a husband among the British administrators.

owing to introduction of the steamship and shortage of eligible men to marry in their own country on account of male migration to colonies contributed to the increase of British women in India. The Victorian age was also a period when marriages were socially glorified in England and those who remained unmarried were looked down upon. Colonies, particularly India were viewed as a marriage mart for young girls where they could find a husband among the young crop of colonial administrators and officials. Eligible girls came to the British Raj under the protection of their relatives and friends already living in India.

Unlike the Portuguese orphan girls in India, English girls of marriageable age who came in the British Raj received no direct official support from the Government in form of dowry and government post for the men they eventually married. But, at the same time the British Crown did not discourage female migration hoping they would help to maintain imperial identity, prevent the presence of native mistresses and help to consolidate an English life style in far away places. The month of October (soon after monsoon in India and before the advent of cold weather), brought British women to India in ships known as "Fishing fleets".¹¹ Unlike the Portuguese orphans girls who stayed back in India even when they could not find a husband, English women returned back to England within 6 months if they did not marry in India.

The second half of the nineteenth century also saw the emergence in British India of "new breed" of single career women who were educated and trained for a profession such as doctors, teachers, governesses and missionaries. They were also known as "new women" or "unconventional women". The career women were young, brave, independent of family ties and conventional restraints. The largest group of working women who came to British India were the missionaries. The census of 1911, states that about 1,200 missionary women lived in India. They belonged to middle class and came with the mission of improving the conditions of Indian women living in *harems* and *zenanas*. British women doctors and nurses worked in hospitals in India, even though, not always welcomed by male dominated hospitals. Some of these eventually integrated in the British Indian society well as in the case of Amy Carmichael and Angelina Hoare.

Like the Portuguese *aventureiras* a tiny number of British women came with the spirit of adventure and to experience a new culture. There were also British prostitutes living in the presidency towns of Bombay and Calcutta. Even though they were in small numbers, they caused much embarrassment to the British. And they often tried to disclaim that the white women seen for instance in Bombay's red light areas were from their country.¹² Some of these women were earlier barrack wives who after loosing their husbands or separating from

¹¹ Margaret Macmillan, *Women of the Raj*, Thames and Hudson, Spain, 1996, pp.1 6-17.

¹² The British tried to claim that these women came from East European countries.

them were involved in prostitution owing to their economic circumstances. British ladies of upper strata make no mention to these British prostitutes in their correspondence and diaries.

Life style

European women of the upper strata in Portuguese and British India lived in great style and comfort. They enjoyed a way of life which they could not have in their homeland. This included the luxury of vast retinue of servants and the prestige and sense of racial superiority that came with being in power. In a viceroys household in British India, there were no less than 200 minor servants. In Portuguese India, D. Filipa de Sá from Tana had 300 slaves to look after the needs of her household. An early seventeenth century estimate, indicates that each *casado* household in Goa had at least ten slaves. It was a life that provided a great deal of leisure.

Unlike their British counterparts in the British Raj, Portuguese women at least in the early centuries of colonial rule led a rather secluded life and seldom went out except on festive occasions. It had something to do with their culture and religion. When they ventured outdoors they traveled in well-guarded and covered palanquin accompanied by a retinue of slaves to look after their needs. They wore costly apparel of velvet, damask, brocade, satin embroidered with gold thread imported from China and other places, pearls and precious stones.¹³

Many of the European travellers who visited Goa in the sixteenth and seventeenth centuries write about Portuguese women's seclusion. Albert Mandelslo describes a formal lavish dinner he attended at the house of a Portuguese gentleman who was newly appointed Governor of Mozambique. He adds that he never got to see the wife and the daughters of the Governor who were hidden behind the screen. According to Englishman John Freyer, men apparently considered both white and native women far beneath them and unfit for conversation.

In Portuguese India, white women generally spent their time with various arts and works of charity.¹⁴ A few proved themselves as soldiers, nurses, entrepreneurs, *cabeça do casal* and nuns. Interestingly, some spent time looking out of windows that had shades through which they saw without being seen. The nuns of the convent of Santa Monica many of whom were Portuguese born in

¹³ Traders came to the door with their wares; these included Chinese traders with their beautiful embroideries and silk.

¹⁴ They spent time with needle work, equestrian games, being entertained by the slaves, watching plays staged in their compounds, playing cards, instruments such as flute and singing. Those living in the city of Goa were sometimes taken on boat cruise.

Portugal as well as in India spent their time with embroidery, lace work, making buttons and other arts and crafts. They were well known for their expertise in Indo-Portuguese cuisine.

A majority of European women in India particularly the British ones lived in urban areas and cantonment towns. The memsahibs lived mainly in presidency towns of Bombay, Calcutta and Madras in a European ambiance.¹⁵ Houses were built and decorated in British style with English gardens complete with lawns and English flower plants. Clothes were changed for dinner and there was a blue book of etiquettes to be observed. Shopping took many forms. For instance in Calcutta women visited the Army and Navy stores run on European style, they ordered their necessities through mail order catalogues.¹⁶ Wares were brought to the door by *boxwallahs* – Chinaman brought shoes, Kashmiri merchants came laden with silk, shawls and undergarments. Books, newspapers and journals came from England. The Portuguese women had traders from China and other places coming to the door with their wares particularly table and bed linen. Apparently, British women in India had a much better life style than their Portuguese counterparts and yet found life in India tiresome.¹⁷

British women in the Raj had a great deal of outdoor life. They spent time horse riding, cycling, visiting the club, attending dinners (*burrah khannas*), tea parties, tennis parties,¹⁸ balls, picnics, musical evenings, attending plays, holidaying at the hill stations during summers or going along with their husbands on inspection tours and staying in tents in many of these places. In smaller towns British women gathered in the evenings at the *Maidan* for gossip. Some women like Lady Hailey explored the Himalayas, others like Lady Falkland and Florence Fuller sketched to capture the flora and fauna. Emma Roberts spent her time studying India and its people and editing *Oriental Observer* published in Calcutta and Bombay United. Some memsahibs maintained diaries where they jotted down interesting information of their daily life and experiences in India. We have not come across similar writings from Portuguese women living in India.

Linschoten, the sixteenth century Dutch traveler who visited Goa describes life of Portuguese women as luxurious and unchaste.¹⁹ He writes that although

¹⁵ Charles Allen (ed.), *Plain Tales from the Raj*, Future Publications, 1977, p. 82.

¹⁶ In course of time, the mail order catalogue became a major institution especially to months preceding Christmas.

¹⁷ Pat Barr, *The Memsahibs-The Women of Victorian India*, New Delhi, Allied Publishers Private Ltd.

¹⁸ Archery was popular in the second half of the nineteenth century so also tennis.

¹⁹ *The Voyage of John Huyghen Van Linschoten to the East Indies*, Arthur C. Burnell (ed.), New Delhi, Asian Educational Services (reprint), 1988, p. 210.

married they had besides their husbands one or two soldiers with whom they took pleasure sometimes by putting their husbands to sleep with the help of the drug *Datura*. Margaret Macmillan in her much quoted book *Women in the Raj* says that flirting was a great past time in the hills among the British women.²⁰ There were unattached men subalterns and others on leave to pay court to the ladies without their husbands in the hills. The issue was often discussed in the British press in India. According to the *Friend of India* this kind of flirtation often ended in separation and divorce of the married person. Maud Diver who otherwise sympathized with British women in India writes about lax of female morality in the colonies.

European women and native women

The British society in India was insular. Memsahibs knew very little about their native counter part neither did they make efforts to learn about them. This attitude was encouraged by their men even though men themselves interacted much more with Indians²¹ and had Indian mistresses. Occasionally, the wives of British officials accompanied their husbands on visits to Indian Princes. Memsahibs have often been criticized or held responsible for creating a great social distance between the colonizer and the colonized.²² British women found having any close friendship with local men were remonstrated.

Lady Canning, the wife of the British Governor Lord Canning commented that India bestowed aristocracy based on race not only to the *memsahibs* and barrack wives but also to those British women who worked as maids. She further remarked that in India, British maids lived like ladies. The luxury enhanced their life style. In the early period of British rule, the *memsahibs* only link with Indian women were their native domestic staff to whom they entrusted the care of their children and engaged some of them as wet nurses. Yet, they have been accused of treating their domestic staff in demeaning and demanding ways.

British women who came to India during the second half of the nineteenth century were Victorian in their outlook, these mores combined with lack of the knowledge of the local languages made difficult interaction with native women. At the same time, British women were projected as role models for her Indian counterparts who were just coming out of their seclusion. After all that has been

²⁰ Margaret Macmillan, *Women of the Raj*, Thames and Hudson, Spain, 1996, p. 196.

²¹ Indira Ghose, *Women Travellers in Colonial India-The power of the Female Gaze*, New Delhi, Oxford University Press, 1998.

²² Apparently, racial prejudice was almost unknown in British India until the nineteenth century, it could be due to the fact that earlier the English came as traders (had not assumed power) and had to deal with local rulers and others as equals or supplicants.

said we must say a number of British women did seek to alleviate the situation of the native women through missionary work, education and medicine.

The presence of British women in India helped the Raj to maintain its identity at the same time their presence in the Raj seemed to have widened the distance between the ruling race and the native populace. The arrival of British women in significant number during the second half of the nineteenth century appears to have hastened the disappearance of the Indian mistress to a great extent. As hostesses British women fostered the development of exclusive social group in every civil station. The root of British women's (upper class) racism lay in the fact that many Englishmen objected to ladies of their families having contacts of any kind with the locals except probably those who worked under them. This attitude also had support from the Government. The thought of a British woman marrying an India man disturbed both the British as well as the Indians. European women were considered untouchables.

The Government tried to discourage some of the Indian Princes from marrying British women. In 1893, when the Maharaja of Patiala planned to marry Flora Bryan, a music hall entertainer from London, the English Government discouraged him not because she came from wrong class but because she belonged to wrong race. The Government wrote to him that such alliance would put him in an embarrassing situation with the Europeans as well the natives. This was not the only case, the rulers of Patiala, Rampur, Kapurthala, Udaipur and Indore also took British women as their second or third wives and these unions were not approved by the British government.²³ They were ignored by the British government and the children born from these unions considered illegitimate. The Indian also did not like their men marrying British women.

In spite of objections, several British women did marry Indians particularly those who went for further studies to England towards the end of the nineteenth and the twentieth centuries. We know also that some British career women who came to India married local men and integrated in Indian way of life as in the case of Hilda Margaret Tuenon, a doctor of British Army Medical Corps who came to Delhi during World II and married a fellow doctor Tribuhan Prakash Sharma from Meerut. They settled in the hill station of Nainital. Hilda integrated fully in her Indian milieu and visited England only once during the 50 years that she spent in India.

While the memsahibs remained aloof from the natives, British missionary women and other career women interacted with native women and established influence over them through their socio-religious activities. They succeeded in entering the *zenanas*. They learnt local languages to interact among the natives.

²³ The government did their best to discourage Indian Princes to from going to England but they found ways of doing so by getting medical certificate stating the need to go to England or the Continent for medical treatment: Coralie Younger, *Wicked Women...*

These close contacts with the locals were not appreciated by *memsahib* class who often kept them apart and ignored them. Another set of British women who had close contacts with the natives were Governesses and companions engaged by the upper class natives families to educate their children such as in the case of royal families of Cooch Behar, Bikaner, Gwalior as well as upper class Brahmins like the Nehrus of Allahabad. Maharani Gayatri Devi of Jaipur says in her memoirs that her mother had a British lady companion and she (Maharani) had an English governess.²⁴

While the British government discouraged their people from marrying Indians, in Portuguese India, Afonso de Albuquerque (soon after the conquest of Goa) started *Política de Casamentos* between Portuguese men and native women.²⁵ Apparently, the purpose was to forge a new white identity which would remain loyal to the Crown. Many also had mistresses and all kinds of relationships with local women. However, Albuquerque appears to have been also colour conscious for he advised his men not to marry dark Malabari women but fair Moorieses.

A few Portuguese women married Muslim Princes in the early centuries of colonial period. The authorities in Goa were complaining to the Crown about the difficulties they had in settling Portuguese orphans with *Reinois* (Portuguese men in India born in Portugal). Some *órfãs del Rei* eventually married native men even though it was discouraged by the Portuguese Government. Teotonio de Souza states that contrary to general belief, more white blood transfusion may have entered the Goan society through white females who married propertied and influential Goan Ganvkars, than through Portuguese males for whom natives taboos made it difficult to find high caste native mates. He states further, that this was applicable not only to the Christian but also to other Goan communities. In this case, it is likely that the progeny of these white women in their turn also married native men for various reason including shortage of Portuguese men of the same social status. In the twentieth century, some native men who went for further studies to Portugal married Portuguese white women. However, most of them stayed back in Portugal. A tiny number as in the case of *Condessa* Georgina Laura Raimundo came eventually to live permanently in Portuguese India.

So far we have found very little evidence of social interaction between Portuguese white women and the native ones except with their domestic staff and may be those who married local men. We know that the nuns of the convent of Santa Monica some of whom were Portuguese whites lived with native nuns but there too was some kind of discrimination based on colour. White nuns wore black veils and native nuns wore white veils and all important posts were held by white nuns.

²⁴ Gyatri Devi, *A Princess Remembers-The Memoirs of the Maharani of Jaipur*, New Delhi, Rupa & Co., 1995, p. 80.

²⁵ F. S. Gracias, *Kaleidoscope...*, p. 32.

European Women and the Printed Media

British women and issues concerning them have been subjects of discussion in books, newspaper, journals, magazines and travelogues. Printed media in India discussed a variety of issues concerning British women in India such as their life-style, mental conditions, homesickness and need to study local language. It was felt that British women in the Raj could never run their homes efficiently unless they learnt Hindustani to speak with their domestic staff. In 1845, the *Calcutta Review* in an article discussed the appalling conditions of barrack women and high female mortality among British women of lower strata. It voiced the opinion that white women suffered greater degradation than local women. Although, the *Calcutta Review* debated issues regarding middle class British women, it never touched on the lower class white women. In 1883, *Madras Mail* printed rules for callers, timings and days of the week when people could go visiting. It was usually on Sundays after the morning Church service.

Memsahibs were often target of criticism from the press and other sources. Various writings specially from those with traditional views projected British women in a negative manner. Writer Rudyard Kipling describes the memsahib as a homogenous group of aloof, pampered women who had no interest in India and Indians. Some described them as idle, pleasure seeking, materialistic, frivolous and sometimes adulterous. Their moral or lack of it was many times questioned and the press tried to explain and find excuses for their behaviour to the climate, disrupted life style, separation from the children and so on.

Yet, there were others who saw them differently as women who contributed in white men's burden, they felt that the stereotype of the frivolous *memsahibs* were by no means a full and fair representation of their kind. This opinion began to appear towards the end of the nineteenth century, when the press from Calcutta started to look at them with more sympathy and even described them as heroines including some of the *Memsahibs*. One of the great supporters of the *memsahibs* was the author Maud Diver. The change of attitude from the press towards the British women began probably due to the arrival of women with mission that came to India towards the end of the nineteenth century.

British women with lot of spare time at their disposal were very observant of their surroundings. They wrote letters to the family, friends and newspapers which were later published. Some maintained diaries which were published in form of memoirs. Letters and memoirs of women travellers such Emily Eden,²⁶ Mrs. Fray, Flora Annie Steel, Fanny Parks, Margaret Harkness, Fanny Maria Monk and Anne Wilson Steel have left valuable and sometimes small interesting details about the white women in the Raj.

²⁶ She left her impression in her letter and book *Up the Country*.

Their writings not only speak about British women but also regarding the conditions in India, its environment, flora, fauna, life in the hills, mode of transport, entertainment and gastronomy and the politics.²⁷ The diary of Mrs. Fay mentions about excellent Portuguese wines mainly Madeira and Porto wines imported from Portugal via Goa which were popular among the British in India.²⁸ Fanny Parks who traveled widely in north India in the 1830's wrote a book *Wonderings of a Pilgrim in Search of the Picturesque*. In her writings she discusses life in the *zenanas* and her encounter with Maharani of Gwalior. Maria Graham and Lady Dufferin wrote about the conditions of downtrodden Indian women. Lady Canning wrote about everything from the revolt of 1857 to the fauna and flora (she painted them too) Emily Eden throw light on her brother's political diplomacy. She also provides a glimpse of Ranjit Singh's Sikh empire²⁹ The writings of all these British women in India not only provides us information about their daily life but also are of historical value.

Nevertheless, some of the letters and novels written by *memsahibs* show superficial knowledge of India, while others were critical of Indians particularly of Hindus and their way of life. A few were amazed to find that Indians could appreciate art and that they had artistic talents. There are no accounts written by Portuguese women living in India neither there is much information in the local Goan press on Portuguese women, probably because those who came in the earlier century received little education.

Problems of Adjustments in the colonies

Life of the European woman in India was full of complexities and problems of adjustments to the new culture. It was a life filled with stress and often lonely. Emily Eden perhaps spoke for many of them when she wrote to a friend almost at end of her stay in India, stating that during the six years in India she never ceased wanting to go home. But there were others who were young and who came towards the end of the nineteenth century and found life in India a golden experience specially life in the hill stations.³⁰

²⁷ Some of the diaries mention about the artificial methods used to keep the house cool in hot months such as the use of Punkah apparently introduced by the Portuguese in India.

²⁸ Porto and Madeira wines were considered most suitable wine in hot weather like India, not only because of its quality but also due to the fact that it remained in good conditions despite the hot weather (Geoffrey Moorhouse Paladin Books, 1984, p. 42).

²⁹ The week – Special issue. Kochi-Kerala, August 5th, 2007.

³⁰ Each district had its own hill stations in north and south of India. While some sources write about boredom, idle and frivolous life of the memsahibs, others speak about active social life that also left its mark on them.

Among the British women in India who suffered the most were the middle and lower class women mainly barrack wife who suffered from fatigue, mental problems, wife beating, consequences of frequent child bearing, looking after large family, poverty and alcoholism. The marriage of British women in India was often under stress. This situation could have also been true for Portuguese women. In both the colonies particularly in the early period of colonial rule it involved frequent separations of spouses due to duties such as inspections and involvement in expeditions and wars. Husbands were always busy and often on the move specially in British India.

In her turn, the British memsahibs either went to the hill station during the hot months from March to June or went home to England to escape the heat, visit the family or to settle their children in England. As result there were long separation from the husbands. Children above six years were sent back home to study due to fear that they would become Indianized. Sometimes, this situation had traumatic effect on the mother and the child. Mothers lived in fear of separation in the back of their minds from the time a baby was born. Fear that soon the child would reach the age of 5-6 years – a time when the mothers had to take the child back home. Separation caused a lot of stress also between the spouses. A mother was criticized for not being with her children and for sending them to the boarding schools or to the care of relatives. She was also criticized if she stayed back in England for neglecting her duties as a wife and leaving the husband in far way places. No wonder British women mainly from middle class went through bouts of depression, homesickness, restlessness, hysteria, neurasthenia and mental fatigue. These problems were often discussed in the newspapers, journals and books. At times, British women became violent and were incarcerated in mental asylums of Calcutta, Bombay and Madras.³¹ The last thirty years of the nineteenth century saw an unprecedented increase of British women who were admitted in a mental asylum. According to some sources life in the colonies was more injurious to women than men.³²

There is hardly any information about health conditions of Portuguese women in *Estado da Índia*. Mortality rate was high among the Portuguese men in India due to disease, hot climate and wars.³³ Many including viceroys and governors died of fevers but deaths of Portuguese women find no mention in texts or lists of the dead. Mannuci, the Italian traveler says that the climate in India was not suitable to man above forty. Portuguese women must have also faced situation similar to their British counterparts. Mortality rate among women in India was high at the time of childbirth due to lack of proper medical facilities.

³¹ The first one was an all white asylum where the Eurasian and local were not admitted.

³² Indrani Sen, "The Mem Sahibs madness", *Social Scientist*, New Delhi, vol. 33, nos. 5-6, May-June (2005).

³³ F. Silva Gracias, *Health and Hygiene...*, New Delhi, Concept Publishing Company, 1994.

Portuguese women in India like their counterparts in British Raj must have gone through bouts of loneliness common to all European women of the time in India who had to face a different culture from their own. One wonders about the mental conditions of Portuguese women in India specially those who settled permanently.

Some outstanding roles

Several memoirs, letters and diaries give impression that the white women just performed traditional roles of a wife and mother in India. While that is true of majority of them there were many European women both in Portuguese India and the British Raj who played at times extraordinary or unconventional roles in trying circumstances.

Various circumstances led Portuguese women to play some important tasks in a man's world for the benefit of their empire in the early period of the colonial rule.³⁴ A distinctive role, in great emergencies in defense of their motherland, as in the case of *exército de matronas*. Women like Isabel Fernandes and Catarina Moreira fought side by side with men during the great siege of Diu. Others carried food, stones to rebuild the fort and took care of the wounded. They laboured day and night for their country. Some gave away their jewellery as in the case of Catarina de Souza.

Women like Ursula Abreu rendered valuable service to the State in Diu, Chaul in the Provincias de Norte and Goa. Ursula Abreu helped the Portuguese to save a fort in Goa from the Marathas. Some distinguished in Goa and Sri Lanka and performed tasks, which were usually performed by men. They proved themselves in the battlefields as soldiers, nurses and social workers. It brought them at least at work place on par with men at time when women were subjugated and largely invisible.

Some Portuguese women in India proved to be able administrators and businesswomen among these were D. Brites Menezes, D. Luísa da Silveira and D. Maria de Vale. In most cases the business was started by their deceased husbands. They operated shipping fairly well. Their ships sailed in different direction in Asia as far as Macau, China, the Persian gulf and Red Sea. With the help of their ships Portuguese women from Provincias de Norte and Goa carried business with Persian Gulf, Sri Lanka, Mozambique, Malaca, China and Macau. In some cases women themselves started business. It was a remarkable task given their background of seclusion and lack of education.

³⁴ Fátima da Silva Gracias, "Portuguese Women in the Estado da Índia (XVI-XVIII centuries): Women in a Man's World" in *Social Action, Quarterly Review of Social Trends*, vol. 49, July-September (1999); Fátima da Silva Gracias, *The Many Faces of Sundorem – Women in Goa*, Goa, Surya Publication, 2007, p. 133.

Portuguese women in *Províncias de Norte* managed cottage industries which produced jaggery and granulated sugar. As mentioned earlier, deaths among the Portuguese men due to disease and wars was high in India. As result their widows specially in the *Províncias do Norte* (where Portuguese men owned entire villages) were often left as *cabeças de casal* to administer their property and property that belonged to their minor children. The management of such property was not an easy task and Portuguese women had sometimes to fight for their rights from those who tried to illegally take over their land in their absence. We have not come across British women who were involved in business or managed large estates.

D. Luísa da Silva, a rich Portuguese woman settled in Cochin on many occasions provided shelter to the sick when ships arrived from Portugal and the hospital in Cochin was over crowded. The nuns of Santa Monica were responsible for introducing the new indo-Portuguese cuisine. Portuguese women who came to India in the last decades of the Portuguese rule specially the wives of the Governors and high Government officials were involved in some social work and established a few associations of charity.

British women were drawn in the empire building process in many ways. Many of the career women and even a few of the *memsahibs* worked for the uplift of Indian women and in various social activities. They distinguished themselves in various fields including education and medicine.

The nineteenth century was a period of great socio-religious movements in British India some of which tried to improve the position of Indian women. As result of this movement, the Government introduced reforms that resulted in ban on sati, child marriages, polygamy and encouragement of widow remarriages. To implement reforms and connected modernization programmes several white women educationists, missionaries, doctors and social workers and even some *memsahibs* were inducted. They were infused with the idea of moral responsibility and a sense of mission.

Missionary women took enormous risks and sought the upliftment of Indian women from they believed to be evils of child marriages, child widows, female infanticide, polygamy and purdah. They were pioneers in women's health and medical education. They founded schools for girls, women's groups, orphanages, hospitals and dispensaries.³⁵ Women missionaries also taught native women in their *zenanas*. In Portuguese India, a few missionary woman who came towards the end of the Portuguese rule established a schools and worked in hospitals.

There were women who worked also outside missionary system in the British Raj, women who were concerned with the welfare of the native people among these were the educators Mary Carpenter, Flora Annie Steel,³⁶ Annette

³⁵ Missionary women set up 30 schools for Hindu girls.

³⁶ M. Macmillan, *Women...*, pp. 205-206.

Akroyd and Florence Wyld, doctors like Edith Pechey, Mary Rutnam and Ida Scudder, social reformers like the preacher Amy Carmichael and political organizer Eleonor Rathbone. Mary Carpenter encouraged female education and made several proposals to the Government in this direction. Carpenter established the National Indian Association to promote mutual understanding between Indian and English people. Along with Annette Akroyd and Keshub Sen she set up a normal school. Annette Akroyd, although a memsahib, since she married a British administrator opened a school for Hindu girls. Flora Annie Steel, a multifaceted woman ran an English School classes for local boys, designed a town hall in Punjab and she was appointed Inspectress of girls Schools in the Punjab.³⁷

In 1885, Lady Dufferin, established the National Association for Supplying Female Medical Aid to the Women of India – commonly known as the Dufferin Fund. The fund provided financial assistance to women willing to be trained as doctors, hospital assistants, nurses and midwives. It also established a College for nurses and the Zenana Hospitals.³⁸ In 1914, British Women doctors practicing in India formed Womens' Medical Services to help women population.

One of the most distinguished British women in India was Annie Beasant who encouraged female education, founded the Central Hindu College at Benares (1898), started a paper called "New India". and flung into the political struggle for India's independence. In 1916, Annie Beasant established the Indian Home Rule League for obtaining freedom of India.³⁹ Margaret Noble who took the name of sister Nivedita was a strong supporter of radical Indian nationalism. Madeleine Slade, the daughter of an admiral came to India and became a follower of Mahtama Gandhi and served him as Miraben. During World War years British women in India worked in offices, hospitals, edited papers, ran canteens for the troops along the railway lines, joined the armed forces as drivers, clerks and others as nurses and doctors in the Indian Medical services.

The life of British women in India is well documented and it provides almost a complete picture of these women, often written by British women themselves who lived in India during the colonial period. There is hardly any writing available on our side of the world on Portuguese women, written by Portuguese women who lived in India particularly those who came to India in the later centuries of Portuguese rule – material, that could help us to provide a com-

³⁷ She was multifaceted woman – mother, wife, designer, writer, food connoisseur and educationist. Flora Steel is well known for her *The Complete Indian Housekeeper and Cook* which ran into 10 editions. The book provided guidance to the white women in the Raj. She also wrote her autobiography and a novel *On the Fates of the Waters* based on Mutiny which looked at the events from Indian point of view.

³⁸ Lady Dufferin was one of the founders of the Women's Friendly Society.

³⁹ In 1914, she attended the session of the Indian National Congress and presided over it in 1917.

plete picture of these women. The scarcity of material on many aspects of life of Portuguese women in India could be due to the fact that woman hardly mattered.

European women in India shouldered hardships, discomforts, responsibilities and made sacrifices in building the empire in an environment unfamiliar to them. It was a difficult life. The image of women suffering hardships coexisted with the image of ideal and frivolous one. Some women who came in the early centuries of Portuguese rule stayed back as in the case of Portuguese widows in the *Províncias de Norte* who carried business started by their husbands and looked after their vast estates while majority of British women eventually went back home to England.

ENTRE SOLIDARITÉ CATHOLIQUE ET RÉSEAUX D'INFLUENCE. RELATIONS LUSO-FRANÇAISES EN INDE À L'ÉPOQUE DE DUPLEIX

ERNESTINA CARREIRA *

Depuis le XVIII^e siècle, la période de référence dans l'Histoire des Indes française et portugaise reste incontestablement celle des décennies 1740 et 1750. Époque de la fastueuse épopée expansionniste française, époque aussi d'un investissement massif de la couronne portugaise dans la reconstruction d'un prestige terni par la tragique perte de la très riche ville de Bassein en 1739.

Historiens et hagiographes, lusophones et francophones, se penchent depuis plus d'un siècle sur l'extraordinaire destin d'une génération de gouverneurs expérimentés qui considérèrent les grands bouleversements politiques du sous-continent indien, en particulier la chute de l'empire moghol, comme l'opportunité unique de construire, pour leur nation, un espace d'influence continentale alors que depuis des siècles les Européens pariaient sur une présence côtière et commerciale. Dans la littérature historiographique, l'ingratitude des gouvernements européens, qui répondirent aux rêves de gloire par la déchéance des héros (Dupleix et La Bourdonnais) ou leur exécution publique (Marquis de Távora), contraste avec l'exactitude de leur vision, puisque les Britanniques la concrétisèrent peu après en trouvant en Inde, par la conquête du prospère Bengale, les moyens de conquérir le sous-continent et d'enrichir durablement leur métropole.

Cette référence nationaliste de l'historiographie, basée sur les correspondances officielles, dépasse rarement le cadre de la biographie, d'une politique perçue comme individuelle et exceptionnelle. Elle ne permet pas une exacte

* Université de Provence.

vision de la nature des rapports entretenus par les diverses nations européennes en Asie. Les hommes au pouvoir dans les ports de l'océan Indien étaient aussi très souvent des négociants de carrière, bien intégrés dans la société civile locale. Les correspondances entre comptoirs, responsables politiques et religieux des ports français et portugais font donc émerger une réalité moins simpliste : celle du poids des réseaux marchands, familiaux et religieux, dans les décisions des responsables politiques de cette période.

Étudier les relations luso-françaises en Asie à cette période ne relève donc pas seulement de l'analyse des correspondances entre gouvernements. Il est nécessaire de mettre à jour les courants et réseaux d'échanges qui expliquent les discours officiels. Et permettent de comprendre pourquoi l'alliance des nations catholiques en Inde, projet défendu par Dupleix et ses confrères vice-rois de Goa, n'a pu finalement se concrétiser face aux Britanniques.

La mise en place des réseaux d'information et d'échange

Les liens politiques entre Goa et Pondichéry à l'époque du gouvernement de Dupleix sont avant tout le résultat de la constitution de réseaux d'influence communs au cours des décennies 1720 à 1740. Officiellement, le discours du gouverneur français, relayé parfois par certains de ses confrères portugais, prônait que les Portugais n'accepteraient de s'allier en Inde qu'à une autre nation catholique. La France pouvait donc compter sur leur appui. Cette conviction, déjà partagée par Colbert au XVII^e siècle, reposait sur la place primordiale que les Portugais accordaient en Asie à leur action missionnaire. Mais en réalité, la collaboration entre les deux nations en Inde reposa en premier lieu sur les convergences d'intérêts privés et officiels entre les représentants de la Compagnie et ceux de la couronne portugaise. Elles se construisirent dans la durée entre des marchands qui accédèrent ensuite aux plus hautes responsabilités administratives et politiques et qui mirent leurs réseaux personnels au service de leurs ambitions politiques.

Les correspondances entre les comptoirs français, aujourd'hui malheureusement inaccessibles pour des raisons de détérioration, mais encore consultables dans les années 1990 (Aix-en-Provence), permettent de mesurer l'étendue de ces liens tissés à partir des années 1720. Il en va de même pour la collection goanaise des *Reis Vizinhos*, qui conserve la correspondance politique entre autorités de l'Inde. Confrontée aux documents publiés par Albert Lougnon à propos des îles Mascareignes française (aujourd'hui Maurice et la Réunion), la documentation indienne laisse émerger les principaux acteurs du réseau.

Ainsi, on citera d'abord un tandem de malouins : Bertrand François Mahé de La Bourdonnais et Louis Vigoureux, le second ayant joué le rôle d'exécutif d'ordres du glorieux premier.

Comme Dupleix, La Bourdonnais arriva aux Indes âgé seulement d'une vingtaine d'année, en 1725, pour servir la nouvelle *Compagnie des Indes*. En poste à Mahé, qui venait d'être fondé, il fit ses premières livraisons (armes) à Goa en 1726. Les liens établis lui permirent de prendre congé de la Compagnie dès 1727 et de proposer ses services au vice-roi de Goa João de Saldanha da Gama. Il aurait participé, selon les sources françaises, à l'expédition portugaise qui attaqua Mombasa en 1730. En 1731, le danger marathe sur le continent prenant le pas sur les projets de reconquête maritime, le vice-roi l'envoya négocier des achats d'armes avec le Conseil de Pondichéry. L'opération échoua mais il ramena du voyage Louis Vigoureux (installé lui aussi depuis 1726 aux Indes au service de la Compagnie).¹ La Bourdonnais expédia en 1731 en Europe, par le vaisseau du vice-roi qui repartait à Lisbonne, une cargaison de marchandises personnelles dont il confia la garde à Louis Vigoureux. Il repartit lui-même vers Pondichéry en 1732 afin de pouvoir regagner la France.

Il revint d'Europe en 1735, nommé gouverneur des îles Mascareignes, qu'il était chargé de développer. Sa suite incluait aussi Louis Vigoureux et sa famille. Il fit escale au Brésil pour emporter des plantes à acclimater aux îles et y prit des contacts commerciaux. Ami personnel de Jean Louis Orry, directeur de la Compagnie des Indes, selon Philippe Haudrère,² il lui avait sans doute présenté un plan de développement des îles en valorisant ses connaissances de la côte d'Afrique Orientale Portugaise, alors pratiquement inconnue des Français, ainsi que son réseau de correspondants portugais.

Sa mission était de bâtir à l'Île de France (Maurice) le principal port d'escale français de l'océan Indien (tous les ports français de l'Inde ayant des rades médiocres). Il souhaitait aussi développer l'agriculture des îles en y implantant la canne à sucre et le café. Pour ces deux objectifs, il devait nécessairement importer de la main-d'œuvre esclave d'Afrique, en très grand nombre, puisque les îles n'étaient pas peuplées.

Dès 1736, La Bourdonnais projeta d'établir une navigation régulière entre Port-Louis et la côte africaine. Les contacts existaient depuis plus d'une dizaine d'années mais ils étaient restés très sporadiques en raison de l'interdiction de ce commerce imposée par les Portugais aux autres européens.³ La Bourdonnais

¹ *Dictionnaire de biographie mauricienne* – N° 54, octobre 2000, p. 1788. Louis Vigoureux (1702-1769).

² Philippe Haudrère, *La Bourdonnais, marin et aventurier*, Paris, Éditions Desjonquières, 1992.

³ Le vice-roi comte d'Ericeira (futur marquis de Lourical) avait été le premier à mettre Mozambique à portée des Mascareignes. Au retour de son premier gouvernement à Goa, en 1721, son navire, richement chargé, avait été pris par un pirate français au large de l'île Bourbon (actuelle Réunion). Le gouverneur français recueillit passagers et équipage, et les fit transporter à Mozambique. La transaction fut payée en esclaves et le vice-roi s'engagea à plaider en métropole pour l'ouverture de ce commerce. Albert Lougnon, *Recueil trimestriel pour servir à l'Histoire des Mascareignes Françaises*, Publié par l'Académie de l'Île de la Réunion, Madagascar, Vol. 4, 1939, pp. 319 et 320. Vol. 6, pp. 241 et 242.

comptait sur son réseau d'appuis à Goa pour obtenir des tolérances. Il s'était en effet lié à un noble portugais très influent pendant son séjour : Luis Caetano de Almeida. En effet, jusqu'en 1752, les ports africains se trouvèrent sous la juridiction de Goa.

Suivant les instructions de Gabriel Dejean, qui avait fait ce voyage antérieurement, il expédia en 1736 deux navires à Mozambique : le *Jupiter*, grand vaisseau de 550 tonneaux, et la *Légère*, navire plus petit commandé par Louis Vigoureux. Le *Jupiter* devait s'occuper des opérations de traite à Mozambique.⁴ Vigoureux, qui lisait et parlait le portugais, se chargea de récolter des informations sur la côte et de construire les liens avec les autorités portugaises. Le voyage fut un succès : la traite permit l'acquisition de plusieurs centaines d'esclaves et Vigoureux établit un *modus operandi* futur avec le gouverneur de Mozambique (les navires français pourraient rentrer, prétextant une avarie majeure, ce qui faisait partie des codes de législation maritime). Par ailleurs, il récolta une série d'informations sur la côte et l'état des forces portugaises dans les principales forteresses. Le bon accueil des autorités de Mozambique, en complète illégalité par rapport à la législation royale, s'explique sans doute par la situation dramatique de l'Inde à cette époque, car Bassein et les autres ports de la *Provincia do Norte*, assiégés par les Marathes, ne se trouvaient plus en mesure de ravitailler alimentaires l'Afrique.

Dès le retour de Vigoureux avec son rapport, La Bourdonnais expédia une copie de ce dernier à Orry en décembre 1737, en demandant que l'on négocie d'urgence avec le Portugal la cession de la côte orientale d'Afrique. « *La côte de Mozambique est une des plus belles et des plus riches qu'il y ait. Si les Français pouvaient l'avoir, ce serait une côte du Brésil pour eux* ». ⁵ Il y prédit la ruine totale des Portugais (ce qui de fait se produisit en 1739 en Inde) et demanda qu'on profite de la situation pour annexer ou acheter. Mais la Compagnie se montra alors hostile à toute nouvelle création de comptoir et ne donna pas suite au projet du gouverneur des Mascareignes avant 1744. Le roi Jean V signala en effet dans ses instructions au Marquis de Castelo Novo la pression diplomatique effectuée par l'ambassadeur de France à Lisbonne afin d'obtenir la cession des droits historiques portugais sur plusieurs ports de la côte.

La Bourdonnais n'eut donc d'autre choix que les ententes informelles avec les Portugais. Il organisa dès lors, grâce au zèle de Vigoureux, un très rentable trafic entre Port Louis, Mozambique, et la côte occidentale de l'Inde. Trafic aux contours peu identifiables, tant il mêlait les intérêts personnels et ceux de la Compagnie puisqu'il assurait cette navigation avec les navires et fonds de la Compagnie et aussi avec les siens propres. Dès 1737, l'accès à la côte Africaine devint objet de conflit entre la Bourdonnais et le gouverneur de Chanderna-

⁴ Albert Lougnon, *Recueil...*, Vol. 4, 1939, pp. 378 à 389

⁵ Albert Lougnon, *Recueil...*, Vol. 4, p. 375.

gor, Dupleix, intéressé aussi par la route Inde-Afrique à titre personnel et officiel. La Compagnie trancha, attribuant la côte africaine exclusivement aux îles. La côte indienne restait l'apanage de Chandernagor. La couronne portugaise trancha aussi en réaffirmant son interdiction de commerce avec les étrangers et en ordonnant en 1740 l'arrestation du gouverneur Nicolau Tolentino de Almeida, accusé d'avoir reçu les navires Français.⁶ Malgré tout, les réseaux supplantèrent sur les ordres et la législation. L'Afrique orientale resta accessible à tous et La Bourdonnais arma pour la côte orientale de l'Inde jusqu'en 1745. Discrètement, en confiant le commandement des navires de la Compagnie à des hommes de confiance, dont son beau-frère Brun de la Franquerie. Parfois capitaine, souvent subrécargue, Vigoureux se chargeait de l'ensemble des négociations avec les Portugais.

Dès 1739, Goa devint une importante place d'échanges avec Port Louis car une épidémie avait décimé la communauté des esclaves de ce port. Il fallait en importer en grand nombre et les navires de La Bourdonnais allèrent désormais aussi les acheter à Goa (où plusieurs centaines arrivaient chaque année par les navires en provenance de Mozambique). Ce commerce permettait à La Bourdonnais d'écouler à Goa une partie du café produit aux Mascareignes, mais il payait surtout en piastres. D'après le peu d'information dont on dispose, on peut supposer que Luis Caetano de Almeida était son interlocuteur local.

Les aventures du *Jupiter* sont sur ce point révélatrices du réseau établi. Ce vaisseau de la Compagnie effectuait la liaison, en alternance, entre les îles, la côte africaine et l'Inde. En 1741, alors qu'il se dirigeait vers Goa pour l'achat d'une cargaison d'esclaves (pour l'achat desquels il transportait 9000 piastres appartenant à La Bourdonnais⁷), il fut enlevé par les pirates Angrias sur la côte de Konkan. Très endommagé, il fut ensuite amené à Goa pour y être réparé. Le coût exorbitant de la réparation (30.000 roupies) aurait dû inciter le subrécargue, Louis Vigoureux, à l'abandonner. Mais ce dernier préféra le faire réparer et envoyer la facture aux agents de la Compagnie, à Mahé. Le conseil de Mahé écrit d'abord à celui de Pondichéry pour s'étonner de la présence de ce navire à Goa et signaler qu'un tel paiement viderait ses caisses.⁸ Mais Duval de Leyrit, directeur de Mahé, était un habitué de Goa et une relation d'affaires du gouverneur intérimaire alors en place... Luis Caetano de Almeida. La Compagnie reprocha par la suite à Vigoureux le manque de clarté de ses comptes et le fait que le navire ait été vendu à Goa pour 25.000 roupies alors que la réparation avait été

⁶ A.H.U. *Moçambique*, C. 5, D. 67, Goa 19/02/1739.

⁷ Selon le rapport remis par Dejean à La Bourdonnais en 1736, un esclave adulte s'achetait à Mozambique de 80 à 200 piastres. On peut supposer que les prix indiens étaient beaucoup plus chers en raison du transport.

⁸ Archives Nationales d'Outre-mer (Aix-en-Provence), Inde, Feuilles Volantes, Dossier 4431.

plus chère. On peut en déduire que le navire avait fait l'objet d'une vente plus ou moins fictive à Goa, peut-être même au gouverneur Almeida, pour pouvoir naviguer désormais vers l'Afrique en privé et sous drapeau portugais. En effet, alors même que la Compagnie réclamait à Vigoureux en 1744 le remboursement de la somme versée pour la réparation, le navire se trouvait à Mozambique où il embarquait une cargaison de 800 esclaves. Il subit une avarie à la sortie du port, qui l'empêcha de partir. C'est à ce moment-là qu'arriva le navire du nouveau vice-roi de l'Inde, le marquis de Castelo Novo, pour une escale. Non seulement, ce dernier n'ordonna pas la saisie du navire pour commerce illégal, mais il lui prêta 10 marins pour les manœuvres. On ne peut expliquer cette attitude du vice-roi que si le navire disposait d'un passeport portugais.

Toujours est-il que Vigoureux navigua vers l'Inde pour le compte de la Bourdonnais, jusqu'en 1745, bénéficiant sur les côtes indiennes de la protection des armadas de Goa. Après le départ de La Bourdonnais pour l'Europe en 1747, il devint planteur de sucre et armateur aux Mascareignes, obtenant en 1753 et jusqu'à son retour en l'Europe en 1761, le privilège du commerce avec la côte de Mozambique, où il négocia toujours sans difficultés.⁹ La Bourdonnais rentra en Europe sur un navire Portugais, faisant escale en Angola et au Brésil. Il se fit arrêter par les Britanniques avant de rejoindre Lisbonne, mais sa famille passa un certain temps à Lisbonne, sans doute pour liquider ses affaires.

De manière aussi évidente, on évoquera les réseaux indiens construits par Joseph François Dupleix, grâce aux bons services de Léon de Moracin. Arrivé en Inde en 1722, Dupleix rentra au service de la Compagnie et gravit rapidement les divers échelons le menant au Conseil Supérieur de Pondichéry. Il ne semble pas avoir établi de contacts avec Goa avant sa nomination à la tête du comptoir de Chandernagor en 1731. Mais il se lia familialement avec une luso-descendante et ses contacts avec les marchands de cette communauté apparaissent clairement dans la correspondance des comptoirs et les études postérieures qui lui ont été consacrées.¹⁰

Entre 1731 et 1742, date de sa nomination à la tête de l'Inde française et du Conseil Supérieur de Pondichéry, il constitua une flotte marchande privée avec laquelle il arma régulièrement pour la côte de Malabar, en particulier Goa, Bassora, et Mozambique (trois armements). Le Mozambique l'intéressait pour les cauris et les esclaves. Et il pouvait y écouler le riz du Bengale. Son navire la Naïade était plus particulièrement chargé des escales portugaises. On peut supposer que son contact goanais était aussi Luis Caetano de Almeida.

⁹ Albert Lougnon, *Recueil...*, Vol. 6, p. 22.

¹⁰ On citera parmi les plus classiques : J. B. Amâncio Gracias, *Uma heroína luso-francesa ou a célebre Jan Begum, marquesa de Dupleix*. Nova Goa, Tipografia Rangel, Bastora, India portuguesa; Yvonne Gaebelle, *Créole et grande dame, Johanna Begum Dupleix (1706-1756)*, Paris, Leroux, Pondichéry, Bibliothèque Coloniale, 1934.

Dès son accession au pouvoir à Pondichéry, il utilisa pour Goa les services d'un agent zélé en poste à Mahé, et qui fut envoyé pour la première fois dans la capitale portugaise par le conseil de Mahé en 1742 pour régler la question financière de la réparation du *Neptune*. Il s'agit de Léon de Moracin,¹¹ membre du conseil de Mahé, arrivé en Inde en 1740. Pendant toute la décennie suivante, ce dernier fit de très longs séjours à Goa, où il négocia toutes les affaires de la compagnie et des particuliers français. Son rôle allait devenir essentiel pendant la guerre car il assura à Goa, pour le compte du Conseil de Pondichéry et en particulier de Dupleix, le suivi financier des escales et relâche des flottes et navires de guerre, bénéficiant, en cas de problème, de l'appui du gouvernement et de l'élite portugaise. La France n'ayant pas de bon port sur la côte occidentale de l'Inde, Goa représentait une relâche essentielle comme nous le verrons. Mais officiellement neutre, le gouvernement portugais ne pouvait y recevoir les Français. Les bons offices de Moracin prouvèrent qu'on pouvait tout négocier.

Pendant la durée de la guerre, outre son rôle d'informateur, Moracin géra à Goa les prises françaises qui y étaient amenées et affrêta, sous pavillon portugais des navires pour transporter à Pondichéry du bois de construction et autres commandes pour la fortification de cette place.¹² Visiblement, la Compagnie lui reprocha ensuite son peu de transparence dans la tenue des comptes, ce qui suppose des soupçons d'enrichissement illicite, mais Dupleix lui confirma sa confiance.

Après la guerre, Moracin resta à Goa jusqu'en 1749, comme correspondant commercial des affaires privées de Dupleix, de Vigoureux et autres responsables de comptoirs comme Duval de Leyrit, qui devint plus tard gouverneur de l'Inde française en 1755. Son lien personnel avec Dupleix s'affirma d'ailleurs par la suite. En effet, il épousa en 1751 Madame de Kerjean, nièce de Dupleix, qui devint le parrain de leur premier fils.¹³ Nommé au Conseil de Pondichéry en 1752, il fut chargé de l'administration des provinces du Dekkan cédées par Salabat Jang à la Compagnie des Indes, autour de Mazulipatnam.

Au cœur de ce réseau, on trouvait naturellement aussi les autorités et élites marchandes d'une Goa au bord du précipice (années 1737-41) puis en voie de reconstruction. La personnalité de Luís Caetano de Almeida semble dominer la période. Il fut l'un des très rares membres de la haute noblesse portugaise à naître et vivre toute sa vie à Goa.¹⁴ La position de la famille permit à son père,

¹¹ A.N.O.M., Registres Compagnie, Vol. A 60, fols. 583, 600, 703, 721, 728, 732, 781 et 782. H.A.G., Reis Vizinhos, Vol. 11 [1742- 1745], fols. 13v à 14v, 32r à 33r.

¹² A.N.O.M., R.C., Vol. A 61, fl 218.

¹³ E. Gaudart, *Catalogue de quelques documents des archives de Pondichéry*, Pondichéry, Imprimerie moderne, 1931, p. 143.

¹⁴ Mafalda Soares da Cunha et Nuno Gonçalo Monteiro, « Vice-reis, governadores e conselheiros do Estado da Índia (1505-1834), recrutamento e caracterização social », In *Penélope*, Vol. 15, 1995, pp. 91 à 121.

Lopo José de Almeida, d'obtenir pour son fils la charge de gouverneur de Daman alors que Luís avait à peine 8 ans, puis celle de Chaul en 1729 alors qu'il avait 21 ans. Suite à la mort inattendue du Marquis de Lourical, le 12 août 1742, Luís Caetano de Almeida, qui était déjà l'un des plus grands marchands de la capitale, devint aussi (à 34 ans) le gouverneur provisoire de l'Inde portugaise. Et ceci jusqu'à l'arrivée en 1744 du marquis de Castelo-Novo. En récompense de ses services, il fut nommé à la direction des finances en 1745 ainsi qu'au Conseil d'État de Goa en 1748. Il représenta sans nul doute fut la personnalité la plus influente de Goa pendant cette période.

La documentation française montre que Luis Caetano de Almeida fut un créancier régulier du comptoir de Mahé. Il armait pour l'Afrique et pour l'Inde française. Ses liens avec les Français lui permirent d'étendre ses affaires au Bengale. Informateur, il était aussi probablement informé par les Français des mouvements anglais et marathes. Encore en 1754, Dupleix demandait au conseil de Chandernagor de payer au représentant d'Almeida dans ce comptoir, une dette de 5866 roupies que la Compagnie lui devait.¹⁵ Almeida avançait en effet l'argent pour la réparation des vaisseaux français à Goa ou pour toute autre demande de la Compagnie.¹⁶ Mahé lui devait en 1753 plus de 10.000 roupies.¹⁷ Incapable de payer cette somme, la compagnie lui versait depuis lors des dividendes. Malgré la ruine qui suivit l'occupation de l'Inde Française entre 1759 et 1765, le Conseil de Pondichéry ordonnait en 1769 d'honorer la dette due à Luis Caetano, payable désormais à ses fils car lui était décédé.¹⁸ La position de la famille, ses relations avec les Français et la nécessité de maintenir le crédit français à Goa imposaient une telle démarche.

Conséquences politiques des réseaux d'échange : la solidarité franco-portugaise en Inde

Avant 1749, la correspondance entre les vice-rois de Goa et les autorités de Pondichéry (ou de Mahé) ne s'établissait généralement qu'en période de danger, de guerre et plus généralement de nécessité majeure. Ces rares lettres officielles portent sur des faits ou des demandes très précises, ce qui laisse bien entendu supposer que les discussions s'établissaient ailleurs, dans les réseaux intermédiaires.

L'établissement des réseaux marchands et familiaux entre Goa et Mahé dès la fondation de ce comptoir¹⁹ explique certainement pourquoi le vice-roi comte

¹⁵ A.N.O.M., R. C., Vol. A62, fl 380.

¹⁶ State Archives of Goa, Reis Vizinhos, Vol. 11 [1742-45], fl. 13v-14rv.

¹⁷ A.N.O.M., R. C., Vol. A69, fl 232.

¹⁸ A.N.O.M., R. C., Vol. A68, fl 471.

¹⁹ Cf. E. Carreira, « Les relations entre Goa et Mahé au XVIII^e siècle », in *Trois siècles de présence française en Inde*, ACHAC, Paris, 1995.

de Sandomil, ait réussi, dès son arrivée au pouvoir en 1732, à commander régulièrement à Mahé des armes et munitions que Lisbonne ne prenait pas la peine de lui envoyer et que Bombay lui refusa régulièrement pour ne pas provoquer l'hostilité des chefs politiques marathes, alors en guerre avec les Portugais.²⁰

Mais quand la situation se dégrada dangereusement, à partir de 1737, et qu'il fallut faire appel à Pondichéry, la réponse française ne se montra pas à la hauteur de la solidarité manifestée par Mahé. Le Conseil de Pondichéry, lui-même confronté à des conflits locaux avec les Marathes, n'était pas en mesure de fournir les armements suffisants. Par ailleurs, il n'accepta pas de faire crédit à Goa, craignant sans doute une issue funeste pour les Portugais dans cette guerre. Il fournit donc le minimum possible pour maintenir l'entente et le vice-roi n'exigea pas plus. Par certaines allusions au détour de sa correspondance avec Lisbonne, publiée par J. Biker, on comprend que par les réseaux, Pondichéry demanderait en échange de son appui l'ouverture de Mozambique aux navires de commerce français. Ce que Sandomil ne pouvait naturellement accepter sans enfreindre la législation royale et les intérêts de Goa.

La pression indirecte de Pondichéry équivalait certainement à celle que les Britanniques exerçaient à propos de la *Provincia do Norte*. L'île ne pouvait en effet se développer sans augmenter les contacts avec le continent, particulièrement à partir du début des années 1730 quand les premiers chantiers navals apparurent. Or, elle était encerclée par les territoires portugais, avec lesquels les relations étaient conflictuelles depuis la cession de l'île à la *East India Company* en 1665. Les relations entre les autorités de Goa et Bombay étaient à l'image de ces conflits de voisinage. Dès les années 1720, les représentants de la compagnie avaient confié la communauté catholique de l'île à la *Propagande Fide*, expulsant les missionnaires du *Padroado* dépendants de Goa. Ce geste avait certainement joué dans le rapprochement luso-français postérieur et l'accréditation du projet d'une alliance catholique face aux Britanniques. A partir de 1737, le Conseil de Bombay, sans abandonner Goa, préféra parier sur les Marathes, leurs fournissant armes et munitions en échange d'avantages commerciaux futurs.

Au sortir de la guerre contre les Marathes, en 1741, Goa héritait envers Bombay d'une lourde dette (les Britanniques avaient aidé les habitants de Bassein à évacuer la ville avant l'annexion marathe) ainsi que d'une solide rancune à cause de l'aide apportée aux Marathes. La correspondance des vice-rois traduit la conviction dominante à Goa, selon laquelle seule la France représentait désormais un allié potentiel en Inde. Dupleix, qui arriva au pouvoir en 1742, sut habilement tirer profit de cette situation, dont il était bien informé. La couronne portugaise facilita aussi ses ambitions en décidant dès 1740 de réta-

²⁰ A. B. de Bragança Pereira, *Arquivo Português Oriental*, Bastora, Tipografia Rangel, Tomo 1, Parte V, Vol. III, 1940, pp. 432 et 433.

blir le prestige militaire portugais en Inde et d'envoyer des vice-rois connus pour leurs liens privilégiés avec la France.

Ainsi, Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses, comte d'Ericeira, qui avait déjà gouverné l'Estado avec talent entre 1717 et 1720 repartit en 1740 pourvu du titre de marquis de Louriçal. Meneses avait grandement contribué en 1721 à établir les relations entre les Mascareignes et Mozambique. Son décès prématuré à Goa en 1742 amena au pouvoir, par intérim, dom Luís Caetano de Almeida, tout acquis à la cause française. Puis, en 1743, le roi Jean V nomma dom Pedro Miguel de Almeida e Portugal, comte d'Assumar et ancien gouverneur de Minas Gerais (Brésil). Le comte d'Assumar n'était pas très enthousiaste à l'idée de partir en Inde. Cadet de haute noblesse, il ne possédait pas de grande fortune, ni de titre. Ses deux fils se trouvaient alors à la cour de France.²¹ Le roi réussit à le convaincre en lui attribuant le titre de Marquis de Castelo Novo et des revenus substantiels. Castelo Novo fut décrit plus tard par Dupleix comme « l'ami intime des Français ». Il gouverna l'Inde portugaise de 1744 à 1749.

L'objectif portugais était de rétablir la crédibilité de la nation en Inde et de récupérer la *Provincia do Norte* si les circonstances le permettaient. Les vice-rois commencèrent d'abord par assurer la sécurité de Goa et sa survie économique en profitant des armes, hommes et moyens envoyés de Lisbonne pour conquérir les principautés indiennes environnantes et anciennement tributaires.²² Habilement divulgués par la politique propagandiste de la couronne en Europe, ces exploits militaires aidèrent par la suite Dupleix à convaincre le gouvernement et la Compagnie des Indes en France, de l'utilité de l'Asie portugaise pour le développement des intérêts français.²³ Castelo Novo et Dupleix lui-même entretenirent des relations épistolaires suivies, les deux hommes ayant alors la pleine reconnaissance de leurs souverains (Castelo Novo reçut en 1746 le titre de marquis d'Alorna en remerciement de la prise de la place d'Alorna, et Dupleix, cadet de noblesse, accéda lui aussi au marquisat de Dupleix).

Ce fut dans ce contexte que la guerre obligea les deux vice-rois à faire jouer leur capacité d'influence mutuelle.

La guerre de succession d'Autriche fut le premier conflit à s'étendre à l'ensemble des domaines maritimes. Malgré la construction de Port-Louis aux

²¹ Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu pai e meu senhor muito do meu coração, correspondência do conde de Assumar para seu pai, o marquês de Alorna*, Lisboa, I.C.S./Quetzal Editores, 2000.

²² Cf. E. Carreira, « O Estado português no Oriente, aspectos políticos, (1660-1815) », in *Nova História da Expansão*, Lisboa, Editora Estampa, 2006, Vol. IX, Chap. 1.

²³ Cf. *Epanaphora Indica*, de José Freire de Monterroyo de Mascarenhas (6 volumes imprimés entre 1746 et 1752). Divers résumés furent diffusés dans toute l'Europe, comme par exemple : António Manuel de Meireles, *Relações das conquetas do Marquis de Castelo Novo*, paru en 1748 en France.

Mascareignes, la France se trouvait en position de fragilité en Inde car elle ne disposait d'aucune rade susceptible d'accueillir ses vaisseaux sur la côte occidentale. C'est pourquoi Dupleix paria dès 1745 sur l'appui de Goa. Mais en Europe, le Portugal avait déclaré sa neutralité et l'amiral anglais Griffin ainsi que les autorités de la compagnie en Inde, mirent en garde Goa contre tout projet d'aide aux flottes françaises. L'Inde française se trouvant en difficulté, Mahé de La Bourdonnais envoya en 1746 une flotte de guerre contre Madras. La ville fut prise et occupée pendant plusieurs mois par les Français. Mais plusieurs vaisseaux, commandés par l'amiral Dordelin, durent quitter Madras. La saison ne permettait pas un retour vers Port Louis et les navires se retrouvèrent en difficulté.²⁴ Dupleix contacta rapidement Goa par voie de terre, et reçut une réponse négative. Il répondit en rappelant les services rendus par Pondichéry aux Portugais et Duval de Leyrit renchérit argumentant que les Portugais aidaient aussi les vaisseaux anglais de passage. Sans attendre le résultat d'une négociation qui allait se dérouler à Goa (Moracin fut expédié d'urgence auprès du vice-roi) Dupleix donna ordre à l'escadre de naviguer vers Goa. Le marquis d'Alorna n'eut d'autre choix que d'autoriser l'hivernation de la flotte, qu'il cantonna par sécurité à Mormugão, loin de la Mandovi où accédaient les flottes anglaise et portugaise.²⁵

La décision de Dupleix gêna les projets Alorna. Bien que favorable aux Français, il n'ignorait pas la capacité de représailles britannique, laquelle ne tarda pas d'ailleurs à s'exercer contre les intérêts marchands portugais au Malabar. Par ailleurs, Alorna préparait une expédition pour réoccuper Bassein. Mais le gouvernement de Bombay avertit le Peswha Nana Saheb que l'arrivée des Français pouvait aboutir à une alliance pour aller attaquer Bassein. Nana Saheb envoya des troupes supplémentaires à Bassein, empêchant ainsi toute intervention portugaise.²⁶

Mais Alorna soutint politiquement la décision que Dupleix lui avait imposée, sans doute au nom de la solidarité des deux nations en Inde, et par la pression des élites francophiles de Goa. Cela ne l'obligea pas moins, jusqu'à la fin de la guerre, à porter aussi secours aux navires britanniques, pour ne pas amener les anglais à une rupture de la paix avec les Portugais en Inde.²⁷ Si la France apparaissait à Alorna comme l'allié nécessaire en Inde, il n'en avait pas

²⁴ S.A.G., Livros das Monções, Vol. 120 B (1745-1748), fls. 447v à 449v.

²⁵ Une grande partie des centaines d'hommes d'équipage français, blessés et malades, ainsi que l'amiral, décédèrent à Goa.

²⁶ Manuel Artur Norton, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1967, p. 141.

²⁷ S.A.G., L.M., Vol. 120B (1745-1748), fls. 451rv, 454r à 459v. G. Forrest, *Selection from letters, despatches and other State papers preserved in the Bombay Secretariat*, Government Central Press, 1887, Vol. 1, Home séries, p. 276.

moins conscience que l'Angleterre dominait la situation maritime. Il résumait d'ailleurs sa vision de la situation en écrivant en 1747 à João de Sousa Ferraz, représentant de la nation portugaise à Bombay : « da violência dos Ingleses tudo se pode temer »²⁸.

La période expansionniste française (1748-1754)

La fin de la guerre de Succession d'Autriche marque aussi un tournant dans la politique de Dupleix en Inde. Sans appui concret de la Compagnie, il lança un projet d'expansion continentale qui amena Pondichéry à intervenir militairement dans les grands conflits entre puissances indiennes. Cela aboutit également au développement d'une rivalité sans merci avec les représentants de la *East India Company*.²⁹

Ce changement de stratégie est perceptible dans ses relations avec Goa et plus globalement dans sa vision des établissements portugais à l'Est du Cap de Bonne Espérance. Si avant 1748, il paria sur la solidarité entre nations catholiques face à l'ennemi commun britannique ou marathe, il passa ensuite à une vision plus orientale de la situation. Sa correspondance montre qu'il fut un temps impressionné par la capacité militaire des Portugais à construire (entre 1741 et 1748) autour de Goa le domaine continental que cette dernière n'avait jamais possédé du temps de sa splendeur maritime. Mais il avait aussi conscience que l'Inde portugaise n'aurait désormais que le poids d'une principauté régionale, à l'image de celles qu'il cherchait désormais à soumettre à l'influence française. Il s'agissait désormais de développer le projet de deux nations catholiques alliées, mais avec une Inde française dans le rôle de puissance protectrice, rôle que Goa n'accepta jamais de reconnaître.

Concrètement, cela se traduisit par quelques propositions d'aide dans les projets portugais déjà en cours, et qui contribuèrent d'ailleurs à l'échec de ces derniers. Et surtout à des tentatives maladroites de récupération du domaine commercial portugais qui finirent par susciter la méfiance du dernier vice-roi de la période, le marquis de Távora. Cette position explique l'éloignement progressif entre Goa et Pondichéry, malgré une solidarité de façade, et l'échec de l'ensemble des projets communs entre 1749 et 1754.

Le cas de São Tomé de Mylapore initia cette période de malentendus. Les Portugais avaient été expulsés de la côte de Coromandel depuis les années 1660, mais ils y maintenaient une présence résiduelle. En effet, les communautés luso-descendantes de São Tomé s'étaient installées à Madras et Pondichéry, qu'elles

²⁸ S.A.G., Reis Vizinhos, Vol. 12 (1746-1750), fls. 108v et 109r.

²⁹ Cf. Marc Vigjié, *Dupleix*, Fayard, Paris, 1993.

avaient contribué à construire, et maintenaient une navigation relativement active avec Goa et Macao. L'archevêché de Goa imposait sa juridiction sur l'ensemble de la côte orientale de l'Inde à travers l'évêque de São Tomé de Mylapore (Augustins et jésuites). L'arrivée des Missions Etrangères de Paris et des Capucins, avait provoqué une série de désordres entre ordres religieux et l'hostilité des autorités de Pondichéry. Un accord, daté de 1733, permettait aux Français de proposer des prêtres et missionnaires de leur choix mais la confirmation devait être soumise à l'accord final de l'évêque.

Depuis 1720, les vice-rois de Goa s'intéressaient de nouveau à São Tomé, perdu en 1663. Le centre économique de l'Inde se déplaçait progressivement de la côte occidentale (Surat) vers l'orientale (Madras-Pondichéry-Tranquebar) et les produits de cette côte étaient nécessaires au commerce de l'Afrique et de Macao. São Tomé était alors un port en pleine décadence mais une petite communauté descendante y subsistait et les navires de Macao y faisaient escale. Goa n'avait jamais pu obtenir des souverains moghols la restitution de ce port, mais avec l'effondrement de cet empire, elle reprenait espoir. La guerre contre les Marathes avait occupé toutes les forces dans les 20 ans qui suivirent mais le marquis de Louriçal, qui avait lancé le projet en 1717, revint en 1741. Il révisa la question, ainsi que son successeur, le marquis de Castelo Novo, car il fallait reconstruire les routes commerciales après la chute de Bassein.³⁰ Par ses réseaux d'information, Dupleix avait connaissance de ce vieux projet. Mais il souhaitait lui aussi dominer cet espace.

Le territoire appartenait en 1749 au nabab d'Arkat, allié des Français. La ville se trouvait aux portes de Madras et représentait un lieu d'observation privilégié des mouvements britanniques. Dupleix tenta d'abord de placer un de ses hommes de confiance, le franciscain frère António da Purificação, originaire de Goa (famille des Noronha), auprès de l'évêque, sans grand succès.³¹

Dupleix négocia ensuite avec le nabab et obtint la cession de la ville aux Français. Mais on pouvait s'attendre à une réaction violente de Madras en cas d'investissement militaire de la ville par les Français. Dupleix décida donc de confier la ville à António da Purificação, et demanda à ce dernier de se mettre sous protection du roi du Portugal, comme il en avait légitimement le droit puisqu'en tant que Goanais il était vassal de la couronne portugaise. A. da Purifi-

³⁰ A. B. de Bragança Pereira, *op. cit.*, Tomo 1, Parte 3, Vol. III, pp. 6 à 8.

³¹ Il s'était entiché de ce jeune franciscain arrivé de Goa en 1744 et qui avait réussi à construire une généalogie mythique pour Mme Dupleix en lui découvrant une parenté fictive ou réelle avec sa noble famille des Noronha. Dupleix, qui l'appelait « mon cousin » selon certaines sources, avait essayé dès 1746 d'obtenir de l'évêque de São Tomé qu'il soit nommé « vicaire général de l'évêché » mais l'évêque refusa car il le trouvait trop jeune et trop ignorant. Pour ne pas déplaire à Dupleix, il le nomma « visiteur des paroisses du district de São Tomé » ce qui eut pour conséquence de mécontenter les religieux de l'évêché, lesquels obtinrent de l'archevêque de Goa l'annulation de cette nomination. S.A.G., Reis Vizinhos, Vol. 123 (1746-1750), fls. 236r à 237v.

cação écrivit le 18 août 1749 au Marquis d'Alorna qui accepta immédiatement et contacta certains membres de la riche communauté arménienne de Madras afin de les sonder sur leur possible investissement en ce port. Il nomma A. da Purificação procureur de la nation portugaise à São Tomé et proclama un pardon général pour tous les déserteurs et criminels portugais qui accepteraient de s'y installer.³² Mais en octobre 1749, le contre-amiral E. Boscawen, suivant les ordres de Madras, investit le port avec ses navires et ordonna l'occupation militaire de la place.³³ António da Purificação fut arrêté et expédié en Angleterre. Selon les accusations de Dupleix, l'évêché aurait collaboré avec les Britanniques, obtenant au passage que les Capucins français fussent exclus de Madras. Victime de ces règlements de comptes croisés, le marquis Alorna, qui achevait alors son mandat, embarqua pour Lisbonne sans même pouvoir émettre une protestation de principe auprès du gouvernement de Madras puisque le nabab n'avait pas remis la place aux Portugais mais aux Français.

Malgré tout, dans les instructions à son successeur, il pointait les Britanniques comme les responsables directs de l'élimination des Portugais du commerce de cette côte orientale et regrettait de ne pas avoir les moyens de rompre avec eux en Inde. Pour lui les Français restaient, malgré les problèmes, les seuls alliés possibles.³⁴

Nettement moins francophile que son illustre prédécesseur, le Marquis de Távora eut recours, dès son arrivée, aux services d'un autre aventurier de la trempe de Purificação pour essayer d'intervenir dans cette question. Depuis 1741, Lisbonne envoyait régulièrement en Inde des officiers européens déjà en poste au Portugal. A son arrivée à Goa en 1750, le vice-roi y trouva François Cyrus, baron de Vilorie, originaire de suisse flamande et qui avait appris le métier des armes à Paris. Alors âgé de 31 ans, il vivait en Inde depuis un an et comptait parmi les trois officiers étrangers les plus gradés de l'armée de Goa.³⁵ Mais il se déclarait aussi sérieusement malade (sans doute ne pouvait-il s'enrichir à Goa) et demanda à partir pour le sud en convalescence. Távora, peu au fait de la situation indienne, lui confia alors la mission de passer à São Tomé pour examiner la situation.

³² S.A.G., L.M., Vol. 122B (1749-1750), fls. 243r à 247r. J. A. Ismael Gracias, *Dom António José de Noronha évêque d'Halicarnasse*, Paris, Ernest Leroux, 1933, p. 48.

³³ G. B. Malleson, *Histoire des Français dans l'Inde depuis la fondation de Pondichéry jusqu'à la prise de cette ville (1674-1761)*, Librairie de la Société Bibliographique, Paris, 1874, pp. 184 à 186.

³⁴ Júlio Firmínio Júdice Biker, *Colecção de Tratados e concertos de pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez com os reis e senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e África oriental desde o principio da conquista até ao fim do século XVIII*, Lisbonne, éd. Imprensa Nacional, 1881 à 1888, Tome VI, pp. 327 à 329.

³⁵ S.A.G., M.R., Vol. 123 A [1700-1750], fl. 229r – Vol. 125B [1742-1753], fls. 507v à 508v, 538r à 539r, 686r à 691v, 951r à 954r.

Le bruit courait en effet à Goa que les Anglais venaient d'évacuer la ville. Nous avons peu d'éléments sur cette affaire, le marquis de Távora ayant toujours officiellement nié l'avoir confiée à Vilorie. Il est d'ailleurs possible qu'il lui ait au départ pensé à un simple travail d'espionnage et que Vilorie, prenant modèle sur Purificação, se soit ensuite comporté en aventurier. Toujours est-il que Vilorie quitta Goa pour Mahé où il annonça aux responsables de la Compagnie française qu'il avait été nommé... gouverneur de São Tomé. Il fit de même avec le gouverneur anglais de Cuddelur, ce qui alerta celui de Madras, qui ordonna le renforcement des troupes à São Tomé, par sécurité. Sa réception par l'évêque de São Tomé fut des plus fraîches. Il se rendit ensuite auprès du nabab d'Arkat, à qui il soutira 10.000 roupies, contre la promesse d'amener un corps de 800 hommes de Goa par voie de terre. Un franciscain de Goa le rencontra en août 1751, installé à Pondichéry, où venait de proposer à Dupleix de lui prêter 6.000 roupies pour emporter une cargaison de marchandises vers Goa. Il quitta Pondichéry en avril 1752 sur ordre de Távora, lequel s'était entretemps ravisé à propos de São Tomé car il ne souhaitait pas de conflit avec les Anglais, et revint à Goa. Il s'apprêtait à la fin de cette année-là à embarquer pour Lisbonne, quand Távora reçut une lettre de Dupleix accusant Vilorie d'escroquerie et de s'être comporté en aventurier. Távora approuva l'attitude du gouverneur français, l'informa que Vilorie repartait prisonnier au Portugal. On le retrouve cependant cité en 1758 dans les archives de l'ordre du Christ, dont il venait d'être fait chevalier. Il résidait paisiblement à Lisbonne et exerçait son art dans l'armée portugaise avec le grade de colonel d'infanterie.³⁶

Mais l'affaire de São Tomé continua. Purificação revient lui aussi d'Europe en 1752, nommé par la France évêque d'Halicarnasse (nomination que le Pape refusa finalement). Il proposa au marquis de Távora de constituer un groupe de 200 mercenaires pour récupérer la ville, ce que le vice-roi s'empressa de refuser.³⁷ Il rejoignit alors Dupleix, en tant que militaire. Mais l'année suivante, l'évêque de São Tomé décéda. Dupleix écrivit une fois de plus à l'archevêque de Goa en 1753, qui ne répondit jamais, pour demander la nomination de Purificação comme gouverneur provisoire de l'évêché. Le rappel de Dupleix en 1754 régla définitivement la question de São Tomé au bénéfice exclusif des Britanniques.

Dans le même ordre de projets avortés qui amenèrent Távora à se détourner progressivement de l'alliance avec Pondichéry, figure la question de la récupération de la *Província do Norte*.

³⁶ Archives Nationales Portugaises (IAN/TT), Habilitações da Ordem de Cristo, L J, M 12, N° 19.

³⁷ S.A.G., M.R., 125B [1742-1753], fl. 521r à 524r. Il demanda 200 soldats à Goa, pour asseoir son gouvernement ainsi que la nomination de son beau-frère Luís Telles de Menezes, comme gouverneur de São Tomé.

L'Inde française se trouva à partir de 1751 engagée dans les guerres de succession à la tête de la confédération marathe, espérant que ses services lui permettraient d'obtenir des cessions de territoires. Mais cette politique interventionniste coûtait cher et la Compagnie renâclait à financer. Dupleix eut alors l'idée d'y introduire l'appui des troupes portugaises. L'affaire pouvait en effet concerner Goa.

En 1749, Shahu était décédé sans laisser de descendance directe, ce qui entraîna de délicats problèmes de succession. Une faction des chefs de guerre, parmi lesquels le Peshwa Balaji Bajirao, accepta pour héritier Rama Raja, présenté comme le petit fils de Tarabai, épouse d'un des fils du fondateur de l'empire, Sivagi. Dès que Rama Raja accéda au trône, Balaji le confina dans une position symbolique et prit les rennes de la confédération. Tarabai refusa et réclama le pouvoir au nom de Rama Raja, ce qui déclencha un conflit armé qui dura plusieurs années. Elle s'allia avec Salabat Jang, gouverneur moghol du Dekkan (installé à Aurangabad) dont l'accès au pouvoir avait été possible grâce à l'aide de Pondichéry et du célèbre officier Charles Joseph de Bussy.³⁸

Dupleix savait que la récupération de Bassein faisait partie des projets portugais depuis 1741. Cela resta même un objectif prioritaire jusqu'à la mort de Jean V en 1750, sans que jamais les vice-rois aient eu l'opportunité d'intervenir militairement³⁹. Dupleix profita donc de la situation pour proposer en 1752 au Marquis de Távora, en échange d'une aide militaire dans le Dekkan, la restitution de Bassein par Tarabai. Le vice-roi accepta et envoya quelques troupes.⁴⁰ Il découvrit cependant plus tard, par un réseau d'informateurs bien établi à la cour de Tarabai, que les Français n'avaient jamais entamé de négociations dans ce sens. Se détournant de l'appui français, il envoya le P.^e Manuel de Figueiredo, un religieux possédant une large expérience de la cour moghole auprès de Salabat Jang.⁴¹ Mais il était trop tard. Le ralliement final de Salabat Jang à la cause de Balaji sonna le glas des prétentions portugaises sur Bassein.

³⁸ Stewart Gordon, *The Marathas. 1601-1818*, New Delhi, Cambridge University Press, 1998, pp. 132 et 133.

³⁹ Charles Ralph Boxer, « The manuscript "Livro do governo da Índia e África Oriental" of the vice-roy marquis of Alorna – 1744-1750 », in *Studia* 49, pp. 136 à 141. – J. F. J. Biker, *Colecção de Tratados*, Tomo. VI, pp. 243 à 262.

⁴⁰ Dans le but de légaliser ces propositions, faites avant de consulter Paris, Dupleix envoya à la Compagnie, le 13 février 1752, un projet d'alliance perpétuelle entre la France et le Portugal en Inde. Argumentant que les Portugais avaient à nouveau une puissance militaire, puisqu'ils avaient repris une politique de conquêtes, il proposait de négocier avec Satara la restitution aux Portugais des territoires du Nord en échange de l'adhésion militaire de Goa aux projets français. A la fin de l'année, la Compagnie et le ministre français de la Marine refusèrent cette politique.

⁴¹ S.A.G., M.R., Vol. 125 B (1742-1753), fls. 434r à 436v.

Déjà méfiant, Távora découvrit pendant son gouvernement que Dupleix cherchait aussi à supplanter les Portugais sur la côte de Malabar. Le roi de Kanara (capitale Mangalor) était un tributaire de Goa. Or cette zone était vitale pour Goa car elle assurait à l'ensemble des établissements portugais leur ravitaillement en riz. La Compagnie lui déclara la guerre entre 1751 et 1753, ce qui amena Távora à lui fournir armes et munitions, mais surtout à fortifier Mangalor et la factorerie portugaise.⁴²

L'intérêt manifesté par Dupleix pour Karwar était tout aussi dangereux. Il ne faut en effet pas oublier que les réseaux d'information fonctionnaient des deux côtés. Le gouverneur français envoya des militaires sonder cette rade du royaume de Sunda, qui se trouvait immédiatement au sud de Goa. Aux portes de la capitale portugaise, elle pouvait à terme lui ravir sa position de débouché des poivres de Sunda, sans compter le danger militaire d'une trop grande proximité avec Goa. Távora imposa au roi de Sunda, lui aussi tributaire de Goa, le silence face aux demandes de contact françaises.

Il est même possible que Távora ait été informé du projet que Dupleix forma sur Macao en 1752, et dont on trouve aujourd'hui une copie à Paris. Le gouverneur français conseillait au Ministre de la marine de négocier l'achat de Macao à Lisbonne. Selon lui, les Portugais n'avaient plus les moyens de garder ces ports et l'heure était venue pour les Français de les occuper. Les Portugais avaient abandonné Macao, lequel risquait de tomber entre les mains des Chinois. Les Anglais auraient fait des offres d'achat mais les Portugais auraient refusé à cause de la religion. Il se montrait persuadé qu'en laissant le patronage religieux au roi du Portugal, ce dernier accepterait la vente. « *La nation maîtresse de cet endroit, vous devez la considérer comme maîtresse du commerce de Chine, et que les affaires bien conduites, tout celui de Canton y tombera* ». ⁴³

On peut se demander comment un politique aussi bien informé que Dupleix n'a pas souhaité tenir compte des moyens substantiels envoyés pour le maintien des ports d'Asie par la couronne portugaise à partir des années 1740. A moins qu'il n'ait cherché par tous les moyens à financer la conquête de l'Inde, sacrifiant au passage ses alliés à cette ambition suprême. Il savait que la route de la Chine serait un investissement rentable.

Entre l'installation de la jeune Compagnie des Indes en Asie (après 1715) et la chute de l'Inde de Dupleix (1754 à 1761), les réseaux marchands portugais et français eurent un demi-siècle pour se structurer et créer des solidarités qui dépassèrent de très loin le cadre des simples échanges commerciaux. En cette

⁴² S.A.G., Correspondência do Canara, Vol. 2 (1747-1749), fls. 77v à 87r, et 107r à 108r.

⁴³ Ministère des Affaires Étrangères (Paris), Indes Orientales et Colonies Françaises (1738-1784), Mémoires et Documents. Vol. 6, ss fl.

première moitié du XVIII^e siècle, où les autorités coloniales étaient aussi les élites financières, l'alliance politique entre Européens relevait plus des logiques communautaires régionales que de l'affirmation des nations européennes en Asie.

Les ambitions expansionnistes de Dupleix portent sans nul doute une part de responsabilité dans l'échec final d'une alliance luso-française en Inde. Le marquis de Távora résumait la situation immédiate dans une lettre au roi en date du 12 janvier 1752, et dans laquelle il affirmait que Dupleix était uniquement intéressé par la conquête de l'Inde.⁴⁴

Mais le marquis d'Alorna, homme d'expérience, expliquait beaucoup plus finement en 1744 les raisons qui obligeaient les Français à faire appel aux Portugais en Inde : ils y étaient moins puissants que les Anglais.⁴⁵ L'erreur politique de Dupleix fut de ne pas avoir choisi d'investir sur une véritable alliance de nations catholiques, alors que ces dernières avaient finalement une capacité d'action militaire équivalente à cette époque. Il lui préféra le modèle expansionniste indien fondé sur le schéma vertical de la capacité de domination d'une multitude de petites principautés tributaires. Mais ce modèle supposait un investissement massif, que la Compagnie française n'accepta jamais de lui accorder.

La *East India Company*, après avoir annexé le riche Bengale dans les années 1780, lequel allait lui proportionner les revenus adéquats, mit en pratique le plan de Dupleix, avec succès. L'Inde Portugaise passa sous sa protection imposée dès 1799.

⁴⁴ P. S. Pissurlencar, S. Kakodkar (translated by), *The Portuguese and the Marathas*, Bombay, State Board for Literature and Culture, 1975, p. 480.

⁴⁵ J. F. J. Biker, *Colecção de Tratados*, Vol. VI, pp. 328 et 329.

A DINÂMICA DO COMÉRCIO INDO-BRASILEIRO: TÊXTEIS, METAIS PRECIOSOS E OUTRAS TROCAS COMERCIAIS (1808-1820)

LUÍS FREDERICO DIAS ANTUNES*

O estudo do comércio de têxteis, metais preciosos e outros produtos entre a Índia e o Brasil constitui, no início do século XIX, uma tarefa cuja importância para a história da Índia e das suas relações com o Brasil vem despertando cada vez maior atenção.

As inúmeras referências existentes nas fontes luso-brasileiras a «panos de negro» e a uma enorme diversidade de tecidos mais ou menos sofisticados, após a transferência da corte para o Brasil, tornaram o estudo do comércio de têxteis asiáticos numa matéria incontornável para o conhecimento das relações económicas e sociais entre Goa e o Rio de Janeiro. De igual modo, é importante conhecer a forma como se ajustavam as contas, os meios de pagamento e o papel das comunidades mercantis em todo o processo. São estes aspectos, da influência e das relações indo-brasileiras os principais objectos deste artigo.

1. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos no comércio indo-brasileiro

O desenvolvimento do comércio externo português no último quartel do século XVIII até à partida do Rei e da corte para o Brasil, em 1807, deveu-se essencialmente ao regime de exclusivo comercial que reservava aos mercadores da metrópole o comércio com os domínios ultramarinos. Sob a égide desse regime, Portugal exerceu um papel relativamente importante de entreposto de redistribuição de produtos coloniais para a Europa, e de reexportação de produtos industriais e agrícolas europeus para o mercado brasileiro.

* Instituto de Investigação Científica e Tropical.

A situação alterou-se profundamente a partir dos eventos ocorridos nos anos de 1808 e 1810, isto é, com a instalação da família Real no Rio de Janeiro, a abertura dos portos brasileiros aos navios estrangeiros e a celebração dos tratados de amizade e comércio com a Grã-Bretanha. A partir desses acontecimentos o peso e o impulso do comércio colonial na economia portuguesa teriam entrado em fase de retração, até atingir o «colapso», contribuindo, assim, decisivamente para que o erário público atravessasse um «período de vacas magras», denominações usadas por Valentim Alexandre em diferentes obras.¹

Ainda assim, e não querendo refutar essas classificações, talvez essa «magreza», no que concerne apenas às trocas comerciais com a Ásia, possa ser parcialmente explicada se se tiver em conta que, no quadro da abertura dos portos brasileiros, as reexportações de produtos asiáticos para os portos da América portuguesa, realizadas através de Lisboa, foram em grande parte substituídas pelo comércio directo entre o Brasil e o espaço Índico.

Como afirmámos em outro trabalho,² o valor total dos têxteis indianos exportados para o Brasil, registado nos *Mapas de Importação e Exportação de Goa* para os anos de 1809 a 1819, conservados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, girou em torno de 8 mil e 400 contos de reis (8:400:000\$000 réis). Essa quantia era enorme, sobretudo se tivermos em consideração que o total do ouro e da prata brasileira enviado para Goa no mesmo período, para saldar a factura dos têxteis, foi de apenas 660 contos de réis (600.000\$000).³ Ou seja, nas transacções entre Goa e o Rio de Janeiro o valor do ouro e da prata apenas cobria cerca de 1/13 dos têxteis indianos.

Como explicar o grande desequilíbrio nas trocas comerciais entre Goa e o Rio de Janeiro registado nos Mapas? Será que ele foi assim tão expressivo, ou que correspondeu mesmo à realidade?

Esta é, por enquanto, uma questão de difícil resolução no quadro estrito da desordenada e confusa contabilidade colonial portuguesa, dado que existem muitas variáveis económicas a ter em consideração.

Para se entender a dinâmica do comércio indo-brasileiro convém atentar para diversos aspectos que passamos a enunciar:

– as características particulares da organização dos negócios no Índico, nomeadamente, a complexidade do apresto e provimento dos navios e a dificul-

¹ Valentim Alexandre, «Um momento crucial do desenvolvimento português: efeitos económicos da perda do Império brasileiro», in *Ler História* 7, pp. 22-40; idem, «O Império», in Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000*, vol. II, O Século XIX, Lisboa, ICS, 2005, p. 358.

² Luís F. D. Antunes, «Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820)», in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (org.), *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 396.

³ ANRJ, *Junta do Comércio*, «Mapas de importação e exportação da capitania de Goa. 1809-1819», cx. 448, pcts 1 e 2.

dade em reunir suficientes recursos financeiros para fazer face às exigências das viagens de comércio da rota do Cabo;

– a cultura e a experiência comercial dos intervenientes no comércio asiático;

– e, finalmente, a complexidade dos laços políticos, económicos e sociais, muitos dos quais de cariz familiar, que historicamente ligavam Portugal, o Brasil e a Índia.

1.1. A organização dos negócios na Índia

As exigências na organização das viagens de comércio com o Índico eram de certa forma semelhantes tanto para os grandes comerciantes que actuavam a partir da metrópole, como para os que o faziam desde o Brasil.

Em ambos os casos, esses negociantes sabiam que o comércio transoceânico de longa distância os obrigava a investimentos financeiros elevados e que as viagens estavam sujeitas a grandes riscos, mas também sabiam que estes empreendimentos eram os que lhes poderiam proporcionar lucros extraordinários. O enorme volume do investimento inicial, a irregularidade e a demora das viagens, as vicissitudes dos negócios no Oriente e o elevado risco, foram as principais razões que historicamente explicam porque apenas a elite mercantil, uma pequena fracção das comunidades mercantis mais abastadas na metrópole e no Brasil, teve capacidade para participar no comércio ultramarino de longa distância.⁴

Neste contexto o termo elite mercantil não surge como uma mera designação. À elite mercantil pertenciam os grandes negociantes, aqueles que possuíam capitais próprios e que actuavam na esfera da circulação de mercadorias com valor de troca, no abastecimento, no financiamento e no investimento em negócios considerados determinantes para o domínio de áreas estratégicas da economia, nomeadamente, o tráfico de escravos e a possibilidade de interferir no fornecimento de mão-de-obra. A complexidade e diversidade das transacções comerciais constituíram traços específicos destes «negociantes de grosso trato». Fundaram casas bancárias que recebiam fundos e os aplicavam em operações de crédito e financeiras; criaram companhias de seguros, cujas apólices indemnizavam prejuízos involuntários, por exemplo, na perda de navios ou no extravio de mercadorias; e, nessa condição, alcançaram os lugares de topo na sociedade exercendo influência nos destinos económicos e políticos.

⁴ Jorge Pedreira, *Os Homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um grupo social*, Lisboa, UNL, FCSH, dissertação de doutoramento, pp. 125-191; Leonor Freire Costa, *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 17-41; João Luís Fragoso, *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992, p. 179.

Na realidade, para que os negociantes conseguissem aprontar um navio mercantil, era necessário, entre outros aspectos, reunir capitais nacionais e estabelecer uma rede de financiamentos estrangeiros, o que os obrigava a transformarem-se em empresas «pré-bancárias» e a criarem um sistema bancário e segurador, como sucedeu, no caso brasileiro, em 1808.

Como facilmente se percebe muitas vezes sobrava pouco dinheiro para adquirir os têxteis indianos e outras mercadorias asiáticas, razão pela qual os comerciantes eram obrigados a postergar os reembolsos em dívida e a tomar dinheiro a risco, condições que conduziam inevitavelmente ao pagamento de juros muito elevados e ao aumento das despesas com a empreendimento. Nestas circunstâncias, era quase impossível aos armadores e mercadores aprontarem e repartirem as suas mercadorias por mais que um navio. Estes agentes comerciais procuravam concentrar o investimento e a carga num navio, de modo a baixar drasticamente os custos das viagens, sabendo, no entanto, que esta opção aumentava as probabilidades de sofrerem pesados prejuízos, em caso de insucesso do negócio ou perda do navio.

Na maior parte dos casos, os grandes negociantes portugueses e brasileiros faziam-se valer de correspondentes e procuradores que acompanhavam as suas próprias mercadorias e tratavam dos negócios nos diversos portos da Índia, de modo a que tudo ficasse resolvido nessa mesma viagem.⁵

Por outro lado, temos que ter presente a forte concorrência que os comerciantes portugueses e brasileiros enfrentavam nos mercados asiáticos, onde os interesses das empresas indianas de carácter familiar e a presença das grandes companhias monopolistas europeias, se faziam sentir de forma bastante acentuada.

A conjugação de todos estes factores acabou por determinar uma certa «selecção natural» no seio da comunidade mercantil, até aí muito dependente da protecção do estado.

Ao que sabemos, no período compreendido entre 1791 e 1807, o movimento de embarcações no Rio de Janeiro cresceu em ritmo e volume de mercadorias, passando o número de saídas de navios do porto de 628 para 685, enquanto que, no ano de 1792, tinham entrado apenas 284, contra 467 que deixaram a barra.⁶

Após a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional e a transferência da sede de governo de Lisboa para o Rio de Janeiro, ocorridas em 1808, e depois do fim do conflito e da guerra europeia, em 1814, a presença de navios mercantes no porto carioca foi ainda mais visível, especialmente no que respeita aos que navegavam para a Ásia, uma vez que anteriormente esse tráfico era

⁵ Jorge Pedreira, *Os Homens...*, pp. 337-338.

⁶ Théó Lobarinhas, «A construção da autonomia: o Corpo de Comercio do Rio de Janeiro», disponível em www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_94.pdf *apud*, Corcino Meireiros dos Santos, *O Rio de Janeiro e a conjuntura Atlântica*, Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1993, p. 82.

bastante diminuto. A partir de 1808 inaugura-se, de forma regular, uma carreira de viagens mercantis directas entre o Rio de Janeiro e a Índia. No entanto, embora o número de navios que partiam e chegavam do Bengala, Goa, Bombaim e Macau, fosse muito inferior ao dos que traficavam no Atlântico ou ao dos que navegavam com mercadorias para a Europa, verificamos que o acréscimo de navios oriundos do oriente, carregados com têxteis indianos e outras mercadorias asiáticas, contribuiu para transformar cada vez mais o porto do Rio de Janeiro num pólo dinamizador do tráfico de escravos e do comércio interno de cabotagem.

Por outro lado, o comércio brasileiro na Índia contribuiu para aumentar os réditos aduaneiros de Damão e de Goa e ajudou à dinamização do comércio interno e à ressurgência económica do Estado da Índia, como, aliás, se pode constatar pelos desdobramentos dos Mapas de Importação e Exportação, relativos ao comércio de Goa com outras partes da Índia.⁷

1.2. *A cultura e a experiência profissional da elite mercantil: algumas notas*

O segundo aspecto que gostaríamos de realçar, tem que ver com a experiência profissional de todos os agentes em presença. O conhecimento e a perícia nos meandros dos negócios da Índia, embora não sendo características exclusivas desta área geográfica, tornam-se fundamentais, na medida em que o comércio indiano, para além de envolver grandes somas em dinheiro e um enorme volume de mercadorias, obrigava a lidar com intermediários e mercadores com cultura(s), língua(s) e escrita(s) verdadeiramente desconhecidas.

As características próprias dos negócios na Índia, somente equiparada à que se praticava no Extremo oriente, exigia dos agentes implicados um elevado grau de especialização e, simultaneamente, uma cultura e abertura de espírito para lidar com vivências, costumes e experiências profundamente estranhas.

A especificidade do comércio no Índico reflectia-se, por exemplo, ao nível da probidade dos negociantes e na organização das viagens. Aos negociantes privados envolvidos no comércio ultramarino era exigido credibilidade económica e reputação ímpolita na praça, devido às grandes somas de dinheiro transaccionadas, aos pagamentos em numerário, ao reembolso de dívidas de longo prazo e à satisfação de encargos a credores que viviam noutra continente, lançando mão às letras de câmbio ou *hundis*⁸ sobre negociantes privados e firmas comer-

⁷ Luís F. D. Antunes, «Têxteis e metais preciosos...».

⁸ *Hundi* é um termo que deriva do sânscrito *hund* que significa cobrar, colectar, recolher. Os mercadores indianos, portugueses e de outras nacionalidades europeias, residentes em Surrate e Bombaim recorriam frequentemente aos serviços de um «sarrafo» (cambista) que emitia *hundis*, isto é avaliava o dinheiro a transferir. Ou seja, o comerciante fazia um depósito em dinheiro no cambista e em troca obtinha um *hundi* dirigido a um seu agente que trabalhava no local de trans-

ciais indianas e indo-portuguesas no Estado da Índia e no resto da Ásia. Assim, a continuidade dos negócios de longa distância estava assegurada se as informações sobre os agentes e as suas casas comerciais correspondiam ao que deles se impunha.

O recurso às letras de câmbio pelos negociantes privados e firmas comerciais indianas e indo-portuguesas no Estado da Índia e no resto da Ásia foi, em muitos casos, estimulado como forma de consolidar a carteira de clientes e de controlar o mercado. Esta prática de crédito de risco foi bastante utilizada, por exemplo, pelos comerciantes de Surrate e de Bombaim que avalizaram negócios através da aceitação de letras, emprestaram dinheiro com juros altos e prazos prolongados, e venderam à consignação enormes quantidades de têxteis a comerciantes indo-portugueses e brasileiros, de modo a torná-los dependentes do cumprimento das dívidas.⁹

Para os comerciantes indianos, muitos deles hindus, parses e baneanes de Surrate e de Bombaim, era conveniente que a dívida se mantivesse dentro de limites economicamente aceitáveis tendo em vista prosseguir o monopólio comercial. Por vezes, nem mesmo os elevados montantes de crédito de risco e os juros de reembolso difícil ou irrecuperável demoveram os comerciantes indianos de prosseguirem a sua actividade comercial e bancária, porque os eventuais prejuízos estavam previamente calculados. Isso sucedeu frequentemente, por exemplo, com o tráfico de marfim, ouro e escravos, desenvolvido pelos indianos em Moçambique, durante a segunda metade do século XVIII.¹⁰

Outro aspecto a ter em conta na explicação do desequilíbrio das trocas comerciais entre Goa e o Rio diz respeito ao contrabando, que foi, na virada do século, uma prática generalizada no Brasil e em todo o Império. Os ordenados em atraso (de um ou mais anos) de todos os agentes envolvidos no comércio afrouxavam significativamente a autoridade do Estado que, sem meios, tendia, dentro de certos limites, a permitir e a compreender com alguma bonomia, o contrabando, o dolo e a incúria da administração ultramarina portuguesa. Da mesma forma, a incapacidade de a Coroa recompensar devidamente os serviços dos seus vassallos, nomeadamente através do pagamento pontual de soldos adequados, foi igualmente responsável pela forma, de certo modo permissiva, como encarava o tradicional excesso de carga ilegal transportada nos navios que rumavam em direcção ao Brasil e à Índia, nomeadamente, de tabaco e de metais preciosos.¹¹

ferência. O *hundi* era o equivalente a uma *letra de câmbio* e constituía uma ordem de pagamento que se baseava apenas na confiança dos agentes envolvidos.

⁹ Leonor Freire Costa, *Império...*, p. 21.

¹⁰ Luís F. D. Antunes, *O Bazar e a Fortaleza em Moçambique: a comunidade baneane do Guzerate e a transformação do comércio afro-asiático (1686-11810)*, Lisboa, FCSH, UNL, dissertação de Doutoramento em História (dact.), 2001, pp. 103-104.

¹¹ Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, CNCDP, 2002, pp. 276-291.

A permanência da corte no Rio de Janeiro com todas as suas consequências políticas, económicas e sociais, originou então uma tal escassez de ouro na Colónia que foi necessário actuar de modo a estancar a fuga do metal precioso, sobretudo para Inglaterra. A escassez de ouro no Brasil foi tão acentuada que a moeda proveniente das colónias espanholas, depois de cunhada com a marca portuguesa, passou a circular legalmente de forma ainda mais intensa, chegando mesmo a ser exportada para a África Oriental e a Índia.

Desde 1808 as exportações de ouro para Portugal vão ser significativamente inferiores. Nesse ano, aliás, não existem registos de saídas de ouro para o Reino, enquanto que para os anos de 1816 a 1820 elas são praticamente insignificantes. Na época de D. João VI, os baixos números da Balança comercial portuguesa e a progressiva perda do papel de entreposto re-exportador de Portugal, fazem sobressair a intensidade da crise e a ineficácia administrativa metropolitana e colonial, nomeadamente «a diversidade de critérios vigentes nas várias alfândegas que, segundo Fátima Bonifácio, dava lugar à sistemática e incontrolável evasão fiscal».¹²

Não dispondo de estimativas do contrabando entre o Brasil e a Índia e não ousando avançar, ainda que sob reserva, como o faz Jobson Arruda, a propósito das relações comerciais entre a Metrópole e o Brasil, que o déficit «seria, não apenas o indício, mas a própria medida do contrabando efectuado, que assim se poderia quantificar indirectamente», limitamo-nos, nesta fase da investigação, a realçar a enorme incidência do fenómeno.¹³

Podemos afirmar com segurança que parte do dinheiro brasileiro não contabilizado nos Mapas seria mais tarde enviado de acordo com o estipulado nas letras de câmbio. A não contabilização das letras de câmbio e o contrabando de metais preciosos e de tabaco parecem poder explicar, pelo menos em parte, o desequilíbrio nas trocas comerciais do Brasil com a Índia, entre 1809 e 1819. Convém, no entanto, salientar que o desequilíbrio situar-se-ia dentro de limites que permitiam prosseguir, sem interrupção, o giro comercial.

1.3. Comerciantes de «grosso trato» e os negócios indo-brasileiros: alguns rostos

Encontrando-se o estudo sobre a extensão dos negócios privados efectuados pelos mercadores de «grosso trato» na Ásia numa fase ainda incipiente, optámos por apresentar apenas alguns exemplos de famílias residentes no Rio de Janeiro, em Goa e em Bombaim que mais se distinguiram nesta matéria.

¹² Maria de Fátima Bonifácio, «Comércio externo e política pautal na 1.ª metade do séc. XIX», in *Ler História* 10 (1987), pp. 78-80.

¹³ Valentim Alexandre, «Um momento crucial...», p. 17.

Tomemos o caso do carioca Elias António Lopes, um dos maiores traficantes de escravos, de tabaco da Baía e de têxteis indianos, desde pelo menos 1792 até cerca de 1815.¹⁴

Neste ano, em que o seu caixeiro Tomás Pereira de Castro Viana inventariou os bens de Elias António, a sua firma comercial ainda estava plena em actividade, uma vez que, tanto na sua loja como na Alfândega do Rio de Janeiro, se encontravam fazendas indianas, devidamente acondicionadas em centenas de fardos e de pacotes, prontas a serem utilizadas pelos herdeiros do referido negociante, no tráfico de escravos e no comércio interno, com a Baía e com Pernambuco. Deixava, no entanto, pouco dinheiro vivo porque quase toda a sua fortuna se encontrava investida em acções bancárias, navios e bens de raiz, ouro prata e jóias, para além de escravos e mobiliário pertencente às suas casas e fazendas.

Muitos outros produtos asiáticos estavam inventariados, sobretudo, especiarias, porém, tomando apenas como mero indicador da sua riqueza os tecidos indianos, verificamos que estavam avaliados em mais de 39 contos de réis, que equivaliam a cerca de 70% do total das mercadorias armazenadas.¹⁵ Na realidade, o facto de Elias António Lopes possuir tão grande quantidade de tecidos indianos não espanta, na medida em que se sabe que o navio *Europa* – um dos quatro navios de que era proprietário –, viajava regularmente para Goa e para outros portos do Malabar, regressando com mercadorias asiáticas que lhe estavam consignadas a si à família Gomes Loureiro. Entre 1810 e 1819, o navio *Europa* cruzou, pelo menos, cinco vezes para a Índia. Por vezes, no regresso, o navio escalava Moçambique para carregar escravos, a maioria dos quais com profissões especializadas.¹⁶

Elias António Lopes utilizava uma parte das fazendas indianas no tráfico de escravos e a outra parte vendia-a a outros traficantes negreiros. Só para termos uma pálida ideia dos valores que envolviam este comércio, poderemos afirmar que, entre 1810 e 1812, a mercadoria existente a bordo dos 26 navios brasileiros, apresados pelas forças britânicas no Atlântico, se compunha, quase exclusivamente, de fazendas indianas. O navio *Andorinha*, de Simão da Rocha Loureiro, e o navio *Flor da América*, de Joaquim José da Rocha, ambos traficantes do Rio de Janeiro, carregavam tecidos de Surrate, da costa do Coromandel e de Bengala, cujo valor ascendia a mais de 26 contos de réis. Se estimarmos em cerca de 15 contos o valor médio da mercadoria indiana apresada por navio, a

¹⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *História da Família no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1998, pp. 130-132; Manolo Florentino, *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico Atlântico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*, 1995, Arquivo Nacional, pp. 202-203.

¹⁵ ANRJ, *Junta do Comércio*, «Auto do inventário de Elias António Lopes que faleceu sem deixar testamento», cx. 348, pct. 1.

¹⁶ ANRJ, *Junta do Comércio*, Administração de bens de falecidos, cx. 348, pct. 1.

soma das perdas poderia ascender a cerca de 400 contos de réis, ou seja, cinco vezes superior ao rendimento da alfândega de Goa, na mesma época.¹⁷

Como temos vindo a salientar, tal como sucedia em Moçambique, a quase totalidade dos tecidos indianos, geralmente os de mais fraca qualidade, era adquirida pelos mercadores de «grosso trato» brasileiros com uma única finalidade, a de servirem de moeda de troca no tráfico de escravos da costa ocidental africana. No entanto, Elias António Lopes possuía, tanto nas suas lojas e armazéns da alfândega, como nos seus prédios urbanos e vivendas das suas chácaras, uma enorme variedade de peças de mobiliário de laca chinesa ou bengali, louças chinesas, especiarias indianas e outros produtos igualmente oriundos da Ásia.

Em muitos casos, os artigos orientais, alguns deles exóticos e de muito boa qualidade, adquiriam valor simbólico. Eram objectos que faziam parte de uma utensilagem material utilizada por indivíduos que procuravam adoptar um padrão de vida, comportamentos, linguagem e ideias semelhantes aos que viviam com luxo e conforto, no escalão superior da sociedade, para assim poderem ser aceites na alta-roda e ascenderem na hierarquia social a um nível mais condizente ao seu poder económico e político.

Do lado da Índia, sobressai o exemplo Rogério de Faria precisamente devido à extensão das relações mercantis e à diversidade dos negócios em que estava envolvida a sua família¹⁸. Rogério de Faria era um indo-português nascido em Goa, em 1770. No início da sua actividade comercial, certamente seguindo as pisadas de seu pai, João de Faria – um dos sócios de uma das mais importantes firmas, a *Bruce, Faria e Cia*, localizada em Calcutá – concentrou todos os investimentos da sua casa comercial, na região do Bengala. Com cerca de 25 anos, Rogério de Faria era já, juntamente com diversos membros da família Barreto, um dos comerciantes cujos navios carregados com tecidos viajam regularmente para Macau.¹⁹

No início da década de 1800, por razões que desconhecemos, Rogério de Faria decidiu transferir-se com a família e a sua casa comercial para Bombaim.²⁰

¹⁷ Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda (ed.), *Instruções com que El-Rei D. José I mandou passar ao Estado da Índia, o governador, e capitão general, e o Arcebispo Primaz, no ano de 1774*, Nova Goa, 1841, p. 25. A média é de 5 vezes e meia mais no ano de 1817 (cf. AHU, Conselho Ultramarino, *Índia*, «Mapa geral das entradas dos navios com declaração dos géneros e efeitos pagos na Alfândega de Goa em 1817», cx. 437).

¹⁸ Teotónio R. de Souza, «Rogerio de Faria: An Indo-Portuguese Trader with China Links», in Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe dos Reis Thomaz (ed.), *As Relações entre a Índia Portuguesa, a Ásia do Sueste e o Extremo Oriente, Actas do VI Seminário de História Indo-Portuguesa, (Macau, 22 a 26 de Outubro de 1991)*, Macau, 1993, pp. 309-319. Disponível em <http://www.geocities.com/Athens/Forum/1503/roger2.html>

¹⁹ António Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800). Degredados, ignorantes ou fiéis vassallos d'El-Rei?*, Lisboa, Instituto Português do Oriente, 1997, pp. 211 e 230.

²⁰ AHU, Conselho Ultramarino, *Índia*, «Carta do Vice-rei da Índia, D. Bernardo José Maria Lorena e Silveira, conde de Sarzedas, para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da

Delegou os poderes de procuração e administração dos seus negócios no Bengala na firma *José Barreto e Filhos* e desenvolveu a sua rede de negócios à região de Cambaia. A partir de Bombaim e de Damão, onde adquiriu armazéns para guardar mercadorias, nomeadamente tecidos de Guzerate, especiarias e ópio de Malvá, prosseguiu os seus negócios com Goa e com o Extremo oriente, Macau e China, e alargou-os ao Brasil.

Em muitos casos esses «negócios imperiais» articulavam-se. Em 1809, por exemplo, Rogério de Faria foi um dos negociantes que de Goa conseguiu expedir para o do Rio de Janeiro, centenas de caixas com tecidos, chá e especiarias, no navio *Robusto*.

Muitos outros negociantes hindus, reinóis e indo-portugueses, entre os quais se encontravam o sobrecarga António da Silva Caldeira e diversos membros da família Loureiro, despacharam nesse navio um enorme volume de mercadorias, em que constavam cerca de 1200 fardos de fazendas oriundas de Surrate e de Balagate, 320 caixotes com incenso, goma-arábica e canela proveniente do Malabar, 1500 sacos com salitre, enxofre, sagu e algodão em rama e, ainda, muitas pipas e caixas com azeite de coco, cairo e rotins.²¹

Mais tarde, em 1811, enviou para a Baía, uma enorme remessa de tecidos de Surrate e do Bengala no navio Rainha dos Anjos.²²

Finalmente, um último exemplo, ainda do lado da Índia, mas agora da Índia hindu. Podemos constatar, através da correspondência da *Mahmai Kamat House* depositada no Xavier Centre of Historical Research, em Porvorim-Panaji-Goa, o poder económico e a extensão da rede mercantil da família Mhamai Camotim,²³ uma das mais importantes casas comerciais de Goa. Muitos dos membros da família viviam de rendas agrárias de propriedades que possuíam em Salsete, na região a sul de Goa. Alguns possuíam o contrato de arrendamento do tabaco, outros foram praticamente os únicos fornecedores do Arsenal de Marinha; outros, ainda, dedicaram-se ao comércio de têxteis em regime próximo da exclusividade, e investiram no tráfico de escravos, mantimentos e ópio.

A par destes negócios desempenharam um importante papel na actividade seguradora e de corretagem, pelo que o acervo documental da *Mhamai House* conserva apólices de seguros marítimos de navios de Surrate, Damão e Goa,

Marinha e Domínios Ultramarinos, D. João de Almeida de Melo e Castro, conde de Galveias, sobre os negócios da família Faria», 15.11.1810, cx. 419.

²¹ AHU, *Conselho Ultramarino, Índia*, «Carta de João Gomes Loureiro, Director da feitoria de Surrate, para o Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos», 12.5.1809, cx. 419.

²² Teotónio R. de Souza, «Mahmai House Records: Indigenous Sources for Indo-Portuguese Historiography», in *Proceedings of the Indian History Congress, Bombay session*, Bombaim, 1980, pp. 435-445.

²³ *Camotim* é a corruptela do termo concani Kamat que significa “inspector dos campos, agricultor” e está historicamente associado às comunidades agrícolas.

cartas e recibos de empréstimos de dinheiro a juros, letras de câmbio e outros instrumentos de crédito sobre transacções à distância com firmas inglesas e francesas.

Entre 1808 e 1810, vários membros da família Loureiro residentes no Rio de Janeiro, solicitaram aos *Mhamai* que se ocupassem da compra e do despacho de um enorme carregamento, essencialmente composto por têxteis indianos. Sabemos que só em 1809, foram enviados à consignação dos Loureiros residentes no Rio de Janeiro cerca de 175 contos de réis de fazendas indianas, que equivaliam a 76% do total dos têxteis exportados para o Brasil nesse ano.²⁴ Já um ano antes, em 1808, tinham enviado para a Baía, em conjunto com muitos outros comerciantes hindus de Goa, um carregamento de centenas de fardos de tecidos de Surrate e caixotes com diversas especiarias.²⁵

Nos arquivos de família encontramos, para o período em análise, uma interessante troca de correspondência com outros negociantes cariocas, nomeadamente, João Martins Barroso, António José Viegas, Rufino Peres Baptista, Estêvão José Araújo, Francisco José Colffs e *Casimiro Viúva e Filhos*.²⁶

No essencial, as relações económicas e sociais entre o Brasil e o Índico cresceram imenso entre 1809 e 1820, período em que os comerciantes do Brasil passaram a enviar os seus próprios navios para os diversos portos do Malabar fazendo-se os negócios directamente com indianos e indo-portugueses. Essas ligações só declinaram quando terminou o tráfico da escravatura. A história dessas relações socio-económicas, nomeadamente a análise dos vínculos de negócio e de parentesco de um pequeno conjunto de famílias cariocas, cuja participação no tráfico de escravos se baseou em grande parte na importação de têxteis indianos, como aconteceu por exemplo com a citada família Gomes Loureiro, coloca em evidência a necessidade de aprofundar a noção de elite, rede de negócios e pactos num império muito extenso e diversificado. Uma história que merece ser estudada, e para a qual esperamos ter contribuído com este pequeno artigo.

²⁴ Celsa Pinto, «At the Dusk of the Second Empire: Goa-Brazil Commercial Links, 1770-1826», in *Purabhilekh-Puratatva*, Journal of the Directorate of Archives, Archaeology and Museum, vol. 8, n.º 1, Goa, 1990, pp. 62-63.

²⁵ AHU, *Conselho Ultramarino, Índia*, «Mapa da carga que transporta o Navio Rainha dos Anjos dos portos da costa do Malabar, para a cidade de Lisboa, com estada na Baía. Comandante Domingos Gomes Duarte», 1808, cx. 418.

²⁶ Celsa Pinto, «At the Dusk of...», pp. 51-69.

A competição entre os Portugueses e os demais europeus pelo domínio das rotas da Ásia e pela afirmação de zonas de influência nesse continente longínquo, começou antes da viagem de Vasco da Gama, com as expedições castelhanas e inglesas em direcção ao Ocidente. Prosseguiu, depois, de forma discreta, ao longo da centúria quinhentista, quando só a Coroa castelhana foi capaz de desafiar pontualmente a hegemonia portuguesa, sobretudo após o estabelecimento nas Filipinas. O monopólio luso da rota do Cabo afastou as outras potências do Índico enquanto a Coroa portuguesa era capaz de manter uma política de neutralidade europeia e de fornecer aos seus parceiros comerciais os produtos orientais tão desejados.

Após a integração na monarquia filipina, Portugal sujeitou-se a uma nova política externa, marcada pelo conflito com os seus antigos aliados, a Inglaterra e os Países Baixos. Após a derrota da Invencível Armada, o Índico tornou-se acessível para os inimigos de Madrid e de Lisboa, e o Estado da Índia foi surpreendido pela chegada de rivais inesperados, que tinham os meios humanos e militares capazes de romper com as tradições asiáticas a que os Portugueses se tinham adaptado numa situação de supremacia.